Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria da Fazenda
Contadoria e Auditoria-Geral do Estado

BALANÇO GERAL
2010

Yeda Rorato Crusius
Governadora do Estado

Ricardo Englert
Secretário de Estado da Fazenda

Roberval da Silveira Marques
Contador e Auditor-Geral do Estado

DEMONSTRATIVOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

DEMONSTRATIVOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

ÍNDICE **Pág.**

1. AUTARQUIAS

1.1- DEPARTAMENTO AUTONÔMO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO RS - **DAER** 09

1.2 - SUPERINTENDÊNCIA DE PORTOS E HIDROVIAS - **SPH** 35

1.3 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RS - **IPERGS** 57

1.4 - INSTITUTO GAÚCHO DE TRADIÇÃO E FOLCLORE - **IGTF** 83

1.5 - INSTITUTO RIOGRANDE DO ARROZ - **IRGA** 103

1.6 - ORQUESTRA SINFÔNICA DE PORTO ALEGRE - **OSPA** 127

1.7 - SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DE RIO GRANDE - **SUPRG** 147

1.8 - AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DELEGADOS - **AGERGS** 169

1.9 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - **DETRAN** 191

2. FUNDAÇÕES

2.1- FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RS - **FAPERGS** 217

2.2 - FUNDAÇÃO DE ARTICULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA E ALTAS HABILIDADES DO RS - **FADERS** 239

2.3 - FUNDAÇÃO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA - **CIENTEC** 259

2.4 - FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER - **FEE** 283

2.5 - IFUNDAÇÃO ESCOLA TÉCNICA LIBERATO SALZANO VIEIRA DA CUNHA - **FETLSVC** 305

2.6 - FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - **FEPAGRO** 331

2.7 - FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PRODUÇÃO E PESQUISA EM SAÚDE - **FEPPS** 353

2.8 - FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL HENRIQUE ROESSLER - **FEPAM** 377

2.9 - FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SÓCIOEDUCATIVO DO RS - **FASE** 399

2.10 - FUNDAÇÃO DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO - **METROPLAN** 423

2.11 - FUNDAÇÃO GAÚCHA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL - **FGTAS** 447

2.12 - FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS - **FDRH** 469

2.13 - FUNDAÇÃO CULTURAL PIRATINI - RÁDIO E TELEVISÃO - **FCPRTV** 489

2.14 - FUNDAÇÃO TEATRO SÃO PEDRO - **FTSP** 511

DEMONSTRATIVOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

ÍNDICE **Pág.**

2.15 - FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA - **FZB** 531

2.16 - FUNDAÇÃO DE ESPORTE E LAZER DO RS - **FUNDERGS** 553

2.17 - FUNDAÇÃO PROTEÇÃO DO RS - **PROTEÇÃO** 573

2.18 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RS - **UERGS** 593

3. SETOR EMPRESARIAL

3.1- BANCO DO ESTADO DO RS, S.A. - **BANRISUL** 619

3.2 - BANRISUL S.A. - CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS E CÂMBIO 767

3.3 - BANRISUL S.A. - ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS 789

3.4 - CAIXA ESTADUAL S.A. - AGÊNCIA DE FOMENTO/RS - **CAIXA RS** 815

3.5 - COMPANHIA DE ABASTECIMENTO DO RS - **CEASA** 851

3.6 - COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RS - **PROCERGS** 865

3.7 - COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - **CEEE-GT** 895

3.8 - COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - **CCCE-D** 1013

3.9 - COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA PARTICIPAÇÕES - **CEEE-Par** 1123

3.10 - COMPANHIA RIOGRANDE DE MINERAÇÃO- **CRM** 1243

3.11 - COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RS - **SULGÁS** 1249

3.12 - COMPANHIA OPERADORA DE MINERAÇÃO - **COM** 1267

3.13 - COMPANHIA RIOGRANDE DE ARTES GRÁFICAS - **CORAG** 1277

3.14 - COMPANHIA ADMINISTRADORA DA ZPE DE RIO GRANDE - **ZOPERG** 1289

3.15 - BANRISUL - ARMAZÉNS GERAIS - **BAGERGS** 1293

3.16 - COMPANHIA RIOGRANDE DE SANEAMENTO - **CORSAN** 1321

3.17 - CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL S.A. - **CADIP** 1413

AUTARQUIAS

Departamento Autônomo
de Estradas de Rodagem
do Rio Grande do Sul
DAER

EXERCÍCIO DE 2010

DEPARTAMENTO AUTONOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM
DEMONSTRACÃO DA RECEITA E DA DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

RFPE035/00001
ANEXO N. 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
RECEITAS CORRENTES		DESPESA CORRENTE	
RECEITA TRIBUTARIA	48.191,84	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	116.075.641,04
RECEITA PATRIMONIAL	2.412.385,02	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	93.071.490,18
RECEITA DE SERVICOS	36.053.139,77		
TRANSFERENCIAS CORRENTES	75.521,88	SOMA.....	209.147.131,22
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	37.650.666,37		
		TOTAL.....	209.147.131,22
SOMA.....	76.239.904,88		
		DESPESA CAPITAL	
DEFICIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	132.907.226,34		
		INVESTIMENTOS	851.803.575,84
TOTAL.....	209.147.131,22		
		SOMA.....	851.803.575,84
RECEITAS DE CAPITAL			
		TOTAL.....	1.060.950.707,06
ALIENACAO DE BENS	15.470,00		
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	1.000.000,00		
SOMA.....	1.015.470,00		
DEFICIT	983.695.332,18		
TOTAL.....	1.060.950.707,06		

RESUMO

RECEITAS CORRENTES.....	76.239.904,88	DESPESAS CORRENTES.....	209.147.131,22
RECEITAS DE CAPITAL.....	1.015.470,00	DESPESAS DE CAPITAL.....	851.803.575,84
DEFICIT.....	983.695.332,18	SUPERAVIT.....	0,00
TOTAL.....	1.060.950.707,06	TOTAL.....	1.060.950.707,06

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

RICARDO MOREIRA NUNEZ
DIRETOR DE GESTÃO E PROJETOS
CPF: 400.454.470/04

VANDERLEI SALGUEIRO JUNIOR
SUPERINTENDENTE DE FINANÇAS - SCF
CRCRS N. 60126
CPF: 607.410.900/15

SERGIO RICARDO AVILA DA SILVA
SUPERINTENDENTE ADJUNTO - CONTADOR
CRCRS N. 46408
CPF: 416.428.990/20

EXERCÍCIO DE 2010 — DEPARTAMENTO AUTONOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM — RFPE006/00001

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES — ANEXO N.6

R$

ÓRGÃO: 35 - DEPARTAMENTO AUTONOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM

U.O.: 35.01 - DEPARTAMENTO AUTONOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
26	TRANSPORTE	895.551.410,11	76.005.006,50	971.556.416,61
26.0122	ADMINISTRACAO GERAL	1.291.344,90	52.498.878,08	53.790.222,98
26.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	1.291.344,90	52.498.878,08	53.790.222,98
26.0130	ADMINIST. DE CONCESSOES	7.553,18		7.553,18
26.0130.0363	OPERACAO DO SISTEMA RODOVIARIO ESTADUAL	7.553,18		7.553,18
26.0181	POLICIAMENTO		8.139.196,75	8.139.196,75
26.0181.0363	OPERACAO DO SISTEMA RODOVIARIO ESTADUAL		8.139.196,75	8.139.196,75
26.0782	TRANSPORTE RODOVIARIO	894.252.512,03	15.366.931,67	909.619.443,70
26.0782.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		243.834,99	243.834,99
26.0782.0361	CONSTRUCAO DE RODOVIAS	561.413.811,13	5.015.998,15	566.429.809,28
26.0782.0362	CONSERVACAO E MANUTENCAO DE RODOVIAS	332.838.700,90		332.838.700,90
26.0782.0363	OPERACAO DO SISTEMA RODOVIARIO ESTADUAL		10.107.098,53	10.107.098,53
	TOTAL DA U.O. =>	895.551.410,11	76.005.006,50	971.556.416,61

U.O.: 35.33 - ENCARGOS GERAIS DO DEPARTAMENTO AUTONOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM

10	SAUDE		1.438.007,27	1.438.007,27
10.0782	TRANSPORTE RODOVIARIO		1.438.007,27	1.438.007,27
10.0782.0335	OPERACOES ESPECIAIS		1.438.007,27	1.438.007,27
26	TRANSPORTE		68.464.524,42	68.464.524,42
26.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO		61.836.248,32	61.836.248,32
26.0272.0335	OPERACOES ESPECIAIS		61.836.248,32	61.836.248,32
26.0782	TRANSPORTE RODOVIARIO		6.628.276,10	6.628.276,10
26.0782.0335	OPERACOES ESPECIAIS		6.628.276,10	6.628.276,10
28	ENCARGOS ESPECIAIS		19.491.758,76	19.491.758,76
28.0061	ACAO JUDICIARIA		19.491.758,76	19.491.758,76
28.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS		19.491.758,76	19.491.758,76
	TOTAL DA U.O. =>		89.394.290,45	89.394.290,45
	TOTAL DO ÓRGÃO =>	895.551.410,11	165.399.296,95	1.060.950.707,06

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

RICARDO MOREIRA NUNEZ
DIRETOR DE GESTÃO E PROJETOS
CPF: 400.454.470/04

VANDERLEI SALGUEIRO JUNIOR
SUPERINTENDENTE DE FINANÇAS - SCF
CRCRS N. 60126
CPF: 607.410.900/15

SERGIO RICARDO AVILA DA SILVA
SUPERINTENDENTE ADJUNTO - CONTADOR
CRCRS N. 46408
CPF: 416.428.990/20

EXERCÍCIO DE 2010 — DEPARTAMENTO AUTONOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM — RFPE009/00001

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO

DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES — ANEXO N. 7

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
10	SAUDE		1.438.007,27	1.438.007,27
10.0782	TRANSPORTE RODOVIARIO		1.438.007,27	1.438.007,27
10.0782.0335	OPERACOES ESPECIAIS		1.438.007,27	1.438.007,27
26	TRANSPORTE	895.551.410,11	144.469.530,92	1.040.020.941,03
26.0122	ADMINISTRACAO GERAL	1.291.344,90	52.498.878,08	53.790.222,98
26.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	1.291.344,90	52.498.878,08	53.790.222,98
26.0130	ADMINIST. DE CONCESSOES	7.553,18		7.553,18
26.0130.0363	OPERACAO DO SISTEMA RODOVIARIO ESTADUAL	7.553,18		7.553,18
26.0181	POLICIAMENTO		8.139.196,75	8.139.196,75
26.0181.0363	OPERACAO DO SISTEMA RODOVIARIO ESTADUAL		8.139.196,75	8.139.196,75
26.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO		61.836.248,32	61.836.248,32
26.0272.0335	OPERACOES ESPECIAIS		61.836.248,32	61.836.248,32
26.0782	TRANSPORTE RODOVIARIO	894.252.512,03	21.995.207,77	916.247.719,80
26.0782.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		243.834,99	243.834,99
26.0782.0335	OPERACOES ESPECIAIS		6.628.276,10	6.628.276,10
26.0782.0361	CONSTRUCAO DE RODOVIAS	561.413.811,13	5.015.998,15	566.429.809,28
26.0782.0362	CONSERVACAO E MANUTENCAO DE RODOVIAS	332.838.700,90		332.838.700,90
26.0782.0363	OPERACAO DO SISTEMA RODOVIARIO ESTADUAL		10.107.098,53	10.107.098,53
28	ENCARGOS ESPECIAIS		19.491.758,76	19.491.758,76
28.0061	ACAO JUDICIARIA		19.491.758,76	19.491.758,76
28.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS		19.491.758,76	19.491.758,76
	TOTAL GERAL =>	895.551.410,11	165.399.296,95	1.060.950.707,06

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

RICARDO MOREIRA NUNEZ
DIRETOR DE GESTÃO E PROJETOS
CPF: 400.454.470/04

VANDERLEI SALGUEIRO JUNIOR
SUPERINTENDENTE DE FINANÇAS - SCF
CRCRS N. 60126
CPF: 607.410.900/15

SERGIO RICARDO AVILA DA SILVA
SUPERINTENDENTE ADJUNTO - CONTADOR
CRCRS N. 46408
CPF: 416.428.990/20

EXERCÍCIO DE 2010 — DEPARTAMENTO AUTONOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM — RFPE029/00001

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS — ANEXO N.8

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
10	SAUDE	1.438.007,27		1.438.007,27
10.0782	TRANSPORTE RODOVIARIO	1.438.007,27		1.438.007,27
10.0782.0335	OPERACOES ESPECIAIS	1.438.007,27		1.438.007,27
26	TRANSPORTE	312.174.915,05	727.846.025,98	1.040.020.941,03
26.0122	ADMINISTRACAO GERAL	53.786.217,98	4.005,00	53.790.222,98
26.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	53.786.217,98	4.005,00	53.790.222,98
26.0130	ADMINIST. DE CONCESSOES		7.553,18	7.553,18
26.0130.0363	OPERACAO DO SISTEMA RODOVIARIO ESTADUAL		7.553,18	7.553,18
26.0181	POLICIAMENTO	2.886.319,01	5.252.877,74	8.139.196,75
26.0181.0363	OPERACAO DO SISTEMA RODOVIARIO ESTADUAL	2.886.319,01	5.252.877,74	8.139.196,75
26.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO	61.836.248,32		61.836.248,32
26.0272.0335	OPERACOES ESPECIAIS	61.836.248,32		61.836.248,32
26.0782	TRANSPORTE RODOVIARIO	193.666.129,74	722.581.590,06	916.247.719,80
26.0782.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		243.834,99	243.834,99
26.0782.0335	OPERACOES ESPECIAIS	3.783.898,10	2.844.378,00	6.628.276,10
26.0782.0361	CONSTRUCAO DE RODOVIAS	124.889.258,27	441.540.551,01	566.429.809,28
26.0782.0362	CONSERVACAO E MANUTENCAO DE RODOVIAS	64.186.029,23	268.652.671,67	332.838.700,90
26.0782.0363	OPERACAO DO SISTEMA RODOVIARIO ESTADUAL	806.944,14	9.300.154,39	10.107.098,53
28	ENCARGOS ESPECIAIS	19.491.758,76		19.491.758,76
28.0061	ACAO JUDICIARIA	19.491.758,76		19.491.758,76
28.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS	19.491.758,76		19.491.758,76
	TOTAL GERAL =>	333.104.681,08	727.846.025,98	1.060.950.707,06

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

RICARDO MOREIRA NUNEZ
DIRETOR DE GESTÃO E PROJETOS
CPF: 400.454.470/04

VANDERLEI SALGUEIRO JUNIOR
SUPERINTENDENTE DE FINANÇAS - SCF
CRCRS N. 60126
CPF: 607.410.900/15

SERGIO RICARDO AVILA DA SILVA
SUPERINTENDENTE ADJUNTO - CONTADOR
CRCRS N. 46408
CPF: 416.428.990/20

EXERCÍCIO DE 2010 | DEPARTAMENTO AUTONOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM | RFPE025/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃO E FUNÇÕES | ANEXO N.9

R$

FUNÇÕES / ÓRGÃOS	SAUDE	TRANSPORTE	ENCARGOS ESPECIAIS	TOTAL
PODER LEGISLATIVO				
PODER JUDICIARIO				
MINISTERIO PUBLICO				
DEFENSORIA PUBLICA				
PODER EXECUTIVO				
DEPARTAMENTO AUTONOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM	1.438.007,27	1.040.020.941,03	19.491.758,76	1.060.950.707,06
SOMA.....	1.438.007,27	1.040.020.941,03	19.491.758,76	1.060.950.707,06
TOTAL.....	1.438.007,27	1.040.020.941,03	19.491.758,76	1.060.950.707,06

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

RICARDO MOREIRA NUNEZ
DIRETOR DE GESTÃO E PROJETOS
CPF: 400.454.470/04

WANDERLEI SALGUEIRO JUNIOR
SUPERINTENDENTE DE FINANÇAS - SCF
CRCRS N. 60126
CPF: 607.410.900/15

SERGIO RICARDO AVILA DA SILVA
SUPERINTENDENTE ADJUNTO - CONTADOR
CRCRS N. 46408
CPF: 416.428.990/20

EXERCÍCIO DE 2010 — DEPARTAMENTO AUTONOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM — RFPE023/00001

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA — ANEXO N. 10

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
1000.00.00.0000	RECEITAS CORRENTES	106.481.000,00	76.239.904,88	30.241.095,12-
1100.00.00.0000	RECEITA TRIBUTARIA	327.700,00	48.191,84	279.508,16-
1120.00.00.0000	TAXAS	327.700,00	48.191,84	279.508,16-
1121.00.00.0000	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	299.400,00	41.665,43	257.734,57-
1121.99.00.0000	OUTRAS TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	299.400,00	41.665,43	257.734,57-
1121.99.99.0000	DIVERSAS TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	299.400,00	41.665,43	257.734,57-
1122.00.00.0000	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	28.300,00	6.526,41	21.773,59-
1122.99.00.0000	OUTRAS TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	28.300,00	6.526,41	21.773,59-
1122.99.99.0000	DIVERSAS TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	28.300,00	6.526,41	21.773,59-
1300.00.00.0000	RECEITA PATRIMONIAL	7.510.500,00	2.412.385,02	5.098.114,98-
1310.00.00.0000	RECEITAS IMOBILIARIAS	1.504.000,00	1.270.707,30	233.292,70-
1311.00.00.0000	ALUGUEIS	1.483.000,00	1.268.655,55	214.344,45-
1311.99.00.0000	OUTROS ALUGUEIS	1.483.000,00	1.268.655,55	214.344,45-
1311.99.99.0000	DIVERSOS ALUGUEIS	1.483.000,00	1.268.655,55	214.344,45-
1312.00.00.0000	ARRENDAMENTOS	0,00	102,23	102,23
1312.99.00.0000	OUTROS ARRENDAMENTOS	0,00	102,23	102,23
1312.99.99.0000	DIVERSOS ARRENDAMENTOS	0,00	102,23	102,23
1319.00.00.0000	OUTRAS RECEITAS IMOBILIARIAS	21.000,00	1.949,52	19.050,48-
1319.01.00.0000	TAXA DE OCUPACAO DE IMOVEIS	21.000,00	1.949,52	19.050,48-
1319.01.03.0000	TAXA DE OCUPACAO DE OUTROS IMOVEIS	21.000,00	1.949,52	19.050,48-
1320.00.00.0000	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	7.000,00	39.282,92	32.282,92
1322.00.00.0000	DIVIDENDOS	0,00	179,48	179,48
1322.02.00.0000	DIVIDENDOS DE PARTICIPACOES DIVERSAS	0,00	179,48	179,48
1322.02.99.0000	DIVIDENDOS DE PARTICIPACOES DIVERSAS	0,00	179,48	179,48
1325.00.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	5.800,00	38.583,56	32.783,56
1325.01.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS DE RECURSOS VINCULADOS	0,00	35.091,75	35.091,75
1325.01.99.0000	DIVERSAS REMUNERACOES DE DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS	0,00	35.091,75	35.091,75
1325.02.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITO DE RECURSOS NAO VINCULADOS	5.800,00	3.491,81	2.308,19-
1325.02.99.0000	DIVERSAS REMUNERACOES DE DEPOSITOS BANCARIOS NAO VINCULADOS	5.800,00	3.491,81	2.308,19-
1329.00.00.0000	OUTRAS RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	1.200,00	519,88	680,12-
1329.99.00.0000	OUTRAS RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	1.200,00	519,88	680,12-
1329.99.01.0000	DIVERSAS RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	1.200,00	519,88	680,12-
1330.00.00.0000	RECEITA DE CONCESSOES E PERMISSOES	5.897.000,00	1.090.668,27	4.806.331,73-
1333.00.00.0000	RECEITAS DE CONCESSOES E PERMISSOES-DIREITOS DE USO DE BENS PUBLICOS	97.000,00	365.085,61	268.085,61
1333.99.00.0000	OUTRAS RECEITAS DE CONCESSOES E PERMISSOES - DIREITOS DE USO DE BENS PUBLICO	97.000,00	365.085,61	268.085,61
1333.99.99.0000	DIVERSAS RECEITAS DE CONCESSOES E PERMISSOES DE USO	97.000,00	365.085,61	268.085,61
1339.00.00.0000	DEMAIS RECEITAS DE CONCESSOES E PERMISSOES	5.800.000,00	725.582,66	5.074.417,34-
1339.99.00.0000	OUTRAS RECEITAS DE CONCESSOES E PERMISSOES	5.800.000,00	725.582,66	5.074.417,34-
1339.99.01.0000	DIVERSAS RECEITAS DE CONCESSOES E PERMISSOES	5.800.000,00	725.582,66	5.074.417,34-
1390.00.00.0000	OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	102.500,00	11.726,53	90.773,47-
1390.99.00.0000	OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	102.500,00	11.726,53	90.773,47-
1390.99.01.0000	DIVERSAS RECEITAS PATRIMONIAIS	102.500,00	11.726,53	90.773,47-
1600.00.00.0000	RECEITA DE SERVICOS	42.143.900,00	36.053.139,77	6.090.760,23-
1600.03.00.0000	SERVICOS DE TRANSPORTE	38.700.000,00	33.080.066,86	5.619.933,14-
1600.03.99.0000	DIVERSOS SERVICOS DE TRANSPORTE	38.700.000,00	33.080.066,86	5.619.933,14-
1600.13.00.0000	SERVICOS ADMINISTRATIVOS	3.440.000,00	2.929.235,47	510.764,53-
1600.13.99.0000	DIVERSOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	3.440.000,00	2.929.235,47	510.764,53-
1600.14.00.0000	SERVICOS DE INSPECAO E FISCALIZACAO	0,00	288,10	288,10
1600.14.99.0000	DIVERSOS SERVICOS DE INSPECAO E FISCALIZACAO	0,00	288,10	288,10
1600.99.00.0000	OUTROS SERVICOS	3.900,00	43.549,34	39.649,34
1600.99.01.0000	SERVICOS PARA UTILIZACAO E COMERCIALIZACAO DAS FAIXAS DE DOMINIO	3.900,00	43.549,34	39.649,34
1700.00.00.0000	TRANSFERENCIAS CORRENTES	400.000,00	75.521,88	324.478,12-
1760.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	400.000,00	75.521,88	324.478,12-
1761.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO E DE SUAS ENTIDADES	400.000,00	75.521,88	324.478,12-
1761.99.00.0000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	400.000,00	75.521,88	324.478,12-
1761.99.99.0000	DIVERSAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	400.000,00	75.521,88	324.478,12-
1900.00.00.0000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	56.098.900,00	37.650.666,37	18.448.233,63-
1910.00.00.0000	MULTAS E JUROS DE MORA	55.946.040,00	36.917.773,16	19.028.266,84-
1919.00.00.0000	MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	55.946.040,00	36.917.773,16	19.028.266,84-
1919.15.00.0000	MULTAS PREVISTAS NA LEGISLACAO DE TRANSITO	54.797.000,00	35.911.160,59	18.885.839,41-
1919.15.99.0000	DIVERSAS MULTAS PREVISTAS NA LEGISLACAO DE TRANSITO	54.797.000,00	35.911.160,59	18.885.839,41-
1919.27.00.0000	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	0,00	82.108,92	82.108,92
1919.27.99.0000	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS - OUTROS RECURSOS	0,00	82.108,92	82.108,92
1919.28.00.0000	MULTAS DECORRENTES DA OPERACAO DO TRANSPORTE RODOVIARIO DE PASSAGEIROS E CAR	1.149.040,00	924.503,65	224.536,35-
1919.28.99.0000	DIVERSAS MULTAS DECORRENTES DA OPERACAO DO TRANSPORTE RODOVIARIO DE PASSAGEI	1.149.040,00	924.503,65	224.536,35-

EXERCÍCIO DE 2010 | DEPARTAMENTO AUTONOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM | RFPE023/00002

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA | ANEXO N. 10

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
1920.00.00.0000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	149.850,00	672.184,26	522.334,26
1921.00.00.0000	INDENIZACOES	8.200,00	2.232,05	5.967,95-
1921.06.00.0000	INDENIZACOES POR DANOS CAUSADOS AO PATRIMONIO PUBLICO	1.000,00	1.269,09	269,09
1921.06.99.0000	DIVERSAS INDENIZACOES POR DANOS CAUSADOS AO PATRIMONIO PUBLICO	1.000,00	1.269,09	269,09
1921.99.00.0000	OUTRAS INDENIZACOES	7.200,00	962,96	6.237,04-
1921.99.99.0000	DIVERSAS INDENIZACOES	7.200,00	962,96	6.237,04-
1922.00.00.0000	RESTITUICOES	141.650,00	669.952,21	528.302,21
1922.01.00.0000	RESTITUICOES DE CONVENIOS	0,00	3.592,70	3.592,70
1922.01.99.0000	DIVERSAS RESTITUICOES DE CONVENIOS	0,00	3.592,70	3.592,70
1922.99.00.0000	OUTRAS RESTITUICOES	141.650,00	666.359,51	524.709,51
1922.99.99.0000	DIVERSAS RESTITUICOES	141.650,00	666.359,51	524.709,51
1930.00.00.0000	RECEITAS DA DIVIDA ATIVA	3.000,00	51.691,39	48.691,39
1931.00.00.0000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA	3.000,00	51.691,39	48.691,39
1931.99.00.0000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	3.000,00	51.691,39	48.691,39
1931.99.01.0000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS - PRINCIPAL	3.000,00	51.691,39	48.691,39
1990.00.00.0000	RECEITAS DIVERSAS	10,00	9.017,56	9.007,56
1990.98.00.0000	OUTRAS RECEITAS EVENTUAIS	10,00	0,00	10,00-
1990.98.99.0000	DIVERSAS RECEITAS EVENTUAIS	10,00	0,00	10,00-
1990.99.00.0000	OUTRAS RECEITAS	0,00	9.017,56	9.017,56
1990.99.02.0000	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR DE RECURSOS NAO VINCULADOS	0,00	802,60	802,60
1990.99.97.0000	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR DE OUTROS RECURSOS VINCULADOS	0,00	8.214,96	8.214,96
2000.00.00.0000	RECEITAS DE CAPITAL	14.000,00	1.015.470,00	1.001.470,00
2200.00.00.0000	ALIENACAO DE BENS	14.000,00	15.470,00	1.470,00
2210.00.00.0000	ALIENACAO DE BENS MOVEIS	14.000,00	15.470,00	1.470,00
2219.00.00.0000	ALIENACAO DE OUTROS BENS MOVEIS	14.000,00	15.470,00	1.470,00
2219.99.00.0000	OUTRAS ALIENACOES DE BENS MOVEIS	14.000,00	15.470,00	1.470,00
2219.99.99.0000	DIVERSAS ALIENACOES DE BENS MOVEIS	14.000,00	15.470,00	1.470,00
2400.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00
2470.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00
2471.00.00.0000	TRANSFERENCIA DE CONVENIOS DA UNIAO E DE SUAS ENTIDADES	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00
2471.99.00.0000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00
2471.99.99.0000	DIVERSAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00
TOTAL		106.495.000,00	77.255.374,88	29.239.625,12-

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

RICARDO MOREIRA NUNEZ
DIRETOR DE GESTÃO E PROJETOS
CPF: 400.454.470/04

VANDERLEI SALGUEIRO JUNIOR
SUPERINTENDENTE DE FINANÇAS - SCF
CRCRS N. 60126
CPF: 607.410.900/15

SERGIO RICARDO AVILA DA SILVA
SUPERINTENDENTE ADJUNTO - CONTADOR
CRCRS N. 46408
CPF: 416.428.990/20

EXERCÍCIO DE 2010 | DEPARTAMENTO AUTONOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM | RFPE026/00001

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA | ANEXO N.11

R$

TÍTULOS		DESPESA CORRENTE	DESPESA DE CAPITAL	TOTAL
DEPARTAMENTO AUTONOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM				
	DESPESA FIXADA	274.207.551,00	363.956.125,00	638.163.676,00
	CRÉDITOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00
	CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	15.300.000,00	15.300.000,00
	SUPLEMENTAÇÕES	112.339.791,29	1.208.446.661,10	1.320.786.452,39
	REDUÇÕES	68.344.341,32	448.902.412,86	517.246.754,18
	DESPESA AUTORIZADA	318.203.000,97	1.138.800.373,24	1.457.003.374,21
	DESPESA REALIZADA	268.774.837,83	999.225.329,63	1.268.000.167,46
	DIFERENÇA	49.428.163,14	139.575.043,61	189.003.206,75
TOTAL GERAL				
	DESPESA FIXADA			638.163.676,00
	CRÉDITOS ESPECIAIS			0,00
	CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS			15.300.000,00
	SUPLEMENTAÇÕES			1.320.786.452,39
	REDUÇÕES			517.246.754,18
	DESPESA AUTORIZADA			1.457.003.374,21
	DESPESA REALIZADA			1.268.000.167,46
	DIFERENÇA			189.003.206,75

CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS CONSIDERADOS PELO SEU VALOR DE ABERTURA, ESTANDO AS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES COMPUTADAS NAS SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES.

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

RICARDO MOREIRA NUNEZ
DIRETOR DE GESTÃO E PROJETOS
CPF: 400.454.470/04

VANDERLEI SALGUEIRO JUNIOR
SUPERINTENDENTE DE FINANÇAS - SCF
CRCRS N. 60126
CPF: 607.410.900/15

SERGIO RICARDO AVILA DA SILVA
SUPERINTENDENTE ADJUNTO - CONTADOR
CRCRS N. 46408
CPF: 416.428.990/20

EXERCÍCIO DE 2010

DEPARTAMENTO AUTONOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RFPE030/00001
ANEXO N.12

R$

R E C E I T A

TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES			
RECEITA TRIBUTARIA	327.700,00	67.625,92	260.074,08-
RECEITA PATRIMONIAL	7.510.500,00	2.842.199,06	4.668.300,94-
RECEITA DE SERVICOS	42.143.900,00	44.026.064,74	1.882.164,74
TRANSFERENCIAS CORRENTES	400.000,00	81.329,04	318.670,96-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	56.098.900,00	49.259.440,71	6.839.459,29-
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	106.481.000,00	96.276.659,47	10.204.340,53-
RECEITAS DE CAPITAL			
ALIENACAO DE BENS	14.000,00	15.470,00	1.470,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	0,00	1.433.248,53	1.433.248,53
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	14.000,00	1.448.718,53	1.434.718,53
SOMA	106.495.000,00	97.725.378,00	8.769.622,00-
DEFICIT DE PREVISÃO	1.350.508.374,21	1.170.274.789,46	180.233.584,75-
TOTAL	1.457.003.374,21	1.268.000.167,46	189.003.206,75-

D E S P E S A

TÍTULOS	AUTORIZAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
CRÉDITOS ORDINÁRIOS (1)	1.457.003.374,21	1.268.000.167,46	189.003.206,75-
CRÉDITOS ESPECIAIS (2)	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS (2)	0,00	0,00	0,00
SOMA	1.457.003.374,21	1.268.000.167,46	189.003.206,75-
TOTAL	1.457.003.374,21	1.268.000.167,46	189.003.206,75-

(1) DOTAÇÕES ORIGINAIS COM SUAS SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES
(2) DOTAÇÕES CRIADAS NO DECORRER DO EXERCÍCIO E ALTERAÇÕES

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

RICARDO MOREIRA NUNEZ
DIRETOR DE GESTÃO E PROJETOS
CPF: 400.454.470/04

VANDERLEI SALGUEIRO JUNIOR
SUPERINTENDENTE DE FINANÇAS - SCF
CRCRS N. 60126
CPF: 607.410.900/15

SERGIO RICARDO AVILA DA SILVA
SUPERINTENDENTE ADJUNTO - CONTADOR
CRCRS N. 46408
CPF: 416.428.990/20

BALANÇO FINANCEIRO | ANEXO N. 13

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
RECEITA ORÇAMENTARIA		DESPESA ORÇAMENTARIA	
RECEITAS CORRENTES		SAUDE	1.083.054,63
RECEITA TRIBUTARIA	67.625,92	TRANSPORTE	1.244.719.123,47
RECEITA PATRIMONIAL	2.842.199,06	ENCARGOS ESPECIAIS	22.197.989,36
RECEITA DE SERVICOS	44.026.064,74	SOMA.....	1.268.000.167,46
TRANSFERENCIAS CORRENTES	81.329,04		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	49.259.440,71	DESPESA EXTRA-ORÇAMENTARIA	
SOMA.....	96.276.659,47	REALIZAVEL	3.771.362,39
RECEITAS DE CAPITAL		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	96.316.096,05
ALIENACAO DE BENS	15.470,00	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	19.813.366,91
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	1.433.248,53	DEPOSITOS	37.682.669,86
SOMA.....	1.448.718,53	DIVERSOS	335.366,05
		SOMA.....	157.918.861,26
TOTAL.....	97.725.378,00	TOTAL.....	1.425.919.028,72
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA		VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO	
REALIZAVEL	1.116.017,19	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	96.658.397,53	INTRAGOVERNAMENTAIS	113.754,12
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	31.192.622,41	SOMA.....	113.754,12
DEPOSITOS	41.654.501,04		
DIVERSOS	589.392,69	SALDOS PARA O EXERCICIO SEGUINTE	
SOMA.....	171.210.930,86	CAIXA	1.195,43
		BANCOS C/DISPOSICAO	8.400.199,07
TOTAL.....	268.936.308,86	APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	71.203.214,39
VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO		BANCOS, C/VINCULADAS	42.773,44
BAIXA DE PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR E A LIQUIDAR	64.797.051,25	APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	10.317.439,27
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS INTRAGOVERNAMENTAIS	1.101.813.903,15	SOMA.....	89.964.821,60
SOMA.....	1.166.610.954,40		
SALDOS DO EXERCICIO ANTERIOR			
CAIXA	2.153,50		
BANCOS C/DISPOSICAO	4.311.085,96		
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	69.140.542,06		
BANCOS, C/VINCULADAS	16.769,90		
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	6.979.789,76		
SOMA.....	80.450.341,18		
TOTAL.....	1.515.997.604,44	TOTAL.....	1.515.997.604,44

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

RICARDO MOREIRA NUNEZ
DIRETOR DE GESTÃO E PROJETOS
CPF: 400.454.470/04

VANDERLEI SALGUEIRO JUNIOR
SUPERINTENDENTE DE FINANÇAS - SCF
CRCRS N. 60126
CPF: 607.410.900/15

SERGIO RICARDO AVILA DA SILVA
SUPERINTENDENTE ADJUNTO - CONTADOR
CRCRS N. 46408
CPF: 416.428.990/20

BALANÇO PATRIMONIAL — ANEXO N. 14

ATIVO		PASSIVO	
TITULOS	R$	TÍTULOS	R$
ATIVO FINANCEIRO		PASSIVO FINANCEIRO	
DISPONÍVEL		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	
CAIXA	1.195,43	FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	11.744.988,22
BANCOS C/DISPOSICAO	8.400.199,07	CONVENIOS E REPASSES SUJEIROS A COMPROVACAO	20.870.052,64
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	71.203.214,39	LOCACOES DE IMOVEIS, A PAGAR	1.530,00
SOMA.....	79.604.608,89	INDENIZACOES E RESTITUICOES A PAGAR	1.313.965,71
VINCULADO EM CONTA CORRENTE BANCÁRIA		FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	106.951,38
BANCOS, C/VINCULADAS	42.773,44	AUXILIO FUNERAL A PAGAR	9.334,47
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	10.317.439,27	PIS E PASEP A RECOLHER	160.000,00
SOMA.....	10.360.212,71	CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	10.409.809,65
REALIZÁVEL		TRIBUTOS E TAXAS DIVERSAS A RECOLHER	1.995,49
DEVEDORES	891.029,91	PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR	20.287.610,15
DEPOSITOS JUDICIAIS	35.253.245,01	EMPREITEIROS A PAGAR	29.168.605,94
SOMA.....	36.144.274,92	DIARIAS A PAGAR	3.505,21
TOTAL.....	126.109.096,52	FGTS A RECOLHER	49.683,19
ATIVO PERMANENTE		DIARIAS VENCIDAS A PAGAR	1.269,51
BENS DA ENTIDADE		SENTENCAS JUDICIAIS A PAGAR	3.943,78
BENS MOVEIS	31.024.061,59	REQUISICAO DE PEQUENO VALOR A PAGAR	1.654.547,77
BENS IMOVEIS	28.141.643,38	SOMA.....	95.787.793,11
SOMA.....	59.165.704,97	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
PARTICIPAÇÕES		FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	20.336.863,14
PARTICIPACOES SOCIETARIAS EM EMPRESAS SOB CONTROLE DO ESTADO	61.350,00	CONVENIOS E REPASSES SUJEITOS A COMPROVACAO	1.163.612,09
SOMA.....	61.350,00	LOCACOES DE IMOVEIS A LIQUIDAR	5.900,00
CRÉDITOS		INDENIZACOES E RESTITUICOES A LIQUIDAR	733.371,45
DEVEDORES POR IMPUTACAO DE RESPONSABILIDADE	87.722,50	TRIBUTOS E TAXAS DIVERSAS A LIQUIDAR	283,50
DEVEDORES POR LOCACAO	456,89	EMPREITEIROS A LIQUIDAR	8.918.482,09
CREDITOS P/FUTURO AUMENTO CAP EM EMPR SOB CONTROLE DO ESTADO	18.171,38	DIARIAS VENCIDAS A LIQUIDAR	88,05
CREDITOS POR PAGAMENTOS INDEVIDOS	76.187,90	SENTENCAS JUDICIAIS A PAGAR	334,33
DEVEDORES POR CONSIGNACOES	11.282,87	REQUISICOES DE PEQUENO VALOR A LIQUIDAR	56.808,88
DEVEDORES POR EMPRESTIMOS CONCEDIDOS	550.337,63	SOMA.....	31.215.743,53
DEVEDORES POR PRESTACOES DE SERVICOS	692.552.026,57	DEPÓSITOS	
DEVEDORES PELO REEMBOLSO DE PROVENTOS	3.951,86	DEPOSITOS	15.594.557,77
VALES-PEDAGIO A RECEBER	764,80	SOMA.....	15.594.557,77
SOMA.....	693.300.902,40	DIVERSOS	
DÍVIDA ATIVA		ORDENS DE PAGAMENTO DEVOLVIDAS	177.710,17
DIVIDA ATIVA DE PAGAMENTOS INDEVIDOS	57.325,23	OUTROS CREDORES	719.927,83
DIVIDA ATIVA DE PRESTACAO DE SERVICOS	18.471.873,70	SOMA.....	897.638,00
DIVIDA ATIVA DE FAIXA DE DOMINIO	64.000.433,80	TOTAL.....	143.495.732,41
DIVIDA ATIVA DE MULTAS DESVINCULADAS	4.705,57	PASSIVO PERMANENTE	
SOMA.....	82.534.338,30	DÍVIDA FUNDADA INTERNA	
DIVERSOS		DEBITOS PARCELADOS	47.769.100,27
BENS CREDITOS E VALORES EM FASE DE AQUISICAO OU FORMACAO	1.283.091,47	PRECATORIOS JUDICIAIS - EC 62/2009	109.973.721,78
ALMOXARIFADOS	590.266,66	SOMA.....	157.742.822,05
SOMA.....	1.873.358,13	TOTAL.....	157.742.822,05
TOTAL.....	836.935.653,80	SOMA DO PASSIVO REAL	301.238.554,46
SOMA DO ATIVO REAL	963.044.750,32	SALDO PATRIMONIAL	
ATIVO COMPENSADO		SITUAÇÃO LÍQUIDA	
VALORES EM PODER DE TERCEIROS		ATIVO REAL LIQUIDO	661.806.195,86
RESPONSAVEIS POR ADIANTAMENTOS	4.582,98	SOMA.....	963.044.750,32
RESPONSAVEIS POR ALMOXARIFADOS	590.266,66	PASSIVO COMPENSADO	
RESPONSAVEIS POR DIARIAS	221.254,79	CONTRAPARTIDA DE VALORES EM PODER DE TERCEIROS	
DEPOSITOS BANCARIOS C/FGTS NAO OPTANTES	46.108,46	ADIANTAMENTOS A COMPROVAR	4.582,98
RESPONSAVEIS POR AJUDA DE CUSTO	10.794,21	VALORES EM GUARDA NOS ALMOXARIFADOS	590.266,66
SOMA.....	873.007,10	DIARIAS A COMPROVAR	221.254,79
VALORES DE TERCEIROS		FGTS NAO OPTANTES	46.108,46
CAIXA DE CAUCOES EM TITULOS E VALORES	831.488.522,87	AJUDA DE CUSTO A COMPROVAR	10.794,21
BENS DE TERCEIROS EM PODER DA ENTIDADE	4.814.705,75	SOMA.....	873.007,10
SOMA.....	836.303.228,62	CONTRAPARTIDA DE VALORES DE TERCEIROS	
VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS		CAUCOES EM TITULOS E VALORES	831.488.522,87
RESPONSAVEIS PELA EXECUCAO DE CONVENIOS	58.292.768,06	BENS PERTENCENTES A TERCEIROS	4.814.705,75
ATUALIZACOES DE PRECATORIOS	11.057.948,49	SOMA.....	836.303.228,62
AVAIS CONCEDIDOS	1,85	CONTRAPARTIDA DE VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS	
PROCESSOS JUDICIAIS	169.436.142,30	CONVENIOS EM EXECUCAO	58.292.768,06
SOMA.....	238.786.860,70	ATUALIZACOES DE PRECATORIOS A PAGAR	11.057.948,49
TOTAL.....	1.075.963.096,42	CREDORES POR AVAIS	1,85
		ACOES JUDICIAIS	169.436.142,30
		SOMA.....	238.786.860,70
		TOTAL.....	1.075.963.096,42

EXERCÍCIO DE 2010

DEPARTAMENTO AUTONOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM

RFPE032/00002

BALANÇO PATRIMONIAL

ANEXO N. 14

ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
TOTAL GERAL.....	2.039.007.846,74	TOTAL GERAL.....	2.039.007.846,74

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

RICARDO MOREIRA NUNEZ
DIRETOR DE GESTÃO E PROJETOS
CPF: 400.454.470/04

VANDERLEI SALGUEIRO JUNIOR
SUPERINTENDENTE DE FINANCAS - SCF
CRCRS N. 60126
CPF: 607.410.900/15

SERGIO RICARDO AVILA DA SILVA
SUPERINTENDENTE ADJUNTO - CONTADOR
CRCRS N. 46408
CPF: 416.428.990/20

VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
RECEITAS CORRENTES		DESPESAS CORRENTES	
RECEITA TRIBUTARIA	67.625,92	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	156.803.245,53
RECEITA PATRIMONIAL	2.842.199,06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	111.971.592,30
RECEITA DE SERVICOS	44.026.064,74	SOMA.....	268.774.837,83
TRANSFERENCIAS CORRENTES	81.329,04	DESPESAS DE CAPITAL	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	49.259.440,71	INVESTIMENTOS	999.225.329,63
SOMA.....	96.276.659,47	SOMA.....	999.225.329,63
RECEITAS DE CAPITAL		TOTAL.....	1.268.000.167,46
ALIENACAO DE BENS	15.470,00	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	1.433.248,53	RECEBIMENTO DE CREDITOS POR IMPUTACAO DE RESPONSABILIDADE	1.840,00
SOMA.....	1.448.718,53	ANULACAO DO REGISTRO BENS CRED VALORES FASE AQUIS/FORMACAO	1.156.271,84
DEDUÇÕES RECEITAS CORRENTES	0,00	RECEBIMENTO DE CREDITOS POR PRESTACAO DE SERVICOS	77.603,67
TOTAL.....	97.725.378,00	RECEBIMENTO DE CREDITOS PELO REEMBOLSO DE PROVENTOS	3.355,81
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS		SOMA.....	1.239.071,32
REGISTRO DE BENS CRED E VAL EM FASE DE AQUISICAO OU FORMACAO	1.283.091,47	INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
CONSTRUCAO OU AQUISICAO DE BENS MOVEIS	1.817.950,35	VARIAÇÕES PASSIVAS	
CONSTRUCAO OU AQUISICAO DE BENS IMOVEIS	2.871.637,03	BAIXA DE CREDITOS POR PAGAMENTOS INDEVIDOS	2.500,15
SOMA.....	5.972.678,85	BAIXA DE CREDITOS DE CONSIGNATARIOS	3.553,13
INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		TRANSFERENCIAS INTRAPATRIMONIAIS	1.685.187,83
VARIAÇÕES ATIVAS		BAIXA DE BENS MOVEIS	22.501,46
BAIXA DE DEBITOS PARCELADOS	4.848.013,94	BAIXA DE BENS IMOVEIS	336.718,72
INSCRICAO DE CREDITOS POR IMPUTACAO DE RESPONSABILIDADE	8.223,59	BAIXA DE CREDITOS POR PRESTACAO DE SERVICOS	44.906.610,52
INSCRICAO DE CREDITOS DE CONSIGNATARIOS	3.553,13	BAIXA DE CREDITOS PELO REEMBOLSO DE PROVENTOS	25.715,33
TRANSFERENCIAS INTRAPATRIMONIAIS	1.685.187,83	INSCRICAO DE PRECATORIOS JUDICIAIS - EC 62/2009	109.973.721,78
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	34.477,25	BAIXA DE BENS DE ALMOXARIFADO	3.388.868,32
INSCRICAO DE CREDITOS POR EMPRESTIMOS CONCEDIDOS	3.764,25	BAIXA DE CREDITOS DECORRENTES DE VALES-PEDAGIO	831.492,60
INSCRICAO DE CREDITOS POR PRESTACAO DE SERVICOS	99.443.352,84	BAIXA DE DIVIDA ATIVA DE FAIXA DE DOMINIO	27.000,89
INSCRICAO DE CREDITOS PELO REEMBOLSO DE PROVENTOS	24.087,44	SOMA.....	161.203.870,73
INCORPORACAO DE BENS DE ALMOXARIFADO	3.381.646,61	VARIAÇÕES PASSIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO PATRIMÔNIO FINANCEIRO	
INSCRICAO DE DIVIDA ATIVA DE FAIXA DE DOMINIO	64.027.434,69	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS INTRAGOVERNAMENTAIS	113.754,12
INSCRICAO DE DIVIDA ATIVA DE MULTAS DESVINCULADAS	4.705,57	SOMA.....	113.754,12
SOMA.....	173.464.447,14	TOTAL.....	1.430.556.863,63
VARIAÇÕES ATIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO PATRIMÔNIO FINANCEIRO		RESULTADO PATRIMONIAL	
BAIXA DE PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR E A LIQUIDAR	64.797.051,25	SUPERAVIT VERIFICADO	13.216.594,76
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS INTRAGOVERNAMENTAIS	1.101.813.903,15	TOTAL.....	1.443.773.458,39
SOMA.....	1.166.610.954,40		
TOTAL.....	1.443.773.458,39		

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

RICARDO MOREIRA NUNEZ
DIRETOR DE GESTÃO E PROJETOS
CPF: 400.454.470/04

VANDERLEI SALGUEIRO JUNIOR
SUPERINTENDENTE DE FINANCAS - SCF
CRCRS N. 60126
CPF: 607.410.900/15

SERGIO RICARDO AVILA DA SILVA
SUPERINTENDENTE ADJUNTO - CONTADOR
CRCRS N. 46408
CPF: 416.428.990/20

EXERCÍCIO DE 2010 — DEPARTAMENTO AUTONOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM — RFPE034/00001

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE — ANEXO N.17

R$

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	8.926.256,55-	19.357.197,61	16.538.465,94	11.744.988,22-
CONVENIOS E REPASSES SUJEIROS A COMPROVACAO	701.054,00-	21.870.051,27	1.701.052,63	20.870.052,64-
LOCACOES DE IMOVEIS, A PAGAR	7.980,00-	730,00	7.180,00	1.530,00-
INDENIZACOES E RESTITUICOES A PAGAR	228.328,65-	2.636.346,97	1.550.709,91	1.313.965,71-
FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	61.435,89-	73.320,13	27.804,64	106.951,38-
AUXILIO FUNERAL A PAGAR	20.775,88-	3.017,29	14.458,70	9.334,47-
PIS E PASEP A RECOLHER	0,00	160.000,00	0,00	160.000,00-
CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	8.232.902,95-	4.685.183,27	2.508.276,57	10.409.809,65-
TRIBUTOS E TAXAS DIVERSAS A RECOLHER	1.310,44-	1.995,49	1.310,44	1.995,49-
PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR	72.647.589,55-	12.437.071,85	64.797.051,25	20.287.610,15-
EMPREITEIROS A PAGAR	3.188.415,07-	33.759.340,05	7.779.149,18	29.168.605,94-
DIARIAS A PAGAR	2.326,72-	1.429,47	250,98	3.505,21-
FGTS A RECOLHER	29.675,61-	49.683,19	29.675,61	49.683,19-
DIARIAS VENCIDAS A PAGAR	18.833,53-	752,17	18.316,19	1.269,51-
SENTENCAS JUDICIAIS A PAGAR	9.108,73-	2.443,78	7.608,73	3.943,78-
AJUDAS DE CUSTO VENCIDAS A PAGAR	5.871,31-	0,00	5.871,31	0,00
REQUISICAO DE PEQUENO VALOR A PAGAR	1.363.626,75-	1.619.834,99	1.328.913,97	1.654.547,77-
SUBTOTAL.....	95.445.491,63-	96.658.397,53	96.316.096,05	95.787.793,11-
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	11.581.807,56-	20.336.863,14	11.581.807,56	20.336.863,14-
CONVENIOS E REPASSES SUJEITOS A COMPROVACAO	1.000.000,00-	1.163.612,09	1.000.000,00	1.163.612,09-
LOCACOES DE IMOVEIS A LIQUIDAR	1.372,03-	5.900,00	1.372,03	5.900,00-
INDENIZACOES E RESTITUICOES A LIQUIDAR	1.535.251,67-	733.371,45	1.535.251,67	733.371,45-
CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A LIQUIDAR	97,71-	0,00	97,71	0,00
TRIBUTOS E TAXAS DIVERSAS A LIQUIDAR	699,00-	283,50	699,00	283,50-
EMPREITEIROS A LIQUIDAR	5.688.457,78-	8.918.482,09	5.688.457,78	8.918.482,09-
DIARIAS A LIQUIDAR	3.251,03-	0,00	3.251,03	0,00
DIARIAS VENCIDAS A LIQUIDAR	0,00	88,05	0,00	88,05-
SENTENCAS JUDICIAIS A PAGAR	334,33-	0,00	0,00	334,33-
REQUISICOES DE PEQUENO VALOR A LIQUIDAR	25.216,92-	34.022,09	2.430,13	56.808,88-
SUBTOTAL.....	19.836.488,03-	31.192.622,41	19.813.366,91	31.215.743,53-
DEPOSITOS				
DEPOSITOS	11.622.726,59-	41.654.501,04	37.682.669,86	15.594.557,77-
SUBTOTAL.....	11.622.726,59-	41.654.501,04	37.682.669,86	15.594.557,77-
DIVERSOS				
ORDENS DE PAGAMENTO DEVOLVIDAS	170.745,15-	51.193,92	44.228,90	177.710,17-
OUTROS CREDORES	472.866,21-	538.198,77	291.137,15	719.927,83-
SUBTOTAL.....	643.611,36-	589.392,69	335.366,05	897.638,00-
TOTAL.....	127.548.317,61-	170.094.913,67	154.147.498,87	143.495.732,41-

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

RICARDO MOREIRA NUNEZ
DIRETOR DE GESTÃO E PROJETOS
CPF: 400.454.470/04

VANDERLEI SALGUEIRO JUNIOR
SUPERINTENDENTE DE FINANÇAS - SCF
CRCRS N. 60126
CPF: 607.410.900/15

SERGIO RICARDO AVILA DA SILVA
SUPERINTENDENTE ADJUNTO - CONTADOR
CRCRS N. 46408
CPF: 416.428.990/20

EXERCÍCIO DE 2010 — DEPARTAMENTO AUTONOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM — RFPE017/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CAT. ECONÔMICA, GRUPO NAT. DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.0.00.00	DESPESA CORRENTE	268.774.837,83
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	156.803.245,53
3.1.90.00	APLICACOES DIRETAS	70.950.687,80
3.1.90.03	PENSOES	1.261.663,59
3.1.90.03.0303	PENSIONISTAS - CIVIL	1.144.961,71
3.1.90.03.0304	13° VENCIMENTO - PENSIONISTAS CIVIS	116.701,88
3.1.90.09	SALARIO-FAMILIA	600.127,75
3.1.90.09.0904	SALARIO FAMILIA - ATIVOS CIVIL	600.127,75
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	54.398.982,38
3.1.90.11.1102	VENCIMENTO, SALARIO E SUBSIDIO	22.327.614,84
3.1.90.11.1103	13- VENCIMENTO	4.283.827,78
3.1.90.11.1104	GRATIFICACOES	10.043.156,84
3.1.90.11.1105	VANTAGENS TEMPORAIS	13.010.482,54
3.1.90.11.1107	OUTRAS VANTAGENS	3.711.001,24
3.1.90.11.1108	JETON	1.022.899,14
3.1.90.13	OBRIGACOES PATRONAIS	1.266.989,08
3.1.90.13.1304	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA	990.858,42
3.1.90.13.1305	FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVICO - FGTS	276.130,66
3.1.90.16	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS-PESSOAL CIVIL	86.557,40
3.1.90.16.1601	GRATIFICACOES - PESSOAL CIVIL	86.557,40
3.1.90.91	SENTENCAS JUDICIAIS	13.229.462,80
3.1.90.91.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS	13.195.134,09
3.1.90.91.9103	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENÇAS JUDICIAIS - ISENTAS DE TRIBUTACAO	34.328,71
3.1.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	12.679,17
3.1.90.92.1102	VENCIMENTO, SALARIO E SUBSIDIO	3.496,74
3.1.90.92.1103	13- VENCIMENTO	2.467,48
3.1.90.92.1107	OUTRAS VANTAGENS	6.714,95
3.1.90.96	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	94.225,63
3.1.90.96.9601	RESSARCIMENTO	94.225,63
3.1.91.00	TRANSFERENCIA INTRAGOVERNAMENTAL	85.852.557,73
3.1.91.13	OBRIGACOES PATRONAIS	85.444.092,05
3.1.91.13.1301	CONTRIBUICAO AO IPERGS PARA ASSISTENCIA MEDICA	674.588,95
3.1.91.13.1310	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA S/ATIVOS - RPPS	9.854.704,50
3.1.91.13.1311	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA S/INATIVOS - RPPS	5.095.680,18
3.1.91.13.1313	CONTRIBUICAO AO IPERGS PARA COBERTURA DE DEFICE - INATIVOS	69.819.118,42
3.1.91.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	408.465,68
3.1.91.92.1301	CONTRIBUICAO AO IPERGS PARA ASSISTENCIA MEDICA	408.465,68
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	111.971.592,30
3.3.90.00	APLICACOES DIRETAS	111.971.592,30
3.3.90.08	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAS	232.043,29
3.3.90.08.0803	AUXILIO FUNERAL	232.043,29
3.3.90.14	DIARIAS-CIVIL	10.683.755,71
3.3.90.14.1401	DIARIAS DE VIAGEM POR FOLHA DE PESSOAL	4.122.213,90
3.3.90.14.1402	DIARIAS DE VIAGEM	6.551.289,94
3.3.90.14.1403	DIARIAS ESPECIAIS DE VIAGEM	7.865,99
3.3.90.14.1407	DIARIAS DE VIAGEM PARA FORA DO ESTADO	2.385,88
3.3.90.22	OUTROS ENCARGOS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO	81.440,46
3.3.90.22.2203	ENCARGOS INCIDENTES SOBRE PAGAMENTOS EFETUADOS COM ATRASO	81.440,46
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	12.380.676,98
3.3.90.30.3002	SINALIZACAO, IDENTIFICACAO E SEGURANCA	196.801,34
3.3.90.30.3003	ARTIGOS CIRURGICOS E LABORATORIAIS	213,08
3.3.90.30.3004	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	5.238.999,23
3.3.90.30.3005	FORRAGENS E OUTROS ALIMENTOS PARA ANIMAIS	1.350,84
3.3.90.30.3006	GENEROS PARA ALIMENTACAO	16.382,04
3.3.90.30.3009	MATERIAL DE EXPEDIENTE	157.016,06
3.3.90.30.3010	ACONDICIONAMENTO E/OU EMBALAGEM	2.063,09
3.3.90.30.3011	ALOJAMENTO, LAVANDERIA, COPA E/OU COZINHA	10.082,12
3.3.90.30.3013	MANUTENC, IDENTIFICAC, UTILIZAC E CONSERVAC DE BENS MOVEIS E EQUIPAMS	960.837,64
3.3.90.30.3014	MATERIAL DIDATICO	2.260,00
3.3.90.30.3015	PROTECAO E PROFILAXIA	3.689,64
3.3.90.30.3017	MATERIA-PRIMA	15.960,00
3.3.90.30.3018	PRODUTOS FARMACEUTICOS E ODONTOLOGICOS	1.024,43
3.3.90.30.3020	SEMENTES E MUDAS DE PLANTAS	1.000,00
3.3.90.30.3021	VESTUARIO E/OU UNIFORME	86.061,86
3.3.90.30.3022	REPROGRAFIA	9.025,30
3.3.90.30.3023	ADUBOS E/OU FERTILIZANTES	835,00
3.3.90.30.3025	PRODUTOS QUIMICOS, FISICOS E/OU BIOLOGICOS	15.755,68
3.3.90.30.3027	GAS DE COZINHA	9.867,08
3.3.90.30.3028	LIMPEZA E HIGIENE	79.794,51
3.3.90.30.3031	PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	367.057,56
3.3.90.30.3032	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	536.448,19
3.3.90.30.3033	CONSERVACAO DE VEICULOS	1.351.203,79
3.3.90.30.3035	INSIGNIAS, FLAMULAS, BANDEIRAS, PLACAS, CARTEIRAS FUNCIONAIS	8.594,00
3.3.90.30.3037	AQUISICAO DE ASFALTO PARA CONSERVACAO DE RODOVIAS	2.918.128,91
3.3.90.30.3039	CONSERVACAO DE ESTRADAS DE RODAGEM	390.225,59
3.3.90.33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	976.851,83
3.3.90.33.3301	LOCACAO DE VEICULOS	795.824,94
3.3.90.33.3302	TRANSPORTE DE PESSOAL	152.791,85
3.3.90.33.3304	TRANSPORTE DE PESSOAL POR VIA AEREA	28.235,04
3.3.90.35	SERVICOS DE CONSULTORIA	525.222,67
3.3.90.35.3502	ASSESSORIA E CONSULTORIA TECNICA	525.222,67
3.3.90.36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	83.536,56
3.3.90.36.3606	TAREFEIROS	1.295,00
3.3.90.36.3613	LIMPEZA E HIGIENE	2.331,30
3.3.90.36.3614	LOCACAO DE IMOVEIS	59.374,26
3.3.90.36.3615	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	16.362,00
3.3.90.36.3616	CONSERVACAO DE BENS MOVEIS E EQUIPAMENTOS	4.174,00
3.3.90.37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	1.092.784,22
3.3.90.37.3701	LIMPEZA E HIGIENE	462.128,50
3.3.90.37.3702	VIGILANCIA E/OU ZELADORIA	566.055,01
3.3.90.37.3703	SERVICOS GERAIS	64.600,71
3.3.90.39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	58.113.729,33
3.3.90.39.3901	AGUA E ESGOTO	575.183,88
3.3.90.39.3902	DIVULGACAO PROMOCIONAL OU INSTITUCIONAL	1.240.507,77
3.3.90.39.3903	ASSINATURA DE PERIODICOS E RECORTES	13.632,06
3.3.90.39.3904	COMISSOES E/OU TAXA DE ADMINISTRACAO	255.132,60
3.3.90.39.3907	ORGANIZACAO FEIRAS AMOSTRAS,CONGRESSOS,SEMINARIOS,SIMPOSIOS E CONGENERES	6.290,00
3.3.90.39.3916	DESPESAS PEQUENAS DE PRONTO PAGAMENTO	280,00
3.3.90.39.3918	ENERGIA ELETRICA	1.309.955,86

EXERCÍCIO DE 2010 — DEPARTAMENTO AUTONOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM — RFPE017/00002

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CAT. ECONÔMICA, GRUPO NAT. DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.3.90.39.3920	LOCACAO DE IMOVEIS	23.257,48
3.3.90.39.3921	LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	8.353.209,38
3.3.90.39.3924	PROCESSAMENTO DE DADOS	1.956.119,97
3.3.90.39.3925	RECEPCOES E HOMENAGENS	3.800,00
3.3.90.39.3926	SEGUROS	69.571,59
3.3.90.39.3928	CARTORIO	40.461,67
3.3.90.39.3929	COMUNICACAO	242.194,65
3.3.90.39.3930	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	301.916,91
3.3.90.39.3931	CONSERVACAO DE BENS MOVEIS E EQUIPAMENTOS	607.811,68
3.3.90.39.3932	CONSERVACAO DE VEICULOS	617.358,60
3.3.90.39.3933	DIVULGACAO OBRIGATORIA	68.668,88
3.3.90.39.3934	SERVICOS GRAFICOS	174.612,76
3.3.90.39.3935	ENSINO E TREINAMENTO	11.947,00
3.3.90.39.3939	MEDICINA	40,00
3.3.90.39.3940	FOTOGRAFIA, CINEGRAFIA, SOM E PROJECAO	8.000,00
3.3.90.39.3942	ESTAGIARIOS E MONITORES	902.603,82
3.3.90.39.3944	CARGA, DESCARGA, EMPACOTAMENTO E PESAGEM	780,00
3.3.90.39.3948	MULTAS	2.509,83
3.3.90.39.3950	CUSTAS JUDICIAIS	5.599,10
3.3.90.39.3952	DESPESAS BANCARIAS	65.000,00
3.3.90.39.3954	VISTORIA, INSPECAO, CLASSIFICACAO E AFERICAO	64.158,43
3.3.90.39.3956	REBOQUE	8.775,00
3.3.90.39.3958	TAXA PELA OCUPACAO DE IMOVEIS	2.582,46
3.3.90.39.3960	RECUPERACAO DE MATERIAIS	2.000,00
3.3.90.39.3964	CARTEIRAS FUNCIONAIS, CRACHAS E CARIMBOS	11.102,50
3.3.90.39.3979	TELEFONIA FIXA	810.637,57
3.3.90.39.3980	TELEFONIA MOVEL	31.076,12
3.3.90.39.3982	ARMAZENAGENS, FRETES E/OU CARRETOS	12.562,50
3.3.90.39.3983	AUXILIO TRANSPORTE	185.065,19
3.3.90.39.3984	LIMPEZA E HIGIENE	14.199,08
3.3.90.39.3989	VIGILANCIA E/OU ZELADORIA	16.439,03
3.3.90.39.3990	CONSERVACAO DE ESTRADAS DE RODAGEM	39.952.302,52
3.3.90.39.3991	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	21.285,50
3.3.90.39.3992	SERVICOS DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL	112.519,94
3.3.90.39.3993	MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	12.578,00
3.3.90.41	CONTRIBUICOES	340.848,08
3.3.90.41.4106	ENCARGOS COM ASSOCIACOES	41.222,75
3.3.90.41.4107	ATENDIMENTO DE CRECHE (DAER)	299.625,33
3.3.90.46	AUXILIO-ALIMENTACAO	2.741.092,18
3.3.90.46.4601	AUXILIO-REFEICAO	2.741.092,18
3.3.90.47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	8.738.876,92
3.3.90.47.4701	CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - SERVICOS DE TERCEIROS	352.880,35
3.3.90.47.4702	PROGRAMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO-PASEP	8.288.047,00
3.3.90.47.4703	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO E CONTRIBUICAO DE MELHORIA	21.354,93
3.3.90.47.4707	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	66.133,13
3.3.90.47.4711	LICENCA PARA O EXERCICIO PROFISSIONAL	10.368,00
3.3.90.47.4717	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEICULOS AUTOMOTORES	93,51
3.3.90.49	AUXILIO-TRANSPORTE	1.254.933,62
3.3.90.49.4901	AUXILIO TRANSPORTE	1.254.933,62
3.3.90.91	SENTENCAS JUDICIAIS	2.178.321,49
3.3.90.91.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS	1.616.329,67
3.3.90.91.9103	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENÇAS JUDICIAIS - ISENTAS DE TRIBUTACAO	561.991,82
3.3.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	7.470.812,68
3.3.90.92.0803	AUXILIO FUNERAL	13.562,64
3.3.90.92.1401	DIARIAS DE VIAGEM POR FOLHA DE PESSOAL	617.679,60
3.3.90.92.1402	DIARIAS DE VIAGEM	105.342,85
3.3.90.92.2203	ENCARGOS INCIDENTES SOBRE PAGAMENTOS EFETUADOS COM ATRASO	2.637,33
3.3.90.92.3002	SINALIZACAO, IDENTIFICACAO E SEGURANCA	740,00
3.3.90.92.3004	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	170.515,59
3.3.90.92.3009	MATERIAL DE EXPEDIENTE	6.253,90
3.3.90.92.3013	MANUTENC, IDENTIFICAC, UTILIZAC E CONSERVAC DE BENS MOVEIS E EQUIPAMS	6.241,00
3.3.90.92.3028	LIMPEZA E HIGIENE	4.220,00
3.3.90.92.3031	PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	17.345,00
3.3.90.92.3032	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	260,00
3.3.90.92.3033	CONSERVACAO DE VEICULOS	13.068,00
3.3.90.92.3037	AQUISICAO DE ASFALTO PARA CONSERVACAO DE RODOVIAS	123.894,53
3.3.90.92.3039	CONSERVACAO DE ESTRADAS DE RODAGEM	195,00
3.3.90.92.3301	LOCACAO DE VEICULOS	37.232,59
3.3.90.92.3302	TRANSPORTE DE PESSOAL	29.603,03
3.3.90.92.3304	TRANSPORTE DE PESSOAL POR VIA AEREA	911,24
3.3.90.92.3502	ASSESSORIA E CONSULTORIA TECNICA	50.963,30
3.3.90.92.3613	LIMPEZA E HIGIENE	23.191,10
3.3.90.92.3614	LOCACAO DE IMOVEIS	710,71
3.3.90.92.3701	LIMPEZA E HIGIENE	1.746,00
3.3.90.92.3702	VIGILANCIA E/OU ZELADORIA	180.574,28
3.3.90.92.3703	SERVICOS GERAIS	2.970,72
3.3.90.92.3901	AGUA E ESGOTO	21.086,18
3.3.90.92.3902	DIVULGACAO PROMOCIONAL OU INSTITUCIONAL	3.791,24
3.3.90.92.3904	COMISSOES E/OU TAXA DE ADMINISTRACAO	6.174,32
3.3.90.92.3918	ENERGIA ELETRICA	51.551,01
3.3.90.92.3920	LOCACAO DE IMOVEIS	74,46
3.3.90.92.3921	LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	51.326,24
3.3.90.92.3924	PROCESSAMENTO DE DADOS	1.623.173,17
3.3.90.92.3926	SEGUROS	972,72
3.3.90.92.3928	CARTORIO	2.338,60
3.3.90.92.3929	COMUNICACAO	15.012,43
3.3.90.92.3930	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	12.548,92
3.3.90.92.3931	CONSERVACAO DE BENS MOVEIS E EQUIPAMENTOS	5.310,00
3.3.90.92.3932	CONSERVACAO DE VEICULOS	1.556,00
3.3.90.92.3933	DIVULGACAO OBRIGATORIA	51.917,20
3.3.90.92.3934	SERVICOS GRAFICOS	9.543,99
3.3.90.92.3935	ENSINO E TREINAMENTO	4.980,00
3.3.90.92.3942	ESTAGIARIOS E MONITORES	10.844,31
3.3.90.92.3964	CARTEIRAS FUNCIONAIS, CRACHAS E CARIMBOS	85,00
3.3.90.92.3979	TELEFONIA FIXA	28.558,93
3.3.90.92.3980	TELEFONIA MOVEL	6.275,06
3.3.90.92.3989	VIGILANCIA E/OU ZELADORIA	480,00
3.3.90.92.3990	CONSERVACAO DE ESTRADAS DE RODAGEM	539.946,00
3.3.90.92.4702	PROGRAMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO-PASEP	384.033,15

EXERCÍCIO DE 2010 — DEPARTAMENTO AUTONOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM — RFPE017/00003

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CAT. ECONÔMICA, GRUPO NAT. DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA
COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.3.90.92.4707	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	1.834,41
3.3.90.92.9301	AJUDA DE CUSTO	585,62
3.3.90.92.9305	INDENIZACOES	3.226.955,31
3.3.90.93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	5.076.666,28
3.3.90.93.9301	AJUDA DE CUSTO	29.573,04
3.3.90.93.9305	INDENIZACOES	5.029.066,06
3.3.90.93.9306	RESTITUICAO DE RECEITAS	17.916,48
3.3.90.93.9312	RESSARCIMENTO DE DESPESAS MEDICO-HOSPITALARES	110,70
4.0.00.00	DESPESA CAPITAL	999.225.329,63
4.4.00.00	INVESTIMENTOS	999.225.329,63
4.4.20.00	TRANSFERENCIAS A UNIAO	809.778,38
4.4.20.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	809.778,38
4.4.20.92.4203	TRANSFERENCIAS A UNIAO	809.778,38
4.4.40.00	TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS	92.343.782,70
4.4.40.42	AUXILIOS	92.343.782,70
4.4.40.42.4201	ASSISTENCIA FINANCEIRA A MUNICIPIOS	92.343.782,70
4.4.90.00	APLICACOES DIRETAS	906.071.768,55
4.4.90.51	OBRAS E INSTALACOES	844.450.107,61
4.4.90.51.5102	ELABORACAO DE PROJETOS	8.223.734,24
4.4.90.51.5104	INICIO DE OBRAS PUBLICAS	102.734.604,41
4.4.90.51.5105	PROSSEGUIMENTO E/OU CONCLUSAO DE OBRAS PUBLICAS	707.949.238,36
4.4.90.51.5106	INSTALACOES, EQUIPAMENTOS E/OU MATERIAIS INCORPORAVEIS A IMOVEIS	234.017,71
4.4.90.51.5109	AQUISICAO DE ASFALTO PARA A CONSTRUCAO DE RODOVIAS	25.137.471,12
4.4.90.51.5111	TAXAS VINCULADAS A OBRAS	171.041,77
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.102.991,70
4.4.90.52.5208	OFICINA, AJARDINAMENTO E CAMPO	1.737,50
4.4.90.52.5212	MAQUINAS, MOTORES E/OU APARELHOS	149.868,90
4.4.90.52.5213	MATERIAL BIBLIOGR. PECAS P/COLECOES D E BIBLIOT. DISCOT.FILMOT.E MUSEUS	55.138,50
4.4.90.52.5214	MOBILIARIO EM GERAL	16.699,70
4.4.90.52.5219	SEGURANCA E/OU PROTECAO	940,00
4.4.90.52.5220	TELECOMUNICACOES	4.463,00
4.4.90.52.5221	MOVEIS E/OU MATERIAIS PARA ALOJAMENTO	4.766,00
4.4.90.52.5222	SOM E/OU IMAGEM	8.372,00
4.4.90.52.5228	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	2.846.931,30
4.4.90.52.5231	EQUIPAMENTOS PARA ALOJAMENTO, LAVANDERIA, COPA E/OU COZINHA	12.124,80
4.4.90.52.5232	AQUISICAO OU DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE	1.950,00
4.4.90.91	SENTENCAS JUDICIAIS	6.790.205,07
4.4.90.91.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS	6.790.205,07
4.4.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	46.648.595,39
4.4.90.92.5104	INICIO DE OBRAS PUBLICAS	2.871.637,15
4.4.90.92.5105	PROSSEGUIMENTO E/OU CONCLUSAO DE OBRAS PUBLICAS	42.500.537,04
4.4.90.92.5109	AQUISICAO DE ASFALTO PARA A CONSTRUCAO DE RODOVIAS	172.090,34
4.4.90.92.9305	INDENIZACOES	148.380,88
4.4.90.92.9329	INDENIZACAO PELA DESAPROPRIACAO DE BENS PARA USO COMUM DO POVO	955.949,98
4.4.90.93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	5.079.868,78
4.4.90.93.9305	INDENIZACOES	604.779,15
4.4.90.93.9329	INDENIZACAO PELA DESAPROPRIACAO DE BENS PARA USO COMUM DO POVO	4.475.089,63
	TOTAL GERAL ====>	1.268.000.167,46

* RESUMO *		
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	=>	156.803.245,53
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	=>	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	=>	111.971.592,30
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	=>	268.774.837,83
INVESTIMENTOS	=>	999.225.329,63
INVERSÕES FINANCEIRAS	=>	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	=>	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	=>	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	=>	999.225.329,63
TOTAL GERAL	=>	1.268.000.167,46

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

RICARDO MOREIRA NUNEZ
DIRETOR DE GESTÃO E PROJETOS
CPF: 400.454.470/04

VANDERLEI SALGUEIRO JUNIOR
SUPERINTENDENTE DE FINANÇAS - SCF
CRCRS N. 60126
CPF: 607.410.900/15

SERGIO RICARDO AVILA DA SILVA
SUPERINTENDENTE ADJUNTO - CONTADOR
CRCRS N. 46408
CPF: 416.428.990/20

EXERCÍCIO DE 2010

DEPARTAMENTO AUTONOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM

RFPE039/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR ÓRGÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO POR FONTE DE RECURSO

R$

ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA							
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
35 DEPARTAMENTO AUTONOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM	156.803.245,53		111.971.592,30	999.225.329,63				1.268.000.167,46
TESOURO-LIVRES	151.646.747,71		63.459.878,33	226.696.434,01				441.803.060,05
PROPRIOS DA AUTARQUIA			43.918.651,15	36.312.613,05				80.231.264,20
TESOURO-VINCULADOS POR LEI			3.338.212,99	670.603.370,25				673.941.583,24
CONVENIOS			111.423,89	1.447.761,63				1.559.185,52
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO	5.156.497,82		1.143.425,94	64.165.150,69				70.465.074,45
TOTAL	156.803.245,53		111.971.592,30	999.225.329,63				1.268.000.167,46

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

RICARDO MOREIRA NUNEZ
DIRETOR DE GESTÃO E PROJETOS
CPF: 400.454.470/04

VANDERLEI SALGUEIRO JUNIOR
SUPERINTENDENTE DE FINANÇAS - SCF
CRCRS N. 60126
CPF: 607.410.900/15

SERGIO RICARDO AVILA DA SILVA
SUPERINTENDENTE ADJUNTO - CONTADOR
CRCRS N. 46408
CPF: 416.428.990/20

EXERCÍCIO DE 2010

DEPARTAMENTO AUTONOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM

RFPE040/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR FUNCÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS FONTES DE RECURSO

R$

ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA							
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
10 SAUDE	1.083.054,63							1.083.054,63
TESOURO-LIVRES	1.083.054,63							1.083.054,63
26 TRANSPORTE	142.490.728,10		109.793.270,81	992.435.124,56				1.244.719.123,47
TESOURO-LIVRES	142.490.728,10		62.312.462,84	226.155.896,97				430.959.087,91
PROPRIOS DA AUTARQUIA			43.918.651,15	36.312.613,05				80.231.264,20
TESOURO-VINCULADOS POR LEI			3.338.212,99	670.603.370,25				673.941.583,24
CONVENIOS			111.423,89	1.447.761,63				1.559.185,52
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO			112.519,94	57.915.482,66				58.028.002,60
28 ENCARGOS ESPECIAIS	13.229.462,80		2.178.321,49	6.790.205,07				22.197.989,36
TESOURO-LIVRES	8.072.964,98		1.147.415,49	540.537,04				9.760.917,51
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO	5.156.497,82		1.030.906,00	6.249.668,03				12.437.071,85
TOTAL	156.803.245,53		111.971.592,30	999.225.329,63				1.268.000.167,46

RESUMO

TESOURO-LIVRES	151.646.747,71		63.459.878,33	226.696.434,01				441.803.060,05
PROPRIOS DA AUTARQUIA			43.918.651,15	36.312.613,05				80.231.264,20
TESOURO-VINCULADOS POR LEI			3.338.212,99	670.603.370,25				673.941.583,24
CONVENIOS			111.423,89	1.447.761,63				1.559.185,52
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO	5.156.497,82		1.143.425,94	64.165.150,69				70.465.074,45
TOTAL	156.803.245,53		111.971.592,30	999.225.329,63				1.268.000.167,46

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

RICARDO MOREIRA NUNEZ
DIRETOR DE GESTÃO E PROJETOS
CPF: 400.454.470/04

VANDERLEI SALGUEIRO JUNIOR
SUPERINTENDENTE DE FINANÇAS - SCF
CRCRS N. 60126
CPF: 607.410.900/15

SERGIO RICARDO AVILA DA SILVA
SUPERINTENDENTE ADJUNTO - CONTADOR
CRCRS N. 46408
CPF: 416.428.990/20

DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM

ANEXO 16

R$

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA							
DESIGNAÇÃO	AUTORIZAÇÕES		POSIÇÃO EM 31-12-2009	MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2010			POSIÇÃO EM 31-12-2010
	LEI	DATA		Variações		Resgate	
				Passivas	Ativas		
Débitos Parcelados							
Com o Ministério da Fazenda – PASEP							
Termo de Parcelamento de / /	XX	XX	52.617.114,21		4.848.013,94		47.769.100,27
Com o Instituto Nacional do Seguro Social	XX	XX	0,00				0,00
Precatorios							
Precatorios Judiciais EC 62/2009			0,00	109.973.721,78			109.973.721,78
Total	XX	XX	52.617.114,21	109.973.721,78	4.848.013,94		157.742.822,05

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2010.

Ricardo Moreira Nunes
Diretor de Gestão e Projetos
CPF: 400.454.470-04

Vanderlei Salgueiro Junior
Superintendente de Finanças – SCF
Contador CRCRS 60.126
CPF: 607.410.900-15

Sergio Ricardo Avila da Silva
Superintendente Adjunto - SCF
Contador CRCRS 46.408
CPF: 416.428.990-20

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis de 31.12.2010

Com vista ao cumprimento de disposições da Lei Complementar 101, de 04.05.2000, e considerando, ainda, o disposto no Decreto Federal 20.910, de 06.01.1932, e no Parecer 01/03, de 21.11.2003, do Egrégio Tribunal de Contas do Estado, foram expedidos o Decreto 47.542, de 08.11.2010, e a Instrução Normativa CAGE 02/10, com base nos quais foram efetuados os seguintes procedimentos:

a) Anulação das despesas inscritas em Restos a Pagar Não-Processados, no valor de R$ 5.036.947,41 (Cinco milhões, trinta e seis mil, novecentos e quarenta e sete reais e quarenta e um centavos), cujos empenhos foram emitidos entre 01.01.06 até 31.12.2009, executado de forma automática pelo Sistema de Administração Financeira do Estado, restando ser reempenhados a conta do orçamento em que forem reconhecidas posteriormente.

b) Cancelamento de empenhos não liquidados, no valor de R$ 26.624.493,39 (Vinte e seis milhões, seiscentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e noventa e tres reais e trinta e nove centavos), emitidos em 2010, excedentes ao saldo positivo de disponibilidade de caixa do tesouro.

RICARDO MOREIRA NUNES
DIRETOR DE GESTÃO E PROJETOS
CIC 400.454.470-04

VANDERLEI SALGUEIRO JUNIOR
SUPERINTENDENTE DE FINANÇAS
CONTADOR CRCRS 60.126
CIC 607.410.900-15

SERGIO RICARDO AVILA DA SILVA
SUPERINTENDENTE ADJUNTO-SCF
CONTADOR CRCRS 46.408
CIC 416.428.990-20

Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem

DAER - INFORMAÇÕES ----------Fls. 96 REF. EXP. 3.939/11.8

PARECER Nº 92

A Comissão de Controle, com base nos exames realizados, conclui que os balanços orçamentários, financeiro e patrimonial do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, relativos ao exercício de 2010, foram elaborados de acordo com a Lei nº 4.320/64, de 17/03/64 e Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000.

Comissão de Controle, em 11/03/2011

OLEGÁRIO JÚLIO DE O. SILVA
Rep. Sec. da Fazenda

NILSON CAVICHIONE SOLANO
Rep. Sec. Infra-Estrutura e Logística

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... :	VANDERLEI SALGUEIRO JUNIOR
REGISTRO..... :	RS-060126/O-3
CATEGORIA..... :	CONTADOR
CPF..... :	607.410.900-15

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 28.01.2011 as 14:48:41.
Válido até: 27.07.2011.
Código de Controle: 92317.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... :	SERGIO RICARDO AVILA DA SILVA
REGISTRO..... :	RS-046408/O-1
CATEGORIA..... :	CONTADOR
CPF..... :	416.428.990-20

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 28.01.2011 as 14:46:21.
Válido até: 31.03.2011.
Código de Controle: 92316.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

Superintendência de Portos e Hidrovias

SPH

EXERCÍCIO DE 2010

SUPERINTENDENCIA DE PORTOS E HIDROVIAS
DEMONSTRACÃO DA RECEITA E DA DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

RFPE035/00001
ANEXO N. 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
RECEITAS CORRENTES		DESPESA CORRENTE	
RECEITA PATRIMONIAL	2.638.455,58	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	37.391.837,74
RECEITA DE SERVICOS	2.626.936,38	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13.481.169,42
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.786.164,01	SOMA.....	50.873.007,16
SOMA.....	10.051.555,97	TOTAL.....	50.873.007,16
DEFICIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	40.821.451,19	DESPESA CAPITAL	
TOTAL.....	50.873.007,16	INVESTIMENTOS	126.033,45
RECEITAS DE CAPITAL		AMORTIZACAO DA DIVIDA	3.923,80
ALIENACAO DE BENS	901.409,65	SOMA.....	129.957,25
SOMA.....	901.409,65	TOTAL.....	51.002.964,41
DEFICIT	40.049.998,79		
TOTAL.....	51.002.964,41		

RESUMO

RECEITAS CORRENTES.....	10.051.555,97	DESPESAS CORRENTES.....	50.873.007,16
RECEITAS DE CAPITAL.....	901.409,65	DESPESAS DE CAPITAL.....	129.957,25
DEFICIT.....	40.049.998,79	SUPERAVIT.....	0,00
TOTAL.....	51.002.964,41	TOTAL.....	51.002.964,41

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

SILVIO LUIZ SOUZA
CONTADOR
CRCRS N. 31624
CPF: 286.054.030/04

JOSE CARLOS MARTINS
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 085.079.450/15

EXERCÍCIO DE 2010 — SUPERINTENDENCIA DE PORTOS E HIDROVIAS — RFPE006/00001

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES — ANEXO N.6

R$

ÓRGÃO: 36 - SUPERINTENDENCIA DE PORTOS E HIDROVIAS

U.O.: 36.01 - ADMINISTRACAO CENTRAL-SPH

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
26	TRANSPORTE	1.887.500,00	26.086.072,67	27.973.572,67
26.0122	ADMINISTRACAO GERAL		14.517.862,13	14.517.862,13
26.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		14.517.862,13	14.517.862,13
26.0131	COMUNICACAO SOCIAL		52.973,96	52.973,96
26.0131.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		52.973,96	52.973,96
26.0784	TRANSPORTE HIDROVIARIO	1.887.500,00	11.515.236,58	13.402.736,58
26.0784.0336	PORTOS INTERIORES E HIDROVIAS	1.887.500,00	11.515.236,58	13.402.736,58
28	ENCARGOS ESPECIAIS		2.842.759,28	2.842.759,28
28.0061	ACAO JUDICIARIA		2.842.759,28	2.842.759,28
28.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS		2.842.759,28	2.842.759,28
	TOTAL DA U.O. =>	1.887.500,00	28.928.831,95	30.816.331,95

U.O.: 36.33 - ENCARGOS GERAIS DA SUPERINTENDENCIA DE PORTOS E HIDROVIAS

10	SAUDE		1.821.258,04	1.821.258,04
10.0784	TRANSPORTE HIDROVIARIO		1.821.258,04	1.821.258,04
10.0784.0335	OPERACOES ESPECIAIS		1.821.258,04	1.821.258,04
26	TRANSPORTE		17.426.489,08	17.426.489,08
26.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO		17.422.565,28	17.422.565,28
26.0272.0335	OPERACOES ESPECIAIS		17.422.565,28	17.422.565,28
26.0784	TRANSPORTE HIDROVIARIO		3.923,80	3.923,80
26.0784.0335	OPERACOES ESPECIAIS		3.923,80	3.923,80
28	ENCARGOS ESPECIAIS		938.885,34	938.885,34
28.0061	ACAO JUDICIARIA		938.885,34	938.885,34
28.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS		938.885,34	938.885,34
	TOTAL DA U.O. =>		20.186.632,46	20.186.632,46
	TOTAL DO ÓRGÃO =>	1.887.500,00	49.115.464,41	51.002.964,41

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

SILVIO LUIZ SOUZA
CONTADOR
CRCRS N. 41624
CPF: 286.054.030/04

JOSE CARLOS MARTINS
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 085.079.450/15

EXERCÍCIO DE 2010 — SUPERINTENDENCIA DE PORTOS E HIDROVIAS — RFPE009/00001

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES — ANEXO N. 7

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
10	SAUDE		1.821.258,04	1.821.258,04
10.0784	TRANSPORTE HIDROVIARIO		1.821.258,04	1.821.258,04
10.0784.0335	OPERACOES ESPECIAIS		1.821.258,04	1.821.258,04
26	TRANSPORTE	1.887.500,00	43.512.561,75	45.400.061,75
26.0122	ADMINISTRACAO GERAL		14.517.862,13	14.517.862,13
26.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		14.517.862,13	14.517.862,13
26.0131	COMUNICACAO SOCIAL		52.973,96	52.973,96
26.0131.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		52.973,96	52.973,96
26.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO		17.422.565,28	17.422.565,28
26.0272.0335	OPERACOES ESPECIAIS		17.422.565,28	17.422.565,28
26.0784	TRANSPORTE HIDROVIARIO	1.887.500,00	11.519.160,38	13.406.660,38
26.0784.0335	OPERACOES ESPECIAIS		3.923,80	3.923,80
26.0784.0336	PORTOS INTERIORES E HIDROVIAS	1.887.500,00	11.515.236,58	13.402.736,58
28	ENCARGOS ESPECIAIS		3.781.644,62	3.781.644,62
28.0061	ACAO JUDICIARIA		3.781.644,62	3.781.644,62
28.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS		3.781.644,62	3.781.644,62
	TOTAL GERAL =>	1.887.500,00	49.115.464,41	51.002.964,41

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

SILVIO LUIZ SOUZA
CONTADOR
CRCRS N. 31624
CPF: 286.054/080/04

JOSE CARLOS MARTINS
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 085.079.450/15

EXERCÍCIO DE 2010 — SUPERINTENDENCIA DE PORTOS E HIDROVIAS — RFPE029/00001

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS — ANEXO N.8

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
10	SAUDE	1.821.258,04		1.821.258,04
10.0784	TRANSPORTE HIDROVIARIO	1.821.258,04		1.821.258,04
10.0784.0335	OPERACOES ESPECIAIS	1.821.258,04		1.821.258,04
26	TRANSPORTE	41.402.765,56	3.997.296,19	45.400.061,75
26.0122	ADMINISTRACAO GERAL	14.517.862,13		14.517.862,13
26.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	14.517.862,13		14.517.862,13
26.0131	COMUNICACAO SOCIAL	52.973,96		52.973,96
26.0131.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	52.973,96		52.973,96
26.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO	17.422.565,28		17.422.565,28
26.0272.0335	OPERACOES ESPECIAIS	17.422.565,28		17.422.565,28
26.0784	TRANSPORTE HIDROVIARIO	9.409.364,19	3.997.296,19	13.406.660,38
26.0784.0335	OPERACOES ESPECIAIS	3.923,80		3.923,80
26.0784.0336	PORTOS INTERIORES E HIDROVIAS	9.405.440,39	3.997.296,19	13.402.736,58
28	ENCARGOS ESPECIAIS	3.781.644,62		3.781.644,62
28.0061	ACAO JUDICIARIA	3.781.644,62		3.781.644,62
28.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS	3.781.644,62		3.781.644,62
	TOTAL GERAL =>	47.005.668,22	3.997.296,19	51.002.964,41

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

SILVIO LOUZ SOUZA
CONTADOR
CRCRS N. 31624
CPF: 286.05[illegible].030/04

JOSE CARLOS MARTINS
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 085.079.450/15

EXERCÍCIO DE 2010 | SUPERINTENDENCIA DE PORTOS E HIDROVIAS | RFPE025/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃO E FUNÇÕES | ANEXO N.9

R$

ÓRGÃOS \ FUNÇÕES	SAUDE	TRANSPORTE	ENCARGOS ESPECIAIS	TOTAL
PODER LEGISLATIVO				
PODER JUDICIARIO				
MINISTERIO PUBLICO				
DEFENSORIA PUBLICA				
PODER EXECUTIVO				
SUPERINTENDENCIA DE PORTOS E HIDROVIAS	1.821.258,04	45.400.061,75	3.781.644,62	51.002.964,41
SOMA.....	1.821.258,04	45.400.061,75	3.781.644,62	51.002.964,41
TOTAL.....	1.821.258,04	45.400.061,75	3.781.644,62	51.002.964,41

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

SILVIO LUIZ SOUZA
CONTADOR
CRCRS N. 31624
CPF: 286.054.030/04

JOSE CARLOS MARTINS
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 085.079.450/15

EXERCÍCIO DE 2010 — SUPERINTENDENCIA DE PORTOS E HIDROVIAS — RFPE023/00001

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA — ANEXO N. 10

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
1000.00.00.0000	RECEITAS CORRENTES	6.417.432,00	10.051.555,97	3.634.123,97
1300.00.00.0000	RECEITA PATRIMONIAL	2.947.033,00	2.638.455,58	308.577,42-
1310.00.00.0000	RECEITAS IMOBILIARIAS	2.500.000,00	2.154.650,49	345.349,51-
1312.00.00.0000	ARRENDAMENTOS	2.500.000,00	2.154.650,49	345.349,51-
1312.99.00.0000	OUTROS ARRENDAMENTOS	2.500.000,00	2.154.650,49	345.349,51-
1312.99.99.0000	DIVERSOS ARRENDAMENTOS	2.500.000,00	2.154.650,49	345.349,51-
1320.00.00.0000	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	447.033,00	483.805,09	36.772,09
1325.00.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	402.220,00	480.570,83	78.350,83
1325.02.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITO DE RECURSOS NAO VINCULADOS	402.220,00	480.570,83	78.350,83
1325.02.99.0000	DIVERSAS REMUNERACOES DE DEPOSITOS BANCARIOS NAO VINCULADOS	402.220,00	480.570,83	78.350,83
1329.00.00.0000	OUTRAS RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	44.813,00	3.234,26	41.578,74-
1329.99.00.0000	OUTRAS RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	44.813,00	3.234,26	41.578,74-
1329.99.01.0000	DIVERSAS RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	44.813,00	3.234,26	41.578,74-
1600.00.00.0000	RECEITA DE SERVICOS	2.767.535,00	2.626.936,38	140.598,62-
1600.06.00.0000	SERVICOS PORTUARIOS	2.050.000,00	2.545.947,69	495.947,69
1600.06.99.0000	DIVERSOS SERVICOS PORTUARIOS	2.050.000,00	2.545.947,69	495.947,69
1600.13.00.0000	SERVICOS ADMINISTRATIVOS	17.535,00	7.368,84	10.166,16-
1600.13.99.0000	DIVERSOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	17.535,00	7.368,84	10.166,16-
1600.99.00.0000	OUTROS SERVICOS	700.000,00	73.619,85	626.380,15-
1600.99.99.0000	DIVERSOS SERVICOS	700.000,00	73.619,85	626.380,15-
1900.00.00.0000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	702.864,00	4.786.164,01	4.083.300,01
1910.00.00.0000	MULTAS E JUROS DE MORA	10.864,00	44.221,27	33.357,27
1915.00.00.0000	MULTA E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DE OUTRAS RECEITAS	10.864,00	18.968,72	8.104,72
1915.99.00.0000	OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DE OUTRAS RECEITAS	10.864,00	18.968,72	8.104,72
1915.99.01.0000	OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DE OUTRAS RECEITAS - PRINCIPAL	10.864,00	18.968,72	8.104,72
1919.00.00.0000	MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	0,00	25.252,55	25.252,55
1919.27.00.0000	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	0,00	25.252,55	25.252,55
1919.27.99.0000	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS - OUTROS RECURSOS	0,00	25.252,55	25.252,55
1920.00.00.0000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	572.000,00	1.261.774,40	689.774,40
1922.00.00.0000	RESTITUICOES	572.000,00	1.261.774,40	689.774,40
1922.99.00.0000	OUTRAS RESTITUICOES	572.000,00	1.261.774,40	689.774,40
1922.99.99.0000	DIVERSAS RESTITUICOES	572.000,00	1.261.774,40	689.774,40
1930.00.00.0000	RECEITAS DA DIVIDA ATIVA	20.000,00	121.054,72	101.054,72
1932.00.00.0000	RECEITAS DA DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA	20.000,00	121.054,72	101.054,72
1932.99.00.0000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA DE OUTRAS RECEITAS	20.000,00	121.054,72	101.054,72
1932.99.01.0000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA DE OUTRAS RECEITAS - PRINCIPAL	20.000,00	121.054,72	101.054,72
1990.00.00.0000	RECEITAS DIVERSAS	100.000,00	3.359.113,62	3.259.113,62
1990.99.00.0000	OUTRAS RECEITAS	100.000,00	3.359.113,62	3.259.113,62
1990.99.02.0000	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR DE RECURSOS NAO VINCULADOS	0,00	3.298.840,58	3.298.840,58
1990.99.97.0000	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR DE OUTROS RECURSOS VINCULADOS	0,00	52.678,42	52.678,42
1990.99.99.0000	OUTRAS RECEITAS DIVERSAS	100.000,00	7.594,62	92.405,38-
2000.00.00.0000	RECEITAS DE CAPITAL	0,00	901.409,65	901.409,65
2200.00.00.0000	ALIENACAO DE BENS	0,00	901.409,65	901.409,65
2210.00.00.0000	ALIENACAO DE BENS MOVEIS	0,00	901.409,65	901.409,65
2219.00.00.0000	ALIENACAO DE OUTROS BENS MOVEIS	0,00	901.409,65	901.409,65
2219.99.00.0000	OUTRAS ALIENACOES DE BENS MOVEIS	0,00	901.409,65	901.409,65
2219.99.99.0000	DIVERSAS ALIENACOES DE BENS MOVEIS	0,00	901.409,65	901.409,65
	TOTAL	6.417.432,00	10.952.965,62	4.535.533,62

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

SILVIO LUIZ SOUZA
CONTADOR
CRCRS N. 31[illegible]4
CPF: 286.05[illegible].030/04

JOSE CARLOS MARTINS
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 085.079.450/15

EXERCÍCIO DE 2010

SUPERINTENDENCIA DE PORTOS E HIDROVIAS
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

RFPE026/00001
ANEXO N.11

R$

TÍTULOS		DESPESA CORRENTE	DESPESA DE CAPITAL	TOTAL
SUPERINTENDENCIA DE PORTOS E HIDROVIAS				
	DESPESA FIXADA	64.362.334,00	862.960,00	65.225.294,00
	CRÉDITOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00
	CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	1.348.000,00	0,00	1.348.000,00
	SUPLEMENTAÇÕES	16.148.600,95	725.593,02	16.874.193,97
	REDUÇÕES	22.691.776,98	540.000,00	23.231.776,98
	DESPESA AUTORIZADA	59.167.157,97	1.048.553,02	60.215.710,99
	DESPESA REALIZADA	50.873.007,16	129.957,25	51.002.964,41
	DIFERENÇA	8.294.150,81	918.595,77	9.212.746,58
TOTAL GERAL				
	DESPESA FIXADA			65.225.294,00
	CRÉDITOS ESPECIAIS			0,00
	CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS			1.348.000,00
	SUPLEMENTAÇÕES			16.874.193,97
	REDUÇÕES			23.231.776,98
	DESPESA AUTORIZADA			60.215.710,99
	DESPESA REALIZADA			51.002.964,41
	DIFERENÇA			9.212.746,58

CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS CONSIDERADOS PELO SEU VALOR DE ABERTURA, ESTANDO AS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES COMPUTADAS NAS SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES.

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

SILVIO LUIZ SOUZA
CONTADOR
CRCRS N. 31624
CPF: 286.054.080/04

JOSE CARLOS MARTINS
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 085.079.450/15

EXERCÍCIO DE 2010

SUPERINTENDENCIA DE PORTOS E HIDROVIAS
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RFPE030/00001
ANEXO N.12

R$

R E C E I T A

TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES			
RECEITA PATRIMONIAL	2.947.033,00	2.638.455,58	308.577,42-
RECEITA DE SERVICOS	2.767.535,00	2.626.936,38	140.598,62-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	702.864,00	4.786.164,01	4.083.300,01
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	6.417.432,00	10.051.555,97	3.634.123,97
RECEITAS DE CAPITAL			
ALIENACAO DE BENS	0,00	901.409,65	901.409,65
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	901.409,65	901.409,65
SOMA	6.417.432,00	10.952.965,62	4.535.533,62
DEFICIT DE PREVISÃO	53.798.278,99	40.049.998,79	13.748.280,20-
TOTAL	60.215.710,99	51.002.964,41	9.212.746,58-

D E S P E S A

TÍTULOS	AUTORIZAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
CRÉDITOS ORDINÁRIOS (1)	60.215.710,99	51.002.964,41	9.212.746,58-
CRÉDITOS ESPECIAIS (2)	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS (2)	0,00	0,00	0,00
SOMA	60.215.710,99	51.002.964,41	9.212.746,58-
TOTAL	60.215.710,99	51.002.964,41	9.212.746,58-

(1) DOTAÇÕES ORIGINAIS COM SUAS SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES
(2) DOTAÇÕES CRIADAS NO DECORRER DO EXERCÍCIO E ALTERAÇÕES

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

SILVIO LUIZ SOUZA
CONTADOR
CRCRS N. 31644
CPF: 286.054.030/04

JOSE CARLOS MARTINS
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 085.079.450/15

EXERCÍCIO DE 2010 — SUPERINTENDENCIA DE PORTOS E HIDROVIAS — RFPE031/00001

BALANÇO FINANCEIRO — ANEXO N. 13

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
RECEITA ORÇAMENTARIA		DESPESA ORÇAMENTARIA	
RECEITAS CORRENTES			
RECEITA PATRIMONIAL	2.638.455,58	SAUDE	1.821.258,04
RECEITA DE SERVICOS	2.626.936,38	TRANSPORTE	45.400.061,75
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.786.164,01	ENCARGOS ESPECIAIS	3.781.644,62
SOMA.....	10.051.555,97	SOMA.....	51.002.964,41
RECEITAS DE CAPITAL		DESPESA EXTRA-ORÇAMENTARIA	
ALIENACAO DE BENS	901.409,65	REALIZAVEL	810.272,57
SOMA.....	901.409,65	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	39.197.860,30
TOTAL.....	10.952.965,62	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	2.420.668,31
		DEPOSITOS	5.858.193,63
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA		DIVERSOS	1.249.202,10
		SOMA.....	49.536.196,91
REALIZAVEL	934.458,12	TOTAL.....	100.539.161,32
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	8.295.943,97		
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	1.205.983,51	VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO	
DEPOSITOS	5.701.532,45		
DIVERSOS	1.489.909,40	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS INTRAGOVERNAMENTAIS	5.536.696,36
SOMA.....	17.627.827,45	SOMA.....	5.536.696,36
TOTAL.....	28.580.793,07		
		SALDOS PARA O EXERCICIO SEGUINTE	
VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO			
		CAIXA	0,00
BAIXA DE PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR E A LIQUIDAR	31.152.350,43	BANCOS C/DISPOSICAO	1.945.839,21
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS INTRAGOVERNAMENTAIS	41.908.061,78	APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	2.674.598,27
		BANCOS, C/VINCULADAS	194.964,65
		APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	194.787,30
SOMA.....	73.060.412,21	SOMA.....	5.010.189,43
SALDOS DO EXERCICIO ANTERIOR			
CAIXA	0,00		
BANCOS C/DISPOSICAO	5.953.437,12		
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	2.782.697,65		
BANCOS, C/VINCULADAS	708.707,06		
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	0,00		
SOMA.....	9.444.841,83		
TOTAL.....	111.086.047,11	TOTAL.....	111.086.047,11

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

SILVIO LUIZ SOUZA
CONTADOR
CRCRS N. 31624
CPF: 286.054.[illegible]0/04

JOSE CARLOS MARTINS
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 085.079.450/15

BALANÇO PATRIMONIAL

ANEXO N. 14

ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
ATIVO FINANCEIRO		PASSIVO FINANCEIRO	
DISPONÍVEL		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	
BANCOS C/DISPOSICAO	1.945.839,21	FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	121.587,51
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	2.674.598,27	INDENIZACOES E RESTITUICOES A PAGAR	44,40
SOMA.....	4.620.437,48	FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	639.249,73
VINCULADO EM CONTA CORRENTE BANCÁRIA		CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	5.426.908,41
BANCOS, C/VINCULADAS	194.964,65	PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR	3.109.267,96
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	194.787,30	FGTS A RECOLHER	142.173,23
SOMA.....	389.751,95	DIARIAS VENCIDAS A PAGAR	200,06
REALIZÁVEL		REQUISICAO DE PEQUENO VALOR A PAGAR	383.863,95
DEVEDORES	170.553,99	SOMA.....	9.823.295,25
DEPOSITOS JUDICIAIS	1.542.580,64	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
SOMA.....	1.713.134,63	FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	1.205.983,51
TOTAL.....	6.723.324,06	SOMA.....	1.205.983,51
ATIVO PERMANENTE		DEPÓSITOS	
BENS DA ENTIDADE		DEPOSITOS	8.128.014,94
BENS MOVEIS	2.281.375,30	SOMA.....	8.128.014,94
BENS IMOVEIS	13.135.972,47	DIVERSOS	
BENS DE NATUREZA INDUSTRIAL	53.872,44	OUTROS CREDORES	706.228,22
SOMA.....	15.471.220,21	SOMA.....	706.228,22
PARTICIPAÇÕES		TOTAL.....	19.863.521,92
PARTICIPACOES SOCIETARIAS EM EMPRESAS SOB CONTROLE DO ESTADO	950,08	PASSIVO PERMANENTE	
PARTICIPACOES SOCIETARIAS EM EMPRESAS DIVERSAS	37.331,17	DÍVIDA FUNDADA INTERNA	
SOMA.....	38.281,25	DEBITOS PARCELADOS	2.977.542,83
CRÉDITOS		PRECATORIOS JUDICIAIS - EC 62/2009	35.975.855,16
DEVEDORES POR IMPUTACAO DE RESPONSABILIDADE	118.557,18	SOMA.....	38.953.397,99
CREDITOS POR PAGAMENTOS INDEVIDOS	183.981,94	TOTAL.....	38.953.397,99
DEVEDORES POR PRESTACOES DE SERVICOS	230.677.445,02	SOMA DO PASSIVO REAL	58.816.919,91
SOMA.....	230.979.984,14	SALDO PATRIMONIAL	
DÍVIDA ATIVA		SITUAÇÃO LÍQUIDA	
DIVIDA ATIVA DE IMPUTACAO DE RESPONSABILIDADE	300.980,00	ATIVO REAL LIQUIDO	227.780.633,81
DIVIDA ATIVA DE SERVICOS PORTUARIOS	32.629.577,71	SOMA.....	286.597.553,72
SOMA.....	32.930.557,71	PASSIVO COMPENSADO	
DIVERSOS		CONTRAPARTIDA DE VALORES EM PODER DE TERCEIROS	
BENS CREDITOS E VALORES EM FASE DE AQUISICAO OU FORMACAO	2,00	DEPOSITOS JUDICIAIS EM PODER DE TERCEIROS	171.939,43
ALMOXARIFADOS	454.184,35	ADIANTAMENTOS A COMPROVAR	2.754,00
SOMA.....	454.186,35	VALORES EM GUARDA NOS ALMOXARIFADOS	454.184,35
TOTAL.....	279.874.229,66	BENS DA ENTIDADE EM PODER DE TERCEIROS	0,02
SOMA DO ATIVO REAL	286.597.553,72	DIARIAS A COMPROVAR	505,60
ATIVO COMPENSADO		ADIANTAMENTOS DE NUMERARIO DE DIARIAS A COMPROVAR	2.691,71
VALORES EM PODER DE TERCEIROS		SOMA.....	632.075,11
RESPONSAVEIS POR DEPOSITOS JUDICIAIS	171.939,43	CONTRAPARTIDA DE VALORES DE TERCEIROS	
RESPONSAVEIS POR ADIANTAMENTOS	2.754,00	RESPONSABILIDADES P/VALORES EM CONSIGNACAO	49.351.543,24
RESPONSAVEIS POR ALMOXARIFADOS	454.184,35	CAUCOES EM TITULOS E VALORES	404.897,35
RESPONSAVEIS PELA GUARDA DE BENS DA ENTIDADE	0,02	BENS PERTENCENTES A TERCEIROS	193.921,32
RESPONSAVEIS POR DIARIAS	505,60	SOMA.....	49.950.361,91
RESPONSAVEIS POR ADIANTAMENTOS DE NUMERARIO DE DIARIAS	2.691,71	CONTRAPARTIDA DE VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS	
SOMA.....	632.075,11	ATUALIZACOES DE PRECATORIOS A PAGAR	111.616.517,02
VALORES DE TERCEIROS		SOMA.....	111.616.517,02
RESPONSAVEIS P/VALORES EM CONSIGNACAO	49.351.543,24	TOTAL.....	162.198.954,04
CAIXA DE CAUCOES EM TITULOS E VALORES	404.897,35		
BENS DE TERCEIROS EM PODER DA ENTIDADE	193.921,32		
SOMA.....	49.950.361,91		
VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS			
ATUALIZACOES DE PRECATORIOS	111.616.517,02		
SOMA.....	111.616.517,02		
TOTAL.....	162.198.954,04		
TOTAL GERAL.....	448.796.507,76	TOTAL GERAL.....	448.796.507,76

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

Silvio Luiz Souza
Contador
CRC-RS 31.624

JOSÉ CARLOS MARTIN
Diretor Superintender
CPF:085079450/15

EXERCÍCIO DE 2010

SUPERINTENDENCIA DE PORTOS E HIDROVIAS
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

RFPE033/00001
ANEXO N. 15

VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
RECEITAS CORRENTES		DESPESAS CORRENTES	
RECEITA PATRIMONIAL	2.638.455,58	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	37.391.837,74
RECEITA DE SERVICOS	2.626.936,38	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13.481.169,42
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.786.164,01		
SOMA.....	10.051.555,97	SOMA.....	50.873.007,16
RECEITAS DE CAPITAL		DESPESAS DE CAPITAL	
ALIENACAO DE BENS	901.409,65	INVESTIMENTOS	126.033,45
		AMORTIZACAO DA DIVIDA	3.923,80
SOMA.....	901.409,65	SOMA.....	129.957,25
DEDUÇÕES RECEITAS CORRENTES	0,00	TOTAL.....	51.002.964,41
TOTAL.....	10.952.965,62	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS		ANULACAO DO REGISTRO BENS CRED VALORES FASE AQUIS/FORMACAO	52.678,42
AMORTIZACAO DE DEBITOS PARCELADOS	3.923,80	RECEBIMENTOS DE CREDITOS POR PAGAMENTOS INDEVIDOS	6.097,12
REGISTRO DE BENS CRED E VAL EM FASE DE AQUISICAO OU FORMACAO	2,00	RECEBIMENTO DE CREDITOS POR PRESTACAO DE SERVICOS	6.086.082,48
CONSTRUCAO OU AQUISICAO DE BENS MOVEIS	117.031,45	RECEBIMENTO DE DIVIDA ATIVA DE SERVICOS PORTUARIOS	140.023,44
SOMA.....	120.957,25	SOMA.....	6.284.881,46
INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
INSCRICAO DE CREDITOS POR IMPUTACAO DE RESPONSABILIDADE	118.557,18	INSCRICAO DE DEBITOS PARCELADOS - PRINCIPAL E ATUALIZACAO	98.233,08
INCORPORACAO DE PARTICIPACOES SOC EM EMPR S/CONTROLE DO EST	70,24	BAIXA DE CREDITOS POR IMPUTACAO DE RESPONSABILIDADE	3.619,11
INCORPORACAO DE PARTICIPACOES SOC EM EMPR DIVERSAS	3.040,00	BAIXA DE PARTICIPACOES SOC EM EMPR DIVERSAS	14.527,71
INSCRICAO DE CREDITOS POR PAGAMENTOS INDEVIDOS	1.916,84	BAIXA DE CREDITOS POR PAGAMENTOS INDEVIDOS	525.232,37
TRANSFERENCIAS INTRAPATRIMONIAIS	1.859.408,77	TRANSFERENCIAS INTRAPATRIMONIAIS	1.859.408,77
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	0,03	BAIXA DE BENS MOVEIS	40.138,57
INCORPORACAO DE BENS DE NATUREZA INDUSTRIAL	0,04	BAIXA DE BENS IMOVEIS	0,01
INSCRICAO DE CREDITOS POR PRESTACAO DE SERVICOS	7.332.577,97	BAIXA DE CREDITOS POR PRESTACAO DE SERVICOS	1.000.839,94
INCORPORACAO DE BENS DE ALMOXARIFADO	798.349,56	INSCRICAO DE PRECATORIOS JUDICIAIS - EC 62/2009	35.975.855,16
INSCRICAO DE DIVIDA ATIVA DE SERVICOS PORTUARIOS	4.695.267,75	BAIXA DE BENS DE ALMOXARIFADO	1.263.768,12
SOMA.....	14.809.188,38	BAIXA DE DIVIDA ATIVA DE SERVICOS PORTUARIOS	2.108.580,50
VARIAÇÕES ATIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO PATRIMÔNIO FINANCEIRO		SOMA.....	42.890.203,34
BAIXA DE PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR E A LIQUIDAR	31.152.350,43	VARIAÇÕES PASSIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO PATRIMÔNIO FINANCEIRO	
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS INTRAGOVERNAMENTAIS	41.908.061,78	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS INTRAGOVERNAMENTAIS	5.536.696,36
SOMA.....	73.060.412,21	SOMA.....	5.536.696,36
TOTAL.....	98.943.523,46	TOTAL.....	105.714.745,57
RESULTADO PATRIMONIAL			
DEFICIT VERIFICADO	6.771.222,11		
TOTAL.....	105.714.745,57	TOTAL.....	105.714.745,57

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

SILVIO LUIZ SOUZA
CONTADOR
CRCRS N. 31644
CPF: 286.050.030/04

JOSE CARLOS MARTINS
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 085.079.450/15

EXERCÍCIO DE 2010 — SUPERINTENDENCIA DE PORTOS E HIDROVIAS — RFPE034/00001

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE — ANEXO N.17

R$

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	895.812,88-	2.115.571,63	2.889.797,00	121.587,51-
INDENIZACOES E RESTITUICOES A PAGAR	0,00	44,40	0,00	44,40-
FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	387.405,86-	639.249,73	387.405,86	639.249,73-
CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	7.710.184,41-	1.905.573,01	4.188.849,01	5.426.908,41-
PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR	31.639.127,34-	3.109.267,96	31.639.127,34	3.109.267,96-
FGTS A RECOLHER	92.620,65-	142.173,23	92.620,65	142.173,23-
DIARIAS VENCIDAS A PAGAR	60,44-	200,06	60,44	200,06-
REQUISICAO DE PEQUENO VALOR A PAGAR	0,00	383.863,95	0,00	383.863,95-
SUBTOTAL.....	40.725.211,58-	8.295.943,97	39.197.860,30	9.823.295,25-
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	2.420.668,31-	1.205.983,51	2.420.668,31	1.205.983,51-
SUBTOTAL.....	2.420.668,31-	1.205.983,51	2.420.668,31	1.205.983,51-
DEPOSITOS				
DEPOSITOS	8.284.676,12-	5.701.532,45	5.858.193,63	8.128.014,94-
SUBTOTAL.....	8.284.676,12-	5.701.532,45	5.858.193,63	8.128.014,94-
DIVERSOS				
ORDENS DE PAGAMENTO DEVOLVIDAS	16.160,16-	4.610,82	20.770,98	0,00
OUTROS CREDORES	449.360,76-	1.485.298,58	1.228.431,12	706.228,22-
SUBTOTAL.....	465.520,92-	1.489.909,40	1.249.202,10	706.228,22-
TOTAL.....	51.896.076,93-	16.693.369,33	48.725.924,34	19.863.521,92-

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

SILVIO LUIZ SOUZA
CONTADOR
CRCRS N. 31624
CPF: 286.057.030/04

JOSE CARLOS MARTINS
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 085.079.450/15

EXERCÍCIO DE 2010 — SUPERINTENDENCIA DE PORTOS E HIDROVIAS — RFPE017/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CAT. ECONÔMICA, GRUPO NAT. DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.0.00.00	DESPESA CORRENTE	50.873.007,16
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	37.391.837,74
3.1.90.00	APLICACOES DIRETAS	18.226.490,06
3.1.90.03	PENSOES	123.688,29
3.1.90.03.0303	PENSIONISTAS - CIVIL	113.816,15
3.1.90.03.0304	13° VENCIMENTO - PENSIONISTAS CIVIS	9.872,14
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	9.292.086,60
3.1.90.11.1102	VENCIMENTO, SALARIO E SUBSIDIO	2.529.675,44
3.1.90.11.1103	13- VENCIMENTO	417.271,35
3.1.90.11.1104	GRATIFICACOES	3.602.979,32
3.1.90.11.1105	VANTAGENS TEMPORAIS	2.138.951,53
3.1.90.11.1107	OUTRAS VANTAGENS	590.730,67
3.1.90.11.1108	JETON	12.478,29
3.1.90.13	OBRIGACOES PATRONAIS	3.340.725,28
3.1.90.13.1304	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA	2.513.514,06
3.1.90.13.1305	FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVICO - FGTS	827.211,22
3.1.90.16	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS-PESSOAL CIVIL	1.616.486,44
3.1.90.16.1602	HORA EXTRA	1.616.486,44
3.1.90.91	SENTENCAS JUDICIAIS	3.708.627,93
3.1.90.91.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS	3.708.627,93
3.1.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	33.139,65
3.1.90.92.1104	GRATIFICACOES	10.115,74
3.1.90.92.1105	VANTAGENS TEMPORAIS	2.372,18
3.1.90.92.1107	OUTRAS VANTAGENS	11.935,39
3.1.90.92.9601	RESSARCIMENTO	8.716,34
3.1.90.96	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	111.735,87
3.1.90.96.9601	RESSARCIMENTO	111.735,87
3.1.91.00	TRANSFERENCIA INTRAGOVERNAMENTAL	19.165.347,68
3.1.91.13	OBRIGACOES PATRONAIS	19.078.413,27
3.1.91.13.1301	CONTRIBUICAO AO IPERGS PARA ASSISTENCIA MEDICA	1.734.323,63
3.1.91.13.1310	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA S/ATIVOS - RPPS	892.678,58
3.1.91.13.1311	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA S/INATIVOS - RPPS	1.316.826,24
3.1.91.13.1313	CONTRIBUICAO AO IPERGS PARA COBERTURA DE DEFICE - INATIVOS	15.134.584,82
3.1.91.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	86.934,41
3.1.91.92.1301	CONTRIBUICAO AO IPERGS PARA ASSISTENCIA MEDICA	86.934,41
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13.481.169,42
3.3.90.00	APLICACOES DIRETAS	13.481.169,42
3.3.90.04	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	463.829,41
3.3.90.04.0401	SERVICO DE MAO-DE-OBRA TEMPORARIA	463.829,41
3.3.90.08	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAS	25.497,43
3.3.90.08.0803	AUXILIO FUNERAL	25.497,43
3.3.90.14	DIARIAS-CIVIL	98.800,29
3.3.90.14.1402	DIARIAS DE VIAGEM	31.081,71
3.3.90.14.1403	DIARIAS ESPECIAIS DE VIAGEM	3.894,00
3.3.90.14.1404	DIARIAS DE VIAGEM POR ADIANTAMENTO DE NUMERARIO	40.827,25
3.3.90.14.1407	DIARIAS DE VIAGEM PARA FORA DO ESTADO	22.997,33
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	937.617,58
3.3.90.30.3002	SINALIZACAO, IDENTIFICACAO E SEGURANCA	177.170,74
3.3.90.30.3004	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	204.090,49
3.3.90.30.3009	MATERIAL DE EXPEDIENTE	23.305,88
3.3.90.30.3010	ACONDICIONAMENTO E/OU EMBALAGEM	57,00
3.3.90.30.3011	ALOJAMENTO, LAVANDERIA, COPA E/OU COZINHA	1.151,25
3.3.90.30.3013	MANUTENC, IDENTIFICAC, UTILIZAC E CONSERVAC DE BENS MOVEIS E EQUIPAMS	424.439,10
3.3.90.30.3014	MATERIAL DIDATICO	727,00
3.3.90.30.3015	PROTECAO E PROFILAXIA	10.990,04
3.3.90.30.3021	VESTUARIO E/OU UNIFORME	8.668,00
3.3.90.30.3025	PRODUTOS QUIMICOS, FISICOS E/OU BIOLOGICOS	44,00
3.3.90.30.3027	GAS DE COZINHA	4.110,00
3.3.90.30.3028	LIMPEZA E HIGIENE	11.050,07
3.3.90.30.3031	PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	17.565,28
3.3.90.30.3032	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	40.448,37
3.3.90.30.3033	CONSERVACAO DE VEICULOS	13.800,36
3.3.90.33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	54.132,98
3.3.90.33.3302	TRANSPORTE DE PESSOAL	9.006,05
3.3.90.33.3304	TRANSPORTE DE PESSOAL POR VIA AEREA	45.126,93
3.3.90.36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	15,00
3.3.90.36.3610	SERVICOS MEDICOS	15,00
3.3.90.37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	2.839.247,41
3.3.90.37.3701	LIMPEZA E HIGIENE	326.677,07
3.3.90.37.3702	VIGILANCIA E/OU ZELADORIA	2.512.570,34
3.3.90.39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	7.905.390,79
3.3.90.39.3901	AGUA E ESGOTO	223.692,41
3.3.90.39.3902	DIVULGACAO PROMOCIONAL OU INSTITUCIONAL	52.973,96
3.3.90.39.3903	ASSINATURA DE PERIODICOS E RECORTES	46.720,16
3.3.90.39.3904	COMISSOES E/OU TAXA DE ADMINISTRACAO	2.847,95
3.3.90.39.3906	DRAGAGEM	3.710.219,27
3.3.90.39.3907	ORGANIZACAO FEIRAS AMOSTRAS,CONGRESSOS,SEMINARIOS,SIMPOSIOS E CONGENERES	222,70
3.3.90.39.3916	DESPESAS PEQUENAS DE PRONTO PAGAMENTO	1.058,10
3.3.90.39.3918	ENERGIA ELETRICA	580.086,19
3.3.90.39.3923	PEDAGIOS	1.549,00
3.3.90.39.3924	PROCESSAMENTO DE DADOS	398.577,73
3.3.90.39.3925	RECEPCOES E HOMENAGENS	7.790,00
3.3.90.39.3926	SEGUROS	24.207,82
3.3.90.39.3928	CARTORIO	734,83
3.3.90.39.3929	COMUNICACAO	16.318,90
3.3.90.39.3930	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	30.100,00
3.3.90.39.3931	CONSERVACAO DE BENS MOVEIS E EQUIPAMENTOS	158.300,69
3.3.90.39.3932	CONSERVACAO DE VEICULOS	35.119,60
3.3.90.39.3933	DIVULGACAO OBRIGATORIA	66.925,98
3.3.90.39.3934	SERVICOS GRAFICOS	13.958,62
3.3.90.39.3935	ENSINO E TREINAMENTO	15.450,00
3.3.90.39.3936	ALIMENTACAO E/OU HOSPEDAGEM DE NAO SERVIDORES	10.339,50
3.3.90.39.3942	ESTAGIARIOS E MONITORES	67.499,87
3.3.90.39.3948	MULTAS	255,38
3.3.90.39.3952	DESPESAS BANCARIAS	2.799,09
3.3.90.39.3954	VISTORIA, INSPECAO, CLASSIFICACAO E AFERICAO	8.987,90
3.3.90.39.3956	REBOQUE	1.887.500,00
3.3.90.39.3964	CARTEIRAS FUNCIONAIS, CRACHAS E CARIMBOS	2.396,89
3.3.90.39.3968	QUIMICA	2.588,54

EXERCÍCIO DE 2010 — SUPERINTENDENCIA DE PORTOS E HIDROVIAS — RFPE017/00002

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CAT. ECONÔMICA, GRUPO NAT. DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.3.90.39.3978	TRANSPORTE DE NÃO SERVIDORES	20.465,04
3.3.90.39.3979	TELEFONIA FIXA	62.722,09
3.3.90.39.3980	TELEFONIA MOVEL	27.731,17
3.3.90.39.3983	AUXILIO TRANSPORTE	1.000,00
3.3.90.39.3984	LIMPEZA E HIGIENE	17.511,00
3.3.90.39.3991	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	400.415,36
3.3.90.39.3993	MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	6.325,00
3.3.90.41	CONTRIBUICOES	12.605,88
3.3.90.41.4106	ENCARGOS COM ASSOCIACOES	12.605,88
3.3.90.46	AUXILIO-ALIMENTACAO	365.167,21
3.3.90.46.4601	AUXILIO-REFEICAO	365.167,21
3.3.90.47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	243.038,94
3.3.90.47.4702	PROGRAMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO-PASEP	71.144,81
3.3.90.47.4707	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	171.894,13
3.3.90.49	AUXILIO-TRANSPORTE	121.786,53
3.3.90.49.4901	AUXILIO TRANSPORTE	121.786,53
3.3.90.91	SENTENCAS JUDICIAIS	64.016,69
3.3.90.91.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS	64.016,69
3.3.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	316.810,25
3.3.90.92.0401	SERVICO DE MAO-DE-OBRA TEMPORARIA	15.870,82
3.3.90.92.0803	AUXILIO FUNERAL	610,82
3.3.90.92.1402	DIARIAS DE VIAGEM	128,18
3.3.90.92.3004	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	21.747,06
3.3.90.92.3701	LIMPEZA E HIGIENE	19.242,02
3.3.90.92.3702	VIGILANCIA E/OU ZELADORIA	217.657,88
3.3.90.92.3901	AGUA E ESGOTO	168,58
3.3.90.92.3904	COMISSOES E/OU TAXA DE ADMINISTRACAO	326,21
3.3.90.92.3918	ENERGIA ELETRICA	11.554,72
3.3.90.92.3923	PEDAGIOS	12,00
3.3.90.92.3924	PROCESSAMENTO DE DADOS	16.907,67
3.3.90.92.3926	SEGUROS	93,51
3.3.90.92.3929	COMUNICACAO	600,00
3.3.90.92.3933	DIVULGACAO OBRIGATORIA	434,16
3.3.90.92.3936	ALIMENTACAO E/OU HOSPEDAGEM DE NAO SERVIDORES	1.247,50
3.3.90.92.3979	TELEFONIA FIXA	2.170,29
3.3.90.92.3984	LIMPEZA E HIGIENE	708,00
3.3.90.92.4702	PROGRAMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO-PASEP	7.330,83
3.3.90.93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	33.213,03
3.3.90.93.9305	INDENIZACOES	33.213,03
4.0.00.00	DESPESA CAPITAL	129.957,25
4.4.00.00	INVESTIMENTOS	126.033,45
4.4.90.00	APLICACOES DIRETAS	126.033,45
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	117.033,45
4.4.90.52.5205	EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E CIRURGICOS	52,00
4.4.90.52.5208	OFICINA, AJARDINAMENTO E CAMPO	17.448,75
4.4.90.52.5212	MAQUINAS, MOTORES E/OU APARELHOS	44.297,84
4.4.90.52.5213	MATERIAL BIBLIOGR. PECAS P/COLECOES D E BIBLIOT. DISCOT.FILMOT.E MUSEUS	1.587,34
4.4.90.52.5214	MOBILIARIO EM GERAL	14.811,70
4.4.90.52.5218	EMBARCACOES E/OU EQUIPAMENTOS PARA EMBARCACOES	5.037,00
4.4.90.52.5219	SEGURANCA E/OU PROTECAO	1.772,00
4.4.90.52.5220	TELECOMUNICACOES	480,00
4.4.90.52.5222	SOM E/OU IMAGEM	3.010,00
4.4.90.52.5223	DESENHO E/OU TOPOGRAFIA	43,82
4.4.90.52.5228	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	25.452,00
4.4.90.52.5231	EQUIPAMENTOS PARA ALOJAMENTO, LAVANDERIA, COPA E/OU COZINHA	3.041,00
4.4.90.91	SENTENCAS JUDICIAIS	9.000,00
4.4.90.91.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS	9.000,00
4.6.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	3.923,80
4.6.90.00	APLICACOES DIRETAS	3.923,80
4.6.90.71	PRINCIPAL DA DIVIDA CONTRATUAL RESGATADO	3.923,80
4.6.90.71.7111	DEBITOS PARCELADOS - PASEP	3.923,80
	TOTAL GERAL ====>	51.002.964,41

* RESUMO *

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	=>	37.391.837,74
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	=>	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	=>	13.481.169,42
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	=>	50.873.007,16
INVESTIMENTOS	=>	126.033,45
INVERSÕES FINANCEIRAS	=>	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	=>	3.923,80
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	=>	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	=>	129.957,25
TOTAL GERAL	=>	51.002.964,41

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

SILVIO LUIZ SOUZA
CONTADOR
CRCRS N. 31524
CPF: 286.05[illegible].030/04

JOSÉ CARLOS MARTINS
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 085.079.450/15

EXERCÍCIO DE 2010

SUPERINTENDENCIA DE PORTOS E HIDROVIAS

RFPE039/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR ÓRGÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO POR FONTE DE RECURSO

R$

ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA							
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
36 SUPERINTENDENCIA DE PORTOS E HIDROVIAS	37.391.837,74		13.481.169,42	126.033,45		3.923,80		51.002.964,41
TESOURO-LIVRES	34.331.182,81		4.989.391,73					39.320.574,54
PROPRIOS DA AUTARQUIA			4.445.868,47	126.033,45		3.923,80		4.575.825,72
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO	3.060.654,93		4.045.909,22					7.106.564,15
TOTAL	37.391.837,74		13.481.169,42	126.033,45		3.923,80		51.002.964,41

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

SILVIO LUIZ SOUZA
CONTADOR
CRCRS N. 31624
CPF: 286.054.030/04

JOSE CARLOS MARTINS
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 085.079.450/15

EXERCÍCIO DE 2010 — SUPERINTENDENCIA DE PORTOS E HIDROVIAS — RFPE040/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR FUNCÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS FONTES DE RECURSO — R$

ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA							
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
10 SAUDE	1.821.258,04							1.821.258,04
TESOURO-LIVRES	1.821.258,04							1.821.258,04
26 TRANSPORTE	31.861.951,77		13.417.152,73	117.033,45		3.923,80		45.400.061,75
TESOURO-LIVRES	31.861.951,77		4.983.458,07					36.845.409,84
PROPRIOS DA AUTARQUIA			4.436.398,47	117.033,45		3.923,80		4.557.355,72
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO			3.997.296,19					3.997.296,19
28 ENCARGOS ESPECIAIS	3.708.627,93		64.016,69	9.000,00				3.781.644,62
TESOURO-LIVRES	647.973,00		5.933,66					653.906,66
PROPRIOS DA AUTARQUIA			9.470,00	9.000,00				18.470,00
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO	3.060.654,93		48.613,03					3.109.267,96
TOTAL	37.391.837,74		13.481.169,42	126.033,45		3.923,80		51.002.964,41
RESUMO								
TESOURO-LIVRES	34.331.182,81		4.989.391,73					39.320.574,54
PROPRIOS DA AUTARQUIA			4.445.868,47	126.033,45		3.923,80		4.575.825,72
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO	3.060.654,93		4.045.909,22					7.106.564,15
TOTAL	37.391.837,74		13.481.169,42	126.033,45		3.923,80		51.002.964,41

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

SILVIO LUIZ SOUZA
CONTADOR
CRCRS N. 41624
CPF: 286.454.030/04

JOSE CARLOS MARTINS
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 085.079.450/15

SUPERINTENDÊNCIA DE PORTOS E HIDROVIAS - SPH

ANEXO 16

R$

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA

DESIGNAÇÃO	AUTORIZAÇÕES		POSIÇÃO EM 31-12-09	MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2010			POSIÇÃO EM 31-12-2010
	LEI	DATA		Variações Patrimoniais		Mutações Patrimoniais da Despesa	
				Passivas	Ativas	Amortização	
Débitos Parcelados conta 206270009							
Com o Ministério da Fazenda – PASEP Termo 11080.013362/2002		27/09/02	2.883.233,55	98.233,08	Sem movimento	3.923,80	2.977.542,83
Termo de Parcelamento de / /							
Total			2.883.233,55	98.233,08	Sem movimento	3.923,80	2.977.542,83

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2010.

NOME: SILVIO LUIZ SOUZA
CONTADOR – CRC/RS 31.624
CIC-MF 286 054 030 / 04

NOME: JOSE CARLOS MARTINS
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CIC-MF 085 079 450 / 15

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA E LOGISTICA
SUPERINTENDÊNCIA DE PORTOS E HIDROVIAS

SPH
Superintendência de Portos e Hidrovias

ENTIDADE: SUPERINTENDENCIA DE PORTOS E HIDROVIAS

NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO DE 2010

1 - Com vista ao cumprimento de disposições da Lei Complementar 101 de 04.05.00, e considerando ainda, o disposto no Decreto Federal 20.910 de 06.01.32, e no parecer 01/03, de 21.11.03, do Egrégio Tribunal de Contas do Estado, foram expedidos o Decreto 47.542 de 08/11/10 e a Instrução Normativa CAGE 07/10, de 30.11.10, com base nos quais foram efetuados os seguintes procedimentos:

a) Prescrição dos saldos de empenhos inscritos em Restos a Pagar referentes aos exercicios anteriores a 2006 cfe. art. 5º do Decreto 47.572, no valor de R$1.248.779,20

b) Anulação das despesas inscritas Restos a Pagar Não Processados cfe. art. 4º do Decreto 47.542, no valor de R$99.498,99, cujos empenhos foram emitidos entre 01.01.2006 e 31.12.2009; e

c) Estorno de empenhos não liquidados emitidos em 2010 cfe. art 3º do Decreto 47.542, no valor de R$829.675,50 excedentes ao saldo positivo de disponibilidade caixa.

SILVIO LUIZ SOUZA
Contador CRCRS nº 31.624-0
CIC 286 054 030 / 04

JOSÉ CARLOS MARTINS
Diretor-Superintendente
CIC 085 079 450 / 15

SUPERINTENDÊNCIA DE PORTOS E HIDROVIAS
COMISSÃO DE CONTROLE

PARECER Nº 001/2011

No uso das atribuições delegadas pela Lei nº 4.478, de 09 de janeiro de 1963 (art. 39, alínea "g"), manifesta-se esta Comissão de Controle sobre o Balanço Geral da Superintendência de Portos e Hidrovias, relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010.

Os documentos que compõem o **Balanço Patrimonial, Financeiro, Orçamentário e as Demonstrações das Variações Patrimoniais** , foram vistos pela Comissão. Considerados os aspectos formais e ressalvados os aspectos técnicos, operacionais e administrativos que, porventura, venham a ser destacados pela Contadoria e Auditoria Geral do Estado ou pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado, a sugere que os documentos sejam remetidos a consideração superior.

Em relação ao Inventário de Bens de Almoxarifado, entendemos, com base no Relatório Final e Parecer da Comissão de Inventário a necessidade de regularizar as divergências apontadas pela comissão de inventário.

Quanto ao Inventário de Bens Permanentes ressalvamos, com base no Parecer da Comissão de Inventário a necessidade de identificar as causas que geraram as diferenças encontradas no inventário, bem como adotar procedimentos administrativos que não permitam a reincidência de novas irregularidades, bem como regularizando as divergências apontadas pela comissão de inventário.

Comissão de Controle registra que deixou de exercer a competência estabelecida na alínea "g" do art. 39 da Lei nº 4.478/63 *("dar parecer sobre os balancetes mensais e sobre o balanço anual")*, vez que sua composição carece da presença de profissional habilitado na área de contabilidade, com conhecimento técnico para análise de balanços.

Porto Alegre, 18 de Janeiro de 2011.

Erwin Ernst Eduardo K, Junior
Representante da Secretaria da Fazenda

Léo Humberto Bighelini Bisogni
Representante da Secretaria de Infra-estrutura e Logística

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... : SILVIO LUIZ SOUZA
REGISTRO..... : RS-031624/O-0
CATEGORIA..... : CONTADOR
CPF..... : 286.054.030-04

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 12.01.2011 as 14:27:12.
Válido até: 31.03.2011.
Código de Controle: 91253.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul

IPERGS

EXERCÍCIO DE 2010

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO ESTADO DO RS
DEMONSTRACÃO DA RECEITA E DA DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

RFPE035/00001
ANEXO N. 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
RECEITAS CORRENTES		DESPESA CORRENTE	
RECEITA DE CONTRIBUICOES	1.392.033.710,97	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	25.787.319,96
RECEITA PATRIMONIAL	38.357.034,09	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.983.011.328,52
RECEITA AGROPECUARIA	2.000,00		
RECEITA DE SERVICOS	3.290.286,84	SOMA.....	7.008.798.648,48
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	34.819.072,68		
RECEITA DE CONTRIBUICOES INTRA-ORCAMENTARIA	6.079.195.698,70	SUPERAVIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	544.845.869,61
OUTRAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORCAMENTARIAS	5.946.714,81	TOTAL.....	7.553.644.518,09
SOMA.....	7.553.644.518,09	DESPESA CAPITAL	
TOTAL.....	7.553.644.518,09	INVESTIMENTOS	458.750,60
RECEITAS DE CAPITAL		AMORTIZACAO DA DIVIDA	19.854.176,90
		SOMA.....	20.312.927,50
ALIENACAO DE BENS	86.114,96		
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	508.203,23	SUPERAVIT	525.127.260,30
SOMA.....	594.318,19	TOTAL.....	7.554.238.836,28
TOTAL.....	7.554.238.836,28		

RESUMO

RECEITAS CORRENTES.....	7.553.644.518,09	DESPESAS CORRENTES.....	7.008.798.648,48
RECEITAS DE CAPITAL.....	594.318,19	DESPESAS DE CAPITAL.....	20.312.927,50
DEFICIT.....	0,00	SUPERAVIT.....	525.127.260,30
TOTAL.....	7.554.238.836,28	TOTAL.....	7.554.238.836,28

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ELOI JOAO ZANELLA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 053.747.740/34

JORGE PERACIO DA ROSA SANTOS
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
CPF: 081.159.900/00

EUCLIDES WORTMANN PITOMBO
TÉCNICO EM CONTABILIDADE
CRCRS N. 36839
CPF: 121.379.870/15

EXERCÍCIO DE 2010 — INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO ESTADO DO RS — RFPE006/00001

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES — ANEXO N.6

R$

ÓRGÃO: 40 - REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - RPPS/RS

U.O.: 40.01 - ADMINISTRACAO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
04	ADMINISTRACAO		66.953.716,89	66.953.716,89
04.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO		66.953.716,89	66.953.716,89
04.0272.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		66.953.716,89	66.953.716,89
	TOTAL DA U.O. =>		66.953.716,89	66.953.716,89

U.O.: 40.02 - ANTIGOS SERVIDORES

09	PREVIDENCIA SOCIAL	32.913.931,68	5.782.516.234,47	5.815.430.166,15
09.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO	32.913.931,68	5.773.380.126,35	5.806.294.058,03
09.0272.0309	GESTAO DA PREVIDENCIA DO SERVIDOR PUBLICO ESTADUAL	32.913.931,68	5.773.380.126,35	5.806.294.058,03
09.0274	PREVIDENCIA ESPECIAL		9.136.108,12	9.136.108,12
09.0274.0309	GESTAO DA PREVIDENCIA DO SERVIDOR PUBLICO ESTADUAL		9.136.108,12	9.136.108,12
28	ENCARGOS ESPECIAIS		193.684.705,84	193.684.705,84
28.0061	ACAO JUDICIARIA		193.684.705,84	193.684.705,84
28.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS		193.684.705,84	193.684.705,84
	TOTAL DA U.O. =>	32.913.931,68	5.976.200.940,31	6.009.114.871,99
	TOTAL DO ÓRGÃO =>	32.913.931,68	6.043.154.657,20	6.076.068.588,88

EXERCÍCIO DE 2010 | INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO ESTADO DO RS | RFPE006/00002

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES | ANEXO N.6

R$

ÓRGÃO: 41 - FUNDO DE ASSISTENCIA A SAUDE - FAS/RS

U.O.: 41.01 - ADMINISTRACAO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
04	ADMINISTRACAO	15.000,00		15.000,00
04.0122	ADMINISTRACAO GERAL	15.000,00		15.000,00
04.0122.0346	MODERNIZACAO DA GESTAO PUBLICA	15.000,00		15.000,00
10	SAUDE		90.584.487,92	90.584.487,92
10.0122	ADMINISTRACAO GERAL		66.422.333,87	66.422.333,87
10.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		66.422.333,87	66.422.333,87
10.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO		24.162.154,05	24.162.154,05
10.0272.0335	OPERACOES ESPECIAIS		24.162.154,05	24.162.154,05
	TOTAL DA U.O. =>	15.000,00	90.584.487,92	90.599.487,92

U.O.: 41.02 - ASSISTENCIA MEDICA

10	SAUDE		859.258.883,12	859.258.883,12
10.0302	ASSIST.HOSP./AMBULATORIAL		859.258.883,12	859.258.883,12
10.0302.0303	GESTAO DA SAUDE DO SERVIDOR PUBLICO ESTADUA		859.258.883,12	859.258.883,12
	TOTAL DA U.O. =>		859.258.883,12	859.258.883,12

U.O.: 41.33 - ENCARGOS GERAIS DO FUNDO DE ASSISTENCIA A SAUDE - FAS/RS

28	ENCARGOS ESPECIAIS		15.513,19	15.513,19
28.0061	ACAO JUDICIARIA		15.513,19	15.513,19
28.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS		15.513,19	15.513,19
	TOTAL DA U.O. =>		15.513,19	15.513,19
	TOTAL DO ÓRGÃO =>	15.000,00	949.858.884,23	949.873.884,23

EXERCÍCIO DE 2010 | INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO ESTADO DO RS | RFPE006/00003

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES | ANEXO N.6

R$

ÓRGÃO: 42 - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

U.O.: 42.01 - ADMINISTRACAO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
04	ADMINISTRACAO		215.649,15	215.649,15
04.0122	ADMINISTRACAO GERAL		215.649,15	215.649,15
04.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		215.649,15	215.649,15
09	PREVIDENCIA SOCIAL		2.943.725,61	2.943.725,61
09.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO		2.943.725,61	2.943.725,61
09.0272.0309	GESTAO DA PREVIDENCIA DO SERVIDOR PUBLICO ESTADUAL		2.943.725,61	2.943.725,61
	TOTAL DA U.O. =>		3.159.374,76	3.159.374,76

U.O.: 42.33 - ENCARGOS GERAIS DO INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

28	ENCARGOS ESPECIAIS		9.728,11	9.728,11
28.0061	ACAO JUDICIARIA		9.728,11	9.728,11
28.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS		9.728,11	9.728,11
	TOTAL DA U.O. =>		9.728,11	9.728,11
	TOTAL DO ÓRGÃO =>		3.169.102,87	3.169.102,87

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ELOI JOAO ZANELLA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 053.747.740/34

JORGE PERACIO DA ROSA SANTOS
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
CPF: 081.159.900/00

EUCLIDES WORTMANN PITOMBO
TÉCNICO EM CONTABILIDADE
CRCRS N. 36839
CPF: 121.379.870/15

EXERCÍCIO DE 2010 | INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO ESTADO DO RS | RFPE009/00001

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES

ANEXO N. 7
R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
04	ADMINISTRACAO	15.000,00	67.169.366,04	67.184.366,04
04.0122	ADMINISTRACAO GERAL	15.000,00	215.649,15	230.649,15
04.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		215.649,15	215.649,15
04.0122.0346	MODERNIZACAO DA GESTAO PUBLICA	15.000,00		15.000,00
04.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO		66.953.716,89	66.953.716,89
04.0272.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		66.953.716,89	66.953.716,89
09	PREVIDENCIA SOCIAL	32.913.931,68	5.785.459.960,08	5.818.373.891,76
09.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO	32.913.931,68	5.776.323.851,96	5.809.237.783,64
09.0272.0309	GESTAO DA PREVIDENCIA DO SERVIDOR PUBLICO ESTADUAL	32.913.931,68	5.776.323.851,96	5.809.237.783,64
09.0274	PREVIDENCIA ESPECIAL		9.136.108,12	9.136.108,12
09.0274.0309	GESTAO DA PREVIDENCIA DO SERVIDOR PUBLICO ESTADUAL		9.136.108,12	9.136.108,12
10	SAUDE		949.843.371,04	949.843.371,04
10.0122	ADMINISTRACAO GERAL		66.422.333,87	66.422.333,87
10.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		66.422.333,87	66.422.333,87
10.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO		24.162.154,05	24.162.154,05
10.0272.0335	OPERACOES ESPECIAIS		24.162.154,05	24.162.154,05
10.0302	ASSIST.HOSP./AMBULATORIAL		859.258.883,12	859.258.883,12
10.0302.0303	GESTAO DA SAUDE DO SERVIDOR PUBLICO ESTADUAL		859.258.883,12	859.258.883,12
28	ENCARGOS ESPECIAIS		193.709.947,14	193.709.947,14
28.0061	ACAO JUDICIARIA		193.709.947,14	193.709.947,14
28.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS		193.709.947,14	193.709.947,14
	TOTAL GERAL =>	32.928.931,68	6.996.182.644,30	7.029.111.575,98

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ELOI JOAO ZANELLA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 053.747.740/34

JORGE PERACIO DA ROSA SANTOS
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
CPF: 081.159.900/00

EUCLIDES WORTMANN PITOMBO
TÉCNICO EM CONTABILIDADE
CRCRS N. 36839
CPF: 121.379.870/15

EXERCÍCIO DE 2010 — INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO ESTADO DO RS — RFPE029/00001

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS — ANEXO N.8

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
04	ADMINISTRACAO	67.184.366,04		67.184.366,04
04.0122	ADMINISTRACAO GERAL	230.649,15		230.649,15
04.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	215.649,15		215.649,15
04.0122.0346	MODERNIZACAO DA GESTAO PUBLICA	15.000,00		15.000,00
04.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO	66.953.716,89		66.953.716,89
04.0272.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	66.953.716,89		66.953.716,89
09	PREVIDENCIA SOCIAL	5.818.373.891,76		5.818.373.891,76
09.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO	5.809.237.783,64		5.809.237.783,64
09.0272.0309	GESTAO DA PREVIDENCIA DO SERVIDOR PUBLICO ESTADUAL	5.809.237.783,64		5.809.237.783,64
09.0274	PREVIDENCIA ESPECIAL	9.136.108,12		9.136.108,12
09.0274.0309	GESTAO DA PREVIDENCIA DO SERVIDOR PUBLICO ESTADUAL	9.136.108,12		9.136.108,12
10	SAUDE	949.843.371,04		949.843.371,04
10.0122	ADMINISTRACAO GERAL	66.422.333,87		66.422.333,87
10.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	66.422.333,87		66.422.333,87
10.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO	24.162.154,05		24.162.154,05
10.0272.0335	OPERACOES ESPECIAIS	24.162.154,05		24.162.154,05
10.0302	ASSIST.HOSP./AMBULATORIAL	859.258.883,12		859.258.883,12
10.0302.0303	GESTAO DA SAUDE DO SERVIDOR PUBLICO ESTADUAL	859.258.883,12		859.258.883,12
28	ENCARGOS ESPECIAIS	76.406.375,14	117.303.572,00	193.709.947,14
28.0061	ACAO JUDICIARIA	76.406.375,14	117.303.572,00	193.709.947,14
28.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS	76.406.375,14	117.303.572,00	193.709.947,14
	TOTAL GERAL =>	6.911.808.003,98	117.303.572,00	7.029.111.575,98

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ELOI JOAO ZANELLA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 053.747.740/34

JORGE PERACIO DA ROSA SANTOS
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
CPF: 081.159.900/00

EUCLIDES WORTMANN PITOMBO
TÉCNICO EM CONTABILIDADE
CRCRS N. 36839
CPF: 121.379.870/15

EXERCÍCIO DE 2010	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO ESTADO DO RS	RFPE025/00001
	DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃO E FUNÇÕES	ANEXO N.9
		R$

FUNÇÕES / ÓRGÃOS	ADMINISTRACAO	PREVIDENCIA SOCIAL	SAUDE	ENCARGOS ESPECIAIS
PODER LEGISLATIVO				
PODER JUDICIARIO				
MINISTERIO PUBLICO				
DEFENSORIA PUBLICA				
PODER EXECUTIVO				
REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - RPPS/RS	66.953.716,89	5.815.430.166,15		193.684.705,84
FUNDO DE ASSISTENCIA A SAUDE - FAS/RS	15.000,00		949.843.371,04	15.513,19
INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	215.649,15	2.943.725,61		9.728,11
SOMA.....	67.184.366,04	5.818.373.891,76	949.843.371,04	193.709.947,14
TOTAL.....	67.184.366,04	5.818.373.891,76	949.843.371,04	193.709.947,14

EXERCÍCIO DE 2010 | INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO ESTADO DO RS | RFPE025/00002

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃO E FUNÇÕES | ANEXO N.9

R$

FUNÇÕES / ÓRGÃOS	TOTAL			
PODER LEGISLATIVO				
PODER JUDICIARIO				
MINISTERIO PUBLICO				
DEFENSORIA PUBLICA				
PODER EXECUTIVO				
REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO				
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - RPPS/RS	6.076.068.588,88			
FUNDO DE ASSISTENCIA A SAUDE - FAS/RS	949.873.884,23			
INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	3.169.102,87			
SOMA.....	7.029.111.575,98			
TOTAL.....	7.029.111.575,98			

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ELOI JOAO ZANELLA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 053.747.740/34

JORGE PERACIO DA ROSA SANTOS
DIRETOR ADMINISTRATIVO/FINANCEIRO
CPF: 081.159.900/00

EUCLIDES WORTMANN PITOMBO
TÉCNICO EM CONTABILIDADE
CRCRS N. 36839
CPF: 121.379.870/15

EXERCÍCIO DE 2010	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO ESTADO DO RS COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	RFPE023/00001 ANEXO N. 10 R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
1000.00.00.0000	RECEITAS CORRENTES	1.465.874.478,00	1.468.502.104,58	2.627.626,58
1200.00.00.0000	RECEITA DE CONTRIBUICOES	1.415.006.671,00	1.392.033.710,97	22.972.960,03-
1210.00.00.0000	CONTRIBUICOES SOCIAIS	1.415.006.671,00	1.392.033.710,97	22.972.960,03-
1210.29.00.0000	CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS DO REGIME PROPRIO	706.672.409,00	698.852.772,07	7.819.636,93-
1210.29.07.0000	CONTRIBUICAO DE SERVIDOR PARA O REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA - ATIVO CIVIL	462.416.735,00	446.596.044,78	15.820.690,22-
1210.29.08.0000	CONTRIBUICAO DE SERVIDOR PARA O REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA - ATIVO MILITA	34.938.351,00	44.313.858,56	9.375.507,56
1210.29.09.0000	CONTRIBUICAO DE SERVIDOR PARA O REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA - INATIVO CIVI	133.273.256,00	132.029.641,23	1.243.614,77-
1210.29.10.0000	CONTRIBUICAO DE SERVIDOR PARA O REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA - INATIVO MILI	8.932.528,00	10.111.221,14	1.178.693,14
1210.29.11.0000	CONTRIBUICAO DE SERVIDOR PARA O REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA - PENSIONISTA	43.824.633,00	56.845.635,32	13.021.002,32
1210.29.12.0000	CONTRIBUICAO DE SERVIDOR PARA O REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA - PENSIONISTA	6.507.731,00	59.397,49	6.448.333,51-
1210.29.13.0000	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA PARA AMORTIZACAO DO DEFICIT ATUARIAL	16.779.175,00	8.896.973,55	7.882.201,45-
1210.99.00.0000	OUTRAS CONTRIBUICOES SOCIAIS	708.334.262,00	693.180.938,90	15.153.323,10-
1210.99.49.0000	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA SERVIDORES VINCULADOS REGIME PREV PROPR	700.607.779,00	676.936.211,82	23.671.567,18-
1210.99.99.0000	DIVERSAS CONTRIBUICOES SOCIAIS	7.726.483,00	16.244.727,08	8.518.244,08
1300.00.00.0000	RECEITA PATRIMONIAL	13.097.578,00	38.357.034,09	25.259.456,09
1310.00.00.0000	RECEITAS IMOBILIARIAS	1.650.272,00	2.095.841,64	445.569,64
1311.00.00.0000	ALUGUEIS	1.650.272,00	2.095.841,64	445.569,64
1311.99.00.0000	OUTROS ALUGUEIS	1.650.272,00	2.095.841,64	445.569,64
1311.99.99.0000	DIVERSOS ALUGUEIS	1.650.272,00	2.095.841,64	445.569,64
1320.00.00.0000	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	11.447.306,00	36.261.192,45	24.813.886,45
1321.00.00.0000	JUROS DE TITULOS DE RENDA	579.034,00	20.495.166,09	19.916.132,09
1321.99.00.0000	OUTROS JUROS DE TITULOS DE RENDA	579.034,00	20.495.166,09	19.916.132,09
1321.99.99.0000	DIVERSOS JUROS DE TITULOS DE RENDA	579.034,00	20.495.166,09	19.916.132,09
1322.00.00.0000	DIVIDENDOS	121.539,00	170.320,58	48.781,58
1322.01.00.0000	DIVIDENDOS DE PARTICIPACOES EM SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA	121.539,00	170.320,58	48.781,58
1322.01.99.0000	DIVIDENDOS DE SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA	121.539,00	170.320,58	48.781,58
1325.00.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	10.746.733,00	15.595.705,78	4.848.972,78
1325.02.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITO DE RECURSOS NAO VINCULADOS	10.746.733,00	15.595.705,78	4.848.972,78
1325.02.99.0000	DIVERSAS REMUNERACOES DE DEPOSITOS BANCARIOS NAO VINCULADOS	10.746.733,00	15.595.705,78	4.848.972,78
1400.00.00.0000	RECEITA AGROPECUARIA	0,00	2.000,00	2.000,00
1490.00.00.0000	OUTRAS RECEITAS AGROPECUARIAS	0,00	2.000,00	2.000,00
1490.99.00.0000	OUTRAS RECEITAS AGROPECUARIAS	0,00	2.000,00	2.000,00
1490.99.01.0000	DIVERSAS RECEITAS AGROPECUARIAS	0,00	2.000,00	2.000,00
1600.00.00.0000	RECEITA DE SERVICOS	837.379,00	3.290.286,84	2.452.907,84
1600.02.00.0000	SERVICOS FINANCEIROS	378.202,00	278.873,72	99.328,28-
1600.02.99.0000	DIVERSOS SERVICOS FINANCEIROS	378.202,00	278.873,72	99.328,28-
1600.13.00.0000	SERVICOS ADMINISTRATIVOS	459.177,00	3.011.413,12	2.552.236,12
1600.13.01.0000	SERVICOS DE INSCRICAO EM CONCURSOS PUBLICOS	0,00	344.935,82	344.935,82
1600.13.07.0000	SERVICOS DE FOTOCOPIAS OU COPIAS HELIOGRAFICAS	0,00	8.485,91	8.485,91
1600.13.99.0000	DIVERSOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	459.177,00	2.657.991,39	2.198.814,39
1900.00.00.0000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	36.932.850,00	34.819.072,68	2.113.777,32-
1910.00.00.0000	MULTAS E JUROS DE MORA	564.146,00	1.000.243,11	436.097,11
1918.00.00.0000	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTRAS RECEITAS	67.286,00	106.092,01	38.806,01
1918.99.00.0000	OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA	67.286,00	106.092,01	38.806,01
1918.99.01.0000	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTRAS RECEITAS - DIVERSOS	67.286,00	106.092,01	38.806,01
1919.00.00.0000	MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	496.860,00	894.151,10	397.291,10
1919.27.00.0000	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	496.860,00	894.151,10	397.291,10
1919.27.99.0000	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS - OUTROS RECURSOS	496.860,00	894.151,10	397.291,10
1920.00.00.0000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	32.453.000,00	31.105.252,54	1.347.747,46-
1921.00.00.0000	INDENIZACOES	0,00	8.536,69	8.536,69
1921.06.00.0000	INDENIZACOES POR DANOS CAUSADOS AO PATRIMONIO PUBLICO	0,00	8.400,00	8.400,00
1921.06.99.0000	DIVERSAS INDENIZACOES POR DANOS CAUSADOS AO PATRIMONIO PUBLICO	0,00	8.400,00	8.400,00
1921.99.00.0000	OUTRAS INDENIZACOES	0,00	136,69	136,69
1921.99.99.0000	DIVERSAS INDENIZACOES	0,00	136,69	136,69
1922.00.00.0000	RESTITUICOES	32.453.000,00	31.096.715,85	1.356.284,15-
1922.10.00.0000	COMPENSACOES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES PROPRIOS DE PREVID	32.453.000,00	29.606.562,14	2.846.437,86-
1922.10.99.0000	COMPENSACOES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES PROPRIOS DE PREVI	32.453.000,00	29.606.562,14	2.846.437,86-
1922.99.00.0000	OUTRAS RESTITUICOES	0,00	1.490.153,71	1.490.153,71

EXERCÍCIO DE 2010 | INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO ESTADO DO RS | RFPE023/00002

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA | ANEXO N. 10

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
1922.99.99.0000	DIVERSAS RESTITUICOES	0,00	1.490.153,71	1.490.153,71
1990.00.00.0000	RECEITAS DIVERSAS	3.915.704,00	2.713.577,03	1.202.126,97-
1990.02.00.0000	RECEITAS DE ONUS DE SUCUMBENCIA DE ACOES JUDICIAIS	0,00	9.511,03	9.511,03
1990.02.02.0000	RECEITAS DE ONUS DE SUCUMBENCIA	0,00	9.511,03	9.511,03
1990.98.00.0000	OUTRAS RECEITAS EVENTUAIS	0,00	2.165,57	2.165,57
1990.98.99.0000	DIVERSAS RECEITAS EVENTUAIS	0,00	2.165,57	2.165,57
1990.99.00.0000	OUTRAS RECEITAS	3.915.704,00	2.701.900,43	1.213.803,57-
1990.99.02.0000	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR DE RECURSOS NAO VINCULADOS	0,00	1.155.294,96	1.155.294,96
1990.99.97.0000	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR DE OUTROS RECURSOS VINCULADOS	0,00	566.764,88	566.764,88
1990.99.99.0000	OUTRAS RECEITAS DIVERSAS	3.915.704,00	979.840,59	2.935.863,41-
2000.00.00.0000	RECEITAS DE CAPITAL	2.067.082,00	594.318,19	1.472.763,81-
2200.00.00.0000	ALIENACAO DE BENS	1.457.860,00	86.114,96	1.371.745,04-
2210.00.00.0000	ALIENACAO DE BENS MOVEIS	0,00	1.000,00	1.000,00
2219.00.00.0000	ALIENACAO DE OUTROS BENS MOVEIS	0,00	1.000,00	1.000,00
2219.99.00.0000	OUTRAS ALIENACOES DE BENS MOVEIS	0,00	1.000,00	1.000,00
2219.99.99.0000	DIVERSAS ALIENACOES DE BENS MOVEIS	0,00	1.000,00	1.000,00
2220.00.00.0000	ALIENACAO DE BENS IMOVEIS	1.457.860,00	85.114,96	1.372.745,04-
2229.00.00.0000	ALIENACAO DE OUTROS BENS IMOVEIS	1.457.860,00	85.114,96	1.372.745,04-
2229.99.00.0000	OUTRAS ALIENACOES DE BENS IMOVEIS	1.457.860,00	85.114,96	1.372.745,04-
2229.99.99.0000	DIVERSAS ALIENACOES DE BENS IMOVEIS	1.457.860,00	85.114,96	1.372.745,04-
2300.00.00.0000	AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	609.222,00	508.203,23	101.018,77-
2300.70.00.0000	OUTRAS AMORTIZACOES DE EMPRESTIMOS	609.222,00	508.203,23	101.018,77-
2300.70.02.0000	AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS - EM CONTRATOS	609.222,00	508.203,23	101.018,77-
7000.00.00.0000	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORCAMENTARIAS	5.185.168.655,00	6.085.142.413,51	899.973.758,51
7200.00.00.0000	RECEITA DE CONTRIBUICOES INTRA-ORCAMENTARIAS	5.185.168.655,00	6.079.195.698,70	894.027.043,70
7210.00.00.0000	CONTRIBUICOES SOCIAIS INTRA-ORCAMENTARIAS	5.185.168.655,00	6.079.195.698,70	894.027.043,70
7210.29.00.0000	CONTRIBUICOES PARA O REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA DO SERVIDOR PUBLICO	4.838.311.817,00	5.708.442.644,30	870.130.827,30
7210.29.01.0000	CONTRIBUICAO PATRONAL PARA O REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA - ATIVO CIVIL	651.863.481,00	600.058.677,26	51.804.803,74-
7210.29.02.0000	CONTRIBUICAO PATRONAL PARA O REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA - ATIVO MILITAR	69.876.703,00	107.092.159,34	37.215.456,34
7210.29.03.0000	CONTRIBUICAO PATRONAL PARA O REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA - INATIVO CIVIL	165.915.068,00	149.413.385,02	16.501.682,98-
7210.29.04.0000	CONTRIBUICAO PATRONAL PARA O REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA - INATIVO MILITAR	17.865.055,00	20.799.927,18	2.934.872,18
7210.29.05.0000	CONTRIBUICAO PATRONAL PARA O REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA - PENSIONISTA CIV	52.942.907,00	0,00	52.942.907,00-
7210.29.06.0000	CONTRIBUICAO PATRONAL PARA O REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA - PENSIONISTA MIL	13.015.462,00	0,00	13.015.462,00-
7210.29.13.0000	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA PARA AMORTIZACAO DO DEFICIT ATUARIAL	3.866.833.141,00	4.831.078.495,50	964.245.354,50
7210.99.00.0000	OUTRAS CONTRIBUICOES SOCIAIS INTRA-ORCAMENTARIAS	346.856.838,00	370.753.054,40	23.896.216,40
7210.99.49.0000	CONTRIBUICAO PATRONAL ASSISTENCIA MEDICA SERVIDORES VINCULADOS REG PREV PROP	346.856.838,00	370.753.054,40	23.896.216,40
7900.00.00.0000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORCAMENTARIAS	0,00	5.946.714,81	5.946.714,81
7920.00.00.0000	INDENIZACOES E RESTITUICOES INTRA-ORCAMENTARIAS	0,00	5.946.714,81	5.946.714,81
7922.00.00.0000	RESTITUICOES INTRA-ORCAMENTARIAS	0,00	5.946.714,81	5.946.714,81
7922.99.00.0000	OUTRAS RESTITUICOES INTRA-ORCAMENTARIAS	0,00	5.946.714,81	5.946.714,81
7922.99.99.0000	DIVERSAS RESTITUICOES INTRA-ORCAMENTARIAS	0,00	5.946.714,81	5.946.714,81
TOTAL		6.653.110.215,00	7.554.238.836,28	901.128.621,28

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ELOI JOAO ZANELLA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 053.747.740/34

JORGE PERACIO DA ROSA SANTOS
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
CPF: 081.159.900/00

EUCLIDES WORTMANN PITOMBO
TÉCNICO EM CONTABILIDADE
CRCRS N. 36839
CPF: 121.379.870/15

EXERCÍCIO DE 2010

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO ESTADO DO RS
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

RFPE026/00001
ANEXO N.11

R$

TÍTULOS		DESPESA CORRENTE	DESPESA DE CAPITAL	TOTAL
REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO				
	DESPESA FIXADA	5.584.878.925,00	184.900,00	5.585.063.825,00
	CRÉDITOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00
	CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00
	SUPLEMENTAÇÕES	586.189.668,77	0,00	586.189.668,77
	REDUÇÕES	81.914.668,77	0,00	81.914.668,77
	DESPESA AUTORIZADA	6.089.153.925,00	184.900,00	6.089.338.825,00
	DESPESA REALIZADA	6.076.035.008,88	33.580,00	6.076.068.588,88
	DIFERENÇA	13.118.916,12	151.320,00	13.270.236,12
FUNDO DE ASSISTENCIA A SAUDE - FAS/RS				
	DESPESA FIXADA	1.053.131.940,00	8.955.242,00	1.062.087.182,00
	CRÉDITOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00
	CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00
	SUPLEMENTAÇÕES	24.000.000,00	16.650.000,00	40.650.000,00
	REDUÇÕES	40.650.000,00	0,00	40.650.000,00
	DESPESA AUTORIZADA	1.036.481.940,00	25.605.242,00	1.062.087.182,00
	DESPESA REALIZADA	929.594.536,73	20.279.347,50	949.873.884,23
	DIFERENÇA	106.887.403,27	5.325.894,50	112.213.297,77
INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL				
	DESPESA FIXADA	5.959.208,00	0,00	5.959.208,00
	CRÉDITOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00
	CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00
	SUPLEMENTAÇÕES	0,00	0,00	0,00
	REDUÇÕES	0,00	0,00	0,00
	DESPESA AUTORIZADA	5.959.208,00	0,00	5.959.208,00
	DESPESA REALIZADA	3.169.102,87	0,00	3.169.102,87
	DIFERENÇA	2.790.105,13	0,00	2.790.105,13
TOTAL GERAL				
	DESPESA FIXADA			6.653.110.215,00
	CRÉDITOS ESPECIAIS			0,00
	CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS			0,00
	SUPLEMENTAÇÕES			626.839.668,77
	REDUÇÕES			122.564.668,77
	DESPESA AUTORIZADA			7.157.385.215,00
	DESPESA REALIZADA			7.029.111.575,98
	DIFERENÇA			128.273.639,02

CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS CONSIDERADOS PELO SEU VALOR DE ABERTURA, ESTANDO AS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES COMPUTADAS NAS SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES.

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ELOI JOAO ZANELLA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 053.747.740/34

JORGE PERACIO DA ROSA SANTOS
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
CPF: 081.159.900/00

EUCLIDES WORTMANN PITOMBO
TÉCNICO EM CONTABILIDADE
CRCRS N. 36839
CPF: 121.379.870/15

R$

R E C E I T A

TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES			
RECEITA DE CONTRIBUICOES	1.415.006.671,00	1.392.033.710,97	22.972.960,03-
RECEITA PATRIMONIAL	13.097.578,00	38.357.034,09	25.259.456,09
RECEITA AGROPECUARIA	0,00	2.000,00	2.000,00
RECEITA DE SERVICOS	837.379,00	3.290.286,84	2.452.907,84
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	36.932.850,00	34.819.072,68	2.113.777,32-
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	1.465.874.478,00	1.468.502.104,58	2.627.626,58
RECEITAS DE CAPITAL			
ALIENACAO DE BENS	1.457.860,00	86.114,96	1.371.745,04-
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	609.222,00	508.203,23	101.018,77-
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	2.067.082,00	594.318,19	1.472.763,81-
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	5.185.168.655,00	6.085.142.413,51	899.973.758,51
SOMA	6.653.110.215,00	7.554.238.836,28	901.128.621,28
DEFICIT DE PREVISÃO	504.275.000,00	0,00	504.275.000,00-
TOTAL	7.157.385.215,00	7.554.238.836,28	396.853.621,28

D E S P E S A

TÍTULOS	AUTORIZAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
CRÉDITOS ORDINÁRIOS (1)	7.157.385.215,00	7.029.111.575,98	128.273.639,02-
CRÉDITOS ESPECIAIS (2)	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS (2)	0,00	0,00	0,00
SOMA	7.157.385.215,00	7.029.111.575,98	128.273.639,02-
SUPERAVIT DE EXECUCÃO	0,00	525.127.260,30	525.127.260,30
TOTAL	7.157.385.215,00	7.554.238.836,28	396.853.621,28

(1) DOTAÇÕES ORIGINAIS COM SUAS SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES
(2) DOTAÇÕES CRIADAS NO DECORRER DO EXERCÍCIO E ALTERAÇÕES

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ELOI JOAO ZANELLA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 053.747.740/34

JORGE PERACIO DA ROSA SANTOS
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
CPF: 081.159.900/00

EUCLIDES WORTMANN PITOMBO
TÉCNICO EM CONTABILIDADE
CRCRS N. 36839
CPF: 121.379.870/15

EXERCÍCIO DE 2010 | INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO ESTADO DO RS | RFPE031/00001

BALANÇO FINANCEIRO | ANEXO N. 13

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
RECEITA ORÇAMENTARIA		DESPESA ORÇAMENTARIA	
RECEITAS CORRENTES		ADMINISTRACAO	67.184.366,04
RECEITA DE CONTRIBUICOES	1.392.033.710,97	PREVIDENCIA SOCIAL	5.818.373.891,76
RECEITA PATRIMONIAL	38.357.034,09	SAUDE	949.843.371,04
RECEITA AGROPECUARIA	2.000,00	ENCARGOS ESPECIAIS	193.709.947,14
RECEITA DE SERVICOS	3.290.286,84	SOMA.....	7.029.111.575,98
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	34.819.072,68	DESPESA EXTRA-ORÇAMENTARIA	
SOMA.....	1.468.502.104,58	REALIZAVEL	5.182.009.435,45
RECEITAS DE CAPITAL		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.753.061.229,95
ALIENACAO DE BENS	86.114,96	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	1.638.408,40
AMORTIZACAO EMPRESTIMOS	508.203,23	SERVICO DA DIVIDA A PAGAR	357.676,00
SOMA.....	594.318,19	DEPOSITOS	2.182.797.339,76
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	6.085.142.413,51	DIVERSOS	1.959.552,40
TOTAL.....	7.554.238.836,28	SOMA.....	9.121.823.641,96
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA		TOTAL.....	16.150.935.217,94
REALIZAVEL	5.230.893.140,17	VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	124.611.440,78	BAIXA DE SALDOS BANCÁRIOS	
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	178.800,00	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	
SERVICO DA DIVIDA A PAGAR	0,00	INTRAGOVERNAMENTAIS	16.509.823,45
DEPOSITOS	1.535.862.917,23	SOMA.....	16.509.823,45
DIVERSOS	3.119.845,31	SALDOS PARA O EXERCICIO SEGUINTE	
SOMA.....	6.894.666.143,49	CAIXA	0,00
TOTAL.....	14.448.904.979,77	BANCOS C/DISPOSICAO	20.579.517,34
VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO		APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	13.469.143,52
BAIXA DE PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR E A LIQUIDAR	1.735.731.067,29	BANCOS, C/VINCULADAS	2.538.736,12
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS INTRAGOVERNAMENTAIS	249.658,72	SOMA.....	36.587.396,98
SOMA.....	1.735.980.726,01		
SALDOS DO EXERCICIO ANTERIOR			
CAIXA	0,00		
BANCOS C/DISPOSICAO	5.450.099,81		
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	11.168.682,71		
BANCOS, C/VINCULADAS	2.527.950,07		
SOMA.....	19.146.732,59		
TOTAL.....	16.204.032.438,37	TOTAL.....	16.204.032.438,37

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ELOI JOAO ZANELLA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 053.747.740/34

JORGE PERACIO DA ROSA SANTOS
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
CPF: 081.159.900/00

EUCLIDES WORTMANN PITOMBO
TÉCNICO EM CONTABILIDADE
CRCRS N. 36839
CPF: 121.379.870/15

ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
ATIVO FINANCEIRO		PASSIVO FINANCEIRO	
DISPONÍVEL		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	
BANCOS C/DISPOSICAO	20.579.517,34	FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	695.776,51
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	13.469.143,52	LOCACOES DE IMOVEIS, A PAGAR	36.663,27
SOMA.....	34.048.660,86	ENCARGOS DE LOCACAO DE IMOVEIS, A PAGAR	71,75
VINCULADO EM CONTA CORRENTE BANCÁRIA		CONDOMINIOS DE IMOVEIS DA ENTIDADE, A PAGAR	847,20
BANCOS, C/VINCULADAS	2.538.736,12	INDENIZACOES E RESTITUICOES A PAGAR	374.877,92
SOMA.....	2.538.736,12	FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	1.499.956,59
REALIZÁVEL		CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	15.467,78
APLICACOES FINANCEIRAS	304.401.376,33	FOLHAS DE PENSOES A PAGAR	346.810,00
DEVEDORES	2.117.204,20	TRIBUTOS E TAXAS DIVERSAS A RECOLHER	10.548,27
DEPOSITOS JUDICIAIS	4.797.050,72	BENEFICIOS DE PREVIDENCIA SOCIAL A PAGAR	137.642,38
SOMA.....	311.315.631,25	PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR	117.303.572,00
TOTAL.....	347.903.028,23	SERVICOS HOSPITALARES CLINICOS E LABORATORIAIS A PAGAR	14.731,04
ATIVO PERMANENTE		FGTS A RECOLHER	24.161,70
BENS DA ENTIDADE		DIARIAS VENCIDAS A PAGAR	620,87
BENS MOVEIS	2.919.532,09	REQUISICAO DE PEQUENO VALOR A PAGAR	3.958.301,72
BENS IMOVEIS	97.149.159,79	SOMA.....	124.420.049,00
SOMA.....	100.068.691,88	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
PARTICIPAÇÕES		FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	178.800,00
PARTICIPACOES SOCIETARIAS EM EMPRESAS SOB CONTROLE DO ESTADO	2.102.079,05	SOMA.....	178.800,00
PARTICIPACOES SOCIETARIAS EM EMPRESAS DIVERSAS	349.544,63	SERVIÇO DA DÍVIDA À PAGAR	
SOMA.....	2.451.623,68	SOMA.....	0,00
CRÉDITOS		DEPÓSITOS	
DEVEDORES POR LOCACAO	6.470.825,81	DEPOSITOS	84.911.619,69
CREDITOS POR PAGAMENTOS INDEVIDOS	9.366.862,54	SOMA.....	84.911.619,69
DEVEDORES POR CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS	372.686.513,04	DIVERSOS	
DEVEDORES POR FINANCIAMENTOS		ORDENS DE PAGAMENTO DEVOLVIDAS	3.370.097,61
HABITACIONAIS CONCEDIDOS	26.995.615,59	OUTROS CREDORES	3.335.727,89
DEVEDORES POR CONSIGNACOES	36.381.206,30	SOMA.....	6.705.825,50
DEVEDORES POR EMPRESTIMOS CONCEDIDOS	10.058,10	TOTAL.....	216.216.294,19
DEVEDORES POR PRESTACOES DE SERVICOS	9.952.943,10	PASSIVO PERMANENTE	
DEVEDORES POR CONTRIBUICOES - IPE SAUDE	65.264.780,25	DÍVIDA FUNDADA INTERNA	
DEVEDORES POR CONSIGNACOES IPE-SAUDE	37.061.212,07	DEBITOS PARCELADOS	372.652.007,63
SOMA.....	564.190.016,80	DIVIDA FUNDADA INTERNA - CONTRATOS	74.592.993,61
DÍVIDA ATIVA		PRECATORIOS JUDICIAIS - EC 62/2009	1.779.361.440,36
DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA	2.191.995.309,95	SOMA.....	2.226.606.441,60
SOMA.....	2.191.995.309,95	RESERVAS TÉCNICAS	
DIVERSOS		RESERVAS ATUARIAIS	11.440.501.332,95
BENS DE VENDA	14.010.660,43	SOMA.....	11.440.501.332,95
ALMOXARIFADOS	121.108,98	TOTAL.....	13.667.107.774,55
SOMA.....	14.131.769,41	SOMA DO PASSIVO REAL	13.883.324.068,74
TOTAL.....	2.872.837.411,72	PASSIVO COMPENSADO	
SOMA DO ATIVO REAL	3.220.740.439,95	CONTRAPARTIDA DE VALORES EM PODER DE TERCEIROS	
SALDO PATRIMONIAL		VALORES EM GUARDA NOS ALMOXARIFADOS	121.108,98
SITUAÇÃO LÍQUIDA		SOMA.....	121.108,98
PASSIVO REAL DESCOBERTO	10.662.583.628,79	CONTRAPARTIDA DE VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS	
SOMA.....	13.883.324.068,74	ATUALIZACOES DE PRECATORIOS A PAGAR	1.458.556.443,53
ATIVO COMPENSADO		CONTRATOS DE SEGURO PARA COBERTURA DE RISCOS	57.101.900,00
VALORES EM PODER DE TERCEIROS		PENSOES INTEGRAIS	127.513.578,77
RESPONSAVEIS POR ALMOXARIFADOS	121.108,98	MEDICOS HOSPITALARES	82.421.303,22
SOMA.....	121.108,98	SOMA.....	1.725.593.225,52
VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS		TOTAL.....	1.725.714.334,50
ATUALIZACOES DE PRECATORIOS	1.458.556.443,53		
SEGUROS PARA COBERTURA DE RISCOS	57.101.900,00		
VALORES PENDENTES PENSOES INTEGRAIS	127.513.578,77		
VALORES MEDICOS HOSPITALARES A PROCESSAR	82.421.303,22		
SOMA.....	1.725.593.225,52		
TOTAL.....	1.725.714.334,50		
TOTAL GERAL.....	15.609.038.403,24	TOTAL GERAL.....	15.609.038.403,24

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ELOI JOAO ZANELLA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 053.747.740/34

JORGE PERACIO DA ROSA SANTOS
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
CPF: 081.159.900/00

EUCLIDES WORTMANN PITOMBO
TÉCNICO EM CONTABILIDADE
CRCRS N. 36839
CPF: 121.379.870/15

EXERCÍCIO DE 2010 | INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO ESTADO DO RS | RFPE033/00001

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS | ANEXO N. 15

VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
RECEITAS CORRENTES		DESPESAS CORRENTES	
RECEITA DE CONTRIBUICOES	1.392.033.710,97	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	25.787.319,96
RECEITA PATRIMONIAL	38.357.034,09	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.983.011.328,52
RECEITA AGROPECUARIA	2.000,00		
RECEITA DE SERVICOS	3.290.286,84	SOMA.....	7.008.798.648,48
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	34.819.072,68	DESPESAS DE CAPITAL	
		INVESTIMENTOS	458.750,60
SOMA.....	1.468.502.104,58	AMORTIZACAO DA DIVIDA	19.854.176,90
RECEITAS DE CAPITAL			
ALIENACAO DE BENS	86.114,96	SOMA.....	20.312.927,50
AMORTIZACAO EMPRESTIMOS	508.203,23	TOTAL.....	7.029.111.575,98
SOMA.....	594.318,19	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	6.085.142.413,51	ALIENACAO DE BENS DE VENDA	85.114,96
DEDUÇÕES RECEITAS CORRENTES	0,00	RECEBIMENTOS DE CREDITOS POR PAGAMENTOS INDEVIDOS	355,54
TOTAL.....	7.554.238.836,28	RECEBIMENTO DE CREDITOS POR FINANCIAMENTOS HABITACIONAIS	200.638,98
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS			
AMORTIZACAO DE DEBITOS PARCELADOS	19.854.176,90	SOMA.....	286.109,48
CONSTRUCAO OU AQUISICAO DE BENS MOVEIS	458.750,60	INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
SOMA.....	20.312.927,50	VARIAÇÕES PASSIVAS	
INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		INSCRICAO DE DEBITOS PARCELADOS - PRINCIPAL E ATUALIZACAO	312.770.115,45
VARIAÇÕES ATIVAS		BAIXA DE BENS DE VENDA	20.900,88
INCORPORACAO DE BENS DE VENDA	70.522,91	BAIXA DE CREDITOS POR LOCACAO	2.714.775,76
INSCRICAO DE CREDITOS POR LOCACAO	1.051.969,53	BAIXA DE PARTICIPACOES SOC EM EMPR S/CONTROLE DO ESTADO	2.220,25
INCORPORACAO DE PARTICIPACOES SOC EM EMPR S/CONTROLE DO EST	247.713,36	BAIXA DE CREDITOS POR FINANCIAMENTOS HABITACIONAIS	4.203.315,64
INSCRICAO DE CREDITOS POR PAGAMENTOS INDEVIDOS	1.207.070,27	INSCRICAO DE DIVIDA FUNDADA INTERNA - CONTRATOS	5.881.479,62
INSCRICAO DE CREDITOS POR CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS	53.237.515,23	BAIXA DE CREDITOS DE CONSIGNATARIOS	18.684.899,98
INSCRICAO DE CREDITOS POR FINANCIAMENTOS HABITACIONAIS	367.851,82	TRANSFERENCIAS INTRAPATRIMONIAIS	50.370,00
INSCRICAO DE CREDITOS DE CONSIGNATARIOS	260.536,10	BAIXA DE BENS MOVEIS	61.510,31
TRANSFERENCIAS INTRAPATRIMONIAIS	50.370,00	BAIXA DE CREDITOS POR EMPRESTIMOS CONCEDIDOS	3.697,02
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	10.626,09	INSCRICAO DE PRECATORIOS JUDICIAIS - EC 62/2009	1.779.361.440,36
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	8.410.822,51	BAIXA DE BENS DE ALMOXARIFADO	202.960,86
INSCRICAO DE CREDITOS POR PRESTACAO DE SERVICOS	1.432.376,37	BAIXA DE CREDITOS POR CONTRIBUICOES PARA O IPE-SAUDE	60.653.908,18
INCORPORACAO DE BENS DE ALMOXARIFADO	165.570,93		
INSCRICAO DE DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA	134.483.592,23	SOMA.....	2.184.611.594,31
INSCRICAO DE CREDITOS DE CONSIGNATARIOS IPE-SAUDE	16.536.039,89	VARIAÇÕES PASSIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO PATRIMÔNIO FINANCEIRO	
SOMA.....	217.532.577,24	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS INTRAGOVERNAMENTAIS	16.509.823,45
VARIAÇÕES ATIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO PATRIMÔNIO FINANCEIRO		SOMA.....	16.509.823,45
BAIXA DE PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR E A LIQUIDAR	1.735.731.067,29	TOTAL.....	9.230.519.103,22
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS INTRAGOVERNAMENTAIS	249.658,72	RESULTADO PATRIMONIAL	
		SUPERAVIT VERIFICADO	297.545.963,81
SOMA.....	1.735.980.726,01		
TOTAL.....	9.528.065.067,03	TOTAL.....	9.528.065.067,03

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ELOI JOAO ZANELLA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 053.747.740/34

JORGE PERACIO DA ROSA SANTOS
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
CPF: 081.159.900/00

EUCLIDES WORTMANN PITOMBO
TÉCNICO EM CONTABILIDADE
CRCRS N. 36839
CPF: 121.379.870/15

EXERCÍCIO DE 2010 — INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO ESTADO DO RS — RFPE034/00001

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE — ANEXO N.17

R$

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	1.232.145,57-	1.135.295,06	1.671.664,12	695.776,51-
LOCACOES DE IMOVEIS, A PAGAR	31.336,10-	36.663,27	31.336,10	36.663,27-
ENCARGOS DE LOCACAO DE IMOVEIS, A PAGAR	3.330,49-	4.035,91	7.294,65	71,75-
CONDOMINIOS DE IMOVEIS DA ENTIDADE, A PAGAR	3.255,30-	5.581,65	7.989,75	847,20-
INDENIZACOES E RESTITUICOES A PAGAR	425.823,24-	204.594,31	255.539,63	374.877,92-
FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	902.881,77-	1.422.448,54	825.373,72	1.499.956,59-
PIS E PASEP A RECOLHER	8.529.816,64-	0,00	8.529.816,64	0,00
CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	26.733,53-	15.467,78	26.733,53	15.467,78-
FOLHAS DE PENSOES A PAGAR	693.467,67-	346.810,00	693.467,67	346.810,00-
TRIBUTOS E TAXAS DIVERSAS A RECOLHER	0,00	15.936,21	5.387,94	10.548,27-
BENEFICIOS DE PREVIDENCIA SOCIAL A PAGAR	27.747,33-	123.220,72	13.325,67	137.642,38-
PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR	1.735.438.450,43-	117.303.572,00	1.735.438.450,43	117.303.572,00-
HONORARIOS MEDICOS A PAGAR	1.388,81-	0,00	1.388,81	0,00
SERVICOS HOSPITALARES CLINICOS E LABORATORIAIS A PAGAR	83.942,50-	14.731,04	83.942,50	14.731,04-
FGTS A RECOLHER	17.846,41-	24.161,70	17.846,41	24.161,70-
FORNECEDORES DE BENS E SERVICOS CONTINUOS	232,77-	0,00	232,77	0,00
DIARIAS VENCIDAS A PAGAR	0,00	620,87	0,00	620,87-
FORNECEDORES DE ORTESES E PROTESES	416,84-	0,00	416,84	0,00
REQUISICAO DE PEQUENO VALOR A PAGAR	5.451.022,77-	3.958.301,72	5.451.022,77	3.958.301,72-
SUBTOTAL.....	1.752.869.838,17-	124.611.440,78	1.753.061.229,95	124.420.049,00-
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	521.485,55-	178.800,00	521.485,55	178.800,00-
ENCARGOS DE LOCACAO DE IMOVEIS A LIQUIDAR	3.964,16-	0,00	3.964,16	0,00
CONDOMINIOS DE IMOVEIS DA ENTIDADE A LIQUIDAR	4.734,45-	0,00	4.734,45	0,00
INDENIZACOES E RESTITUICOES A LIQUIDAR	1.166,92-	0,00	1.166,92	0,00
FOLHAS DE PESSOAL A LIQUIDAR	33.071,46-	0,00	33.071,46	0,00
CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A LIQUIDAR	16,00-	0,00	16,00	0,00
FOLHAS DE PENSOES A LIQUIDAR	108,71-	0,00	108,71	0,00
TRIBUTOS E TAXAS DIVERSAS A LIQUIDAR	5.387,94-	0,00	5.387,94	0,00
BENEFICIOS DE PREVIDENCIA SOCIAL A LIQUIDAR	4.654,89-	0,00	4.654,89	0,00
PRECATORIOS JUDICIAIS A LIQUIDAR	841.736,14-	0,00	841.736,14	0,00
SERVICOS HOSPITALARES CLINICOS E LABORATORIAIS A LIQUIDAR	30.442,01-	0,00	30.442,01	0,00
FGTS A LIQUIDAR	0,01-	0,00	0,01	0,00
SENTENCAS JUDICIAIS A PAGAR	18.164,04-	0,00	18.164,04	0,00
REQUISICOES DE PEQUENO VALOR A LIQUIDAR	173.476,12-	0,00	173.476,12	0,00
SUBTOTAL.....	1.638.408,40-	178.800,00	1.638.408,40	178.800,00-
SERVICO DA DIVIDA A PAGAR				
SERVICO DO PARCELAMENTO DE DEBITOS PREVIDENCIARIOS	357.676,00-	0,00	357.676,00	0,00
SUBTOTAL.....	357.676,00-	0,00	357.676,00	0,00
DEPOSITOS				
DEPOSITOS	731.846.042,22-	1.535.862.917,23	2.182.797.339,76	84.911.619,69-
SUBTOTAL.....	731.846.042,22-	1.535.862.917,23	2.182.797.339,76	84.911.619,69-
DIVERSOS				
ORDENS DE PAGAMENTO DEVOLVIDAS	2.679.336,96-	996.211,91	305.451,26	3.370.097,61-
OUTROS CREDORES	2.866.195,63-	2.123.633,40	1.654.101,14	3.335.727,89-
SUBTOTAL.....	5.545.532,59-	3.119.845,31	1.959.552,40	6.705.825,50-
TOTAL.....	2.492.257.497,38-	1.663.773.003,32	3.939.814.206,51	216.216.294,19-

EXERCÍCIO DE 2010

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO ESTADO DO RS

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

RFPE034/00002
ANEXO N.17

R$

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ELOI JOAO ZANELLA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 053.747.740/34

JORGE PERACIO DA ROSA SANTOS
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
CPF: 081.159.900/00

EUCLIDES WORTMANN PITOMBO
TÉCNICO EM CONTABILIDADE
CRCRS N. 36839
CPF: 121.379.870/15

EXERCÍCIO DE 2010 | INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO ESTADO DO RS | RFPE017/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CAT. ECONÔMICA, GRUPO NAT. DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA
COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.0.00.00	DESPESA CORRENTE	7.008.798.648,48
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	25.787.319,96
3.1.90.00	APLICACOES DIRETAS	25.787.319,96
3.1.90.09	SALARIO-FAMILIA	82.385,04
3.1.90.09.0904	SALARIO FAMILIA - ATIVOS CIVIL	82.385,04
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	24.279.536,97
3.1.90.11.1102	VENCIMENTO, SALARIO E SUBSIDIO	8.349.151,51
3.1.90.11.1103	13- VENCIMENTO	2.645.320,67
3.1.90.11.1104	GRATIFICACOES	5.949.238,11
3.1.90.11.1105	VANTAGENS TEMPORAIS	6.604.450,71
3.1.90.11.1107	OUTRAS VANTAGENS	711.642,23
3.1.90.11.1108	JETON	19.733,74
3.1.90.13	OBRIGACOES PATRONAIS	370.236,75
3.1.90.13.1304	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA	180.076,97
3.1.90.13.1305	FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVICO - FGTS	190.159,78
3.1.90.91	SENTENCAS JUDICIAIS	25.241,30
3.1.90.91.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS	25.241,30
3.1.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	209.816,87
3.1.90.92.1102	VENCIMENTO, SALARIO E SUBSIDIO	20.733,07
3.1.90.92.1103	13- VENCIMENTO	3.945,34
3.1.90.92.1104	GRATIFICACOES	57.396,65
3.1.90.92.9601	RESSARCIMENTO	127.741,81
3.1.90.96	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	820.103,03
3.1.90.96.9601	RESSARCIMENTO	820.103,03
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.983.011.328,52
3.3.90.00	APLICACOES DIRETAS	6.983.011.328,52
3.3.90.01	APOSENTADORIAS E REFORMAS	4.318.996.837,71
3.3.90.01.0101	FERROVIARIOS - RESPONSABILIDADE DO ESTADO	12.948.941,82
3.3.90.01.0102	INATIVOS - MILITAR	848.876.316,99
3.3.90.01.0106	13° VENCIMENTO - INATIVOS MILITARES	71.698.801,58
3.3.90.01.0107	INATIVOS - CIVIL	3.110.889.061,84
3.3.90.01.0108	13° VENCIMENTO - INATIVOS CIVIS	274.583.715,48
3.3.90.03	PENSOES	1.453.193.611,34
3.3.90.03.0302	PENSIONISTAS - MILITAR	336.954.113,14
3.3.90.03.0303	PENSIONISTAS - CIVIL	1.001.213.688,81
3.3.90.03.0304	13° VENCIMENTO - PENSIONISTAS CIVIS	86.454.257,68
3.3.90.03.0305	13° VENCIMENTO - PENSIONISTAS MILITARES	28.571.551,71
3.3.90.05	OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS	2.569.257,35
3.3.90.05.0504	PECULIO FACULTATIVO	2.569.257,35
3.3.90.08	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	189.430,76
3.3.90.08.0802	AUXILIO RECLUSAO	51.741,03
3.3.90.08.0803	AUXILIO FUNERAL	103.739,73
3.3.90.08.0805	AUXILIO CRECHE	33.950,00
3.3.90.09	SALARIO-FAMILIA	189.974,13
3.3.90.09.0902	SALARIO FAMILIA - INATIVOS CIVIL	189.974,13
3.3.90.14	DIARIAS-CIVIL	84.790,45
3.3.90.14.1402	DIARIAS DE VIAGEM	74.106,17
3.3.90.14.1407	DIARIAS DE VIAGEM PARA FORA DO ESTADO	10.684,28
3.3.90.27	ENCARGOS PELA HONRA DE AVAIS, GARANTIAS,SEGUROS E SIMILARES	53.546,27
3.3.90.27.2702	ENCARGOS DE RISCO SOBRE FINANCIAMENTO HABITACIONAL	53.546,27
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	239.382,95
3.3.90.30.3004	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	43.168,80
3.3.90.30.3006	GENEROS PARA ALIMENTACAO	2.376,00
3.3.90.30.3009	MATERIAL DE EXPEDIENTE	60.084,36
3.3.90.30.3010	ACONDICIONAMENTO E/OU EMBALAGEM	310,00
3.3.90.30.3011	ALOJAMENTO, LAVANDERIA, COPA E/OU COZINHA	537,30
3.3.90.30.3028	LIMPEZA E HIGIENE	33.206,00
3.3.90.30.3031	PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	44.543,01
3.3.90.30.3032	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	54.028,68
3.3.90.30.3033	CONSERVACAO DE VEICULOS	1.128,80
3.3.90.33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	39.558,94
3.3.90.33.3302	TRANSPORTE DE PESSOAL	21.638,11
3.3.90.33.3304	TRANSPORTE DE PESSOAL POR VIA AEREA	17.920,83
3.3.90.35	SERVICOS DE CONSULTORIA	250.250,00
3.3.90.35.3502	ASSESSORIA E CONSULTORIA TECNICA	250.250,00
3.3.90.36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	136.708.028,58
3.3.90.36.3610	SERVICOS MEDICOS	136.366.616,36
3.3.90.36.3614	LOCACAO DE IMOVEIS	340.989,50
3.3.90.36.3621	HONORARIOS DE PERITOS	422,72
3.3.90.37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	1.404.484,66
3.3.90.37.3701	LIMPEZA E HIGIENE	896.784,46
3.3.90.37.3702	VIGILANCIA E/OU ZELADORIA	507.700,20
3.3.90.39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	582.850.530,16
3.3.90.39.3901	AGUA E ESGOTO	279.709,72
3.3.90.39.3903	ASSINATURA DE PERIODICOS E RECORTES	24.328,10
3.3.90.39.3910	CONCURSOS PUBLICOS	57.301,76
3.3.90.39.3914	CONDOMINIO DE PREDIOS DA ENTIDADE	208.612,12
3.3.90.39.3916	DESPESAS PEQUENAS DE PRONTO PAGAMENTO	141.195,30
3.3.90.39.3918	ENERGIA ELETRICA	585.230,41
3.3.90.39.3920	LOCACAO DE IMOVEIS	79.277,47
3.3.90.39.3921	LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	193.414,61
3.3.90.39.3923	PEDAGIOS	713,23
3.3.90.39.3924	PROCESSAMENTO DE DADOS	12.894.471,11
3.3.90.39.3926	SEGUROS	20.229,30
3.3.90.39.3928	CARTORIO	21.655,15
3.3.90.39.3929	COMUNICACAO	1.844.144,17
3.3.90.39.3930	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	152.023,79
3.3.90.39.3931	CONSERVACAO DE BENS MOVEIS E EQUIPAMENTOS	105.042,88
3.3.90.39.3932	CONSERVACAO DE VEICULOS	1.687,73
3.3.90.39.3933	DIVULGACAO OBRIGATORIA	58.577,69
3.3.90.39.3934	SERVICOS GRAFICOS	5.000,00
3.3.90.39.3935	ENSINO E TREINAMENTO	5.855,00
3.3.90.39.3937	LEVANTAMENTO, PROSPECCAO ANALISE DE DADOS GEOGRAFICOS, TOPOGRAF E/OU AEROFOT	2.400,00
3.3.90.39.3939	MEDICINA	552.953.104,96
3.3.90.39.3942	ESTAGIARIOS E MONITORES	560.697,42
3.3.90.39.3945	ENCARGOS SOBRE LOCACAO DE IMOVEIS DE RENDA - IPERGS	130.519,15
3.3.90.39.3948	MULTAS	2.306,97
3.3.90.39.3950	CUSTAS JUDICIAIS	14.024,81
3.3.90.39.3952	DESPESAS BANCARIAS	710.300,63

EXERCÍCIO DE 2010 — INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO ESTADO DO RS — RFPE017/00002

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CAT. ECONÔMICA, GRUPO NAT. DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.3.90.39.3964	CARTEIRAS FUNCIONAIS, CRACHAS E CARIMBOS	1.006,00
3.3.90.39.3979	TELEFONIA FIXA	331.293,72
3.3.90.39.3980	TELEFONIA MOVEL	1.311,20
3.3.90.39.3981	APRESENTACOES ARTISTICAS, CULTURAIS E/OU DESPORTIVAS	139,26
3.3.90.39.3982	ARMAZENAGENS, FRETES E/OU CARRETOS	38.947,60
3.3.90.39.3984	LIMPEZA E HIGIENE	14.966,00
3.3.90.39.3985	AUXILIO-REFEICAO	529.730,00
3.3.90.39.3987	ENCARGOS COM ASSISTENCIA MEDICA	10.881.312,90
3.3.90.41	CONTRIBUICOES	48.163,16
3.3.90.41.4106	ENCARGOS COM ASSOCIACOES	48.163,16
3.3.90.46	AUXILIO-ALIMENTACAO	72.572,79
3.3.90.46.4601	AUXILIO-REFEICAO	72.572,79
3.3.90.47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	88.259.096,50
3.3.90.47.4701	CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - SERVICOS DE TERCEIROS	21.623.077,27
3.3.90.47.4702	PROGRAMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO-PASEP	66.561.662,94
3.3.90.47.4703	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO E CONTRIBUICAO DE MELHORIA	36.413,76
3.3.90.47.4707	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	17.868,61
3.3.90.47.4718	IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSAO DE BENS IMOVEIS	20.073,92
3.3.90.49	AUXILIO-TRANSPORTE	60.284,91
3.3.90.49.4901	AUXILIO TRANSPORTE	60.284,91
3.3.90.91	SENTENCAS JUDICIAIS	193.684.705,84
3.3.90.91.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS	193.684.705,84
3.3.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	194.862.265,40
3.3.90.92.0101	FERROVIARIOS - RESPONSABILIDADE DO ESTADO	16.738,57
3.3.90.92.0102	INATIVOS - MILITAR	14.191.285,92
3.3.90.92.0106	13° VENCIMENTO - INATIVOS MILITARES	1.699.946,86
3.3.90.92.0107	INATIVOS - CIVIL	25.179.199,29
3.3.90.92.0108	13° VENCIMENTO - INATIVOS CIVIS	1.795.014,58
3.3.90.92.0303	PENSIONISTAS - CIVIL	115.816,72
3.3.90.92.0504	PECULIO FACULTATIVO	374.468,26
3.3.90.92.3610	SERVICOS MEDICOS	19.102.522,77
3.3.90.92.3621	HONORARIOS DE PERITOS	1.000,00
3.3.90.92.3901	AGUA E ESGOTO	2.871,85
3.3.90.92.3902	DIVULGACAO PROMOCIONAL OU INSTITUCIONAL	4.799,42
3.3.90.92.3914	CONDOMINIO DE PREDIOS DA ENTIDADE	2.677,01
3.3.90.92.3918	ENERGIA ELETRICA	6.001,15
3.3.90.92.3921	LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	6.465,05
3.3.90.92.3924	PROCESSAMENTO DE DADOS	1.227.851,44
3.3.90.92.3929	COMUNICACAO	6,16
3.3.90.92.3930	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	3.730,00
3.3.90.92.3931	CONSERVACAO DE BENS MOVEIS E EQUIPAMENTOS	3.200,00
3.3.90.92.3933	DIVULGACAO OBRIGATORIA	544,00
3.3.90.92.3939	MEDICINA	126.161.764,26
3.3.90.92.3942	ESTAGIARIOS E MONITORES	581,84
3.3.90.92.3945	ENCARGOS SOBRE LOCACAO DE IMOVEIS DE RENDA - IPERGS	3.554,74
3.3.90.92.3950	CUSTAS JUDICIAIS	15,56
3.3.90.92.3979	TELEFONIA FIXA	26.012,79
3.3.90.92.3987	ENCARGOS COM ASSISTENCIA MEDICA	4.229.177,77
3.3.90.92.4703	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO E CONTRIBUICAO DE MELHORIA	7.866,65
3.3.90.92.4707	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	144.663,53
3.3.90.92.9309	RESSARCIMENTO DE DESPESA MEDICO-HOSPITALAR A SEGURADOS DO IPERGS	554.489,21
3.3.90.93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	9.254.556,62
3.3.90.93.9304	RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM ALIMENTACAO	950,99
3.3.90.93.9306	RESTITUICAO DE RECEITAS	240.548,80
3.3.90.93.9308	INDENIZACAO PELO USO DE VEICULO PARTICULAR	546,00
3.3.90.93.9309	RESSARCIMENTO DE DESPESA MEDICO-HOSPITALAR A SEGURADOS DO IPERGS	9.012.510,83
4.0.00.00	DESPESA CAPITAL	20.312.927,50
4.4.00.00	INVESTIMENTOS	458.750,60
4.4.90.00	APLICACOES DIRETAS	458.750,60
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	458.750,60
4.4.90.52.5212	MAQUINAS, MOTORES E/OU APARELHOS	2.388,00
4.4.90.52.5213	MATERIAL BIBLIOGR. PECAS P/COLECOES D E BIBLIOT. DISCOT.FILMOT.E MUSEUS	1.431,60
4.4.90.52.5222	SOM E/OU IMAGEM	239,00
4.4.90.52.5228	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	454.692,00
4.6.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	19.854.176,90
4.6.90.00	APLICACOES DIRETAS	19.854.176,90
4.6.90.71	PRINCIPAL DA DIVIDA CONTRATUAL RESGATADO	19.854.176,90
4.6.90.71.7111	DEBITOS PARCELADOS - PASEP	3.235.654,64
4.6.90.71.7112	DEBITOS PARCELADOS - PREVIDENCIA SOCIAL	16.618.522,26
	TOTAL GERAL ====>	7.029.111.575,98

* RESUMO *

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	=>	25.787.319,96
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	=>	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	=>	6.983.011.328,52
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	=>	7.008.798.648,48
INVESTIMENTOS	=>	458.750,60
INVERSÕES FINANCEIRAS	=>	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	=>	19.854.176,90
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	=>	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	=>	20.312.927,50
TOTAL GERAL	=>	7.029.111.575,98

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ELOI JOAO ZANELLA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 053.747.740/34

JORGE PERACIO DA ROSA SANTOS
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
CPF: 081.159.900/00

EUCLIDES WORTMANN PITOMBO
TECNICO EM CONTABILIDADE
CRCRS N. 36839
CPF: 121.379.870/15

EXERCÍCIO DE 2010

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO ESTADO DO RS

RFPE039/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR ÓRGÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO POR FONTE DE RECURSO

R$

ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA							
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
40 REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - RPPS/RS	1.599.924,61		6.074.435.084,27	33.580,00				6.076.068.588,88
PROPRIOS DA AUTARQUIA	1.599.924,61		6.074.435.084,27	33.580,00				6.076.068.588,88
41 FUNDO DE ASSISTENCIA A SAUDE - FAS/RS	24.177.667,24		905.416.869,49	425.170,60		19.854.176,90		949.873.884,23
PROPRIOS DA AUTARQUIA	24.177.667,24		905.416.869,49	425.170,60		19.854.176,90		949.873.884,23
42 INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	9.728,11		3.159.374,76					3.169.102,87
PROPRIOS DA AUTARQUIA	9.728,11		3.159.374,76					3.169.102,87
TOTAL	25.787.319,96		6.983.011.328,52	458.750,60		19.854.176,90		7.029.111.575,98

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ELOI JOAO ZANELLA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 053.747.740/34

JORGE PERACIO DA ROSA SANTOS
DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
CPF: 081.159.900/00

EUCLIDES WORTMANN PITOMBO
TÉCNICO EM CONTABILIDADE
CRCRS N. 36839
CPF: 121.379.870/15

EXERCÍCIO DE 2010 — INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO ESTADO DO RS — RFPE040/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR FUNCÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS FONTES DE RECURSO — R$

ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA							
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
04 ADMINISTRACAO	1.599.924,61		65.550.861,43	33.580,00				67.184.366,04
PROPRIOS DA AUTARQUIA	1.599.924,61		65.550.861,43	33.580,00				67.184.366,04
09 PREVIDENCIA SOCIAL			5.818.373.891,76					5.818.373.891,76
PROPRIOS DA AUTARQUIA			5.818.373.891,76					5.818.373.891,76
10 SAUDE	24.162.154,05		905.401.869,49	425.170,60		19.854.176,90		949.843.371,04
PROPRIOS DA AUTARQUIA	24.162.154,05		905.401.869,49	425.170,60		19.854.176,90		949.843.371,04
28 ENCARGOS ESPECIAIS	25.241,30		193.684.705,84					193.709.947,14
PROPRIOS DA AUTARQUIA	25.241,30		193.684.705,84					193.709.947,14
TOTAL	25.787.319,96		6.983.011.328,52	458.750,60		19.854.176,90		7.029.111.575,98
RESUMO								
PROPRIOS DA AUTARQUIA	25.787.319,96		6.983.011.328,52	458.750,60		19.854.176,90		7.029.111.575,98
TOTAL	25.787.319,96		6.983.011.328,52	458.750,60		19.854.176,90		7.029.111.575,98

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ELOI JOAO ZANELLA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 053.747.740/34

JORGE PERACIO DA ROSA SANTOS
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
CPF: 081.159.900/00

EUCLIDES WORTMANN PITOMBO
TECNICO EM CONTABILIDADE
CRCRS N. 36839
CPF: 121.379.870/15

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ANEXO 16

R$

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA							
DESIGNAÇÃO	AUTORIZAÇÕES		POSIÇÃO EM 31-12-09	MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2010			POSIÇÃO EM 31-12-2010
	LEI	DATA		Variações		Resgate	
				Passivas	Ativas		
Débitos Parcelado							
Com o Ministério da Fazenda - PASEP	MP-36	14/05/2002	79.736.069.08			3.235.654,64	76.500.414,44
Termo de Parcelamento de 26/09/2002							
MINISTÉRIO DA FAZENDA	11941	27/05/2009	-0-	312.770.115.45		16.618.522,26	296.151.593,19
TESOURO DO ESTADO			68.711.513,99	5.881.479,62			74.592.993.61
PRECATÓRIOS JUDICIAIS	EC 62	09/12/2009	-0-	1.779.361.440,36			1.779.361.440,36
Total			148.447.583,07	2.098.013.035,43	-	19.854.176,90	2.226.606.441,60

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2010

ELOI JOÃO ZANELLA
DIRETOR PRESIDENTE
CIC-MF 053.747.740/34

JORGE PERÁCIO DA R. SANTOS
DIRETOR ADM. FINANCEIRO
CIC-MF 081.159.900/00

EUCLIDES WORTMANN PITOMBO
CHEFE DA DIV. DE CONTABILIDADE
TEC. CONT. CRCRS 36.839

fl. 07

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA
CONTADORIA E AUDITORIA-GERAL DO ESTADO

INFORMAÇÃO DELEGAÇÃO CAGE 174/2011 **Porto Alegre, 03 de fevereiro de 2011.**

PROCESSO: 007608-24.42/11-8
ASSUNTO: Balanço Contábil do IPERGS

Vem a esta Delegação da CAGE o processo acima referido, solicitando parecer desta Delegação acerca dos Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e da Demonstração das Variações Patrimoniais do IPERGS.

Cabe informar que referido parecer é emitido ordinariamente por meio do Relatório de Auditoria do Exercício da DCI/CAGE – Divisão de Controle da Administração Indireta da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado.

Importante reforçar a necessidade do IPERGS cumprir o disposto na Circular CAGE 02/2010, publicada no Diário Oficial do Estado em 03-11-2010.

Atenciosamente,

Antonio José Sarkis Neto,
Agente Fiscal do Tesouro do Estado
Id. Func. 2940043
Delegação da CAGE junto ao IPERGS

José Eduardo Brasil Silveira
Agente Fiscal do Tesouro do Estado
Id. Func. 3238903
Delegação da CAGE junto ao IPERGS

Ricardo Kolesny,
Agente Fiscal do Tesouro do Estado
Id. Func. 2787512
Delegação da CAGE junto ao IPERGS

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: EUCLIDES WORTMANN PITOMBO
REGISTRO.....	: RS-036839/O-6
CATEGORIA.....	: TÉCNICO EM CONTABILIDADE
CPF.....	: 121.379.870-15

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 14.02.2011 as 08:23:23.
Válido até: 13.08.2011.
Código de Controle: 93147.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore

IGTF

EXERCÍCIO DE 2010

FUNDACAO INST GAUCHO DE TRADICAO E FOLCLORE
DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

RFPE035/00001
ANEXO N. 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
RECEITAS CORRENTES		DESPESA CORRENTE	
RECEITA PATRIMONIAL	650,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	781.765,30
RECEITA DE SERVICOS	185,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	76.986,73
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	165,00		
		SOMA.....	858.752,03
SOMA.....	1.000,00		
		TOTAL.....	858.752,03
DEFICIT	857.752,03		
TOTAL.....	858.752,03		

RESUMO

RECEITAS CORRENTES.....	1.000,00	DESPESAS CORRENTES.....	858.752,03
RECEITAS DE CAPITAL.....	0,00	DESPESAS DE CAPITAL.....	0,00
DEFICIT.....	857.752,03	SUPERAVIT.....	0,00
TOTAL.....	858.752,03	TOTAL.....	858.752,03

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

JUSSARA DE FATIMA DOS SANTOS SOARES
CONTADORA
CRCRS N. 62422
CPF: 566.164.140/00

MANOELITO CARLOS SAVARIS
PRESIDENTE
CPF: 232.257.930/00

LEANDRO RAFAEL HAAG
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 736.663.480/15

EXERCÍCIO DE 2010 | FUNDACAO INST GAUCHO DE TRADICAO E FOLCLORE | RFPE006/00001

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES | ANEXO N.6

R$

ÓRGÃO: 62 - FUNDACAO INSTITUTO GAUCHO DE TRADICAO E FOLCLORE

U.O.: 62.01 - FUNDACAO INSTITUTO GAUCHO DE TRADICAO E FOLCLORE - FIGTF

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
13	CULTURA		744.653,38	744.653,38
13.0122	ADMINISTRACAO GERAL		744.653,38	744.653,38
13.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		744.653,38	744.653,38
	TOTAL DA U.O. =>		744.653,38	744.653,38

U.O.: 62.33 - ENCARGOS GERAIS DA FUNDACAO INSTITUTO GAUCHO DE TRADICAO E FOLCLORE

10	SAUDE		18.369,87	18.369,87
10.0392	DIFUSAO CULTURAL		18.369,87	18.369,87
10.0392.0335	OPERACOES ESPECIAIS		18.369,87	18.369,87
13	CULTURA		95.728,78	95.728,78
13.0122	ADMINISTRACAO GERAL		95.728,78	95.728,78
13.0122.0335	OPERACOES ESPECIAIS		95.728,78	95.728,78
	TOTAL DA U.O. =>		114.098,65	114.098,65
	TOTAL DO ÓRGÃO =>		858.752,03	858.752,03

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

JUSSARA DE FÁTIMA DOS SANTOS SOARES
CONTADORA
CRCRS N. 62422
CPF: 566.164.140/00

MANOELITO CARLOS SAVARIS
PRESIDENTE
CPF: 232.257.930/00

LEANDRO RAFAEL HAAG
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 736.663.430/15

EXERCÍCIO DE 2010 | FUNDACAO INST GAUCHO DE TRADICAO E FOLCLORE | RFPE009/00001

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES

ANEXO N. 7
R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
10	SAUDE		18.369,87	18.369,87
10.0392	DIFUSAO CULTURAL		18.369,87	18.369,87
10.0392.0335	OPERACOES ESPECIAIS		18.369,87	18.369,87
13	CULTURA		840.382,16	840.382,16
13.0122	ADMINISTRACAO GERAL		840.382,16	840.382,16
13.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		744.653,38	744.653,38
13.0122.0335	OPERACOES ESPECIAIS		95.728,78	95.728,78
	TOTAL GERAL =>	0,00	858.752,03	858.752,03

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

JUSSARA DE FATIMA DOS SANTOS SOARES
CONTADORA
CRCRS N. 62422
CPF: 566.164.140/00

MENOELITO CARLOS SAVARIS
PRESIDENTE
CPF: 232.257.930/00

LEANDRO RAFAEL HAAG
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 736.463.430/15

EXERCÍCIO DE 2010 — FUNDACAO INST GAUCHO DE TRADICAO E FOLCLORE — RFPE029/00001

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS — ANEXO N.8

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
10	SAUDE	18.369,87		18.369,87
10.0392	DIFUSAO CULTURAL	18.369,87		18.369,87
10.0392.0335	OPERACOES ESPECIAIS	18.369,87		18.369,87
13	CULTURA	840.382,16		840.382,16
13.0122	ADMINISTRACAO GERAL	840.382,16		840.382,16
13.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	744.653,38		744.653,38
13.0122.0335	OPERACOES ESPECIAIS	95.728,78		95.728,78
	TOTAL GERAL =>	858.752,03	0,00	858.752,03

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

JUSSARA DE FATIMA DOS SANTOS SOARES
CONTADORA
CRCRS N. 62422
CPF: 566.164.140/00

MANOELITO CARLOS SAVARIS
PRESIDENTE
CPF: 232.257.930/00

LEANDRO RAFAEL HAAG
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 736.663.430-15

EXERCÍCIO DE 2010 | FUNDACAO INST GAUCHO DE TRADICAO E FOLCLORE | RFPE025/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃO E FUNÇÕES | ANEXO N.9

R$

FUNÇÕES / ÓRGÃOS	SAUDE	CULTURA	TOTAL	
PODER LEGISLATIVO				
PODER JUDICIARIO				
MINISTERIO PUBLICO				
DEFENSORIA PUBLICA				
PODER EXECUTIVO				
FUNDACAO INSTITUTO GAUCHO DE TRADICAO E FOLCLORE	18.369,87	840.382,16	858.752,03	
SOMA.....	18.369,87	840.382,16	858.752,03	
TOTAL.....	18.369,87	840.382,16	858.752,03	

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

JUSSARA DE FÁTIMA DOS SANTOS SOARES
CONTADORA
CRCRS N. 62422
CPF: 566.164.140/00

MANOELITO CARLOS SAVARIS
PRESIDENTE
CPF: 232.257.930/00

LEANDRO RAFAEL HAAG
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 736.663.430/15

EXERCÍCIO DE 2010	FUNDACAO INST GAUCHO DE TRADICAO E FOLCLORE COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	RFPE023/00001 ANEXO N. 10 R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
1000.00.00.0000	RECEITAS CORRENTES	28.000,00	1.000,00	27.000,00-
1300.00.00.0000	RECEITA PATRIMONIAL	11.000,00	650,00	10.350,00-
1390.00.00.0000	OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	11.000,00	650,00	10.350,00-
1390.99.00.0000	OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	11.000,00	650,00	10.350,00-
1390.99.01.0000	DIVERSAS RECEITAS PATRIMONIAIS	11.000,00	650,00	10.350,00-
1600.00.00.0000	RECEITA DE SERVICOS	17.000,00	185,00	16.815,00-
1600.01.00.0000	SERVICOS COMERCIAIS	5.000,00	185,00	4.815,00-
1600.01.02.0000	SERVICOS COMERCIALIZACAO LIVROS; PERIODICOS; MATERIAIS ESCOLARES; DE PUBLICI	5.000,00	185,00	4.815,00-
1600.04.00.0000	SERVICOS DE COMUNICACAO	12.000,00	0,00	12.000,00-
1600.04.99.0000	DIVERSOS SERVICOS DE COMUNICACAO	12.000,00	0,00	12.000,00-
1900.00.00.0000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	165,00	165,00
1920.00.00.0000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	0,00	165,00	165,00
1921.00.00.0000	INDENIZACOES	0,00	165,00	165,00
1921.06.00.0000	INDENIZACOES POR DANOS CAUSADOS AO PATRIMONIO PUBLICO	0,00	165,00	165,00
1921.06.99.0000	DIVERSAS INDENIZACOES POR DANOS CAUSADOS AO PATRIMONIO PUBLICO	0,00	165,00	165,00
TOTAL		28.000,00	1.000,00	27.000,00-

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

JUSSARA DE FATIMA DOS SANTOS SOARES
CONTADORA
CRCRS N. 62422
CPF: 566.164.140/00

MANOELITO CARLOS SAVARIS
PRESIDENTE
CPF: 232.257.930/00

LEANDRO RAFAEL [illegible]
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 736.643.480/15

EXERCÍCIO DE 2010 | FUNDACAO INST GAUCHO DE TRADICAO E FOLCLORE | RFPE026/00001

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA | ANEXO N.11

R$

TÍTULOS		DESPESA CORRENTE	DESPESA DE CAPITAL	TOTAL
FUNDACAO INSTITUTO GAUCHO DE TRADICAO E FOLCLORE				
	DESPESA FIXADA	990.155,00	5.500,00	995.655,00
	CRÉDITOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00
	CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00
	SUPLEMENTAÇÕES	35.000,00	0,00	35.000,00
	REDUÇÕES	35.000,00	0,00	35.000,00
	DESPESA AUTORIZADA	990.155,00	5.500,00	995.655,00
	DESPESA REALIZADA	858.752,03	0,00	858.752,03
	DIFERENÇA	131.402,97	5.500,00	136.902,97
TOTAL GERAL				
	DESPESA FIXADA			995.655,00
	CRÉDITOS ESPECIAIS			0,00
	CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS			0,00
	SUPLEMENTAÇÕES			35.000,00
	REDUÇÕES			35.000,00
	DESPESA AUTORIZADA			995.655,00
	DESPESA REALIZADA			858.752,03
	DIFERENÇA			136.902,97

CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS CONSIDERADOS PELO SEU VALOR DE ABERTURA, ESTANDO AS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES COMPUTADAS NAS SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES.

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

JUSSARA DE FATIMA DOS SANTOS SOARES
CONTADORA
CRCRS N. 62422
CPF: 566.164.140/00

MANOELITO CARLOS SAVARIS
PRESIDENTE
CPF: 232.257.930/00

LEANDRO RAFAEL HAAG
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 736.568.430/15

R$

R E C E I T A

TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES			
RECEITA PATRIMONIAL	11.000,00	650,00	10.350,00-
RECEITA DE SERVICOS	17.000,00	185,00	16.815,00-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	165,00	165,00
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	28.000,00	1.000,00	27.000,00-
RECEITAS DE CAPITAL			
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
SOMA	28.000,00	1.000,00	27.000,00-
DEFICIT DE PREVISÃO	967.655,00	857.752,03	109.902,97-
TOTAL	995.655,00	858.752,03	136.902,97-

D E S P E S A

TÍTULOS	AUTORIZAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
CRÉDITOS ORDINÁRIOS (1)	995.655,00	858.752,03	136.902,97-
CRÉDITOS ESPECIAIS (2)	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS (2)	0,00	0,00	0,00
SOMA	995.655,00	858.752,03	136.902,97-
TOTAL	995.655,00	858.752,03	136.902,97-

(1) DOTAÇÕES ORIGINAIS COM SUAS SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES
(2) DOTAÇÕES CRIADAS NO DECORRER DO EXERCÍCIO E ALTERAÇÕES

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

JUSSARA DE FATIMA DOS SANTOS SOARES
CONTADORA
CRCRS N. 62422
CPF: 566.164.140/00

MANOELITO CARLOS SAVARIS
PRESIDENTE
CPF: 232.257.930/00

LEANDRO RAFAEL HAAG
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 735.563.430/15

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
RECEITA ORÇAMENTARIA		DESPESA ORÇAMENTARIA	
RECEITAS CORRENTES		SAUDE	18.369,87
RECEITA PATRIMONIAL	650,00	CULTURA	840.382,16
RECEITA DE SERVICOS	185,00	SOMA.....	858.752,03
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	165,00		
SOMA.....	1.000,00	DESPESA EXTRA-ORÇAMENTARIA	
RECEITAS DE CAPITAL		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	8.606,30
TOTAL.....	1.000,00	DEPOSITOS	188.848,56
		DIVERSOS	0,00
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA		SOMA.....	197.454,86
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	25.119,58	TOTAL.....	1.056.206,89
DEPOSITOS	187.489,75		
DIVERSOS	0,00	VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO	
SOMA.....	212.609,33	BAIXA DE SALDOS BANCÁRIOS	
TOTAL.....	213.609,33	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS INTRAGOVERNAMENTAIS	
VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO		SOMA.....	0,00
BAIXA DE PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR E A LIQUIDAR	0,00	SALDOS PARA O EXERCICIO SEGUINTE	
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS INTRAGOVERNAMENTAIS	826.316,30	BANCOS C/DISPOSICAO	4.974,83
SOMA.....	826.316,30	APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	696,91
		SOMA.....	5.671,74
SALDOS DO EXERCICIO ANTERIOR			
BANCOS C/DISPOSICAO	4.974,83		
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	16.978,17		
SOMA.....	21.953,00		
TOTAL.....	1.061.878,63	TOTAL.....	1.061.878,63

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

JUSSARA DE FATIMA DOS SANTOS SOARES
CONTADORA
CRCRS N. 62422
CPF: 566.164.140/00

MANOELITO CARLOS SAVARIS
PRESIDENTE
CPF: 232.257.930/00

LEANDRO RAFAEL HAAG
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 736.663.480/15

EXERCÍCIO DE 2010 | FUNDACAO INST GAUCHO DE TRADICAO E FOLCLORE | RFPE032/00001

BALANÇO PATRIMONIAL | ANEXO N. 14

ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
ATIVO FINANCEIRO		PASSIVO FINANCEIRO	
DISPONÍVEL		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	
BANCOS C/DISPOSICAO	4.974,83	FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	1.918,24
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	696,91	FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	7.789,97
SOMA.....	5.671,74	CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	38.720,36
TOTAL.....	5.671,74	SOMA.....	48.428,57
ATIVO PERMANENTE		DEPÓSITOS	
BENS DA ENTIDADE		DEPOSITOS	103.875,57
BENS MOVEIS	83.728,17	SOMA.....	103.875,57
BENS IMOVEIS	161.370,31	DIVERSOS	
SOMA.....	245.098,48	OUTROS CREDORES	1.358,60
DIVERSOS		SOMA.....	1.358,60
BENS DE VENDA	14.135,74	TOTAL.....	153.662,74
ALMOXARIFADOS	42.060,23	SOMA DO PASSIVO REAL	153.662,74
SOMA.....	56.195,97	SALDO PATRIMONIAL	
TOTAL.....	301.294,45	SITUAÇÃO LÍQUIDA	
SOMA DO ATIVO REAL	306.966,19	ATIVO REAL LIQUIDO	153.303,45
ATIVO COMPENSADO		SOMA.....	306.966,19
VALORES EM PODER DE TERCEIROS		PASSIVO COMPENSADO	
RESPONSAVEIS POR ALMOXARIFADOS	42.060,23	CONTRAPARTIDA DE VALORES EM PODER DE TERCEIROS	
RESPONSAVEIS PELA GUARDA DE BENS DA ENTIDADE	14.423,74	VALORES EM GUARDA NOS ALMOXARIFADOS	42.060,23
SOMA.....	56.483,97	BENS DA ENTIDADE EM PODER DE TERCEIROS	14.423,74
VALORES DE TERCEIROS		SOMA.....	56.483,97
BENS DE TERCEIROS EM PODER DA ENTIDADE	2,95	CONTRAPARTIDA DE VALORES DE TERCEIROS	
SOMA.....	2,95	BENS PERTENCENTES A TERCEIROS	2,95
TOTAL.....	56.486,92	SOMA.....	2,95
		TOTAL.....	56.486,92
TOTAL GERAL.....	363.453,11	TOTAL GERAL.....	363.453,11

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

JUSSARA DE FATIMA DOS SANTOS SOARES
CONTADORA
CRCRS N. 62422
CPF: 566.164.140/00

MANOELITO CARLOS SAVARIS
PRESIDENTE
CPF: 232.257.930/00

LEANDRO RAFAEL HAAG
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 736.663.480/15

EXERCÍCIO DE 2010

FUNDACAO INST GAUCHO DE TRADICAO E FOLCLORE

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

RFPE033/00001

ANEXO N. 15

VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
RECEITAS CORRENTES		DESPESAS CORRENTES	
RECEITA PATRIMONIAL	650,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	781.765,30
RECEITA DE SERVICOS	185,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	76.986,73
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	165,00	SOMA.....	858.752,03
SOMA.....	1.000,00	DESPESAS DE CAPITAL	
RECEITAS DE CAPITAL		SOMA.....	0,00
SOMA.....	0,00	TOTAL.....	858.752,03
DEDUÇÕES RECEITAS CORRENTES	0,00	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	
TOTAL.....	1.000,00	SOMA.....	0,00
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS		INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
SOMA.....	0,00	VARIAÇÕES PASSIVAS	
INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		BAIXA DE BENS DE VENDA	516,98
VARIAÇÕES ATIVAS		BAIXA DE BENS MOVEIS	1.657,05
INCORPORACAO DE BENS DE VENDA	587,51	BAIXA DE BENS DE ALMOXARIFADO	33.718,18
INCORPORACAO DE BENS DE ALMOXARIFADO	31.170,45	SOMA.....	35.892,21
SOMA.....	31.757,96	VARIAÇÕES PASSIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO PATRIMÔNIO FINANCEIRO	
VARIAÇÕES ATIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO PATRIMÔNIO FINANCEIRO		SOMA.....	0,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS INTRAGOVERNAMENTAIS	826.316,30	TOTAL.....	894.644,24
SOMA.....	826.316,30		
TOTAL.....	859.074,26		
RESULTADO PATRIMONIAL			
DEFICIT VERIFICADO	35.569,98		
TOTAL.....	894.644,24	TOTAL.....	894.644,24

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

JUSSARA DE FATIMA DOS SANTOS SOARES
CONTADORA
CRCRS N. 62422
CPF: 566.164.140/00

MANOELITO CARLOS SAVARIS
PRESIDENTE
CPF: 232.257.930/00

LEANDRO RAFAEL HAAG
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 736.663.430/15

EXERCÍCIO DE 2010 — FUNDACAO INST GAUCHO DE TRADICAO E FOLCLORE — RFPE034/00001

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE — ANEXO N.17

R$

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	1.150,32-	1.879,43	1.111,51	1.918,24-
FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	7.789,97-	0,00	0,00	7.789,97-
CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	22.975,00-	23.240,15	7.494,79	38.720,36-
SUBTOTAL.....	31.915,29-	25.119,58	8.606,30	48.428,57-
DEPOSITOS				
DEPOSITOS	105.234,38-	187.489,75	188.848,56	103.875,57-
SUBTOTAL.....	105.234,38-	187.489,75	188.848,56	103.875,57-
DIVERSOS				
OUTROS CREDORES	1.358,60-	0,00	0,00	1.358,60-
SUBTOTAL.....	1.358,60-	0,00	0,00	1.358,60-
TOTAL.....	138.508,27-	212.609,33	197.454,86	153.662,74-

PORTO ALEGRE, 30 DE DEZEMBRO DE 2010

JUSSARA DE FATIMA DOS SANTOS SOARES
CONTADORA
CRCRS N. 62422
CPF: 566.164.140/00

MANOELITO CARLOS SAVARIS
PRESIDENTE
CPF: 232.257.930/00

LEANDRO RAFAEL HAAG
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 736.663.430/15

EXERCÍCIO DE 2010 — FUNDACAO INST GAUCHO DE TRADICAO E FOLCLORE — RFPE017/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CAT. ECONÔMICA, GRUPO NAT. DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA
COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.0.00.00	DESPESA CORRENTE	858.752,03
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	781.765,30
3.1.90.00	APLICACOES DIRETAS	763.395,43
3.1.90.09	SALARIO-FAMILIA	2.849,57
3.1.90.09.0904	SALARIO FAMILIA - ATIVOS CIVIL	2.849,57
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	664.817,08
3.1.90.11.1102	VENCIMENTO, SALARIO E SUBSIDIO	284.667,60
3.1.90.11.1104	GRATIFICACOES	83.775,10
3.1.90.11.1105	VANTAGENS TEMPORAIS	80.614,10
3.1.90.11.1107	OUTRAS VANTAGENS	215.760,28
3.1.90.13	OBRIGACOES PATRONAIS	95.728,78
3.1.90.13.1304	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA	92.701,34
3.1.90.13.1307	MULTAS SOBRE OBRIGACOES PATRONAIS	3.027,44
3.1.91.00	TRANSFERENCIA INTRAGOVERNAMENTAL	18.369,87
3.1.91.13	OBRIGACOES PATRONAIS	18.369,87
3.1.91.13.1301	CONTRIBUICAO AO IPERGS PARA ASSISTENCIA MEDICA	18.369,87
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	76.986,73
3.3.90.00	APLICACOES DIRETAS	76.986,73
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	2.591,18
3.3.90.30.3006	GENEROS PARA ALIMENTACAO	280,00
3.3.90.30.3009	MATERIAL DE EXPEDIENTE	1.185,88
3.3.90.30.3013	MANUTENC, IDENTIFICAC, UTILIZAC E CONSERVAC DE BENS MOVEIS E EQUIPAMS	755,00
3.3.90.30.3028	LIMPEZA E HIGIENE	370,30
3.3.90.39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	52.899,32
3.3.90.39.3903	ASSINATURA DE PERIODICOS E RECORTES	666,00
3.3.90.39.3916	DESPESAS PEQUENAS DE PRONTO PAGAMENTO	2.165,00
3.3.90.39.3924	PROCESSAMENTO DE DADOS	11.749,77
3.3.90.39.3933	DIVULGACAO OBRIGATORIA	4.508,50
3.3.90.39.3942	ESTAGIARIOS E MONITORES	18.831,67
3.3.90.39.3952	DESPESAS BANCARIAS	41,70
3.3.90.39.3979	TELEFONIA FIXA	13.128,73
3.3.90.39.3980	TELEFONIA MOVEL	1.807,95
3.3.90.41	CONTRIBUICOES	1.764,00
3.3.90.41.4106	ENCARGOS COM ASSOCIACOES	1.764,00
3.3.90.46	AUXILIO-ALIMENTACAO	13.691,06
3.3.90.46.4601	AUXILIO-REFEICAO	13.691,06
3.3.90.49	AUXILIO-TRANSPORTE	6.041,17
3.3.90.49.4901	AUXILIO TRANSPORTE	6.041,17
	TOTAL GERAL ====>	858.752,03

* RESUMO *

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	=>	781.765,30
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	=>	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	=>	76.986,73
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	=>	858.752,03
INVESTIMENTOS	=>	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	=>	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	=>	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	=>	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	=>	0,00
TOTAL GERAL	=>	858.752,03

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

JUSSARA DE FATIMA DOS SANTOS SOARES
CONTADORA
CRCRS N. 62422
CPF: 566.164.140/00

MANOELITO CARLOS SAVARIS
PRESIDENTE
CPF: 232.257.930/00

LEANDRO RAFAEL HAAG
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 735.668.480/15

EXERCÍCIO DE 2010 — FUNDACAO INST GAUCHO DE TRADICAO E FOLCLORE — RFPE039/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR ÓRGÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO POR FONTE DE RECURSO

R$

ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA							
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
62 FUNDACAO INSTITUTO GAUCHO DE TRADICAO E FOLCLORE	781.765,30		76.986,73					858.752,03
TESOURO-LIVRES	781.765,30		75.706,73					857.472,03
PROPRIOS DA FUNDACAO			1.280,00					1.280,00
TOTAL	781.765,30		76.986,73					858.752,03

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

JUSSARA DE FÁTIMA DOS SANTOS SOARES
CONTADORA
CRCRS N. 62422
CPF: 566.164.140/00

MANOELITO CARLOS SAVARIS
PRESIDENTE
CPF: 232.257.930/00

LEANDRO RAFAEL HAAG
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 736.663.430/15

EXERCÍCIO DE 2010 — FUNDACAO INST GAUCHO DE TRADICAO E FOLCLORE — RFPE040/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS FONTES DE RECURSO — R$

ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA							
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
10 SAUDE	18.369,87							18.369,87
TESOURO-LIVRES	18.369,87							18.369,87
13 CULTURA	763.395,43		76.986,73					840.382,16
TESOURO-LIVRES	763.395,43		75.706,73					839.102,16
PROPRIOS DA FUNDACAO			1.280,00					1.280,00
TOTAL	781.765,30		76.986,73					858.752,03
RESUMO								
TESOURO-LIVRES	781.765,30		75.706,73					857.472,03
PROPRIOS DA FUNDACAO			1.280,00					1.280,00
TOTAL	781.765,30		76.986,73					858.752,03

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

JUSSARA DE FATIMA DOS SANTOS SOARES
CONTADORA
CRCRS N. 62422
CPF: 566.164.140/00

MANOELITO CARLOS SAVARIS
PRESIDENTE
CPF: 232.257.930/00

LEANDRO RAFAEL HAAG
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 736.663.430/15

FUNDAÇÃO INSTITUTO GAÚCHO DE TRADIÇÃO E FOLCLORE

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA							
DESIGNAÇÃO	AUTORIZAÇÕES		POSIÇÃO EM 31-12-09	MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2010.			POSIÇÃO EM 31-12-10
	LEI	DATA		Variações		Mutações Patrimoniais da Despesa	
				Passivas	Ativas	Amortização	
Débitos Parcelados							-
Com Ministério da Fazenda - PASEP		SEM MOVIMENTO					-
Termo de Parcelamento							-
Com Instituto Nacional de Seguro Social - INSS							-
							-
							-
Total			-	-	-	-	-

Jussara de Fátima dos Santos Soares
TC/CRC-RS -6242200
CIC -MF 566.164.140-00

Manoelito Carlos Savaris
Presidente
CIC -MF 232.257.930-00

Leandro Rafael Haag
Diretor Administrativo
CIC -MF736.663.430-15

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... : JUSSARA DE FATIMA DOS SANTOS SOARES
REGISTRO..... : RS-062422/O-0
CATEGORIA..... : TÉCNICO EM CONTABILIDADE
CPF..... : 566.164.140-00

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 15.02.2011 as 09:15:01.
Válido até: 28.02.2011.
Código de Controle: 93210.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

Instituto Rio Grandense do Arroz

IRGA

EXERCÍCIO DE 2010

INSTITUTO RIOGR DO ARROZ

DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

RFPE035/00001

ANEXO N. 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
RECEITAS CORRENTES		DESPESA CORRENTE	
RECEITA TRIBUTARIA	34.246.367,21	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	17.455.368,18
RECEITA PATRIMONIAL	1.055.093,72	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	18.786.099,06
RECEITA AGROPECUARIA	2.785.125,14		
RECEITA INDUSTRIAL	38.835,23	SOMA.....	36.241.467,24
RECEITA DE SERVICOS	4.344.375,56		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.312.945,59	SUPERAVIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	7.541.275,21
SOMA.....	43.782.742,45	TOTAL.....	43.782.742,45
TOTAL.....	43.782.742,45	DESPESA CAPITAL	
		INVESTIMENTOS	3.971.082,48
		INVERSOES FINANCEIRAS	533.170,56
		AMORTIZACAO DA DIVIDA	21.814,10
		SOMA.....	4.526.067,14
		SUPERAVIT	3.015.208,07
		TOTAL.....	43.782.742,45

RESUMO

RECEITAS CORRENTES.....	43.782.742,45	DESPESAS CORRENTES.....	36.241.467,24
RECEITAS DE CAPITAL.....	0,00	DESPESAS DE CAPITAL.....	4.526.067,14
DEFICIT.....	0,00	SUPERAVIT.....	3.015.208,07
TOTAL.....	43.782.742,45	TOTAL.....	43.782.742,45

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

MAURICIO MIGUEL FISCHER
PRESIDENTE
CPF: 113.343.200/04

OLALIA DE JESUS SILVEIRA DE SOUZA
CONTADORA
CRCRS N. 37048
CPF: 348.297.170/68

EXERCÍCIO DE 2010 | INSTITUTO RIOGR DO ARROZ | RFPE006/00001

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES | ANEXO N.6

R$

ÓRGÃO: 38 - INSTITUTO RIOGRANDENSE DO ARROZ

U.O.: 38.01 - INSTITUTO RIO-GRANDENSE DO ARROZ

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
20	AGRICULTURA	2.770.216,06	27.704.103,92	30.474.319,98
20.0122	ADMINISTRACAO GERAL	2.770.216,06	7.554.188,19	10.324.404,25
20.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	2.770.216,06	4.863.716,79	7.633.932,85
20.0122.0295	DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGOCIO GAUCHO		2.690.471,40	2.690.471,40
20.0131	COMUNICACAO SOCIAL		613.918,60	613.918,60
20.0131.0295	DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGOCIO GAUCHO		613.918,60	613.918,60
20.0571	DESENV CIENTIFICO		7.836.195,76	7.836.195,76
20.0571.0295	DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGOCIO GAUCHO		7.836.195,76	7.836.195,76
20.0573	DIF CONHEC CIENTIFICO		8.258.055,07	8.258.055,07
20.0573.0295	DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGOCIO GAUCHO		8.258.055,07	8.258.055,07
20.0692	COMERCIALIZACAO		3.441.746,30	3.441.746,30
20.0692.0295	DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGOCIO GAUCHO		3.441.746,30	3.441.746,30
28	ENCARGOS ESPECIAIS		178.357,51	178.357,51
28.0061	ACAO JUDICIARIA		178.357,51	178.357,51
28.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS		178.357,51	178.357,51
	TOTAL DA U.O. =>	2.770.216,06	27.882.461,43	30.652.677,49

U.O.: 38.33 - ENCARGOS GERAIS DO INSTITUTO RIOGRANDENSE DO ARROZ

10	SAUDE		634.376,80	634.376,80
10.0601	PROMOCAO PRODUCAO VEGETAL		634.376,80	634.376,80
10.0601.0335	OPERACOES ESPECIAIS		634.376,80	634.376,80
20	AGRICULTURA		9.458.665,99	9.458.665,99
20.0122	ADMINISTRACAO GERAL		2.252.268,13	2.252.268,13
20.0122.0335	OPERACOES ESPECIAIS		2.252.268,13	2.252.268,13
20.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO		167.873,42	167.873,42
20.0272.0335	OPERACOES ESPECIAIS		167.873,42	167.873,42
20.0273	PREVIDENCIA COMPLEMENTAR		7.038.524,44	7.038.524,44
20.0273.0335	OPERACOES ESPECIAIS		7.038.524,44	7.038.524,44
28	ENCARGOS ESPECIAIS		21.814,10	21.814,10
28.0843	SERVICO DA DIVIDA INTERNA		21.814,10	21.814,10
28.0843.0335	OPERACOES ESPECIAIS		21.814,10	21.814,10
	TOTAL DA U.O. =>		10.114.856,89	10.114.856,89
	TOTAL DO ÓRGÃO =>	2.770.216,06	37.997.318,32	40.767.534,38

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

MAURICIO MIGUEL FISCHER
PRESIDENTE
CPF: 113.343.200/04

OLALIA DE JESUS SILVEIRA DE SOUZA
CONTADORA
CRCRS N. 37048
CPF: 348.297.170/68

EXERCÍCIO DE 2010 | INSTITUTO RIOGR DO ARROZ | RFPE009/00001

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES | ANEXO N. 7

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
10	SAUDE		634.376,80	634.376,80
10.0601	PROMOCAO PRODUCAO VEGETAL		634.376,80	634.376,80
10.0601.0335	OPERACOES ESPECIAIS		634.376,80	634.376,80
20	AGRICULTURA	2.770.216,06	37.162.769,91	39.932.985,97
20.0122	ADMINISTRACAO GERAL	2.770.216,06	9.806.456,32	12.576.672,38
20.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	2.770.216,06	4.863.716,79	7.633.932,85
20.0122.0295	DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGOCIO GAUCHO		2.690.471,40	2.690.471,40
20.0122.0335	OPERACOES ESPECIAIS		2.252.268,13	2.252.268,13
20.0131	COMUNICACAO SOCIAL		613.918,60	613.918,60
20.0131.0295	DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGOCIO GAUCHO		613.918,60	613.918,60
20.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO		167.873,42	167.873,42
20.0272.0335	OPERACOES ESPECIAIS		167.873,42	167.873,42
20.0273	PREVIDENCIA COMPLEMENTAR		7.038.524,44	7.038.524,44
20.0273.0335	OPERACOES ESPECIAIS		7.038.524,44	7.038.524,44
20.0571	DESENV CIENTIFICO		7.836.195,76	7.836.195,76
20.0571.0295	DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGOCIO GAUCHO		7.836.195,76	7.836.195,76
20.0573	DIF CONHEC CIENTIFICO		8.258.055,07	8.258.055,07
20.0573.0295	DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGOCIO GAUCHO		8.258.055,07	8.258.055,07
20.0692	COMERCIALIZACAO		3.441.746,30	3.441.746,30
20.0692.0295	DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGOCIO GAUCHO		3.441.746,30	3.441.746,30
28	ENCARGOS ESPECIAIS		200.171,61	200.171,61
28.0061	ACAO JUDICIARIA		178.357,51	178.357,51
28.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS		178.357,51	178.357,51
28.0843	SERVICO DA DIVIDA INTERNA		21.814,10	21.814,10
28.0843.0335	OPERACOES ESPECIAIS		21.814,10	21.814,10
	TOTAL GERAL =>	2.770.216,06	37.997.318,32	40.767.534,38

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

MAURICIO MIGUEL FISCHER
PRESIDENTE
CPF: 113.343.200/04

OLALIA DE JESUS SILVEIRA DE SOUZA
CONTADORA
CRCRS N. 37048
CPF: 348.297.170/68

EXERCÍCIO DE 2010 — INSTITUTO RIOGR DO ARROZ — RFPE029/00001

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS — ANEXO N.8

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
10	SAUDE	634.376,80		634.376,80
10.0601	PROMOCAO PRODUCAO VEGETAL	634.376,80		634.376,80
10.0601.0335	OPERACOES ESPECIAIS	634.376,80		634.376,80
20	AGRICULTURA	39.678.204,40	254.781,57	39.932.985,97
20.0122	ADMINISTRACAO GERAL	12.576.672,38		12.576.672,38
20.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	7.633.932,85		7.633.932,85
20.0122.0295	DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGOCIO GAUCHO	2.690.471,40		2.690.471,40
20.0122.0335	OPERACOES ESPECIAIS	2.252.268,13		2.252.268,13
20.0131	COMUNICACAO SOCIAL	613.918,60		613.918,60
20.0131.0295	DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGOCIO GAUCHO	613.918,60		613.918,60
20.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO	167.873,42		167.873,42
20.0272.0335	OPERACOES ESPECIAIS	167.873,42		167.873,42
20.0273	PREVIDENCIA COMPLEMENTAR	7.038.524,44		7.038.524,44
20.0273.0335	OPERACOES ESPECIAIS	7.038.524,44		7.038.524,44
20.0571	DESENV CIENTIFICO	7.836.195,76		7.836.195,76
20.0571.0295	DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGOCIO GAUCHO	7.836.195,76		7.836.195,76
20.0573	DIF CONHEC CIENTIFICO	8.003.273,50	254.781,57	8.258.055,07
20.0573.0295	DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGOCIO GAUCHO	8.003.273,50	254.781,57	8.258.055,07
20.0692	COMERCIALIZACAO	3.441.746,30		3.441.746,30
20.0692.0295	DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGOCIO GAUCHO	3.441.746,30		3.441.746,30
28	ENCARGOS ESPECIAIS	200.171,61		200.171,61
28.0061	ACAO JUDICIARIA	178.357,51		178.357,51
28.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS	178.357,51		178.357,51
28.0843	SERVICO DA DIVIDA INTERNA	21.814,10		21.814,10
28.0843.0335	OPERACOES ESPECIAIS	21.814,10		21.814,10
	TOTAL GERAL =>	40.512.752,81	254.781,57	40.767.534,38

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

MAURICIO MIGUEL FISCHER
PRESIDENTE
CPF: 113.343.200/04

OLALIA DE JESUS SILVEIRA DE SOUZA
CONTADORA
CRCRS N. 37048
CPF: 348.297.170/68

EXERCÍCIO DE 2010 | INSTITUTO RIOGR DO ARROZ | RFPE025/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃO E FUNÇÕES | ANEXO N.9

R$

FUNÇÕES / ÓRGÃOS	SAUDE	AGRICULTURA	ENCARGOS ESPECIAIS	TOTAL
PODER LEGISLATIVO				
PODER JUDICIARIO				
MINISTERIO PUBLICO				
DEFENSORIA PUBLICA				
PODER EXECUTIVO				
INSTITUTO RIOGRANDENSE DO ARROZ	634.376,80	39.932.985,97	200.171,61	40.767.534,38
SOMA.....	634.376,80	39.932.985,97	200.171,61	40.767.534,38
TOTAL.....	634.376,80	39.932.985,97	200.171,61	40.767.534,38

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

MAURICIO MIGUEL FISCHER
PRESIDENTE
CPF: 113.343.200/04

OLALIA DE JESUS SILVEIRA DE SOUZA
CONTADORA
CRCRS N. 37048
CPF: 348.297.170/68

EXERCÍCIO DE 2010 | INSTITUTO RIOGR DO ARROZ | RFPE023/00001

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA | ANEXO N. 10

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
1000.00.00.0000	RECEITAS CORRENTES	53.175.379,00	43.782.742,45	9.392.636,55-
1100.00.00.0000	RECEITA TRIBUTARIA	47.481.927,00	34.246.367,21	13.235.559,79-
1120.00.00.0000	TAXAS	47.481.927,00	34.246.367,21	13.235.559,79-
1122.00.00.0000	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	47.481.927,00	34.246.367,21	13.235.559,79-
1122.99.00.0000	OUTRAS TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	47.481.927,00	34.246.367,21	13.235.559,79-
1122.99.99.0000	DIVERSAS TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	47.481.927,00	34.246.367,21	13.235.559,79-
1300.00.00.0000	RECEITA PATRIMONIAL	212.559,00	1.055.093,72	842.534,72
1310.00.00.0000	RECEITAS IMOBILIARIAS	212.559,00	161.952,16	50.606,84-
1311.00.00.0000	ALUGUEIS	212.559,00	161.416,59	51.142,41-
1311.99.00.0000	OUTROS ALUGUEIS	212.559,00	161.416,59	51.142,41-
1311.99.99.0000	DIVERSOS ALUGUEIS	212.559,00	161.416,59	51.142,41-
1312.00.00.0000	ARRENDAMENTOS	0,00	535,57	535,57
1312.99.00.0000	OUTROS ARRENDAMENTOS	0,00	535,57	535,57
1312.99.99.0000	DIVERSOS ARRENDAMENTOS	0,00	535,57	535,57
1320.00.00.0000	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	0,00	893.141,56	893.141,56
1325.00.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	0,00	893.141,56	893.141,56
1325.02.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITO DE RECURSOS NAO VINCULADOS	0,00	893.141,56	893.141,56
1325.02.99.0000	DIVERSAS REMUNERACOES DE DEPOSITOS BANCARIOS NAO VINCULADOS	0,00	893.141,56	893.141,56
1400.00.00.0000	RECEITA AGROPECUARIA	817.441,00	2.785.125,14	1.967.684,14
1410.00.00.0000	RECEITA DA PRODUCAO VEGETAL	817.441,00	2.785.125,14	1.967.684,14
1410.01.00.0000	RECEITA DA PRODUCAO VEGETAL	817.441,00	2.785.125,14	1.967.684,14
1410.01.99.0000	DIVERSAS RECEITAS DA PRODUCAO VEGETAL	817.441,00	2.785.125,14	1.967.684,14
1500.00.00.0000	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	38.835,23	38.835,23
1520.00.00.0000	RECEITA DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	0,00	38.835,23	38.835,23
1520.29.00.0000	RECEITA DA INDUSTRIA EDITORIAL E GRAFICA	0,00	38.835,23	38.835,23
1520.29.99.0000	RECEITA DA INDUSTRIA EDITORIAL E GRAFICA	0,00	38.835,23	38.835,23
1600.00.00.0000	RECEITA DE SERVICOS	4.337.293,00	4.344.375,56	7.082,56
1600.01.00.0000	SERVICOS COMERCIAIS	4.067.804,00	3.205.841,58	861.962,42-
1600.01.03.0000	SERVICOS DE COMERCIALIZACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS	4.067.804,00	3.205.841,58	861.962,42-
1600.07.00.0000	SERVICOS DE ARMAZENAGEM	11.101,00	0,00	11.101,00-
1600.07.99.0000	SERVICOS DE ARMAZENAGEM	11.101,00	0,00	11.101,00-
1600.13.00.0000	SERVICOS ADMINISTRATIVOS	258.388,00	320.334,19	61.946,19
1600.13.99.0000	DIVERSOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	258.388,00	320.334,19	61.946,19
1600.17.00.0000	SERVICOS AGROPECUARIOS	0,00	754.709,24	754.709,24
1600.17.99.0000	DIVERSOS SERVICOS AGROPECUARIOS	0,00	754.709,24	754.709,24
1600.99.00.0000	OUTROS SERVICOS	0,00	63.490,55	63.490,55
1600.99.99.0000	DIVERSOS SERVICOS	0,00	63.490,55	63.490,55
1900.00.00.0000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	326.159,00	1.312.945,59	986.786,59
1910.00.00.0000	MULTAS E JUROS DE MORA	154.139,00	419.379,76	265.240,76
1911.00.00.0000	MULTAS E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS	35.948,00	84.107,65	48.159,65
1911.99.00.0000	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS	35.948,00	84.107,65	48.159,65
1911.99.01.0000	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS	35.948,00	84.107,65	48.159,65
1913.00.00.0000	MULTA E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DOS TRIBUTOS	118.191,00	332.215,84	214.024,84
1913.99.00.0000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	118.191,00	332.215,84	214.024,84
1913.99.99.0000	DIVERSAS MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	118.191,00	332.215,84	214.024,84
1919.00.00.0000	MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	0,00	3.056,27	3.056,27
1919.27.00.0000	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	0,00	2.745,40	2.745,40
1919.27.99.0000	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS - OUTROS RECURSOS	0,00	2.745,40	2.745,40
1919.99.00.0000	OUTRAS MULTAS	0,00	310,87	310,87
1919.99.99.0000	DIVERSAS MULTAS E JUROS DE MORA	0,00	310,87	310,87
1920.00.00.0000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	0,00	28.160,03	28.160,03
1921.00.00.0000	INDENIZACOES	0,00	23.104,42	23.104,42
1921.99.00.0000	OUTRAS INDENIZACOES	0,00	23.104,42	23.104,42
1921.99.99.0000	DIVERSAS INDENIZACOES	0,00	23.104,42	23.104,42
1922.00.00.0000	RESTITUICOES	0,00	5.055,61	5.055,61
1922.99.00.0000	OUTRAS RESTITUICOES	0,00	5.055,61	5.055,61
1922.99.99.0000	DIVERSAS RESTITUICOES	0,00	5.055,61	5.055,61
1930.00.00.0000	RECEITAS DA DIVIDA ATIVA	172.020,00	386.495,25	214.475,25
1931.00.00.0000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA	172.020,00	386.495,25	214.475,25
1931.99.00.0000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	172.020,00	386.495,25	214.475,25
1931.99.01.0000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS - PRINCIPAL	172.020,00	386.495,25	214.475,25
1990.00.00.0000	RECEITAS DIVERSAS	0,00	478.910,55	478.910,55
1990.99.00.0000	OUTRAS RECEITAS	0,00	478.910,55	478.910,55
1990.99.02.0000	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR DE RECURSOS NAO VINCULADOS	0,00	298.910,55	298.910,55
1990.99.97.0000	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR DE OUTROS RECURSOS VINCULADOS	0,00	180.000,00	180.000,00

EXERCÍCIO DE 2010

INSTITUTO RIOGR DO ARROZ

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA

RFPE023/00002

ANEXO N. 10

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
2000.00.00.0000	RECEITAS DE CAPITAL	1.281.239,00	0,00	1.281.239,00-
2200.00.00.0000	ALIENACAO DE BENS	1.281.239,00	0,00	1.281.239,00-
2220.00.00.0000	ALIENACAO DE BENS IMOVEIS	1.281.239,00	0,00	1.281.239,00-
2229.00.00.0000	ALIENACAO DE OUTROS BENS IMOVEIS	1.281.239,00	0,00	1.281.239,00-
2229.99.00.0000	OUTRAS ALIENACOES DE BENS IMOVEIS	1.281.239,00	0,00	1.281.239,00-
2229.99.99.0000	DIVERSAS ALIENACOES DE BENS IMOVEIS	1.281.239,00	0,00	1.281.239,00-
TOTAL		54.456.618,00	43.782.742,45	10.673.875,55-

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

MAURICIO MIGUEL FISCHER
PRESIDENTE
CPF: 113.343.200/04

OLALIA DE JESUS SILVEIRA DE SOUZA
CONTADORA
CRCRS N. 37048
CPF: 348.297.170/68

EXERCÍCIO DE 2010 | INSTITUTO RIOGR DO ARROZ | RFPE026/00001

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA | ANEXO N.11

R$

TÍTULOS		DESPESA CORRENTE	DESPESA DE CAPITAL	TOTAL
INSTITUTO RIOGRANDENSE DO ARROZ				
	DESPESA FIXADA	39.926.618,00	14.530.000,00	54.456.618,00
	CRÉDITOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00
	CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00
	SUPLEMENTAÇÕES	2.970.000,00	0,00	2.970.000,00
	REDUÇÕES	60.000,00	2.910.000,00	2.970.000,00
	DESPESA AUTORIZADA	42.836.618,00	11.620.000,00	54.456.618,00
	DESPESA REALIZADA	36.241.467,24	4.526.067,14	40.767.534,38
	DIFERENÇA	6.595.150,76	7.093.932,86	13.689.083,62
TOTAL GERAL				
	DESPESA FIXADA			54.456.618,00
	CRÉDITOS ESPECIAIS			0,00
	CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS			0,00
	SUPLEMENTAÇÕES			2.970.000,00
	REDUÇÕES			2.970.000,00
	DESPESA AUTORIZADA			54.456.618,00
	DESPESA REALIZADA			40.767.534,38
	DIFERENÇA			13.689.083,62

CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS CONSIDERADOS PELO SEU VALOR DE ABERTURA, ESTANDO AS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES COMPUTADAS NAS SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES.

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

MAURICIO MIGUEL EISCHER
PRESIDENTE
CPF: 113.343.200/04

OLALIA DE JESUS SILVEIRA DE SOUZA
CONTADORA
CRCRS N. 37048
CPF: 348.297.170/68

INSTITUTO RIOGR DO ARROZ
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

R$

R E C E I T A

TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES			
RECEITA TRIBUTARIA	47.481.927,00	34.246.367,21	13.235.559,79-
RECEITA PATRIMONIAL	212.559,00	1.055.093,72	842.534,72
RECEITA AGROPECUARIA	817.441,00	2.785.125,14	1.967.684,14
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	38.835,23	38.835,23
RECEITA DE SERVICOS	4.337.293,00	4.344.375,56	7.082,56
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	326.159,00	1.312.945,59	986.786,59
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	53.175.379,00	43.782.742,45	9.392.636,55-
RECEITAS DE CAPITAL			
ALIENACAO DE BENS	1.281.239,00	0,00	1.281.239,00-
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	1.281.239,00	0,00	1.281.239,00-
SOMA	54.456.618,00	43.782.742,45	10.673.875,55-
TOTAL	54.456.618,00	43.782.742,45	10.673.875,55-

D E S P E S A

TÍTULOS	AUTORIZAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
CRÉDITOS ORDINÁRIOS (1)	54.456.618,00	40.767.534,38	13.689.083,62-
CRÉDITOS ESPECIAIS (2)	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS (2)	0,00	0,00	0,00
SOMA	54.456.618,00	40.767.534,38	13.689.083,62-
SUPERAVIT DE EXECUCÃO	0,00	3.015.208,07	3.015.208,07
TOTAL	54.456.618,00	43.782.742,45	10.673.875,55-

(1) DOTAÇÕES ORIGINAIS COM SUAS SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES
(2) DOTAÇÕES CRIADAS NO DECORRER DO EXERCÍCIO E ALTERAÇÕES

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

MAURICIO MIGUEL FISCHER
PRESIDENTE
CPF: 113.343.200/04

OLALIA DE JESUS SILVEIRA DE SOUZA
CONTADORA
CRCRS N. 37048
CPF: 348.297.170/68

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
RECEITA ORÇAMENTARIA		DESPESA ORÇAMENTARIA	
RECEITAS CORRENTES		SAUDE	634.376,80
RECEITA TRIBUTARIA	34.246.367,21	AGRICULTURA	39.932.985,97
RECEITA PATRIMONIAL	1.055.093,72	ENCARGOS ESPECIAIS	200.171,61
RECEITA AGROPECUARIA	2.785.125,14	SOMA.....	40.767.534,38
RECEITA INDUSTRIAL	38.835,23		
RECEITA DE SERVICOS	4.344.375,56	DESPESA EXTRA-ORÇAMENTARIA	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.312.945,59	REALIZAVEL	254.335,65
SOMA.....	43.782.742,45	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	3.087.719,25
RECEITAS DE CAPITAL		RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	2.587.764,25
TOTAL.....	43.782.742,45	SERVICO DA DIVIDA A PAGAR	3.032,68
		DEPOSITOS	4.596.948,72
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA		SOMA.....	10.529.800,55
REALIZAVEL	225.458,75	TOTAL.....	51.297.334,93
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	3.056.898,67		
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	2.821.699,54	VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO	
SERVICO DA DIVIDA A PAGAR	3.434,65	BAIXA DE SALDOS BANCÁRIOS	
DEPOSITOS	4.437.987,37	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS INTRAGOVERNAMENTAIS	
SOMA.....	10.545.478,98	SOMA.....	0,00
TOTAL.....	54.328.221,43	SALDOS PARA O EXERCICIO SEGUINTE	
VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO		CAIXA	79,57
BAIXA DE PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR E A LIQUIDAR	0,00	BANCOS C/DISPOSICAO	1.077.569,02
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS INTRAGOVERNAMENTAIS	0,00	APLICACOES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	10.390:134,33
SOMA.....	0,00	APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	794.790,27
		APLICACOES FINANCEIRAS DE RECURSOS VINCULADOS	1.170.268,16
SALDOS DO EXERCICIO ANTERIOR		BANCOS, C/VINCULADAS	0,00
CAIXA	132,34	APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	3.270.864,72
BANCOS C/DISPOSICAO	183.878,88	SOMA.....	16.703.706,07
APLICACOES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	9.029.098,87		
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	2.092.665,13		
APLICACOES FINANCEIRAS DE RECURSOS VINCULADOS	816.039,80		
BANCOS, C/VINCULADAS	738.722,46		
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	812.282,09		
SOMA.....	13.672.819,57		
TOTAL.....	68.001.041,00	TOTAL.....	68.001.041,00

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

MAURICIO MIGUEL FISCHER
PRESIDENTE
CPF: 113.343.200/04

OLALIA DE JESUS SILVEIRA DE SOUZA
CONTADORA
CRCRS N. 37048
CPF: 348.297.170/68

EXERCÍCIO DE 2010 | INSTITUTO RIOGR DO ARROZ | RFPE032/00001

BALANÇO PATRIMONIAL | ANEXO N. 14

ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
ATIVO FINANCEIRO		PASSIVO FINANCEIRO	
DISPONÍVEL		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	
CAIXA	79,57	FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	371.035,96
BANCOS C/DISPOSICAO	1.077.569,02	LOCACOES DE IMOVEIS, A PAGAR	13.511,33
APLICACOES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	10.390.134,33	INDENIZACOES E RESTITUICOES A PAGAR	26.515,23
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	794.790,27	FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	17.387,50
SOMA.....	12.262.573,19	PIS E PASEP A RECOLHER	68.692,92
VINCULADO EM CONTA CORRENTE BANCÁRIA		CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	188.461,67
APLICACOES FINANCEIRAS DE RECURSOS VINCULADOS	1.170.268,16	TRIBUTOS E TAXAS DIVERSAS A RECOLHER	8.430,59
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	3.270.864,72	DIARIAS A PAGAR	181,31
SOMA.....	4.441.132,88	FGTS A RECOLHER	3.518,84
REALIZÁVEL		FORNECEDORES DE BENS E SERVICOS CONTINUOS	245.391,01
DEVEDORES	2.051,40	DIARIAS VENCIDAS A PAGAR	72,53
RESPONSAVEIS POR PAGAMENTOS IRREGULARES	4,55	SOMA.....	943.198,89
DEPOSITOS JUDICIAIS	52.563,29	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
SOMA.....	54.619,24	FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	2.759.495,97
TOTAL.....	16.758.325,31	FOLHAS DE PESSOAL A LIQUIDAR	23.474,08
ATIVO PERMANENTE		FORNECEDORES DE BENS E SERVICOS CONTINUOS	38.729,49
BENS DA ENTIDADE		SOMA.....	2.821.699,54
BENS MOVEIS	9.703.704,16	SERVIÇO DA DÍVIDA À PAGAR	
BENS IMOVEIS	42.408.213,17	SERVICO DO PARCELAMENTO DE DEBITOS PREVIDENCIARIOS	3.434,65
SOMA.....	52.111.917,33	SOMA.....	3.434,65
PARTICIPAÇÕES		DEPÓSITOS	
PARTICIPACOES SOCIETARIAS EM EMPRESAS SOB CONTROLE DO ESTADO	5.662,03	DEPOSITOS	91.461,15
PARTICIPACOES SOCIETARIAS EM EMPRESAS DIVERSAS	814,87	SOMA.....	91.461,15
SOMA.....	6.476,90	TOTAL.....	3.859.794,23
CRÉDITOS		PASSIVO PERMANENTE	
DEVEDORES POR IMPUTACAO DE RESPONSABILIDADE	352.866,43	DÍVIDA FUNDADA INTERNA	
DEVEDORES POR LOCACAO	1.265,51	DEBITOS PARCELADOS	1.760.979,46
TRIBUTOS A RECUPERAR	0,01	PRECATORIOS JUDICIAIS - EC 62/2009	2.085.125,02
DEVEDORES POR OPERACOES MERCANTIS	1.469.370,03	SOMA.....	3.846.104,48
DEVEDORES POR PRESTACOES DE SERVICOS	3.662.741,11	TOTAL.....	3.846.104,48
DEVEDORES PELO REEMBOLSO DE PROVENTOS	1.820,04	SOMA DO PASSIVO REAL	7.705.898,71
CREDITOS POR VENDA A PRAZO DE BENS	20.060.161,40	SALDO PATRIMONIAL	
SOMA.....	25.548.224,53	SITUAÇÃO LÍQUIDA	
DÍVIDA ATIVA		ATIVO REAL LIQUIDO	91.402.071,87
DIVIDA ATIVA DE IMPUTACAO DE RESPONSABILIDADE	3.279,49	SOMA.....	99.107.970,58
DIVIDA ATIVA DE PAGAMENTOS INDEVIDOS	8.298,20	PASSIVO COMPENSADO	
SOMA.....	11.577,69	CONTRAPARTIDA DE VALORES EM PODER DE TERCEIROS	
DIVERSOS		DEPOSITOS JUDICIAIS EM PODER DE TERCEIROS	23.779,94
BENS CREDITOS E VALORES EM FASE DE AQUISICAO OU FORMACAO	2.396.041,17	VALORES EM GUARDA NOS ALMOXARIFADOS	142.802,46
BENS DE VENDA	2.132.605,19	BENS DA ENTIDADE EM PODER DE TERCEIROS	4.698.036,93
ALMOXARIFADOS	142.802,46	SOMA.....	4.864.619,33
SOMA.....	4.671.448,82	CONTRAPARTIDA DE VALORES DE TERCEIROS	
TOTAL.....	82.349.645,27	BENS PERTENCENTES A TERCEIROS	423.592,54
SOMA DO ATIVO REAL	99.107.970,58	SOMA.....	423.592,54
ATIVO COMPENSADO		CONTRAPARTIDA DE VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS	
VALORES EM PODER DE TERCEIROS		ATUALIZACOES DE PRECATORIOS A PAGAR	1.127.527,50
RESPONSAVEIS POR DEPOSITOS JUDICIAIS	23.779,94	ACOES DA ENTIDADE	6.476,90
RESPONSAVEIS POR ALMOXARIFADOS	142.802,46	SOMA.....	1.134.004,40
RESPONSAVEIS PELA GUARDA DE BENS DA ENTIDADE	4.698.036,93	TOTAL.....	6.422.216,27
SOMA.....	4.864.619,33		
VALORES DE TERCEIROS			
BENS DE TERCEIROS EM PODER DA ENTIDADE	423.592,54		
SOMA.....	423.592,54		
VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS			
ATUALIZACOES DE PRECATORIOS	1.127.527,50		
CAIXA DE ACOES DA ENTIDADE	6.476,90		
SOMA.....	1.134.004,40		
TOTAL.....	6.422.216,27		

EXERCÍCIO DE 2010

INSTITUTO RIOGR DO ARROZ

BALANÇO PATRIMONIAL

RFPE032/00002

ANEXO N. 14

ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
TOTAL GERAL.....	105.530.186,85	TOTAL GERAL.....	105.530.186,85

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

MAURICIO MIGUEL FISCHER
PRESIDENTE
CPF: 113.343.200/04

OLALIA DE JESUS SILVEIRA DE SOUZA
CONTADORA
CRCRS N. 37048
CPF: 348.297.170/68

EXERCÍCIO DE 2010

INSTITUTO RIOGR DO ARROZ

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

RFPE033/00001

ANEXO N. 15

VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
RECEITAS CORRENTES		DESPESAS CORRENTES	
RECEITA TRIBUTARIA	34.246.367,21	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	17.455.368,18
RECEITA PATRIMONIAL	1.055.093,72	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	18.786.099,06
RECEITA AGROPECUARIA	2.785.125,14	SOMA.....	36.241.467,24
RECEITA INDUSTRIAL	38.835,23	DESPESAS DE CAPITAL	
RECEITA DE SERVICOS	4.344.375,56	INVESTIMENTOS	3.971.082,48
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.312.945,59	INVERSOES FINANCEIRAS	533.170,56
SOMA.....	43.782.742,45	AMORTIZACAO DA DIVIDA	21.814,10
RECEITAS DE CAPITAL		SOMA.....	4.526.067,14
SOMA.....	0,00	TOTAL.....	40.767.534,38
DEDUÇÕES RECEITAS CORRENTES	0,00	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	
TOTAL.....	43.782.742,45	ANULACAO DO REGISTRO BENS CRED VALORES FASE AQUIS/FORMACAO	430.255,34
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS		SOMA.....	430.255,34
AMORTIZACAO DE DEBITOS PARCELADOS	21.814,10	INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
REGISTRO DE BENS CRED E VAL EM FASE DE AQUISICAO OU FORMACAO	2.396.041,16	VARIAÇÕES PASSIVAS	
PRODUCAO OU AQUISICAO DE BENS DE VENDA	533.170,56	INSCRICAO DE DEBITOS PARCELADOS - PRINCIPAL E ATUALIZACAO	170.930,29
CONSTRUCAO OU AQUISICAO DE BENS MOVEIS	1.215.955,17	BAIXA DE CREDITOS POR IMPUTACAO DE RESPONSABILIDADE	4.931,33
CONSTRUCAO OU AQUISICAO DE BENS IMOVEIS	389.086,15	BAIXA DE BENS DE VENDA	1.258.479,80
SOMA.....	4.556.067,14	TRANSFERENCIAS INTRAPATRIMONIAIS	877.240,03
INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		BAIXA DE BENS MOVEIS	9.683.841,05
VARIAÇÕES ATIVAS		BAIXA DE BENS IMOVEIS	42.427.013,17
INSCRICAO DE CREDITOS POR IMPUTACAO DE RESPONSABILIDADE	4.831,76	BAIXA DE BENS DE NATUREZA INDUSTRIAL	31.718,88
INCORPORACAO DE BENS DE VENDA	980.967,60	BAIXA DE CREDITOS POR OPERACOES MERCANTIS	338,15
TRANSFERENCIAS INTRAPATRIMONIAIS	877.240,03	BAIXA DE CREDITOS POR PRESTACAO DE SERVICOS	1.886.345,44
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	9.697.194,94	INSCRICAO DE PRECATORIOS JUDICIAIS - EC 62/2009	2.085.125,02
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	42.408.213,17	BAIXA DE BENS DE ALMOXARIFADO	166.045,23
INSCRICAO DE CREDITOS POR OPERACOES MERCANTIS	279,18	BAIXA DE CREDITOS POR VENDA A PRAZO DE BENS	649.047,88
INSCRICAO DE CREDITOS POR PRESTACAO DE SERVICOS	1.371.984,76	SOMA.....	59.241.056,27
INCORPORACAO DE BENS DE ALMOXARIFADO	223.297,56	VARIAÇÕES PASSIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO PATRIMÔNIO FINANCEIRO	
SOMA.....	55.564.009,00	SOMA.....	0,00
VARIAÇÕES ATIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO PATRIMÔNIO FINANCEIRO		TOTAL.....	100.438.845,99
SOMA.....	0,00	RESULTADO PATRIMONIAL	
		SUPERAVIT VERIFICADO	3.463.972,60
TOTAL.....	103.902.818,59	TOTAL.....	103.902.818,59

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

MAURICIO MIGUEL FISCHER
PRESIDENTE
CPF: 113.343.200/04

OLALIA DE JESUS SILVEIRA DE SOUZA
CONTADORA
CRCRS N. 37048
CPF: 348.297.170/68

EXERCÍCIO DE 2010

INSTITUTO RIOGR DO ARROZ
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

RFPE034/00001
ANEXO N.17

R$

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	368.544,13-	1.525.118,34	1.522.626,51	371.035,96-
CONVENIOS E REPASSES SUJEIROS A COMPROVACAO	129.995,28-	200.000,00	329.995,28	0,00
LOCACOES DE IMOVEIS, A PAGAR	13.279,33-	13.511,33	13.279,33	13.511,33-
INDENIZACOES E RESTITUICOES A PAGAR	21.678,40-	762.186,11	757.349,28	26.515,23-
ADIANTAMENTOS REQUISITADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	4.824,14-	36.221,80	23.658,44	17.387,50-
PIS E PASEP A RECOLHER	60.653,68-	68.692,92	60.653,68	68.692,92-
CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	171.252,88-	188.461,67	171.252,88	188.461,67-
TRIBUTOS E TAXAS DIVERSAS A RECOLHER	8.647,55-	8.430,59	8.647,55	8.430,59-
DIARIAS A PAGAR	0,00	181,31	0,00	181,31-
FGTS A RECOLHER	3.187,34-	3.518,84	3.187,34	3.518,84-
FORNECEDORES DE BENS E SERVICOS CONTINUOS	191.934,82-	250.503,23	197.047,04	245.391,01-
DIARIAS VENCIDAS A PAGAR	21,92-	72,53	21,92	72,53-
SUBTOTAL.....	974.019,47-	3.056.898,67	3.087.719,25	943.198,89-
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	1.626.813,37-	2.759.495,97	1.626.813,37	2.759.495,97-
CONVENIOS E REPASSES SUJEITOS A COMPROVACAO	200.000,00-	0,00	200.000,00	0,00
INDENIZACOES E RESTITUICOES A LIQUIDAR	735.670,88-	0,00	735.670,88	0,00
FOLHAS DE PESSOAL A LIQUIDAR	20.000,00-	23.474,08	20.000,00	23.474,08-
FORNECEDORES DE BENS E SERVICOS CONTINUOS	5.200,00-	38.729,49	5.200,00	38.729,49-
FOLHA DE JETON	80,00-	0,00	80,00	0,00
SUBTOTAL.....	2.587.764,25-	2.821.699,54	2.587.764,25	2.821.699,54-
SERVICO DA DIVIDA A PAGAR				
SERVICO DO PARCELAMENTO DE DEBITOS PREVIDENCIARIOS	3.032,68-	3.434,65	3.032,68	3.434,65-
SUBTOTAL.....	3.032,68-	3.434,65	3.032,68	3.434,65-
DEPOSITOS				
DEPOSITOS	250.422,50-	4.437.987,37	4.596.948,72	91.461,15-
SUBTOTAL.....	250.422,50-	4.437.987,37	4.596.948,72	91.461,15-
TOTAL.....	3.815.238,90-	10.320.020,23	10.275.464,90	3.859.794,23-

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

MAURICIO MIGUEL FISCHER
PRESIDENTE
CPF: 113.343.200/04

OLALIA DE JESUS SILVEIRA DE SOUZA
CONTADORA
CRCRS N. 37048
CPF: 348.297.170/68

EXERCÍCIO DE 2010 — INSTITUTO RIOGR DO ARROZ — RFPE017/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CAT. ECONÔMICA, GRUPO NAT. DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.0.00.00	DESPESA CORRENTE	36.241.467,24
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	17.455.368,18
3.1.90.00	APLICACOES DIRETAS	16.653.117,96
3.1.90.01	APOSENTADORIAS E REFORMAS	7.038.524,44
3.1.90.01.0107	INATIVOS - CIVIL	7.038.524,44
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	7.633.932,85
3.1.90.11.1102	VENCIMENTO, SALARIO E SUBSIDIO	2.799.473,03
3.1.90.11.1104	GRATIFICACOES	2.472.605,48
3.1.90.11.1105	VANTAGENS TEMPORAIS	1.796.168,68
3.1.90.11.1107	OUTRAS VANTAGENS	520.225,66
3.1.90.11.1108	JETON	45.460,00
3.1.90.13	OBRIGACOES PATRONAIS	1.802.303,16
3.1.90.13.1304	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA	1.776.606,25
3.1.90.13.1305	FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVICO - FGTS	25.696,91
3.1.90.91	SENTENCAS JUDICIAIS	178.357,51
3.1.90.91.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS	178.357,51
3.1.91.00	TRANSFERENCIA INTRAGOVERNAMENTAL	802.250,22
3.1.91.13	OBRIGACOES PATRONAIS	802.250,22
3.1.91.13.1301	CONTRIBUICAO AO IPERGS PARA ASSISTENCIA MEDICA	634.376,80
3.1.91.13.1311	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA S/INATIVOS - RPPS	30.025,00
3.1.91.13.1313	CONTRIBUICAO AO IPERGS PARA COBERTURA DE DEFICE - INATIVOS	137.848,42
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	18.786.099,06
3.3.80.00	TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR	299.930,00
3.3.80.41	CONTRIBUICOES	299.930,00
3.3.80.41.4105	ORGANISMOS INTERNACIONAIS	299.930,00
3.3.90.00	APLICACOES DIRETAS	18.486.169,06
3.3.90.08	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAS	57.092,10
3.3.90.08.0803	AUXILIO FUNERAL	57.092,10
3.3.90.14	DIARIAS-CIVIL	470.002,49
3.3.90.14.1402	DIARIAS DE VIAGEM	458.675,98
3.3.90.14.1403	DIARIAS ESPECIAIS DE VIAGEM	36,26
3.3.90.14.1404	DIARIAS DE VIAGEM POR ADIANTAMENTO DE NUMERARIO	3.107,39
3.3.90.14.1407	DIARIAS DE VIAGEM PARA FORA DO ESTADO	8.182,86
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	1.470.826,53
3.3.90.30.3002	SINALIZACAO, IDENTIFICACAO E SEGURANCA	11.350,70
3.3.90.30.3003	ARTIGOS CIRURGICOS E LABORATORIAIS	2.719,21
3.3.90.30.3004	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	334.793,98
3.3.90.30.3006	GENEROS PARA ALIMENTACAO	4.476,66
3.3.90.30.3007	EXPLOSIVOS E MUNICOES	12.660,20
3.3.90.30.3009	MATERIAL DE EXPEDIENTE	28.191,69
3.3.90.30.3010	ACONDICIONAMENTO E/OU EMBALAGEM	93.409,76
3.3.90.30.3011	ALOJAMENTO, LAVANDERIA, COPA E/OU COZINHA	16.764,46
3.3.90.30.3013	MANUTENC, IDENTIFICAC, UTILIZAC E CONSERVAC DE BENS MOVEIS E EQUIPAMS	313.275,92
3.3.90.30.3014	MATERIAL DIDATICO	16.374,00
3.3.90.30.3015	PROTECAO E PROFILAXIA	66.359,50
3.3.90.30.3020	SEMENTES E MUDAS DE PLANTAS	12.400,00
3.3.90.30.3021	VESTUARIO E/OU UNIFORME	9.834,00
3.3.90.30.3023	ADUBOS E/OU FERTILIZANTES	72.060,00
3.3.90.30.3025	PRODUTOS QUIMICOS, FISICOS E/OU BIOLOGICOS	47.128,28
3.3.90.30.3027	GAS DE COZINHA	12.300,90
3.3.90.30.3028	LIMPEZA E HIGIENE	32.917,54
3.3.90.30.3029	DIVULGACAO PROMOCIONAL OU INSTITUCIONAL	217,70
3.3.90.30.3031	PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	133.964,99
3.3.90.30.3032	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	202.167,49
3.3.90.30.3033	CONSERVACAO DE VEICULOS	11.524,95
3.3.90.30.3034	FOTOGRAFIA, CINEGRAFIA, SOM E PROJECAO	12.990,00
3.3.90.30.3035	INSIGNIAS, FLAMULAS, BANDEIRAS, PLACAS, CARTEIRAS FUNCIONAIS	22.944,60
3.3.90.33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	156.063,11
3.3.90.33.3302	TRANSPORTE DE PESSOAL	121.715,95
3.3.90.33.3304	TRANSPORTE DE PESSOAL POR VIA AEREA	34.347,16
3.3.90.35	SERVICOS DE CONSULTORIA	725.879,98
3.3.90.35.3502	ASSESSORIA E CONSULTORIA TECNICA	725.879,98
3.3.90.36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	207.351,96
3.3.90.36.3613	LIMPEZA E HIGIENE	86.292,97
3.3.90.36.3614	LOCACAO DE IMOVEIS	121.058,99
3.3.90.37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	2.530.343,09
3.3.90.37.3702	VIGILANCIA E/OU ZELADORIA	572.966,80
3.3.90.37.3703	SERVICOS GERAIS	1.806.402,79
3.3.90.37.3704	SERVICOS TECNICOS	150.973,50
3.3.90.39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	9.580.390,28
3.3.90.39.3901	AGUA E ESGOTO	160.038,15
3.3.90.39.3902	DIVULGACAO PROMOCIONAL OU INSTITUCIONAL	672.793,60
3.3.90.39.3903	ASSINATURA DE PERIODICOS E RECORTES	21.971,02
3.3.90.39.3904	COMISSOES E/OU TAXA DE ADMINISTRACAO	22.980,49
3.3.90.39.3907	ORGANIZACAO FEIRAS AMOSTRAS,CONGRESSOS,SEMINARIOS,SIMPOSIOS E CONGENERES	60.303,05
3.3.90.39.3916	DESPESAS PEQUENAS DE PRONTO PAGAMENTO	412.180,30
3.3.90.39.3918	ENERGIA ELETRICA	527.252,58
3.3.90.39.3920	LOCACAO DE IMOVEIS	40.341,27
3.3.90.39.3921	LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	74.040,25
3.3.90.39.3923	PEDAGIOS	12.226,70
3.3.90.39.3924	PROCESSAMENTO DE DADOS	402.063,05
3.3.90.39.3926	SEGUROS	37.799,65
3.3.90.39.3928	CARTORIO	1.906,21
3.3.90.39.3929	COMUNICACAO	144.986,45
3.3.90.39.3930	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	41.992,00
3.3.90.39.3931	CONSERVACAO DE BENS MOVEIS E EQUIPAMENTOS	97.608,50
3.3.90.39.3932	CONSERVACAO DE VEICULOS	242.321,02
3.3.90.39.3933	DIVULGACAO OBRIGATORIA	35.716,16
3.3.90.39.3934	SERVICOS GRAFICOS	300.898,57
3.3.90.39.3935	ENSINO E TREINAMENTO	26.164,29
3.3.90.39.3937	LEVANTAMENTO, PROSPECCAO ANALISE DE DADOS GEOGRAFICOS, TOPOGRAF E/OU AEROFOT	206.800,00
3.3.90.39.3940	FOTOGRAFIA, CINEGRAFIA, SOM E PROJECAO	5.300,00
3.3.90.39.3941	ENCARGOS CONTRATUAIS COM LOCACAO DE IMOVEIS	1.156,73
3.3.90.39.3942	ESTAGIARIOS E MONITORES	101.630,05
3.3.90.39.3946	PROFILAXIA VEGETAL E/OU ANIMAL	72.238,00
3.3.90.39.3947	HABILITACAO E/OU CAPACITACAO PROFISSIONAL	3.600,00
3.3.90.39.3948	MULTAS	82,01
3.3.90.39.3950	CUSTAS JUDICIAIS	8,40
3.3.90.39.3952	DESPESAS BANCARIAS	4.324,84

EXERCÍCIO DE 2010 — INSTITUTO RIOGR DO ARROZ — RFPE017/00002

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CAT. ECONÔMICA, GRUPO NAT. DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.3.90.39.3954	VISTORIA, INSPECAO, CLASSIFICACAO E AFERICAO	2.872,20
3.3.90.39.3960	RECUPERACAO DE MATERIAIS	2.000,00
3.3.90.39.3967	ANALISE CLINICA LABORATORIAL	19,76
3.3.90.39.3968	QUIMICA	7.000,00
3.3.90.39.3979	TELEFONIA FIXA	249.257,60
3.3.90.39.3980	TELEFONIA MOVEL	16.047,92
3.3.90.39.3982	ARMAZENAGENS, FRETES E/OU CARRETOS	900,00
3.3.90.39.3983	AUXILIO TRANSPORTE	247,45
3.3.90.39.3984	LIMPEZA E HIGIENE	350,00
3.3.90.39.3989	VIGILANCIA E/OU ZELADORIA	6.232,88
3.3.90.39.3991	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	108.924,04
3.3.90.39.3992	SERVICOS DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL	5.455.815,09
3.3.90.46	AUXILIO-ALIMENTACAO	183.749,08
3.3.90.46.4601	AUXILIO-REFEICAO	183.749,08
3.3.90.47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	558.563,48
3.3.90.47.4701	CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - SERVICOS DE TERCEIROS	77.532,23
3.3.90.47.4702	PROGRAMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO-PASEP	436.150,17
3.3.90.47.4703	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO E CONTRIBUICAO DE MELHORIA	12.780,82
3.3.90.47.4706	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	17.429,82
3.3.90.47.4707	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	512,00
3.3.90.47.4710	ENCARGOS COM FUNRURAL	13.938,05
3.3.90.47.4714	JUROS DE MORA E ATUALIZACAO MONETARIA SOBRE RETENCOES	18,15
3.3.90.47.4715	MULTAS SOBRE OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	202,24
3.3.90.49	AUXILIO-TRANSPORTE	58.215,82
3.3.90.49.4901	AUXILIO TRANSPORTE	58.215,82
3.3.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	19.502,35
3.3.90.92.3924	PROCESSAMENTO DE DADOS	50,00
3.3.90.92.4703	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO E CONTRIBUICAO DE MELHORIA	4.805,11
3.3.90.92.9305	INDENIZACOES	14.647,24
3.3.90.93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	2.468.188,79
3.3.90.93.9304	RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM ALIMENTACAO	12.182,39
3.3.90.93.9305	INDENIZACOES	2.133.716,39
3.3.90.93.9308	INDENIZACAO PELO USO DE VEICULO PARTICULAR	322.290,01
4.0.00.00	DESPESA CAPITAL	4.526.067,14
4.4.00.00	INVESTIMENTOS	3.971.082,48
4.4.90.00	APLICACOES DIRETAS	3.971.082,48
4.4.90.51	OBRAS E INSTALACOES	2.540.618,23
4.4.90.51.5102	ELABORACAO DE PROJETOS	26.285,00
4.4.90.51.5103	CONSTRUCAO OU AMPLIACAO DE PREDIOS OU OUTRAS OBRAS PUBLICAS	37.421,68
4.4.90.51.5104	INICIO DE OBRAS PUBLICAS	2.476.911,55
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.430.464,25
4.4.90.52.5201	VEICULOS E/OU EQUIPAMENTOS PARA VEICULOS RODOVIARIOS DE TRACAO MECANICA	481.248,00
4.4.90.52.5207	LABORATORIOS E/OU GABINETES MEDICOS OU ODONTOLOGICOS	82.385,30
4.4.90.52.5208	OFICINA, AJARDINAMENTO E CAMPO	8.388,00
4.4.90.52.5211	MAQUINAS DE ESCREVER, SOMAR, CALCULAR, CONTABILIDADE E REPRODUCAO	292,00
4.4.90.52.5212	MAQUINAS, MOTORES E/OU APARELHOS	210.415,73
4.4.90.52.5213	MATERIAL BIBLIOGR. PECAS P/COLECOES D E BIBLIOT. DISCOT.FILMOT.E MUSEUS	47.000,00
4.4.90.52.5214	MOBILIARIO EM GERAL	48.434,97
4.4.90.52.5216	TRATORES, EQUIPAMENTOS RODOVIARIOS E AGRICOLAS	300.360,00
4.4.90.52.5217	VEICULOS DE TRACAO PESSOAL OU ANIMAL	979,00
4.4.90.52.5219	SEGURANCA E/OU PROTECAO	100,00
4.4.90.52.5220	TELECOMUNICACOES	9.399,50
4.4.90.52.5221	MOVEIS E/OU MATERIAIS PARA ALOJAMENTO	3.508,00
4.4.90.52.5222	SOM E/OU IMAGEM	124.583,00
4.4.90.52.5223	DESENHO E/OU TOPOGRAFIA	6.300,00
4.4.90.52.5228	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	59.607,56
4.4.90.52.5231	EQUIPAMENTOS PARA ALOJAMENTO, LAVANDERIA, COPA E/OU COZINHA	6.715,59
4.4.90.52.5232	AQUISICAO OU DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE	40.747,60
4.5.00.00	INVERSOES FINANCEIRAS	533.170,56
4.5.90.00	APLICACOES DIRETAS	533.170,56
4.5.90.62	AQUISICAO DE PRODUTOS PARA REVENDA	521.131,36
4.5.90.62.6201	FORMACAO DE ESTOQUES	521.131,36
4.5.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	12.039,20
4.5.90.92.6201	FORMACAO DE ESTOQUES	12.039,20
4.6.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	21.814,10
4.6.90.00	APLICACOES DIRETAS	21.814,10
4.6.90.71	PRINCIPAL DA DIVIDA CONTRATUAL RESGATADO	21.814,10
4.6.90.71.7111	DEBITOS PARCELADOS - PASEP	21.814,10
	TOTAL GERAL ====>	40.767.534,38

* RESUMO *

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	=>	17.455.368,18
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	=>	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	=>	18.786.099,06
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	=>	36.241.467,24
INVESTIMENTOS	=>	3.971.082,48
INVERSÕES FINANCEIRAS	=>	533.170,56
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	=>	21.814,10
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	=>	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	=>	4.526.067,14
TOTAL GERAL	=>	40.767.534,38

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

MAURICIO MIGUEL FISCHER
PRESIDENTE
CPF: 113.343.200/04

OLALIA DE JESUS SILVEIRA DE SOUZA
CONTADORA
CRCRS N. 37048
CPF: 348.297.170/68

EXERCÍCIO DE 2010

INSTITUTO RIOGR DO ARROZ

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR ÓRGÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO POR FONTE DE RECURSO

RFPE039/00001

R$

ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA							
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
38 INSTITUTO RIOGRANDENSE DO ARROZ	17.455.368,18		18.786.099,06	3.971.082,48	533.170,56	21.814,10		40.767.534,38
PROPRIOS DA AUTARQUIA	17.455.368,18		18.786.099,06	3.971.082,48	533.170,56	21.814,10		40.767.534,38
TOTAL	17.455.368,18		18.786.099,06	3.971.082,48	533.170,56	21.814,10		40.767.534,38

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

MAURICIO MIGUEL FISCHER
PRESIDENTE
CPF: 113.343.200/04

OLALIA DE JESUS SILVEIRA DE SOUZA
CONTADORA
CRCRS N. 37048
CPF: 348.297.170/68

EXERCÍCIO DE 2010

INSTITUTO RIOGR DO ARROZ

RFPE040/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS FONTES DE RECURSO

R$

ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA							
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
10 SAUDE	634.376,80							634.376,80
PROPRIOS DA AUTARQUIA	634.376,80							634.376,80
20 AGRICULTURA	16.642.633,87		18.786.099,06	3.971.082,48	533.170,56			39.932.985,97
PROPRIOS DA AUTARQUIA	16.642.633,87		18.786.099,06	3.971.082,48	533.170,56			39.932.985,97
28 ENCARGOS ESPECIAIS	178.357,51					21.814,10		200.171,61
PROPRIOS DA AUTARQUIA	178.357,51					21.814,10		200.171,61
TOTAL	17.455.368,18		18.786.099,06	3.971.082,48	533.170,56	21.814,10		40.767.534,38
RESUMO								
PROPRIOS DA AUTARQUIA	17.455.368,18		18.786.099,06	3.971.082,48	533.170,56	21.814,10		40.767.534,38
TOTAL	17.455.368,18		18.786.099,06	3.971.082,48	533.170,56	21.814,10		40.767.534,38

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

MAURICIO MIGUEL FISCHER
PRESIDENTE
CPF: 113.343.200/04

OLALIA DE JESUS SILVEIRA DE SOUZA
CONTADORA
CRCRS N. 37048
CPF: 348.297.170/68

INSTITUTO RIO GRANDENSE DO ARROZ

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA

DESIGNAÇÃO	AUTORIZAÇÕES		POSIÇÃO EM 31-12-09	MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2010.			POSIÇÃO EM 31 12-10
	LEI	DATA		Variações		Mutações Patrimoniais da Despesa	
				Passivas	Ativas	Amortização	
Débitos Parcelados							-
Com Ministério da Fazenda - PASEP			1.611.863,27	170.930,29		21.814,10	1.760.979,46
Termo de Parcelamento							-
Com Instituto Nacional de Seguro Social - INSS							-
							-
							-
Total			1.611.863,27	170.930,29	-	21.814,10	1.760.979,46

MAURICIO MIGUEL FISCHER
PRESIDENTE
CIC - 113.343.200-04

OLALIA DE JESUS SILVEIRA DE SOUZA
CONTADOR- CRCRS - 037048
CIC -348.297.170-68

INSTITUTO RIO GRANDENSE DO ARROZ

NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO DE 2010

01- Com vista ao cumprimento de disposições da Lei Complementar 101, de 04.05.00, e considerando, ainda, o disposto no Decreto federal 20.910, 06.01.32, e no Parecer 01/03, de 21.11.03, do Egrégio Tribunal de Contas do Estado, foi expedido o Decreto 47.542, de 08 de novembro de 2010, com base nos quais foram efetuados os seguintes procedimentos:

a) Anulação das despesas inscritas Restos a Pagar Não-Processados, no valor de **R$ 309.517,36** (Trezentos e nove mil, quinhentos e dezessete reais e trinta e seis centavos), cujos empenhos foram emitidos entre 01.01.06 e 31.12.09.

b) Ficou retido na Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul, o valor de **R$ 66.589.644,63** (Sessenta e seis milhões, quinhentos e oitenta e nove mil e seiscentos e quarenta e quatro reais e sessenta e três centavos), referente á Taxa de Cooperação e Defesa da Orizicultura.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2010.

Mauricio Miguel Fischer
Presidente
CIC- 113.343.200-04

Olalia de Jesus Silveira de Souza
Contador – CRCRS – 037048
CIC- 348.297.170-68

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E AGRONEGÓCIO
INSTITUTO RIO GRANDENSE DO ARROZ

COMISSÃO DE CONTROLE

PARECER

A Comissão de Controle, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 18, da Lei nº 533/48, examinou as peças contábeis que compõem o Balanço Geral do Instituto Rio Grandense do Arroz (IRGA), referente ao exercício de 2010.

O exame constitui-se basicamente no acompanhamento da execução orçamentária, revisões de documentos de Caixa, Contratos e Registros Contábeis, os quais nos foram encaminhados para análise e parecer.

Portanto, com base nos exames realizados, a Comissão é de parecer que as Demonstrações Contábeis, lidas em Conjunto com Notas Explicativas que as acompanham, devidamente ressalvadas as eventuais irregularidades, tanto as de ordem administrativa quanto operacional, que possam vir a ser apontadas, através de auditoria da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado e do Tribunal de Contas do Estado, bem como quaisquer situações no âmbito contábil, financeiro e patrimonial não trazidas ao conhecimento desta Comissão, representam adequadamente a posição Patrimonial e Financeira do Instituto Rio Grandense do Arroz, em 31 de dezembro de 2010.

Sala de Sessões da Comissão de Controle.

Porto Alegre, 13 de janeiro de 2011.

Renato Antônio de Freitas,
Rep. Sec. da Agricultura, Pecuária, Pesca e Agronegócio.

Rubem Lopes Lima,
Rep. Sec. do Planejamento e Gestão.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... : OLALIA DE JESUS SILVEIRA DE SOUZA
REGISTRO..... : RS-037048/O-6
CATEGORIA..... : TÉCNICO EM CONTABILIDADE
CPF..... : 348.297.170-68

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 27.01.2011 as 09:35:50.
Válido até: 31.03.2011.
Código de Controle: 92178.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

Orquestra Sinfônica de Porto Alegre

OSPA

EXERCÍCIO DE 2010

FUNDACAO ORQUESTRA SINFONICA DE PORTO ALEGRE
DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

RFPE035/00001
ANEXO N. 1

RECEITA		*DESPESA*	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
RECEITAS CORRENTES		DESPESA CORRENTE	
RECEITA DE SERVICOS	129.903,89	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.339.784,62
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	71,60	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.070.131,39
SOMA.....	129.975,49	SOMA.....	9.409.916,01
DEFICIT	9.293.943,33	TOTAL.....	9.409.916,01
TOTAL.....	9.423.918,82	DESPESA CAPITAL	
		INVESTIMENTOS	11.333,00
		AMORTIZACAO DA DIVIDA	2.669,81
		SOMA.....	14.002,81
		TOTAL.....	9.423.918,82

RESUMO

RECEITAS CORRENTES.....	129.975,49	DESPESAS CORRENTES.....	9.409.916,01
RECEITAS DE CAPITAL.....	0,00	DESPESAS DE CAPITAL.....	14.002,81
DEFICIT.....	9.293.943,33	SUPERAVIT.....	0,00
TOTAL.....	9.423.918,82	TOTAL.....	9.423.918,82

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

IVO ABRAHAO NESRALLA
PRESIDENTE
CPF: 001.078.320/20

UBIRA TADEU LEAL
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 164.798.660/53

FERNANDA ESTORTI DE CASTRO
CONTADORA
CRCRS N. 57056
CPF: 632.214.890/72

EXERCÍCIO DE 2010 — FUNDACAO ORQUESTRA SINFONICA DE PORTO ALEGRE — RFPE006/00001

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES — ANEXO N.6

R$

ÓRGÃO: 57 - FUNDACAO ORQUESTRA SINFONICA DE PORTO ALEGRE

U.O.: 57.01 - FUNDACAO ORQUESTRA SINFONICA DE PORTO ALEGRE - FOSPA

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
13	CULTURA		7.663.837,84	7.663.837,84
13.0392	DIFUSAO CULTURAL		7.663.837,84	7.663.837,84
13.0392.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		7.139.824,01	7.139.824,01
13.0392.0284	PRODUCAO, VALORIZACAO E DIFUSAO DAS MANIFESTACOES CULTURAIS		524.013,83	524.013,83
	TOTAL DA U.O. =>		7.663.837,84	7.663.837,84

U.O.: 57.33 - ENCARGOS GERAIS DA FUNDACAO ORQUESTRA SINFONICA DE PORTO ALEGRE

10	*SAUDE*		*168.990,64*	*168.990,64*
10.0392	DIFUSAO CULTURAL		168.990,64	168.990,64
10.0392.0335	OPERACOES ESPECIAIS		168.990,64	168.990,64
13	CULTURA		1.438.556,42	1.438.556,42
13.0122	ADMINISTRACAO GERAL		210.771,29	210.771,29
13.0122.0335	OPERACOES ESPECIAIS		210.771,29	210.771,29
13.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO		1.225.115,32	1.225.115,32
13.0272.0335	OPERACOES ESPECIAIS		1.225.115,32	1.225.115,32
13.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS		2.669,81	2.669,81
13.0846.0335	OPERACOES ESPECIAIS		2.669,81	2.669,81
28	ENCARGOS ESPECIAIS		152.533,92	152.533,92
28.0061	ACAO JUDICIARIA		152.533,92	152.533,92
28.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS		152.533,92	152.533,92
	TOTAL DA U.O. =>		1.760.080,98	1.760.080,98
	TOTAL DO ÓRGÃO =>		9.423.918,82	9.423.918,82

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

IVO ABRAHAO NESRALLA
PRESIDENTE
CPF: 001.078.320/20

UBIRA TADEU LEAL
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 164.798.660/53

FERNANDA ESTORTI DE CASTRO
CONTADORA
CRCRS N.: 57056
CPF: 632.214.890/72

EXERCÍCIO DE 2010 | FUNDACAO ORQUESTRA SINFONICA DE PORTO ALEGRE | RFPE009/00001

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO

DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES

ANEXO N. 7

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
10	SAUDE		168.990,64	168.990,64
10.0392	DIFUSAO CULTURAL		168.990,64	168.990,64
10.0392.0335	OPERACOES ESPECIAIS		168.990,64	168.990,64
13	CULTURA		9.102.394,26	9.102.394,26
13.0122	ADMINISTRACAO GERAL		210.771,29	210.771,29
13.0122.0335	OPERACOES ESPECIAIS		210.771,29	210.771,29
13.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO		1.225.115,32	1.225.115,32
13.0272.0335	OPERACOES ESPECIAIS		1.225.115,32	1.225.115,32
13.0392	DIFUSAO CULTURAL		7.663.837,84	7.663.837,84
13.0392.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		7.139.824,01	7.139.824,01
13.0392.0284	PRODUCAO, VALORIZACAO E DIFUSAO DAS MANIFESTACOES CULTURAIS		524.013,83	524.013,83
13.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS		2.669,81	2.669,81
13.0846.0335	OPERACOES ESPECIAIS		2.669,81	2.669,81
28	ENCARGOS ESPECIAIS		152.533,92	152.533,92
28.0061	ACAO JUDICIARIA		152.533,92	152.533,92
28.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS		152.533,92	152.533,92
	TOTAL GERAL =>	0,00	9.423.918,82	9.423.918,82

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

IVO ABRAHAO NESRALLA
PRESIDENTE
CPF: 001.078.320/20

UBIRA TADEU LEAL
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 164.798.660/53

FERNANDA ESTORTI DE CASTRO
CONTADORA
CRCRS N. 57056
CPF: 632.214.890/72

EXERCÍCIO DE 2010 — FUNDACAO ORQUESTRA SINFONICA DE PORTO ALEGRE — RFPE029/00001

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS — ANEXO N.8

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
10	SAUDE	168.990,64		168.990,64
10.0392	DIFUSAO CULTURAL	168.990,64		168.990,64
10.0392.0335	OPERACOES ESPECIAIS	168.990,64		168.990,64
13	CULTURA	9.102.394,26		9.102.394,26
13.0122	ADMINISTRACAO GERAL	210.771,29		210.771,29
13.0122.0335	OPERACOES ESPECIAIS	210.771,29		210.771,29
13.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO	1.225.115,32		1.225.115,32
13.0272.0335	OPERACOES ESPECIAIS	1.225.115,32		1.225.115,32
13.0392	DIFUSAO CULTURAL	7.663.837,84		7.663.837,84
13.0392.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	7.139.824,01		7.139.824,01
13.0392.0284	PRODUCAO, VALORIZACAO E DIFUSAO DAS MANIFESTACOES CULTURAIS	524.013,83		524.013,83
13.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	2.669,81		2.669,81
13.0846.0335	OPERACOES ESPECIAIS	2.669,81		2.669,81
28	ENCARGOS ESPECIAIS	152.533,92		152.533,92
28.0061	ACAO JUDICIARIA	152.533,92		152.533,92
28.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS	152.533,92		152.533,92
	TOTAL GERAL =>	9.423.918,82	0,00	9.423.918,82

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

IVO ABRAHAO NESRALLA
PRESIDENTE
CPF: 001.078.320/20

UBIRA TADEU LEAL
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 164.798.660/53

FERNANDA ESTORTI DE CASTRO
CONTADORA
CRCRS Nº 57056
CPF: 632.214.890/72

EXERCÍCIO DE 2010 — FUNDACAO ORQUESTRA SINFONICA DE PORTO ALEGRE — RFPE025/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃO E FUNÇÕES — ANEXO N.9

R$

ÓRGÃOS \ FUNÇÕES	SAUDE	CULTURA	ENCARGOS ESPECIAIS	TOTAL
PODER LEGISLATIVO				
PODER JUDICIARIO				
MINISTERIO PUBLICO				
DEFENSORIA PUBLICA				
PODER EXECUTIVO				
FUNDACAO ORQUESTRA SINFONICA DE PORTO ALEGRE	168.990,64	9.102.394,26	152.533,92	9.423.918,82
SOMA.....	168.990,64	9.102.394,26	152.533,92	9.423.918,82
TOTAL.....	168.990,64	9.102.394,26	152.533,92	9.423.918,82

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

IVO ABRAHAO NESRALLA
PRESIDENTE
CPF: 001.078.320/20

OBIRA TADEU LEAL
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 164.798.660/53

FERNANDA ESTORTI DE CASTRO
CONTADORA
CRCRS N. 57056
CPF: 632.214.890/72

EXERCÍCIO DE 2010	FUNDACAO ORQUESTRA SINFONICA DE PORTO ALEGRE	RFPE023/00001
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
1000.00.00.0000	RECEITAS CORRENTES	103.355,00	129.975,49	26.620,49
1600.00.00.0000	RECEITA DE SERVICOS	103.355,00	129.903,89	26.548,89
1600.01.00.0000	SERVICOS COMERCIAIS	0,00	135,35	135,35
1600.01.02.0000	SERVICOS COMERCIALIZACAO LIVROS; PERIODICOS; MATERIAIS ESCOLARES; DE PUBLICI	0,00	135,35	135,35
1600.19.00.0000	SERVICOS RECREATIVOS E CULTURAIS	103.355,00	129.768,54	26.413,54
1600.19.99.0000	DIVERSOS SERVICOS RECREATIVOS E CULTURAIS	103.355,00	129.768,54	26.413,54
1900.00.00.0000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	71,60	71,60
1920.00.00.0000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	0,00	71,60	71,60
1921.00.00.0000	INDENIZACOES	0,00	13,40	13,40
1921.99.00.0000	OUTRAS INDENIZACOES	0,00	13,40	13,40
1921.99.99.0000	DIVERSAS INDENIZACOES	0,00	13,40	13,40
1922.00.00.0000	RESTITUICOES	0,00	58,20	58,20
1922.99.00.0000	OUTRAS RESTITUICOES	0,00	58,20	58,20
1922.99.99.0000	DIVERSAS RESTITUICOES	0,00	58,20	58,20
TOTAL		103.355,00	129.975,49	26.620,49

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

IVO ABRAHAO NESRALLA
PRESIDENTE
CPF: 001.078.320/20

UBIRA TADEU LEAL
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 164.798.660/53

FERNANDA ESTORTI DE CASTRO
CONTADORA
CRCRS N. 57056
CPF: 632.214.890/72

EXERCÍCIO DE 2010 — FUNDACAO ORQUESTRA SINFONICA DE PORTO ALEGRE — RFPE026/00001

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA — ANEXO N.11

R$

TÍTULOS		DESPESA CORRENTE	DESPESA DE CAPITAL	TOTAL
FUNDACAO ORQUESTRA SINFONICA DE PORTO ALEGRE				
	DESPESA FIXADA	9.924.490,00	1.035.875,00	10.960.365,00
	CRÉDITOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00
	CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00
	SUPLEMENTAÇÕES	130.330,00	500,00	130.830,00
	REDUÇÕES	84.500,00	22.000,00	106.500,00
	DESPESA AUTORIZADA	9.970.320,00	1.014.375,00	10.984.695,00
	DESPESA REALIZADA	9.409.916,01	14.002,81	9.423.918,82
	DIFERENÇA	560.403,99	1.000.372,19	1.560.776,18
TOTAL GERAL				
	DESPESA FIXADA			*10.960.365,00*
	CRÉDITOS ESPECIAIS			0,00
	CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS			0,00
	SUPLEMENTAÇÕES			130.830,00
	REDUÇÕES			106.500,00
	DESPESA AUTORIZADA			10.984.695,00
	DESPESA REALIZADA			9.423.918,82
	DIFERENÇA			1.560.776,18

CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS CONSIDERADOS PELO SEU VALOR DE ABERTURA, ESTANDO AS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES COMPUTADAS NAS SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES.

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

IVO ABRAHAO NESRALLA
PRESIDENTE
CPF: 001.078.320/20

UBIRA TADEU LEAL
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 164.798.660/53

FERNANDA ESTORTI DE CASTRO
CONTADORA
CRCRS N. 57056
CPF: 632.214.890/72

R$

R E C E I T A

TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES			
RECEITA DE SERVICOS	103.355,00	129.903,89	26.548,89
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	71,60	71,60
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	*103.355,00*	*129.975,49*	*26.620,49*
RECEITAS DE CAPITAL			
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
SOMA	103.355,00	129.975,49	26.620,49
DEFICIT DE PREVISÃO	10.881.340,00	9.293.943,33	1.587.396,67-
TOTAL	10.984.695,00	9.423.918,82	1.560.776,18-

D E S P E S A

TÍTULOS	AUTORIZAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
CRÉDITOS ORDINÁRIOS (1)	10.984.695,00	9.423.918,82	1.560.776,18-
CRÉDITOS ESPECIAIS (2)	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS (2)	0,00	0,00	0,00
SOMA	10.984.695,00	9.423.918,82	1.560.776,18-
TOTAL	10.984.695,00	9.423.918,82	1.560.776,18-

(1) DOTAÇÕES ORIGINAIS COM SUAS SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES
(2) DOTAÇÕES CRIADAS NO DECORRER DO EXERCÍCIO E ALTERAÇÕES

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

IVO ABRAHAO NESRALLA
PRESIDENTE
CPF: 001.078.320/20

UBIRA TADEU LEAL
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 164.798.660/53

FERNANDA ESTORTI DE CASTRO
CONTADORA
CRCRS N. 57056
CPF: 632.214.890/72

BALANÇO FINANCEIRO

ANEXO N. 13

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
RECEITA ORÇAMENTARIA		DESPESA ORÇAMENTARIA	
RECEITAS CORRENTES		SAUDE	168.990,64
RECEITA DE SERVICOS	129.903,89	CULTURA	9.102.394,26
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	71,60	ENCARGOS ESPECIAIS	152.533,92
SOMA.....	129.975,49	SOMA.....	9.423.918,82
RECEITAS DE CAPITAL		DESPESA EXTRA-ORÇAMENTARIA	
TOTAL.....	129.975,49	REALIZAVEL	0,00
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	775.651,33
REALIZAVEL	0,00	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	0,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	272.736,34	SERVICO DA DIVIDA A PAGAR	408,10
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	0,00	DEPOSITOS	1.903.281,10
SERVICO DA DIVIDA A PAGAR	216,75	SOMA.....	2.679.340,53
DEPOSITOS	1.895.699,95	TOTAL.....	12.103.259,35
SOMA.....	2.168.653,04	VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO	
TOTAL.....	2.298.628,53	BAIXA DE SALDOS BANCÁRIOS	
VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO		TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS INTRAGOVERNAMENTAIS	0,00
BAIXA DE PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR E A LIQUIDAR	568.148,08	SOMA.....	0,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS INTRAGOVERNAMENTAIS	9.259.488,49	SALDOS PARA O EXERCICIO SEGUINTE	
SOMA.....	9.827.636,57	BANCOS C/DISPOSICAO	10.774,98
SALDOS DO EXERCICIO ANTERIOR		APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	166.785,67
BANCOS C/DISPOSICAO	13.922,10	SOMA.....	177.560,65
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	140.632,80		
SOMA.....	154.554,90		
TOTAL.....	12.280.820,00	TOTAL.....	12.280.820,00

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

IVO ABRAHAO NESRALLA
PRESIDENTE
CPF: 001.078.320/20

UBIRA TADEU LEAL
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 164.798.660/53

FERNANDA ESTORTI DE CASTRO
CONTADORA
CRCRS N. 57056
CPF: 632.214.890/72

EXERCÍCIO DE 2010 | FUNDACAO ORQUESTRA SINFONICA DE PORTO ALEGRE | RFPE032/00001

BALANÇO PATRIMONIAL | ANEXO N. 14

ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
ATIVO FINANCEIRO		PASSIVO FINANCEIRO	
DISPONÍVEL		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	
BANCOS C/DISPOSICAO	10.774,98	FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	6.420,05
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	166.785,67	*CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER*	232.217,29
SOMA.....	177.560,65	FGTS A RECOLHER	173,71
REALIZÁVEL		FORNECEDORES DE BENS E SERVICOS CONTINUOS	8.999,14
DEPOSITOS JUDICIAIS	5.394,00	REQUISICAO DE PEQUENO VALOR A PAGAR	39.196,34
SOMA.....	5.394,00	SOMA.....	287.006,53
TOTAL.....	182.954,65	SERVIÇO DA DÍVIDA À PAGAR	
ATIVO PERMANENTE		SERVICO DO PARCELAMENTO DE DEBITOS PREVIDENCIARIOS	216,75
BENS DA ENTIDADE		SOMA.....	216,75
BENS MOVEIS	497.788,68	DEPÓSITOS	
BENS IMOVEIS	125.160,57	DEPOSITOS	245.176,99
SOMA.....	622.949,25	SOMA.....	245.176,99
PARTICIPAÇÕES		TOTAL.....	532.400,27
PARTICIPACOES SOCIETARIAS EM EMPRESAS SOB CONTROLE DO ESTADO	312,61	PASSIVO PERMANENTE	
SOMA.....	312,61	DÍVIDA FUNDADA INTERNA	
TOTAL.....	623.261,86	DEBITOS PARCELADOS	401.215,79
SOMA DO ATIVO REAL	806.216,51	PRECATORIOS JUDICIAIS - EC 62/2009	758.746,80
SALDO PATRIMONIAL		SOMA.....	1.159.962,59
SITUAÇÃO LÍQUIDA		TOTAL.....	1.159.962,59
PASSIVO REAL DESCOBERTO	886.146,35	SOMA DO PASSIVO REAL	1.692.362,86
SOMA.....	1.692.362,86	PASSIVO COMPENSADO	
ATIVO COMPENSADO		CONTRAPARTIDA DE VALORES EM PODER DE TERCEIROS	
VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS		*SOMA*.....	*0,00*
PROCESSOS JUDICIAIS	224.280,65	CONTRAPARTIDA DE VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS	
SOMA.....	224.280,65	ACOES JUDICIAIS	224.280,65
TOTAL.....	224.280,65	SOMA.....	224.280,65
		TOTAL.....	224.280,65
TOTAL GERAL.....	1.916.643,51	TOTAL GERAL.....	1.916.643,51

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

IVO ABRAHAO NESRALLA
PRESIDENTE
CPF: 001.078.320/20

OBIRA TADEU LEAL
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 164.798.660/53

FERNANDA ESTORTI DE CASTRO
CONTADORA
CRCRS N. 57056
CPF: 632.214.890/72

EXERCÍCIO DE 2010

FUNDACAO ORQUESTRA SINFONICA DE PORTO ALEGRE
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

RFPE033/00001
ANEXO N. 15

VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
RECEITAS CORRENTES		*DESPESAS CORRENTES*	
RECEITA DE SERVICOS	129.903,89	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.339.784,62
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	71,60	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.070.131,39
SOMA.....	129.975,49	SOMA.....	9.409.916,01
RECEITAS DE CAPITAL		DESPESAS DE CAPITAL	
		INVESTIMENTOS	11.333,00
SOMA.....	0,00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	2.669,81
DEDUÇÕES RECEITAS CORRENTES	0,00	SOMA.....	14.002,81
TOTAL.....	129.975,49	TOTAL.....	9.423.918,82
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS		MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	
AMORTIZACAO DE DEBITOS PARCELADOS	2.861,16		
CONSTRUCAO OU AQUISICAO DE BENS MOVEIS	11.333,00	SOMA.....	0,00
SOMA.....	14.194,16	INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		VARIAÇÕES PASSIVAS	
VARIAÇÕES ATIVAS		INSCRICAO DE DEBITOS PARCELADOS - PRINCIPAL E ATUALIZACAO	2.903,88
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	6.643,49	BAIXA DE BENS MOVEIS	29.959,53
SOMA.....	6.643,49	INSCRICAO DE PRECATORIOS JUDICIAIS - EC 62/2009	758.746,80
VARIAÇÕES ATIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO PATRIMÔNIO FINANCEIRO		SOMA.....	791.610,21
BAIXA DE PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR E A LIQUIDAR	568.148,08	VARIAÇÕES PASSIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO PATRIMÔNIO FINANCEIRO	
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS INTRAGOVERNAMENTAIS	9.259.488,49	SOMA.....	0,00
SOMA.....	9.827.636,57	TOTAL.....	10.215.529,03
TOTAL.....	9.978.449,71		
RESULTADO PATRIMONIAL			
DEFICIT VERIFICADO	237.079,32		
TOTAL.....	10.215.529,03	TOTAL.....	10.215.529,03

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

IVO ABRAHAO NESRALLA
PRESIDENTE
CPF: 001.078.320/20

UBIRA TADEU LEAL
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 164.798.660/53

FERNANDA ESTORTI DE CASTRO
CONTADORA
CRCRS N. 57056
CPF: 632.214.890/72

EXERCÍCIO DE 2010 — FUNDACAO ORQUESTRA SINFONICA DE PORTO ALEGRE — RFPE034/00001

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE — ANEXO N.17

R$

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO
		INSCRIÇÃO	BAIXA	SEGUINTE
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	31.820,96-	6.420,05	31.820,96	6.420,05-
PIS E PASEP A RECOLHER	8.162,13-	0,00	8.162,13	0,00
CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	156.527,53-	217.947,10	142.257,34	232.217,29-
PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR	568.148,08-	0,00	568.148,08	0,00
FGTS A RECOLHER	126,02-	173,71	126,02	173,71-
FORNECEDORES DE BENS E SERVICOS CONTINUOS	17.227,67-	8.999,14	17.227,67	8.999,14-
REQUISICAO DE PEQUENO VALOR A PAGAR	7.909,13-	39.196,34	7.909,13	39.196,34-
SUBTOTAL.....	789.921,52-	272.736,34	775.651,33	287.006,53-
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS				
SUBTOTAL.....	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVICO DA DIVIDA A PAGAR				
SERVICO DO PARCELAMENTO DE DEBITOS PREVIDENCIARIOS	408,10-	216,75	408,10	216,75-
SUBTOTAL.....	408,10-	216,75	408,10	216,75-
DEPOSITOS				
DEPOSITOS	252.758,14-	1.895.699,95	1.903.281,10	245.176,99-
SUBTOTAL.....	252.758,14-	1.895.699,95	1.903.281,10	245.176,99-
TOTAL.....	1.043.087,76-	2.168.653,04	2.679.340,53	532.400,27-

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

IVO ABRAHAO NESRALLA
PRESIDENTE
CPF: 001.078.320/20

USIRA TADEU LEAL
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 164.798.660/53

FERNANDA ESTORTI DE CASTRO
CONTADORA
CRCRS N. 57056
CPF: 632.214.890/72

EXERCÍCIO DE 2010 — FUNDACAO ORQUESTRA SINFONICA DE PORTO ALEGRE — RFPE017/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CAT. ECONÔMICA, GRUPO NAT. DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.0.00.00	DESPESA CORRENTE	9.409.916,01
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.339.784,62
3.1.90.00	APLICACOES DIRETAS	6.945.678,66
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	6.676.462,30
3.1.90.11.1102	VENCIMENTO, SALARIO E SUBSIDIO	4.297.127,22
3.1.90.11.1104	GRATIFICACOES	916.797,20
3.1.90.11.1105	VANTAGENS TEMPORAIS	1.287.837,55
3.1.90.11.1107	OUTRAS VANTAGENS	174.700,33
3.1.90.13	OBRIGACOES PATRONAIS	116.682,44
3.1.90.13.1304	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA	115.483,98
3.1.90.13.1305	FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVICO - FGTS	1.198,46
3.1.90.91	SENTENCAS JUDICIAIS	152.533,92
3.1.90.91.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS	152.533,92
3.1.91.00	TRANSFERENCIA INTRAGOVERNAMENTAL	1.394.105,96
3.1.91.13	OBRIGACOES PATRONAIS	1.394.105,96
3.1.91.13.1301	CONTRIBUICAO AO IPERGS PARA ASSISTENCIA MEDICA	168.990,64
3.1.91.13.1310	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA S/ATIVOS - RPPS	1.225.115,32
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.070.131,39
3.3.90.00	APLICACOES DIRETAS	1.070.131,39
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	4.962,42
3.3.90.30.3009	MATERIAL DE EXPEDIENTE	1.232,39
3.3.90.30.3011	ALOJAMENTO, LAVANDERIA, COPA E/OU COZINHA	50,00
3.3.90.30.3028	LIMPEZA E HIGIENE	3.680,03
3.3.90.36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	251.986,66
3.3.90.36.3601	APRESENTACOES ARTISTICAS, CULTURAIS E/OU DESPORTIVAS	251.986,66
3.3.90.37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	74.899,49
3.3.90.37.3701	LIMPEZA E HIGIENE	31.949,06
3.3.90.37.3702	VIGILANCIA E/OU ZELADORIA	42.950,43
3.3.90.39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	613.149,39
3.3.90.39.3901	AGUA E ESGOTO	360,76
3.3.90.39.3903	ASSINATURA DE PERIODICOS E RECORTES	2.063,60
3.3.90.39.3904	COMISSOES E/OU TAXA DE ADMINISTRACAO	16.430,00
3.3.90.39.3914	CONDOMINIO DE PREDIOS DA ENTIDADE	47.157,31
3.3.90.39.3916	DESPESAS PEQUENAS DE PRONTO PAGAMENTO	11.500,00
3.3.90.39.3918	ENERGIA ELETRICA	1.276,18
3.3.90.39.3924	PROCESSAMENTO DE DADOS	32.541,60
3.3.90.39.3927	ALIMENTACAO	589,68
3.3.90.39.3931	CONSERVACAO DE BENS MOVEIS E EQUIPAMENTOS	11.223,90
3.3.90.39.3933	DIVULGACAO OBRIGATORIA	19.466,25
3.3.90.39.3934	SERVICOS GRAFICOS	22.049,72
3.3.90.39.3936	ALIMENTACAO E/OU HOSPEDAGEM DE NAO SERVIDORES	12.885,71
3.3.90.39.3940	FOTOGRAFIA, CINEGRAFIA, SOM E PROJECAO	9.840,00
3.3.90.39.3942	ESTAGIARIOS E MONITORES	17.975,17
3.3.90.39.3944	CARGA, DESCARGA, EMPACOTAMENTO E PESAGEM	67.542,00
3.3.90.39.3978	TRANSPORTE DE NÃO SERVIDORES	30.692,24
3.3.90.39.3979	TELEFONIA FIXA	16.914,50
3.3.90.39.3980	TELEFONIA MOVEL	1.076,26
3.3.90.39.3981	*APRESENTACOES ARTISTICAS, CULTURAIS E/OU DESPORTIVAS*	*284.209,51*
3.3.90.39.3982	ARMAZENAGENS, FRETES E/OU CARRETOS	6.805,00
3.3.90.39.3984	LIMPEZA E HIGIENE	550,00
3.3.90.46	AUXILIO-ALIMENTACAO	12.992,37
3.3.90.46.4601	AUXILIO-REFEICAO	12.992,37
3.3.90.47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	100.923,32
3.3.90.47.4701	CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - SERVICOS DE TERCEIROS	45.027,01
3.3.90.47.4702	PROGRAMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO-PASEP	49.061,84
3.3.90.47.4703	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO E CONTRIBUICAO DE MELHORIA	2.172,52
3.3.90.47.4707	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	4.367,85
3.3.90.47.4711	*LICENCA PARA O EXERCICIO PROFISSIONAL*	294,11
3.3.90.49	AUXILIO-TRANSPORTE	11.217,73
3.3.90.49.4901	AUXILIO TRANSPORTE	11.217,73
4.0.00.00	DESPESA CAPITAL	14.002,81
4.4.00.00	INVESTIMENTOS	11.333,00
4.4.90.00	APLICACOES DIRETAS	11.333,00
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	11.333,00
4.4.90.52.5228	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	11.333,00
4.6.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	2.669,81
4.6.90.00	APLICACOES DIRETAS	2.669,81
4.6.90.71	PRINCIPAL DA DIVIDA CONTRATUAL RESGATADO	2.669,81
4.6.90.71.7111	DEBITOS PARCELADOS - PASEP	2.669,81
	TOTAL GERAL ====>	9.423.918,82

* RESUMO *

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	=>	8.339.784,62
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	=>	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	=>	1.070.131,39
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	=>	9.409.916,01
INVESTIMENTOS	=>	11.333,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	=>	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	=>	2.669,81
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	=>	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	=>	14.002,81
TOTAL GERAL	=>	9.423.918,82

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

IVO ABRAHAO NESRALLA
PRESIDENTE
CPF: 001.078.320/20

UBIRA TADEU LEAL
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 164.798.660/53

FERNANDA ESTORTI DE CASTRO
CONTADORA
CRCRS N.: 57056
CPF: 632.214.890/72

EXERCÍCIO DE 2010

FUNDACAO ORQUESTRA SINFONICA DE PORTO ALEGRE

RFPE039/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR ÓRGÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO POR FONTE DE RECURSO

R$

ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA							
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
57 FUNDACAO ORQUESTRA SINFONICA DE PORTO ALEGRE	8.339.784,62		1.070.131,39	11.333,00		2.669,81		9.423.918,82
TESOURO-LIVRES	8.339.784,62		978.611,06			2.669,81		9.321.065,49
PROPRIOS DA FUNDACAO			91.520,33	11.333,00				102.853,33
TOTAL	8.339.784,62		1.070.131,39	11.333,00		2.669,81		9.423.918,82

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

IVO ABRAHAO NESRALLA
PRESIDENTE
CPF: 001.078.320/20

OBIRA TADEU LEAL
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 164.798.660/53

FERNANDA ESTORTI DE CASTRO
CONTADORA
CRCRS N. 57056
CPF: 632.214.890/72

EXERCÍCIO DE 2010

FUNDACAO ORQUESTRA SINFONICA DE PORTO ALEGRE

RFPE040/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS FONTES DE RECURSO

R$

ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA							
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
10 SAUDE	168.990,64							168.990,64
TESOURO-LIVRES	168.990,64							168.990,64
13 CULTURA	8.018.260,06		1.070.131,39	11.333,00		2.669,81		9.102.394,26
TESOURO-LIVRES	8.018.260,06		978.611,06			2.669,81		8.999.540,93
PROPRIOS DA FUNDACAO			91.520,33	11.333,00				102.853,33
28 ENCARGOS ESPECIAIS	152.533,92							152.533,92
TESOURO-LIVRES	152.533,92							152.533,92
TOTAL	8.339.784,62		1.070.131,39	11.333,00		2.669,81		9.423.918,82
RESUMO								
TESOURO-LIVRES	8.339.784,62		978.611,06			2.669,81		9.321.065,49
PROPRIOS DA FUNDACAO			91.520,33	11.333,00				102.853,33
TOTAL	8.339.784,62		1.070.131,39	11.333,00		2.669,81		9.423.918,82

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

IVO ABRAHAO NESRALLA
PRESIDENTE
CPF: 001.078.320/20

UBIRA TADEU LEAL
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 164.798.660/53

FERNANDA ESTORTI DE CASTRO
CONTADORA
CRCRS Nº 57056
CPF: 632.214.890/72

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
FUNDAÇÃO ORQUESTRA SINFÔNICA DE PORTO ALEGRE

ANEXO 16

R$

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE INTERNA							
DESIGNAÇÃO	AUTORIZAÇÕES		POSIÇÃO EM 31-12-09	MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2010			POSIÇÃO EM 31-12-2010
	LEI	DATA		Variações Patrimoniais		Mutações Patrimoniais da Despesa	
				Passivas	Ativas	Amortização	
Débitos Parcelados							
Com o Ministério da Fazenda - PASEP	8748/93	1993	401.173,07	2.903,88		2.861,16	401.215,79
Termo de Parcelamento de / /							
Total			**401.173,07**	**2.903,88**		**2.861,16**	**401.215,79**

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2010.

NOME: Ivo A Nesralla
PRESIDENTE
CIC-MF 001078320-20

NOME: Ubirá Tadeu Leal
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CIC-MF 164798660-53

NOME: Fernanda Estorti de Castro
CONTADOR - CRC/RS 57.056
CIC-MF 632214890/72

DECLARAÇÃO

Deixa de acompanhar as demonstrações contábeis os Pareceres do Conselho Deliberativo e da Comissão de Controle visto não estarem constituídos.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2010.

Ivo A Nesralla
Presidente

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... : FERNANDA ESTORTI DE CASTRO
REGISTRO..... : RS-057056/O-5
CATEGORIA..... : CONTADOR
CPF..... : 632.214.890-72

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 07.01.2011 as 17:28:00.
Válido até: 06.07.2011.
Código de Controle: 91034.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

Superintendência do Porto de Rio Grande

SUPRG

EXERCÍCIO DE 2010

SUPERINTENDENCIA PORTO DE RIO GRANDE

DEMONSTRACÃO DA RECEITA E DA DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

RFPE035/00001

ANEXO N. 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
RECEITAS CORRENTES		DESPESA CORRENTE	
RECEITA PATRIMONIAL	25.130.529,84	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	31.171.744,69
RECEITA DE SERVICOS	35.911.154,90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.285.832,79
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	19.344.842,50		
SOMA.....	80.386.527,24	SOMA.....	51.457.577,48
		SUPERAVIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	28.928.949,76
TOTAL.....	80.386.527,24	TOTAL.....	80.386.527,24
		DESPESA CAPITAL	
		INVESTIMENTOS	1.083.787,70
		INVERSOES FINANCEIRAS	6.300.000,00
		AMORTIZACAO DA DIVIDA	31.003,56
		SOMA.....	7.414.791,26
		SUPERAVIT	21.514.158,50
		TOTAL.....	80.386.527,24

RESUMO

RECEITAS CORRENTES.....	80.386.527,24	DESPESAS CORRENTES.....	51.457.577,48
RECEITAS DE CAPITAL.....	0,00	DESPESAS DE CAPITAL.....	7.414.791,26
DEFICIT.....	0,00	SUPERAVIT.....	21.514.158,50
TOTAL.....	80.386.527,24	TOTAL.....	80.386.527,24

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ANTONIO JAYME LIMA TAMIS
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 202.014.510/34

JORGE LUIZ LEAL DA ROSA
CONTADOR
CRCRS N. 27314
CPF: 146.454.590/15

EXERCÍCIO DE 2010 | SUPERINTENDENCIA PORTO DE RIO GRANDE | RFPE006/00001

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES | ANEXO N.6

R$

ÓRGÃO: 43 - SUPERINTENDENCIA DO PORTO DE RIO GRANDE

U.O.: 43.01 - SUPERINTENDENCIA DO PORTO DE RIO GRANDE

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
26	TRANSPORTE	568.535,95	45.785.469,08	46.354.005,03
26.0131	COMUNICACAO SOCIAL		275.245,00	275.245,00
26.0131.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		275.245,00	275.245,00
26.0784	TRANSPORTE HIDROVIARIO	568.535,95	45.510.224,08	46.078.760,03
26.0784.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		19.381.244,13	19.381.244,13
26.0784.0364	PORTO DO RIO GRANDE - PORTAL LOGISTICO DO MERCOSUL	568.535,95	26.128.979,95	26.697.515,90
	TOTAL DA U.O. =>	568.535,95	45.785.469,08	46.354.005,03

U.O.: 43.33 - ENCARGOS GERAIS DA SUPERINTENDENCIA DO PORTO DE RIO GRANDE

10	SAUDE		363.091,30	363.091,30
10.0784	TRANSPORTE HIDROVIARIO		363.091,30	363.091,30
10.0784.0335	OPERACOES ESPECIAIS		363.091,30	363.091,30
19	CIENCIA E TECNOLOGIA		2.698.898,35	2.698.898,35
19.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO		2.698.898,35	2.698.898,35
19.0272.0335	OPERACOES ESPECIAIS		2.698.898,35	2.698.898,35
26	TRANSPORTE		8.591.691,00	8.591.691,00
26.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO		2.103.083,85	2.103.083,85
26.0272.0335	OPERACOES ESPECIAIS		2.103.083,85	2.103.083,85
26.0784	TRANSPORTE HIDROVIARIO		6.488.607,15	6.488.607,15
26.0784.0335	OPERACOES ESPECIAIS		6.488.607,15	6.488.607,15
28	ENCARGOS ESPECIAIS		864.683,06	864.683,06
28.0061	ACAO JUDICIARIA		864.683,06	864.683,06
28.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS		864.683,06	864.683,06
	TOTAL DA U.O. =>		12.518.363,71	12.518.363,71
	TOTAL DO ÓRGÃO =>	568.535,95	58.303.832,79	58.872.368,74

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ANTONIO JAYME LIMA RAMIS
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 202.014.510/34

JORGE LUIZ LEAL DA ROSA
CONTADOR
CRCRS N. 27304
CPF: 146.454.590/15

EXERCÍCIO DE 2010 | SUPERINTENDENCIA PORTO DE RIO GRANDE | RFPE009/00001

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES

ANEXO N. 7
R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
10	SAUDE		363.091,30	363.091,30
10.0784	TRANSPORTE HIDROVIARIO		363.091,30	363.091,30
10.0784.0335	OPERACOES ESPECIAIS		363.091,30	363.091,30
19	CIENCIA E TECNOLOGIA		2.698.898,35	2.698.898,35
19.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO		2.698.898,35	2.698.898,35
19.0272.0335	OPERACOES ESPECIAIS		2.698.898,35	2.698.898,35
26	TRANSPORTE	568.535,95	54.377.160,08	54.945.696,03
26.0131	COMUNICACAO SOCIAL		275.245,00	275.245,00
26.0131.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		275.245,00	275.245,00
26.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO		2.103.083,85	2.103.083,85
26.0272.0335	OPERACOES ESPECIAIS		2.103.083,85	2.103.083,85
26.0784	TRANSPORTE HIDROVIARIO	568.535,95	51.998.831,23	52.567.367,18
26.0784.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		19.381.244,13	19.381.244,13
26.0784.0335	OPERACOES ESPECIAIS		6.488.607,15	6.488.607,15
26.0784.0364	PORTO DO RIO GRANDE - PORTAL LOGISTICO DO MERCOSUL	568.535,95	26.128.979,95	26.697.515,90
28	ENCARGOS ESPECIAIS		864.683,06	864.683,06
28.0061	ACAO JUDICIARIA		864.683,06	864.683,06
28.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS		864.683,06	864.683,06
	TOTAL GERAL =>	568.535,95	58.303.832,79	58.872.368,74

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ANTONIO JAIME LIMA RAMIS
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 202.014.510/34

JORGE LUIS LEAL DA ROSA
CONTADOR
CRCRS N. 27804
CPF: 146.454.590/15

EXERCÍCIO DE 2010 — SUPERINTENDENCIA PORTO DE RIO GRANDE — RFPE029/00001

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS — ANEXO N.8

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
10	SAUDE	363.091,30		363.091,30
10.0784	TRANSPORTE HIDROVIARIO	363.091,30		363.091,30
10.0784.0335	OPERACOES ESPECIAIS	363.091,30		363.091,30
19	CIENCIA E TECNOLOGIA	2.698.898,35		2.698.898,35
19.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO	2.698.898,35		2.698.898,35
19.0272.0335	OPERACOES ESPECIAIS	2.698.898,35		2.698.898,35
26	TRANSPORTE	54.945.696,03		54.945.696,03
26.0131	COMUNICACAO SOCIAL	275.245,00		275.245,00
26.0131.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	275.245,00		275.245,00
26.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO	2.103.083,85		2.103.083,85
26.0272.0335	OPERACOES ESPECIAIS	2.103.083,85		2.103.083,85
26.0784	TRANSPORTE HIDROVIARIO	52.567.367,18		52.567.367,18
26.0784.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	19.381.244,13		19.381.244,13
26.0784.0335	OPERACOES ESPECIAIS	6.488.607,15		6.488.607,15
26.0784.0364	PORTO DO RIO GRANDE - PORTAL LOGISTICO DO MERCOSUL	26.697.515,90		26.697.515,90
28	ENCARGOS ESPECIAIS	864.683,06		864.683,06
28.0061	ACAO JUDICIARIA	864.683,06		864.683,06
28.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS	864.683,06		864.683,06
	TOTAL GERAL =>	58.872.368,74	0,00	58.872.368,74

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ANTONIO JAYME LIMA RAMIS
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 202.014.510/34

JORGE LUIZ LEAL DA ROSA
CONTADOR
CRCRS N. 27304
CPF: 146.454.590/15

EXERCÍCIO DE 2010	SUPERINTENDENCIA PORTO DE RIO GRANDE	RFPE025/00001
	DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃO E FUNÇÕES	ANEXO N.9
		R$

FUNÇÕES / ÓRGÃOS	SAUDE	CIENCIA E TECNOLOGIA	TRANSPORTE	ENCARGOS ESPECIAIS
PODER LEGISLATIVO				
PODER JUDICIARIO				
MINISTERIO PUBLICO				
DEFENSORIA PUBLICA				
PODER EXECUTIVO				
SUPERINTENDENCIA DO PORTO DE RIO GRANDE	363.091,30	2.698.898,35	54.945.696,03	864.683,06
SOMA.....	363.091,30	2.698.898,35	54.945.696,03	864.683,06
TOTAL.....	363.091,30	2.698.898,35	54.945.696,03	864.683,06

EXERCÍCIO DE 2010 | SUPERINTENDENCIA PORTO DE RIO GRANDE | RFPE025/00002

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃO E FUNÇÕES | ANEXO N.9

R$

ÓRGÃOS / FUNÇÕES	TOTAL			
PODER LEGISLATIVO				
PODER JUDICIARIO				
MINISTERIO PUBLICO				
DEFENSORIA PUBLICA				
PODER EXECUTIVO				
SUPERINTENDENCIA DO PORTO DE RIO GRANDE				
SOMA.....	58.872.368,74			
	58.872.368,74			
TOTAL.....	58.872.368,74			

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ANTONIO JAYME LIMA RAMIS
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 202.014.510/34

JORGE LUIZ LEAL DA ROSA
CONTADOR
CRCRS N. 27304
CPF: 146.454.590/15

EXERCÍCIO DE 2010

SUPERINTENDENCIA PORTO DE RIO GRANDE

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA

RFPE023/00001

ANEXO N. 10

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
1000.00.00.0000	RECEITAS CORRENTES	90.422.976,00	80.386.527,24	10.036.448,76-
1300.00.00.0000	RECEITA PATRIMONIAL	40.578.127,00	25.130.529,84	15.447.597,16-
1310.00.00.0000	RECEITAS IMOBILIARIAS	29.148.127,00	25.130.529,84	4.017.597,16-
1311.00.00.0000	ALUGUEIS	15.304,00	5.028,42	10.275,58-
1311.99.00.0000	OUTROS ALUGUEIS	15.304,00	5.028,42	10.275,58-
1311.99.99.0000	DIVERSOS ALUGUEIS	15.304,00	5.028,42	10.275,58-
1312.00.00.0000	ARRENDAMENTOS	29.132.823,00	25.125.501,42	4.007.321,58-
1312.99.00.0000	OUTROS ARRENDAMENTOS	29.132.823,00	25.125.501,42	4.007.321,58-
1312.99.99.0000	DIVERSOS ARRENDAMENTOS	29.132.823,00	25.125.501,42	4.007.321,58-
1320.00.00.0000	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	11.430.000,00	0,00	11.430.000,00-
1325.00.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	11.430.000,00	0,00	11.430.000,00-
1325.02.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITO DE RECURSOS NAO VINCULADOS	11.430.000,00	0,00	11.430.000,00-
1325.02.99.0000	DIVERSAS REMUNERACOES DE DEPOSITOS BANCARIOS NAO VINCULADOS	11.430.000,00	0,00	11.430.000,00-
1600.00.00.0000	RECEITA DE SERVICOS	42.098.636,00	35.911.154,90	6.187.481,10-
1600.06.00.0000	SERVICOS PORTUARIOS	41.676.236,00	35.911.154,90	5.765.081,10-
1600.06.99.0000	DIVERSOS SERVICOS PORTUARIOS	41.676.236,00	35.911.154,90	5.765.081,10-
1600.99.00.0000	OUTROS SERVICOS	422.400,00	0,00	422.400,00-
1600.99.99.0000	DIVERSOS SERVICOS	422.400,00	0,00	422.400,00-
1900.00.00.0000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	7.746.213,00	19.344.842,50	11.598.629,50
1910.00.00.0000	MULTAS E JUROS DE MORA	2.612.000,00	0,00	2.612.000,00-
1915.00.00.0000	MULTA E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DE OUTRAS RECEITAS	2.612.000,00	0,00	2.612.000,00-
1915.99.00.0000	OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DE OUTRAS RECEITAS	2.612.000,00	0,00	2.612.000,00-
1915.99.01.0000	OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DE OUTRAS RECEITAS - PRINCIPAL	2.612.000,00	0,00	2.612.000,00-
1920.00.00.0000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	0,00	269.796,02	269.796,02
1922.00.00.0000	RESTITUICOES	0,00	269.796,02	269.796,02
1922.99.00.0000	OUTRAS RESTITUICOES	0,00	269.796,02	269.796,02
1922.99.99.0000	DIVERSAS RESTITUICOES	0,00	269.796,02	269.796,02
1930.00.00.0000	RECEITAS DA DIVIDA ATIVA	4.591.000,00	0,00	4.591.000,00-
1932.00.00.0000	RECEITAS DA DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA	4.591.000,00	0,00	4.591.000,00-
1932.99.00.0000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA DE OUTRAS RECEITAS	4.591.000,00	0,00	4.591.000,00-
1932.99.01.0000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA DE OUTRAS RECEITAS - PRINCIPAL	4.591.000,00	0,00	4.591.000,00-
1990.00.00.0000	RECEITAS DIVERSAS	543.213,00	19.075.046,48	18.531.833,48
1990.99.00.0000	OUTRAS RECEITAS	543.213,00	19.075.046,48	18.531.833,48
1990.99.02.0000	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR DE RECURSOS NAO VINCULADOS	0,00	19.075.046,48	19.075.046,48
1990.99.99.0000	OUTRAS RECEITAS DIVERSAS	543.213,00	0,00	543.213,00-
2000.00.00.0000	RECEITAS DE CAPITAL	11.735.411,00	0,00	11.735.411,00-
2400.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	11.735.411,00	0,00	11.735.411,00-
2470.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	11.735.411,00	0,00	11.735.411,00-
2471.00.00.0000	TRANSFERENCIA DE CONVENIOS DA UNIAO E DE SUAS ENTIDADES	11.735.411,00	0,00	11.735.411,00-
2471.99.00.0000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	11.735.411,00	0,00	11.735.411,00-
2471.99.99.0000	DIVERSAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	11.735.411,00	0,00	11.735.411,00-
	TOTAL	102.158.387,00	80.386.527,24	21.771.859,76-

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ANTONIO JAYME LIMA NUNES
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 202.011.510/34

JORGE LUIZ LEAL DA ROSA
CONTADOR
CRCRS N. 27304
CPF: 146.454.590/15

EXERCÍCIO DE 2010

SUPERINTENDENCIA PORTO DE RIO GRANDE
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

RFPE026/00001
ANEXO N.11

R$

TÍTULOS		DESPESA CORRENTE	DESPESA DE CAPITAL	TOTAL
SUPERINTENDENCIA DO PORTO DE RIO GRANDE				
	DESPESA FIXADA	54.767.250,00	47.391.137,00	102.158.387,00
	CRÉDITOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00
	CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00
	SUPLEMENTAÇÕES	49.598.928,86	34.598.902,61	84.197.831,47
	REDUÇÕES	27.760.000,00	26.265.000,00	54.025.000,00
	DESPESA AUTORIZADA	76.606.178,86	55.725.039,61	132.331.218,47
	DESPESA REALIZADA	51.457.577,48	7.414.791,26	58.872.368,74
	DIFERENÇA	25.148.601,38	48.310.248,35	73.458.849,73
TOTAL GERAL				
	DESPESA FIXADA			102.158.387,00
	CRÉDITOS ESPECIAIS			0,00
	CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS			0,00
	SUPLEMENTAÇÕES			84.197.831,47
	REDUÇÕES			54.025.000,00
	DESPESA AUTORIZADA			132.331.218,47
	DESPESA REALIZADA			58.872.368,74
	DIFERENÇA			73.458.849,73

CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS CONSIDERADOS PELO SEU VALOR DE ABERTURA, ESTANDO AS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES COMPUTADAS NAS SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES.

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ANTONIO JAYME LIMA RAMIS
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 202.014.510/34

JORGE LUIZ LEAL DA ROSA
CONTADOR
CRCRS N. 27304
CPF: 146.454.590/15

R$

R E C E I T A

TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES			
RECEITA PATRIMONIAL	40.578.127,00	25.130.529,84	15.447.597,16-
RECEITA DE SERVICOS	42.098.636,00	35.911.154,90	6.187.481,10-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	7.746.213,00	19.344.842,50	11.598.629,50
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	90.422.976,00	80.386.527,24	10.036.448,76-
RECEITAS DE CAPITAL			
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	11.735.411,00	0,00	11.735.411,00-
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	11.735.411,00	0,00	11.735.411,00-
SOMA	102.158.387,00	80.386.527,24	21.771.859,76-
DEFICIT DE PREVISÃO	30.172.831,47	0,00	30.172.831,47-
TOTAL	132.331.218,47	80.386.527,24	51.944.691,23-

D E S P E S A

TÍTULOS	AUTORIZAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
CRÉDITOS ORDINÁRIOS (1)	132.331.218,47	58.872.368,74	73.458.849,73-
CRÉDITOS ESPECIAIS (2)	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS (2)	0,00	0,00	0,00
SOMA	132.331.218,47	58.872.368,74	73.458.849,73-
SUPERAVIT DE EXECUCÃO	0,00	21.514.158,50	21.514.158,50
TOTAL	132.331.218,47	80.386.527,24	51.944.691,23-

(1) DOTAÇÕES ORIGINAIS COM SUAS SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES
(2) DOTAÇÕES CRIADAS NO DECORRER DO EXERCÍCIO E ALTERAÇÕES

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ANTONIO JAYME [illegible] RAMIS
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 202.01[illegible].510/34

JORGE LUIZ LEAL DA ROSA
CONTADOR
CRCRS N. 27304
CPF: 146.454.590/15

BALANÇO FINANCEIRO ANEXO N. 13

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
RECEITA ORÇAMENTARIA		DESPESA ORÇAMENTARIA	
RECEITAS CORRENTES		SAUDE	363.091,30
RECEITA PATRIMONIAL	25.130.529,84	CIENCIA E TECNOLOGIA	2.698.898,35
RECEITA DE SERVICOS	35.911.154,90	TRANSPORTE	54.945.696,03
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	19.344.842,50	ENCARGOS ESPECIAIS	864.683,06
SOMA.....	80.386.527,24	SOMA.....	58.872.368,74
RECEITAS DE CAPITAL		DESPESA EXTRA-ORÇAMENTARIA	
TOTAL.....	80.386.527,24	REALIZAVEL	8.919.172,69
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	16.297.387,85
REALIZAVEL	0,00	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	29.519.231,67
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	16.866.380,76	SERVICO DA DIVIDA A PAGAR	4.209,55
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	3.171.463,42	DEPOSITOS	25.880.266,23
SERVICO DA DIVIDA A PAGAR	3.929,76	DIVERSOS	738.030,99
DEPOSITOS	27.498.181,34	SOMA.....	81.358.298,98
DIVERSOS	922.962,07	TOTAL.....	140.230.667,72
SOMA.....	48.462.917,35	VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO	
TOTAL.....	128.849.444,59	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS INTRAGOVERNAMENTAIS	
VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO		SOMA.....	0,00
BAIXA DE PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR E A LIQUIDAR	0,00	SALDOS PARA O EXERCICIO SEGUINTE	
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS INTRAGOVERNAMENTAIS	0,00	BANCOS C/DISPOSICAO	1.599.558,54
SOMA.....	0,00	APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	112.331.340,10
SALDOS DO EXERCICIO ANTERIOR		BANCOS, C/VINCULADAS	319.985,86
BANCOS C/DISPOSICAO	3.020.823,28	SOMA.....	114.250.884,50
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	122.307.769,99		
BANCOS, C/VINCULADAS	303.514,36		
SOMA.....	125.632.107,63		
TOTAL.....	254.481.552,22	TOTAL.....	254.481.552,22

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ANTONIO JAYME LIMA RAMIS
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 202.014.510/34

JORGE DUTT LEAL DA ROSA
CONTADOR
CRCRS N. 27304
CPF: 146.464.590/15

BALANÇO PATRIMONIAL | ANEXO N. 14

ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
ATIVO FINANCEIRO		PASSIVO FINANCEIRO	
DISPONÍVEL		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	
BANCOS C/DISPOSICAO	1.599.558,54	FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	161.585,62
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	112.331.340,10	INDENIZACOES E RESTITUICOES A PAGAR	2.156.382,00
SOMA.....	113.930.898,64	FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	2.069.659,88
VINCULADO EM CONTA CORRENTE BANCÁRIA		PIS E PASEP A RECOLHER	41.763,95
BANCOS, C/VINCULADAS	319.985,86	CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	3.606.864,22
SOMA.....	319.985,86	FGTS A RECOLHER	263.554,25
REALIZÁVEL		SENTENCAS JUDICIAIS A PAGAR	3.542,65
DEVEDORES	51.603,58	SOMA.....	8.303.352,57
DEPOSITOS JUDICIAIS	9.050.915,61	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
SOMA.....	9.102.519,19	FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	3.612.190,39
TOTAL.....	123.353.403,69	INDENIZACOES E RESTITUICOES A LIQUIDAR	300,00
ATIVO PERMANENTE		CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A LIQUIDAR	10.748,19
BENS DA ENTIDADE		SOMA.....	3.623.238,58
BENS MOVEIS	5.207.073,02	SERVIÇO DA DÍVIDA À PAGAR	
BENS IMOVEIS	43.314.210,72	SERVICO DO PARCELAMENTO DE DEBITOS PREVIDENCIARIOS	2.088,19
BENS DE NATUREZA INDUSTRIAL	388.444,59	SOMA.....	2.088,19
SOMA.....	48.909.728,33	DEPÓSITOS	
PARTICIPAÇÕES		DEPOSITOS	5.424.443,95
PARTICIPACOES SOCIETARIAS EM EMPRESAS DIVERSAS	759,75	SOMA.....	5.424.443,95
SOMA.....	759,75	DIVERSOS	
DÍVIDA ATIVA		OUTROS CREDORES	578.281,79
DIVIDA ATIVA DE SERVICOS PORTUARIOS	16.152.377,23	SOMA.....	578.281,79
SOMA.....	16.152.377,23	TOTAL.....	17.931.405,08
DIVERSOS		PASSIVO PERMANENTE	
BENS CREDITOS E VALORES EM FASE DE AQUISICAO OU FORMACAO	675.027,60	DÍVIDA FUNDADA INTERNA	
ALMOXARIFADOS	1.049.470,64	DEBITOS PARCELADOS	1.338.820,55
SOMA.....	1.724.498,24	PRECATORIOS JUDICIAIS - EC 62/2009	1.468.639,13
TOTAL.....	66.787.363,55	SOMA.....	2.807.459,68
SOMA DO ATIVO REAL	190.140.767,24	TOTAL.....	2.807.459,68
ATIVO COMPENSADO		SOMA DO PASSIVO REAL	20.738.864,76
VALORES EM PODER DE TERCEIROS		SALDO PATRIMONIAL	
RESPONSAVEIS POR ADIANTAMENTOS	22.470,00	SITUAÇÃO LÍQUIDA	
RESPONSAVEIS POR ALMOXARIFADOS	1.049.470,64	ATIVO REAL LIQUIDO	169.401.902,48
RESPONSAVEIS POR DIARIAS	1.288,63	SOMA.....	190.140.767,24
SOMA.....	1.073.229,27	PASSIVO COMPENSADO	
VALORES DE TERCEIROS		CONTRAPARTIDA DE VALORES EM PODER DE TERCEIROS	
CAIXA DE CAUCOES EM TITULOS E VALORES	8.527.612,58	ADIANTAMENTOS A COMPROVAR	22.470,00
BENS DE TERCEIROS EM PODER DA ENTIDADE	1.669.825,10	VALORES EM GUARDA NOS ALMOXARIFADOS	1.049.470,64
SOMA.....	10.197.437,68	DIARIAS A COMPROVAR	1.288,63
VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS		SOMA.....	1.073.229,27
RESPONSAVEIS PELA EXECUCAO DE CONVENIOS	848.869,00	CONTRAPARTIDA DE VALORES DE TERCEIROS	
ATUALIZACOES DE PRECATORIOS	4.811.907,94	CAUCOES EM TITULOS E VALORES	8.527.612,58
SEGUROS PARA COBERTURA DE RISCOS	37.586,88	BENS PERTENCENTES A TERCEIROS	1.669.825,10
SOMA.....	5.698.363,82	SOMA.....	10.197.437,68
TOTAL.....	16.969.030,77	CONTRAPARTIDA DE VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS	
		CONVENIOS EM EXECUCAO	848.869,00
		ATUALIZACOES DE PRECATORIOS A PAGAR	4.811.907,94
		CONTRATOS DE SEGURO PARA COBERTURA DE RISCOS	37.586,88
		SOMA.....	5.698.363,82
		TOTAL.....	16.969.030,77
TOTAL GERAL.....	207.109.798,01	TOTAL GERAL.....	207.109.798,01

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ANTONIO JAYME LIMA RAMIS
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 202.014.510/34

JORGE LUIZ REAL DA ROSA
CONTADOR
CRCRS N. 27304
CPF: 146.454.590/15

EXERCÍCIO DE 2010

SUPERINTENDENCIA PORTO DE RIO GRANDE

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

RFPE033/00001

ANEXO N. 15

VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
RECEITAS CORRENTES		DESPESAS CORRENTES	
RECEITA PATRIMONIAL	25.130.529,84	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	31.171.744,69
RECEITA DE SERVICOS	35.911.154,90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.285.832,79
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	19.344.842,50	SOMA.....	51.457.577,48
SOMA.....	80.386.527,24	DESPESAS DE CAPITAL	
RECEITAS DE CAPITAL		INVESTIMENTOS	1.083.787,70
		INVERSOES FINANCEIRAS	6.300.000,00
SOMA.....	0,00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	31.003,56
DEDUÇÕES RECEITAS CORRENTES	0,00	SOMA.....	7.414.791,26
TOTAL.....	80.386.527,24	TOTAL.....	58.872.368,74
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS		MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	
REGISTRO DE BENS CRED E VAL EM FASE DE AQUISICAO OU FORMACAO	675.027,60	RECEBIMENTO DE CREDITOS POR PRESTACAO DE SERVICOS	61.397.880,76
CONSTRUCAO OU AQUISICAO DE BENS MOVEIS	70.577,30	SOMA.....	61.397.880,76
CONSTRUCAO OU AQUISICAO DE BENS IMOVEIS	6.638.182,80	INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
AQUISICAO DE BENS DE ALMOXARIFADO	980.616,98	VARIAÇÕES PASSIVAS	
SOMA.....	8.364.404,68	INSCRICAO DE DEBITOS PARCELADOS - PRINCIPAL E ATUALIZACAO	119.237,42
INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		BAIXA DE PARTICIPACOES SOC EM EMPR DIVERSAS	602,00
VARIAÇÕES ATIVAS		TRANSFERENCIAS INTRAPATRIMONIAIS	561.665,60
BAIXA DE DEBITOS PARCELADOS	33.124,92	INSCRICAO DE PRECATORIOS JUDICIAIS - EC 62/2009	1.468.639,13
TRANSFERENCIAS INTRAPATRIMONIAIS	561.665,60	BAIXA DE BENS DE ALMOXARIFADO	1.000.322,20
INSCRICAO DE CREDITOS POR PRESTACAO DE SERVICOS	61.397.880,76	SOMA.....	3.150.466,35
INSCRICAO DE DIVIDA ATIVA DE SERVICOS PORTUARIOS	10.663.934,74	VARIAÇÕES PASSIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO PATRIMÔNIO FINANCEIRO	
SOMA.....	72.656.606,02	SOMA.....	0,00
VARIAÇÕES ATIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO PATRIMÔNIO FINANCEIRO		TOTAL.....	123.420.715,85
SOMA.....	0,00	RESULTADO PATRIMONIAL	
		SUPERAVIT VERIFICADO	37.986.822,09
TOTAL.....	161.407.537,94	TOTAL.....	161.407.537,94

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ANTONIO JAYME [illegible]
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 202.0[illegible].510/34

JORGE LUIZ LEAL DA ROSA
CONTADOR
CRCRS N. 27304
CPF: 146.454.590/15

EXERCÍCIO DE 2010

SUPERINTENDENCIA PORTO DE RIO GRANDE
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

RFPE034/00001
ANEXO N.17

R$

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	398.994,24-	12.497.386,53	12.734.795,15	161.585,62-
LOCACOES DE IMOVEIS, A PAGAR	22.818,81-	0,00	22.818,81	0,00
INDENIZACOES E RESTITUICOES A PAGAR	4.054.408,58-	10.180,00	1.908.206,58	2.156.382,00-
FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	1.705.053,96-	1.483.446,46	1.118.840,54	2.069.659,88-
PIS E PASEP A RECOLHER	47.359,52-	78.595,33	84.190,90	41.763,95-
CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	1.342.591,59-	2.529.339,42	265.066,79	3.606.864,22-
FGTS A RECOLHER	156.834,46-	263.554,25	156.834,46	263.554,25-
DIARIAS VENCIDAS A PAGAR	0,00	336,12	336,12	0,00
SENTENCAS JUDICIAIS A PAGAR	6.298,50-	3.542,65	6.298,50	3.542,65-
SUBTOTAL.....	7.734.359,66-	16.866.380,76	16.297.387,85	8.303.352,57-
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS				
SERVICO DE PARCELAMENTO DE DEBITOS	1.841,57-	0,00	1.841,57	0,00
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	29.808.904,91-	3.160.415,23	29.357.129,75	3.612.190,39-
INDENIZACOES E RESTITUICOES A LIQUIDAR	10.000,00-	300,00	10.000,00	300,00-
FOLHAS DE PESSOAL A LIQUIDAR	0,00	0,00	0,00	0,00
PIS E PASEP A LIQUIDAR	36.831,38-	0,00	36.831,38	0,00
CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A LIQUIDAR	113.092,85-	10.748,19	113.092,85	10.748,19-
DIARIAS VENCIDAS A LIQUIDAR	336,12-	0,00	336,12	0,00
SUBTOTAL.....	29.971.006,83-	3.171.463,42	29.519.231,67	3.623.238,58-
SERVICO DA DIVIDA A PAGAR				
SERVICO DO PARCELAMENTO DE DEBITOS PREVIDENCIARIOS	2.367,98-	3.929,76	4.209,55	2.088,19-
SUBTOTAL.....	2.367,98-	3.929,76	4.209,55	2.088,19-
DEPOSITOS				
DEPOSITOS	3.806.528,84-	27.498.181,34	25.880.266,23	5.424.443,95-
SUBTOTAL.....	3.806.528,84-	27.498.181,34	25.880.266,23	5.424.443,95-
DIVERSOS				
OUTROS CREDORES	393.350,71-	922.962,07	738.030,99	578.281,79-
SUBTOTAL.....	393.350,71-	922.962,07	738.030,99	578.281,79-
TOTAL.....	41.907.614,02-	48.462.917,35	72.439.126,29	17.931.405,08-

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ANTONIO JAYME LIMA RAMIS
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 202.01[illegible].510/34

JORGE LUIZ LEAL DA ROSA
CONTADOR
CRCRS N. 27304
CPF: 146.[illegible]54.590/15

EXERCÍCIO DE 2010 — SUPERINTENDENCIA PORTO DE RIO GRANDE — RFPE017/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CAT. ECONÔMICA, GRUPO NAT. DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA
COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.0.00.00	DESPESA CORRENTE	51.457.577,48
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	31.171.744,69
3.1.90.00	APLICACOES DIRETAS	28.705.569,54
3.1.90.01	APOSENTADORIAS E REFORMAS	2.621.964,35
3.1.90.01.0107	INATIVOS - CIVIL	2.621.964,35
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	12.482.245,74
3.1.90.11.1102	VENCIMENTO, SALARIO E SUBSIDIO	3.417.922,56
3.1.90.11.1103	13- VENCIMENTO	245.955,41
3.1.90.11.1104	GRATIFICACOES	566.638,48
3.1.90.11.1105	VANTAGENS TEMPORAIS	1.804.579,25
3.1.90.11.1107	OUTRAS VANTAGENS	6.447.150,04
3.1.90.13	OBRIGACOES PATRONAIS	5.777.982,57
3.1.90.13.1304	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA	4.318.546,99
3.1.90.13.1305	FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVICO - FGTS	1.448.735,58
3.1.90.13.1306	OUTRAS CONTRIBUICOES PATRONAIS	10.700,00
3.1.90.16	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS-PESSOAL CIVIL	6.282.125,14
3.1.90.16.1602	HORA EXTRA	5.654.306,06
3.1.90.16.1603	ABONO PECUNIARIO	627.819,08
3.1.90.91	SENTENCAS JUDICIAIS	847.444,49
3.1.90.91.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS	847.444,49
3.1.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	266.265,47
3.1.90.92.0107	INATIVOS - CIVIL	76.934,00
3.1.90.92.9601	RESSARCIMENTO	189.331,47
3.1.90.96	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	427.541,78
3.1.90.96.9601	RESSARCIMENTO	427.541,78
3.1.91.00	TRANSFERENCIA INTRAGOVERNAMENTAL	2.466.175,15
3.1.91.13	OBRIGACOES PATRONAIS	2.463.765,37
3.1.91.13.1301	CONTRIBUICAO AO IPERGS PARA ASSISTENCIA MEDICA	450.090,77
3.1.91.13.1310	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA S/ATIVOS - RPPS	2.013.674,60
3.1.91.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	2.409,78
3.1.91.92.1301	CONTRIBUICAO AO IPERGS PARA ASSISTENCIA MEDICA	2.409,78
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.285.832,79
3.3.90.00	APLICACOES DIRETAS	20.285.832,79
3.3.90.14	DIARIAS-CIVIL	135.453,46
3.3.90.14.1402	DIARIAS DE VIAGEM	131.029,58
3.3.90.14.1403	DIARIAS ESPECIAIS DE VIAGEM	2.488,66
3.3.90.14.1407	DIARIAS DE VIAGEM PARA FORA DO ESTADO	1.803,12
3.3.90.14.1408	DIARIAS POR RESSARCIMENTO	132,10
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	1.267.705,71
3.3.90.30.3002	SINALIZACAO, IDENTIFICACAO E SEGURANCA	8.863,05
3.3.90.30.3004	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	153.552,78
3.3.90.30.3006	GENEROS PARA ALIMENTACAO	8.000,00
3.3.90.30.3009	MATERIAL DE EXPEDIENTE	49.580,34
3.3.90.30.3010	ACONDICIONAMENTO E/OU EMBALAGEM	8.454,00
3.3.90.30.3011	ALOJAMENTO, LAVANDERIA, COPA E/OU COZINHA	9.723,00
3.3.90.30.3013	MANUTENC, IDENTIFICAC, UTILIZAC E CONSERVAC DE BENS MOVEIS E EQUIPAMS	454.367,78
3.3.90.30.3015	PROTECAO E PROFILAXIA	300,00
3.3.90.30.3021	VESTUARIO E/OU UNIFORME	74.851,86
3.3.90.30.3025	PRODUTOS QUIMICOS, FISICOS E/OU BIOLOGICOS	1.338,18
3.3.90.30.3027	GAS DE COZINHA	10.850,50
3.3.90.30.3028	LIMPEZA E HIGIENE	42.982,92
3.3.90.30.3031	PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	56.511,70
3.3.90.30.3032	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	378.351,60
3.3.90.30.3033	CONSERVACAO DE VEICULOS	8.988,00
3.3.90.30.3035	INSIGNIAS, FLAMULAS, BANDEIRAS, PLACAS, CARTEIRAS FUNCIONAIS	990,00
3.3.90.31	PREMIACOES CULTURAIS/ ARTISTICAS/ CIENTIFICAS/ DESPORTIVAS OU OUTRAS	15.797,88
3.3.90.31.3102	DIPLOMAS, CONDECORACOES, MEDALHAS E/OU PREMIOS	15.797,88
3.3.90.33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	104.216,09
3.3.90.33.3302	TRANSPORTE DE PESSOAL	12.587,65
3.3.90.33.3304	TRANSPORTE DE PESSOAL POR VIA AEREA	91.628,44
3.3.90.35	SERVICOS DE CONSULTORIA	50.600,00
3.3.90.35.3502	ASSESSORIA E CONSULTORIA TECNICA	50.600,00
3.3.90.36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	58.765,00
3.3.90.36.3611	HONORARIOS	58.765,00
3.3.90.37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	1.383.522,50
3.3.90.37.3701	LIMPEZA E HIGIENE	1.383.522,50
3.3.90.39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	15.494.131,27
3.3.90.39.3901	AGUA E ESGOTO	359.571,87
3.3.90.39.3902	DIVULGACAO PROMOCIONAL OU INSTITUCIONAL	276.555,00
3.3.90.39.3903	ASSINATURA DE PERIODICOS E RECORTES	20.187,10
3.3.90.39.3906	DRAGAGEM	169.918,15
3.3.90.39.3907	ORGANIZACAO FEIRAS AMOSTRAS,CONGRESSOS,SEMINARIOS,SIMPOSIOS E CONGENERES	405.277,79
3.3.90.39.3916	DESPESAS PEQUENAS DE PRONTO PAGAMENTO	163.724,90
3.3.90.39.3918	ENERGIA ELETRICA	706.850,25
3.3.90.39.3920	LOCACAO DE IMOVEIS	229.961,17
3.3.90.39.3921	LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	70.755,29
3.3.90.39.3923	PEDAGIOS	4.027,27
3.3.90.39.3924	PROCESSAMENTO DE DADOS	2.863.125,73
3.3.90.39.3926	SEGUROS	51.598,97
3.3.90.39.3928	CARTORIO	500,00
3.3.90.39.3929	COMUNICACAO	105.326,31
3.3.90.39.3930	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	1.768.698,98
3.3.90.39.3931	CONSERVACAO DE BENS MOVEIS E EQUIPAMENTOS	438.673,33
3.3.90.39.3932	CONSERVACAO DE VEICULOS	71.922,47
3.3.90.39.3933	DIVULGACAO OBRIGATORIA	8.067,36
3.3.90.39.3934	SERVICOS GRAFICOS	44.193,10
3.3.90.39.3935	ENSINO E TREINAMENTO	12.443,65
3.3.90.39.3936	ALIMENTACAO E/OU HOSPEDAGEM DE NAO SERVIDORES	12.376,50
3.3.90.39.3937	LEVANTAMENTO, PROSPECCAO ANALISE DE DADOS GEOGRAFICOS, TOPOGRAF E/OU AEROFOT	774.006,66
3.3.90.39.3940	FOTOGRAFIA, CINEGRAFIA, SOM E PROJECAO	4.865,00
3.3.90.39.3942	ESTAGIARIOS E MONITORES	275.946,98
3.3.90.39.3946	PROFILAXIA VEGETAL E/OU ANIMAL	2.208,00
3.3.90.39.3948	MULTAS	815,99
3.3.90.39.3952	DESPESAS BANCARIAS	15.000,00
3.3.90.39.3954	VISTORIA, INSPECAO, CLASSIFICACAO E AFERICAO	5.556,40
3.3.90.39.3955	MAO-DE-OBRA SUPLETIVA	4.650.253,04
3.3.90.39.3956	REBOQUE	7.200,00
3.3.90.39.3978	TRANSPORTE DE NÃO SERVIDORES	17.030,28
3.3.90.39.3979	TELEFONIA FIXA	140.945,53

EXERCÍCIO DE 2010 — SUPERINTENDENCIA PORTO DE RIO GRANDE — RFPE017/00002

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CAT. ECONÔMICA, GRUPO NAT. DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.3.90.39.3980	TELEFONIA MOVEL	29.929,77
3.3.90.39.3981	APRESENTACOES ARTISTICAS, CULTURAIS E/OU DESPORTIVAS	84.657,37
3.3.90.39.3982	ARMAZENAGENS, FRETES E/OU CARRETOS	438.601,40
3.3.90.39.3984	LIMPEZA E HIGIENE	146.251,07
3.3.90.39.3991	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	1.117.108,59
3.3.90.41	CONTRIBUICOES	76.220,21
3.3.90.41.4106	ENCARGOS COM ASSOCIACOES	76.220,21
3.3.90.46	AUXILIO-ALIMENTACAO	827.634,97
3.3.90.46.4601	AUXILIO-REFEICAO	744.741,35
3.3.90.46.4603	ETAPAS DE ALIMENTACAO	82.893,62
3.3.90.47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	621.327,09
3.3.90.47.4701	CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - SERVICOS DE TERCEIROS	650,00
3.3.90.47.4702	PROGRAMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO-PASEP	620.072,08
3.3.90.47.4707	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	605,01
3.3.90.49	AUXILIO-TRANSPORTE	174.720,13
3.3.90.49.4901	AUXILIO TRANSPORTE	174.720,13
3.3.90.91	SENTENCAS JUDICIAIS	17.238,57
3.3.90.91.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS	17.238,57
3.3.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	205,98
3.3.90.92.1402	DIARIAS DE VIAGEM	205,98
3.3.90.93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	58.293,93
3.3.90.93.9305	INDENIZACOES	40.883,22
3.3.90.93.9306	RESTITUICAO DE RECEITAS	17.410,71
4.0.00.00	DESPESA CAPITAL	7.414.791,26
4.4.00.00	INVESTIMENTOS	1.083.787,70
4.4.90.00	APLICACOES DIRETAS	1.083.787,70
4.4.90.51	OBRAS E INSTALACOES	993.608,40
4.4.90.51.5102	ELABORACAO DE PROJETOS	326.240,00
4.4.90.51.5103	CONSTRUCAO OU AMPLIACAO DE PREDIOS OU OUTRAS OBRAS PUBLICAS	667.368,40
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	90.179,30
4.4.90.52.5208	OFICINA, AJARDINAMENTO E CAMPO	2.040,00
4.4.90.52.5212	MAQUINAS, MOTORES E/OU APARELHOS	21.206,00
4.4.90.52.5213	MATERIAL BIBLIOGR. PECAS P/COLECOES D E BIBLIOT. DISCOT.FILMOT.E MUSEUS	5.410,40
4.4.90.52.5214	MOBILIARIO EM GERAL	23.314,00
4.4.90.52.5219	SEGURANCA E/OU PROTECAO	9.030,00
4.4.90.52.5220	TELECOMUNICACOES	4.325,00
4.4.90.52.5222	SOM E/OU IMAGEM	5.365,00
4.4.90.52.5228	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	14.413,90
4.4.90.52.5231	EQUIPAMENTOS PARA ALOJAMENTO, LAVANDERIA, COPA E/OU COZINHA	5.075,00
4.5.00.00	INVERSOES FINANCEIRAS	6.300.000,00
4.5.90.00	APLICACOES DIRETAS	6.300.000,00
4.5.90.61	AQUISICAO DE IMOVEIS	6.300.000,00
4.5.90.61.6101	AQUISICAO DE IMOVEIS	6.300.000,00
4.6.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	31.003,56
4.6.90.00	APLICACOES DIRETAS	31.003,56
4.6.90.71	PRINCIPAL DA DIVIDA CONTRATUAL RESGATADO	31.003,56
4.6.90.71.7111	DEBITOS PARCELADOS - PASEP	31.003,56
	TOTAL GERAL ===>	58.872.368,74

* RESUMO *

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	=>	31.171.744,69
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	=>	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	=>	20.285.832,79
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	=>	51.457.577,48
INVESTIMENTOS	=>	1.083.787,70
INVERSÕES FINANCEIRAS	=>	6.300.000,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	=>	31.003,56
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	=>	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	=>	7.414.791,26
TOTAL GERAL	=>	58.872.368,74

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ANTONIO JAYME [illegible] RAMIS
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 203.014.510/34

JORGE LUIZ LEAL DA ROSA
CONTADOR
CRCRS N. 27804
CPF: 146.454.590/15

EXERCÍCIO DE 2010

SUPERINTENDENCIA PORTO DE RIO GRANDE

RFPE039/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR ÓRGÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO POR FONTE DE RECURSO

R$

ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA							
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
43 SUPERINTENDENCIA DO PORTO DE RIO GRANDE	31.171.744,69		20.285.832,79	1.083.787,70	6.300.000,00	31.003,56		58.872.368,74
PROPRIOS DA AUTARQUIA	31.171.744,69		20.285.832,79	1.083.787,70	6.300.000,00	31.003,56		58.872.368,74
TOTAL	31.171.744,69		20.285.832,79	1.083.787,70	6.300.000,00	31.003,56		58.872.368,74

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ANTONIO JAYME [illegible] RAMIS
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 202.014.510/34

JORGE LUIZ LEAL DA ROSA
CONTADOR
CRCRS N. 27304
CPF: 146.454.690/15

EXERCÍCIO DE 2010

SUPERINTENDENCIA PORTO DE RIO GRANDE

RFPE040/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR FUNCÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS FONTES DE RECURSO

R$

ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA							
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
10 SAUDE	363.091,30							363.091,30
PROPRIOS DA AUTARQUIA	363.091,30							363.091,30
19 CIENCIA E TECNOLOGIA	2.698.898,35							2.698.898,35
PROPRIOS DA AUTARQUIA	2.698.898,35							2.698.898,35
26 TRANSPORTE	27.262.310,55		20.268.594,22	1.083.787,70	6.300.000,00	31.003,56		54.945.696,03
PROPRIOS DA AUTARQUIA	27.262.310,55		20.268.594,22	1.083.787,70	6.300.000,00	31.003,56		54.945.696,03
28 ENCARGOS ESPECIAIS	847.444,49		17.238,57					864.683,06
PROPRIOS DA AUTARQUIA	847.444,49		17.238,57					864.683,06
TOTAL	31.171.744,69		20.285.832,79	1.083.787,70	6.300.000,00	31.003,56		58.872.368,74
RESUMO								
PROPRIOS DA AUTARQUIA	31.171.744,69		20.285.832,79	1.083.787,70	6.300.000,00	31.003,56		58.872.368,74
TOTAL	31.171.744,69		20.285.832,79	1.083.787,70	6.300.000,00	31.003,56		58.872.368,74

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ANTONIO JAIME LIMA RAMIS
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 202.014.510/34

JORGE LUIZ LEAL DA ROSA
CONTADOR
CRCRS N. 27304
CPF: 146.454.590/15

SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DE RIO GRANDE

ANEXO 16

R$

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA							
DESIGNAÇÃO	AUTORIZAÇÕES		POSIÇÃO EM 31-12-09	MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2010			POSIÇÃO EM 31-12-2010
	LEI	DATA		Variações		Resgate	
				Passivas	Ativas		
Débitos Parcelados							
Com o Ministério da Fazenda - PASEP			1.252.708,05	119.237,42	33.124,92		1.338.820,55
Termo de Parcelamento 11050/001148/02							
Precatórios judiciais				1.468.639,13			1.468.639,13
Total	0,00	0,00	1.252.708,05	1.587.876,55	33.124,92		2.807.459,68

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2010.

ANTONIO JAYME LIMA RAMIS
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF-MF 202014510-34

JORGE LUIZ LEAL DA ROSA
CONTADOR – CRC/RS 27304/0
CPF-MF 146.454.590/15

SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DE RIO GRANDE

EXERCÍCIO DE 2010

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins, que não existe Comissão de Controle e nem Conselho Curador nomeados para exame das contas da SUPRG.

Antonio Jayme Lima Ramis
Diretor Superintendente
CPF 202014510-34

Jorge Luiz Leal da Rosa
Contador CRC/RS 27304/0
CPF 146.454.590/15

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... : JORGE LUIZ LEAL DA ROSA
REGISTRO..... : RS-027304/O-4
CATEGORIA..... : CONTADOR
CPF..... : 146.454.590-15

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 14.01.2011 as 09:01:14.
Válido até: 31.03.2011.
Código de Controle: 91381.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados

AGERGS

EXERCÍCIO DE 2010

AGENCIA ESTAD DE REGUL DOS SERVS PUBL DELEG RS
DEMONSTRACÃO DA RECEITA E DA DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

RFE0035/00001
ANEXO N. 1

AGERGS

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
RECEITAS CORRENTES		DESPESA CORRENTE	
RECEITA TRIBUTARIA	11.378.017,89	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.325.167,08
RECEITA PATRIMONIAL	7.551,46	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	3.354,55
TRANSFERENCIAS CORRENTES	1.499.320,41	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.424.970,74
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	57.136,17		
SOMA.....	12.942.025,93	SOMA.....	9.753.492,37
		SUPERAVIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	3.188.533,56
TOTAL.....	12.942.025,93	TOTAL.....	12.942.025,93
		DESPESA CAPITAL	
		INVESTIMENTOS	74.734,19
		AMORTIZACAO DA DIVIDA	1.952,73
		SOMA.....	76.686,92
		SUPERAVIT	3.111.846,64
		TOTAL.....	12.942.025,93

RESUMO

RECEITAS CORRENTES.....	12.942.025,93	DESPESAS CORRENTES.....	9.753.492,37
RECEITAS DE CAPITAL.....	0,00	DESPESAS DE CAPITAL.....	76.686,92
DEFICIT.....	0,00	SUPERAVIT.....	3.111.846,64
TOTAL.....	12.942.025,93	TOTAL.....	12.942.025,93

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

DANIELLA BALDASSO
CONTADORA
CRCRS N. 68911
CPF: 406.532.260/04

CARMEN PELIZZARO DOS SANTOS
CONSELHEIRA PRESIDENTE
CPF: 312.577.200/15

EXERCÍCIO DE 2010 | AGENCIA ESTAD DE REGUL DOS SERVS PUBL DELEG RS | REL2006/00001

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES | ANEXO N.6

AGERGS

ÓRGÃO: 39 - AGENCIA ESTADUAL DE REGULACAO DOS SERVICOS PUBLICOS DELEGADOS DO RS

U.O.: 39.01 - AGENCIA ESTADUAL DE REGULACAO DOS SERVICOS PUBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DO RS

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
04	ADMINISTRACAO		8.636.949,15	8.636.949,15
04.0130	ADMINIST. DE CONCESSOES		8.636.949,15	8.636.949,15
04.0130.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		7.731.673,38	7.731.673,38
04.0130.0318	REGULACAO DE SERVICOS PUBLICOS DELEGADOS		905.275,77	905.275,77
	TOTAL DA U.O. =>		8.636.949,15	8.636.949,15

U.O.: 39.33 - ENCARGOS GERAIS DA AGENCIA ESTADUAL DE REGULACAO DOS SERVICOS PUBLICOS DELEGADOS

04	ADMINISTRACAO		1.059.401,41	1.059.401,41
04.0122	ADMINISTRACAO GERAL		183.266,85	183.266,85
04.0122.0335	OPERACOES ESPECIAIS		183.266,85	183.266,85
04.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO		876.134,56	876.134,56
04.0272.0335	OPERACOES ESPECIAIS		876.134,56	876.134,56
10	SAUDE		133.828,73	133.828,73
10.0125	NORMATIZACAO FISCALIZACAO		133.828,73	133.828,73
10.0125.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		133.828,73	133.828,73
	TOTAL DA U.O. =>		1.193.230,14	1.193.230,14
	TOTAL DO ÓRGÃO =>		9.830.179,29	9.830.179,29

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

DANIELLA BALDASSO
CONTADORA
CRCRS N. 68911
CPF: 406.532.260/04

GERTRUDES PELISSARO DOS SANTOS
CONSELHEIRA PRESIDENTE
CPF: 342.577.200/15

EXERCÍCIO DE 2010 — AGENCIA ESTAD DE REGUL DOS SERVS PUBL DELEG RS — RFPR009/00001

AGERGS

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES

ANEXO N. 7
R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
04	ADMINISTRACAO		9.696.350,56	9.696.350,56
04.0122	ADMINISTRACAO GERAL		183.266,85	183.266,85
04.0122.0335	OPERACOES ESPECIAIS		183.266,85	183.266,85
04.0130	ADMINIST. DE CONCESSOES		8.636.949,15	8.636.949,15
04.0130.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		7.731.673,38	7.731.673,38
04.0130.0318	REGULACAO DE SERVICOS PUBLICOS DELEGADOS		905.275,77	905.275,77
04.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO		876.134,56	876.134,56
04.0272.0335	OPERACOES ESPECIAIS		876.134,56	876.134,56
10	SAUDE		133.828,73	133.828,73
10.0125	NORMATIZACAO FISCALIZACAO		133.828,73	133.828,73
10.0125.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		133.828,73	133.828,73
	TOTAL GERAL =>	0,00	9.830.179,29	9.830.179,29

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

DANIELA BALDASSO
CONTADORA
CRCRS N. 68911
CPF: 406.532.260/04

GERTRUDES FELISSARO DOS SANTOS
CONSELHEIRA PRESIDENTE
CPF: 312.577.200/15

EXERCÍCIO DE 2010 — AGENCIA ESTAD DE REGUL DOS SERVS PUBL DELEG RS — RFDE029/00001

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS — ANEXO 11

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
04	ADMINISTRACAO	9.162.113,64	534.236,92	9.696.350,56
04.0122	ADMINISTRACAO GERAL	183.266,85		183.266,85
04.0122.0335	OPERACOES ESPECIAIS	183.266,85		183.266,85
04.0130	ADMINIST. DE CONCESSOES	8.102.712,23	534.236,92	8.636.949,15
04.0130.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	7.731.673,38		7.731.673,38
04.0130.0318	REGULACAO DE SERVICOS PUBLICOS DELEGADOS	371.038,85	534.236,92	905.275,77
04.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO	876.134,56		876.134,56
04.0272.0335	OPERACOES ESPECIAIS	876.134,56		876.134,56
10	SAUDE	133.828,73		133.828,73
10.0125	NORMATIZACAO FISCALIZACAO	133.828,73		133.828,73
10.0125.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	133.828,73		133.828,73
	TOTAL GERAL =>	9.295.942,37	534.236,92	9.830.179,29

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

DENIELLA BALDASSO
CONTADORA
CRCRS N. 68911
CPF: 406.532.260/04

GERTRUDES PELTZBARO DOS SANTOS
CONSELHEIRA PRESIDENTE
CPF: 312.577.200/15

EXERCÍCIO DE 2010 — AGENCIA ESTAD DE REGUL DOS SERVS PUBL DELEG RS — RFPE025 00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃO E FUNÇÕES — ANEXO

R$

FUNÇÕES / ÓRGÃOS	ADMINISTRACAO	SAUDE	TOTAL	
PODER LEGISLATIVO				
PODER JUDICIARIO				
MINISTERIO PUBLICO				
DEFENSORIA PUBLICA				
PODER EXECUTIVO				
AGENCIA ESTADUAL DE REGULACAO DOS SERVICOS PUBLICOS DELEGADOS DO RS	9.696.350,56	133.828,73	9.830.179,29	
SOMA.....	9.696.350,56	133.828,73	9.830.179,29	
TOTAL.....	9.696.350,56	133.828,73	9.830.179,29	

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

DANIELLA BALDASSO
CONTADORA
CRCRS N. 68911
CPF: 406.532.260/04

CERTRUDES PEREIRA DOS SANTOS
CONSELHEIRA PRESIDENTE
CPF: 312.397.200/15

EXERCÍCIO DE 2010

AGENCIA ESTAD DE REGUL DOS SERVS PUBL DELEG RS

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA

RELPE023/00001

ANEXO N. 10

AGERGS

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
1000.00.00.0000	RECEITAS CORRENTES	18.361.600,00	12.942.025,93	5.419.574,07-
1100.00.00.0000	RECEITA TRIBUTARIA	16.600.000,00	11.378.017,89	5.221.982,11-
1120.00.00.0000	TAXAS	16.600.000,00	11.378.017,89	5.221.982,11-
1122.00.00.0000	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	16.600.000,00	11.378.017,89	5.221.982,11-
1122.99.00.0000	OUTRAS TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	16.600.000,00	11.378.017,89	5.221.982,11-
1122.99.99.0000	DIVERSAS TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	16.600.000,00	11.378.017,89	5.221.982,11-
1300.00.00.0000	RECEITA PATRIMONIAL	30.000,00	7.551,46	22.448,54-
1320.00.00.0000	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	30.000,00	7.551,46	22.448,54-
1325.00.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	30.000,00	7.551,46	22.448,54-
1325.01.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS DE RECURSOS VINCULADOS	30.000,00	7.551,46	22.448,54-
1325.01.99.0000	DIVERSAS REMUNERACOES DE DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS	30.000,00	7.551,46	22.448,54-
1700.00.00.0000	TRANSFERENCIAS CORRENTES	1.715.000,00	1.499.320,41	215.679,59-
1760.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	1.715.000,00	1.499.320,41	215.679,59-
1761.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO E DE SUAS ENTIDADES	1.715.000,00	1.499.320,41	215.679,59-
1761.99.00.0000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	1.715.000,00	1.499.320,41	215.679,59-
1761.99.99.0000	DIVERSAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	1.715.000,00	1.499.320,41	215.679,59-
1900.00.00.0000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	16.600,00	57.136,17	40.536,17
1910.00.00.0000	MULTAS E JUROS DE MORA	10.000,00	14.088,93	4.088,93
1911.00.00.0000	MULTAS E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS	10.000,00	11.664,09	1.664,09
1911.99.00.0000	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS	10.000,00	11.664,09	1.664,09
1911.99.01.0000	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS	10.000,00	11.664,09	1.664,09
1919.00.00.0000	MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	0,00	2.424,84	2.424,84
1919.27.00.0000	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	0,00	2.424,84	2.424,84
1919.27.99.0000	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS - OUTROS RECURSOS	0,00	2.424,84	2.424,84
1920.00.00.0000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	6.600,00	2.180,33	4.419,67-
1921.00.00.0000	INDENIZACOES	6.600,00	2.180,33	4.419,67-
1921.06.00.0000	INDENIZACOES POR DANOS CAUSADOS AO PATRIMONIO PUBLICO	0,00	74,00	74,00
1921.06.99.0000	DIVERSAS INDENIZACOES POR DANOS CAUSADOS AO PATRIMONIO PUBLICO	0,00	74,00	74,00
1921.99.00.0000	OUTRAS INDENIZACOES	6.600,00	2.106,33	4.493,67-
1921.99.99.0000	DIVERSAS INDENIZACOES	6.600,00	2.106,33	4.493,67-
1990.00.00.0000	RECEITAS DIVERSAS	0,00	40.866,91	40.866,91
1990.99.00.0000	OUTRAS RECEITAS	0,00	40.866,91	40.866,91
1990.99.02.0000	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR DE RECURSOS NAO VINCULADOS	0,00	40.866,91	40.866,91
TOTAL		18.361.600,00	12.942.025,93	5.419.574,07-

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

DANIELLA BALDASSO
CONTADORA
CRCRS N. 68911
CPF: 406.532.260/04

GERTRUDES PELISSARO DOS SANTOS
CONSELHEIRA PRESIDENTE
CPF: 312.937.200/15

EXERCÍCIO DE 2010 | AGENCIA ESTAD DE REGUL DOS SERVS PUBL DELEG RS | RFPE026/00001

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA | ANEXO N.

R$

TÍTULOS		DESPESA CORRENTE	DESPESA DE CAPITAL	TOTAL
AGENCIA ESTADUAL DE REGULACAO DOS SERVICOS PUBLICOS DELEGADOS DC				
	DESPESA FIXADA	11.829.978,00	6.531.622,00	18.361.600,00
	CRÉDITOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00
	CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00
	SUPLEMENTAÇÕES	403.000,00	0,00	403.000,00
	REDUÇÕES	403.000,00	0,00	403.000,00
	DESPESA AUTORIZADA	11.829.978,00	6.531.622,00	18.361.600,00
	DESPESA REALIZADA	9.753.492,37	76.686,92	9.830.179,29
	DIFERENÇA	2.076.485,63	6.454.935,08	8.531.420,71
TOTAL GERAL				
	DESPESA FIXADA			18.361.600,00
	CRÉDITOS ESPECIAIS			0,00
	CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS			0,00
	SUPLEMENTAÇÕES			403.000,00
	REDUÇÕES			403.000,00
	DESPESA AUTORIZADA			18.361.600,00
	DESPESA REALIZADA			9.830.179,29
	DIFERENÇA			8.531.420,71

CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS CONSIDERADOS PELO SEU VALOR DE ABERTURA, ESTANDO AS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES COMPUTADAS NAS SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES.

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

DANIELLA BALDASSO
CONTADORA
CRCRS N. 68911
CPF: 406.532.260/04

GERTRUDES PELISSARO DOS SANTOS
CONSELHEIRA PRESIDENTE
CPF: 342.577.200/15

AGERGS

R E C E I T A

TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES			
RECEITA TRIBUTARIA	16.600.000,00	11.378.017,89	5.221.982,11-
RECEITA PATRIMONIAL	30.000,00	7.551,46	22.448,54-
TRANSFERENCIAS CORRENTES	1.715.000,00	1.499.320,41	215.679,59-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	16.600,00	57.136,17	40.536,17
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	18.361.600,00	12.942.025,93	5.419.574,07-
RECEITAS DE CAPITAL			
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
SOMA	18.361.600,00	12.942.025,93	5.419.574,07-
TOTAL	18.361.600,00	12.942.025,93	5.419.574,07-

D E S P E S A

TÍTULOS	AUTORIZAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
CRÉDITOS ORDINÁRIOS (1)	18.361.600,00	9.830.179,29	8.531.420,71-
CRÉDITOS ESPECIAIS (2)	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS (2)	0,00	0,00	0,00
SOMA	18.361.600,00	9.830.179,29	8.531.420,71-
SUPERAVIT DE EXECUCÃO	0,00	3.111.846,64	3.111.846,64
TOTAL	18.361.600,00	12.942.025,93	5.419.574,07-

(1) DOTAÇÕES ORIGINAIS COM SUAS SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES
(2) DOTAÇÕES CRIADAS NO DECORRER DO EXERCÍCIO E ALTERAÇÕES

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

DANIELLA BALDASSO
CONTADORA
CRCRS N. 68911
CPF: 406.532.260/04

GERTRUDES RIBEIRO DOS SANTOS
CONSELHEIRA PRESIDENTE
CPF: 312.577.200/15

EXERCÍCIO DE 2010

AGENCIA ESTAD DE REGUL DOS SERVS PUBL DELEG RS

BALANÇO FINANCEIRO

RFPE03[illegible]/00001

ANEXO N. 13

AGERGS

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
RECEITA ORÇAMENTARIA		DESPESA ORÇAMENTARIA	
RECEITAS CORRENTES		ADMINISTRACAO	9.696.350,56
RECEITA TRIBUTARIA	11.378.017,89	SAUDE	133.828,73
RECEITA PATRIMONIAL	7.551,46	SOMA.....	9.830.179,29
TRANSFERENCIAS CORRENTES	1.499.320,41	DESPESA EXTRA-ORÇAMENTARIA	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	57.136,17	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	439.440,34
SOMA.....	12.942.025,93	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	360.027,63
RECEITAS DE CAPITAL		DEPOSITOS	1.467.386,14
TOTAL.....	12.942.025,93	DIVERSOS	127,30
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA		SOMA.....	2.266.981,41
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	465.421,30	TOTAL.....	12.097.160,70
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	648.070,76	VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO	
DEPOSITOS	1.486.976,04	BAIXA DE SALDOS BANCÁRIOS	
DIVERSOS	127,30	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS INTRAGOVERNAMENTAIS	
SOMA.....	2.600.595,40	SOMA.....	0,00
TOTAL.....	15.542.621,33	SALDOS PARA O EXERCICIO SEGUINTE	
VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO		BANCOS C/DISPOSICAO	329.804,14
BAIXA DE PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR E A LIQUIDAR	0,00	APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	37.330.948,56
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS INTRAGOVERNAMENTAIS	0,00	BANCOS, C/VINCULADAS	0,00
SOMA.....	0,00	APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	197.409,13
SALDOS DO EXERCICIO ANTERIOR		SOMA.....	37.857.261,83
BANCOS C/DISPOSICAO	17.639,30		
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	34.161.862,50		
BANCOS, C/VINCULADAS	0,00		
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	232.299,40		
SOMA.....	34.411.801,20		
TOTAL.....	49.954.422,53	TOTAL.....	49.954.422,53

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

DANIELLA BALDASSO
CONTADORA
CRCRS N. 68911
CPF: 406.532.260/04

GERTRUDES PELISSARO DOS SANTOS
CONSELHEIRA PRESIDENTE
CPF: 312.577.200/15

EXERCÍCIO DE 2010 | AGENCIA ESTAD DE REGUL DOS SERVS PUBL DELEG RS | RFPE012/00001

BALANÇO PATRIMONIAL | ANEXO N. 14

AGERGS

ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
ATIVO FINANCEIRO		PASSIVO FINANCEIRO	
DISPONÍVEL		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	
BANCOS C/DISPOSICAO	329.804,14	FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	37.330.048,56	LOCACOES DE IMOVEIS, A PAGAR	29.978,70
SOMA.....	37.659.852,70	ENCARGOS DE LOCACAO DE IMOVEIS, A PAGAR	8.690,22
VINCULADO EM CONTA CORRENTE BANCÁRIA		INDENIZACOES E RESTITUICOES A PAGAR	234,99
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	197.409,13	SOMA.....	146.260,58
SOMA.....	197.409,13	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
TOTAL.....	37.857.261,83	FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	372.729,58
ATIVO PERMANENTE		LOCACOES DE IMOVEIS A LIQUIDAR	15.419,31
BENS DA ENTIDADE		ENCARGOS DE LOCACAO DE IMOVEIS A LIQUIDAR	16.371,16
BENS MOVEIS	1.200.057,93	INDENIZACOES E RESTITUICOES A LIQUIDAR	153.543,56
SOMA.....	1.200.057,93	PIS E PASEP A LIQUIDAR	75.844,39
DIVERSOS		CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A LIQUIDAR	14.123,13
ALMOXARIFADOS	49.743,51	DIARIAS VENCIDAS A LIQUIDAR	39,63
BENS SINGULARES	880,00	SOMA.....	648.070,76
SOMA.....	50.623,51	DEPÓSITOS	
TOTAL.....	1.250.681,44	DEPOSITOS	65.245,10
SOMA DO ATIVO REAL	39.107.943,27	SOMA.....	65.245,10
ATIVO COMPENSADO		DIVERSOS	
VALORES EM PODER DE TERCEIROS		SOMA.....	0,00
RESPONSAVEIS POR ALMOXARIFADOS	49.743,51	TOTAL.....	859.576,44
RESPONSAVEIS POR DIARIAS	3.348,90	PASSIVO PERMANENTE	
SOMA.....	53.092,41	DÍVIDA FUNDADA INTERNA	
VALORES DE TERCEIROS		SOMA.....	0,00
CAIXA DE CAUCOES EM TITULOS E VALORES	27.356,00	TOTAL.....	0,00
BENS DE TERCEIROS EM PODER DA ENTIDADE	4.155,49	SOMA DO PASSIVO REAL	859.576,44
SOMA.....	31.511,49	SALDO PATRIMONIAL	
VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS		SITUAÇÃO LÍQUIDA	
PROCESSOS JUDICIAIS	16.395,59	ATIVO REAL LIQUIDO	38.248.366,83
SOMA.....	16.395,59	SOMA.....	39.107.943,27
TOTAL.....	100.999,49	PASSIVO COMPENSADO	
		CONTRAPARTIDA DE VALORES EM PODER DE TERCEIROS	
		VALORES EM GUARDA NOS ALMOXARIFADOS	49.743,51
		DIARIAS A COMPROVAR	3.348,90
		SOMA.....	53.092,41
		CONTRAPARTIDA DE VALORES DE TERCEIROS	
		CAUCOES EM TITULOS E VALORES	27.356,00
		BENS PERTENCENTES A TERCEIROS	4.155,49
		SOMA.....	31.511,49
		CONTRAPARTIDA DE VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS	
		ACOES JUDICIAIS	16.395,59
		SOMA.....	16.395,59
		TOTAL.....	100.999,49
TOTAL GERAL.....	39.208.942,76	TOTAL GERAL.....	39.208.942,76

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

DANIELLA BALDASSO
CONTADORA
CRCRS N. 68911
CPF: 406.532.260/04

GERTRUDES PELISSARO DOS SANTOS
CONSELHEIRA PRESIDENTE
CPF: 312.577.200/15

AGERGS

VARIAÇÕES ATIVAS

TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
RECEITAS CORRENTES		DESPESAS CORRENTES	
RECEITA TRIBUTARIA	11.378.017,89	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.325.167,08
RECEITA PATRIMONIAL	7.551,46	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	3.354,55
TRANSFERENCIAS CORRENTES	1.499.320,41	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.424.970,74
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	57.136,17	SOMA.....	9.753.492,37
SOMA.....	12.942.025,93	DESPESAS DE CAPITAL	
RECEITAS DE CAPITAL		[illegible]	[illegible]
SOMA.....	0,00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	[illegible]
DEDUÇÕES RECEITAS CORRENTES	0,00	SOMA.....	76.686,92
TOTAL.....	12.942.025,93	TOTAL.....	9.830.179,29
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS		MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	
AMORTIZACAO DE DEBITOS PARCELADOS	11.574,63	SOMA.....	0,00
CONSTRUCAO OU AQUISICAO DE BENS MOVEIS	74.734,19	INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
SOMA.....	86.308,82	VARIAÇÕES PASSIVAS	
INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		INSCRICAO DE DEBITOS PARCELADOS - PRINCIPAL E ATUALIZACAO	14.593,69
VARIAÇÕES ATIVAS		BAIXA DE BENS MOVEIS	2.994,95
BAIXA DE DEBITOS PARCELADOS	239.322,94	BAIXA DE BENS DE ALMOXARIFADO	[illegible]
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	2.518,00	SOMA.....	46.081,11
INCORPORACAO DE BENS DE ALMOXARIFADO	36.144,10	VARIAÇÕES PASSIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO PATRIMÔNIO FINANCEIRO	
SOMA.....	277.985,04	SOMA.....	0,00
VARIAÇÕES ATIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO PATRIMÔNIO FINANCEIRO		TOTAL.....	9.876.260,40
SOMA.....	0,00	RESULTADO PATRIMONIAL	
		SUPERAVIT VERIFICADO	[illegible]
TOTAL.....	13.306.319,79	TOTAL.....	13.306.319,79

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

DANIELLA BALDASSO
CONTADORA
CRCRS N. 68911
CPF: 406.532.260/04

GERTRUDES FELISSARO DOS SANTOS
CONSELHEIRA PRESIDENTE
CPF: 312.577.200/15

EXERCICIO DE 2010 AGENCIA ESTAD DE REGUL DOS SERVS PUBL DELEG RS

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

R$

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	30.366,40-	248.395,95	171.405,68	107.356,67-
LOCACOES DE IMOVEIS, A PAGAR	27.401,70-	29.978,70	27.401,70	29.978,70-
ENCARGOS DE LOCACAO DE IMOVEIS, A PAGAR	8.690,22-	8.690,22	8.690,22	8.690,22-
INDENIZACOES E RESTITUICOES A PAGAR	0,00	164.966,69	164.731,70	234,99-
PIS E PASEP A RECOLHER	0,00	10.964,90	10.964,90	0,00
CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	53.821,30-	0,00	53.821,30	0,00
FORNECEDORES DE BENS E SERVICOS CONTINUOS	0,00	2.424,84	2.424,84	0,00
SUBTOTAL.....	120.279,62-	465.421,30	439.440,34	146.260,58-
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	178.296,67-	372.729,58	178.296,67	372.729,58-
LOCACOES DE IMOVEIS A LIQUIDAR	0,00	15.419,31	0,00	15.419,31-
ENCARGOS DE LOCACAO DE IMOVEIS A LIQUIDAR	0,00	16.371,16	0,00	16.371,16-
INDENIZACOES E RESTITUICOES A LIQUIDAR	164.731,70-	153.543,56	164.731,70	153.543,56-
PIS E PASEP A LIQUIDAR	11.513,14-	75.844,39	11.513,14	75.844,39-
CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A LIQUIDAR	0,00	14.123,13	0,00	14.123,13-
FORNECEDORES DE BENS E SERVICOS CONTINUOS	5.486,12-	0,00	5.486,12	0,00
DIARIAS VENCIDAS A LIQUIDAR	0,00	[illegible]	[illegible]	[illegible]
SUBTOTAL.....	360.027,63-	648.070,76	360.027,63	648.070,76-
DEPOSITOS				
DEPOSITOS	45.655,20-	1.486.976,04	1.467.386,14	65.245,10-
SUBTOTAL.....	45.655,20-	1.486.976,04	1.467.386,14	65.245,10-
DIVERSOS				
ORDENS DE PAGAMENTO DEVOLVIDAS	0,00	127,30	127,30	0,00
SUBTOTAL.....	0,00	127,30	127,30	0,00
TOTAL.....	525.962,45-	2.600.595,40	2.266.981,41	859.576,44-

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

DANIELLA BALDASSO
CONTADORA
CRCRS N. 68911
CPF: 406.532.260/04

GERTRUDES PELISSARO DOS SANTOS
CONSELHEIRA PRESIDENTE
CPF: 312.577.200/15

EXERCÍCIO DE 2010 | AGENCIA ESTAD DE REGUL DOS SERVS PUBL DELEG RS | RFPE017/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CAT. ECONÔMICA, GRUPO NAT. DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA
COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.0.00.00	DESPESA CORRENTE	9.753.492,37
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.325.167,08
3.1.90.00	APLICACOES DIRETAS	5.315.203,79
3.1.90.09	SALARIO-FAMILIA	12.286,41
3.1.90.09.0904	SALARIO FAMILIA - ATIVOS CIVIL	12.286,41
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	4.841.218,37
3.1.90.11.1102	VENCIMENTO, SALARIO E SUBSIDIO	3.066.675,15
3.1.90.11.1103	13- VENCIMENTO	366.411,60
3.1.90.11.1104	GRATIFICACOES	1.111.850,84
3.1.90.11.1105	VANTAGENS TEMPORAIS	296.280,78
3.1.90.13	OBRIGACOES PATRONAIS	183.266,85
3.1.90.13.1304	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA	183.266,85
3.1.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	35.355,25
3.1.90.92.9601	RESSARCIMENTO	35.355,25
3.1.90.96	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	243.076,91
3.1.90.96.9601	RESSARCIMENTO	243.076,91
3.1.91.00	TRANSFERENCIA INTRAGOVERNAMENTAL	1.009.963,29
3.1.91.13	OBRIGACOES PATRONAIS	1.009.963,29
3.1.91.13.1301	CONTRIBUICAO AO IPERGS PARA ASSISTENCIA MEDICA	133.828,73
3.1.91.13.1310	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA S/ATIVOS - RPPS	876.134,56
3.2.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	3.354,55
3.2.90.00	APLICACOES DIRETAS	3.354,55
3.2.90.22	OUTROS ENCARGOS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO	3.354,55
3.2.90.22.2211	DEBITOS PARCELADOS - PASEP	3.354,55
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.424.970,74
3.3.90.00	APLICACOES DIRETAS	3.424.970,74
3.3.90.14	DIARIAS-CIVIL	47.131,26
3.3.90.14.1402	DIARIAS DE VIAGEM	14.178,86
3.3.90.14.1403	DIARIAS ESPECIAIS DE VIAGEM	5.288,00
3.3.90.14.1407	DIARIAS DE VIAGEM PARA FORA DO ESTADO	27.664,40
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	40.258,56
3.3.90.30.3004	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	5.041,56
3.3.90.30.3006	GENEROS PARA ALIMENTACAO	5.086,89
3.3.90.30.3009	MATERIAL DE EXPEDIENTE	5.263,88
3.3.90.30.3010	ACONDICIONAMENTO E/OU EMBALAGEM	713,78
3.3.90.30.3011	ALOJAMENTO, LAVANDERIA, COPA E/OU COZINHA	381,36
3.3.90.30.3013	MANUTENC, IDENTIFICAC, UTILIZAC E CONSERVAC DE BENS MOVEIS E EQUIPAMS	1.954,56
3.3.90.30.3022	REPROGRAFIA	357,00
3.3.90.30.3028	LIMPEZA E HIGIENE	9.608,64
3.3.90.30.3031	PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	7.785,89
3.3.90.30.3032	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	4.065,00
3.3.90.33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	128.850,68
3.3.90.33.3301	LOCACAO DE VEICULOS	40.621,13
3.3.90.33.3302	TRANSPORTE DE PESSOAL	14.624,75
3.3.90.33.3304	TRANSPORTE DE PESSOAL POR VIA AEREA	73.604,80
3.3.90.35	SERVICOS DE CONSULTORIA	373.496,20
3.3.90.35.3502	ASSESSORIA E CONSULTORIA TECNICA	373.496,20
3.3.90.37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	206.631,57
3.3.90.37.3701	LIMPEZA E HIGIENE	52.000,00
3.3.90.37.3702	VIGILANCIA E/OU ZELADORIA	137.522,52
3.3.90.37.3703	SERVICOS GERAIS	17.109,05
3.3.90.39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	1.910.239,49
3.3.90.39.3902	DIVULGACAO PROMOCIONAL OU INSTITUCIONAL	428.139,64
3.3.90.39.3903	ASSINATURA DE PERIODICOS E RECORTES	38.774,24
3.3.90.39.3905	CORRECAO MONETARIA SOBRE CONSIGNACOES, RETENCOES E OUTROS DEPOSITOS	4,55
3.3.90.39.3916	DESPESAS PEQUENAS DE PRONTO PAGAMENTO	15.566,78
3.3.90.39.3918	ENERGIA ELETRICA	65.500,00
3.3.90.39.3920	LOCACAO DE IMOVEIS	348.000,00
3.3.90.39.3921	LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	17.000,00
3.3.90.39.3924	PROCESSAMENTO DE DADOS	179.925,42
3.3.90.39.3926	SEGUROS	1.933,60
3.3.90.39.3929	COMUNICACAO	70.000,00
3.3.90.39.3930	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	11.600,00
3.3.90.39.3931	CONSERVACAO DE BENS MOVEIS E EQUIPAMENTOS	39.453,56
3.3.90.39.3932	CONSERVACAO DE VEICULOS	7.401,18
3.3.90.39.3933	DIVULGACAO OBRIGATORIA	12.310,00
3.3.90.39.3934	SERVICOS GRAFICOS	779,00
3.3.90.39.3935	ENSINO E TREINAMENTO	62.615,32
3.3.90.39.3936	ALIMENTACAO E/OU HOSPEDAGEM DE NAO SERVIDORES	261,47
3.3.90.39.3941	ENCARGOS CONTRATUAIS COM LOCACAO DE IMOVEIS	156.000,00
3.3.90.39.3942	ESTAGIARIOS E MONITORES	147.201,46
3.3.90.39.3948	MULTAS	2.035,36
3.3.90.39.3952	DESPESAS BANCARIAS	15.273,38
3.3.90.39.3964	CARTEIRAS FUNCIONAIS, CRACHAS E CARIMBOS	350,00
3.3.90.39.3978	TRANSPORTE DE NÃO SERVIDORES	2.880,60
3.3.90.39.3979	TELEFONIA FIXA	246.099,44
3.3.90.39.3980	TELEFONIA MOVEL	10.010,84
3.3.90.39.3982	ARMAZENAGENS, FRETES E/OU CARRETOS	3,45
3.3.90.39.3984	LIMPEZA E HIGIENE	680,00
3.3.90.39.3991	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	2.000,00
3.3.90.39.3994	DESPESAS DE HOSPEDAGEM - DECRETO 24.846/76	28.440,20
3.3.90.41	CONTRIBUICOES	13.000,00
3.3.90.41.4106	ENCARGOS COM ASSOCIACOES	13.000,00
3.3.90.46	AUXILIO-ALIMENTACAO	12.323,11
3.3.90.46.4601	AUXILIO-REFEICAO	12.323,11
3.3.90.47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	419.322,94
3.3.90.47.4702	PROGRAMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO-PASEP	419.322,94
3.3.90.49	AUXILIO-TRANSPORTE	6.312,03
3.3.90.49.4901	AUXILIO TRANSPORTE	6.312,03
3.3.90.93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	267.404,90
3.3.90.93.9304	RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM ALIMENTACAO	491,73
3.3.90.93.9305	INDENIZACOES	1.044,93
3.3.90.93.9306	RESTITUICAO DE RECEITAS	264.970,83
3.3.90.93.9313	RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM ENSINO E TREINAMENTO	525,00
3.3.90.93.9331	CORRECAO MONETARIA SOBRE CONSIGNACOES RETENCOES E OUTROS DEPOSITOS	372,41
4.0.00.00	DESPESA CAPITAL	76.686,92
4.4.00.00	INVESTIMENTOS	74.734,19
4.4.90.00	APLICACOES DIRETAS	74.734,19
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	74.734,19

EXERCÍCIO DE 2010 — AGENCIA ESTAD DE REGUL DOS SERVS PUBL DELEG RS — RFPE017/00002

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CAT. ECONÔMICA, GRUPO NAT. DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA
COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
4.4.90.52.5212	MAQUINAS, MOTORES E/OU APARELHOS	579,00
4.4.90.52.5213	MATERIAL BIBLIOGR. PECAS P/COLECOES D E BIBLIOT. DISCOT.FILMOT.E MUSEUS	814,70
4.4.90.52.5214	MOBILIARIO EM GERAL	41.926,00
4.4.90.52.5220	TELECOMUNICACOES	591,99
4.4.90.52.5228	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	27.139,50
4.4.90.52.5231	EQUIPAMENTOS PARA ALOJAMENTO, LAVANDERIA, COPA E/OU COZINHA	3.683,00
4.6.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	1.952,73
4.6.90.00	APLICACOES DIRETAS	1.952,73
4.6.90.71	PRINCIPAL DA DIVIDA CONTRATUAL RESGATADO	1.952,73
4.6.90.71.7111	DEBITOS PARCELADOS - PASEP	1.952,73
	TOTAL GERAL ====>	9.830.179,29

* RESUMO *

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	=>	6.325.167,08
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	=>	3.354,55
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	=>	3.424.970,74
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	=>	9.753.492,37
INVESTIMENTOS	=>	74.734,19
INVERSÕES FINANCEIRAS	=>	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	=>	1.952,73
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	=>	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	=>	76.686,92
TOTAL GERAL	=>	9.830.179,29

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

DANIELLA BALDASSO
CONTADORA
CRCRS N. 68911
CPF: 406.532.260/04

GERTRUDES PELISSARO DOS SANTOS
CONSELHEIRA PRESIDENTE
CPF: 312.577.200/15

EXERCÍCIO DE 2010 — AGENCIA ESTAD DE REGUL DOS SERVS PUBL DELEG RS — RFPE039/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR ÓRGÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO POR FONTE DE RECURSO

R$

ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA							
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
239 AGENCIA ESTADUAL DE REGULACAO DOS SERVICOS PUBLICOS DELEGADOS DO RS	6.325.167,08	3.354,55	3.424.970,74	74.734,19		1.952,73		9.830.179,29
0 PROPRIOS DA AUTARQUIA	6.325.167,08	3.354,55	2.890.733,82	74.734,19		1.952,73		9.295.942,37
1 CONVENIOS			534.236,92					534.236,92
TOTAL	6.325.167,08	3.354,55	3.424.970,74	74.734,19		1.952,73		9.830.179,29

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

DANIELLA BALDASSO
CONTADORA
CRCRS N. 68911
CPF: 406.532.260/04

GERTRUDES PELISSARO DOS SANTOS
CONSELHEIRA PRESIDENTE
CPF: 312.577.200/15

AGERGS Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul
Av. Borges de Medeiros, 659 - 4º andar - Porto Alegre - RS - CEP 90020-023 - CNPJ 01962045/0001-00
Fone/Fax: (51) 3288.8600 Ouvidoria: 0800.979.0066 www.agergs.rs.gov.br agergs@agergs.rs.gov.br

EXERCÍCIO DE 2010 — AGENCIA ESTAD DE REGUL DOS SERVS PUBL DELEG RS — RFPE040/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR FUNCÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS FONTES DE RECURSO — R$

ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA							
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
04 ADMINISTRACAO	6.191.338,35	3.354,55	3.424.970,74	74.734,19		1.952,73		9.696.350,56
PRÓPRIOS DA AUTARQUIA	6.191.338,35	3.354,55	2.890.733,82	74.734,19		1.952,73		9.162.113,64
CONVENIOS			534.236,92					534.236,92
10 SANE	133.828,73							133.828,73
PRÓPRIOS DA AUTARQUIA	133.828,73							133.828,73
TOTAL	6.325.167,08	3.354,55	3.424.970,74	74.734,19		1.952,73		9.830.179,29
RESUMO								
PRÓPRIOS DA AUTARQUIA	6.325.167,08	3.354,55	2.890.733,82	74.734,19		1.952,73		9.295.942,37
CONVENIOS			534.236,92					534.236,92
TOTAL	6.325.167,08	3.354,55	3.424.970,74	74.734,19		1.952,73		9.830.179,29

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

DANIELLA BALDASSO
CONTADORA
CRCRS N. 68911
CPF: 406.532.260/04

GERTRUDES PELISSARO DOS SANTOS
CONSELHEIRA PRESIDENTE
CPF: 312.577.200/15

AGERGS Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul
Av. Borges de Medeiros, 659, 14º andar - Porto Alegre - RS - CEP 90020-023 - CNPJ 01962045/0001-00
Fone/Fax: (51)3288-8800 Ouvidoria: 0800.979.0066 www.agergs.rs.gov.br agergs@agergs.rs.gov.br

AGERGS - Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul
Av. Borges de Medeiros, 659, 14º andar - Porto Alegre - RS - CEP 90020-023 - CNPJ 01962045/0001-00
Fone/Fax: (51)3288.8800 Ouvidoria: 0800.979.0066 www.agergs.rs.gov.br agergs@agergs.rs.gov.br

AGERGS – AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO RIO GRANDE DO SUL

ANEXO 16

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA

DESIGNAÇÃO	AUTORIZAÇÕES		POSIÇÃO EM 31-12-09	MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2010			POSIÇÃO EM 31-12-10
	LEI	DATA		Variações		Mutações Patrimoniais da Despesa	
				Passivas	Ativas	Amortização	
Débitos Parcelados							-
Com Ministério da Fazenda – PASEP Termo de Parcelamento de 30/09/02			236.303,88	5.271,21		2.252,15	239.322,94
Com o Instituto Nacional de Seguro Social – INSS							-
Quitação do Parcelamento do PASEP - 11080.013535/2002-94	Ofício 644/2010 GSF/SEFAZ	26/11/2010				239.322,94	(239.322,94)
							-
							-
Total			**236.303,88**	**5.271,21**	**-**	**241.575,09**	**-**

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2010.

GERTRUDES PELISSARO DOS SANTOS
CONSELHEIRA-PRESIDENTE
CPF 312.577.200/15

DANIELLA BALDASSO
CONTADORA CRCRS 68.911/O-0
CPF 406.532.260-04

AGERGS

AGERGS

PARECER DO CONSELHO SUPERIOR

O Conselho Superior da Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul – AGERGS, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 12 da Lei 10.931, de 09 de janeiro de 1997, com alterações introduzidas pela Lei 11.292, de 23 de dezembro de 1998, e com base no artigo 3°, inciso I, alínea "e" do Regimento Interno, aprovado pelo Decreto n° 39.061, de 27 de novembro de 1998, aprova o Balanço Geral da AGERGS relativo ao exercício financeiro **de 2010**.

Porto Alegre, 08 de fevereiro de 2011.

Edmundo Fernandes da Silva
Conselheiro-Presidente

Manoel Maria dos Santos
Conselheiro

Guilherme Socias Villela
Conselheiro

Juarez Monteiro Molinari
Conselheiro

Luciano Schumacher Santa Maria
Conselheiro

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... : DANIELLA BALDASSO
REGISTRO..... : RS-068911/O-0
CATEGORIA..... : CONTADOR
CPF..... : 406.532.260-04

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 08.02.2011 as 15:36:50.
Válido até: 07.08.2011.
Código de Controle: 92903.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

Departamento Estadual de Trânsito

DETRAN

EXERCÍCIO DE 2010

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO

DEMONSTRACÃO DA RECEITA E DA DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

RFPE035/00001
ANEXO N. 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
RECEITAS CORRENTES		DESPESA CORRENTE	
RECEITA TRIBUTARIA	481.533.455,04	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	37.649.674,13
RECEITA DE SERVICOS	48.065.329,35	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	284.106.116,95
TRANSFERENCIAS CORRENTES	8.323.301,29		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	36.791.564,30	SOMA.....	321.755.791,08
SOMA.....	574.713.649,98	SUPERAVIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	252.957.858,90
TOTAL.....	574.713.649,98	TOTAL.....	574.713.649,98
		DESPESA CAPITAL	
		INVESTIMENTOS	110.044,11
		SOMA.....	110.044,11
		SUPERAVIT	252.847.814,79
		TOTAL.....	574.713.649,98

RESUMO

RECEITAS CORRENTES.....	574.713.649,98	DESPESAS CORRENTES.....	321.755.791,08
RECEITAS DE CAPITAL.....	0,00	DESPESAS DE CAPITAL.....	110.044,11
DEFICIT.....	0,00	SUPERAVIT.....	252.847.814,79
TOTAL.....	574.713.649,98	TOTAL.....	574.713.649,98

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

RUBEM FREDERICO MASERA E SILVA
CONTADOR
CRCRS N. 78309
CPF: 387.554.670/91

SERGIO FERNANDO ELSENBRUCH FILOMENA
PRESIDENTE
CPF: 296.047.370/15

CIRO LUIZ COMIRAN
DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
CPF: 210.198.600/06

EXERCÍCIO DE 2010 — DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO — RFPE006/00001

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES — ANEXO N.6

R$

ÓRGÃO: 44 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO

U.O.: 44.01 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
04	ADMINISTRACAO		312.965.791,58	312.965.791,58
04.0122	ADMINISTRACAO GERAL		307.170.590,37	307.170.590,37
04.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		307.170.590,37	307.170.590,37
04.0125	NORMATIZACAO FISCALIZACAO		5.795.201,21	5.795.201,21
04.0125.0292	SOCIEDADE RESPONSAVEL = TRANSITO EM DEFESA DA VIDA		5.795.201,21	5.795.201,21
06	SEGURANCA PUBLICA		2.422.091,07	2.422.091,07
06.0131	COMUNICACAO SOCIAL		2.422.091,07	2.422.091,07
06.0131.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		2.422.091,07	2.422.091,07
	TOTAL DA U.O. =>		315.387.882,65	315.387.882,65

U.O.: 44.33 - ENCARGOS GERAIS DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO

04	ADMINISTRACAO		5.369.754,24	5.369.754,24
04.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO		5.369.754,24	5.369.754,24
04.0272.0335	OPERACOES ESPECIAIS		5.369.754,24	5.369.754,24
10	SAUDE		857.812,53	857.812,53
10.0125	NORMATIZACAO FISCALIZACAO		857.812,53	857.812,53
10.0125.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		857.812,53	857.812,53
28	ENCARGOS ESPECIAIS		250.385,77	250.385,77
28.0061	ACAO JUDICIARIA		250.385,77	250.385,77
28.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS		250.385,77	250.385,77
	TOTAL DA U.O. =>		6.477.952,54	6.477.952,54
	TOTAL DO ÓRGÃO =>		321.865.835,19	321.865.835,19

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

RUBEM FREDERICO MASERA E SILVA
CONTADOR
CRCRS N. 78309
CPF: 387.554.670/91

SERGIO FERNANDO ELSENBRUCH FILOMENA
PRESIDENTE
CPF: 296.047.370/15

CIRO LUIZ COMIRAN
DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
CPF: 210.198.600/06

EXERCÍCIO DE 2010 | DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO | RFPE009/00001

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES

ANEXO N. 7
R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
04	ADMINISTRACAO		318.335.545,82	318.335.545,82
04.0122	ADMINISTRACAO GERAL		307.170.590,37	307.170.590,37
04.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		307.170.590,37	307.170.590,37
04.0125	NORMATIZACAO FISCALIZACAO		5.795.201,21	5.795.201,21
04.0125.0292	SOCIEDADE RESPONSAVEL = TRANSITO EM DEFESA DA VIDA		5.795.201,21	5.795.201,21
04.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO		5.369.754,24	5.369.754,24
04.0272.0335	OPERACOES ESPECIAIS		5.369.754,24	5.369.754,24
06	SEGURANCA PUBLICA		2.422.091,07	2.422.091,07
06.0131	COMUNICACAO SOCIAL		2.422.091,07	2.422.091,07
06.0131.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		2.422.091,07	2.422.091,07
10	SAUDE		857.812,53	857.812,53
10.0125	NORMATIZACAO FISCALIZACAO		857.812,53	857.812,53
10.0125.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		857.812,53	857.812,53
28	ENCARGOS ESPECIAIS		250.385,77	250.385,77
28.0061	ACAO JUDICIARIA		250.385,77	250.385,77
28.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS		250.385,77	250.385,77
	TOTAL GERAL =>	0,00	321.865.835,19	321.865.835,19

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

RUBEM FREDERICO MASERA E SILVA
CONTADOR
CRCRS N. 78309
CPF: 387.554.670/91

SERGIO FERNANDO ELSENBRUCH FILOMENA
PRESIDENTE
CPF: 296.047.370/15

CIRO LUIZ COMIRAN
DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
CPF: 210.198.600/06

EXERCÍCIO DE 2010 — DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO — RFPE029/00001

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS — ANEXO N.8

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
04	ADMINISTRACAO	313.211.161,71	5.124.384,11	318.335.545,82
04.0122	ADMINISTRACAO GERAL	307.031.181,26	139.409,11	307.170.590,37
04.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	307.031.181,26	139.409,11	307.170.590,37
04.0125	NORMATIZACAO FISCALIZACAO	810.226,21	4.984.975,00	5.795.201,21
04.0125.0292	SOCIEDADE RESPONSAVEL = TRANSITO EM DEFESA DA VIDA	810.226,21	4.984.975,00	5.795.201,21
04.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO	5.369.754,24		5.369.754,24
04.0272.0335	OPERACOES ESPECIAIS	5.369.754,24		5.369.754,24
06	SEGURANCA PUBLICA	2.422.091,07		2.422.091,07
06.0131	COMUNICACAO SOCIAL	2.422.091,07		2.422.091,07
06.0131.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	2.422.091,07		2.422.091,07
10	SAUDE	857.812,53		857.812,53
10.0125	NORMATIZACAO FISCALIZACAO	857.812,53		857.812,53
10.0125.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	857.812,53		857.812,53
28	ENCARGOS ESPECIAIS	250.385,77		250.385,77
28.0061	ACAO JUDICIARIA	250.385,77		250.385,77
28.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS	250.385,77		250.385,77
	TOTAL GERAL =>	316.741.451,08	5.124.384,11	321.865.835,19

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

RUBEM FREDERICO MASERA E SILVA
CONTADOR
CRCRS N. 78309
CPF: 387.554.670/91

SERGIO FERNANDO ELSENBRUCH FILOMENA
PRESIDENTE
CPF: 296.047.370/15

CIRO LUIZ COMIRAN
DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
CPF: 210.198.600/06

EXERCÍCIO DE 2010

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃO E FUNÇÕES

RFPE025/00002

ANEXO N.9

R$

ÓRGÃOS / FUNÇÕES	TOTAL			
PODER LEGISLATIVO				
PODER JUDICIARIO				
MINISTERIO PUBLICO				
DEFENSORIA PUBLICA				
PODER EXECUTIVO				
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO	321.865.835,19			
SOMA.....	321.865.835,19			
TOTAL.....	321.865.835,19			

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

RUBEM FREDERICO MASERA E SILVA
CONTADOR
CRCRS N. 78309
CPF: 387.554.670/91

SERGIO FERNANDO ELSENBRUCH FILOMENA
PRESIDENTE
CPF: 296.047.370/15

CIRO LUIZ COMIRAN
DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
CPF: 210.198.600/06

EXERCÍCIO DE 2010

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA

RFPE023/00001

ANEXO N. 10

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
1000.00.00.0000	RECEITAS CORRENTES	637.553.490,00	574.713.649,98	62.839.840,02-
1100.00.00.0000	RECEITA TRIBUTARIA	556.170.904,00	481.533.455,04	74.637.448,96-
1120.00.00.0000	TAXAS	556.170.904,00	481.533.455,04	74.637.448,96-
1122.00.00.0000	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	556.170.904,00	481.533.455,04	74.637.448,96-
1122.99.00.0000	OUTRAS TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	556.170.904,00	481.533.455,04	74.637.448,96-
1122.99.99.0000	DIVERSAS TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	556.170.904,00	481.533.455,04	74.637.448,96-
1600.00.00.0000	RECEITA DE SERVICOS	37.314.750,00	48.065.329,35	10.750.579,35
1600.13.00.0000	SERVICOS ADMINISTRATIVOS	106.910,00	10.596.744,58	10.489.834,58
1600.13.99.0000	DIVERSOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	106.910,00	10.596.744,58	10.489.834,58
1600.99.00.0000	OUTROS SERVICOS	37.207.840,00	37.468.584,77	260.744,77
1600.99.99.0000	DIVERSOS SERVICOS	37.207.840,00	37.468.584,77	260.744,77
1700.00.00.0000	TRANSFERENCIAS CORRENTES	11.475.044,00	8.323.301,29	3.151.742,71-
1760.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	11.475.044,00	8.323.301,29	3.151.742,71-
1764.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DE INSTITUICOES PRIVADAS	11.475.044,00	8.323.301,29	3.151.742,71-
1764.99.00.0000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DE INSTUICOES PRIVADAS	11.475.044,00	8.323.301,29	3.151.742,71-
1764.99.99.0000	DIVERSAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DE INSTITUICOES PRIVADAS	11.475.044,00	8.323.301,29	3.151.742,71-
1900.00.00.0000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	32.592.792,00	36.791.564,30	4.198.772,30
1910.00.00.0000	MULTAS E JUROS DE MORA	27.160.660,00	23.040.266,76	4.120.393,24-
1919.00.00.0000	MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	27.160.660,00	23.040.266,76	4.120.393,24-
1919.15.00.0000	MULTAS PREVISTAS NA LEGISLACAO DE TRANSITO	27.160.660,00	22.966.648,73	4.194.011,27-
1919.15.99.0000	DIVERSAS MULTAS PREVISTAS NA LEGISLACAO DE TRANSITO	27.160.660,00	22.966.648,73	4.194.011,27-
1919.27.00.0000	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	0,00	73.575,97	73.575,97
1919.27.99.0000	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS - OUTROS RECURSOS	0,00	73.575,97	73.575,97
1919.99.00.0000	OUTRAS MULTAS	0,00	42,06	42,06
1919.99.99.0000	DIVERSAS MULTAS E JUROS DE MORA	0,00	42,06	42,06
1920.00.00.0000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	0,00	368.980,17	368.980,17
1921.00.00.0000	INDENIZACOES	0,00	5.568,65	5.568,65
1921.99.00.0000	OUTRAS INDENIZACOES	0,00	5.568,65	5.568,65
1921.99.99.0000	DIVERSAS INDENIZACOES	0,00	5.568,65	5.568,65
1922.00.00.0000	RESTITUICOES	0,00	363.411,52	363.411,52
1922.99.00.0000	OUTRAS RESTITUICOES	0,00	363.411,52	363.411,52
1922.99.99.0000	DIVERSAS RESTITUICOES	0,00	363.411,52	363.411,52
1990.00.00.0000	RECEITAS DIVERSAS	5.432.132,00	13.382.317,37	7.950.185,37
1990.02.00.0000	RECEITAS DE ONUS DE SUCUMBENCIA DE ACOES JUDICIAIS	0,00	2.409,19	2.409,19
1990.02.01.0000	RECEITAS DE HONORARIOS DE ADVOGADOS	0,00	2.409,19	2.409,19
1990.98.00.0000	OUTRAS RECEITAS EVENTUAIS	0,00	0,05	0,05
1990.98.99.0000	DIVERSAS RECEITAS EVENTUAIS	0,00	0,05	0,05
1990.99.00.0000	OUTRAS RECEITAS	5.432.132,00	13.379.908,13	7.947.776,13
1990.99.02.0000	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR DE RECURSOS NAO VINCULADOS	0,00	2.120.029,98	2.120.029,98
1990.99.99.0000	OUTRAS RECEITAS DIVERSAS	5.432.132,00	11.259.878,15	5.827.746,15
	TOTAL	637.553.490,00	574.713.649,98	62.839.840,02-

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

RUBEM FREDERICO MASERA E SILVA
CONTADOR
CRCRS N. 78309
CPF: 387.554.670/91

SERGIO FERNANDO ELSENBRUCH FILOMENA
PRESIDENTE
CPF: 296.047.370/15

CIRO LUIZ COMIRAN
DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
CPF: 210.198.600/06

EXERCÍCIO DE 2010

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

RFPE026/00001
ANEXO N.11
R$

TÍTULOS		DESPESA CORRENTE	DESPESA DE CAPITAL	TOTAL
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO				
	DESPESA FIXADA	335.931.618,00	4.237.522,00	340.169.140,00
	CRÉDITOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00
	CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00
	SUPLEMENTAÇÕES	39.381.696,55	0,00	39.381.696,55
	REDUÇÕES	39.381.696,55	0,00	39.381.696,55
	DESPESA AUTORIZADA	335.931.618,00	4.237.522,00	340.169.140,00
	DESPESA REALIZADA	321.755.791,08	110.044,11	321.865.835,19
	DIFERENÇA	14.175.826,92	4.127.477,89	18.303.304,81
TOTAL GERAL				
	DESPESA FIXADA			340.169.140,00
	CRÉDITOS ESPECIAIS			0,00
	CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS			0,00
	SUPLEMENTAÇÕES			39.381.696,55
	REDUÇÕES			39.381.696,55
	DESPESA AUTORIZADA			340.169.140,00
	DESPESA REALIZADA			321.865.835,19
	DIFERENÇA			18.303.304,81

CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS CONSIDERADOS PELO SEU VALOR DE ABERTURA, ESTANDO AS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES COMPUTADAS NAS SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES.

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

RUBEM FREDERICO MASERA E SILVA
CONTADOR
CRCRS N. 78309
CPF: 387.554.670/91

SERGIO FERNANDO ELSENBRUCH FILOMENA
PRESIDENTE
CPF: 296.047.370/15

CIRO LUIZ COMIRAN
DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIR
CPF: 210.198.600/06

EXERCÍCIO DE 2010

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RFPE030/00001
ANEXO N.12

R$

R E C E I T A

TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES			
RECEITA TRIBUTARIA	556.170.904,00	481.533.455,04	74.637.448,96-
RECEITA DE SERVICOS	37.314.750,00	48.065.329,35	10.750.579,35
TRANSFERENCIAS CORRENTES	11.475.044,00	8.323.301,29	3.151.742,71-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	32.592.792,00	36.791.564,30	4.198.772,30
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	637.553.490,00	574.713.649,98	62.839.840,02-
RECEITAS DE CAPITAL			
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
SOMA	637.553.490,00	574.713.649,98	62.839.840,02-
TOTAL	637.553.490,00	574.713.649,98	62.839.840,02-

D E S P E S A

TÍTULOS	AUTORIZAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
CRÉDITOS ORDINÁRIOS (1)	340.169.140,00	321.865.835,19	18.303.304,81-
CRÉDITOS ESPECIAIS (2)	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS (2)	0,00	0,00	0,00
SOMA	340.169.140,00	321.865.835,19	18.303.304,81-
SUPERAVIT DE EXECUCÃO	297.384.350,00	252.847.814,79	44.536.535,21-
TOTAL	637.553.490,00	574.713.649,98	62.839.840,02-

(1) DOTAÇÕES ORIGINAIS COM SUAS SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES
(2) DOTAÇÕES CRIADAS NO DECORRER DO EXERCÍCIO E ALTERAÇÕES

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

RUBEM FREDERICO TASCHNER E SILVA
CONTADOR
CRCRS N. 78309
CPF: 387.554.670/91

SERGIO FERNANDO ELSENBRUCH FILOMENA
PRESIDENTE
CPF: 296.047.370/15

CIRO LUIZ COMIRAN
DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
CPF: 210.198.600/06

BALANÇO FINANCEIRO — ANEXO N. 13

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
RECEITA ORÇAMENTARIA		DESPESA ORÇAMENTARIA	
RECEITAS CORRENTES		ADMINISTRACAO	318.335.545,82
RECEITA TRIBUTARIA	481.533.455,04	SEGURANCA PUBLICA	2.422.091,07
RECEITA DE SERVICOS	48.065.329,35	SAUDE	857.812,53
TRANSFERENCIAS CORRENTES	8.323.301,29	ENCARGOS ESPECIAIS	250.385,77
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	36.791.564,30	SOMA.....	321.865.835,19
SOMA.....	574.713.649,98	DESPESA EXTRA-ORÇAMENTARIA	
RECEITAS DE CAPITAL		REALIZAVEL	83.254,47
TOTAL.....	574.713.649,98	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	16.204.469,33
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA		RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	7.424.248,56
REALIZAVEL	1.773,97	DEPOSITOS	237.357.889,90
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	15.753.641,18	DIVERSOS	736.998,25
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	20.952.468,78	SOMA.....	261.806.860,51
DEPOSITOS	248.213.873,20	TOTAL.....	583.672.695,70
DIVERSOS	789.957,76	VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO	
SOMA.....	285.711.714,89	BAIXA DE SALDOS BANCÁRIOS	
TOTAL.....	860.425.364,87	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS INTRAGOVERNAMENTAIS	263.998.003,46
VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO		SOMA.....	263.998.003,46
BAIXA DE PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR E A LIQUIDAR	0,00	SALDOS PARA O EXERCICIO SEGUINTE	
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS INTRAGOVERNAMENTAIS	52.868,49	BANCOS C/DISPOSICAO	20.459.465,33
SOMA.....	52.868,49	APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	78.432.302,99
SALDOS DO EXERCICIO ANTERIOR		BANCOS, C/VINCULADAS	78,40
BANCOS C/DISPOSICAO	16.899.383,26	APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	20.656.850,70
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	76.958.632,01	SOMA.....	119.548.697,42
BANCOS, C/VINCULADAS	270.263,90		
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	12.612.884,05		
SOMA.....	106.741.163,22		
TOTAL.....	967.219.396,58	TOTAL.....	967.219.396,58

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

RUBEM FREDERICO MASERA E SILVA
CONTADOR
CRCRS N. 78309
CPF: 367.554.670/91

SERGIO FERNANDO ELSENBRUCH FILOMENA
PRESIDENTE
CPF: 296.047.370/15

CIRO LUIZ COMIRAN
DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
CPF: 210.198.600/06

EXERCÍCIO DE 2010 | DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO | RFPE032/00001

BALANÇO PATRIMONIAL | ANEXO N. 14

ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
ATIVO FINANCEIRO		PASSIVO FINANCEIRO	
DISPONÍVEL		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	
BANCOS C/DISPOSICAO	20.459.465,33	FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	285.017,21
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	78.432.302,99	INDENIZACOES E RESTITUICOES A PAGAR	4.264,35
SOMA.....	98.891.768,32	CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	593.776,38
VINCULADO EM CONTA CORRENTE BANCÁRIA		TRIBUTOS E TAXAS DIVERSAS A RECOLHER	119,17
BANCOS, C/VINCULADAS	78,40	HONORARIOS MEDICOS A PAGAR	2.315.003,12
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	20.656.850,70	FORNECEDORES DE BENS E SERVICOS CONTINUOS	7.214.500,18
SOMA.....	20.656.929,10	DIARIAS VENCIDAS A PAGAR	28.259,07
REALIZÁVEL		REQUISICAO DE PEQUENO VALOR A PAGAR	8.005,75
DEPOSITOS JUDICIAIS	81.480,50	FOLHA DE JETON A PAGAR	275,80
SOMA.....	81.480,50	SOMA.....	10.449.221,03
TOTAL.....	119.630.177,92	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
ATIVO PERMANENTE		FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	6.485.791,47
BENS DA ENTIDADE		LOCACOES DE IMOVEIS A LIQUIDAR	17.989,66
BENS MOVEIS	7.085.482,53	INDENIZACOES E RESTITUICOES A LIQUIDAR	36.058,94
SOMA.....	7.085.482,53	PIS E PASEP A LIQUIDAR	300.000,00
DIVERSOS		CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A LIQUIDAR	100.831,98
BENS CREDITOS E VALORES EM FASE DE AQUISICAO OU FORMACAO	16.923,32	FORNECEDORES DE BENS E SERVICOS CONTINUOS	13.983.291,19
ALMOXARIFADOS	360.343,65	DIARIAS VENCIDAS A LIQUIDAR	27.129,96
SOMA.....	377.266,97	REQUISICOES DE PEQUENO VALOR A LIQUIDAR	1.375,58
TOTAL.....	7.462.749,50	SOMA.....	20.952.468,78
SOMA DO ATIVO REAL	127.092.927,42	DEPÓSITOS	
ATIVO COMPENSADO		DEPOSITOS	35.796.234,55
VALORES EM PODER DE TERCEIROS		SOMA.....	35.796.234,55
RESPONSAVEIS POR ADIANTAMENTOS	4.978,41	DIVERSOS	
RESPONSAVEIS POR ALMOXARIFADOS	360.343,65	OUTROS CREDORES	156.087,97
RESPONSAVEIS POR DIARIAS	14.284,19	SOMA.....	156.087,97
SOMA.....	379.606,25	TOTAL.....	67.354.012,33
VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS		PASSIVO PERMANENTE	
ATUALIZACOES DE PRECATORIOS	3.228,67	DÍVIDA FUNDADA INTERNA	
PROCESSOS JUDICIAIS	22.296.551,31	PRECATORIOS JUDICIAIS - EC 62/2009	107.526,97
RESPONSAVEIS PELA GUARDA DE TITULOS DIVERSOS	142.062,03	SOMA.....	107.526,97
SOMA.....	22.441.842,01	TOTAL.....	107.526,97
TOTAL.....	22.821.448,26	SOMA DO PASSIVO REAL	67.461.539,30
		SALDO PATRIMONIAL	
		SITUAÇÃO LÍQUIDA	
		ATIVO REAL LIQUIDO	59.631.388,12
		SOMA.....	127.092.927,42
		PASSIVO COMPENSADO	
		CONTRAPARTIDA DE VALORES EM PODER DE TERCEIROS	
		ADIANTAMENTOS A COMPROVAR	4.978,41
		VALORES EM GUARDA NOS ALMOXARIFADOS	360.343,65
		DIARIAS A COMPROVAR	14.284,19
		SOMA.....	379.606,25
		CONTRAPARTIDA DE VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS	
		ATUALIZACOES DE PRECATORIOS A PAGAR	3.228,67
		ACOES JUDICIAIS	22.296.551,31
		RESPONSABILIDADE SOBRE GUARDA DE TITULOS	142.062,03
		SOMA.....	22.441.842,01
		TOTAL.....	22.821.448,26
TOTAL GERAL.....	149.914.375,68	TOTAL GERAL.....	149.914.375,68

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

RUBEM FREDERICO MASERA E SILVA
CONTADOR
CRCRS N. 78309
CPF: 387.554.670/91

SERGIO FERNANDO ELSENBRUCH FILOMENA
PRESIDENTE
CPF: 296.047.370/15

CIRO LUIZ COMIRAN
DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
CPF: 210.198.600/06

EXERCÍCIO DE 2010

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

RFPE033/00001

ANEXO N. 15

VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
RECEITAS CORRENTES		DESPESAS CORRENTES	
RECEITA TRIBUTARIA	481.533.455,04	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	37.649.674,13
RECEITA DE SERVICOS	48.065.329,35	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	284.106.116,95
TRANSFERENCIAS CORRENTES	8.323.301,29		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	36.791.564,30	SOMA.....	321.755.791,08
SOMA.....	574.713.649,98	DESPESAS DE CAPITAL	
RECEITAS DE CAPITAL		INVESTIMENTOS	110.044,11
SOMA.....	0,00	SOMA.....	110.044,11
DEDUÇÕES RECEITAS CORRENTES	0,00	TOTAL.....	321.865.835,19
TOTAL.....	574.713.649,98	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS		ANULACAO DO REGISTRO BENS CRED VALORES FASE AQUIS/FORMACAO	14.470,00
REGISTRO DE BENS CRED E VAL EM FASE DE AQUISICAO OU FORMACAO	16.923,32	SOMA.....	14.470,00
CONSTRUCAO OU AQUISICAO DE BENS MOVEIS	92.580,79	INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
SOMA.....	109.504,11	VARIAÇÕES PASSIVAS	
INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		TRANSFERENCIAS INTRAPATRIMONIAIS	104.703,00
VARIAÇÕES ATIVAS		INSCRICAO DE PRECATORIOS JUDICIAIS - EC 62/2009	107.526,97
TRANSFERENCIAS INTRAPATRIMONIAIS	104.703,00	BAIXA DE BENS DE ALMOXARIFADO	972.563,78
INCORPORACAO DE BENS DE ALMOXARIFADO	871.952,42	SOMA.....	1.184.793,75
SOMA.....	976.655,42	VARIAÇÕES PASSIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO PATRIMÔNIO FINANCEIRO	
VARIAÇÕES ATIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO PATRIMÔNIO FINANCEIRO		TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS INTRAGOVERNAMENTAIS	263.998.003,46
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS INTRAGOVERNAMENTAIS	52.868,49	SOMA.....	263.998.003,46
SOMA.....	52.868,49	TOTAL.....	587.063.102,40
TOTAL.....	575.852.678,00		
RESULTADO PATRIMONIAL			
DEFICIT VERIFICADO	11.210.424,40		
TOTAL.....	587.063.102,40	TOTAL.....	587.063.102,40

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

RUBEM FREDERICO MASERA E SILVA
CONTADOR
CRCRS N. 78309
CPF: 387.554.670/91

SERGIO FERNANDO ELSENBRUCH FILOMENA
PRESIDENTE
CPF: 296.047.370/15

CIRO LUIZ COMIRAN
DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
CPF: 210.198.600/06

EXERCÍCIO DE 2010

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

RFPE034/00001
ANEXO N.17

R$

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	518.789,72-	3.457.096,47	3.690.868,98	285.017,21-
CONVENIOS E REPASSES COM COMPROVACAO PREVIA	0,00	18.137,37	18.137,37	0,00
LOCACOES DE IMOVEIS, A PAGAR	0,00	26.854,30	26.854,30	0,00
INDENIZACOES E RESTITUICOES A PAGAR	6.547,96-	5.277,05	7.560,66	4.264,35-
ADIANTAMENTOS REQUISITADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
PIS E PASEP A RECOLHER	0,00	203.394,10	203.394,10	0,00
CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	447.794,58-	689.837,30	543.855,50	593.776,38-
TRIBUTOS E TAXAS DIVERSAS A RECOLHER	0,00	119,17	0,00	119,17-
HONORARIOS MEDICOS A PAGAR	1.829.027,65-	2.315.003,12	1.829.027,65	2.315.003,12-
FORNECEDORES DE BENS E SERVICOS CONTINUOS	8.076.592,40-	8.999.736,94	9.861.829,16	7.214.500,18-
DIARIAS VENCIDAS A PAGAR	20.257,08-	28.259,07	20.257,08	28.259,07-
REQUISICAO DE PEQUENO VALOR A PAGAR	1.029,69-	9.540,61	2.564,55	8.005,75-
FOLHA DE JETON A PAGAR	0,00	275,80	0,00	275,80-
REQUISICOES DE PEQUENO VALOR A PAGAR - CUSTAS JUDICIAIS	10,10-	109,88	119,98	0,00
SUBTOTAL.....	10.900.049,18-	15.753.641,18	16.204.469,33	10.449.221,03-
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	3.979.828,92-	6.485.791,47	3.979.828,92	6.485.791,47-
CONVENIOS E REPASSES COM COMPROVACAO PREVIA	30.000,00-	0,00	30.000,00	0,00
LOCACOES DE IMOVEIS A LIQUIDAR	56.955,66-	17.989,66	56.955,66	17.989,66-
INDENIZACOES E RESTITUICOES A LIQUIDAR	1.207,77-	36.058,94	1.207,77	36.058,94-
PIS E PASEP A LIQUIDAR	400.000,00-	300.000,00	400.000,00	300.000,00-
CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A LIQUIDAR	120.000,00-	100.831,98	120.000,00	100.831,98-
FORNECEDORES DE BENS E SERVICOS CONTINUOS	2.826.797,13-	13.983.291,19	2.826.797,13	13.983.291,19-
DIARIAS VENCIDAS A LIQUIDAR	0,00	27.129,96	0,00	27.129,96-
REQUISICOES DE PEQUENO VALOR A LIQUIDAR	9.349,20-	1.375,58	9.349,20	1.375,58-
REQUISICOES DE PEQUENO VALOR A LIQUIDAR - CUSTAS JUDICIAIS	109,88-	0,00	109,88	0,00
SUBTOTAL.....	7.424.248,56-	20.952.468,78	7.424.248,56	20.952.468,78-
DEPOSITOS				
DEPOSITOS	24.940.251,25-	248.213.873,20	237.357.889,90	35.796.234,55-
SUBTOTAL.....	24.940.251,25-	248.213.873,20	237.357.889,90	35.796.234,55-
DIVERSOS				
OUTROS CREDORES	103.128,46-	789.957,76	736.998,25	156.087,97-
SUBTOTAL.....	103.128,46-	789.957,76	736.998,25	156.087,97-
TOTAL.....	43.367.677,45-	285.709.940,92	261.723.606,04	67.354.012,33-

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

RUBEM FREDERICO MASERA E SILVA
CONTADOR
CRCRS N. 78309
CPF: 367.554.670/91

SERGIO FERNANDO EISENBRUCH FILOMENA
PRESIDENTE
CPF: 296.047.370/15

CIRO LUIZ COMIRAN
DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
CPF: 210.198.600/06

EXERCÍCIO DE 2010 — DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO — RFPE017/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CAT. ECONÔMICA, GRUPO NAT. DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.0.00.00	DESPESA CORRENTE	321.755.791,08
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	37.649.674,13
3.1.90.00	APLICACOES DIRETAS	31.422.107,36
3.1.90.09	SALARIO-FAMILIA	61.905,58
3.1.90.09.0904	SALARIO FAMILIA - ATIVOS CIVIL	61.905,58
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	31.210.861,54
3.1.90.11.1102	VENCIMENTO, SALARIO E SUBSIDIO	20.656.146,87
3.1.90.11.1103	13- VENCIMENTO	1.930.145,77
3.1.90.11.1104	GRATIFICACOES	6.600.322,79
3.1.90.11.1105	VANTAGENS TEMPORAIS	1.520.929,97
3.1.90.11.1108	JETON	503.316,14
3.1.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	35.600,10
3.1.90.92.1108	JETON	35.600,10
3.1.90.93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	113.740,14
3.1.90.93.9323	RESSARCIMENTO DE PESSOAL CEDIDO	113.740,14
3.1.91.00	TRANSFERENCIA INTRAGOVERNAMENTAL	6.227.566,77
3.1.91.13	OBRIGACOES PATRONAIS	6.227.566,77
3.1.91.13.1301	CONTRIBUICAO AO IPERGS PARA ASSISTENCIA MEDICA	777.775,17
3.1.91.13.1310	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA S/ATIVOS - RPPS	5.402.927,11
3.1.91.13.1311	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA S/INATIVOS - RPPS	46.864,49
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	284.106.116,95
3.3.90.00	APLICACOES DIRETAS	284.058.312,43
3.3.90.04	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	3.270.980,11
3.3.90.04.0401	SERVICO DE MAO-DE-OBRA TEMPORARIA	3.270.980,11
3.3.90.08	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAS	5.591,70
3.3.90.08.0803	AUXILIO FUNERAL	5.591,70
3.3.90.14	DIARIAS-CIVIL	2.057.706,28
3.3.90.14.1402	DIARIAS DE VIAGEM	2.008.578,06
3.3.90.14.1407	DIARIAS DE VIAGEM PARA FORA DO ESTADO	49.128,22
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	2.078.608,86
3.3.90.30.3002	SINALIZACAO, IDENTIFICACAO E SEGURANCA	1.175.644,30
3.3.90.30.3003	ARTIGOS CIRURGICOS E LABORATORIAIS	29,70
3.3.90.30.3004	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	458.460,62
3.3.90.30.3009	MATERIAL DE EXPEDIENTE	131.995,48
3.3.90.30.3010	ACONDICIONAMENTO E/OU EMBALAGEM	4.680,00
3.3.90.30.3011	ALOJAMENTO, LAVANDERIA, COPA E/OU COZINHA	1.903,20
3.3.90.30.3013	MANUTENC, IDENTIFICAC, UTILIZAC E CONSERVAC DE BENS MOVEIS E EQUIPAMS	3.079,46
3.3.90.30.3014	MATERIAL DIDATICO	11.424,54
3.3.90.30.3021	VESTUARIO E/OU UNIFORME	49.087,40
3.3.90.30.3028	LIMPEZA E HIGIENE	5.048,01
3.3.90.30.3029	DIVULGACAO PROMOCIONAL OU INSTITUCIONAL	5.800,00
3.3.90.30.3031	PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	198.714,24
3.3.90.30.3032	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	30.071,91
3.3.90.30.3035	INSIGNIAS, FLAMULAS, BANDEIRAS, PLACAS, CARTEIRAS FUNCIONAIS	2.670,00
3.3.90.33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	132.763,05
3.3.90.33.3302	TRANSPORTE DE PESSOAL	30.750,64
3.3.90.33.3304	TRANSPORTE DE PESSOAL POR VIA AEREA	102.012,41
3.3.90.36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	32.426.474,98
3.3.90.36.3604	PRESOS E INTERNADOS	146.911,70
3.3.90.36.3611	HONORARIOS	32.164.754,44
3.3.90.36.3614	LOCACAO DE IMOVEIS	94.412,34
3.3.90.36.3618	ENCARGOS CONTRATUAIS COM LOCACAO DE IMOVEIS	18.896,50
3.3.90.36.3621	HONORARIOS DE PERITOS	1.500,00
3.3.90.37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	885.742,16
3.3.90.37.3702	VIGILANCIA E/OU ZELADORIA	885.742,16
3.3.90.39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	225.126.552,91
3.3.90.39.3901	AGUA E ESGOTO	17.396,85
3.3.90.39.3902	DIVULGACAO PROMOCIONAL OU INSTITUCIONAL	8.636.779,88
3.3.90.39.3903	ASSINATURA DE PERIODICOS E RECORTES	17.998,00
3.3.90.39.3907	ORGANIZACAO FEIRAS AMOSTRAS,CONGRESSOS,SEMINARIOS,SIMPOSIOS E CONGENERES	94.531,00
3.3.90.39.3909	SERVIÇOS PRESTADOS PELOS CHCS - DETRAN	112.407.294,04
3.3.90.39.3914	CONDOMINIO DE PREDIOS DA ENTIDADE	7.305,00
3.3.90.39.3916	DESPESAS PEQUENAS DE PRONTO PAGAMENTO	94.191,92
3.3.90.39.3918	ENERGIA ELETRICA	80.075,24
3.3.90.39.3920	LOCACAO DE IMOVEIS	270.190,96
3.3.90.39.3921	LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	148.005,89
3.3.90.39.3923	PEDAGIOS	25.252,20
3.3.90.39.3924	PROCESSAMENTO DE DADOS	36.386.882,52
3.3.90.39.3926	SEGUROS	53.455,63
3.3.90.39.3929	COMUNICACAO	47.760.151,84
3.3.90.39.3930	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	2.750,00
3.3.90.39.3931	CONSERVACAO DE BENS MOVEIS E EQUIPAMENTOS	127.043,79
3.3.90.39.3932	CONSERVACAO DE VEICULOS	128.167,04
3.3.90.39.3933	DIVULGACAO OBRIGATORIA	493.993,06
3.3.90.39.3934	SERVICOS GRAFICOS	9.048.814,02
3.3.90.39.3935	ENSINO E TREINAMENTO	204.100,74
3.3.90.39.3942	ESTAGIARIOS E MONITORES	651.295,99
3.3.90.39.3948	MULTAS	99,39
3.3.90.39.3950	CUSTAS JUDICIAIS	1.028,96
3.3.90.39.3952	DESPESAS BANCARIAS	7.664.655,31
3.3.90.39.3954	VISTORIA, INSPECAO, CLASSIFICACAO E AFERICAO	340,00
3.3.90.39.3964	CARTEIRAS FUNCIONAIS, CRACHAS E CARIMBOS	28.190,64
3.3.90.39.3979	TELEFONIA FIXA	602.134,55
3.3.90.39.3980	TELEFONIA MOVEL	171.437,45
3.3.90.39.3984	LIMPEZA E HIGIENE	2.991,00
3.3.90.46	AUXILIO-ALIMENTACAO	491.613,30
3.3.90.46.4601	AUXILIO-REFEICAO	491.613,30
3.3.90.47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	9.914.851,83
3.3.90.47.4701	CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - SERVICOS DE TERCEIROS	7.891.177,54
3.3.90.47.4702	PROGRAMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO-PASEP	1.996.376,27
3.3.90.47.4706	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	1.557,90
3.3.90.47.4715	MULTAS SOBRE OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	25.740,12
3.3.90.49	AUXILIO-TRANSPORTE	63.615,67
3.3.90.49.4901	AUXILIO TRANSPORTE	63.615,67
3.3.90.91	SENTENCAS JUDICIAIS	250.385,77
3.3.90.91.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS	211.065,62
3.3.90.91.9103	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENÇAS JUDICIAIS - ISENTAS DE TRIBUTACAO	39.320,15
3.3.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	7.245.787,19
3.3.90.92.0401	SERVICO DE MAO-DE-OBRA TEMPORARIA	34.863,34

EXERCÍCIO DE 2010 — DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO — RFPE017/00002

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CAT. ECONÔMICA, GRUPO NAT. DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.3.90.92.1402	DIARIAS DE VIAGEM	1.269,24
3.3.90.92.3004	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	2.864,80
3.3.90.92.3009	MATERIAL DE EXPEDIENTE	89,60
3.3.90.92.3302	TRANSPORTE DE PESSOAL	376,60
3.3.90.92.3304	TRANSPORTE DE PESSOAL POR VIA AEREA	6.239,70
3.3.90.92.3611	HONORARIOS	71.593,62
3.3.90.92.3702	VIGILANCIA E/OU ZELADORIA	35.096,77
3.3.90.92.3902	DIVULGACAO PROMOCIONAL OU INSTITUCIONAL	237.839,36
3.3.90.92.3923	PEDAGIOS	1.211,50
3.3.90.92.3924	PROCESSAMENTO DE DADOS	2.085.194,21
3.3.90.92.3929	COMUNICACAO	3.687.150,76
3.3.90.92.3932	CONSERVACAO DE VEICULOS	22,00
3.3.90.92.3934	SERVICOS GRAFICOS	170.822,32
3.3.90.92.3952	DESPESAS BANCARIAS	822.196,26
3.3.90.92.4701	CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - SERVICOS DE TERCEIROS	72.700,18
3.3.90.92.9304	RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM ALIMENTACAO	3.906,03
3.3.90.92.9305	INDENIZACOES	11.468,90
3.3.90.92.9308	INDENIZACAO PELO USO DE VEICULO PARTICULAR	882,00
3.3.90.93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	107.638,62
3.3.90.93.9304	RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM ALIMENTACAO	76.866,08
3.3.90.93.9305	INDENIZACOES	28.594,84
3.3.90.93.9308	INDENIZACAO PELO USO DE VEICULO PARTICULAR	2.177,70
3.3.91.00	TRANSFERENCIA INTRAGOVERNAMENTAL	47.804,52
3.3.91.93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	47.804,52
3.3.91.93.9305	INDENIZACOES	47.804,52
4.0.00.00	DESPESA CAPITAL	110.044,11
4.4.00.00	INVESTIMENTOS	110.044,11
4.4.90.00	APLICACOES DIRETAS	110.044,11
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	110.044,11
4.4.90.52.5205	EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E CIRURGICOS	4.195,40
4.4.90.52.5208	OFICINA, AJARDINAMENTO E CAMPO	2.369,60
4.4.90.52.5212	MAQUINAS, MOTORES E/OU APARELHOS	35.780,69
4.4.90.52.5213	MATERIAL BIBLIOGR. PECAS P/COLECOES D E BIBLIOT. DISCOT.FILMOT.E MUSEUS	5.639,72
4.4.90.52.5214	MOBILIARIO EM GERAL	2.709,99
4.4.90.52.5215	OBRAS DE ARTE, MATERIAIS E OBJETOS PARA DECORACAO	2.179,00
4.4.90.52.5216	TRATORES, EQUIPAMENTOS RODOVIARIOS E AGRICOLAS	1.950,00
4.4.90.52.5217	VEICULOS DE TRACAO PESSOAL OU ANIMAL	82,00
4.4.90.52.5220	TELECOMUNICACOES	1.606,00
4.4.90.52.5222	SOM E/OU IMAGEM	11.429,00
4.4.90.52.5223	DESENHO E/OU TOPOGRAFIA	2.230,00
4.4.90.52.5228	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	37.484,91
4.4.90.52.5233	MATERIAL DIDATICO	2.387,80
	TOTAL GERAL ====>	321.865.835,19

* RESUMO *

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	=>	37.649.674,13
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	=>	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	=>	284.106.116,95
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	=>	321.755.791,08
INVESTIMENTOS	=>	110.044,11
INVERSÕES FINANCEIRAS	=>	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	=>	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	=>	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	=>	110.044,11
TOTAL GERAL	=>	321.865.835,19

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

RUBEM FREDERICO MASERA E SILVA
CONTADOR
CRCRS N. 78309
CPF: 387.554.670/91

SERGIO FERNANDO ELSENBRUCH FILOMENA
PRESIDENTE
CPF: 296.047.370/15

CIRO LUIZ COMIRAN
DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIR
CPF: 210.198.600/06

EXERCÍCIO DE 2010

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO

RFPE039/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR ÓRGÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO POR FONTE DE RECURSO

R$

ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA							
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
44 DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO	37.649.674,13		284.106.116,95	110.044,11				321.865.835,19
PROPRIOS DA AUTARQUIA	37.649.674,13		279.091.776,95					316.741.451,08
CONVENIOS			5.014.340,00	110.044,11				5.124.384,11
TOTAL	37.649.674,13		284.106.116,95	110.044,11				321.865.835,19

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

RUBEM FREDERICO MASERA E SILVA
CONTADOR
CRCRS N. 78309
CPF: 387.554.670/91

SERGIO FERNANDO ELSENBRUCH FILOMENA
PRESIDENTE
CPF: 296.047.370/15

CIRO LUIZ COMIRAN
DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
CPF: 210.198.600/06

EXERCÍCIO DE 2010 — DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO — RFPE040/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR FUNCÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS FONTES DE RECURSO — R$

ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA							
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
04 ADMINISTRACAO	36.791.861,60		281.433.640,11	110.044,11				318.335.545,82
PROPRIOS DA AUTARQUIA	36.791.861,60		276.419.300,11					313.211.161,71
CONVENIOS			5.014.340,00	110.044,11				5.124.384,11
06 SEGURANCA PUBLICA			2.422.091,07					2.422.091,07
PROPRIOS DA AUTARQUIA			2.422.091,07					2.422.091,07
10 SAUDE	857.812,53							857.812,53
PROPRIOS DA AUTARQUIA	857.812,53							857.812,53
28 ENCARGOS ESPECIAIS			250.385,77					250.385,77
PROPRIOS DA AUTARQUIA			250.385,77					250.385,77
TOTAL	37.649.674,13		284.106.116,95	110.044,11				321.865.835,19
RESUMO								
PROPRIOS DA AUTARQUIA	37.649.674,13		279.091.776,95					316.741.451,08
CONVENIOS			5.014.340,00	110.044,11				5.124.384,11
TOTAL	37.649.674,13		284.106.116,95	110.044,11				321.865.835,19

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

RUBEM FREDERICO MASSIA E SILVA
CONTADOR
CRCRS N. 78309
CPF: 387.554.670/91

SERGIO FERNANDO ELSENBRUCH FILOMENA
PRESIDENTE
CPF: 296.047.370/15

CIRO LUIZ COMIRAN
DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
CPF: 210.198.600/06

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA							
DESIGNAÇÃO	AUTORIZAÇÕES		POSIÇÃO EM 31-12-09	MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2010.			POSIÇÃO EM 31-12-10
	LEI	DATA		Variações		Mutações Patrimoniais da Despesa	
				Passivas	Ativas	Amortização	
Débitos Parcelados							
Com Ministério da Fazenda - PASEP							
Termo de Parcelamento							
Com Instituto Nacional de Seguro Social - INSS							
Precatórios Judiciais	EC 62/2009	09/12/2009	0,00	107.526,97			107.526,97
Total				107.526,97	0,00		107.526,97

RUBEM FREDERICO MASERA E SILVA
CONTADOR
CRCRS N. 78309
CPF: 387.554.670/91

SERGIO FERNANDO ELSENBRUCH FILOMENA
PRESIDENTE
CPF: 296.047.370/15

CIRO LUIZ COMIRAN
DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
CPF: 210.198.600/06

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PARECER Nº CA/01-2011

No uso das atribuições delegadas pela Lei Estadual n.º 10.847, de 20 de agosto de 1996, art. 8º, o Conselho de Administração do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/RS manifesta-se, através de seus membros abaixo, sobre o Balanço Geral desta Autarquia relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010.

Os documentos que compõem os Balanços Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, além de outros demonstrativos, foram elaborados em conformidade com a legislação em vigor.

Os documentos aludidos, considerados nos aspectos legais, formais, operacionais, administrativos e financeiros, apresentam a situação patrimonial e financeira da Autarquia, estando aptos a serem encaminhados para auditoria dos órgãos competentes.

Porto Alegre, 10 de março de 2011.

Alessandro Barcellos,
Presidente.

Marlise Maria Fernandes,
Conselheira.

Saulo Coser Faganello,
Conselheiro.

Altair de Freitas Cunha,
Conselheiro.

Cleber Palma Domingues,
Conselheiro.

Luis Antônio Medina Gomez,
Conselheiro.

Adalberto Abreu de Oliveira,
Conselheiro.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

LISTA DE PRESENÇAS

Data: 10-03-11
Horário de início: 10h

CONSELHEIROS

Nome	Assinatura
Alessandro Barcellos	
Marlise Maria Fernandes	
Giovana dos Santos Thiago	
Saulo Coser Faganello	
Dario Menezes Silva	
Altair de Freitas Cunha	
Valmor Araújo Mello	
Ênio Gomes de Oliveira	
Adalberto Abreu de Oliveira	
Cleber Palma Domingues	
Baltazar Balbo Garagorri Teixeira	
Luis Antônio Medina Gomez	
Leonildo Migon	

Data: 10-03-11
Horário de início: 10h

CONVIDADOS

Nome	Assinatura
Renata Agra Balbueno	
Ildo Mário Szinvelski	
Luiz Antonio Philomena	
Vitório Albani da Silva Trovão	
Egídio Neri Nunes	
Rubem Frederico Masera e Silva	
Tatiane Silva Borges	
Camila de Oliveira Machado	
Carla Pantaleão de Freitas	

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... : RUBEM FREDERICO MASERA E SILVA
REGISTRO..... : RS-078309/O-3
CATEGORIA..... : CONTADOR
CPF..... : 387.554.670-91

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 11.02.2011 as 16:02:45.
Válido até: 10.08.2011.
Código de Controle: 93114.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

FUNDAÇÕES

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul

FAPERGS

EXERCÍCIO DE 2010

FUNDACAO DE AMPARO A PESQUISA DO RGS
DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

RFPE035/00001
ANEXO N. 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
RECEITAS CORRENTES		DESPESA CORRENTE	
RECEITA PATRIMONIAL	354.366,43	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.482.220,76
RECEITA DE SERVICOS	17.258,58	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	36.763.319,94
TRANSFERENCIAS CORRENTES	17.560.000,00		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.329.138,08	SOMA.....	38.245.540,70
SOMA.....	19.260.763,09	TOTAL.....	38.245.540,70
DEFICIT	19.028.969,60	DESPESA CAPITAL	
TOTAL.....	38.289.732,69	INVESTIMENTOS	44.191,99
		SOMA.....	44.191,99
		TOTAL.....	38.289.732,69

RESUMO

RECEITAS CORRENTES.....	19.260.763,09	DESPESAS CORRENTES.....	38.245.540,70
RECEITAS DE CAPITAL.....	0,00	DESPESAS DE CAPITAL.....	44.191,99
DEFICIT.....	19.028.969,60	SUPERAVIT.....	0,00
TOTAL.....	38.289.732,69	TOTAL.....	38.289.732,69

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

RODRIGO COSTA MATTOS
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 262.532.160/15

JONI FRANCK NUNES COSTA
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 339.144.490/15

ADRIANO DE OLIVEIRA BURGER
CONTADOR
CRCRS N. 66420
CPF: 698.454.330/49

EXERCÍCIO DE 2010 | FUNDACAO DE AMPARO A PESQUISA DO RGS | RFPE006/00001

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES | ANEXO N.6

R$

ÓRGÃO: 51 - FUNDACAO DE AMPARO A PESQUISA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

U.O.: 51.01 - FUNDACAO DE AMPARO A PESQUISA DO ESTADO DO RGS - FAPERGS

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
19	CIENCIA E TECNOLOGIA		38.029.753,83	38.029.753,83
19.0122	ADMINISTRACAO GERAL		2.004.610,05	2.004.610,05
19.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		2.004.610,05	2.004.610,05
19.0571	DESENV CIENTIFICO		36.025.143,78	36.025.143,78
19.0571.0293	PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVACAO APLICADOS A INDUSTRIA, AGROPECUARIA E SERVI		36.025.143,78	36.025.143,78
	TOTAL DA U.O. =>		38.029.753,83	38.029.753,83

U.O.: 51.33 - ENCARGOS GERAIS DA FUNDACAO DE AMPARO A PESQUISA DO ESTADO DO RGS - FAPERGS

19	CIENCIA E TECNOLOGIA		259.978,86	259.978,86
19.0122	ADMINISTRACAO GERAL		259.978,86	259.978,86
19.0122.0335	OPERACOES ESPECIAIS		259.978,86	259.978,86
	TOTAL DA U.O. =>		259.978,86	259.978,86
	TOTAL DO ÓRGÃO =>		38.289.732,69	38.289.732,69

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

RODRIGO COSTA MATTOS
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 262.53[illegible].160/15

JONI FRANCK NUNES COSTA
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 339.[illegible]44.490/15

ADRIANO DE OLIVEIRA BURGER
CONTADOR
CRCRS N. 66420
CPF: 698.454.330/49

EXERCÍCIO DE 2010 | FUNDACAO DE AMPARO A PESQUISA DO RGS | RFPE009/00001

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES

ANEXO N. 7
R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
19	CIENCIA E TECNOLOGIA		38.289.732,69	38.289.732,69
19.0122	ADMINISTRACAO GERAL		2.264.588,91	2.264.588,91
19.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		2.004.610,05	2.004.610,05
19.0122.0335	OPERACOES ESPECIAIS		259.978,86	259.978,86
19.0571	DESENV CIENTIFICO		36.025.143,78	36.025.143,78
19.0571.0293	PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVACAO APLICADOS A INDUSTRIA, AGROPECUARIA E SERVI		36.025.143,78	36.025.143,78
	TOTAL GERAL =>	0,00	38.289.732,69	38.289.732,69

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

RODRIGO COSTA MATTOS
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 262.532.160/15

JONI FRANCK NUNES COSTA
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 339.244.490/15

ADRIANO DE OLIVEIRA BURGER
CONTADOR
CRCRS N. 66420
CPF: 698.454.330/49

EXERCÍCIO DE 2010 — FUNDACAO DE AMPARO A PESQUISA DO RGS — RFPE029/00001

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS — ANEXO N.8

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
19	CIENCIA E TECNOLOGIA	26.154.916,33	12.134.816,36	38.289.732,69
19.0122	ADMINISTRACAO GERAL	2.264.588,91		2.264.588,91
19.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	2.004.610,05		2.004.610,05
19.0122.0335	OPERACOES ESPECIAIS	259.978,86		259.978,86
19.0571	DESENV CIENTIFICO	23.890.327,42	12.134.816,36	36.025.143,78
19.0571.0293	PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVACAO APLICADOS A INDUSTRIA, AGROPECUARIA E SERVI	23.890.327,42	12.134.816,36	36.025.143,78
	TOTAL GERAL =>	26.154.916,33	12.134.816,36	38.289.732,69

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

RODRIGO COSTA MATTOS
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 262.532.160/15

JONI FRANCK NUNES COSTA
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 339.244.490/15

ADRIANO DE OLIVEIRA BURGER
CONTADOR
CRCRS N. 66420
CPF: 698.454.330/49

EXERCÍCIO DE 2010 | FUNDACAO DE AMPARO A PESQUISA DO RGS | RFPE025/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃO E FUNÇÕES | ANEXO N.9

R$

FUNÇÕES / ÓRGÃOS	CIENCIA E TECNOLOGIA	TOTAL		
PODER LEGISLATIVO				
PODER JUDICIARIO				
MINISTERIO PUBLICO				
DEFENSORIA PUBLICA				
PODER EXECUTIVO				
FUNDACAO DE AMPARO A PESQUISA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	38.289.732,69	38.289.732,69		
SOMA.....	38.289.732,69	38.289.732,69		
TOTAL.....	38.289.732,69	38.289.732,69		

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

RODRIGO COSTA MATTOS
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 262.632.160/15

JONI FRANCK NUNES COSTA
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 339.744.490/15

ADRIANO DE OLIVEIRA BURGER
CONTADOR
CRCRS N. 66420
CPF: 698.454.330/49

EXERCÍCIO DE 2010	FUNDACAO DE AMPARO A PESQUISA DO RGS COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	RFPE023/00001 ANEXO N. 10 R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
1000.00.00.0000	RECEITAS CORRENTES	29.472.000,00	19.260.763,09	10.211.236,91-
1300.00.00.0000	RECEITA PATRIMONIAL	20.000,00	354.366,43	334.366,43
1320.00.00.0000	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	20.000,00	337.185,28	317.185,28
1325.00.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	20.000,00	337.185,28	317.185,28
1325.01.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS DE RECURSOS VINCULADOS	10.000,00	337.185,28	327.185,28
1325.01.99.0000	DIVERSAS REMUNERACOES DE DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS	10.000,00	337.185,28	327.185,28
1325.02.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITO DE RECURSOS NAO VINCULADOS	10.000,00	0,00	10.000,00-
1325.02.99.0000	DIVERSAS REMUNERACOES DE DEPOSITOS BANCARIOS NAO VINCULADOS	10.000,00	0,00	10.000,00-
1330.00.00.0000	RECEITA DE CONCESSOES E PERMISSOES	0,00	17.181,15	17.181,15
1333.00.00.0000	RECEITAS DE CONCESSOES E PERMISSOES-DIREITOS DE USO DE BENS PUBLICOS	0,00	17.181,15	17.181,15
1333.99.00.0000	OUTRAS RECEITAS DE CONCESSOES E PERMISSOES - DIREITOS DE USO DE BENS PUBLICO	0,00	17.181,15	17.181,15
1333.99.99.0000	DIVERSAS RECEITAS DE CONCESSOES E PERMISSOES DE USO	0,00	17.181,15	17.181,15
1600.00.00.0000	RECEITA DE SERVICOS	0,00	17.258,58	17.258,58
1600.13.00.0000	SERVICOS ADMINISTRATIVOS	0,00	17.258,58	17.258,58
1600.13.01.0000	SERVICOS DE INSCRICAO EM CONCURSOS PUBLICOS	0,00	17.258,58	17.258,58
1700.00.00.0000	TRANSFERENCIAS CORRENTES	29.200.000,00	17.560.000,00	11.640.000,00-
1760.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	29.200.000,00	17.560.000,00	11.640.000,00-
1761.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO E DE SUAS ENTIDADES	29.200.000,00	16.000.000,00	13.200.000,00-
1761.99.00.0000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	29.200.000,00	16.000.000,00	13.200.000,00-
1761.99.99.0000	DIVERSAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	29.200.000,00	16.000.000,00	13.200.000,00-
1764.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DE INSTITUICOES PRIVADAS	0,00	1.560.000,00	1.560.000,00
1764.99.00.0000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DE INSTUICOES PRIVADAS	0,00	1.560.000,00	1.560.000,00
1764.99.99.0000	DIVERSAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DE INSTITUICOES PRIVADAS	0,00	1.560.000,00	1.560.000,00
1900.00.00.0000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	252.000,00	1.329.138,08	1.077.138,08
1920.00.00.0000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	242.000,00	1.182.899,72	940.899,72
1921.00.00.0000	INDENIZACOES	2.000,00	5.031,55	3.031,55
1921.99.00.0000	OUTRAS INDENIZACOES	2.000,00	5.031,55	3.031,55
1921.99.99.0000	DIVERSAS INDENIZACOES	2.000,00	5.031,55	3.031,55
1922.00.00.0000	RESTITUICOES	240.000,00	1.177.868,17	937.868,17
1922.01.00.0000	RESTITUICOES DE CONVENIOS	140.000,00	928.021,85	788.021,85
1922.01.99.0000	DIVERSAS RESTITUICOES DE CONVENIOS	140.000,00	928.021,85	788.021,85
1922.99.00.0000	OUTRAS RESTITUICOES	100.000,00	249.846,32	149.846,32
1922.99.99.0000	DIVERSAS RESTITUICOES	100.000,00	249.846,32	149.846,32
1990.00.00.0000	RECEITAS DIVERSAS	10.000,00	146.238,36	136.238,36
1990.99.00.0000	OUTRAS RECEITAS	10.000,00	146.238,36	136.238,36
1990.99.02.0000	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR DE RECURSOS NAO VINCULADOS	0,00	146.238,36	146.238,36
1990.99.99.0000	OUTRAS RECEITAS DIVERSAS	10.000,00	0,00	10.000,00-
TOTAL		29.472.000,00	19.260.763,09	10.211.236,91-

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

RODRIGO COSTA MATTOS
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 262.532.160/15

JONI FRANCK NUNES COSTA
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 339.241.490/15

ADRIANO DE OLIVEIRA BURGER
CONTADOR
CRCRS N. 66420
CPF: 698.454.330/49

EXERCÍCIO DE 2010 | FUNDACAO DE AMPARO A PESQUISA DO RGS | RFPE026/00001

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA | ANEXO N.11

R$

TÍTULOS		DESPESA CORRENTE	DESPESA DE CAPITAL	TOTAL
FUNDACAO DE AMPARO A PESQUISA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL				
	DESPESA FIXADA	42.509.177,00	100.000,00	42.609.177,00
	CRÉDITOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00
	CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00
	SUPLEMENTAÇÕES	19.271.300,13	0,00	19.271.300,13
	REDUÇÕES	1.425.000,00	0,00	1.425.000,00
	DESPESA AUTORIZADA	60.355.477,13	100.000,00	60.455.477,13
	DESPESA REALIZADA	38.245.540,70	44.191,99	38.289.732,69
	DIFERENÇA	22.109.936,43	55.808,01	22.165.744,44
TOTAL GERAL				
	DESPESA FIXADA			42.609.177,00
	CRÉDITOS ESPECIAIS			0,00
	CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS			0,00
	SUPLEMENTAÇÕES			19.271.300,13
	REDUÇÕES			1.425.000,00
	DESPESA AUTORIZADA			60.455.477,13
	DESPESA REALIZADA			38.289.732,69
	DIFERENÇA			22.165.744,44

CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS CONSIDERADOS PELO SEU VALOR DE ABERTURA, ESTANDO AS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES COMPUTADAS NAS SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES.

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

RODRIGO COSTA MATTOS
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 262.532.160/15

JONI FRANCK NUNES COSTA
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 339.744.490/15

ADRIANO DE OLIVEIRA BURGER
CONTADOR
CRCRS N. 66420
CPF: 698.454.330/49

R$

R E C E I T A

TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES			
RECEITA PATRIMONIAL	20.000,00	354.366,43	334.366,43
RECEITA DE SERVICOS	0,00	17.258,58	17.258,58
TRANSFERENCIAS CORRENTES	29.200.000,00	17.560.000,00	11.640.000,00-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	252.000,00	1.329.138,08	1.077.138,08
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	29.472.000,00	19.260.763,09	10.211.236,91-
RECEITAS DE CAPITAL			
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
SOMA	29.472.000,00	19.260.763,09	10.211.236,91-
DEFICIT DE PREVISÃO	30.983.477,13	19.028.969,60	11.954.507,53-
TOTAL	60.455.477,13	38.289.732,69	22.165.744,44-

D E S P E S A

TÍTULOS	AUTORIZAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
CRÉDITOS ORDINÁRIOS (1)	60.455.477,13	38.289.732,69	22.165.744,44-
CRÉDITOS ESPECIAIS (2)	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS (2)	0,00	0,00	0,00
SOMA	60.455.477,13	38.289.732,69	22.165.744,44-
TOTAL	60.455.477,13	38.289.732,69	22.165.744,44-

(1) DOTAÇÕES ORIGINAIS COM SUAS SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES
(2) DOTAÇÕES CRIADAS NO DECORRER DO EXERCÍCIO E ALTERAÇÕES

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

RODRIGO COSTA MATTOS
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 262.532.160/15

JONI FRANCK NUNES COSTA
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 379.244.490/15

ADRIANO DE OLIVEIRA BURGER
CONTADOR
CRCRS N. 66420
CPF: 698.454.330/49

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
RECEITA ORÇAMENTARIA		DESPESA ORÇAMENTARIA	
RECEITAS CORRENTES		CIENCIA E TECNOLOGIA	38.289.732,69
RECEITA PATRIMONIAL	354.366,43	SOMA.....	38.289.732,69
RECEITA DE SERVICOS	17.258,58		
TRANSFERENCIAS CORRENTES	17.560.000,00	DESPESA EXTRA-ORÇAMENTARIA	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.329.138,08	REALIZAVEL	18.655,75
SOMA.....	19.260.763,09	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	4.515.716,29
RECEITAS DE CAPITAL		RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	0,00
TOTAL.....	19.260.763,09	DEPOSITOS	243.510,08
		DIVERSOS	367,79
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA		SOMA.....	4.778.249,91
REALIZAVEL	62.009,45	TOTAL.....	43.067.982,60
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	7.876.202,35		
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	86.612,22	VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO	
DEPOSITOS	244.442,80	BAIXA DE SALDOS BANCÁRIOS	
DIVERSOS	367,79	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS INTRAGOVERNAMENTAIS	1.972.000,00
SOMA.....	8.269.634,61	SOMA.....	1.972.000,00
TOTAL.....	27.530.397,70		
		SALDOS PARA O EXERCICIO SEGUINTE	
VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO		CAIXA	44.271,50
BAIXA DE PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR E A LIQUIDAR	0,00	BANCOS C/DISPOSICAO	10.004,54
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS INTRAGOVERNAMENTAIS	24.536.415,92	APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	4.561.819,42
SOMA.....	24.536.415,92	APLICACOES FINANCEIRAS DE RECURSOS VINCULADOS	11.106.220,75
		BANCOS, C/VINCULADAS	240,51
SALDOS DO EXERCICIO ANTERIOR		SOMA.....	15.722.556,72
CAIXA	4.261,44		
BANCOS C/DISPOSICAO	23.237,05		
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	2.871.883,05		
APLICACOES FINANCEIRAS DE RECURSOS VINCULADOS	5.796.103,65		
BANCOS, C/VINCULADAS	240,51		
SOMA.....	8.695.725,70		
TOTAL.....	60.762.539,32	TOTAL.....	60.762.539,32

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

RODRIGO COSTA MATTOS
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 262.[illegible]32.160/15

JONI FRANCK NUNES COSTA
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 339.244.490/15

ADRIANO DE OLIVEIRA BURGER
CONTADOR
CRCRS N. 66420
CPF: 698.454.330/49

BALANÇO PATRIMONIAL — ANEXO N. 14

ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
ATIVO FINANCEIRO		PASSIVO FINANCEIRO	
DISPONÍVEL		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	
CAIXA	44.271,50	FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	29.700,22
BANCOS C/DISPOSICAO	10.004,54	AUXILIOS SUJEITOS A COMPROVACAO	7.579.522,52
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	4.561.819,42	AUXILIOS NAO SUJEITOS A COMPROVACAO	605.857,18
SOMA.....	4.616.095,46	INDENIZACOES E RESTITUICOES A PAGAR	29.597,30
VINCULADO EM CONTA CORRENTE BANCÁRIA		FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	57.491,23
APLICACOES FINANCEIRAS DE RECURSOS		PIS E PASEP A RECOLHER	861,69
VINCULADOS	11.106.220,75	CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A	
BANCOS, C/VINCULADAS	240,51	RECOLHER	12.369,25
SOMA.....	11.106.461,26	FGTS A RECOLHER	8.271,33
REALIZÁVEL		SOMA.....	8.323.670,72
DEVEDORES	62,57	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
SOMA.....	62,57	FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	86.612,22
TOTAL.....	15.722.619,29	SOMA.....	86.612,22
ATIVO PERMANENTE		DEPÓSITOS	
BENS DA ENTIDADE		DEPOSITOS	11.465,18
BENS MOVEIS	607.855,13	SOMA.....	11.465,18
BENS IMOVEIS	163.113,12	DIVERSOS	
SOMA.....	770.968,25	SOMA.....	0,00
PARTICIPAÇÕES		TOTAL.....	8.421.748,12
PARTICIPACOES SOCIETARIAS EM EMPRESAS SOB		PASSIVO PERMANENTE	
CONTROLE DO ESTADO	1.126,24	DÍVIDA FUNDADA INTERNA	
SOMA.....	1.126,24	PRECATORIOS JUDICIAIS - EC 62/2009	35.301,67
CRÉDITOS		SOMA.....	35.301,67
DEVEDORES POR IMPUTACAO DE		TOTAL.....	35.301,67
RESPONSABILIDADE	569.335,65	SOMA DO PASSIVO REAL	8.457.049,79
TRIBUTOS A RECUPERAR	1.137,24	SALDO PATRIMONIAL	
SOMA.....	570.472,89	SITUAÇÃO LÍQUIDA	
DIVERSOS		ATIVO REAL LIQUIDO	8.636.959,63
ALMOXARIFADOS	28.822,75	SOMA.....	17.094.009,42
SOMA.....	28.822,75	PASSIVO COMPENSADO	
TOTAL.....	1.371.390,13	CONTRAPARTIDA DE VALORES EM PODER DE TERCEIROS	
SOMA DO ATIVO REAL	17.094.009,42	ADIANTAMENTOS A COMPROVAR	2.000,00
ATIVO COMPENSADO		VALORES EM GUARDA NOS ALMOXARIFADOS	28.822,75
VALORES EM PODER DE TERCEIROS		BENS DA ENTIDADE EM PODER DE TERCEIROS	7.224.704,50
RESPONSAVEIS POR ADIANTAMENTOS	2.000,00	TITULOS EM PODER DE TERCEIROS	1.126,24
RESPONSAVEIS POR ALMOXARIFADOS	28.822,75	DIARIAS A COMPROVAR	2.296,73
RESPONSAVEIS PELA GUARDA DE BENS DA		SOMA.....	7.258.950,22
ENTIDADE	7.224.704,50	CONTRAPARTIDA DE VALORES DE TERCEIROS	
RESPONSAVEIS PELA POSSE DE TITULOS	1.126,24	BENS PERTENCENTES A TERCEIROS	13.075,19
RESPONSAVEIS POR DIARIAS	2.296,73	SOMA.....	13.075,19
SOMA.....	7.258.950,22	CONTRAPARTIDA DE VALORES E RESPONSABILIDADES	
VALORES DE TERCEIROS		DIVERSAS	
BENS DE TERCEIROS EM PODER DA ENTIDADE	13.075,19	AUXILIOS A COMPROVAR	56.874.231,79
SOMA.....	13.075,19	ATUALIZACOES DE PRECATORIOS A PAGAR	4.599,44
VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS		BENS EM PROCESSO DE	
RESPONSAVEIS POR AUXILIOS	56.874.231,79	SINDICANCIA-ALMOXARIFADO	37.943,20
ATUALIZACOES DE PRECATORIOS	4.599,44	RESPONSABILIDADE SOBRE GUARDA DE TITULOS	42.313,31
RESPONSAVEIS POR BENS EM PROCESSO DE		SOMA.....	56.959.087,74
SINDICANCIA-ALMOXARIFO	37.943,20	TOTAL.....	64.231.113,15
RESPONSAVEIS PELA GUARDA DE TITULOS			
DIVERSOS	42.313,31		
SOMA.....	56.959.087,74		
TOTAL.....	64.231.113,15		
TOTAL GERAL.....	81.325.122,57	TOTAL GERAL.....	81.325.122,57

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

RODRIGO COSTA MATTOS
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 262.532.160/15

JONI FRANCK NUNES COSTA
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 339.244.490/15

ADRIANO DE OLIVEIRA BURGER
CONTADOR
CRCRS N. 66420
CPF: 698.454.330/49

EXERCÍCIO DE 2010

FUNDACAO DE AMPARO A PESQUISA DO RGS
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

RFPE033/00001
ANEXO N. 15

VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
RECEITAS CORRENTES		DESPESAS CORRENTES	
RECEITA PATRIMONIAL	354.366,43	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.482.220,76
RECEITA DE SERVICOS	17.258,58	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	36.763.319,94
TRANSFERENCIAS CORRENTES	17.560.000,00		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.329.138,08	SOMA.....	38.245.540,70
SOMA.....	19.260.763,09	DESPESAS DE CAPITAL	
RECEITAS DE CAPITAL		INVESTIMENTOS	44.191,99
SOMA.....	0,00	SOMA.....	44.191,99
DEDUÇÕES RECEITAS CORRENTES	0,00	TOTAL.....	38.289.732,69
TOTAL.....	19.260.763,09	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS		SOMA.....	0,00
CONSTRUCAO OU AQUISICAO DE BENS MOVEIS	44.191,99	INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
SOMA.....	44.191,99	VARIAÇÕES PASSIVAS	
INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		BAIXA DE PARTICIPACOES SOC EM EMPR S/CONTROLE DO ESTADO	1.166,70
VARIAÇÕES ATIVAS		INSCRICAO DE PRECATORIOS JUDICIAIS - EC 62/2009	35.301,67
INCORPORACAO DE PARTICIPACOES SOC EM EMPR S/CONTROLE DO EST	1.126,24	BAIXA DE BENS DE ALMOXARIFADO	14.283,36
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	83,50	SOMA.....	50.751,73
INCORPORACAO DE BENS DE ALMOXARIFADO	24.059,59	VARIAÇÕES PASSIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO PATRIMÔNIO FINANCEIRO	
SOMA.....	25.269,33	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS INTRAGOVERNAMENTAIS	1.972.000,00
VARIAÇÕES ATIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO PATRIMÔNIO FINANCEIRO		SOMA.....	1.972.000,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS INTRAGOVERNAMENTAIS	24.536.415,92	TOTAL.....	40.312.484,42
SOMA.....	24.536.415,92	RESULTADO PATRIMONIAL	
		SUPERAVIT VERIFICADO	3.554.155,91
TOTAL.....	43.866.640,33	TOTAL.....	43.866.640,33

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

RODRIGO COSTA MATTOS
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 262.532.160/15

JONI FRANCK NUNES COSTA
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 339.[illegible]4.490/15

ADRIANO DE OLIVEIRA BURGER
CONTADOR
CRCRS N. 66420
CPF: 698.454.330/49

EXERCÍCIO DE 2010 | FUNDACAO DE AMPARO A PESQUISA DO RGS | RFPE034/00001
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE | ANEXO N.17

R$

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	37.229,79-	29.700,22	37.229,79	29.700,22-
AUXILIOS SUJEITOS A COMPROVACAO	4.761.236,90-	7.132.054,15	4.313.768,53	7.579.522,52-
AUXILIOS NAO SUJEITOS A COMPROVACAO	5.100,00-	605.857,18	5.100,00	605.857,18-
INDENIZACOES E RESTITUICOES A PAGAR	81.000,00-	29.597,30	81.000,00	29.597,30-
FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	56.634,59-	57.491,23	56.634,59	57.491,23-
PIS E PASEP A RECOLHER	707,92-	861,69	707,92	861,69-
CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	14.026,72-	12.369,25	14.026,72	12.369,25-
FGTS A RECOLHER	7.248,74-	8.271,33	7.248,74	8.271,33-
SUBTOTAL.....	4.963.184,66-	7.876.202,35	4.515.716,29	8.323.670,72-
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	0,00	86.612,22	0,00	86.612,22-
SUBTOTAL.....	0,00	86.612,22	0,00	86.612,22-
DEPOSITOS				
DEPOSITOS	10.532,46-	244.442,80	243.510,08	11.465,18-
SUBTOTAL.....	10.532,46-	244.442,80	243.510,08	11.465,18-
DIVERSOS				
OUTROS CREDORES	0,00	367,79	367,79	0,00
SUBTOTAL.....	0,00	367,79	367,79	0,00
TOTAL.....	4.973.717,12-	8.207.625,16	4.759.594,16	8.421.748,12-

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

RODRIGO COSTA MATTOS
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 262.532.160/15

JONI FRANCK NUNES COSTA
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 339.244.490/15

ADRIANO DE OLIVEIRA BURGER
CONTADOR
CRCRS N. 66420
CPF: 698.454.330/49

EXERCÍCIO DE 2010 | FUNDACAO DE AMPARO A PESQUISA DO RGS | RFPE017/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CAT. ECONÔMICA, GRUPO NAT. DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA
COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.0.00.00	DESPESA CORRENTE	38.245.540,70
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.482.220,76
3.1.90.00	APLICACOES DIRETAS	1.482.220,76
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	1.005.226,98
3.1.90.11.1102	VENCIMENTO, SALARIO E SUBSIDIO	673.428,79
3.1.90.11.1103	13- VENCIMENTO	77.586,66
3.1.90.11.1104	GRATIFICACOES	213.411,53
3.1.90.11.1107	OUTRAS VANTAGENS	40.800,00
3.1.90.13	OBRIGACOES PATRONAIS	252.766,24
3.1.90.13.1302	SEGURO DE VIDA DE SERVIDORES	2.642,86
3.1.90.13.1303	PLANO DE SAUDE	11.559,46
3.1.90.13.1304	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA	161.159,30
3.1.90.13.1305	FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVICO - FGTS	77.404,62
3.1.90.91	SENTENCAS JUDICIAIS	6.860,07
3.1.90.91.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS	6.860,07
3.1.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	881,32
3.1.90.92.9601	RESSARCIMENTO	881,32
3.1.90.96	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	216.486,15
3.1.90.96.9601	RESSARCIMENTO	216.486,15
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	36.763.319,94
3.3.20.00	TRANSFERENCIAS A UNIAO	662.656,27
3.3.20.93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	662.656,27
3.3.20.93.9316	RESTITUICAO DE RECEITAS DA UNIAO	662.656,27
3.3.90.00	APLICACOES DIRETAS	36.100.663,67
3.3.90.08	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAS	1.408,04
3.3.90.08.0805	AUXILIO CRECHE	1.408,04
3.3.90.14	DIARIAS-CIVIL	8.841,98
3.3.90.14.1402	DIARIAS DE VIAGEM	8.841,98
3.3.90.18	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	5.309.000,00
3.3.90.18.1801	BOLSAS DE ESTUDOS	5.309.000,00
3.3.90.20	AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	30.053.487,51
3.3.90.20.2001	CONCESSAO DE SUBVENCOES A PESQUISADORES	30.053.487,51
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	17.675,31
3.3.90.30.3006	GENEROS PARA ALIMENTACAO	705,00
3.3.90.30.3009	MATERIAL DE EXPEDIENTE	6.950,35
3.3.90.30.3011	ALOJAMENTO, LAVANDERIA, COPA E/OU COZINHA	568,00
3.3.90.30.3028	LIMPEZA E HIGIENE	2.625,66
3.3.90.30.3031	PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	6.136,30
3.3.90.30.3032	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	690,00
3.3.90.33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	33.852,65
3.3.90.33.3302	TRANSPORTE DE PESSOAL	9.791,51
3.3.90.33.3304	TRANSPORTE DE PESSOAL POR VIA AEREA	24.061,14
3.3.90.36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1.223,43
3.3.90.36.3611	HONORARIOS	1.223,43
3.3.90.39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	436.639,89
3.3.90.39.3901	AGUA E ESGOTO	3.019,79
3.3.90.39.3902	DIVULGACAO PROMOCIONAL OU INSTITUCIONAL	5.980,00
3.3.90.39.3903	ASSINATURA DE PERIODICOS E RECORTES	4.261,50
3.3.90.39.3907	ORGANIZACAO FEIRAS AMOSTRAS,CONGRESSOS,SEMINARIOS,SIMPOSIOS E CONGENERES	625,62
3.3.90.39.3910	CONCURSOS PUBLICOS	83.475,13
3.3.90.39.3914	CONDOMINIO DE PREDIOS DA ENTIDADE	18.738,70
3.3.90.39.3916	DESPESAS PEQUENAS DE PRONTO PAGAMENTO	7.362,66
3.3.90.39.3918	ENERGIA ELETRICA	212,57
3.3.90.39.3924	PROCESSAMENTO DE DADOS	76.845,76
3.3.90.39.3926	SEGUROS	591,77
3.3.90.39.3929	COMUNICACAO	8.567,92
3.3.90.39.3930	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	14.390,59
3.3.90.39.3931	CONSERVACAO DE BENS MOVEIS E EQUIPAMENTOS	15.527,50
3.3.90.39.3933	DIVULGACAO OBRIGATORIA	45.711,00
3.3.90.39.3934	SERVICOS GRAFICOS	5.380,00
3.3.90.39.3935	ENSINO E TREINAMENTO	3.593,00
3.3.90.39.3936	ALIMENTACAO E/OU HOSPEDAGEM DE NAO SERVIDORES	32.991,00
3.3.90.39.3939	MEDICINA	60,00
3.3.90.39.3942	ESTAGIARIOS E MONITORES	67.348,77
3.3.90.39.3948	MULTAS	525,60
3.3.90.39.3950	CUSTAS JUDICIAIS	852,90
3.3.90.39.3952	DESPESAS BANCARIAS	526,78
3.3.90.39.3975	GINASTICA LABORAL	13.068,00
3.3.90.39.3979	TELEFONIA FIXA	19.988,53
3.3.90.39.3980	TELEFONIA MOVEL	3.073,30
3.3.90.39.3982	ARMAZENAGENS, FRETES E/OU CARRETOS	400,00
3.3.90.39.3991	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	3.521,50
3.3.90.41	CONTRIBUICOES	15.000,00
3.3.90.41.4106	ENCARGOS COM ASSOCIACOES	15.000,00
3.3.90.46	AUXILIO-ALIMENTACAO	152.021,19
3.3.90.46.4601	AUXILIO-REFEICAO	152.021,19
3.3.90.47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	12.882,65
3.3.90.47.4702	PROGRAMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO-PASEP	7.212,62
3.3.90.47.4707	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	1.183,36
3.3.90.47.4708	CONTRIBUICAO SINDICAL	3.486,67
3.3.90.47.4715	MULTAS SOBRE OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	1.000,00
3.3.90.49	AUXILIO-TRANSPORTE	13.752,32
3.3.90.49.4901	AUXILIO TRANSPORTE	13.752,32
3.3.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	44.664,20
3.3.90.92.3902	DIVULGACAO PROMOCIONAL OU INSTITUCIONAL	443,50
3.3.90.92.3931	CONSERVACAO DE BENS MOVEIS E EQUIPAMENTOS	867,00
3.3.90.92.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS	43.353,70
3.3.90.93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	214,50
3.3.90.93.9304	RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM ALIMENTACAO	214,50
4.0.00.00	DESPESA CAPITAL	44.191,99
4.4.00.00	INVESTIMENTOS	44.191,99
4.4.90.00	APLICACOES DIRETAS	44.191,99
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	44.191,99
4.4.90.52.5213	MATERIAL BIBLIOGR. PECAS P/COLECOES D E BIBLIOT. DISCOT.FILMOT.E MUSEUS	3.041,00
4.4.90.52.5214	MOBILIARIO EM GERAL	3.185,99
4.4.90.52.5222	SOM E/OU IMAGEM	430,00
4.4.90.52.5228	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	37.535,00
	TOTAL GERAL ====>	38.289.732,69

EXERCÍCIO DE 2010

FUNDACAO DE AMPARO A PESQUISA DO RGS

RFPE039/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR ÓRGÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO POR FONTE DE RECURSO

R$

ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA							
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
51 FUNDACAO DE AMPARO A PESQUISA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	1.482.220,76		36.763.319,94	44.191,99				38.289.732,69
TESOURO-LIVRES	1.482.220,76		553.166,97					2.035.387,73
PROPRIOS DA FUNDACAO			185.009,19	44.191,99				229.201,18
CONVENIOS			12.134.816,36					12.134.816,36
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO			23.890.327,42					23.890.327,42
TOTAL	1.482.220,76		36.763.319,94	44.191,99				38.289.732,69

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

EXERCÍCIO DE 2010 — FUNDACAO DE AMPARO A PESQUISA DO RGS — RFPE040/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR FUNCÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS FONTES DE RECURSO — R$

ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA							
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
19 CIENCIA E TECNOLOGIA	1.482.220,76		36.763.319,94	44.191,99				38.289.732,69
TESOURO-LIVRES	1.482.220,76		553.166,97					2.035.387,73
PROPRIOS DA FUNDACAO			185.009,19	44.191,99				229.201,18
CONVENIOS			12.134.816,36					12.134.816,36
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO			23.890.327,42					23.890.327,42
TOTAL	1.482.220,76		36.763.319,94	44.191,99				38.289.732,69
RESUMO								
TESOURO-LIVRES	1.482.220,76		553.166,97					2.035.387,73
PROPRIOS DA FUNDACAO			185.009,19	44.191,99				229.201,18
CONVENIOS			12.134.816,36					12.134.816,36
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO			23.890.327,42					23.890.327,42
TOTAL	1.482.220,76		36.763.319,94	44.191,99				38.289.732,69

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

NOME DA ENTIDADE

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - FAPERGS

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA

DESIGNAÇÃO	AUTORIZAÇÕES		POSIÇÃO EM 31-12-09	MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2010.			POSIÇÃO EM 31-12-10
	LEI	DATA		Variações		Mutações Patrimoniais da Despesa	
				Passivas	Ativas	Amortização	
Precatórios Judiciais	EC 62/2009	09/12/2009		35.301,67			35.301,67
							-
							-
							-
							-
							-
Total			-	35.301,67	-	-	35.301,67

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2010.

RODRIGO COSTA MATTOS
DIRETOR PRESIDENTE
CPF 262.532.160/15

JONI FRANCK NUNES COSTA
DIRETOR-ADMINISTRATIVO
CPF 339.244.490/15

ADRIANO DE OLIVEIRA BURGER
CONTADOR - CRC/RS 66.420
CPF 698 454 330/49

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
FAPERGS

NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO DE 2010.

01- Anulação de Restos a Pagar Processados no valor de R$146.238,36, correspondente a despesas que não seriam mais pagas.

02- Transferência de Numerário Intragovernamental no valor de R$1.972.000,00 para o Tesouro do Estado, referente a valores recebidos em duplicidade para pagamento da 1ª parcela do Edital PRONEX 2009.

RODRIGO COSTA MATTOS
DIRETOR PRESIDENTE
CPF 262.532.160/15

JONI FRANCK NUNES COSTA
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF 339 244 490/15

ADRIANO DE OLIVEIRA BURGER
CONTADOR – CRC/RS 66.420
CPF 698 454 330/49

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
FAPERGS

RESOLUÇÃO CS N.º 01/2011

APROVAÇÃO, Ad referendum, do Conselho Superior, o Balanço Geral de 2010.

O Dr. Luiz Ildebrando Pierry, Vice-Presidente do Conselho Superior da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, aprova, Ad referendum, do conselho Superior, o Balanço Geral referente ao exercício de 2010.

Porto Alegre, 10 de março de 2011.

Atenciosamente

Luiz Ildebrando Pierry
Vice-Presidente do Conselho Superior da FAPERGS

Rua Carlos Chagas, 55 – 3º andar – Centro - Porto Alegre/RS -CEP: 90030-020 - Brasil
FONE: (0XX) 51.3221-4922 (ramal 209) – FAX (0XX) 51.3221-5617

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... : ADRIANO DE OLIVEIRA BURGER
REGISTRO..... : RS-066420/O-3
CATEGORIA..... : CONTADOR
CPF..... : 698.454.330-49

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 21.01.2011 as 18:07:16.
Válido até: 31.03.2011.
Código de Controle: 91898.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas Portadoras de Deficiência e de Altas Habilidades no RS

FADERS

EXERCÍCIO DE 2010

FUND DE ARTICULACAO E DESENVOLVIMENTO DE POLIT
DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

RFPE035/00001
ANEXO N. 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
RECEITAS CORRENTES		DESPESA CORRENTE	
RECEITA DE SERVICOS	43.284,72	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.859.777,81
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	134.105,40	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.997.041,16
SOMA.....	177.390,12	SOMA.....	8.856.818,97
DEFICIT	8.851.802,11	TOTAL.....	8.856.818,97
TOTAL.....	9.029.192,23	DESPESA CAPITAL	
		INVESTIMENTOS	149.905,08
		AMORTIZACAO DA DIVIDA	22.468,18
		SOMA.....	172.373,26
		TOTAL.....	9.029.192,23

RESUMO

RECEITAS CORRENTES.....	177.390,12	DESPESAS CORRENTES.....	8.856.818,97
RECEITAS DE CAPITAL.....	0,00	DESPESAS DE CAPITAL.....	172.373,26
DEFICIT.....	8.851.802,11	SUPERAVIT.....	0,00
TOTAL.....	9.029.192,23	TOTAL.....	9.029.192,23

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ARACY MARIA DA SILVA LEDO
DIRETORA PRESIDENTE
CPF: 224.200.450/68

ROBERTO MACHADO SALABERRY
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 000.649.830/21

DENISE TEREZA MARCHETTII DA SILVA
DIRETORA TÉCNICA
CPF: 114.180.010/15

TELLEMACO RODRIGUES BITTENCOURT JUNIOR
CONTADOR
CRCRS N. 79167
CPF: 676.460.500/91

EXERCÍCIO DE 2010 — FUND DE ARTICULACAO E DESENVOLVIMENTO DE POLIT — RFPE006/00001

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES — ANEXO N.6

R$

ÓRGÃO: 55 - FUNDACAO DE ARTIC. E DESENV. DE POLITICAS PUBLICAS PARA PPD E PPAH NO RGS-FADERS

U.O.: 55.01 - FUNDACAODE ARTIC. E DESENV. DE POLITICAS PUBLICAS PARA PPD E PPAH NO RGS

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
08	ASSISTENCIA SOCIAL		76.566,64	76.566,64
08.0422	DIREITOS IND, COLET E DIF		76.566,64	76.566,64
08.0422.0301	PROGRAMA DE PROTECAO AOS DIREITOS HUMANOS		76.566,64	76.566,64
12	EDUCACAO		7.039.294,84	7.039.294,84
12.0122	ADMINISTRACAO GERAL		6.821.031,95	6.821.031,95
12.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		6.821.031,95	6.821.031,95
12.0367	EDUCACAO ESPECIAL		141.297,63	141.297,63
12.0367.0301	PROGRAMA DE PROTECAO AOS DIREITOS HUMANOS		141.297,63	141.297,63
12.0573	DIF CONHEC CIENTIFICO		76.965,26	76.965,26
12.0573.0301	PROGRAMA DE PROTECAO AOS DIREITOS HUMANOS		76.965,26	76.965,26
	TOTAL DA U.O. =>		7.115.861,48	7.115.861,48

U.O.: 55.33 - ENCARGOS GERAIS DA FUNDACAO DE ARTIC. E DESENV. DE POLITICAS PUBLICAS PARA PPD E

12	EDUCACAO		1.913.330,75	1.913.330,75
12.0061	ACAO JUDICIARIA		160.740,05	160.740,05
12.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS		160.740,05	160.740,05
12.0122	ADMINISTRACAO GERAL		1.730.122,52	1.730.122,52
12.0122.0335	OPERACOES ESPECIAIS		1.730.122,52	1.730.122,52
12.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS		22.468,18	22.468,18
12.0846.0335	OPERACOES ESPECIAIS		22.468,18	22.468,18
	TOTAL DA U.O. =>		1.913.330,75	1.913.330,75
	TOTAL DO ÓRGÃO =>		9.029.192,23	9.029.192,23

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ARACY MARIA DA SILVA LEDO
DIRETORA PRESIDENTE
CPF: 224.200.450/68

ROBERTO MACHADO SALABERRY
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 000.649.830/21

DENISE TEREZA MARCHETTII DA SILVA
DIRETORA TÉCNICA
CPF: 114.180.010/15

TELLEMACO RODRIGUES BITTENCOURT JUNIOR
CONTADOR
CRCRS-N. 79167
CPF: 676.460.500/91

EXERCÍCIO DE 2010 — FUND DE ARTICULACAO E DESENVOLVIMENTO DE POLIT — RFPE009/00001

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO

DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES — ANEXO N. 7

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
08	ASSISTENCIA SOCIAL		76.566,64	76.566,64
08.0422	DIREITOS IND, COLET E DIF		76.566,64	76.566,64
08.0422.0301	PROGRAMA DE PROTECAO AOS DIREITOS HUMANOS		76.566,64	76.566,64
12	EDUCACAO		8.952.625,59	8.952.625,59
12.0061	ACAO JUDICIARIA		160.740,05	160.740,05
12.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS		160.740,05	160.740,05
12.0122	ADMINISTRACAO GERAL		8.551.154,47	8.551.154,47
12.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		6.821.031,95	6.821.031,95
12.0122.0335	OPERACOES ESPECIAIS		1.730.122,52	1.730.122,52
12.0367	EDUCACAO ESPECIAL		141.297,63	141.297,63
12.0367.0301	PROGRAMA DE PROTECAO AOS DIREITOS HUMANOS		141.297,63	141.297,63
12.0573	DIF CONHEC CIENTIFICO		76.965,26	76.965,26
12.0573.0301	PROGRAMA DE PROTECAO AOS DIREITOS HUMANOS		76.965,26	76.965,26
12.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS		22.468,18	22.468,18
12.0846.0335	OPERACOES ESPECIAIS		22.468,18	22.468,18
	TOTAL GERAL =>	0,00	9.029.192,23	9.029.192,23

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ARACY MARIA DA SILVA LEDO
DIRETORA PRESIDENTE
CPF: 224.200.450/68

ROBERTO MACHADO SALABERRY
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 000.649.830/21

DENISE TEREZA MARCHETTII DA SILVA
DIRETORA TÉCNICA
CPF: 114.180.010/15

TELLENACO RODRIGUES BITTENCOURT JUNIOR
CONTADOR
CRCRS N. 79167
CPF: 676.460.500/91

EXERCÍCIO DE 2010 — FUND DE ARTICULACAO E DESENVOLVIMENTO DE POLIT — RFPE029/00001

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS — ANEXO N.8

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
08	ASSISTENCIA SOCIAL	76.566,64		76.566,64
08.0422	DIREITOS IND, COLET E DIF	76.566,64		76.566,64
08.0422.0301	PROGRAMA DE PROTECAO AOS DIREITOS HUMANOS	76.566,64		76.566,64
12	EDUCACAO	8.952.625,59		8.952.625,59
12.0061	ACAO JUDICIARIA	160.740,05		160.740,05
12.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS	160.740,05		160.740,05
12.0122	ADMINISTRACAO GERAL	8.551.154,47		8.551.154,47
12.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	6.821.031,95		6.821.031,95
12.0122.0335	OPERACOES ESPECIAIS	1.730.122,52		1.730.122,52
12.0367	EDUCACAO ESPECIAL	141.297,63		141.297,63
12.0367.0301	PROGRAMA DE PROTECAO AOS DIREITOS HUMANOS	141.297,63		141.297,63
12.0573	DIF CONHEC CIENTIFICO	76.965,26		76.965,26
12.0573.0301	PROGRAMA DE PROTECAO AOS DIREITOS HUMANOS	76.965,26		76.965,26
12.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	22.468,18		22.468,18
12.0846.0335	OPERACOES ESPECIAIS	22.468,18		22.468,18
	TOTAL GERAL =>	9.029.192,23	0,00	9.029.192,23

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ARACY MARIA DA SILVA LEDO
DIRETORA PRESIDENTE
CPF: 224.200.450/68

ROBERTO MACHADO SALABERRY
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 000.649.830/21

DENISE TEREZA MARCHETTII DA SILVA
DIRETORA TÉCNICA
CPF: 114.180.010/15

TELLEMACO RODRIGUES BITTENCOURT JUNIOR
CONTADOR
CRCRS N. 79167
CPF: 676.460.500/91

EXERCÍCIO DE 2010 | FUND DE ARTICULACAO E DESENVOLVIMENTO DE POLIT | RFPE025/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃO E FUNÇÕES | ANEXO N.9

R$

FUNÇÕES / ÓRGÃOS	ASSISTENCIA SOCIAL	EDUCACAO	TOTAL	
PODER LEGISLATIVO				
PODER JUDICIARIO				
MINISTERIO PUBLICO				
DEFENSORIA PUBLICA				
PODER EXECUTIVO				
FUNDACAO DE ARTIC. E DESENV. DE POLITICAS PUBLICAS PARA PPD E PPAH NO	76.566,64	8.952.625,59	9.029.192,23	
SOMA.....	76.566,64	8.952.625,59	9.029.192,23	
TOTAL.....	76.566,64	8.952.625,59	9.029.192,23	

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ARACY MARIA DA SILVA LEDO
DIRETORA PRESIDENTE
CPF: 224.200.450/68

ROBERTO MACHADO SALABERRY
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 000.649.830/21

DENISE TEREZA MARCHETTII DA SILVA
DIRETORA TÉCNICA
CPF: 114.180.010/15

TELLEMACO RODRIGUES BITTENCOURT JUNIOR
CONTADOR
CRCRS N. 79167
CPF: 676.460.500/91

EXERCÍCIO DE 2010

FUND DE ARTICULACAO E DESENVOLVIMENTO DE POLIT

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA

RFPE023/00001

ANEXO N. 10

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
1000.00.00.0000	RECEITAS CORRENTES	171.000,00	177.390,12	6.390,12
1600.00.00.0000	RECEITA DE SERVICOS	65.000,00	43.284,72	21.715,28-
1600.16.00.0000	SERVICOS EDUCACIONAIS	65.000,00	43.284,72	21.715,28-
1600.16.99.0000	DIVERSOS SERVICOS EDUCACIONAIS	65.000,00	43.284,72	21.715,28-
1700.00.00.0000	TRANSFERENCIAS CORRENTES	100.000,00	0,00	100.000,00-
1760.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	100.000,00	0,00	100.000,00-
1761.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO E DE SUAS ENTIDADES	100.000,00	0,00	100.000,00-
1761.99.00.0000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	100.000,00	0,00	100.000,00-
1761.99.99.0000	DIVERSAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	100.000,00	0,00	100.000,00-
1900.00.00.0000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	6.000,00	134.105,40	128.105,40
1910.00.00.0000	MULTAS E JUROS DE MORA	0,00	167,44	167,44
1919.00.00.0000	MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	0,00	167,44	167,44
1919.27.00.0000	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	0,00	167,44	167,44
1919.27.99.0000	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS - OUTROS RECURSOS	0,00	167,44	167,44
1920.00.00.0000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	1.000,00	133.937,96	132.937,96
1922.00.00.0000	RESTITUICOES	1.000,00	133.937,96	132.937,96
1922.99.00.0000	OUTRAS RESTITUICOES	1.000,00	133.937,96	132.937,96
1922.99.99.0000	DIVERSAS RESTITUICOES	1.000,00	133.937,96	132.937,96
1990.00.00.0000	RECEITAS DIVERSAS	5.000,00	0,00	5.000,00-
1990.98.00.0000	OUTRAS RECEITAS EVENTUAIS	5.000,00	0,00	5.000,00-
1990.98.99.0000	DIVERSAS RECEITAS EVENTUAIS	5.000,00	0,00	5.000,00-
TOTAL		171.000,00	177.390,12	6.390,12

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ARACY MARIA DA SILVA LEDO
DIRETORA PRESIDENTE
CPF: 224.200.450/68

ROBERTO MACHADO SALABERRY
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 000.649.830/21

DENISE TEREZA MARCHETTII DA SILVA
DIRETORA TÉCNICA
CPF: 114.180.010/15

TELEMACO RODRIGUES BITTENCOURT JUNIOR
CONTADOR
CRCRS N. 79167
CPF: 676.460.500/91

EXERCÍCIO DE 2010 | FUND DE ARTICULACAO E DESENVOLVIMENTO DE POLIT | RFPE026/00001

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA | ANEXO N.11

R$

TÍTULOS		DESPESA CORRENTE	DESPESA DE CAPITAL	TOTAL
FUNDACAO DE ARTIC. E DESENV. DE POLITICAS PUBLICAS PARA PPD E PE				
	DESPESA FIXADA	9.068.458,00	204.600,00	9.273.058,00
	CRÉDITOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00
	CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00
	SUPLEMENTAÇÕES	386.800,00	35.000,00	421.800,00
	REDUÇÕES	55.800,00	50.000,00	105.800,00
	DESPESA AUTORIZADA	9.399.458,00	189.600,00	9.589.058,00
	DESPESA REALIZADA	8.856.818,97	172.373,26	9.029.192,23
	DIFERENÇA	542.639,03	17.226,74	559.865,77
TOTAL GERAL				
	DESPESA FIXADA			9.273.058,00
	CRÉDITOS ESPECIAIS			0,00
	CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS			0,00
	SUPLEMENTAÇÕES			421.800,00
	REDUÇÕES			105.800,00
	DESPESA AUTORIZADA			9.589.058,00
	DESPESA REALIZADA			9.029.192,23
	DIFERENÇA			559.865,77

CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS CONSIDERADOS PELO SEU VALOR DE ABERTURA, ESTANDO AS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES COMPUTADAS NAS SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES.

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ARACY MARIA DA SILVA LEDO
DIRETORA PRESIDENTE
CPF: 224.200.450/68

ROBERTO MACHADO SALABERRY
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 000.649.830/21

DENISE TEREZA MARCHETTII DA SI
DIRETORA TÉCNICA
CPF: 114.180.010/15

TELLEMACO RODRIGUES BITTENCOURT JUNIOR
CONTADOR
CRCRS N. 79167
CPF: 676.460.500/91

EXERCÍCIO DE 2010 | FUND DE ARTICULACAO E DESENVOLVIMENTO DE POLIT | RFPE030/00001

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO | ANEXO N.12

R$

R E C E I T A

TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES			
RECEITA DE SERVICOS	65.000,00	43.284,72	21.715,28-
TRANSFERENCIAS CORRENTES	100.000,00	0,00	100.000,00-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	6.000,00	134.105,40	128.105,40
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	171.000,00	177.390,12	6.390,12
RECEITAS DE CAPITAL			
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
SOMA	171.000,00	177.390,12	6.390,12
DEFICIT DE PREVISÃO	9.418.058,00	8.851.802,11	566.255,89-
TOTAL	9.589.058,00	9.029.192,23	559.865,77-

D E S P E S A

TÍTULOS	AUTORIZAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
CRÉDITOS ORDINÁRIOS (1)	9.589.058,00	9.029.192,23	559.865,77-
CRÉDITOS ESPECIAIS (2)	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS (2)	0,00	0,00	0,00
SOMA	9.589.058,00	9.029.192,23	559.865,77-
TOTAL	9.589.058,00	9.029.192,23	559.865,77-

(1) DOTAÇÕES ORIGINAIS COM SUAS SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES

(2) DOTAÇÕES CRIADAS NO DECORRER DO EXERCÍCIO E ALTERAÇÕES

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ARACY MARIA DA SILVA LEDO
DIRETORA PRESIDENTE
CPF: 224.200.450/68

ROBERTO MACHADO SALABERRY
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 000.649.830/21

DENISE TEREZA MARCHETTII DA SILVA
DIRETORA TÉCNICA
CPF: 114.180.010/15

TELLEMACO RODRIGUES BITTENCOURT JUNIOR
CONTADOR
CRCRS N. 79167
CPF: 676.460.500/91

EXERCÍCIO DE 2010

FUND DE ARTICULACAO E DESENVOLVIMENTO DE POLIT

BALANÇO FINANCEIRO

RFPE031/00001

ANEXO N. 13

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
RECEITA ORÇAMENTARIA		DESPESA ORÇAMENTARIA	
RECEITAS CORRENTES		ASSISTENCIA SOCIAL	76.566,64
RECEITA DE SERVICOS	43.284,72	EDUCACAO	8.952.625,59
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	134.105,40	SOMA.....	9.029.192,23
SOMA.....	177.390,12	DESPESA EXTRA-ORÇAMENTARIA	
RECEITAS DE CAPITAL		REALIZAVEL	45.063,03
TOTAL.....	177.390,12	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	956.527,23
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA		RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	0,00
REALIZAVEL	40.647,50	SERVICO DA DIVIDA A PAGAR	0,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	432.596,99	DEPOSITOS	1.563.989,62
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	153.713,16	DIVERSOS	0,00
SERVICO DA DIVIDA A PAGAR	12.150,00	SOMA.....	2.565.579,88
DEPOSITOS	1.567.289,27	TOTAL.....	11.594.772,11
DIVERSOS	0,00	VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO	
SOMA.....	2.206.396,92	BAIXA DE SALDOS BANCÁRIOS	
TOTAL.....	2.383.787,04	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS INTRAGOVERNAMENTAIS	
VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO		SOMA.....	0,00
BAIXA DE PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR E A LIQUIDAR	331.748,79	SALDOS PARA O EXERCICIO SEGUINTE	
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS INTRAGOVERNAMENTAIS	8.756.351,27	BANCOS C/DISPOSICAO	161,27
SOMA.....	9.088.100,06	APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	50.767,85
SALDOS DO EXERCICIO ANTERIOR		SOMA.....	50.929,12
BANCOS C/DISPOSICAO	1.402,35		
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	172.411,78		
SOMA.....	173.814,13		
TOTAL.....	11.645.701,23	TOTAL.....	11.645.701,23

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ARACY MARIA DA SILVA LEDO
DIRETORA PRESIDENTE
CPF: 224.200.450/68

ROBERTO MACHADO SALABERRY
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 000.649.830/21

DENISE TEREZA MARCHETTII DA SILVA
DIRETORA TÉCNICA
CPF: 114.180.010/15

TELLEMACO RODRIGUES BITTENCOURT JUNIOR
CONTADOR
CRCRS N. 79167
CPF: 676.460.500/91

ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
ATIVO FINANCEIRO		PASSIVO FINANCEIRO	
DISPONÍVEL		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	
BANCOS C/DISPOSICAO	161,27	FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	16.826,00
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	50.767,85	FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	327.084,48
SOMA.....	50.929,12	PIS E PASEP A RECOLHER	3.864,90
REALIZÁVEL		CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	2.035,16
DEVEDORES	7.915,53	PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR	87.799,84
DEPOSITOS JUDICIAIS	126.026,11	SOMA.....	437.610,38
SOMA.....	133.941,64	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
TOTAL.....	184.870,76	FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	12.910,59
ATIVO PERMANENTE		PIS E PASEP A LIQUIDAR	1.942,28
BENS DA ENTIDADE		CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A LIQUIDAR	93.348,79
BENS MOVEIS	1.096.050,12	FGTS A LIQUIDAR	45.511,50
BENS IMOVEIS	267.995,67	SOMA.....	153.713,16
SOMA.....	1.364.045,79	SERVIÇO DA DÍVIDA À PAGAR	
PARTICIPAÇÕES		SERVICO DO PARCELAMENTO DE DEBITOS PREVIDENCIARIOS	12.150,00
PARTICIPACOES SOCIETARIAS EM EMPRESAS SOB CONTROLE DO ESTADO	2.979,45	SOMA.....	12.150,00
SOMA.....	2.979,45	DEPÓSITOS	
CRÉDITOS		DEPOSITOS	74.586,80
DEVEDORES POR EMPRESTIMOS CONCEDIDOS	6.165,15	SOMA.....	74.586,80
SOMA.....	6.165,15	DIVERSOS	
DIVERSOS		ORDENS DE PAGAMENTO DEVOLVIDAS	185,00
ALMOXARIFADOS	14.138,75	SOMA.....	185,00
SOMA.....	14.138,75	TOTAL.....	678.245,34
TOTAL.....	1.387.329,14	PASSIVO PERMANENTE	
SOMA DO ATIVO REAL	1.572.199,90	DÍVIDA FUNDADA INTERNA	
ATIVO COMPENSADO		PRECATORIOS JUDICIAIS - EC 62/2009	398.900,06
VALORES EM PODER DE TERCEIROS		SOMA.....	398.900,06
RESPONSAVEIS POR DEPOSITOS JUDICIAIS	10.695,25	TOTAL.....	398.900,06
RESPONSAVEIS POR ADIANTAMENTOS	374,50	SOMA DO PASSIVO REAL	1.077.145,40
RESPONSAVEIS POR ALMOXARIFADOS	14.138,75	SALDO PATRIMONIAL	
RESPONSAVEIS POR DIARIAS	2.627,85	SITUAÇÃO LÍQUIDA	
SOMA.....	27.836,35	ATIVO REAL LIQUIDO	495.054,50
VALORES DE TERCEIROS		SOMA.....	1.572.199,90
BENS DE TERCEIROS EM PODER DA ENTIDADE	59.821,09	PASSIVO COMPENSADO	
SOMA.....	59.821,09	CONTRAPARTIDA DE VALORES EM PODER DE TERCEIROS	
TOTAL.....	87.657,44	DEPOSITOS JUDICIAIS EM PODER DE TERCEIROS	10.695,25
		ADIANTAMENTOS A COMPROVAR	374,50
		VALORES EM GUARDA NOS ALMOXARIFADOS	14.138,75
		DIARIAS A COMPROVAR	2.627,85
		SOMA.....	27.836,35
		CONTRAPARTIDA DE VALORES DE TERCEIROS	
		BENS PERTENCENTES A TERCEIROS	59.821,09
		SOMA.....	59.821,09
		CONTRAPARTIDA DE VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS	
		SOMA.....	0,00
		TOTAL.....	87.657,44
TOTAL GERAL.....	1.659.857,34	TOTAL GERAL.....	1.659.857,34

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ARACY MARIA DA SILVA LEDO
DIRETORA PRESIDENTE
CPF: 224.200.450/68

ROBERTO MACHADO SALABERRY
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 000.649.830/21

DENISE TEREZA MARCHETTII DA SILVA
DIRETORA TÉCNICA
CPF: 114.180.010/15

TELLEMACO RODRIGUES BITTENCOURT JUNIOR
CONTADOR
CRCRS N. 79167
CPF: 670.460.500/91

EXERCÍCIO DE 2010

FUND DE ARTICULACAO E DESENVOLVIMENTO DE POLIT

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

RFPE033/00001

ANEXO N. 15

VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
RECEITAS CORRENTES		DESPESAS CORRENTES	
RECEITA DE SERVICOS	43.284,72	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.859.777,81
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	134.105,40	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.997.041,16
SOMA.....	177.390,12	SOMA.....	8.856.818,97
RECEITAS DE CAPITAL		DESPESAS DE CAPITAL	
		INVESTIMENTOS	149.905,08
SOMA.....	0,00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	22.468,18
DEDUÇÕES RECEITAS CORRENTES	0,00	SOMA.....	172.373,26
TOTAL.....	177.390,12	TOTAL.....	9.029.192,23
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS		MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	
AMORTIZACAO DE DEBITOS PARCELADOS	35.394,70		
CONSTRUCAO OU AQUISICAO DE BENS MOVEIS	85.408,08	SOMA.....	0,00
CONSTRUCAO OU AQUISICAO DE BENS IMOVEIS	64.497,00	INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
SOMA.....	185.299,78	VARIAÇÕES PASSIVAS	
INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		BAIXA DE BENS MOVEIS	144,90
VARIAÇÕES ATIVAS		INSCRICAO DE PRECATORIOS JUDICIAIS - EC 62/2009	475.148,79
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	60.343,87	BAIXA DE BENS DE ALMOXARIFADO	96.619,92
BAIXA DE PRECATORIOS JUDICIAIS - EC 62/2009	76.248,73		
INCORPORACAO DE BENS DE ALMOXARIFADO	93.407,27	SOMA.....	571.913,61
SOMA.....	229.999,87	VARIAÇÕES PASSIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO PATRIMÔNIO FINANCEIRO	
VARIAÇÕES ATIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO PATRIMÔNIO FINANCEIRO		SOMA.....	0,00
BAIXA DE PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR E A LIQUIDAR	331.748,79	TOTAL.....	9.601.105,84
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS INTRAGOVERNAMENTAIS	8.756.351,27	RESULTADO PATRIMONIAL	
SOMA.....	9.088.100,06	SUPERAVIT VERIFICADO	79.683,99
TOTAL.....	9.680.789,83	TOTAL.....	9.680.789,83

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ARACY MARIA DA SILVA LEDO
DIRETORA PRESIDENTE
CPF: 224.200.450/68

ROBERTO MACHADO SALABERRY
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 000.649.830/21

DENISE TEREZA MARCHETTII DA SILVA
DIRETORA TÉCNICA
CPF: 114.180.010/15

TELLEMACO RODRIGUES BITTENCOURT JUNIOR
CONTADOR
CRCRS N. 79167
CPF: 676.460.500/91

EXERCÍCIO DE 2010 — FUND DE ARTICULACAO E DESENVOLVIMENTO DE POLIT — RFPE034/00001

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE — ANEXO N.17

R$

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	234.684,39-	16.826,00	234.684,39	16.826,00-
FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	260.253,46-	322.071,09	255.240,07	327.084,48-
PIS E PASEP A RECOLHER	0,00	3.864,90	0,00	3.864,90-
CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	92.859,62-	2.035,16	92.859,62	2.035,16-
PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR	331.748,79-	87.799,84	331.748,79	87.799,84-
FGTS A RECOLHER	41.994,36-	0,00	41.994,36	0,00
SUBTOTAL.....	961.540,62-	432.596,99	956.527,23	437.610,38-
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	0,00	12.910,59	0,00	12.910,59-
PIS E PASEP A LIQUIDAR	0,00	1.942,28	0,00	1.942,28-
CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A LIQUIDAR	0,00	93.348,79	0,00	93.348,79-
FGTS A LIQUIDAR	0,00	45.511,50	0,00	45.511,50-
SUBTOTAL.....	0,00	153.713,16	0,00	153.713,16-
SERVICO DA DIVIDA A PAGAR				
SERVICO DO PARCELAMENTO DE DEBITOS PREVIDENCIARIOS	0,00	12.150,00	0,00	12.150,00-
SUBTOTAL.....	0,00	12.150,00	0,00	12.150,00-
DEPOSITOS				
DEPOSITOS	71.287,15-	1.567.289,27	1.563.989,62	74.586,80-
SUBTOTAL.....	71.287,15-	1.567.289,27	1.563.989,62	74.586,80-
DIVERSOS				
ORDENS DE PAGAMENTO DEVOLVIDAS	185,00-	0,00	0,00	185,00-
SUBTOTAL.....	185,00-	0,00	0,00	185,00-
TOTAL.....	1.033.012,77-	2.165.749,42	2.520.516,85	678.245,34-

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ARLEY MARIA DA SILVA LEDO
DIRETORA PRESIDENTE
CPF: 224.200.450/68

ROBERTO MACHADO SALABERRY
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 000.649.830/21

DENISE TEREZA MARCHETTII DA SILVA
DIRETORA TÉCNICA
CPF: 114.180.010/15

TELLEMACO RODRIGUES BITTENCOURT JUNIOR
CONTADOR
CRCRS N. 78167
CPF: 676.460.500/91

EXERCÍCIO DE 2010 — FUND DE ARTICULACAO E DESENVOLVIMENTO DE POLIT — RFPE017/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CAT. ECONÔMICA, GRUPO NAT. DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.0.00.00	DESPESA CORRENTE	8.856.818,97
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.859.777,81
3.1.90.00	APLICACOES DIRETAS	6.852.026,78
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	5.042.832,05
3.1.90.11.1102	VENCIMENTO, SALARIO E SUBSIDIO	3.689.562,66
3.1.90.11.1103	13- VENCIMENTO	391.584,60
3.1.90.11.1104	GRATIFICACOES	100.729,58
3.1.90.11.1105	VANTAGENS TEMPORAIS	436.992,21
3.1.90.11.1107	OUTRAS VANTAGENS	423.963,00
3.1.90.13	OBRIGACOES PATRONAIS	1.639.472,31
3.1.90.13.1302	SEGURO DE VIDA DE SERVIDORES	5.802,35
3.1.90.13.1303	PLANO DE SAUDE	104.503,72
3.1.90.13.1304	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA	1.144.694,50
3.1.90.13.1305	FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVICO - FGTS	382.532,63
3.1.90.13.1307	MULTAS SOBRE OBRIGACOES PATRONAIS	1.939,11
3.1.90.91	SENTENCAS JUDICIAIS	160.740,05
3.1.90.91.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS	160.740,05
3.1.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	8.982,37
3.1.90.92.1303	PLANO DE SAUDE	8.786,64
3.1.90.92.1305	FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVICO - FGTS	195,73
3.1.91.00	TRANSFERENCIA INTRAGOVERNAMENTAL	7.751,03
3.1.91.13	OBRIGACOES PATRONAIS	7.751,03
3.1.91.13.1301	CONTRIBUICAO AO IPERGS PARA ASSISTENCIA MEDICA	7.751,03
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.997.041,16
3.3.90.00	APLICACOES DIRETAS	1.997.041,16
3.3.90.08	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAS	42.184,87
3.3.90.08.0803	AUXILIO FUNERAL	1.269,00
3.3.90.08.0805	AUXILIO CRECHE	38.170,10
3.3.90.08.0806	COMPLEMENTACAO DO AUXILIO-DOENCA	2.745,77
3.3.90.14	DIARIAS-CIVIL	56.514,80
3.3.90.14.1402	DIARIAS DE VIAGEM	56.514,80
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	127.146,25
3.3.90.30.3002	SINALIZACAO, IDENTIFICACAO E SEGURANCA	162,80
3.3.90.30.3003	ARTIGOS CIRURGICOS E LABORATORIAIS	144,00
3.3.90.30.3004	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	12.539,20
3.3.90.30.3006	GENEROS PARA ALIMENTACAO	14.132,02
3.3.90.30.3008	ESPORTES E/OU RECREACAO	4.540,00
3.3.90.30.3009	MATERIAL DE EXPEDIENTE	39.435,49
3.3.90.30.3010	ACONDICIONAMENTO E/OU EMBALAGEM	173,00
3.3.90.30.3011	ALOJAMENTO, LAVANDERIA, COPA E/OU COZINHA	4.549,24
3.3.90.30.3013	MANUTENC, IDENTIFICAC, UTILIZAC E CONSERVAC DE BENS MOVEIS E EQUIPAMS	453,66
3.3.90.30.3014	MATERIAL DIDATICO	3.052,70
3.3.90.30.3018	PRODUTOS FARMACEUTICOS E ODONTOLOGICOS	2.081,00
3.3.90.30.3021	VESTUARIO E/OU UNIFORME	1.972,00
3.3.90.30.3027	GAS DE COZINHA	1.944,00
3.3.90.30.3028	LIMPEZA E HIGIENE	25.443,06
3.3.90.30.3031	PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	9.717,08
3.3.90.30.3032	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	5.875,00
3.3.90.30.3033	CONSERVACAO DE VEICULOS	752,00
3.3.90.30.3035	INSIGNIAS, FLAMULAS, BANDEIRAS, PLACAS, CARTEIRAS FUNCIONAIS	180,00
3.3.90.33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	34.629,39
3.3.90.33.3301	LOCACAO DE VEICULOS	23.290,00
3.3.90.33.3302	TRANSPORTE DE PESSOAL	3.349,51
3.3.90.33.3303	TRANSPORTE DE PRESOS E/OU INTERNADOS	517,24
3.3.90.33.3304	TRANSPORTE DE PESSOAL POR VIA AEREA	7.472,64
3.3.90.36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	2.660,00
3.3.90.36.3606	TAREFEIROS	800,00
3.3.90.36.3611	HONORARIOS	1.860,00
3.3.90.37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	38.811,92
3.3.90.37.3702	VIGILANCIA E/OU ZELADORIA	32.728,51
3.3.90.37.3703	SERVICOS GERAIS	6.083,41
3.3.90.39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	429.268,97
3.3.90.39.3901	AGUA E ESGOTO	22.150,79
3.3.90.39.3902	DIVULGACAO PROMOCIONAL OU INSTITUCIONAL	2.072,18
3.3.90.39.3903	ASSINATURA DE PERIODICOS E RECORTES	1.466,70
3.3.90.39.3907	ORGANIZACAO FEIRAS AMOSTRAS,CONGRESSOS,SEMINARIOS,SIMPOSIOS E CONGENERES	600,00
3.3.90.39.3916	DESPESAS PEQUENAS DE PRONTO PAGAMENTO	28.100,00
3.3.90.39.3918	ENERGIA ELETRICA	60.087,68
3.3.90.39.3924	PROCESSAMENTO DE DADOS	26.853,24
3.3.90.39.3925	RECEPCOES E HOMENAGENS	1.200,00
3.3.90.39.3926	SEGUROS	224,00
3.3.90.39.3927	ALIMENTACAO	57,75
3.3.90.39.3929	COMUNICACAO	50.461,74
3.3.90.39.3930	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	19.184,00
3.3.90.39.3931	CONSERVACAO DE BENS MOVEIS E EQUIPAMENTOS	6.774,56
3.3.90.39.3932	CONSERVACAO DE VEICULOS	2.181,53
3.3.90.39.3933	DIVULGACAO OBRIGATORIA	7.313,25
3.3.90.39.3934	SERVICOS GRAFICOS	3.870,00
3.3.90.39.3935	ENSINO E TREINAMENTO	5.281,74
3.3.90.39.3936	ALIMENTACAO E/OU HOSPEDAGEM DE NAO SERVIDORES	966,82
3.3.90.39.3942	ESTAGIARIOS E MONITORES	130.140,36
3.3.90.39.3948	MULTAS	349,71
3.3.90.39.3979	TELEFONIA FIXA	30.616,57
3.3.90.39.3980	TELEFONIA MOVEL	2.420,57
3.3.90.39.3983	AUXILIO TRANSPORTE	1.720,00
3.3.90.39.3984	LIMPEZA E HIGIENE	4.144,78
3.3.90.39.3989	VIGILANCIA E/OU ZELADORIA	6.962,00
3.3.90.39.3991	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	12.005,00
3.3.90.39.3993	MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	2.064,00
3.3.90.46	AUXILIO-ALIMENTACAO	1.040.641,69
3.3.90.46.4601	AUXILIO-REFEICAO	1.040.641,69
3.3.90.47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	81.585,09
3.3.90.47.4702	PROGRAMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO-PASEP	48.024,65
3.3.90.47.4703	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO E CONTRIBUICAO DE MELHORIA	7.150,02
3.3.90.47.4708	CONTRIBUICAO SINDICAL	25.588,42
3.3.90.47.4717	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEICULOS AUTOMOTORES	822,00
3.3.90.49	AUXILIO-TRANSPORTE	138.112,78
3.3.90.49.4901	AUXILIO TRANSPORTE	138.112,78
3.3.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	3.840,51

EXERCÍCIO DE 2010 — FUND DE ARTICULACAO E DESENVOLVIMENTO DE POLIT — RFPE017/00002

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CAT. ECONÔMICA, GRUPO NAT. DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.3.90.92.3702	VIGILANCIA E/OU ZELADORIA	2.221,86
3.3.90.92.3918	ENERGIA ELETRICA	314,91
3.3.90.92.3989	VIGILANCIA E/OU ZELADORIA	1.000,00
3.3.90.92.4702	PROGRAMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO-PASEP	303,74
3.3.90.93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	1.644,89
3.3.90.93.9310	RESSARCIMENTO DE DESPESAS - ENTIDADES DE FISCALIZACAO DO EXERCICIO PROFISSIO	165,83
3.3.90.93.9313	RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM ENSINO E TREINAMENTO	730,00
3.3.90.93.9328	RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM TRANSP, HOSPED E ALIMENTACAO - DEC 46072/2008	749,06
4.0.00.00	DESPESA CAPITAL	172.373,26
4.4.00.00	INVESTIMENTOS	149.905,08
4.4.90.00	APLICACOES DIRETAS	149.905,08
4.4.90.51	OBRAS E INSTALACOES	64.497,00
4.4.90.51.5103	CONSTRUCAO OU AMPLIACAO DE PREDIOS OU OUTRAS OBRAS PUBLICAS	13.500,00
4.4.90.51.5106	INSTALACOES, EQUIPAMENTOS E/OU MATERIAIS INCORPORAVEIS A IMOVEIS	50.997,00
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	85.408,08
4.4.90.52.5207	LABORATORIOS E/OU GABINETES MEDICOS OU ODONTOLOGICOS	1.062,00
4.4.90.52.5208	OFICINA, AJARDINAMENTO E CAMPO	190,00
4.4.90.52.5211	MAQUINAS DE ESCREVER, SOMAR, CALCULAR, CONTABILIDADE E REPRODUCAO	7.520,00
4.4.90.52.5214	MOBILIARIO EM GERAL	14.209,08
4.4.90.52.5220	TELECOMUNICACOES	932,00
4.4.90.52.5222	SOM E/OU IMAGEM	5.750,00
4.4.90.52.5228	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	54.370,00
4.4.90.52.5231	EQUIPAMENTOS PARA ALOJAMENTO, LAVANDERIA, COPA E/OU COZINHA	1.375,00
4.6.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	22.468,18
4.6.90.00	APLICACOES DIRETAS	22.468,18
4.6.90.71	PRINCIPAL DA DIVIDA CONTRATUAL RESGATADO	22.468,18
4.6.90.71.7111	DEBITOS PARCELADOS - PASEP	22.468,18
	TOTAL GERAL ====>	9.029.192,23

* RESUMO *

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	=>	6.859.777,81
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	=>	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	=>	1.997.041,16
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	=>	8.856.818,97
INVESTIMENTOS	=>	149.905,08
INVERSÕES FINANCEIRAS	=>	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	=>	22.468,18
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	=>	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	=>	172.373,26
TOTAL GERAL	=>	9.029.192,23

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ARACY MARIA DA SILVA LEDO
DIRETORA PRESIDENTE
CPF: 224.200.450/68

ROBERTO MACHADO SALABERRY
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 000.649.830/21

DENISE TEREZA MARCHETTII DA SI
DIRETORA TÉCNICA
CPF: 114.180.010/15

TELLEMACO RODRIGUES BITTENCOURT JUNIOR
CONTADOR
CRCRS N. 79167
CPF: 676.460.500/91

EXERCÍCIO DE 2010 — FUND DE ARTICULACAO E DESENVOLVIMENTO DE POLIT — RFPE039/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR ÓRGÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO POR FONTE DE RECURSO

R$

ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA							
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
55 FUNDACAO DE ARTIC. E DESENV. DE POLITICAS PUBLICAS PARA PPD E PPAH NO RGS-FADERS	6.859.777,81		1.997.041,16	149.905,08		22.468,18		9.029.192,23
PROPRIOS DA FUNDACAO			20.818,41	23.592,00				44.410,41
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO	6.859.777,81		1.976.222,75	126.313,08		22.468,18		8.984.781,82
TOTAL	6.859.777,81		1.997.041,16	149.905,08		22.468,18		9.029.192,23

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ARACY MARIA DA SILVA LEDO
DIRETORA PRESIDENTE
CPF: 224.200.450/68

ROBERTO MACHADO SALABERRY
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 000.649.830/21

DENISE TEREZA MARCHETTII DA SILVA
DIRETORA TÉCNICA
CPF: 114.180.010/15

TELLEMACO RODRIGUES BITTENCOURT JUNIOR
CONTADOR
CRCRS N. 74167
CPF: 670.460.300/91

EXERCÍCIO DE 2010 — FUND DE ARTICULACAO E DESENVOLVIMENTO DE POLIT — RFPE040/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR FUNCÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS FONTES DE RECURSO — R$

ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA							
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
08 ASSISTENCIA SOCIAL			76.566,64					76.566,64
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO			76.566,64					76.566,64
12 EDUCACAO	6.859.777,81		1.920.474,52	149.905,08		22.468,18		8.952.625,59
PROPRIOS DA FUNDACAO			20.818,41	23.592,00				44.410,41
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO	6.859.777,81		1.899.656,11	126.313,08		22.468,18		8.908.215,18
TOTAL	6.859.777,81		1.997.041,16	149.905,08		22.468,18		9.029.192,23
RESUMO								
PROPRIOS DA FUNDACAO			20.818,41	23.592,00				44.410,41
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO	6.859.777,81		1.976.222,75	126.313,08		22.468,18		8.984.781,82
TOTAL	6.859.777,81		1.997.041,16	149.905,08		22.468,18		9.029.192,23

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ARACY MARIA DA SILVA LEDO
DIRETORA PRESIDENTE
CPF: 224.200.450/68

ROBERTO MACHADO SALABERRY
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 000.649.830/21

DENISE TEREZA MARCHETTII DA SILVA
DIRETORA TÉCNICA
CPF: 114.180.010/15

TELLEMACO RODRIGUES BITTENCOURT JUNIOR
CONTADOR
CRCRS Nº 79167
CPF: 676.460.500/91

FADERS

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA

DESIGNAÇÃO	AUTORIZAÇÕES		POSIÇÃO EM 31-12-09	MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2010			POSIÇÃO EM 31-12-10
	LEI	DATA		Variações		Mutações Patrimoniais da Despesa	
				Passivas	Ativas	Amortização	
Débitos Parcelados							-
Com Ministério da Fazenda - PASEP			35.394,70	-	-	35.394,70	-
Termo de Parcelamento			-	-	-	-	-
Com Instituto Nacional de Seguro Social - INSS			-	-	-	-	-
Precatórios Judiciais EC - 62/2009			-	475.148,79	76.248,73	-	398.900,06
			-	-	-	-	-
TOTAL			35.394,70	475.148,79	76.248,73	35.394,70	398.900,06

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ARACY MARIA DA SILVA LEDO
DIRETOR-PRESIDENTE
CPF: 224.200.450/68

TELLÊMACO RODRIGUES BITTENCOURT JUNIOR
CONTADOR - CRC/RS 79.167
CPF: 676.460.500-914

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... :	TELLEMACO RODRIGUES BITTENCOURT JUNIOR
REGISTRO..... :	RS-079167/O-0
CATEGORIA..... :	CONTADOR
CPF..... :	676.460.500-91

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 10.02.2011 as 09:59:15.
Válido até: 31.03.2011.
Código de Controle: 93019.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

Fundação de Ciência e Tecnologia

CIENTEC

EXERCÍCIO DE 2010

FUND DE CIENCIA E TECNOLOGIA

DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

RFPE035/00001

ANEXO N. 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
RECEITAS CORRENTES		DESPESA CORRENTE	
RECEITA PATRIMONIAL	632.219,82	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	18.995.391,06
RECEITA DE SERVICOS	13.719.749,54	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.097.437,29
TRANSFERENCIAS CORRENTES	371.753,38		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	188.583,77	SOMA.....	26.092.828,35
SOMA.....	14.912.306,51	TOTAL.....	26.092.828,35
DEFICIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	11.180.521,84	DESPESA CAPITAL	
TOTAL.....	26.092.828,35	INVESTIMENTOS	1.342.245,10
		AMORTIZACAO DA DIVIDA	445.904,84
RECEITAS DE CAPITAL		SOMA.....	1.788.149,94
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	826.298,24		
		TOTAL.....	27.880.978,29
SOMA.....	826.298,24		
DEFICIT	12.142.373,54		
TOTAL.....	27.880.978,29		

RESUMO

RECEITAS CORRENTES.....	14.912.306,51	DESPESAS CORRENTES.....	26.092.828,35
RECEITAS DE CAPITAL.....	826.298,24	DESPESAS DE CAPITAL.....	1.788.149,94
DEFICIT.....	12.142.373,54	SUPERAVIT.....	0,00
TOTAL.....	27.880.978,29	TOTAL.....	27.880.978,29

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

LUIZ AUGUSTO PEREIRA
PRESIDENTE
CPF: 160.579.960/20

DALVA MARIA KRAUSE KEMPF
CONTADORA
CRCRS N. 21028
CPF: 003.638.420/72

EXERCÍCIO DE 2010 | FUND DE CIENCIA E TECNOLOGIA | RFPE006/00001

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES | ANEXO N.6

R$

ÓRGÃO: 52 - FUNDACAO DE CIENCIA E TECNOLOGIA

U.O.: 52.01 - FUNDACAO DE CIENCIA E TECNOLOGIA - CIENTEC

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
19	CIENCIA E TECNOLOGIA	1.279.544,20	20.623.066,19	21.902.610,39
19.0122	ADMINISTRACAO GERAL		19.513.491,39	19.513.491,39
19.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		19.513.491,39	19.513.491,39
19.0131	COMUNICACAO SOCIAL		5.442,17	5.442,17
19.0131.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		5.442,17	5.442,17
19.0572	DESENV TECNOL ENGENHARIA	1.279.544,20	1.104.132,63	2.383.676,83
19.0572.0293	PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVACAO APLICADOS A INDUSTRIA, AGROPECUARIA E SERVI	1.279.544,20	1.104.132,63	2.383.676,83
	TOTAL DA U.O. =>	1.279.544,20	20.623.066,19	21.902.610,39

U.O.: 52.33 - ENCARGOS GERAIS DA FUNDACAO DE CIENCIA E TECNOLOGIA - CIENTEC

19	CIENCIA E TECNOLOGIA		5.242.563,52	5.242.563,52
19.0122	ADMINISTRACAO GERAL		5.242.563,52	5.242.563,52
19.0122.0335	OPERACOES ESPECIAIS		5.242.563,52	5.242.563,52
28	ENCARGOS ESPECIAIS		735.804,38	735.804,38
28.0061	ACAO JUDICIARIA		289.899,54	289.899,54
28.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS		289.899,54	289.899,54
28.0843	SERVICO DA DIVIDA INTERNA		445.904,84	445.904,84
28.0843.0335	OPERACOES ESPECIAIS		445.904,84	445.904,84
	TOTAL DA U.O. =>		5.978.367,90	5.978.367,90
	TOTAL DO ÓRGÃO =>	1.279.544,20	26.601.434,09	27.880.978,29

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

LUIZ AUGUSTO PEREIRA
PRESIDENTE
CPF: 160.579.960/20

DALVA MARIA KRAUSE KEMPF
CONTADORA
CRCRS N. 21028
CPF: 003.636.420/72

EXERCÍCIO DE 2010 | FUND DE CIENCIA E TECNOLOGIA | RFPE009/00001

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES

ANEXO N. 7
R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
19	CIENCIA E TECNOLOGIA	1.279.544,20	25.865.629,71	27.145.173,91
19.0122	ADMINISTRACAO GERAL		24.756.054,91	24.756.054,91
19.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		19.513.491,39	19.513.491,39
19.0122.0335	OPERACOES ESPECIAIS		5.242.563,52	5.242.563,52
19.0131	COMUNICACAO SOCIAL		5.442,17	5.442,17
19.0131.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		5.442,17	5.442,17
19.0572	DESENV TECNOL ENGENHARIA	1.279.544,20	1.104.132,63	2.383.676,83
19.0572.0293	PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVACAO APLICADOS A INDUSTRIA, AGROPECUARIA E SERVI	1.279.544,20	1.104.132,63	2.383.676,83
28	ENCARGOS ESPECIAIS		735.804,38	735.804,38
28.0061	ACAO JUDICIARIA		289.899,54	289.899,54
28.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS		289.899,54	289.899,54
28.0843	SERVICO DA DIVIDA INTERNA		445.904,84	445.904,84
28.0843.0335	OPERACOES ESPECIAIS		445.904,84	445.904,84
	TOTAL GERAL =>	1.279.544,20	26.601.434,09	27.880.978,29

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

LUIZ AUGUSTO PEREIRA
PRESIDENTE
CPF: 160.579.960/20

DALVA MARIA KRAUSE KEMPF
CONTADORA
CRCRS N. 21028
CPF: 003.636.420/72

EXERCÍCIO DE 2010 — FUND DE CIENCIA E TECNOLOGIA — RFPE029/00001

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS — ANEXO N.8

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
19	CIENCIA E TECNOLOGIA	25.631.878,78	1.513.295,13	27.145.173,91
19.0122	ADMINISTRACAO GERAL	24.433.944,69	322.110,22	24.756.054,91
19.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	19.513.491,39		19.513.491,39
19.0122.0335	OPERACOES ESPECIAIS	4.920.453,30	322.110,22	5.242.563,52
19.0131	COMUNICACAO SOCIAL	5.442,17		5.442,17
19.0131.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	5.442,17		5.442,17
19.0572	DESENV TECNOL ENGENHARIA	1.192.491,92	1.191.184,91	2.383.676,83
19.0572.0293	PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVACAO APLICADOS A INDUSTRIA, AGROPECUARIA E SERVI	1.192.491,92	1.191.184,91	2.383.676,83
28	ENCARGOS ESPECIAIS	735.804,38		735.804,38
28.0061	ACAO JUDICIARIA	289.899,54		289.899,54
28.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS	289.899,54		289.899,54
28.0843	SERVICO DA DIVIDA INTERNA	445.904,84		445.904,84
28.0843.0335	OPERACOES ESPECIAIS	445.904,84		445.904,84
	TOTAL GERAL =>	26.367.683,16	1.513.295,13	27.880.978,29

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

LUIZ AUGUSTO PEREIRA
PRESIDENTE
CPF: 160.579.960/20

DALVA MARIA KRAUSE KEMPF
CONTADORA
CRCRS N. 71028
CPF: 003.636.420/72

EXERCÍCIO DE 2010 | FUND DE CIENCIA E TECNOLOGIA | RFPE025/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃO E FUNÇÕES | ANEXO N.9

R$

ÓRGÃOS \ FUNÇÕES	CIENCIA E TECNOLOGIA	ENCARGOS ESPECIAIS	TOTAL	
PODER LEGISLATIVO				
PODER JUDICIARIO				
MINISTERIO PUBLICO				
DEFENSORIA PUBLICA				
PODER EXECUTIVO				
FUNDACAO DE CIENCIA E TECNOLOGIA	27.145.173,91	735.804,38	27.880.978,29	
SOMA.....	27.145.173,91	735.804,38	27.880.978,29	
TOTAL.....	27.145.173,91	735.804,38	27.880.978,29	

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

LUIZ AUGUSTO PEREIRA
PRESIDENTE
CPF: 160.579.960/20

SALVA MARIA KRAUSE KEHPF
CONTADORA
CRCRS N. 21078
CPF: 003.670.420/72

EXERCÍCIO DE 2010 | FUND DE CIENCIA E TECNOLOGIA | RFPE023/00001

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA | ANEXO N. 10

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
1000.00.00.0000	RECEITAS CORRENTES	8.051.245,00	14.912.306,51	6.861.061,51
1300.00.00.0000	RECEITA PATRIMONIAL	100.000,00	632.219,82	532.219,82
1310.00.00.0000	RECEITAS IMOBILIARIAS	100.000,00	495.587,66	395.587,66
1319.00.00.0000	OUTRAS RECEITAS IMOBILIARIAS	100.000,00	495.587,66	395.587,66
1319.01.00.0000	TAXA DE OCUPACAO DE IMOVEIS	100.000,00	495.587,66	395.587,66
1319.01.03.0000	TAXA DE OCUPACAO DE OUTROS IMOVEIS	100.000,00	495.587,66	395.587,66
1320.00.00.0000	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	0,00	136.632,16	136.632,16
1322.00.00.0000	DIVIDENDOS	0,00	682,42	682,42
1322.01.00.0000	DIVIDENDOS DE PARTICIPACOES EM SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA	0,00	682,42	682,42
1322.01.99.0000	DIVIDENDOS DE SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA	0,00	682,42	682,42
1325.00.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	0,00	135.949,74	135.949,74
1325.01.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS DE RECURSOS VINCULADOS	0,00	135.949,74	135.949,74
1325.01.99.0000	DIVERSAS REMUNERACOES DE DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS	0,00	135.949,74	135.949,74
1600.00.00.0000	RECEITA DE SERVICOS	7.050.000,00	13.719.749,54	6.669.749,54
1600.12.00.0000	SERVICOS TECNOLOGICOS	6.800.000,00	13.635.021,54	6.835.021,54
1600.12.99.0000	DIVERSOS SERVICOS TECNOLOGICOS	6.800.000,00	13.635.021,54	6.835.021,54
1600.13.00.0000	SERVICOS ADMINISTRATIVOS	0,00	84.728,00	84.728,00
1600.13.01.0000	SERVICOS DE INSCRICAO EM CONCURSOS PUBLICOS	0,00	84.728,00	84.728,00
1600.20.00.0000	SERVICO DE CONSULTORIA, ASSISTENCIA TECNICA E ANALISE DE PROJETOS	250.000,00	0,00	250.000,00-
1600.20.99.0000	DIVERSOS SERVICOS DE CONSULTORIA, ASSISTENCIA TECNICA E ANALISE DE PROJETOS	250.000,00	0,00	250.000,00-
1700.00.00.0000	TRANSFERENCIAS CORRENTES	751.245,00	371.753,38	379.491,62-
1760.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	751.245,00	371.753,38	379.491,62-
1761.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO E DE SUAS ENTIDADES	751.245,00	228.907,66	522.337,34-
1761.99.00.0000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	751.245,00	228.907,66	522.337,34-
1761.99.99.0000	DIVERSAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	751.245,00	228.907,66	522.337,34-
1764.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DE INSTITUICOES PRIVADAS	0,00	142.845,72	142.845,72
1764.99.00.0000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DE INSTUICOES PRIVADAS	0,00	142.845,72	142.845,72
1764.99.99.0000	DIVERSAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DE INSTITUICOES PRIVADAS	0,00	142.845,72	142.845,72
1900.00.00.0000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	150.000,00	188.583,77	38.583,77
1910.00.00.0000	MULTAS E JUROS DE MORA	3.000,00	35.071,45	32.071,45
1918.00.00.0000	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTRAS RECEITAS	0,00	26.836,11	26.836,11
1918.99.00.0000	OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA	0,00	26.836,11	26.836,11
1918.99.01.0000	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTRAS RECEITAS - DIVERSOS	0,00	26.836,11	26.836,11
1919.00.00.0000	MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	3.000,00	8.235,34	5.235,34
1919.27.00.0000	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	3.000,00	8.235,34	5.235,34
1919.27.99.0000	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS - OUTROS RECURSOS	3.000,00	8.235,34	5.235,34
1920.00.00.0000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	147.000,00	65.077,32	81.922,68-
1921.00.00.0000	INDENIZACOES	10.000,00	5.175,58	4.824,42-
1921.99.00.0000	OUTRAS INDENIZACOES	10.000,00	5.175,58	4.824,42-
1921.99.99.0000	DIVERSAS INDENIZACOES	10.000,00	5.175,58	4.824,42-
1922.00.00.0000	RESTITUICOES	137.000,00	59.901,74	77.098,26-
1922.99.00.0000	OUTRAS RESTITUICOES	137.000,00	59.901,74	77.098,26-
1922.99.99.0000	DIVERSAS RESTITUICOES	137.000,00	59.901,74	77.098,26-
1990.00.00.0000	RECEITAS DIVERSAS	0,00	88.435,00	88.435,00
1990.98.00.0000	OUTRAS RECEITAS EVENTUAIS	0,00	10.572,93	10.572,93
1990.98.99.0000	DIVERSAS RECEITAS EVENTUAIS	0,00	10.572,93	10.572,93
1990.99.00.0000	OUTRAS RECEITAS	0,00	77.862,07	77.862,07
1990.99.02.0000	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR DE RECURSOS NAO VINCULADOS	0,00	55.962,84	55.962,84
1990.99.97.0000	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR DE OUTROS RECURSOS VINCULADOS	0,00	21.899,23	21.899,23
2000.00.00.0000	RECEITAS DE CAPITAL	500.000,00	826.298,24	326.298,24
2400.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	500.000,00	826.298,24	326.298,24
2470.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	500.000,00	826.298,24	326.298,24
2471.00.00.0000	TRANSFERENCIA DE CONVENIOS DA UNIAO E DE SUAS ENTIDADES	500.000,00	331.198,24	168.801,76-
2471.99.00.0000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	500.000,00	331.198,24	168.801,76-
2471.99.99.0000	DIVERSAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	500.000,00	331.198,24	168.801,76-
2474.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DE INSTITUICOES PRIVADAS	0,00	495.100,00	495.100,00
2474.99.00.0000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DE INSTITUICOES PRIVADAS	0,00	495.100,00	495.100,00
2474.99.99.0000	DIVERSAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DE INSTITUICOES PRIVADAS	0,00	495.100,00	495.100,00

EXERCÍCIO DE 2010

FUND DE CIENCIA E TECNOLOGIA

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA

RFPE023/00002

ANEXO N. 10

R$

CÓDIGO ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
TOTAL	8.551.245,00	15.738.604,75	7.187.359,75

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

LUIZ AUGUSTO PEREIRA
PRESIDENTE
CPF: 160.579.960/20

DALVA MARIA KRAUSE KEMPF
CONTADORA
CRCRS N. 21028
CPF: 003.636.420/72

EXERCÍCIO DE 2010

FUND DE CIENCIA E TECNOLOGIA
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

RFPE026/00001
ANEXO N.11

R$

TÍTULOS		DESPESA CORRENTE	DESPESA DE CAPITAL	TOTAL
FUNDACAO DE CIENCIA E TECNOLOGIA				
	DESPESA FIXADA	26.029.957,00	1.188.000,00	27.217.957,00
	CRÉDITOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00
	CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00
	SUPLEMENTAÇÕES	3.731.528,52	2.064.695,24	5.796.223,76
	REDUÇÕES	505.936,33	46.566,39	552.502,72
	DESPESA AUTORIZADA	29.255.549,19	3.206.128,85	32.461.678,04
	DESPESA REALIZADA	26.092.828,35	1.788.149,94	27.880.978,29
	DIFERENÇA	3.162.720,84	1.417.978,91	4.580.699,75
TOTAL GERAL				
	DESPESA FIXADA			27.217.957,00
	CRÉDITOS ESPECIAIS			0,00
	CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS			0,00
	SUPLEMENTAÇÕES			5.796.223,76
	REDUÇÕES			552.502,72
	DESPESA AUTORIZADA			32.461.678,04
	DESPESA REALIZADA			27.880.978,29
	DIFERENÇA			4.580.699,75

CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS CONSIDERADOS PELO SEU VALOR DE ABERTURA, ESTANDO AS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES COMPUTADAS NAS SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES.

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

LUIZ AUGUSTO PEREIRA
PRESIDENTE
CPF: 160.579.360/20

DALVA MARIA KRAUSE KEMPF
CONTADORA
CRCRS N. 21028
CPF: 003.636.420/72

R$

R E C E I T A

TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES			
RECEITA PATRIMONIAL	100.000,00	632.219,82	532.219,82
RECEITA DE SERVICOS	7.050.000,00	13.719.749,54	6.669.749,54
TRANSFERENCIAS CORRENTES	751.245,00	371.753,38	379.491,62-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	150.000,00	188.583,77	38.583,77
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	8.051.245,00	14.912.306,51	6.861.061,51
RECEITAS DE CAPITAL			
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	500.000,00	826.298,24	326.298,24
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	500.000,00	826.298,24	326.298,24
SOMA	8.551.245,00	15.738.604,75	7.187.359,75
DEFICIT DE PREVISÃO	23.910.433,04	12.142.373,54	11.768.059,50-
TOTAL	32.461.678,04	27.880.978,29	4.580.699,75-

D E S P E S A

TÍTULOS	AUTORIZAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
CRÉDITOS ORDINÁRIOS (1)	32.461.678,04	27.880.978,29	4.580.699,75-
CRÉDITOS ESPECIAIS (2)	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS (2)	0,00	0,00	0,00
SOMA	32.461.678,04	27.880.978,29	4.580.699,75-
TOTAL	32.461.678,04	27.880.978,29	4.580.699,75-

(1) DOTAÇÕES ORIGINAIS COM SUAS SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES
(2) DOTAÇÕES CRIADAS NO DECORRER DO EXERCÍCIO E ALTERAÇÕES

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

LUIZ AUGUSTO PEREIRA
PRESIDENTE
CPF: 160.579.960/20

DALVA MARIA KRAUSE KEMPF
CONTADORA
CRCRS N. 21028
CPF: 003.636.420/72

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
RECEITA ORÇAMENTARIA		DESPESA ORÇAMENTARIA	
RECEITAS CORRENTES		CIENCIA E TECNOLOGIA	27.145.173,91
RECEITA PATRIMONIAL	632.219,82	ENCARGOS ESPECIAIS	735.804,38
RECEITA DE SERVICOS	13.719.749,54	SOMA.....	27.880.978,29
TRANSFERENCIAS CORRENTES	371.753,38		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	188.583,77	DESPESA EXTRA-ORÇAMENTARIA	
SOMA.....	14.912.306,51	REALIZAVEL	727.007,37
RECEITAS DE CAPITAL		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	864.444,83
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	826.298,24	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	6.628.152,62
SOMA.....	826.298,24	SERVICO DA DIVIDA A PAGAR	0,00
		DEPOSITOS	3.956.998,42
TOTAL.....	15.738.604,75	DIVERSOS	472.755,35
		SOMA.....	12.649.358,59
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA		TOTAL.....	40.530.336,88
REALIZAVEL	57.586,95		
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	839.576,98	VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO	
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	1.362.045,72		
SERVICO DA DIVIDA A PAGAR	0,00	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS INTRAGOVERNAMENTAIS	
DEPOSITOS	3.973.761,01	SOMA.....	0,00
DIVERSOS	502.516,19		
SOMA.....	6.735.486,85	SALDOS PARA O EXERCICIO SEGUINTE	
TOTAL.....	22.474.091,60	CAIXA	11.541,68
		BANCOS C/DISPOSICAO	174.666,54
VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO		APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	9.609.265,70
BAIXA DE PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR E A LIQUIDAR	6.347.435,81	APLICACOES FINANCEIRAS DE RECURSOS VINCULADOS	1.820.668,53
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS INTRAGOVERNAMENTAIS	19.588.312,14	BANCOS, C/VINCULADAS	0,00
		APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	128.109,43
SOMA.....	25.935.747,95	SOMA.....	11.744.251,88
SALDOS DO EXERCICIO ANTERIOR			
CAIXA	21.785,82		
BANCOS C/DISPOSICAO	29.374,91		
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	1.854.898,01		
APLICACOES FINANCEIRAS DE RECURSOS VINCULADOS	1.468.516,03		
BANCOS, C/VINCULADAS	0,00		
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	490.174,44		
SOMA.....	3.864.749,21		
TOTAL.....	52.274.588,76	TOTAL.....	52.274.588,76

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

LUIZ AUGUSTO PEREIRA
PRESIDENTE
CPF: 160.579.360/20

DALVA MARIA KRAUSE KEMPF
CONTADORA
CRCRS N. 21028
CPF: 003.636.420/72

EXERCÍCIO DE 2010 | FUND DE CIENCIA E TECNOLOGIA | RFPE032/00001

BALANÇO PATRIMONIAL | ANEXO N. 14

ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
ATIVO FINANCEIRO		PASSIVO FINANCEIRO	
DISPONÍVEL		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	
CAIXA	11.541,68	FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	152.414,37
BANCOS C/DISPOSICAO	174.666,54	FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	71.999,43
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	9.609.265,70	PIS E PASEP A RECOLHER	16.524,83
SOMA.....	9.795.473,92	CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	259.431,47
VINCULADO EM CONTA CORRENTE BANCÁRIA		FGTS A RECOLHER	133.602,14
APLICACOES FINANCEIRAS DE RECURSOS VINCULADOS	1.820.668,53	REQUISICAO DE PEQUENO VALOR A PAGAR	2.750,00
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	128.109,43	SOMA.....	636.722,24
SOMA.....	1.948.777,96	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
REALIZÁVEL		FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	1.325.812,13
DEVEDORES	643.811,38	CONTRIBUICOES E TRANSFERENCIAS A LIQUIDAR	27.000,00
RESPONSAVEIS POR PAGAMENTOS IRREGULARES	25.212,50	TRIBUTOS E TAXAS DIVERSAS A LIQUIDAR	9.233,59
DEPOSITOS JUDICIAIS	1.011.069,99	SOMA.....	1.362.045,72
SOMA.....	1.680.093,87	DEPÓSITOS	
TOTAL.....	13.424.345,75	DEPOSITOS	129.805,42
ATIVO PERMANENTE		SOMA.....	129.805,42
BENS DA ENTIDADE		DIVERSOS	
BENS MOVEIS	14.616.022,83	OUTROS CREDORES	58.368,93
BENS IMOVEIS	3.656.294,37	SOMA.....	58.368,93
SOMA.....	18.272.317,20	TOTAL.....	2.186.942,31
PARTICIPAÇÕES		PASSIVO PERMANENTE	
PARTICIPACOES SOCIETARIAS EM EMPRESAS SOB CONTROLE DO ESTADO	82.243,51	DÍVIDA FUNDADA INTERNA	
SOMA.....	82.243,51	DEBITOS PARCELADOS	926.981,72
CRÉDITOS		PRECATORIOS JUDICIAIS - EC 62/2009	7.050.207,73
DEVEDORES POR PRESTACOES DE SERVICOS	432.547,19	SOMA.....	7.977.189,45
SOMA.....	432.547,19	TOTAL.....	7.977.189,45
DIVERSOS		SOMA DO PASSIVO REAL	10.164.131,76
BENS CREDITOS E VALORES EM FASE DE AQUISICAO OU FORMACAO	748.442,26	SALDO PATRIMONIAL	
ALMOXARIFADOS	248.199,82	SITUAÇÃO LÍQUIDA	
SOMA.....	996.642,08	ATIVO REAL LIQUIDO	23.043.963,97
TOTAL.....	19.783.749,98	SOMA.....	33.208.095,73
SOMA DO ATIVO REAL	33.208.095,73	PASSIVO COMPENSADO	
ATIVO COMPENSADO		CONTRAPARTIDA DE VALORES EM PODER DE TERCEIROS	
VALORES EM PODER DE TERCEIROS		DEPOSITOS JUDICIAIS EM PODER DE TERCEIROS	78.913,31
RESPONSAVEIS POR DEPOSITOS JUDICIAIS	78.913,31	VALORES EM GUARDA NOS ALMOXARIFADOS	248.199,82
RESPONSAVEIS POR ALMOXARIFADOS	248.199,82	BENS DA ENTIDADE EM PODER DE TERCEIROS	33.930,60
RESPONSAVEIS PELA GUARDA DE BENS DA ENTIDADE	33.930,60	TITULOS EM PODER DE TERCEIROS	236.276,98
RESPONSAVEIS PELA POSSE DE TITULOS	236.276,98	SOMA.....	597.320,71
SOMA.....	597.320,71	CONTRAPARTIDA DE VALORES DE TERCEIROS	
VALORES DE TERCEIROS		BENS PERTENCENTES A TERCEIROS	267.069,30
BENS DE TERCEIROS EM PODER DA ENTIDADE	267.069,30	SOMA.....	267.069,30
SOMA.....	267.069,30	CONTRAPARTIDA DE VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS	
VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS		ATUALIZACOES DE PRECATORIOS A PAGAR	4.271.134,46
ATUALIZACOES DE PRECATORIOS	4.271.134,46	CONTRAPARTIDA DE BENFEITORIAS EM IMOVEIS DE TERCEIROS	2.494.115,56
BENFEITORIAS EM IMOVEIS DE TERCEIROS	2.494.115,56	CONTRATOS DE SEGURO PARA COBERTURA DE RISCOS	1.024.163,00
SEGUROS PARA COBERTURA DE RISCOS	1.024.163,00	SOMA.....	7.789.413,02
SOMA.....	7.789.413,02	TOTAL.....	8.653.803,03
TOTAL.....	8.653.803,03		
TOTAL GERAL.....	41.861.898,76	TOTAL GERAL.....	41.861.898,76

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

LUIZ AUGUSTO PEREIRA
PRESIDENTE
CPF: 160.579.960/20

DALVA MARIA KRUSE KEMPF
CONTADORA
CRCRS N. 21028
CPF: 003.636.420/72

VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
RECEITAS CORRENTES		DESPESAS CORRENTES	
RECEITA PATRIMONIAL	632.219,82	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	18.995.391,06
RECEITA DE SERVICOS	13.719.749,54	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.097.437,29
TRANSFERENCIAS CORRENTES	371.753,38		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	188.583,77	SOMA.....	26.092.828,35
SOMA.....	14.912.306,51	DESPESAS DE CAPITAL	
RECEITAS DE CAPITAL		INVESTIMENTOS	1.342.245,10
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	826.298,24	AMORTIZACAO DA DIVIDA	445.904,84
SOMA.....	826.298,24	SOMA.....	1.788.149,94
DEDUÇÕES RECEITAS CORRENTES	0,00	TOTAL.....	27.880.978,29
TOTAL.....	15.738.604,75	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS		ANULACAO DO REGISTRO BENS CRED VALORES FASE AQUIS/FORMACAO	1.192,54
AMORTIZACAO DE DEBITOS PARCELADOS	445.904,84	RECEBIMENTO DE CREDITOS POR PRESTACAO DE SERVICOS	2.403.336,84
REGISTRO DE BENS CRED E VAL EM FASE DE AQUISICAO OU FORMACAO	748.442,26	SOMA.....	2.404.529,38
CONSTRUCAO OU AQUISICAO DE BENS MOVEIS	564.162,84	INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
CONSTRUCAO OU AQUISICAO DE BENS IMOVEIS	29.640,00	VARIAÇÕES PASSIVAS	
SOMA.....	1.788.149,94	INSCRICAO DE DEBITOS PARCELADOS - PRINCIPAL E ATUALIZACAO	81.172,03
INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		BAIXA DE PARTICIPACOES SOC EM EMPR S/CONTROLE DO ESTADO	5.964,30
VARIAÇÕES ATIVAS		TRANSFERENCIAS INTRAPATRIMONIAIS	64.095,97
TRANSFERENCIAS INTRAPATRIMONIAIS	64.095,97	BAIXA DE BENS MOVEIS	151.633,42
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	16.090,14	BAIXA DE CREDITOS POR PRESTACAO DE SERVICOS	63.056,53
INSCRICAO DE CREDITOS POR PRESTACAO DE SERVICOS	2.477.193,46	INSCRICAO DE PRECATORIOS JUDICIAIS - EC 62/2009	7.652.469,27
BAIXA DE PRECATORIOS JUDICIAIS - EC 62/2009	602.261,54	BAIXA DE BENS DE ALMOXARIFADO	576.862,34
INCORPORACAO DE BENS DE ALMOXARIFADO	596.065,05	SOMA.....	8.595.253,86
SOMA.....	3.755.706,16	VARIAÇÕES PASSIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO PATRIMÔNIO FINANCEIRO	
VARIAÇÕES ATIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO PATRIMÔNIO FINANCEIRO		SOMA.....	0,00
BAIXA DE PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR E A LIQUIDAR	6.347.435,81	TOTAL.....	38.880.761,53
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS INTRAGOVERNAMENTAIS	19.588.312,14	RESULTADO PATRIMONIAL	
SOMA.....	25.935.747,95	SUPERAVIT VERIFICADO	8.337.447,27
TOTAL.....	47.218.208,80	TOTAL.....	47.218.208,80

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

LUIZ AUGUSTO PEREIRA
PRESIDENTE
CPF: 160.579.960/20

DALVA MARIA KRAUSE KEMPF
CONTADORA
CRCRS N. 21028
CPF: 003.686.420/72

EXERCÍCIO DE 2010 | FUND DE CIENCIA E TECNOLOGIA | RFPE034/00001

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE | ANEXO N.17

R$

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	264.175,04-	332.966,71	444.727,38	152.414,37-
CONTRIBUICOES E TRANSFERECIAS A PAGAR	0,00	22.302,40	22.302,40	0,00
FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	5.320,44-	71.999,43	5.320,44	71.999,43-
PIS E PASEP A RECOLHER	13.332,39-	16.524,83	13.332,39	16.524,83-
CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	218.410,04-	259.431,47	218.410,04	259.431,47-
PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR	0,00	0,00	0,00	0,00
FGTS A RECOLHER	115.154,21-	133.602,14	115.154,21	133.602,14-
REQUISICAO DE PEQUENO VALOR A PAGAR	45.197,97-	2.750,00	45.197,97	2.750,00-
SUBTOTAL.....	661.590,09-	839.576,98	864.444,83	636.722,24-
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	258.280,76-	1.325.812,13	258.280,76	1.325.812,13-
CONTRIBUICOES E TRANSFERENCIAS A LIQUIDAR	22.302,40-	27.000,00	22.302,40	27.000,00-
FOLHAS DE PESSOAL A LIQUIDAR	133,65-	0,00	133,65	0,00
CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A LIQUIDAR	0,00	0,00	0,00	0,00
TRIBUTOS E TAXAS DIVERSAS A LIQUIDAR	0,00	9.233,59	0,00	9.233,59-
PRECATORIOS JUDICIAIS A LIQUIDAR	6.347.435,81-	0,00	6.347.435,81	0,00
FGTS A LIQUIDAR	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL.....	6.628.152,62-	1.362.045,72	6.628.152,62	1.362.045,72-
SERVICO DA DIVIDA A PAGAR				
SUBTOTAL.....	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPOSITOS				
DEPOSITOS	113.042,83-	3.973.761,01	3.956.998,42	129.805,42-
SUBTOTAL.....	113.042,83-	3.973.761,01	3.956.998,42	129.805,42-
DIVERSOS				
OUTROS CREDORES	28.608,09-	502.516,19	472.755,35	58.368,93-
SUBTOTAL.....	28.608,09-	502.516,19	472.755,35	58.368,93-
TOTAL.....	7.431.393,63-	6.677.899,90	11.922.351,22	2.186.942,31-

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

LUIZ AUGUSTO PEREIRA
PRESIDENTE
CPF: 160.579.960/20

DALVA MARIA KRAUSE KEMPF
CONTADORA
CRCRS N. 21028
CPF: 003.636.420/72

EXERCÍCIO DE 2010 — FUND DE CIENCIA E TECNOLOGIA — RFPE017/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CAT. ECONÔMICA, GRUPO NAT. DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA
COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.0.00.00	DESPESA CORRENTE	26.092.828,35
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	18.995.391,06
3.1.90.00	APLICACOES DIRETAS	18.995.391,06
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	14.273.285,98
3.1.90.11.1102	VENCIMENTO, SALARIO E SUBSIDIO	10.229.674,36
3.1.90.11.1103	13- VENCIMENTO	1.081.883,35
3.1.90.11.1104	GRATIFICACOES	746.142,08
3.1.90.11.1105	VANTAGENS TEMPORAIS	2.212.665,46
3.1.90.11.1108	JETON	2.920,73
3.1.90.13	OBRIGACOES PATRONAIS	4.432.205,54
3.1.90.13.1302	SEGURO DE VIDA DE SERVIDORES	18.176,35
3.1.90.13.1304	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA	3.290.046,67
3.1.90.13.1305	FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVICO - FGTS	1.123.982,52
3.1.90.91	SENTENCAS JUDICIAIS	289.899,54
3.1.90.91.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS	289.899,54
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.097.437,29
3.3.50.00	TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	284.365,20
3.3.50.43	SUBVENCOES SOCIAIS	284.365,20
3.3.50.43.4301	SUBVENCOES SOCIAIS	284.365,20
3.3.90.00	APLICACOES DIRETAS	6.813.072,09
3.3.90.08	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAS	13.758,44
3.3.90.08.0803	AUXILIO FUNERAL	1.268,98
3.3.90.08.0805	AUXILIO CRECHE	12.489,46
3.3.90.14	DIARIAS-CIVIL	234.773,18
3.3.90.14.1402	DIARIAS DE VIAGEM	55.920,35
3.3.90.14.1407	DIARIAS DE VIAGEM PARA FORA DO ESTADO	178.852,83
3.3.90.18	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	12.550,68
3.3.90.18.1801	BOLSAS DE ESTUDOS	12.550,68
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	737.767,45
3.3.90.30.3002	SINALIZACAO, IDENTIFICACAO E SEGURANCA	6.801,71
3.3.90.30.3003	ARTIGOS CIRURGICOS E LABORATORIAIS	19.604,06
3.3.90.30.3004	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	64.118,63
3.3.90.30.3006	GENEROS PARA ALIMENTACAO	18.636,00
3.3.90.30.3009	MATERIAL DE EXPEDIENTE	85.596,62
3.3.90.30.3010	ACONDICIONAMENTO E/OU EMBALAGEM	2.784,00
3.3.90.30.3011	ALOJAMENTO, LAVANDERIA, COPA E/OU COZINHA	7.541,97
3.3.90.30.3013	MANUTENC, IDENTIFICAC, UTILIZAC E CONSERVAC DE BENS MOVEIS E EQUIPAMS	240.138,54
3.3.90.30.3015	PROTECAO E PROFILAXIA	377,98
3.3.90.30.3018	PRODUTOS FARMACEUTICOS E ODONTOLOGICOS	1.721,19
3.3.90.30.3021	VESTUARIO E/OU UNIFORME	5.280,00
3.3.90.30.3025	PRODUTOS QUIMICOS, FISICOS E/OU BIOLOGICOS	158.284,65
3.3.90.30.3028	LIMPEZA E HIGIENE	30.815,31
3.3.90.30.3030	PREVENCAO E TRADAMENTO DA AIDS	181,00
3.3.90.30.3031	PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	33.315,16
3.3.90.30.3032	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	33.112,56
3.3.90.30.3033	CONSERVACAO DE VEICULOS	29.108,07
3.3.90.30.3034	FOTOGRAFIA, CINEGRAFIA, SOM E PROJECAO	350,00
3.3.90.33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	213.053,50
3.3.90.33.3301	LOCACAO DE VEICULOS	72.139,88
3.3.90.33.3302	TRANSPORTE DE PESSOAL	33.751,09
3.3.90.33.3304	TRANSPORTE DE PESSOAL POR VIA AEREA	107.162,53
3.3.90.36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	6.000,00
3.3.90.36.3611	HONORARIOS	6.000,00
3.3.90.37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	1.321.732,73
3.3.90.37.3702	VIGILANCIA E/OU ZELADORIA	646.186,01
3.3.90.37.3703	SERVICOS GERAIS	675.546,72
3.3.90.39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	2.199.314,16
3.3.90.39.3901	AGUA E ESGOTO	192.429,28
3.3.90.39.3902	DIVULGACAO PROMOCIONAL OU INSTITUCIONAL	5.442,17
3.3.90.39.3903	ASSINATURA DE PERIODICOS E RECORTES	31.595,00
3.3.90.39.3907	ORGANIZACAO FEIRAS AMOSTRAS,CONGRESSOS,SEMINARIOS,SIMPOSIOS E CONGENERES	7.720,00
3.3.90.39.3910	CONCURSOS PUBLICOS	75.723,24
3.3.90.39.3916	DESPESAS PEQUENAS DE PRONTO PAGAMENTO	118.517,44
3.3.90.39.3918	ENERGIA ELETRICA	351.050,50
3.3.90.39.3923	PEDAGIOS	2.910,50
3.3.90.39.3924	PROCESSAMENTO DE DADOS	265.570,31
3.3.90.39.3926	SEGUROS	5.542,39
3.3.90.39.3927	ALIMENTACAO	122,84
3.3.90.39.3929	COMUNICACAO	28.812,22
3.3.90.39.3930	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	18.545,00
3.3.90.39.3931	CONSERVACAO DE BENS MOVEIS E EQUIPAMENTOS	143.059,94
3.3.90.39.3932	CONSERVACAO DE VEICULOS	21.608,33
3.3.90.39.3933	DIVULGACAO OBRIGATORIA	65.308,25
3.3.90.39.3934	SERVICOS GRAFICOS	8.490,00
3.3.90.39.3935	ENSINO E TREINAMENTO	43.326,61
3.3.90.39.3936	ALIMENTACAO E/OU HOSPEDAGEM DE NAO SERVIDORES	3.742,91
3.3.90.39.3939	MEDICINA	46.116,00
3.3.90.39.3942	ESTAGIARIOS E MONITORES	464.646,95
3.3.90.39.3948	MULTAS	1.340,50
3.3.90.39.3952	DESPESAS BANCARIAS	5.096,00
3.3.90.39.3954	VISTORIA, INSPECAO, CLASSIFICACAO E AFERICAO	51.841,97
3.3.90.39.3967	ANALISE CLINICA LABORATORIAL	12.260,50
3.3.90.39.3968	QUIMICA	17.810,00
3.3.90.39.3979	TELEFONIA FIXA	86.399,89
3.3.90.39.3980	TELEFONIA MOVEL	7.820,58
3.3.90.39.3982	ARMAZENAGENS, FRETES E/OU CARRETOS	2.594,44
3.3.90.39.3984	LIMPEZA E HIGIENE	8.329,36
3.3.90.39.3991	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	98.497,54
3.3.90.39.3993	MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	7.043,50
3.3.90.41	CONTRIBUICOES	24.401,49
3.3.90.41.4106	ENCARGOS COM ASSOCIACOES	24.401,49
3.3.90.46	AUXILIO-ALIMENTACAO	1.394.652,11
3.3.90.46.4601	AUXILIO-REFEICAO	1.394.652,11
3.3.90.47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	196.320,06
3.3.90.47.4702	PROGRAMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO-PASEP	141.826,64
3.3.90.47.4707	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	4.711,52
3.3.90.47.4708	CONTRIBUICAO SINDICAL	49.781,90
3.3.90.49	AUXILIO-TRANSPORTE	115.588,67
3.3.90.49.4901	AUXILIO TRANSPORTE	115.588,67

EXERCÍCIO DE 2010 — FUND DE CIENCIA E TECNOLOGIA — RFPE017/00002

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CAT. ECONÔMICA, GRUPO NAT. DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.3.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	13.486,90
3.3.90.92.3304	TRANSPORTE DE PESSOAL POR VIA AEREA	388,62
3.3.90.92.3923	PEDAGIOS	12,00
3.3.90.92.3924	PROCESSAMENTO DE DADOS	1.746,28
3.3.90.92.3930	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	1.455,00
3.3.90.92.3933	DIVULGACAO OBRIGATORIA	385,00
3.3.90.92.3991	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	9.500,00
3.3.90.93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	329.672,72
3.3.90.93.9304	RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM ALIMENTACAO	6.366,78
3.3.90.93.9306	RESTITUICAO DE RECEITAS	323.305,94
4.0.00.00	DESPESA CAPITAL	1.788.149,94
4.4.00.00	INVESTIMENTOS	1.342.245,10
4.4.90.00	APLICACOES DIRETAS	1.342.245,10
4.4.90.51	OBRAS E INSTALACOES	40.440,00
4.4.90.51.5102	ELABORACAO DE PROJETOS	10.800,00
4.4.90.51.5103	CONSTRUCAO OU AMPLIACAO DE PREDIOS OU OUTRAS OBRAS PUBLICAS	29.640,00
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.301.805,10
4.4.90.52.5201	VEICULOS E/OU EQUIPAMENTOS PARA VEICULOS RODOVIARIOS DE TRACAO MECANICA	86.400,00
4.4.90.52.5207	LABORATORIOS E/OU GABINETES MEDICOS OU ODONTOLOGICOS	155.524,34
4.4.90.52.5208	OFICINA, AJARDINAMENTO E CAMPO	1.482,60
4.4.90.52.5211	MAQUINAS DE ESCREVER, SOMAR, CALCULAR, CONTABILIDADE E REPRODUCAO	420,00
4.4.90.52.5212	MAQUINAS, MOTORES E/OU APARELHOS	878.665,86
4.4.90.52.5213	MATERIAL BIBLIOGR. PECAS P/COLECOES D E BIBLIOT. DISCOT.FILMOT.E MUSEUS	16.217,81
4.4.90.52.5214	MOBILIARIO EM GERAL	26.006,24
4.4.90.52.5220	TELECOMUNICACOES	188,00
4.4.90.52.5222	SOM E/OU IMAGEM	3.118,00
4.4.90.52.5228	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	122.169,05
4.4.90.52.5231	EQUIPAMENTOS PARA ALOJAMENTO, LAVANDERIA, COPA E/OU COZINHA	11.613,20
4.6.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	445.904,84
4.6.90.00	APLICACOES DIRETAS	445.904,84
4.6.90.71	PRINCIPAL DA DIVIDA CONTRATUAL RESGATADO	445.904,84
4.6.90.71.7111	DEBITOS PARCELADOS - PASEP	408.700,53
4.6.90.71.7113	OUTROS DEBITOS PARCELADOS	37.204,31
	TOTAL GERAL ====>	27.880.978,29

* RESUMO *

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	=>	18.995.391,06
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	=>	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	=>	7.097.437,29
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	=>	26.092.828,35
INVESTIMENTOS	=>	1.342.245,10
INVERSÕES FINANCEIRAS	=>	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	=>	445.904,84
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	=>	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	=>	1.788.149,94
TOTAL GERAL	=>	27.880.978,29

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

LUIZ AUGUSTO PEREIRA
PRESIDENTE
CPF: 160.579.360/20

DALVA MARIA KRAUSE KEMPF
CONTADORA
CRCRS N. 21028
CPF: 003.636.420/72

EXERCÍCIO DE 2010

FUND DE CIENCIA E TECNOLOGIA

RFPE039/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR ÓRGÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO POR FONTE DE RECURSO

R$

ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA							
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
52 FUNDACAO DE CIENCIA E TECNOLOGIA	18.995.391,06		7.097.437,29	1.342.245,10		445.904,84		27.880.978,29
TESOURO-LIVRES	18.751.384,77		768.795,74			408.700,53		19.928.881,04
PROPRIOS DA FUNDACAO	244.006,29		5.695.326,21	537.564,93		37.204,31		6.514.101,74
CONVENIOS			633.315,34	804.680,17				1.437.995,51
TOTAL	18.995.391,06		7.097.437,29	1.342.245,10		445.904,84		27.880.978,29

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

LUIZ AUGUSTO PEREIRA
PRESIDENTE
CPF: 160.579.960/20

DALVA MARIA KRAUSE KEMPF
CONTADORA
CRCRS N. 21028
CPF: 003.676.420/72

EXERCÍCIO DE 2010

FUND DE CIENCIA E TECNOLOGIA

RFPE040/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR FUNCÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS FONTES DE RECURSO

R$

ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA							
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
19 CIENCIA E TECNOLOGIA	18.705.491,52		7.097.437,29	1.342.245,10				27.145.173,91
TESOURO-LIVRES	18.461.485,23		768.795,74					19.230.280,97
PROPRIOS DA FUNDACAO	244.006,29		5.695.326,21	537.564,93				6.476.897,43
CONVENIOS			633.315,34	804.680,17				1.437.995,51
28 ENCARGOS ESPECIAIS	289.899,54					445.904,84		735.804,38
TESOURO-LIVRES	289.899,54					408.700,53		698.600,07
PROPRIOS DA FUNDACAO						37.204,31		37.204,31
TOTAL	18.995.391,06		7.097.437,29	1.342.245,10		445.904,84		27.880.978,29

RESUMO

TESOURO-LIVRES	18.751.384,77		768.795,74			408.700,53		19.928.881,04
PROPRIOS DA FUNDACAO	244.006,29		5.695.326,21	537.564,93		37.204,31		6.514.101,74
CONVENIOS			633.315,34	804.680,17				1.437.995,51
TOTAL	18.995.391,06		7.097.437,29	1.342.245,10		445.904,84		27.880.978,29

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

LUIZ AUGUSTO PEREIRA
PRESIDENTE
CPF: 160.579.960/20

DALVA MARIA KRAUSE KEMPF
CONTADORA
CRCRS N. 21028
CPF: 003.636.420/72

FUNDAÇÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA							
DESIGNAÇÃO	AUTORIZAÇÕES		POSIÇÃO EM 31-12-09	MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2010.			POSIÇÃO EM 31/12/10
	LEI	DATA		Variações		Mutações Patrimoniais da Despesa	
				Passivas	Ativas	Amortização	
Débitos Parcelados							-
Com Ministério da Fazenda - PASEP			1.244.657,70	81.172,03	-	408.700,53	917.129,20
Termo de Parcelamento							-
59 meses/1999 a 2001			249.172,08	16.159,06		81.801,56	183.529,58
60 m-jan/02 a jun/07			948.233,38	61.926,90		311.382,20	698.778,08
60 m-jul/07 a dez/07			47.252,24	3.086,07		15.516,77	34.821,54
Com Pref POA-Taxa de Lixo							-
36 meses/1991 a 2007			47.056,83			37.204,31	9.852,52
Precatórios Judiciais-EC 62/2009			-	7.652.469,27	602.261,54		7.050.207,73
Total			1.291.714,53	7.733.641,30	602.261,54	445.904,84	7.977.189,45

Luiz Augusto Pereira
PRESIDENTE
CIC160 579 960-20

Maria Carolina Cino
SUP.ADMINIST.-FINANCEIRO
CIC 404724770-72

Dalva Maria Krause Kempf
CONTADOR-CRC/RS 21028.0-2
CIC 003 636 420-72

Com vista ao cumprimento de disposições da Lei Complementar 101, de 04/05/00, e considerando, ainda, o disposto no Decreto Federal 20.910 de 06/01/32 foi expedido o Decreto 47542/10 publicado no Diário Oficial do Estado em 09/11/10, com base no qual foram efetivados os seguintes procedimentos:

Anulação de despesas inscritas em Restos a Pagar Não Processados, no valor de R$ 21.973,71, assim discriminadas:

Recurso 7000 – PRÓPRIOS – R$ 9.040,48
Recurso 7816 - FINEP/FAPERGS/Estruturante – R$ 2.268,00
Recurso 7830 - FINEP/Sisnavega – R$ 1.256,55
Recurso 7831 - FINEP/Sinergia R$ 24,85
Recurso 7836 - CIENTEC/Sinergia – R$ 420,00
Recurso 7865 - FINEP/Qualitec – R$ 3.892,33
Recurso 7870 - FAPERGS/Estruturante – R$ 5.071,50

cujos empenhos foram emitidos entre 01/01/09 e 31/12/09, conforme art. 4º do referido Decreto.
De acordo com o art 6º, tais despesas serão reempenhadas à conta do orçamento que forem reconhecidas.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2010.

Luiz Augusto Pereira
Presidente,

Dalva Maria Krause Kempf
Contadora-CRCRS 21028.

CIENTEC
FUNDAÇÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

RESOLUÇÃO Nº 001/CC/2011

O Conselho Curador da Fundação de Ciência e Tecnologia – CIENTEC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Estadual nº 21.874 de 1972 e alterações posteriores e, ainda pela letra "b" do artigo 2º do Regimento Interno do Conselho;

a) Considerando o exame em documentos, livros, papéis e balancetes da administração financeira e a situação de caixa e valores em depósitos em 31-12-2010;
b) Considerando as demonstrações contábeis do exercício findo em 31-12-2010, compostas das peças contábeis do Balanço Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais;
c) Considerando o exame realizado no Balanço Anual e nos Inventários, em sessões contidas nas Atas 1238 e 1239.

RESOLVE:

Aprovar as Demonstrações Contábeis do Balanço Anual da Fundação de Ciência e Tecnologia de 31-12-2010, elaborado de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com a legislação pertinente.

Porto Alegre, 22 de fevereiro de 2011.

Carlos Osvaldo Pereira Hoff
Presidente do Conselho

Marilene da Silva Minussi
Conselheiro

Rua Washington Luiz, 675 **CEP** 90010-460 Porto Alegre RS Brasil **caixa postal** 1864 **CGC** 92.816.685/0001-67
tel (51) 3287.2000 **fax** (51) 3226.0207 **e-mail** cientec@cientec.rs.gov.br **homepage** www.cientec.rs.gov.br

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... : DALVA MARIA KRAUSE KEMPF
REGISTRO..... : RS-021028/O-2
CATEGORIA..... : CONTADOR
CPF..... : 003.636.420-72

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 19.01.2011 as 15:47:20.
Válido até: 31.03.2011.
Código de Controle: 91719.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser

FEE

EXERCÍCIO DE 2010

FUND DE ECONOMIA E ESTATISTICA
DEMONSTRACÃO DA RECEITA E DA DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

RFPE035/00001
ANEXO N. 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
RECEITAS CORRENTES		DESPESA CORRENTE	
RECEITA PATRIMONIAL	9.054,72	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	36.815.275,03
RECEITA INDUSTRIAL	6.329,50	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.244.196,26
RECEITA DE SERVICOS	65.450,00		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	381.342,86	SOMA.....	40.059.471,29
RECEITA DE SERVICOS INTRA-ORCAMENTARIOS	1.002.000,00		
		TOTAL.....	40.059.471,29
SOMA.....	1.464.177,08		
		DESPESA CAPITAL	
DEFICIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	38.595.294,21		
		INVESTIMENTOS	609.887,79
TOTAL.....	40.059.471,29		
		SOMA.....	609.887,79
RECEITAS DE CAPITAL			
		TOTAL.....	40.669.359,08
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	162.600,00		
SOMA.....	162.600,00		
DEFICIT	39.042.582,00		
TOTAL.....	40.669.359,08		

RESUMO

RECEITAS CORRENTES.....	1.464.177,08	DESPESAS CORRENTES.....	40.059.471,29
RECEITAS DE CAPITAL.....	162.600,00	DESPESAS DE CAPITAL.....	609.887,79
DEFICIT.....	39.042.582,00	SUPERAVIT.....	0,00
TOTAL.....	40.669.359,08	TOTAL.....	40.669.359,08

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

JORGE LUIZ HENNEMANN
COORDENADOR NÚCLEO DA CONTABILIDADE
CRCRS N. 38240
CPF: 217.626.600/59

NORA ANGELA G KRAEMER
DIRETORA ADMINISTRATIVA
CPF: 217.200.610/68

ADELAR POCHEZATTO
PRESIDENTE
CPF: 409.874.760/53

EXERCÍCIO DE 2010 | FUND DE ECONOMIA E ESTATISTICA | RFPE006/00001

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES | ANEXO N.6

R$

ÓRGÃO: 53 - FUNDACAO DE ECONOMIA E ESTATISTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER

U.O.: 53.01 - FUNDACAO DE ECONOMIA E ESTATISTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
04	ADMINISTRACAO	50.000,00	31.448.666,56	31.498.666,56
04.0121	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	50.000,00	22.391.502,93	22.441.502,93
04.0121.0289	PESQUISAS SOCIOECONOMICAS E INFORMACOES ESTATISTICAS	50.000,00	22.391.502,93	22.441.502,93
04.0122	ADMINISTRACAO GERAL		9.057.163,63	9.057.163,63
04.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		9.057.163,63	9.057.163,63
	TOTAL DA U.O. =>	*50.000,00*	*31.448.666,56*	31.498.666,56

U.O.: 53.33 - ENCARGOS GERAIS DA FUNDACAO DE ECONOMIA E ESTATISTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER

04	ADMINISTRACAO		9.041.990,31	9.041.990,31
04.0122	ADMINISTRACAO GERAL		9.041.990,31	9.041.990,31
04.0122.0335	OPERACOES ESPECIAIS		9.041.990,31	9.041.990,31
28	ENCARGOS ESPECIAIS		128.702,21	128.702,21
28.0061	ACAO JUDICIARIA		128.702,21	128.702,21
28.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS		128.702,21	128.702,21
	TOTAL DA U.O. =>		9.170.692,52	9.170.692,52
	TOTAL DO ÓRGÃO =>	50.000,00	40.619.359,08	40.669.359,08

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

JORGE LUIZ HENNEMANN
COORDENADOR NÚCLEO DA CONTABILIDADE
CRCRS N. 38240
CPF: 217.626.600/59

NORA ANGELA G KRAEMER
DIRETORA ADMINISTRATIVA
CPF: 217.200.610/68

ADELAR ROCHEZATTO
PRESIDENTE
CPF: 408.874.760/53

EXERCÍCIO DE 2010 | FUND DE ECONOMIA E ESTATISTICA | RFPE009/00001

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES

ANEXO N. 7
R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
04	ADMINISTRACAO	50.000,00	40.490.656,87	40.540.656,87
04.0121	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	50.000,00	22.391.502,93	22.441.502,93
04.0121.0289	PESQUISAS SOCIOECONOMICAS E INFORMACOES ESTATISTICAS	50.000,00	20.451.510,93	20.501.510,93
04.0122	ADMINISTRACAO GERAL		18.099.153,94	18.099.153,94
04.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		9.057.163,63	9.057.163,63
04.0122.0335	OPERACOES ESPECIAIS		9.041.990,31	9.041.990,31
28	ENCARGOS ESPECIAIS		128.702,21	128.702,21
28.0061	ACAO JUDICIARIA		128.702,21	128.702,21
28.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS		128.702,21	128.702,21
	TOTAL GERAL =>	*50.000,00*	*40.619.359,08*	40.669.359,08

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

JORGE LUIZ HENNEMANN
COORDENADOR NÚCLEO DA CONTABILIDADE
CRCRS N. 38240
CPF: 217.626.600/59

NORA ANGELA G KRAEMER
DIRETORA ADMINISTRATIVA
CPF: 217.200.610/68

ADELAR FOCHEZATTO
PRESIDENTE
CPF: 400.874.760/53

EXERCÍCIO DE 2010 — FUND DE ECONOMIA E ESTATISTICA — RFPE029/00001

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS — ANEXO N.8

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
04	ADMINISTRACAO	40.538.352,32	2.304,55	40.540.656,87
04.0121	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	22.439.198,38	2.304,55	22.441.502,93
04.0121.0289	PESQUISAS SOCIOECONOMICAS E INFORMACOES ESTATISTICAS	22.439.198,38	2.304,55	22.441.502,93
04.0122	ADMINISTRACAO GERAL	18.099.153,94		18.099.153,94
04.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	9.057.163,63		9.057.163,63
04.0122.0335	OPERACOES ESPECIAIS	9.041.990,31		9.041.990,31
28	ENCARGOS ESPECIAIS	128.702,21		128.702,21
28.0061	ACAO JUDICIARIA	128.702,21		128.702,21
28.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS	128.702,21		128.702,21
	TOTAL GERAL =>	40.667.054,53	2.304,55	40.669.359,08

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

JORGE LUIZ HENNEMANN
COORDENADOR NÚCLEO DA CONTABILIDADE
CRCRS N. 38240
CPF: 217.626.600/59

NORA ANGELA G KRAEMER
DIRETORA ADMINISTRATIVA
CPF: 217.200.610/68

ADELAR FOCHEZATTO
PRESIDENTE
CPF: 400.874.760/53

EXERCÍCIO DE 2010 | FUND DE ECONOMIA E ESTATISTICA | RFPE025/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃO E FUNÇÕES | ANEXO N.9

R$

FUNÇÕES / ÓRGÃOS	ADMINISTRACAO	ENCARGOS ESPECIAIS	TOTAL	
PODER LEGISLATIVO				
PODER JUDICIARIO				
MINISTERIO PUBLICO				
DEFENSORIA PUBLICA				
PODER EXECUTIVO				
FUNDACAO DE ECONOMIA E ESTATISTICA				
SIEGFRIED EMANUEL HEUSER	40.540.656,87	128.702,21	40.669.359,08	
SOMA.....	40.540.656,87	128.702,21	40.669.359,08	
TOTAL.....	40.540.656,87	128.702,21	40.669.359,08	

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

JORGE LUIZ HENNEMANN
COORDENADOR NÚCLEO DA CONTABILIDADE
CRCRS N. 38240
CPF: 217.626.600/59

NORA ANGELA G KRAEMER
DIRETORA ADMINISTRATIVA
CPF: 217.200.610/68

ADELAR POCHEZAUTO
PRESIDENTE
CPF: 400.874.760/53

EXERCÍCIO DE 2010 | FUND DE ECONOMIA E ESTATISTICA | RFPE023/00001

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA | ANEXO N. 10

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
1000.00.00.0000	RECEITAS CORRENTES	303.000,00	462.177,08	159.177,08
1300.00.00.0000	RECEITA PATRIMONIAL	15.000,00	9.054,72	5.945,28-
1320.00.00.0000	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	15.000,00	9.054,72	5.945,28-
1322.00.00.0000	DIVIDENDOS	0,00	329,92	329,92
1322.02.00.0000	DIVIDENDOS DE PARTICIPACOES DIVERSAS	0,00	329,92	329,92
1322.02.99.0000	DIVIDENDOS DE PARTICIPACOES DIVERSAS	0,00	329,92	329,92
1325.00.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	13.800,00	8.252,06	5.547,94-
1325.01.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS DE RECURSOS VINCULADOS	12.000,00	8.252,06	3.747,94-
1325.01.99.0000	DIVERSAS REMUNERACOES DE DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS	12.000,00	8.252,06	3.747,94-
1325.02.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITO DE RECURSOS NAO VINCULADOS	1.800,00	0,00	1.800,00-
1325.02.99.0000	DIVERSAS REMUNERACOES DE DEPOSITOS BANCARIOS NAO VINCULADOS	1.800,00	0,00	1.800,00-
1329.00.00.0000	OUTRAS RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	1.200,00	472,74	727,26-
1329.99.00.0000	OUTRAS RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	1.200,00	472,74	727,26-
1329.99.01.0000	DIVERSAS RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	1.200,00	472,74	727,26-
1500.00.00.0000	RECEITA INDUSTRIAL	36.000,00	6.329,50	29.670,50-
1520.00.00.0000	RECEITA DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	36.000,00	6.329,50	29.670,50-
1520.29.00.0000	RECEITA DA INDUSTRIA EDITORIAL E GRAFICA	36.000,00	6.329,50	29.670,50-
1520.29.99.0000	RECEITA DA INDUSTRIA EDITORIAL E GRAFICA	36.000,00	6.329,50	29.670,50-
1600.00.00.0000	RECEITA DE SERVICOS	200.000,00	65.450,00	134.550,00-
1600.22.00.0000	SERVICOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	200.000,00	65.450,00	134.550,00-
1600.22.99.0000	DIVERSOS SERVICOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	200.000,00	65.450,00	134.550,00-
1900.00.00.0000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	52.000,00	381.342,86	329.342,86
1920.00.00.0000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	42.000,00	742,86	41.257,14-
1921.00.00.0000	INDENIZACOES	8.000,00	721,70	7.278,30-
1921.99.00.0000	OUTRAS INDENIZACOES	8.000,00	721,70	7.278,30-
1921.99.99.0000	DIVERSAS INDENIZACOES	8.000,00	721,70	7.278,30-
1922.00.00.0000	RESTITUICOES	34.000,00	21,16	33.978,84-
1922.99.00.0000	OUTRAS RESTITUICOES	34.000,00	21,16	33.978,84-
1922.99.99.0000	DIVERSAS RESTITUICOES	34.000,00	21,16	33.978,84-
1990.00.00.0000	RECEITAS DIVERSAS	10.000,00	380.600,00	370.600,00
1990.98.00.0000	OUTRAS RECEITAS EVENTUAIS	10.000,00	600,00	9.400,00-
1990.98.99.0000	DIVERSAS RECEITAS EVENTUAIS	10.000,00	600,00	9.400,00-
1990.99.00.0000	OUTRAS RECEITAS	0,00	380.000,00	380.000,00
1990.99.02.0000	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR DE RECURSOS NAO VINCULADOS	0,00	380.000,00	380.000,00
2000.00.00.0000	RECEITAS DE CAPITAL	260.000,00	162.600,00	97.400,00-
2200.00.00.0000	ALIENACAO DE BENS	10.000,00	0,00	10.000,00-
2210.00.00.0000	ALIENACAO DE BENS MOVEIS	10.000,00	0,00	10.000,00-
2219.00.00.0000	ALIENACAO DE OUTROS BENS MOVEIS	10.000,00	0,00	10.000,00-
2219.99.00.0000	OUTRAS ALIENACOES DE BENS MOVEIS	10.000,00	0,00	10.000,00-
2219.99.99.0000	DIVERSAS ALIENACOES DE BENS MOVEIS	10.000,00	0,00	10.000,00-
2400.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	250.000,00	162.600,00	87.400,00-
2470.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	250.000,00	162.600,00	87.400,00-
2471.00.00.0000	TRANSFERENCIA DE CONVENIOS DA UNIAO E DE SUAS ENTIDADES	250.000,00	162.600,00	87.400,00-
2471.99.00.0000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	250.000,00	162.600,00	87.400,00-
2471.99.99.0000	DIVERSAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	250.000,00	162.600,00	87.400,00-
7000.00.00.0000	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORCAMENTARIAS	360.000,00	1.002.000,00	642.000,00
7600.00.00.0000	RECEITA DE SERVICOS INTRA-ORCAMENTARIOS	360.000,00	1.002.000,00	642.000,00
7600.22.00.0000	SERVICOS DE ESTUDOS E PESQUISAS INTRA-ORCAMENTARIOS	360.000,00	1.002.000,00	642.000,00
7600.22.99.0000	DIVERSOS SERVICOS DE ESTUDOS E PESQUISAS INTRA-ORCAMENTARIOS	360.000,00	1.002.000,00	642.000,00
TOTAL		923.000,00	1.626.777,08	703.777,08

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

JORGE LUIZ HENNEMANN
COORDENADOR NÚCLEO DA CONTABILIDADE
CRCRS N. 38240
CPF: 217.626.600/59

NORA ANGELA G KRAEMER
DIRETORA ADMINISTRATIVA
CPF: 217.200.610/68

ADELAR FOCHEZATTO
PRESIDENTE
CPF: 400.874.760/53

EXERCÍCIO DE 2010

FUND DE ECONOMIA E ESTATISTICA
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

RFPE026/00001
ANEXO N.11

R$

TÍTULOS		DESPESA CORRENTE	DESPESA DE CAPITAL	TOTAL
FUNDACAO DE ECONOMIA E ESTATISTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER				
	DESPESA FIXADA	38.850.490,00	362.000,00	39.212.490,00
	CRÉDITOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00
	CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00
	SUPLEMENTAÇÕES	3.012.009,00	625.016,37	3.637.025,37
	REDUÇÕES	80.000,00	0,00	80.000,00
	DESPESA AUTORIZADA	41.782.499,00	987.016,37	42.769.515,37
	DESPESA REALIZADA	40.059.471,29	609.887,79	40.669.359,08
	DIFERENÇA	1.723.027,71	377.128,58	2.100.156,29
TOTAL GERAL				
	DESPESA FIXADA			39.212.490,00
	CRÉDITOS ESPECIAIS			0,00
	CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS			0,00
	SUPLEMENTAÇÕES			3.637.025,37
	REDUÇÕES			80.000,00
	DESPESA AUTORIZADA			42.769.515,37
	DESPESA REALIZADA			40.669.359,08
	DIFERENÇA			2.100.156,29

CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS CONSIDERADOS PELO SEU VALOR DE ABERTURA, ESTANDO AS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES COMPUTADAS NAS SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES.

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

JORGE LUIZ HENNEMANN
COORDENADOR NÚCLEO DA CONTABILIDADE
CRCRS N. 38240
CPF: 217.626.600/59

NORA ANGELA G KRAEMER
DIRETORA ADMINISTRATIVA
CPF: 217.200.610/68

ADELAR FOCHEZATTO
PRESIDENTE
CPF: 400.874.760/53

R E C E I T A

TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES			
RECEITA PATRIMONIAL	15.000,00	9.054,72	5.945,28-
RECEITA INDUSTRIAL	36.000,00	6.329,50	29.670,50-
RECEITA DE SERVICOS	200.000,00	65.450,00	134.550,00-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	52.000,00	381.342,86	329.342,86
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	303.000,00	462.177,08	159.177,08
RECEITAS DE CAPITAL			
ALIENACAO DE BENS	10.000,00	0,00	10.000,00-
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	250.000,00	162.600,00	87.400,00-
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	260.000,00	162.600,00	97.400,00-
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	360.000,00	1.002.000,00	642.000,00
SOMA	923.000,00	1.626.777,08	703.777,08
DEFICIT DE PREVISÃO	41.846.515,37	39.042.582,00	2.803.933,37-
TOTAL	42.769.515,37	40.669.359,08	2.100.156,29-

D E S P E S A

TÍTULOS	AUTORIZAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
CRÉDITOS ORDINÁRIOS (1)	42.769.515,37	40.669.359,08	2.100.156,29-
CRÉDITOS ESPECIAIS (2)	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS (2)	0,00	0,00	0,00
SOMA	42.769.515,37	40.669.359,08	2.100.156,29-
TOTAL	42.769.515,37	40.669.359,08	2.100.156,29-

(1) DOTAÇÕES ORIGINAIS COM SUAS SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES
(2) DOTAÇÕES CRIADAS NO DECORRER DO EXERCÍCIO E ALTERAÇÕES

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

JORGE LUIZ HENNEMANN
COORDENADOR NÚCLEO DA CONTABILIDADE
CRCRS N. 38240
CPF: 217.626.600/59

NORA ANGELA G KRAEMER
DIRETORA ADMINISTRATIVA
CPF: 217.200.610/68

ADELAR FOCHEZATTO
PRESIDENTE
CPF: 400.874.760/53

BALANÇO FINANCEIRO

ANEXO N. 13

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
RECEITA ORÇAMENTARIA		DESPESA ORÇAMENTARIA	
RECEITAS CORRENTES		ADMINISTRACAO	40.540.656,87
RECEITA PATRIMONIAL	9.054,72	ENCARGOS ESPECIAIS	128.702,21
RECEITA INDUSTRIAL	6.329,50	SOMA.....	40.669.359,08
RECEITA DE SERVICOS	65.450,00	DESPESA EXTRA-ORÇAMENTARIA	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	381.342,86	REALIZAVEL	0,00
SOMA.....	462.177,08	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	3.338.233,83
RECEITAS DE CAPITAL		RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	380.000,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	162.600,00	DEPOSITOS	7.717.315,26
SOMA.....	162.600,00	DIVERSOS	3.708,01
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.002.000,00	SOMA.....	11.439.257,10
TOTAL.....	1.626.777,08	TOTAL.....	52.108.616,18
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA		*VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO*	
REALIZAVEL	0,00	BAIXA DE SALDOS BANCÁRIOS	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	2.462.709,57	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS INTRAGOVERNAMENTAIS	
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	612,00	SOMA.....	0,00
DEPOSITOS	7.727.455,47	SALDOS PARA O EXERCICIO SEGUINTE	
DIVERSOS	3.708,01	BANCOS C/DISPOSICAO	227,43
SOMA.....	10.194.485,05	APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	280.442,36
TOTAL.....	11.821.262,13	BANCOS, C/VINCULADAS	170.694,77
VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO		SOMA.....	451.364,56
BAIXA DE PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR E A LIQUIDAR	1.174.098,99		
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS INTRAGOVERNAMENTAIS	38.985.022,93		
SOMA.....	40.159.121,92		
SALDOS DO EXERCICIO ANTERIOR			
BANCOS C/DISPOSICAO	48.738,35		
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	530.858,34		
BANCOS, C/VINCULADAS	0,00		
SOMA.....	579.596,69		
TOTAL.....	52.559.980,74	TOTAL.....	52.559.980,74

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

JORGE LUIZ HENNEMANN
COORDENADOR NÚCLEO DA CONTABILIDADE
CRCRS N. 38240
CPF: 217.626.600/59

NORA ANGELA G KRAEMER
DIRETORA ADMINISTRATIVA
CPF: 217.200.610/68

ADELAR FOCHEZATTO
PRESIDENTE
CPF: 400.874.760/53

EXERCÍCIO DE 2010

FUND DE ECONOMIA E ESTATISTICA

BALANÇO PATRIMONIAL

RFPE032/00001

ANEXO N. 14

ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
ATIVO FINANCEIRO		PASSIVO FINANCEIRO	
DISPONÍVEL		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	
BANCOS C/DISPOSICAO	227,43	FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	173.913,08
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	280.442,36	FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	1.496.480,61
SOMA.....	280.669,79	PIS E PASEP A RECOLHER	24.030,71
VINCULADO EM CONTA CORRENTE BANCÁRIA		CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	554.557,29
BANCOS, C/VINCULADAS	170.694,77	TRIBUTOS E TAXAS DIVERSAS A RECOLHER	13,14
SOMA.....	170.694,77	PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR	45.786,09
REALIZÁVEL		FGTS A RECOLHER	167.928,65
DEPOSITOS JUDICIAIS	9.303,40	SOMA.....	2.462.709,57
SOMA.....	9.303,40	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
TOTAL.....	460.667,96	FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	612,00
ATIVO PERMANENTE		SOMA.....	612,00
BENS DA ENTIDADE		DEPÓSITOS	
BENS MOVEIS	2.301.273,78	DEPOSITOS	126.553,56
BENS IMOVEIS	2.526.911,10	SOMA.....	126.553,56
BENS DE NATUREZA INDUSTRIAL	134.329,49	DIVERSOS	
SOMA.....	4.962.514,37	SOMA.....	0,00
PARTICIPAÇÕES		TOTAL.....	2.589.875,13
PARTICIPACOES SOCIETARIAS EM EMPRESAS SOB CONTROLE DO ESTADO	7.142,83	PASSIVO PERMANENTE	
SOMA.....	7.142,83	DÍVIDA FUNDADA INTERNA	
CRÉDITOS		PRECATORIOS JUDICIAIS - EC 62/2009	1.412.093,78
CREDITOS P/FUTURO AUMENTO CAP EM EMPR SOB CONTROLE DO ESTADO	1.117,63	SOMA.....	1.412.093,78
DEVEDORES POR PRESTACOES DE SERVICOS	50.353,99	TOTAL.....	1.412.093,78
SOMA.....	51.471,62	SOMA DO PASSIVO REAL	4.001.968,91
DIVERSOS		SALDO PATRIMONIAL	
ALMOXARIFADOS	17.816,34	SITUAÇÃO LÍQUIDA	
SOMA.....	17.816,34	ATIVO REAL LIQUIDO	1.497.644,21
TOTAL.....	5.038.945,16	SOMA.....	5.499.613,12
SOMA DO ATIVO REAL	5.499.613,12	PASSIVO COMPENSADO	
ATIVO COMPENSADO		CONTRAPARTIDA DE VALORES EM PODER DE TERCEIROS	
VALORES EM PODER DE TERCEIROS		VALORES EM GUARDA NOS ALMOXARIFADOS	17.816,34
RESPONSAVEIS POR ALMOXARIFADOS	17.816,34	SOMA.....	17.816,34
SOMA.....	17.816,34	CONTRAPARTIDA DE VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS	
VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS		VANTAGENS REMUNERATORIAS DOS SERVIDORES A IMPLANTAR	2.553.566,63
VANTAGENS REMUNERATORIAS DE SERVIDORES A IMPLANTAR	2.553.566,63	ATUALIZACOES DE PRECATORIOS A PAGAR	263.214,95
ATUALIZACOES DE PRECATORIOS	263.214,95	ACOES JUDICIAIS	243.717,17
PROCESSOS JUDICIAIS	243.717,17	CONTRATOS DE SEGURO PARA COBERTURA DE RISCOS	2.095.000,00
SEGUROS PARA COBERTURA DE RISCOS	2.095.000,00	SOMA.....	5.155.498,75
SOMA.....	5.155.498,75	TOTAL.....	5.173.315,09
TOTAL.....	5.173.315,09		
TOTAL GERAL.....	10.672.928,21	TOTAL GERAL.....	10.672.928,21

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

JORGE LUIZ HENNEMANN
COORDENADOR NÚCLEO DA CONTABILIDADE
CRCRS N. 38240
CPF: 217.626.600/59

NORA ANGELA G KRAEMER
DIRETORA ADMINISTRATIVA
CPF: 217.200.610/68

ADELAR FOCHEZATTO
PRESIDENTE
CPF: 400.874.760/53

EXERCÍCIO DE 2010 | FUND DE ECONOMIA E ESTATISTICA | RFPE033/00001

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS | ANEXO N. 15

VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
RECEITAS CORRENTES		DESPESAS CORRENTES	
RECEITA PATRIMONIAL	9.054,72	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	36.815.275,03
RECEITA INDUSTRIAL	6.329,50	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.244.196,26
RECEITA DE SERVICOS	65.450,00		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	381.342,86	SOMA.....	40.059.471,29
SOMA.....	462.177,08	DESPESAS DE CAPITAL	
RECEITAS DE CAPITAL		INVESTIMENTOS	609.887,79
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	162.600,00	SOMA.....	609.887,79
SOMA.....	162.600,00	TOTAL.....	40.669.359,08
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.002.000,00	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	
DEDUÇÕES RECEITAS CORRENTES	0,00	ANULACAO DO REGISTRO BENS CRED VALORES FASE AQUIS/FORMACAO	380.000,00
TOTAL.....	1.626.777,08	SOMA.....	380.000,00
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS		INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
CONSTRUCAO OU AQUISICAO DE BENS MOVEIS	609.887,79	VARIAÇÕES PASSIVAS	
SOMA.....	609.887,79	BAIXA DE PARTICIPACOES SOC EM EMPR S/CONTROLE DO ESTADO	5.888,86
INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		BAIXA DE BENS MOVEIS	119.333,37
VARIAÇÕES ATIVAS		INSCRICAO DE PRECATORIOS JUDICIAIS - EC 62/2009	1.412.093,78
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	22.640,00	BAIXA DE BENS DE ALMOXARIFADO	51.796,78
INCORPORACAO DE BENS DE ALMOXARIFADO	57.972,18	SOMA.....	1.589.112,79
SOMA.....	80.612,18	VARIAÇÕES PASSIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO PATRIMÔNIO FINANCEIRO	
VARIAÇÕES ATIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO PATRIMÔNIO FINANCEIRO		SOMA.....	0,00
BAIXA DE PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR E A LIQUIDAR	1.174.098,99	TOTAL.....	42.638.471,87
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS INTRAGOVERNAMENTAIS	38.985.022,93		
SOMA.....	40.159.121,92		
TOTAL.....	42.476.398,97		
RESULTADO PATRIMONIAL			
DEFICIT VERIFICADO	162.072,90		
TOTAL.....	42.638.471,87	TOTAL.....	42.638.471,87

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

JORGE LUIZ HENNEMANN
COORDENADOR NÚCLEO DA CONTABILIDADE
CRCRS N. 38240
CPF: 217.626.600/59

NORA ANGELA G KRAEMER
DIRETORA ADMINISTRATIVA
CPF: 217.200.610/68

ADELAR FOCHEZATTO
PRESIDENTE
CPF: 400.874.760/53

EXERCÍCIO DE 2010

FUND DE ECONOMIA E ESTATISTICA
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

RFPE034/00001
ANEXO N.17

R$

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	252.868,33-	173.913,08	252.868,33	173.913,08-
LOCACOES DE IMOVEIS, A PAGAR	176,00-	0,00	176,00	0,00
FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	1.263.894,39-	1.496.480,61	1.263.894,39	1.496.480,61-
PIS E PASEP A RECOLHER	19.019,32-	24.030,71	19.019,32	24.030,71-
CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	479.563,34-	554.557,29	479.563,34	554.557,29-
TRIBUTOS E TAXAS DIVERSAS A RECOLHER	6,75-	13,14	6,75	13,14-
PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR	1.174.098,99-	45.786,09	1.174.098,99	45.786,09-
FGTS A RECOLHER	148.606,71-	167.928,65	148.606,71	167.928,65-
SUBTOTAL.....	3.338.233,83-	2.462.709,57	3.338.233,83	2.462.709,57-
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	380.000,00-	612,00	380.000,00	612,00-
SUBTOTAL.....	380.000,00-	612,00	380.000,00	612,00-
DEPOSITOS				
DEPOSITOS	116.413,35-	7.727.455,47	7.717.315,26	126.553,56-
SUBTOTAL.....	116.413,35-	7.727.455,47	7.717.315,26	126.553,56-
DIVERSOS				
OUTROS CREDORES	0,00	3.708,01	3.708,01	0,00
SUBTOTAL.....	0,00	3.708,01	3.708,01	0,00
TOTAL.....	3.834.647,18-	10.194.485,05	11.439.257,10	2.589.875,13-

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

JORGE LUIZ HENNEMANN
COORDENADOR NÚCLEO DA CONTABILIDADE
CRCRS N. 38240
CPF: 217.626.600/59

NORA ANGELA G KRAEMER
DIRETORA ADMINISTRATIVA
CPF: 217.200.610/68

ADELAR FOCHEZATTO
PRESIDENTE
CPF: 400.874.760/53

EXERCÍCIO DE 2010 — FUND DE ECONOMIA E ESTATISTICA — RFPE017/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CAT. ECONÔMICA, GRUPO NAT. DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA
COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.0.00.00	DESPESA CORRENTE	40.059.471,29
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	36.815.275,03
3.1.90.00	APLICACOES DIRETAS	36.815.275,03
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	27.986.363,39
3.1.90.11.1102	VENCIMENTO, SALARIO E SUBSIDIO	27.502.924,59
3.1.90.11.1104	GRATIFICACOES	481.998,80
3.1.90.11.1108	JETON	1.440,00
3.1.90.13	OBRIGACOES PATRONAIS	8.762.608,33
3.1.90.13.1302	SEGURO DE VIDA DE SERVIDORES	17.379,75
3.1.90.13.1303	PLANO DE SAUDE	505.418,25
3.1.90.13.1304	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA	6.820.307,17
3.1.90.13.1305	FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVICO - FGTS	1.419.503,16
3.1.90.91	SENTENCAS JUDICIAIS	66.303,31
3.1.90.91.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS	66.303,31
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.244.196,26
3.3.20.00	TRANSFERENCIAS A UNIAO	2.304,55
3.3.20.93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	2.304,55
3.3.20.93.9316	RESTITUICAO DE RECEITAS DA UNIAO	2.304,55
3.3.90.00	APLICACOES DIRETAS	3.241.891,71
3.3.90.08	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAS	17.011,14
3.3.90.08.0805	AUXILIO CRECHE	17.011,14
3.3.90.14	DIARIAS-CIVIL	10.202,82
3.3.90.14.1402	DIARIAS DE VIAGEM	1.100,58
3.3.90.14.1407	DIARIAS DE VIAGEM PARA FORA DO ESTADO	9.102,24
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	63.984,55
3.3.90.30.3004	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	925,72
3.3.90.30.3009	MATERIAL DE EXPEDIENTE	15.713,00
3.3.90.30.3010	ACONDICIONAMENTO E/OU EMBALAGEM	1.025,70
3.3.90.30.3013	MANUTENC, IDENTIFICAC, UTILIZAC E CONSERVAC DE BENS MOVEIS E EQUIPAMS	6.845,00
3.3.90.30.3017	MATERIA-PRIMA	4.274,64
3.3.90.30.3028	LIMPEZA E HIGIENE	6.534,00
3.3.90.30.3031	PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	28.666,49
3.3.90.33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	21.180,05
3.3.90.33.3302	TRANSPORTE DE PESSOAL	11.742,13
3.3.90.33.3304	TRANSPORTE DE PESSOAL POR VIA AEREA	9.437,92
3.3.90.36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	9.620,00
3.3.90.36.3611	HONORARIOS	9.400,00
3.3.90.36.3614	LOCACAO DE IMOVEIS	220,00
3.3.90.37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	158.114,47
3.3.90.37.3701	LIMPEZA E HIGIENE	86.863,39
3.3.90.37.3702	VIGILANCIA E/OU ZELADORIA	70.131,08
3.3.90.37.3703	SERVICOS GERAIS	1.120,00
3.3.90.39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	2.606.220,51
3.3.90.39.3901	AGUA E ESGOTO	30.286,05
3.3.90.39.3903	ASSINATURA DE PERIODICOS E RECORTES	9.215,75
3.3.90.39.3907	ORGANIZACAO FEIRAS AMOSTRAS,CONGRESSOS,SEMINARIOS,SIMPOSIOS E CONGENERES	2.114,00
3.3.90.39.3916	DESPESAS PEQUENAS DE PRONTO PAGAMENTO	31.251,61
3.3.90.39.3918	ENERGIA ELETRICA	86.411,43
3.3.90.39.3920	LOCACAO DE IMOVEIS	1.936,00
3.3.90.39.3924	PROCESSAMENTO DE DADOS	85.136,65
3.3.90.39.3926	SEGUROS	2.985,67
3.3.90.39.3928	CARTORIO	714,61
3.3.90.39.3929	COMUNICACAO	31.848,50
3.3.90.39.3930	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	13.169,71
3.3.90.39.3931	CONSERVACAO DE BENS MOVEIS E EQUIPAMENTOS	10.377,30
3.3.90.39.3933	DIVULGACAO OBRIGATORIA	49.166,25
3.3.90.39.3934	SERVICOS GRAFICOS	50.755,40
3.3.90.39.3935	ENSINO E TREINAMENTO	551,00
3.3.90.39.3937	LEVANTAMENTO, PROSPECCAO ANALISE DE DADOS GEOGRAFICOS, TOPOGRAF E/OU AEROFOT	720.798,06
3.3.90.39.3939	MEDICINA	6.293,36
3.3.90.39.3942	ESTAGIARIOS E MONITORES	247.532,27
3.3.90.39.3948	MULTAS	2.948,83
3.3.90.39.3950	CUSTAS JUDICIAIS	4.599,99
3.3.90.39.3979	TELEFONIA FIXA	13.772,53
3.3.90.39.3980	TELEFONIA MOVEL	7,88
3.3.90.39.3983	AUXILIO TRANSPORTE	66.019,81
3.3.90.39.3985	AUXILIO-REFEICAO	1.138.327,85
3.3.90.47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	355.558,17
3.3.90.47.4701	CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - SERVICOS DE TERCEIROS	1.880,00
3.3.90.47.4702	PROGRAMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO-PASEP	279.381,98
3.3.90.47.4703	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO E CONTRIBUICAO DE MELHORIA	3.634,92
3.3.90.47.4705	IMPOSTO SOBRE SERVICOS DE QUALQUER NATUREZA	304,70
3.3.90.47.4707	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	4.541,87
3.3.90.47.4708	CONTRIBUICAO SINDICAL	65.814,70
4.0.00.00	DESPESA CAPITAL	609.887,79
4.4.00.00	INVESTIMENTOS	609.887,79
4.4.90.00	APLICACOES DIRETAS	609.887,79
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	609.887,79
4.4.90.52.5212	MAQUINAS, MOTORES E/OU APARELHOS	591.712,51
4.4.90.52.5214	MOBILIARIO EM GERAL	1.000,00
4.4.90.52.5228	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	17.175,28
	TOTAL GERAL ====>	40.669.359,08

* RESUMO *		
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	=>	36.815.275,03
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	=>	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	=>	3.244.196,26
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	=>	40.059.471,29
INVESTIMENTOS	=>	609.887,79
INVERSÕES FINANCEIRAS	=>	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	=>	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	=>	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	=>	609.887,79
TOTAL GERAL	=>	40.669.359,08

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

JORGE LUIZ HENNEMANN
COORDENADOR NÚCLEO DA CONTABILIDADE
CRCRS N. 38240
CPF: 217.626.600/59

NORA ANGELA C KRAEMER
DIRETORA ADMINISTRATIVA
CPF: 217.280.610/68

ADELAR POCHEZATTO
PRESIDENTE
CPF: 400.874.760/53

EXERCÍCIO DE 2010 — FUND DE ECONOMIA E ESTATISTICA — RFPE039/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR ÓRGÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO POR FONTE DE RECURSO

R$

ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA							
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
53 FUNDACAO DE ECONOMIA E ESTATISTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER	36.815.275,03		3.244.196,26	609.887,79				40.669.359,08
TESOURO-LIVRES	36.815.275,03		2.258.467,00					39.073.742,03
PROPRIOS DA FUNDACAO			983.424,71	609.887,79				1.593.312,50
CONVENIOS			2.304,55					2.304,55
TOTAL	36.815.275,03		3.244.196,26	609.887,79				40.669.359,08

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

JORGE LUIZ HENNEMANN
COORDENADOR NÚCLEO DA CONTABILIDADE
CRCRS N. 38240
CPF: 217.626.600/59

NORA ANGELA G KRAEMER
DIRETORA ADMINISTRATIVA
CPF: 217.200.610/68

ADELAR FACHEZATTO
PRESIDENTE
CPF: 400.774.760/53

EXERCÍCIO DE 2010 — FUND DE ECONOMIA E ESTATISTICA — RFPE040/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR FUNCÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS FONTES DE RECURSO — R$

ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA							
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
04 ADMINISTRACAO	36.686.572,82		3.244.196,26	609.887,79				40.540.656,87
TESOURO-LIVRES	36.686.572,82		2.258.467,00					38.945.039,82
PROPRIOS DA FUNDACAO			983.424,71	609.887,79				1.593.312,50
CONVENIOS			2.304,55					2.304,55
28 ENCARGOS ESPECIAIS	128.702,21							128.702,21
TESOURO-LIVRES	128.702,21							128.702,21
TOTAL	36.815.275,03		3.244.196,26	609.887,79				40.669.359,08
RESUMO								
TESOURO-LIVRES	36.815.275,03		2.258.467,00					39.073.742,03
PROPRIOS DA FUNDACAO			983.424,71	609.887,79				1.593.312,50
CONVENIOS			2.304,55					2.304,55
TOTAL	36.815.275,03		3.244.196,26	609.887,79				40.669.359,08

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

JORGE LUIZ HENNEMANN
COORDENADOR NÚCLEO DA CONTABILIDADE
CRCRS N. 38240
CPF: 217.626.600/59

NORA ANGELA G KRAEMER
DIRETORA ADMINISTRATIVA
CPF: 217.200.610/68

ADELAR FOCHEZATTO
PRESIDENTE
CPF: 400.474.760/53

ANEXO 16

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA							
DESIGNAÇÃO	AUTORIZAÇÕES		POSIÇÃO EM 31.12.09	MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2010			POSIÇÃO EM 31.12.2010
	LEI	DATA		Variações		RESGATE	
				Passivas	Ativas		
Débitos Parcelados							
Com o Ministério da Fazenda - PASEP			.X.	.X.	.X.	.X.	0,00
Termo de Parcelamento de / /							
Com o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS			.X.	.X.	.X.	.X.	.X.
TOTAL			.X.	.X.	.X.	.X.	**0,00**

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2010

ADELAR FOCHEZATTO
PRESIDENTE
CIC-MF 400874760-53

NÓRA ANGELA G. KRAEMER
DIRETORA ADMINISTRATIVA
CIC-MF 217200610-68

JORGE LUIZ HENNEMANN
CONTADOR - CRC/RS 38.240
CIC-MF 217626600-59

CONSELHO CURADOR

RESOLUÇÃO Nº 01/2011

O CONSELHO CURADOR DA FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA Siegfried Emanuel Heuser no uso das atribuições que lhe são conferidas pela letra "b", do artigo 13, do Estatuto desta Fundação, aprovado pelo Decreto nº 22.971, de 04 de janeiro de 1974, e pela letra "b" do artigo 2º, inciso II e letra "a" do artigo 3º, do Regime Interno deste Conselho.

Considerando o exame realizado no Balanço Anual da Fundação, conforme o consignado na Ata de Reunião Ordinária nº 01/2011, realizado na presente data, bem como as manifestações registradas nas atas relativas às reuniões em que examinaram e analisaram os documentos referentes ao exercício de 2010.

Considerando que o Balanço Anual representa adequadamente a posição patrimonial e financeira desta Fundação, de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos, aplicados com uniformidade em relação ao exercício anterior e,

Considerando que a Fundação vem cumprindo com as finalidades para as quais foi criada.

RESOLVE:

APROVAR o Balanço Anual da Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser – FEE, concernente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, bem como as contas apresentadas por sua administração.

Porto Alegre, 18 de março de 2011.

CARLOS EDUARDO PROVENZANO

MÁRCIA BEATRIZ LANG

LUCIANO FELTRIN

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: JORGE LUIZ HENNEMANN
REGISTRO.....	: RS-038240/O-3
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 217.626.600-59

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 13.01.2011 as 15:54:19.
Válido até: 31.03.2011.
Código de Controle: 91340.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha

FETLSVC

EXERCÍCIO DE 2010

FUND ESCOLA TECN LIBERATO SALZANO V DA CUNHA
DEMONSTRACÃO DA RECEITA E DA DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

RFPE035/00001
ANEXO N. 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
RECEITAS CORRENTES		DESPESA CORRENTE	
RECEITA PATRIMONIAL	77.393,73	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	23.427.828,19
RECEITA DE SERVICOS	3.766.321,11	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.480.927,28
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	193.464,40		
SOMA.....	4.037.179,24	SOMA.....	27.908.755,47
DEFICIT	28.009.434,81	TOTAL.....	27.908.755,47
TOTAL.....	32.046.614,05	DESPESA CAPITAL	
		INVESTIMENTOS	4.097.721,03
		AMORTIZACAO DA DIVIDA	40.137,55
		SOMA.....	4.137.858,58
		TOTAL.....	32.046.614,05

RESUMO

RECEITAS CORRENTES.....	4.037.179,24	DESPESAS CORRENTES.....	27.908.755,47
RECEITAS DE CAPITAL.....	0,00	DESPESAS DE CAPITAL.....	4.137.858,58
DEFICIT.....	28.009.434,81	SUPERAVIT.....	0,00
TOTAL.....	32.046.614,05	TOTAL.....	32.046.614,05

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

MARIA INES UTZIG ZULKE
DIRETORA EXECUTIVA
CPF: 394.684.880/04

RONALDO GARCIA FORTE
CONTADOR
CRCRS N. 42565
CPF: 263.844.770/68

EXERCÍCIO DE 2010 | FUND ESCOLA TECN LIBERATO SALZANO V DA CUNHA | RFPE006/00001

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES | ANEXO N.6

R$

ÓRGÃO: 56 - FUNDACAO ESCOLA TECNICA LIBERATO SALZANO VIEIRA DA CUNHA

U.O.: 56.01 - FUNDACAO ESCOLA TECNICA LIBERATO SALZANO VIEIRA DA CUNHA

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
12	EDUCACAO	444.208,00	22.227.743,99	22.671.951,99
12.0122	ADMINISTRACAO GERAL		3.923.380,28	3.923.380,28
12.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		3.923.380,28	3.923.380,28
12.0363	ENSINO PROFISSIONAL	444.208,00	18.304.363,71	18.748.571,71
12.0363.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		17.765.756,19	17.765.756,19
12.0363.0360	EDUCACAO PROFISSIONAL COMO INDUTORA DO DESENVOLVIMENTO	444.208,00	538.607,52	982.815,52
	TOTAL DA U.O. =>	444.208,00	22.227.743,99	22.671.951,99
	TOTAL DO ÓRGÃO =>	444.208,00	22.227.743,99	22.671.951,99

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

MARIA INES UTZIG ZULKE
DIRETORA EXECUTIVA
CPF: 394.684.880/04

RONALDO GARCIA FORTE
CONTADOR
CRCRS N. 42565
CPF: 263.844.770/68

ERCICIO DE 2010 | FUND ESCOLA TECN LIBERATO SALZANO V DA CUNHA | RAFE009/00001

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
DEMONSTRATIVO DE FUNCOES, SUBFUNCOES E PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES | ANEXO N. 7 R$

DIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCACAO	444.208,00	31.602.406,05	32.046.614,05
0061	ACAO JUDICIARIA		3.494.657,17	3.494.657,17
0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS		3.494.657,17	3.494.657,17
0122	ADMINISTRACAO GERAL		9.763.247,62	9.763.247,62
0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		3.923.380,28	3.923.380,28
0122.0335	OPERACOES ESPECIAIS		5.839.867,34	5.839.867,34
0363	ENSINO PROFISSIONAL	444.208,00	18.304.363,71	18.748.571,71
0363.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		17.765.756,19	17.765.756,19
0363.0360	EDUCACAO PROFISSIONAL COMO INDUTORA DO DESENVOLVIMENTO	444.208,00	538.607,52	982.815,52
0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS		40.137,55	40.137,55
0846.0335	OPERACOES ESPECIAIS		40.137,55	40.137,55
	TOTAL GERAL =>	444.208,00	31.602.406,05	32.046.614,05

NOVO HAMBURGO, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

MARIA INES UTZIG ZULKE
DIRETORA-EXECUTIVA
CPF 394.684.880-04

RONALDO GARCIA FORTE
CONTADOR CRCRS 42.565
CPF 263.844.770/68

EXERCÍCIO DE 2010 — FUND ESCOLA TECN LIBERATO SALZANO V DA CUNHA — RFPE029/00001

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS — ANEXO N.8

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
12	EDUCACAO	31.926.627,54	119.986,51	32.046.614,05
12.0061	ACAO JUDICIARIA	3.494.657,17		3.494.657,17
12.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS	3.494.657,17		3.494.657,17
12.0122	ADMINISTRACAO GERAL	9.763.247,62		9.763.247,62
12.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	3.923.380,28		3.923.380,28
12.0122.0335	OPERACOES ESPECIAIS	5.839.867,34		5.839.867,34
12.0363	ENSINO PROFISSIONAL	18.628.585,20	119.986,51	18.748.571,71
12.0363.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	17.765.756,19		17.765.756,19
12.0363.0360	EDUCACAO PROFISSIONAL COMO INDUTORA DO DESENVOLVIMENTO	862.829,01	119.986,51	982.815,52
12.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	40.137,55		40.137,55
12.0846.0335	OPERACOES ESPECIAIS	40.137,55		40.137,55
	TOTAL GERAL =>	31.926.627,54	119.986,51	32.046.614,05

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

MARIA INES UTZIG ZULKE
DIRETORA EXECUTIVA
CPF: 394.684.880/04

RONALDO GARCIA FORTE
CONTADOR
CRCRS N. 42565
CPF: 263.844.770/68

EXERCICIO DE 2010

FUND ESCOLA TECN LIBERATO SALZANO V DA CUNHA

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ORGAOS E FUNCOES

RAFE025/00001

ANEXO N. 9

R$

FUNCOES / ORGAOS	EDUCACAO	TOTAL		
PODER EXECUTIVO				
FUNDACAO ESCOLA TECNICA LIBERATO SALZANO VIEIRA DA CUNHA	32.046.614,05	32.046.614,05		
SOMA.....	32.046.614,05	32.046.614,05		
TOTAL.....	32.046.614,05	32.046.614,05		

NOVO HAMBURGO, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

MARIA INES UTZIG ZULKE
DIRETORA-EXECUTIVA
CPF 394.684.880-04

RONALDO GARCIA FORTE
CONTADOR CRCRS 42.565
CPF 263.844.770/68

EXERCÍCIO DE 2010 | FUND ESCOLA TECN LIBERATO SALZANO V DA CUNHA | RFPE023/00001

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA | ANEXO N. 10

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
1000.00.00.0000	RECEITAS CORRENTES	3.574.500,00	4.037.179,24	462.679,24
1300.00.00.0000	RECEITA PATRIMONIAL	67.200,00	77.393,73	10.193,73
1310.00.00.0000	RECEITAS IMOBILIARIAS	36.500,00	60.033,46	23.533,46
1311.00.00.0000	ALUGUEIS	36.500,00	60.033,46	23.533,46
1311.99.00.0000	OUTROS ALUGUEIS	36.500,00	60.033,46	23.533,46
1311.99.99.0000	DIVERSOS ALUGUEIS	36.500,00	60.033,46	23.533,46
1320.00.00.0000	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	30.700,00	17.360,27	13.339,73-
1322.00.00.0000	DIVIDENDOS	200,00	96,32	103,68-
1322.01.00.0000	DIVIDENDOS DE PARTICIPACOES EM SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA	200,00	0,00	200,00-
1322.01.99.0000	DIVIDENDOS DE SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA	200,00	0,00	200,00-
1322.02.00.0000	DIVIDENDOS DE PARTICIPACOES DIVERSAS	0,00	96,32	96,32
1322.02.99.0000	DIVIDENDOS DE PARTICIPACOES DIVERSAS	0,00	96,32	96,32
1325.00.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	30.500,00	17.263,95	13.236,05-
1325.01.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS DE RECURSOS VINCULADOS	25.500,00	13.747,08	11.752,92-
1325.01.05.0000	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO RECURSO VINCULADO-MDE-FNDE	25.500,00	13.747,08	11.752,92-
1325.02.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITO DE RECURSOS NAO VINCULADOS	5.000,00	3.516,87	1.483,13-
1325.02.99.0000	DIVERSAS REMUNERACOES DE DEPOSITOS BANCARIOS NAO VINCULADOS	5.000,00	3.516,87	1.483,13-
1600.00.00.0000	RECEITA DE SERVICOS	3.205.000,00	3.766.321,11	561.321,11
1600.12.00.0000	SERVICOS TECNOLOGICOS	5.000,00	0,00	5.000,00-
1600.12.99.0000	DIVERSOS SERVICOS TECNOLOGICOS	5.000,00	0,00	5.000,00-
1600.13.00.0000	SERVICOS ADMINISTRATIVOS	200.000,00	444.198,89	244.198,89
1600.13.99.0000	DIVERSOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	200.000,00	444.198,89	244.198,89
1600.16.00.0000	SERVICOS EDUCACIONAIS	3.000.000,00	3.322.122,22	322.122,22
1600.16.99.0000	DIVERSOS SERVICOS EDUCACIONAIS	3.000.000,00	3.322.122,22	322.122,22
1700.00.00.0000	TRANSFERENCIAS CORRENTES	200.000,00	0,00	200.000,00-
1760.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	200.000,00	0,00	200.000,00-
1761.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO E DE SUAS ENTIDADES	200.000,00	0,00	200.000,00-
1761.99.00.0000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	200.000,00	0,00	200.000,00-
1761.99.99.0000	DIVERSAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	200.000,00	0,00	200.000,00-
1900.00.00.0000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	102.300,00	193.464,40	91.164,40
1910.00.00.0000	MULTAS E JUROS DE MORA	1.700,00	3.774,52	2.074,52
1918.00.00.0000	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTRAS RECEITAS	200,00	338,13	138,13
1918.99.00.0000	OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA	200,00	338,13	138,13
1918.99.01.0000	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTRAS RECEITAS - DIVERSOS	200,00	338,13	138,13
1919.00.00.0000	MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	1.500,00	3.436,39	1.936,39
1919.27.00.0000	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	1.000,00	3.436,39	2.436,39
1919.27.99.0000	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS - OUTROS RECURSOS	1.000,00	3.436,39	2.436,39
1919.99.00.0000	OUTRAS MULTAS	500,00	0,00	500,00-
1919.99.99.0000	DIVERSAS MULTAS E JUROS DE MORA	500,00	0,00	500,00-
1920.00.00.0000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	100.100,00	3.312,52	96.787,48-
1922.00.00.0000	RESTITUICOES	100.100,00	3.312,52	96.787,48-
1922.99.00.0000	OUTRAS RESTITUICOES	100.100,00	3.312,52	96.787,48-
1922.99.99.0000	DIVERSAS RESTITUICOES	100.100,00	3.312,52	96.787,48-
1990.00.00.0000	RECEITAS DIVERSAS	500,00	186.377,36	185.877,36
1990.98.00.0000	OUTRAS RECEITAS EVENTUAIS	500,00	2.341,09	1.841,09
1990.98.99.0000	DIVERSAS RECEITAS EVENTUAIS	500,00	2.341,09	1.841,09
1990.99.00.0000	OUTRAS RECEITAS	0,00	184.036,27	184.036,27
1990.99.02.0000	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR DE RECURSOS NAO VINCULADOS	0,00	184.036,27	184.036,27
2000.00.00.0000	RECEITAS DE CAPITAL	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00-
2400.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00-
2470.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00-
2471.00.00.0000	TRANSFERENCIA DE CONVENIOS DA UNIAO E DE SUAS ENTIDADES	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00-
2471.99.00.0000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00-
2471.99.99.0000	DIVERSAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00-
7000.00.00.0000	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORCAMENTARIAS	250.000,00	0,00	250.000,00-
7900.00.00.0000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORCAMENTARIAS	250.000,00	0,00	250.000,00-
7920.00.00.0000	INDENIZACOES E RESTITUICOES INTRA-ORCAMENTARIAS	250.000,00	0,00	250.000,00-
7921.00.00.0000	INDENIZACOES INTRA-ORCAMENTARIAS	250.000,00	0,00	250.000,00-
7921.99.00.0000	OUTRAS INDENIZACOES INTRA-ORCAMENTARIAS	250.000,00	0,00	250.000,00-
7921.99.99.0000	DIVERSAS INDENIZACOES INTRA-ORCAMENTARIAS	250.000,00	0,00	250.000,00-
TOTAL		4.824.500,00	4.037.179,24	787.320,76-

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

EXERCÍCIO DE 2010	FUND ESCOLA TECN LIBERATO SALZANO V DA CUNHA	RFPE023/00002
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA

MARIA INES UTZIG ZULKE
DIRETORA EXECUTIVA
CPF: 394.684.880/04

RONALDO GARCIA FORTE
CONTADOR
CRCRS N. 42565
CPF: 263.844.770/68

EXERCÍCIO DE 2010 — FUND ESCOLA TECN LIBERATO SALZANO V DA CUNHA — RFPE026/00001

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA — ANEXO N.11

R$

TÍTULOS		DESPESA CORRENTE	DESPESA DE CAPITAL	TOTAL
FUNDACAO ESCOLA TECNICA LIBERATO SALZANO VIEIRA DA CUNHA				
	DESPESA FIXADA	29.955.753,00	2.235.275,00	32.191.028,00
	CRÉDITOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00
	CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00
	SUPLEMENTAÇÕES	3.329.293,68	3.679.815,91	7.009.109,59
	REDUÇÕES	3.750.224,95	458.884,64	4.209.109,59
	DESPESA AUTORIZADA	29.534.821,73	5.456.206,27	34.991.028,00
	DESPESA REALIZADA	27.908.755,47	4.137.858,58	32.046.614,05
	DIFERENÇA	1.626.066,26	1.318.347,69	2.944.413,95
TOTAL GERAL				
	DESPESA FIXADA			32.191.028,00
	CRÉDITOS ESPECIAIS			0,00
	CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS			0,00
	SUPLEMENTAÇÕES			7.009.109,59
	REDUÇÕES			4.209.109,59
	DESPESA AUTORIZADA			34.991.028,00
	DESPESA REALIZADA			32.046.614,05
	DIFERENÇA			2.944.413,95

CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS CONSIDERADOS PELO SEU VALOR DE ABERTURA, ESTANDO AS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES COMPUTADAS NAS SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES.

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

MARIA INES UTZIG ZULKE
DIRETORA EXECUTIVA
CPF: 394.684.880/04

RONALDO GARCIA FORTE
CONTADOR
CRCRS N. 42565
CPF: 263.844.770/68

EXERCÍCIO DE 2010 | FUND ESCOLA TECN LIBERATO SALZANO V DA CUNHA | RFPE030/00001

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO | ANEXO N.12

R$

R E C E I T A

TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES			
RECEITA PATRIMONIAL	67.200,00	77.393,73	10.193,73
RECEITA DE SERVICOS	3.205.000,00	3.766.321,11	561.321,11
TRANSFERENCIAS CORRENTES	200.000,00	0,00	200.000,00-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	102.300,00	193.464,40	91.164,40
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	3.574.500,00	4.037.179,24	462.679,24
RECEITAS DE CAPITAL			
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00-
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00-
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	250.000,00	0,00	250.000,00-
SOMA	4.824.500,00	4.037.179,24	787.320,76-
DEFICIT DE PREVISÃO	30.166.528,00	28.009.434,81	2.157.093,19-
TOTAL	34.991.028,00	32.046.614,05	2.944.413,95-

D E S P E S A

TÍTULOS	AUTORIZAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
CRÉDITOS ORDINÁRIOS (1)	34.991.028,00	32.046.614,05	2.944.413,95-
CRÉDITOS ESPECIAIS (2)	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS (2)	0,00	0,00	0,00
SOMA	34.991.028,00	32.046.614,05	2.944.413,95-
TOTAL	34.991.028,00	32.046.614,05	2.944.413,95-

(1) DOTAÇÕES ORIGINAIS COM SUAS SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES

(2) DOTAÇÕES CRIADAS NO DECORRER DO EXERCÍCIO E ALTERAÇÕES

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

MARIA INES UTZIG ZULKE
DIRETORA EXECUTIVA
CPF: 394.684.880/04

RONALDO GARCIA FORTE
CONTADOR
CRCRS N. 42565
CPF: 263.844.770/68

BALANÇO FINANCEIRO ANEXO N. 13

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
RECEITA ORÇAMENTARIA		DESPESA ORÇAMENTARIA	
RECEITAS CORRENTES		EDUCACAO	32.046.614,05
RECEITA PATRIMONIAL	77.393,73	SOMA.....	32.046.614,05
RECEITA DE SERVICOS	3.766.321,11		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	193.464,40	DESPESA EXTRA-ORÇAMENTARIA	
SOMA.....	4.037.179,24	REALIZAVEL	31.243,35
RECEITAS DE CAPITAL		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	3.994.003,89
TOTAL.....	4.037.179,24	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	1.000.525,12
		SERVICO DA DIVIDA A PAGAR	923,52
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA		DEPOSITOS	6.211.737,25
		DIVERSOS	201.435,19
REALIZAVEL	28.884,68	SOMA.....	11.439.868,32
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	2.390.296,32	TOTAL.....	43.486.482,37
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	289.382,79		
SERVICO DA DIVIDA A PAGAR	1.107,23	VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO	
DEPOSITOS	9.773.132,47		
DIVERSOS	201.435,19	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS INTRAGOVERNAMENTAIS	
SOMA.....	12.684.238,68	SOMA.....	0,00
TOTAL.....	16.721.417,92		
		SALDOS PARA O EXERCICIO SEGUINTE	
VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO			
		CAIXA	0,00
BAIXA DE PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR E A LIQUIDAR	1.805.890,85	BANCOS C/DISPOSICAO	30.428,76
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS INTRAGOVERNAMENTAIS	24.539.966,20	APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	4.298.166,79
SOMA.....	26.345.857,05	APLICACOES FINANCEIRAS DE RECURSOS VINCULADOS	0,00
		BANCOS, C/VINCULADAS	476,50
SALDOS DO EXERCICIO ANTERIOR		APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	4.269,50
		SOMA.....	4.333.341,55
CAIXA	0,00		
BANCOS C/DISPOSICAO	19.761,62		
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	3.975.903,65		
APLICACOES FINANCEIRAS DE RECURSOS VINCULADOS	741.744,31		
BANCOS, C/VINCULADAS	4.848,87		
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	10.290,50		
SOMA.....	4.752.548,95		
TOTAL.....	47.819.823,92	TOTAL.....	47.819.823,92

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

MARIA INES UTZIG ZULKE
DIRETORA EXECUTIVA
CPF: 394.684.880/04

RONALDO GARCIA FORTE
CONTADOR
CRCRS N. 42555
CPF: 263.844.770/68

BALANÇO PATRIMONIAL | ANEXO N. 14

ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
ATIVO FINANCEIRO		PASSIVO FINANCEIRO	
DISPONÍVEL		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	
BANCOS C/DISPOSICAO	30.428,76	FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	62.847,81
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	4.298.166,79	FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	967.809,37
SOMA.....	4.328.595,55	PIS E PASEP A RECOLHER	22.144,69
VINCULADO EM CONTA CORRENTE BANCÁRIA		CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	320.753,59
BANCOS, C/VINCULADAS	476,50	TRIBUTOS E TAXAS DIVERSAS A RECOLHER	289,95
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	4.269,50	CORRECAO MONETARIA DE CAUCOES	13.736,23
SOMA.....	4.746,00	ESTAGIARIOS E MONITORES A PAGAR	19.458,48
REALIZÁVEL		FGTS A RECOLHER	176.674,71
DEVEDORES	4.317,25	FORNECEDORES DE BENS E SERVICOS CONTINUOS	16.062,93
DEPOSITOS JUDICIAIS	130.094,51	SOMA.....	1.599.777,76
SOMA.....	134.411,76	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
TOTAL.....	4.467.753,31	FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	190.526,51
ATIVO PERMANENTE		FORNECEDORES DE BENS E SERVICOS CONTINUOS	98.856,28
BENS DA ENTIDADE		SOMA.....	289.382,79
BENS MOVEIS	3.259.706,17	SERVIÇO DA DÍVIDA À PAGAR	
BENS IMOVEIS	3.460.858,30	SERVICO DO PARCELAMENTO DE DEBITOS PREVIDENCIARIOS	1.107,23
SOMA.....	6.720.564,47	SOMA.....	1.107,23
PARTICIPAÇÕES		DEPÓSITOS	
PARTICIPACOES SOCIETARIAS EM EMPRESAS DIVERSAS	11.738,41	DEPOSITOS	3.783.523,55
SOMA.....	11.738,41	SOMA.....	3.783.523,55
CRÉDITOS		DIVERSOS	
DEVEDORES POR LOCACAO	9.733,95	SOMA.....	0,00
DEVEDORES POR PRESTACOES DE SERVICOS	983.343,90	TOTAL.....	5.673.791,33
SOMA.....	993.077,85	PASSIVO PERMANENTE	
DIVERSOS		DÍVIDA FUNDADA INTERNA	
BENS CREDITOS E VALORES EM FASE DE AQUISICAO OU FORMACAO	31.235,01	DEBITOS PARCELADOS	489.492,82
ALMOXARIFADOS	165.953,84	PRECATORIOS JUDICIAIS - EC 62/2009	6.856.437,31
SOMA.....	197.188,85	SOMA.....	7.345.930,13
TOTAL.....	7.922.569,58	TOTAL.....	7.345.930,13
SOMA DO ATIVO REAL	12.390.322,89	SOMA DO PASSIVO REAL	13.019.721,46
SALDO PATRIMONIAL		PASSIVO COMPENSADO	
SITUAÇÃO LÍQUIDA		CONTRAPARTIDA DE VALORES EM PODER DE TERCEIROS	
PASSIVO REAL DESCOBERTO	629.398,57	DEPOSITOS JUDICIAIS EM PODER DE TERCEIROS	452.398,74
SOMA.....	13.019.721,46	VALORES EM GUARDA NOS ALMOXARIFADOS	165.953,84
ATIVO COMPENSADO		SOMA.....	618.352,58
VALORES EM PODER DE TERCEIROS		CONTRAPARTIDA DE VALORES DE TERCEIROS	
RESPONSAVEIS POR DEPOSITOS JUDICIAIS	452.398,74	DEPOSITOS EM TITULOS E VALORES	96.496,78
RESPONSAVEIS POR ALMOXARIFADOS	165.953,84	BENS PERTENCENTES A TERCEIROS	57.660,92
SOMA.....	618.352,58	SOMA.....	154.157,70
VALORES DE TERCEIROS		CONTRAPARTIDA DE VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS	
CAIXA DE DEPOSITOS EM TITULOS E VALORES	96.496,78	ACOES JUDICIAIS	3.528.078,58
BENS DE TERCEIROS EM PODER DA ENTIDADE	57.660,92	SOMA.....	3.528.078,58
SOMA.....	154.157,70	TOTAL.....	4.300.588,86
VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS			
PROCESSOS JUDICIAIS	3.528.078,58		
SOMA.....	3.528.078,58		
TOTAL.....	4.300.588,86		
TOTAL GERAL.....	17.320.310,32	TOTAL GERAL.....	17.320.310,32

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

MARIA INES UTZIG ZULKE
DIRETORA EXECUTIVA
CPF: 394.684.880/04

RONALDO GARCIA FORTE
CONTADOR
CRCRS N. 42565
CPF: 263.844.770/68

VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
RECEITAS CORRENTES		DESPESAS CORRENTES	
RECEITA PATRIMONIAL	77.393,73	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	23.427.828,19
RECEITA DE SERVICOS	3.766.321,11	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.480.927,28
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	193.464,40	SOMA.....	27.908.755,47
SOMA.....	4.037.179,24	DESPESAS DE CAPITAL	
RECEITAS DE CAPITAL		INVESTIMENTOS	4.097.721,03
SOMA.....	0,00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	40.137,55
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	SOMA.....	4.137.858,58
DEDUÇÕES RECEITAS CORRENTES	0,00	TOTAL.....	32.046.614,05
TOTAL.....	4.037.179,24	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS		ANULACAO DO REGISTRO BENS CRED VALORES FASE AQUIS/FORMACAO	2.694,25
AMORTIZACAO DE DEBITOS PARCELADOS	39.953,84	RECEBIMENTO DE CREDITOS POR LOCACAO	55.445,93
REGISTRO DE BENS CRED E VAL EM FASE DE AQUISICAO OU FORMACAO	31.235,01	RECEBIMENTO DE CREDITOS POR PRESTACAO DE SERVICOS	410.429,51
CONSTRUCAO OU AQUISICAO DE BENS MOVEIS	128.053,07	SOMA.....	468.569,69
CONSTRUCAO OU AQUISICAO DE BENS IMOVEIS	444.208,00	INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
SOMA.....	643.449,92	VARIAÇÕES PASSIVAS	
INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		INSCRICAO DE DEBITOS PARCELADOS - PRINCIPAL E ATUALIZACAO	85.800,46
VARIAÇÕES ATIVAS		BAIXA DE CREDITOS POR LOCACAO	549,70
INSCRICAO DE CREDITOS POR LOCACAO	38.935,80	BAIXA DE PARTICIPACOES SOC EM EMPR DIVERSAS	770,83
TRANSFERENCIAS INTRAPATRIMONIAIS	655.547,02	TRANSFERENCIAS INTRAPATRIMONIAIS	655.547,02
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	43.450,47	BAIXA DE BENS MOVEIS	8.212,00
INSCRICAO DE CREDITOS POR PRESTACAO DE SERVICOS	500.357,67	BAIXA DE CREDITOS POR PRESTACAO DE SERVICOS	9.528,18
BAIXA DE PRECATORIOS JUDICIAIS - EC 62/2009	303.935,49	INSCRICAO DE PRECATORIOS JUDICIAIS - EC 62/2009	7.160.372,80
INCORPORACAO DE BENS DE ALMOXARIFADO	261.530,46	BAIXA DE BENS DE ALMOXARIFADO	230.705,96
SOMA.....	1.803.756,91	SOMA.....	8.151.486,95
VARIAÇÕES ATIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO PATRIMÔNIO FINANCEIRO		VARIAÇÕES PASSIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO PATRIMÔNIO FINANCEIRO	
BAIXA DE PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR E A LIQUIDAR	1.805.890,85	SOMA.....	0,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS INTRAGOVERNAMENTAIS	24.539.966,20	TOTAL.....	40.666.670,69
SOMA.....	26.345.857,05		
TOTAL.....	32.830.243,12		
RESULTADO PATRIMONIAL			
DEFICIT VERIFICADO	7.836.427,57		
TOTAL.....	40.666.670,69	TOTAL.....	40.666.670,69

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

MARIA INES UTZIG ZULKE
DIRETORA EXECUTIVA
CPF: 394.684.880/04

RONALDO GARCIA FORTE
CONTADOR
CRCRS Nº 42565
CPF: 263.844.770/68

EXERCÍCIO DE 2010 — FUND ESCOLA TECN LIBERATO SALZANO V DA CUNHA — RFPE034/00001

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE — ANEXO N.17

R$

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	52.859,90-	834.545,48	824.557,57	62.847,81-
FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	849.056,27-	967.809,37	849.056,27	967.809,37-
PIS E PASEP A RECOLHER	18.470,34-	22.144,69	18.470,34	22.144,69-
CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	274.978,45-	320.753,59	274.978,45	320.753,59-
TRIBUTOS E TAXAS DIVERSAS A RECOLHER	0,00	553,95	264,00	289,95-
CORRECAO MONETARIA DE CAUCOES	13.736,23-	0,00	0,00	13.736,23-
ESTAGIARIOS E MONITORES A PAGAR	0,00	30.512,06	11.053,58	19.458,48-
PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR	1.805.890,85-	0,00	1.805.890,85	0,00
FGTS A RECOLHER	147.919,45-	176.674,71	147.919,45	176.674,71-
FORNECEDORES DE BENS E SERVICOS CONTINUOS	40.573,81-	37.302,47	61.813,35	16.062,93-
SENTENCAS JUDICIAIS A PAGAR	0,03-	0,00	0,03	0,00
SUBTOTAL.....	3.203.485,33-	2.390.296,32	3.994.003,89	1.599.777,76-
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	898.328,76-	190.526,51	898.328,76	190.526,51-
TRIBUTOS E TAXAS DIVERSAS A LIQUIDAR	264,00-	0,00	264,00	0,00
ESTAGIARIOS - RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	26.801,75-	0,00	26.801,75	0,00
FORNECEDORES DE BENS E SERVICOS CONTINUOS	75.130,61-	98.856,28	75.130,61	98.856,28-
SUBTOTAL.....	1.000.525,12-	289.382,79	1.000.525,12	289.382,79-
SERVICO DA DIVIDA A PAGAR				
SERVICO DO PARCELAMENTO DE DEBITOS PREVIDENCIARIOS	923,52-	1.107,23	923,52	1.107,23-
SUBTOTAL.....	923,52-	1.107,23	923,52	1.107,23-
DEPOSITOS				
DEPOSITOS	222.128,33-	9.773.132,47	6.211.737,25	3.783.523,55-
SUBTOTAL.....	222.128,33-	9.773.132,47	6.211.737,25	3.783.523,55-
DIVERSOS				
OUTROS CREDORES	0,00	201.435,19	201.435,19	0,00
SUBTOTAL.....	0,00	201.435,19	201.435,19	0,00
TOTAL.....	4.427.062,30-	12.655.354,00	11.408.624,97	5.673.791,33-

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

MARIA INES UTZIG ZULKE
DIRETORA EXECUTIVA
CPF: 394.684.880/04

RONALDO GARCIA FORTE
CONTADOR
CRCRS N. 42565
CPF: 263.844.770/68

EXERCÍCIO DE 2010 — FUND ESCOLA TECN LIBERATO SALZANO V DA CUNHA — RFPE017/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CAT. ECONÔMICA, GRUPO NAT. DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.0.00.00	DESPESA CORRENTE	27.908.755,47
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	23.427.828,19
3.1.90.00	APLICACOES DIRETAS	23.427.828,19
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	17.765.756,19
3.1.90.11.1102	VENCIMENTO, SALARIO E SUBSIDIO	10.910.474,44
3.1.90.11.1103	13- VENCIMENTO	1.386.786,01
3.1.90.11.1104	GRATIFICACOES	1.891.954,86
3.1.90.11.1105	VANTAGENS TEMPORAIS	3.193.237,75
3.1.90.11.1107	OUTRAS VANTAGENS	381.382,61
3.1.90.11.1108	JETON	1.920,52
3.1.90.13	OBRIGACOES PATRONAIS	5.661.639,78
3.1.90.13.1303	PLANO DE SAUDE	209.675,59
3.1.90.13.1304	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA	4.036.244,10
3.1.90.13.1305	FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVICO - FGTS	1.415.720,09
3.1.90.91	SENTENCAS JUDICIAIS	432,22
3.1.90.91.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS	432,22
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.480.927,28
3.3.20.00	TRANSFERENCIAS A UNIAO	2.277,79
3.3.20.93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	2.277,79
3.3.20.93.9316	RESTITUICAO DE RECEITAS DA UNIAO	2.277,79
3.3.90.00	APLICACOES DIRETAS	4.478.649,49
3.3.90.08	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAS	28.625,40
3.3.90.08.0805	AUXILIO CRECHE	28.625,40
3.3.90.14	DIARIAS-CIVIL	5.002,42
3.3.90.14.1402	DIARIAS DE VIAGEM	2.407,42
3.3.90.14.1403	DIARIAS ESPECIAIS DE VIAGEM	2.595,00
3.3.90.18	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	25.110,50
3.3.90.18.1802	ASSISTENCIA SOCIAL A ESTUDANTES	25.110,50
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	204.844,79
3.3.90.30.3003	ARTIGOS CIRURGICOS E LABORATORIAIS	110,88
3.3.90.30.3004	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	8.845,68
3.3.90.30.3009	MATERIAL DE EXPEDIENTE	3.839,31
3.3.90.30.3011	ALOJAMENTO, LAVANDERIA, COPA E/OU COZINHA	5.768,65
3.3.90.30.3013	MANUTENC, IDENTIFICAC, UTILIZAC E CONSERVAC DE BENS MOVEIS E EQUIPAMS	6.976,03
3.3.90.30.3014	MATERIAL DIDATICO	90.001,13
3.3.90.30.3021	VESTUARIO E/OU UNIFORME	660,00
3.3.90.30.3022	REPROGRAFIA	30.017,98
3.3.90.30.3028	LIMPEZA E HIGIENE	34.674,06
3.3.90.30.3031	PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	3.090,18
3.3.90.30.3032	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	19.359,39
3.3.90.30.3034	FOTOGRAFIA, CINEGRAFIA, SOM E PROJECAO	1.501,50
3.3.90.33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	10.109,66
3.3.90.33.3301	LOCACAO DE VEICULOS	2.400,00
3.3.90.33.3304	TRANSPORTE DE PESSOAL POR VIA AEREA	7.709,66
3.3.90.36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	252.604,97
3.3.90.36.3619	ESTAGIARIOS E MONITORES	252.604,97
3.3.90.37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	811.021,93
3.3.90.37.3701	LIMPEZA E HIGIENE	449.400,56
3.3.90.37.3702	VIGILANCIA E/OU ZELADORIA	361.621,37
3.3.90.39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	2.924.365,11
3.3.90.39.3901	AGUA E ESGOTO	168.177,03
3.3.90.39.3903	ASSINATURA DE PERIODICOS E RECORTES	5.556,59
3.3.90.39.3907	ORGANIZACAO FEIRAS AMOSTRAS,CONGRESSOS,SEMINARIOS,SIMPOSIOS E CONGENERES	64.000,00
3.3.90.39.3916	DESPESAS PEQUENAS DE PRONTO PAGAMENTO	35.310,05
3.3.90.39.3918	ENERGIA ELETRICA	264.134,27
3.3.90.39.3924	PROCESSAMENTO DE DADOS	102.285,01
3.3.90.39.3926	SEGUROS	2.624,97
3.3.90.39.3929	COMUNICACAO	10.474,78
3.3.90.39.3930	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	11.160,80
3.3.90.39.3931	CONSERVACAO DE BENS MOVEIS E EQUIPAMENTOS	135.654,30
3.3.90.39.3933	DIVULGACAO OBRIGATORIA	201.496,50
3.3.90.39.3934	SERVICOS GRAFICOS	9.777,77
3.3.90.39.3935	ENSINO E TREINAMENTO	7.161,00
3.3.90.39.3936	ALIMENTACAO E/OU HOSPEDAGEM DE NAO SERVIDORES	7.920,00
3.3.90.39.3939	MEDICINA	18.074,00
3.3.90.39.3940	FOTOGRAFIA, CINEGRAFIA, SOM E PROJECAO	7.900,00
3.3.90.39.3948	MULTAS	65,50
3.3.90.39.3950	CUSTAS JUDICIAIS	7.170,44
3.3.90.39.3952	DESPESAS BANCARIAS	119.493,49
3.3.90.39.3978	TRANSPORTE DE NÃO SERVIDORES	8.000,00
3.3.90.39.3979	TELEFONIA FIXA	55.000,00
3.3.90.39.3980	TELEFONIA MOVEL	6.090,00
3.3.90.39.3983	AUXILIO TRANSPORTE	68.580,90
3.3.90.39.3985	AUXILIO-REFEICAO	1.485.672,71
3.3.90.39.3991	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	122.585,00
3.3.90.41	CONTRIBUICOES	21.013,20
3.3.90.41.4106	ENCARGOS COM ASSOCIACOES	21.013,20
3.3.90.47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	184.577,82
3.3.90.47.4702	PROGRAMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO-PASEP	178.227,56
3.3.90.47.4708	CONTRIBUICAO SINDICAL	5.922,00
3.3.90.47.4711	LICENCA PARA O EXERCICIO PROFISSIONAL	428,26
3.3.90.93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	11.373,69
3.3.90.93.9306	RESTITUICAO DE RECEITAS	10.893,37
3.3.90.93.9331	CORRECAO MONETARIA SOBRE CONSIGNACOES RETENCOES E OUTROS DEPOSITOS	480,32
4.0.00.00	DESPESA CAPITAL	4.137.858,58
4.4.00.00	INVESTIMENTOS	4.097.721,03
4.4.90.00	APLICACOES DIRETAS	4.097.721,03
4.4.90.51	OBRAS E INSTALACOES	444.208,00
4.4.90.51.5103	CONSTRUCAO OU AMPLIACAO DE PREDIOS OU OUTRAS OBRAS PUBLICAS	295.164,26
4.4.90.51.5105	PROSSEGUIMENTO E/OU CONCLUSAO DE OBRAS PUBLICAS	149.043,74
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	159.288,08
4.4.90.52.5207	LABORATORIOS E/OU GABINETES MEDICOS OU ODONTOLOGICOS	26.483,69
4.4.90.52.5212	MAQUINAS, MOTORES E/OU APARELHOS	56.308,57
4.4.90.52.5214	MOBILIARIO EM GERAL	27.129,22
4.4.90.52.5219	SEGURANCA E/OU PROTECAO	1.129,14
4.4.90.52.5222	SOM E/OU IMAGEM	8.394,00
4.4.90.52.5228	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	25.693,16
4.4.90.52.5231	EQUIPAMENTOS PARA ALOJAMENTO, LAVANDERIA, COPA E/OU COZINHA	1.480,00
4.4.90.52.5233	MATERIAL DIDATICO	12.670,30

EXERCÍCIO DE 2010 — FUND ESCOLA TECN LIBERATO SALZANO V DA CUNHA — RFPE017/00002

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CAT. ECONÔMICA, GRUPO NAT. DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA
COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
4.4.90.91	SENTENCAS JUDICIAIS	3.494.224,95
4.4.90.91.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS	3.494.224,95
4.6.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	40.137,55
4.6.90.00	APLICACOES DIRETAS	40.137,55
4.6.90.71	PRINCIPAL DA DIVIDA CONTRATUAL RESGATADO	40.137,55
4.6.90.71.7111	DEBITOS PARCELADOS - PASEP	8.911,37
4.6.90.71.7112	DEBITOS PARCELADOS - PREVIDENCIA SOCIAL	31.226,18
	TOTAL GERAL ====>	32.046.614,05

* RESUMO *

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	=>	23.427.828,19
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	=>	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	=>	4.480.927,28
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	=>	27.908.755,47
INVESTIMENTOS	=>	4.097.721,03
INVERSÕES FINANCEIRAS	=>	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	=>	40.137,55
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	=>	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	=>	4.137.858,58
TOTAL GERAL	=>	32.046.614,05

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

MARIA INES UTZIG ZULKE
DIRETORA EXECUTIVA
CPF: 394.684.880/04

RONALDO GARCIA FORTE
CONTADOR
CRCRS N. 42565
CPF: 263.844.770/68

EXERCÍCIO DE 2010

FUND ESCOLA TECN LIBERATO SALZANO V DA CUNHA

RFPE039/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR ÓRGÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO POR FONTE DE RECURSO

R$

ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA							
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
56 FUNDACAO ESCOLA TECNICA LIBERATO SALZANO VIEIRA DA CUNHA	23.427.828,19		4.480.927,28	4.097.721,03		40.137,55		32.046.614,05
PROPRIOS DA FUNDACAO			2.706.649,55	496.680,73				3.203.330,28
CONVENIOS			13.171,16	106.815,35				119.986,51
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO	23.427.828,19		1.761.106,57	3.494.224,95		40.137,55		28.723.297,26
TOTAL	23.427.828,19		4.480.927,28	4.097.721,03		40.137,55		32.046.614,05

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

MARIA INES UTZIG ZULKE
DIRETORA EXECUTIVA
CPF: 394.684.880/04

RONALDO GARCIA FORTE
CONTADOR
CRCRS N. 42565
CPF: 263.844.770/68

EXERCÍCIO DE 2010

FUND ESCOLA TECN LIBERATO SALZANO V DA CUNHA

RFPE040/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR FUNCÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS FONTES DE RECURSO

R$

ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA							
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
12 EDUCACAO	23.427.828,19		4.480.927,28	4.097.721,03		40.137,55		32.046.614,05
PROPRIOS DA FUNDACAO			2.706.649,55	496.680,73				3.203.330,28
CONVENIOS			13.171,16	106.815,35				119.986,51
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO	23.427.828,19		1.761.106,57	3.494.224,95		40.137,55		28.723.297,26
TOTAL	23.427.828,19		4.480.927,28	4.097.721,03		40.137,55		32.046.614,05
RESUMO								
PROPRIOS DA FUNDACAO			2.706.649,55	496.680,73				3.203.330,28
CONVENIOS			13.171,16	106.815,35				119.986,51
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO	23.427.828,19		1.761.106,57	3.494.224,95		40.137,55		28.723.297,26
TOTAL	23.427.828,19		4.480.927,28	4.097.721,03		40.137,55		32.046.614,05

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

MARIA INES UTZIG ZULKE
DIRETORA EXECUTIVA
CPF: 394.684.880/04

RONALDO GARCIA CORTE
CONTADOR
CRCRS N. 42565
CPF: 263.844.770/68

FUNDAÇÃO ESCOLA TÉCNICA LIBERATO SALZANO VIEIRA DA CUNHA

CNPJ Nº 91683474/0001-30

ANEXO 16

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA 2010

DESIGNAÇÃO	AUTORIZAÇÕES		MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2010			RESGATE	POSIÇÃO EM 31-12-10
	Nº	DATA	POSIÇÃO EM 31-12-09	VARIAÇÕES PASSIVAS	VARIAÇÕES ATIVAS		
DÉBITOS PARCELADOS							
MINISTÉRIO DA FAZENDA-PASEP	TERMO	14/05/02	R$ 413.695,40	R$ 84.525,08		R$ 8.727,66	R$ 489.492,82
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL	11/93	12/04/93	R$ 29.950,80	R$ 1.275,38		R$ 31.226,18	R$ -
PRECATÓRIOS - JUDICIAIS-EC 62/2009				R$ 7.160.372,80	R$ 303.935,49		R$ 6.856.437,31
TOTAL			R$ 443.646,20	R$ 7.246.173,26	R$ 303.935,49	R$ 39.953,84	R$ 7.345.930,13

Porto Alegre, 31 dezembro de 2010

Maria Ines Utzig Zulke
Diretora Executivo
CIC – 394.684.880-04

Ronaldo Garcia Forte
Contador – CRC/RS 42.565
CIC – 263.844.770-68

FUNDAÇÃO ESCOLA TÉCNICA LIBERATO SALZANO VIEIRA DA CUNHA
Rua Inconfidentes, 395 - Caixa Postal 621 - Novo Hamburgo - RS - CEP 93340-140
Fone: (51) 595 8000 - FAX: (51) 595 8008 - CGC/MF nº 91683474/0001-30
fundacao@liberato.com.br www.liberato.com.br

NOTA EXPLICATIVA - BALANÇO 2010

1. **A CONTA PATRIMONIAL Nº 205230106 – DEVEDORES POR PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – CREDOR Nº 22198709 - PIEL PROJ INSTALAÇÕES ELÉTRICA LEOPOLDENSE LTDA QUE COMPÕE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE 2010 DA FUNDAÇÃO ESCOLA TÉCNICA LIBERATO SALZANO VIEIRA DA CUNHA, NÃO APRESENTOU OS VALORES DO AJUSTE REALIZADO POR CONTA DE ACORDO JUDICIAL FIRMADO NO EXERCÍCIO CORRENTE, DEVENDO PARA UMA ANÁLISE PRECISA DA SITUAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DESTA CONTA, EM 31.12.2010, LEVAR EM CONSIDERAÇÃO O QUE SEGUE :**

ANÁLISE	VALOR APRESENTADO	VARIAÇÃO ATIVA	VALOR CORRETO
205230106 CREDOR: 22198709	R$ 1.812,41	R$ 723,31	R$ 2.535,72

2. **A CONTA PATRIMONIAL Nº 205230106 – DEVEDORES POR PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – CREDOR Nº 22233954 - DISK PIZZA DI SAMMPA LTDA, QUE COMPÕE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE 2010 DA FUNDAÇÃO ESCOLA TÉCNICA LIBERATO SALZANO VIEIRA DA CUNHA, NÃO APRESENTOU OS VALORES DO AJUSTE REALIZADO POR CONTA DE ACORDO JUDICIAL FIRMADO NO EXERCÍCIO CORRENTE, DEVENDO PARA UMA ANÁLISE PRECISA DA SITUAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DESTA CONTA, EM 31.12.2010, LEVAR EM CONSIDERAÇÃO O QUE SEGUE :**

ANÁLISE	VALOR APRESENTADO	VARIAÇÃO ATIVA	VALOR CORRETO
205230106 CREDOR: 22233954	R$ 19.122,69	R$ 0,90	R$ 19.123,59

DESTACAMOS QUE TAIS AJUSTES, ESTARÃO SENDO PROCESSADOS DURANTE O EXERCÍCIO DE 2011.

3. PRECATÓRIOS – O VALOR TOTAL DO SALDO DEVEDOR ATUALIZADO DOS PRECATÓRIOS NO MONTANTE DE R$ 6.856.437,31(SEIS MILHÕES, OITOCENTOS E CINQUENTA E SEIS MIL, QUATROCENTOS E TRINTA E SETE REAIS E TRINTA E UM CENTAVOS), FOI REGISTRADO NA CONTA Nº 206270110-PRECATÓRIOS DO PASSIVO PERMANENTE - GRUPO PERTENCENTE A DIVIDA FUNDADA INTERNA, NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO NORMATIVA CAGE Nº 06 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011, OF. CAGE Nº 06 DE 11/11/2011;

4. PROCESSOS JUDICIAIS – CONTA : 3.08.54.0135:

OS PROCESSOS CUJA NATUREZA SÃO TRABALHISTAS, FORAM ATUALIZADOS PELA VARIAÇÃO DO IGPM NO PERIODO ADICIONADOS DO PERCENTUAL DE 12 % a.a.;

AS DEMAIS DEMANDAS PERTENCENTES A ESTA CONTA FORAM ATUALIZADAS PELA VARIAÇÃO DO IGPM NO PERIODO.

5. AS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS – CONTA CONTÁBIL Nº 2.05.22.0054, FORAM ATUALIZADOS COM BASE NO FECHAMENTO DO VALOR DE MERCADO DAS AÇÕES DE PROPRIEDADE DA ENTIDADE, CONFORME COTAÇÃO DO MERCADO A VISTA DA BOVESPA - FECHADO EM 30 DE DEZEMBRO DE 2010, PUBLICADO NO JORNAL ZERO HORA, PÁGINA 27, COLUNA INDICADORES, DO DIA 31 DE DEZEMBRO E 01 DE JANEIRO DE 2011.

6. A CONTA DEVEDORES POR PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, Nº 205230106, CREDOR Nº

88519 FOI ATUALIZADAS PELA VARIAÇÃO DO IGPM NO PERIODO :

7. O SALDO DA CONTA Nº 205210101 - MATERIAL BIBLIOGRÁFICO(4490525213), APRESENTADO NO BALANÇO EM 31.12.2010, DEVE SER CONSIDERADO COMO 19.717,00(NOVECENTOS E DEZENOVE MIL SETECENTOS E DEZESSETE REAIS) PARA UMA ANÁLISE PRECISA DA SITUAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DESTA CONTA, EM 31.12.2010, TENDO EM CONSIDERAÇÃO A SEGUINTE CONCILIAÇÃO :

-SALDO EM 31.12.2009 R$ 30.991,00 (CONFORME RELATÓRIO DO INVENTÁRIO 2009)

AJUSTES NA BASE EM 30.11.2009

-VALOR AJUSTADO NO SISTEMA, REFERENTE AO TOMBAMENTO Nº 11.708 QUE TEVE SEU CADASTRAMENTO DE VALOR EM 2009, REALIZADO INCORRETAMENTE EM R$ 11.708,00, OU SEJÁ, FOI CADASTRADO O VALOR COM O MESMO Nº DO TOMBO, SENDO ASSIM, TAL VALOR FOI RETIFICADO NO SITEMA GNUTECA E NÃO INFORMADO A CONTABILIDADE, DEVENDO SER CONSIDERADO O VALOR DE R$ 1,00 COMO CORRETO. R$ (11.707,00) (ESTORNO A SER REALIZADO, VISANDO AJUSTE DO VALOR CORRETO NO TOMBO REFERIDO)

-VALOR A SER INSCRITO NESTA CONTA, EM RAZÃO DO RELATÓRIO EMITIDO EM 31/12/2009, PARA FINS DE APURAÇÃO DO INVENTÁRIO, HAVER OMITIDO 0 MONTANTE DE R$ 337,00 EM FUNÇÃO DO SISTEMA DE FILTRO(COM DATAS), EMITIDO NAQUELA DATA. R$ 337,00 (BENS A INCLUIR NO CONTÁBIL E RELATÓRIO DE INVENTÁRIO 2010)

-AJUSTE REALIZADO NO TOMBO Nº 12.673, RETIFICANDO O VALOR DE R$ 82,00(RELATÓRIO DE INVENTÁRIO 2009), PARA R$ 81,00 NO SISTEMA GNUTECA, NÃO SENDO INFORMADO A CONTABILIDADE R$ (1,00)

-TOMBOS COM REGISTRO DUPLICADOS:

3

Nº02611 – OBRA 444 – O CORTIÇO R$ 1,00;
Nº02611 – OBRA 445 – O CORTIÇO R$ 1,00;
Nº03850 – OBRA 751 – O CÃO DOS BASKERVILLE R$ 1,00;
Nº03850 – OBRA 3657 – O CÃO DOS BASKERVILLE R$ 1,00;
QUE PARA EFEITOS DE ANÁLISE DEVEM SER
ADICIONADOS AO VALOR CONTÁBIL, PARA
POSTERIOR AJUSTE DA DUPLICIDADE R$ 2,00

SALDO AJUSTADO NA BASE DE 2009 R$ 19.622,00

-ENTRADAS REGISTRADAS EM 2010 R$ 87,00 (CONFORME INFORMAÇÃO DA BIBLIOTECA) ;

- VALOR QUE COMPÕEM AS ENTRADAS
DE 2010 E NÃO INFORMADOS A CONTA-
BILIDADE NO EXERCÍCIO R$ 8,00 (CONFORME RELAÇÃO DE INGRESSOS 2010
EMITIDOS PELO SISTEMA GNUTECA)

SALDO AJUSTADO CONFORME
RELATÓRIO DO INVENTÁRIO 2010
EMITIDO PELO SISTEMA GNUTECA R$ 19.717,00

NOVO HAMBURGO, 31 DE DEZEMBRO DE 2010.

MARIA INÊS UTZIG ZULKE
DIRETORA EXECUTIVA
CPF Nº. 394.684.880-04

RONALDO GARCIA FORTE
CONTADOR
CRC/RS Nº 42.565

FUNDAÇÃO ESCOLA TÉCNICA LIBERATO SALZANO VIEIRA DA CUNHA
Rua Inconfidentes, 395 - Caixa Postal 621 - Novo Hamburgo - RS - CEP 93340-140
Fone: (51) 3584-2000 - Fax: (51) 3584-2008 - CNPJ nº 91.683.474/0001-30
e-mail: executiva@liberato.com.br URL: http://www.liberato.com.br

CONSELHO DE CURADORES

PARECER nº 48/11, de 22 de março de 2011.

Sobre a Prestação de Contas relativa ao exercício de 2010.

Em observância ao disposto no art. 19, letra "e" do Estatuto da Fundação Escola Liberato Salzano Vieira da Cunha, o Conselho de Curadores examinou o Balanço Geral da instituição, relativo ao exercício financeiro de 2010, assim constituído:

- BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (Anexo 12)
- BALANÇO FINANCEIRO (Anexo 13)
- BALANÇO PATRIMONIAL (Anexo 14)
- DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (Anexo 15)

Os exames efetuados demonstram que o Balanço Geral se encontra tecnicamente adequado às normas da Contabilidade Pública e do Direito Financeiro.

A Prestação de Contas foi elaborada obedecendo às normas de Contabilidade Pública.

Face ao exposto, somos de parecer que a Prestação de Contas relativa ao exercício econômico-financeiro de 2010, seja enviada ao Conselho Técnico Deliberativo, para posterior envio ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

Novo Hamburgo, 22 de março de 2011.

Sônia Maria Tizoni
Presidente (SEFA)

Lisete Portela Link
Conselheira (SE)

Maria Regina Santini Martins
Conselheira (SE)

Liliani Maria Lemes
Conselheira (Prefeitura - Novo Hamburgo)

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... :	RONALDO GARCIA FORTE
REGISTRO..... :	RS-042565/O-5
CATEGORIA..... :	CONTADOR
CPF..... :	263.844.770-68

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 17.01.2011 as 11:26:34.
Válido até: 31.03.2011.
Código de Controle: 91494.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária

FEPAGRO

EXERCÍCIO DE 2010

FUND ESTADUAL DE PESQUISA AGROPEC

DEMONSTRACÃO DA RECEITA E DA DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

RFPE035/00001
ANEXO N. 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
RECEITAS CORRENTES		DESPESA CORRENTE	
RECEITA PATRIMONIAL	947.159,35	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.062.495,72
RECEITA AGROPECUARIA	709.897,04	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.889.553,53
RECEITA INDUSTRIAL	9.870,00		
RECEITA DE SERVICOS	1.043.924,03	SOMA.....	7.952.049,25
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.421,11		
		TOTAL.....	7.952.049,25
SOMA.....	2.716.271,53		
		DESPESA CAPITAL	
DEFICIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	5.235.777,72		
		INVESTIMENTOS	2.039.689,39
TOTAL.....	7.952.049,25		
		SOMA.....	2.039.689,39
RECEITAS DE CAPITAL			
		TOTAL.....	9.991.738,64
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	1.259.649,51		
SOMA.....	1.259.649,51		
DEFICIT	6.015.817,60		
TOTAL.....	9.991.738,64		

RESUMO

RECEITAS CORRENTES.....	2.716.271,53	DESPESAS CORRENTES.....	7.952.049,25
RECEITAS DE CAPITAL.....	1.259.649,51	DESPESAS DE CAPITAL.....	2.039.689,39
DEFICIT.....	6.015.817,60	SUPERAVIT.....	0,00
TOTAL.....	9.991.738,64	TOTAL.....	9.991.738,64

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

NAMI BACALTCHUK
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 116.292.070/04

GELSON LUIZ MACHADO MAFALDA
CHEFE DA DIVISÃO FINANCEIRA
CRCRS N. 57035O5
CPF: 293.861.950/20

EXERCÍCIO DE 2010 — FUND ESTADUAL DE PESQUISA AGROPEC — RFPE006/00001

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES — ANEXO N.6

R$

ÓRGÃO: 68 - FUNDACAO ESTADUAL DE PESQUISA AGROPECUARIA

U.O.: 68.01 - FUNDACAO ESTADUAL DE PESQUISA AGROPECUARIA

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
19	CIENCIA E TECNOLOGIA	3.199.312,88	5.923.301,11	9.122.613,99
19.0122	ADMINISTRACAO GERAL		3.502.982,18	3.502.982,18
19.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		3.502.982,18	3.502.982,18
19.0304	VIGILANCIA SANITARIA	49.734,10		49.734,10
19.0304.0293	PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVACAO APLICADOS A INDUSTRIA, AGROPECUARIA E SERVI	49.734,10		49.734,10
19.0571	DESENV CIENTIFICO	2.249.478,78	2.362.668,97	4.612.147,75
19.0571.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		2.047.514,35	2.047.514,35
19.0571.0293	PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVACAO APLICADOS A INDUSTRIA, AGROPECUARIA E SERVI	2.249.478,78	315.154,62	2.564.633,40
19.0573	DIF CONHEC CIENTIFICO	300.000,00	27.910,21	327.910,21
19.0573.0293	PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVACAO APLICADOS A INDUSTRIA, AGROPECUARIA E SERVI	300.000,00	27.910,21	327.910,21
19.0602	PROMOCAO PRODUCAO ANIMAL	600.100,00	29.739,75	629.839,75
19.0602.0293	PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVACAO APLICADOS A INDUSTRIA, AGROPECUARIA E SERVI	600.100,00	29.739,75	629.839,75
20	AGRICULTURA	248.781,93	39.089,27	287.871,20
20.0571	DESENV CIENTIFICO	162.260,21	39.089,27	201.349,48
20.0571.0293	PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVACAO APLICADOS A INDUSTRIA, AGROPECUARIA E SERVI	162.260,21	39.089,27	201.349,48
20.0604	DEFESA SANITARIA ANIMAL	86.521,72		86.521,72
20.0604.0293	PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVACAO APLICADOS A INDUSTRIA, AGROPECUARIA E SERVI	86.521,72		86.521,72
	TOTAL DA U.O. =>	3.448.094,81	5.962.390,38	9.410.485,19

U.O.: 68.33 - ENCARGOS GERAIS DA FUNDACAO ESTADUAL DE PESQUISA AGROPECUARIA

19	CIENCIA E TECNOLOGIA		581.253,45	581.253,45
19.0122	ADMINISTRACAO GERAL		581.253,45	581.253,45
19.0122.0335	OPERACOES ESPECIAIS		581.253,45	581.253,45
	TOTAL DA U.O. =>		581.253,45	581.253,45
	TOTAL DO ÓRGÃO =>	3.448.094,81	6.543.643,83	9.991.738,64

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

BENAMI BACALTCHUK
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 116.292.070/04

GELSON LUIZ MACHADO MAFALDA
CHEFE DA DIVISÃO FINANCEIRA
CRCRS N. 5703505
CPF: 293.861.950/20

EXERCÍCIO DE 2010 | FUND ESTADUAL DE PESQUISA AGROPEC | RFPE009/00001

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES | ANEXO N. 7

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
19	CIENCIA E TECNOLOGIA	3.199.312,88	6.504.554,56	9.703.867,44
19.0122	ADMINISTRACAO GERAL		4.084.235,63	4.084.235,63
19.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		3.502.982,18	3.502.982,18
19.0122.0335	OPERACOES ESPECIAIS		581.253,45	581.253,45
19.0304	VIGILANCIA SANITARIA	49.734,10		49.734,10
19.0304.0293	PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVACAO APLICADOS A INDUSTRIA, AGROPECUARIA E SERVI	49.734,10		49.734,10
19.0571	DESENV CIENTIFICO	2.249.478,78	2.362.668,97	4.612.147,75
19.0571.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		2.047.514,35	2.047.514,35
19.0571.0293	PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVACAO APLICADOS A INDUSTRIA, AGROPECUARIA E SERVI	2.249.478,78	315.154,62	2.564.633,40
19.0573	DIF CONHEC CIENTIFICO	300.000,00	27.910,21	327.910,21
19.0573.0293	PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVACAO APLICADOS A INDUSTRIA, AGROPECUARIA E SERVI	300.000,00	27.910,21	327.910,21
19.0602	PROMOCAO PRODUCAO ANIMAL	600.100,00	29.739,75	629.839,75
19.0602.0293	PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVACAO APLICADOS A INDUSTRIA, AGROPECUARIA E SERVI	600.100,00	29.739,75	629.839,75
20	AGRICULTURA	248.781,93	39.089,27	287.871,20
20.0571	DESENV CIENTIFICO	162.260,21	39.089,27	201.349,48
20.0571.0293	PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVACAO APLICADOS A INDUSTRIA, AGROPECUARIA E SERVI	162.260,21	39.089,27	201.349,48
20.0604	DEFESA SANITARIA ANIMAL	86.521,72		86.521,72
20.0604.0293	PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVACAO APLICADOS A INDUSTRIA, AGROPECUARIA E SERVI	86.521,72		86.521,72
	TOTAL GERAL =>	3.448.094,81	6.543.643,83	9.991.738,64

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

BENNI BACALTCHUK
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 416.292.070/04

GELSON LUIZ MACHADO MAFALDA
CHEFE DA DIVISÃO FINANCEIRA
CRCRS N. 57035O5
CPF: 293.861.950/20

EXERCÍCIO DE 2010 — FUND ESTADUAL DE PESQUISA AGROPEC — RFPE029/00001

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS — ANEXO N.8

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
19	CIENCIA E TECNOLOGIA	8.546.214,78	1.157.652,66	9.703.867,44
19.0122	ADMINISTRACAO GERAL	4.080.311,63	3.924,00	4.084.235,63
19.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	3.502.982,18		3.502.982,18
19.0122.0335	OPERACOES ESPECIAIS	577.329,45	3.924,00	581.253,45
19.0304	VIGILANCIA SANITARIA	49.734,10		49.734,10
19.0304.0293	PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVACAO APLICADOS A INDUSTRIA, AGROPECUARIA E SERVI	49.734,10		49.734,10
19.0571	DESENV CIENTIFICO	3.458.419,09	1.153.728,66	4.612.147,75
19.0571.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	2.047.514,35		2.047.514,35
19.0571.0293	PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVACAO APLICADOS A INDUSTRIA, AGROPECUARIA E SERVI	1.410.904,74	1.153.728,66	2.564.633,40
19.0573	DIF CONHEC CIENTIFICO	327.910,21		327.910,21
19.0573.0293	PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVACAO APLICADOS A INDUSTRIA, AGROPECUARIA E SERVI	327.910,21		327.910,21
19.0602	PROMOCAO PRODUCAO ANIMAL	629.839,75		629.839,75
19.0602.0293	PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVACAO APLICADOS A INDUSTRIA, AGROPECUARIA E SERVI	629.839,75		629.839,75
20	AGRICULTURA	201.349,48	86.521,72	287.871,20
20.0571	DESENV CIENTIFICO	201.349,48		201.349,48
20.0571.0293	PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVACAO APLICADOS A INDUSTRIA, AGROPECUARIA E SERVI	201.349,48		201.349,48
20.0604	DEFESA SANITARIA ANIMAL		86.521,72	86.521,72
20.0604.0293	PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVACAO APLICADOS A INDUSTRIA, AGROPECUARIA E SERVI		86.521,72	86.521,72
	TOTAL GERAL =>	8.747.564,26	1.244.174,38	9.991.738,64

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

BENANY BACALTCHUK
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 316.292.070/04

GELSON LUIZ MACHADO MAFALDA
CHEFE DA DIVISÃO FINANCEIRA
CRCRS N. 5703505
CPF: 293.861.950/20

EXERCÍCIO DE 2010 — FUND ESTADUAL DE PESQUISA AGROPEC — RFPE025/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃO E FUNÇÕES — ANEXO N.9

R$

FUNÇÕES / ÓRGÃOS	CIENCIA E TECNOLOGIA	AGRICULTURA	TOTAL	
PODER LEGISLATIVO				
PODER JUDICIARIO				
MINISTERIO PUBLICO				
DEFENSORIA PUBLICA				
PODER EXECUTIVO				
FUNDACAO ESTADUAL DE PESQUISA AGROPECUARIA	9.703.867,44	287.871,20	9.991.738,64	
SOMA.....	9.703.867,44	287.871,20	9.991.738,64	
TOTAL.....	9.703.867,44	287.871,20	9.991.738,64	

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

BENAMY BACALTCHUK
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 016.292.070/04

GELSON LUIZ MACHADO MAFALDA
CHEFE DA DIVISÃO FINANCEIRA
CRCRS N. 57035O5
CPF: 293.861.950/20

EXERCÍCIO DE 2010 | FUND ESTADUAL DE PESQUISA AGROPEC | RFPE023/00001

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA | ANEXO N. 10

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
1000.00.00.0000	RECEITAS CORRENTES	9.315.364,00	2.716.271,53	6.599.092,47-
1300.00.00.0000	RECEITA PATRIMONIAL	1.000.150,00	947.159,35	52.990,65-
1310.00.00.0000	RECEITAS IMOBILIARIAS	0,00	45.460,80	45.460,80
1312.00.00.0000	ARRENDAMENTOS	0,00	45.460,80	45.460,80
1312.99.00.0000	OUTROS ARRENDAMENTOS	0,00	45.460,80	45.460,80
1312.99.99.0000	DIVERSOS ARRENDAMENTOS	0,00	45.460,80	45.460,80
1320.00.00.0000	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	1.000.000,00	901.698,55	98.301,45-
1325.00.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	1.000.000,00	901.698,55	98.301,45-
1325.01.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS DE RECURSOS VINCULADOS	1.000.000,00	901.698,55	98.301,45-
1325.01.99.0000	DIVERSAS REMUNERACOES DE DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS	1.000.000,00	901.698,55	98.301,45-
1390.00.00.0000	OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	150,00	0,00	150,00-
1390.99.00.0000	OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	150,00	0,00	150,00-
1390.99.01.0000	DIVERSAS RECEITAS PATRIMONIAIS	150,00	0,00	150,00-
1400.00.00.0000	RECEITA AGROPECUARIA	1.360.000,00	709.897,04	650.102,96-
1410.00.00.0000	RECEITA DA PRODUCAO VEGETAL	700.000,00	243.834,00	456.166,00-
1410.01.00.0000	RECEITA DA PRODUCAO VEGETAL	700.000,00	243.834,00	456.166,00-
1410.01.99.0000	DIVERSAS RECEITAS DA PRODUCAO VEGETAL	700.000,00	243.834,00	456.166,00-
1420.00.00.0000	RECEITA DA PRODUCAO ANIMAL E DERIVADOS	650.000,00	466.063,04	183.936,96-
1420.01.00.0000	RECEITA DA PRODUCAO ANIMAL E DERIVADOS	650.000,00	466.063,04	183.936,96-
1420.01.99.0000	DIVERSAS RECEITAS DA PRODUCAO ANIMAL E DERIVADOS	650.000,00	466.063,04	183.936,96-
1490.00.00.0000	OUTRAS RECEITAS AGROPECUARIAS	10.000,00	0,00	10.000,00-
1490.99.00.0000	OUTRAS RECEITAS AGROPECUARIAS	10.000,00	0,00	10.000,00-
1490.99.01.0000	DIVERSAS RECEITAS AGROPECUARIAS	10.000,00	0,00	10.000,00-
1500.00.00.0000	RECEITA INDUSTRIAL	20.000,00	9.870,00	10.130,00-
1520.00.00.0000	RECEITA DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	20.000,00	9.870,00	10.130,00-
1520.21.00.0000	RECEITA DA INDUSTRIA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS E VETERINARIOS	0,00	466,00	466,00
1520.21.99.0000	DIVERSAS RECEITAS DA INDUSTRIA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS E VETERINARIOS	0,00	466,00	466,00
1520.99.00.0000	OUTRAS RECEITAS DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	20.000,00	9.404,00	10.596,00-
1520.99.01.0000	OUTRAS RECEITAS DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	20.000,00	9.404,00	10.596,00-
1600.00.00.0000	RECEITA DE SERVICOS	175.000,00	1.043.924,03	868.924,03
1600.01.00.0000	SERVICOS COMERCIAIS	3.000,00	6.317,80	3.317,80
1600.01.02.0000	SERVICOS COMERCIALIZACAO LIVROS; PERIODICOS; MATERIAIS ESCOLARES; DE PUBLICI	3.000,00	6.317,80	3.317,80
1600.17.00.0000	SERVICOS AGROPECUARIOS	5.000,00	430,00	4.570,00-
1600.17.99.0000	DIVERSOS SERVICOS AGROPECUARIOS	5.000,00	430,00	4.570,00-
1600.22.00.0000	SERVICOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	2.000,00	25,00	1.975,00-
1600.22.99.0000	DIVERSOS SERVICOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	2.000,00	25,00	1.975,00-
1600.23.00.0000	SERVICO DE REGISTRO DE MARCAS, DE PATENTES E DE TRANSFE_RENCIAS DE TECNOLOGI	15.000,00	0,00	15.000,00-
1600.23.99.0000	DIVERSOS SERVICOS DE REGISTRO DE MARCAS, DE PATENTES E DE TRANSFERENCIA TECN	15.000,00	0,00	15.000,00-
1600.99.00.0000	OUTROS SERVICOS	150.000,00	1.037.151,23	887.151,23
1600.99.99.0000	DIVERSOS SERVICOS	150.000,00	1.037.151,23	887.151,23
1700.00.00.0000	TRANSFERENCIAS CORRENTES	6.725.214,00	0,00	6.725.214,00-
1760.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	6.725.214,00	0,00	6.725.214,00-
1761.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO E DE SUAS ENTIDADES	6.715.214,00	0,00	6.715.214,00-
1761.99.00.0000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	6.715.214,00	0,00	6.715.214,00-
1761.99.99.0000	DIVERSAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	6.715.214,00	0,00	6.715.214,00-
1764.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DE INSTITUICOES PRIVADAS	10.000,00	0,00	10.000,00-
1764.99.00.0000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DE INSTUICOES PRIVADAS	10.000,00	0,00	10.000,00-
1764.99.99.0000	DIVERSAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DE INSTITUICOES PRIVADAS	10.000,00	0,00	10.000,00-
1900.00.00.0000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	35.000,00	5.421,11	29.578,89-
1920.00.00.0000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	15.000,00	0,00	15.000,00-
1922.00.00.0000	RESTITUICOES	15.000,00	0,00	15.000,00-
1922.99.00.0000	OUTRAS RESTITUICOES	15.000,00	0,00	15.000,00-
1922.99.99.0000	DIVERSAS RESTITUICOES	15.000,00	0,00	15.000,00-
1990.00.00.0000	RECEITAS DIVERSAS	20.000,00	5.421,11	14.578,89-
1990.98.00.0000	OUTRAS RECEITAS EVENTUAIS	20.000,00	0,00	20.000,00-
1990.98.99.0000	DIVERSAS RECEITAS EVENTUAIS	20.000,00	0,00	20.000,00-
1990.99.00.0000	OUTRAS RECEITAS	0,00	5.421,11	5.421,11
1990.99.02.0000	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR DE RECURSOS NAO VINCULADOS	0,00	5.421,11	5.421,11
2000.00.00.0000	RECEITAS DE CAPITAL	14.889.516,00	1.259.649,51	13.629.866,49-
2400.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	14.889.516,00	1.259.649,51	13.629.866,49-
2470.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	14.889.516,00	1.259.649,51	13.629.866,49-
2471.00.00.0000	TRANSFERENCIA DE CONVENIOS DA UNIAO E DE SUAS ENTIDADES	14.889.516,00	1.259.649,51	13.629.866,49-
2471.99.00.0000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	14.889.516,00	1.259.649,51	13.629.866,49-

EXERCÍCIO DE 2010

FUND ESTADUAL DE PESQUISA AGROPEC

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA

RFPE023/00002

ANEXO N. 10

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
2471.99.99.0000	DIVERSAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	14.889.516,00	1.259.649,51	13.629.866,49-
TOTAL		24.204.880,00	3.975.921,04	20.228.958,96-

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

BENAMI BACALTCHUK
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 176.292.070/04

GELSON LUIZ MACHADO MAFALDA
CHEFE DA DIVISÃO FINANCEIRA
CRCRS N. 57035O5
CPF: 293.861.950/20

EXERCÍCIO DE 2010

FUND ESTADUAL DE PESQUISA AGROPEC
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

RFPE026/00001
ANEXO N.11

R$

TÍTULOS		DESPESA CORRENTE	DESPESA DE CAPITAL	TOTAL
FUNDACAO ESTADUAL DE PESQUISA AGROPECUARIA				
	DESPESA FIXADA	13.322.445,00	16.949.266,00	30.271.711,00
	CRÉDITOS ESPECIAIS	0,00	21.890,00	21.890,00
	CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00
	SUPLEMENTAÇÕES	2.349.068,15	6.730.504,57	9.079.572,72
	REDUÇÕES	601.109,00	0,00	601.109,00
	DESPESA AUTORIZADA	15.070.404,15	23.701.660,57	38.772.064,72
	DESPESA REALIZADA	7.952.049,25	2.039.689,39	9.991.738,64
	DIFERENÇA	7.118.354,90	21.661.971,18	28.780.326,08
TOTAL GERAL				
	DESPESA FIXADA			30.271.711,00
	CRÉDITOS ESPECIAIS			21.890,00
	CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS			0,00
	SUPLEMENTAÇÕES			9.079.572,72
	REDUÇÕES			601.109,00
	DESPESA AUTORIZADA			38.772.064,72
	DESPESA REALIZADA			9.991.738,64
	DIFERENÇA			28.780.326,08

CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS CONSIDERADOS PELO SEU VALOR DE ABERTURA, ESTANDO AS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES COMPUTADAS NAS SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES.

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

BENAMI BACALTCHUK
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 114.292.070/04

GELSON LUIZ MACHADO MAFALDA
CHEFE DA DIVISÃO FINANCEIRA
CRCRS N. 57035CS
CPF: 293.861.950/20

EXERCÍCIO DE 2010

FUND ESTADUAL DE PESQUISA AGROPEC
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RFPE030/00001
ANEXO N.12

R$

R E C E I T A

TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES			
RECEITA PATRIMONIAL	1.000.150,00	947.159,35	52.990,65-
RECEITA AGROPECUARIA	1.360.000,00	709.897,04	650.102,96-
RECEITA INDUSTRIAL	20.000,00	9.870,00	10.130,00-
RECEITA DE SERVICOS	175.000,00	1.043.924,03	868.924,03
TRANSFERENCIAS CORRENTES	6.725.214,00	0,00	6.725.214,00-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	35.000,00	5.421,11	29.578,89-
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	9.315.364,00	2.716.271,53	6.599.092,47-
RECEITAS DE CAPITAL			
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	14.889.516,00	1.259.649,51	13.629.866,49-
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	14.889.516,00	1.259.649,51	13.629.866,49-
SOMA	24.204.880,00	3.975.921,04	20.228.958,96-
DEFICIT DE PREVISÃO	14.567.184,72	6.015.817,60	8.551.367,12-
TOTAL	38.772.064,72	9.991.738,64	28.780.326,08-

D E S P E S A

TÍTULOS	AUTORIZAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
CRÉDITOS ORDINÁRIOS (1)	38.772.064,72	9.991.738,64	28.780.326,08-
CRÉDITOS ESPECIAIS (2)	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS (2)	0,00	0,00	0,00
SOMA	38.772.064,72	9.991.738,64	28.780.326,08-
TOTAL	38.772.064,72	9.991.738,64	28.780.326,08-

(1) DOTAÇÕES ORIGINAIS COM SUAS SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES
(2) DOTAÇÕES CRIADAS NO DECORRER DO EXERCÍCIO E ALTERAÇÕES

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

BENAMI BACALTCHUK
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 116.292.070/04

GELSON LUIZ MACHADO MATALDA
CHEFE DA DIVISÃO FINANCEIRA
CRCRS N. 57035O5
CPF: 293.861.950/20

BALANÇO FINANCEIRO

ANEXO N. 13

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
RECEITA ORÇAMENTARIA		DESPESA ORÇAMENTARIA	
RECEITAS CORRENTES		CIENCIA E TECNOLOGIA	9.703.867,44
RECEITA PATRIMONIAL	947.159,35	AGRICULTURA	287.871,20
RECEITA AGROPECUARIA	709.897,04	SOMA.....	9.991.738,64
RECEITA INDUSTRIAL	9.870,00		
RECEITA DE SERVICOS	1.043.924,03	DESPESA EXTRA-ORÇAMENTARIA	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.421,11	REALIZAVEL	217.936,87
SOMA.....	2.716.271,53	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	111.684,67
RECEITAS DE CAPITAL		RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	50.069,97
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	1.259.649,51	DEPOSITOS	679.009,60
SOMA.....	1.259.649,51	DIVERSOS	0,00
TOTAL.....	3.975.921,04	SOMA.....	1.058.701,11
		TOTAL.....	11.050.439,75
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA		VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO	
REALIZAVEL	221.221,87	BAIXA DE SALDOS BANCÁRIOS	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.026.725,63	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS INTRAGOVERNAMENTAIS	
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	160.326,00	SOMA.....	0,00
DEPOSITOS	826.513,35		
DIVERSOS	185,71	SALDOS PARA O EXERCICIO SEGUINTE	
SOMA.....	2.234.972,56	BANCOS C/DISPOSICAO	2.507.403,37
TOTAL.....	6.210.893,60	APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	604.899,15
VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO		APLICACOES FINANCEIRAS DE RECURSOS VINCULADOS	10.836.928,47
BAIXA DE PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR E A LIQUIDAR	23.790,00	BANCOS, C/VINCULADAS	603.763,14
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS INTRAGOVERNAMENTAIS	6.313.653,11	APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	775.119,88
SOMA.....	6.337.443,11	SOMA.....	15.328.114,01
SALDOS DO EXERCICIO ANTERIOR			
BANCOS C/DISPOSICAO	586.190,06		
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	698.936,79		
APLICACOES FINANCEIRAS DE RECURSOS VINCULADOS	10.912.756,42		
BANCOS, C/VINCULADAS	665.956,32		
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	969.662,46		
SOMA.....	13.833.502,05		
TOTAL.....	26.381.838,76	TOTAL.....	26.378.553,76

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

BENAMI BACALTCHUK
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 116.292.070/04

GELSON LUIZ MACHADO MAFALDA
CHEFE DA DIVISÃO FINANCEIRA
CRCRS N. 57035O5
CPF: 293.861.950/20

ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
ATIVO FINANCEIRO		PASSIVO FINANCEIRO	
DISPONÍVEL		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	
BANCOS C/DISPOSICAO	2.507.403,37	FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	62.896,96
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	604.899,15	CONVENIOS E REPASSES COM COMPROVACAO PREVIA	0,01
SOMA.....	3.112.302,52	FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	408.804,99
VINCULADO EM CONTA CORRENTE BANCÁRIA		PIS E PASEP A RECOLHER	1.819,57
APLICACOES FINANCEIRAS DE RECURSOS VINCULADOS	10.836.928,47	CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	553.348,13
BANCOS, C/VINCULADAS	603.763,14	SOMA.....	1.026.869,66
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	775.119,88	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
SOMA.....	12.215.811,49	FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	156.972,66
REALIZÁVEL		AUXILIOS SUJEITOS A COMPROVACAO	900,00
DEVEDORES	3.345,72	CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A LIQUIDAR	2.223,34
SOMA.....	3.345,72	DIARIAS VENCIDAS A LIQUIDAR	230,00
TOTAL.....	15.331.459,73	SOMA.....	160.326,00
ATIVO PERMANENTE		DEPÓSITOS	
BENS DA ENTIDADE		DEPOSITOS	531.138,18
BENS DE RENDA	1.427.483,48	SOMA.....	531.138,18
BENS MOVEIS	8.506.504,97	DIVERSOS	
BENS IMOVEIS	92.772.030,49	ORDENS DE PAGAMENTO DEVOLVIDAS	247,92
SOMA.....	102.706.018,94	OUTROS CREDORES	3.438,05
PARTICIPAÇÕES		SOMA.....	3.685,97
PARTICIPACOES SOCIETARIAS EM EMPRESAS SOB CONTROLE DO ESTADO	1.530,46	TOTAL.....	1.722.019,81
SOMA.....	1.530,46	PASSIVO PERMANENTE	
CRÉDITOS		DÍVIDA FUNDADA INTERNA	
DEVEDORES POR OPERACOES MERCANTIS	9.189,36	PRECATORIOS JUDICIAIS - EC 62/2009	91.047,39
SOMA.....	9.189,36	SOMA.....	91.047,39
DIVERSOS		TOTAL.....	91.047,39
BENS CREDITOS E VALORES EM FASE DE AQUISICAO OU FORMACAO	7.900,00	SOMA DO PASSIVO REAL	1.813.067,20
BENS DE VENDA	431.598,58	SALDO PATRIMONIAL	
ALMOXARIFADOS	291.341,84	SITUAÇÃO LÍQUIDA	
SOMA.....	730.840,42	ATIVO REAL LIQUIDO	116.965.971,71
TOTAL.....	103.447.579,18	SOMA.....	118.779.038,91
SOMA DO ATIVO REAL	118.779.038,91	PASSIVO COMPENSADO	
ATIVO COMPENSADO		CONTRAPARTIDA DE VALORES EM PODER DE TERCEIROS	
VALORES EM PODER DE TERCEIROS		VALORES EM GUARDA NOS ALMOXARIFADOS	291.341,84
RESPONSAVEIS POR ALMOXARIFADOS	291.341,84	BENS DA ENTIDADE EM PODER DE TERCEIROS	438.434,08
RESPONSAVEIS PELA GUARDA DE BENS DA ENTIDADE	438.434,08	DIARIAS A COMPROVAR	136,53
RESPONSAVEIS POR DIARIAS	136,53	SOMA.....	729.912,45
SOMA.....	729.912,45	CONTRAPARTIDA DE VALORES DE TERCEIROS	
VALORES DE TERCEIROS		BENS PERTENCENTES A TERCEIROS	119.400,00
BENS DE TERCEIROS EM PODER DA ENTIDADE	119.400,00	SOMA.....	119.400,00
SOMA.....	119.400,00	CONTRAPARTIDA DE VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS	
VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS		AUXILIOS A COMPROVAR	949.600,00
RESPONSAVEIS POR AUXILIOS	949.600,00	SOMA.....	949.600,00
SOMA.....	949.600,00	TOTAL.....	1.798.912,45
TOTAL.....	1.798.912,45		
TOTAL GERAL.....	120.577.951,36	TOTAL GERAL.....	120.577.951,36

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

BENJAMI BACALTCHUK
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 116.292.070/04

GELSON LUIZ MACHADO MAFALDA
CHEFE DA DIVISÃO FINANCEIRA
CRCRS N. 5703505
CPF: 293.861.950/20

EXERCÍCIO DE 2010

FUND ESTADUAL DE PESQUISA AGROPEC

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

RFPE033/00001

ANEXO N. 15

VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
RECEITAS CORRENTES		DESPESAS CORRENTES	
RECEITA PATRIMONIAL	947.159,35	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.062.495,72
RECEITA AGROPECUARIA	709.897,04	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.889.553,53
RECEITA INDUSTRIAL	9.870,00		
RECEITA DE SERVICOS	1.043.924,03	SOMA.....	7.952.049,25
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.421,11	DESPESAS DE CAPITAL	
		INVESTIMENTOS	2.039.689,39
SOMA.....	2.716.271,53		
RECEITAS DE CAPITAL		SOMA.....	2.039.689,39
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	1.259.649,51	TOTAL.....	9.991.738,64
SOMA.....	1.259.649,51	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	
DEDUÇÕES RECEITAS CORRENTES	0,00		
		SOMA.....	0,00
TOTAL.....	3.975.921,04	INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
REGISTRO DE BENS CRED E VAL EM FASE DE AQUISICAO OU FORMACAO	7.900,00	BAIXA DE BENS DE VENDA	81.843,16
CONSTRUCAO OU AQUISICAO DE BENS MOVEIS	1.221.460,19	TRANSFERENCIAS INTRAPATRIMONIAIS	11.984,00
CONSTRUCAO OU AQUISICAO DE BENS IMOVEIS	194.001,62	BAIXA DE BENS MOVEIS	467.122,49
		INSCRICAO DE PRECATORIOS JUDICIAIS - EC 62/2009	91.047,39
SOMA.....	1.423.361,81	BAIXA DE BENS DE ALMOXARIFADO	79.587,04
INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
		SOMA.....	731.584,08
VARIAÇÕES ATIVAS			
INCORPORACAO DE BENS DE VENDA	67.149,60	VARIAÇÕES PASSIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO PATRIMÔNIO FINANCEIRO	
TRANSFERENCIAS INTRAPATRIMONIAIS	11.984,00		
INCORPORACAO DE BENS DE RENDA	62.803,48	SOMA.....	0,00
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	338.001,00		
INCORPORACAO DE BENS DE ALMOXARIFADO	126.614,19	TOTAL.....	10.723.322,72
SOMA.....	606.552,27	RESULTADO PATRIMONIAL	
VARIAÇÕES ATIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO PATRIMÔNIO FINANCEIRO		SUPERAVIT VERIFICADO	1.619.955,51
BAIXA DE PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR E A LIQUIDAR	23.790,00		
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS INTRAGOVERNAMENTAIS	6.313.653,11		
SOMA.....	6.337.443,11		
TOTAL.....	12.343.278,23	TOTAL.....	12.343.278,23

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

BENJAMI BACALTCHUK
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 116.292.070/04

GELSON LUIZ MACHADO MAFALDA
CHEFE DA DIVISÃO FINANCEIRA
CRCRS N. 5703505
CPF: 293.861.950/20

EXERCÍCIO DE 2010 — FUND ESTADUAL DE PESQUISA AGROPEC — RFPE034/00001

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE — ANEXO N.17

R$

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	79.840,50-	83.678,98	100.622,52	62.896,96-
CONVENIOS E REPASSES COM COMPROVACAO PREVIA	0,01-	0,00	0,00	0,01-
FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	1.028,36-	407.776,63	0,00	408.804,99-
PIS E PASEP A RECOLHER	6.770,87-	0,00	4.951,30	1.819,57-
CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	24.188,96-	535.270,02	6.110,85	553.348,13-
SUBTOTAL.....	111.828,70-	1.026.725,63	111.684,67	1.026.869,66-
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	26.279,97-	156.972,66	26.279,97	156.972,66-
AUXILIOS SUJEITOS A COMPROVACAO	0,00	900,00	0,00	900,00-
CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A LIQUIDAR	0,00	2.223,34	0,00	2.223,34-
PRECATORIOS JUDICIAIS A LIQUIDAR	23.790,00-	0,00	23.790,00	0,00
DIARIAS VENCIDAS A LIQUIDAR	0,00	230,00	0,00	230,00-
SUBTOTAL.....	50.069,97-	160.326,00	50.069,97	160.326,00-
DEPOSITOS				
DEPOSITOS	383.634,43-	826.513,35	679.009,60	531.138,18-
SUBTOTAL.....	383.634,43-	826.513,35	679.009,60	531.138,18-
DIVERSOS				
ORDENS DE PAGAMENTO DEVOLVIDAS	247,92-	0,00	0,00	247,92-
OUTROS CREDORES	3.252,34-	185,71	0,00	3.438,05-
SUBTOTAL.....	3.500,26-	185,71	0,00	3.685,97-
TOTAL.....	549.033,36-	2.013.750,69	840.764,24	1.722.019,81-

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

BENAMI BACALTCHUK
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 316.292.070/04

GELSON LUIZ MACHADO MAFALDA
CHEFE DA DIVISÃO FINANCEIRA
CRCRS N. 57035O5
CPF: 293.861.950/20

EXERCÍCIO DE 2010 — FUND ESTADUAL DE PESQUISA AGROPEC — RFPE017/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CAT. ECONÔMICA, GRUPO NAT. DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA
COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.0.00.00	DESPESA CORRENTE	7.952.049,25
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.062.495,72
3.1.90.00	APLICACOES DIRETAS	3.485.166,27
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	3.396.978,12
3.1.90.11.1102	VENCIMENTO, SALARIO E SUBSIDIO	3.396.978,12
3.1.90.13	OBRIGACOES PATRONAIS	83.975,43
3.1.90.13.1304	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA	83.975,43
3.1.90.94	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	4.212,72
3.1.90.94.9402	INDENIZACOES TRABALHISTAS - PESSOAL CIVIL	4.212,72
3.1.91.00	TRANSFERENCIA INTRAGOVERNAMENTAL	577.329,45
3.1.91.13	OBRIGACOES PATRONAIS	577.329,45
3.1.91.13.1301	CONTRIBUICAO AO IPERGS PARA ASSISTENCIA MEDICA	64.339,71
3.1.91.13.1310	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA S/ATIVOS - RPPS	512.989,74
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.889.553,53
3.3.50.00	TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	298.991,00
3.3.50.43	SUBVENCOES SOCIAIS	298.991,00
3.3.50.43.4301	SUBVENCOES SOCIAIS	298.991,00
3.3.90.00	APLICACOES DIRETAS	3.590.562,53
3.3.90.14	DIARIAS-CIVIL	190.097,48
3.3.90.14.1402	DIARIAS DE VIAGEM	175.076,34
3.3.90.14.1403	DIARIAS ESPECIAIS DE VIAGEM	1.532,12
3.3.90.14.1407	DIARIAS DE VIAGEM PARA FORA DO ESTADO	13.489,02
3.3.90.18	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	22.050,00
3.3.90.18.1801	BOLSAS DE ESTUDOS	22.050,00
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	1.138.319,74
3.3.90.30.3001	ANIMAIS PARA ESTUDO, PREPARACAO DE PRODUTOS E CORTE	27.960,00
3.3.90.30.3002	SINALIZACAO, IDENTIFICACAO E SEGURANCA	8.514,25
3.3.90.30.3003	ARTIGOS CIRURGICOS E LABORATORIAIS	50.120,75
3.3.90.30.3004	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	366.752,51
3.3.90.30.3005	FORRAGENS E OUTROS ALIMENTOS PARA ANIMAIS	12.990,50
3.3.90.30.3006	GENEROS PARA ALIMENTACAO	9.297,35
3.3.90.30.3009	MATERIAL DE EXPEDIENTE	32.042,79
3.3.90.30.3010	ACONDICIONAMENTO E/OU EMBALAGEM	24.401,04
3.3.90.30.3011	ALOJAMENTO, LAVANDERIA, COPA E/OU COZINHA	13.603,29
3.3.90.30.3013	MANUTENC, IDENTIFICAC, UTILIZAC E CONSERVAC DE BENS MOVEIS E EQUIPAMS	69.723,19
3.3.90.30.3014	MATERIAL DIDATICO	357,00
3.3.90.30.3015	PROTECAO E PROFILAXIA	23.976,80
3.3.90.30.3017	MATERIA-PRIMA	3.901,00
3.3.90.30.3018	PRODUTOS FARMACEUTICOS E ODONTOLOGICOS	628,80
3.3.90.30.3020	SEMENTES E MUDAS DE PLANTAS	18.010,00
3.3.90.30.3021	VESTUARIO E/OU UNIFORME	6.273,85
3.3.90.30.3023	ADUBOS E/OU FERTILIZANTES	168.084,45
3.3.90.30.3025	PRODUTOS QUIMICOS, FISICOS E/OU BIOLOGICOS	88.402,84
3.3.90.30.3028	LIMPEZA E HIGIENE	26.296,65
3.3.90.30.3029	DIVULGACAO PROMOCIONAL OU INSTITUCIONAL	3.960,00
3.3.90.30.3031	PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	15.682,75
3.3.90.30.3032	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	105.424,71
3.3.90.30.3033	CONSERVACAO DE VEICULOS	60.790,22
3.3.90.30.3038	MATERIAIS PARA OSTOMIA	405,00
3.3.90.30.3041	MATERIAIS - AUXILIO A VITIMAS DE INTEMPÉRIES	720,00
3.3.90.33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	26.264,22
3.3.90.33.3302	TRANSPORTE DE PESSOAL	11.572,40
3.3.90.33.3304	TRANSPORTE DE PESSOAL POR VIA AEREA	14.691,82
3.3.90.35	SERVICOS DE CONSULTORIA	15.220,00
3.3.90.35.3502	ASSESSORIA E CONSULTORIA TECNICA	15.220,00
3.3.90.36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	112.068,20
3.3.90.36.3605	SAFRISTAS	26.284,00
3.3.90.36.3606	TAREFEIROS	78.284,20
3.3.90.36.3611	HONORARIOS	7.500,00
3.3.90.37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	163.062,67
3.3.90.37.3701	LIMPEZA E HIGIENE	111.982,59
3.3.90.37.3702	VIGILANCIA E/OU ZELADORIA	51.080,08
3.3.90.39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	1.752.994,54
3.3.90.39.3901	AGUA E ESGOTO	151.162,15
3.3.90.39.3902	DIVULGACAO PROMOCIONAL OU INSTITUCIONAL	17.815,91
3.3.90.39.3903	ASSINATURA DE PERIODICOS E RECORTES	2.144,40
3.3.90.39.3907	ORGANIZACAO FEIRAS AMOSTRAS,CONGRESSOS,SEMINARIOS,SIMPOSIOS E CONGENERES	11.355,00
3.3.90.39.3910	CONCURSOS PUBLICOS	172.839,48
3.3.90.39.3916	DESPESAS PEQUENAS DE PRONTO PAGAMENTO	166.118,96
3.3.90.39.3918	ENERGIA ELETRICA	415.714,89
3.3.90.39.3919	DESPESAS EVENTUAIS	11.543,74
3.3.90.39.3920	LOCACAO DE IMOVEIS	16.970,00
3.3.90.39.3921	LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	12.135,00
3.3.90.39.3923	PEDAGIOS	4.594,10
3.3.90.39.3924	PROCESSAMENTO DE DADOS	106.565,39
3.3.90.39.3926	SEGUROS	4.217,93
3.3.90.39.3927	ALIMENTACAO	6.718,14
3.3.90.39.3929	COMUNICACAO	25.046,94
3.3.90.39.3930	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	32.898,50
3.3.90.39.3931	CONSERVACAO DE BENS MOVEIS E EQUIPAMENTOS	27.045,40
3.3.90.39.3932	CONSERVACAO DE VEICULOS	26.129,00
3.3.90.39.3933	DIVULGACAO OBRIGATORIA	27.532,50
3.3.90.39.3934	SERVICOS GRAFICOS	23.103,58
3.3.90.39.3935	ENSINO E TREINAMENTO	5.245,97
3.3.90.39.3942	ESTAGIARIOS E MONITORES	210.806,76
3.3.90.39.3943	BIOLOGIA E BIOMEDICINA	3.458,40
3.3.90.39.3948	MULTAS	9.358,39
3.3.90.39.3954	VISTORIA, INSPECAO, CLASSIFICACAO E AFERICAO	380,00
3.3.90.39.3955	MAO-DE-OBRA SUPLETIVA	65.798,50
3.3.90.39.3957	BENEFICIAMENTO	7.499,65
3.3.90.39.3979	TELEFONIA FIXA	98.657,69
3.3.90.39.3980	TELEFONIA MOVEL	2.355,17
3.3.90.39.3984	LIMPEZA E HIGIENE	3.600,00
3.3.90.39.3991	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	84.183,00
3.3.90.41	CONTRIBUICOES	14.592,00
3.3.90.41.4106	ENCARGOS COM ASSOCIACOES	14.592,00
3.3.90.46	AUXILIO-ALIMENTACAO	68.671,17
3.3.90.46.4601	AUXILIO-REFEICAO	68.671,17
3.3.90.47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	59.932,15

EXERCÍCIO DE 2010 — FUND ESTADUAL DE PESQUISA AGROPEC — RFPE017/00002

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CAT. ECONÔMICA, GRUPO NAT. DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA
COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.3.90.47.4701	CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - SERVICOS DE TERCEIROS	25.617,64
3.3.90.47.4702	PROGRAMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO-PASEP	34.314,51
3.3.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	27.290,36
3.3.90.92.1402	DIARIAS DE VIAGEM	2.494,25
3.3.90.92.3025	PRODUTOS QUIMICOS, FISICOS E/OU BIOLOGICOS	1.393,50
3.3.90.92.4714	JUROS DE MORA E ATUALIZACAO MONETARIA SOBRE RETENCOES	23.402,61
4.0.00.00	DESPESA CAPITAL	2.039.689,39
4.4.00.00	INVESTIMENTOS	2.039.689,39
4.4.50.00	TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	601.109,00
4.4.50.42	AUXILIOS	601.109,00
4.4.50.42.4202	AUXILIOS A ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	601.109,00
4.4.90.00	APLICACOES DIRETAS	1.438.580,39
4.4.90.51	OBRAS E INSTALACOES	194.001,62
4.4.90.51.5103	CONSTRUCAO OU AMPLIACAO DE PREDIOS OU OUTRAS OBRAS PUBLICAS	194.001,62
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.244.578,77
4.4.90.52.5201	VEICULOS E/OU EQUIPAMENTOS PARA VEICULOS RODOVIARIOS DE TRACAO MECANICA	45.400,00
4.4.90.52.5202	SEMOVENTES	1.500,00
4.4.90.52.5207	LABORATORIOS E/OU GABINETES MEDICOS OU ODONTOLOGICOS	147.535,79
4.4.90.52.5208	OFICINA, AJARDINAMENTO E CAMPO	10.384,81
4.4.90.52.5212	MAQUINAS, MOTORES E/OU APARELHOS	199.855,15
4.4.90.52.5214	MOBILIARIO EM GERAL	9.184,00
4.4.90.52.5216	TRATORES, EQUIPAMENTOS RODOVIARIOS E AGRICOLAS	714.009,92
4.4.90.52.5217	VEICULOS DE TRACAO PESSOAL OU ANIMAL	223,68
4.4.90.52.5220	TELECOMUNICACOES	2.343,00
4.4.90.52.5222	SOM E/OU IMAGEM	11.157,00
4.4.90.52.5228	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	71.006,84
4.4.90.52.5231	EQUIPAMENTOS PARA ALOJAMENTO, LAVANDERIA, COPA E/OU COZINHA	16.760,00
4.4.90.52.5232	AQUISICAO OU DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE	15.218,58
	TOTAL GERAL ====>	9.991.738,64

* RESUMO *

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	=>	4.062.495,72
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	=>	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	=>	3.889.553,53
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	=>	7.952.049,25
INVESTIMENTOS	=>	2.039.689,39
INVERSÕES FINANCEIRAS	=>	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	=>	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	=>	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	=>	2.039.689,39
TOTAL GERAL	=>	9.991.738,64

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

BENNY BACALTCHUK
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 116.292.070/04

GELSON LUIZ MACHADO MAFALDA
CHEFE DA DIVISÃO FINANCEIRA
CRCRS N. 57035O5
CPF: 293.861.950/20

EXERCÍCIO DE 2010

FUND ESTADUAL DE PESQUISA AGROPEC

RFPE039/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR ÓRGÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO POR FONTE DE RECURSO

R$

ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA							
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
68 FUNDACAO ESTADUAL DE PESQUISA AGROPECUARIA	4.062.495,72		3.889.553,53	2.039.689,39				9.991.738,64
TESOURO-LIVRES	4.062.495,72		1.853.785,15	1.145.131,62				7.061.412,49
PROPRIOS DA FUNDACAO			1.730.039,44	47.029,12				1.777.068,56
CONVENIOS			305.728,94	847.528,65				1.153.257,59
TOTAL	4.062.495,72		3.889.553,53	2.039.689,39				9.991.738,64

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

BENAMI BACALTCHUK
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 116.292.070/04

GELSON LUIZ MACHADO MAFALDA
CHEFE DA DIVISÃO FINANCEIRA
CRCRS N. 57035O5
CPF: 293.861.950/20

EXERCÍCIO DE 2010 — FUND ESTADUAL DE PESQUISA AGROPEC — RFPE040/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS FONTES DE RECURSO — R$

ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA							
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
19 CIENCIA E TECNOLOGIA	4.062.495,72		3.739.932,33	1.901.439,39				9.703.867,44
TESOURO-LIVRES	4.062.495,72		1.853.785,15	1.006.881,62				6.923.162,49
PROPRIOS DA FUNDACAO			1.666.939,96	47.029,12				1.713.969,08
CONVENIOS			219.207,22	847.528,65				1.066.735,87
20 AGRICULTURA			149.621,20	138.250,00				287.871,20
TESOURO-LIVRES				138.250,00				138.250,00
PROPRIOS DA FUNDACAO			63.099,48					63.099,48
CONVENIOS			86.521,72					86.521,72
TOTAL	4.062.495,72		3.889.553,53	2.039.689,39				9.991.738,64
RESUMO								
TESOURO-LIVRES	4.062.495,72		1.853.785,15	1.145.131,62				7.061.412,49
PROPRIOS DA FUNDACAO			1.730.039,44	47.029,12				1.777.068,56
CONVENIOS			305.728,94	847.528,65				1.153.257,59
TOTAL	4.062.495,72		3.889.553,53	2.039.689,39				9.991.738,64

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

BENAMI BACALTCHUK
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 116.292.070/04

GELSON LUIZ MACHADO MAFALDA
CHEFE DA DIVISÃO FINANCEIRA
CRCRS N. 57035O5
CPF: 293.861.950/20

ENTIDADE

ANEXO 16

R$

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA							
DESIGNAÇÃO	AUTORIZAÇÕES		POSIÇÃO EM 31-12-10	MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2010			POSIÇÃO EM 31-12-2010
	LEI	DATA		Variações		Amortização	
				Passivas	Ativas		
Débitos Parcelados			Não houve movimentação				
Com o Ministério da Fazenda - PASEP			Não houve movimentação				
Termo de Parcelamento de / /			Não houve movimentação				
Com o Instituto Nacional do Seguro Social			Não houve movimentação				
Total							

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2010.

BENAMI BACALTCHUK
DIRETOR-PRESIDENTE
CIC nº 116.292.070-04

GELSON LUIZ MACHADO MAFALDA
CONTADOR - CRC/RS 057035/0-5
CIC nº 293.861.950/20

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... : GELSON LUIZ MACHADO MAFALDA
REGISTRO..... : RS-057035/O-5
CATEGORIA..... : TÉCNICO EM CONTABILIDADE
CPF..... : 293.861.950-20

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 14.02.2011 as 14:24:58.
Válido até: 31.03.2011.
Código de Controle: 93175.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde

FEPPS

EXERCÍCIO DE 2010

FUND ESTADUAL PRODUC E PESQUISA EM SAUDE FEPPS
DEMONSTRACÃO DA RECEITA E DA DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

RFPE035/00001
ANEXO N. 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
RECEITAS CORRENTES		DESPESA CORRENTE	
RECEITA PATRIMONIAL	315.026,84	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.365.240,92
RECEITA INDUSTRIAL	92.000,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	12.974.028,88
RECEITA DE SERVICOS	6.443.210,05		
TRANSFERENCIAS CORRENTES	132.800,00	SOMA.....	17.339.269,80
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	757.571,89		
RECEITA DE SERVICOS INTRA-ORCAMENTARIOS	3.877.845,36	TOTAL.....	17.339.269,80
SOMA.....	11.618.454,14	DESPESA CAPITAL	
DEFICIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	5.720.815,66	INVESTIMENTOS	4.289.612,52
		AMORTIZACAO DA DIVIDA	1.643,55
TOTAL.....	17.339.269,80	SOMA.....	4.291.256,07
RECEITAS DE CAPITAL			
		TOTAL.....	21.630.525,87
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	1.330.000,00		
SOMA.....	1.330.000,00		
DEFICIT	8.682.071,73		
TOTAL.....	21.630.525,87		

RESUMO

RECEITAS CORRENTES.....	11.618.454,14	DESPESAS CORRENTES.....	17.339.269,80
RECEITAS DE CAPITAL.....	1.330.000,00	DESPESAS DE CAPITAL.....	4.291.256,07
DEFICIT.....	8.682.071,73	SUPERAVIT.....	0,00
TOTAL.....	21.630.525,87	TOTAL.....	21.630.525,87

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ANIBAL MOACIR DA SILVA
PRESIDENTE
CPF: 318.400.000/15

ANALICE BALDISSERA
CONTADORA
CRCRS N. 048688O2
CPF: 469.579.100/59

EXERCÍCIO DE 2010 — FUND ESTADUAL PRODUC E PESQUISA EM SAUDE FEPPS — RFPE006/00001

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES — ANEXO N.6

R$

ÓRGÃO: 69 - FUNDACAO ESTADUAL DE PRODUCAO E PESQUISA EM SAUDE

U.O.: 69.01 - FUNDACAO ESTADUAL DE PRODUCAO E PESQUISA EM SAUDE

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
10	SAUDE	10.795.094,37	9.926.012,55	20.721.106,92
10.0122	ADMINISTRACAO GERAL	31.548,98	5.289.008,88	5.320.557,86
10.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	31.548,98	5.289.008,88	5.320.557,86
10.0301	ATENCAO BASICA	1.057.111,90		1.057.111,90
10.0301.0320	ASSISTENCIA FARMACEUTICA	994.338,11		994.338,11
10.0301.0340	SEGURANCA TRANSFUSIONAL E QUALIDADE DE SANGUE			
10.0302	ASSIST.HOSP./AMBULATORIAL	62.773,79		62.773,79
10.0302.0320	ASSISTENCIA FARMACEUTICA	6.490.300,58		6.490.300,58
10.0302.0340	SEGURANCA TRANSFUSIONAL E QUALIDADE DE SANGUE	1.580.385,07		1.580.385,07
10.0305	VIGILANCIA EPIDEMOLOGICA	4.909.915,51		4.909.915,51
10.0305.0323	IMPLEMENTACAO DA VIGILANCIA EM SAUDE	797.170,37	4.637.003,67	5.434.174,04
10.0367	EDUCACAO ESPECIAL	797.170,37	4.637.003,67	5.434.174,04
10.0367.0324	PESQUISA E EDUCACAO EM SAUDE	2.625,78		2.625,78
10.0571	DESENV CIENTIFICO	2.625,78		2.625,78
10.0571.0324	PESQUISA E EDUCACAO EM SAUDE	1.523.367,15		1.523.367,15
10.0573	DIF CONHEC CIENTIFICO	1.523.367,15		1.523.367,15
10.0573.0324	PESQUISA E EDUCACAO EM SAUDE	892.969,61		892.969,61
		892.969,61		892.969,61
	TOTAL DA U.O. =>	10.795.094,37	9.926.012,55	20.721.106,92
	TOTAL DO ÓRGÃO =>	10.795.094,37	9.926.012,55	20.721.106,92

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ANIBAL MOACIR DA SILVA
PRESIDENTE
CPF: 318.400.000/15

ANALECE BALDISSERA
CONTADORA
CRCRS N. 048688O2
CPF: 469.579.100/59

EXERCÍCIO DE 2010 — FUND ESTADUAL PRODUC E PESQUISA EM SAUDE FEPPS — RFPE009/00001

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES — ANEXO N. 7

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
10	SAUDE	10.795.094,37	10.813.674,93	21.608.769,30
10.0122	ADMINISTRACAO GERAL	31.548,98	5.961.686,49	5.993.235,47
10.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	31.548,98	5.289.008,88	5.320.557,86
10.0122.0335	OPERACOES ESPECIAIS		672.677,61	672.677,61
10.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO		114.961,96	114.961,96
10.0272.0335	OPERACOES ESPECIAIS		114.961,96	114.961,96
10.0301	ATENCAO BASICA	1.057.111,90		1.057.111,90
10.0301.0320	ASSISTENCIA FARMACEUTICA	994.338,11		994.338,11
10.0301.0340	SEGURANCA TRANSFUSIONAL E QUALIDADE DE SANGUE	62.773,79		62.773,79
10.0302	ASSIST.HOSP./AMBULATORIAL	6.490.300,58	92.467,90	6.582.768,48
10.0302.0320	ASSISTENCIA FARMACEUTICA	1.580.385,07		1.580.385,07
10.0302.0335	OPERACOES ESPECIAIS		92.467,90	92.467,90
10.0302.0340	SEGURANCA TRANSFUSIONAL E QUALIDADE DE SANGUE	4.909.915,51		4.909.915,51
10.0305	VIGILANCIA EPIDEMOLOGICA	797.170,37	4.637.003,67	5.434.174,04
10.0305.0323	IMPLEMENTACAO DA VIGILANCIA EM SAUDE	797.170,37	4.637.003,67	5.434.174,04
10.0367	EDUCACAO ESPECIAL	2.625,78		2.625,78
10.0367.0324	PESQUISA E EDUCACAO EM SAUDE	2.625,78		2.625,78
10.0571	DESENV CIENTIFICO	1.523.367,15		1.523.367,15
10.0571.0324	PESQUISA E EDUCACAO EM SAUDE	1.523.367,15		1.523.367,15
10.0573	DIF CONHEC CIENTIFICO	892.969,61		892.969,61
10.0573.0324	PESQUISA E EDUCACAO EM SAUDE	892.969,61		892.969,61
10.0843	SERVICO DA DIVIDA INTERNA		7.554,91	7.554,91
10.0843.0335	OPERACOES ESPECIAIS		7.554,91	7.554,91
28	ENCARGOS ESPECIAIS		21.756,57	21.756,57
28.0061	ACAO JUDICIARIA		21.756,57	21.756,57
28.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS		21.756,57	21.756,57
	TOTAL GERAL =>	10.795.094,37	10.835.431,50	21.630.525,87

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ANIBAL MOACIR DA SILVA
PRESIDENTE
CPF: 318.400.000/15

ANELICE BALDISSERA
CONTADORA
CRCRS N. 048688O2
CPF: 469.579.100/59

EXERCÍCIO DE 2010 — FUND ESTADUAL PRODUC E PESQUISA EM SAUDE FEPPS — RFPE029/00001

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS — ANEXO N.8

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
10	SAUDE	16.302.203,87	5.306.565,43	21.608.769,30
10.0122	ADMINISTRACAO GERAL	5.993.235,47		5.993.235,47
10.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	5.320.557,86		5.320.557,86
10.0122.0335	OPERACOES ESPECIAIS	672.677,61		672.677,61
10.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO	114.961,96		114.961,96
10.0272.0335	OPERACOES ESPECIAIS	114.961,96		114.961,96
10.0301	ATENCAO BASICA	1.057.111,90		1.057.111,90
10.0301.0320	ASSISTENCIA FARMACEUTICA	994.338,11		994.338,11
10.0301.0340	SEGURANCA TRANSFUSIONAL E QUALIDADE DE SANGUE	62.773,79		62.773,79
10.0302	ASSIST.HOSP./AMBULATORIAL	5.561.822,22	1.020.946,26	6.582.768,48
10.0302.0320	ASSISTENCIA FARMACEUTICA	1.327.149,10	253.235,97	1.580.385,07
10.0302.0335	OPERACOES ESPECIAIS	92.467,90		92.467,90
10.0302.0340	SEGURANCA TRANSFUSIONAL E QUALIDADE DE SANGUE	4.142.205,22	767.710,29	4.909.915,51
10.0305	VIGILANCIA EPIDEMOLOGICA	1.208.999,32	4.225.174,72	5.434.174,04
10.0305.0323	IMPLEMENTACAO DA VIGILANCIA EM SAUDE	1.208.999,32	4.225.174,72	5.434.174,04
10.0367	EDUCACAO ESPECIAL	2.625,78		2.625,78
10.0367.0324	PESQUISA E EDUCACAO EM SAUDE	2.625,78		2.625,78
10.0571	DESENV CIENTIFICO	1.462.922,70	60.444,45	1.523.367,15
10.0571.0324	PESQUISA E EDUCACAO EM SAUDE	1.462.922,70	60.444,45	1.523.367,15
10.0573	DIF CONHEC CIENTIFICO	892.969,61		892.969,61
10.0573.0324	PESQUISA E EDUCACAO EM SAUDE	892.969,61		892.969,61
10.0843	SERVICO DA DIVIDA INTERNA	7.554,91		7.554,91
10.0843.0335	OPERACOES ESPECIAIS	7.554,91		7.554,91
28	ENCARGOS ESPECIAIS	21.756,57		21.756,57
28.0061	ACAO JUDICIARIA	21.756,57		21.756,57
28.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS	21.756,57		21.756,57
	TOTAL GERAL =>	16.323.960,44	5.306.565,43	21.630.525,87

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ANIBAL MOACIR DA SILVA
PRESIDENTE
CPF: 318.400.000/15

ALETICE BALMISSERA
CONTADORA
CRCRS N. 048688O2
CPF: 369.579.100/59

EXERCÍCIO DE 2010 — FUND ESTADUAL PRODUC E PESQUISA EM SAUDE FEPPS — RFPE025/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃO E FUNÇÕES — ANEXO N.9

R$

ÓRGÃOS / FUNÇÕES	SAUDE	ENCARGOS ESPECIAIS	TOTAL
PODER LEGISLATIVO			
PODER JUDICIARIO			
MINISTERIO PUBLICO			
DEFENSORIA PUBLICA			
PODER EXECUTIVO			
FUNDACAO ESTADUAL DE PRODUCAO E PESQUIS EM SAUDE	21.608.769,30	21.756,57	21.630.525,87
SOMA.....	21.608.769,30	21.756,57	21.630.525,87
TOTAL.....	21.608.769,30	21.756,57	21.630.525,87

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ANIBAL MOACIR DA SILVA
PRESIDENTE
CPF: 318.400.000/15

ANELICE BALDISSERA
CONTADORA
CRCRS N. 048688O2
CPF: 469.579.100/59

EXERCÍCIO DE 2010

FUND ESTADUAL PRODUC E PESQUISA EM SAUDE FEPPS

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA

RFPE023/00001

ANEXO N. 10

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
1000.00.00.0000	RECEITAS CORRENTES	6.986.745,00	7.740.608,78	753.863,78
1300.00.00.0000	RECEITA PATRIMONIAL	351.500,00	315.026,84	36.473,16-
1320.00.00.0000	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	351.500,00	315.026,84	36.473,16-
1325.00.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	351.500,00	315.026,84	36.473,16-
1325.01.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS DE RECURSOS VINCULADOS	341.500,00	307.639,00	33.861,00-
1325.01.03.0000	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO RECURSO VINCULADO-FUNDO DE SAUDE	341.500,00	307.639,00	33.861,00-
1325.02.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITO DE RECURSOS NAO VINCULADOS	10.000,00	7.387,84	2.612,16-
1325.02.99.0000	DIVERSAS REMUNERACOES DE DEPOSITOS BANCARIOS NAO VINCULADOS	10.000,00	7.387,84	2.612,16-
1500.00.00.0000	RECEITA INDUSTRIAL	250.000,00	92.000,00	158.000,00-
1520.00.00.0000	RECEITA DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	250.000,00	92.000,00	158.000,00-
1520.21.00.0000	RECEITA DA INDUSTRIA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS E VETERINARIOS	250.000,00	92.000,00	158.000,00-
1520.21.99.0000	DIVERSAS RECEITAS DA INDUSTRIA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS E VETERINARIOS	250.000,00	92.000,00	158.000,00-
1600.00.00.0000	RECEITA DE SERVICOS	5.779.245,00	6.443.210,05	663.965,05
1600.01.00.0000	SERVICOS COMERCIAIS	84.245,00	112.167,00	27.922,00
1600.01.99.0000	DIVERSOS SERVICOS COMERCIAIS	84.245,00	112.167,00	27.922,00
1600.05.00.0000	SERVICOS DE SAUDE	5.655.000,00	6.304.737,95	649.737,95
1600.05.03.0000	SERVICOS RADIOLOGICOS E LABORATORIAIS	5.655.000,00	6.304.737,95	649.737,95
1600.22.00.0000	SERVICOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	40.000,00	26.305,10	13.694,90-
1600.22.99.0000	DIVERSOS SERVICOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	40.000,00	26.305,10	13.694,90-
1700.00.00.0000	TRANSFERENCIAS CORRENTES	480.000,00	132.800,00	347.200,00-
1760.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	480.000,00	132.800,00	347.200,00-
1761.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO E DE SUAS ENTIDADES	480.000,00	132.800,00	347.200,00-
1761.01.00.0000	TRANSFERENCIAS CONVENIOS DA UNIAO PARA O SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS	480.000,00	132.800,00	347.200,00-
1761.01.10.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DO MINISTERIO DA SAUDE PARA O SISTEMA UNICO DE S	480.000,00	132.800,00	347.200,00-
1900.00.00.0000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	126.000,00	757.571,89	631.571,89
1910.00.00.0000	MULTAS E JUROS DE MORA	65.000,00	43.265,50	21.734,50-
1919.00.00.0000	MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	65.000,00	43.265,50	21.734,50-
1919.27.00.0000	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	65.000,00	42.958,15	22.041,85-
1919.27.03.0000	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS - SAUDE	0,00	30.484,14	30.484,14
1919.27.99.0000	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS - OUTROS RECURSOS	65.000,00	12.474,01	52.525,99-
1919.99.00.0000	OUTRAS MULTAS	0,00	307,35	307,35
1919.99.99.0000	DIVERSAS MULTAS E JUROS DE MORA	0,00	307,35	307,35
1920.00.00.0000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	11.000,00	16.051,26	5.051,26
1921.00.00.0000	INDENIZACOES	11.000,00	8.309,41	2.690,59-
1921.06.00.0000	INDENIZACOES POR DANOS CAUSADOS AO PATRIMONIO PUBLICO	0,00	5.250,00	5.250,00
1921.06.99.0000	DIVERSAS INDENIZACOES POR DANOS CAUSADOS AO PATRIMONIO PUBLICO	0,00	5.250,00	5.250,00
1921.99.00.0000	OUTRAS INDENIZACOES	11.000,00	3.059,41	7.940,59-
1921.99.99.0000	DIVERSAS INDENIZACOES	11.000,00	3.059,41	7.940,59-
1922.00.00.0000	RESTITUICOES	0,00	7.741,85	7.741,85
1922.99.00.0000	OUTRAS RESTITUICOES	0,00	7.741,85	7.741,85
1922.99.01.0000	OUTRAS RESTITUICOES - SAUDE	0,00	7.741,85	7.741,85
1990.00.00.0000	RECEITAS DIVERSAS	50.000,00	698.255,13	648.255,13
1990.98.00.0000	OUTRAS RECEITAS EVENTUAIS	0,00	2.938,80	2.938,80
1990.98.99.0000	DIVERSAS RECEITAS EVENTUAIS	0,00	2.938,80	2.938,80
1990.99.00.0000	OUTRAS RECEITAS	50.000,00	695.316,33	645.316,33
1990.99.02.0000	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR DE RECURSOS NAO VINCULADOS	0,00	430.922,02	430.922,02
1990.99.03.0000	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR DE RECURSOS VINCULADOS - SAUDE	0,00	264.394,31	264.394,31
1990.99.99.0000	OUTRAS RECEITAS DIVERSAS	50.000,00	0,00	50.000,00-
2000.00.00.0000	RECEITAS DE CAPITAL	490.000,00	1.330.000,00	840.000,00
2400.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	490.000,00	1.330.000,00	840.000,00
2470.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	490.000,00	1.330.000,00	840.000,00
2471.00.00.0000	TRANSFERENCIA DE CONVENIOS DA UNIAO E DE SUAS ENTIDADES	490.000,00	1.330.000,00	840.000,00
2471.01.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO PARA O SISTEMA UNICO DE SAUDE-SUS	490.000,00	1.330.000,00	840.000,00
2471.01.10.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DO MINISTERIO DA SAUDE PARA O SISTEMA UNICO DE S	490.000,00	1.330.000,00	840.000,00
7000.00.00.0000	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORCAMENTARIAS	4.771.077,00	3.877.845,36	893.231,64-
7600.00.00.0000	RECEITA DE SERVICOS INTRA-ORCAMENTARIOS	4.771.077,00	3.877.845,36	893.231,64-
7600.05.03.0000	SERVICOS RADIOLOGICOS E LABORATORIAIS INTRA-ORCAMENTARIOS	4.771.077,00	3.877.845,36	893.231,64-

EXERCÍCIO DE 2010

FUND ESTADUAL PRODUC E PESQUISA EM SAUDE FEPPS

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA

RFPE023/00002

ANEXO N. 10

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
TOTAL		12.247.822,00	12.948.454,14	700.632,14

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ANIBAL MOACIR DA SILVA
PRESIDENTE
CPF: 318.400.000/15

ANALICE BALDISSERA
CONTADORA
CRCRS N. 048688O2
CPF: 469.579.100/59

EXERCÍCIO DE 2010

FUND ESTADUAL PRODUC E PESQUISA EM SAUDE FEPPS
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

RFPE026/00001
ANEXO N.11

R$

TÍTULOS		DESPESA CORRENTE	DESPESA DE CAPITAL	TOTAL
FUNDACAO ESTADUAL DE PRODUCAO E PESQUISA EM SAUDE				
	DESPESA FIXADA	21.374.276,00	4.853.979,00	26.228.255,00
	CRÉDITOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00
	CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00
	SUPLEMENTAÇÕES	7.873.585,00	4.590.985,99	12.464.570,99
	REDUÇÕES	3.220.000,00	826.048,08	4.046.048,08
	DESPESA AUTORIZADA	26.027.861,00	8.618.916,91	34.646.777,91
	DESPESA REALIZADA	17.339.269,80	4.291.256,07	21.630.525,87
	DIFERENÇA	8.688.591,20	4.327.660,84	13.016.252,04
TOTAL GERAL				
	DESPESA FIXADA			26.228.255,00
	CRÉDITOS ESPECIAIS			0,00
	CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS			0,00
	SUPLEMENTAÇÕES			12.464.570,99
	REDUÇÕES			4.046.048,08
	DESPESA AUTORIZADA			34.646.777,91
	DESPESA REALIZADA			21.630.525,87
	DIFERENÇA			13.016.252,04

CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS CONSIDERADOS PELO SEU VALOR DE ABERTURA, ESTANDO AS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES COMPUTADAS NAS SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES.

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ANÍBAL MOACIR DA SILVA
PRESIDENTE
CPF: 318.100.000/15

ANALICE BALDISSERA
CONTADORA
CRCRS N. 048688O2
CPF: 469.579.100/59

EXERCÍCIO DE 2010

FUND ESTADUAL PRODUC E PESQUISA EM SAUDE FEPPS
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RFPE030/00001
ANEXO N.12

R$

R E C E I T A

TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES			
RECEITA PATRIMONIAL	351.500,00	315.026,84	36.473,16-
RECEITA INDUSTRIAL	250.000,00	92.000,00	158.000,00-
RECEITA DE SERVICOS	5.779.245,00	6.443.210,05	663.965,05
TRANSFERENCIAS CORRENTES	480.000,00	132.800,00	347.200,00-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	126.000,00	757.571,89	631.571,89
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	6.986.745,00	7.740.608,78	753.863,78
RECEITAS DE CAPITAL			
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	490.000,00	1.330.000,00	840.000,00
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	490.000,00	1.330.000,00	840.000,00
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	4.771.077,00	3.877.845,36	893.231,64-
SOMA	12.247.822,00	12.948.454,14	700.632,14
DEFICIT DE PREVISÃO	22.398.955,91	8.682.071,73	13.716.884,18-
TOTAL	34.646.777,91	21.630.525,87	13.016.252,04-

D E S P E S A

TÍTULOS	AUTORIZAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
CRÉDITOS ORDINÁRIOS (1)	34.646.777,91	21.630.525,87	13.016.252,04-
CRÉDITOS ESPECIAIS (2)	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS (2)	0,00	0,00	0,00
SOMA	34.646.777,91	21.630.525,87	13.016.252,04-
TOTAL	34.646.777,91	21.630.525,87	13.016.252,04-

(1) DOTAÇÕES ORIGINAIS COM SUAS SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES
(2) DOTAÇÕES CRIADAS NO DECORRER DO EXERCÍCIO E ALTERAÇÕES

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ANIBALI MOACIR DA SILVA
PRESIDENTE
CPF: 318.400.000/15

ANABELA BELDISSERA
CONTADORA
CRCRS Nº 048688O2
CPF: 469.579.100/59

EXERCÍCIO DE 2010

FUND ESTADUAL PRODUC E PESQUISA EM SAUDE FEPPS

BALANÇO FINANCEIRO

RFPE031/00001

ANEXO N. 13

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
RECEITA ORÇAMENTARIA		DESPESA ORÇAMENTARIA	
RECEITAS CORRENTES		SAUDE	21.608.769,30
RECEITA PATRIMONIAL	315.026,84	ENCARGOS ESPECIAIS	21.756,57
RECEITA INDUSTRIAL	92.000,00	SOMA.....	21.630.525,87
RECEITA DE SERVICOS	6.443.210,05	DESPESA EXTRA-ORÇAMENTARIA	
TRANSFERENCIAS CORRENTES	132.800,00	REALIZAVEL	28.186,89-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	757.571,89	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	2.889.333,39
SOMA.....	7.740.608,78	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	2.389.073,34
RECEITAS DE CAPITAL		SERVICO DA DIVIDA A PAGAR	210,05
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	1.330.000,00	DEPOSITOS	991.565,47
SOMA.....	1.330.000,00	DIVERSOS	0,00
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.877.845,36	SOMA.....	6.241.995,36
TOTAL.....	12.948.454,14	TOTAL.....	27.872.521,23
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA		VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO	
REALIZAVEL	7.754,20	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	2.634.196,41	INTRAGOVERNAMENTAIS	3.944,52
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	3.850.898,98	SOMA.....	3.944,52
SERVICO DA DIVIDA A PAGAR	142,61	SALDOS PARA O EXERCICIO SEGUINTE	
DEPOSITOS	1.022.333,34	BANCOS C/DISPOSICAO	105.070,71
DIVERSOS	5.207,81	APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	12.251.226,81
SOMA.....	7.520.533,35	APLICACOES FINANCEIRAS DE RECURSOS VINCULADOS	4.459.932,51
TOTAL.....	20.468.987,49	BANCOS, C/VINCULADAS	10.911,62
VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO		SOMA.....	16.827.141,65
BAIXA DE PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR E A LIQUIDAR	0,00		
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS INTRAGOVERNAMENTAIS	11.032.225,85		
SOMA.....	11.032.225,85		
SALDOS DO EXERCICIO ANTERIOR			
BANCOS C/DISPOSICAO	10.427,34		
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	9.183.032,07		
APLICACOES FINANCEIRAS DE RECURSOS VINCULADOS	3.992.630,60		
BANCOS, C/VINCULADAS	16.304,05		
SOMA.....	13.202.394,06		
TOTAL.....	44.703.607,40	TOTAL.....	44.703.607,40

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ANIBAL MOACIR DA SILVA
PRESIDENTE
CPF: 318.400.000/15

ANGELA BALDISSERA
CONTADORA
CRCRS N. 048688O2
CPF: 469.579.100/59

EXERCÍCIO DE 2010

FUND ESTADUAL PRODUC E PESQUISA EM SAUDE FEPPS

BALANÇO PATRIMONIAL

RFPE032/00001

ANEXO N. 14

ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
ATIVO FINANCEIRO		PASSIVO FINANCEIRO	
DISPONÍVEL		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	
BANCOS C/DISPOSICAO	105.070,71	FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	877.078,74
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	12.251.226,81	INDENIZACOES E RESTITUICOES A PAGAR	67,00
SOMA.....	12.356.297,52	PIS E PASEP A RECOLHER	2.852,19
VINCULADO EM CONTA CORRENTE BANCÁRIA		CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	60.536,69
APLICACOES FINANCEIRAS DE RECURSOS VINCULADOS	4.459.932,51	DIARIAS A PAGAR	253,86
BANCOS, C/VINCULADAS	10.911,62	DIARIAS VENCIDAS A PAGAR	642,92
SOMA.....	4.470.844,13	SOMA.....	941.431,40
REALIZÁVEL		RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
DEVEDORES	1.058,91	FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	3.850.898,98
SOMA.....	1.058,91	SOMA.....	3.850.898,98
TOTAL.....	16.828.200,56	SERVIÇO DA DÍVIDA À PAGAR	
ATIVO PERMANENTE		SERVICO DO PARCELAMENTO DE DEBITOS PREVIDENCIARIOS	142,61
BENS DA ENTIDADE		SOMA.....	142,61
BENS MOVEIS	18.564.283,32	DEPÓSITOS	
BENS IMOVEIS	13.809.083,18	DEPOSITOS	78.459,84
SOMA.....	32.373.366,50	SOMA.....	78.459,84
CRÉDITOS		DIVERSOS	
DEVEDORES POR OPERACOES MERCANTIS	282.784,06	OUTROS CREDORES	5.207,81
DEVEDORES POR PRESTACOES DE SERVICOS	1.433.021,42	SOMA.....	5.207,81
SOMA.....	1.715.805,48	TOTAL.....	4.876.140,64
DIVERSOS		PASSIVO PERMANENTE	
BENS CREDITOS E VALORES EM FASE DE AQUISICAO OU FORMACAO	1.737.727,86	DÍVIDA FUNDADA INTERNA	
BENS DE VENDA	282,00	DEBITOS PARCELADOS	287.626,03
ALMOXARIFADOS	4.627.087,65	PRECATORIOS JUDICIAIS - EC 62/2009	22.684,00
SOMA.....	6.365.097,51	SOMA.....	310.310,03
TOTAL.....	40.454.269,49	TOTAL.....	310.310,03
SOMA DO ATIVO REAL	57.282.470,05	SOMA DO PASSIVO REAL	5.186.450,67
ATIVO COMPENSADO		SALDO PATRIMONIAL	
VALORES EM PODER DE TERCEIROS		SITUAÇÃO LÍQUIDA	
RESPONSAVEIS POR ADIANTAMENTOS	13.243,95	ATIVO REAL LIQUIDO	52.096.019,38
RESPONSAVEIS POR ALMOXARIFADOS	4.627.087,65	SOMA.....	57.282.470,05
RESPONSAVEIS PELA GUARDA DE BENS DA ENTIDADE	2.130.891,50	PASSIVO COMPENSADO	
RESPONSAVEIS POR DIARIAS	4.739,39	CONTRAPARTIDA DE VALORES EM PODER DE TERCEIROS	
SOMA.....	6.775.962,49	ADIANTAMENTOS A COMPROVAR	13.243,95
VALORES DE TERCEIROS		VALORES EM GUARDA NOS ALMOXARIFADOS	4.627.087,65
CAIXA DE CAUCOES EM TITULOS E VALORES	362.997,52	BENS DA ENTIDADE EM PODER DE TERCEIROS	2.130.891,50
BENS DE TERCEIROS EM PODER DA ENTIDADE	108.313.366,02	DIARIAS A COMPROVAR	4.739,39
SOMA.....	108.676.363,54	SOMA.....	6.775.962,49
VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS		CONTRAPARTIDA DE VALORES DE TERCEIROS	
RESPONSAVEIS POR AUXILIOS	100.000,00	CAUCOES EM TITULOS E VALORES	362.997,52
RESPONSAVEIS PELA EXECUCAO DE CONVENIOS	175.000,00	BENS PERTENCENTES A TERCEIROS	108.313.366,02
ATUALIZACOES DE PRECATORIOS	1.191,34	SOMA.....	108.676.363,54
SOMA.....	276.191,34	CONTRAPARTIDA DE VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS	
TOTAL.....	115.728.517,37	AUXILIOS A COMPROVAR	100.000,00
		CONVENIOS EM EXECUCAO	175.000,00
		ATUALIZACOES DE PRECATORIOS A PAGAR	1.191,34
		SOMA.....	276.191,34
		TOTAL.....	115.728.517,37
TOTAL GERAL.....	173.010.987,42	TOTAL GERAL.....	173.010.987,42

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ANIBAL MOACIR DA SILVA
PRESIDENTE
CPF: 318.400.000/15

ANA LUCE BALDISSERA
CONTADORA
CRCRS N. 048688O2
CPF: 469.579.100/59

EXERCÍCIO DE 2010

FUND ESTADUAL PRODUC E PESQUISA EM SAUDE FEPPS

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

RPPB033/00001

ANEXO N. 15

VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
RECEITAS CORRENTES		DESPESAS CORRENTES	
RECEITA PATRIMONIAL	315.026,84	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.365.240,92
RECEITA INDUSTRIAL	92.000,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	12.974.028,88
RECEITA DE SERVICOS	6.443.210,05		
TRANSFERENCIAS CORRENTES	132.800,00	SOMA.....	17.339.269,80
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	757.571,89	DESPESAS DE CAPITAL	
SOMA.....	7.740.608,78	INVESTIMENTOS	4.289.612,52
RECEITAS DE CAPITAL		AMORTIZACAO DA DIVIDA	1.643,55
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	1.330.000,00	SOMA.....	4.291.256,07
SOMA.....	1.330.000,00	TOTAL.....	21.630.525,87
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.877.845,36	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	
DEDUÇÕES RECEITAS CORRENTES	0,00	ANULACAO DO REGISTRO BENS CRED VALORES FASE AQUIS/FORMACAO	209.982,52
TOTAL.....	12.948.454,14	SOMA.....	209.982,52
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS		INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
AMORTIZACAO DE DEBITOS PARCELADOS	1.710,99	VARIAÇÕES PASSIVAS	
REGISTRO DE BENS CRED E VAL EM FASE DE AQUISICAO OU FORMACAO	1.737.727,86	INSCRICAO DE DEBITOS PARCELADOS - PRINCIPAL E ATUALIZACAO	8.884,81
CONSTRUCAO OU AQUISICAO DE BENS MOVEIS	1.635.036,37	TRANSFERENCIAS INTRAPATRIMONIAIS	786.883,47
CONSTRUCAO OU AQUISICAO DE BENS IMOVEIS	905.848,29	BAIXA DE BENS MOVEIS	374,01
SOMA.....	4.280.323,51	BAIXA DE CREDITOS POR PRESTACAO DE SERVICOS	8.024.354,03
INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		INSCRICAO DE PRECATORIOS JUDICIAIS - EC 62/2009	22.684,00
VARIAÇÕES ATIVAS		BAIXA DE BENS DE ALMOXARIFADO	3.407.683,32
TRANSFERENCIAS INTRAPATRIMONIAIS	786.883,47	SOMA.....	12.250.863,64
INSCRICAO DE CREDITOS POR PRESTACAO DE SERVICOS	7.748.824,77	VARIAÇÕES PASSIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO PATRIMÔNIO FINANCEIRO	
INCORPORACAO DE BENS DE ALMOXARIFADO	2.641.472,47	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS INTRAGOVERNAMENTAIS	3.944,52
SOMA.....	11.177.180,71	SOMA.....	3.944,52
VARIAÇÕES ATIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO PATRIMÔNIO FINANCEIRO		TOTAL.....	34.095.316,55
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS INTRAGOVERNAMENTAIS	11.032.225,85	RESULTADO PATRIMONIAL	
SOMA.....	11.032.225,85	SUPERAVIT VERIFICADO	5.342.867,66
TOTAL.....	39.438.184,21	TOTAL.....	39.438.184,21

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ANIBAL MOACIR DA SILVA
PRESIDENTE
CPF: 318.400.000/15

ANELICE BALDISSERA
CONTADORA
CRCRS N. 048688O2
CPF: 469.579.100/59

EXERCÍCIO DE 2010 FUND ESTADUAL PRODUC E PESQUISA EM SAUDE FEPPS

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

RFPE034/00001
ANEXO N.17

R$

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	1.123.495,02-	2.569.843,75	2.816.260,03	877.078,74-
INDENIZACOES E RESTITUICOES A PAGAR	372,60-	67,00	372,60	67,00-
PIS E PASEP A RECOLHER	4.201,04-	2.852,19	4.201,04	2.852,19-
CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	67.524,21-	60.536,69	67.524,21	60.536,69-
DIARIAS A PAGAR	0,00	253,86	0,00	253,86-
FGTS A RECOLHER	625,06-	0,00	625,06	0,00
DIARIAS VENCIDAS A PAGAR	350,45-	642,92	350,45	642,92-
SUBTOTAL.....	1.196.568,38-	2.634.196,41	2.889.333,39	941.431,40-
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	2.386.832,82-	3.850.898,98	2.386.832,82	3.850.898,98-
CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A LIQUIDAR	2.240,52-	0,00	2.240,52	0,00
DIARIAS VENCIDAS A LIQUIDAR	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL.....	2.389.073,34-	3.850.898,98	2.389.073,34	3.850.898,98-
SERVICO DA DIVIDA A PAGAR				
SERVICO DO PARCELAMENTO DE DEBITOS PREVIDENCIARIOS	210,05-	142,61	210,05	142,61-
SUBTOTAL.....	210,05-	142,61	210,05	142,61-
DEPOSITOS				
DEPOSITOS	47.691,97-	1.022.333,34	991.565,47	78.459,84-
SUBTOTAL.....	47.691,97-	1.022.333,34	991.565,47	78.459,84-
DIVERSOS				
OUTROS CREDORES	0,00	5.207,81	0,00	5.207,81-
SUBTOTAL.....	0,00	5.207,81	0,00	5.207,81-
TOTAL.....	3.633.543,74-	7.512.779,15	6.270.182,25	4.876.140,64-

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ANIBAL MOACIR DA SILVA
PRESIDENTE
CPF: 318.400.000/15

[illegible] BALDISSERA
CONTADORA
CRCRS N. 048688O2
CPF: 469.579.100/59

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CAT. ECONÔMICA, GRUPO NAT. DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA
COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.0.00.00	DESPESA CORRENTE	17.339.269,80
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.365.240,92
3.1.90.00	APLICACOES DIRETAS	4.157.811,06
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	3.521.947,26
3.1.90.11.1102	VENCIMENTO, SALARIO E SUBSIDIO	690.069,09
3.1.90.11.1103	13- VENCIMENTO	269.769,48
3.1.90.11.1104	GRATIFICACOES	1.956.603,61
3.1.90.11.1105	VANTAGENS TEMPORAIS	119.839,56
3.1.90.11.1107	OUTRAS VANTAGENS	485.665,52
3.1.90.13	OBRIGACOES PATRONAIS	614.107,23
3.1.90.13.1304	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA	609.895,51
3.1.90.13.1305	FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVICO - FGTS	4.211,72
3.1.90.91	SENTENCAS JUDICIAIS	21.756,57
3.1.90.91.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS	21.756,57
3.1.91.00	TRANSFERENCIA INTRAGOVERNAMENTAL	207.429,86
3.1.91.13	OBRIGACOES PATRONAIS	207.429,86
3.1.91.13.1301	CONTRIBUICAO AO IPERGS PARA ASSISTENCIA MEDICA	92.467,90
3.1.91.13.1310	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA S/ATIVOS - RPPS	114.961,96
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	12.974.028,88
3.3.20.00	TRANSFERENCIAS A UNIAO	64.193,69
3.3.20.93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	64.193,69
3.3.20.93.9316	RESTITUICAO DE RECEITAS DA UNIAO	64.193,69
3.3.90.00	APLICACOES DIRETAS	12.909.835,19
3.3.90.14	DIARIAS-CIVIL	103.380,61
3.3.90.14.1402	DIARIAS DE VIAGEM	85.142,32
3.3.90.14.1403	DIARIAS ESPECIAIS DE VIAGEM	1.598,32
3.3.90.14.1407	DIARIAS DE VIAGEM PARA FORA DO ESTADO	16.639,97
3.3.90.20	AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	89.000,00
3.3.90.20.2001	CONCESSAO DE SUBVENCOES A PESQUISADORES	89.000,00
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	6.135.199,77
3.3.90.30.3002	SINALIZACAO, IDENTIFICACAO E SEGURANCA	21.896,24
3.3.90.30.3003	ARTIGOS CIRURGICOS E LABORATORIAIS	3.703.312,59
3.3.90.30.3004	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	63.621,29
3.3.90.30.3005	FORRAGENS E OUTROS ALIMENTOS PARA ANIMAIS	56.000,00
3.3.90.30.3006	GENEROS PARA ALIMENTACAO	52.642,76
3.3.90.30.3009	MATERIAL DE EXPEDIENTE	45.299,78
3.3.90.30.3010	ACONDICIONAMENTO E/OU EMBALAGEM	42.443,30
3.3.90.30.3011	ALOJAMENTO, LAVANDERIA, COPA E/OU COZINHA	1.632,50
3.3.90.30.3013	MANUTENC, IDENTIFICAC, UTILIZAC E CONSERVAC DE BENS MOVEIS E EQUIPAMS	58.936,16
3.3.90.30.3014	MATERIAL DIDATICO	148,00
3.3.90.30.3015	PROTECAO E PROFILAXIA	180,00
3.3.90.30.3018	PRODUTOS FARMACEUTICOS E ODONTOLOGICOS	10.234,56
3.3.90.30.3021	VESTUARIO E/OU UNIFORME	103.609,85
3.3.90.30.3025	PRODUTOS QUIMICOS, FISICOS E/OU BIOLOGICOS	1.710.377,00
3.3.90.30.3027	GAS DE COZINHA	4.129,31
3.3.90.30.3028	LIMPEZA E HIGIENE	31.292,31
3.3.90.30.3031	PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	127.109,56
3.3.90.30.3032	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	78.637,75
3.3.90.30.3033	CONSERVACAO DE VEICULOS	23.696,81
3.3.90.33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	69.975,81
3.3.90.33.3302	TRANSPORTE DE PESSOAL	3.445,75
3.3.90.33.3304	TRANSPORTE DE PESSOAL POR VIA AEREA	66.530,06
3.3.90.35	SERVICOS DE CONSULTORIA	267.041,65
3.3.90.35.3502	ASSESSORIA E CONSULTORIA TECNICA	267.041,65
3.3.90.37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	1.696.974,38
3.3.90.37.3701	LIMPEZA E HIGIENE	930.149,99
3.3.90.37.3702	VIGILANCIA E/OU ZELADORIA	766.824,39
3.3.90.39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	4.159.695,88
3.3.90.39.3901	AGUA E ESGOTO	141.237,34
3.3.90.39.3902	DIVULGACAO PROMOCIONAL OU INSTITUCIONAL	31.548,98
3.3.90.39.3903	ASSINATURA DE PERIODICOS E RECORTES	5.669,30
3.3.90.39.3907	ORGANIZACAO FEIRAS AMOSTRAS,CONGRESSOS,SEMINARIOS,SIMPOSIOS E CONGENERES	5.300,00
3.3.90.39.3910	CONCURSOS PUBLICOS	2.025,00
3.3.90.39.3916	DESPESAS PEQUENAS DE PRONTO PAGAMENTO	20.197,67
3.3.90.39.3918	ENERGIA ELETRICA	683.508,01
3.3.90.39.3921	LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	47.774,00
3.3.90.39.3923	PEDAGIOS	5.862,40
3.3.90.39.3924	PROCESSAMENTO DE DADOS	446.079,37
3.3.90.39.3926	SEGUROS	3.344,33
3.3.90.39.3927	ALIMENTACAO	100.548,36
3.3.90.39.3929	COMUNICACAO	51.659,74
3.3.90.39.3930	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	348.311,51
3.3.90.39.3931	CONSERVACAO DE BENS MOVEIS E EQUIPAMENTOS	971.267,43
3.3.90.39.3932	CONSERVACAO DE VEICULOS	46.374,00
3.3.90.39.3933	DIVULGACAO OBRIGATORIA	83.559,75
3.3.90.39.3934	SERVICOS GRAFICOS	29.698,59
3.3.90.39.3935	ENSINO E TREINAMENTO	27.641,98
3.3.90.39.3936	ALIMENTACAO E/OU HOSPEDAGEM DE NAO SERVIDORES	3.605,02
3.3.90.39.3942	ESTAGIARIOS E MONITORES	507.865,04
3.3.90.39.3943	BIOLOGIA E BIOMEDICINA	1.438,50
3.3.90.39.3948	MULTAS	4.395,06
3.3.90.39.3952	DESPESAS BANCARIAS	627,86
3.3.90.39.3954	VISTORIA, INSPECAO, CLASSIFICACAO E AFERICAO	1.699,20
3.3.90.39.3964	CARTEIRAS FUNCIONAIS, CRACHAS E CARIMBOS	64,00
3.3.90.39.3967	ANALISE CLINICA LABORATORIAL	62.716,00
3.3.90.39.3968	QUIMICA	1.377,00
3.3.90.39.3979	TELEFONIA FIXA	368.968,17
3.3.90.39.3980	TELEFONIA MOVEL	2.189,41
3.3.90.39.3982	ARMAZENAGENS, FRETES E/OU CARRETOS	149.156,86
3.3.90.39.3984	LIMPEZA E HIGIENE	2.196,00
3.3.90.39.3993	MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	1.790,00
3.3.90.41	CONTRIBUICOES	16.789,15
3.3.90.41.4106	ENCARGOS COM ASSOCIACOES	16.789,15
3.3.90.46	AUXILIO-ALIMENTACAO	71.676,26
3.3.90.46.4601	AUXILIO-REFEICAO	71.676,26
3.3.90.47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	61.641,90
3.3.90.47.4701	CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - SERVICOS DE TERCEIROS	25.698,87
3.3.90.47.4702	PROGRAMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO-PASEP	32.871,51
3.3.90.47.4707	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	3.071,52

EXERCÍCIO DE 2010 — FUND ESTADUAL PRODUC E PESQUISA EM SAUDE FEPPS — RFPE017/00002

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CAT. ECONÔMICA, GRUPO NAT. DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA
COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.3.90.49	AUXILIO-TRANSPORTE	33.455,92
3.3.90.49.4901	AUXILIO TRANSPORTE	33.455,92
3.3.90.91	SENTENCAS JUDICIAIS	5.911,36
3.3.90.91.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS	5.911,36
3.3.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	199.092,50
3.3.90.92.1402	DIARIAS DE VIAGEM	1.504,53
3.3.90.92.3003	ARTIGOS CIRURGICOS E LABORATORIAIS	3.980,76
3.3.90.92.3013	MANUTENC, IDENTIFICAC, UTILIZAC E CONSERVAC DE BENS MOVEIS E EQUIPAMS	810,00
3.3.90.92.3031	PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	39,56
3.3.90.92.3302	TRANSPORTE DE PESSOAL	1.020,65
3.3.90.92.3930	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	10.750,00
3.3.90.92.3933	DIVULGACAO OBRIGATORIA	6.931,00
3.3.90.92.3982	ARMAZENAGENS, FRETES E/OU CARRETOS	172.706,00
3.3.90.92.4106	ENCARGOS COM ASSOCIACOES	1.350,00
4.0.00.00	DESPESA CAPITAL	4.291.256,07
4.4.00.00	INVESTIMENTOS	4.289.612,52
4.4.90.00	APLICACOES DIRETAS	4.289.612,52
4.4.90.20	AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	11.000,00
4.4.90.20.2001	CONCESSAO DE SUBVENCOES A PESQUISADORES	11.000,00
4.4.90.51	OBRAS E INSTALACOES	906.140,72
4.4.90.51.5102	ELABORACAO DE PROJETOS	1.980,00
4.4.90.51.5103	CONSTRUCAO OU AMPLIACAO DE PREDIOS OU OUTRAS OBRAS PUBLICAS	55.160,72
4.4.90.51.5106	INSTALACOES, EQUIPAMENTOS E/OU MATERIAIS INCORPORAVEIS A IMOVEIS	849.000,00
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.360.990,03
4.4.90.52.5201	VEICULOS E/OU EQUIPAMENTOS PARA VEICULOS RODOVIARIOS DE TRACAO MECANICA	392.000,00
4.4.90.52.5205	EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E CIRURGICOS	114.140,15
4.4.90.52.5207	LABORATORIOS E/OU GABINETES MEDICOS OU ODONTOLOGICOS	2.584.150,23
4.4.90.52.5208	OFICINA, AJARDINAMENTO E CAMPO	907,89
4.4.90.52.5211	MAQUINAS DE ESCREVER, SOMAR, CALCULAR, CONTABILIDADE E REPRODUCAO	724,00
4.4.90.52.5212	MAQUINAS, MOTORES E/OU APARELHOS	71.464,10
4.4.90.52.5213	MATERIAL BIBLIOGR. PECAS P/COLECOES D E BIBLIOT. DISCOT.FILMOT.E MUSEUS	865,00
4.4.90.52.5214	MOBILIARIO EM GERAL	72.717,20
4.4.90.52.5217	VEICULOS DE TRACAO PESSOAL OU ANIMAL	1.360,00
4.4.90.52.5219	SEGURANCA E/OU PROTECAO	2.324,80
4.4.90.52.5220	TELECOMUNICACOES	2.926,00
4.4.90.52.5222	SOM E/OU IMAGEM	9.086,40
4.4.90.52.5223	DESENHO E/OU TOPOGRAFIA	1.520,00
4.4.90.52.5228	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	72.466,84
4.4.90.52.5230	ACONDICIONAMENTO E/OU EMBALAGEM	668,10
4.4.90.52.5231	EQUIPAMENTOS PARA ALOJAMENTO, LAVANDERIA, COPA E/OU COZINHA	33.669,32
4.4.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	11.481,77
4.4.90.92.5103	CONSTRUCAO OU AMPLIACAO DE PREDIOS OU OUTRAS OBRAS PUBLICAS	9.707,57
4.4.90.92.5205	EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E CIRURGICOS	700,20
4.4.90.92.5221	MOVEIS E/OU MATERIAIS PARA ALOJAMENTO	380,00
4.4.90.92.5228	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	694,00
4.6.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	1.643,55
4.6.90.00	APLICACOES DIRETAS	1.643,55
4.6.90.71	PRINCIPAL DA DIVIDA CONTRATUAL RESGATADO	1.643,55
4.6.90.71.7111	DEBITOS PARCELADOS - PASEP	1.643,55
	TOTAL GERAL ====>	21.630.525,87

* RESUMO *

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	=>	4.365.240,92
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	=>	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	=>	12.974.028,88
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	=>	17.339.269,80
INVESTIMENTOS	=>	4.289.612,52
INVERSÕES FINANCEIRAS	=>	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	=>	1.643,55
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	=>	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	=>	4.291.256,07
TOTAL GERAL	=>	21.630.525,87

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ANIBAL MOACIR DA SILVA
PRESIDENTE
CPF: 318.400.000/15

ANA LUCIA BALDISSERA
CONTADORA
CRCRS N. 048688O2
CPF: 469.579.100/59

EXERCÍCIO DE 2010

FUND ESTADUAL PRODUC E PESQUISA EM SAUDE FEPPS

RFPE039/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR ÓRGÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO POR FONTE DE RECURSO

R$

ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA							
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
69 FUNDACAO ESTADUAL DE PRODUCAO E PESQUISA E SAUDE	4.365.240,92		12.974.028,88	4.289.612,52		1.643,55		21.630.525,87
PROPRIOS DA FUNDACAO			7.378.298,00	493.561,12		1.643,55		7.873.502,67
CONVENIOS			2.758.141,08	2.548.424,35				5.306.565,43
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO	4.365.240,92		2.837.589,80	1.247.627,05				8.450.457,77
TOTAL	4.365.240,92		12.974.028,88	4.289.612,52		1.643,55		21.630.525,87

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ANIBAL MOACIR DA SILVA
PRESIDENTE
CPF: 318.400.000/15

ANALICE HALDISSERA
CONTADORA
CRCRS N. 048688O2
CPF: 369.579.100/59

EXERCÍCIO DE 2010

FUND ESTADUAL PRODUC E PESQUISA EM SAUDE FEPPS

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR FUNCÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS FONTES DE RECURSO

RFPE040/00001

R$

ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA							
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
10 SAUDE	4.343.484,35		12.974.028,88	4.289.612,52		1.643,55		21.608.769,30
PROPRIOS DA FUNDACAO			7.378.298,00	493.561,12		1.643,55		7.873.502,67
CONVENIOS			2.758.141,08	2.548.424,35				5.306.565,43
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO	4.343.484,35		2.837.589,80	1.247.627,05				8.428.701,20
28 ENCARGOS ESPECIAIS	21.756,57							21.756,57
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO	21.756,57							21.756,57
TOTAL	4.365.240,92		12.974.028,88	4.289.612,52		1.643,55		21.630.525,87

RESUMO

PROPRIOS DA FUNDACAO			7.378.298,00	493.561,12		1.643,55		7.873.502,67
CONVENIOS			2.758.141,08	2.548.424,35				5.306.565,43
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO	4.365.240,92		2.837.589,80	1.247.627,05				8.450.457,77
TOTAL	4.365.240,92		12.974.028,88	4.289.612,52		1.643,55		21.630.525,87

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ANIBAL MOACIR DA SILVA
PRESIDENTE
CPF: 318.400.000/15

ANA LUCE BALDISSERA
CONTADORA
CRCRS N. 04868802
CPF: 469.579.100/59

FEPPS
Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA

DESIGNAÇÃO	AUTORIZAÇÕES		POSIÇÃO EM 31-12-09	MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2010.			POSIÇÃO EM 31-12-10
	LEI	DATA		Variações		Mutações Patrimoniais da Despesa	
				Passivas	Ativas	Amortização	
Débitos Parcelados							-
Com Ministério da Fazenda - PASEP	MP 38	14.05.2002	280.452,21	8.884,81		1.710,99	287.626,03
Termo de Parcelamento							-
Com Instituto Nacional de Seguro Social - INSS							-
							-
							-
Total			280.452,21	8.884,81	-	1.710,99	287.626,03

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ANIBAL MOACIR DA SILVA
DIRETOR-PRESIDENTE
CIC -MF / 318.400.000/15

ANALICE BALDISSERA
CONTADORA CRC/RS 48.688/0-2
CIC -MF / 469.579.100-59

FEPPS
Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde

COMISSÃO DE CONTROLE

No relatório de gestão, a FEPPS desenvolveu suas atividades no exercício de 2010 inserindo suas ações dentro de alguns programas de acordo com o PPA 2008-2011.

Destacamos como pontos positivos as seguintes ações:

- no programa 323 – implementação da vigilância em saúde – CIT e IPB-Lacen, na ação 2 referente a execução de exame laboratorial em vigilância sanitária observamos que a quantidade de exames realizados superou em muito a previsão inicial;

- na ação 3 que envolve reestruturação dos laboratórios houve capacitação profissional acima do previsto;

- no programa 324 – pesquisa e educação em saúde, na ação 1 grande número de pessoas sensibilizadas, sendo que o realizado superou a expectativa inicial, quanto a capacitação do multiplicador observou-se na atividade realizada a superação do inicial previsto;

- no programa 320 – assistência farmacêutica, constatamos a conclusão do prédio onde será instalado o laboratório farmacêutico do Estado dotando de toda a infraestrutura necessária para a execução das atividades a que se destina.

- implantação do diagnóstico da gripe A com reconhecimento nacional do IPB-Lacen;

- parceria com a CECOM para agilizar os processos de famílias 855 a 857, tendo em vista sua importância para o Hemorgs e IPB-Lacen;

- publicidade – ampla divulgação das atividades desenvolvidas pela fundação junto à população do Rio Grande do Sul;

- Outro ponto em destaque é a qualificação dos servidores promovida através da FDRH;

- o fornecimento de sangue e hemocomponentes do Sistema Único de Saúde – SUS;

- com relação à coleta de medula houve um acréscimo acima do previsto.

Destacamos como pontos a serem melhorados:

- contratação de servidores qualificado tendo em vista o grande número de aposentadorias;

- distribuição de medicamento meta abaixo do previsto, prejudicada pela não produção dos mesmos pelo LAFERGS.

- por entraves burocráticos não aconteceu a realização do segundo curso de especialização em hemoterapia em nível de pós-graduação latu sensu com a participação do Ministério da Saúde e a chancela da UFRGS;

- maior agilidade junto a CECOM referente a compras emergenciais;

- conforme já havia sido mencionado no relatório de 2009 a carência de pessoal qualificado continua prejudicando as atividades a serem desenvolvidas pela FEPPS, impedindo sua expansão.

Considerando o exposto no relatório de gestão o qual foi analisado por esta comissão, concluímos que vem sendo envidados esforços para melhorar a participação da FEPPS na área da saúde no estado do RS, com isso aprovamos o relatório.

Gilberto Leivas Lima

Presidente – representante da Secretaria da Saúde (titular)

Marlene dos Santos Coelho

Representante da Secretaria de Planejamento e Gestão (titular)

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... : ANALICE BALDISSERA
REGISTRO..... : RS-048688/O-2
CATEGORIA..... : CONTADOR
CPF..... : 469.579.100-59

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 20.01.2011 as 14:07:24.
Válido até: 31.03.2011.
Código de Controle: 91792.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luís Roessler

FEPAM

EXERCÍCIO DE 2010

FUNDACAO ESTADUAL DE PROTECAO AMBIENTAL
DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

RFPE035/00001
ANEXO N. 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
RECEITAS CORRENTES		DESPESA CORRENTE	
RECEITA PATRIMONIAL	16.519,88	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	28.777.603,11
RECEITA DE SERVICOS	25.025.190,71	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.400.835,42
TRANSFERENCIAS CORRENTES	32.211,39		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	332.582,21	SOMA.....	37.178.438,53
RECEITA DE SERVICOS INTRA-ORCAMENTARIOS	33.449,79		
		TOTAL.....	37.178.438,53
SOMA.....	25.439.953,98		
		DESPESA CAPITAL	
DEFICIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	11.738.484,55		
		INVESTIMENTOS	33.078,18
TOTAL.....	37.178.438,53	AMORTIZACAO DA DIVIDA	60.000,00
RECEITAS DE CAPITAL		SOMA.....	93.078,18
ALIENACAO DE BENS	36.400,00	TOTAL.....	37.271.516,71
SOMA.....	36.400,00		
DEFICIT	11.795.162,73		
TOTAL.....	37.271.516,71		

RESUMO

RECEITAS CORRENTES.....	25.439.953,98	DESPESAS CORRENTES.....	37.178.438,53
RECEITAS DE CAPITAL.....	36.400,00	DESPESAS DE CAPITAL.....	93.078,18
DEFICIT.....	11.795.162,73	SUPERAVIT.....	0,00
TOTAL.....	37.271.516,71	TOTAL.....	37.271.516,71

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

TUPY JOSE FEIJO NETO
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 222.510.490/53

MARINEIDE COSTA
CONTADORA
CRCRS N. 5328704
CPF: 407.066.050/04

REGINA TELLI
DIRETORA-PRESIDENTA
CPF: 291.829.990/15

EXERCÍCIO DE 2010 — FUNDACAO ESTADUAL DE PROTECAO AMBIENTAL — RFPE006/00001

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES — ANEXO N.6

R$

ÓRGÃO: 67 - FUNDACAO ESTADUAL DE PROTECAO AMBIENTAL

U.O.: 67.01 - FUNDACAO ESTADUAL DE PROTECAO AMBIENTAL HENRIQUE LUIS ROESSLER

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
18	GESTAO AMBIENTAL		30.691.762,65	30.691.762,65
18.0122	ADMINISTRACAO GERAL		62.165,26	62.165,26
18.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		62.165,26	62.165,26
18.0542	CONTROLE AMBIENTAL		30.629.597,39	30.629.597,39
18.0542.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		25.131.688,84	25.131.688,84
18.0542.0305	GESTAO AMBIENTAL INTEGRADA		127.068,70	127.068,70
18.0542.0307	QUALIDADE E CONTROLE AMBIENTAIS		5.370.839,85	5.370.839,85
	TOTAL DA U.O. =>		30.691.762,65	30.691.762,65

U.O.: 67.33 - ENCARGOS GERAIS DA FUNDACAO ESTADUAL DE PROTECAO AMBIENTAL HENRIQUE LUIS ROESSLE

18	GESTAO AMBIENTAL		6.564.754,06	6.564.754,06
18.0122	ADMINISTRACAO GERAL		6.564.754,06	6.564.754,06
18.0122.0335	OPERACOES ESPECIAIS		6.564.754,06	6.564.754,06
28	ENCARGOS ESPECIAIS		15.000,00	15.000,00
28.0061	ACAO JUDICIARIA		15.000,00	15.000,00
28.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS		15.000,00	15.000,00
	TOTAL DA U.O. =>		6.579.754,06	6.579.754,06
	TOTAL DO ÓRGÃO =>		37.271.516,71	37.271.516,71

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

TUPY JOSE PEIJO NETO
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 222.510.490/53

MARINEIDE COSTA
CONTADORA
CRCRS N. 5328704
CPF: 407.066.050/04

REGINA TELLI
DIRETORA-PRESIDENTA
CPF: 291.829.990/15

EXERCÍCIO DE 2010 | FUNDACAO ESTADUAL DE PROTECAO AMBIENTAL | RFPE009/00001

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES

ANEXO N. 7
R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
18	GESTAO AMBIENTAL		37.256.516,71	37.256.516,71
18.0122	ADMINISTRACAO GERAL		6.626.919,32	6.626.919,32
18.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		62.165,26	62.165,26
18.0122.0335	OPERACOES ESPECIAIS		6.564.754,06	6.564.754,06
18.0542	CONTROLE AMBIENTAL		30.629.597,39	30.629.597,39
18.0542.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		25.131.688,84	25.131.688,84
18.0542.0305	GESTAO AMBIENTAL INTEGRADA		127.068,70	127.068,70
18.0542.0307	QUALIDADE E CONTROLE AMBIENTAIS		5.370.839,85	5.370.839,85
28	ENCARGOS ESPECIAIS		15.000,00	15.000,00
28.0061	ACAO JUDICIARIA		15.000,00	15.000,00
28.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS		15.000,00	15.000,00
	TOTAL GERAL =>	0,00	37.271.516,71	37.271.516,71

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

TUPY JOSE FEIJO NETO
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 222.510.490/53

MARINEIDE COSTA
CONTADORA
CRCRS N. 5328704
CPF: 407.066.050/04

REGINA TELLI
DIRETORA-PRESIDENTA
CPF: 291.829.990/15

EXERCÍCIO DE 2010 — FUNDACAO ESTADUAL DE PROTECAO AMBIENTAL — RFPE029/00001

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS — ANEXO N.8

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
18	GESTAO AMBIENTAL	37.129.448,01	127.068,70	37.256.516,71
18.0122	ADMINISTRACAO GERAL	6.626.919,32		6.626.919,32
18.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	62.165,26		62.165,26
18.0122.0335	OPERACOES ESPECIAIS	6.564.754,06		6.564.754,06
18.0542	CONTROLE AMBIENTAL	30.502.528,69	127.068,70	30.629.597,39
18.0542.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	25.131.688,84		25.131.688,84
18.0542.0305	GESTAO AMBIENTAL INTEGRADA		127.068,70	127.068,70
18.0542.0307	QUALIDADE E CONTROLE AMBIENTAIS	5.370.839,85		5.370.839,85
28	ENCARGOS ESPECIAIS	15.000,00		15.000,00
28.0061	ACAO JUDICIARIA	15.000,00		15.000,00
28.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS	15.000,00		15.000,00
	TOTAL GERAL =>	37.144.448,01	127.068,70	37.271.516,71

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

TUFY JOSE FEIJO NETO
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 222.510.490/53

MARINEIDE COSTA
CONTADORA
CRCRS N. 5328704
CPF: 407.066.050/04

REGINA TELLI
DIRETORA-PRESIDENTA
CPF: 291.829.990/15

EXERCÍCIO DE 2010 | FUNDACAO ESTADUAL DE PROTECAO AMBIENTAL | RFPE025/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃO E FUNÇÕES | ANEXO N.9

R$

FUNÇÕES / ÓRGÃOS	GESTAO AMBIENTAL	ENCARGOS ESPECIAIS	TOTAL	
PODER LEGISLATIVO				
PODER JUDICIARIO				
MINISTERIO PUBLICO				
DEFENSORIA PUBLICA				
PODER EXECUTIVO				
FUNDACAO ESTADUAL DE PROTECAO AMBIENTAL				
	37.256.516,71	15.000,00	37.271.516,71	
SOMA.....	37.256.516,71	15.000,00	37.271.516,71	
TOTAL.....	37.256.516,71	15.000,00	37.271.516,71	

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

TUPY JOSE FEIJO NETO
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 222.510.490/53

MARINEIDE COSTA
CONTADORA
CRCRS N. 5328704
CPF: 407.066.050/04

REGINA TELLI
DIRETORA-PRESIDENTA
CPF: 291.829.990/15

EXERCÍCIO DE 2010 — FUNDACAO ESTADUAL DE PROTECAO AMBIENTAL — RFPE023/00001

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA — ANEXO N. 10

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
1000.00.00.0000	RECEITAS CORRENTES	30.577.310,00	25.406.504,19	5.170.805,81-
1300.00.00.0000	RECEITA PATRIMONIAL	0,00	16.519,88	16.519,88
1320.00.00.0000	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	0,00	16.519,88	16.519,88
1325.00.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	0,00	16.519,88	16.519,88
1325.01.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS DE RECURSOS VINCULADOS	0,00	16.519,88	16.519,88
1325.01.99.0000	DIVERSAS REMUNERACOES DE DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS	0,00	16.519,88	16.519,88
1600.00.00.0000	RECEITA DE SERVICOS	30.577.310,00	25.025.190,71	5.552.119,29-
1600.13.00.0000	SERVICOS ADMINISTRATIVOS	0,00	4.956,35	4.956,35
1600.13.99.0000	DIVERSOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	0,00	4.956,35	4.956,35
1600.20.00.0000	SERVICO DE CONSULTORIA, ASSISTENCIA TECNICA E ANALISE DE PROJETOS	30.577.310,00	25.020.234,36	5.557.075,64-
1600.20.01.0000	SERVICOS DE ANALISE PARA LICENCIAMENTO AMBIENTAL	30.577.310,00	25.020.234,36	5.557.075,64-
1700.00.00.0000	TRANSFERENCIAS CORRENTES	0,00	32.211,39	32.211,39
1720.00.00.0000	TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	32.211,39	32.211,39
1721.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DA UNIAO	0,00	32.211,39	32.211,39
1721.99.00.0000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DA UNIAO	0,00	32.211,39	32.211,39
1721.99.99.0000	DIVERSAS TRANSFERENCIAS DA UNIAO	0,00	32.211,39	32.211,39
1900.00.00.0000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	332.582,21	332.582,21
1920.00.00.0000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	0,00	40.321,97	40.321,97
1921.00.00.0000	INDENIZACOES	0,00	2.519,71	2.519,71
1921.99.00.0000	OUTRAS INDENIZACOES	0,00	2.519,71	2.519,71
1921.99.99.0000	DIVERSAS INDENIZACOES	0,00	2.519,71	2.519,71
1922.00.00.0000	RESTITUICOES	0,00	37.802,26	37.802,26
1922.99.00.0000	OUTRAS RESTITUICOES	0,00	37.802,26	37.802,26
1922.99.99.0000	DIVERSAS RESTITUICOES	0,00	37.802,26	37.802,26
1990.00.00.0000	RECEITAS DIVERSAS	0,00	292.260,24	292.260,24
1990.99.00.0000	OUTRAS RECEITAS	0,00	292.260,24	292.260,24
1990.99.02.0000	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR DE RECURSOS NAO VINCULADOS	0,00	292.260,24	292.260,24
2000.00.00.0000	RECEITAS DE CAPITAL	0,00	36.400,00	36.400,00
2200.00.00.0000	ALIENACAO DE BENS	0,00	36.400,00	36.400,00
2210.00.00.0000	ALIENACAO DE BENS MOVEIS	0,00	36.400,00	36.400,00
2219.00.00.0000	ALIENACAO DE OUTROS BENS MOVEIS	0,00	36.400,00	36.400,00
2219.99.00.0000	OUTRAS ALIENACOES DE BENS MOVEIS	0,00	36.400,00	36.400,00
2219.99.99.0000	DIVERSAS ALIENACOES DE BENS MOVEIS	0,00	36.400,00	36.400,00
7000.00.00.0000	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORCAMENTARIAS	0,00	33.449,79	33.449,79
7600.00.00.0000	RECEITA DE SERVICOS INTRA-ORCAMENTARIOS	0,00	33.449,79	33.449,79
7600.22.00.0000	SERVICOS DE ESTUDOS E PESQUISAS INTRA-ORCAMENTARIOS	0,00	33.449,79	33.449,79
7600.22.99.0000	DIVERSOS SERVICOS DE ESTUDOS E PESQUISAS INTRA-ORCAMENTARIOS	0,00	33.449,79	33.449,79
TOTAL		30.577.310,00	25.476.353,98	5.100.956,02-

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

TUPY JOSE FREJO NETO
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 222.510.490/53

MARINEIDE COSTA
CONTADORA
CRCRS N. 5328704
CPF: 407.066.050/04

REGINA TELLI
DIRETORA-PRESIDENTA
CPF: 291.829.990/15

EXERCÍCIO DE 2010 — FUNDACAO ESTADUAL DE PROTECAO AMBIENTAL — RFPE026/00001

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA — ANEXO N.11

R$

TÍTULOS		DESPESA CORRENTE	DESPESA DE CAPITAL	TOTAL
FUNDACAO ESTADUAL DE PROTECAO AMBIENTAL				
	DESPESA FIXADA	29.434.527,00	1.142.783,00	30.577.310,00
	CRÉDITOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00
	CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00
	SUPLEMENTAÇÕES	10.541.350,47	88.507,48	10.629.857,95
	REDUÇÕES	0,00	892.983,00	892.983,00
	DESPESA AUTORIZADA	39.975.877,47	338.307,48	40.314.184,95
	DESPESA REALIZADA	37.178.438,53	93.078,18	37.271.516,71
	DIFERENÇA	2.797.438,94	245.229,30	3.042.668,24
TOTAL GERAL				
	DESPESA FIXADA			30.577.310,00
	CRÉDITOS ESPECIAIS			0,00
	CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS			0,00
	SUPLEMENTAÇÕES			10.629.857,95
	REDUÇÕES			892.983,00
	DESPESA AUTORIZADA			40.314.184,95
	DESPESA REALIZADA			37.271.516,71
	DIFERENÇA			3.042.668,24

CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS CONSIDERADOS PELO SEU VALOR DE ABERTURA, ESTANDO AS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES COMPUTADAS NAS SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES.

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

TUBY JOSE FELIZ NETO
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 222.510.490/53

MARINEIDE COSTA
CONTADORA
CRCRS N. 5328704
CPF: 407.066.050/04

REGINA TELLI
DIRETORA-PRESIDENTA
CPF: 291.829.990/15

R$

R E C E I T A

TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES			
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	16.519,88	16.519,88
RECEITA DE SERVICOS	30.577.310,00	25.025.190,71	5.552.119,29-
TRANSFERENCIAS CORRENTES	0,00	32.211,39	32.211,39
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	332.582,21	332.582,21
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	30.577.310,00	25.406.504,19	5.170.805,81-
RECEITAS DE CAPITAL			
ALIENACAO DE BENS	0,00	36.400,00	36.400,00
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	36.400,00	36.400,00
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	33.449,79	33.449,79
SOMA	30.577.310,00	25.476.353,98	5.100.956,02-
DEFICIT DE PREVISÃO	9.736.874,95	11.795.162,73	2.058.287,78
TOTAL	40.314.184,95	37.271.516,71	3.042.668,24-

D E S P E S A

TÍTULOS	AUTORIZAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
CRÉDITOS ORDINÁRIOS (1)	40.314.184,95	37.271.516,71	3.042.668,24-
CRÉDITOS ESPECIAIS (2)	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS (2)	0,00	0,00	0,00
SOMA	40.314.184,95	37.271.516,71	3.042.668,24-
TOTAL	40.314.184,95	37.271.516,71	3.042.668,24-

(1) DOTAÇÕES ORIGINAIS COM SUAS SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES
(2) DOTAÇÕES CRIADAS NO DECORRER DO EXERCÍCIO E ALTERAÇÕES

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

TUBY JOSE FELIX NETO
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 322.510.490/53

MARINEIDE COSTA
CONTADORA
CRCRS N. 5328704
CPF: 407.066.050/04

REGINA TELLI
DIRETORA-PRESIDENTA
CPF: 291.829.990/15

BALANÇO FINANCEIRO ANEXO N. 13

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
RECEITA ORÇAMENTARIA		DESPESA ORÇAMENTARIA	
RECEITAS CORRENTES		GESTAO AMBIENTAL	37.256.516,71
RECEITA PATRIMONIAL	16.519,88	ENCARGOS ESPECIAIS	15.000,00
RECEITA DE SERVICOS	25.025.190,71	SOMA.....	37.271.516,71
TRANSFERENCIAS CORRENTES	32.211,39		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	332.582,21	DESPESA EXTRA-ORÇAMENTARIA	
SOMA.....	25.406.504,19	REALIZAVEL	0,00
RECEITAS DE CAPITAL		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	14.058.356,53
ALIENACAO DE BENS	36.400,00	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	1.401.180,23
SOMA.....	36.400,00	SERVICO DA DIVIDA A PAGAR	5.000,00
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	33.449,79	DEPOSITOS	5.836.290,37
TOTAL.....	25.476.353,98	SOMA.....	21.300.827,13
		TOTAL.....	58.572.343,84
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA		VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO	
REALIZAVEL	1.168,87	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS INTRAGOVERNAMENTAIS	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	2.498.897,23	SOMA.....	0,00
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	1.904.244,26		
SERVICO DA DIVIDA A PAGAR	5.000,00	SALDOS PARA O EXERCICIO SEGUINTE	
DEPOSITOS	5.717.982,82	CAIXA	0,00
SOMA.....	10.127.293,18	BANCOS C/DISPOSICAO	35.471,16
TOTAL.....	35.603.647,16	APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	4.094.860,09
		BANCOS, C/VINCULADAS	0,00
VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO		APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	280.542,29
BAIXA DE PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR E A LIQUIDAR	11.364.148,45	SOMA.....	4.410.873,54
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS INTRAGOVERNAMENTAIS	6.706.361,52		
SOMA.....	18.070.509,97		
SALDOS DO EXERCICIO ANTERIOR			
CAIXA	0,00		
BANCOS C/DISPOSICAO	82.588,79		
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	8.922.704,55		
BANCOS, C/VINCULADAS	0,00		
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	303.766,91		
SOMA.....	9.309.060,25		
TOTAL.....	62.983.217,38	TOTAL.....	62.983.217,38

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

TUPY JOSE FEIJO NETO
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 222.510.490/53

MARINEIDE COSTA
CONTADORA
CRCRS N. 5328704
CPF: 407.066.050/04

REGINA TELLI
DIRETORA-PRESIDENTA
CPF: 291.829.990/15

BALANÇO PATRIMONIAL — ANEXO N. 14

ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
ATIVO FINANCEIRO		PASSIVO FINANCEIRO	
DISPONÍVEL		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	
BANCOS C/DISPOSICAO	35.471,16	FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	101.302,89
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	4.094.860,09	AUXILIOS NAO SUJEITOS A COMPROVACAO	2.091,78
SOMA.....	4.130.331,25	LOCACOES DE IMOVEIS, A PAGAR	4.200,00
VINCULADO EM CONTA CORRENTE BANCÁRIA		INDENIZACOES E RESTITUICOES A PAGAR	6,00
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	280.542,29	FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	1.251.316,30
SOMA.....	280.542,29	PIS E PASEP A RECOLHER	16.960,25
REALIZÁVEL		FGTS A RECOLHER	10.950,21
DEPOSITOS JUDICIAIS	1.031.421,90	FORNECEDORES DE BENS E SERVICOS CONTINUOS	255,00
SOMA.....	1.031.421,90	DIARIAS VENCIDAS A PAGAR	1.673,27
TOTAL.....	5.442.295,44	REQUISICAO DE PEQUENO VALOR A PAGAR	11,42
ATIVO PERMANENTE		SOMA.....	1.388.767,12
BENS DA ENTIDADE		RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
BENS MOVEIS	7.875.821,13	FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	453.698,28
BENS IMOVEIS	201.790,99	AUXILIOS NAO SUJEITOS A COMPROVACAO	8.367,12
SOMA.....	8.077.612,12	LOCACOES DE IMOVEIS A LIQUIDAR	41.268,04
PARTICIPAÇÕES		INDENIZACOES E RESTITUICOES A LIQUIDAR	88.178,74
PARTICIPACOES SOCIETARIAS EM EMPRESAS DIVERSAS	10.199,80	FOLHAS DE PESSOAL A LIQUIDAR	113.183,44
SOMA.....	10.199,80	PIS E PASEP A LIQUIDAR	9.208,45
DIVERSOS		CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A LIQUIDAR	456.765,92
BENS CREDITOS E VALORES EM FASE DE AQUISICAO OU FORMACAO	16.681,38	ESTAGIARIOS - RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	9,00
ALMOXARIFADOS	180.708,23	DIARIAS A LIQUIDAR	158,53
SOMA.....	197.389,61	FGTS A LIQUIDAR	209.359,79
TOTAL.....	8.285.201,53	FORNECEDORES DE BENS E SERVICOS CONTINUOS	521.461,45
SOMA DO ATIVO REAL	13.727.496,97	DIARIAS VENCIDAS A LIQUIDAR	2.585,50
SALDO PATRIMONIAL		SOMA.....	1.904.244,26
SITUAÇÃO LÍQUIDA		SERVIÇO DA DÍVIDA À PAGAR	
PASSIVO REAL DESCOBERTO	1.562.604,38	SERVICO DO PARCELAMENTO DE DEBITOS PREVIDENCIARIOS	5.000,00
SOMA.....	15.290.101,35	SOMA.....	5.000,00
ATIVO COMPENSADO		DEPÓSITOS	
VALORES EM PODER DE TERCEIROS		DEPOSITOS	190.577,98
RESPONSAVEIS POR DEPOSITOS JUDICIAIS	458.947,19	SOMA.....	190.577,98
RESPONSAVEIS POR ALMOXARIFADOS	180.708,23	TOTAL.....	3.488.589,36
SOMA.....	639.655,42	PASSIVO PERMANENTE	
VALORES DE TERCEIROS		DÍVIDA FUNDADA INTERNA	
BENS DE TERCEIROS EM PODER DA ENTIDADE	4.424.082,23	DEBITOS PARCELADOS	43.328,54
SOMA.....	4.424.082,23	PRECATORIOS JUDICIAIS - EC 62/2009	11.758.183,45
VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS		SOMA.....	11.801.511,99
ATUALIZACOES DE PRECATORIOS	6.462.604,28	TOTAL.....	11.801.511,99
SEGUROS PARA COBERTURA DE RISCOS	21.039,53	SOMA DO PASSIVO REAL	15.290.101,35
SOMA.....	6.483.643,81	PASSIVO COMPENSADO	
TOTAL.....	11.547.381,46	CONTRAPARTIDA DE VALORES EM PODER DE TERCEIROS	
		DEPOSITOS JUDICIAIS EM PODER DE TERCEIROS	458.947,19
		VALORES EM GUARDA NOS ALMOXARIFADOS	180.708,23
		SOMA.....	639.655,42
		CONTRAPARTIDA DE VALORES DE TERCEIROS	
		BENS PERTENCENTES A TERCEIROS	4.424.082,23
		SOMA.....	4.424.082,23
		CONTRAPARTIDA DE VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS	
		ATUALIZACOES DE PRECATORIOS A PAGAR	6.462.604,28
		CONTRATOS DE SEGURO PARA COBERTURA DE RISCOS	21.039,53
		SOMA.....	6.483.643,81
		TOTAL.....	11.547.381,46
TOTAL GERAL.....	26.837.482,81	TOTAL GERAL.....	26.837.482,81

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

TUPY JOSE FITJO NETO
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 222.510.490/53

MARINEIDE COSTA
CONTADORA
CRCRS N. 5328704
CPF: 407.066.050/04

REGINA TELLI
DIRETORA-PRESIDENTA
CPF: 391.829.990/15

EXERCÍCIO DE 2010 | FUNDACAO ESTADUAL DE PROTECAO AMBIENTAL | RFPE033/00001

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS | ANEXO N. 15

VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
RECEITAS CORRENTES		DESPESAS CORRENTES	
RECEITA PATRIMONIAL	16.519,88	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	28.777.603,11
RECEITA DE SERVICOS	25.025.190,71	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.400.835,42
TRANSFERENCIAS CORRENTES	32.211,39		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	332.582,21	SOMA.....	37.178.438,53
SOMA.....	25.406.504,19	DESPESAS DE CAPITAL	
RECEITAS DE CAPITAL		INVESTIMENTOS	33.078,18
ALIENACAO DE BENS	36.400,00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	60.000,00
SOMA.....	36.400,00	SOMA.....	93.078,18
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	33.449,79	TOTAL.....	37.271.516,71
DEDUÇÕES RECEITAS CORRENTES	0,00	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	
TOTAL.....	25.476.353,98	ALIENACAO DE BENS MOVEIS	36.400,00
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS		SOMA.....	36.400,00
AMORTIZACAO DE DEBITOS PARCELADOS	60.000,00	INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
REGISTRO DE BENS CRED E VAL EM FASE DE AQUISICAO OU FORMACAO	16.681,38	VARIAÇÕES PASSIVAS	
CONSTRUCAO OU AQUISICAO DE BENS MOVEIS	16.396,80	INSCRICAO DE DEBITOS PARCELADOS - PRINCIPAL E ATUALIZACAO	7.980,47
SOMA.....	93.078,18	TRANSFERENCIAS INTRAPATRIMONIAIS	42.006,09
INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		BAIXA DE BENS MOVEIS	224.017,03
VARIAÇÕES ATIVAS		INSCRICAO DE PRECATORIOS JUDICIAIS - EC 62/2009	11.758.183,45
INCORPORACAO DE PARTICIPACOES SOC EM EMPR DIVERSAS	10.199,80	BAIXA DE BENS DE ALMOXARIFADO	243.186,80
TRANSFERENCIAS INTRAPATRIMONIAIS	42.006,09	SOMA.....	12.275.373,84
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	195.052,63	VARIAÇÕES PASSIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO PATRIMÔNIO FINANCEIRO	
INCORPORACAO DE BENS DE ALMOXARIFADO	232.579,81	SOMA.....	0,00
SOMA.....	479.838,33	TOTAL.....	49.583.290,55
VARIAÇÕES ATIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO PATRIMÔNIO FINANCEIRO			
BAIXA DE PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR E A LIQUIDAR	11.364.148,45		
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS INTRAGOVERNAMENTAIS	6.706.361,52		
SOMA.....	18.070.509,97		
TOTAL.....	44.119.780,46		
RESULTADO PATRIMONIAL			
DEFICIT VERIFICADO	5.463.510,09		
TOTAL.....	49.583.290,55	TOTAL.....	49.583.290,55

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

TUPY JOSE FEIJO NETO
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 222.510.490/53

MARINEIDE COSTA
CONTADORA
CRCRS N. 5328704
CPF: 407.066.050/04

REGINA TELLI
DIRETORA-PRESIDENTA
CPF: 291.829.990/15

EXERCÍCIO DE 2010 — FUNDACAO ESTADUAL DE PROTECAO AMBIENTAL — RFPE034/00001

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE — ANEXO N.17

R$

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	69.091,17-	552.083,04	519.871,32	101.302,89-
AUXILIOS NAO SUJEITOS A COMPROVACAO	0,00	5.229,45	3.137,67	2.091,78-
LOCACOES DE IMOVEIS, A PAGAR	27.277,23-	8.308,52	31.385,75	4.200,00-
INDENIZACOES E RESTITUICOES A PAGAR	9.423,47-	49.915,09	59.332,56	6,00-
FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	840.143,70-	1.351.316,30	940.143,70	1.251.316,30-
PIS E PASEP A RECOLHER	21.749,20-	28.832,10	33.621,05	16.960,25-
CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	250.040,07-	0,00	250.040,07	0,00
PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR	11.364.148,45-	0,00	11.364.148,45	0,00
FGTS A RECOLHER	138.077,39-	10.950,21	138.077,39	10.950,21-
FORNECEDORES DE BENS E SERVICOS CONTINUOS	226.220,70-	490.412,68	716.378,38	255,00-
DIARIAS VENCIDAS A PAGAR	2.055,04-	1.838,42	2.220,19	1.673,27-
REQUISICAO DE PEQUENO VALOR A PAGAR	0,00	11,42	0,00	11,42-
SUBTOTAL.....	12.948.226,42-	2.498.897,23	14.058.356,53	1.388.767,12-
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	668.459,17-	453.698,28	668.459,17	453.698,28-
AUXILIOS NAO SUJEITOS A COMPROVACAO	3.137,67-	8.367,12	3.137,67	8.367,12-
LOCACOES DE IMOVEIS A LIQUIDAR	4.108,52-	41.268,04	4.108,52	41.268,04-
INDENIZACOES E RESTITUICOES A LIQUIDAR	53.985,49-	88.178,74	53.985,49	88.178,74-
FOLHAS DE PESSOAL A LIQUIDAR	100.000,00-	113.183,44	100.000,00	113.183,44-
PIS E PASEP A LIQUIDAR	11.871,85-	9.208,45	11.871,85	9.208,45-
CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A LIQUIDAR	0,00	456.765,92	0,00	456.765,92-
ESTAGIARIOS - RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	0,00	9,00	0,00	9,00-
DIARIAS A LIQUIDAR	0,00	158,53	0,00	158,53-
FGTS A LIQUIDAR	0,00	209.359,79	0,00	209.359,79-
FORNECEDORES DE BENS E SERVICOS CONTINUOS	559.452,38-	521.461,45	559.452,38	521.461,45-
DIARIAS VENCIDAS A LIQUIDAR	165,15-	2.585,50	165,15	2.585,50-
SUBTOTAL.....	1.401.180,23-	1.904.244,26	1.401.180,23	1.904.244,26-
SERVICO DA DIVIDA A PAGAR				
SERVICO DO PARCELAMENTO DE DEBITOS PREVIDENCIARIOS	5.000,00-	5.000,00	5.000,00	5.000,00-
SUBTOTAL.....	5.000,00-	5.000,00	5.000,00	5.000,00-
DEPOSITOS				
DEPOSITOS	308.885,53-	5.717.982,82	5.836.290,37	190.577,98-
SUBTOTAL.....	308.885,53-	5.717.982,82	5.836.290,37	190.577,98-
TOTAL.....	14.663.292,18-	10.126.124,31	21.300.827,13	3.488.589,36-

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

TUPY JOSE FEIJO NETO
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 122.510.490/53

MARINEIDE COSTA
CONTADORA
CRCRS N. 5328704
CPF: 407.066.050/04

REGINA TELLI
DIRETORA-PRESIDENTA
CPF: 291.829.990/15

EXERCÍCIO DE 2010 | FUNDACAO ESTADUAL DE PROTECAO AMBIENTAL | RFPE017/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CAT. ECONÔMICA, GRUPO NAT. DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.0.00.00	DESPESA CORRENTE	37.178.438,53
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	28.777.603,11
3.1.90.00	APLICACOES DIRETAS	28.777.603,11
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	21.304.648,51
3.1.90.11.1102	VENCIMENTO, SALARIO E SUBSIDIO	13.229.761,48
3.1.90.11.1103	13- VENCIMENTO	1.591.870,97
3.1.90.11.1104	GRATIFICACOES	1.686.501,45
3.1.90.11.1105	VANTAGENS TEMPORAIS	2.588.116,37
3.1.90.11.1107	OUTRAS VANTAGENS	2.208.398,24
3.1.90.13	OBRIGACOES PATRONAIS	6.829.043,94
3.1.90.13.1302	SEGURO DE VIDA DE SERVIDORES	13.341,40
3.1.90.13.1303	PLANO DE SAUDE	420.355,32
3.1.90.13.1304	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA	4.742.593,31
3.1.90.13.1305	FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVICO - FGTS	1.652.753,91
3.1.90.91	SENTENCAS JUDICIAIS	49.609,99
3.1.90.91.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS	49.609,99
3.1.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	3.300,67
3.1.90.92.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS	3.300,67
3.1.90.96	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	591.000,00
3.1.90.96.9601	RESSARCIMENTO	591.000,00
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.400.835,42
3.3.90.00	APLICACOES DIRETAS	8.400.835,42
3.3.90.08	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAS	34.522,56
3.3.90.08.0805	AUXILIO CRECHE	34.522,56
3.3.90.14	DIARIAS-CIVIL	369.252,80
3.3.90.14.1402	DIARIAS DE VIAGEM	369.252,80
3.3.90.18	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	44.973,27
3.3.90.18.1801	BOLSAS DE ESTUDOS	44.973,27
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	512.653,59
3.3.90.30.3002	SINALIZACAO, IDENTIFICACAO E SEGURANCA	8.420,48
3.3.90.30.3003	ARTIGOS CIRURGICOS E LABORATORIAIS	43.288,32
3.3.90.30.3004	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	196.403,94
3.3.90.30.3006	GENEROS PARA ALIMENTACAO	3.482,41
3.3.90.30.3009	MATERIAL DE EXPEDIENTE	36.368,71
3.3.90.30.3010	ACONDICIONAMENTO E/OU EMBALAGEM	2.617,18
3.3.90.30.3011	ALOJAMENTO, LAVANDERIA, COPA E/OU COZINHA	3.002,20
3.3.90.30.3013	MANUTENC, IDENTIFICAC, UTILIZAC E CONSERVAC DE BENS MOVEIS E EQUIPAMS	45.149,30
3.3.90.30.3015	PROTECAO E PROFILAXIA	904,30
3.3.90.30.3021	VESTUARIO E/OU UNIFORME	11.455,79
3.3.90.30.3025	PRODUTOS QUIMICOS, FISICOS E/OU BIOLOGICOS	71.376,91
3.3.90.30.3028	LIMPEZA E HIGIENE	18.880,53
3.3.90.30.3031	PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	62.377,83
3.3.90.30.3032	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	7.643,36
3.3.90.30.3033	CONSERVACAO DE VEICULOS	1.282,33
3.3.90.33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	41.005,11
3.3.90.33.3301	LOCACAO DE VEICULOS	8.678,80
3.3.90.33.3302	TRANSPORTE DE PESSOAL	17.326,31
3.3.90.33.3304	TRANSPORTE DE PESSOAL POR VIA AEREA	15.000,00
3.3.90.35	SERVICOS DE CONSULTORIA	1.722.984,40
3.3.90.35.3502	ASSESSORIA E CONSULTORIA TECNICA	1.722.984,40
3.3.90.36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	119.729,66
3.3.90.36.3606	TAREFEIROS	2.000,00
3.3.90.36.3614	LOCACAO DE IMOVEIS	116.651,90
3.3.90.36.3619	ESTAGIARIOS E MONITORES	1.077,76
3.3.90.37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	752.111,03
3.3.90.37.3702	VIGILANCIA E/OU ZELADORIA	383.043,21
3.3.90.37.3703	SERVICOS GERAIS	368.582,72
3.3.90.37.3704	SERVICOS TECNICOS	485,10
3.3.90.39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	4.465.458,83
3.3.90.39.3901	AGUA E ESGOTO	20.300,00
3.3.90.39.3902	DIVULGACAO PROMOCIONAL OU INSTITUCIONAL	62.165,26
3.3.90.39.3903	ASSINATURA DE PERIODICOS E RECORTES	7.629,31
3.3.90.39.3907	ORGANIZACAO FEIRAS AMOSTRAS,CONGRESSOS,SEMINARIOS,SIMPOSIOS E CONGENERES	736,00
3.3.90.39.3916	DESPESAS PEQUENAS DE PRONTO PAGAMENTO	54.801,25
3.3.90.39.3918	ENERGIA ELETRICA	130.763,85
3.3.90.39.3920	LOCACAO DE IMOVEIS	292.974,94
3.3.90.39.3923	PEDAGIOS	13.886,61
3.3.90.39.3924	PROCESSAMENTO DE DADOS	606.140,04
3.3.90.39.3926	SEGUROS	93.037,39
3.3.90.39.3929	COMUNICACAO	72.017,01
3.3.90.39.3930	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	44.742,43
3.3.90.39.3931	CONSERVACAO DE BENS MOVEIS E EQUIPAMENTOS	97.031,60
3.3.90.39.3932	CONSERVACAO DE VEICULOS	8.605,00
3.3.90.39.3933	DIVULGACAO OBRIGATORIA	64.109,12
3.3.90.39.3934	SERVICOS GRAFICOS	3.891,10
3.3.90.39.3935	ENSINO E TREINAMENTO	56.394,50
3.3.90.39.3936	ALIMENTACAO E/OU HOSPEDAGEM DE NAO SERVIDORES	.1.946,93
3.3.90.39.3939	MEDICINA	39.062,34
3.3.90.39.3942	ESTAGIARIOS E MONITORES	710.123,50
3.3.90.39.3948	MULTAS	3.030,61
3.3.90.39.3950	CUSTAS JUDICIAIS	753,55
3.3.90.39.3952	DESPESAS BANCARIAS	4,80
3.3.90.39.3958	TAXA PELA OCUPACAO DE IMOVEIS	2.646,57
3.3.90.39.3964	CARTEIRAS FUNCIONAIS, CRACHAS E CARIMBOS	3.054,78
3.3.90.39.3967	ANALISE CLINICA LABORATORIAL	99.538,50
3.3.90.39.3968	QUIMICA	2.550,00
3.3.90.39.3975	GINASTICA LABORAL	2.300,00
3.3.90.39.3979	TELEFONIA FIXA	277.022,79
3.3.90.39.3980	TELEFONIA MOVEL	6.759,58
3.3.90.39.3982	ARMAZENAGENS, FRETES E/OU CARRETOS	5.700,00
3.3.90.39.3983	AUXILIO TRANSPORTE	42.540,17
3.3.90.39.3985	AUXILIO-REFEICAO	1.578.350,20
3.3.90.39.3989	VIGILANCIA E/OU ZELADORIA	51.077,20
3.3.90.39.3991	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	9.551,90
3.3.90.39.3993	MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	220,00
3.3.90.41	CONTRIBUICOES	6.743,33
3.3.90.41.4106	ENCARGOS COM ASSOCIACOES	6.743,33
3.3.90.47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	238.311,59
3.3.90.47.4702	PROGRAMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO-PASEP	196.113,91

EXERCÍCIO DE 2010 — FUNDACAO ESTADUAL DE PROTECAO AMBIENTAL — RFPE017/00002

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CAT. ECONÔMICA, GRUPO NAT. DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA
COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.3.90.47.4708	CONTRIBUICAO SINDICAL	39.742,99
3.3.90.47.4711	LICENCA PARA O EXERCICIO PROFISSIONAL	1.000,00
3.3.90.47.4717	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEICULOS AUTOMOTORES	1.454,69
3.3.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	52.460,51
3.3.90.92.1402	DIARIAS DE VIAGEM	1.394,53
3.3.90.92.3901	AGUA E ESGOTO	168,45
3.3.90.92.3923	PEDAGIOS	48,00
3.3.90.92.3929	COMUNICACAO	3.408,20
3.3.90.92.3979	TELEFONIA FIXA	58,04
3.3.90.92.9306	RESTITUICAO DE RECEITAS	46.387,94
3.3.90.92.9308	INDENIZACAO PELO USO DE VEICULO PARTICULAR	995,35
3.3.90.93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	40.628,74
3.3.90.93.9304	RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM ALIMENTACAO	3.745,13
3.3.90.93.9308	INDENIZACAO PELO USO DE VEICULO PARTICULAR	36.883,61
4.0.00.00	DESPESA CAPITAL	93.078,18
4.4.00.00	INVESTIMENTOS	33.078,18
4.4.90.00	APLICACOES DIRETAS	33.078,18
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	33.078,18
4.4.90.52.5205	EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E CIRURGICOS	7.153,00
4.4.90.52.5207	LABORATORIOS E/OU GABINETES MEDICOS OU ODONTOLOGICOS	11.963,38
4.4.90.52.5212	MAQUINAS, MOTORES E/OU APARELHOS	7.050,00
4.4.90.52.5222	SOM E/OU IMAGEM	90,00
4.4.90.52.5228	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	6.821,80
4.6.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	60.000,00
4.6.90.00	APLICACOES DIRETAS	60.000,00
4.6.90.71	PRINCIPAL DA DIVIDA CONTRATUAL RESGATADO	60.000,00
4.6.90.71.7111	DEBITOS PARCELADOS - PASEP	60.000,00
	TOTAL GERAL ====>	37.271.516,71

* RESUMO *

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	=>	28.777.603,11
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	=>	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	=>	8.400.835,42
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	=>	37.178.438,53
INVESTIMENTOS	=>	33.078,18
INVERSÕES FINANCEIRAS	=>	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	=>	60.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	=>	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	=>	93.078,18
TOTAL GERAL	=>	37.271.516,71

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

TUPY JOSE FEIJO NETO
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 272.510.490/53

MARINEIDE COSTA
CONTADORA
CRCRS N. 5328704
CPF: 407.066.050/04

REGINA TELLI
DIRETORA-PRESIDENTA
CPF: 291.829.990/15

EXERCÍCIO DE 2010

FUNDACAO ESTADUAL DE PROTECAO AMBIENTAL

RFPE039/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR ÓRGÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO POR FONTE DE RECURSO

R$

ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA							
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
67 FUNDACAO ESTADUAL DE PROTECAO AMBIENTAL	28.777.603,11		8.400.835,42	33.078,18		60.000,00		37.271.516,71
TESOURO-LIVRES	9.397.562,62							9.397.562,62
PROPRIOS DA FUNDACAO	19.380.040,49		8.362.547,15	33.078,18		60.000,00		27.835.665,82
CONVENIOS			38.288,27					38.288,27
TOTAL	28.777.603,11		8.400.835,42	33.078,18		60.000,00		37.271.516,71

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

TUPY JOSE FEIJO NETO
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 222.510.490/53

MARINEIDE COSTA
CONTADORA
CRCRS N. 5328704
CPF: 407.066.050/04

REGINA TELLI
DIRETORA-PRESIDENTA
CPF: 291.829.990/15

EXERCÍCIO DE 2010

FUNDACAO ESTADUAL DE PROTECAO AMBIENTAL

RFPE040/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS FONTES DE RECURSO

R$

ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA							
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
18 GESTAO AMBIENTAL	28.762.603,11		8.400.835,42	33.078,18		60.000,00		37.256.516,71
TESOURO-LIVRES	9.397.562,62							9.397.562,62
PROPRIOS DA FUNDACAO	19.365.040,49		8.362.547,15	33.078,18		60.000,00		27.820.665,82
CONVENIOS			38.288,27					38.288,27
28 ENCARGOS ESPECIAIS	15.000,00							15.000,00
PROPRIOS DA FUNDACAO	15.000,00							15.000,00
TOTAL	28.777.603,11		8.400.835,42	33.078,18		60.000,00		37.271.516,71
RESUMO								
TESOURO-LIVRES	9.397.562,62							9.397.562,62
PROPRIOS DA FUNDACAO	19.380.040,49		8.362.547,15	33.078,18		60.000,00		27.835.665,82
CONVENIOS			38.288,27					38.288,27
TOTAL	28.777.603,11		8.400.835,42	33.078,18		60.000,00		37.271.516,71

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

TUPY JOSÉ FEIJO NETO
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 222.510.490/53

MARINEIDE COSTA
CONTADORA
CRCRS N. 5328704
CPF: 407.066.050/04

REGINA TELLI
DIRETORA-PRESIDENTA
CPF: 291.829.990/15

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL HENRIQUE LUIS ROESSLER/RS

FEPAM

ANEXO 16

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA

DESIGNAÇÃO	AUTORIZAÇÕES		POSIÇÃO EM 31-12-09	MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2010.			POSIÇÃO EM 31-12-10
	LEI	DATA		Variações		Mutações Patrimoniais da Despesa	
				Passivas	Ativas	Amortização	
Débitos Parcelados							-
Com Ministério da Fazenda - PASEP	MP 66	29/08/2002	95.348,07	7.980,47	-	60.000,00	43.328,54
Termo de Parcelamento 11080.013440/2002-71							-
Com Instituto Nacional de Seguro Social - INSS							-
							-
							-
Total			95.348,07	7.980,47	-	60.000,00	43.328,54

REGINA TELLI
DIRETORA-PRESIDENTA
CPF: 291.829.990-15

TUPY JOSÉ FEIJÓ NETO
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 222.510.490-53

MARINEIDE COSTA
CONTADORA CRC-RS 053287/0-4
CPF: 407.066.050-04

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

CONSELHO CURADOR DA FEPAM

PARECER

Nos termos do art. 9º, inciso II do Decreto Estadual nº. 33.765, de 28 de dezembro de 1990, examinamos as Demonstrações Contábeis da **Fundação Estadual de Proteção Ambiental Luis Roessler – FEPAM** relativas ao exercício social do ano de 2010.

O exame das demonstrações contábeis teve suporte na documentação dos atos de gestão que deram origem às mesmas, em amostragem julgada adequada pelo Conselho.

No que tange a indenização à empresa Sociedade Mineradora de Arroio dos Ratos decorrente de decisão judicial, a sindicância realizada através do processo administrativo nº 12841-0567/08-2 apontou a responsabilidade funcional sobre a anulação de licença ambiental.

Com base nos fatos arrolados pela comissão de sindicância, a direção da FEPAM notificou o presidente da Fundação de Proteção Ambiental à época do episódio a ressarcir à repartição estadual o valor da indenização pago à referida empresa, bem como tomou outras providências vigentes na administração pública.

O processo em questão ainda não foi finalizado, estando com a Procuradoria-Geral do Estado desde abril de 2010.

Em nossa opinião as peças contábeis refletem adequadamente a situação econômica, financeira e patrimonial da entidade, tendo sido elaboradas de acordo com a legislação pertinente e os Princípios de Contabilidade geralmente aceitos.

Pelo exposto, aprovamos as Demonstrações Contábeis da **Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler – FEPAM**, relativas ao período de 01/01/2010 a 31/12/2010.

Porto Alegre, 17 de fevereiro de 2011.

CELSO LANZ LATORRE DE SOUZA
Presidente do Conselho

MARIA DE LOURDES DE ÁVILA ALVES
Conselheira

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... :	MARINEIDE COSTA
REGISTRO..... :	RS-053287/O-4
CATEGORIA..... :	CONTADOR
CPF..... :	407.066.050-04

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 12.01.2011 as 10:36:45.
Válido até: 31.03.2011.
Código de Controle: 91232.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do RS

FASE

EXERCÍCIO DE 2010

FUND DE ATENDIMENTO SOCIO EDUCATIVO DO RS

DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

RFPE035/00001

ANEXO N. 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
RECEITAS CORRENTES		DESPESA CORRENTE	
RECEITA PATRIMONIAL	327.990,84	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	83.597.321,42
RECEITA INDUSTRIAL	14.082,50	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	27.748.966,29
TRANSFERENCIAS CORRENTES	1.098.213,24		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	827.323,93	SOMA.....	111.346.287,71
SOMA.....	2.267.610,51	TOTAL.....	111.346.287,71
DEFICIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	109.078.677,20	DESPESA CAPITAL	
TOTAL.....	111.346.287,71	INVESTIMENTOS	597.134,84
		AMORTIZACAO DA DIVIDA	35.345,54
RECEITAS DE CAPITAL		SOMA.....	632.480,38
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	2.006.825,30	TOTAL.....	111.978.768,09
SOMA.....	2.006.825,30		
DEFICIT	107.704.332,28		
TOTAL.....	111.978.768,09		

RESUMO

RECEITAS CORRENTES.....	2.267.610,51	DESPESAS CORRENTES.....	111.346.287,71
RECEITAS DE CAPITAL.....	2.006.825,30	DESPESAS DE CAPITAL.....	632.480,38
DEFICIT.....	107.704.332,28	SUPERAVIT.....	0,00
TOTAL.....	111.978.768,09	TOTAL.....	111.978.768,09

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

IRANY BERNARDES DE SOUZA
PRESIDENTE
CPF: 402.259.520/00

BAYARD PASCHOA PEREIRA
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 392.946.410/15

MARCO ANTONIO BRENTANO
COORDENADOR FINANCEIRO - CONTADOR
CRCRS N. 33088
CPF: 173.020.130/04

ARMANDO REGO DESESSARDS
CHEFE DO NÚCLEO DE CONTABILIDADE
CRCRS N. 9450
CPF: 005.591.210/91

EXERCÍCIO DE 2010

FUND DE ATENDIMENTO SOCIO EDUCATIVO DO RS

RFPE006/00001

ANEXO N.6

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES

R$

ÓRGÃO: 58 - FUNDACAO DE ATENDIMENTO SOCIO-EDUCATIVO DO RIO GRANDE DO SUL

U.O.: 58.01 - FUNDACAO DE ATENDIMENTO SOCIO-EDUCATIVO DO RIO GRANDE DO SUL

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
08	ASSISTENCIA SOCIAL	3.024.516,67	92.759.584,75	95.784.101,42
08.0122	ADMINISTRACAO GERAL		72.811.332,08	72.811.332,08
08.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		72.811.332,08	72.811.332,08
08.0243	ASSIT.CRIANCA/ADOLESCENTE	3.024.516,67	19.948.252,67	22.972.769,34
08.0243.0300	PROGRAMA DE ATENCAO A JUVENTUDE	3.024.516,67	19.948.252,67	22.972.769,34
	TOTAL DA U.O. =>	3.024.516,67	92.759.584,75	95.784.101,42

U.O.: 58.33 - ENCARGOS GERAIS DA FUNDACAO DE ATENDIMENTO SOCIO-EDUCATIVO DO RIO GRANDE DO SUL

08	ASSISTENCIA SOCIAL		16.188.214,11	16.188.214,11
08.0061	ACAO JUDICIARIA		8.017.639,18	8.017.639,18
08.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS		8.017.639,18	8.017.639,18
08.0122	ADMINISTRACAO GERAL		8.135.229,39	8.135.229,39
08.0122.0335	OPERACOES ESPECIAIS		8.135.229,39	8.135.229,39
08.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS		35.345,54	35.345,54
08.0846.0335	OPERACOES ESPECIAIS		35.345,54	35.345,54
11	TRABALHO		6.452,56	6.452,56
11.0061	ACAO JUDICIARIA		6.452,56	6.452,56
11.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS		6.452,56	6.452,56
	TOTAL DA U.O. =>		16.194.666,67	16.194.666,67
	TOTAL DO ÓRGÃO =>	3.024.516,67	108.954.251,42	111.978.768,09

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

IRANY BERNARDES DE SOUZA
PRESIDENTE
CPF: 402.259.920/00

BAYARD PASCHOA PEREIRA
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 392.946.410/15

MARCO ANTONIO BRENTANO
COORDENADOR FINANCEIRO - CONTADOR
CRCRS N. 33088
CPF: 173.020.130/04

ARMANDO REGO DESESSARDS
CHEFE DO NÚCLEO DE CONTABILIDADE
CRCRS N. 9450
CPF: 005.591.210/91

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES

ANEXO N. 7
R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
08	ASSISTENCIA SOCIAL	3.024.516,67	108.947.798,86	111.972.315,53
08.0061	ACAO JUDICIARIA		8.017.639,18	8.017.639,18
08.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS		8.017.639,18	8.017.639,18
08.0122	ADMINISTRACAO GERAL		80.946.561,47	80.946.561,47
08.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		72.811.332,08	72.811.332,08
08.0122.0335	OPERACOES ESPECIAIS		8.135.229,39	8.135.229,39
08.0243	ASSIT.CRIANCA/ADOLESCENTE	3.024.516,67	19.948.252,67	22.972.769,34
08.0243.0300	PROGRAMA DE ATENCAO A JUVENTUDE	3.024.516,67	19.948.252,67	22.972.769,34
08.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS		35.345,54	35.345,54
08.0846.0335	OPERACOES ESPECIAIS		35.345,54	35.345,54
11	TRABALHO		6.452,56	6.452,56
11.0061	ACAO JUDICIARIA		6.452,56	6.452,56
11.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS		6.452,56	6.452,56
	TOTAL GERAL =>	3.024.516,67	108.954.251,42	111.978.768,09

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

IRANY BERNARDES DE SOUZA
PRESIDENTE
CPF: 402.259.920/00

BAYARD PASCHOA PEREIRA
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 392.946.410/15

MARCO ANTONIO BRENTANO
COORDENADOR FINANCEIRO - CONTADOR
CRCRS N. 33088
CPF: 173.020.130/04

ARMANDO REGO DESESSARDS
CHEFE DO NÚCLEO DE CONTABILIDADE
CRCRS N. 9450
CPF: 005.591.210/91

EXERCÍCIO DE 2010 | FUND DE ATENDIMENTO SOCIO EDUCATIVO DO RS | RFPE029/00001

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS | ANEXO N.8

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
08	ASSISTENCIA SOCIAL	111.666.267,17	306.048,36	111.972.315,53
08.0061	ACAO JUDICIARIA	8.017.639,18		8.017.639,18
08.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS	8.017.639,18		8.017.639,18
08.0122	ADMINISTRACAO GERAL	80.799.899,52	146.661,95	80.946.561,47
08.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	72.664.670,13	146.661,95	72.811.332,08
08.0122.0335	OPERACOES ESPECIAIS	8.135.229,39		8.135.229,39
08.0243	ASSIT.CRIANCA/ADOLESCENTE	22.813.382,93	159.386,41	22.972.769,34
08.0243.0300	PROGRAMA DE ATENCAO A JUVENTUDE	22.813.382,93	159.386,41	22.972.769,34
08.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	35.345,54		35.345,54
08.0846.0335	OPERACOES ESPECIAIS	35.345,54		35.345,54
11	TRABALHO	6.452,56		6.452,56
11.0061	ACAO JUDICIARIA	6.452,56		6.452,56
11.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS	6.452,56		6.452,56
	TOTAL GERAL =>	111.672.719,73	306.048,36	111.978.768,09

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

IRANY BERNARDES DE SOUZA
PRESIDENTE
CPF: 402.259.920/00

BAYARD PASCHOA PEREIRA
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 392.946.410/15

MARCO ANTONIO BRENTANO
COORDENADOR FINANCEIRO - CONTADOR
CRCRS N. 33088
CPF: 173.020.130/04

ARMANDO REGO DESESSARDS
CHEFE DO NÚCLEO DE CONTABILIDADE
CRCRS N. 9450
CPF: 005.591.210/91

EXERCÍCIO DE 2010 — FUND DE ATENDIMENTO SOCIO EDUCATIVO DO RS — RFPE025/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃO E FUNÇÕES — ANEXO N.9

R$

FUNÇÕES	ASSISTENCIA SOCIAL	TRABALHO	TOTAL
ÓRGÃOS			
PODER LEGISLATIVO			
PODER JUDICIARIO			
MINISTERIO PUBLICO			
DEFENSORIA PUBLICA			
PODER EXECUTIVO			
FUNDACAO DE ATENDIMENTO SOCIO-EDUCATIVO DO RIO GRANDE DO SUL	111.972.315,53	6.452,56	111.978.768,09
SOMA.....	111.972.315,53	6.452,56	111.978.768,09
TOTAL.....	111.972.315,53	6.452,56	111.978.768,09

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

IRANY BERNARDES DE SOUZA
PRESIDENTE
CPF: 402.259.920/00

BAYARD PACHOA PEREIRA
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 392.946.410/68

MARCO ANTONIO BRENTANO
COORDENADOR FINANCEIRO - CONTADOR
CRCRS N. 33088
CPF: 173.020.130/04

ARMANDO REGO DESESSARDS
CHEFE DO NÚCLEO DE CONTABILIDADE
CRCRS N. 9450
CPF: 005.591.210/91

EXERCÍCIO DE 2010 — FUND DE ATENDIMENTO SOCIO EDUCATIVO DO RS — RFPE023/00001

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA — ANEXO N. 10

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
1000.00.00.0000	RECEITAS CORRENTES	609.000,00	2.267.610,51	1.658.610,51
1300.00.00.0000	RECEITA PATRIMONIAL	178.000,00	327.990,84	149.990,84
1310.00.00.0000	RECEITAS IMOBILIARIAS	0,00	1.991,27	1.991,27
1311.00.00.0000	ALUGUEIS	0,00	1.991,27	1.991,27
1311.99.00.0000	OUTROS ALUGUEIS	0,00	1.991,27	1.991,27
1311.99.99.0000	DIVERSOS ALUGUEIS	0,00	1.991,27	1.991,27
1320.00.00.0000	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	178.000,00	325.999,57	147.999,57
1325.00.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	178.000,00	325.999,57	147.999,57
1325.01.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS DE RECURSOS VINCULADOS	168.000,00	313.787,90	145.787,90
1325.01.99.0000	DIVERSAS REMUNERACOES DE DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS	168.000,00	313.787,90	145.787,90
1325.02.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITO DE RECURSOS NAO VINCULADOS	10.000,00	12.211,67	2.211,67
1325.02.99.0000	DIVERSAS REMUNERACOES DE DEPOSITOS BANCARIOS NAO VINCULADOS	10.000,00	12.211,67	2.211,67
1500.00.00.0000	RECEITA INDUSTRIAL	5.000,00	14.082,50	9.082,50
1520.00.00.0000	RECEITA DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	5.000,00	14.082,50	9.082,50
1520.99.00.0000	OUTRAS RECEITAS DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	5.000,00	14.082,50	9.082,50
1520.99.01.0000	OUTRAS RECEITAS DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	5.000,00	14.082,50	9.082,50
1700.00.00.0000	TRANSFERENCIAS CORRENTES	320.000,00	1.098.213,24	778.213,24
1720.00.00.0000	TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	120.000,00	82.928,42	37.071,58-
1723.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DOS MUNICIPIOS	120.000,00	82.928,42	37.071,58-
1723.01.00.0000	TRANSFERENCIA DOS MUNICIPIOS - SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS	120.000,00	82.928,42	37.071,58-
1723.01.99.0000	DIVERSAS TRANSFERENCIA DOS MUNICIPIOS - SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS	120.000,00	82.928,42	37.071,58-
1760.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	200.000,00	1.015.284,82	815.284,82
1761.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO E DE SUAS ENTIDADES	200.000,00	1.015.284,82	815.284,82
1761.99.00.0000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	200.000,00	1.015.284,82	815.284,82
1761.99.99.0000	DIVERSAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	200.000,00	1.015.284,82	815.284,82
1900.00.00.0000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	106.000,00	827.323,93	721.323,93
1910.00.00.0000	MULTAS E JUROS DE MORA	2.000,00	1.838,00	162,00-
1919.00.00.0000	MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	2.000,00	1.838,00	162,00-
1919.99.00.0000	OUTRAS MULTAS	2.000,00	1.838,00	162,00-
1919.99.99.0000	DIVERSAS MULTAS E JUROS DE MORA	2.000,00	1.838,00	162,00-
1920.00.00.0000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	49.000,00	128.622,63	79.622,63
1921.00.00.0000	INDENIZACOES	4.000,00	3.166,32	833,68-
1921.99.00.0000	OUTRAS INDENIZACOES	4.000,00	3.166,32	833,68-
1921.99.99.0000	DIVERSAS INDENIZACOES	4.000,00	3.166,32	833,68-
1922.00.00.0000	RESTITUICOES	45.000,00	125.456,31	80.456,31
1922.99.00.0000	OUTRAS RESTITUICOES	45.000,00	125.456,31	80.456,31
1922.99.99.0000	DIVERSAS RESTITUICOES	45.000,00	125.456,31	80.456,31
1990.00.00.0000	RECEITAS DIVERSAS	55.000,00	696.863,30	641.863,30
1990.98.00.0000	OUTRAS RECEITAS EVENTUAIS	15.000,00	4.805,92	10.194,08-
1990.98.99.0000	DIVERSAS RECEITAS EVENTUAIS	15.000,00	4.805,92	10.194,08-
1990.99.00.0000	OUTRAS RECEITAS	40.000,00	692.057,38	652.057,38
1990.99.02.0000	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR DE RECURSOS NAO VINCULADOS	0,00	668.729,58	668.729,58
1990.99.03.0000	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR DE RECURSOS VINCULADOS - SAUDE	0,00	2.027,80	2.027,80
1990.99.99.0000	OUTRAS RECEITAS DIVERSAS	40.000,00	21.300,00	18.700,00-
2000.00.00.0000	RECEITAS DE CAPITAL	13.040.000,00	2.006.825,30	11.033.174,70-
2400.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	13.040.000,00	2.006.825,30	11.033.174,70-
2420.00.00.0000	TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	40.000,00	6.825,30	33.174,70-
2423.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DOS MUNICIPIOS	40.000,00	6.825,30	33.174,70-
2423.01.00.0000	TRANSFERENCIAS DOS MUNICIPIOS PARA PROGRAMAS DE SAUDE	40.000,00	6.825,30	33.174,70-
2423.01.99.0000	TRANSFERENCIAS DOS MUNICIPIOS PARA PROGRAMAS DE SAUDE	40.000,00	6.825,30	33.174,70-
2470.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	13.000.000,00	2.000.000,00	11.000.000,00-
2471.00.00.0000	TRANSFERENCIA DE CONVENIOS DA UNIAO E DE SUAS ENTIDADES	13.000.000,00	2.000.000,00	11.000.000,00-
2471.99.00.0000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	13.000.000,00	2.000.000,00	11.000.000,00-
2471.99.99.0000	DIVERSAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	13.000.000,00	2.000.000,00	11.000.000,00-
TOTAL		13.649.000,00	4.274.435,81	9.374.564,19-

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

EXERCÍCIO DE 2010

FUND DE ATENDIMENTO SOCIO EDUCATIVO DO RS

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA

RFPE023/00002

ANEXO N. 10

R$

IRANY BERNARDES DE SOUZA
PRESIDENTE
CPF: 402.259.920/00

BAYARD PASCHOA PEREIRA
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 392.946.410/15

MARCO ANTONIO BRENTANO
COORDENADOR FINANCEIRO - CONTADOR
CRCRS N. 33688
CPF: 173.026.130/04

ARMANDO REGO DESESSARDS
CHEFE DO NÚCLEO DE CONTABILIDADE
CRCRS N. 9450
CPF: 005.591.210/91

EXERCÍCIO DE 2010 — FUND DE ATENDIMENTO SOCIO EDUCATIVO DO RS — RFPE026/00001

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA — ANEXO N.11

R$

TÍTULOS		DESPESA CORRENTE	DESPESA DE CAPITAL	TOTAL
FUNDACAO DE ATENDIMENTO SOCIO-EDUCATIVO DO RIO GRANDE DO SUL				
	DESPESA FIXADA	97.866.517,00	16.240.000,00	114.106.517,00
	CRÉDITOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00
	CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00
	SUPLEMENTAÇÕES	30.431.115,91	4.529.551,70	34.960.667,61
	REDUÇÕES	4.568.158,43	1.070.130,95	5.638.289,38
	DESPESA AUTORIZADA	123.729.474,48	19.699.420,75	143.428.895,23
	DESPESA REALIZADA	111.346.287,71	632.480,38	111.978.768,09
	DIFERENÇA	12.383.186,77	19.066.940,37	31.450.127,14
TOTAL GERAL				
	DESPESA FIXADA			114.106.517,00
	CRÉDITOS ESPECIAIS			0,00
	CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS			0,00
	SUPLEMENTAÇÕES			34.960.667,61
	REDUÇÕES			5.638.289,38
	DESPESA AUTORIZADA			143.428.895,23
	DESPESA REALIZADA			111.978.768,09
	DIFERENÇA			31.450.127,14

CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS CONSIDERADOS PELO SEU VALOR DE ABERTURA, ESTANDO AS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES COMPUTADAS NAS SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES.

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010.

IRANY BERNARDES DE SOUZA
PRESIDENTE
CPF: 402.259.920/68

BAYARD PASCHOA PEREIRA
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 392.946.410/15

MARCO ANTONIO BRENTANO
COORDENADOR FINANCEIRO - CONTADOR
CRCRS N. 33088
CPF: 173.020.130/04

ARMANDO REGO DESESSARDS
CHEFE DO NÚCLEO DE CONTABILIDADE
CRCRS N. 9450
CPF: 005.591.210/91

R$

R E C E I T A

TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES			
RECEITA PATRIMONIAL	178.000,00	327.990,84	149.990,84
RECEITA INDUSTRIAL	5.000,00	14.082,50	9.082,50
TRANSFERENCIAS CORRENTES	320.000,00	1.098.213,24	778.213,24
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	106.000,00	827.323,93	721.323,93
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	609.000,00	2.267.610,51	1.658.610,51
RECEITAS DE CAPITAL			
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	13.040.000,00	2.006.825,30	11.033.174,70-
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	13.040.000,00	2.006.825,30	11.033.174,70-
SOMA	13.649.000,00	4.274.435,81	9.374.564,19-
DEFICIT DE PREVISÃO	129.779.895,23	107.704.332,28	22.075.562,95-
TOTAL	143.428.895,23	111.978.768,09	31.450.127,14-

D E S P E S A

TÍTULOS	AUTORIZAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
CRÉDITOS ORDINÁRIOS (1)	143.428.895,23	111.978.768,09	31.450.127,14-
CRÉDITOS ESPECIAIS (2)	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS (2)	0,00	0,00	0,00
SOMA	143.428.895,23	111.978.768,09	31.450.127,14-
TOTAL	143.428.895,23	111.978.768,09	31.450.127,14-

(1) DOTAÇÕES ORIGINAIS COM SUAS SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES
(2) DOTAÇÕES CRIADAS NO DECORRER DO EXERCÍCIO E ALTERAÇÕES

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

IRANY BERNARDES DE SOUZA
PRESIDENTE
CPF: 402.259.920/00

BAYARD PASCHOA PEREIRA
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 392.946.410/15

MARCO ANTONIO BRENTANO
COORDENADOR FINANCEIRO - CONTADOR
CRCRS N. 33088
CPF: 173.020.130/04

ARMANDO REGO DESESSARDS
CHEFE DO NÚCLEO DE CONTABILIDADE
CRCRS N. 9450
CPF: 005.591.210/91

BALANÇO FINANCEIRO

ANEXO N. 13

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
RECEITA ORÇAMENTARIA		DESPESA ORÇAMENTARIA	
RECEITAS CORRENTES		ASSISTENCIA SOCIAL	111.972.315,53
RECEITA PATRIMONIAL	327.990,84	TRABALHO	6.452,56
RECEITA INDUSTRIAL	14.082,50	SOMA.....	111.978.768,09
TRANSFERENCIAS CORRENTES	1.098.213,24		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	827.323,93	DESPESA EXTRA-ORÇAMENTARIA	
SOMA.....	2.267.610,51	REALIZAVEL	319.475,95
RECEITAS DE CAPITAL		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	24.222.433,36
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	2.006.825,30	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	33.466.251,55
SOMA.....	2.006.825,30	SERVICO DA DIVIDA A PAGAR	4.065,55
TOTAL.....	4.274.435,81	DEPOSITOS	21.248.375,06
		DIVERSOS	12.106,01
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA		SOMA.....	79.272.707,48
REALIZAVEL	146.248,12	TOTAL.....	191.251.475,57
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	11.015.309,62	VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO	
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	2.891,40	BAIXA DE SALDOS BANCÁRIOS	
SERVICO DA DIVIDA A PAGAR	7.043,94	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS INTRAGOVERNAMENTAIS	
DEPOSITOS	21.382.104,99	SOMA.....	0,00
DIVERSOS	12.772,47		
SOMA.....	32.566.370,54	SALDOS PARA O EXERCICIO SEGUINTE	
TOTAL.....	36.840.806,35	CAIXA	0,00
		BANCOS C/DISPOSICAO	31.920,06
VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO		APLICACOES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	56.625,88
BAIXA DE PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR E A LIQUIDAR	47.979.853,81	APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	197.588,35
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS INTRAGOVERNAMENTAIS	108.832.140,64	BANCOS, C/VINCULADAS	4.519.837,42
SOMA.....	156.811.994,45	SOMA.....	4.805.971,71
SALDOS DO EXERCICIO ANTERIOR			
CAIXA	0,00		
BANCOS C/DISPOSICAO	152.593,44		
APLICACOES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	69.460,68		
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	197.898,93		
BANCOS, C/VINCULADAS	1.984.693,43		
SOMA.....	2.404.646,48		
TOTAL.....	196.057.447,28	TOTAL.....	196.057.447,28

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

IRANY BERNARDES DE SOUZA
PRESIDENTE
CPF: 402.259.920/00

BAYARD PASCHOA PEREIRA
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 392.946.410/15

MARCO ANTONIO BRENTANO
COORDENADOR FINANCEIRO - CONTADOR
CRCRS N. 33088
CPF: 173.020.130/04

ARMANDO RESO DESESSARDS
CHEFE DO NUCLEO DE CONTABILIDADE
CRCRS N. 9450
CPF: 005.591.210/91

EXERCÍCIO DE 2010 | FUND DE ATENDIMENTO SOCIO EDUCATIVO DO RS | RFPE032/00001

BALANÇO PATRIMONIAL | ANEXO N. 14

ATIVO

TÍTULOS	R$
ATIVO FINANCEIRO	
DISPONÍVEL	
BANCOS C/DISPOSICAO	31.920,06
APLICACOES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	56.625,88
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	197.588,35
SOMA.....	286.134,29
VINCULADO EM CONTA CORRENTE BANCÁRIA	
BANCOS, C/VINCULADAS	4.519.837,42
SOMA.....	4.519.837,42
REALIZÁVEL	
DEVEDORES	21.385,34
DEPOSITOS JUDICIAIS	7.222.406,16
SOMA.....	7.243.791,50
TOTAL.....	12.049.763,21
ATIVO PERMANENTE	
BENS DA ENTIDADE	
BENS MOVEIS	4.753.663,54
BENS IMOVEIS	11.258.697,59
BENS DE NATUREZA INDUSTRIAL	1.558,39
SOMA.....	16.013.919,52
PARTICIPAÇÕES	
PARTICIPACOES SOCIETARIAS EM EMPRESAS SOB CONTROLE DO ESTADO	8.727,03
SOMA.....	8.727,03
CRÉDITOS	
CREDITOS POR PAGAMENTOS INDEVIDOS	16.081,52
DEVEDORES PELO REEMBOLSO DE PROVENTOS	122.999,04
SOMA.....	139.080,56
DIVERSOS	
BENS CREDITOS E VALORES EM FASE DE AQUISICAO OU FORMACAO	190,00
ALMOXARIFADOS	1.254.917,42
SOMA.....	1.255.107,42
TOTAL.....	17.416.834,53
SOMA DO ATIVO REAL	29.466.597,74
SALDO PATRIMONIAL	
SITUAÇÃO LÍQUIDA	
PASSIVO REAL DESCOBERTO	41.583.417,50
SOMA.....	71.050.015,24
ATIVO COMPENSADO	
VALORES EM PODER DE TERCEIROS	
RESPONSAVEIS POR DEPOSITOS JUDICIAIS	2.585.327,53
RESPONSAVEIS POR ADIANTAMENTOS	249.063,54
RESPONSAVEIS POR ALMOXARIFADOS	1.254.917,42
RESPONSAVEIS PELA GUARDA DE BENS DA ENTIDADE	690.578,33
RESPONSAVEIS POR DIARIAS	4.984,55
RESPONSAVEIS POR ADIANTAMENTOS DE NUMERARIO DE DIARIAS	40.997,72
SOMA.....	4.825.869,09
VALORES DE TERCEIROS	
RESPONSAVEIS P/VALORES EM CONSIGNACAO	4.316,00
SOMA.....	4.316,00
VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS	
RESPONSAVEIS POR AUXILIOS	0,04
RESPONSAVEIS PELA EXECUCAO DE CONVENIOS	2.091.059,25
ATUALIZACOES DE PRECATORIOS	24.101.706,24
PROCESSOS JUDICIAIS	16.078.274,51
SOMA.....	42.271.040,04
TOTAL.....	47.101.225,13
TOTAL GERAL.....	118.151.240,37

PASSIVO

TÍTULOS	R$
PASSIVO FINANCEIRO	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	238.942,73
CONVENIOS E REPASSES SUJEIROS A COMPROVACAO	302.380,78
INDENIZACOES E RESTITUICOES A PAGAR	2.760,52
FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	4.045.157,14
PIS E PASEP A RECOLHER	140.471,38
CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	24.094,78
PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR	2.908.435,99
DIARIAS A PAGAR	55,08
FGTS A RECOLHER	746.721,04
FORNECEDORES DE BENS E SERVICOS CONTINUOS	548.059,63
DIARIAS VENCIDAS A PAGAR	1.444,30
DESPESAS DE PEQUENO VALOR - LIMITE ART. 24, II, LEI 8666/93	69.799,59
REQUISICAO DE PEQUENO VALOR A PAGAR	94.336,45
REQUISICAO DE PEQUENO VALOR A PAGAR - INDENIZ TRABALHISTAS	60.428,04
SOMA.....	9.183.087,45
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	437.183,61
DESPESAS DE PEQUENO VALOR-LIMITE ART. 24, II, DA LEI 8666/93	2.891,40
SENTENCAS JUDICIAIS A PAGAR	2.263.491,88
SOMA.....	2.703.566,89
SERVIÇO DA DÍVIDA À PAGAR	
SERVICO DO PARCELAMENTO DE DEBITOS PREVIDENCIARIOS	7.043,94
SOMA.....	7.043,94
DEPÓSITOS	
DEPOSITOS	1.063.456,28
SOMA.....	1.063.456,28
DIVERSOS	
OUTROS CREDORES	10.873,35
SOMA.....	10.873,35
TOTAL.....	12.968.027,91
PASSIVO PERMANENTE	
DÍVIDA FUNDADA INTERNA	
DEBITOS PARCELADOS	2.360.047,38
PRECATORIOS JUDICIAIS - EC 62/2009	55.721.939,95
SOMA.....	58.081.987,33
TOTAL.....	58.081.987,33
SOMA DO PASSIVO REAL	71.050.015,24
PASSIVO COMPENSADO	
CONTRAPARTIDA DE VALORES EM PODER DE TERCEIROS	
DEPOSITOS JUDICIAIS EM PODER DE TERCEIROS	2.585.327,53
ADIANTAMENTOS A COMPROVAR	249.063,54
VALORES EM GUARDA NOS ALMOXARIFADOS	1.254.917,42
BENS DA ENTIDADE EM PODER DE TERCEIROS	690.578,33
DIARIAS A COMPROVAR	4.984,55
ADIANTAMENTOS DE NUMERARIO DE DIARIAS A COMPROVAR	40.997,72
SOMA.....	4.825.869,09
CONTRAPARTIDA DE VALORES DE TERCEIROS	
RESPONSABILIDADES P/VALORES EM CONSIGNACAO	4.316,00
SOMA.....	4.316,00
CONTRAPARTIDA DE VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS	
AUXILIOS A COMPROVAR	0,04
CONVENIOS EM EXECUCAO	2.091.059,25
ATUALIZACOES DE PRECATORIOS A PAGAR	24.101.706,24
ACOES JUDICIAIS	16.078.274,51
SOMA.....	42.271.040,04
TOTAL.....	47.101.225,13
TOTAL GERAL.....	118.151.240,37

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

EXERCÍCIO DE 2010 | FUND DE ATENDIMENTO SOCIO EDUCATIVO DO RS | RFPE032/00002

BALANÇO PATRIMONIAL | ANEXO N. 14

ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$

IRANY BERNARDES DE SOUZA
PRESIDENTE
CPF: 402.259.920/00

BAYARD PASCHOA PEREIRA
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 392.946.410/15

MARCO ANTONIO BRENTANO
COORDENADOR FINANCEIRO - CONTADOR
CRCRS N. 33088
CPF: 173.020.130/04

ARMANDO RICO DESESSARDS
CHEFE DO NÚCLEO DE CONTABILIDADE
CRCRS N. 9450
CPF: 006.591.210/91

EXERCÍCIO DE 2010 | FUND DE ATENDIMENTO SOCIO EDUCATIVO DO RS | RFPE033/00001

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS | ANEXO N. 15

VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
RECEITAS CORRENTES		DESPESAS CORRENTES	
RECEITA PATRIMONIAL	327.990,84	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	83.597.321,42
RECEITA INDUSTRIAL	14.082,50	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	27.748.966,29
TRANSFERENCIAS CORRENTES	1.098.213,24	SOMA.....	111.346.287,71
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	827.323,93	DESPESAS DE CAPITAL	
SOMA.....	2.267.610,51	INVESTIMENTOS	597.134,84
RECEITAS DE CAPITAL		AMORTIZACAO DA DIVIDA	35.345,54
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	2.006.825,30	SOMA.....	632.480,38
SOMA.....	2.006.825,30	TOTAL.....	111.978.768,09
DEDUÇÕES RECEITAS CORRENTES	0,00	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	
TOTAL.....	4.274.435,81	SOMA.....	0,00
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS		INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
AMORTIZACAO DE DEBITOS PARCELADOS	35.345,54	VARIAÇÕES PASSIVAS	
REGISTRO DE BENS CRED E VAL EM FASE DE AQUISICAO OU FORMACAO	190,00	INSCRICAO DE DEBITOS PARCELADOS - PRINCIPAL E ATUALIZACAO	239.990,44
CONSTRUCAO OU AQUISICAO DE BENS MOVEIS	338.228,54	BAIXA DE PARTICIPACOES SOC EM EMPR S/CONTROLE DO ESTADO	2.805,03
CONSTRUCAO OU AQUISICAO DE BENS IMOVEIS	198.716,30	TRANSFERENCIAS INTRAPATRIMONIAIS	356.932,86
SOMA.....	572.480,38	BAIXA DE BENS MOVEIS	476.611,23
INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		BAIXA DE BENS IMOVEIS	10,80
VARIAÇÕES ATIVAS		INSCRICAO DE PRECATORIOS JUDICIAIS - EC 62/2009	55.721.939,95
TRANSFERENCIAS INTRAPATRIMONIAIS	356.932,86	BAIXA DE BENS DE ALMOXARIFADO	846.030,25
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	37.309,68	SOMA.....	57.644.320,56
INCORPORACAO DE BENS DE ALMOXARIFADO	1.410.672,81	VARIAÇÕES PASSIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO PATRIMÔNIO FINANCEIRO	
SOMA.....	1.804.915,35	SOMA.....	0,00
VARIAÇÕES ATIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO PATRIMÔNIO FINANCEIRO		TOTAL.....	169.623.088,65
BAIXA DE PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR E A LIQUIDAR	47.979.853,81		
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS INTRAGOVERNAMENTAIS	108.832.140,64		
SOMA.....	156.811.994,45		
TOTAL.....	163.463.825,99		
RESULTADO PATRIMONIAL			
DEFICIT VERIFICADO	6.159.262,66		
TOTAL.....	169.623.088,65	TOTAL.....	169.623.088,65

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

IRANY BERNARDES DE SOUZA
PRESIDENTE
CPF: 402.259.920/00

BAYARD PASCHOA PEREIRA
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 392.946.410/15

MARCO ANTONIO BRENTANO
COORDENADOR FINANCEIRO - CONTADOR
CRCRS N. 33088
CPF: 173.020.130/04

ARMANDO REGO DESESSARDS
CHEFE DO NÚCLEO DE CONTABILIDADE
CRCRS N. 9450
CPF: 005.591.210/91

EXERCÍCIO DE 2010 — FUND DE ATENDIMENTO SOCIO EDUCATIVO DO RS — RFPE034/00001

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE — ANEXO N.17

R$

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	103.663,88-	2.043.900,77	1.908.621,92	238.942,73-
CONVENIOS E REPASSES SUJEIROS A COMPROVACAO	0,00	302.380,78	0,00	302.380,78-
INDENIZACOES E RESTITUICOES A PAGAR	5.014,17-	1.818,00	4.071,65	2.760,52-
FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	3.130.894,93-	4.013.323,95	3.099.061,74	4.045.157,14-
PIS E PASEP A RECOLHER	81.311,16-	140.471,38	81.311,16	140.471,38-
CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	17.228,87-	23.610,22	16.744,31	24.094,78-
PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR	16.517.232,37-	2.908.435,99	16.517.232,37	2.908.435,99-
DIARIAS A PAGAR	55,08-	0,00	0,00	55,08-
FGTS A RECOLHER	537.000,10-	746.682,92	536.961,98	746.721,04-
FORNECEDORES DE BENS E SERVICOS CONTINUOS	1.881.585,66-	561.809,22	1.895.335,25	548.059,63-
DIARIAS VENCIDAS A PAGAR	2.767,03-	1.675,51	2.998,24	1.444,30-
DESPESAS DE PEQUENO VALOR - LIMITE ART. 24, II, LEI 8666/93	62.586,13-	149.044,18	141.830,72	69.799,59-
REQUISICAO DE PEQUENO VALOR A PAGAR	36.263,86-	61.728,66	3.656,07	94.336,45-
REQUISICAO DE PEQUENO VALOR A PAGAR - INDENIZ TRABALHISTAS	14.607,95-	60.428,04	14.607,95	60.428,04-
SUBTOTAL.....	22.390.211,19-	11.015.309,62	24.222.433,36	9.183.087,45-
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	2.316.164,91-	0,00	1.878.981,30	437.183,61-
PRECATORIOS JUDICIAIS A LIQUIDAR	31.462.621,44-	0,00	31.462.621,44	0,00
FORNECEDORES DE BENS E SERVICOS CONTINUOS	42.970,43-	0,00	42.970,43	0,00
DIARIAS VENCIDAS A LIQUIDAR	231,21-	0,00	231,21	0,00
DESPESAS DE PEQUENO VALOR-LIMITE ART. 24, II, DA LEI 8666/93	81.447,17-	2.891,40	81.447,17	2.891,40-
SENTENCAS JUDICIAIS A PAGAR	2.263.491,88-	0,00	0,00	2.263.491,88-
SUBTOTAL.....	36.166.927,04-	2.891,40	33.466.251,55	2.703.566,89-
SERVICO DA DIVIDA A PAGAR				
SERVICO DO PARCELAMENTO DE DEBITOS PREVIDENCIARIOS	0,00	7.043,94	0,00	7.043,94-
SERVICO DA DIVIDA FUNDADA INTERNA - CONTRATOS	4.065,55-	0,00	4.065,55	0,00
SUBTOTAL.....	4.065,55-	7.043,94	4.065,55	7.043,94-
DEPOSITOS				
DEPOSITOS	929.726,35-	21.382.104,99	21.248.375,06	1.063.456,28-
SUBTOTAL.....	929.726,35-	21.382.104,99	21.248.375,06	1.063.456,28-
DIVERSOS				
OUTROS CREDORES	10.206,89-	12.772,47	12.106,01	10.873,35-
SUBTOTAL.....	10.206,89-	12.772,47	12.106,01	10.873,35-
TOTAL.....	59.501.137,02-	32.420.122,42	78.953.231,53	12.968.027,91-

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

IRANY BERNARDES DE SOUZA
PRESIDENTE
CPF: 402.259.920/00

BAYARD PASCHOA PEREIRA
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 392.946.410/49

MARCO ANTONIO BRENTANO
COORDENADOR FINANCEIRO - CONTADOR
CRCRS N. 33088
CPF: 173.020.130/04

ARMANDO REGO DESESSARDS
CHEFE DO NÚCLEO DE CONTABILIDADE
CRCRS N. 9450
CPF: 005.591.210/91

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CAT. ECONÔMICA, GRUPO NAT. DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA
COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.0.00.00	DESPESA CORRENTE	111.346.287,71
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	83.597.321,42
3.1.90.00	APLICACOES DIRETAS	83.190.624,86
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	51.575.279,97
3.1.90.11.1102	VENCIMENTO, SALARIO E SUBSIDIO	28.521.262,39
3.1.90.11.1103	13- VENCIMENTO	4.073.532,67
3.1.90.11.1104	GRATIFICACOES	13.711.103,40
3.1.90.11.1105	VANTAGENS TEMPORAIS	3.312.776,06
3.1.90.11.1107	OUTRAS VANTAGENS	1.956.605,45
3.1.90.13	OBRIGACOES PATRONAIS	6.900.280,61
3.1.90.13.1302	SEGURO DE VIDA DE SERVIDORES	109.654,91
3.1.90.13.1303	PLANO DE SAUDE	919.510,71
3.1.90.13.1304	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA	144.097,42
3.1.90.13.1305	FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVICO - FGTS	5.569.968,67
3.1.90.13.1306	OUTRAS CONTRIBUICOES PATRONAIS	157.048,90
3.1.90.16	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS-PESSOAL CIVIL	16.690.972,54
3.1.90.16.1602	HORA EXTRA	15.624.005,52
3.1.90.16.1603	ABONO PECUNIARIO	1.066.967,02
3.1.90.91	SENTENCAS JUDICIAIS	8.024.091,74
3.1.90.91.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS	6.257.171,10
3.1.90.91.9103	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENÇAS JUDICIAIS - ISENTAS DE TRIBUTACAO	1.766.920,64
3.1.91.00	TRANSFERENCIA INTRAGOVERNAMENTAL	406.696,56
3.1.91.13	OBRIGACOES PATRONAIS	406.696,56
3.1.91.13.1301	CONTRIBUICAO AO IPERGS PARA ASSISTENCIA MEDICA	406.696,56
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	27.748.966,29
3.3.20.00	TRANSFERENCIAS A UNIAO	153.050,62
3.3.20.93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	153.050,62
3.3.20.93.9316	RESTITUICAO DE RECEITAS DA UNIAO	153.050,62
3.3.50.00	TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	2.595.124,16
3.3.50.43	SUBVENCOES SOCIAIS	2.595.124,16
3.3.50.43.4301	SUBVENCOES SOCIAIS	2.595.124,16
3.3.90.00	APLICACOES DIRETAS	25.000.791,51
3.3.90.08	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAS	371.647,62
3.3.90.08.0803	AUXILIO FUNERAL	4.820,00
3.3.90.08.0805	AUXILIO CRECHE	366.827,62
3.3.90.14	DIARIAS-CIVIL	250.455,76
3.3.90.14.1402	DIARIAS DE VIAGEM	116.388,33
3.3.90.14.1403	DIARIAS ESPECIAIS DE VIAGEM	39,63
3.3.90.14.1404	DIARIAS DE VIAGEM POR ADIANTAMENTO DE NUMERARIO	132.838,82
3.3.90.14.1407	DIARIAS DE VIAGEM PARA FORA DO ESTADO	1.188,98
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	2.091.557,61
3.3.90.30.3002	SINALIZACAO, IDENTIFICACAO E SEGURANCA	2.450,00
3.3.90.30.3003	ARTIGOS CIRURGICOS E LABORATORIAIS	32.498,09
3.3.90.30.3004	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	301.602,29
3.3.90.30.3005	FORRAGENS E OUTROS ALIMENTOS PARA ANIMAIS	7.500,00
3.3.90.30.3006	GENEROS PARA ALIMENTACAO	26.907,36
3.3.90.30.3008	ESPORTES E/OU RECREACAO	14.265,79
3.3.90.30.3009	MATERIAL DE EXPEDIENTE	55.375,40
3.3.90.30.3010	ACONDICIONAMENTO E/OU EMBALAGEM	34.205,00
3.3.90.30.3011	ALOJAMENTO, LAVANDERIA, COPA E/OU COZINHA	358.882,79
3.3.90.30.3013	MANUTENC, IDENTIFICAC, UTILIZAC E CONSERVAC DE BENS MOVEIS E EQUIPAMS	41.664,34
3.3.90.30.3014	MATERIAL DIDATICO	113.434,76
3.3.90.30.3018	PRODUTOS FARMACEUTICOS E ODONTOLOGICOS	150.537,77
3.3.90.30.3019	MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS	3.697,08
3.3.90.30.3021	VESTUARIO E/OU UNIFORME	405.434,21
3.3.90.30.3027	GAS DE COZINHA	139.282,80
3.3.90.30.3028	LIMPEZA E HIGIENE	157.544,11
3.3.90.30.3031	PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	36.345,75
3.3.90.30.3032	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	92.283,62
3.3.90.30.3033	CONSERVACAO DE VEICULOS	117.646,45
3.3.90.33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	270.179,22
3.3.90.33.3302	TRANSPORTE DE PESSOAL	24.451,43
3.3.90.33.3303	TRANSPORTE DE PRESOS E/OU INTERNADOS	238.462,48
3.3.90.33.3304	TRANSPORTE DE PESSOAL POR VIA AEREA	7.265,31
3.3.90.36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	5.000,00
3.3.90.36.3611	HONORARIOS	5.000,00
3.3.90.37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	1.450.360,08
3.3.90.37.3701	LIMPEZA E HIGIENE	129.322,26
3.3.90.37.3702	VIGILANCIA E/OU ZELADORIA	1.305.402,02
3.3.90.37.3704	SERVICOS TECNICOS	15.635,80
3.3.90.39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	19.528.904,58
3.3.90.39.3901	AGUA E ESGOTO	983.159,18
3.3.90.39.3903	ASSINATURA DE PERIODICOS E RECORTES	7.134,00
3.3.90.39.3916	DESPESAS PEQUENAS DE PRONTO PAGAMENTO	110.523,90
3.3.90.39.3918	ENERGIA ELETRICA	535.228,70
3.3.90.39.3921	LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	5.106,53
3.3.90.39.3923	PEDAGIOS	9.390,80
3.3.90.39.3924	PROCESSAMENTO DE DADOS	256.237,86
3.3.90.39.3926	SEGUROS	18.087,12
3.3.90.39.3927	ALIMENTACAO	4.000.013,71
3.3.90.39.3928	CARTORIO	88,88
3.3.90.39.3929	COMUNICACAO	20.135,19
3.3.90.39.3930	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	353.407,10
3.3.90.39.3931	CONSERVACAO DE BENS MOVEIS E EQUIPAMENTOS	94.615,67
3.3.90.39.3932	CONSERVACAO DE VEICULOS	131.311,21
3.3.90.39.3934	SERVICOS GRAFICOS	8.286,81
3.3.90.39.3935	ENSINO E TREINAMENTO	7.855,13
3.3.90.39.3936	ALIMENTACAO E/OU HOSPEDAGEM DE NAO SERVIDORES	742,20
3.3.90.39.3939	MEDICINA	913.803,85
3.3.90.39.3942	ESTAGIARIOS E MONITORES	119.155,41
3.3.90.39.3944	CARGA, DESCARGA, EMPACOTAMENTO E PESAGEM	6.660,00
3.3.90.39.3948	MULTAS	10.637,12
3.3.90.39.3950	CUSTAS JUDICIAIS	1.135,36
3.3.90.39.3953	ENCARGOS FUNERARIOS	1.444,00
3.3.90.39.3954	VISTORIA, INSPECAO, CLASSIFICACAO E AFERICAO	2.323,50
3.3.90.39.3956	REBOQUE	5.740,00
3.3.90.39.3964	CARTEIRAS FUNCIONAIS, CRACHAS E CARIMBOS	2.161,50
3.3.90.39.3978	TRANSPORTE DE NÃO SERVIDORES	147.860,27
3.3.90.39.3979	TELEFONIA FIXA	405.287,21

EXERCÍCIO DE 2010 — FUND DE ATENDIMENTO SOCIO EDUCATIVO DO RS — RFPE017/00002

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CAT. ECONÔMICA, GRUPO NAT. DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.3.90.39.3980	TELEFONIA MOVEL	16.304,98
3.3.90.39.3982	ARMAZENAGENS, FRETES E/OU CARRETOS	350,00
3.3.90.39.3983	AUXILIO TRANSPORTE	2.116.083,48
3.3.90.39.3985	AUXILIO-REFEICAO	9.238.633,91
3.3.90.47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	828.252,22
3.3.90.47.4701	CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - SERVICOS DE TERCEIROS	120.456,47
3.3.90.47.4702	PROGRAMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO-PASEP	706.504,30
3.3.90.47.4707	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	1.291,45
3.3.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	72.192,42
3.3.90.92.1402	DIARIAS DE VIAGEM	3.133,52
3.3.90.92.3031	PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	267,64
3.3.90.92.3032	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	3.078,00
3.3.90.92.3924	PROCESSAMENTO DE DADOS	61.057,09
3.3.90.92.3930	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	874,64
3.3.90.92.3942	ESTAGIARIOS E MONITORES	209,66
3.3.90.92.3948	MULTAS	1.605,33
3.3.90.92.3980	TELEFONIA MOVEL	1.811,54
3.3.90.92.9313	RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM ENSINO E TREINAMENTO	155,00
3.3.90.93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	132.242,00
3.3.90.93.9313	RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM ENSINO E TREINAMENTO	132.242,00
4.0.00.00	DESPESA CAPITAL	632.480,38
4.4.00.00	INVESTIMENTOS	597.134,84
4.4.50.00	TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	60.000,00
4.4.50.42	AUXILIOS	60.000,00
4.4.50.42.4202	AUXILIOS A ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	60.000,00
4.4.90.00	APLICACOES DIRETAS	537.134,84
4.4.90.51	OBRAS E INSTALACOES	198.716,30
4.4.90.51.5103	CONSTRUCAO OU AMPLIACAO DE PREDIOS OU OUTRAS OBRAS PUBLICAS	198.716,30
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	338.418,54
4.4.90.52.5205	EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E CIRURGICOS	5.161,20
4.4.90.52.5207	LABORATORIOS E/OU GABINETES MEDICOS OU ODONTOLOGICOS	900,00
4.4.90.52.5208	OFICINA, AJARDINAMENTO E CAMPO	18.691,40
4.4.90.52.5212	MAQUINAS, MOTORES E/OU APARELHOS	92.187,82
4.4.90.52.5214	MOBILIARIO EM GERAL	49.570,40
4.4.90.52.5217	VEICULOS DE TRACAO PESSOAL OU ANIMAL	11.000,00
4.4.90.52.5219	SEGURANCA E/OU PROTECAO	6.716,92
4.4.90.52.5220	TELECOMUNICACOES	6.774,00
4.4.90.52.5221	MOVEIS E/OU MATERIAIS PARA ALOJAMENTO	4.059,00
4.4.90.52.5222	SOM E/OU IMAGEM	33.998,80
4.4.90.52.5228	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	98.430,00
4.4.90.52.5231	EQUIPAMENTOS PARA ALOJAMENTO, LAVANDERIA, COPA E/OU COZINHA	10.929,00
4.6.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	35.345,54
4.6.90.00	APLICACOES DIRETAS	35.345,54
4.6.90.71	PRINCIPAL DA DIVIDA CONTRATUAL RESGATADO	28.485,45
4.6.90.71.7111	DEBITOS PARCELADOS - PASEP	28.485,45
4.6.90.77	PRINCIPAL CORRIGIDO DA DIVIDA CONTRATUALREFINANCIADO	6.860,09
4.6.90.77.7710	FUNDADA INTERNA - REFINANCIAMENTO CONTRATOS	6.860,09
	TOTAL GERAL ====>	111.978.768,09

* RESUMO *

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	=>	83.597.321,42
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	=>	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	=>	27.748.966,29
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	=>	111.346.287,71
INVESTIMENTOS	=>	597.134,84
INVERSÕES FINANCEIRAS	=>	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	=>	35.345,54
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	=>	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	=>	632.480,38
TOTAL GERAL	=>	111.978.768,09

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

IRANY BERNARDES DE SOUZA
PRESIDENTE
CPF: 402.259.920/00

BAYARD PASCHOA PEREIRA
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 392.946.410/15

MARCO ANTONIO BRENTANO
COORDENADOR FINANCEIRO - CONTADOR
CRCRS N. 33088
CPF: 173.020.130/04

ARMANDO REGO DESESSARDS
CHEFE DO NÚCLEO DE CONTABILIDADE
CRCRS N. 9450
CPF: 005.591.210/91

EXERCÍCIO DE 2010

FUND DE ATENDIMENTO SOCIO EDUCATIVO DO RS

RFPE039/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR ÓRGÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO POR FONTE DE RECURSO

R$

ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA							
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
58 FUNDACAO DE ATENDIMENTO SOCIO-EDUCATIVO DO RIO GRANDE DO SUL	83.597.321,42		27.748.966,29	597.134,84		35.345,54		111.978.768,09
TESOURO-LIVRES	80.695.337,99		27.499.174,53	501.492,48		35.345,54		108.731.350,54
PROPRIOS DA FUNDACAO			103.129,81	41.992,35				145.122,16
CONVENIOS			146.661,95	53.650,01				200.311,96
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO	2.901.983,43							2.901.983,43
TOTAL	83.597.321,42		27.748.966,29	597.134,84		35.345,54		111.978.768,09

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

IRANY BERNARDES DE SOUZA
PRESIDENTE
CPF: 402.359.920/00

BAYARD PASCHOA PEREIRA
DIRETOR ADMINISIRATIV
CPF: 392.946.410/

MARCO ANTONIO BRENTANO
COORDENADOR FINANCEIRO - CONTADOR
CRCRS N. 33088
CPF: 173.020.130/04

ARMANDO REGO DESESSARDS
CHEFE DO NÚCLEO DE CONTABILIDADE
CRCRS N. 5450
CPF: 005.591.210/91

EXERCÍCIO DE 2010

FUND DE ATENDIMENTO SOCIO EDUCATIVO DO RS

RFPE040/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR FUNCÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS FONTES DE RECURSO

R$

ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA							
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
08 ASSISTENCIA SOCIAL	83.590.868,86		27.748.966,29	597.134,84		35.345,54		111.972.315,53
TESOURO-LIVRES	80.688.885,43		27.499.174,53	501.492,48		35.345,54		108.724.897,98
PROPRIOS DA FUNDACAO			103.129,81	41.992,35				145.122,16
CONVENIOS			146.661,95	53.650,01				200.311,96
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO	2.901.983,43							2.901.983,43
11 TRABALHO	6.452,56							6.452,56
TESOURO-LIVRES	6.452,56							6.452,56
TOTAL	83.597.321,42		27.748.966,29	597.134,84		35.345,54		111.978.768,09

RESUMO

TESOURO-LIVRES	80.695.337,99		27.499.174,53	501.492,48		35.345,54		108.731.350,54
PROPRIOS DA FUNDACAO			103.129,81	41.992,35				145.122,16
CONVENIOS			146.661,95	53.650,01				200.311,96
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO	2.901.983,43							2.901.983,43
TOTAL	83.597.321,42		27.748.966,29	597.134,84		35.345,54		111.978.768,09

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

IRANY BERNARDES DE SOUZA
PRESIDENTE
CPF: 402.259.320/50

BAYARD PASCHOA PEREIRA
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 392.946.410/15

MARCO ANTONIO BRENTANO
COORDENADOR FINANCEIRO - CONTADOR
CRCRS N. 33088
CPF: 173.020.130/04

ARMANDO REGO DESESSARDS
CHEFE DO NÚCLEO DE CONTABILIDADE
CRCRS N. 9450
CPF: 005.591.210/91

Secretaria da Justiça e do Desenvolvimento Social
Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Rio Grande do Sul

ANEXO 16

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA

DESIGNAÇÃO	AUTORIZAÇÕES		POSIÇÃO EM 31/12/2009	MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2010			POSIÇÃO EM 31/12/2009
	LEI	DATA		Variações Patrimoniais		Mutações Patrimoniais de Despesa	
				Passivas	Ativas	Amortização	
Débitos Parcelados			2.155.402,48	239.990,44	-	35.345,54	2.360.047,38
Com Ministério da Fazenda – PASEP	Proc. Nº 11080.013.510/2002-05 e Proc. Nº 4370.2158.08-2						
Total			2.155.402,48	239.990,44	0,00	35.345,54	2.360.047,38

Porto Alegre, 31 de Dezembro de 2010.

Irany Bernardes de Souza
Presidente
CPF: 402.259.920-00

Bayard Paschoa Pereira
Diretor Administrativo
CPF: 392.946.410-15

Armando Rego Desessards
Téc. Cont. CRC.RS Nº.9450
CPF: 005.591.210.91

SECRETARIA DA JUSTIÇA E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SÓCIO-EDUCATIVO DO RIO GRANDE DO SUL

NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO DE 2010.

Com vista ao cumprimento de disposições da Lei Complementar 101, de 04.05.00, e considerando, ainda, o disposto no Decreto federal 20.910 de 06.01.32, e no Parecer 01/03, de 21.11.03, do Egrégio Tribunal de Contas do Estado, foram expedidos o Decreto 47542, de 08.11.2010 e a Instrução Normativa CAGE 07/2010, de 30.11.2010 e Circular CAGE 02/2010 de 01.11.2010, com base nos quais foram efetuados os seguintes procedimentos:

a) Prescrição dos saldos de empenhos inscritos em Restos a Pagar referentes aos exercícios anteriores a 2006, no valor de R$ 287.172,84;
b) Anulação das despesas inscritas em Restos a Pagar não processados no valor de R$ 695.127,75, cujos empenhos foram emitidos de 2006 até 2009;
c) Estorno de empenhos não liquidados emitidos em 2010, no valor de R$ 653.670,30 excedentes ao saldo positivo de disponibilidade de caixa.

Porto Alegre, 04 de fevereiro de 2011.

Irany Bernardes de Souza
Presidente
CPF: 402.259.920-00

Bayard Paschoa Pereira
Diretor Administrativo
CPF: 392.946.410-15

Marco Antonio Brentano
Coordenador Financeiro
Contador CRC/RS nº 33088
CPF: 173.020.130-04

Econ. Armando Rego Desessards
Chefe do Núcleo de Contabilidade
Téc. Cont. CRC.RS Nº.9450
CPF: 005.591.210-91

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... : ARMANDO REGO DESESSARDS
REGISTRO..... : RS-009450/O-4
CATEGORIA..... : TÉCNICO EM CONTABILIDADE
CPF..... : 005.591.210-91

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 25.01.2011 as 08:34:57.
Válido até: 24.07.2011.
Código de Controle: 92018.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

Fundação de Planejamento Metropolitano e Regional

METROPLAN

EXERCÍCIO DE 2010

FUND DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO E REG
DEMONSTRACÃO DA RECEITA E DA DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

RFPE035/00001
ANEXO N. 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
RECEITAS CORRENTES		DESPESA CORRENTE	
RECEITA PATRIMONIAL	6.365.383,50	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	16.973.864,58
RECEITA DE SERVICOS	485.685,11	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	26.623,98
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	349.145,78	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.509.138,31
SOMA.....	7.200.214,39	SOMA.....	20.509.626,87
DEFICIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	13.309.412,48	TOTAL.....	20.509.626,87
TOTAL.....	20.509.626,87	DESPESA CAPITAL	
RECEITAS DE CAPITAL		INVESTIMENTOS	21.626.592,92
ALIENACAO DE BENS	750,00	SOMA.....	21.626.592,92
SOMA.....	750,00	TOTAL.....	42.136.219,79
DEFICIT	34.935.255,40		
TOTAL.....	42.136.219,79		

RESUMO

RECEITAS CORRENTES.....	7.200.214,39	DESPESAS CORRENTES.....	20.509.626,87
RECEITAS DE CAPITAL.....	750,00	DESPESAS DE CAPITAL.....	21.626.592,92
DEFICIT.....	34.935.255,40	SUPERAVIT.....	0,00
TOTAL.....	42.136.219,79	TOTAL.....	42.136.219,79

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

NELSON HIDIO NUNES
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 150.698.340/53

GILSON LEONARDO THOEN
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 371.794.730/49

CARMEN LUCIA FREITAS CASTANHEIRA
CONTADORA
CRCRS N. 39701
CPF: 315.303.620/91

EXERCÍCIO DE 2010 | FUND DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO E REG | RFPE006/00001

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES | ANEXO N.6

R$

ÓRGÃO: 64 - FUNDACAO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO E REGIONAL

U.O.: 64.01 - FUNDACAO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO E REGIONAL - METROPLAN

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
04	ADMINISTRACAO		15.642.761,31	15.642.761,31
04.0122	ADMINISTRACAO GERAL		15.609.102,21	15.609.102,21
04.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		15.609.102,21	15.609.102,21
04.0131	COMUNICACAO SOCIAL		33.659,10	33.659,10
04.0131.0335	OPERACOES ESPECIAIS		33.659,10	33.659,10
15	URBANISMO	18.275.908,88		18.275.908,88
15.0127	ORDENAMENTO TERRITORIAL	39.500,00		39.500,00
15.0127.0332	DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL	39.500,00		39.500,00
15.0128	FORMACAO RECURSOS_HUMANOS	110.524,26		110.524,26
15.0128.0332	DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL	110.524,26		110.524,26
15.0451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	18.125.884,62		18.125.884,62
15.0451.0313	PROGRAMA GAUCHO DE SANEAMENTO	446.571,92		446.571,92
15.0451.0332	DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL	17.679.312,70		17.679.312,70
26	TRANSPORTE	3.361.184,48		3.361.184,48
26.0782	TRANSPORTE RODOVIARIO	3.361.184,48		3.361.184,48
26.0782.0332	DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL	3.361.184,48		3.361.184,48
	TOTAL DA U.O. =>	21.637.093,36	15.642.761,31	37.279.854,67

U.O.: 64.33 - ENCARGOS GERAIS DA FUNDACAO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO E REGIONAL

28	ENCARGOS ESPECIAIS		4.856.365,12	4.856.365,12
28.0061	ACAO JUDICIARIA		295.456,49	295.456,49
28.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS		295.456,49	295.456,49
28.0122	ADMINISTRACAO GERAL		4.560.908,63	4.560.908,63
28.0122.0335	OPERACOES ESPECIAIS		4.560.908,63	4.560.908,63
	TOTAL DA U.O. =>		4.856.365,12	4.856.365,12
	TOTAL DO ÓRGÃO =>	21.637.093,36	20.499.126,43	42.136.219,79

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

NELSON LIDIO NUNES
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 150.698.340/53

GILSON LEONARDO THOEN
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 471.794.730/49

CARMEN LUCIA FREITAS CASTANHEIRA
CONTADORA
CRCRS N. 39701
CPF: 315.303.620/91

EXERCÍCIO DE 2010 — FUND DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO E REG — RFPE009/00001

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES — ANEXO N. 7

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
04	ADMINISTRACAO		15.642.761,31	15.642.761,31
04.0122	ADMINISTRACAO GERAL		15.609.102,21	15.609.102,21
04.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		15.609.102,21	15.609.102,21
04.0131	COMUNICACAO SOCIAL		33.659,10	33.659,10
04.0131.0335	OPERACOES ESPECIAIS		33.659,10	33.659,10
15	URBANISMO	18.275.908,88		18.275.908,88
15.0127	ORDENAMENTO TERRITORIAL	39.500,00		39.500,00
15.0127.0332	DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL	39.500,00		39.500,00
15.0128	FORMACAO RECURSOS_HUMANOS	110.524,26		110.524,26
15.0128.0332	DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL	110.524,26		110.524,26
15.0451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	18.125.884,62		18.125.884,62
15.0451.0313	PROGRAMA GAUCHO DE SANEAMENTO	446.571,92		446.571,92
15.0451.0332	DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL	17.679.312,70		17.679.312,70
26	TRANSPORTE	3.361.184,48		3.361.184,48
26.0782	TRANSPORTE RODOVIARIO	3.361.184,48		3.361.184,48
26.0782.0332	DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL	3.361.184,48		3.361.184,48
28	ENCARGOS ESPECIAIS		4.856.365,12	4.856.365,12
28.0061	ACAO JUDICIARIA		295.456,49	295.456,49
28.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS		295.456,49	295.456,49
28.0122	ADMINISTRACAO GERAL		4.560.908,63	4.560.908,63
28.0122.0335	OPERACOES ESPECIAIS		4.560.908,63	4.560.908,63
	TOTAL GERAL =>	21.637.093,36	20.499.126,43	42.136.219,79

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

NELSON LIDIO NUNES
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 150.698.340/53

GILSON LEONARDO THOEN
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 471.794.730/49

CARMEN LUCIA FREITAS CASTANHEIRA
CONTADORA
CRCRS N. 39701
CPF: 315.303.620/91

EXERCÍCIO DE 2010 — FUND DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO E REG — RFPE029/00001

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS — ANEXO N.8

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
04	ADMINISTRACAO	14.869.215,86	773.545,45	15.642.761,31
04.0122	ADMINISTRACAO GERAL	14.868.295,56	740.806,65	15.609.102,21
04.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	14.868.295,56	740.806,65	15.609.102,21
04.0131	COMUNICACAO SOCIAL	920,30	32.738,80	33.659,10
04.0131.0335	OPERACOES ESPECIAIS	920,30	32.738,80	33.659,10
15	URBANISMO	15.505.897,29	2.770.011,59	18.275.908,88
15.0127	ORDENAMENTO TERRITORIAL	19.500,00	20.000,00	39.500,00
15.0127.0332	DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL	19.500,00	20.000,00	39.500,00
15.0128	FORMACAO RECURSOS_HUMANOS	110.524,26		110.524,26
15.0128.0332	DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL	110.524,26		110.524,26
15.0451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	15.375.873,03	2.750.011,59	18.125.884,62
15.0451.0313	PROGRAMA GAUCHO DE SANEAMENTO	446.571,92		446.571,92
15.0451.0332	DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL	14.929.301,11	2.750.011,59	17.679.312,70
26	TRANSPORTE	2.282.035,99	1.079.148,49	3.361.184,48
26.0782	TRANSPORTE RODOVIARIO	2.282.035,99	1.079.148,49	3.361.184,48
26.0782.0332	DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL	2.282.035,99	1.079.148,49	3.361.184,48
28	ENCARGOS ESPECIAIS	4.852.048,15	4.316,97	4.856.365,12
28.0061	ACAO JUDICIARIA	295.456,49		295.456,49
28.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS	295.456,49		295.456,49
28.0122	ADMINISTRACAO GERAL	4.556.591,66	4.316,97	4.560.908,63
28.0122.0335	OPERACOES ESPECIAIS	4.556.591,66	4.316,97	4.560.908,63
	TOTAL GERAL =>	37.509.197,29	4.627.022,50	42.136.219,79

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

NELSON LIDIO NUNES
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 150.698.340/53

GILSON LEONARDO THOEN
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 471.794.730/49

CARMEN LUCIA FREITAS CASTANHEIRA
CONTADORA
CRCRS N. 39701
CPF: 315.303.620/91

EXERCÍCIO DE 2010	FUND DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO E REG	RFPE025/00001
	DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃO E FUNÇÕES	ANEXO N.9
		R$

FUNÇÕES / ÓRGÃOS	ADMINISTRACAO	URBANISMO	TRANSPORTE	ENCARGOS ESPECIAIS
PODER LEGISLATIVO				
PODER JUDICIARIO				
MINISTERIO PUBLICO				
DEFENSORIA PUBLICA				
PODER EXECUTIVO				
FUNDACAO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO E REGIONAL	15.642.761,31	18.275.908,88	3.361.184,48	4.856.365,12
SOMA.....	15.642.761,31	18.275.908,88	3.361.184,48	4.856.365,12
TOTAL.....	15.642.761,31	18.275.908,88	3.361.184,48	4.856.365,12

EXERCÍCIO DE 2010	FUND DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO E REG	RFPE025/00002
	DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃO E FUNÇÕES	ANEXO N.9
		R$

FUNÇÕES / ÓRGÃOS	TOTAL			
PODER LEGISLATIVO				
PODER JUDICIARIO				
MINISTERIO PUBLICO				
DEFENSORIA PUBLICA				
PODER EXECUTIVO				
FUNDACAO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO E REGIONAL	42.136.219,79			
SOMA.....	42.136.219,79			
TOTAL.....	42.136.219,79			

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

NELSON LIDIO NUNES
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 150.698.340/53

GILSON LEONARDO THOEN
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 471.794.730/49

CARMEN LUCIA FREITAS CASTANHEIRA
CONTADORA
CRCRS N. 39701
CPF: 315.303.620/91

EXERCÍCIO DE 2010 — FUND DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO E REG — RFPE023/00001

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA — ANEXO N. 10

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
1000.00.00.0000	RECEITAS CORRENTES	6.977.078,00	7.200.214,39	223.136,39
1300.00.00.0000	RECEITA PATRIMONIAL	5.797.763,00	6.365.383,50	567.620,50
1320.00.00.0000	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	247.763,00	49.281,37	198.481,63-
1325.00.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	247.763,00	49.281,37	198.481,63-
1325.01.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS DE RECURSOS VINCULADOS	247.763,00	49.281,37	198.481,63-
1325.01.99.0000	DIVERSAS REMUNERACOES DE DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS	247.763,00	49.281,37	198.481,63-
1330.00.00.0000	RECEITA DE CONCESSOES E PERMISSOES	5.550.000,00	6.316.102,13	766.102,13
1331.00.00.0000	RECEITA DE CONCESSOES E PERMISSOES - SERVICOS	5.550.000,00	6.316.102,13	766.102,13
1331.01.00.0000	RECEITA DE CONCESSOES E PERMISSOES - SERVICOS DE TRANSPORTE	5.550.000,00	6.316.102,13	766.102,13
1331.01.05.0000	RECEITA DE OUTORGA DOS SERVICOS DE TRANSPORTE COLETIVO LOCAL E INTERMUNICIPA	5.550.000,00	6.316.102,13	766.102,13
1600.00.00.0000	RECEITA DE SERVICOS	325.000,00	485.685,11	160.685,11
1600.13.00.0000	SERVICOS ADMINISTRATIVOS	45.000,00	41.414,69	3.585,31-
1600.13.99.0000	DIVERSOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	45.000,00	41.414,69	3.585,31-
1600.20.00.0000	SERVICO DE CONSULTORIA, ASSISTENCIA TECNICA E ANALISE DE PROJETOS	0,00	747,67	747,67
1600.20.99.0000	DIVERSOS SERVICOS DE CONSULTORIA, ASSISTENCIA TECNICA E ANALISE DE PROJETOS	0,00	747,67	747,67
1600.99.00.0000	OUTROS SERVICOS	280.000,00	443.522,75	163.522,75
1600.99.99.0000	DIVERSOS SERVICOS	280.000,00	443.522,75	163.522,75
1700.00.00.0000	TRANSFERENCIAS CORRENTES	691.441,00	0,00	691.441,00-
1760.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	691.441,00	0,00	691.441,00-
1761.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO E DE SUAS ENTIDADES	691.441,00	0,00	691.441,00-
1761.99.00.0000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	691.441,00	0,00	691.441,00-
1761.99.99.0000	DIVERSAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	691.441,00	0,00	691.441,00-
1900.00.00.0000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	162.874,00	349.145,78	186.271,78
1910.00.00.0000	MULTAS E JUROS DE MORA	154.374,00	149.379,90	4.994,10-
1919.00.00.0000	MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	154.374,00	149.379,90	4.994,10-
1919.27.00.0000	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	3.655,00	18.503,99	14.848,99
1919.27.99.0000	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS - OUTROS RECURSOS	3.655,00	18.503,99	14.848,99
1919.99.00.0000	OUTRAS MULTAS	150.719,00	130.875,91	19.843,09-
1919.99.99.0000	DIVERSAS MULTAS E JUROS DE MORA	150.719,00	130.875,91	19.843,09-
1920.00.00.0000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	7.500,00	79.339,67	71.839,67
1921.00.00.0000	INDENIZACOES	2.500,00	34.640,00	32.140,00
1921.99.00.0000	OUTRAS INDENIZACOES	2.500,00	34.640,00	32.140,00
1921.99.99.0000	DIVERSAS INDENIZACOES	2.500,00	34.640,00	32.140,00
1922.00.00.0000	RESTITUICOES	5.000,00	44.699,67	39.699,67
1922.01.00.0000	RESTITUICOES DE CONVENIOS	0,00	33.796,15	33.796,15
1922.01.99.0000	DIVERSAS RESTITUICOES DE CONVENIOS	0,00	33.796,15	33.796,15
1922.99.00.0000	OUTRAS RESTITUICOES	5.000,00	10.903,52	5.903,52
1922.99.99.0000	DIVERSAS RESTITUICOES	5.000,00	10.903,52	5.903,52
1990.00.00.0000	RECEITAS DIVERSAS	1.000,00	120.426,21	119.426,21
1990.98.00.0000	OUTRAS RECEITAS EVENTUAIS	0,00	11,44	11,44
1990.98.99.0000	DIVERSAS RECEITAS EVENTUAIS	0,00	11,44	11,44
1990.99.00.0000	OUTRAS RECEITAS	1.000,00	120.414,77	119.414,77
1990.99.02.0000	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR DE RECURSOS NAO VINCULADOS	0,00	85.840,68	85.840,68
1990.99.97.0000	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR DE OUTROS RECURSOS VINCULADOS	0,00	34.574,09	34.574,09
1990.99.99.0000	OUTRAS RECEITAS DIVERSAS	1.000,00	0,00	1.000,00-
2000.00.00.0000	RECEITAS DE CAPITAL	255.508,00	750,00	254.758,00-
2200.00.00.0000	ALIENACAO DE BENS	1.000,00	750,00	250,00-
2210.00.00.0000	ALIENACAO DE BENS MOVEIS	1.000,00	750,00	250,00-
2219.00.00.0000	ALIENACAO DE OUTROS BENS MOVEIS	1.000,00	750,00	250,00-
2219.99.00.0000	OUTRAS ALIENACOES DE BENS MOVEIS	1.000,00	750,00	250,00-
2219.99.99.0000	DIVERSAS ALIENACOES DE BENS MOVEIS	1.000,00	750,00	250,00-
2400.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	254.508,00	0,00	254.508,00-
2470.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	254.508,00	0,00	254.508,00-
2471.00.00.0000	TRANSFERENCIA DE CONVENIOS DA UNIAO E DE SUAS ENTIDADES	254.508,00	0,00	254.508,00-
2471.99.00.0000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	254.508,00	0,00	254.508,00-
2471.99.99.0000	DIVERSAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	254.508,00	0,00	254.508,00-
TOTAL		7.232.586,00	7.200.964,39	31.621,61-

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

EXERCÍCIO DE 2010	FUND DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO E REG COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	RFPE023/00002 ANEXO N. 10 R$

NELSON LIDIO NUNES
DIRETOR SUPERINTENDENCE
CPF: 150.698.340/63

GILSON LEONARDO THOEN
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 471.794.730/49

CARMEN LUCIA FREITAS CASTANHEIRA
CONTADORA
CRCRS N. 39701
CPF: 315.303.620/91

EXERCÍCIO DE 2010

FUND DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO E REG
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

RFPE026/00001
ANEXO N.11

R$

TÍTULOS		DESPESA CORRENTE	DESPESA DE CAPITAL	TOTAL
FUNDACAO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO E REGIONAL				
	DESPESA FIXADA	20.196.537,00	8.141.117,00	28.337.654,00
	CRÉDITOS ESPECIAIS	887.631,93	0,00	887.631,93
	CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00
	SUPLEMENTAÇÕES	5.168.518,14	48.254.088,10	53.422.606,24
	REDUÇÕES	1.747.873,16	21.615.148,72	23.363.021,88
	DESPESA AUTORIZADA	24.504.813,91	34.780.056,38	59.284.870,29
	DESPESA REALIZADA	20.509.626,87	21.626.592,92	42.136.219,79
	DIFERENÇA	3.995.187,04	13.153.463,46	17.148.650,50
TOTAL GERAL				
	DESPESA FIXADA			28.337.654,00
	CRÉDITOS ESPECIAIS			887.631,93
	CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS			0,00
	SUPLEMENTAÇÕES			53.422.606,24
	REDUÇÕES			23.363.021,88
	DESPESA AUTORIZADA			59.284.870,29
	DESPESA REALIZADA			42.136.219,79
	DIFERENÇA			17.148.650,50

CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS CONSIDERADOS PELO SEU VALOR DE ABERTURA, ESTANDO AS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES COMPUTADAS NAS SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES.

PORTO ALEGRE, [illegible] DE DEZEMBRO DE 2010

NELSON LIDIO NUNES
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 150.698.340/53

GILSON LEONARDO THOEN
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 471.794.730/49

CARMEN LUCIA FREITAS CASTANHEI
CONTADORA
CRCRS N. 39701
CPF: 315.303.620/91

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO ANEXO N.12

R$

R E C E I T A

TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES			
RECEITA PATRIMONIAL	5.797.763,00	6.365.383,50	567.620,50
RECEITA DE SERVICOS	325.000,00	485.685,11	160.685,11
TRANSFERENCIAS CORRENTES	691.441,00	0,00	691.441,00-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	162.874,00	349.145,78	186.271,78
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	6.977.078,00	7.200.214,39	223.136,39
RECEITAS DE CAPITAL			
ALIENACAO DE BENS	1.000,00	750,00	250,00-
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	254.508,00	0,00	254.508,00-
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	255.508,00	750,00	254.758,00-
SOMA	7.232.586,00	7.200.964,39	31.621,61-
DEFICIT DE PREVISÃO	52.052.284,29	34.935.255,40	17.117.028,89-
TOTAL	59.284.870,29	42.136.219,79	17.148.650,50-

D E S P E S A

TÍTULOS	AUTORIZAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
CRÉDITOS ORDINÁRIOS (1)	58.397.238,36	42.025.695,53	16.371.542,83-
CRÉDITOS ESPECIAIS (2)	887.631,93	110.524,26	777.107,67-
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS (2)	0,00	0,00	0,00
SOMA	59.284.870,29	42.136.219,79	17.148.650,50-
TOTAL	59.284.870,29	42.136.219,79	17.148.650,50-

(1) DOTAÇÕES ORIGINAIS COM SUAS SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES
(2) DOTAÇÕES CRIADAS NO DECORRER DO EXERCÍCIO E ALTERAÇÕES

PORTO ALEGRE, [illegible] DE DEZEMBRO DE 2010

NELSON LIDIO NUNES
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 250.698.340/53

GILSON LEONARDO THOEN
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 471.794.730/49

CARMEN LUCIA FREITAS CASTANHEIRA
CONTADORA
CRCRS N. 39701
CPF: 315.303.620/91

BALANÇO FINANCEIRO

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
RECEITA ORÇAMENTARIA		DESPESA ORÇAMENTARIA	
RECEITAS CORRENTES		ADMINISTRACAO	15.642.761,31
RECEITA PATRIMONIAL	6.365.383,50	URBANISMO	18.275.908,88
RECEITA DE SERVICOS	485.685,11	TRANSPORTE	3.361.184,48
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	349.145,78	ENCARGOS ESPECIAIS	4.856.365,12
SOMA.....	7.200.214,39	SOMA.....	42.136.219,79
RECEITAS DE CAPITAL		DESPESA EXTRA-ORÇAMENTARIA	
ALIENACAO DE BENS	750,00	REALIZAVEL	0,00
SOMA.....	750,00	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	8.473.251,03
TOTAL.....	7.200.964,39	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	35.930,64
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA		DEPOSITOS	3.983.977,57
REALIZAVEL	1.194.714,16	DIVERSOS	0,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	2.307.454,30	SOMA.....	12.493.159,24
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	364.105,19	TOTAL.....	54.629.379,03
DEPOSITOS	3.915.558,44	VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO	
DIVERSOS	0,00	BAIXA DE SALDOS BANCÁRIOS	
SOMA.....	7.781.832,09	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS INTRAGOVERNAMENTAIS	
TOTAL.....	14.982.796,48	SOMA.....	0,00
VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO		SALDOS PARA O EXERCICIO SEGUINTE	
BAIXA DE PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR E A LIQUIDAR	6.096.388,27	CAIXA	1.123,87
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS INTRAGOVERNAMENTAIS	35.463.075,92	BANCOS C/DISPOSICAO	3.505,05
SOMA.....	41.559.464,19	APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	32.943,88
SALDOS DO EXERCICIO ANTERIOR		BANCOS, C/VINCULADAS	813.260,69
CAIXA	4.131,16	APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	8.356.100,79
BANCOS C/DISPOSICAO	4.759,68	SOMA.....	9.206.934,28
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	639.126,64		
BANCOS, C/VINCULADAS	758.387,98		
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	5.887.644,18		
SOMA.....	7.294.052,64		
TOTAL.....	63.836.313,31	TOTAL.....	63.836.313,31

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

NELSON DIDIO NUNES
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 150.698.340/53

GILSON LEONARDO THOEN
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 471.794.730/49

CARMEN LUCIA FREITAS CASTANHEIRA
CONTADORA
CRCRS N. 39701
CPF: 315.303.620/91

BALANÇO PATRIMONIAL — ANEXO N. 14

ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
ATIVO FINANCEIRO		PASSIVO FINANCEIRO	
DISPONÍVEL		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	
CAIXA	1.123,87	FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	340.078,68
BANCOS C/DISPOSICAO	3.505,05	AUXILIOS SUJEITOS A COMPROVACAO	96.614,52
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	32.943,88	CONVENIOS E REPASSES SUJEIROS A COMPROVACAO	952.277,96
SOMA.....	37.572,80	INDENIZACOES E RESTITUICOES A PAGAR	13.136,43
VINCULADO EM CONTA CORRENTE BANCÁRIA		FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	570.320,80
BANCOS, C/VINCULADAS	813.260,69	PIS E PASEP A RECOLHER	8.111,24
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	8.356.100,79	CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	226.501,34
SOMA.....	9.169.361,48	FGTS A RECOLHER	99.297,06
TOTAL.....	9.206.934,28	DIARIAS VENCIDAS A PAGAR	36,27
ATIVO PERMANENTE		SOMA.....	2.306.374,30
BENS DA ENTIDADE		RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
BENS MOVEIS	2.081.550,46	FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	44.385,42
BENS IMOVEIS	5.370.491,58	CONVENIOS E REPASSES SUJEITOS A COMPROVACAO	312.441,11
SOMA.....	7.452.042,04	PIS E PASEP A LIQUIDAR	4.231,07
PARTICIPAÇÕES		DIARIAS VENCIDAS A LIQUIDAR	40,27
PARTICIPACOES SOCIETARIAS EM EMPRESAS DIVERSAS	5.715,84	REQUISICOES DE PEQUENO VALOR A LIQUIDAR	4.042,73
SOMA.....	5.715,84	SOMA.....	365.140,60
CRÉDITOS		DEPÓSITOS	
DEVEDORES POR PRESTACOES DE SERVICOS	13.134,15	DEPOSITOS	169.646,08
SOMA.....	13.134,15	SOMA.....	169.646,08
DIVERSOS		TOTAL.....	2.841.160,98
BENS CREDITOS E VALORES EM FASE DE AQUISICAO OU FORMACAO	70.914,98	PASSIVO PERMANENTE	
ALMOXARIFADOS	38.672,99	DÍVIDA FUNDADA INTERNA	
SOMA.....	109.587,97	DEBITOS PARCELADOS	2.824,13
TOTAL.....	7.580.480,00	PRECATORIOS JUDICIAIS - EC 62/2009	7.259.547,73
SOMA DO ATIVO REAL	16.787.414,28	SOMA.....	7.262.371,86
ATIVO COMPENSADO		TOTAL.....	7.262.371,86
VALORES EM PODER DE TERCEIROS		SOMA DO PASSIVO REAL	10.103.532,84
RESPONSAVEIS POR ADIANTAMENTOS	44.025,01	SALDO PATRIMONIAL	
RESPONSAVEIS POR ALMOXARIFADOS	38.672,99	SITUAÇÃO LÍQUIDA	
RESPONSAVEIS PELA POSSE DE TITULOS	768.976,91	ATIVO REAL LIQUIDO	6.683.881,44
RESPONSAVEIS POR DIARIAS	15.984,22	SOMA.....	16.787.414,28
SOMA.....	867.659,13	PASSIVO COMPENSADO	
VALORES DE TERCEIROS		CONTRAPARTIDA DE VALORES EM PODER DE TERCEIROS	
BENS DE TERCEIROS EM PODER DA ENTIDADE	163.661,24	ADIANTAMENTOS A COMPROVAR	44.025,01
SOMA.....	163.661,24	VALORES EM GUARDA NOS ALMOXARIFADOS	38.672,99
VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS		TITULOS EM PODER DE TERCEIROS	768.976,91
RESPONSAVEIS POR AUXILIOS	1.895.899,83	DIARIAS A COMPROVAR	15.984,22
RESPONSAVEIS PELA EXECUCAO DE CONVENIOS	7.481.131,27	SOMA.....	867.659,13
ATUALIZACOES DE PRECATORIOS	3.174.770,74	CONTRAPARTIDA DE VALORES DE TERCEIROS	
SOMA.....	12.551.801,84	BENS PERTENCENTES A TERCEIROS	163.661,24
TOTAL.....	13.583.122,21	SOMA.....	163.661,24
		CONTRAPARTIDA DE VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS	
		AUXILIOS A COMPROVAR	1.895.899,83
		CONVENIOS EM EXECUCAO	7.481.131,27
		ATUALIZACOES DE PRECATORIOS A PAGAR	3.174.770,74
		SOMA.....	12.551.801,84
		TOTAL.....	13.583.122,21
TOTAL GERAL.....	30.370.536,49	TOTAL GERAL.....	30.370.536,49

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

NELSON LIDIO NUNES
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 150.698.340/53

GILSON LEONARDO THOEN
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 471.794.730/49

CARMEN LUCIA FREITAS CASTANHEIRA
CONTADORA
CRCRS N. 39701
CPF: 315.303.620/91

VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
RECEITAS CORRENTES		DESPESAS CORRENTES	
RECEITA PATRIMONIAL	6.365.383,50	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	16.973.864,58
RECEITA DE SERVICOS	485.685,11	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	26.623,98
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	349.145,78	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.509.138,31
SOMA.....	7.200.214,39	SOMA.....	20.509.626,87
RECEITAS DE CAPITAL		DESPESAS DE CAPITAL	
ALIENACAO DE BENS	750,00	INVESTIMENTOS	21.626.592,92
SOMA.....	750,00	SOMA.....	21.626.592,92
DEDUÇÕES RECEITAS CORRENTES	0,00	TOTAL.....	42.136.219,79
TOTAL.....	7.200.964,39	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS		SOMA.....	0,00
AMORTIZACAO DE DEBITOS PARCELADOS	23.798,85	INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
REGISTRO DE BENS CRED E VAL EM FASE DE AQUISICAO OU FORMACAO	0,02	VARIAÇÕES PASSIVAS	
CONSTRUCAO OU AQUISICAO DE BENS MOVEIS	139.523,82	INSCRICAO DE DEBITOS PARCELADOS - PRINCIPAL E ATUALIZACAO	2.824,13
CONSTRUCAO OU AQUISICAO DE BENS IMOVEIS	5.340.491,58	BAIXA DE BENS MOVEIS	42.862,50
SOMA.....	5.503.814,27	INSCRICAO DE PRECATORIOS JUDICIAIS - EC 62/2009	7.259.547,73
INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		BAIXA DE BENS DE ALMOXARIFADO	28.094,42
VARIAÇÕES ATIVAS		SOMA.....	7.333.328,78
INCORPORACAO DE PARTICIPACOES SOC EM EMPR DIVERSAS	2.424,15	VARIAÇÕES PASSIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO PATRIMÔNIO FINANCEIRO	
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	71.463,61	SOMA.....	0,00
INCORPORACAO DE BENS DE ALMOXARIFADO	39.344,44	TOTAL.....	49.469.548,57
SOMA.....	113.232,20	RESULTADO PATRIMONIAL	
VARIAÇÕES ATIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO PATRIMÔNIO FINANCEIRO		SUPERAVIT VERIFICADO	4.907.926,48
BAIXA DE PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR E A LIQUIDAR	6.096.388,27		
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS INTRAGOVERNAMENTAIS	35.463.875,92		
SOMA.....	41.560.264,19		
TOTAL.....	54.377.475,05	TOTAL.....	54.377.475,05

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

NELSON LIDIO NUNES
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 150.698.340/53

GILSON LEONARDO THOEN
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 471.794.730/49

CARMEN LUCIA FREITAS CASTANHEIRA
CONTADORA
CRCRS N. 39701
CPF: 315.303.620/91

EXERCÍCIO DE 2010 — FUND DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO E REG — RFPE034/00001

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE — ANEXO N.17

R$

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	1.332.790,22-	340.688,68	1.333.400,22	340.078,68-
AUXILIOS SUJEITOS A COMPROVACAO	109.667,03-	96.614,52	109.667,03	96.614,52-
CONVENIOS E REPASSES SUJEIROS A COMPROVACAO	13.638,00-	952.277,96	13.638,00	952.277,96-
LOCACOES DE IMOVEIS, A PAGAR	0,00	470,00	470,00	0,00
INDENIZACOES E RESTITUICOES A PAGAR	0,00	13.136,43	0,00	13.136,43-
ADIANTAMENTOS REQUISITADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	569.058,82-	570.320,80	569.058,82	570.320,80-
PIS E PASEP A RECOLHER	23.233,73-	8.111,24	23.233,73	8.111,24-
CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	228.580,02-	226.501,34	228.580,02	226.501,34-
PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR	6.096.388,27-	0,00	6.096.388,27	0,00
FGTS A RECOLHER	97.969,98-	99.297,06	97.969,98	99.297,06-
DIARIAS VENCIDAS A PAGAR	0,00	36,27	0,00	36,27-
REQUISICAO DE PEQUENO VALOR A PAGAR	844,96-	0,00	844,96	0,00
SUBTOTAL.....	8.472.171,03-	2.307.454,30	8.473.251,03	2.306.374,30-
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	33.191,00-	44.385,42	33.191,00	44.385,42-
CONVENIOS E REPASSES SUJEITOS A COMPROVACAO	0,00	312.441,11	0,00	312.441,11-
LOCACOES DE IMOVEIS A LIQUIDAR	470,00-	0,00	470,00	0,00
INDENIZACOES E RESTITUICOES A LIQUIDAR	2.269,64-	0,00	2.269,64	0,00
PIS E PASEP A LIQUIDAR	0,00	4.231,07	0,00	4.231,07-
DIARIAS VENCIDAS A LIQUIDAR	0,00	40,27	0,00	40,27-
REQUISICOES DE PEQUENO VALOR A LIQUIDAR	1.035,41-	3.007,32	0,00	4.042,73-
SUBTOTAL.....	36.966,05-	364.105,19	35.930,64	365.140,60-
DEPOSITOS				
DEPOSITOS	238.065,21-	3.915.558,44	3.983.977,57	169.646,08-
SUBTOTAL.....	238.065,21-	3.915.558,44	3.983.977,57	169.646,08-
DIVERSOS				
SUBTOTAL.....	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL.....	8.747.202,29-	6.587.117,93	12.493.159,24	2.841.160,98-

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

NELSON LIDIO NUNES
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 150.698.340/53

GILSON LEONARDO THOEN
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 471.794.730/49

CARMEN LUCIA FREITAS CASTANHEIRA
CONTADORA
CRCRS N. 39701
CPF: 315.303.620/91

EXERCÍCIO DE 2010 — FUND DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO E REG — RFPE017/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CAT. ECONÔMICA, GRUPO NAT. DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.0.00.00	DESPESA CORRENTE	20.509.626,87
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	16.973.864,58
3.1.90.00	APLICACOES DIRETAS	16.955.852,66
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	12.022.888,33
3.1.90.11.1102	VENCIMENTO, SALARIO E SUBSIDIO	7.316.543,20
3.1.90.11.1104	GRATIFICACOES	1.874.806,44
3.1.90.11.1105	VANTAGENS TEMPORAIS	2.828.960,05
3.1.90.11.1108	JETON	2.578,64
3.1.90.13	OBRIGACOES PATRONAIS	4.384.552,68
3.1.90.13.1302	SEGURO DE VIDA DE SERVIDORES	11.705,21
3.1.90.13.1303	PLANO DE SAUDE	276.777,25
3.1.90.13.1304	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA	3.110.691,10
3.1.90.13.1305	FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVICO - FGTS	920.654,50
3.1.90.13.1306	OUTRAS CONTRIBUICOES PATRONAIS	59.351,05
3.1.90.13.1307	MULTAS SOBRE OBRIGACOES PATRONAIS	5.373,57
3.1.90.91	SENTENCAS JUDICIAIS	333.616,41
3.1.90.91.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS	333.616,41
3.1.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	34.165,87
3.1.90.92.1302	SEGURO DE VIDA DE SERVIDORES	832,65
3.1.90.92.1304	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA	2.831,38
3.1.90.92.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS	6.472,53
3.1.90.92.9601	RESSARCIMENTO	24.029,31
3.1.90.96	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	180.629,37
3.1.90.96.9601	RESSARCIMENTO	180.629,37
3.1.91.00	TRANSFERENCIA INTRAGOVERNAMENTAL	18.011,92
3.1.91.13	OBRIGACOES PATRONAIS	18.011,92
3.1.91.13.1301	CONTRIBUICAO AO IPERGS PARA ASSISTENCIA MEDICA	2.224,56
3.1.91.13.1310	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA S/ATIVOS - RPPS	15.787,36
3.2.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	26.623,98
3.2.90.00	APLICACOES DIRETAS	26.623,98
3.2.90.22	OUTROS ENCARGOS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO	26.623,98
3.2.90.22.2211	DEBITOS PARCELADOS - PASEP	26.623,98
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.509.138,31
3.3.90.00	APLICACOES DIRETAS	3.509.138,31
3.3.90.08	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAS	16.119,64
3.3.90.08.0805	AUXILIO CRECHE	16.119,64
3.3.90.14	DIARIAS-CIVIL	82.194,20
3.3.90.14.1402	DIARIAS DE VIAGEM	81.347,94
3.3.90.14.1407	DIARIAS DE VIAGEM PARA FORA DO ESTADO	846,26
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	97.531,43
3.3.90.30.3004	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	57.641,82
3.3.90.30.3009	MATERIAL DE EXPEDIENTE	7.515,00
3.3.90.30.3010	ACONDICIONAMENTO E/OU EMBALAGEM	137,70
3.3.90.30.3013	MANUTENC, IDENTIFICAC, UTILIZAC E CONSERVAC DE BENS MOVEIS E EQUIPAMS	380,00
3.3.90.30.3028	LIMPEZA E HIGIENE	5.396,50
3.3.90.30.3031	PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	15.430,85
3.3.90.30.3032	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	2.329,00
3.3.90.30.3033	CONSERVACAO DE VEICULOS	8.700,56
3.3.90.33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	8.277,33
3.3.90.33.3302	TRANSPORTE DE PESSOAL	2.300,05
3.3.90.33.3304	TRANSPORTE DE PESSOAL POR VIA AEREA	5.977,28
3.3.90.37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	138.041,69
3.3.90.37.3701	LIMPEZA E HIGIENE	24.826,67
3.3.90.37.3702	VIGILANCIA E/OU ZELADORIA	113.215,02
3.3.90.39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	837.552,04
3.3.90.39.3901	AGUA E ESGOTO	2.005,74
3.3.90.39.3902	DIVULGACAO PROMOCIONAL OU INSTITUCIONAL	32.723,10
3.3.90.39.3903	ASSINATURA DE PERIODICOS E RECORTES	4.676,00
3.3.90.39.3907	ORGANIZACAO FEIRAS AMOSTRAS,CONGRESSOS,SEMINARIOS,SIMPOSIOS E CONGENERES	3.192,00
3.3.90.39.3916	DESPESAS PEQUENAS DE PRONTO PAGAMENTO	15.629,87
3.3.90.39.3918	ENERGIA ELETRICA	31.909,00
3.3.90.39.3920	LOCACAO DE IMOVEIS	5.170,00
3.3.90.39.3923	PEDAGIOS	1.800,40
3.3.90.39.3924	PROCESSAMENTO DE DADOS	80.998,65
3.3.90.39.3926	SEGUROS	9.477,99
3.3.90.39.3929	COMUNICACAO	3.957,18
3.3.90.39.3930	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	2.564,10
3.3.90.39.3931	CONSERVACAO DE BENS MOVEIS E EQUIPAMENTOS	23.253,00
3.3.90.39.3932	CONSERVACAO DE VEICULOS	5.456,17
3.3.90.39.3933	DIVULGACAO OBRIGATORIA	54.604,00
3.3.90.39.3934	SERVICOS GRAFICOS	9.884,35
3.3.90.39.3935	ENSINO E TREINAMENTO	5.599,20
3.3.90.39.3937	LEVANTAMENTO, PROSPECCAO ANALISE DE DADOS GEOGRAFICOS, TOPOGRAF E/OU AEROFOT	19.500,00
3.3.90.39.3942	ESTAGIARIOS E MONITORES	320.300,19
3.3.90.39.3947	HABILITACAO E/OU CAPACITACAO PROFISSIONAL	110.524,26
3.3.90.39.3948	MULTAS	2.450,99
3.3.90.39.3950	CUSTAS JUDICIAIS	5.187,09
3.3.90.39.3952	DESPESAS BANCARIAS	4.113,88
3.3.90.39.3975	GINASTICA LABORAL	4.440,00
3.3.90.39.3979	TELEFONIA FIXA	70.568,64
3.3.90.39.3980	TELEFONIA MOVEL	5.556,64
3.3.90.39.3984	LIMPEZA E HIGIENE	660,00
3.3.90.39.3991	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	1.349,60
3.3.90.46	AUXILIO-ALIMENTACAO	844.446,89
3.3.90.46.4601	AUXILIO-REFEICAO	844.446,89
3.3.90.47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	113.858,24
3.3.90.47.4702	PROGRAMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO-PASEP	113.852,86
3.3.90.47.4707	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	5,38
3.3.90.49	AUXILIO-TRANSPORTE	71.355,33
3.3.90.49.4901	AUXILIO TRANSPORTE	71.355,33
3.3.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.265.386,39
3.3.90.92.3004	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	5.815,68
3.3.90.92.3701	LIMPEZA E HIGIENE	468,16
3.3.90.92.3901	AGUA E ESGOTO	152,71
3.3.90.92.3918	ENERGIA ELETRICA	2.657,25
3.3.90.92.3924	PROCESSAMENTO DE DADOS	58.916,25
3.3.90.92.3929	COMUNICACAO	385,46
3.3.90.92.3933	DIVULGACAO OBRIGATORIA	2.100,00
3.3.90.92.3942	ESTAGIARIOS E MONITORES	594,81

EXERCÍCIO DE 2010 — FUND DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO E REG — RFPE017/00002

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CAT. ECONÔMICA, GRUPO NAT. DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.3.90.92.3952	DESPESAS BANCARIAS	357,77
3.3.90.92.3979	TELEFONIA FIXA	2.484,38
3.3.90.92.3980	TELEFONIA MOVEL	327,39
3.3.90.92.3991	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	1.190.544,16
3.3.90.92.4601	AUXILIO-REFEICAO	582,37
3.3.90.93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	34.375,13
3.3.90.93.9304	RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM ALIMENTACAO	7.219,55
3.3.90.93.9306	RESTITUICAO DE RECEITAS	16.386,81
3.3.90.93.9314	INDENIZACAO PELO EXERCICIO DE FATO	10.768,77
4.0.00.00	DESPESA CAPITAL	21.626.592,92
4.4.00.00	INVESTIMENTOS	21.626.592,92
4.4.40.00	TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS	14.924.993,86
4.4.40.42	AUXILIOS	14.924.993,86
4.4.40.42.4201	ASSISTENCIA FINANCEIRA A MUNICIPIOS	14.924.993,86
4.4.90.00	APLICACOES DIRETAS	6.701.599,06
4.4.90.51	OBRAS E INSTALACOES	5.499.138,36
4.4.90.51.5102	ELABORACAO DE PROJETOS	1.205.372,03
4.4.90.51.5103	CONSTRUCAO OU AMPLIACAO DE PREDIOS OU OUTRAS OBRAS PUBLICAS	16.211,61
4.4.90.51.5104	INICIO DE OBRAS PUBLICAS	4.277.554,72
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	139.523,82
4.4.90.52.5212	MAQUINAS, MOTORES E/OU APARELHOS	20.000,00
4.4.90.52.5213	MATERIAL BIBLIOGR. PECAS P/COLECOES D E BIBLIOT. DISCOT.FILMOT.E MUSEUS	85,00
4.4.90.52.5214	MOBILIARIO EM GERAL	3.999,00
4.4.90.52.5219	SEGURANCA E/OU PROTECAO	503,82
4.4.90.52.5228	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	110.627,00
4.4.90.52.5231	EQUIPAMENTOS PARA ALOJAMENTO, LAVANDERIA, COPA E/OU COZINHA	4.309,00
4.4.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.062.936,88
4.4.90.92.5105	PROSSEGUIMENTO E/OU CONCLUSAO DE OBRAS PUBLICAS	1.062.936,88
	TOTAL GERAL ====>	42.136.219,79

* RESUMO *

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	=>	16.973.864,58
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	=>	26.623,98
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	=>	3.509.138,31
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	=>	20.509.626,87
INVESTIMENTOS	=>	21.626.592,92
INVERSÕES FINANCEIRAS	=>	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	=>	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	=>	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	=>	21.626.592,92
TOTAL GERAL	=>	42.136.219,79

PORTO ALEGRE, [illegible] DE DEZEMBRO DE 2010

NELSON LIDIO NUNES
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 150.698.340/53

GILSON LEONARDO THOEN
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 471.794.730/49

CARMEN LUCIA FREITAS CASTANHEI
CONTADORA
CRCRS N. 39701
CPF: 315.303.620/91

EXERCÍCIO DE 2010

FUND DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO E REG

RFPE039/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR ÓRGÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO POR FONTE DE RECURSO

R$

ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA							
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
64 FUNDACAO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO E REGIONAL	16.973.864,58	26.623,98	3.509.138,31	21.626.592,92				42.136.219,79
TESOURO-LIVRES	16.813.954,58	26.623,98	2.865.881,88	17.776.532,84				37.482.993,28
PROPRIOS DA FUNDACAO	159.910,00		643.256,43	3.850.060,08				4.653.226,51
TOTAL	16.973.864,58	26.623,98	3.509.138,31	21.626.592,92				42.136.219,79

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

NELSON LIDIO NUNES
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 150.698.340/53

GILSON LEONARDO THOEN
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 471.794.730/49

CARMEN LUCIA FREITAS CASTANHEIRA
CONTADORA
CRCRS N. 39701
CPF: 315.303.620/91

EXERCÍCIO DE 2010 — FUND DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO E REG — RFPE040/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR FUNCÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS FONTES DE RECURSO — R$

ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA							
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
04 ADMINISTRACAO	12.276.678,81		3.246.558,68	119.523,82				15.642.761,31
TESOURO-LIVRES	12.116.768,81		2.607.619,22	118.623,82				14.843.011,85
PROPRIOS DA FUNDACAO	159.910,00		638.939,46	900,00				799.749,46
15 URBANISMO			130.024,26	18.145.884,62				18.275.908,88
TESOURO-LIVRES			130.024,26	15.375.873,03				15.505.897,29
PROPRIOS DA FUNDACAO				2.770.011,59				2.770.011,59
26 TRANSPORTE				3.361.184,48				3.361.184,48
TESOURO-LIVRES				2.282.035,99				2.282.035,99
PROPRIOS DA FUNDACAO				1.079.148,49				1.079.148,49
28 ENCARGOS ESPECIAIS	4.697.185,77	26.623,98	132.555,37					4.856.365,12
TESOURO-LIVRES	4.697.185,77	26.623,98	128.238,40					4.852.048,15
PROPRIOS DA FUNDACAO			4.316,97					4.316,97
TOTAL	16.973.864,58	26.623,98	3.509.138,31	21.626.592,92				42.136.219,79
RESUMO								
TESOURO-LIVRES	16.813.954,58	26.623,98	2.865.881,88	17.776.932,84				37.482.993,28
PROPRIOS DA FUNDACAO	159.910,00		643.256,43	3.850.060,08				4.653.226,51
TOTAL	16.973.864,58	26.623,98	3.509.138,31	21.626.592,92				42.136.219,79

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

NELSON LIDIO NUNES
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 050.698.348/53

GILSON LEONARDO THOEN
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 471.794.730/49

CARMEN LUCIA FREITAS CASTANHEIRA
CONTADORA
CRCRS N. 39701
CPF: 315.303.620/91

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO E REGIONAL - METROPLAN

ANEXO 16

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA

DESIGNAÇÃO	AUTORIZAÇÕES		POSIÇÃO EM 31-12-10	MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2008.			POSIÇÃO EM 31-12-10
	LEI	DATA		Variações		Mutações Patrimoniais da Despesa	
				Passivas	Ativas	Amortização	
Débitos Parcelados							-
Com Ministério da Fazenda - PASEP	11.329	28/05/1999	23.798,85			23.798,85	2.824,13
Total			23.798,85			23.798,85	2.824,13

OBS.: A posição da Dívida Fundada Interna em 31.12.2010, cujo valor é 2.824,13; trata-se da atualização monetária dos débitos parcelados pagos no exercício de 2010, cujos registros não foram contabilizados no exercício que foram efetivamente pagos. Portanto os devidos registros realizados em 31.12.2010 e a respectiva baixa em 31.01.2011, motivo pelo qual o valor permaneceu no Balanço em 31.12.2010.

PORTO ALEGRE, 01 DE FEVEREIRO DE 2011.

Nelson Lídio Nunes
Diretor Superintendente
CPF - 150.698.340-53

Gilson Leonardo Thoen
Diretor Administrativo
CPF - 471.794.730-49

Carmen Lúcia Freitas Castanheira
Contadora - CRC/RS - 39.701
CPF - 315.303.620-91

PARECER

O CONSELHO CURADOR da METROPLAN examinou o Balanço Patrimonial, o Balanço Orçamentário e o Balanço Financeiro, assim como as respectivas Variações Patrimoniais relativas ao exercício de 2010.

A análise foi conduzida com vistas ao atendimento das normas de auditoria vigentes.

No entender dos Conselheiros, as demonstrações contábeis e financeiras, acima referidas, apresentam adequadamente a posição patrimonial e financeira da FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO E REGIONAL – METROPLAN, em 31 de dezembro de 2010, e, portanto, autorizam a aprovação do Balanço Anual respectivo.

Porto Alegre, em 11 de fevereiro de 2011.

José Luiz Pederzolli
Conselheiro-Titular

Paulo Cesar Faiok Salatino
Conselheiro -Suplente

Eunice Ghidorsi Silveira
Coordenadora Executiva do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... : CARMEN LUCIA FREITAS CASTANHEIRA
REGISTRO..... : RS-039701/O-7
CATEGORIA..... : CONTADOR
CPF..... : 315.303.620-91

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 28.01.2011 as 11:16:21.
Válido até: 31.03.2011.
Código de Controle: 92292.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social

FGTAS

EXERCÍCIO DE 2010

FUND GAUCHA DO TRABALHO E ACAO SOCIAL

DEMONSTRACÃO DA RECEITA E DA DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

RFPE035/00001
ANEXO N. 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
RECEITAS CORRENTES		DESPESA CORRENTE	
RECEITA PATRIMONIAL	217.709,97	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	32.731.769,78
RECEITA DE SERVICOS	114.053,35	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	114.292,97
TRANSFERENCIAS CORRENTES	4.097.557,93	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.696.593,68
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	428.111,82		
SOMA.....	4.857.433,07	SOMA.....	53.542.656,43
DEFICIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	48.685.223,36	TOTAL.....	53.542.656,43
TOTAL.....	53.542.656,43	DESPESA CAPITAL	
RECEITAS DE CAPITAL		INVESTIMENTOS	251.456,40
		AMORTIZACAO DA DIVIDA	215.041,23
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	495.676,57	SOMA.....	466.497,63
SOMA.....	495.676,57	TOTAL.....	54.009.154,06
DEFICIT	48.656.044,42		
TOTAL.....	54.009.154,06		

RESUMO

RECEITAS CORRENTES.....	4.857.433,07	DESPESAS CORRENTES.....	53.542.656,43
RECEITAS DE CAPITAL.....	495.676,57	DESPESAS DE CAPITAL.....	466.497,63
DEFICIT.....	48.656.044,42	SUPERAVIT.....	0,00
TOTAL.....	54.009.154,06	TOTAL.....	54.009.154,06

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ERLI TEREZINHA DOS SANTOS
DIRETORA PRESIDENTE
CPF: 112.634.150/91

ANTONIO CARLOS GARCIA VIZCAICHIPI
CONTADOR
CRCRS N. 32848
CPF: 078.194.550/04

EXERCÍCIO DE 2010

FUND GAUCHA DO TRABALHO E ACAO SOCIAL

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES

RFPE006/00001

ANEXO N.6

R$

ÓRGÃO: 59 - FUNDACAO GAUCHA DO TRABALHO E ACAO SOCIAL

U.O.: 59.01 - FUNDACAO GAUCHA DO TRABALHO E ACAO SOCIAL

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
11	TRABALHO	1.535.016,67	40.440.841,50	41.975.858,17
11.0122	ADMINISTRACAO GERAL		26.555.033,59	26.555.033,59
11.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		26.555.033,59	26.555.033,59
11.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA		701.064,37	701.064,37
11.0244.0301	PROGRAMA DE PROTECAO AOS DIREITOS HUMANOS		701.064,37	701.064,37
11.0331	PROT/BENEF TRABALHADOR		2.279.831,97	2.279.831,97
11.0331.0297	PROGRAMA DE ATENCAO E PROMOCAO A FAMILIA		2.279.831,97	2.279.831,97
11.0333	EMPREGABILIDADE	923.301,27	976.198,72	1.899.499,99
11.0333.0297	PROGRAMA DE ATENCAO E PROMOCAO A FAMILIA	923.301,27	976.198,72	1.899.499,99
11.0334	FOMENTO AO TRABALHO	611.715,40	9.928.712,85	10.540.428,25
11.0334.0297	PROGRAMA DE ATENCAO E PROMOCAO A FAMILIA	611.715,40	9.928.712,85	10.540.428,25
14	DIREITOS DA CIDADANIA	350.777,85		350.777,85
14.0332	RELACOES DE TRABALHO	350.777,85		350.777,85
14.0332.0297	PROGRAMA DE ATENCAO E PROMOCAO A FAMILIA	350.777,85		350.777,85
	TOTAL DA U.O. =>	1.885.794,52	40.440.841,50	42.326.636,02

U.O.: 59.33 - ENCARGOS GERAIS DA FUNDACAO GAUCHA DO TRABALHO E ACAO SOCIAL

11	TRABALHO		11.682.518,04	11.682.518,04
11.0061	ACAO JUDICIARIA		3.476.999,39	3.476.999,39
11.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS		3.476.999,39	3.476.999,39
11.0122	ADMINISTRACAO GERAL		7.876.184,45	7.876.184,45
11.0122.0335	OPERACOES ESPECIAIS		7.876.184,45	7.876.184,45
11.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS		329.334,20	329.334,20
11.0846.0335	OPERACOES ESPECIAIS		329.334,20	329.334,20
	TOTAL DA U.O. =>		11.682.518,04	11.682.518,04
	TOTAL DO ÓRGÃO =>	1.885.794,52	52.123.359,54	54.009.154,06

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

[illegible] DOS SANTOS
DIRETORA PRESIDENTE
CPF: 112.634.150/91

ANTONIO CARLOS GARCIA VIZCAYCHIPI
CONTADOR
CRCRS N. 32848
CPF: 078.194.550/04

EXERCÍCIO DE 2010 — FUND GAUCHA DO TRABALHO E ACAO SOCIAL — RFPE009/00001

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES — ANEXO N. 7

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
11	TRABALHO	1.535.016,67	52.123.359,54	53.658.376,21
11.0061	ACAO JUDICIARIA		3.476.999,39	3.476.999,39
11.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS		3.476.999,39	3.476.999,39
11.0122	ADMINISTRACAO GERAL		34.431.218,04	34.431.218,04
11.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		26.555.033,59	26.555.033,59
11.0122.0335	OPERACOES ESPECIAIS		7.876.184,45	7.876.184,45
11.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA		701.064,37	701.064,37
11.0244.0301	PROGRAMA DE PROTECAO AOS DIREITOS HUMANOS		701.064,37	701.064,37
11.0331	PROT/BENEF TRABALHADOR		2.279.831,97	2.279.831,97
11.0331.0297	PROGRAMA DE ATENCAO E PROMOCAO A FAMILIA		2.279.831,97	2.279.831,97
11.0333	EMPREGABILIDADE	923.301,27	976.198,72	1.899.499,99
11.0333.0297	PROGRAMA DE ATENCAO E PROMOCAO A FAMILIA	923.301,27	976.198,72	1.899.499,99
11.0334	FOMENTO AO TRABALHO	611.715,40	9.928.712,85	10.540.428,25
11.0334.0297	PROGRAMA DE ATENCAO E PROMOCAO A FAMILIA	611.715,40	9.928.712,85	10.540.428,25
11.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS		329.334,20	329.334,20
11.0846.0335	OPERACOES ESPECIAIS		329.334,20	329.334,20
14	DIREITOS DA CIDADANIA	350.777,85		350.777,85
14.0332	RELACOES DE TRABALHO	350.777,85		350.777,85
14.0332.0297	PROGRAMA DE ATENCAO E PROMOCAO A FAMILIA	350.777,85		350.777,85
	TOTAL GERAL =>	1.885.794,52	52.123.359,54	54.009.154,06

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

LIDI TEREZINHA DOS SANTOS
DIRETORA PRESIDENTE
CPF: 112.634.150/91

ANTONIO CARLOS GARCIA VIZCAYCHIPI
CONTADOR
CRCRS N. 32848
CPF: 078.194.550/04

EXERCÍCIO DE 2010 — FUND GAUCHA DO TRABALHO E ACAO SOCIAL — RFPE029/00001

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS — ANEXO N.8

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
11	TRABALHO	43.154.479,29	10.503.896,92	53.658.376,21
11.0061	ACAO JUDICIARIA	3.476.999,39		3.476.999,39
11.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS	3.476.999,39		3.476.999,39
11.0122	ADMINISTRACAO GERAL	34.431.218,04		34.431.218,04
11.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	26.555.033,59		26.555.033,59
11.0122.0335	OPERACOES ESPECIAIS	7.876.184,45		7.876.184,45
11.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA	701.064,37		701.064,37
11.0244.0301	PROGRAMA DE PROTECAO AOS DIREITOS HUMANOS	701.064,37		701.064,37
11.0331	PROT/BENEF TRABALHADOR		2.279.831,97	2.279.831,97
11.0331.0297	PROGRAMA DE ATENCAO E PROMOCAO A FAMILIA		2.279.831,97	2.279.831,97
11.0333	EMPREGABILIDADE	1.104.819,70	794.680,29	1.899.499,99
11.0333.0297	PROGRAMA DE ATENCAO E PROMOCAO A FAMILIA	1.104.819,70	794.680,29	1.899.499,99
11.0334	FOMENTO AO TRABALHO	3.111.043,59	7.429.384,66	10.540.428,25
11.0334.0297	PROGRAMA DE ATENCAO E PROMOCAO A FAMILIA	3.111.043,59	7.429.384,66	10.540.428,25
11.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	329.334,20		329.334,20
11.0846.0335	OPERACOES ESPECIAIS	329.334,20		329.334,20
14	DIREITOS DA CIDADANIA	350.777,85		350.777,85
14.0332	RELACOES DE TRABALHO	350.777,85		350.777,85
14.0332.0297	PROGRAMA DE ATENCAO E PROMOCAO A FAMILIA	350.777,85		350.777,85
	TOTAL GERAL =>	43.505.257,14	10.503.896,92	54.009.154,06

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ERLI TEREZINHA DOS SANTOS
DIRETORA PRESIDENTE
CPF: 112.634.150/91

ANTONIO CARLOS GARCIA VIZCAYCHIPI
CONTADOR
CRCRS N. 32848
CPF: 078.194.550/04

EXERCÍCIO DE 2010

FUND GAUCHA DO TRABALHO E ACAO SOCIAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃO E FUNÇÕES

RFPE025/00001

ANEXO N.9

R$

ÓRGÃOS / FUNÇÕES	TRABALHO	DIREITOS DA CIDADANIA	TOTAL	
PODER LEGISLATIVO				
PODER JUDICIARIO				
MINISTERIO PUBLICO				
DEFENSORIA PUBLICA				
PODER EXECUTIVO				
FUNDACAO GAUCHA DO TRABALHO E ACAO SOCIAL	53.658.376,21	350.777,85	54.009.154,06	
SOMA.....	53.658.376,21	350.777,85	54.009.154,06	
TOTAL.....	53.658.376,21	350.777,85	54.009.154,06	

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ENIL TEREZINHA DOS SANTOS
DIRETORA PRESIDENTE
CPF: 112.634.150/91

ANTONIO CARLOS GARCIA VIZCAYCHIPI
CONTADOR
CRCRS N. 32848
CPF: 078.194.550/04

EXERCÍCIO DE 2010

FUND GAUCHA DO TRABALHO E ACAO SOCIAL

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA

RFPE023/00001

ANEXO N. 10

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
1000.00.00.0000	RECEITAS CORRENTES	18.647.000,00	4.857.433,07	13.789.566,93-
1300.00.00.0000	RECEITA PATRIMONIAL	355.000,00	217.709,97	137.290,03-
1320.00.00.0000	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	355.000,00	217.709,97	137.290,03-
1325.00.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	355.000,00	217.709,97	137.290,03-
1325.01.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS DE RECURSOS VINCULADOS	355.000,00	213.424,96	141.575,04-
1325.01.99.0000	DIVERSAS REMUNERACOES DE DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS	355.000,00	213.424,96	141.575,04-
1325.02.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITO DE RECURSOS NAO VINCULADOS	0,00	4.285,01	4.285,01
1325.02.99.0000	DIVERSAS REMUNERACOES DE DEPOSITOS BANCARIOS NAO VINCULADOS	0,00	4.285,01	4.285,01
1600.00.00.0000	RECEITA DE SERVICOS	180.000,00	114.053,35	65.946,65-
1600.13.00.0000	SERVICOS ADMINISTRATIVOS	0,00	422,46	422,46
1600.13.99.0000	DIVERSOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	0,00	422,46	422,46
1600.99.00.0000	OUTROS SERVICOS	180.000,00	113.630,89	66.369,11-
1600.99.99.0000	DIVERSOS SERVICOS	180.000,00	113.630,89	66.369,11-
1700.00.00.0000	TRANSFERENCIAS CORRENTES	17.950.000,00	4.097.557,93	13.852.442,07-
1760.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	17.950.000,00	4.097.557,93	13.852.442,07-
1761.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO E DE SUAS ENTIDADES	17.950.000,00	4.097.557,93	13.852.442,07-
1761.99.00.0000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	17.950.000,00	4.097.557,93	13.852.442,07-
1761.99.99.0000	DIVERSAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	17.950.000,00	4.097.557,93	13.852.442,07-
1900.00.00.0000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	162.000,00	428.111,82	266.111,82
1910.00.00.0000	MULTAS E JUROS DE MORA	1.500,00	72,31	1.427,69-
1919.00.00.0000	MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	1.500,00	72,31	1.427,69-
1919.99.00.0000	OUTRAS MULTAS	1.500,00	72,31	1.427,69-
1919.99.99.0000	DIVERSAS MULTAS E JUROS DE MORA	1.500,00	72,31	1.427,69-
1920.00.00.0000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	143.000,00	90.724,85	52.275,15-
1921.00.00.0000	INDENIZACOES	15.000,00	13.988,55	1.011,45-
1921.06.00.0000	INDENIZACOES POR DANOS CAUSADOS AO PATRIMONIO PUBLICO	0,00	903,86	903,86
1921.06.99.0000	DIVERSAS INDENIZACOES POR DANOS CAUSADOS AO PATRIMONIO PUBLICO	0,00	903,86	903,86
1921.99.00.0000	OUTRAS INDENIZACOES	15.000,00	13.084,69	1.915,31-
1921.99.99.0000	DIVERSAS INDENIZACOES	15.000,00	13.084,69	1.915,31-
1922.00.00.0000	RESTITUICOES	128.000,00	76.736,30	51.263,70-
1922.99.00.0000	OUTRAS RESTITUICOES	128.000,00	76.736,30	51.263,70-
1922.99.99.0000	DIVERSAS RESTITUICOES	128.000,00	76.736,30	51.263,70-
1990.00.00.0000	RECEITAS DIVERSAS	17.500,00	337.314,66	319.814,66
1990.98.00.0000	OUTRAS RECEITAS EVENTUAIS	17.500,00	4.852,35	12.647,65-
1990.98.99.0000	DIVERSAS RECEITAS EVENTUAIS	17.500,00	4.852,35	12.647,65-
1990.99.00.0000	OUTRAS RECEITAS	0,00	332.462,31	332.462,31
1990.99.02.0000	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR DE RECURSOS NAO VINCULADOS	0,00	306.790,93	306.790,93
1990.99.97.0000	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR DE OUTROS RECURSOS VINCULADOS	0,00	25.671,38	25.671,38
2000.00.00.0000	RECEITAS DE CAPITAL	950.000,00	495.676,57	454.323,43-
2400.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	950.000,00	495.676,57	454.323,43-
2470.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	950.000,00	495.676,57	454.323,43-
2471.00.00.0000	TRANSFERENCIA DE CONVENIOS DA UNIAO E DE SUAS ENTIDADES	950.000,00	495.676,57	454.323,43-
2471.99.00.0000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	950.000,00	495.676,57	454.323,43-
2471.99.99.0000	DIVERSAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	950.000,00	495.676,57	454.323,43-
	TOTAL	19.597.000,00	5.353.109,64	14.243.890,36-

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ERLI TEREZINHA DOS SANTOS
DIRETORA PRESIDENTE
CPF: 112.634.150/91

ANTONIO CARLOS GARCIA VIZCAYCHIPI
CONTADOR
CRCRS N. 32848
CPF: 078.194.550/04

EXERCÍCIO DE 2010

FUND GAUCHA DO TRABALHO E ACAO SOCIAL
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

RFPE026/00001
ANEXO N.11

R$

TÍTULOS		DESPESA CORRENTE	DESPESA DE CAPITAL	TOTAL
FUNDACAO GAUCHA DO TRABALHO E ACAO SOCIAL				
	DESPESA FIXADA	57.625.742,00	1.163.000,00	58.788.742,00
	CRÉDITOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00
	CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00
	SUPLEMENTAÇÕES	9.410.568,14	112.500,00	9.523.068,14
	REDUÇÕES	3.862.368,14	0,00	3.862.368,14
	DESPESA AUTORIZADA	63.173.942,00	1.275.500,00	64.449.442,00
	DESPESA REALIZADA	53.542.656,43	466.497,63	54.009.154,06
	DIFERENÇA	9.631.285,57	809.002,37	10.440.287,94
TOTAL GERAL				
	DESPESA FIXADA			58.788.742,00
	CRÉDITOS ESPECIAIS			0,00
	CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS			0,00
	SUPLEMENTAÇÕES			9.523.068,14
	REDUÇÕES			3.862.368,14
	DESPESA AUTORIZADA			64.449.442,00
	DESPESA REALIZADA			54.009.154,06
	DIFERENÇA			10.440.287,94

CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS CONSIDERADOS PELO SEU VALOR DE ABERTURA, ESTANDO AS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES COMPUTADAS NAS SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES.

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ERLI TEREZINHA DOS SANTOS
DIRETORA PRESIDENTE
CPF: 112.634.150/91

ANTONIO CARLOS GARCIA VIZCAYCHIPI
CONTADOR
CRCRS N. 32848
CPF: 078.194.550/04

EXERCÍCIO DE 2010

FUND GAUCHA DO TRABALHO E ACAO SOCIAL
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RFPE030/00001
ANEXO N.12

R$

R E C E I T A

TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES			
RECEITA PATRIMONIAL	355.000,00	217.709,97	137.290,03-
RECEITA DE SERVICOS	180.000,00	114.053,35	65.946,65-
TRANSFERENCIAS CORRENTES	17.950.000,00	4.097.557,93	13.852.442,07-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	162.000,00	428.111,82	266.111,82
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	18.647.000,00	4.857.433,07	13.789.566,93-
RECEITAS DE CAPITAL			
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	950.000,00	495.676,57	454.323,43-
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	950.000,00	495.676,57	454.323,43-
SOMA	19.597.000,00	5.353.109,64	14.243.890,36-
DEFICIT DE PREVISÃO	44.852.442,00	48.656.044,42	3.803.602,42
TOTAL	64.449.442,00	54.009.154,06	10.440.287,94-

D E S P E S A

TÍTULOS	AUTORIZAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
CRÉDITOS ORDINÁRIOS (1)	64.449.442,00	54.009.154,06	10.440.287,94-
CRÉDITOS ESPECIAIS (2)	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS (2)	0,00	0,00	0,00
SOMA	64.449.442,00	54.009.154,06	10.440.287,94-
TOTAL	64.449.442,00	54.009.154,06	10.440.287,94-

(1) DOTAÇÕES ORIGINAIS COM SUAS SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES
(2) DOTAÇÕES CRIADAS NO DECORRER DO EXERCÍCIO E ALTERAÇÕES

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ERLI TEREZINHA DOS SANTOS
DIRETORA PRESIDENTE
CPF: 112.634.150/91

ANTONIO CARLOS GARCIA VIZCAYCHIPI
CONTADOR
CRCRS N. 32848
CPF: 078.194.550/04

EXERCÍCIO DE 2010

FUND GAUCHA DO TRABALHO E ACAO SOCIAL

BALANÇO FINANCEIRO

RFPE031/00001

ANEXO N. 13

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
RECEITA ORÇAMENTARIA		DESPESA ORÇAMENTARIA	
RECEITAS CORRENTES		TRABALHO	53.658.376,21
RECEITA PATRIMONIAL	217.709,97	DIREITOS DA CIDADANIA	350.777,85
RECEITA DE SERVICOS	114.053,35	SOMA.....	54.009.154,06
TRANSFERENCIAS CORRENTES	4.097.557,93	DESPESA EXTRA-ORÇAMENTARIA	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	428.111,82	REALIZAVEL	0,00
SOMA.....	4.857.433,07	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	2.696.981,24
RECEITAS DE CAPITAL		RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	19.357.593,91
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	495.676,57	SERVICO DA DIVIDA A PAGAR	634,10
SOMA.....	495.676,57	DEPOSITOS	6.616.196,01
TOTAL.....	5.353.109,64	DIVERSOS	46.107,90
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA		SOMA.....	28.717.513,16
REALIZAVEL	0,00	TOTAL.....	82.726.667,22
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	2.554.685,34	VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO	
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	3.089.786,86	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS INTRAGOVERNAMENTAIS	3.905,51
SERVICO DA DIVIDA A PAGAR	1.390,79	SOMA.....	3.905,51
DEPOSITOS	6.645.790,03	SALDOS PARA O EXERCICIO SEGUINTE	
DIVERSOS	46.596,30	CAIXA	0,00
SOMA.....	12.338.249,32	BANCOS C/DISPOSICAO	68.724,52
TOTAL.....	17.691.358,96	APLICACOES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	96.354,32
VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO		APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	161.174,42
BAIXA DE PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR E A LIQUIDAR	19.252.762,45	APLICACOES FINANCEIRAS DE RECURSOS VINCULADOS	2.013.082,11
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS INTRAGOVERNAMENTAIS	39.509.840,42	BANCOS, C/VINCULADAS	145.834,02
SOMA.....	58.762.602,87	SOMA.....	2.485.169,39
SALDOS DO EXERCICIO ANTERIOR			
CAIXA	425,22-		
BANCOS C/DISPOSICAO	103.185,24		
APLICACOES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	61.908,05		
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	669.069,63		
APLICACOES FINANCEIRAS DE RECURSOS VINCULADOS	7.177.707,38		
BANCOS, C/VINCULADAS	750.335,21		
SOMA.....	8.761.780,29		
TOTAL.....	85.215.742,12	TOTAL.....	85.215.742,12

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ERLI TEREZINHA DOS SANTOS
DIRETORA PRESIDENTE
CPF: 112.634.150/91

ANTONIO CARLOS GARCIA VISCAYCHIPI
CONTADOR
CRCRS N. 32848
CPF: 078.194.550/04

EXERCÍCIO DE 2010

FUND GAUCHA DO TRABALHO E ACAO SOCIAL

BALANÇO PATRIMONIAL

RFPE032/00001

ANEXO N. 14

ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
ATIVO FINANCEIRO		PASSIVO FINANCEIRO	
DISPONÍVEL		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	
BANCOS C/DISPOSICAO	68.724,52	FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	553.389,34
APLICACOES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	96.354,32	INDENIZACOES E RESTITUICOES A PAGAR	188.446,66
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	161.174,42	FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	1.342.934,42
SOMA.....	326.253,26	PIS E PASEP A RECOLHER	27.815,74
VINCULADO EM CONTA CORRENTE BANCÁRIA		CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	396.370,43
APLICACOES FINANCEIRAS DE RECURSOS VINCULADOS	2.013.082,11	TRIBUTOS E TAXAS DIVERSAS A RECOLHER	6.920,22
BANCOS, C/VINCULADAS	145.834,02	DIARIAS A PAGAR	178,33
SOMA.....	2.158.916,13	FGTS A RECOLHER	203.153,60
REALIZÁVEL		SOMA.....	2.719.208,74
DEVEDORES	8.678,58	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
DEPOSITOS JUDICIAIS	2.220.787,46	FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	56.130,04
SOMA.....	2.229.466,04	CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A LIQUIDAR	11.023,82
TOTAL.....	4.714.635,43	PRECATORIOS JUDICIAIS A LIQUIDAR	3.022.633,00
ATIVO PERMANENTE		REQUISICOES DE PEQUENO VALOR A LIQUIDAR	2.044.426,76
BENS DA ENTIDADE		SOMA.....	5.134.213,62
BENS MOVEIS	986.329,36	SERVIÇO DA DÍVIDA À PAGAR	
BENS IMOVEIS	143.093,69	SERVICO DO PARCELAMENTO DE DEBITOS PREVIDENCIARIOS	1.390,79
SOMA.....	1.129.423,05	SOMA.....	1.390,79
PARTICIPAÇÕES		DEPÓSITOS	
PARTICIPACOES SOCIETARIAS EM EMPRESAS DIVERSAS	93.510,62	DEPOSITOS	226.062,07
SOMA.....	93.510,62	SOMA.....	226.062,07
CRÉDITOS		DIVERSOS	
DEVEDORES POR IMPUTACAO DE RESPONSABILIDADE	8.448,34	ORDENS DE PAGAMENTO DEVOLVIDAS	12.309,05
DEVEDORES PELO REEMBOLSO DE PROVENTOS	211.521,28	OUTROS CREDORES	107.235,66
SOMA.....	219.969,62	SOMA.....	119.544,71
DIVERSOS		TOTAL.....	8.200.419,93
BENS CREDITOS E VALORES EM FASE DE AQUISICAO OU FORMACAO	14.669,35	PASSIVO PERMANENTE	
ALMOXARIFADOS	225.116,41	DÍVIDA FUNDADA INTERNA	
SOMA.....	239.785,76	DEBITOS PARCELADOS	1.052.516,72
TOTAL.....	1.682.689,05	PRECATORIOS JUDICIAIS - EC 62/2009	22.800.286,15
SOMA DO ATIVO REAL	6.397.324,48	SOMA.....	23.852.802,87
SALDO PATRIMONIAL		TOTAL.....	23.852.802,87
SITUAÇÃO LÍQUIDA		SOMA DO PASSIVO REAL	32.053.222,80
PASSIVO REAL DESCOBERTO	25.655.898,32	PASSIVO COMPENSADO	
SOMA.....	32.053.222,80	CONTRAPARTIDA DE VALORES EM PODER DE TERCEIROS	
ATIVO COMPENSADO		ADIANTAMENTOS A COMPROVAR	8.993,97
VALORES EM PODER DE TERCEIROS		VALORES EM GUARDA NOS ALMOXARIFADOS	225.116,41
RESPONSAVEIS POR ADIANTAMENTOS	8.993,97	BENS DA ENTIDADE EM PODER DE TERCEIROS	394.151,42
RESPONSAVEIS POR ALMOXARIFADOS	225.116,41	DIARIAS A COMPROVAR	1.131,92
RESPONSAVEIS PELA GUARDA DE BENS DA ENTIDADE	394.151,42	SOMA.....	629.393,72
RESPONSAVEIS POR DIARIAS	1.131,92	CONTRAPARTIDA DE VALORES DE TERCEIROS	
SOMA.....	629.393,72	BENS PERTENCENTES A TERCEIROS	9.638.647,94
VALORES DE TERCEIROS		SOMA.....	9.638.647,94
BENS DE TERCEIROS EM PODER DA ENTIDADE	9.638.647,94	CONTRAPARTIDA DE VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS	
SOMA.....	9.638.647,94	CONVENIOS EM EXECUCAO	711.731,63
VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS		ATUALIZACOES DE PRECATORIOS A PAGAR	26.930.619,61
RESPONSAVEIS PELA EXECUCAO DE CONVENIOS	711.731,63	ACOES JUDICIAIS	54.345,23
ATUALIZACOES DE PRECATORIOS	26.930.619,61	SOMA.....	27.696.696,47
PROCESSOS JUDICIAIS	54.345,23	TOTAL.....	37.964.738,13
SOMA.....	27.696.696,47		
TOTAL.....	37.964.738,13		
TOTAL GERAL.....	70.017.960,93	TOTAL GERAL.....	70.017.960,93

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ERLI TEREZINHA DOS SANTOS
DIRETORA PRESIDENTE
CPF: 112.634.150/91

ANTONIO CARLOS GARCIA VIZCAYCHIPI
CONTADOR
CRCRS N. 32848
CPF: 078.194.550/04

EXERCÍCIO DE 2010

FUND GAUCHA DO TRABALHO E ACAO SOCIAL

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

RFPE033/00001

ANEXO N. 15

VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
RECEITAS CORRENTES		DESPESAS CORRENTES	
RECEITA PATRIMONIAL	217.709,97	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	32.731.769,78
RECEITA DE SERVICOS	114.053,35	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	114.292,97
TRANSFERENCIAS CORRENTES	4.097.557,93	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.696.593,68
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	428.111,82		
SOMA.....	4.857.433,07	SOMA.....	53.542.656,43
RECEITAS DE CAPITAL		DESPESAS DE CAPITAL	
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	495.676,57	INVESTIMENTOS	251.456,40
		AMORTIZACAO DA DIVIDA	215.041,23
SOMA.....	495.676,57	SOMA.....	466.497,63
DEDUÇÕES RECEITAS CORRENTES	0,00	TOTAL.....	54.009.154,06
TOTAL.....	5.353.109,64	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS		SOMA.....	0,00
AMORTIZACAO DE DEBITOS PARCELADOS	223.496,27	INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
REGISTRO DE BENS CRED E VAL EM FASE DE AQUISICAO OU FORMACAO	14.669,35	VARIAÇÕES PASSIVAS	
CONSTRUCAO OU AQUISICAO DE BENS MOVEIS	50.938,35	TRANSFERENCIAS INTRAPATRIMONIAIS	40.900,00
SOMA.....	289.103,97	INSCRICAO DE PRECATORIOS JUDICIAIS - EC 62/2009	22.800.286,15
INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		BAIXA DE BENS DE ALMOXARIFADO	301.429,49
VARIAÇÕES ATIVAS		SOMA.....	23.142.615,64
TRANSFERENCIAS INTRAPATRIMONIAIS	40.900,00	VARIAÇÕES PASSIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO PATRIMÔNIO FINANCEIRO	
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	274.344,55	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS INTRAGOVERNAMENTAIS	3.905,51
INCORPORACAO DE BENS DE ALMOXARIFADO	214.314,14	SOMA.....	3.905,51
SOMA.....	529.558,69	TOTAL.....	77.155.675,21
VARIAÇÕES ATIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO PATRIMÔNIO FINANCEIRO			
BAIXA DE PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR E A LIQUIDAR	19.252.762,45		
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS INTRAGOVERNAMENTAIS	39.509.840,42		
SOMA.....	58.762.602,87		
TOTAL.....	64.934.375,17		
RESULTADO PATRIMONIAL			
DEFICIT VERIFICADO	12.221.300,04		
TOTAL.....	77.155.675,21	TOTAL.....	77.155.675,21

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ERLI TEREZINHA DOS SANTOS
DIRETORA PRESIDENTE
CPF: 112.634.150/91

ANTONIO CARLOS GARCIA VIZCAYCHIPI
CONTADOR
CRCRS N. 32848
CPF: 078.194.550/04

EXERCÍCIO DE 2010 — FUND GAUCHA DO TRABALHO E ACAO SOCIAL — RFPE034/00001

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE — ANEXO N.17

R$

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	611.614,19-	511.164,74	569.389,59	553.389,34-
CONVENIOS E REPASSES SUJEIROS A COMPROVACAO	447.010,10-	0,00	447.010,10	0,00
ENCARGOS DE LOCACAO DE IMOVEIS, A PAGAR	32.135,58-	0,00	32.135,58	0,00
INDENIZACOES E RESTITUICOES A PAGAR	100.709,03-	87.737,63	0,00	188.446,66-
FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	1.100.732,07-	1.331.867,13	1.089.664,78	1.342.934,42-
PIS E PASEP A RECOLHER	16.000,00-	27.815,74	16.000,00	27.815,74-
CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	358.646,80-	392.768,17	355.044,54	396.370,43-
TRIBUTOS E TAXAS DIVERSAS A RECOLHER	16.313,74-	0,00	9.393,52	6.920,22-
DIARIAS A PAGAR	0,00	178,33	0,00	178,33-
FGTS A RECOLHER	178.343,13-	203.153,60	178.343,13	203.153,60-
SUBTOTAL.....	2.861.504,64-	2.554.685,34	2.696.981,24	2.719.208,74-
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	104.163,26-	56.130,04	104.163,26	56.130,04-
LOCACOES DE IMOVEIS A LIQUIDAR	668,20-	0,00	668,20	0,00
CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A LIQUIDAR	0,00	11.023,82	0,00	11.023,82-
PRECATORIOS JUDICIAIS A LIQUIDAR	19.252.762,45-	3.022.633,00	19.252.762,45	3.022.633,00-
REQUISICOES DE PEQUENO VALOR A LIQUIDAR	2.044.426,76-	0,00	0,00	2.044.426,76-
SUBTOTAL.....	21.402.020,67-	3.089.786,86	19.357.593,91	5.134.213,62-
SERVICO DA DIVIDA A PAGAR				
SERVICO DO PARCELAMENTO DE DEBITOS PREVIDENCIARIOS	634,10-	1.390,79	634,10	1.390,79-
SUBTOTAL.....	634,10-	1.390,79	634,10	1.390,79-
DEPOSITOS				
DEPOSITOS	196.468,05-	6.645.790,03	6.616.196,01	226.062,07-
SUBTOTAL.....	196.468,05-	6.645.790,03	6.616.196,01	226.062,07-
DIVERSOS				
ORDENS DE PAGAMENTO DEVOLVIDAS	12.309,05-	0,00	0,00	12.309,05-
OUTROS CREDORES	106.747,26-	46.596,30	46.107,90	107.235,66-
SUBTOTAL.....	119.056,31-	46.596,30	46.107,90	119.544,71-
TOTAL.....	24.579.683,77-	12.338.249,32	28.717.513,16	8.200.419,93-

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ERDI TEREZINHA DOS SANTOS
DIRETORA PRESIDENTE
CPF: 112.634.150/91

ANTONIO CARLOS GARCIA VIZZAYCHIPI
CONTADOR
CRCRS N. 32848
CPF: 078.194.550/04

EXERCÍCIO DE 2010 — FUND GAUCHA DO TRABALHO E ACAO SOCIAL — RFPE017/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CAT. ECONÔMICA, GRUPO NAT. DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.0.00.00	DESPESA CORRENTE	
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	53.542.656,43
3.1.90.00	APLICACOES DIRETAS	32.731.769,78
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	32.731.769,78
3.1.90.11.1102	VENCIMENTO, SALARIO E SUBSIDIO	21.851.072,16
3.1.90.11.1103	13- VENCIMENTO	14.750.998,53
3.1.90.11.1104	GRATIFICACOES	1.707.429,57
3.1.90.11.1105	VANTAGENS TEMPORAIS	1.149.319,48
3.1.90.11.1107	OUTRAS VANTAGENS	3.747.143,25
3.1.90.13	OBRIGACOES PATRONAIS	496.181,33
3.1.90.13.1302	SEGURO DE VIDA DE SERVIDORES	7.315.960,60
3.1.90.13.1303	PLANO DE SAUDE	49.976,28
3.1.90.13.1304	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA	459.349,91
3.1.90.13.1305	FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVICO - FGTS	4.935.336,63
3.1.90.91	SENTENCAS JUDICIAIS	1.871.297,78
3.1.90.91.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS	3.476.999,39
3.1.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	3.476.999,39
3.1.90.92.9323	RESSARCIMENTO DE PESSOAL CEDIDO	9.199,24
3.1.90.93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	9.199,24
3.1.90.93.9323	RESSARCIMENTO DE PESSOAL CEDIDO	78.538,39
3.2.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	78.538,39
3.2.90.00	APLICACOES DIRETAS	114.292,97
3.2.90.22	OUTROS ENCARGOS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO	114.292,97
3.2.90.22.2212	DEBITOS PARCELADOS - PREVIDENCIA SOCIAL	114.292,97
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	114.292,97
3.3.90.00	APLICACOES DIRETAS	20.696.593,68
3.3.90.04	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	20.696.593,68
3.3.90.04.0401	SERVICO DE MAO-DE-OBRA TEMPORARIA	3.884.378,45
3.3.90.08	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	3.884.378,45
3.3.90.08.0805	AUXILIO CRECHE	24.051,12
3.3.90.14	DIARIAS-CIVIL	24.051,12
3.3.90.14.1402	DIARIAS DE VIAGEM	86.277,57
3.3.90.14.1403	DIARIAS ESPECIAIS DE VIAGEM	72.388,82
3.3.90.14.1407	DIARIAS DE VIAGEM PARA FORA DO ESTADO	39,63
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	13.849,12
3.3.90.30.3004	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	332.463,93
3.3.90.30.3009	MATERIAL DE EXPEDIENTE	125.732,13
3.3.90.30.3011	ALOJAMENTO, LAVANDERIA, COPA E/OU COZINHA	34.125,94
3.3.90.30.3013	MANUTENC, IDENTIFICAC, UTILIZAC E CONSERVAC DE BENS MOVEIS E EQUIPAMS	6.435,90
3.3.90.30.3014	MATERIAL DIDATICO	3.659,95
3.3.90.30.3022	REPROGRAFIA	1.384,00
3.3.90.30.3028	LIMPEZA E HIGIENE	32.892,08
3.3.90.30.3031	PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	27.780,45
3.3.90.30.3032	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	55.422,00
3.3.90.30.3033	CONSERVACAO DE VEICULOS	13.551,50
3.3.90.33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	31.479,98
3.3.90.33.3302	TRANSPORTE DE PESSOAL	12.701,85
3.3.90.33.3304	TRANSPORTE DE PESSOAL POR VIA AEREA	3.000,00
3.3.90.35	SERVICOS DE CONSULTORIA	9.701,85
3.3.90.35.3502	ASSESSORIA E CONSULTORIA TECNICA	34.525,80
3.3.90.36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	34.525,80
3.3.90.36.3614	LOCACAO DE IMOVEIS	637.898,68
3.3.90.36.3618	ENCARGOS CONTRATUAIS COM LOCACAO DE IMOVEIS	607.274,88
3.3.90.37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	30.623,80
3.3.90.37.3701	LIMPEZA E HIGIENE	2.264.567,74
3.3.90.37.3702	VIGILANCIA E/OU ZELADORIA	1.240.385,46
3.3.90.39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	1.024.182,28
3.3.90.39.3901	AGUA E ESGOTO	9.118.259,41
3.3.90.39.3902	DIVULGACAO PROMOCIONAL OU INSTITUCIONAL	268.186,44
3.3.90.39.3903	ASSINATURA DE PERIODICOS E RECORTES	13.552,51
3.3.90.39.3907	ORGANIZACAO FEIRAS AMOSTRAS,CONGRESSOS,SEMINARIOS,SIMPOSIOS E CONGENERES	4.791,68
3.3.90.39.3916	DESPESAS PEQUENAS DE PRONTO PAGAMENTO	39.332,72
3.3.90.39.3918	ENERGIA ELETRICA	109.065,76
3.3.90.39.3920	LOCACAO DE IMOVEIS	515.711,89
3.3.90.39.3921	LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	457.983,62
3.3.90.39.3924	PROCESSAMENTO DE DADOS	3.600,24
3.3.90.39.3926	SEGUROS	388.153,50
3.3.90.39.3927	ALIMENTACAO	19.457,71
3.3.90.39.3929	COMUNICACAO	180.102,41
3.3.90.39.3930	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	56.299,10
3.3.90.39.3931	CONSERVACAO DE BENS MOVEIS E EQUIPAMENTOS	48.219,40
3.3.90.39.3932	CONSERVACAO DE VEICULOS	20.414,58
3.3.90.39.3933	DIVULGACAO OBRIGATORIA	28.641,22
3.3.90.39.3934	SERVICOS GRAFICOS	123.760,23
3.3.90.39.3935	ENSINO E TREINAMENTO	12.993,76
3.3.90.39.3937	LEVANTAMENTO, PROSPECCAO ANALISE DE DADOS GEOGRAFICOS, TOPOGRAF E/OU AEROFOT	16.852,50
3.3.90.39.3939	MEDICINA	1.000.000,00
3.3.90.39.3941	ENCARGOS CONTRATUAIS COM LOCACAO DE IMOVEIS	29.270,88
3.3.90.39.3942	ESTAGIARIOS E MONITORES	410.812,31
3.3.90.39.3947	HABILITACAO E/OU CAPACITACAO PROFISSIONAL	449.972,45
3.3.90.39.3948	MULTAS	1.429.434,31
3.3.90.39.3952	DESPESAS BANCARIAS	6.835,41
3.3.90.39.3964	CARTEIRAS FUNCIONAIS, CRACHAS E CARIMBOS	210,00
3.3.90.39.3978	TRANSPORTE DE NÃO SERVIDORES	15.976,67
3.3.90.39.3979	TELEFONIA FIXA	2.685,00
3.3.90.39.3980	TELEFONIA MOVEL	438.490,66
3.3.90.39.3982	ARMAZENAGENS, FRETES E/OU CARRETOS	17.171,88
3.3.90.39.3983	AUXILIO TRANSPORTE	480,00
3.3.90.39.3985	AUXILIO-REFEICAO	180.875,24
3.3.90.47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	2.828.925,33
3.3.90.47.4702	PROGRAMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO-PASEP	382.553,25
3.3.90.47.4707	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	216.605,98
3.3.90.47.4708	CONTRIBUICAO SINDICAL	42.440,76
3.3.90.47.4715	MULTAS SOBRE OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	106.335,21
3.3.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	17.171,30
3.3.90.92.0401	SERVICO DE MAO-DE-OBRA TEMPORARIA	2.424.359,77
3.3.90.92.1402	DIARIAS DE VIAGEM	548.951,94
3.3.90.92.1407	DIARIAS DE VIAGEM PARA FORA DO ESTADO	4.825,02
3.3.90.92.3004	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	840,18

EXERCÍCIO DE 2010 — FUND GAUCHA DO TRABALHO E ACAO SOCIAL — RFPE017/00002

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CAT. ECONÔMICA, GRUPO NAT. DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.3.90.92.3032	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	3.484,00
3.3.90.92.3502	ASSESSORIA E CONSULTORIA TECNICA	8.065,75
3.3.90.92.3701	LIMPEZA E HIGIENE	73.091,42
3.3.90.92.3702	VIGILANCIA E/OU ZELADORIA	179.985,48
3.3.90.92.3901	AGUA E ESGOTO	21.911,89
3.3.90.92.3903	ASSINATURA DE PERIODICOS E RECORTES	192,36
3.3.90.92.3918	ENERGIA ELETRICA	52.147,45
3.3.90.92.3920	LOCACAO DE IMOVEIS	79.790,62
3.3.90.92.3921	LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	541,56
3.3.90.92.3924	PROCESSAMENTO DE DADOS	222.983,18
3.3.90.92.3929	COMUNICACAO	2.561,20
3.3.90.92.3931	CONSERVACAO DE BENS MOVEIS E EQUIPAMENTOS	1.687,47
3.3.90.92.3933	DIVULGACAO OBRIGATORIA	87.957,00
3.3.90.92.3941	ENCARGOS CONTRATUAIS COM LOCACAO DE IMOVEIS	32.110,96
3.3.90.92.3964	CARTEIRAS FUNCIONAIS, CRACHAS E CARIMBOS	49,22
3.3.90.92.3979	TELEFONIA FIXA	126.900,18
3.3.90.92.3980	TELEFONIA MOVEL	1.531,74
3.3.90.92.4702	PROGRAMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO-PASEP	13.700,07
3.3.90.92.4707	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	454,59
3.3.90.92.4708	CONTRIBUICAO SINDICAL	292.262,31
3.3.90.92.9306	RESTITUICAO DE RECEITAS	637.147,01
3.3.90.93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	1.494.556,11
3.3.90.93.9306	RESTITUICAO DE RECEITAS	1.494.556,11
4.0.00.00	DESPESA CAPITAL	466.497,63
4.4.00.00	INVESTIMENTOS	251.456,40
4.4.90.00	APLICACOES DIRETAS	251.456,40
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	251.456,40
4.4.90.52.5211	MAQUINAS DE ESCREVER, SOMAR, CALCULAR, CONTABILIDADE E REPRODUCAO	12.191,00
4.4.90.52.5212	MAQUINAS, MOTORES E/OU APARELHOS	39.895,44
4.4.90.52.5214	MOBILIARIO EM GERAL	121.704,70
4.4.90.52.5220	TELECOMUNICACOES	18.987,00
4.4.90.52.5222	SOM E/OU IMAGEM	7.292,46
4.4.90.52.5228	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	45.157,00
4.4.90.52.5231	EQUIPAMENTOS PARA ALOJAMENTO, LAVANDERIA, COPA E/OU COZINHA	6.228,80
4.6.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	215.041,23
4.6.90.00	APLICACOES DIRETAS	215.041,23
4.6.90.71	PRINCIPAL DA DIVIDA CONTRATUAL RESGATADO	214.190,33
4.6.90.71.7111	DEBITOS PARCELADOS - PASEP	10.830,29
4.6.90.71.7112	DEBITOS PARCELADOS - PREVIDENCIA SOCIAL	203.360,04
4.6.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	850,90
4.6.90.92.7111	DEBITOS PARCELADOS - PASEP	850,90
	TOTAL GERAL ====>	54.009.154,06

* RESUMO *

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	=>	32.731.769,78
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	=>	114.292,97
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	=>	20.696.593,68
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	=>	53.542.656,43
INVESTIMENTOS	=>	251.456,40
INVERSÕES FINANCEIRAS	=>	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	=>	215.041,23
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	=>	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	=>	466.497,63
TOTAL GERAL	=>	54.009.154,06

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ERLI TEREZINHA DOS SANTOS
DIRETORA PRESIDENTE
CPF: 112.634.150/91

ANTONIO CARLOS GARCIA VILCAYCHIPI
CONTADOR
CRCRS N. 32848
CPF: 078.194.550/04

EXERCÍCIO DE 2010

FUND GAUCHA DO TRABALHO E ACAO SOCIAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR ÓRGÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO POR FONTE DE RECURSO

RFPE039/00001

R$

ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA							
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
59 FUNDACAO GAUCHA DO TRABALHO E ACAO SOCIAL	32.731.769,78	114.292,97	20.696.593,68	251.456,40		215.041,23		54.009.154,06
TESOURO-LIVRES	30.333.191,64	114.292,97	10.307.850,28	9.427,26		215.041,23		40.979.803,38
PROPRIOS DA FUNDACAO			126.875,62					126.875,62
CONVENIOS			10.261.867,78	242.029,14				10.503.896,92
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO	2.398.578,14							2.398.578,14
TOTAL	32.731.769,78	114.292,97	20.696.593,68	251.456,40		215.041,23		54.009.154,06

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ERLI TEREZINHA DOS SANTOS
DIRETORA PRESIDENTE
CPF: 112.634.150/91

ANTONIO CARLOS GARCIA VIZCAYCHIPI
CONTADOR
CRCRS N. 32848
CPF: 078.194.550/04

EXERCÍCIO DE 2010

FUND GAUCHA DO TRABALHO E ACAO SOCIAL

RFPE040/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS FONTES DE RECURSO

R$

ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA							
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
11 TRABALHO	32.731.769,78	114.292,97	20.345.815,83	251.456,40		215.041,23		53.658.376,21
TESOURO-LIVRES	30.333.191,64	114.292,97	9.957.072,43	9.427,26		215.041,23		40.629.025,53
PROPRIOS DA FUNDACAO			126.875,62					126.875,62
CONVENIOS			10.261.867,78	242.029,14				10.503.896,92
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO	2.398.578,14							2.398.578,14
14 DIREITOS DA CIDADANIA			350.777,85					350.777,85
TESOURO-LIVRES			350.777,85					350.777,85
TOTAL	32.731.769,78	114.292,97	20.696.593,68	251.456,40		215.041,23		54.009.154,06

RESUMO

TESOURO-LIVRES	30.333.191,64	114.292,97	10.307.850,28	9.427,26		215.041,23		40.979.803,38
PROPRIOS DA FUNDACAO			126.875,62					126.875,62
CONVENIOS			10.261.867,78	242.029,14				10.503.896,92
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO	2.398.578,14							2.398.578,14
TOTAL	32.731.769,78	114.292,97	20.696.593,68	251.456,40		215.041,23		54.009.154,06

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ERLI TEREZINHA DOS SANTOS
DIRETORA PRESIDENTE
CPF: 112.634.150/91

ANTONIO CARLOS GARCIA VIZCAYCHIPI
CONTADOR
CRCRS N. 32848
CPF: 078.194.550/04

FUNDAÇÃO GAÚCHA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

Anexo 16

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA

DESIGNAÇÃO	AUTORIZAÇÕES		POSIÇÃO EM 31-12-09	MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2010.			POSIÇÃO EM 31-12-10
	LEI	DATA		Variações		Mutações Patrimoniais da Despesa	
				Passivas	Ativas	Amortização	
ıitos Parcelados	----------						
Ministério da Fazenda - PASEP - Contrato 0013536200239 Termo de parcelamento de 30/12/2002			513.402,03			20.136,23	493.265,80
Instituto Nacional de Seguro Social - INSS Contrato 93377			762.610,96			203.360,04	559.250,92
Total			1.276.012,99	-	-	223.496,27	1.052.516,72

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010.

I TEREZINHA DOS SANTOS
ETORA-PRESIDENTE
112.634.150/91

ANTONIO CARLOS GARCIA VIZCAÍCHIPI
CONTADOR CRCRS 32.848/O-7
CIC 078.194.550/04

FUNDAÇÃO GAÚCHA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO DE 2010.

01- Com vista ao cumprimento de disposições da Lei Complementar 101, de 04.05.00, e considerando, ainda, o disposto no Decreto federal 20.910, 06.01.32, e no Parecer 01/03, de 21.11.03, do Egrégio Tribunal de Contas do Estado, foram expedidos o Decreto 47.542, de 08 de novembro de 2010, e a Instrução Normativa CAGE 6/2010, de 16 de novembro de 2010, com base nos quais foram efetuados os seguintes procedimentos:

a) Prescrição dos saldos de empenhos inscritos em Restos a Pagar referentes aos exercícios de 2005, no valor de R$ 191.948,03
b) Anulação das despesas inscritas Restos a Pagar Não-Processados, no valor de R$ 19.722,97, cujos empenhos foram emitidos em 2009;
c) Estorno de empenhos não liquidados emitidos em 2010, no valor de R$ 75.084,07 , excedentes ao saldo positivo de disponibilidade de caixa.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2010.

Erli Terezinha dos Santos
DIRETORA-PRESIDENTE
CPF: 112.634.150/91

Antonio Carlos Garcia Vizcaichipi
CONTADOR CRCRS 32.848/O-7
CPF: 078.194.550/04

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... : ANTONIO CARLOS GARCIA VIZCAICHIPI
REGISTRO..... : RS-032848/O-7
CATEGORIA..... : CONTADOR
CPF..... : 078.194.550-04

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 14.02.2011 as 08:27:14.
Válido até: 13.08.2011.
Código de Controle: 93148.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos

FDRH

EXERCÍCIO DE 2010

FUND PARA DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

RFPE035/00001
ANEXO N. 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
RECEITAS CORRENTES		DESPESA CORRENTE	
RECEITA DE SERVICOS	5.103.265,83	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.145.849,43
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	76.573,22	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.848.892,98
SOMA.....	5.179.839,05	SOMA.....	8.994.742,41
DEFICIT	5.322.181,82	TOTAL.....	8.994.742,41
TOTAL.....	10.502.020,87	DESPESA CAPITAL	
		INVESTIMENTOS	1.316.814,50
		AMORTIZACAO DA DIVIDA	190.463,96
		SOMA.....	1.507.278,46
		TOTAL.....	10.502.020,87

RESUMO

RECEITAS CORRENTES.....	5.179.839,05	DESPESAS CORRENTES.....	8.994.742,41
RECEITAS DE CAPITAL.....	0,00	DESPESAS DE CAPITAL.....	1.507.278,46
DEFICIT.....	5.322.181,82	SUPERAVIT.....	0,00
TOTAL.....	10.502.020,87	TOTAL.....	10.502.020,87

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

WAMBERT GOMES DI LORENZO
PRESIDENTE
CPF: 549.385.971/20

ATILA FERNANDES MARQUES DA SILVA ROSA
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 688.268.080/91

ANTONIO SAAVEDRA CASTRILLON
CONTADOR
CRCRS N. 55901
CPF: 542.873.080/34

EXERCÍCIO DE 2010 — FUND PARA DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS — RFPE006/00001

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES — ANEXO N.6

R$

ÓRGÃO: 54 - FUNDACAO PARA O DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

U.O.: 54.01 - FUNDACAO PARA O DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS - FDRH

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
04	ADMINISTRACAO		7.851.634,51	7.851.634,51
04.0122	ADMINISTRACAO GERAL		7.694.462,42	7.694.462,42
04.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		4.411.664,86	4.411.664,86
04.0122.0327	GESTAO DE RECURSOS HUMANOS		3.282.797,56	3.282.797,56
04.0128	FORMACAO RECURSOS_HUMANOS		157.172,09	157.172,09
04.0128.0327	GESTAO DE RECURSOS HUMANOS		157.172,09	157.172,09
12	EDUCACAO	269.214,22	1.215.090,88	1.484.305,10
12.0128	FORMACAO RECURSOS_HUMANOS	269.214,22	1.215.090,88	1.484.305,10
12.0128.0326	ESCOLAS DE GOVERNO	269.214,22	1.215.090,88	1.484.305,10
	TOTAL DA U.O. =>	269.214,22	9.066.725,39	9.335.939,61

U.O.: 54.33 - ENCARGOS GERAIS DA FUNDACAO PARA O DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS - FDRH

04	ADMINISTRACAO		326.927,64	326.927,64
04.0122	ADMINISTRACAO GERAL		190.463,96	190.463,96
04.0122.0335	OPERACOES ESPECIAIS		190.463,96	190.463,96
04.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS		136.463,68	136.463,68
04.0846.0335	OPERACOES ESPECIAIS		136.463,68	136.463,68
28	ENCARGOS ESPECIAIS		839.153,62	839.153,62
28.0061	ACAO JUDICIARIA		99.839,19	99.839,19
28.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS		99.839,19	99.839,19
28.0122	ADMINISTRACAO GERAL		739.314,43	739.314,43
28.0122.0335	OPERACOES ESPECIAIS		739.314,43	739.314,43
	TOTAL DA U.O. =>		1.166.081,26	1.166.081,26
	TOTAL DO ÓRGÃO =>	269.214,22	10.232.806,65	10.502.020,87

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

WAMBERT GOMES DI LORENZO
PRESIDENTE
CPF: 549.385.974/20

ATILA FERNANDES MARQUES DA SILVA ROSA
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 688.264.000/91

ANTONIO SAAVEDRA CASTRILLON
CONTADOR
CRCRS N. 55901
CPF: 542.873.080/34

EXERCÍCIO DE 2010 — FUND PARA DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS — RFPE009/00001

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES

ANEXO N. 7
R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
04	ADMINISTRACAO		8.178.562,15	8.178.562,15
04.0122	ADMINISTRACAO GERAL		7.884.926,38	7.884.926,38
04.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		4.411.664,86	4.411.664,86
04.0122.0327	GESTAO DE RECURSOS HUMANOS		3.282.797,56	3.282.797,56
04.0122.0335	OPERACOES ESPECIAIS		190.463,96	190.463,96
04.0128	FORMACAO RECURSOS_HUMANOS		157.172,09	157.172,09
04.0128.0327	GESTAO DE RECURSOS HUMANOS		157.172,09	157.172,09
04.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS		136.463,68	136.463,68
04.0846.0335	OPERACOES ESPECIAIS		136.463,68	136.463,68
12	EDUCACAO	269.214,22	1.215.090,88	1.484.305,10
12.0128	FORMACAO RECURSOS_HUMANOS	269.214,22	1.215.090,88	1.484.305,10
12.0128.0326	ESCOLAS DE GOVERNO	269.214,22	1.215.090,88	1.484.305,10
28	ENCARGOS ESPECIAIS		839.153,62	839.153,62
28.0061	ACAO JUDICIARIA		99.839,19	99.839,19
28.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS		99.839,19	99.839,19
28.0122	ADMINISTRACAO GERAL		739.314,43	739.314,43
28.0122.0335	OPERACOES ESPECIAIS		739.314,43	739.314,43
	TOTAL GERAL =>	269.214,22	10.232.806,65	10.502.020,87

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

WAMBERT GOMES DE LORENZO
PRESIDENTE
CPF: 549.385.974/20

ATILA FERNANDES MARQUES DA SILVA ROSA
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 688.264.000/91

ANTONIO SAAVEDRA CASTRILLON
CONTADOR
CRCRS N. 55901
CPF: 542.873.080/34

EXERCÍCIO DE 2010 — FUND PARA DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS — RFPE029/00001

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS — ANEXO N.8

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
04	ADMINISTRACAO	8.178.562,15		8.178.562,15
04.0122	ADMINISTRACAO GERAL	7.884.926,38		7.884.926,38
04.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	4.411.664,86		4.411.664,86
04.0122.0327	GESTAO DE RECURSOS HUMANOS	3.282.797,56		3.282.797,56
04.0122.0335	OPERACOES ESPECIAIS	190.463,96		190.463,96
04.0128	FORMACAO RECURSOS_HUMANOS	157.172,09		157.172,09
04.0128.0327	GESTAO DE RECURSOS HUMANOS	157.172,09		157.172,09
04.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	136.463,68		136.463,68
04.0846.0335	OPERACOES ESPECIAIS	136.463,68		136.463,68
12	EDUCACAO	1.484.305,10		1.484.305,10
12.0128	FORMACAO RECURSOS_HUMANOS	1.484.305,10		1.484.305,10
12.0128.0326	ESCOLAS DE GOVERNO	1.484.305,10		1.484.305,10
28	ENCARGOS ESPECIAIS	839.153,62		839.153,62
28.0061	ACAO JUDICIARIA	99.839,19		99.839,19
28.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS	99.839,19		99.839,19
28.0122	ADMINISTRACAO GERAL	739.314,43		739.314,43
28.0122.0335	OPERACOES ESPECIAIS	739.314,43		739.314,43
	TOTAL GERAL =>	10.502.020,87	0,00	10.502.020,87

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

WAMBERT GOMES DI LORENZO
PRESIDENTE
CPF: 549.385.971/20

ATILA FERNANDES MARQUES DA SILVA ROSA
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 688.264.500/91

ANTONIO SAAVEDRA CASTRILLON
CONTADOR
CRCRS N. 55901
CPF: 582.873.080/34

EXERCÍCIO DE 2010	FUND PARA DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS	RFPE025/00001
	DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃO E FUNÇÕES	ANEXO N.9
		R$

FUNÇÕES / ÓRGÃOS	ADMINISTRACAO	EDUCACAO	ENCARGOS ESPECIAIS	TOTAL
PODER LEGISLATIVO				
PODER JUDICIARIO				
MINISTERIO PUBLICO				
DEFENSORIA PUBLICA				
PODER EXECUTIVO				
FUNDACAO PARA O DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS	8.178.562,15	1.484.305,10	839.153,62	10.502.020,87
SOMA.....	8.178.562,15	1.484.305,10	839.153,62	10.502.020,87
TOTAL.....	8.178.562,15	1.484.305,10	839.153,62	10.502.020,87

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

WAMBERT GOMES DI LORENZO
PRESIDENTE
CPF: 549.385.974/2

ATILA FERNANDES MARQUES DA SILVA ROSA
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 688.264.000/91

ANTONIO SARAIVA CASTELLON
CONTADOR
CRCRS N. 55801
CPF: 542.873.080/34

EXERCÍCIO DE 2010	FUND PARA DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	RFPE023/00001 ANEXO N. 10 R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
1000.00.00.0000	RECEITAS CORRENTES	9.375.999,00	5.179.839,05	4.196.159,95-
1300.00.00.0000	RECEITA PATRIMONIAL	1.700,00	0,00	1.700,00-
1310.00.00.0000	RECEITAS IMOBILIARIAS	850,00	0,00	850,00-
1311.00.00.0000	ALUGUEIS	850,00	0,00	850,00-
1311.99.00.0000	OUTROS ALUGUEIS	850,00	0,00	850,00-
1311.99.99.0000	DIVERSOS ALUGUEIS	850,00	0,00	850,00-
1320.00.00.0000	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	850,00	0,00	850,00-
1322.00.00.0000	DIVIDENDOS	850,00	0,00	850,00-
1322.02.00.0000	DIVIDENDOS DE PARTICIPACOES DIVERSAS	850,00	0,00	850,00-
1322.02.99.0000	DIVIDENDOS DE PARTICIPACOES DIVERSAS	850,00	0,00	850,00-
1600.00.00.0000	RECEITA DE SERVICOS	9.079.748,00	5.103.265,83	3.976.482,17-
1600.13.00.0000	SERVICOS ADMINISTRATIVOS	8.407.939,00	4.805.715,65	3.602.223,35-
1600.13.01.0000	SERVICOS DE INSCRICAO EM CONCURSOS PUBLICOS	3.100.654,00	644.595,65	2.456.058,35-
1600.13.04.0000	SERVICOS DE EXPEDICAO DE CERTIFICADOS	0,00	45,00	45,00
1600.13.99.0000	DIVERSOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	5.307.285,00	4.161.075,00	1.146.210,00-
1600.16.00.0000	SERVICOS EDUCACIONAIS	155.033,00	297.544,18	142.511,18
1600.16.99.0000	DIVERSOS SERVICOS EDUCACIONAIS	155.033,00	297.544,18	142.511,18
1600.20.00.0000	SERVICO DE CONSULTORIA, ASSISTENCIA TECNICA E ANALISE DE PROJETOS	516.776,00	0,00	516.776,00-
1600.20.99.0000	DIVERSOS SERVICOS DE CONSULTORIA, ASSISTENCIA TECNICA E ANALISE DE PROJETOS	516.776,00	0,00	516.776,00-
1600.99.00.0000	OUTROS SERVICOS	0,00	6,00	6,00
1600.99.99.0000	DIVERSOS SERVICOS	0,00	6,00	6,00
1900.00.00.0000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	294.551,00	76.573,22	217.977,78-
1910.00.00.0000	MULTAS E JUROS DE MORA	0,00	149,00	149,00
1919.00.00.0000	MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	0,00	149,00	149,00
1919.99.00.0000	OUTRAS MULTAS	0,00	149,00	149,00
1919.99.99.0000	DIVERSAS MULTAS E JUROS DE MORA	0,00	149,00	149,00
1920.00.00.0000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	289.119,00	23.547,10	265.571,90-
1921.00.00.0000	INDENIZACOES	4.074,00	478,85	3.595,15-
1921.99.00.0000	OUTRAS INDENIZACOES	4.074,00	478,85	3.595,15-
1921.99.99.0000	DIVERSAS INDENIZACOES	4.074,00	478,85	3.595,15-
1922.00.00.0000	RESTITUICOES	285.045,00	23.068,25	261.976,75-
1922.99.00.0000	OUTRAS RESTITUICOES	285.045,00	23.068,25	261.976,75-
1922.99.99.0000	DIVERSAS RESTITUICOES	285.045,00	23.068,25	261.976,75-
1990.00.00.0000	RECEITAS DIVERSAS	5.432,00	52.877,12	47.445,12
1990.99.00.0000	OUTRAS RECEITAS	5.432,00	52.877,12	47.445,12
1990.99.02.0000	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR DE RECURSOS NAO VINCULADOS	0,00	52.682,12	52.682,12
1990.99.99.0000	OUTRAS RECEITAS DIVERSAS	5.432,00	195,00	5.237,00-
2000.00.00.0000	RECEITAS DE CAPITAL	6.115,00	0,00	6.115,00-
2200.00.00.0000	ALIENACAO DE BENS	6.115,00	0,00	6.115,00-
2210.00.00.0000	ALIENACAO DE BENS MOVEIS	6.115,00	0,00	6.115,00-
2219.00.00.0000	ALIENACAO DE OUTROS BENS MOVEIS	6.115,00	0,00	6.115,00-
2219.99.00.0000	OUTRAS ALIENACOES DE BENS MOVEIS	6.115,00	0,00	6.115,00-
2219.99.99.0000	DIVERSAS ALIENACOES DE BENS MOVEIS	6.115,00	0,00	6.115,00-
TOTAL		9.382.114,00	5.179.839,05	4.202.274,95-

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

WAMBERT GOMES DI LORENZO
PRESIDENTE
CPF: 549.385.974/20

ATILA FERNANDES MARQUES DA SILVA ROSA
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 688.244.000/91

ANTONIO SAAVEDRA CASTRILLON
CONTADOR
CRCRS N. 55901
CPF: 542.873.080/34

EXERCÍCIO DE 2010 — FUND PARA DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS — RFPE026/00001

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA — ANEXO N.11

R$

TÍTULOS		DESPESA CORRENTE	DESPESA DE CAPITAL	TOTAL
FUNDACAO PARA O DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS				
	DESPESA FIXADA	7.229.842,00	2.152.272,00	9.382.114,00
	CRÉDITOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00
	CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00
	SUPLEMENTAÇÕES	3.939.880,00	0,00	3.939.880,00
	REDUÇÕES	50.000,00	34.000,00	84.000,00
	DESPESA AUTORIZADA	11.119.722,00	2.118.272,00	13.237.994,00
	DESPESA REALIZADA	8.994.742,41	1.507.278,46	10.502.020,87
	DIFERENÇA	2.124.979,59	610.993,54	2.735.973,13
TOTAL GERAL				
	DESPESA FIXADA			9.382.114,00
	CRÉDITOS ESPECIAIS			0,00
	CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS			0,00
	SUPLEMENTAÇÕES			3.939.880,00
	REDUÇÕES			84.000,00
	DESPESA AUTORIZADA			13.237.994,00
	DESPESA REALIZADA			10.502.020,87
	DIFERENÇA			2.735.973,13

CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS CONSIDERADOS PELO SEU VALOR DE ABERTURA, ESTANDO AS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES COMPUTADAS NAS SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES.

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

WAMBERT GOMES DI LORENZO
PRESIDENTE
CPF: 549.385.974/20

ATILA FERNANDES MARQUES DA SILVA ROSA
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 688.244.000/91

ANTONIO SAENZ DA PEDRA CASTRILLON
CONTADOR
CRCRS Nº 55901
CPF: 542.873.080/34

EXERCÍCIO DE 2010 — FUND PARA DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS — RFPE030/00001

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO — ANEXO N.12

R$

R E C E I T A

TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES			
RECEITA PATRIMONIAL	1.700,00	0,00	1.700,00-
RECEITA DE SERVICOS	9.079.748,00	5.103.265,83	3.976.482,17-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	294.551,00	76.573,22	217.977,78-
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	9.375.999,00	5.179.839,05	4.196.159,95-
RECEITAS DE CAPITAL			
ALIENACAO DE BENS	6.115,00	0,00	6.115,00-
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	6.115,00	0,00	6.115,00-
SOMA	9.382.114,00	5.179.839,05	4.202.274,95-
DEFICIT DE PREVISÃO	3.855.880,00	5.322.181,82	1.466.301,82
TOTAL	13.237.994,00	10.502.020,87	2.735.973,13-

D E S P E S A

TÍTULOS	AUTORIZAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
CRÉDITOS ORDINÁRIOS (1)	13.237.994,00	10.502.020,87	2.735.973,13-
CRÉDITOS ESPECIAIS (2)	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS (2)	0,00	0,00	0,00
SOMA	13.237.994,00	10.502.020,87	2.735.973,13-
TOTAL	13.237.994,00	10.502.020,87	2.735.973,13-

(1) DOTAÇÕES ORIGINAIS COM SUAS SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES
(2) DOTAÇÕES CRIADAS NO DECORRER DO EXERCÍCIO E ALTERAÇÕES

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

WAMBERT GOMES DI LORENZO
PRESIDENTE
CPF: 549.385.974/20

ATILA FERNANDES MARQUES DA SILVA ROSA
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 688.254.000/91

ANTONIO SAAVEDRA CASTRILLON
CONTADOR
CRCRS N. 55901
CPF: 542.873.080/34

EXERCÍCIO DE 2010 | FUND PARA DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS | RFPE031/00001

BALANÇO FINANCEIRO | ANEXO N. 13

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
RECEITA ORÇAMENTARIA		DESPESA ORÇAMENTARIA	
RECEITAS CORRENTES		ADMINISTRACAO	8.178.562,15
RECEITA DE SERVICOS	5.103.265,83	EDUCACAO	1.484.305,10
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	76.573,22	ENCARGOS ESPECIAIS	839.153,62
SOMA.....	5.179.839,05	SOMA.....	10.502.020,87
RECEITAS DE CAPITAL		DESPESA EXTRA-ORÇAMENTARIA	
TOTAL.....	5.179.839,05	REALIZAVEL	0,00
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	182.035,00
REALIZAVEL	0,00	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	167.563,02
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	291.950,62	DEPOSITOS	68.325.762,72
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	1.406.136,48	DIVERSOS	175.621,10
DEPOSITOS	68.369.980,54	SOMA.....	68.850.981,84
DIVERSOS	342.576,72	TOTAL.....	79.353.002,71
SOMA.....	70.410.644,36	VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO	
TOTAL.....	75.590.483,41	BAIXA DE SALDOS BANCÁRIOS	
VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO		TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS INTRAGOVERNAMENTAIS	
BAIXA DE PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR E A LIQUIDAR	17.393,80	SOMA.....	0,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS INTRAGOVERNAMENTAIS	0,00	SALDOS PARA O EXERCICIO SEGUINTE	
SOMA.....	17.393,80	CAIXA	220,00
SALDOS DO EXERCICIO ANTERIOR		BANCOS C/DISPOSICAO	1.338.257,19
CAIXA	258,25	APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	7.040.261,81
BANCOS C/DISPOSICAO	1.090.566,04	SOMA.....	8.378.739,00
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	11.033.040,21		
SOMA.....	12.123.864,50		
TOTAL.....	87.731.741,71	TOTAL.....	87.731.741,71

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

WAMBERT GOMES DE LORENZO
PRESIDENTE
CPF: 549.385.970/20

ATILA FERNANDES MARQUES DA SILVA ROSA
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 688.264.000/91

ANTONIO SARVEDRA CASTRILLON
CONTADOR
CRCRS N. 55901
CPF: 542.873.080/34

EXERCÍCIO DE 2010 | FUND PARA DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS | RFPE032/00001

BALANÇO PATRIMONIAL | ANEXO N. 14

ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
ATIVO FINANCEIRO		PASSIVO FINANCEIRO	
DISPONÍVEL		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	
CAIXA	220,00	FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	190.104,76
BANCOS C/DISPOSICAO	1.338.257,19	FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	4.445,35
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	7.040.261,81	PIS E PASEP A RECOLHER	2.412,04
SOMA.....	8.378.739,00	CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	16.095,57
REALIZÁVEL		TRIBUTOS E TAXAS DIVERSAS A RECOLHER	344,72
DEVEDORES	10.568,97	ESTAGIARIOS E MONITORES A PAGAR	1.812,58
DEPOSITOS JUDICIAIS	283.448,24	PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR	3.048,53
SOMA.....	294.017,21	SOMA.....	218.263,55
TOTAL.....	8.672.756,21	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
ATIVO PERMANENTE		FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	1.351.844,12
BENS DA ENTIDADE		LOCACOES DE IMOVEIS A LIQUIDAR	360,00
BENS MOVEIS	1.770.044,32	CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A LIQUIDAR	6.980,70
BENS IMOVEIS	100.530,31	TRIBUTOS E TAXAS DIVERSAS A LIQUIDAR	16.355,51
SOMA.....	1.870.574,63	ESTAGIARIOS - RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	338,22
PARTICIPAÇÕES		FGTS A LIQUIDAR	30.257,93
PARTICIPACOES SOCIETARIAS EM EMPRESAS DIVERSAS	10.004,12	SOMA.....	1.406.136,48
SOMA.....	10.004,12	DEPÓSITOS	
CRÉDITOS		DEPOSITOS	709.417,43
DEVEDORES POR LOCACAO	6.625,04	SOMA.....	709.417,43
TRIBUTOS A RECUPERAR	57.886,75	DIVERSOS	
DEVEDORES POR EMPRESTIMOS CONCEDIDOS	8.504,62	ORDENS DE PAGAMENTO DEVOLVIDAS	462.200,38
DEVEDORES POR PRESTACOES DE SERVICOS	81.869,09	OUTROS CREDORES	145.600,92
DEVEDORES PELO REEMBOLSO DE PROVENTOS	66.850,52	SOMA.....	607.801,30
SOMA.....	221.736,02	TOTAL.....	2.941.618,76
DIVERSOS		PASSIVO PERMANENTE	
BENS CREDITOS E VALORES EM FASE DE AQUISICAO OU FORMACAO	1.071.038,76	DÍVIDA FUNDADA INTERNA	
ALMOXARIFADOS	80.374,65	DEBITOS PARCELADOS	211.248,05
SOMA.....	1.151.413,41	PRECATORIOS JUDICIAIS - EC 62/2009	413.605,16
TOTAL.....	3.253.728,18	SOMA.....	624.853,21
SOMA DO ATIVO REAL	11.926.484,39	TOTAL.....	624.853,21
ATIVO COMPENSADO		SOMA DO PASSIVO REAL	3.566.471,97
VALORES EM PODER DE TERCEIROS		SALDO PATRIMONIAL	
RESPONSAVEIS POR DEPOSITOS JUDICIAIS	6.474,95	SITUAÇÃO LÍQUIDA	
RESPONSAVEIS POR ALMOXARIFADOS	80.374,65	ATIVO REAL LIQUIDO	8.360.012,42
RESPONSAVEIS POR DIARIAS	3.186,01	SOMA.....	11.926.484,39
SOMA.....	90.035,61	PASSIVO COMPENSADO	
VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS		CONTRAPARTIDA DE VALORES EM PODER DE TERCEIROS	
PROCESSOS JUDICIAIS	572.096,91	DEPOSITOS JUDICIAIS EM PODER DE TERCEIROS	6.474,95
SOMA.....	572.096,91	VALORES EM GUARDA NOS ALMOXARIFADOS	80.374,65
TOTAL.....	662.132,52	DIARIAS A COMPROVAR	3.186,01
		SOMA.....	90.035,61
		CONTRAPARTIDA DE VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS	
		ACOES JUDICIAIS	572.096,91
		SOMA.....	572.096,91
		TOTAL.....	662.132,52
TOTAL GERAL.....	12.588.616,91	TOTAL GERAL.....	12.588.616,91

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

WAMBERT GOMES DE LORENZO
PRESIDENTE
CPF: 549.385.974/20

ATILA FERNANDES MARQUES DA SILVA ROSA
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 688.264.000/91

ANTONIO SAAVEDRA CASTRILLON
CONTADOR
CRCRS N. 55901
CPF: 542.873.080/34

EXERCÍCIO DE 2010 | FUND PARA DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS | RFPE033/00001

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS | ANEXO N. 15

VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
RECEITAS CORRENTES		DESPESAS CORRENTES	
RECEITA DE SERVICOS	5.103.265,83	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.145.849,43
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	76.573,22	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.848.892,98
SOMA.....	5.179.839,05	SOMA.....	8.994.742,41
RECEITAS DE CAPITAL		DESPESAS DE CAPITAL	
		INVESTIMENTOS	1.316.814,50
SOMA.....	0,00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	190.463,96
DEDUÇÕES RECEITAS CORRENTES	0,00	SOMA.....	1.507.278,46
TOTAL.....	5.179.839,05	TOTAL.....	10.502.020,87
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS		MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	
AMORTIZACAO DE DEBITOS PARCELADOS	190.463,96	ALIENACAO DE BENS MOVEIS	250,00
REGISTRO DE BENS CRED E VAL EM FASE DE AQUISICAO OU FORMACAO	1.071.038,76	SOMA.....	250,00
CONSTRUCAO OU AQUISICAO DE BENS MOVEIS	230.875,74	INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
CONSTRUCAO OU AQUISICAO DE BENS IMOVEIS	14.900,00	VARIAÇÕES PASSIVAS	
SOMA.....	1.507.278,46	INSCRICAO DE DEBITOS PARCELADOS - PRINCIPAL E ATUALIZACAO	20.123,36
INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		BAIXA DE PARTICIPACOES SOC EM EMPR DIVERSAS	4.238,93
VARIAÇÕES ATIVAS		BAIXA DE BENS MOVEIS	15.080,88
INCORPORACAO DE BENS DE ALMOXARIFADO	132.657,77	INSCRICAO DE PRECATORIOS JUDICIAIS - EC 62/2009	413.605,16
SOMA.....	132.657,77	BAIXA DE BENS DE ALMOXARIFADO	145.186,95
VARIAÇÕES ATIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO PATRIMÔNIO FINANCEIRO		SOMA.....	598.235,28
BAIXA DE PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR E A LIQUIDAR	17.393,80	VARIAÇÕES PASSIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO PATRIMÔNIO FINANCEIRO	
SOMA.....	17.393,80	SOMA.....	0,00
TOTAL.....	6.837.169,08	TOTAL.....	11.100.506,15
RESULTADO PATRIMONIAL			
DEFICIT VERIFICADO	4.263.337,07		
TOTAL.....	11.100.506,15	TOTAL.....	11.100.506,15

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

WAMBERT GOMES DE LORENZO
PRESIDENTE
CPF: 549.385.974/20

ATILA FERNANDES MARQUES DA SILVA ROSA
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 688.264.000/91

ANTONIO SAAVEDRA CASTRILLON
CONTADOR
CRCRS N. 55901
CPF: 542.873.080/34

EXERCÍCIO DE 2010 — FUND PARA DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS — RFPE017/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CAT. ECONÔMICA, GRUPO NAT. DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.0.00.00	DESPESA CORRENTE	8.994.742,41
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.145.849,43
3.1.90.00	APLICACOES DIRETAS	3.145.849,43
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	2.365.784,79
3.1.90.11.1102	VENCIMENTO, SALARIO E SUBSIDIO	1.441.567,29
3.1.90.11.1103	13- VENCIMENTO	185.368,49
3.1.90.11.1104	GRATIFICACOES	108.453,36
3.1.90.11.1105	VANTAGENS TEMPORAIS	278.813,33
3.1.90.11.1107	OUTRAS VANTAGENS	351.422,28
3.1.90.11.1108	JETON	160,04
3.1.90.13	OBRIGACOES PATRONAIS	728.746,82
3.1.90.13.1302	SEGURO DE VIDA DE SERVIDORES	11.808,16
3.1.90.13.1303	PLANO DE SAUDE	21.312,17
3.1.90.13.1304	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA	514.499,90
3.1.90.13.1305	FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVICO - FGTS	181.126,59
3.1.90.91	SENTENCAS JUDICIAIS	51.317,82
3.1.90.91.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS	51.317,82
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.848.892,98
3.3.90.00	APLICACOES DIRETAS	5.848.892,98
3.3.90.14	DIARIAS-CIVIL	53.672,76
3.3.90.14.1402	DIARIAS DE VIAGEM	53.672,76
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	196.593,33
3.3.90.30.3004	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	11.819,50
3.3.90.30.3006	GENEROS PARA ALIMENTACAO	19.576,57
3.3.90.30.3009	MATERIAL DE EXPEDIENTE	29.278,43
3.3.90.30.3010	ACONDICIONAMENTO E/OU EMBALAGEM	27.655,00
3.3.90.30.3011	ALOJAMENTO, LAVANDERIA, COPA E/OU COZINHA	3.822,50
3.3.90.30.3013	MANUTENC, IDENTIFICAC, UTILIZAC E CONSERVAC DE BENS MOVEIS E EQUIPAMS	486,00
3.3.90.30.3021	VESTUARIO E/OU UNIFORME	7.788,00
3.3.90.30.3022	REPROGRAFIA	29.742,00
3.3.90.30.3028	LIMPEZA E HIGIENE	14.182,46
3.3.90.30.3031	PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	22.113,50
3.3.90.30.3032	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	12.160,28
3.3.90.30.3033	CONSERVACAO DE VEICULOS	17.589,09
3.3.90.30.3035	INSIGNIAS, FLAMULAS, BANDEIRAS, PLACAS, CARTEIRAS FUNCIONAIS	380,00
3.3.90.33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	52.136,22
3.3.90.33.3302	TRANSPORTE DE PESSOAL	9.922,50
3.3.90.33.3304	TRANSPORTE DE PESSOAL POR VIA AEREA	42.213,72
3.3.90.35	SERVICOS DE CONSULTORIA	164.477,79
3.3.90.35.3501	AUDITORIA	483,60
3.3.90.35.3502	ASSESSORIA E CONSULTORIA TECNICA	163.994,19
3.3.90.36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	2.139.719,00
3.3.90.36.3611	HONORARIOS	1.689.834,56
3.3.90.36.3619	ESTAGIARIOS E MONITORES	449.884,44
3.3.90.37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	304.980,89
3.3.90.37.3701	LIMPEZA E HIGIENE	173.254,76
3.3.90.37.3702	VIGILANCIA E/OU ZELADORIA	131.726,13
3.3.90.39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	1.799.197,46
3.3.90.39.3901	AGUA E ESGOTO	44.565,31
3.3.90.39.3902	DIVULGACAO PROMOCIONAL OU INSTITUCIONAL	35.039,00
3.3.90.39.3903	ASSINATURA DE PERIODICOS E RECORTES	9.015,37
3.3.90.39.3907	ORGANIZACAO FEIRAS AMOSTRAS,CONGRESSOS,SEMINARIOS,SIMPOSIOS E CONGENERES	8.978,20
3.3.90.39.3910	CONCURSOS PUBLICOS	409.227,54
3.3.90.39.3916	DESPESAS PEQUENAS DE PRONTO PAGAMENTO	10.888,92
3.3.90.39.3918	ENERGIA ELETRICA	84.977,85
3.3.90.39.3920	LOCACAO DE IMOVEIS	30.620,33
3.3.90.39.3921	LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	10.030,00
3.3.90.39.3924	PROCESSAMENTO DE DADOS	443.181,10
3.3.90.39.3926	SEGUROS	137.003,11
3.3.90.39.3929	COMUNICACAO	64.994,89
3.3.90.39.3930	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	108.425,39
3.3.90.39.3931	CONSERVACAO DE BENS MOVEIS E EQUIPAMENTOS	34.965,90
3.3.90.39.3932	CONSERVACAO DE VEICULOS	177,00
3.3.90.39.3933	DIVULGACAO OBRIGATORIA	176.388,09
3.3.90.39.3934	SERVICOS GRAFICOS	28.094,20
3.3.90.39.3935	ENSINO E TREINAMENTO	55.271,12
3.3.90.39.3936	ALIMENTACAO E/OU HOSPEDAGEM DE NAO SERVIDORES	9.494,25
3.3.90.39.3940	FOTOGRAFIA, CINEGRAFIA, SOM E PROJECAO	660,00
3.3.90.39.3948	MULTAS	46,98
3.3.90.39.3950	CUSTAS JUDICIAIS	15.133,55
3.3.90.39.3979	TELEFONIA FIXA	67.026,60
3.3.90.39.3980	TELEFONIA MOVEL	14.992,76
3.3.90.41	CONTRIBUICOES	6.879,05
3.3.90.41.4106	ENCARGOS COM ASSOCIACOES	6.879,05
3.3.90.46	AUXILIO-ALIMENTACAO	318.865,46
3.3.90.46.4601	AUXILIO-REFEICAO	318.865,46
3.3.90.47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	462.146,31
3.3.90.47.4701	CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - SERVICOS DE TERCEIROS	116.199,11
3.3.90.47.4702	PROGRAMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO-PASEP	25.183,92
3.3.90.47.4703	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO E CONTRIBUICAO DE MELHORIA	3.634,93
3.3.90.47.4705	IMPOSTO SOBRE SERVICOS DE QUALQUER NATUREZA	317.030,48
3.3.90.47.4707	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	97,87
3.3.90.49	AUXILIO-TRANSPORTE	39.454,78
3.3.90.49.4901	AUXILIO TRANSPORTE	39.454,78
3.3.90.91	SENTENCAS JUDICIAIS	184.985,05
3.3.90.91.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS	184.985,05
3.3.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	119.191,40
3.3.90.92.9306	RESTITUICAO DE RECEITAS	119.191,40
3.3.90.93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	6.593,48
3.3.90.93.9305	INDENIZACOES	6.593,48
4.0.00.00	DESPESA CAPITAL	1.507.278,46
4.4.00.00	INVESTIMENTOS	1.316.814,50
4.4.90.00	APLICACOES DIRETAS	1.316.814,50
4.4.90.51	OBRAS E INSTALACOES	14.900,00
4.4.90.51.5106	INSTALACOES, EQUIPAMENTOS E/OU MATERIAIS INCORPORAVEIS A IMOVEIS	14.900,00
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.301.914,50
4.4.90.52.5211	MAQUINAS DE ESCREVER, SOMAR, CALCULAR, CONTABILIDADE E REPRODUCAO	118,00
4.4.90.52.5212	MAQUINAS, MOTORES E/OU APARELHOS	63.536,56
4.4.90.52.5213	MATERIAL BIBLIOGR. PECAS P/COLECOES D E BIBLIOT. DISCOT.FILMOT.E MUSEUS	4.575,03

EXERCÍCIO DE 2010 — FUND PARA DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS — RFPE017/00002

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CAT. ECONÔMICA, GRUPO NAT. DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA
COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
4.4.90.52.5214	MOBILIARIO EM GERAL	1.037.170,40
4.4.90.52.5219	SEGURANCA E/OU PROTECAO	217,14
4.4.90.52.5220	TELECOMUNICACOES	14.348,40
4.4.90.52.5222	SOM E/OU IMAGEM	2.732,00
4.4.90.52.5223	DESENHO E/OU TOPOGRAFIA	4.000,00
4.4.90.52.5228	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	175.216,97
4.6.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	190.463,96
4.6.90.00	APLICACOES DIRETAS	190.463,96
4.6.90.71	PRINCIPAL DA DIVIDA CONTRATUAL RESGATADO	190.463,96
4.6.90.71.7112	DEBITOS PARCELADOS - PREVIDENCIA SOCIAL	58.941,73
4.6.90.71.7113	OUTROS DEBITOS PARCELADOS	131.522,23
	TOTAL GERAL ====>	10.502.020,87

* RESUMO *

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	=>	3.145.849,43
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	=>	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	=>	5.848.892,98
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	=>	8.994.742,41
INVESTIMENTOS	=>	1.316.814,50
INVERSÕES FINANCEIRAS	=>	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	=>	190.463,96
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	=>	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	=>	1.507.278,46
TOTAL GERAL	=>	10.502.020,87

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

WAMBERT GOMES DI LORENZO
PRESIDENTE
CPF: 549.385.970/20

ATILA FERNANDES MARQUES DA SILVA ROSA
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 688.264.000/91

ANTONIO SAAVEDRA CASTRILLON
CONTADOR
CRCRS N. 55901
CPF: 542.873.080/34

EXERCÍCIO DE 2010

FUND PARA DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR ÓRGÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO POR FONTE DE RECURSO

RFPE039/00001

RS

ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA							
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
54 FUNDACAO PARA O DESENVOLVIMENTO DE RECURSO HUMANOS	3.145.849,43		5.848.892,98	1.316.814,50		190.463,96		10.502.020,87
PROPRIOS DA FUNDACAO	3.145.849,43		5.848.892,98	1.316.814,50		190.463,96		10.502.020,87
TOTAL	3.145.849,43		5.848.892,98	1.316.814,50		190.463,96		10.502.020,87

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

WAMBERT GOMES DE LORENZO
PRESIDENTE
CPF: 549.385.9[illegible]4/20

ATILA FERNANDES MAROIES DA SILVA ROSA
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 688.264.000/91

ANTONIO BRAVEDRA CASTRILLON
CONTADOR
CRCRS N. 55901
CPF: 542.873.080/34

FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO EM RECURSOS HUMANOS

ANEXO - 16

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA

DESIGNAÇÃO	AUTORIZAÇÕES		POSIÇÃO EM 31-12-09	MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2010			POSIÇÃO EM 31-12-10
	LEI	DATA	R$	VARIAÇÕES		Mutações Patrimoniais da Despesa	R$
				Passivas	Ativas	Amortização	
Débitos Parcelados							
Com INSS-19201907	8212	fev/06	42.679,76	20123,36		58.941,73	3.861,39
Termo de Parcelamento ISSQN							
3116/2005	Compl.Municipal 7/73		338.908,89			131.522,23	207.386,66
							-
Total			381.588,65	20.123,36	-	190.463,96	211.248,05

Wambert Gomes Di Lorenzo
DIRETOR-PRESIDENTE
CIC-549.385.974-20

Atila Fernandes Marques da Silva Rosa
DIRETOR TÉCNICO
CIC-688.264.000-91

Antonio Saavedra Castrillon
CONTADOR - CRCRS 55901
CIC-542.873.080-34

FDRH
Desenvolvimento em Recursos Humanos.

FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO EM RECURSOS HUMANOS

NOTAS EXPLICATIVAS

BALANÇO 2010

Com vista ao cumprimento de disposições da Lei Complementar 101 de 04.05.00, e considerando ainda o disposto no Decreto Federal 20910 de 06.01.32, e no Parecer 01/03 de 21.11.03, do Egrégio Tribunal de Contas do Estado, foi expedida a Circular CAGE 02/2010 e as Instruções Normativas nºs 06 de 11/11/2010 e 07 de 30/11/2010, com base nas quais foram efetuados os seguintes procedimentos:

1- Amortização da Dívida com o ISSQN no valor de R$ 131.522,23 e da Dívida com o INSS no valor de R$ 58.941,73.

2- Realizado pagamento de Precatórios processos 01491.014/98-9 de Armando Cunha Macedônia Franco e processo 01170-1999-012-04.40.8 de Jorge Luis Barbosa Wood (sucessão) no valor líquido de R$ 49.194,84.

3- Foram corrigidos os Débitos Trabalhistas (Precatórios) conforme Of.CAGE/GAB n ° 006/2011 de 13/01/2011 e 417/2010 de 30/12/2010.

4- Com relação às Participações Acionárias , houve um Decréscimo no valor de R$ 3.682,17.

5- Referente ao Déficit Financeiro e Orçamentário , deve-se à várias situações ; tais como:

RECEITA: Houve queda da Taxa Administrativa referente a intermediação de Estagiários pela FDRH junto aos Órgãos Estaduais, Municipais e outros, sendo esta receita a Principal Fonte de arrecadação desta Fundação.

- O Tribunal de Justiça e a Prefeitura Municipal de Canoas, entre outros, romperam o Contrato com a Fundação ; com isto a FDRH deixou de arrecadar mais ou menos em torno de R$ 100.000,00 mensais.

- DESPESA: No Exercício de 2010 , foram processadas as Despesas decorrentes do Concurso Público do BANRISUL , realizado em 17/01/2010 e cujo Ingresso de Receita entrou no exercício de 2009.

FDRH
Desenvolvimento em Recursos Humanos.

- DESPESA ESCOLA DE GOVERNO: Em 2010 houve uma demanda considerável de Cursos, tendo em vista que as Despesas da EG são custeadas pelos Recursos Próprios da FDRH.

Wambert Gomes Di Lorenzo
Diretor Presidente
CPF: 549.385.974/20

Átila Fernandes Marques da Silva Rosa
Diretor Administrativo
CPF: 688.264.000/91

Antonio Saavedra Castrillon
Contador
CPF:542.873.080/34

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: ANTONIO SAAVEDRA CASTRILLON
REGISTRO.....	: RS-055901/O-7
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 542.873.080-34

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 04.01.2011 as 11:51:19.
Válido até: 03.07.2011.
Código de Controle: 90746.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

Fundação Cultural Piratini - Rádio e Televisão

FCPRTV

EXERCÍCIO DE 2010

FUND CULTURAL PIRATINI RADIO E TELEVISAO
DEMONSTRACÃO DA RECEITA E DA DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

RFPE035/00001
ANEXO N. 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
RECEITAS CORRENTES		DESPESA CORRENTE	
RECEITA PATRIMONIAL	206.811,51	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.524.698,96
RECEITA DE SERVICOS	391.041,85	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.233.990,60
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	232.692,27		
		SOMA.....	16.758.689,56
SOMA.....	830.545,63		
		TOTAL.....	16.758.689,56
DEFICIT	16.023.895,43		
		DESPESA CAPITAL	
TOTAL.....	16.854.441,06		
		INVESTIMENTOS	57.844,57
		AMORTIZACAO DA DIVIDA	37.906,93
		SOMA.....	95.751,50
		TOTAL.....	16.854.441,06

RESUMO

RECEITAS CORRENTES.....	830.545,63	DESPESAS CORRENTES.....	16.758.689,56
RECEITAS DE CAPITAL.....	0,00	DESPESAS DE CAPITAL.....	95.751,50
DEFICIT.....	16.023.895,43	SUPERAVIT.....	0,00
TOTAL.....	16.854.441,06	TOTAL.....	16.854.441,06

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

EDUARDO BAUMGART ROCCO
CONTADOR
CRCRS N. 52765
CPF: 630.679.780/72

AIRTON JOSE [illegible]
DIRETOR GERAL
CPF: 179.213.760/53

EXERCÍCIO DE 2010 — FUND CULTURAL PIRATINI RADIO E TELEVISAO — RFPE006/00001

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES — ANEXO N.6

R$

ÓRGÃO: 65 - FUNDACAO CULTURAL PIRATINI - RADIO E TELEVISAO

U.O.: 65.01 - FUNDACAO CULTURAL PIRATINI - RADIO E TELEVISAO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
13	CULTURA	53.445,00	13.434.960,50	13.488.405,50
13.0392	DIFUSAO CULTURAL	53.445,00	13.434.960,50	13.488.405,50
13.0392.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		13.434.818,90	13.434.818,90
13.0392.0284	PRODUCAO, VALORIZACAO E DIFUSAO DAS MANIFESTACOES CULTURAIS	53.445,00	141,60	53.586,60
	TOTAL DA U.O. =>	53.445,00	13.434.960,50	13.488.405,50

U.O.: 65.33 - ENCARGOS GERAIS DA FUNDACAO CULTURAL PIRATINI - RADIO E TELEVISAO

13	CULTURA		3.226.623,27	3.226.623,27
13.0122	ADMINISTRACAO GERAL		3.188.716,34	3.188.716,34
13.0122.0335	OPERACOES ESPECIAIS		3.188.716,34	3.188.716,34
13.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS		37.906,93	37.906,93
13.0846.0335	OPERACOES ESPECIAIS		37.906,93	37.906,93
28	ENCARGOS ESPECIAIS		139.412,29	139.412,29
28.0061	ACAO JUDICIARIA		139.412,29	139.412,29
28.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS		139.412,29	139.412,29
	TOTAL DA U.O. =>		3.366.035,56	3.366.035,56
	TOTAL DO ÓRGÃO =>	53.445,00	16.800.996,06	16.854.441,06

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

EDUARDO BAUMGART ROCCO
CONTADOR
CRCRS N. 52765
CPF: 630.679.780/72

AIRTON JOSÉ [illegible]
DIRETOR GERAL
CPF: 179.21[illegible].760/53

EXERCÍCIO DE 2010 | FUND CULTURAL PIRATINI RADIO E TELEVISAO | RFPE009/00001

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES

ANEXO N. 7
R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
13	CULTURA	53.445,00	16.661.583,77	16.715.028,77
13.0122	ADMINISTRACAO GERAL		3.188.716,34	3.188.716,34
13.0122.0335	OPERACOES ESPECIAIS		3.188.716,34	3.188.716,34
13.0392	DIFUSAO CULTURAL	53.445,00	13.434.960,50	13.488.405,50
13.0392.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		13.434.818,90	13.434.818,90
13.0392.0284	PRODUCAO, VALORIZACAO E DIFUSAO DAS MANIFESTACOES CULTURAIS	53.445,00	141,60	53.586,60
13.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS		37.906,93	37.906,93
13.0846.0335	OPERACOES ESPECIAIS		37.906,93	37.906,93
28	ENCARGOS ESPECIAIS		139.412,29	139.412,29
28.0061	ACAO JUDICIARIA		139.412,29	139.412,29
28.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS		139.412,29	139.412,29
	TOTAL GERAL =>	53.445,00	16.800.996,06	16.854.441,06

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

EDUARDO BAUMGART ROCCO
CONTADOR
CRCRS N. 52765
CPF: 630.679.780/72

AIRTON JOSE [illegible]
DIRETOR GERAL
CPF: 179.213.760/53

EXERCÍCIO DE 2010 — FUND CULTURAL PIRATINI RADIO E TELEVISAO — RFPE029/00001

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS — ANEXO N.8

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
13	CULTURA	16.715.028,77		16.715.028,77
13.0122	ADMINISTRACAO GERAL	3.188.716,34		3.188.716,34
13.0122.0335	OPERACOES ESPECIAIS	3.188.716,34		3.188.716,34
13.0392	DIFUSAO CULTURAL	13.488.405,50		13.488.405,50
13.0392.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	13.434.818,90		13.434.818,90
13.0392.0284	PRODUCAO, VALORIZACAO E DIFUSAO DAS MANIFESTACOES CULTURAIS	53.586,60		53.586,60
13.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	37.906,93		37.906,93
13.0846.0335	OPERACOES ESPECIAIS	37.906,93		37.906,93
28	ENCARGOS ESPECIAIS	139.412,29		139.412,29
28.0061	ACAO JUDICIARIA	139.412,29		139.412,29
28.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS	139.412,29		139.412,29
	TOTAL GERAL =>	16.854.441,06	0,00	16.854.441,06

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

EDUARDO BAUMGART ROCCO
CONTADOR
CRCRS N. 52765
CPF: 630.679.780/72

AIRTON JOSE NEDEL
DIRETOR GERAL
CPF: 179.213.760/53

EXERCÍCIO DE 2010 | FUND CULTURAL PIRATINI RADIO E TELEVISAO | RFPE025/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃO E FUNÇÕES | ANEXO N.9

R$

FUNÇÕES / ÓRGÃOS	CULTURA	ENCARGOS ESPECIAIS	TOTAL	
PODER LEGISLATIVO				
PODER JUDICIARIO				
MINISTERIO PUBLICO				
DEFENSORIA PUBLICA				
PODER EXECUTIVO				
FUNDACAO CULTURAL PIRATINI - RADIO E TELEVISAO	16.715.028,77	139.412,29	16.854.441,06	
SOMA.....	16.715.028,77	139.412,29	16.854.441,06	
TOTAL.....	16.715.028,77	139.412,29	16.854.441,06	

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

EDUARDO BAUMGART ROCCO
CONTADOR
CRCRS N. 52765
CPF: 630.679.780/72

AIRTON JOSÉ NEDEL
DIRETOR GERAL
CPF: 179.210.760/53

EXERCÍCIO DE 2010 | FUND CULTURAL PIRATINI RADIO E TELEVISAO | RFPE023/00001

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA | ANEXO N. 10

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
1000.00.00.0000	RECEITAS CORRENTES	1.095.603,00	830.545,63	265.057,37-
1300.00.00.0000	RECEITA PATRIMONIAL	200.000,00	206.811,51	6.811,51
1390.00.00.0000	OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	200.000,00	206.811,51	6.811,51
1390.99.00.0000	OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	200.000,00	206.811,51	6.811,51
1390.99.01.0000	DIVERSAS RECEITAS PATRIMONIAIS	200.000,00	206.811,51	6.811,51
1600.00.00.0000	RECEITA DE SERVICOS	550.966,00	391.041,85	159.924,15-
1600.04.00.0000	SERVICOS DE COMUNICACAO	50.000,00	149.915,07	99.915,07
1600.04.99.0000	DIVERSOS SERVICOS DE COMUNICACAO	50.000,00	149.915,07	99.915,07
1600.19.00.0000	SERVICOS RECREATIVOS E CULTURAIS	500.966,00	241.126,78	259.839,22-
1600.19.99.0000	DIVERSOS SERVICOS RECREATIVOS E CULTURAIS	500.966,00	241.126,78	259.839,22-
1900.00.00.0000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	344.637,00	232.692,27	111.944,73-
1920.00.00.0000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	190.049,00	964,26	189.084,74-
1922.00.00.0000	RESTITUICOES	190.049,00	964,26	189.084,74-
1922.99.00.0000	OUTRAS RESTITUICOES	190.049,00	964,26	189.084,74-
1922.99.99.0000	DIVERSAS RESTITUICOES	190.049,00	964,26	189.084,74-
1990.00.00.0000	RECEITAS DIVERSAS	154.588,00	231.728,01	77.140,01
1990.98.00.0000	OUTRAS RECEITAS EVENTUAIS	0,00	13.517,35	13.517,35
1990.98.99.0000	DIVERSAS RECEITAS EVENTUAIS	0,00	13.517,35	13.517,35
1990.99.00.0000	OUTRAS RECEITAS	154.588,00	218.210,66	63.622,66
1990.99.02.0000	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR DE RECURSOS NAO VINCULADOS	0,00	218.210,66	218.210,66
1990.99.99.0000	OUTRAS RECEITAS DIVERSAS	154.588,00	0,00	154.588,00-
TOTAL		1.095.603,00	830.545,63	265.057,37-

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

EDUARDO BAUMGART ROCCO
CONTADOR
CRCRS N. 52765
CPF: 630.679.780/72

AIRTON JOSE NEDEL
DIRETOR GERAL
CPF: 179.213.760/53

EXERCÍCIO DE 2010

FUND CULTURAL PIRATINI RADIO E TELEVISAO
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

RFPE026/00001
ANEXO N.11

R$

TÍTULOS		DESPESA CORRENTE	DESPESA DE CAPITAL	TOTAL
FUNDACAO CULTURAL PIRATINI - RADIO E TELEVISAO				
	DESPESA FIXADA	17.175.975,00	441.000,00	17.616.975,00
	CRÉDITOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00
	CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00
	SUPLEMENTAÇÕES	1.405.413,40	0,00	1.405.413,40
	REDUÇÕES	158.413,40	0,00	158.413,40
	DESPESA AUTORIZADA	18.422.975,00	441.000,00	18.863.975,00
	DESPESA REALIZADA	16.758.689,56	95.751,50	16.854.441,06
	DIFERENÇA	1.664.285,44	345.248,50	2.009.533,94
TOTAL GERAL				
	DESPESA FIXADA			17.616.975,00
	CRÉDITOS ESPECIAIS			0,00
	CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS			0,00
	SUPLEMENTAÇÕES			1.405.413,40
	REDUÇÕES			158.413,40
	DESPESA AUTORIZADA			18.863.975,00
	DESPESA REALIZADA			16.854.441,06
	DIFERENÇA			2.009.533,94

CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS CONSIDERADOS PELO SEU VALOR DE ABERTURA, ESTANDO AS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES COMPUTADAS NAS SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES.

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

EDUARDO BAUMGART ROCCO
CONTADOR
CRCRS N. 52765
CPF: 630.679.780/72

AIRTON JOSÉ NEBEL
DIRETOR GERAL
CPF: 179.213.760/53

EXERCÍCIO DE 2010 | FUND CULTURAL PIRATINI RADIO E TELEVISAO | RFPE030/00001

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO | ANEXO N.12

RS

R E C E I T A

TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES			
RECEITA PATRIMONIAL	200.000,00	206.811,51	6.811,51
RECEITA DE SERVICOS	550.966,00	391.041,85	159.924,15-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	344.637,00	232.692,27	111.944,73-
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	1.095.603,00	830.545,63	265.057,37-
RECEITAS DE CAPITAL			
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
SOMA	1.095.603,00	830.545,63	265.057,37-
DEFICIT DE PREVISÃO	17.768.372,00	16.023.895,43	1.744.476,57-
TOTAL	18.863.975,00	16.854.441,06	2.009.533,94-

D E S P E S A

TÍTULOS	AUTORIZAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
CRÉDITOS ORDINÁRIOS (1)	18.863.975,00	16.854.441,06	2.009.533,94-
CRÉDITOS ESPECIAIS (2)	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS (2)	0,00	0,00	0,00
SOMA	18.863.975,00	16.854.441,06	2.009.533,94-
TOTAL	18.863.975,00	16.854.441,06	2.009.533,94-

(1) DOTAÇÕES ORIGINAIS COM SUAS SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES

(2) DOTAÇÕES CRIADAS NO DECORRER DO EXERCÍCIO E ALTERAÇÕES

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

EDUARDO BAUMGART ROCCO
CONTADOR
CRCRS N. 52765
CPF: 630.679.780/72

AIRTON JOSÉ [illegible]
DIRETOR GERAL
CPF: 179.213.760/53

EXERCÍCIO DE 2010

FUND CULTURAL PIRATINI RADIO E TELEVISAO

BALANÇO FINANCEIRO

RFPE031/00001

ANEXO N. 13

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
RECEITA ORÇAMENTARIA		DESPESA ORÇAMENTARIA	
RECEITAS CORRENTES		CULTURA	16.715.028,77
RECEITA PATRIMONIAL	206.811,51	ENCARGOS ESPECIAIS	139.412,29
RECEITA DE SERVICOS	391.041,85	SOMA.....	16.854.441,06
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	232.692,27		
SOMA.....	830.545,63	DESPESA EXTRA-ORÇAMENTARIA	
RECEITAS DE CAPITAL		REALIZAVEL	23.237,13
TOTAL.....	830.545,63	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.074.202,82
		RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	3.411.311,70
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA		SERVICO DA DIVIDA A PAGAR	628,95
REALIZAVEL	23.134,99	DEPOSITOS	2.805.931,65
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	981.038,33	DIVERSOS	10.121,34
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	0,00	SOMA.....	7.325.433,59
SERVICO DA DIVIDA A PAGAR	457,96	TOTAL.....	24.179.874,65
DEPOSITOS	2.828.075,70		
DIVERSOS	10.121,34	VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO	
SOMA.....	3.842.828,32	BAIXA DE SALDOS BANCÁRIOS	
TOTAL.....	4.673.373,95	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS INTRAGOVERNAMENTAIS	
VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO		SOMA.....	0,00
BAIXA DE PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR E A LIQUIDAR	3.297.352,38	SALDOS PARA O EXERCICIO SEGUINTE	
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS INTRAGOVERNAMENTAIS	15.711.378,81	CAIXA	0,00
SOMA.....	19.008.731,19	BANCOS C/DISPOSICAO	41.465,54
		APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	425.020,37
SALDOS DO EXERCICIO ANTERIOR		SOMA.....	466.485,91
CAIXA	0,00		
BANCOS C/DISPOSICAO	49.242,42		
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	915.013,00		
SOMA.....	964.255,42		
TOTAL.....	24.646.360,56	TOTAL.....	24.646.360,56

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

EDUARDO BAUMGART ROCCO
CONTADOR
CRCRS N. 52765
CPF: 630.679.780/72

AIRTON JOSÉ NISSEL
DIRETOR GERAL
CPF: 179.218.760/53

EXERCÍCIO DE 2010 | FUND CULTURAL PIRATINI RADIO E TELEVISAO | RFPE032/00001

BALANÇO PATRIMONIAL | ANEXO N. 14

ATIVO

TÍTULOS	R$
ATIVO FINANCEIRO	
DISPONÍVEL	
BANCOS C/DISPOSICAO	41.465,54
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	425.020,37
SOMA.....	466.485,91
REALIZÁVEL	
DEVEDORES	35.583,66
RESPONSAVEIS POR PAGAMENTOS IRREGULARES	92,81
DEPOSITOS JUDICIAIS	596.280,36
SOMA.....	631.956,83
TOTAL.....	1.098.442,74
ATIVO PERMANENTE	
BENS DA ENTIDADE	
BENS MOVEIS	9.728.182,67
BENS DE NATUREZA INDUSTRIAL	1,42
SOMA.....	9.728.184,09
PARTICIPAÇÕES	
PARTICIPACOES SOCIETARIAS EM EMPRESAS DIVERSAS	19.506,50
SOMA.....	19.506,50
CRÉDITOS	
DEVEDORES POR PRESTACOES DE SERVICOS	267.479,13
SOMA.....	267.479,13
DIVERSOS	
BENS CREDITOS E VALORES EM FASE DE AQUISICAO OU FORMACAO	9,26
ALMOXARIFADOS	18.039,00
SOMA.....	18.048,26
TOTAL.....	10.033.217,98
SOMA DO ATIVO REAL	11.131.660,72
ATIVO COMPENSADO	
VALORES EM PODER DE TERCEIROS	
RESPONSAVEIS POR DEPOSITOS JUDICIAIS	271.885,52
RESPONSAVEIS POR ADIANTAMENTOS	2.381,11
RESPONSAVEIS POR ALMOXARIFADOS	18.039,00
RESPONSAVEIS PELA GUARDA DE BENS DA ENTIDADE	48.959,00
RESPONSAVEIS POR DIARIAS	0,03
SOMA.....	341.264,66
VALORES DE TERCEIROS	
BENS DE TERCEIROS EM PODER DA ENTIDADE	457.961,65
SOMA.....	457.961,65
VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS	
RESPONSAVEIS PELA EXECUCAO DE CONVENIOS	0,08
ATUALIZACOES DE PRECATORIOS	1.849.031,77
SOMA.....	1.849.031,85
TOTAL.....	2.648.258,16
TOTAL GERAL.....	13.779.918,88

PASSIVO

TÍTULOS	R$
PASSIVO FINANCEIRO	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	258.868,42
LOCACOES DE IMOVEIS, A PAGAR	25.999,13
ENCARGOS DE LOCACAO DE IMOVEIS, A PAGAR	113,70
FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	404.114,13
PIS E PASEP A RECOLHER	9.159,23
CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	200.673,14
FGTS A RECOLHER	82.600,58
SOMA.....	981.528,33
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
SOMA.....	0,00
SERVIÇO DA DÍVIDA À PAGAR	
SERVICO DO PARCELAMENTO DE DEBITOS PREVIDENCIARIOS	457,96
SOMA.....	457,96
DEPÓSITOS	
DEPOSITOS	216.808,74
SOMA.....	216.808,74
DIVERSOS	
SOMA.....	0,00
TOTAL.....	1.198.795,03
PASSIVO PERMANENTE	
DÍVIDA FUNDADA INTERNA	
DEBITOS PARCELADOS	287.845,32
PRECATORIOS JUDICIAIS - EC 62/2009	4.365.792,92
SOMA.....	4.653.638,24
TOTAL.....	4.653.638,24
SOMA DO PASSIVO REAL	5.852.433,27
SALDO PATRIMONIAL	
SITUAÇÃO LÍQUIDA	
ATIVO REAL LIQUIDO	5.279.227,45
SOMA.....	11.131.660,72
PASSIVO COMPENSADO	
CONTRAPARTIDA DE VALORES EM PODER DE TERCEIROS	
DEPOSITOS JUDICIAIS EM PODER DE TERCEIROS	271.885,52
ADIANTAMENTOS A COMPROVAR	2.381,11
VALORES EM GUARDA NOS ALMOXARIFADOS	18.039,00
BENS DA ENTIDADE EM PODER DE TERCEIROS	48.959,00
DIARIAS A COMPROVAR	0,03
SOMA.....	341.264,66
CONTRAPARTIDA DE VALORES DE TERCEIROS	
BENS PERTENCENTES A TERCEIROS	457.961,65
SOMA.....	457.961,65
CONTRAPARTIDA DE VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS	
CONVENIOS EM EXECUCAO	0,08
ATUALIZACOES DE PRECATORIOS A PAGAR	1.849.031,77
SOMA.....	1.849.031,85
TOTAL.....	2.648.258,16
TOTAL GERAL.....	13.779.918,88

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

EDUARDO BAUMGART ROCCO
CONTADOR
CRCRS N. 52765
CPF: 630.679.780/72

ANTONIO JOSE [illegible]
DIRETOR GERAL
CPF: 179.2[illegible]3.760/53

VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
RECEITAS CORRENTES		DESPESAS CORRENTES	
RECEITA PATRIMONIAL	206.811,51	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.524.698,96
RECEITA DE SERVICOS	391.041,85	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.233.990,60
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	232.692,27	SOMA.....	16.758.689,56
SOMA.....	830.545,63	DESPESAS DE CAPITAL	
RECEITAS DE CAPITAL		INVESTIMENTOS	57.844,57
SOMA.....	0,00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	37.906,93
DEDUÇÕES RECEITAS CORRENTES	0,00	SOMA.....	95.751,50
TOTAL.....	830.545,63	TOTAL.....	16.854.441,06
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS		MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	
AMORTIZACAO DE DEBITOS PARCELADOS	38.535,88	RECEBIMENTO DE CREDITOS POR PRESTACAO DE SERVICOS	601.535,29
CONSTRUCAO OU AQUISICAO DE BENS MOVEIS	57.844,57	SOMA.....	601.535,29
SOMA.....	96.380,45	INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		VARIAÇÕES PASSIVAS	
VARIAÇÕES ATIVAS		INSCRICAO DE DEBITOS PARCELADOS - PRINCIPAL E ATUALIZACAO	42.856,76
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	4.331,88	BAIXA DE CREDITOS POR IMPUTACAO DE RESPONSABILIDADE	21.401,58
INSCRICAO DE CREDITOS POR PRESTACAO DE SERVICOS	507.614,90	BAIXA DE PARTICIPACOES SOC EM EMPR DIVERSAS	1.418,20
INCORPORACAO DE BENS DE ALMOXARIFADO	60.131,06	INSCRICAO DE PRECATORIOS JUDICIAIS - EC 62/2009	4.365.792,92
SOMA.....	572.077,84	BAIXA DE BENS DE ALMOXARIFADO	62.803,11
VARIAÇÕES ATIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO PATRIMÔNIO FINANCEIRO		SOMA.....	4.494.272,57
BAIXA DE PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR E A LIQUIDAR	3.297.352,38	VARIAÇÕES PASSIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO PATRIMÔNIO FINANCEIRO	
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS INTRAGOVERNAMENTAIS	15.711.378,81	SOMA.....	0,00
SOMA.....	19.008.731,19	TOTAL.....	21.950.248,92
TOTAL.....	20.507.735,11		
RESULTADO PATRIMONIAL			
DEFICIT VERIFICADO	1.442.513,81		
TOTAL.....	21.950.248,92	TOTAL.....	21.950.248,92

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

EDUARDO BAUMGART ROCCO
CONTADOR
CRCRS N. 52765
CPF: 630.679.780/72

AIRTON JOSÉ WEBER
DIRETOR GERAL
CPF: 179.2[illegible].760/53

EXERCÍCIO DE 2010 — FUND CULTURAL PIRATINI RADIO E TELEVISAO — RFPE034/00001

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE — ANEXO N.17

R$

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	322.666,09-	258.378,42	322.176,09	258.868,42-
LOCACOES DE IMOVEIS, A PAGAR	26.092,47-	25.999,13	26.092,47	25.999,13-
ENCARGOS DE LOCACAO DE IMOVEIS, A PAGAR	0,00	113,70	0,00	113,70-
FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	430.013,03-	404.114,13	430.013,03	404.114,13-
PIS E PASEP A RECOLHER	12.579,06-	9.159,23	12.579,06	9.159,23-
CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	172.129,30-	200.673,14	172.129,30	200.673,14-
PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR	27.565,76-	0,00	27.565,76	0,00
FGTS A RECOLHER	83.647,11-	82.600,58	83.647,11	82.600,58-
SUBTOTAL.....	1.074.692,82-	981.038,33	1.074.202,82	981.528,33-
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATORIOS JUDICIAIS A LIQUIDAR	3.269.786,62-	0,00	3.269.786,62	0,00
SENTENCAS JUDICIAIS A PAGAR	141.525,08-	0,00	141.525,08	0,00
SUBTOTAL.....	3.411.311,70-	0,00	3.411.311,70	0,00
SERVICO DA DIVIDA A PAGAR				
SERVICO DO PARCELAMENTO DE DEBITOS PREVIDENCIARIOS	628,95-	457,96	628,95	457,96-
SUBTOTAL.....	628,95-	457,96	628,95	457,96-
DEPOSITOS				
DEPOSITOS	194.664,69-	2.828.075,70	2.805.931,65	216.808,74-
SUBTOTAL.....	194.664,69-	2.828.075,70	2.805.931,65	216.808,74-
DIVERSOS				
OUTROS CREDORES	0,00	10.121,34	10.121,34	0,00
SUBTOTAL.....	0,00	10.121,34	10.121,34	0,00
TOTAL.....	4.681.298,16-	3.819.693,33	7.302.196,46	1.198.795,03-

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

EDUARDO BAUMGART ROCCO
CONTADOR
CRCRS N. 52765
CPF: 630.679.780/72

ALTON JOSÉ NEBEL
DIRETOR GERAL
CPF: 179.2[illegible]3.760/53

EXERCÍCIO DE 2010 — FUND CULTURAL PIRATINI RADIO E TELEVISAO — RFPE017/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CAT. ECONÔMICA, GRUPO NAT. DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.0.00.00	DESPESA CORRENTE	16.758.689,56
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.524.698,96
3.1.90.00	APLICACOES DIRETAS	12.524.698,96
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	9.281.702,31
3.1.90.11.1102	VENCIMENTO, SALARIO E SUBSIDIO	6.183.833,78
3.1.90.11.1103	13- VENCIMENTO	51.698,08
3.1.90.11.1104	GRATIFICACOES	1.521.379,78
3.1.90.11.1105	VANTAGENS TEMPORAIS	1.523.917,49
3.1.90.11.1108	JETON	873,18
3.1.90.13	OBRIGACOES PATRONAIS	3.103.520,35
3.1.90.13.1302	SEGURO DE VIDA DE SERVIDORES	1.979,61
3.1.90.13.1303	PLANO DE SAUDE	168.195,04
3.1.90.13.1304	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA	2.197.815,68
3.1.90.13.1305	FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVICO - FGTS	735.530,02
3.1.90.91	SENTENCAS JUDICIAIS	139.412,29
3.1.90.91.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS	139.412,29
3.1.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	64,01
3.1.90.92.1304	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA	64,01
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.233.990,60
3.3.90.00	APLICACOES DIRETAS	4.233.990,60
3.3.90.04	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	16.025,84
3.3.90.04.0401	SERVICO DE MAO-DE-OBRA TEMPORARIA	16.025,84
3.3.90.08	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAS	40.083,52
3.3.90.08.0803	AUXILIO FUNERAL	2.771,22
3.3.90.08.0805	AUXILIO CRECHE	37.312,30
3.3.90.14	DIARIAS-CIVIL	30.065,09
3.3.90.14.1402	DIARIAS DE VIAGEM	30.065,09
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	107.495,52
3.3.90.30.3004	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	39.526,35
3.3.90.30.3009	MATERIAL DE EXPEDIENTE	3.111,85
3.3.90.30.3010	ACONDICIONAMENTO E/OU EMBALAGEM	3.473,85
3.3.90.30.3011	ALOJAMENTO, LAVANDERIA, COPA E/OU COZINHA	788,80
3.3.90.30.3013	MANUTENC, IDENTIFICAC, UTILIZAC E CONSERVAC DE BENS MOVEIS E EQUIPAMS	20.330,93
3.3.90.30.3015	PROTECAO E PROFILAXIA	1.482,00
3.3.90.30.3016	CENARIOS ARTISTICOS E/OU PARA EXPOSICOES	770,59
3.3.90.30.3022	REPROGRAFIA	650,00
3.3.90.30.3028	LIMPEZA E HIGIENE	1.379,10
3.3.90.30.3031	PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	3.185,08
3.3.90.30.3032	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	20.466,32
3.3.90.30.3033	CONSERVACAO DE VEICULOS	9.680,65
3.3.90.30.3034	FOTOGRAFIA, CINEGRAFIA, SOM E PROJECAO	1.600,00
3.3.90.30.3035	INSIGNIAS, FLAMULAS, BANDEIRAS, PLACAS, CARTEIRAS FUNCIONAIS	1.050,00
3.3.90.37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	443.538,93
3.3.90.37.3701	LIMPEZA E HIGIENE	84.076,62
3.3.90.37.3702	VIGILANCIA E/OU ZELADORIA	359.462,31
3.3.90.39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	3.468.647,89
3.3.90.39.3901	AGUA E ESGOTO	41.724,27
3.3.90.39.3903	ASSINATURA DE PERIODICOS E RECORTES	5.822,40
3.3.90.39.3916	DESPESAS PEQUENAS DE PRONTO PAGAMENTO	40.132,36
3.3.90.39.3918	ENERGIA ELETRICA	256.695,51
3.3.90.39.3920	LOCACAO DE IMOVEIS	311.989,56
3.3.90.39.3921	LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	89.169,60
3.3.90.39.3926	SEGUROS	1.616,28
3.3.90.39.3929	COMUNICACAO	695.036,53
3.3.90.39.3930	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	22.199,21
3.3.90.39.3931	CONSERVACAO DE BENS MOVEIS E EQUIPAMENTOS	28.181,00
3.3.90.39.3932	CONSERVACAO DE VEICULOS	4.817,00
3.3.90.39.3934	SERVICOS GRAFICOS	69.321,23
3.3.90.39.3935	ENSINO E TREINAMENTO	500,00
3.3.90.39.3939	MEDICINA	15.622,52
3.3.90.39.3941	ENCARGOS CONTRATUAIS COM LOCACAO DE IMOVEIS	1.303,68
3.3.90.39.3942	ESTAGIARIOS E MONITORES	198.613,88
3.3.90.39.3948	MULTAS	1.290,92
3.3.90.39.3951	ENCARGOS DECORRENTES DE DIREITOS AUTORAIS	37.630,64
3.3.90.39.3979	TELEFONIA FIXA	63.757,19
3.3.90.39.3980	TELEFONIA MOVEL	14.549,93
3.3.90.39.3981	APRESENTACOES ARTISTICAS, CULTURAIS E/OU DESPORTIVAS	76.576,20
3.3.90.39.3982	ARMAZENAGENS, FRETES E/OU CARRETOS	5.673,00
3.3.90.39.3983	AUXILIO TRANSPORTE	164.878,40
3.3.90.39.3984	LIMPEZA E HIGIENE	699,00
3.3.90.39.3985	AUXILIO-REFEICAO	1.273.777,58
3.3.90.39.3991	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	47.070,00
3.3.90.41	CONTRIBUICOES	18.942,69
3.3.90.41.4106	ENCARGOS COM ASSOCIACOES	18.942,69
3.3.90.47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	109.178,29
3.3.90.47.4702	PROGRAMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO-PASEP	83.672,01
3.3.90.47.4703	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO E CONTRIBUICAO DE MELHORIA	3.935,20
3.3.90.47.4707	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	18.200,00
3.3.90.47.4708	CONTRIBUICAO SINDICAL	3.371,08
3.3.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	12,83
3.3.90.92.3979	TELEFONIA FIXA	12,83
4.0.00.00	DESPESA CAPITAL	95.751,50
4.4.00.00	INVESTIMENTOS	57.844,57
4.4.90.00	APLICACOES DIRETAS	57.844,57
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	57.844,57
4.4.90.52.5201	VEICULOS E/OU EQUIPAMENTOS PARA VEICULOS RODOVIARIOS DE TRACAO MECANICA	46.000,00
4.4.90.52.5212	MAQUINAS, MOTORES E/OU APARELHOS	6.583,57
4.4.90.52.5214	MOBILIARIO EM GERAL	570,00
4.4.90.52.5220	TELECOMUNICACOES	1.152,00
4.4.90.52.5222	SOM E/OU IMAGEM	1.860,00
4.4.90.52.5228	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	1.679,00
4.6.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	37.906,93
4.6.90.00	APLICACOES DIRETAS	37.906,93
4.6.90.71	PRINCIPAL DA DIVIDA CONTRATUAL RESGATADO	37.906,93
4.6.90.71.7111	DEBITOS PARCELADOS - PASEP	4.183,59
4.6.90.71.7112	DEBITOS PARCELADOS - PREVIDENCIA SOCIAL	33.723,34
	TOTAL GERAL ====>	16.854.441,06

* RESUMO *		
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	=>	12.524.698,96
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	=>	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	=>	4.233.990,60
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	=>	16.758.689,56
INVESTIMENTOS	=>	57.844,57
INVERSÕES FINANCEIRAS	=>	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	=>	37.906,93
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	=>	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	=>	95.751,50
TOTAL GERAL	=>	16.854.441,06

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

EDUARDO BAUMGART ROCCO
CONTADOR
CRCRS N. 52765
CPF: 630.679.780/72

AILTON JOSÉ [illegible]
DIRETOR GERAL
CPF: 179.213.760/53

EXERCÍCIO DE 2010

FUND CULTURAL PIRATINI RADIO E TELEVISAO

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR ÓRGÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO POR FONTE DE RECURSO

RFPE039/00001

R$

ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA							
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
65 FUNDACAO CULTURAL PIRATINI - RADIO E TELEVISAO	12.524.698,96		4.233.990,60	57.844,57		37.906,93		16.854.441,06
TESOURO-LIVRES	12.524.698,96		3.298.439,65	57.844,57		37.906,93		15.918.890,11
PROPRIOS DA FUNDACAO			935.550,95					935.550,95
TOTAL	12.524.698,96		4.233.990,60	57.844,57		37.906,93		16.854.441,06

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

EDUARDO BAUMGART ROCCO
CONTADOR
CRCRS N. 52765
CPF: 630.679.780/72

AIRTON JOSE [illegible]
DIRETOR GERAL
CPF: 179.213.760/53

EXERCÍCIO DE 2010

FUND CULTURAL PIRATINI RADIO E TELEVISAO

RFPE040/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR FUNCÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS FONTES DE RECURSO

R$

ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA							
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
13 CULTURA	12.385.286,67		4.233.990,60	57.844,57		37.906,93		16.715.028,77
TESOURO-LIVRES	12.385.286,67		3.298.439,65	57.844,57		37.906,93		15.779.477,82
PROPRIOS DA FUNDACAO			935.550,95					935.550,95
28 ENCARGOS ESPECIAIS	139.412,29							139.412,29
TESOURO-LIVRES	139.412,29							139.412,29
TOTAL	12.524.698,96		4.233.990,60	57.844,57		37.906,93		16.854.441,06
RESUMO								
TESOURO-LIVRES	12.524.698,96		3.298.439,65	57.844,57		37.906,93		15.918.890,11
PROPRIOS DA FUNDACAO			935.550,95					935.550,95
TOTAL	12.524.698,96		4.233.990,60	57.844,57		37.906,93		16.854.441,06

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

EDUARDO BAUMGART ROCCO
CONTADOR
CRCRS N. 52765
CPF: 630.679.780/72

AIRTON JOSÉ NEDEL
DIRETOR GERAL
CPF: 179.213.760/53

FUNDAÇÃO CULTURAL PIRATINI RÁDIO TELEVISÃO

ANEXO 16

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA

DESIGNAÇÃO	AUTORIZAÇÕES	POSIÇÃO EM 31/12/2009	MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2010			POSIÇÃO EM 31/12/2010
	LEIS (nº. e data)		VARIAÇÕES PATRIMONIAIS		MUTAÇÕES PATRIMONIAIS DA DESPESA	
			PASSIVAS	ATIVAS	AMORTIZAÇÃO	
Débitos Parcelados						
Com o Ministério da Fazenda - PASEP	Art. 6º. da MP nº. 38 de 14/05/02	174.981,71	40.803,20		4.812,54	210.972,37
Termo de Parcelamento de 14/06/2002						
Com o Instituto Nacional do Seguro Social	Deb.cad. 01.679.774-4	99.156,33	1.927,62		30.883,68	70.200,27
	Deb.cad. 30.869.974-2	9.386,40	125,94		2.839,66	6.672,68
Total		283.524,44	42.856,76		38.535,88	287.845,32

Porto Alegre, 31 de Dezembro de 2010

AIRTON JOSÉ NEDEL
Diretor Geral
CPF 179.213.760-53

DOMINGOS MOURA GUARANHA
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF 219.279.870-91

EDUARDO BAUMGART ROCCO
Contador - CRC/RS 52765
CPF 630.679.780-72

Fundação Cultural Piratini Rádio e televisão

Com vista ao cumprimento de disposições da Lei Complementar 101, de 04/05/00, e considerando, ainda, o disposto no Decreto Federal 20.910, de 06/01/32, e também na Lei Federal 10.028, de 19 de Outubro de 2000, e no parecer 01/03, de 21/11/03, do Egrério Tribunal de Contas do Estado, foram expedidos o Decreto 47542, de 08 de Dezembro de 2010 e a instrução normativa CAGE 07/2010, de 30 de Novembro de 2010, com base nos quais foram efetuados os seguintes lançamentos:

A) prescrição dos saldos de empenhos inscritos em restos a pagar, referente aos exercícios anteriores a 2006, no valor de R$ 7.992,42.

Airton José Nedel
Diretor Geral
CPF: 179.213.760-53

Eduardo Baumgart Rocco
Contador CRC/RS 52765
CPF : 630.679.780-72

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: EDUARDO BAUMGART ROCCO
REGISTRO.....	: RS-052765/O-0
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 630.679.780-72

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 24.01.2011 as 14:39:51.
Válido até: 31.03.2011.
Código de Controle: 91960.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

Fundação Teatro São Pedro

FTSP

EXERCÍCIO DE 2010

FUNDACAO TEATRO SAO PEDRO

DEMONSTRACÃO DA RECEITA E DA DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

RFPE035/00001
ANEXO N. 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
RECEITAS CORRENTES		DESPESA CORRENTE	
RECEITA PATRIMONIAL	548,76	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	774.302,39
RECEITA DE SERVICOS	364.313,07	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	364.378,92
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	30.273,83		
SOMA.....	395.135,66	SOMA.....	1.138.681,31
DEFICIT	743.545,65	TOTAL.....	1.138.681,31
TOTAL.....	1.138.681,31		

RESUMO

RECEITAS CORRENTES.....	395.135,66	DESPESAS CORRENTES.....	1.138.681,31
RECEITAS DE CAPITAL.....	0,00	DESPESAS DE CAPITAL.....	0,00
DEFICIT.....	743.545,65	SUPERAVIT.....	0,00
TOTAL.....	1.138.681,31	TOTAL.....	1.138.681,31

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

EVA SOPHER
PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO TEATRO SÃO PEDRO
CPF: 252.463.210/53

ELINEY LUIZ LOPES
DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
CRCRS N. 30630
CPF: 241.461.370/04

EXERCÍCIO DE 2010 — FUNDACAO TEATRO SAO PEDRO — RFPE006/00001

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES — ANEXO N.6

R$

ÓRGÃO: 66 - FUNDACAO TEATRO SAO PEDRO

U.O.: 66.01 - FUNDACAO TEATRO SAO PEDRO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
13	CULTURA		1.032.694,77	1.032.694,77
13.0122	ADMINISTRACAO GERAL		1.024.389,27	1.024.389,27
13.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		1.024.389,27	1.024.389,27
13.0392	DIFUSAO CULTURAL		8.305,50	8.305,50
13.0392.0284	PRODUCAO, VALORIZACAO E DIFUSAO DAS MANIFESTACOES CULTURAIS		8.305,50	8.305,50
	TOTAL DA U.O. =>		1.032.694,77	1.032.694,77

U.O.: 66.33 - ENCARGOS GERAIS DO TEATRO SAO PEDRO

13	CULTURA		105.986,54	105.986,54
13.0122	ADMINISTRACAO GERAL		105.986,54	105.986,54
13.0122.0335	OPERACOES ESPECIAIS		105.986,54	105.986,54
	TOTAL DA U.O. =>		105.986,54	105.986,54
	TOTAL DO ORGÃO =>		1.138.681,31	1.138.681,31

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

EVA SOPHER
PRESIDENTE DA FUNDACÃO TEATRO SÃO PEDRO
CPF: 252.463 210/53

ELINEY LUIZ LOPES
DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
CRCRS N. 30530
CPF: 241.461.370/04

EXERCÍCIO DE 2010 | FUNDACAO TEATRO SAO PEDRO | RFPE009/00001

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES

ANEXO N. 7
R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
13	CULTURA		1.138.681,31	1.138.681,31
13.0122	ADMINISTRACAO GERAL		1.130.375,81	1.130.375,81
13.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		1.024.389,27	1.024.389,27
13.0122.0335	OPERACOES ESPECIAIS		105.986,54	105.986,54
13.0392	DIFUSAO CULTURAL		8.305,50	8.305,50
13.0392.0284	PRODUCAO, VALORIZACAO E DIFUSAO DAS MANIFESTACOES CULTURAIS		8.305,50	8.305,50
	TOTAL GERAL =>	0,00	1.138.681,31	1.138.681,31

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

EVA SOPHER
PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO TEATRO SÃO PEDRO
CPF: 252.463.210/53

ELINEY LUIZ LOPES
DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
CRCRS N. 30530
CPF: 241.461.370/04

EXERCÍCIO DE 2010 — FUNDACAO TEATRO SAO PEDRO — RFPE029/00001

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS — ANEXO N.8

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
13	CULTURA	1.138.681,31		1.138.681,31
13.0122	ADMINISTRACAO GERAL	1.130.375,81		1.130.375,81
13.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	1.024.389,27		1.024.389,27
13.0122.0335	OPERACOES ESPECIAIS	105.986,54		105.986,54
13.0392	DIFUSAO CULTURAL	8.305,50		8.305,50
13.0392.0284	PRODUCAO, VALORIZACAO E DIFUSAO DAS MANIFESTACOES CULTURAIS	8.305,50		8.305,50
	TOTAL GERAL =>	1.138.681,31	0,00	1.138.681,31

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

EVA SOPHER
PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO TEATRO SÃO PEDRO
CPF: 252.463.210/53

ELINEY LUIZ LOPES
DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
CRCRS N. 30530
CPF: 241.461.370/04

EXERCÍCIO DE 2010 | FUNDACAO TEATRO SAO PEDRO | RFPE025/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃO E FUNÇÕES | ANEXO N.9

R$

ÓRGÃOS / FUNÇÕES	CULTURA	TOTAL		
PODER LEGISLATIVO				
PODER JUDICIARIO				
MINISTERIO PUBLICO				
DEFENSORIA PUBLICA				
PODER EXECUTIVO				
FUNDACAO TEATRO SAO PEDRO	1.138.681,31	1.138.681,31		
SOMA.....	1.138.681,31	1.138.681,31		
TOTAL.....	1.138.681,31	1.138.681,31		

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

EVA SOPHER
PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO TEATRO SÃO PEDRO
CPF: 252.463.210/53

ELINEY LUIZ LOPES
DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
CRCRS N. 30530
CPF: 241.461.370/04

EXERCÍCIO DE 2010 — FUNDACAO TEATRO SAO PEDRO — RFPE023/00001

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA — ANEXO N. 10

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
1000.00.00.0000	RECEITAS CORRENTES	410.788,00	395.135,66	15.652,34-
1300.00.00.0000	RECEITA PATRIMONIAL	416,00	548,76	132,76
1310.00.00.0000	RECEITAS IMOBILIARIAS	416,00	415,56	0,44-
1311.00.00.0000	ALUGUEIS	416,00	415,56	0,44-
1311.99.00.0000	OUTROS ALUGUEIS	416,00	415,56	0,44-
1311.99.99.0000	DIVERSOS ALUGUEIS	416,00	415,56	0,44-
1320.00.00.0000	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	0,00	133,20	133,20
1322.00.00.0000	DIVIDENDOS	0,00	133,20	133,20
1322.02.00.0000	DIVIDENDOS DE PARTICIPACOES DIVERSAS	0,00	133,20	133,20
1322.02.99.0000	DIVIDENDOS DE PARTICIPACOES DIVERSAS	0,00	133,20	133,20
1600.00.00.0000	RECEITA DE SERVICOS	409.286,00	364.313,07	44.972,93-
1600.19.00.0000	SERVICOS RECREATIVOS E CULTURAIS	409.286,00	364.313,07	44.972,93-
1600.19.99.0000	DIVERSOS SERVICOS RECREATIVOS E CULTURAIS	409.286,00	364.313,07	44.972,93-
1900.00.00.0000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.086,00	30.273,83	29.187,83
1920.00.00.0000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	0,00	23.413,69	23.413,69
1921.00.00.0000	INDENIZACOES	0,00	11.560,15	11.560,15
1921.99.00.0000	OUTRAS INDENIZACOES	0,00	11.560,15	11.560,15
1921.99.99.0000	DIVERSAS INDENIZACOES	0,00	11.560,15	11.560,15
1922.00.00.0000	RESTITUICOES	0,00	11.853,54	11.853,54
1922.99.00.0000	OUTRAS RESTITUICOES	0,00	11.853,54	11.853,54
1922.99.99.0000	DIVERSAS RESTITUICOES	0,00	11.853,54	11.853,54
1990.00.00.0000	RECEITAS DIVERSAS	1.086,00	6.860,14	5.774,14
1990.98.00.0000	OUTRAS RECEITAS EVENTUAIS	1.086,00	0,00	1.086,00-
1990.98.99.0000	DIVERSAS RECEITAS EVENTUAIS	1.086,00	0,00	1.086,00-
1990.99.00.0000	OUTRAS RECEITAS	0,00	6.860,14	6.860,14
1990.99.02.0000	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR DE RECURSOS NAO VINCULADOS	0,00	6.860,14	6.860,14
TOTAL		410.788,00	395.135,66	15.652,34-

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

EVA SOPHER
PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO TEATRO SÃO PEDRO
CPF: 252.463.210/53

ELINEY LUIZ LOPES
DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
CRCRS N. 30530/
CPF: 241.461.370/04

EXERCÍCIO DE 2010

FUNDACAO TEATRO SAO PEDRO
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

RFPE026/00001
ANEXO N.11

R$

TÍTULOS		DESPESA CORRENTE	DESPESA DE CAPITAL	TOTAL
FUNDACAO TEATRO SAO PEDRO				
	DESPESA FIXADA	1.067.793,00	160.000,00	1.227.793,00
	CRÉDITOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00
	CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00
	SUPLEMENTAÇÕES	148.500,00	85.000,00	233.500,00
	REDUÇÕES	0,00	85.000,00	85.000,00
	DESPESA AUTORIZADA	1.216.293,00	160.000,00	1.376.293,00
	DESPESA REALIZADA	1.138.681,31	0,00	1.138.681,31
	DIFERENÇA	77.611,69	160.000,00	237.611,69
TOTAL GERAL				
	DESPESA FIXADA			1.227.793,00
	CRÉDITOS ESPECIAIS			0,00
	CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS			0,00
	SUPLEMENTAÇÕES			233.500,00
	REDUÇÕES			85.000,00
	DESPESA AUTORIZADA			1.376.293,00
	DESPESA REALIZADA			1.138.681,31
	DIFERENÇA			237.611,69

CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS CONSIDERADOS PELO SEU VALOR DE ABERTURA, ESTANDO AS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES COMPUTADAS NAS SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES.

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

EVA SOPHER
PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO TEATRO SÃO PEDRO
CPF: 252.463.210/53

ELINEY LUIZ LOPES
DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
CRCRS N. 30530
CPF: 241.461.370/04

EXERCÍCIO DE 2010

FUNDACAO TEATRO SAO PEDRO
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RFPE030/00001
ANEXO N.12

RS

R E C E I T A

TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES			
RECEITA PATRIMONIAL	416,00	548,76	132,76
RECEITA DE SERVICOS	409.286,00	364.313,07	44.972,93-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.086,00	30.273,83	29.187,83
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	410.788,00	395.135,66	15.652,34-
RECEITAS DE CAPITAL			
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
SOMA	410.788,00	395.135,66	15.652,34-
DEFICIT DE PREVISÃO	965.505,00	743.545,65	221.959,35-
TOTAL	1.376.293,00	1.138.681,31	237.611,69-

D E S P E S A

TÍTULOS	AUTORIZAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
CRÉDITOS ORDINÁRIOS (1)	1.376.293,00	1.138.681,31	237.611,69-
CRÉDITOS ESPECIAIS (2)	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS (2)	0,00	0,00	0,00
SOMA	1.376.293,00	1.138.681,31	237.611,69-
TOTAL	1.376.293,00	1.138.681,31	237.611,69-

(1) DOTAÇÕES ORIGINAIS COM SUAS SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES
(2) DOTAÇÕES CRIADAS NO DECORRER DO EXERCÍCIO E ALTERAÇÕES

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

EVA SOPHER
PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO TEATRO SÃO PEDRO
CPF: 252.463.210/53

ELIINEY LUIZ LOPES
DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
CRCRS N. 30530
CPF: 241.461.370/04

EXERCÍCIO DE 2010

FUNDACAO TEATRO SAO PEDRO

BALANÇO FINANCEIRO

RFPE031/00001

ANEXO N. 13

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
RECEITA ORÇAMENTARIA		DESPESA ORÇAMENTARIA	
RECEITAS CORRENTES		CULTURA	1.138.681,31
RECEITA PATRIMONIAL	548,76	SOMA.....	1.138.681,31
RECEITA DE SERVICOS	364.313,07		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	30.273,83	DESPESA EXTRA-ORÇAMENTARIA	
SOMA.....	395.135,66	REALIZAVEL	135,00
RECEITAS DE CAPITAL		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	390.630,43
TOTAL.....	395.135,66	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	6.860,13
		DEPOSITOS	1.802.836,90
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA		SOMA.....	2.200.462,46
REALIZAVEL	124,95	TOTAL.....	3.339.143,77
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	91.293,96		
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	3.174,96	VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO	
DEPOSITOS	1.801.648,65		
SOMA.....	1.896.242,52	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS INTRAGOVERNAMENTAIS	
TOTAL.....	2.291.378,18	SOMA.....	0,00
VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO		SALDOS PARA O EXERCICIO SEGUINTE	
BAIXA DE PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR E A LIQUIDAR	305.715,04	CAIXA	15.980,31
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS INTRAGOVERNAMENTAIS	790.479,05	BANCOS C/DISPOSICAO	25,90
SOMA.....	1.096.194,09	APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	578.781,25
		SOMA.....	594.787,46
SALDOS DO EXERCICIO ANTERIOR			
CAIXA	16.545,00		
BANCOS C/DISPOSICAO	4.247,00		
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	525.566,96		
SOMA.....	546.358,96		
TOTAL.....	3.933.931,23	TOTAL.....	3.933.931,23

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

EVA SOPHER
PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO TEATRO SÃO PEDRO
CPF: 252.463.210/53

ELINEY LUIZ LOPES
DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
CRCRS N. 30530
CPF: 241.461.370/04

EXERCÍCIO DE 2010

FUNDACAO TEATRO SAO PEDRO

BALANÇO PATRIMONIAL

RFPE032/00001

ANEXO N. 14

ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
ATIVO FINANCEIRO		PASSIVO FINANCEIRO	
DISPONÍVEL		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	
CAIXA	15.980,31	FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	29.671,24
BANCOS C/DISPOSICAO	25,90	INDENIZACOES E RESTITUICOES A PAGAR	18.746,22
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	578.781,25	FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	29.589,38
SOMA.....	594.787,46	PIS E PASEP A RECOLHER	238,22
REALIZÁVEL		CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	11.537,46
DEVEDORES	56,93	FGTS A RECOLHER	1.511,44
DEPOSITOS JUDICIAIS	84.885,98	SOMA.....	91.293,96
SOMA.....	84.942,91	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
TOTAL.....	679.730,37	FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	3.174,96
ATIVO PERMANENTE		SOMA.....	3.174,96
BENS DA ENTIDADE		DEPÓSITOS	
BENS MOVEIS	449.546,44	DEPOSITOS	6.463,30
BENS IMOVEIS	23.978.819,11	SOMA.....	6.463,30
SOMA.....	24.428.365,55	TOTAL.....	100.932,22
PARTICIPAÇÕES		PASSIVO PERMANENTE	
PARTICIPACOES SOCIETARIAS EM EMPRESAS DIVERSAS	6.576,05	DÍVIDA FUNDADA INTERNA	
SOMA.....	6.576,05	PRECATORIOS JUDICIAIS - EC 62/2009	305.715,04
DIVERSOS		SOMA.....	305.715,04
ALMOXARIFADOS	916,43	TOTAL.....	305.715,04
SOMA.....	916,43	SOMA DO PASSIVO REAL	406.647,26
TOTAL.....	24.435.858,03	SALDO PATRIMONIAL	
SOMA DO ATIVO REAL	25.115.588,40	SITUAÇÃO LÍQUIDA	
ATIVO COMPENSADO		ATIVO REAL LIQUIDO	24.708.941,14
VALORES EM PODER DE TERCEIROS		SOMA.....	25.115.588,40
RESPONSAVEIS POR ALMOXARIFADOS	916,43	PASSIVO COMPENSADO	
SOMA.....	916,43	CONTRAPARTIDA DE VALORES EM PODER DE TERCEIROS	
VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS		VALORES EM GUARDA NOS ALMOXARIFADOS	916,43
ATUALIZACOES DE PRECATORIOS	266.458,23	SOMA.....	916,43
PROCESSOS JUDICIAIS	37.661,91	CONTRAPARTIDA DE VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS	
SOMA.....	304.120,14	ATUALIZACOES DE PRECATORIOS A PAGAR	266.458,23
TOTAL.....	305.036,57	ACOES JUDICIAIS	37.661,91
		SOMA.....	304.120,14
		TOTAL.....	305.036,57
TOTAL GERAL.....	25.420.624,97	TOTAL GERAL.....	25.420.624,97

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

EVA SOPHER
PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO TEATRO SÃO PEDRO
CPF: 252.463.210/53

ELINEY LUIZ LOPES
DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
CRCRS N. 30530
CPF: 241.461.370/04

EXERCÍCIO DE 2010

FUNDACAO TEATRO SAO PEDRO

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

RFPE033/00001

ANEXO N. 15

VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
RECEITAS CORRENTES		DESPESAS CORRENTES	
RECEITA PATRIMONIAL	548,76	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	774.302,39
RECEITA DE SERVICOS	364.313,07	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	364.378,92
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	30.273,83	SOMA.....	1.138.681,31
SOMA.....	395.135,66	DESPESAS DE CAPITAL	
RECEITAS DE CAPITAL		SOMA.....	0,00
SOMA.....	0,00	TOTAL.....	1.138.681,31
DEDUÇÕES RECEITAS CORRENTES	0,00	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	
TOTAL.....	395.135,66	SOMA.....	0,00
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS		INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
SOMA.....	0,00	VARIAÇÕES PASSIVAS	
INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		INSCRICAO DE PRECATORIOS JUDICIAIS - EC 62/2009	305.715,04
VARIAÇÕES ATIVAS		BAIXA DE BENS DE ALMOXARIFADO	23.552,62
INCORPORACAO DE BENS DE ALMOXARIFADO	23.365,06	SOMA.....	329.267,66
SOMA.....	23.365,06	VARIAÇÕES PASSIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO PATRIMÔNIO FINANCEIRO	
VARIAÇÕES ATIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO PATRIMÔNIO FINANCEIRO		SOMA.....	0,00
BAIXA DE PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR E A LIQUIDAR	305.715,04	TOTAL.....	1.467.948,97
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS INTRAGOVERNAMENTAIS	790.479,05	RESULTADO PATRIMONIAL	
SOMA.....	1.096.194,09	SUPERAVIT VERIFICADO	46.745,84
TOTAL.....	1.514.694,81	TOTAL.....	1.514.694,81

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

EVA SOPHER
PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO TEATRO SÃO PEDRO
CPF: 252.463.210/53

ELINEY LUIZ LOPES
DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
CRCRS N. 30530
CPF: 241.461.370/04

EXERCÍCIO DE 2010

FUNDACAO TEATRO SAO PEDRO
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

RFPE034/00001
ANEXO N.17

R$

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	26.671,45-	29.671,24	26.671,45	29.671,24-
INDENIZACOES E RESTITUICOES A PAGAR	19.715,49-	18.746,22	19.715,49	18.746,22-
FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	25.892,75-	29.589,38	25.892,75	29.589,38-
PIS E PASEP A RECOLHER	211,41-	238,22	211,41	238,22-
CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	11.106,68-	11.537,46	11.106,68	11.537,46-
PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR	305.715,04-	0,00	305.715,04	0,00
FGTS A RECOLHER	1.317,61-	1.511,44	1.317,61	1.511,44-
SUBTOTAL.....	390.630,43-	91.293,96	390.630,43	91.293,96-
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	6.860,13-	3.174,96	6.860,13	3.174,96-
SUBTOTAL.....	6.860,13-	3.174,96	6.860,13	3.174,96-
DEPOSITOS				
DEPOSITOS	7.651,55-	1.801.648,65	1.802.836,90	6.463,30-
SUBTOTAL.....	7.651,55-	1.801.648,65	1.802.836,90	6.463,30-
TOTAL.....	405.142,11-	1.896.117,57	2.200.327,46	100.932,22-

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

EVA SOPHER
PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO TEATRO SÃO PEDRO
CPF: 252.463.210/53

ELÍNEY LUIZ LOPES
DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
CRCRS N. 30530
CPF: 241.461.370/04

EXERCÍCIO DE 2010 — FUNDACAO TEATRO SAO PEDRO — RFPE017/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CAT. ECONÔMICA, GRUPO NAT. DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.0.00.00	DESPESA CORRENTE	1.138.681,31
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	774.302,39
3.1.90.00	APLICACOES DIRETAS	773.682,97
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	526.553,97
3.1.90.11.1102	VENCIMENTO, SALARIO E SUBSIDIO	89.136,03
3.1.90.11.1103	13- VENCIMENTO	38.960,85
3.1.90.11.1104	GRATIFICACOES	79.540,00
3.1.90.11.1105	VANTAGENS TEMPORAIS	16.445,88
3.1.90.11.1107	OUTRAS VANTAGENS	302.096,07
3.1.90.11.1112	ABONO PERMANENCIA EC 41/03	375,14
3.1.90.13	OBRIGACOES PATRONAIS	103.875,96
3.1.90.13.1302	SEGURO DE VIDA DE SERVIDORES	1.211,26
3.1.90.13.1304	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA	90.680,88
3.1.90.13.1305	FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVICO - FGTS	11.983,82
3.1.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	21.664,51
3.1.90.92.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS	21.664,51
3.1.90.96	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	121.588,53
3.1.90.96.9601	RESSARCIMENTO	121.588,53
3.1.91.00	TRANSFERENCIA INTRAGOVERNAMENTAL	619,42
3.1.91.13	OBRIGACOES PATRONAIS	619,42
3.1.91.13.1301	CONTRIBUICAO AO IPERGS PARA ASSISTENCIA MEDICA	619,42
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	364.378,92
3.3.90.00	APLICACOES DIRETAS	364.378,92
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	29.514,93
3.3.90.30.3009	MATERIAL DE EXPEDIENTE	2.036,82
3.3.90.30.3010	ACONDICIONAMENTO E/OU EMBALAGEM	486,70
3.3.90.30.3013	MANUTENC, IDENTIFICAC, UTILIZAC E CONSERVAC DE BENS MOVEIS E EQUIPAMS	9.285,95
3.3.90.30.3022	REPROGRAFIA	409,68
3.3.90.30.3025	PRODUTOS QUIMICOS, FISICOS E/OU BIOLOGICOS	23,76
3.3.90.30.3028	LIMPEZA E HIGIENE	6.038,82
3.3.90.30.3031	PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	413,50
3.3.90.30.3032	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	9.586,32
3.3.90.30.3034	FOTOGRAFIA, CINEGRAFIA, SOM E PROJECAO	1.233,38
3.3.90.33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	864,85
3.3.90.33.3302	TRANSPORTE DE PESSOAL	864,85
3.3.90.39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	326.266,46
3.3.90.39.3901	AGUA E ESGOTO	33.683,84
3.3.90.39.3903	ASSINATURA DE PERIODICOS E RECORTES	1.044,00
3.3.90.39.3904	COMISSOES E/OU TAXA DE ADMINISTRACAO	583,33
3.3.90.39.3916	DESPESAS PEQUENAS DE PRONTO PAGAMENTO	2.934,04
3.3.90.39.3918	ENERGIA ELETRICA	190.219,95
3.3.90.39.3921	LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	6.073,96
3.3.90.39.3924	PROCESSAMENTO DE DADOS	5.879,68
3.3.90.39.3928	CARTORIO	95,87
3.3.90.39.3930	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	805,00
3.3.90.39.3931	CONSERVACAO DE BENS MOVEIS E EQUIPAMENTOS	22.627,95
3.3.90.39.3933	DIVULGACAO OBRIGATORIA	3.566,50
3.3.90.39.3934	SERVICOS GRAFICOS	640,20
3.3.90.39.3940	FOTOGRAFIA, CINEGRAFIA, SOM E PROJECAO	950,00
3.3.90.39.3942	ESTAGIARIOS E MONITORES	8.234,42
3.3.90.39.3952	DESPESAS BANCARIAS	3.808,39
3.3.90.39.3979	TELEFONIA FIXA	14.590,07
3.3.90.39.3980	TELEFONIA MOVEL	114,45
3.3.90.39.3982	ARMAZENAGENS, FRETES E/OU CARRETOS	597,44
3.3.90.39.3983	AUXILIO TRANSPORTE	4.881,50
3.3.90.39.3984	LIMPEZA E HIGIENE	427,00
3.3.90.39.3985	AUXILIO-REFEICAO	24.508,87
3.3.90.47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	7.732,68
3.3.90.47.4702	PROGRAMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO-PASEP	1.491,16
3.3.90.47.4703	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO E CONTRIBUICAO DE MELHORIA	4.459,92
3.3.90.47.4708	CONTRIBUICAO SINDICAL	781,60
3.3.90.47.4715	MULTAS SOBRE OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	1.000,00
	TOTAL GERAL ====>	1.138.681,31

* RESUMO *

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	=>	774.302,39
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	=>	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	=>	364.378,92
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	=>	1.138.681,31
INVESTIMENTOS	=>	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	=>	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	=>	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	=>	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	=>	0,00
TOTAL GERAL	=>	1.138.681,31

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

EVA SOPHER
PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO TEATRO SÃO PEDRO
CPF: 252.463.210/53

ELINEY LUIZ LOPES
DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
CRCRS N. 30530
CPF: 241.461.370/04

EXERCÍCIO DE 2010

FUNDACAO TEATRO SAO PEDRO

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR ÓRGÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO POR FONTE DE RECURSO

RFPE039/00001

R$

ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA							
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
66 FUNDACAO TEATRO SAO PEDRO	774.302,39		364.378,92					1.138.681,31
TESOURO-LIVRES	774.302,39		169.872,40					944.174,79
PROPRIOS DA FUNDACAO			194.506,52					194.506,52
TOTAL	774.302,39		364.378,92					1.138.681,31

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

EVA SOPHER
PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO TEATRO SÃO PEDRO
CPF: 252.463.210/53

ELINEY LUIZ LOPES
DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
CRCRS N. 30530
CPF: 241.461.370/04

EXERCÍCIO DE 2010

FUNDACAO TEATRO SAO PEDRO

RFPE040/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR FUNCÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS FONTES DE RECURSO

R$

ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA							
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
13 CULTURA	774.302,39		364.378,92					1.138.681,31
TESOURO-LIVRES	774.302,39		169.872,40					944.174,79
PROPRIOS DA FUNDACAO			194.506,52					194.506,52
TOTAL	774.302,39		364.378,92					1.138.681,31

RESUMO

TESOURO-LIVRES	774.302,39		169.872,40					944.174,79
PROPRIOS DA FUNDACAO			194.506,52					194.506,52
TOTAL	774.302,39		364.378,92					1.138.681,31

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

EVA SOPHER
PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO TEATRO SÃO PEDRO
CPF: 252.463.210/53

ELINEY LUIZ LOPES
DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
CRCRS N. 30530
CPF: 241.461.370/04

FUNDAÇÃO TEATRO SÃO PEDRO

ANEXO 16

R$

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA							
DESIGNAÇÃO	AUTORIZAÇÕES		POSIÇÃO EM 31-12-09	MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2010			POSIÇÃO EM 31-12-2010
	LEI	DATA		Variações		Resgate	
				Passivas	Ativas		
Débitos Parcelados							
Com o Ministério da Fazenda - PASEP			0	0	0	0	0
Termo de Parcelamento			0	0	0	0	0
Com o Instituto Nacional do Seguro Social			0	0	0	0	0
Total			0	0	0	0	0

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2010.

EVA SOPHER
DIRETORA-PRESIDENTE
CIC-MF 252.463.210/53

ELINEY LUIZ LOPES
DIRETOR ADMINIST.-FINANCEIRO
CIC-MF 241.461.370/04
TC.CRC/RS 30.530

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... : ELINEY LUIZ LOPES
REGISTRO..... : RS-030530/O-7
CATEGORIA..... : TÉCNICO EM CONTABILIDADE
CPF..... : 241.461.370-04

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 08.02.2011 as 15:39:20.
Válido até: 31.03.2011.
Código de Controle: 92904.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul

FZB

EXERCÍCIO DE 2010

FUNDACAO ZOOBOTANICA DO RIO GRANDE DO SUL
DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

RFPE035/00001
ANEXO N. 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
RECEITAS CORRENTES		DESPESA CORRENTE	
RECEITA PATRIMONIAL	346.365,51	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.386.900,14
RECEITA AGROPECUARIA	97.984,50	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.433.841,25
RECEITA INDUSTRIAL	18.323,60		
RECEITA DE SERVICOS	1.958.580,37	SOMA.....	15.820.741,39
TRANSFERENCIAS CORRENTES	25.000,00		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	755.520,99	TOTAL.....	15.820.741,39
SOMA.....	3.201.774,97	DESPESA CAPITAL	
DEFICIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	12.618.966,42	INVESTIMENTOS	361.138,76
TOTAL.....	15.820.741,39	SOMA.....	361.138,76
RECEITAS DE CAPITAL		TOTAL.....	16.181.880,15
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	729.060,00		
SOMA.....	729.060,00		
DEFICIT	12.251.045,18		
TOTAL.....	16.181.880,15		

RESUMO

RECEITAS CORRENTES.....	3.201.774,97	DESPESAS CORRENTES.....	15.820.741,39
RECEITAS DE CAPITAL.....	729.060,00	DESPESAS DE CAPITAL.....	361.138,76
DEFICIT.....	12.251.045,18	SUPERAVIT.....	0,00
TOTAL.....	16.181.880,15	TOTAL.....	16.181.880,15

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ERNANI RUSCHEL FILHO
PRESIDENTE
CPF: 314.800.470/15

ARTUR JOSE DE LEMOS JUNIOR
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
CPF: 824.222.[illegible]20/72

CLÁUDIO SALDANHA ALVES
CONTADOR
CPF: 453.734.260/91

EXERCÍCIO DE 2010 — FUNDACAO ZOOBOTANICA DO RIO GRANDE DO SUL — RFPE006/00001

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES — ANEXO N.6

R$

ÓRGÃO: 61 - FUNDACAO ZOOBOTANICA DO RIO GRANDE DO SUL

U.O.: 61.01 - FUNDACAO ZOOBOTANICA DO RIO GRANDE DO SUL

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
04	ADMINISTRACAO		12.664.931,88	12.664.931,88
04.0122	ADMINISTRACAO GERAL		12.645.848,13	12.645.848,13
04.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		12.645.848,13	12.645.848,13
04.0541	PREV/CONSERV AMBIENTAL		19.083,75	19.083,75
04.0541.0306	PROTECAO DOS RECURSOS AMBIENTAIS		19.083,75	19.083,75
18	GESTAO AMBIENTAL		412.973,47	412.973,47
18.0541	PREV/CONSERV AMBIENTAL		412.973,47	412.973,47
18.0541.0306	PROTECAO DOS RECURSOS AMBIENTAIS		412.973,47	412.973,47
TOTAL DA U.O. =>			13.077.905,35	13.077.905,35

U.O.: 61.33 - ENCARGOS GERAIS DA FUNDACAO ZOOBOTANICA DO RIO GRANDE DO SUL

18	GESTAO AMBIENTAL		2.550.299,41	2.550.299,41
18.0122	ADMINISTRACAO GERAL		2.550.299,41	2.550.299,41
18.0122.0335	OPERACOES ESPECIAIS		2.550.299,41	2.550.299,41
28	ENCARGOS ESPECIAIS		553.675,39	553.675,39
28.0061	ACAO JUDICIARIA		553.675,39	553.675,39
28.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS		553.675,39	553.675,39
TOTAL DA U.O. =>			3.103.974,80	3.103.974,80
TOTAL DO ÓRGÃO =>			16.181.880,15	16.181.880,15

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ERNANI RUSCHEL FILHO
PRESIDENTE
CPF: 314.800.470/15

ARTUR JOSE DE LEMOS JUNIOR
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
CPF: 824.222.220/72

CLAUDIO SALDANHA ALVES
CONTADOR
CPF: 453.734.260/91

EXERCÍCIO DE 2010 — FUNDACAO ZOOBOTANICA DO RIO GRANDE DO SUL — RFPE009/00001

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES — ANEXO N. 7

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
04	ADMINISTRACAO		12.664.931,88	12.664.931,88
04.0122	ADMINISTRACAO GERAL		12.645.848,13	12.645.848,13
04.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		12.645.848,13	12.645.848,13
04.0541	PREV/CONSERV AMBIENTAL		19.083,75	19.083,75
04.0541.0306	PROTECAO DOS RECURSOS AMBIENTAIS		19.083,75	19.083,75
18	GESTAO AMBIENTAL		2.963.272,88	2.963.272,88
18.0122	ADMINISTRACAO GERAL		2.550.299,41	2.550.299,41
18.0122.0335	OPERACOES ESPECIAIS		2.550.299,41	2.550.299,41
18.0541	PREV/CONSERV AMBIENTAL		412.973,47	412.973,47
18.0541.0306	PROTECAO DOS RECURSOS AMBIENTAIS		412.973,47	412.973,47
28	ENCARGOS ESPECIAIS		553.675,39	553.675,39
28.0061	ACAO JUDICIARIA		553.675,39	553.675,39
28.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS		553.675,39	553.675,39
	TOTAL GERAL =>	0,00	16.181.880,15	16.181.880,15

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ERNANI RUSCHEL FILHO
PRESIDENTE
CPF: 314.800.470/15

ARTUR JOSE DE LEMOS JUNIOR
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
CPF: 824.122.220/72

CLAUDIO SALDANHA ALVES
CONTADOR
CPF: 453.734.260/91

EXERCÍCIO DE 2010 — FUNDACAO ZOOBOTANICA DO RIO GRANDE DO SUL — RFPE029/00001

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS — ANEXO N.8

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
04	ADMINISTRACAO	12.595.881,93	69.049,95	12.664.931,88
04.0122	ADMINISTRACAO GERAL	12.576.798,18	69.049,95	12.645.848,13
04.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	12.576.798,18	69.049,95	12.645.848,13
04.0541	PREV/CONSERV AMBIENTAL	19.083,75		19.083,75
04.0541.0306	PROTECAO DOS RECURSOS AMBIENTAIS	19.083,75		19.083,75
18	GESTAO AMBIENTAL	2.963.272,88		2.963.272,88
18.0122	ADMINISTRACAO GERAL	2.550.299,41		2.550.299,41
18.0122.0335	OPERACOES ESPECIAIS	2.550.299,41		2.550.299,41
18.0541	PREV/CONSERV AMBIENTAL	412.973,47		412.973,47
18.0541.0306	PROTECAO DOS RECURSOS AMBIENTAIS	412.973,47		412.973,47
28	ENCARGOS ESPECIAIS	553.675,39		553.675,39
28.0061	ACAO JUDICIARIA	553.675,39		553.675,39
28.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS	553.675,39		553.675,39
	TOTAL GERAL =>	16.112.830,20	69.049,95	16.181.880,15

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ERNANI RUSCHEL FILHO
PRESIDENTE
CPF: 314.800.470/15

ARTUR JOSE DE LEMOS JUNIOR
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
CPF: 824.222.220/72

CLAUDIO SALDANHA ALVES
CONTADOR
CPF: 453.734.260/91

EXERCÍCIO DE 2010 | FUNDACAO ZOOBOTANICA DO RIO GRANDE DO SUL | RFPE025/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃO E FUNÇÕES | ANEXO N.9

R$

ÓRGÃOS / FUNÇÕES	ADMINISTRACAO	GESTAO AMBIENTAL	ENCARGOS ESPECIAIS	TOTAL
PODER LEGISLATIVO				
PODER JUDICIARIO				
MINISTERIO PUBLICO				
DEFENSORIA PUBLICA				
PODER EXECUTIVO				
FUNDACAO ZOOBOTANICA DO RIO GRANDE DO SUL	12.664.931,88	2.963.272,88	553.675,39	16.181.880,15
SOMA.....	12.664.931,88	2.963.272,88	553.675,39	16.181.880,15
TOTAL.....	12.664.931,88	2.963.272,88	553.675,39	16.181.880,15

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ERNANI RUSCHEL FILHO
PRESIDENTE
CPF: 314.800.470/15

ARTUR JOSE DE LEMOS JUNIOR
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
CPF: 824.223.220/72

CLAUDIO SALDANHA ALVES
CONTADOR
CPF: 453.734.260/91

EXERCÍCIO DE 2010 — FUNDACAO ZOOBOTANICA DO RIO GRANDE DO SUL — RFPE023/00001

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA — ANEXO N. 10

RS

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
1000.00.00.0000	RECEITAS CORRENTES	2.700.000,00	3.201.774,97	501.774,97
1300.00.00.0000	RECEITA PATRIMONIAL	325.000,00	346.365,51	21.365,51
1320.00.00.0000	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	0,00	50.342,57	50.342,57
1325.00.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	0,00	50.342,57	50.342,57
1325.01.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS DE RECURSOS VINCULADOS	0,00	50.342,57	50.342,57
1325.01.99.0000	DIVERSAS REMUNERACOES DE DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS	0,00	50.342,57	50.342,57
1330.00.00.0000	RECEITA DE CONCESSOES E PERMISSOES	322.000,00	295.522,94	26.477,06-
1333.00.00.0000	RECEITAS DE CONCESSOES E PERMISSOES-DIREITOS DE USO DE BENS PUBLICOS	322.000,00	295.522,94	26.477,06-
1333.99.00.0000	OUTRAS RECEITAS DE CONCESSOES E PERMISSOES - DIREITOS DE USO DE BENS PUBLICO	322.000,00	295.522,94	26.477,06-
1333.99.99.0000	DIVERSAS RECEITAS DE CONCESSOES E PERMISSOES DE USO	322.000,00	295.522,94	26.477,06-
1390.00.00.0000	OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	3.000,00	500,00	2.500,00-
1390.99.00.0000	OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	3.000,00	500,00	2.500,00-
1390.99.01.0000	DIVERSAS RECEITAS PATRIMONIAIS	3.000,00	500,00	2.500,00-
1400.00.00.0000	RECEITA AGROPECUARIA	50.000,00	97.984,50	47.984,50
1410.00.00.0000	RECEITA DA PRODUCAO VEGETAL	40.000,00	56.539,50	16.539,50
1410.01.00.0000	RECEITA DA PRODUCAO VEGETAL	40.000,00	56.539,50	16.539,50
1410.01.99.0000	DIVERSAS RECEITAS DA PRODUCAO VEGETAL	40.000,00	56.539,50	16.539,50
1420.00.00.0000	RECEITA DA PRODUCAO ANIMAL E DERIVADOS	10.000,00	41.445,00	31.445,00
1420.01.00.0000	RECEITA DA PRODUCAO ANIMAL E DERIVADOS	10.000,00	41.445,00	31.445,00
1420.01.99.0000	DIVERSAS RECEITAS DA PRODUCAO ANIMAL E DERIVADOS	10.000,00	41.445,00	31.445,00
1500.00.00.0000	RECEITA INDUSTRIAL	30.000,00	18.323,60	11.676,40-
1520.00.00.0000	RECEITA DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	30.000,00	18.323,60	11.676,40-
1520.29.00.0000	RECEITA DA INDUSTRIA EDITORIAL E GRAFICA	30.000,00	18.323,60	11.676,40-
1520.29.99.0000	RECEITA DA INDUSTRIA EDITORIAL E GRAFICA	30.000,00	18.323,60	11.676,40-
1600.00.00.0000	RECEITA DE SERVICOS	2.157.561,00	1.958.580,37	198.980,63-
1600.01.00.0000	SERVICOS COMERCIAIS	500,00	0,00	500,00-
1600.01.02.0000	SERVICOS COMERCIALIZACAO LIVROS; PERIODICOS; MATERIAIS ESCOLARES; DE PUBLICI	500,00	0,00	500,00-
1600.13.00.0000	SERVICOS ADMINISTRATIVOS	100,00	0,00	100,00-
1600.13.99.0000	DIVERSOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	100,00	0,00	100,00-
1600.19.00.0000	SERVICOS RECREATIVOS E CULTURAIS	1.700.000,00	1.570.458,00	129.542,00-
1600.19.99.0000	DIVERSOS SERVICOS RECREATIVOS E CULTURAIS	1.700.000,00	1.570.458,00	129.542,00-
1600.20.00.0000	SERVICO DE CONSULTORIA, ASSISTENCIA TECNICA E ANALISE DE PROJETOS	30.000,00	0,00	30.000,00-
1600.20.99.0000	DIVERSOS SERVICOS DE CONSULTORIA, ASSISTENCIA TECNICA E ANALISE DE PROJETOS	30.000,00	0,00	30.000,00-
1600.22.00.0000	SERVICOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	422.961,00	387.512,37	35.448,63-
1600.22.99.0000	DIVERSOS SERVICOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	422.961,00	387.512,37	35.448,63-
1600.99.00.0000	OUTROS SERVICOS	4.000,00	610,00	3.390,00-
1600.99.99.0000	DIVERSOS SERVICOS	4.000,00	610,00	3.390,00-
1700.00.00.0000	TRANSFERENCIAS CORRENTES	0,00	25.000,00	25.000,00
1760.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	0,00	25.000,00	25.000,00
1764.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DE INSTITUICOES PRIVADAS	0,00	25.000,00	25.000,00
1764.99.00.0000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DE INSTUICOES PRIVADAS	0,00	25.000,00	25.000,00
1764.99.99.0000	DIVERSAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DE INSTITUICOES PRIVADAS	0,00	25.000,00	25.000,00
1900.00.00.0000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	137.439,00	755.520,99	618.081,99
1920.00.00.0000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	130.439,00	69.654,41	60.784,59-
1921.00.00.0000	INDENIZACOES	128.439,00	33.404,90	95.034,10-
1921.06.00.0000	INDENIZACOES POR DANOS CAUSADOS AO PATRIMONIO PUBLICO	93.439,00	761,17	92.677,83-
1921.06.99.0000	DIVERSAS INDENIZACOES POR DANOS CAUSADOS AO PATRIMONIO PUBLICO	93.439,00	761,17	92.677,83-
1921.99.00.0000	OUTRAS INDENIZACOES	35.000,00	32.643,73	2.356,27-
1921.99.99.0000	DIVERSAS INDENIZACOES	35.000,00	32.643,73	2.356,27-
1922.00.00.0000	RESTITUICOES	2.000,00	36.249,51	34.249,51
1922.99.00.0000	OUTRAS RESTITUICOES	2.000,00	36.249,51	34.249,51
1922.99.99.0000	DIVERSAS RESTITUICOES	2.000,00	36.249,51	34.249,51
1990.00.00.0000	RECEITAS DIVERSAS	7.000,00	685.866,58	678.866,58
1990.98.00.0000	OUTRAS RECEITAS EVENTUAIS	1.000,00	0,00	1.000,00-
1990.98.99.0000	DIVERSAS RECEITAS EVENTUAIS	1.000,00	0,00	1.000,00-
1990.99.00.0000	OUTRAS RECEITAS	6.000,00	685.866,58	679.866,58
1990.99.02.0000	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR DE RECURSOS NAO VINCULADOS	0,00	683.355,50	683.355,50
1990.99.99.0000	OUTRAS RECEITAS DIVERSAS	6.000,00	2.511,08	3.488,92-
2000.00.00.0000	RECEITAS DE CAPITAL	2.051.216,00	729.060,00	1.322.156,00-
2400.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	2.051.216,00	729.060,00	1.322.156,00-
2470.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	2.051.216,00	729.060,00	1.322.156,00-
2471.00.00.0000	TRANSFERENCIA DE CONVENIOS DA UNIAO E DE SUAS ENTIDADES	2.051.216,00	729.060,00	1.322.156,00-

EXERCÍCIO DE 2010

FUNDACAO ZOOBOTANICA DO RIO GRANDE DO SUL

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA

RFPE023/00002

ANEXO N. 10

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
2471.99.00.0000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	2.051.216,00	729.060,00	1.322.156,00-
2471.99.99.0000	DIVERSAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	2.051.216,00	729.060,00	1.322.156,00-
TOTAL		4.751.216,00	3.930.834,97	820.381,03-

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ERNANI RUSCHEL FILHO
PRESIDENTE
CPF: 314.800.470/15

ARTUR JOSE DE LEMOS JUNIOR
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
CPF: 824.222.220/72

CLAUDIO SALDANHA ALVES
CONTADOR
CPF: 453.734.260/91

EXERCÍCIO DE 2010

FUNDACAO ZOOBOTANICA DO RIO GRANDE DO SUL
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

RFPE026/00001
ANEXO N.11

R$

TÍTULOS		DESPESA CORRENTE	DESPESA DE CAPITAL	TOTAL
FUNDACAO ZOOBOTANICA DO RIO GRANDE DO SUL				
	DESPESA FIXADA	13.836.558,00	2.595.216,00	16.431.774,00
	CRÉDITOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00
	CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00
	SUPLEMENTAÇÕES	2.166.607,51	700.000,00	2.866.607,51
	REDUÇÕES	1.750,00	100.000,00	101.750,00
	DESPESA AUTORIZADA	16.001.415,51	3.195.216,00	19.196.631,51
	DESPESA REALIZADA	15.820.741,39	361.138,76	16.181.880,15
	DIFERENÇA	180.674,12	2.834.077,24	3.014.751,36
TOTAL GERAL				
	DESPESA FIXADA			16.431.774,00
	CRÉDITOS ESPECIAIS			0,00
	CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS			0,00
	SUPLEMENTAÇÕES			2.866.607,51
	REDUÇÕES			101.750,00
	DESPESA AUTORIZADA			19.196.631,51
	DESPESA REALIZADA			16.181.880,15
	DIFERENÇA			3.014.751,36

CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS CONSIDERADOS PELO SEU VALOR DE ABERTURA, ESTANDO AS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES COMPUTADAS NAS SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES.

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ERNANI RUSCHEL FILHO
PRESIDENTE
CPF: 314.800.470/15

ARTUR JOSÉ DE LEMOS JUNIOR
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
CPF: 824.222.220/72

CLAUDIO SALDANHA ALVES
CONTADOR
CPF: 453.734.260/91

R$

R E C E I T A

TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES			
RECEITA PATRIMONIAL	325.000,00	346.365,51	21.365,51
RECEITA AGROPECUARIA	50.000,00	97.984,50	47.984,50
RECEITA INDUSTRIAL	30.000,00	18.323,60	11.676,40-
RECEITA DE SERVICOS	2.157.561,00	1.958.580,37	198.980,63-
TRANSFERENCIAS CORRENTES	0,00	25.000,00	25.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	137.439,00	755.520,99	618.081,99
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	2.700.000,00	3.201.774,97	501.774,97
RECEITAS DE CAPITAL			
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	2.051.216,00	729.060,00	1.322.156,00-
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	2.051.216,00	729.060,00	1.322.156,00-
SOMA	4.751.216,00	3.930.834,97	820.381,03-
DEFICIT DE PREVISÃO	14.445.415,51	12.251.045,18	2.194.370,33-
TOTAL	19.196.631,51	16.181.880,15	3.014.751,36-

D E S P E S A

TÍTULOS	AUTORIZAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
CRÉDITOS ORDINÁRIOS (1)	19.196.631,51	16.181.880,15	3.014.751,36-
CRÉDITOS ESPECIAIS (2)	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS (2)	0,00	0,00	0,00
SOMA	19.196.631,51	16.181.880,15	3.014.751,36-
TOTAL	19.196.631,51	16.181.880,15	3.014.751,36-

(1) DOTAÇÕES ORIGINAIS COM SUAS SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES
(2) DOTAÇÕES CRIADAS NO DECORRER DO EXERCÍCIO E ALTERAÇÕES

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ERNANI RUSCHEL FILHO
PRESIDENTE
CPF: 314.800.470/15

ARTUR JOSE DE LEMOS JUNIOR
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
CPF: 824.272.220/72

CLAUDIO SALDANHA ALVES
CONTADOR
CPF: 453.734.260/91

EXERCÍCIO DE 2010

FUNDACAO ZOOBOTANICA DO RIO GRANDE DO SUL

BALANÇO FINANCEIRO

RFPE031/00001

ANEXO N. 13

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
RECEITA ORÇAMENTARIA		DESPESA ORÇAMENTARIA	
RECEITAS CORRENTES		ADMINISTRACAO	12.664.931,88
RECEITA PATRIMONIAL	346.365,51	GESTAO AMBIENTAL	2.963.272,88
RECEITA AGROPECUARIA	97.984,50	ENCARGOS ESPECIAIS	553.675,39
RECEITA INDUSTRIAL	18.323,60	SOMA.....	16.181.880,15
RECEITA DE SERVICOS	1.958.580,37		
TRANSFERENCIAS CORRENTES	25.000,00	DESPESA EXTRA-ORÇAMENTARIA	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	755.520,99	REALIZAVEL	190.254,38
SOMA.....	3.201.774,97	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	5.668.223,01
RECEITAS DE CAPITAL		RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	81.637,17
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	729.060,00	DEPOSITOS	2.180.580,48
SOMA.....	729.060,00	SOMA.....	8.120.695,04
TOTAL.....	3.930.834,97	TOTAL.....	24.302.575,19
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA		VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO	
REALIZAVEL	126.788,02	BAIXA DE SALDOS BANCÁRIOS	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	848.265,71	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS INTRAGOVERNAMENTAIS	
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	168.001,99	SOMA.....	0,00
DEPOSITOS	2.165.331,71		
SOMA.....	3.308.387,43	SALDOS PARA O EXERCICIO SEGUINTE	
TOTAL.....	7.239.222,40	CAIXA	9.311,69
VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO		BANCOS C/DISPOSICAO	11.770,80
		APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	1.239.507,32
BAIXA DE PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR E A LIQUIDAR	3.938.814,47	APLICACOES FINANCEIRAS DE RECURSOS VINCULADOS	779.250,06
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS INTRAGOVERNAMENTAIS	13.331.357,44	BANCOS, C/VINCULADAS	34.874,66
SOMA.....	17.270.171,91	SOMA.....	2.074.714,53
SALDOS DO EXERCICIO ANTERIOR			
CAIXA	5.739,25		
BANCOS C/DISPOSICAO	3.193,17		
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	1.851.213,30		
APLICACOES FINANCEIRAS DE RECURSOS VINCULADOS	4.761,83		
BANCOS, C/VINCULADAS	2.987,86		
SOMA.....	1.867.895,41		
TOTAL.....	26.377.289,72	TOTAL.....	26.377.289,72

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ERNANI RUSCHEL FILHO
PRESIDENTE
CPF: 314.800.470/15

ARTUR JOSE DE LEMOS JUNIOR
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
CPF: 824.222.220/72

CLAUDIO SALDANHA ALVES
CONTADOR
CPF: 453.734.260/91

EXERCÍCIO DE 2010 | FUNDACAO ZOOBOTANICA DO RIO GRANDE DO SUL | RFPE032/00001

BALANÇO PATRIMONIAL | ANEXO N. 14

ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
ATIVO FINANCEIRO		PASSIVO FINANCEIRO	
DISPONÍVEL		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	
CAIXA	9.311,69	FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	353.478,27
BANCOS C/DISPOSICAO	11.770,80	FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	409.986,74
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	1.239.507,32	PIS E PASEP A RECOLHER	5.650,00
SOMA.....	1.260.589,81	CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	3.017,12
VINCULADO EM CONTA CORRENTE BANCÁRIA		FGTS A RECOLHER	71.750,90
APLICACOES FINANCEIRAS DE RECURSOS VINCULADOS	779.250,06	REQUISICAO DE PEQUENO VALOR A PAGAR	20.400,00
BANCOS, C/VINCULADAS	34.874,66	SOMA.....	864.283,03
SOMA.....	814.124,72	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
REALIZÁVEL		FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	168.001,99
DEVEDORES	55.960,90	SOMA.....	168.001,99
DEPOSITOS JUDICIAIS	808.892,64	DEPÓSITOS	
SOMA.....	864.853,54	DEPOSITOS	92.913,81
TOTAL.....	2.939.568,07	SOMA.....	92.913,81
ATIVO PERMANENTE		TOTAL.....	1.125.198,83
BENS DA ENTIDADE		PASSIVO PERMANENTE	
BENS MOVEIS	52.847.307,07	DÍVIDA FUNDADA INTERNA	
BENS IMOVEIS	156.286.064,32	PRECATORIOS JUDICIAIS - EC 62/2009	4.559.188,17
SOMA.....	209.133.371,39	SOMA.....	4.559.188,17
PARTICIPAÇÕES		TOTAL.....	4.559.188,17
PARTICIPACOES SOCIETARIAS EM EMPRESAS SOB CONTROLE DO ESTADO	10.342,02	SOMA DO PASSIVO REAL	5.684.387,00
SOMA.....	10.342,02	SALDO PATRIMONIAL	
DIVERSOS		SITUAÇÃO LÍQUIDA	
BENS CREDITOS E VALORES EM FASE DE AQUISICAO OU FORMACAO	122.276,74	ATIVO REAL LIQUIDO	206.638.280,08
ALMOXARIFADOS	117.108,86	SOMA.....	212.322.667,08
SOMA.....	239.385,60	PASSIVO COMPENSADO	
TOTAL.....	209.383.099,01	CONTRAPARTIDA DE VALORES EM PODER DE TERCEIROS	
SOMA DO ATIVO REAL	212.322.667,08	DEPOSITOS JUDICIAIS EM PODER DE TERCEIROS	24.780,94
ATIVO COMPENSADO		VALORES EM GUARDA NOS ALMOXARIFADOS	117.108,86
VALORES EM PODER DE TERCEIROS		BENS DA ENTIDADE EM PODER DE TERCEIROS	215.819,77
RESPONSAVEIS POR DEPOSITOS JUDICIAIS	24.780,94	SOMA.....	357.709,57
RESPONSAVEIS POR ALMOXARIFADOS	117.108,86	CONTRAPARTIDA DE VALORES DE TERCEIROS	
RESPONSAVEIS PELA GUARDA DE BENS DA ENTIDADE	215.819,77	BENS PERTENCENTES A TERCEIROS	1.178.320,29
SOMA.....	357.709,57	SOMA.....	1.178.320,29
VALORES DE TERCEIROS		CONTRAPARTIDA DE VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS	
BENS DE TERCEIROS EM PODER DA ENTIDADE	1.178.320,29	ATUALIZACOES DE PRECATORIOS A PAGAR	2.202.910,24
SOMA.....	1.178.320,29	ACOES JUDICIAIS	1.090.247,41
VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS		SOMA.....	3.293.157,65
ATUALIZACOES DE PRECATORIOS	2.202.910,24	TOTAL.....	4.829.187,51
PROCESSOS JUDICIAIS	1.090.247,41		
SOMA.....	3.293.157,65		
TOTAL.....	4.829.187,51		
TOTAL GERAL.....	217.151.854,59	TOTAL GERAL.....	217.151.854,59

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ERNANI RUSCHEL FILHO
PRESIDENTE
CPF: 314.800.470/15

ARTUR JOSE DE LEMOS JUNIOR
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
CPF: 824.222.220/72

CLAUDIO SALDANHA ALVES
CONTADOR
CPF: 453.734.260/91

EXERCÍCIO DE 2010 | FUNDACAO ZOOBOTANICA DO RIO GRANDE DO SUL | RFPE033/00001

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS | ANEXO N. 15

VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
RECEITAS CORRENTES		DESPESAS CORRENTES	
RECEITA PATRIMONIAL	346.365,51	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.386.900,14
RECEITA AGROPECUARIA	97.984,50	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.433.841,25
RECEITA INDUSTRIAL	18.323,60		
RECEITA DE SERVICOS	1.958.580,37	SOMA.....	15.820.741,39
TRANSFERENCIAS CORRENTES	25.000,00	DESPESAS DE CAPITAL	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	755.520,99	INVESTIMENTOS	361.138,76
SOMA.....	3.201.774,97	SOMA.....	361.138,76
RECEITAS DE CAPITAL		TOTAL.....	16.181.880,15
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	729.060,00	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	
SOMA.....	729.060,00	ANULACAO DO REGISTRO BENS CRED VALORES FASE AQUIS/FORMACAO	480,36
DEDUÇÕES RECEITAS CORRENTES	0,00	ALIENACAO DE BENS MOVEIS	95.026,41
TOTAL.....	3.930.834,97	SOMA.....	95.506,77
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS		INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
REGISTRO DE BENS CRED E VAL EM FASE DE AQUISICAO OU FORMACAO	122.276,74	VARIAÇÕES PASSIVAS	
CONSTRUCAO OU AQUISICAO DE BENS MOVEIS	162.531,20	TRANSFERENCIAS INTRAPATRIMONIAIS	27.081,00
CONSTRUCAO OU AQUISICAO DE BENS IMOVEIS	76.330,82	BAIXA DE BENS MOVEIS	2.050.529,86
SOMA.....	361.138,76	INSCRICAO DE PRECATORIOS JUDICIAIS - EC 62/2009	4.559.188,17
INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		BAIXA DE BENS DE ALMOXARIFADO	223.374,83
VARIAÇÕES ATIVAS		SOMA.....	6.860.173,86
TRANSFERENCIAS INTRAPATRIMONIAIS	27.081,00	VARIAÇÕES PASSIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO PATRIMÔNIO FINANCEIRO	
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	1.381.497,96		
INCORPORACAO DE BENS DE ALMOXARIFADO	197.505,68	SOMA.....	0,00
SOMA.....	1.606.084,64	TOTAL.....	23.137.560,78
VARIAÇÕES ATIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO PATRIMÔNIO FINANCEIRO		RESULTADO PATRIMONIAL	
BAIXA DE PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR E A LIQUIDAR	3.938.814,47	SUPERAVIT VERIFICADO	30.669,50
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS INTRAGOVERNAMENTAIS	13.331.357,44		
SOMA.....	17.270.171,91		
TOTAL.....	23.168.230,28	TOTAL.....	23.168.230,28

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ERNANI RUSCHEL FILHO
PRESIDENTE
CPF: 314.800.470/15

ARTUR JOSE DE LEMOS JUNIOR
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
CPF: 824.220.220/72

CLAUDIO SALDANHA ALVES
CONTADOR
CPF: 453.734.260/91

EXERCÍCIO DE 2010 — FUNDACAO ZOOBOTANICA DO RIO GRANDE DO SUL — RFPE034/00001

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE — ANEXO N.17

R$

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	939.288,23-	337.460,95	923.270,91	353.478,27-
INDENIZACOES E RESTITUICOES A PAGAR	222.820,04-	0,00	222.820,04	0,00
FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	384.187,32-	409.986,74	384.187,32	409.986,74-
PIS E PASEP A RECOLHER	9.648,51-	5.650,00	9.648,51	5.650,00-
CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	125.825,29-	3.017,12	125.825,29	3.017,12-
PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR	3.941.436,21-	0,00	3.941.436,21	0,00
FGTS A RECOLHER	61.034,73-	71.750,90	61.034,73	71.750,90-
REQUISICAO DE PEQUENO VALOR A PAGAR	0,00	20.400,00	0,00	20.400,00-
SUBTOTAL.....	5.684.240,33-	848.265,71	5.668.223,01	864.283,03-
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	81.637,17-	168.001,99	81.637,17	168.001,99-
FGTS A LIQUIDAR	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL.....	81.637,17-	168.001,99	81.637,17	168.001,99-
DEPOSITOS				
DEPOSITOS	108.162,58-	2.165.331,71	2.180.580,48	92.913,81-
SUBTOTAL.....	108.162,58-	2.165.331,71	2.180.580,48	92.913,81-
TOTAL.....	5.874.040,08-	3.181.599,41	7.930.440,66	1.125.198,83-

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ERNANI RUSCHEL FILHO
PRESIDENTE
CPF: 314.800.470/15

ARTUR JOSE DE LEMOS JUNIOR
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
CPF: 824.222.220/72

CLAUDIO SALDANHA ALVES
CONTADOR
CPF: 453.734.260/91

EXERCÍCIO DE 2010 — FUNDACAO ZOOBOTANICA DO RIO GRANDE DO SUL — RFPE017/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CAT. ECONÔMICA, GRUPO NAT. DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.0.00.00	DESPESA CORRENTE	15.820.741,39
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.386.900,14
3.1.90.00	APLICACOES DIRETAS	10.369.219,98
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	7.226.663,17
3.1.90.11.1102	VENCIMENTO, SALARIO E SUBSIDIO	4.498.681,53
3.1.90.11.1103	13- VENCIMENTO	364.346,60
3.1.90.11.1104	GRATIFICACOES	1.062.394,46
3.1.90.11.1105	VANTAGENS TEMPORAIS	1.147.892,82
3.1.90.11.1107	OUTRAS VANTAGENS	153.347,76
3.1.90.13	OBRIGACOES PATRONAIS	2.474.854,48
3.1.90.13.1302	SEGURO DE VIDA DE SERVIDORES	17.434,35
3.1.90.13.1303	PLANO DE SAUDE	148.296,39
3.1.90.13.1304	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA	1.715.392,47
3.1.90.13.1305	FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVICO - FGTS	575.195,76
3.1.90.13.1306	OUTRAS CONTRIBUICOES PATRONAIS	18.535,51
3.1.90.16	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS-PESSOAL CIVIL	114.026,94
3.1.90.16.1602	HORA EXTRA	93.158,31
3.1.90.16.1603	ABONO PECUNIARIO	20.868,63
3.1.90.91	SENTENCAS JUDICIAIS	553.675,39
3.1.90.91.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS	553.675,39
3.1.91.00	TRANSFERENCIA INTRAGOVERNAMENTAL	17.680,16
3.1.91.13	OBRIGACOES PATRONAIS	17.680,16
3.1.91.13.1301	CONTRIBUICAO AO IPERGS PARA ASSISTENCIA MEDICA	17.680,16
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.433.841,25
3.3.50.00	TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	4.857,51
3.3.50.41	CONTRIBUICOES	4.857,51
3.3.50.41.4104	CONTRIBUICOES	4.857,51
3.3.90.00	APLICACOES DIRETAS	5.428.983,74
3.3.90.08	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAS	36.440,24
3.3.90.08.0805	AUXILIO CRECHE	35.043,86
3.3.90.08.0807	AUXILIO BABA	1.396,38
3.3.90.14	DIARIAS-CIVIL	69.049,41
3.3.90.14.1402	DIARIAS DE VIAGEM	69.049,41
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	783.177,64
3.3.90.30.3002	SINALIZACAO, IDENTIFICACAO E SEGURANCA	19.723,33
3.3.90.30.3003	ARTIGOS CIRURGICOS E LABORATORIAIS	5.412,98
3.3.90.30.3004	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	56.470,84
3.3.90.30.3005	FORRAGENS E OUTROS ALIMENTOS PARA ANIMAIS	415.974,97
3.3.90.30.3006	GENEROS PARA ALIMENTACAO	21.830,77
3.3.90.30.3009	MATERIAL DE EXPEDIENTE	11.007,12
3.3.90.30.3010	ACONDICIONAMENTO E/OU EMBALAGEM	6.512,60
3.3.90.30.3013	MANUTENC, IDENTIFICAC, UTILIZAC E CONSERVAC DE BENS MOVEIS E EQUIPAMS	32.559,01
3.3.90.30.3018	PRODUTOS FARMACEUTICOS E ODONTOLOGICOS	18.848,42
3.3.90.30.3020	SEMENTES E MUDAS DE PLANTAS	4.319,45
3.3.90.30.3021	VESTUARIO E/OU UNIFORME	7.391,12
3.3.90.30.3023	ADUBOS E/OU FERTILIZANTES	5.060,80
3.3.90.30.3025	PRODUTOS QUIMICOS, FISICOS E/OU BIOLOGICOS	6.213,70
3.3.90.30.3027	GAS DE COZINHA	3.510,00
3.3.90.30.3028	LIMPEZA E HIGIENE	26.192,93
3.3.90.30.3031	PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	18.114,00
3.3.90.30.3032	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	110.640,44
3.3.90.30.3033	CONSERVACAO DE VEICULOS	12.645,16
3.3.90.30.3035	INSIGNIAS, FLAMULAS, BANDEIRAS, PLACAS, CARTEIRAS FUNCIONAIS	750,00
3.3.90.33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	1.878,24
3.3.90.33.3304	TRANSPORTE DE PESSOAL POR VIA AEREA	1.878,24
3.3.90.35	SERVICOS DE CONSULTORIA	1.050,00
3.3.90.35.3502	ASSESSORIA E CONSULTORIA TECNICA	1.050,00
3.3.90.37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	1.775.971,09
3.3.90.37.3701	LIMPEZA E HIGIENE	841.981,19
3.3.90.37.3702	VIGILANCIA E/OU ZELADORIA	933.989,90
3.3.90.39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	2.421.264,23
3.3.90.39.3901	AGUA E ESGOTO	223.627,58
3.3.90.39.3902	DIVULGACAO PROMOCIONAL OU INSTITUCIONAL	19.083,75
3.3.90.39.3903	ASSINATURA DE PERIODICOS E RECORTES	4.546,30
3.3.90.39.3904	COMISSOES E/OU TAXA DE ADMINISTRACAO	8.263,37
3.3.90.39.3916	DESPESAS PEQUENAS DE PRONTO PAGAMENTO	94.538,15
3.3.90.39.3918	ENERGIA ELETRICA	291.364,32
3.3.90.39.3921	LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	780,00
3.3.90.39.3924	PROCESSAMENTO DE DADOS	86.098,01
3.3.90.39.3926	SEGUROS	2.290,22
3.3.90.39.3929	COMUNICACAO	38.498,70
3.3.90.39.3930	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	132.225,30
3.3.90.39.3931	CONSERVACAO DE BENS MOVEIS E EQUIPAMENTOS	95.778,89
3.3.90.39.3932	CONSERVACAO DE VEICULOS	64.466,07
3.3.90.39.3933	DIVULGACAO OBRIGATORIA	27.780,50
3.3.90.39.3934	SERVICOS GRAFICOS	79.967,51
3.3.90.39.3935	ENSINO E TREINAMENTO	7.611,00
3.3.90.39.3939	MEDICINA	13.325,40
3.3.90.39.3942	ESTAGIARIOS E MONITORES	64.718,45
3.3.90.39.3948	MULTAS	638,44
3.3.90.39.3975	GINASTICA LABORAL	5.820,00
3.3.90.39.3979	TELEFONIA FIXA	39.207,25
3.3.90.39.3980	TELEFONIA MOVEL	6.910,31
3.3.90.39.3982	ARMAZENAGENS, FRETES E/OU CARRETOS	18.842,00
3.3.90.39.3984	LIMPEZA E HIGIENE	16.050,04
3.3.90.39.3985	AUXILIO-REFEICAO	1.060.245,12
3.3.90.39.3991	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	18.587,55
3.3.90.47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	82.768,01
3.3.90.47.4702	PROGRAMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO-PASEP	66.359,53
3.3.90.47.4708	CONTRIBUICAO SINDICAL	16.408,48
3.3.90.49	AUXILIO-TRANSPORTE	254.634,88
3.3.90.49.4901	AUXILIO TRANSPORTE	254.634,88
3.3.90.93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	2.750,00
3.3.90.93.9305	INDENIZACOES	2.750,00
4.0.00.00	DESPESA CAPITAL	361.138,76
4.4.00.00	INVESTIMENTOS	361.138,76
4.4.90.00	APLICACOES DIRETAS	361.138,76
4.4.90.51	OBRAS E INSTALACOES	184.894,71
4.4.90.51.5103	CONSTRUCAO OU AMPLIACAO DE PREDIOS OU OUTRAS OBRAS PUBLICAS	184.894,71

EXERCÍCIO DE 2010 — FUNDACAO ZOOBOTANICA DO RIO GRANDE DO SUL — RFPE017/00002

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CAT. ECONÔMICA, GRUPO NAT. DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA
COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	176.244,05
4.4.90.52.5201	VEICULOS E/OU EQUIPAMENTOS PARA VEICULOS RODOVIARIOS DE TRACAO MECANICA	66.000,00
4.4.90.52.5207	LABORATORIOS E/OU GABINETES MEDICOS OU ODONTOLOGICOS	15.125,00
4.4.90.52.5208	OFICINA, AJARDINAMENTO E CAMPO	1.350,00
4.4.90.52.5212	MAQUINAS, MOTORES E/OU APARELHOS	37.693,99
4.4.90.52.5213	MATERIAL BIBLIOGR. PECAS P/COLECOES D E BIBLIOT. DISCOT.FILMOT.E MUSEUS	3.169,79
4.4.90.52.5214	MOBILIARIO EM GERAL	6.649,17
4.4.90.52.5216	TRATORES, EQUIPAMENTOS RODOVIARIOS E AGRICOLAS	1.600,00
4.4.90.52.5217	VEICULOS DE TRACAO PESSOAL OU ANIMAL	521,20
4.4.90.52.5222	SOM E/OU IMAGEM	8.609,00
4.4.90.52.5223	DESENHO E/OU TOPOGRAFIA	2.579,40
4.4.90.52.5228	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	30.168,00
4.4.90.52.5231	EQUIPAMENTOS PARA ALOJAMENTO, LAVANDERIA, COPA E/OU COZINHA	2.778,50
	TOTAL GERAL ====>	16.181.880,15

* RESUMO *

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	=>	10.386.900,14
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	=>	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	=>	5.433.841,25
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	=>	15.820.741,39
INVESTIMENTOS	=>	361.138,76
INVERSÕES FINANCEIRAS	=>	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	=>	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	=>	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	=>	361.138,76
TOTAL GERAL	=>	16.181.880,15

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ERNANI RUSCHEL FILHO
PRESIDENTE
CPF: 314.800.470/15

ARTUR JOSE DE LEMOS JUNIOR
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
CPF: 824.223.220/72

CLAUDIO SALDANHA ALVES
CONTADOR
CPF: 453.734.260/91

EXERCÍCIO DE 2010

FUNDACAO ZOOBOTANICA DO RIO GRANDE DO SUL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR ÓRGÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO POR FONTE DE RECURSO

RFPE039/00001

R$

ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA							
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
61 FUNDACAO ZOOBOTANICA DO RIO GRANDE DO SUL	10.386.900,14		5.433.841,25	361.138,76				16.181.880,15
TESOURO-LIVRES	10.386.900,14		3.198.714,58					13.585.614,72
PROPRIOS DA FUNDACAO			2.212.188,16	315.027,32				2.527.215,48
CONVENIOS			22.938,51	46.111,44				69.049,95
TOTAL	10.386.900,14		5.433.841,25	361.138,76				16.181.880,15

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ERNANI RUSCHEL FILHO
PRESIDENTE
CPF: 314.800.470/15

ARTUR JOSÉ DE LEMOS JUNIOR
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
CPF: 824.222.220/72

CLAUDIO SALDANHA ALVES
CONTADOR
CPF: 453.734.260/91

EXERCÍCIO DE 2010

FUNDACAO ZOOBOTANICA DO RIO GRANDE DO SUL

RFPE040/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS FONTES DE RECURSO

R$

ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA							
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
04 ADMINISTRACAO	7.340.690,11		4.963.103,01	361.138,76				12.664.931,88
TESOURO-LIVRES	7.340.690,11		3.143.699,81					10.484.389,92
PROPRIOS DA FUNDACAO			1.796.464,69	315.027,32				2.111.492,01
CONVENIOS			22.938,51	46.111,44				69.049,95
18 GESTAO AMBIENTAL	2.492.534,64		470.738,24					2.963.272,88
TESOURO-LIVRES	2.492.534,64		55.014,77					2.547.549,41
PROPRIOS DA FUNDACAO			415.723,47					415.723,47
28 ENCARGOS ESPECIAIS	553.675,39							553.675,39
TESOURO-LIVRES	553.675,39							553.675,39
TOTAL	10.386.900,14		5.433.841,25	361.138,76				16.181.880,15
RESUMO								
TESOURO-LIVRES	10.386.900,14		3.198.714,58					13.585.614,72
PROPRIOS DA FUNDACAO			2.212.188,16	315.027,32				2.527.215,48
CONVENIOS			22.938,51	46.111,44				69.049,95
TOTAL	10.386.900,14		5.433.841,25	361.138,76				16.181.880,15

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ERNANI RUSCHEL FILHO
PRESIDENTE
CPF: 314.800.470/15

ARTUR JOSE DE LEMOS JUNIOR
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
CPF: 824.222.220/72

CLAUDIO VALDANHA ALVES
CONTADOR
CPF: 453.734.260/91

FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO RIO GRANDE DO SUL

ANEXO 16

R$

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA							
DESIGNAÇÃO	AUTORIZAÇÕES		POSIÇÃO EM 31-12-09	MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2009			POSIÇÃO EM 31-12-10
	LEI	DATA		Variações		Mutações Patrimoniais da Despesa (Amortizações)	
				Passivas	Ativas		
Débitos Parcelados			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ERNANI RUSCHEL FILHO
PRESIDENTE
CIC-MF 314.800.470-15

ARTUR JOSÉ DE LEMOS JR
DIRETOR ADMINIST. FINANCEIRO
CIC-MF 824.222.220-72

CLÁUDIO SALDANHA ALVES
CONTADOR - CRC/RS 62700-O-9
CIC-MF 453.734.260-91

FUNDAÇÃO ZOO RS BOTÂNICA

Of. PRES FZB N.º 055/2011 Porto Alegre, 19 de janeiro de 2011

Prezado Senhor

Vimos por meio deste informar, que a Fundação Zoobotânica do RS teve reuniões do Conselho Curador, até o mês de abril de 2010 e que está tramitando processo nº 380-0561-10-9 visando a nomeação de conselheiros para esta finalidade.

Em virtude desta situação não apresentamos o Parecer do Conselho Curador, sobre o balanço 2010 desta fundação, determinado pela circular da CAGE/RS 02/2010.

Nada mais tendo a acrescentar.

Atenciosamente,

Arlete Ieda Pasqualetto
presidente

Ilmo Sr Luiz Paulo Freitas Pinto
Contadoria e Auditoria Geral do Estado
Secretaria da Fazenda do RS
4º andar sala 404-A
Nesta Capital

Administração Central - Jardim Botânico - Museu de Ciências Naturais: Rua Dr. Salvador França, 1427 - 90690-000 - Porto Alegre - RS - Telefone: (51) 3320.2000
Fone/Fax: (51) 3336.1778 - 3336.3281 - Caixa Postal: 1188- 90001-970- E-mail: presidencia@fzb.rs.gov.br
Parque Zoológico: BR 116 - Parada 41 - 93212-220 - Sapucaia do Sul - RS - Telefone: (51) 3474.1499 - Fone/Fax: (51) 3451.0040

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... : CLAUDIO SALDANHA ALVES
REGISTRO..... : RS-062700/O-9
CATEGORIA..... : CONTADOR
CPF..... : 453.734.260-91

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 11.02.2011 as 15:02:59.
Válido até: 31.03.2011.
Código de Controle: 93107.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

Fundação de Esporte e Lazer do RS

FUNDERGS

EXERCÍCIO DE 2010

FUND DE ESPORTE E LAZER DO ESTADO DO RGS
DEMONSTRACÃO DA RECEITA E DA DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

RFPE035/00001
ANEXO N. 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
RECEITAS CORRENTES		DESPESA CORRENTE	
RECEITA PATRIMONIAL	41.682,64	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	394.312,47
TRANSFERENCIAS CORRENTES	5.813.074,11	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.476.230,93
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	834.523,40		
SOMA.....	6.689.280,15	SOMA.....	6.870.543,40
DEFICIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	181.263,25	TOTAL.....	6.870.543,40
TOTAL.....	6.870.543,40	DESPESA CAPITAL	
RECEITAS DE CAPITAL		INVESTIMENTOS	8.663.011,34
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	245.054,00	SOMA.....	8.663.011,34
SOMA.....	245.054,00	TOTAL.....	15.533.554,74
DEFICIT	8.599.220,59		
TOTAL.....	15.533.554,74		

RESUMO

RECEITAS CORRENTES.....	6.689.280,15	DESPESAS CORRENTES.....	6.870.543,40
RECEITAS DE CAPITAL.....	245.054,00	DESPESAS DE CAPITAL.....	8.663.011,34
DEFICIT.....	8.599.220,59	SUPERAVIT.....	0,00
TOTAL.....	15.533.554,74	TOTAL.....	15.533.554,74

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ROBINSON DE ALENCAR BRUM DIAS
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 446.091.320/87

LILIAN DE BITENCOURT BORGES
DIRETORA ADMINISTRATIVA
CPF: 936.892.170/91

CELSO BIASESKI
DIRETOR TECNICO
CPF: 408.820.120/53

MARCO ANTONIO BRENTANO
CONTADOR
CRCRS N. 33088
CPF: 173.020.130/04

EXERCÍCIO DE 2010 — FUND DE ESPORTE E LAZER DO ESTADO DO RGS — RFPE006/00001

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES — ANEXO N.6

R$

ÓRGÃO: 47 - FUNDACAO DE ESPORTE E LAZER DO RIO GRANDE DO SUL

U.O.: 47.01 - FUNDACAO DE ESPORTE E LAZER DO RIO GRANDE DO SUL

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
27	DESPORTO E LAZER	10.000.858,72	5.478.485,53	15.479.344,25
27.0811	DESPORTO DE RENDIMENTO		5.478.485,53	5.478.485,53
27.0811.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		961.873,13	961.873,13
27.0811.0290	DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO E DO LAZER NO RIO GRANDE DO SUL		4.516.612,40	4.516.612,40
27.0812	DESPORTO COMUNITARIO	9.145.453,36		9.145.453,36
27.0812.0290	DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO E DO LAZER NO RIO GRANDE DO SUL	2.221.929,28		2.221.929,28
27.0812.0291	PROGRAMA ESTADUAL DE PREVENCAO DA VIOLENCIA	6.923.524,08		6.923.524,08
27.0813	LAZER	855.405,36		855.405,36
27.0813.0290	DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO E DO LAZER NO RIO GRANDE DO SUL	855.405,36		855.405,36
	TOTAL DA U.O. =>	10.000.858,72	5.478.485,53	15.479.344,25

U.O.: 47.33 - ENCARGOS GERAIS DA FUNDACAO DE ESPORTE E LAZER DO RIO GRANDE DO SUL

27	DESPORTO E LAZER		54.210,49	54.210,49
27.0122	ADMINISTRACAO GERAL		54.210,49	54.210,49
27.0122.0335	OPERACOES ESPECIAIS		54.210,49	54.210,49
	TOTAL DA U.O. =>		54.210,49	54.210,49
	TOTAL DO ÓRGÃO =>	10.000.858,72	5.532.696,02	15.533.554,74

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ROBINSON DE ALENCAR BRUM DIAS
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 446.091.320/87

LILIAN DE BITENCOURT BORGES
DIRETORA ADMINISTRATIVA
CPF: 936.892.170/91

CELSO GIASESKI
DIRETOR TECNICO
CPF: 408.820.120/53

MARCO ANTONIO BRENTANO
CONTADOR
CRCRS N. 33088
CPF: 173.020.130/04

EXERCÍCIO DE 2010 | FUND DE ESPORTE E LAZER DO ESTADO DO RGS | RFPE009/00001

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES

ANEXO N. 7
R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
27	DESPORTO E LAZER	10.000.858,72	5.532.696,02	15.533.554,74
27.0122	ADMINISTRACAO GERAL		54.210,49	54.210,49
27.0122.0335	OPERACOES ESPECIAIS		54.210,49	54.210,49
27.0811	DESPORTO DE RENDIMENTO		5.478.485,53	5.478.485,53
27.0811.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		961.873,13	961.873,13
27.0811.0290	DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO E DO LAZER NO RIO GRANDE DO SUL		4.516.612,40	4.516.612,40
27.0812	DESPORTO COMUNITARIO	9.145.453,36		9.145.453,36
27.0812.0290	DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO E DO LAZER NO RIO GRANDE DO SUL	2.221.929,28		2.221.929,28
27.0812.0291	PROGRAMA ESTADUAL DE PREVENCAO DA VIOLENCIA	6.923.524,08		6.923.524,08
27.0813	LAZER	855.405,36		855.405,36
27.0813.0290	DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO E DO LAZER NO RIO GRANDE DO SUL	855.405,36		855.405,36
	TOTAL GERAL =>	10.000.858,72	5.532.696,02	15.533.554,74

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ROBINSON DE ALENCAR BRUM DIAS
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 446.091.320/87

LILIAN DE BITENCOURT BORGES
DIRETORA ADMINISTRATIVA
CPF: 936.892.170/91

CELSO PIRESKI
DIRETOR TECNICO
CPF: 408.820.120/53

MARCO ANTONIO BRENTANO
CONTADOR
CRCRS N. 33088
CPF: 173.020.130/04

EXERCÍCIO DE 2010 — FUND DE ESPORTE E LAZER DO ESTADO DO RGS — RFPE029/00001

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS — ANEXO N.8

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
27	DESPORTO E LAZER	9.562.555,57	5.970.999,17	15.533.554,74
27.0122	ADMINISTRACAO GERAL	54.210,49		54.210,49
27.0122.0335	OPERACOES ESPECIAIS	54.210,49		54.210,49
27.0811	DESPORTO DE RENDIMENTO	961.873,13	4.516.612,40	5.478.485,53
27.0811.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	961.873,13		961.873,13
27.0811.0290	DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO E DO LAZER NO RIO GRANDE DO SUL		4.516.612,40	4.516.612,40
27.0812	DESPORTO COMUNITARIO	8.357.282,96	788.170,40	9.145.453,36
27.0812.0290	DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO E DO LAZER NO RIO GRANDE DO SUL	1.433.758,88	788.170,40	2.221.929,28
27.0812.0291	PROGRAMA ESTADUAL DE PREVENCAO DA VIOLENCIA	6.923.524,08		6.923.524,08
27.0813	LAZER	189.188,99	666.216,37	855.405,36
27.0813.0290	DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO E DO LAZER NO RIO GRANDE DO SUL	189.188,99	666.216,37	855.405,36
	TOTAL GERAL =>	9.562.555,57	5.970.999,17	15.533.554,74

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ROBINSON DE ALENCAR BRUM DIAS
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 446.091.320/87

LILIAN DE BITENCOURT BORGES
DIRETORA ADMINISTRATIVA
CPF: 936.892.170/91

CELSO PIASESKI
DIRETOR TECNICO
CPF: 408.820.120/53

MARCO ANTONIO BRENTANO
CONTADOR
CRCRS N. 33088
CPF: 173.020.130/04

EXERCÍCIO DE 2010 | FUND DE ESPORTE E LAZER DO ESTADO DO RGS | RFPE025/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃO E FUNÇÕES | ANEXO N.9

R$

FUNÇÕES / ÓRGÃOS	DESPORTO E LAZER	TOTAL		
PODER LEGISLATIVO				
PODER JUDICIARIO				
MINISTERIO PUBLICO				
DEFENSORIA PUBLICA				
PODER EXECUTIVO				
FUNDACAO DE ESPORTE E LAZER DO RIO GRANDE DO SUL	15.533.554,74	15.533.554,74		
SOMA.....	15.533.554,74	15.533.554,74		
TOTAL.....	15.533.554,74	15.533.554,74		

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ROBINSON DE ALENCAR BRUM DIAS
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 446.091.320/87

LILIAN DE BITENCOURT BORGES
DIRETORA ADMINISTRATIVA
CPF: 936.892.170/91

CELSO PINSESKI
DIRETOR TECNICO
CPF: 408.820.120/53

MARCO ANTONIO BRENTANO
CONTADOR
CRCRS N. 33088
CPF: 173.020.130/04

EXERCÍCIO DE 2010 | FUND DE ESPORTE E LAZER DO ESTADO DO RGS | RFPE023/00001

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA | ANEXO N. 10

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
1000.00.00.0000	RECEITAS CORRENTES	9.230.170,00	6.689.280,15	2.540.889,85-
1300.00.00.0000	RECEITA PATRIMONIAL	98.870,00	41.682,64	57.187,36-
1310.00.00.0000	RECEITAS IMOBILIARIAS	5.700,00	2.850,00	2.850,00-
1312.00.00.0000	ARRENDAMENTOS	5.700,00	2.850,00	2.850,00-
1312.99.00.0000	OUTROS ARRENDAMENTOS	5.700,00	2.850,00	2.850,00-
1312.99.99.0000	DIVERSOS ARRENDAMENTOS	5.700,00	2.850,00	2.850,00-
1320.00.00.0000	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	93.170,00	38.832,64	54.337,36-
1325.00.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	93.170,00	38.832,64	54.337,36-
1325.01.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS DE RECURSOS VINCULADOS	93.170,00	38.832,64	54.337,36-
1325.01.99.0000	DIVERSAS REMUNERACOES DE DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS	93.170,00	38.832,64	54.337,36-
1700.00.00.0000	TRANSFERENCIAS CORRENTES	9.131.300,00	5.813.074,11	3.318.225,89-
1720.00.00.0000	TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	4.400.000,00	5.313.074,11	913.074,11
1721.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DA UNIAO	4.400.000,00	5.313.074,11	913.074,11
1721.99.00.0000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DA UNIAO	4.400.000,00	5.313.074,11	913.074,11
1721.99.99.0000	DIVERSAS TRANSFERENCIAS DA UNIAO	4.400.000,00	5.313.074,11	913.074,11
1760.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	4.731.300,00	500.000,00	4.231.300,00-
1761.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO E DE SUAS ENTIDADES	4.731.300,00	500.000,00	4.231.300,00-
1761.99.00.0000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	4.731.300,00	500.000,00	4.231.300,00-
1761.99.99.0000	DIVERSAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	4.731.300,00	500.000,00	4.231.300,00-
1900.00.00.0000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	834.523,40	834.523,40
1990.00.00.0000	RECEITAS DIVERSAS	0,00	834.523,40	834.523,40
1990.99.00.0000	OUTRAS RECEITAS	0,00	834.523,40	834.523,40
1990.99.02.0000	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR DE RECURSOS NAO VINCULADOS	0,00	565.618,34	565.618,34
1990.99.97.0000	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR DE OUTROS RECURSOS VINCULADOS	0,00	268.905,06	268.905,06
2000.00.00.0000	RECEITAS DE CAPITAL	10.000.000,00	245.054,00	9.754.946,00-
2400.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	10.000.000,00	245.054,00	9.754.946,00-
2470.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	10.000.000,00	245.054,00	9.754.946,00-
2471.00.00.0000	TRANSFERENCIA DE CONVENIOS DA UNIAO E DE SUAS ENTIDADES	10.000.000,00	245.054,00	9.754.946,00-
2471.99.00.0000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	10.000.000,00	245.054,00	9.754.946,00-
2471.99.99.0000	DIVERSAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	10.000.000,00	245.054,00	9.754.946,00-
TOTAL		19.230.170,00	6.934.334,15	12.295.835,85-

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ROBINSON DE ALENCAR BRUM DIAS
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 446.091.320/87

LILIAN DE BITENCOURT BORGES
DIRETORA ADMINISTRATIVA
CPF: 936.892.170/91

CELSO PIASESKI
DIRETOR TECNICO
CPF: 408.820.120/53

MARCO ANTONIO BRENTANO
CONTADOR
CRCRS N. 33088
CPF: 173.020.130/04

EXERCÍCIO DE 2010

FUND DE ESPORTE E LAZER DO ESTADO DO RGS
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

RFPE026/00001
ANEXO N.11

R$

TÍTULOS		DESPESA CORRENTE	DESPESA DE CAPITAL	TOTAL
FUNDACAO DE ESPORTE E LAZER DO RIO GRANDE DO SUL				
	DESPESA FIXADA	12.622.833,00	19.375.000,00	31.997.833,00
	CRÉDITOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00
	CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00
	SUPLEMENTAÇÕES	1.241.416,37	11.102.000,00	12.343.416,37
	REDUÇÕES	1.406.827,31	5.767.055,51	7.173.882,82
	DESPESA AUTORIZADA	12.457.422,06	24.709.944,49	37.167.366,55
	DESPESA REALIZADA	6.870.543,40	8.663.011,34	15.533.554,74
	DIFERENÇA	5.586.878,66	16.046.933,15	21.633.811,81
TOTAL GERAL				
	DESPESA FIXADA			31.997.833,00
	CRÉDITOS ESPECIAIS			0,00
	CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS			0,00
	SUPLEMENTAÇÕES			12.343.416,37
	REDUÇÕES			7.173.882,82
	DESPESA AUTORIZADA			37.167.366,55
	DESPESA REALIZADA			15.533.554,74
	DIFERENÇA			21.633.811,81

CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS CONSIDERADOS PELO SEU VALOR DE ABERTURA, ESTANDO AS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES COMPUTADAS NAS SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES.

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ROBINSON DE ALENCAR BRUM DIAS
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 446.091.320/87

LILIAN DE BITENCOURT BORGES
DIRETORA ADMINISTRATIVA
CPF: 936.892.170/91

CELSO PIASESKI
DIRETOR TÉCNICO
CPF: 408.820.120/53

MARCO ANTONIO BRENTANO
CONTADOR
CRCRS N. 33088
CPF: 173.020.130/04

EXERCÍCIO DE 2010

FUND DE ESPORTE E LAZER DO ESTADO DO RGS
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RFPE030/00001
ANEXO N.12

R$

R E C E I T A

TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES			
RECEITA PATRIMONIAL	98.870,00	41.682,64	57.187,36-
TRANSFERENCIAS CORRENTES	9.131.300,00	5.813.074,11	3.318.225,89-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	834.523,40	834.523,40
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	9.230.170,00	6.689.280,15	2.540.889,85-
RECEITAS DE CAPITAL			
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	10.000.000,00	245.054,00	9.754.946,00-
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	10.000.000,00	245.054,00	9.754.946,00-
SOMA	19.230.170,00	6.934.334,15	12.295.835,85-
DEFICIT DE PREVISÃO	17.937.196,55	8.599.220,59	9.337.975,96-
TOTAL	37.167.366,55	15.533.554,74	21.633.811,81-

D E S P E S A

TÍTULOS	AUTORIZAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
CRÉDITOS ORDINÁRIOS (1)	37.167.366,55	15.533.554,74	21.633.811,81-
CRÉDITOS ESPECIAIS (2)	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS (2)	0,00	0,00	0,00
SOMA	37.167.366,55	15.533.554,74	21.633.811,81-
TOTAL	37.167.366,55	15.533.554,74	21.633.811,81-

(1) DOTAÇÕES ORIGINAIS COM SUAS SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES
(2) DOTAÇÕES CRIADAS NO DECORRER DO EXERCÍCIO E ALTERAÇÕES

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ROBINSON DE ALENCAR BRUM DIAS
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 446.091.320/87

LILIAN DE BITENCOURT BORGES
DIRETORA ADMINISTRATIVA
CPF: 936.892.170/91

CELSO PIASESKI
DIRETOR TECNICO
CPF: 408.820.120/53

MARCO ANTONIO BRENTANO
CONTADOR
CRCRS N. 33088
CPF: 173.020.130/04

EXERCÍCIO DE 2010

FUND DE ESPORTE E LAZER DO ESTADO DO RGS

BALANÇO FINANCEIRO

RFPE031/00001

ANEXO N. 13

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
RECEITA ORÇAMENTARIA		DESPESA ORÇAMENTARIA	
RECEITAS CORRENTES		DESPORTO E LAZER	15.533.554,74
RECEITA PATRIMONIAL	41.682,64	SOMA.....	15.533.554,74
TRANSFERENCIAS CORRENTES	5.813.074,11		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	834.523,40	DESPESA EXTRA-ORÇAMENTARIA	
SOMA.....	6.689.280,15	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.505.191,40
RECEITAS DE CAPITAL		RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	901.305,06
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	245.054,00	DEPOSITOS	124.581,16
SOMA.....	245.054,00	SOMA.....	2.531.077,62
TOTAL.....	6.934.334,15	TOTAL.....	18.064.632,36
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA		VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.860.149,45	SOMA.....	0,00
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	710.050,58		
DEPOSITOS	122.422,54	SALDOS PARA O EXERCICIO SEGUINTE	
DIVERSOS	588,08	BANCOS C/DISPOSICAO	788.597,78
SOMA.....	2.693.210,65	APLICACOES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	13.429,28
TOTAL.....	9.627.544,80	APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	1.949.092,83
VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO		APLICACOES FINANCEIRAS DE RECURSOS VINCULADOS	1.317,38
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS INTRAGOVERNAMENTAIS	9.996.400,21	BANCOS, C/VINCULADAS	1.038.946,84
SOMA.....	9.996.400,21	SOMA.....	3.791.384,11
SALDOS DO EXERCICIO ANTERIOR			
BANCOS C/DISPOSICAO	1.238.633,20		
APLICACOES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	11.337,65		
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	693.233,41		
BANCOS, C/VINCULADAS	288.867,20		
SOMA.....	2.232.071,46		
TOTAL.....	21.856.016,47	TOTAL.....	21.856.016,47

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ROBINSON DE ALENCAR BRUM DIAS
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 446.091.320/87

LILIAN DE BITENCOURT BORGES
DIRETORA ADMINISTRATIVA
CPF: 936.892.170/91

CELSO PIASESKI
DIRETOR TECNICO
CPF: 408.820.120/53

MARCO ANTONIO BRENTANO
CONTADOR
CRCRS N. 33088
CPF: 173.020.130/04

EXERCÍCIO DE 2010 — FUND DE ESPORTE E LAZER DO ESTADO DO RGS — RFPE032/00001

BALANÇO PATRIMONIAL — ANEXO N. 14

ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
ATIVO FINANCEIRO		PASSIVO FINANCEIRO	
DISPONÍVEL		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	
BANCOS C/DISPOSICAO	788.597,78	FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	96.284,80
APLICACOES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	13.429,28	AUXILIOS SUJEITOS A COMPROVACAO	113.570,22
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	1.949.092,83	CONVENIOS E REPASSES SUJEIROS A COMPROVACAO	222.775,16
SOMA.....	2.751.119,89	INDENIZACOES E RESTITUICOES A PAGAR	800.987,06
VINCULADO EM CONTA CORRENTE BANCÁRIA		FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	14.860,02
APLICACOES FINANCEIRAS DE RECURSOS VINCULADOS	1.317,38	CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	4.095,27
BANCOS, C/VINCULADAS	1.038.946,84	SOMA.....	1.252.572,53
SOMA.....	1.040.264,22	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
REALIZÁVEL		CONVENIOS E REPASSES SUJEITOS A COMPROVACAO	710.050,48
RESPONSAVEIS POR PAGAMENTOS IRREGULARES	80.117,49	DIARIAS VENCIDAS A LIQUIDAR	0,10
SOMA.....	80.117,49	SOMA.....	710.050,58
TOTAL.....	3.871.501,60	DEPÓSITOS	
ATIVO PERMANENTE		DEPOSITOS	13.374,70
BENS DA ENTIDADE		SOMA.....	13.374,70
BENS MOVEIS	713.433,10	DIVERSOS	
BENS IMOVEIS	1.866.443,69	OUTROS CREDORES	20.966,77
SOMA.....	2.579.876,79	SOMA.....	20.966,77
DIVERSOS		TOTAL.....	1.996.964,58
BENS CREDITOS E VALORES EM FASE DE AQUISICAO OU FORMACAO	500.000,00	SOMA DO PASSIVO REAL	1.996.964,58
ALMOXARIFADOS	16.547,65	SALDO PATRIMONIAL	
SOMA.....	516.547,65	SITUAÇÃO LÍQUIDA	
TOTAL.....	3.096.424,44	ATIVO REAL LIQUIDO	4.970.961,46
SOMA DO ATIVO REAL	6.967.926,04	SOMA.....	6.967.926,04
ATIVO COMPENSADO		PASSIVO COMPENSADO	
VALORES EM PODER DE TERCEIROS		CONTRAPARTIDA DE VALORES EM PODER DE TERCEIROS	
RESPONSAVEIS POR ADIANTAMENTOS	4.000,00	ADIANTAMENTOS A COMPROVAR	4.000,00
RESPONSAVEIS POR ALMOXARIFADOS	16.547,65	VALORES EM GUARDA NOS ALMOXARIFADOS	16.547,65
RESPONSAVEIS POR DIARIAS	508,49	DIARIAS A COMPROVAR	508,49
SOMA.....	21.056,14	SOMA.....	21.056,14
VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS		CONTRAPARTIDA DE VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS	
RESPONSAVEIS POR AUXILIOS	1.486.949,18	AUXILIOS A COMPROVAR	1.486.949,18
RESPONSAVEIS PELA EXECUCAO DE CONVENIOS	9.149.608,60	CONVENIOS EM EXECUCAO	9.149.608,60
SOMA.....	10.636.557,78	SOMA.....	10.636.557,78
TOTAL.....	10.657.613,92	TOTAL.....	10.657.613,92
TOTAL GERAL.....	17.625.539,96	TOTAL GERAL.....	17.625.539,96

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ROBINSON DE ALENCAR BRUM DIAS
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 446.091.320/87

LILIAN DE BITENCOURT BORGES
DIRETORA ADMINISTRATIVA
CPF: 936.892.170/91

CELSO PIASESKI
DIRETOR TECNICO
CPF: 408.820.120/53

MARCO ANTONIO BRENTANO
CONTADOR
CRCRS N. 33088
CPF: 173.020.130/04

EXERCÍCIO DE 2010 | FUND DE ESPORTE E LAZER DO ESTADO DO RGS | RFPE033/00001

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS | ANEXO N. 15

VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
RECEITAS CORRENTES		DESPESAS CORRENTES	
RECEITA PATRIMONIAL	41.682,64	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	394.312,47
TRANSFERENCIAS CORRENTES	5.813.074,11	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.476.230,93
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	834.523,40	SOMA.....	6.870.543,40
SOMA.....	6.689.280,15	DESPESAS DE CAPITAL	
RECEITAS DE CAPITAL		INVESTIMENTOS	8.663.011,34
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	245.054,00	SOMA.....	8.663.011,34
SOMA.....	245.054,00	TOTAL.....	15.533.554,74
DEDUÇÕES RECEITAS CORRENTES	0,00	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	
TOTAL.....	6.934.334,15	SOMA.....	0,00
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS		INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
REGISTRO DE BENS CRED E VAL EM FASE DE AQUISICAO OU FORMACAO	500.000,00	VARIAÇÕES PASSIVAS	
CONSTRUCAO OU AQUISICAO DE BENS MOVEIS	73.258,00	SOMA.....	0,00
CONSTRUCAO OU AQUISICAO DE BENS IMOVEIS	566.443,69	VARIAÇÕES PASSIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS NO PATRIMÔNIO FINANCEIRO	
SOMA.....	1.139.701,69	SOMA.....	0,00
INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		TOTAL.....	15.533.554,74
VARIAÇÕES ATIVAS		RESULTADO PATRIMONIAL	
SOMA.....	0,00	SUPERAVIT VERIFICADO	2.536.881,31
VARIAÇÕES ATIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS NO PATRIMÔNIO FINANCEIRO			
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS INTRAGOVERNAMENTAIS	9.996.400,21		
SOMA.....	9.996.400,21		
TOTAL.....	18.070.436,05	TOTAL.....	18.070.436,05

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ROBINSON DE ALENCAR BRUM DIAS
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 446.091.320/87

LILIAN DE BITENCOURT BORGES
DIRETORA ADMINISTRATIVA
CPF: 936.892.170/91

CELSO PIASESKI
DIRETOR TECNICO
CPF: 408.820.120/53

MARCO ANTONIO BRENTANO
CONTADOR
CRCRS N. 33088
CPF: 173.020.130/04

EXERCÍCIO DE 2010 — FUND DE ESPORTE E LAZER DO ESTADO DO RGS — RFPE034/00001

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE — ANEXO N.17

R$

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	2.148,98-	278.684,80	184.548,98	96.284,80-
AUXILIOS SUJEITOS A COMPROVACAO	0,00	113.570,22	0,00	113.570,22-
CONVENIOS E REPASSES SUJEIROS A COMPROVACAO	874.063,26-	248.775,16	900.063,26	222.775,16-
CONVENIOS E REPASSES COM COMPROVACAO PREVIA	0,00	400.000,00	400.000,00	0,00
INDENIZACOES E RESTITUICOES A PAGAR	0,00	800.987,06	0,00	800.987,06-
FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	14.612,89-	14.860,02	14.612,89	14.860,02-
PIS E PASEP A RECOLHER	202,11-	0,00	202,11	0,00
CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	6.587,24-	3.272,19	5.764,16	4.095,27-
SUBTOTAL.....	897.614,48-	1.860.149,45	1.505.191,40	1.252.572,53-
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	451.305,06-	0,00	451.305,06	0,00
CONVENIOS E REPASSES SUJEITOS A COMPROVACAO	50.000,00-	710.050,48	50.000,00	710.050,48-
CONVENIOS E REPASSES COM COMPROVACAO PREVIA	400.000,00-	0,00	400.000,00	0,00
DIARIAS VENCIDAS A LIQUIDAR	0,00	0,10	0,00	0,10-
SUBTOTAL.....	901.305,06-	710.050,58	901.305,06	710.050,58-
DEPOSITOS				
DEPOSITOS	15.533,32-	122.422,54	124.581,16	13.374,70-
SUBTOTAL.....	15.533,32-	122.422,54	124.581,16	13.374,70-
DIVERSOS				
OUTROS CREDORES	20.378,69-	588,08	0,00	20.966,77-
SUBTOTAL.....	20.378,69-	588,08	0,00	20.966,77-
TOTAL.....	1.834.831,55-	2.693.210,65	2.531.077,62	1.996.964,58-

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ROBINSON DE ALENCAR BRUM DIAS
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 446.091.320/87

LILIAN DE BITENCOURT BORGES
DIRETORA ADMINISTRATIVA
CPF: 936.892.170/91

CELSO PIASESKI
DIRETOR TECNICO
CPF: 408.820.120/53

MARCO ANTONIO BRENTANO
CONTADOR
CRCRS N. 33088
CPF: 173.020.130/04

EXERCÍCIO DE 2010 — FUND DE ESPORTE E LAZER DO ESTADO DO RGS — RFPE017/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CAT. ECONÔMICA, GRUPO NAT. DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.0.00.00	DESPESA CORRENTE	6.870.543,40
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	394.312,47
3.1.90.00	APLICACOES DIRETAS	394.312,47
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	271.752,92
3.1.90.11.1102	VENCIMENTO, SALARIO E SUBSIDIO	271.752,92
3.1.90.13	OBRIGACOES PATRONAIS	62.454,33
3.1.90.13.1304	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA	48.615,22
3.1.90.13.1307	MULTAS SOBRE OBRIGACOES PATRONAIS	13.839,11
3.1.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	26.072,86
3.1.90.92.1304	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA	26.072,86
3.1.90.96	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	34.032,36
3.1.90.96.9601	RESSARCIMENTO	34.032,36
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.476.230,93
3.3.20.00	TRANSFERENCIAS A UNIAO	800.987,06
3.3.20.93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	800.987,06
3.3.20.93.9316	RESTITUICAO DE RECEITAS DA UNIAO	800.987,06
3.3.40.00	TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS	858.841,66
3.3.40.41	CONTRIBUICOES	858.841,66
3.3.40.41.4102	ASSISTENCIA FINANCEIRA A MUNICIPIOS	858.841,66
3.3.50.00	TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	3.622.681,13
3.3.50.43	SUBVENCOES SOCIAIS	3.622.681,13
3.3.50.43.4301	SUBVENCOES SOCIAIS	3.622.681,13
3.3.90.00	APLICACOES DIRETAS	1.193.721,08
3.3.90.14	DIARIAS-CIVIL	26.710,75
3.3.90.14.1402	DIARIAS DE VIAGEM	25.681,77
3.3.90.14.1408	DIARIAS POR RESSARCIMENTO	1.028,98
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	79.039,24
3.3.90.30.3002	SINALIZACAO, IDENTIFICACAO E SEGURANCA	19.224,00
3.3.90.30.3004	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	38.546,27
3.3.90.30.3008	ESPORTES E/OU RECREACAO	15.099,92
3.3.90.30.3009	MATERIAL DE EXPEDIENTE	1.196,50
3.3.90.30.3013	MANUTENC, IDENTIFICAC, UTILIZAC E CONSERVAC DE BENS MOVEIS E EQUIPAMS	1.022,91
3.3.90.30.3021	VESTUARIO E/OU UNIFORME	1.200,00
3.3.90.30.3028	LIMPEZA E HIGIENE	683,70
3.3.90.30.3032	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	64,56
3.3.90.30.3033	CONSERVACAO DE VEICULOS	2.001,38
3.3.90.33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	14.298,10
3.3.90.33.3302	TRANSPORTE DE PESSOAL	628,10
3.3.90.33.3304	TRANSPORTE DE PESSOAL POR VIA AEREA	13.670,00
3.3.90.35	SERVICOS DE CONSULTORIA	2.500,00
3.3.90.35.3504	ADVOCACIA	2.500,00
3.3.90.36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	108.556,80
3.3.90.36.3611	HONORARIOS	11.500,00
3.3.90.36.3616	CONSERVACAO DE BENS MOVEIS E EQUIPAMENTOS	1.000,00
3.3.90.36.3619	ESTAGIARIOS E MONITORES	96.056,80
3.3.90.37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	410.493,98
3.3.90.37.3701	LIMPEZA E HIGIENE	96.768,42
3.3.90.37.3702	VIGILANCIA E/OU ZELADORIA	313.725,56
3.3.90.39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	543.821,44
3.3.90.39.3901	AGUA E ESGOTO	21.738,84
3.3.90.39.3903	ASSINATURA DE PERIODICOS E RECORTES	1.676,20
3.3.90.39.3907	ORGANIZACAO FEIRAS AMOSTRAS,CONGRESSOS,SEMINARIOS,SIMPOSIOS E CONGENERES	150.000,00
3.3.90.39.3916	DESPESAS PEQUENAS DE PRONTO PAGAMENTO	6.098,39
3.3.90.39.3918	ENERGIA ELETRICA	10.769,65
3.3.90.39.3921	LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	12.240,00
3.3.90.39.3923	PEDAGIOS	960,50
3.3.90.39.3925	RECEPCOES E HOMENAGENS	100,00
3.3.90.39.3926	SEGUROS	3.714,04
3.3.90.39.3929	COMUNICACAO	3.896,90
3.3.90.39.3932	CONSERVACAO DE VEICULOS	16.497,68
3.3.90.39.3935	ENSINO E TREINAMENTO	13.096,03
3.3.90.39.3942	ESTAGIARIOS E MONITORES	250.425,80
3.3.90.39.3948	MULTAS	1.336,43
3.3.90.39.3979	TELEFONIA FIXA	38.232,67
3.3.90.39.3980	TELEFONIA MOVEL	10.538,31
3.3.90.39.3991	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	2.500,00
3.3.90.47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	2.420,77
3.3.90.47.4702	PROGRAMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO-PASEP	2.323,08
3.3.90.47.4717	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEICULOS AUTOMOTORES	97,69
3.3.90.93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	5.880,00
3.3.90.93.9305	INDENIZACOES	5.880,00
4.0.00.00	DESPESA CAPITAL	8.663.011,34
4.4.00.00	INVESTIMENTOS	8.663.011,34
4.4.40.00	TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS	7.185.499,32
4.4.40.42	AUXILIOS	7.185.499,32
4.4.40.42.4201	ASSISTENCIA FINANCEIRA A MUNICIPIOS	7.185.499,32
4.4.50.00	TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	333.273,63
4.4.50.42	AUXILIOS	333.273,63
4.4.50.42.4202	AUXILIOS A ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	333.273,63
4.4.90.00	APLICACOES DIRETAS	1.144.238,39
4.4.90.51	OBRAS E INSTALACOES	1.066.443,69
4.4.90.51.5103	CONSTRUCAO OU AMPLIACAO DE PREDIOS OU OUTRAS OBRAS PUBLICAS	1.066.443,69
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	77.794,70
4.4.90.52.5206	ACAMPAMENTO E CAMPANHA	11.268,00
4.4.90.52.5212	MAQUINAS, MOTORES E/OU APARELHOS	4.536,70
4.4.90.52.5219	SEGURANCA E/OU PROTECAO	12.800,00
4.4.90.52.5228	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	8.910,00
4.4.90.52.5229	EQUIPAMENTOS PARA ESPORTES E/OU RECREACAO	40.280,00
	TOTAL GERAL ====>	15.533.554,74

* RESUMO *		
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	=>	394.312,47
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	=>	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	=>	6.476.230,93
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	=>	6.870.543,40
INVESTIMENTOS	=>	8.663.011,34
INVERSÕES FINANCEIRAS	=>	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	=>	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	=>	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	=>	8.663.011,34
TOTAL GERAL	=>	15.533.554,74

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ROBINSON DE ALENCAR BRUM DIAS
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 446.091.320/87

LILIAN DE BITENCOURT BORGES
DIRETORA ADMINISTRATIVA
CPF: 936.892.170/91

CELSO PIASESKI
DIRETOR TECNICO
CPF: 408.820.120/53

MARCO ANTONIO BRENTANO
CONTADOR
CRCRS N. 33088
CPF: 173.020.130/04

EXERCÍCIO DE 2010 — FUND DE ESPORTE E LAZER DO ESTADO DO RGS — RFPE039/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR ÓRGÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO POR FONTE DE RECURSO

R$

ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA							
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
47 FUNDACAO DE ESPORTE E LAZER DO RIO GRANDE DO SUL	394.312,47		6.476.230,93	8.663.011,34				15.533.554,74
TESOURO-LIVRES	357.672,69		1.053.921,54	8.150.961,34				9.562.555,57
TESOURO-VINCULADOS POR LEI	36.639,78		4.467.922,62	12.050,00				4.516.612,40
CONVENIOS			954.386,77	500.000,00				1.454.386,77
TOTAL	394.312,47		6.476.230,93	8.663.011,34				15.533.554,74

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ROBINSON DE ALENCAR BRUM DIAS
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 446.091.320/87

LILIAN DE BITENCOURT BORGES
DIRETORA ADMINISTRATIVA
CPF: 936.892.170/91

CELSO PISKESKI
DIRETOR TÉCNICO
CPF: 408.820.120/53

MARCO ANTONIO BRENTANO
CONTADOR
CRCRS N. 33088
CPF: 173.020.130/04

EXERCÍCIO DE 2010

FUND DE ESPORTE E LAZER DO ESTADO DO RGS

RFPE040/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR FUNCÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS FONTES DE RECURSO

R$

ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA							
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
27 DESPORTO E LAZER	394.312,47		6.476.230,93	8.663.011,34				15.533.554,74
TESOURO-LIVRES	357.672,69		1.053.921,54	8.150.961,34				9.562.555,57
TESOURO-VINCULADOS POR LEI	36.639,78		4.467.922,62	12.050,00				4.516.612,40
CONVENIOS			954.386,77	500.000,00				1.454.386,77
TOTAL	394.312,47		6.476.230,93	8.663.011,34				15.533.554,74
RESUMO								
TESOURO-LIVRES	357.672,69		1.053.921,54	8.150.961,34				9.562.555,57
TESOURO-VINCULADOS POR LEI	36.639,78		4.467.922,62	12.050,00				4.516.612,40
CONVENIOS			954.386,77	500.000,00				1.454.386,77
TOTAL	394.312,47		6.476.230,93	8.663.011,34				15.533.554,74

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ROBINSON DE ALENCAR BRUM DIAS
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 446.091.320/87

LILIAN DE BITENCOURT BORGES
DIRETORA ADMINISTRATIVA
CPF: 936.892.170/91

CELSO PIASESKI
DIRETOR TECNICO
CPF: 408.820.120/53

MARCO ANTONIO BRENTANO
CONTADOR
CRCRS N. 33088
CPF: 173.020.130/04

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... : MARCO ANTONIO BRENTANO
REGISTRO..... : RS-033088/O-3
CATEGORIA..... : CONTADOR
CPF..... : 173.020.130-04

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 25.03.2011 as 11:25:16.
Válido até: 31.03.2011.
Código de Controle: 95109.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

Fundação de Proteção Especial do RS

PROTEÇÃO

EXERCÍCIO DE 2010

FUND DE PROTECAO ESPECIAL DO RIO GRANDE DO SUL
DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

RFPE035/00001
ANEXO N. 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
RECEITAS CORRENTES		DESPESA CORRENTE	
RECEITA PATRIMONIAL	11.339,26	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	53.981.834,92
TRANSFERENCIAS CORRENTES	389.178,26	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	14.846.624,91
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.112.205,68		
SOMA.....	1.512.723,20	SOMA.....	68.828.459,83
DEFICIT	67.606.475,76	TOTAL.....	68.828.459,83
		DESPESA CAPITAL	
TOTAL.....	69.119.198,96	INVESTIMENTOS	290.739,13
		SOMA.....	290.739,13
		TOTAL.....	69.119.198,96

RESUMO

RECEITAS CORRENTES.....	1.512.723,20	DESPESAS CORRENTES.....	68.828.459,83
RECEITAS DE CAPITAL.....	0,00	DESPESAS DE CAPITAL.....	290.739,13
DEFICIT.....	67.606.475,76	SUPERAVIT.....	0,00
TOTAL.....	69.119.198,96	TOTAL.....	69.119.198,96

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

MARLENE SALETE BAUER WIECHOREKI
PRESIDENTE
CPF: 422.3[illegible]

AFONSO HEMANN CADAVAL
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 365.619.400/91

SERGIO LUIS RODRIGUES PADILHA
COORDENADOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
CRCRS N. 45441
CPF: 434.257.100/44

MARIA DO CARMO MACEDO FURQUIM
CHEFE DO NÚCLEO DE CONTABILIDADE
CRCRS N. 7511107
CPF: 642.480.110/34

EXERCÍCIO DE 2010 | FUND DE PROTECAO ESPECIAL DO RIO GRANDE DO SUL | RFPE006/00001

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES | ANEXO N.6

R$

ÓRGÃO: 48 - FUNDACAO DE PROTECAO ESPECIAL DO RIO GRANDE DO SUL

U.O.: 48.01 - FUNDACAO DE PROTECAO ESPECIAL DO RIO GRANDE DO SUL

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
08	ASSISTENCIA SOCIAL	116.979,18	42.346.252,69	42.463.231,87
08.0122	ADMINISTRACAO GERAL		41.951.504,21	41.951.504,21
08.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		41.951.504,21	41.951.504,21
08.0128	FORMACAO RECURSOS_HUMANOS		70.000,00	70.000,00
08.0128.0301	PROGRAMA DE PROTECAO AOS DIREITOS HUMANOS		70.000,00	70.000,00
08.0243	ASSIT.CRIANCA/ADOLESCENTE	116.979,18	324.748,48	441.727,66
08.0243.0301	PROGRAMA DE PROTECAO AOS DIREITOS HUMANOS	116.979,18	324.748,48	441.727,66
10	SAUDE		14.471.160,60	14.471.160,60
10.0243	ASSIT.CRIANCA/ADOLESCENTE		14.471.160,60	14.471.160,60
10.0243.0301	PROGRAMA DE PROTECAO AOS DIREITOS HUMANOS		14.471.160,60	14.471.160,60
	TOTAL DA U.O. =>	116.979,18	56.817.413,29	56.934.392,47

U.O.: 48.33 - ENCARGOS GERAIS DA FUNDACAO DE PROTECAO ESPECIAL DO RIO GRANDE DO SUL

08	ASSISTENCIA SOCIAL		12.184.806,49	12.184.806,49
08.0061	ACAO JUDICIARIA		1.019.942,02	1.019.942,02
08.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS		1.019.942,02	1.019.942,02
08.0122	ADMINISTRACAO GERAL		11.164.864,47	11.164.864,47
08.0122.0335	OPERACOES ESPECIAIS		11.164.864,47	11.164.864,47
	TOTAL DA U.O. =>		12.184.806,49	12.184.806,49
	TOTAL DO ÓRGÃO =>	116.979,18	69.002.219,78	69.119.198,96

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

MARLENE SALETE SAUER WIECHOREKI
PRESIDENTE
CPF: 422.[illegible]

AFONSO HERMANN CADAVAL
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 365.619.400/91

SERGIO LUIS RODRIGUES PADILHA
COORDENADOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
CRCRS N. 45441
CPF: 334.257.100/34

MARIA DO CARMO MACEDO FURQUIM
CHEFE DO NÚCLEO DE CONTABILIDADE
CRCRS N. 511107
CPF: 642.[illegible]80.110/34

EXERCÍCIO DE 2010 | FUND DE PROTECAO ESPECIAL DO RIO GRANDE DO SUL | RFPE009/00001

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES | ANEXO N. 7

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
08	ASSISTENCIA SOCIAL	116.979,18	54.531.059,18	54.648.038,36
08.0061	ACAO JUDICIARIA		1.019.942,02	1.019.942,02
08.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS		1.019.942,02	1.019.942,02
08.0122	ADMINISTRACAO GERAL		53.116.368,68	53.116.368,68
08.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		41.951.504,21	41.951.504,21
08.0122.0335	OPERACOES ESPECIAIS		11.164.864,47	11.164.864,47
08.0128	FORMACAO RECURSOS_HUMANOS		70.000,00	70.000,00
08.0128.0301	PROGRAMA DE PROTECAO AOS DIREITOS HUMANOS		70.000,00	70.000,00
08.0243	ASSIT.CRIANCA/ADOLESCENTE	116.979,18	324.748,48	441.727,66
08.0243.0301	PROGRAMA DE PROTECAO AOS DIREITOS HUMANOS	116.979,18	324.748,48	441.727,66
10	SAUDE		14.471.160,60	14.471.160,60
10.0243	ASSIT.CRIANCA/ADOLESCENTE		14.471.160,60	14.471.160,60
10.0243.0301	PROGRAMA DE PROTECAO AOS DIREITOS HUMANOS		14.471.160,60	14.471.160,60
	TOTAL GERAL =>	116.979,18	69.002.219,78	69.119.198,96

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

MARLENE SALETE SAUER WIECHOREKI
PRESIDENTE
CPF: 422.[illegible].080/00

AFONSO HEMANN CHAVAL
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 365.619.400/91

SERGIO LUIS RODRIGUES PADILHA
COORDENADOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
CRCRS N. 45441
CPF: 334.257.100/44

MARIA DO CARMO MACEDO FURQUIM
CHEFE DO NÚCLEO DE CONTABILIDADE
CRCRS N. 7511107
CPF: 642.[illegible]80.110/34

EXERCÍCIO DE 2010 — FUND DE PROTECAO ESPECIAL DO RIO GRANDE DO SUL — RFPE029/00001

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS — ANEXO N.8

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
08	ASSISTENCIA SOCIAL	54.348.438,75	299.599,61	54.648.038,36
08.0061	ACAO JUDICIARIA	1.019.942,02		1.019.942,02
08.0061.0335	OPERACOES ESPECIAIS	1.019.942,02		1.019.942,02
08.0122	ADMINISTRACAO GERAL	53.116.368,68		53.116.368,68
08.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	41.951.504,21		41.951.504,21
08.0122.0335	OPERACOES ESPECIAIS	11.164.864,47		11.164.864,47
08.0128	FORMACAO RECURSOS_HUMANOS	70.000,00		70.000,00
08.0128.0301	PROGRAMA DE PROTECAO AOS DIREITOS HUMANOS	70.000,00		70.000,00
08.0243	ASSIT.CRIANCA/ADOLESCENTE	142.128,05	299.599,61	441.727,66
08.0243.0301	PROGRAMA DE PROTECAO AOS DIREITOS HUMANOS	142.128,05	299.599,61	441.727,66
10	SAUDE	14.471.160,60		14.471.160,60
10.0243	ASSIT.CRIANCA/ADOLESCENTE	14.471.160,60		14.471.160,60
10.0243.0301	PROGRAMA DE PROTECAO AOS DIREITOS HUMANOS	14.471.160,60		14.471.160,60
	TOTAL GERAL =>	68.819.599,35	299.599,61	69.119.198,96

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

MARLENE SALETE SAUER WIECHOREKI
PRESIDENTE
CPF: 422.395.890/00

AFONCO HERMANN CARVAL
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 365.619.400/91

SERGIO LUIS RODRIGUES PADILHA
COORDENADOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
CRCRS N. 45441
CPF: 334.257.100/04

MARIA DO CARMO MACEDO FURQUIM
CHEFE DO NÚCLEO DE CONTABILIDADE
CRCRS N. 7511107
CPF: 642.480.110/34

EXERCÍCIO DE 2010	FUND DE PROTECAO ESPECIAL DO RIO GRANDE DO SUL	RFPE025/00001
	DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃO E FUNÇÕES	ANEXO N.9
		R$

FUNÇÕES / ÓRGÃOS	ASSISTENCIA SOCIAL	SAUDE	TOTAL	
PODER LEGISLATIVO				
PODER JUDICIARIO				
MINISTERIO PUBLICO				
DEFENSORIA PUBLICA				
PODER EXECUTIVO				
FUNDACAO DE PROTECAO ESPECIAL DO RIO GRANDE DO SUL	54.648.038,36	14.471.160,60	69.119.198,96	
SOMA.....	54.648.038,36	14.471.160,60	69.119.198,96	
TOTAL.....	54.648.038,36	14.471.160,60	69.119.198,96	

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

MARLENE SALETE SAUER WIECHOREKI
PRESIDENTE
CPF: 422.3[illegible]080/00

AFONSO HELMANN CADAVAL
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 365.619.400/91

SERGIO LUIS RODRIGUES PADILHA
COORDENADOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
CRCRS N. 45441
CPF: 334.257.100/44

MARIA DO CARMO MACEDO FURQUIM
CHEFE DO NÚCLEO DE CONTABILIDADE
CRCRS N. 75111C7
CPF: 642.480.110/34

EXERCÍCIO DE 2010

FUND DE PROTECAO ESPECIAL DO RIO GRANDE DO SUL

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA

RFPE023/00001

ANEXO N. 10

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
1000.00.00.0000	RECEITAS CORRENTES	798.156,00	1.512.723,20	714.567,20
1300.00.00.0000	RECEITA PATRIMONIAL	69.099,00	11.339,26	57.759,74-
1320.00.00.0000	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	69.099,00	11.339,26	57.759,74-
1325.00.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	69.099,00	11.339,26	57.759,74-
1325.01.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS DE RECURSOS VINCULADOS	69.099,00	11.339,26	57.759,74-
1325.01.99.0000	DIVERSAS REMUNERACOES DE DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS	69.099,00	11.339,26	57.759,74-
1700.00.00.0000	TRANSFERENCIAS CORRENTES	479.057,00	389.178,26	89.878,74-
1760.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	479.057,00	389.178,26	89.878,74-
1761.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO E DE SUAS ENTIDADES	479.057,00	389.178,26	89.878,74-
1761.03.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO PARA PROGRAMAS DE ASSISTENCIA SOCIAL	479.057,00	389.178,26	89.878,74-
1761.03.01.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO DESTINADAS A PROGRAMAS DE ASSISTENCIA S	479.057,00	389.178,26	89.878,74-
1900.00.00.0000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	250.000,00	1.112.205,68	862.205,68
1920.00.00.0000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	0,00	173.650,34	173.650,34
1922.00.00.0000	RESTITUICOES	0,00	173.650,34	173.650,34
1922.99.00.0000	OUTRAS RESTITUICOES	0,00	173.650,34	173.650,34
1922.99.99.0000	DIVERSAS RESTITUICOES	0,00	173.650,34	173.650,34
1990.00.00.0000	RECEITAS DIVERSAS	250.000,00	938.555,34	688.555,34
1990.99.00.0000	OUTRAS RECEITAS	250.000,00	938.555,34	688.555,34
1990.99.02.0000	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR DE RECURSOS NAO VINCULADOS	0,00	887.575,34	887.575,34
1990.99.97.0000	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR DE OUTROS RECURSOS VINCULADOS	0,00	594,00	594,00
1990.99.99.0000	OUTRAS RECEITAS DIVERSAS	250.000,00	50.386,00	199.614,00-
TOTAL		798.156,00	1.512.723,20	714.567,20

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

MARLENE SALETE SAUER WIECHOREKI
PRESIDENTE
CPF: 422.395.[illegible]

AFONSO HEMANN CARVAL
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 365.619.400/91

SERGIO LUIS RODRIGUES PADILHA
COORDENADOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
CRCRS N. 45441
CPF: 374.257.100/44

MARIA DO CARMO MACEDO FURQUIM
CHEFE DO NÚCLEO DE CONTABILIDADE
CRCRS N. 7511107
CPF: 642.480.110/34

EXERCÍCIO DE 2010

FUND DE PROTECAO ESPECIAL DO RIO GRANDE DO SUL
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

RFPE026/00001
ANEXO N.11

R$

TÍTULOS		DESPESA CORRENTE	DESPESA DE CAPITAL	TOTAL
FUNDACAO DE PROTECAO ESPECIAL DO RIO GRANDE DO SUL				
	DESPESA FIXADA	53.823.069,00	657.718,00	54.480.787,00
	CRÉDITOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00
	CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00
	SUPLEMENTAÇÕES	21.860.000,00	0,00	21.860.000,00
	REDUÇÕES	1.070.000,00	0,00	1.070.000,00
	DESPESA AUTORIZADA	74.613.069,00	657.718,00	75.270.787,00
	DESPESA REALIZADA	68.828.459,83	290.739,13	69.119.198,96
	DIFERENÇA	5.784.609,17	366.978,87	6.151.588,04
TOTAL GERAL				
	DESPESA FIXADA			54.480.787,00
	CRÉDITOS ESPECIAIS			0,00
	CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS			0,00
	SUPLEMENTAÇÕES			21.860.000,00
	REDUÇÕES			1.070.000,00
	DESPESA AUTORIZADA			75.270.787,00
	DESPESA REALIZADA			69.119.198,96
	DIFERENÇA			6.151.588,04

CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS CONSIDERADOS PELO SEU VALOR DE ABERTURA, ESTANDO AS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES COMPUTADAS NAS SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES.

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

MARLENE SALETE SAUER WIECHOREKI
PRESIDENTE
CPF: 422.395.[illegible]

AFONSO HEMINN ARDAVAL
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 365.619.400/91

SERGIO LUIS RODRIGUES PADILHA
COORDENADOR ADMINISTRATIVO FINANCE
CRCRS N. 45441
CPF: 334.257.100/4[illegible]

MARIA DO CARMO MACEDO FURQUIM
CHEFE DO NÚCLEO DE CONTABILIDADE
CRCRS N. [illegible]7511107
CPF: 642.480.110/3[illegible]

EXERCÍCIO DE 2010

FUND DE PROTECAO ESPECIAL DO RIO GRANDE DO SUL
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RFPE030/00001
ANEXO N.12

R$

R E C E I T A

TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES			
RECEITA PATRIMONIAL	69.099,00	11.339,26	57.759,74-
TRANSFERENCIAS CORRENTES	479.057,00	389.178,26	89.878,74-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	250.000,00	1.112.205,68	862.205,68
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	798.156,00	1.512.723,20	714.567,20
RECEITAS DE CAPITAL			
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
SOMA	798.156,00	1.512.723,20	714.567,20
DEFICIT DE PREVISÃO	74.472.631,00	67.606.475,76	6.866.155,24-
TOTAL	75.270.787,00	69.119.198,96	6.151.588,04-

D E S P E S A

TÍTULOS	AUTORIZAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
CRÉDITOS ORDINÁRIOS (1)	75.270.787,00	69.119.198,96	6.151.588,04-
CRÉDITOS ESPECIAIS (2)	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS (2)	0,00	0,00	0,00
SOMA	75.270.787,00	69.119.198,96	6.151.588,04-
TOTAL	75.270.787,00	69.119.198,96	6.151.588,04-

(1) DOTAÇÕES ORIGINAIS COM SUAS SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES
(2) DOTAÇÕES CRIADAS NO DECORRER DO EXERCÍCIO E ALTERAÇÕES

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

MARLENE SALETE SAUER WIECHOREKI
PRESIDENTE
CPF: 422.395.080/00

AFONSO HEMANN CABRAL
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 365.619.400/91

SERGIO LUIS RODRIGUES PADILHA
COORDENADOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
CRCRS N. 45441
CPF: 334.257.190/34

MARIA DO CARMO MACEDO FURQUIM
CHEFE DO NÚCLEO DE CONTABILIDADE
CRCRS N. 7511107
CPF: 642.480.110/34

BALANÇO FINANCEIRO

ANEXO N. 13

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
RECEITA ORÇAMENTARIA		DESPESA ORÇAMENTARIA	
RECEITAS CORRENTES		ASSISTENCIA SOCIAL	54.648.038,36
RECEITA PATRIMONIAL	11.339,26	SAUDE	14.471.160,60
TRANSFERENCIAS CORRENTES	389.178,26	SOMA.....	69.119.198,96
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.112.205,68		
SOMA.....	1.512.723,20	DESPESA EXTRA-ORÇAMENTARIA	
RECEITAS DE CAPITAL		REALIZAVEL	1.195.537,03
TOTAL.....	1.512.723,20	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	2.607.846,57
		RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	594,00
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA		DEPOSITOS	10.569.707,70
REALIZAVEL	929.189,84	DIVERSOS	123.377,34
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	4.689.338,63	SOMA.....	14.497.062,64
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	235.019,53	TOTAL.....	83.616.261,60
DEPOSITOS	12.017.356,23		
DIVERSOS	125.473,14	VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO	
SOMA.....	17.996.377,37	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS INTRAGOVERNAMENTAIS	
TOTAL.....	19.509.100,57	SOMA.....	0,00
VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO		SALDOS PARA O EXERCICIO SEGUINTE	
BAIXA DE PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR E A LIQUIDAR	0,00	BANCOS C/DISPOSICAO	43.505,34
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS INTRAGOVERNAMENTAIS	64.042.821,65	APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	314.330,20
SOMA.....	64.042.821,65	APLICACOES FINANCEIRAS DE RECURSOS VINCULADOS	81.573,89
		BANCOS, C/VINCULADAS	49.287,81
SALDOS DO EXERCICIO ANTERIOR		APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	31.513,11
BANCOS C/DISPOSICAO	69.218,35	SOMA.....	520.210,35
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	325.154,40		
APLICACOES FINANCEIRAS DE RECURSOS VINCULADOS	81.349,01		
BANCOS, C/VINCULADAS	108.827,97		
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	0,00		
SOMA.....	584.549,73		
TOTAL.....	84.136.471,95	TOTAL.....	84.136.471,95

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

MARLENE SALETE SAUER WIECHOREKI
PRESIDENTE
CPF: 422.395.080/00

AFONSO HEMANN CADAVAL
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 365.619.400/91

SERGIO LUIS RODRIGUES PADILHA
COORDENADOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
CRCRS N. 45441
CPF: 334.257.100/44

MARIA DO CARMO MACEDO FURQUIM
CHEFE DO NÚCLEO DE CONTABILIDADE
CRCRS N. 7111107
CPF: 642.460.110/34

EXERCÍCIO DE 2010 — FUND DE PROTECAO ESPECIAL DO RIO GRANDE DO SUL — RFPE032/00001

BALANÇO PATRIMONIAL — ANEXO N. 14

ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
ATIVO FINANCEIRO		PASSIVO FINANCEIRO	
DISPONÍVEL		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	
BANCOS C/DISPOSICAO	43.505,34	FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	1.392.523,18
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	314.330,20	LOCACOES DE IMOVEIS, A PAGAR	32.488,13
SOMA.....	357.835,54	FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	2.631.351,50
VINCULADO EM CONTA CORRENTE BANCÁRIA		CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	14.367,69
APLICACOES FINANCEIRAS DE RECURSOS VINCULADOS	81.573,89	TRIBUTOS E TAXAS DIVERSAS A RECOLHER	14.745,08
BANCOS, C/VINCULADAS	49.287,81	SERVICOS HOSPITALARES CLINICOS E LABORATORIAIS A PAGAR	18.134,84
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	31.513,11	FGTS A RECOLHER	107.924,18
SOMA.....	162.374,81	FORNECEDORES DE BENS E SERVICOS CONTINUOS	1.607.449,57
REALIZÁVEL		DIARIAS VENCIDAS A PAGAR	79,28
DEVEDORES	26.897,16	DESPESAS DE PEQUENO VALOR - LIMITE ART. 24, II, LEI 8666/93	383.407,82
DEPOSITOS JUDICIAIS	673.382,08	REQUISICAO DE PEQUENO VALOR A PAGAR	2.647,61
SOMA.....	700.279,24	REQUISICAO DE PEQUENO VALOR A PAGAR - INDENIZ TRABALHISTAS	20.477,92
TOTAL.....	1.220.489,59	SOMA.....	6.225.596,80
ATIVO PERMANENTE		RESTOS A PAGAR-NÃO PROCESSADOS	
BENS DA ENTIDADE		FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	840,00
BENS MOVEIS	1.347.941,39	PRECATORIOS JUDICIAIS A LIQUIDAR	211.250,66
BENS IMOVEIS	1.087.344,24	FORNECEDORES DE BENS E SERVICOS CONTINUOS	5.068,94
SOMA.....	2.435.285,63	DESPESAS DE PEQUENO VALOR-LIMITE ART. 24, II, DA LEI 8666/93	17.859,93
DIVERSOS		REQUISICOES DE PEQUENO VALOR A LIQUIDAR	24.239,58
BENS CREDITOS E VALORES EM FASE DE AQUISICAO OU FORMACAO	2.050,00	SOMA.....	259.259,11
ALMOXARIFADOS	1.546.242,26	DEPÓSITOS	
SOMA.....	1.548.292,26	DEPOSITOS	2.353.059,37
TOTAL.....	3.983.577,89	SOMA.....	2.353.059,37
SOMA DO ATIVO REAL	5.204.067,48	DIVERSOS	
SALDO PATRIMONIAL		OUTROS CREDORES	5.578,87
SITUAÇÃO LÍQUIDA		SOMA.....	5.578,87
PASSIVO REAL DESCOBERTO	4.069.570,40	TOTAL.....	8.843.494,15
SOMA.....	9.273.637,88	PASSIVO PERMANENTE	
ATIVO COMPENSADO		DÍVIDA FUNDADA INTERNA	
VALORES EM PODER DE TERCEIROS		PRECATORIOS JUDICIAIS - EC 62/2009	430.143,73
RESPONSAVEIS POR ADIANTAMENTOS	170.622,37	SOMA.....	430.143,73
RESPONSAVEIS POR ALMOXARIFADOS	1.546.242,26	TOTAL.....	430.143,73
RESPONSAVEIS POR DIARIAS	5.594,09	SOMA DO PASSIVO REAL	9.273.637,88
SOMA.....	1.722.458,72	PASSIVO COMPENSADO	
VALORES DE TERCEIROS		CONTRAPARTIDA DE VALORES EM PODER DE TERCEIROS	
BENS DE TERCEIROS EM PODER DA ENTIDADE	546,09	ADIANTAMENTOS A COMPROVAR	170.622,37
SOMA.....	546,09	VALORES EM GUARDA NOS ALMOXARIFADOS	1.546.242,26
VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS		DIARIAS A COMPROVAR	5.594,09
RESPONSAVEIS PELA EXECUCAO DE CONVENIOS	70.800,00	SOMA.....	1.722.458,72
ATUALIZACOES DE PRECATORIOS	815.109,15	CONTRAPARTIDA DE VALORES DE TERCEIROS	
SOMA.....	885.909,15	BENS PERTENCENTES A TERCEIROS	546,09
TOTAL.....	2.608.913,96	SOMA.....	546,09
		CONTRAPARTIDA DE VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS	
		CONVENIOS EM EXECUCAO	70.800,00
		ATUALIZACOES DE PRECATORIOS A PAGAR	815.109,15
		SOMA.....	885.909,15
		TOTAL.....	2.608.913,96
TOTAL GERAL.....	11.882.551,84	TOTAL GERAL.....	11.882.551,84

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

MARLENE SALETE SAUER WIECHOREKI
PRESIDENTE
CPF: 422.355.080/00

AFONSO HEMANN CADAVAL
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 365.619.400/91

SERGIO LUIS RODRIGUES PADILHA
COORDENADOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
CRCRS N. 45441
CPF: 334.257.100/44

MARIA DO CARMO MACEDO FURQUIM
CHEFE DO NÚCLEO DE CONTABILIDADE
CRCRS N. 75111O7
CPF: 642.480.110/34

EXERCÍCIO DE 2010 | FUND DE PROTECAO ESPECIAL DO RIO GRANDE DO SUL | RFPE033/00001

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS | ANEXO N. 15

VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
RECEITAS CORRENTES		DESPESAS CORRENTES	
RECEITA PATRIMONIAL	11.339,26	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	53.981.834,92
TRANSFERENCIAS CORRENTES	389.178,26	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	14.846.624,91
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.112.205,68	SOMA.....	68.828.459,83
SOMA.....	1.512.723,20	DESPESAS DE CAPITAL	
RECEITAS DE CAPITAL		INVESTIMENTOS	290.739,13
SOMA.....	0,00	SOMA.....	290.739,13
DEDUÇÕES RECEITAS CORRENTES	0,00	TOTAL.....	69.119.198,96
TOTAL.....	1.512.723,20	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS		SOMA.....	0,00
REGISTRO DE BENS CRED E VAL EM FASE DE AQUISICAO OU FORMACAO	2.050,00	INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
CONSTRUCAO OU AQUISICAO DE BENS MOVEIS	288.689,13	VARIAÇÕES PASSIVAS	
SOMA.....	290.739,13	BAIXA DE BENS MOVEIS	25.548,12
INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		INSCRICAO DE PRECATORIOS JUDICIAIS - EC 62/2009	430.143,73
VARIAÇÕES ATIVAS		BAIXA DE BENS DE ALMOXARIFADO	4.179.071,84
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	11.912,23	SOMA.....	4.634.763,69
INCORPORACAO DE BENS DE ALMOXARIFADO	3.824.415,19	VARIAÇÕES PASSIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO PATRIMÔNIO FINANCEIRO	
SOMA.....	3.836.327,42	SOMA.....	0,00
VARIAÇÕES ATIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO PATRIMÔNIO FINANCEIRO		TOTAL.....	73.753.962,65
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS INTRAGOVERNAMENTAIS	64.042.821,65		
SOMA.....	64.042.821,65		
TOTAL.....	69.682.611,40		
RESULTADO PATRIMONIAL			
DEFICIT VERIFICADO	4.071.351,25		
TOTAL.....	73.753.962,65	TOTAL.....	73.753.962,65

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

MARLENE SALETE SAUER WIECHOREKI
PRESIDENTE
CPF: 422.395.080/00

AFONSO HEMANN CADAVAL
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 365.619.400/91

SERGIO LUIS RODRIGUES PADILHA
COORDENADOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
CRCRS N. 45441
CPF: 374.257.100/44

MARIA DO CARMO MACEDO FURQUIM
CHEFE DO NÚCLEO DE CONTABILIDADE
CRCRS N. 7511107
CPF: 642.480.110/34

EXERCÍCIO DE 2010 — FUND DE PROTECAO ESPECIAL DO RIO GRANDE DO SUL — RFPE034/00001

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE — ANEXO N.17

R$

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	2.750.578,59-	110.138,90	1.468.194,31	1.392.523,18-
CONVENIOS E REPASSES SUJEIROS A COMPROVACAO	2.900,00-	0,00	2.900,00	0,00
LOCACOES DE IMOVEIS, A PAGAR	7.219,88-	32.488,13	7.219,88	32.488,13-
FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	42.238,64-	2.629.398,08	40.285,22	2.631.351,50-
PIS E PASEP A RECOLHER	729,67-	0,00	729,67	0,00
CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	115.946,17-	1.924,56	103.503,04	14.367,69-
TRIBUTOS E TAXAS DIVERSAS A RECOLHER	12.576,76-	14.745,08	12.576,76	14.745,08-
SERVICOS HOSPITALARES CLINICOS E LABORATORIAIS A PAGAR	0,00	18.134,84	0,00	18.134,84-
FGTS A RECOLHER	83.745,61-	107.887,64	83.709,07	107.924,18-
FORNECEDORES DE BENS E SERVICOS CONTINUOS	897.233,41-	1.413.662,53	703.446,37	1.607.449,57-
DIARIAS VENCIDAS A PAGAR	82,64-	79,28	82,64	79,28-
DESPESAS DE PEQUENO VALOR - LIMITE ART. 24, II, LEI 8666/93	179.013,76-	337.790,32	133.396,26	383.407,82-
REQUISICAO DE PEQUENO VALOR A PAGAR	51.839,61-	2.611,35	51.803,35	2.647,61-
REQUISICAO DE PEQUENO VALOR A PAGAR - INDENIZ TRABALHISTAS	0,00	20.477,92	0,00	20.477,92-
SUBTOTAL.....	4.144.104,74-	4.689.338,63	2.607.846,57	6.225.596,80-
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	594,00-	840,00	594,00	840,00-
PRECATORIOS JUDICIAIS A LIQUIDAR	0,00	211.250,66	0,00	211.250,66-
FORNECEDORES DE BENS E SERVICOS CONTINUOS	0,00	5.068,94	0,00	5.068,94-
DESPESAS DE PEQUENO VALOR-LIMITE ART. 24, II, DA LEI 8666/93	0,00	17.859,93	0,00	17.859,93-
REQUISICOES DE PEQUENO VALOR A LIQUIDAR	24.239,58-	0,00	0,00	24.239,58-
SUBTOTAL.....	24.833,58-	235.019,53	594,00	259.259,11-
DEPOSITOS				
DEPOSITOS	905.410,84-	12.017.356,23	10.569.707,70	2.353.059,37-
SUBTOTAL.....	905.410,84-	12.017.356,23	10.569.707,70	2.353.059,37-
DIVERSOS				
OUTROS CREDORES	3.483,07-	125.473,14	123.377,34	5.578,87-
SUBTOTAL.....	3.483,07-	125.473,14	123.377,34	5.578,87-
TOTAL.....	5.077.832,23-	17.067.187,53	13.301.525,61	8.843.494,15-

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

MARLENE SALETE SAUER WIECHOREKI
PRESIDENTE
CPF: 422.395.080/00

AFONCO HEMANN GADAVAL
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 365.619.400/91

SERGIO LUIS RODRIGUES PADILHA
COORDENADOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
CRCRS N. 45441
CPF: 334.257.100/44

MARIA DO CARMO MACEDO FURQUIM
CHEFE DO NÚCLEO DE CONTABILIDADE
CRCRS N. 75111
CPF: 642.480.110/34

EXERCÍCIO DE 2010 — FUND DE PROTECAO ESPECIAL DO RIO GRANDE DO SUL — RFPE017/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CAT. ECONÔMICA, GRUPO NAT. DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA
COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.0.00.00	DESPESA CORRENTE	68.828.459,83
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	53.981.834,92
3.1.90.00	APLICACOES DIRETAS	53.824.568,28
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	41.797.028,43
3.1.90.11.1102	VENCIMENTO, SALARIO E SUBSIDIO	18.464.487,90
3.1.90.11.1103	13- VENCIMENTO	2.654.510,71
3.1.90.11.1104	GRATIFICACOES	16.545.408,05
3.1.90.11.1105	VANTAGENS TEMPORAIS	2.332.079,22
3.1.90.11.1107	OUTRAS VANTAGENS	1.800.542,55
3.1.90.13	OBRIGACOES PATRONAIS	11.007.597,83
3.1.90.13.1302	SEGURO DE VIDA DE SERVIDORES	35.081,25
3.1.90.13.1304	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA	7.939.547,39
3.1.90.13.1305	FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVICO - FGTS	3.032.969,19
3.1.90.91	SENTENCAS JUDICIAIS	1.019.942,02
3.1.90.91.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS	907.068,25
3.1.90.91.9103	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENÇAS JUDICIAIS - ISENTAS DE TRIBUTACAO	112.873,77
3.1.91.00	TRANSFERENCIA INTRAGOVERNAMENTAL	157.266,64
3.1.91.13	OBRIGACOES PATRONAIS	157.266,64
3.1.91.13.1301	CONTRIBUICAO AO IPERGS PARA ASSISTENCIA MEDICA	157.266,64
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	14.846.624,91
3.3.40.00	TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS	67.900,00
3.3.40.41	CONTRIBUICOES	67.900,00
3.3.40.41.4102	ASSISTENCIA FINANCEIRA A MUNICIPIOS	67.900,00
3.3.90.00	APLICACOES DIRETAS	14.778.724,91
3.3.90.08	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAS	140.846,95
3.3.90.08.0803	AUXILIO FUNERAL	3.615,00
3.3.90.08.0805	AUXILIO CRECHE	137.231,95
3.3.90.14	DIARIAS-CIVIL	11.258,61
3.3.90.14.1402	DIARIAS DE VIAGEM	11.258,61
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	4.098.764,68
3.3.90.30.3002	SINALIZACAO, IDENTIFICACAO E SEGURANCA	6.291,91
3.3.90.30.3003	ARTIGOS CIRURGICOS E LABORATORIAIS	96.924,46
3.3.90.30.3004	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	86.230,29
3.3.90.30.3005	FORRAGENS E OUTROS ALIMENTOS PARA ANIMAIS	6.419,00
3.3.90.30.3006	GENEROS PARA ALIMENTACAO	2.018.113,84
3.3.90.30.3008	ESPORTES E/OU RECREACAO	11.191,19
3.3.90.30.3009	MATERIAL DE EXPEDIENTE	18.437,23
3.3.90.30.3010	ACONDICIONAMENTO E/OU EMBALAGEM	174,50
3.3.90.30.3011	ALOJAMENTO, LAVANDERIA, COPA E/OU COZINHA	38.379,73
3.3.90.30.3013	MANUTENC, IDENTIFICAC, UTILIZAC E CONSERVAC DE BENS MOVEIS E EQUIPAMS	15.152,98
3.3.90.30.3014	MATERIAL DIDATICO	10.408,66
3.3.90.30.3017	MATERIA-PRIMA	2.585,00
3.3.90.30.3018	PRODUTOS FARMACEUTICOS E ODONTOLOGICOS	595.951,61
3.3.90.30.3020	SEMENTES E MUDAS DE PLANTAS	4.488,00
3.3.90.30.3021	VESTUARIO E/OU UNIFORME	198.299,91
3.3.90.30.3023	ADUBOS E/OU FERTILIZANTES	700,00
3.3.90.30.3025	PRODUTOS QUIMICOS, FISICOS E/OU BIOLOGICOS	420,00
3.3.90.30.3027	GAS DE COZINHA	201.572,75
3.3.90.30.3028	LIMPEZA E HIGIENE	574.538,29
3.3.90.30.3031	PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	54.362,15
3.3.90.30.3032	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	123.556,66
3.3.90.30.3033	CONSERVACAO DE VEICULOS	34.566,52
3.3.90.33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	228.866,93
3.3.90.33.3301	LOCACAO DE VEICULOS	176.977,58
3.3.90.33.3302	TRANSPORTE DE PESSOAL	8.616,85
3.3.90.33.3303	TRANSPORTE DE PRESOS E/OU INTERNADOS	43.272,50
3.3.90.36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	139.372,05
3.3.90.36.3606	TAREFEIROS	1.440,00
3.3.90.36.3614	LOCACAO DE IMOVEIS	137.932,05
3.3.90.37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	659.348,53
3.3.90.37.3701	LIMPEZA E HIGIENE	154.347,64
3.3.90.37.3702	VIGILANCIA E/OU ZELADORIA	505.000,89
3.3.90.39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	9.093.451,05
3.3.90.39.3901	AGUA E ESGOTO	186.071,20
3.3.90.39.3903	ASSINATURA DE PERIODICOS E RECORTES	3.000,00
3.3.90.39.3916	DESPESAS PEQUENAS DE PRONTO PAGAMENTO	117.224,07
3.3.90.39.3918	ENERGIA ELETRICA	232.569,47
3.3.90.39.3919	DESPESAS EVENTUAIS	4.200,00
3.3.90.39.3920	LOCACAO DE IMOVEIS	217.554,52
3.3.90.39.3924	PROCESSAMENTO DE DADOS	210.099,70
3.3.90.39.3926	SEGUROS	15.240,71
3.3.90.39.3929	COMUNICACAO	1.561,20
3.3.90.39.3930	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	248.056,82
3.3.90.39.3931	CONSERVACAO DE BENS MOVEIS E EQUIPAMENTOS	52.323,11
3.3.90.39.3932	CONSERVACAO DE VEICULOS	19.821,39
3.3.90.39.3933	DIVULGACAO OBRIGATORIA	58.425,00
3.3.90.39.3935	ENSINO E TREINAMENTO	75.250,00
3.3.90.39.3939	MEDICINA	167.683,33
3.3.90.39.3941	ENCARGOS CONTRATUAIS COM LOCACAO DE IMOVEIS	8.299,17
3.3.90.39.3942	ESTAGIARIOS E MONITORES	413.935,42
3.3.90.39.3948	MULTAS	4.071,19
3.3.90.39.3953	ENCARGOS FUNERARIOS	2.550,32
3.3.90.39.3958	TAXA PELA OCUPACAO DE IMOVEIS	397,11
3.3.90.39.3967	ANALISE CLINICA LABORATORIAL	1.776,00
3.3.90.39.3979	TELEFONIA FIXA	162.898,34
3.3.90.39.3980	TELEFONIA MOVEL	530,63
3.3.90.39.3982	ARMAZENAGENS, FRETES E/OU CARRETOS	1.600,00
3.3.90.39.3983	AUXILIO TRANSPORTE	1.039.221,00
3.3.90.39.3984	LIMPEZA E HIGIENE	11.191,58
3.3.90.39.3985	AUXILIO-REFEICAO	5.813.945,45
3.3.90.39.3991	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	23.954,32
3.3.90.47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	406.816,11
3.3.90.47.4701	CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - SERVICOS DE TERCEIROS	2.309,47
3.3.90.47.4702	PROGRAMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO-PASEP	372.351,29
3.3.90.47.4703	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO E CONTRIBUICAO DE MELHORIA	31.563,82
3.3.90.47.4705	IMPOSTO SOBRE SERVICOS DE QUALQUER NATUREZA	591,53
4.0.00.00	DESPESA CAPITAL	290.739,13
4.4.00.00	INVESTIMENTOS	290.739,13
4.4.90.00	APLICACOES DIRETAS	290.739,13

EXERCÍCIO DE 2010 — FUND DE PROTECAO ESPECIAL DO RIO GRANDE DO SUL — RFPE017/00002

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CAT. ECONÔMICA, GRUPO NAT. DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	290.739,13
4.4.90.52.5201	VEICULOS E/OU EQUIPAMENTOS PARA VEICULOS RODOVIARIOS DE TRACAO MECANICA	49.216,00
4.4.90.52.5205	EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E CIRURGICOS	6.455,35
4.4.90.52.5207	LABORATORIOS E/OU GABINETES MEDICOS OU ODONTOLOGICOS	7.622,97
4.4.90.52.5208	OFICINA, AJARDINAMENTO E CAMPO	33,69
4.4.90.52.5211	MAQUINAS DE ESCREVER, SOMAR, CALCULAR, CONTABILIDADE E REPRODUCAO	386,00
4.4.90.52.5212	MAQUINAS, MOTORES E/OU APARELHOS	7.127,52
4.4.90.52.5214	MOBILIARIO EM GERAL	97.153,45
4.4.90.52.5215	OBRAS DE ARTE, MATERIAIS E OBJETOS PARA DECORACAO	582,00
4.4.90.52.5220	TELECOMUNICACOES	2.189,90
4.4.90.52.5221	MOVEIS E/OU MATERIAIS PARA ALOJAMENTO	25.472,75
4.4.90.52.5222	SOM E/OU IMAGEM	3.780,00
4.4.90.52.5228	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	24.073,00
4.4.90.52.5231	EQUIPAMENTOS PARA ALOJAMENTO, LAVANDERIA, COPA E/OU COZINHA	66.646,50
	TOTAL GERAL ====>	69.119.198,96

* RESUMO *

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	=>	53.981.834,92
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	=>	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	=>	14.846.624,91
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	=>	68.828.459,83
INVESTIMENTOS	=>	290.739,13
INVERSÕES FINANCEIRAS	=>	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	=>	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	=>	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	=>	290.739,13
TOTAL GERAL	=>	69.119.198,96

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

MARLENE SALETE SAUER WIECHOREKI
PRESIDENTE
CPF: 422.395.080/00

AFONSO HERMANN CADAVAL
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 365.619.400/91

SERGIO LUIS RODRIGUES PADILHA
COORDENADOR ADMINISTRATIVO FINANCE
CRCRS N. 45441
CPF: 334.257.100/44

MARIA DO CARMO MACEDO FURQUIM
CHEFE DO NÚCLEO DE CONTABILIDADE
CRCRS N. 7511107
CPF: 642.480.110/34

EXERCÍCIO DE 2010

FUND DE PROTECAO ESPECIAL DO RIO GRANDE DO SUL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR ÓRGÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO POR FONTE DE RECURSO

RFPE039/00001

R$

ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA							
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
48 FUNDACAO DE PROTECAO ESPECIAL DO RIO GRAND DO SUL	53.981.834,92		14.846.624,91	290.739,13				69.119.198,96
TESOURO-LIVRES	53.981.834,92		212.128,05	154.475,78				54.348.438,75
CONVENIOS			163.336,26	136.263,35				299.599,61
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO			14.471.160,60					14.471.160,60
TOTAL	53.981.834,92		14.846.624,91	290.739,13				69.119.198,96

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

MARLENE SALETE SAUER WIECHOREKI
PRESIDENTE
CPF: 422.395.080/00

AFONSO HEMANN CADAVAL
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 365.619.400/91

SERGIO LUIS RODRIGUES PADILHA
COORDENADOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
CRCRS N. 45441
CPF: 334.257.100/44

MARIA DO CARMO MACEDO FURQUIM
CHEFE DO NÚCLEO DE CONTABILIDADE
CRCRS N. 7511107
CPF: 642.480.110/34

EXERCÍCIO DE 2010

FUND DE PROTECAO ESPECIAL DO RIO GRANDE DO SUL

RFPE040/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS FONTES DE RECURSO

R$

ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA							
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
08 ASSISTENCIA SOCIAL	53.981.834,92		375.464,31	290.739,13				54.648.038,36
TESOURO-LIVRES	53.981.834,92		212.128,05	154.475,78				54.348.438,75
CONVENIOS			163.336,26	136.263,35				299.599,61
10 SAUDE			14.471.160,60					14.471.160,60
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO			14.471.160,60					14.471.160,60
TOTAL	53.981.834,92		14.846.624,91	290.739,13				69.119.198,96
RESUMO								
TESOURO-LIVRES	53.981.834,92		212.128,05	154.475,78				54.348.438,75
CONVENIOS			163.336,26	136.263,35				299.599,61
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO			14.471.160,60					14.471.160,60
TOTAL	53.981.834,92		14.846.624,91	290.739,13				69.119.198,96

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

MARLENE SALETE SAUER WIECHOREKI
PRESIDENTE
CPF: 422.395.080/00

AFONSO HEMANN CADAVAL
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 365.619.400/91

SERGIO LUIS RODRIGUES PADILHA
COORDENADOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
CRCRS N. 45441
CPF: 334.257.100/44

MARIA DO CARMO MACEDO FURQUIM
CHEFE DO NÚCLEO DE CONTABILIDADE
CRCRS N/ 7511107
CPF: 642.480.110/34

SECRETARIA DA JUSTIÇA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO ESPECIAL DORS

FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO ESPECIAL DO RIO GRANDE DO SUL

DEMOSTRATIVO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA

DESIGNAÇÃO	AUTORIZAÇÕES		POSIÇÃO EM 31 12-09	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO DE 2010			POSIÇÃO EM 31-12-10
	LEI	DATA		Variações		Mutações Patrimoniais da Despesa	
				Passivas	Ativas	Amortização	
DÉBITOS PARCELADOS							
Com Ministério da Fazenda - PASEP							
Termo de Parcelamento							
Com Instituto Nacional de Seguro social - INSS							
total				0,00		0,00	0,00

MARLENE SALETE SAUER WIECHOREKI
PRESIDENTE
CPF 422.395.080/00

AFONSO HEMANN DADAVAL
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF 365.619.400/91

SÉRGIO LUIS RODRIGUES PADILHA
COORDENADOR ADM. FINANCEIRO
CONTADOR CRC/N. 45441

P/ MARIA DO CARMO MACEDO FURQUIM
CHEFE NÚCLEO DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRCRS N.7511107

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... : MARIA DO CARMO MACEDO FURQUIM
REGISTRO..... : RS-075111/O-7
CATEGORIA..... : CONTADOR
CPF..... : 642.480.110-34

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 17.01.2011 as 17:37:00.
Válido até: 31.03.2011.
Código de Controle: 91551.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

UERGS

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
RECEITA ORÇAMENTARIA		DESPESA ORÇAMENTARIA	
RECEITAS CORRENTES		SAUDE	1.864,14
RECEITA PATRIMONIAL	24.947,22	EDUCACAO	692.372,62
RECEITA DE SERVICOS	1.090,00	CIENCIA E TECNOLOGIA	21.101.742,04
TRANSFERENCIAS CORRENTES	175.570,31	SOMA.....	21.795.978,80
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	271.431,36		
SOMA.....	473.038,89	DESPESA EXTRA-ORÇAMENTARIA	
RECEITAS DE CAPITAL		REALIZAVEL	288.690,58
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	118.800,00	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	2.490.528,24
SOMA.....	118.800,00	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	523.200,77
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	158.750,74	DEPOSITOS	2.787.486,13
TOTAL.....	750.589,63	DIVERSOS	261,05
		SOMA.....	6.090.166,77
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA		TOTAL.....	27.886.145,57
REALIZAVEL	293.227,80	VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.480.329,57	BAIXA DE SALDOS BANCÁRIOS	
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	185.514,35	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS INTRAGOVERNAMENTAIS	
DEPOSITOS	2.860.772,22	SOMA.....	0,00
DIVERSOS	170,25		
SOMA.....	4.820.014,19	SALDOS PARA O EXERCICIO SEGUINTE	
TOTAL.....	5.570.603,82	BANCOS C/DISPOSICAO	23.856,06
		APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	10.776,36-
VARIACOES DO PATRIMONIO FINANCEIRO		BANCOS, C/VINCULADAS	843.229,27
BAIXA DE PRECATORIOS JUDICIAIS A PAGAR E A LIQUIDAR	0,00	SOMA.....	856.308,97
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS INTRAGOVERNAMENTAIS	22.101.633,83		
SOMA.....	22.101.633,83		
SALDOS DO EXERCICIO ANTERIOR			
BANCOS C/DISPOSICAO	36.600,67		
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	302.975,55		
BANCOS, C/VINCULADAS	730.640,67		
SOMA.....	1.070.216,89		
TOTAL.....	28.742.454,54	TOTAL.....	28.742.454,54

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

SIRLEI TRES
CONTADORA
CRCRS N. 68746
CPF: 235.420.550/34

FERNANDO GUARAGNA MARTINS
REITOR
CPF: 286.016.450/20

R$

R E C E I T A

TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES			
RECEITA PATRIMONIAL	5.000,00	24.947,22	19.947,22
RECEITA DE SERVICOS	30.000,00	1.090,00	28.910,00-
TRANSFERENCIAS CORRENTES	2.221.000,00	175.570,31	2.045.429,69-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	176.000,00	271.431,36	95.431,36
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	2.432.000,00	473.038,89	1.958.961,11-
RECEITAS DE CAPITAL			
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	70.000,00	118.800,00	48.800,00
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	70.000,00	118.800,00	48.800,00
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	158.750,74	158.750,74
SOMA	2.502.000,00	750.589,63	1.751.410,37-
DEFICIT DE PREVISÃO	23.326.474,74	21.045.389,17	2.281.085,57-
TOTAL	25.828.474,74	21.795.978,80	4.032.495,94-

D E S P E S A

TÍTULOS	AUTORIZAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
CRÉDITOS ORDINÁRIOS (1)	25.828.474,74	21.795.978,80	4.032.495,94-
CRÉDITOS ESPECIAIS (2)	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS (2)	0,00	0,00	0,00
SOMA	25.828.474,74	21.795.978,80	4.032.495,94-
TOTAL	25.828.474,74	21.795.978,80	4.032.495,94-

(1) DOTAÇÕES ORIGINAIS COM SUAS SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES
(2) DOTAÇÕES CRIADAS NO DECORRER DO EXERCÍCIO E ALTERAÇÕES

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

SIRLEI TRES
CONTADORA
CRCRS Nº 66146
CPF: 235.420.550/34

FERNANDO GUARAGNA MARTINS
REITOR
CPF: 286.016.450/20

EXERCÍCIO DE 2010

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL
DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

RFPE035/00001
ANEXO N. 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
RECEITAS CORRENTES		DESPESA CORRENTE	
RECEITA PATRIMONIAL	24.947,22	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.654.090,37
RECEITA DE SERVICOS	1.090,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.805.235,91
TRANSFERENCIAS CORRENTES	175.570,31		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	271.431,36	SOMA.....	21.459.326,28
RECEITA DE SERVICOS INTRA-ORCAMENTARIOS	158.750,74		
		TOTAL.....	21.459.326,28
SOMA.....	631.789,63		
		DESPESA CAPITAL	
DEFICIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	20.827.536,65	INVESTIMENTOS	336.652,52
TOTAL.....	21.459.326,28		
		SOMA.....	336.652,52
RECEITAS DE CAPITAL			
		TOTAL.....	21.795.978,80
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	118.800,00		
SOMA.....	118.800,00		
DEFICIT	21.045.389,17		
TOTAL.....	21.795.978,80		

RESUMO

RECEITAS CORRENTES.....	631.789,63	DESPESAS CORRENTES.....	21.459.326,28
RECEITAS DE CAPITAL.....	118.800,00	DESPESAS DE CAPITAL.....	336.652,52
DEFICIT.....	21.045.389,17	SUPERAVIT.....	0,00
TOTAL.....	21.795.978,80	TOTAL.....	21.795.978,80

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

SIRLEI TEES
CONTADORA
CRCRS N. 63146
CPF: 235.420.550/34

FERNANDO GUARAGNA MARTINS
REITOR
CPF: 286.016.450/20

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CAT. ECONÔMICA, GRUPO NAT. DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA
COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.0.00.00	DESPESA CORRENTE	21.459.326,28
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.654.090,37
3.1.90.00	APLICACOES DIRETAS	13.652.226,23
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	10.609.496,93
3.1.90.11.1102	VENCIMENTO, SALARIO E SUBSIDIO	10.609.496,93
3.1.90.13	OBRIGACOES PATRONAIS	3.041.312,35
3.1.90.13.1302	SEGURO DE VIDA DE SERVIDORES	5.115,27
3.1.90.13.1303	PLANO DE SAUDE	88.068,46
3.1.90.13.1304	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA	2.106.605,07
3.1.90.13.1305	FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVICO - FGTS	818.210,93
3.1.90.13.1306	OUTRAS CONTRIBUICOES PATRONAIS	15.429,08
3.1.90.13.1307	MULTAS SOBRE OBRIGACOES PATRONAIS	7.883,54
3.1.90.91	SENTENCAS JUDICIAIS	1.416,95
3.1.90.91.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS	1.416,95
3.1.91.00	TRANSFERENCIA INTRAGOVERNAMENTAL	1.864,14
3.1.91.13	OBRIGACOES PATRONAIS	1.864,14
3.1.91.13.1301	CONTRIBUICAO AO IPERGS PARA ASSISTENCIA MEDICA	1.864,14
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.805.235,91
3.3.50.00	TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	1.130.403,60
3.3.50.43	SUBVENCOES SOCIAIS	1.130.403,60
3.3.50.43.4301	SUBVENCOES SOCIAIS	1.130.403,60
3.3.90.00	APLICACOES DIRETAS	6.674.832,31
3.3.90.08	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAS	131.312,37
3.3.90.08.0805	AUXILIO CRECHE	131.312,37
3.3.90.14	DIARIAS-CIVIL	235.357,47
3.3.90.14.1402	DIARIAS DE VIAGEM	225.051,07
3.3.90.14.1403	DIARIAS ESPECIAIS DE VIAGEM	151,10
3.3.90.14.1407	DIARIAS DE VIAGEM PARA FORA DO ESTADO	10.155,30
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	124.185,12
3.3.90.30.3002	SINALIZACAO, IDENTIFICACAO E SEGURANCA	600,40
3.3.90.30.3003	ARTIGOS CIRURGICOS E LABORATORIAIS	8.648,69
3.3.90.30.3004	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	36.191,31
3.3.90.30.3006	GENEROS PARA ALIMENTACAO	2.354,50
3.3.90.30.3009	MATERIAL DE EXPEDIENTE	20.808,20
3.3.90.30.3010	ACONDICIONAMENTO E/OU EMBALAGEM	2.862,54
3.3.90.30.3011	ALOJAMENTO, LAVANDERIA, COPA E/OU COZINHA	1.584,23
3.3.90.30.3014	MATERIAL DIDATICO	2.262,90
3.3.90.30.3015	PROTECAO E PROFILAXIA	145,00
3.3.90.30.3017	MATERIA-PRIMA	49,40
3.3.90.30.3025	PRODUTOS QUIMICOS, FISICOS E/OU BIOLOGICOS	1.685,55
3.3.90.30.3027	GAS DE COZINHA	282,00
3.3.90.30.3028	LIMPEZA E HIGIENE	9.387,50
3.3.90.30.3031	PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	13.968,97
3.3.90.30.3032	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	20.025,86
3.3.90.30.3033	CONSERVACAO DE VEICULOS	3.328,07
3.3.90.33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	122.703,49
3.3.90.33.3301	LOCACAO DE VEICULOS	57.441,71
3.3.90.33.3302	TRANSPORTE DE PESSOAL	47.032,22
3.3.90.33.3304	TRANSPORTE DE PESSOAL POR VIA AEREA	18.229,56
3.3.90.35	SERVICOS DE CONSULTORIA	62.884,57
3.3.90.35.3502	ASSESSORIA E CONSULTORIA TECNICA	62.884,57
3.3.90.36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	365.625,61
3.3.90.36.3611	HONORARIOS	88.321,95
3.3.90.36.3614	LOCACAO DE IMOVEIS	276.059,66
3.3.90.36.3615	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	1.244,00
3.3.90.37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	655.370,16
3.3.90.37.3701	LIMPEZA E HIGIENE	233.690,78
3.3.90.37.3702	VIGILANCIA E/OU ZELADORIA	398.973,89
3.3.90.37.3703	SERVICOS GERAIS	23.305,49
3.3.90.39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	4.524.953,69
3.3.90.39.3901	AGUA E ESGOTO	21.412,65
3.3.90.39.3902	DIVULGACAO PROMOCIONAL OU INSTITUCIONAL	308.629,76
3.3.90.39.3903	ASSINATURA DE PERIODICOS E RECORTES	12.276,20
3.3.90.39.3907	ORGANIZACAO FEIRAS AMOSTRAS,CONGRESSOS,SEMINARIOS,SIMPOSIOS E CONGENERES	478,00
3.3.90.39.3916	DESPESAS PEQUENAS DE PRONTO PAGAMENTO	88.171,60
3.3.90.39.3918	ENERGIA ELETRICA	137.106,86
3.3.90.39.3920	LOCACAO DE IMOVEIS	97.058,05
3.3.90.39.3921	LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	150.626,84
3.3.90.39.3924	PROCESSAMENTO DE DADOS	652.758,97
3.3.90.39.3926	SEGUROS	19.491,79
3.3.90.39.3929	COMUNICACAO	46.020,90
3.3.90.39.3930	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	468.627,54
3.3.90.39.3931	CONSERVACAO DE BENS MOVEIS E EQUIPAMENTOS	116.622,94
3.3.90.39.3932	CONSERVACAO DE VEICULOS	27.267,49
3.3.90.39.3933	DIVULGACAO OBRIGATORIA	214.741,38
3.3.90.39.3934	SERVICOS GRAFICOS	12.839,38
3.3.90.39.3935	ENSINO E TREINAMENTO	1.408,00
3.3.90.39.3936	ALIMENTACAO E/OU HOSPEDAGEM DE NAO SERVIDORES	3.848,09
3.3.90.39.3942	ESTAGIARIOS E MONITORES	158.511,51
3.3.90.39.3948	MULTAS	412,09
3.3.90.39.3952	DESPESAS BANCARIAS	974,09
3.3.90.39.3967	ANALISE CLINICA LABORATORIAL	1.567,00
3.3.90.39.3978	TRANSPORTE DE NÃO SERVIDORES	2.366,18
3.3.90.39.3979	TELEFONIA FIXA	102.079,80
3.3.90.39.3980	TELEFONIA MOVEL	6.489,52
3.3.90.39.3983	AUXILIO TRANSPORTE	158.271,95
3.3.90.39.3984	LIMPEZA E HIGIENE	4.902,90
3.3.90.39.3985	AUXILIO-REFEICAO	1.708.453,51
3.3.90.39.3989	VIGILANCIA E/OU ZELADORIA	1.386,70
3.3.90.39.3991	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	152,00
3.3.90.47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	127.778,48
3.3.90.47.4701	CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - SERVICOS DE TERCEIROS	17.618,57
3.3.90.47.4702	PROGRAMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO-PASEP	109.738,46
3.3.90.47.4703	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO E CONTRIBUICAO DE MELHORIA	421,45
3.3.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	157.621,48
3.3.90.92.1402	DIARIAS DE VIAGEM	6.674,99
3.3.90.92.1407	DIARIAS DE VIAGEM PARA FORA DO ESTADO	1.108,41
3.3.90.92.3004	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	723,09
3.3.90.92.3014	MATERIAL DIDATICO	4.928,00

EXERCÍCIO DE 2010 — UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL — RFPE017/00002

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CAT. ECONÔMICA, GRUPO NAT. DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA
COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.3.90.92.3302	TRANSPORTE DE PESSOAL	798,15
3.3.90.92.3502	ASSESSORIA E CONSULTORIA TECNICA	3.406,27
3.3.90.92.3702	VIGILANCIA E/OU ZELADORIA	2.584,58
3.3.90.92.3901	AGUA E ESGOTO	950,37
3.3.90.92.3902	DIVULGACAO PROMOCIONAL OU INSTITUCIONAL	191,52
3.3.90.92.3918	ENERGIA ELETRICA	4.082,99
3.3.90.92.3924	PROCESSAMENTO DE DADOS	74.298,61
3.3.90.92.3929	COMUNICACAO	2.359,84
3.3.90.92.3930	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	267,00
3.3.90.92.3931	CONSERVACAO DE BENS MOVEIS E EQUIPAMENTOS	403,00
3.3.90.92.3933	DIVULGACAO OBRIGATORIA	44.508,75
3.3.90.92.3936	ALIMENTACAO E/OU HOSPEDAGEM DE NAO SERVIDORES	20,00
3.3.90.92.3978	TRANSPORTE DE NÃO SERVIDORES	154,40
3.3.90.92.3979	TELEFONIA FIXA	588,11
3.3.90.92.3983	AUXILIO TRANSPORTE	2.514,12
3.3.90.92.3989	VIGILANCIA E/OU ZELADORIA	120,00
3.3.90.92.4703	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO E CONTRIBUICAO DE MELHORIA	6.274,56
3.3.90.92.9305	INDENIZACOES	664,72
3.3.90.93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	166.439,87
3.3.90.93.9304	RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM ALIMENTACAO	39,00
3.3.90.93.9305	INDENIZACOES	1.283,01
3.3.90.93.9306	RESTITUICAO DE RECEITAS	165.109,46
3.3.90.93.9312	RESSARCIMENTO DE DESPESAS MEDICO-HOSPITALARES	8,40
4.0.00.00	DESPESA CAPITAL	336.652,52
4.4.00.00	INVESTIMENTOS	336.652,52
4.4.90.00	APLICACOES DIRETAS	336.652,52
4.4.90.51	OBRAS E INSTALACOES	3.190,39
4.4.90.51.5103	CONSTRUCAO OU AMPLIACAO DE PREDIOS OU OUTRAS OBRAS PUBLICAS	3.190,39
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	332.012,73
4.4.90.52.5207	LABORATORIOS E/OU GABINETES MEDICOS OU ODONTOLOGICOS	39.432,85
4.4.90.52.5208	OFICINA, AJARDINAMENTO E CAMPO	234,00
4.4.90.52.5212	MAQUINAS, MOTORES E/OU APARELHOS	62.980,90
4.4.90.52.5214	MOBILIARIO EM GERAL	155.139,81
4.4.90.52.5219	SEGURANCA E/OU PROTECAO	277,00
4.4.90.52.5220	TELECOMUNICACOES	635,00
4.4.90.52.5222	SOM E/OU IMAGEM	31.783,05
4.4.90.52.5228	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	25.813,00
4.4.90.52.5231	EQUIPAMENTOS PARA ALOJAMENTO, LAVANDERIA, COPA E/OU COZINHA	8.323,12
4.4.90.52.5232	AQUISICAO OU DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE	6.995,00
4.4.90.52.5233	MATERIAL DIDATICO	399,00
4.4.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.449,40
4.4.90.92.5213	MATERIAL BIBLIOGR. PECAS P/COLECOES D E BIBLIOT. DISCOT.FILMOT.E MUSEUS	1.449,40
	TOTAL GERAL ====>	21.795.978,80

* RESUMO *		
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	=>	13.654.090,37
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	=>	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	=>	7.805.235,91
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	=>	21.459.326,28
INVESTIMENTOS	=>	336.652,52
INVERSÕES FINANCEIRAS	=>	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	=>	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	=>	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	=>	336.652,52
TOTAL GERAL	=>	21.795.978,80

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

SIRLEI TREZ
CONTADORA
CRCRS N. [illegible]
CPF: 235.420.550/34

FERNANDO GUARAGNA MARTINS
REITOR
CPF: 286.016.450/20

EXERCÍCIO DE 2010 — UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL — RFPE006/00001

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES — ANEXO N.6

R$

ÓRGÃO: 50 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL

U.O.: 50.01 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
19	CIENCIA E TECNOLOGIA		21.101.742,04	21.101.742,04
19.0122	ADMINISTRACAO GERAL		308.629,76	308.629,76
19.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		308.629,76	308.629,76
19.0364	ENSINO SUPERIOR		20.793.112,28	20.793.112,28
19.0364.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		13.091.165,98	13.091.165,98
19.0364.0359	DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO SUPERIOR		7.701.946,30	7.701.946,30
	TOTAL DA U.O. =>		21.101.742,04	21.101.742,04

U.O.: 50.33 - ENCARGOS GERAIS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL.

10	SAUDE		1.864,14	1.864,14
10.0364	ENSINO SUPERIOR		1.864,14	1.864,14
10.0364.0335	OPERACOES ESPECIAIS		1.864,14	1.864,14
12	EDUCACAO		692.372,62	692.372,62
12.0122	ADMINISTRACAO GERAL		692.372,62	692.372,62
12.0122.0335	OPERACOES ESPECIAIS		692.372,62	692.372,62
	TOTAL DA U.O. =>		694.236,76	694.236,76
	TOTAL DO ÓRGÃO =>		21.795.978,80	21.795.978,80

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

SIRLEI [illegible]
CONTADORA
CRCRS N. [illegible]
CPF: 235.420.550/34

FERNANDO GUARAGNA MARTINS
REITOR
CPF: 286.016.450/20

EXERCÍCIO DE 2010 | UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL | RFPE009/00001

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES

ANEXO N. 7
R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
10	SAUDE		1.864,14	1.864,14
10.0364	ENSINO SUPERIOR		1.864,14	1.864,14
10.0364.0335	OPERACOES ESPECIAIS		1.864,14	1.864,14
12	EDUCACAO		692.372,62	692.372,62
12.0122	ADMINISTRACAO GERAL		692.372,62	692.372,62
12.0122.0335	OPERACOES ESPECIAIS		692.372,62	692.372,62
19	CIENCIA E TECNOLOGIA		21.101.742,04	21.101.742,04
19.0122	ADMINISTRACAO GERAL		308.629,76	308.629,76
19.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		308.629,76	308.629,76
19.0364	ENSINO SUPERIOR		20.793.112,28	20.793.112,28
19.0364.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		13.091.165,98	13.091.165,98
19.0364.0359	DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO SUPERIOR		7.701.946,30	7.701.946,30
	TOTAL GERAL =>	0,00	21.795.978,80	21.795.978,80

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

SIRLEI TORRES
CONTADORA
CRCRS Nº 63146
CPF: 295.420.550/34

FERNANDO GUARAGNA MARTINS
REITOR
CPF: 286.016.450/20

EXERCÍCIO DE 2010

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA

RFPE023/00001

ANEXO N. 10

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
1000.00.00.0000	RECEITAS CORRENTES	2.432.000,00	473.038,89	1.958.961,11-
1300.00.00.0000	RECEITA PATRIMONIAL	5.000,00	24.947,22	19.947,22
1320.00.00.0000	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	5.000,00	24.947,22	19.947,22
1325.00.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	5.000,00	24.947,22	19.947,22
1325.01.00.0000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS DE RECURSOS VINCULADOS	5.000,00	24.947,22	19.947,22
1325.01.05.0000	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO RECURSO VINCULADO-MDE-FNDE	5.000,00	15.272,08	10.272,08
1325.01.99.0000	DIVERSAS REMUNERACOES DE DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS	0,00	9.675,14	9.675,14
1600.00.00.0000	RECEITA DE SERVICOS	30.000,00	1.090,00	28.910,00-
1600.13.00.0000	SERVICOS ADMINISTRATIVOS	10.000,00	0,00	10.000,00-
1600.13.01.0000	SERVICOS DE INSCRICAO EM CONCURSOS PUBLICOS	10.000,00	0,00	10.000,00-
1600.16.00.0000	SERVICOS EDUCACIONAIS	20.000,00	1.090,00	18.910,00-
1600.16.99.0000	DIVERSOS SERVICOS EDUCACIONAIS	20.000,00	1.090,00	18.910,00-
1700.00.00.0000	TRANSFERENCIAS CORRENTES	2.221.000,00	175.570,31	2.045.429,69-
1730.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS	40.000,00	0,00	40.000,00-
1730.03.00.0000	TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS PARA PROGRAMAS DE EDUCACAO	40.000,00	0,00	40.000,00-
1730.03.99.0000	TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS - EDUCACAO	40.000,00	0,00	40.000,00-
1760.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	2.181.000,00	175.570,31	2.005.429,69-
1761.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO E DE SUAS ENTIDADES	1.531.000,00	161.132,34	1.369.867,66-
1761.02.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO PARA PROGRAMAS DE EDUCACAO	30.000,00	26.632,34	3.367,66-
1761.02.99.0000	DIVERSAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO PARA PROGRAMAS DE EDUCACAO	30.000,00	26.632,34	3.367,66-
1761.99.00.0000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	1.501.000,00	134.500,00	1.366.500,00-
1761.99.99.0000	DIVERSAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	1.501.000,00	134.500,00	1.366.500,00-
1762.00.00.0000	TRANSFERENCIA DE CONVENIOS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDA	90.000,00	0,00	90.000,00-
1762.99.00.0000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DOS ESTADOS	90.000,00	0,00	90.000,00-
1762.99.99.0000	DIVERSAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL	90.000,00	0,00	90.000,00-
1763.00.00.0000	TRANSFERENCIA DE CONVENIOS DOS MUNICIPIOS E DE SUAS ENTIDADES	560.000,00	14.437,97	545.562,03-
1763.02.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DOS MUNICIPIOS PARA PROGRAMAS DE EDUCACAO	560.000,00	14.437,97	545.562,03-
1763.02.01.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DOS MUNICIPIOS DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCACA	560.000,00	14.437,97	545.562,03-
1900.00.00.0000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	176.000,00	271.431,36	95.431,36
1910.00.00.0000	MULTAS E JUROS DE MORA	6.000,00	3.220,06	2.779,94-
1919.00.00.0000	MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	6.000,00	3.220,06	2.779,94-
1919.27.00.0000	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	5.000,00	2.605,00	2.395,00-
1919.27.05.0000	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS - EDUCACAO	5.000,00	2.605,00	2.395,00-
1919.99.00.0000	OUTRAS MULTAS	1.000,00	615,06	384,94-
1919.99.99.0000	DIVERSAS MULTAS E JUROS DE MORA	1.000,00	615,06	384,94-
1920.00.00.0000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	165.000,00	14.243,39	150.756,61-
1921.00.00.0000	INDENIZACOES	1.000,00	0,00	1.000,00-
1921.99.00.0000	OUTRAS INDENIZACOES	1.000,00	0,00	1.000,00-
1921.99.99.0000	DIVERSAS INDENIZACOES	1.000,00	0,00	1.000,00-
1922.00.00.0000	RESTITUICOES	164.000,00	14.243,39	149.756,61-
1922.99.00.0000	OUTRAS RESTITUICOES	164.000,00	14.243,39	149.756,61-
1922.99.99.0000	DIVERSAS RESTITUICOES	164.000,00	14.243,39	149.756,61-
1990.00.00.0000	RECEITAS DIVERSAS	5.000,00	253.967,91	248.967,91
1990.98.00.0000	OUTRAS RECEITAS EVENTUAIS	5.000,00	7.082,07	2.082,07
1990.98.99.0000	DIVERSAS RECEITAS EVENTUAIS	5.000,00	7.082,07	2.082,07
1990.99.00.0000	OUTRAS RECEITAS	0,00	246.885,84	246.885,84
1990.99.02.0000	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR DE RECURSOS NAO VINCULADOS	0,00	246.188,84	246.188,84
1990.99.05.0000	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR DE RECURSOS VINCULADOS - EDUCACAO	0,00	650,00	650,00
1990.99.97.0000	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR DE OUTROS RECURSOS VINCULADOS	0,00	47,00	47,00
2000.00.00.0000	RECEITAS DE CAPITAL	70.000,00	118.800,00	48.800,00
2400.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	70.000,00	118.800,00	48.800,00
2430.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS	10.000,00	0,00	10.000,00-
2430.02.00.0000	TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS PARA PROGRAMAS DE EDUCACAO	10.000,00	0,00	10.000,00-
2430.02.99.0000	DIVERSAS TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS PARA PROGRAMAS DE EDUCACAO	10.000,00	0,00	10.000,00-
2470.00.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	60.000,00	118.800,00	58.800,00
2471.00.00.0000	TRANSFERENCIA DE CONVENIOS DA UNIAO E DE SUAS ENTIDADES	50.000,00	118.800,00	68.800,00

EXERCÍCIO DE 2010

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL
COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA

RFPE023/00002
ANEXO N. 10
R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
2471.02.00.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO PARA PROGRAMAS DE EDUCACAO	50.000,00	118.800,00	68.800,00
2471.02.10.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS COM O MINISTERIO DA EDUCACAO	10.000,00	118.800,00	108.800,00
2471.02.20.0000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DE OUTROS ORGAOS DA UNIAO PARA EDUCACAO	40.000,00	0,00	40.000,00-
2472.00.00.0000	TRANSFERENCIA DE CONVENIOS DOS ESTADOS E DE SUAS ENTIDADES	10.000,00	0,00	10.000,00-
2472.99.00.0000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DOS ESTADOS	10.000,00	0,00	10.000,00-
2472.99.99.0000	DIVERSAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DOS ESTADOS	10.000,00	0,00	10.000,00-
7000.00.00.0000	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORCAMENTARIAS	0,00	158.750,74	158.750,74
7600.00.00.0000	RECEITA DE SERVICOS INTRA-ORCAMENTARIOS	0,00	158.750,74	158.750,74
7600.99.00.0000	OUTROS SERVICOS INTRAORCAMENTARIOS	0,00	158.750,74	158.750,74
7600.99.99.0000	DIVERSOS SERVICOS INTRAORCAMENTARIOS	0,00	158.750,74	158.750,74
TOTAL		2.502.000,00	750.589,63	1.751.410,37-

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

SIRLEI TRES
CONTADORA
CRCRS [illegible] 63146
CPF: 235.420.550/34

FERNANDO GUARAGNA MARTINS
REITOR
CPF: 286.016.450/20

EXERCÍCIO DE 2010

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

RFPE026/00001
ANEXO N.11

R$

TÍTULOS		DESPESA CORRENTE	DESPESA DE CAPITAL	TOTAL
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL				
	DESPESA FIXADA	25.070.214,00	1.100.000,00	26.170.214,00
	CRÉDITOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00
	CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00
	SUPLEMENTAÇÕES	3.718.220,50	246.400,00	3.964.620,50
	REDUÇÕES	4.032.458,41	273.901,35	4.306.359,76
	DESPESA AUTORIZADA	24.755.976,09	1.072.498,65	25.828.474,74
	DESPESA REALIZADA	21.459.326,28	336.652,52	21.795.978,80
	DIFERENÇA	3.296.649,81	735.846,13	4.032.495,94
TOTAL GERAL				
	DESPESA FIXADA			26.170.214,00
	CRÉDITOS ESPECIAIS			0,00
	CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS			0,00
	SUPLEMENTAÇÕES			3.964.620,50
	REDUÇÕES			4.306.359,76
	DESPESA AUTORIZADA			25.828.474,74
	DESPESA REALIZADA			21.795.978,80
	DIFERENÇA			4.032.495,94

CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS CONSIDERADOS PELO SEU VALOR DE ABERTURA, ESTANDO AS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES COMPUTADAS NAS SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES.

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

SIRLEI TEES
CONTADORA
CRCRS N. 67146
CPF: 235.420.550/34

FERNANDO GUARAGNA MARTINS
REITOR
CPF: 286.016.450/20

EXERCÍCIO DE 2010 — UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL — RFPE034/00001

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE — ANEXO N.17

R$

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	506.554,50-	631.069,38	958.514,07	179.109,81-
CONVENIOS E REPASSES SUJEIROS A COMPROVACAO	100.000,00-	0,00	100.000,00	0,00
LOCACOES DE IMOVEIS, A PAGAR	24.315,80-	23.763,25	24.315,80	23.763,25-
INDENIZACOES E RESTITUICOES A PAGAR	384.949,65-	8,40	172.368,78	212.589,27-
FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	907.403,97-	608.973,50	907.403,97	608.973,50-
PIS E PASEP A RECOLHER	0,00	7.353,05	0,00	7.353,05-
CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	164.153,46-	159.023,46	164.153,46	159.023,46-
FGTS A RECOLHER	88.206,60-	0,00	88.206,60	0,00
FORNECEDORES DE BENS E SERVICOS CONTINUOS	2.156,39-	0,00	2.156,39	0,00
DIARIAS VENCIDAS A PAGAR	4.337,96-	3.123,84	4.337,96	3.123,84-
DESPESAS DE PEQUENO VALOR - LIMITE ART. 24, II, LEI 8666/93	60.590,86-	47.014,69	69.071,21	38.534,34-
SUBTOTAL.....	2.242.669,19-	1.480.329,57	2.490.528,24	1.232.470,52-
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS				
FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	479.950,99-	94.502,12	479.950,99	94.502,12-
FOLHAS DE PESSOAL A LIQUIDAR	0,00	781,68	0,00	781,68-
CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A LIQUIDAR	0,00	528,00	0,00	528,00-
DIARIAS A LIQUIDAR	0,10-	0,00	0,10	0,00
FGTS A LIQUIDAR	0,00	87.995,21	0,00	87.995,21-
DIARIAS VENCIDAS A LIQUIDAR	759,62-	0,00	759,62	0,00
DESPESAS DE PEQUENO VALOR-LIMITE ART. 24, II, DA LEI 8666/93	42.490,06-	1.707,34	42.490,06	1.707,34-
SUBTOTAL.....	523.200,77-	185.514,35	523.200,77	185.514,35-
DEPOSITOS				
DEPOSITOS	150.287,09-	2.860.772,22	2.787.486,13	223.573,18-
SUBTOTAL.....	150.287,09-	2.860.772,22	2.787.486,13	223.573,18-
DIVERSOS				
OUTROS CREDORES	4.381,18-	170,25	261,05	4.290,38-
SUBTOTAL.....	4.381,18-	170,25	261,05	4.290,38-
TOTAL.....	2.920.538,23-	4.526.786,39	5.801.476,19	1.645.848,43-

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

SIRLEI TRES
CONTADORA
CRCRS [illegible] 63146
CPF: 215.420.550/34

FERNANDO GUARAGNA MARTINS
REITOR
CPF: 286.016.450/20

VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
RECEITAS CORRENTES		DESPESAS CORRENTES	
RECEITA PATRIMONIAL	24.947,22	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.654.090,37
RECEITA DE SERVICOS	1.090,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.805.235,91
TRANSFERENCIAS CORRENTES	175.570,31		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	271.431,36	SOMA.....	21.459.326,28
SOMA.....	473.038,89	DESPESAS DE CAPITAL	
RECEITAS DE CAPITAL		INVESTIMENTOS	336.652,52
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	118.800,00	SOMA.....	336.652,52
SOMA.....	118.800,00	TOTAL.....	21.795.978,80
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	158.750,74	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	
DEDUÇÕES RECEITAS CORRENTES	0,00	RECEBIMENTO DE CREDITOS POR IMPUTACAO DE RESPONSABILIDADE	551,57
TOTAL.....	750.589,63	ANULACAO DO REGISTRO BENS CRED VALORES FASE AQUIS/FORMACAO	61.304,13
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS		SOMA.....	61.855,70
REGISTRO DE BENS CRED E VAL EM FASE DE AQUISICAO OU FORMACAO	1.123,75	INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
CONSTRUCAO OU AQUISICAO DE BENS MOVEIS	318.941,39	VARIAÇÕES PASSIVAS	
CONSTRUCAO OU AQUISICAO DE BENS IMOVEIS	3.190,39	TRANSFERENCIAS INTRAPATRIMONIAIS	459.581,47
SOMA.....	323.255,53	BAIXA DE BENS MOVEIS	763,30
INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		INSCRICAO DE PRECATORIOS JUDICIAIS - EC 62/2009	27.384,00
VARIAÇÕES ATIVAS		BAIXA DE BENS DE ALMOXARIFADO	69.180,38
INSCRICAO DE CREDITOS POR IMPUTACAO DE RESPONSABILIDADE	300,00	SOMA.....	556.909,15
TRANSFERENCIAS INTRAPATRIMONIAIS	459.581,47	VARIAÇÕES PASSIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO PATRIMÔNIO FINANCEIRO	
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	12.243,31		
INCORPORACAO DE BENS DE ALMOXARIFADO	60.306,76	SOMA.....	0,00
SOMA.....	532.431,54	TOTAL.....	22.414.743,65
VARIAÇÕES ATIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS DO PATRIMÔNIO FINANCEIRO		RESULTADO PATRIMONIAL	
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS INTRAGOVERNAMENTAIS	22.101.633,83	SUPERAVIT VERIFICADO	1.293.166,88
SOMA.....	22.101.633,83		
TOTAL.....	23.707.910,53	TOTAL.....	23.707.910,53

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

SIRLEI TEIS
CONTADORA
CRCRS N. 63196
CPF: 235.420.550/34

FERNANDO GUARAGNA MARTINS
REITOR
CPF: 286.016.450/20

BALANÇO PATRIMONIAL | ANEXO N. 14

ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS	R$	TÍTULOS	R$
ATIVO FINANCEIRO		PASSIVO FINANCEIRO	
DISPONÍVEL		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	
BANCOS C/DISPOSICAO	23.856,06	FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	179.109,81
APLICACOES FINANCEIRAS - SIAC	-10.776,36	LOCACOES DE IMOVEIS, A PAGAR	23.763,25
SOMA.....	13.079,70	INDENIZACOES E RESTITUICOES A PAGAR	212.589,27
VINCULADO EM CONTA CORRENTE BANCÁRIA		FOLHAS DE PESSOAL A PAGAR	608.973,50
BANCOS, C/VINCULADAS	843.229,27	PIS E PASEP A RECOLHER	7.353,05
SOMA.....	843.229,27	CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A RECOLHER	159.023,46
REALIZÁVEL		DIARIAS VENCIDAS A PAGAR	3.123,84
DEVEDORES	3.180,20	DESPESAS DE PEQUENO VALOR - LIMITE ART. 24, II, LEI 8666/93	38.534,34
RESPONSAVEIS POR PAGAMENTOS IRREGULARES	1.865,56	SOMA.....	1.232.470,52
DEPOSITOS JUDICIAIS	4.500,00	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
SOMA.....	9.545,76	FORNECEDORES DE BENS E/OU SERVICOS	94.502,12
TOTAL.....	865.854,73	FOLHAS DE PESSOAL A LIQUIDAR	781,68
ATIVO PERMANENTE		CONTRIBUICOES A SEGURIDADE SOCIAL A LIQUIDAR	528,00
BENS DA ENTIDADE		FGTS A LIQUIDAR	87.995,21
BENS MOVEIS	9.533.209,33	DESPESAS DE PEQUENO VALOR-LIMITE ART. 24, II, DA LEI 8666/93	1.707,34
BENS IMOVEIS	195.096,97	SOMA.....	185.514,35
SOMA.....	9.728.306,30	DEPÓSITOS	
CRÉDITOS		DEPOSITOS	223.573,18
DEVEDORES POR IMPUTACAO DE RESPONSABILIDADE	146,51	SOMA.....	223.573,18
SOMA.....	146,51	DIVERSOS	
DIVERSOS		OUTROS CREDORES	4.290,38
BENS CREDITOS E VALORES EM FASE DE AQUISICAO OU FORMACAO	1.123,75	SOMA.....	4.290,38
ALMOXARIFADOS	91.817,91	TOTAL.....	1.645.848,43
SOMA.....	92.941,66	PASSIVO PERMANENTE	
TOTAL.....	9.821.394,47	DÍVIDA FUNDADA INTERNA	
SOMA DO ATIVO REAL	10.687.249,20	PRECATORIOS JUDICIAIS - EC 62/2009	27.384,00
ATIVO COMPENSADO		SOMA.....	27.384,00
VALORES EM PODER DE TERCEIROS		TOTAL.....	27.384,00
RESPONSAVEIS POR ADIANTAMENTOS	4.272,87	SOMA DO PASSIVO REAL	1.673.232,43
RESPONSAVEIS POR ALMOXARIFADOS	91.817,91	SALDO PATRIMONIAL	
RESPONSAVEIS PELA GUARDA DE BENS DA ENTIDADE	124.986,01	SITUAÇÃO LÍQUIDA	
RESPONSAVEIS POR DIARIAS	541,28	ATIVO REAL LIQUIDO	9.014.016,77
SOMA.....	221.618,07	SOMA.....	10.687.249,20
VALORES DE TERCEIROS		PASSIVO COMPENSADO	
BENS DE TERCEIROS EM PODER DA ENTIDADE	75.636,19	CONTRAPARTIDA DE VALORES EM PODER DE TERCEIROS	
SOMA.....	75.636,19	ADIANTAMENTOS A COMPROVAR	4.272,87
VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS		VALORES EM GUARDA NOS ALMOXARIFADOS	91.817,91
RESPONSAVEIS PELA EXECUCAO DE CONVENIOS	660.975,98	BENS DA ENTIDADE EM PODER DE TERCEIROS	124.986,01
ATUALIZACOES DE PRECATORIOS	2.089,34	DIARIAS A COMPROVAR	541,28
SOMA.....	663.065,32	SOMA.....	221.618,07
TOTAL.....	960.319,58	CONTRAPARTIDA DE VALORES DE TERCEIROS	
		BENS PERTENCENTES A TERCEIROS	75.636,19
		SOMA.....	75.636,19
		CONTRAPARTIDA DE VALORES E RESPONSABILIDADES DIVERSAS	
		CONVENIOS EM EXECUCAO	660.975,98
		ATUALIZACOES DE PRECATORIOS A PAGAR	2.089,34
		SOMA.....	663.065,32
		TOTAL.....	960.319,58
TOTAL GERAL.....	11.647.568,78	TOTAL GERAL.....	11.647.568,78

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

SIRLEI [illegible]RES
CONTADORA
CRCRS [illegible] 60146
CPF: 238.420.550/34

FERNANDO GUARAGNA MARTINS
REITOR
CPF: 286.016.450/20

EXERCÍCIO DE 2010

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃO E FUNÇÕES

RFPE025/00001

ANEXO N.9

R$

FUNÇÕES	SAUDE	EDUCACAO	CIENCIA E TECNOLOGIA	TOTAL
ÓRGÃOS				
PODER LEGISLATIVO				
PODER JUDICIARIO				
MINISTERIO PUBLICO				
DEFENSORIA PUBLICA				
PODER EXECUTIVO				
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL	1.864,14	692.372,62	21.101.742,04	21.795.978,80
SOMA.....	1.864,14	692.372,62	21.101.742,04	21.795.978,80
TOTAL.....	1.864,14	692.372,62	21.101.742,04	21.795.978,80

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

SIRLEI [illegible]
CONTADORA
CRCRS N [illegible]46
CPF: 235.[illegible]20.550/34

FERNANDO GUARAGNA MARTINS
REITOR
CPF: 286.016.450/20

EXERCÍCIO DE 2010 — UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL — RFPE029/00001

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS — ANEXO N.8

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
10	SAUDE	1.864,14		1.864,14
10.0364	ENSINO SUPERIOR	1.864,14		1.864,14
10.0364.0335	OPERACOES ESPECIAIS	1.864,14		1.864,14
12	EDUCACAO	692.372,62		692.372,62
12.0122	ADMINISTRACAO GERAL	692.372,62		692.372,62
12.0122.0335	OPERACOES ESPECIAIS	692.372,62		692.372,62
19	CIENCIA E TECNOLOGIA	20.796.278,35	305.463,69	21.101.742,04
19.0122	ADMINISTRACAO GERAL	308.629,76		308.629,76
19.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	308.629,76		308.629,76
19.0364	ENSINO SUPERIOR	20.487.648,59	305.463,69	20.793.112,28
19.0364.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	13.091.165,98		13.091.165,98
19.0364.0359	DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO SUPERIOR	7.396.482,61	305.463,69	7.701.946,30
	TOTAL GERAL =>	21.490.515,11	305.463,69	21.795.978,80

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

SIRLEI [illegible]
CONTADORA
CRCRS N. [illegible]
CPF: 235.4[illegible].550/34

FERNANDO GUARACNA MARTINS
REITOR
CPF: 286.016.450/20

EXERCÍCIO DE 2010

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL

RFPE039/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR ÓRGÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO POR FONTE DE RECURSO

R$

ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA							
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
50 UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL	13.654.090,37		7.805.235,91	336.652,52				21.795.978,80
TESOURO-LIVRES	13.654.090,37		7.529.129,95	307.294,79				21.490.515,11
PROPRIOS DA FUNDACAO			134.379,68	4.191,39				138.571,07
CONVENIOS			141.726,28	25.166,34				166.892,62
TOTAL	13.654.090,37		7.805.235,91	336.652,52				21.795.978,80

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

SIRLEI TRES
CONTADORA
CRCRS N. [illegible]
CPF: 233.420.330/34

FERNANDO GUARAGNA MARTINS
REITOR
CPF: 286.016.450/20

610

EXERCÍCIO DE 2010

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL

RFPE040/00001

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR FUNCÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS FONTES DE RECURSO

R$

ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA							
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
10 SAUDE	1.864,14							1.864,14
TESOURO-LIVRES	1.864,14							1.864,14
12 EDUCACAO	692.372,62							692.372,62
TESOURO-LIVRES	692.372,62							692.372,62
19 CIENCIA E TECNOLOGIA	12.959.853,61		7.805.235,91	336.652,52				21.101.742,04
TESOURO-LIVRES	12.959.853,61		7.529.129,95	307.294,79				20.796.278,35
PROPRIOS DA FUNDACAO			134.379,68	4.191,39				138.571,07
CONVENIOS			141.726,28	25.166,34				166.892,62
TOTAL	13.654.090,37		7.805.235,91	336.652,52				21.795.978,80

RESUMO

TESOURO-LIVRES	13.654.090,37		7.529.129,95	307.294,79				21.490.515,11
PROPRIOS DA FUNDACAO			134.379,68	4.191,39				138.571,07
CONVENIOS			141.726,28	25.166,34				166.892,62
TOTAL	13.654.090,37		7.805.235,91	336.652,52				21.795.978,80

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

SIRLEI [illegible]
CONTADORA
CRCRS Nº 63146
CPF: 235.420.550/34

FERNANDO GUARAGNA MARTINS
REITOR
CPF: 286.016.450/20

ANEXO 16						
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL						
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA - 2010						
DESIGNAÇÃO	**AUTORIZAÇÕES**	**POS 31/12/2010**	**MOV DO EXERC 2010**			
DEBITOS PARCELADOS			VARIAÇÕES	MUT PATRIM DESP	POSIÇÃO 31.12.2010	
Com Min Fazenda PASEP		PASSIVA	ATIVAS	AMORTIZAÇÃO		
Termo Parcelamento						
Com INSS						
Fernando Guaragna Martins						
286.016.450.20						
Reitor						

Sirlei T. Santos
CRC 063146-O/0
Contador

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL
CONSELHO CURADOR – CONCUR

PARECER

Em atendimento ao previsto no Decreto 43.240, de 15 de julho de 2004, que aprova o Estatuto da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), em especial ao disposto em seu artigo 43, que dispõe sobre as competências do Conselho Curador da Universidade, instalou-se aos 15 dias do mês de março de 2011, às 9 horas, na sede de UERGS. em Porto Alegre, sob a Presidência de João Batista Mezzomo, representante da Secretaria Estadual da Fazenda, a Reunião Ordinária do Conselho Curador da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. Compareceram, além do Sr. Presidente, os conselheiros Cristine Lima Maciel Pretzel, representante da Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã, José Carlos Severo Correa, representante do Fórum dos COREDEs, Rogério Luis Thum, representante do Corpo Docente da UERGS e Cristina Maria Ostermann – representante do Corpo Técnico-administrativo da UERGS. Participou, ainda, da reunião a Sra. Sirlei Três, Coordenadora Financeira da UERGS. Não compareceram à reunião os conselheiros Martha Hoppe, representante do Corpo Docente da UERGS e Antelmo Paulo Stoelbenn, representante do Corpo Discente da UERGS. O exame feito pelos conselheiros presentes, em relação aos demonstrativos contábeis do exercício de 2010, quais sejam: Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais e Demonstrativo da Despesa Realizada por Categoria Econômica, Grupo Natureza de Despesa, Modalidade de Aplicação e Elemento de Despesa com Desdobramento das Naturezas de Despesa, resultou na aprovação unânime das peças contábeis.

Considerando o acima exposto, e, ainda, o fato de as contas terem sido aprovadas pela Contadoria e Auditoria Geral do Estado – CAGE, conclui-se, em conjunto com os demais membros do Conselho, que as demonstrações contábeis apresentadas espelham a situação orçamentária, financeira e patrimonial da universidade e propomos sua aprovação.

Porto Alegre, 15 de março de 2011.

João Batista Mezzomo
Presidente do Conselho Curador

CONSELHO CURADOR DA UERGS - CONCUR

Ata de Reunião nº 001/2011

Data: 15/03/2011
Horário: das 9h às 12h

Pauta:
- Análise das Contas do ano de 2010 da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS.

Participantes:
- João Batista Mezzomo – Presidente – representante da Secretaria Estadual da Fazenda;
- Cristine Lima Maciel Pretzel – representante da Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã;
- José Carlos Severo Correa – representante do Fórum dos COREDEs;
- Rogério Luis Thum – representante do Corpo Docente da UERGS;
- Cristina Maria Ostermann – representante do Corpo Técnico-administrativo da UERGS;
- Sirlei Três – Coordenadora Financeira da UERGS.

Assuntos tratados:
- Análise das Contas do ano de 2010 da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS.

Deliberações e encaminhamentos:

- A representante da UERGS Sirlei Três informou a todos os membros do Conselho presentes que o Parecer a respeito da contas da UERGS deverá ser apresentado por este Conselho ao Conselho Superior Universitário – CONSUN até a próxima sexta-feira, dia 18/03/2011, o que foi criticado por todos os membros em virtude do curto prazo para desenvolvimento do trabalho. Ressalta-se que o ato de designação dos representantes do CONCUR foi publicação no Diário Oficial do Estado no dia 14/03/2011.

- O Presidente do Conselho conduziu a reunião, sendo realizadas análises a respeito das demonstrações da UERGS (Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais e Demonstrativo da Despesa Realizada por Categoria Econômica, Grupo Natureza de Despesa, Modalidade de Aplicação e Elemento de Despesa com Desdobramento das Naturezas de Despesa). Foram analisados aspectos em relação ao orçamento realizado, montante das despesas, montante da dívida da Universidade, dentre outras análises, não tendo sido constatada nenhuma divergência significativa.

- Foi emitido Parecer do Conselho Curador indicando a aprovação das contas da UERGS do ano de 2010.

- Serão solicitados pelo Presidente do CONCUR ao Departamento Financeiro da UERGS relatórios trimestrais da execução da despesa para análise por parte dos representantes do Conselho.

- O Presidente convocará extraordinariamente os membros do Conselho para uma reunião de avaliação do decorrer do exercício.

Nome e assinatura dos participantes:

João Batista Mezzomo:	
Cristine Lima Maciel Pretzel:	CRISTINE L. MACIEL
José Carlos Severo Correa:	
Rogério Luis Thum:	
Cristina Maria Ostermann:	
Sirlei Três:	

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... : SIRLEI TRES
REGISTRO..... : RS-063146/O-0
CATEGORIA..... : CONTADOR
CPF..... : 235.420.550-34

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 11.02.2011 as 15:54:33.
Válido até: 10.08.2011.
Código de Controle: 93112.

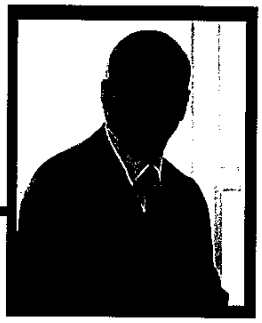
Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

SETOR EMPRESARIAL

Banco do Estado do Rio Grande do Sul, S.A.

BANRISUL

Mensagem do Presidente



O Brasil, em 2010, atuou como protagonista no ambiente global pós-crise. Calcado nos marcos da estabilidade e da responsabilidade macroeconômicas, bem como em adequadas reformas implementadas, o País apresentou indicadores significativos de recuperação depois das turbulências de alcance mundial havidas nos anos anteriores. O ritmo se manteve intenso, com recuo das taxas de desemprego, expansão da massa salarial e aumento da oferta de crédito. A persistente debilidade fiscal de alguns países, notadamente os mais desenvolvidos, não impediu a retomada da atividade nas nações emergentes.

O Rio Grande do Sul, por sua vez, também construiu seu protagonismo no ambiente nacional. O Governo Estadual, que já evoluíra no ajuste das contas públicas, ampliou sua sintonia com os setores produtivos locais e monitorou de perto os efeitos da crise. Com maior capacidade de investimento e firmes contornos político-administrativos, o Estado avançou nas conquistas sociais e econômicas. Importantes obras de infraestrutura foram iniciadas, tiveram continuidade ou até mesmo foram concluídas e entregues à comunidade gaúcha. Tais ações são o exemplo mais visível do equilíbrio fiscal.

Há que se ressaltar ainda que, tanto num quanto noutro caso, o ano eleitoral não trouxe quaisquer temeridades e muito menos riscos reais para os mercados. Não há sinal de retrocesso no horizonte. Isso mostra que o setor público brasileiro encontrou importantes consensos gerenciais, sintoma de que determinadas práticas e estratégias estão acima de susceptibilidades ideológicas. Portanto, o ano que finda, em que pese as naturais dificuldades do caminho, foi prodigioso em dar reiterados sinais de maturidade política e econômica nos principais cenários de ação do Banrisul, o que aponta para um ciclo permanente de crescimento.

Como se vê, foi um protagonismo dentro de outro: o do Brasil em relação ao mundo, e o do Rio Grande do Sul em relação ao Brasil. E este relatório vai agregar um protagonismo ainda mais nuclear: o do Banrisul em relação ao desenvolvimento regional e às suas próprias diretrizes e metas, especialmente no que concerne à sua função social e à valorização dos investidores e clientes. O Banco atuou decisivamente no ambiente pós-crise, seja reforçando suas autodefesas corporativas para conjunturas tortuosas, seja fomentando a continuidade do ritmo de crescimento do Estado e do País.

Essa postura permitiu navegar velozmente num ano de mares mais calmos, particularmente propícios para as atividades bancárias. Os números apresentados mostram o resultado alcançado à luz da conjuntura em que o Banco está inserido. Porém, por trás de cada casa decimal, está o

permanente monitoramento de processos e estratégias – tudo sem perder de vista o papel primordial da Instituição como agente de desenvolvimento do Estado. O Banrisul manteve os parâmetros que garantem sua liderança no Estado e o crescimento em outras localidades. Os níveis confiáveis de solvência e de rentabilidade também são produto da manutenção de uma política rígida na gestão de operações de crédito.

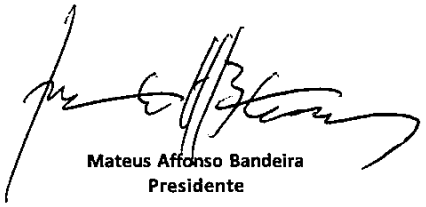
Nosso olhar corporativo foi direcionado, de maneira especial, para o acompanhamento de despesas administrativas. A equipe funcional encampou e executou com sucesso a decisão de rever mecanismos de controle, reavaliar gastos e reorientar investimentos institucionais. Não foi por outro motivo, senão que, especialmente, pelo comprometimento do quadro de empregados, que o Banrisul registrou, no último trimestre de 2010 em relação ao trimestre imediatamente anterior, redução de 9,5% em despesas administrativas, excluídas as de pessoal. O índice de eficiência alcançou 47,8%, em linha com os indicadores apresentados pelas demais instituições de grande porte.

O lucro líquido acumulado no ano de 2010 somou R$741,2 milhões, 37,0% acima do obtido no mesmo período do ano passado, com rentabilidade equivalente a 20,4% sobre o patrimônio líquido médio. Em dezembro de 2010, o patrimônio líquido alcançou R$3,9 bilhões e os ativos totais fecharam em R$32,1 bilhões, com incremento de 10,5% sobre dezembro de 2009. Os recursos captados e administrados, R$25,1 bilhões, cresceram 14,6% em doze meses e os ativos de crédito, R$17,0 bilhões ao final de dezembro de 2010, registraram incremento de 27,0% em um ano.

Depois do processo de abertura de capital, ocorrido em 2007, o Banrisul internalizou – com naturalidade e eficiência – sua nova condição organizacional. No último ano, avançou-se ainda mais nesse processo, aprofundando a relação com investidores e acionistas minoritários. Trata-se da valorização e da qualificação de um relacionamento profícuo, que está contribuindo significativamente para a melhoria da governança corporativa da Instituição.

O Banrisul avançou no fechamento de negócios, aperfeiçoou mecanismos de controle para garantir maior transparência, modernizou serviços para satisfazer os clientes, adquiriu mais musculatura para atuar no mercado em que compete e ampliou sua identidade regional. Olhou para dentro e para fora. Para perto e para longe. Cumpriu seu papel como agente do desenvolvimento do Estado e, com igual eficácia, entregou resultados positivos aos seus acionistas.

Este é o Banco do Estado do Rio Grande do Sul, uma Instituição estatal que superou a falsa contradição entre eficiência e setor público, se consolidando como o maior e melhor banco do Rio Grande do Sul. Um banco vocacionado para o protagonismo!



Mateus Affonso Bandeira
Presidente

Press
Release
Banrisul

Este *Press Release* pode conter informações sobre eventos futuros. Tais informações não seriam apenas fatos históricos, mas refletiriam os desejos e as expectativas da direção da Companhia. As palavras "antecipa", "deseja", "espera", "prevê", "planeja", "prediz", "projeta", "almeja" e similares pretendem identificar afirmações que, necessariamente, envolvem riscos conhecidos e desconhecidos. Riscos conhecidos incluem incertezas que não são limitadas ao impacto da competitividade dos preços e serviços, aceitação dos serviços no mercado, transações de serviço da Companhia e de seus competidores, aprovação regulamentar, flutuação da moeda, mudanças no *mix* de serviços oferecidos e outros riscos descritos nos relatórios da Companhia. Este *Press Release* está atualizado até a presente data e o Banrisul poderá ou não atualizá-lo mediante novas informações e/ou acontecimentos futuros.

Segunda-feira, 14.02.2011. Divulgação do Resultado do Quarto Trimestre de 2010.

Apresentamos, abaixo, os principais números obtidos pelo Banrisul no quarto trimestre de 2010.

Principais Itens de Resultado - R$ Milhões	2010	2009	4T10	3T10	2T10	1T10	4T09	4T10/ 3T10	2010/ 2009
Margem Financeira Líquida	2.914,7	2.542,4	786,7	769,7	710,9	647,3	668,7	2,2%	14,6%
Despesas com Provisão para Operações de Crédito	(518,3)	(422,6)	(126,6)	(111,2)	(127,1)	(153,5)	(96,7)	13,8%	22,6%
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	2.396,3	2.119,7	660,1	658,5	583,9	493,8	572,0	0,2%	13,0%
Receita de Intermediação Financeira	4.841,8	4.262,6	1.310,4	1.298,2	1.165,4	1.067,8	1.076,7	0,9%	13,6%
Despesa de Intermediação Financeira	2.445,5	2.142,9	650,3	639,7	581,5	574,0	504,7	1,7%	14,1%
Receita de Serviços e Tarifas Bancárias	641,7	579,3	173,5	160,9	157,4	149,9	152,1	7,8%	10,8%
Despesas Administrativas e Despesas Operacionais [1]	1.895,1	1.807,5	499,2	478,7	457,2	460,0	431,8	4,3%	4,8%
Outras Receitas Operacionais	208,9	143,7	81,1	39,0	43,1	45,7	55,0	108,1%	45,4%
Resultado Operacional	1.147,8	853,3	361,8	327,0	277,5	181,6	300,6	10,7%	34,5%
Lucro Líquido	741,2	541,1	229,9	206,4	183,1	121,9	184,3	11,4%	37,0%
Resultados Distribuídos/Destinados - R$ Milhões	**2010**	**2009**	**4T10**	**3T10**	**2T10**	**1T10**	**4T09**	**4T10/ 3T10**	**2010/ 2009**
Juros sobre Capital Próprio/Dividendos [2]	293,2	215,4	120,4	51,6	71,0	50,2	73,7	133,6%	36,1%
Principais Itens Patrimoniais - R$ Milhões	**2010**	**2009**	**Dez10**	**Set10**	**Jun10**	**Mar10**	**Dez09**	**Dez10/ Set10**	**Dez10/ Dez09**
Ativos Totais	32.127,7	29.084,1	32.127,7	32.339,3	31.098,8	29.864,6	29.084,1	-0,7%	10,5%
Títulos e Valores Mobiliários [3]	9.573,9	10.758,6	9.573,9	10.014,1	10.150,4	9.949,1	10.758,6	-4,4%	-11,0%
Carteira de Crédito Total	17.033,2	13.414,2	17.033,2	16.237,1	15.442,0	14.765,7	13.414,2	4,9%	27,0%
Provisão para Operações de Crédito	(1.101,9)	(1.016,8)	(1.101,9)	(1.122,7)	(1.117,5)	(1.082,3)	(1.016,8)	-1,9%	8,4%
Créditos em Atraso > 60 dias	418,0	453,1	418,0	487,9	493,6	512,7	453,1	-14,3%	-7,7%
Recursos Captados e Administrados	25.090,8	21.902,4	25.090,8	24.095,2	23.163,7	22.368,7	21.902,4	4,1%	14,6%
Patrimônio Líquido	3.855,2	3.408,5	3.855,2	3.746,4	3.590,1	3.480,0	3.408,5	2,9%	13,1%
Patrimônio de Referência	3.715,5	3.349,4	3.715,5	3.608,2	3.455,9	3.422,9	3.349,4	3,0%	10,9%
Patrimônio Líquido Médio	3.631,9	3.243,8	3.800,8	3.668,2	3.535,1	3.444,2	3.354,1	3,6%	12,0%
Ativo Total Médio	30.605,9	27.144,8	32.233,5	31.719,1	30.481,7	29.474,4	28.828,7	1,6%	12,8%
Índices Financeiros	**2010**	**2009**	**4T10**	**3T10**	**2T10**	**1T10**	**4T09**		
Retorno sobre o Ativo Total	2,3%	1,9%	2,9%	2,6%	2,4%	1,6%	2,6%		
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	19,2%	15,9%	26,1%	23,9%	22,0%	14,8%	23,4%		
ROAA Anualizado [4]	2,4%	2,0%	2,9%	2,6%	2,4%	1,7%	2,6%		
ROAE Anualizado [5]	20,4%	16,7%	26,5%	24,5%	22,4%	14,9%	23,9%		
Índice de Eficiência [6]	47,8%	52,0%	47,8%	48,5%	50,5%	52,2%	52,0%		
Índice de Basileia	15,5%	17,5%	15,5%	15,4%	15,7%	16,5%	17,5%		
Índice de Imobilização [7]	4,4%	5,0%	4,4%	4,6%	4,8%	5,1%	5,0%		
Índice de Inadimplência [8]	2,5%	3,4%	2,5%	3,0%	3,2%	3,5%	3,4%		
Índice de Cobertura [9]	263,6%	224,4%	263,6%	230,1%	226,4%	211,1%	224,4%		
Indicadores Econômicos	**2010**	**2009**	**4T10**	**3T10**	**2T10**	**1T10**	**4T09**		
Selic Efetiva Acumulada	9,78%	9,92%	2,57%	2,62%	2,23%	2,03%	2,10%		
Taxa de Câmbio (R$/US$ - final de período)	1,67	1,74	1,67	1,69	1,80	1,78	1,74		
Variação Cambial (%)	-4,32%	-25,48%	-1,67%	-5,96%	1,15%	2,29%	-2,08%		
IGP-M	11,32%	-1,71%	3,18%	2,09%	2,84%	2,77%	-0,11%		
IPCA	5,91%	4,31%	2,23%	0,50%	1,00%	2,06%	1,06%		

[1] Inclui despesas de pessoal, outras despesas administrativas e outras despesas operacionais.
[2] Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos e/ou distribuídos (antes da retenção do Imposto de Renda).
[3] Inclui aplicações interfinanceiras de liquidez e deduz as obrigações compromissadas.
[4] Lucro líquido sobre ativo total médio.
[5] Lucro líquido sobre patrimônio líquido médio.
[6] Índice de eficiência – acumulado no período dos últimos 12 meses. Despesas de pessoal + outras despesas administrativas/margem financeira líquida + rendas de prestação de serviços + (outras receitas operacionais – outras despesas operacionais).
[7] Imobilizado sobre o patrimônio líquido.
[8] Atrasos > 60 dias/carteira de crédito.
[9] Provisão para devedores duvidosos/atrasos > 60 dias.

O Banrisul apresentou, no ano de 2010, crescimento consistente de sua base patrimonial e encerrou o período com indicadores de solvência e rentabilidade favoráveis, estando boa parte deles acima do *guidance* divulgado ao mercado em março e mantido até o final do ano de 2010.
A ampliação da oferta de crédito, em linha com o maior dinamismo da atividade econômica nacional e regional e com a boa performance dos indicadores do mercado de trabalho, constituiu-se em estratégia preponderante praticada em 2010 no que diz respeito à alocação de ativos.

O Banrisul alcançou **lucro líquido de R$741,2 milhões** no ano de 2010, R$200,1 milhões ou 37,0% acima do resultado apurado em 2009. No 4T10, o lucro líquido foi de R$229,9 milhões, 24,7% ou R$45,6 milhões acima do registrado no mesmo trimestre do ano anterior e 11,4% ou R$23,5 milhões acima do obtido no trimestre imediatamente anterior.

O **desempenho nos doze meses de 2010** reflete a sustentação do crescimento do crédito e a ampliação de serviços prestados pelo Banrisul. Os esforços de recuperação de créditos baixados para prejuízo e de redução de despesas também contribuíram significativamente para o desempenho.

A **performance do 4T10,** comparativamente àquela registrada no 3T10, reflete, positivamente, o aumento de receitas de crédito, de outras receitas operacionais, de serviços e a redução de despesas administrativas excluídas as de pessoal, efeito minimizado pelo aumento de despesas de provisões para crédito.

O resultado gerado, nos doze meses de 2010, corresponde a uma **rentabilidade de 20,4%** calculada sobre o patrimônio líquido médio.

No ano de 2010, a **margem financeira acumulada** atingiu **R$2,915 bilhões**, 14,6% ou R$372,3 milhões acima do montante gerado no mesmo período do ano anterior. No 4T10, a margem financeira, R$786,7 milhões, apresentou crescimento de 17,7% ou R$118,0 milhões em relação ao 4T09 e de 2,2% ou R$17,0 milhões frente ao 3T10.

Na comparação entre 2010 e 2009, o aumento da margem está influenciado, positivamente, pela elevação das receitas de crédito e, negativamente, pela diminuição das receitas com títulos e valores mobiliários e a elevação das despesas com operações de empréstimos e repasses, provisões para crédito e com captação no mercado. A expansão de margem, no 4T10, em relação ao fluxo gerado no 4T09 decorre do aumento das receitas de crédito e com títulos e valores mobiliários, minimizado pelo maior fluxo de despesas com captação e com repasses. Quando comparado ao 3T10, a margem do 4T10 está afetada pelo maior fluxo de receitas de crédito compensado, pela queda de receitas de tesouraria, face à redução do volume de recursos aplicados.

Margem Financeira

R$ Milhões

	2010	2009	4T10	3T10	2T10	1T10	4T09
Margem Financeira	2.914,7	2.542,4	786,7	769,7	710,9	647,3	668,7
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	2.396,3	2.119,7	660,1	658,5	583,9	493,8	572,0
Ativos Rentáveis Médios(1)	28.781,4	25.996,9	29.563,8	29.291,2	28.457,8	27.550,3	26.995,2
Margem Financeira Líquida(2)	10,1%	9,8%	11,1%	10,9%	10,4%	9,7%	10,3%
Resultado Bruto da Intermediação Financeira(3)	8,3%	8,2%	9,2%	9,3%	8,5%	7,4%	8,7%

(1) Ativos Rentáveis Médios do período em análise.
(2) Margem Financeira Líquida sobre Ativos Rentáveis Médios (anualizada).
(3) Resultado Bruto da Intermediação Financeira sobre Ativos Rentáveis Médios (anualizado).

A elevação de 22,6% nas **despesas de provisão** no ano de 2010 decorre, principalmente, do aumento da carteira de crédito, 27,0% em relação ao valor contabilizado em 2009. No 4T10, as despesas de provisão de crédito apresentaram elevação de 30,9% frente ao fluxo registrado no 4T09 e 13,8% em relação

ao 3T10. A variação no fluxo de provisão entre o 4T10 e o 4T09 está igualmente associada ao crescimento da carteira. No último trimestre, o maior fluxo de despesas reflete a renegociação de crédito baixados para prejuízo, que exige a constituição de provisão integral, conforme previsto na Resolução nº 2.682, do Conselho Monetário Nacional.

Os **ativos totais** alcançaram, em dezembro de 2010, R$32,1 bilhões, com incremento de 10,5% sobre dezembro de 2009 e redução de 0,7% sobre o valor registrado em setembro de 2010. O crescimento dos ativos, em doze meses, proveio da expansão da captação de depósitos e do incremento do Fundo de Reservas de Depósitos Judiciais.

Resultado

R$ Milhões

	2010	2009	4T10	3T10	2T10	1T10	4T09
Margem Financeira	2.914,7	2.542,4	786,7	769,7	710,9	647,3	668,7
Despesas de Provisão Operações de Crédito	(518,3)	(422,6)	(126,6)	(111,2)	(127,1)	(153,5)	(96,7)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	2.396,3	2.119,7	660,1	658,5	583,9	493,8	572,0
Receita de Serviços e Tarifas Bancárias	641,7	579,3	173,5	160,9	157,4	149,9	152,1
Receita das Operações de Crédito e Leasing	3.512,9	2.876,9	961,3	933,1	850,4	768,0	761,5
Despesas de Pessoal e Outras Administrativas	1.709,7	1.579,9	444,3	428,1	414,2	423,1	404,1
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos	293,2	215,4	120,4	51,6	71,0	50,2	73,7
Lucro Líquido Consolidado	741,2	541,1	229,9	206,4	183,1	121,9	184,3

O volume de **operações de crédito** do Banrisul totalizou **R$17,033 bilhões** em dezembro de 2010, saldo que ultrapassa em 27,0% a posição alcançada em dezembro de 2009 e em 4,9% o saldo registrado em setembro de 2010. A carteira de crédito comercial apresentou saldo de R$13,131 bilhões ao final de dezembro de 2010, compondo 77,1% do volume total de créditos. Do montante de crédito comercial, o segmento pessoa física atingiu R$7,398 bilhões ao final de dezembro de 2010, compondo 43,4% do total das operações de crédito do Banco, com evolução de 36,5% no ano e 2,5% no último trimestre. O segmento empresarial, apresentou saldo de R$5,732 bilhões em dezembro de 2010, contribuindo com 33,7% do saldo total de crédito, com expansão de 22,3% nos últimos doze meses e 8,2% nos últimos três meses.

A evolução da carteira de crédito comercial no **segmento de pessoa física** ocorreu, principalmente, através das linhas de crédito consignado, cujo saldo atingiu R$5,655 bilhões ao final de dezembro de 2010, com crescimento de 38,8% em doze meses e incremento de 5,8% nos últimos três meses. Em relação ao **segmento de pessoa jurídica**, as linhas de capital de giro alcançaram o saldo de R$ 4,193 bilhões, com aumento de 27,5% no ano e 11,1% no último trimestre.

As operações de crédito vencidas totalizaram R$418,0 milhões em dezembro de 2010, refletindo num índice de **inadimplência há mais de 60 dias** de 2,5%, 0,9 pp. abaixo de dezembro de 2009, 0,5 pp. menor que setembro de 2010. O índice de inadimplência acima de 90 dias atingiu 2,2% em dezembro de 2010, totalizando R$370,6 milhões de operações em atraso.

As **aplicações em títulos e valores mobiliários** somaram **R$9,574 bilhões** ao final de dezembro de 2010, volume 11,0% abaixo do saldo alcançado em dezembro de 2009, 4,4% abaixo do saldo de setembro de 2010. O valor inclui as aplicações interfinanceiras de liquidez e deduz as obrigações por operações compromissadas. A redução do valor alocado em TVM é reflexo da política adotada pelo Banco de migração para ativos mais rentáveis.

Os **recursos captados e administrados** alcançaram **R$25,090 bilhões** ao final de dezembro de 2010, volume 14,6% acima do montante registrado no ano anterior. Na comparação com setembro de 2010, a captação cresceu 4,1%. O incremento nos últimos doze meses, provém, especialmente, da expansão dos depósitos à vista e depósitos a prazo. No último trimestre, os depósitos à vista constituíram-se no produto de captação

com crescimento mais expressivo.

Ao final de dezembro de 2010, o **patrimônio líquido** do Banrisul alcançou **R$3,855 bilhões**, apresentando crescimento de 13,1% em relação ao montante registrado em dezembro de 2009 e de 2,9% na comparação com setembro de 2010. Os incrementos do patrimônio líquido estão relacionados à incorporação de resultados gerados, R$741,2 milhões no exercício de 2010, e ao pagamento e provisionamento de dividendos e juros sobre o capital próprio, R$293,2 milhões. O **índice de Basileia** atingiu **15,5%** em dezembro de 2010.

Evolução Patrimonial

R$ Milhões

	Dez/10	Set/10	Jun/10	Mar/10	Dez/09
Ativos Totais	32.127,7	32.339,3	31.098,8	29.864,6	29.084,1
Operações de Crédito	17.033,2	16.237,1	15.442,0	14.765,7	13.414,2
Títulos e Valores Mobiliários(1)	9.573,9	10.014,1	10.150,4	9.949,1	10.758,6
Recursos Captados e Administrados	25.090,8	24.095,2	23.163,7	22.368,7	21.902,4
Patrimônio Líquido	3.855,2	3.746,4	3.590,1	3.480,0	3.408,5

(1) Títulos e Valores Mobiliários + Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - Obrigações Compromissadas.

O índice de eficiência alcançou 47,8%, nos doze meses de 2010. A consistente melhora do índice de eficiência reflete a capacidade da margem financeira, sustentada pelo crescimento da receita de crédito e favorecida pela variação de outras receitas e despesas operacionais, em absorver a elevação das despesas administrativas.

O **custo operacional** de **5,3%**, nos últimos doze meses, foi influenciado pela elevação de 10,5% dos ativos, alavancada pelo crescimento das operações de crédito, que contribuiu para a absorção da evolução de 8,2% das despesas administrativas.

No 2T10, foram implementadas medidas de controle de custos, fixadas metas corporativas de gestão de despesas, definidas responsabilidades e atribuições das áreas comerciais e de suporte, alterações que propiciaram o planejamento e o controle matricial de despesas administrativas. Essas iniciativas resultaram na redução de 4,9% das despesas administrativas, excluídas as de pessoal, do 4T10 quando comparadas ao 4T09 e queda de 9,5% em relação ao 3T10.

As perspectivas de evolução dos negócios em 2011 estão apresentadas no quadro a seguir. O ritmo de evolução do crédito deverá ocorrer a taxas mais moderadas, em resposta às medidas adotadas pelo Banco Central ao final de dezembro de 2010 para garantir a estabilidade monetária e o crescimento sustentável do mercado de crédito. As demais premissas adotadas nas projeções refletem a manutenção dos controles de qualidade da carteira e de gestão de custos, com vistas à obtenção de rentabilidade em linha com a registrada em 2010.

Perspectivas Banrisul	Ano 2011	Ano 2010	
	Previsto	Realizado	Divulgado 1T10 *
Carteira de Crédito Total	15% a 20%	27,0%	22% a 28%
Crédito Comercial Pessoa Física	12% a 17%	36,5%	30% a 35%
Crédito Comercial Pessoa Jurídica	16% a 21%	22,3%	18% a 23%
Crédito Imobiliário	18% a 23%	18,4%	16% a 20%
Despesa Provisão Crédito/Carteira Crédito	3% a 4%	3,0%	3% a 4%
Saldo de Provisão sobre a Carteira de Crédito	6% a 8%	6,5%	7% a 8%
Captação Total	15% a 20%	14,6%	13% a 16%
Depósitos a Prazo	35% a 40%	13,5%	15% a 20%
Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido Médio	19% a 23%	20,4%	16% a 19%
Índice de Eficiência	44% a 48%	47,8%	49% a 54%
Margem Financeira Líquida sobre Ativos Rentáveis	10% a 11%	10,1%	9% a 10%

(*) Mantido no 2T10 e 3T10.

Destaques

- Em 2010, o Banrisul recebeu inúmeras distinções nas áreas de Tecnologia da Informação, Gestão Social e Finanças. Entre tantos reconhecimentos, o Banrisul foi apontado pelos clientes como o melhor banco brasileiro em valor percebido. O destaque é resultado do estudo CVA Bancos 2010, efetuado pela consultoria CVA Solutions e divulgado ao mercado em novembro de 2010. A pesquisa reuniu mais de 13 mil clientes de bancos de todas as capitais e principais cidades do País.
- Em abril de 2010, Mateus Bandeira assumiu a presidência da Instituição em substituição a Fernando Guerreiro de Lemos. Na composição da diretoria, foram alterados os Diretores das áreas Financeira, de Crédito e Administrativa.
- Os investimentos em *hardware, software* e manutenção de bens totalizaram R$190,9 milhões nos doze meses de 2010.

Reconhecimentos

Jan/2010	Ações do Banrisul estão entre as mais rentáveis das Américas.
Mar/2010	Banrisul é uma das 100 marcas mais valiosas do Brasil.
Abr/2010	Banrisul é uma das 2.000 maiores empresas do mundo. Banrisul é uma das empresas mais lembradas pelos gaúchos. Banrisul é uma das 500 marcas mais valiosas do setor financeiro mundial.
Mai/2010	Banrisul é uma das maiores empresas do Rio Grande do Sul.
Jun/2010	Banrisul está entre as marcas mais valiosas do Brasil. Gestão de TI do Banrisul recebe premiação nacional. Gestão da Responsabilidade Corporativa do Banrisul recebe premiação nacional.
Ago/2010	Banrisul é o quarto melhor banco do País.
Set/2010	Banrisul é apontado como a 10ª empresa no *ranking* 500 Maiores do Sul. Banrisul é destaque em *ranking* nacional.
Nov/2010	Banrisul é o melhor banco para os clientes. Banrisul é uma das 50 empresas mais inovadoras da Região Sul do País.
Dez/2010	*Ranking* nacional destaca fundos do Banrisul. Banrisul está entre os 200 maiores grupos econômicos do País. Fundos de Investimento do Banrisul estão entre os melhores do mercado. Banrisul recebe Título Cidadania Planetária.

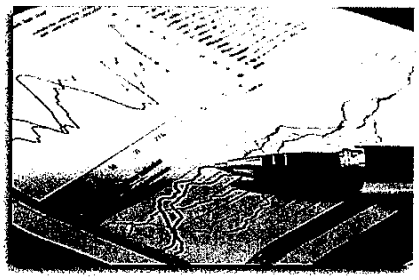
Porto Alegre, 14 de fevereiro de 2011.

Relatório da Administração

Banrisul

APRESENTAMOS O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A., RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2010, ELABORADOS DE ACORDO COM AS NORMAS ESTABELECIDAS PELA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS E PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL.

Cenário Econômico



O cenário econômico em 2010 caracterizou-se pela heterogeneidade no desempenho da economia mundial. Enquanto as economias emergentes, entre elas o Brasil, apresentaram um ritmo de crescimento pujante e robusto, as economias avançadas, principalmente, EUA e Europa, mostraram uma trajetória de crescimento vacilante, razão pela qual, ao longo do ano, suas autoridades governamentais procuraram, através de manutenção ou de novos programas contendo estímulos fiscais e monetários, incentivar o reaquecimento das economias.

Os mercados financeiros internacionais, após apresentarem momentos de euforia no primeiro trimestre do ano, com valorização de ativos e queda da aversão ao risco, operaram de forma cautelosa, especialmente após a eclosão da crise fiscal europeia, reflexo do temor de nova recaída recessiva. Com efeito, a crença em uma recuperação econômica mundial mais lenta e irregular do que a expectativa inicial reforçou os fluxos de capitais para os países em desenvolvimento, acirrando o desequilíbrio no mercado cambial, ao que se denominou de guerra cambial.

O Brasil, nesse contexto, apresentou um ritmo de crescimento econômico vigoroso, consolidando na demanda doméstica seu principal motor, tendo como combustíveis a expansão da massa salarial e o fortalecimento do mercado de crédito. Tais fatores, aliados ao acentuado diferencial de juros, contribuíram para manter o real valorizado ao longo do período, fenômeno análogo ao ocorrido com outras moedas ditas emergentes. Os níveis de preços, por sua vez, registraram um comportamento irregular. Mesmo após a atividade econômica ter apresentado alguma moderação, a partir do segundo trimestre, as pressões altistas advindas de choques nos preços das commodities influenciaram negativamente a inflação corrente, bem como a formação das expectativas, distanciando-as das metas oficiais. Diante disso, a autoridade monetária, visando o reequilíbrio do ritmo de crescimento doméstico, optou por elevar a Taxa Selic, que passou de 8,75% para 10,75% anuais, mantendo-se nesse patamar até o final do ano.

Quanto ao cenário regional, os principais indicadores evidenciam que a economia do Estado do Rio Grande do Sul apresentou, ao longo de 2010, desempenho robusto, em linha com o Brasil e com os demais estados da Região Sul. Em relação à indústria, conforme dados divulgados pela Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul – FIERGS, materializou-se um intenso ciclo de recuperação, determinado pelo aumento da produção, do emprego e da capacidade instalada, tendo como pilar a demanda doméstica. Posteriormente, com a retirada dos estímulos fiscais, seguiu-se um período de acomodação, em níveis ainda inferiores aos registrados antes da crise financeira internacional, o que não interferiu, contudo, na evolução benigna das compras e da confiança empresarial.

Com relação ao setor agropecuário, a boa safra agrícola e a alta dos preços dos grãos e da carne também contribuíram para o crescimento econômico do Estado. Em 2010, a safra de grãos deverá atingir 25,0 milhões de toneladas, com crescimento próximo a 12% em relação a 2009 e representatividade na produção nacional próxima a 17%. Conforme dados do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – LSPA do IBGE, essas estimativas refletem os aumentos esperados nas produções de milho, 31,7%, e de soja, 29,1%, bem como os recuos projetados nas culturas de trigo, 9,0%; de arroz, 12,5%, e de feijão, 7,9%.

Por outro lado, o resultado da balança comercial gaúcha não demonstrou a mesma pujança, tendo em vista a fraca demanda dos mercados internacionais por produtos industrializados, os elevados custos de produção e a valorização da taxa de câmbio. Nesse contexto, as exportações de produtos industriais cresceram apenas 1,6% de janeiro a dezembro, enquanto as importações tiveram um aumento de 40,2% no mesmo período, o que resultou num saldo comercial positivo de US$278 milhões.

Nesse cenário, é relevante observar também que a evolução dos preços apresentou-se bem comportada ao longo do ano, ainda que bem acima dos padrões internacionais, fechando com alta de 0,56% o mês de dezembro e de 5,14% no acumulado do ano, com base no IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo da Região Metropolitana de Porto Alegre.

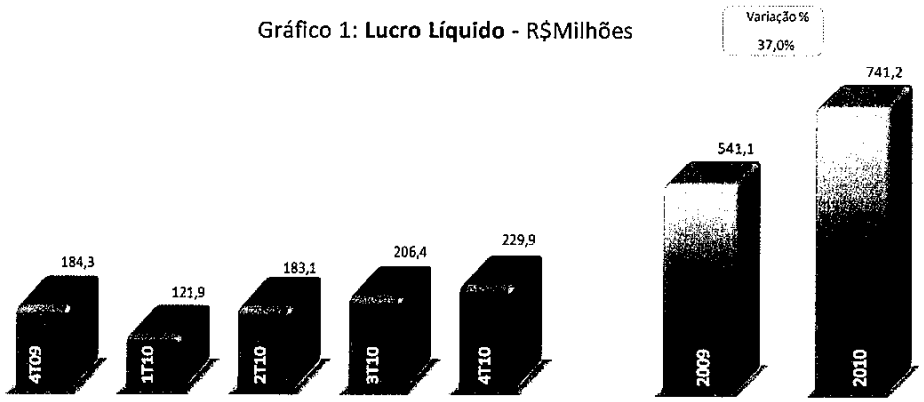
Diante do exposto, entendemos que os principais indicadores revelam o bom desempenho da economia brasileira como um todo, num contexto de expansão consistente, abrangendo a quase totalidade dos setores, o que indica perspectivas bastante favoráveis para o ano de 2011.

Desempenho Consolidado

Lucro Líquido

O Banrisul alcançou lucro líquido de R$741,2 milhões no ano de 2010, R$200,1 milhões ou 37,0% acima do resultado apurado em 2009. É um resultado expressivo e não impactado por eventos não recorrentes. O desempenho reflete a sustentação do crescimento do crédito e a ampliação de serviços prestados pelo Banrisul, entre os quais por meio da expansão da Rede Banricompras. As receitas de crédito cresceram R$636,0 milhões no ano e o incremento de receitas com serviços R$62,3 milhões frente aquelas obtidas em 2009. Os esforços de recuperação de créditos baixados para prejuízo e de redução de despesas também contribuíram significativamente no desempenho. As receitas de recuperação de créditos agregaram R$135,4 milhões ao resultado de 2010, R$47,8 milhões acima do registrado em 2009. E despesas administrativas, excluídas as de pessoal, registraram redução de R$17,3 milhões no último trimestre em relação ao trimestre imediatamente anterior.

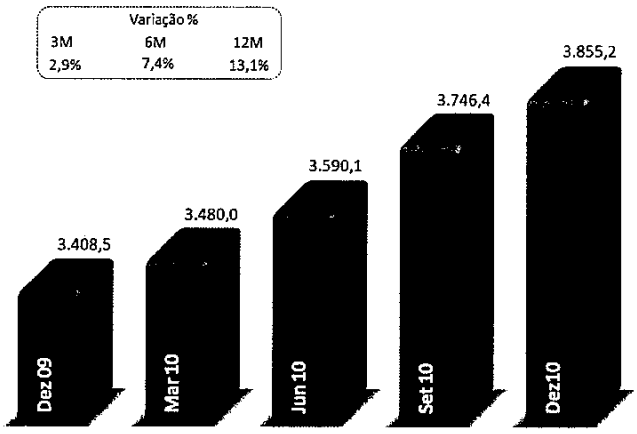
Gráfico 1: **Lucro Líquido** - R$Milhões



Patrimônio Líquido

O Banrisul registrou, em dezembro de 2010, patrimônio líquido de R$3.855,2 milhões. A expansão de 13,1% em um ano tem como origem a incorporação dos resultados gerados, deduzidos os pagamentos e provisionamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio. A rentabilidade sobre o patrimônio líquido médio atingiu 20,4% no exercício de 2010.

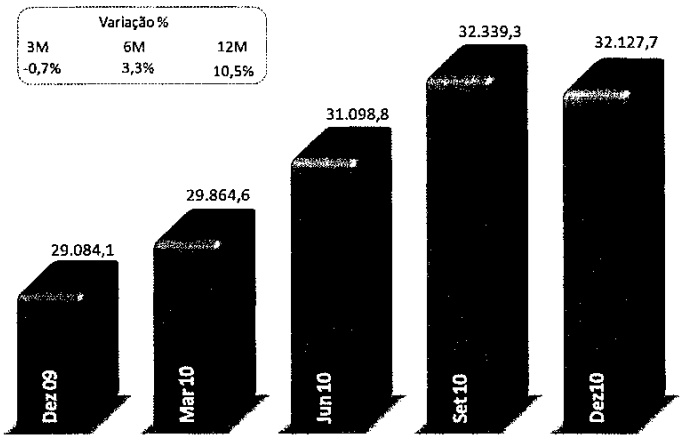
Gráfico 2: **Evolução do Patrimônio Líquido** - R$Milhões



Ativo Total

Os ativos totais alcançaram saldo de R$32.127,7 milhões ao final de dezembro de 2010, com incremento de 10,5% em relação aos R$29.084,1 milhões registrados em dezembro de 2009, motivado pela expansão da captação de depósitos e do Fundo de Reservas de Depósitos Judiciais, no valor de R$2.987,9 milhões. Na composição dos ativos, destaca-se o crescimento do crédito nos últimos doze meses, no montante de R$3.618,9 milhões.

Gráfico 3: **Evolução do Ativo Total** - R$Milhões



Impostos e Contribuições

O Banrisul recolheu e provisionou, no ano de 2010, R$691,8 milhões em impostos e contribuições próprios. Os tributos retidos e repassados, incidentes diretamente sobre a intermediação financeira e demais pagamentos, alcançaram R$540,5 milhões.

Desempenho Operacional

Recursos Captados e Administrados

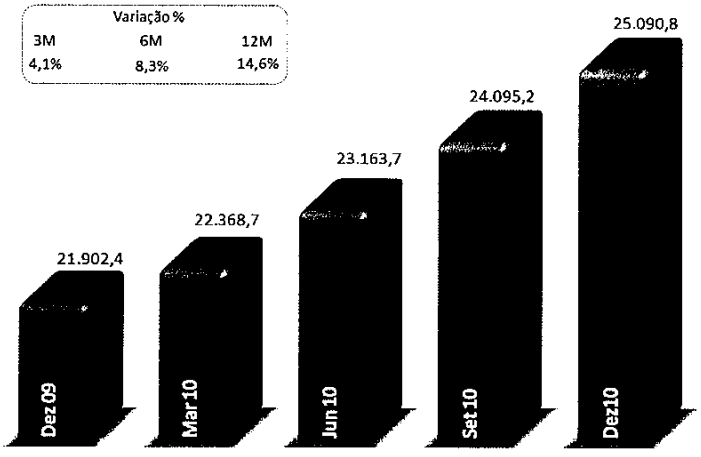
Os recursos captados e administrados totalizaram R$25.090,8 milhões em dezembro de 2010, com incremento de 14,6% ou R$3.188,4 milhões em relação ao mesmo mês de 2009.

Entre os produtos de captação, os depósitos à vista cresceram 79,9% ou R$1.679,3 milhões em doze meses, os depósitos a prazo registraram expansão de 13,5% ou R$1.149,6 milhões em relação a dezembro de 2009 e os depósitos de poupança permaneceram estáveis.

O expressivo crescimento verificado nos depósitos à vista decorre do efeito sazonal de ampliação da renda, bem como em função de alterações promovidas, a partir de outubro de 2010, no produto poupança integrada, que implicaram na desativação do mecanismo de transferência automática dos créditos em conta corrente para a poupança. A migração de recursos de depósitos de poupança para depósitos à vista não refletiu, contudo, em redução do saldo da poupança também pelo efeito da sazonalidade característica de final de ano.

Os recursos de terceiros administrados somaram R$6.037,8 milhões ao final de dezembro de 2010, R$505,2 milhões ou 9,1% acima do valor de dezembro de 2009.

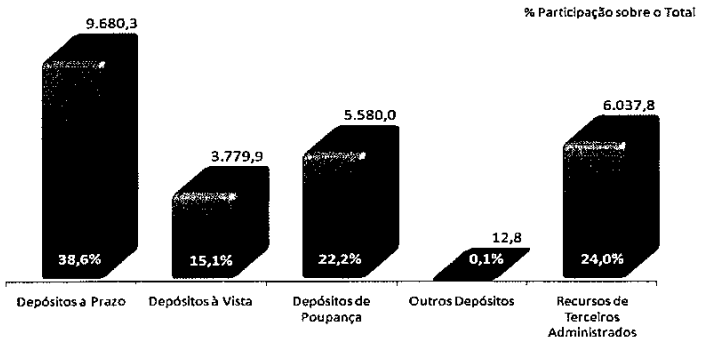
Gráfico 4: **Evolução dos Recursos Captados e Administrados** - R$Milhões



Distribuição dos Recursos Captados e Administrados

A composição dos recursos captados e administrados, ao final do ano de 2010, abrange os depósitos a prazo, principal instrumento de *funding* das operações de crédito, que alcançaram saldo de R$9.680,3 milhões, representando 38,6% do total; os recursos de terceiros administrados, R$6.037,8 milhões, perfazendo 24,0%; os depósitos de poupança, R$5.580,0 milhões e 22,2% de participação e os depósitos à vista, R$3.779,9 milhões, equivalendo a 15,1% do montante total.

Gráfico 5: **Distribuição dos Recursos Captados e Administrados** - R$ Milhões

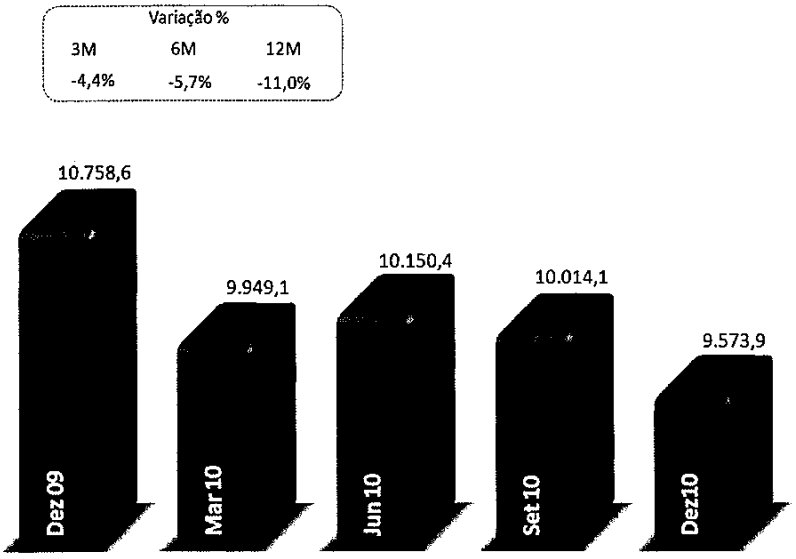


Títulos e Valores Mobiliários

As aplicações em títulos e valores mobiliários apresentaram saldo de R$9.573,9 milhões em dezembro de 2010, com redução de R$1.184,7 milhões em relação ao montante registrado no mesmo mês de 2009. Esse saldo inclui as aplicações interfinanceiras de liquidez e deduz as obrigações passivas de operações compromissadas. O Banrisul priorizou no exercício de 2010 aplicações em ativos de crédito, em função das condições favoráveis presentes no ambiente econômico, da melhor rentabilidade desses ativos em relação às operações de tesouraria, bem como da confortável situação de liquidez da Instituição no período.

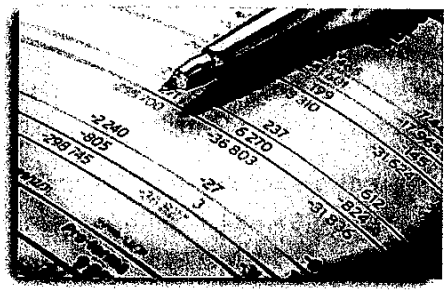
O Banrisul possui capacidade financeira, comprovada através de estudos técnicos desenvolvidos internamente, e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento", conforme disposto no artigo 8º da Circular nº 3.068, de 08.11.2001, do Banco Central do Brasil.

Gráfico 6: **Evolução dos Títulos e Valores Mobiliários*** - R$ Milhões



* Deduzidos de Obrigações Compromissadas.

Operações de Crédito

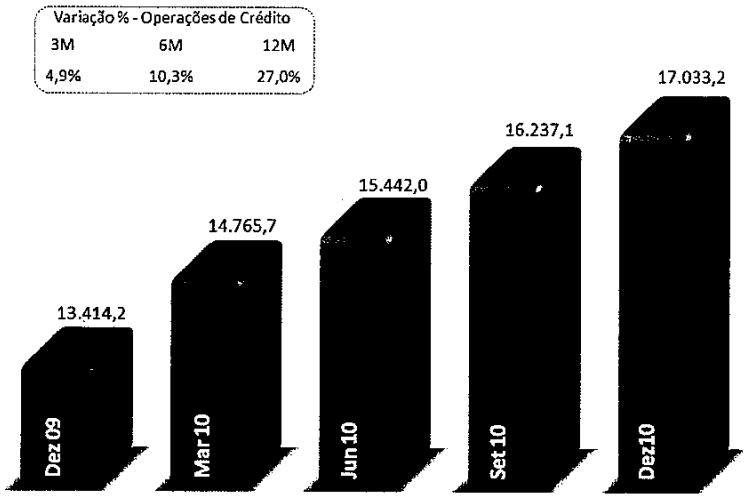


O saldo das operações de crédito do Banrisul totalizou, em dezembro de 2010, R$17.033,2 milhões, com evolução de R$3.618,9 milhões ou 27,0% frente aos R$13.414,2 milhões registrados no mesmo mês do ano anterior. Responsável por 83,5% desse crescimento, a carteira comercial passou de R$10.108,6 milhões para R$13.130,6 milhões, com elevação de R$3.022,1 milhões ou 29,9% em um ano.

Nos últimos doze meses, as demais operações junto ao setor privado tiveram o seguinte desempenho: o crédito imobiliário cresceu R$200,1 milhões ou 18,4%, alcançando saldo de R$1.285,3 milhões; o crédito rural apresentou crescimento de R$264,2 milhões ou 25,9% e registrou saldo de R$1.284,2 milhões; financiamento a longo prazo registrou incremento de R$213,0 milhões ou 42,5%, atingindo R$714,3 milhões; as operações de adiantamento de contratos de câmbio (ACC) e adiantamento de cambiais entregues (ACE) reduziram R$71,2 milhões ou 14,7%, totalizando R$411,7 milhões, e as operações de arrendamento mercantil reduziram R$13,8 milhões ou 14,6%, totalizando R$80,8 milhões. As operações com o setor público atingiram saldo de R$126,1 milhões.

A classificação da carteira por níveis de risco segue procedimentos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil. Em dezembro de 2010, as operações classificadas como Risco Normal, que abrangem os níveis AA até C, somaram R$15.238,0 milhões, representando 89,5% do total da carteira. As operações classificadas como Risco 1, que incluem os níveis D a G, totalizaram R$1.399,3 milhões, compondo 8,2% da carteira. O Risco 2, formado exclusivamente por operações de nível H e que exigem 100% de provisão, totalizou R$395,8 milhões ou 2,3% do total.

Gráfico 7: **Evolução das Operações de Crédito** - R$Milhões

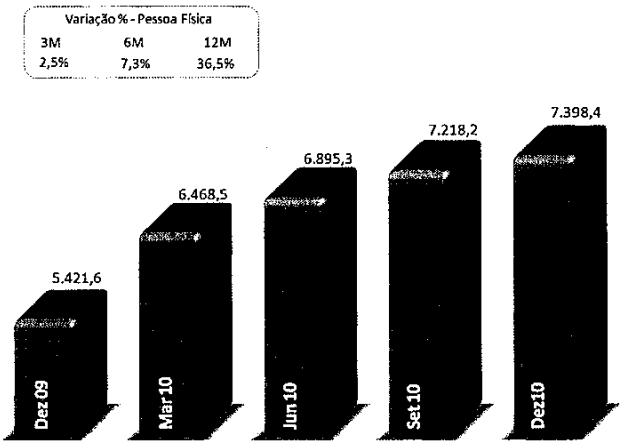


Crédito Comercial Pessoa Física

As operações de crédito comercial destinadas às pessoas físicas totalizaram, ao final de 2010, R$7.398,4 milhões, correspondendo a 56,3% da carteira comercial e a 43,4% do total das operações de crédito. O incremento de R$1.976,8 milhões ou 36,5%, em doze meses, foi, particularmente, alavancado pelas aquisições de carteiras de crédito consignado com coobrigação do cedente.

O crédito consignado próprio alcançou R$3.464,7 milhões em dezembro de 2010, 27,1% acima do saldo registrado no mesmo mês de 2009. As aquisições de carteiras de crédito consignado de outras instituições financeiras somaram R$2.190,2 milhões em dezembro de 2010, com incremento de 62,6% em doze meses. O saldo total de operações consignadas totalizou R$5.654,9 milhões ao final do ano de 2010. A concessão de créditos consignados próprios somou R$2.458,6 milhões em doze meses, distribuídos em 405,5 mil operações.

Gráfico 8: **Evolução do Crédito Comercial – Pessoa Física** - R$Milhões

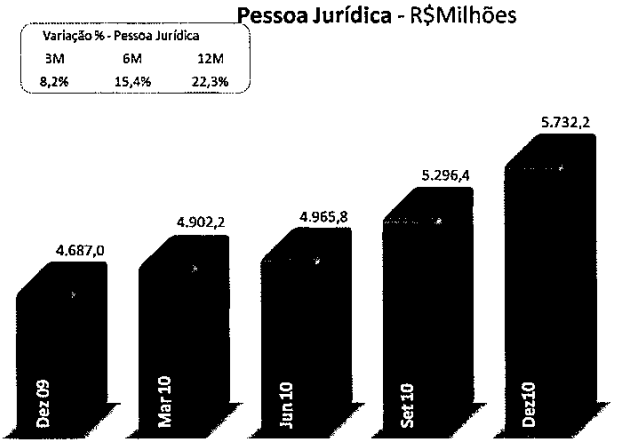


Crédito Comercial Pessoa Jurídica

As operações de crédito comercial pessoa jurídica cresceram R$1.045,2 milhões ou 22,3% e atingiram saldo de R$5.732,2 milhões em dezembro de 2010, respondendo por 43,7% da carteira comercial e 33,7% do total das operações de crédito. As linhas de capital de giro do Banrisul, com saldo de R$4.192,7 milhões em dezembro de 2010, apresentaram evolução de 27,5% em doze meses.

A concessão de capital de giro a hospitais, clínicas e laboratórios totalizou R$45,1 milhões no ano de 2010. Para a área da educação, abrangendo universidades e instituições de ensino, foram alocados R$178,8 milhões no mesmo período.

Gráfico 9: **Evolução do Crédito Comercial – Pessoa Jurídica** - R$Milhões



Agronegócio

No exercício de 2010, o Banrisul ampliou as linhas de agronegócios seja pela extensão da rede de agências no Estado de Santa Catarina, que também passaram a absorver esses financiamentos, seja pela participação em feiras particulares, segmento em que a Instituição até então não atuava, ou ainda pela operacionalização de programas do BNDES e do governo federal já tradicionais.

Nas feiras oficiais, foram fechados 1.074 contratos, totalizando um montante de R$21,3 milhões. A partir de setembro de 2010, o Banco passou a financiar, com recursos da poupança rural, pecuaristas participantes de feiras não oficiais e feiras particulares no Estado do Rio Grande do Sul.

Também foram formalizados 48 convênios de parceria técnica, com empresas e cooperativas para financiar o custeio de lavouras de inverno e verão de produtores cooperativados, no valor de R$114,2 milhões. Os convênios para financiamento de investimento somaram R$14,0 milhões. Foram ainda renovados 36 convênios para prestação de serviços com revendas de máquinas e equipamentos.

No último ano, o Banrisul passou a atender as demandas dos Programas do BNDES de Sustentação do Investimento – BNDES PSI; Programa de Incentivo à Armazenagem para Empresas Cerealistas Nacionais – CEREALISTA e Programa BNDES de Crédito Especial Rural – BNDES PROCER.

No ano de 2010, foram contratadas 37,8 mil operações direcionadas ao agronegócio, que totalizaram a concessão de R$1.063,9 milhões, com crescimento de 31,1% sobre o ano de 2009. Do total concedido, R$924,5 milhões foram direcionados ao custeio rural e R$139,5 milhões para investimentos. O saldo da carteira de crédito rural alcançou R$1.284,2 milhões em dezembro de 2010, 25,9% acima do registrado no mesmo mês de 2009.

Câmbio

O saldo das operações de adiantamento de contratos de câmbio (ACC) e de adiantamentos sobre cambiais entregues (ACE) atingiu R$411,7 milhões em dezembro de 2010. Foram contratadas 23,0 mil operações no ano de 2010, com movimentação de US$1.514,4 milhões, volume 24,4% acima do registrado no ano anterior. As operações de exportação concedidas totalizaram US$729,9 milhões e as de importação movimentaram US$784,5 milhões.

Crédito Imobiliário

Por meio das linhas de crédito imobiliário do Banrisul, no ano de 2010, foram contratadas 5,6 mil operações, que corresponderam à concessão de R$609,7 milhões. Desse montante, R$165,3 milhões foram aplicados em 1.533 aquisições de imóveis usados, R$44,7 milhões em 361 imóveis novos e R$7,7 milhões em 104 imóveis comerciais. À modalidade plano empresário, foram destinados R$279,8 milhões em 2.566 unidades, e na construção individual da casa própria, R$38,5 milhões em 387 residências. A carteira de crédito imobiliário, ao final de dezembro de 2010, registrou saldo de R$1.285,3 milhões, com crescimento de 18,4% sobre o mesmo mês do ano anterior.

A expansão observada no mercado imobiliário nos últimos anos e a experiência do Banrisul nesses financiamentos favoreceram a revisão da política de concessão do crédito. Em 2010, várias medidas foram adotadas com vistas à ampliação dos negócios e à fidelização de pessoas físicas e jurídicas, como a inclusão dessa linha no rol de produtos meta do Banco; a criação de campanhas para captação de financiamentos, com premiação aos empregados angariadores; o estabelecimento de convênios com várias entidades de classe profissional e com cooperativa da construção civil e a instituição do correspondente de crédito imobiliário.

O credenciamento de correspondentes não bancários - empresas do ramo da construção civil, imobiliárias e profissionais autônomos que atuam no ramo imobiliário - para atuarem como parceiros no processo de venda objetiva agregar maior agilidade à operacionalização da contratação enquanto mecanismo de estímulo à expansão dos financiamentos imobiliários.

Financiamento a Longo Prazo

A carteira de financiamento a longo prazo alcançou, no exercício de 2010, o montante de R$714,3 milhões, o que representa incremento de 42,5% em relação ao total de R$501,3 milhões registrado ao final de 2009. Em 2010, foram liberadas 531 operações, totalizando R$227,1 milhões de recursos provenientes do Finame e do BNDES, destinados aos setores público e privado. Desse montante, R$147,6 milhões foram destinados ao setor industrial, totalizando 282 operações; para o comércio e serviços, foram destinados R$40,0 milhões, em 160 novas operações e, R$39,5 milhões ao setor público, somando 89 operações.

Com relação às operações de longo prazo, uma importante realização de 2010 refere-se à adesão do Banrisul às operações do Cartão BNDES. O projeto de atuar como agente do BNDES nas operações com o Cartão, iniciado em 2009, entrou em execução no exercício de 2010. Com funcionalidade semelhante ao cartão de crédito, o Cartão BNDES é um produto direcionado a micros, pequenas e médias empresas para a aquisição de bens e insumos de fornecedores credenciados a expor seu catálogo de produtos no portal de operações do BNDES. O financiamento é contratado de forma automática, com base em limite previamente aprovado pelo Banrisul como agente emissor. Em 2010, o Banrisul desembolsou R$7,6 milhões nessa modalidade de crédito. Os limites aprovados estão na faixa de R$44,6 milhões. Para ano de 2011, estima-se ampliação das vendas do produto, a partir da consolidação da linha como uma alternativa entre às modalidades de financiamento de longo prazo.

Microcrédito

De janeiro a dezembro de 2010, a concessão de microcrédito acumulou R$1.330,5 milhões, montante 10,6% acima dos R$1.203,0 milhões liberados no ano de 2009. As linhas mais utilizadas foram recebíveis banricompras, com R$639,0 milhões em 324,4 mil operações; promicro, com aplicação de R$388,9 milhões em 30,0 mil operações, e conta empresarial, com R$296,0 milhões em 106,0 mil operações.

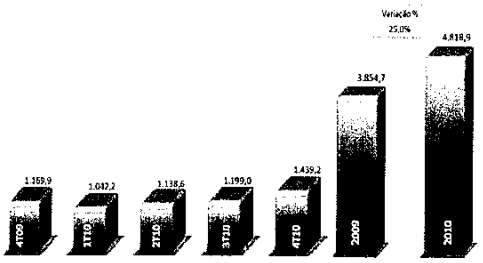
Produtos, Serviços e Canais

A estratégia comercial de produtos, serviços e canais adotada em 2010 priorizou ações mercadológicas ajustadas aos diferentes segmentos com os quais a Instituição se relaciona. Na pessoa física, ênfase especial foi dada ao funcionalismo público estadual, municipal e federal, por meio do programa Professor Digital; ao público jovem, principalmente universitários, foram trabalhados especialmente através das linhas cheque especial e cartão de crédito, e aos beneficiários do INSS, clientes atendidos por meio do Cartão Banricompras INSS, cheque especial, cartões de crédito e outras modalidades de empréstimos. No segmento empresarial, as ações comerciais desenvolvidas em 2010 concentraram-se, preponderantemente, na política de adequação de taxas e prazos e nas operações de giro vinculadas a recebíveis.

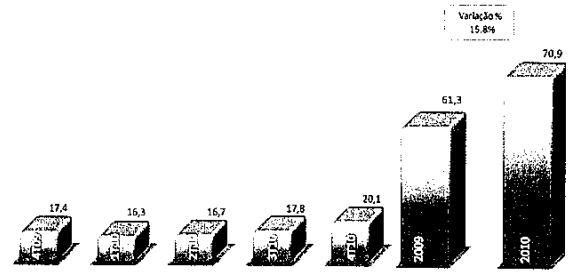
Banricompras

Gráfico 10: **Banricompras**

Movimentação Financeira - R$ Milhões



Quantidade de Transações - Milhões



O Banricompras é uma modalidade de pagamento eletrônico, à vista ou parcelado, que o Banrisul disponibiliza aos seus clientes através do cartão da conta corrente. Entre os benefícios do Banricompras está a segurança da realização de pagamentos sem a utilização de cheque ou dinheiro em espécie, facilidade de acompanhamento das operações pelo extrato da conta, além da possibilidade de antecipação de recebíveis aos lojistas.

A Rede Banricompras contava, ao final de 2010, com 96,3 mil estabelecimentos cadastrados. No exercício de 2010, foram realizadas 70,9 milhões de operações, que movimentaram R$4.818,9 milhões. Se comparados com o ano anterior, os números foram superiores em 15,8% e 25,0% respectivamente.

A abrangência da Rede Banricompras, que opera, desde 2006, com infraestrutura de segurança e domínio do uso do *chip*, permite ao Banrisul preparar-se para disputar o mercado de *acquirer*, recentemente ampliado face à desregulamentação das redes de cartões no Brasil. A separação entre os serviços de captura das transações com crédito, processamento de cartões e serviços de adquirente, até então exclusivos das grandes bandeiras, favoreceu o crescimento dos negócios e criou condições para o compartilhamento das redes e terminais POS.

Os movimentos decorrentes da desregulamentação promovida pelo Banco Central do Brasil entre o final de 2009 até julho de 2010 no mercado de adquirência fez com que as redes de captura se transformassem em um dos principais produtos dos grandes bancos, na medida em que possibilita disputar o domicílio bancário de contas correntes de empresas e consequentemente de operações de crédito com base em recebíveis.

Em agosto de 2010, foi anunciada a parceria firmada entre o Banrisul e a MasterCard para a captura das transações de seus cartões de crédito e débito nos terminais de pagamento da Rede Comercial Banricompras. Os 96,3 mil pontos de venda credenciados da Rede Comercial passaram a operar com o cartão Banricompras e o cartão MasterCard.

Além da busca de licenças para a captura de operações de outras bandeiras, Visa e VerdeCard, o desafio operacional e mercadológico do Banrisul para a ampliação e consolidação dos serviços de adquirente incluiu, ao longo de 2010, o lançamento de campanhas especiais de credenciamento de estabelecimentos, especialmente em locais em que a aderência ao produto é baixa. As campanhas especiais resultaram em 5.865 estabelecimentos cadastrados, tendo os credenciamentos totais, firmados durante o exercício de 2010, alcançado 16.444 empresas.

É importante destacar no que se refere ao Banricompras o desenvolvimento do Cartão Banricompras INSS. Lançado em janeiro de 2010, trata-se de um cartão chipado, que possibilita a realização de saques e pagamentos, à vista, parcelado ou pré-datado. Criado para atender aos aposentados, pensionistas e beneficiários do INSS no Estado, o produto é de fácil utilização e adesão. Foram emitidos mais de 62 mil cartões até dezembro de 2010.

Correspondentes Banrisul

Ao final de dezembro de 2010, o Banrisul contava com 2,1 mil Correspondentes, alternativa disponível aos clientes para prestação de serviços bancários com horário de atendimento flexível. As operações nesse período, 57,9 milhões, movimentaram R$13.799,4 milhões, volume 13,9% acima do registrado em 2009.

O processo tecnológico que sustenta a operação com os Correspondentes foi objeto de mudanças em 2010, incluindo disponibilização de novas versões em WEB, *login* com *chip*, integração de sistemas, inclusão de novos serviços, projeto cuja execução ocorrerá em 2011.

Agência Virtual – *Home e Office Banking*

A Agência Virtual Banrisul realizou 99,7 milhões de operações no exercício de 2010 e movimentou o montante de R$78.658,3 milhões. Em relação ao ano de 2009, a quantidade de transações apresentou crescimento de 21,9%, enquanto o valor movimentado reduziu 23,1%.

Também o *Home Banking* passa a operar, em 2011, com interface e estrutura renovadas para facilitar o acesso e a visualização de serviços, como resultado de projeto implementado, em 2010, abrangendo o desenvolvimento de versões que incorporam acesso por meio de cartão chipado, novas funcionalidades para o DDA - Débito Automático Banrisul, *links* de acesso rápido aos serviços favoritos, *banners* dinâmicos com divulgação de produtos do Banco.

Banrifone e *Call Center* de Agências

O Banrifone e o *Call Center* de Agências são canais de relacionamento por telefone disponibilizados aos clientes do Banrisul. Através do Banrifone, são realizadas consultas a saldos, solicitação de serviços e transações bancárias. No *Call Center* de Agências, as ligações direcionadas às agências integrantes desse modelo de atendimento, são filtradas e, sempre que possível, solucionadas, liberando suas equipes para a realização de negócios. Criado em 2006, esse canal consolida os objetivos de aderência de clientes e racionalização de processos.

Durante o ano de 2010, o Banrifone totalizou 5,2 milhões de acessos no atendimento eletrônico, 590,5 mil atendimentos personalizados e uma movimentação acima de R$217,9 milhões. O *Call Center* de Agências totalizou 1,5 milhão de ligações de pessoas físicas, e apesar desse canal ser mais focado em informações e consultas, a movimentação financeira registrada superou R$19,5 milhões no ano.

Entre os projetos implantados em 2010, citam-se a inclusão da agência sede do Banrisul no *Call Center* de Agências e a parceria estabelecida com outras unidades do Banco, através da realização de contatos ativos, entre os quais se destaca a Campanha Novo Cartão Banrisul com *Chip*, que interagiu com aproximadamente 200 mil clientes do Banrisul.

M-Banking Banrisul

O Banrisul Celular, operacionalidade lançada em 2007 com aplicações de *Internet Banking*, extratos, pagamentos e transferências, não se mostrou funcional, à época, face ao elevado nível de conhecimento necessário para configuração e baixa do aplicativo. Contudo, a combinação de condicionantes internas e externas, como experiência do Banrisul em tecnologia e no *Internet Banking*, a evolução tecnológica dos celulares, a disseminação da conexão Internet nos *smartphones* favoreceram a reconfiguração do serviço.

O *M-Banking Banrisul*, passa a agregar as seguintes funcionalidades: navegação na WEB por *browser*, supressão da necessidade de baixar e instalar o aplicativo, amplo portfólio de serviços, inclusive para localização das agências Banrisul e pontos da Rede Banricompras, cotações de moedas e índices do mercado em geral. O projeto, desenvolvido em 2010, deverá constituir-se em um canal de ampla utilização em 2011.

Cartões de Crédito

Ao final de dezembro de 2010, o Banrisul contava com uma base de 307 mil cartões de crédito nas bandeiras Visa e MasterCard. Com cartões de crédito, a movimentação financeira alcançou R$762,2 milhões, totalizando um volume de 10,3 milhões de transações, 15,1% acima do registrado em 2009. O tíquete médio apresentou crescimento de 6,4% para compras e de 4,1% para saques em doze meses.

O desempenho favorável das principais condicionantes da demanda - emprego, renda e crédito - favoreceu a expansão de operações com cartões em 2010, conjuntura que refletiu na implementação de estratégia de reposicionamento do produto no Banrisul. A partir de outubro de 2010, a Instituição passou a premiar a fidelidade dos clientes portadores de cartões

bandeirados Visa e MasterCard, através do programa BanriClube de Vantagens. Ao aderir ao programa, os clientes acumulam pontos, que podem ser trocados por prêmios, tais como ingressos de cinema, *notebooks* e milhas aéreas. Os resultados do programa já são percebíveis: o tíquete médio de transações, no primeiro mês de campanha, apresentou elevação de 42,6% nas compras.

Outro evento importante relacionado ao mercado de cartões foi a desregulamentação promovida pelo Banco Central do Brasil entre o final de 2009 até julho de 2010 no mercado de adquirência, até então exclusivo das grandes bandeiras. Em agosto de 2010, em linha com as novas condições de mercado, foi anunciada parceria firmada entre o Banrisul e a MasterCard para captura dos cartões de débito e de crédito da bandeira nos terminais da Rede Banricompras. Para as empresas envolvidas, Banrisul e MasterCard, a parceria proporciona novos negócios e o aumento do número de conveniados; para os clientes, a possibilidade de efetuar, numa única máquina, o pagamento eletrônico com qualquer um dos cartões, reconhecidos que são pela segurança e qualidade conferidas por suas administradoras. Por conta desse acordo, foram desenvolvidas três campanhas de vendas para cartões MasterCard, o que elevou para 33% o *share* de participação na base de cartões do Banrisul, contra os 23% de 2009.

Seguros, Previdência e Capitalização

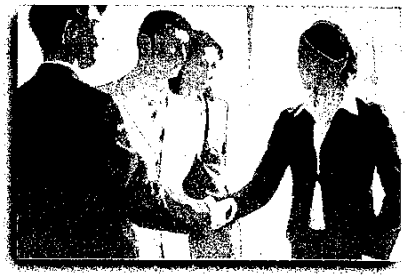
O Banrisul, por meio de acordos comerciais com as empresas Icatu e SulAmérica Seguros, coloca à disposição dos clientes produtos de capitalização, seguros e previdência privada. Durante o ano de 2010, a capitalização somou, em valores de produção, R$5,2 milhões e, de seguros de bens e de pessoas, ultrapassou R$7,3 milhões. No mesmo período, foram entregues cerca de R$12,3 milhões em prêmios aos 9.563 clientes contemplados que possuem seguros de vida e capitalização.

Destaca-se também, a promoção *Volta às Aulas com a Fazendinha Banrisul*, como estratégia para alavancagem das vendas nos meses de março e abril, que premiou clientes que adquiriram títulos do *BanriCap Mais* com *kits* escolares.

No mês de dezembro de 2010, foi assinado o aditivo ao contrato de patrocínio para lançamento, em 2011, do Plano Azul, produto desenvolvido em parceria com o Grêmio *Foot-Ball* Porto Alegrense, que colocará à venda títulos de capitalização. Consiste em um novo modelo de patrocínio que visa à migração gradual de uma estrutura baseada na exposição combinada das marcas das duas empresas.

Ações com o Poder Público

Setor Público Federal



O ano de 2010 foi marcado pelo incremento do número de convênios de folha de pagamento com órgãos públicos federais. A automatização da folha de pagamento de servidores públicos federais civis, através da adesão ao Sistema Integrado de Administração dos Recursos Humanos (SIAPE), permite ao Banco ampliar, cada vez mais, sua atuação no segmento federal.

No ano de 2010, foram concluídas negociações com doze órgãos federais, possibilitando ao Banrisul efetuar o pagamento de proventos de servidores e pensionistas. Entre os novos convênios, citam-se os firmados com as Universidades Federais de Pelotas e de Santa Maria, com os Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal e com as escolas técnicas localizadas no Estado.

O Banco também é agente pagador de folhas de pagamento do Ministério da Defesa, por meio de convênios com os Comandos do Exército, Marinha e Aeronáutica.

Instituto Nacional do Seguro Social

Desde janeiro de 2010, o Banrisul possui a preferência para o pagamento de benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) no Rio Grande do Sul, além de estar habilitado para pagamento nos municípios onde possui agências no restante do País.

A incorporação de mais de 300 mil beneficiários ao longo de 2010 representa expressivo contingente de clientes. Trata-se de um promissor segmento de mercado, em constante crescimento e com hábitos próprios de consumo. A satisfação e fidelização desse público constituiu-se em importante estratégia priorizada no ano de 2010.

Com a assinatura desse contrato e a renovação do contrato anterior para pagamento dos demais benefícios do INSS, o Banco passou a prestar novos serviços para o Instituto e seus beneficiários. Entre os novos serviços prestados inclui-se, a atualização de endereço dos beneficiários, a partir de agosto de 2010, diretamente na rede de agências, sem a necessidade de deslocamento até o Instituto; a oferta gratuita de um Cartão de Identificação de Beneficiário, com o qual o cliente poderá obter descontos em farmácias, cinemas, museus e inúmeros outros estabelecimentos; a disponibilização sem custos adicionais, em todos os canais de atendimento Banrisul, do Demonstrativo de Crédito de Benefícios (DCB), cessando a necessidade de encaminhamento ao INSS, medidas que agregam comodidade a um segmento de pessoas que ocupa cada vez mais o seu espaço no mercado financeiro.

Setor Público Estadual

Programa Professor Digital - A Lei nº 13.310 instituiu o Programa Professor Digital no Estado do Rio Grande do Sul, objetivando oportunizar a aquisição de computadores portáteis - *notebooks* - aos membros do magistério vinculados à Secretaria Estadual da Educação e aos professores da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS).

Objetivando atingir o maior número de servidores, o Banrisul disponibilizou linha de crédito consignada em folha de pagamento, criada especialmente para atender esse programa. Os juros e o IOF incidentes são equalizados pelo Estado do Rio Grande do Sul. Foram adquiridos mais de 50 mil equipamentos, sendo financiados 100% do valor do computador, com prazo de 24 a 36 meses.

Programa Crédito Leitura - Objetivando incentivar a leitura por meio da qualificação e atualização do acervo bibliográfico de escolas da rede pública estadual, foi lançado, pela Secretaria Estadual da Educação, o Programa Crédito Leitura. O Banrisul disponibilizou a solução Banricompras para professores e alunos efetuarem a compra de livros na Feira do Livro de Porto Alegre. Foram beneficiadas 50 escolas da Região Metropolitana de Porto Alegre.

Arrecadação de Tributos e Taxas - O Banrisul é o banco gestor da arrecadação estadual, sendo responsável pelo repasse, aos municípios do Estado, das rubricas do ICMS, IPVA e multas de trânsito. No ano de 2010, foram recebidos 11,4 milhões de documentos das concessionárias de serviços públicos estatais e o valor arrecadado atingiu R$1,2 bilhão. No âmbito da Secretaria da Fazenda foram recebidos 6,8 milhões de documentos, com arrecadação de R$16,8 bilhões.

Poder Judiciário - A parceria entre o Banrisul e o Tribunal de Justiça do Estado resultou no lançamento do Alvará Judicial Automatizado, que representa uma solução inédita adotada no País. Permite o resgate, de forma eletrônica, dos depósitos judiciais automatizados, agregando maior agilidade e aumento do nível de segurança no atendimento das determinações judiciais; qualifica o controle dos processos internos, estando alinhado com a premissa de mitigação dos riscos operacionais e permite também que o advogado já peticione no processo a forma de pagamento do alvará: crédito em conta corrente Banrisul, ordem de pagamento para saque em qualquer agência Banrisul, DOC e TED. Esta nova solução permitirá qualificar os serviços prestados a todos que utilizam os serviços do Poder Judiciário Estadual.

Em 2010, visando incrementar a parceria entre Banrisul e Poder Judiciário, foi firmado convênio de consignação em folha de pagamento, que permitiu a ampliação da oferta de linhas de crédito pessoal e crédito direto ao consumidor (CDC) a todos os servidores e magistrados, ativos e inativos do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul.

Em 2010, foram arrecadados, aproximadamente, 1,5 milhão de documentos referentes à arrecadação de depósitos, custas e taxas judiciais nos mais diversos canais de atendimento do Banrisul.

Setor Público Municipal

Em 2010, foi priorizada a oferta de produtos e serviços para o segmento municipal, com objetivo de garantir e otimizar a receita com arrecadação e a redução de custos operacionais para os municípios, principalmente através das soluções de Gestão de Frotas (Cartão Combustível) e Gestão de Compras Eletrônicas (Pregão Eletrônico). A arrecadação de tributos, taxas e serviços municipais alcançou, no ano de 2010, 5,7 milhões de documentos, com movimentação de R$1,0 bilhão.

No que se refere à captação de recursos, foram realizadas reuniões com os gestores dos Fundos de Previdência Municipais para direcionamento, orientações e enquadramento de suas aplicações financeiras.

Parceria estabelecida com a FAMURS - Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul refletiu no desenvolvimento de seminários de qualificação da gestão pública, em conjunto com o Ministério Público, priorizando capacitação e soluções para os gestores das secretarias municipais de saúde. Também foram buscadas soluções no que se refere à gestão de frotas - Cartão Combustível Refeisul, contemplando os municípios de Santa Maria, Venâncio Aires, Alegrete, Getulio Vargas, Tapera, Santa Rosa, Camaquã, Caxias do Sul, Santo Antônio da Patrulha e Novo Hamburgo.

O Programa Professor Digital foi estendido para todos os municípios do Estado do RS, contemplando membros do magistério municipal vinculados às Secretarias Municipais de Educação. O Programa tem como objetivos auxiliar no desenvolvimento de novas competências no setor de educação para o século XXI, capacitar e instrumentalizar professores e alunos para uma nova concepção pedagógica, tornar o ensino mais atrativo através da adequação dos conteúdos à realidade dos alunos e conjugar esforços entre o poder público estadual e o municipal para oportunizar o acesso às tecnologias de informação e comunicação. Até o final de ano de 2010, aderiram ao programa 39 municípios com um potencial de aproximadamente oito mil operações.

O Banrisul formalizou convênios com diversas prefeituras municipais com o objetivo de instrumentalizá-las para o pagamento do 13º salário. Entre os convênios fechados, destacam-se as prefeituras municipais de Alegrete, Rio Pardo, Santana do Livramento e São Leopoldo, operações que beneficiaram quase cinco mil servidores públicos municipais, em montante superior a R$4,5 milhões.

Pregão Eletrônico

No ano de 2010, as centrais de compras usuárias do Pregão Eletrônico realizaram 22,8 mil certames licitatórios. O volume negociado alcançou R$513,4 milhões, resultando numa economia para os usuários do setor público de 27,7% em comparação ao preço estimado para as compras. Em relação a 2009, o volume negociado apresentou crescimento de 47,9%.

O Banrisul, enquanto usuário desse sistema, realizou 487 certames, no montante de R$105,3 milhões, o que representa uma economia para o Banco de 39,8%. O percentual de economia corresponde à diferença entre o valor médio apurado para a licitação em relação ao menor lance no final de cada certame.

O ano de 2010 foi marcado por inovações no portal de compras, dentre as quais estão à habilitação via sistema, permitindo ao usuário decidir se solicita ou não a documentação via *on line* e o recurso administrativo por meio eletrônico contra atos do pregoeiro.

Em conjunto com a Central de Compras do Estado (CECOM) e a área de gerenciamento comercial do Portal de Compras Eletrônicas do Banrisul, foi realizado, ao longo do ano de 2010, cursos de aperfeiçoamento e apresentações de novas funcionalidades do sistema para cerca de 200 pregoeiros e equipes de apoio das secretarias e empresas públicas do Estado.

A extensão do uso do Pregão Eletrônico contemplou, também, visitas a 42 prefeituras, 8 câmaras municipais, 8 empresas estatais e 10 outras instituições entre as quais hospitais e universidades em diversos municípios do interior do Estado do Rio Grande do Sul. Foram treinados cerca de 60 novos usuários no sistema de compras eletrônicas entre pregoeiros e equipes de apoio.

Marketing

O Banrisul opera no contexto regional e mantém estratégia de oferecer serviços financeiros completos de atacado e varejo aos seus clientes. A Instituição se tornou, nos últimos anos, uma referência entre os bancos brasileiros ao superar a falsa contradição entre eficiência e empresa pública. Lucrativo, utilizando o que existe de mais moderno em tecnologia da informação, respeitado no exterior e consciente do compromisso com a sustentabilidade, o Banco tem sido agraciado com inúmeras distinções, reconhecimentos que reforçam a ampliação do *share*, a competitividade dos negócios e o fortalecimento da imagem e da tradição da Instituição.

No exercício de 2010, o processo de gestão das atividades de marketing foi objeto de profundas mudanças no Banrisul. A Instituição necessitava integrar e alinhar as ações de marketing ao modelo de gestão implementado em 2007, bem como estabelecer e aprimorar políticas e mecanismos de controle. Esse projeto exigiu a conjunção de esforços da Diretoria Executiva, dos Conselhos da Instituição e do corpo técnico para a reconfiguração, em curto espaço de tempo, de diretrizes, estrutura organizacional, processos e ferramentas que permitam consolidar e expandir a percepção de valor da marca Banrisul junto aos públicos com os quais se relaciona: comunidade, clientes, investidores, colaboradores, parceiros, órgãos reguladores, dentre outros.

E tal esforço resultou na revisão dos pilares de posicionamento do Banco no mercado, direcionamento de campanhas e publicidade em linha com segmentos de negócios nos quais a Instituição detém *expertise* e possibilidades de diferenciação em relação aos concorrentes, ferramentas de decisão que permitam a partir da ampliação do escopo de visão avaliar e ajustar rotas de desempenho.

Em termos práticos, o esforço de revisão das ações de marketing teve como desdobramentos a instituição do Comitê de Marketing, que passa a responder pela deliberação e

acompanhamento da estratégia; alterações nos mecanismos de contratação de agências de publicidade, mediante mudanças no estatuto da Instituição; revisão dos contratos vigentes; renovação de contratos de patrocínios aos grandes clubes esportivos do Estado, ações já em linha com as políticas de reposicionamento de nichos e de produtos traçada na estratégia comercial; alteração de mecanismos e critérios de avaliação de produtos e serviços, eventos e mídias, reconfiguração de processos e da estrutura responsável pela condução das atividades de marketing.

O Banrisul orgulha-se da relação de proximidade que construiu com seus públicos ao longo de sua história e, ao mesmo tempo, está ciente da responsabilidade e do esforço que representa manter esse diferencial em relação às outras instituições que operam no mercado regional. O compromisso está em agregar continuamente racionalidade econômica às decisões tomadas, como principal forma de ampliar a sensação percebida pelos clientes de "estar em casa" ao utilizarem o Banco.

Modernização Tecnológica

As ações na área de Tecnologia da Informação têm como um dos principais focos garantir segurança tanto para os clientes quanto para a estrutura interna do Banco. Esforços contínuos são direcionados ao estudo e avaliação do que existe de mais moderno e eficiente no mercado. É isso que tem possibilitado ao Banrisul tornar-se referência em TI no âmbito nacional e internacional.

O processo de Gestão de Riscos de TI inclui a identificação, análise, avaliação e o tratamento dos riscos de Tecnologia da Informação, com o objetivo de identificar quais pontos merecem maior atenção e cuidados de segurança, além de auxiliar o ambiente de operação na priorização de suas iniciativas e atividades, proporcionando inovações e o aumento dos níveis de eficiência tecnológica.

Os investimentos em *hardware*, *software* e manutenção de bens totalizaram R$190,9 milhões no exercício de 2010. Esses recursos incluem investimentos em infraestrutura, arquitetura geral de sistemas e segurança da informação, práticas que se desenvolvem de acordo com as definições estratégicas de governança, risco e *compliance* da Instituição, além de gastos com obras de engenharia e de infraestrutura patrimonial.

Os projetos de infraestrutura de TI do Banrisul estão alinhados com premissas de simplificação, gerenciamento do ambiente, continuidade dos negócios e racionalização de custos. Dentre os projetos implementados ao longo de 2010, incluem-se: virtualização e contingenciamento de servidores, projeto que agrega funcionalidades de replicação e continuidade, diminuição de custos de energia, dissipação de calor e espaço físico nos CPDs; automação do processo de

continuidade da plataforma OPEN utilizando o SRM *Site Recovery Mannager*; implantação de novo ambiente de *Storage* para plataformas *Windows, Unix* e *Linux* com replicação síncrona entre os *sites* do Banco, possibilitando a consolidação das tecnologias de armazenamento corporativo nessas plataformas; além da aquisição de servidores tipo *Blade Servers* para atuar como base de processamento dos sistemas virtualizados.

As atividades relacionadas às áreas de segurança incluem esforços contínuos na monitoração e proteção dos canais. Os projetos de criptografia, certificação digital e de definições de segurança, entre outros, demandam também esforço em ações de cultura e conscientização, através da divulgação de orientações aos colaboradores e clientes, como forma de manter a segurança da informação.

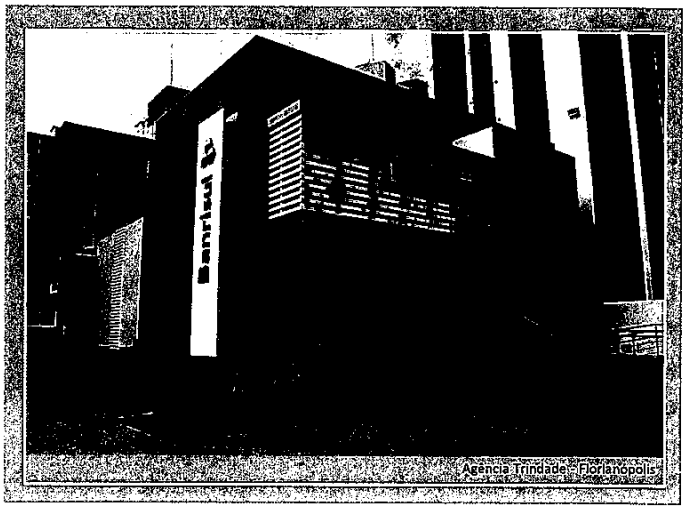
Entre os principais projetos e realizações de 2010 destaca-se a segurança dos canais eletrônicos. A ampliação do nível de segurança da Rede Banricompras evoluiu pela adoção do padrão PCI - *Payment Card Industry*, que orienta as melhores práticas de segurança de dados em operações eletrônicas de pagamentos com cartões de débito e crédito. Nos terminais de autoatendimento, foram testadas e implementadas novas soluções de segurança, garantindo maior proteção e redução de perdas. Na *Internet Banking*, foram realizadas melhorias nos processos de monitoração das transações, além do estudo de tecnologias de autenticação (*smart cards, tokens*) para aumentar a segurança no acesso pelos clientes Banrisul.

Outro destaque de 2010 diz respeito aos projetos de Certificação Digital e Criptografia. Foi ampliado o uso de Certificação Digital em *smart cards* para os produtos e aplicações de automação bancária e verificação digital de documentos eletrônicos, proporcionando maior segurança, controle do acesso e minimização do risco operacional. A implantação da nova Autoridade Certificadora (AC) dentro da cadeia de certificação Banrisul, para emissão de certificados digitais voltados à autenticação de computadores externos, como no caso dos Correspondentes Bancários, utiliza uma infraestrutura de chaves públicas que segue os padrões e tendências do governo brasileiro.

Entre os eventos dos quais o Banrisul participou em 2010, destacam-se: *CardWare* 2010 (Canadá); Simpósio Operacional de Combate a Crimes Eletrônicos IV (SP); *Websense* – Proteção de Informação em *Gateway* Seguro (RS); RSA *Conference* (EUA); Seminário Prevenção de Fraudes na Compensação de Cheques por Imagem; Seminário de Segurança Bancária; reunião CIAB e CNAB Febraban (SP); reunião no Conselho PCI (Reino Unido); reunião da Subcomissão de Certificação Digital em conjunto com a GT (SP); reunião Pré-CIAB 2010 (SP); Fórum Segurança - CARDS 2010 (SP) e Fórum CIAB 2010; *FST Summit - Financial Services Technology - Latin America Summit* (México).

O Banrisul coordenou, também em 2010, as ações para a realização do 3º Fórum Internacional de TI, que reuniu especialistas nacionais e internacionais, em apresentações que tiveram como foco o cenário atual e as perspectivas na área de segurança nos meios de pagamento.

Rede de Atendimento Banrisul

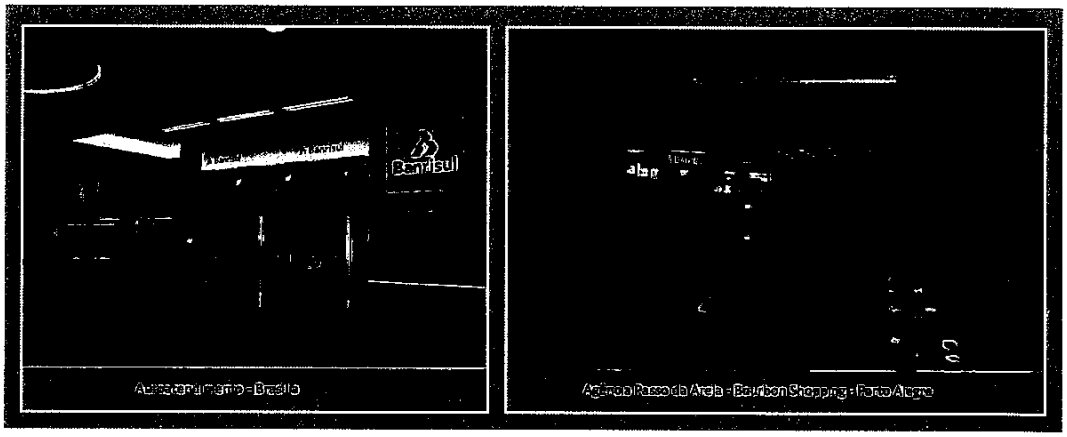


A Rede de Atendimento Banrisul atingiu, em dezembro de 2010, 1.230 pontos, distribuídos em 437 agências, sendo 397 no Rio Grande do Sul, 23 em Santa Catarina, 15 em outros estados brasileiros e duas no exterior, em Nova Iorque e *Grand Cayman*, além de 278 Postos de Atendimento Bancário e 515 Pontos de Atendimento Eletrônico. No Rio Grande do Sul, o Banco está presente em 411 municípios, que abrangem 98% da população e do PIB do Estado.

No exercício de 2010, o Banrisul inaugurou quatro novas agências, uma no Rio Grande do Sul e três em Santa Catarina. Entre aberturas e fechamentos, o saldo é de 63 pontos adicionais de atendimento nos últimos doze meses.

O projeto de expansão em Santa Catarina tem sido bem-sucedido. O mercado catarinense surpreendeu com boa aceitação, havendo espaço para a instalação de novos pontos, entre os quais cinco agências que deverão abrir em 2011.

A Rede de Atendimento Banrisul ganha fôlego não apenas pela abertura de novos pontos, mas também pela mobilização de pontos eletrônicos, de estruturas e de pessoas para a região litorânea no período de férias. O Projeto Verão 2010/2011 envolveu a movimentação de 48 empregados para reforço do atendimento nas agências localizadas em praças de grande movimentação, firmou parceria com o *Call Center,* para atuação preventiva no encaminhamento de eventuais falhas nos terminais de autoatendimento alocados no litoral e exigiu, ainda, operação de negociação e instalação de terminais POS em estabelecimentos comerciais, com vistas à ampliação das modalidades de pagamento aos clientes em férias no litoral.



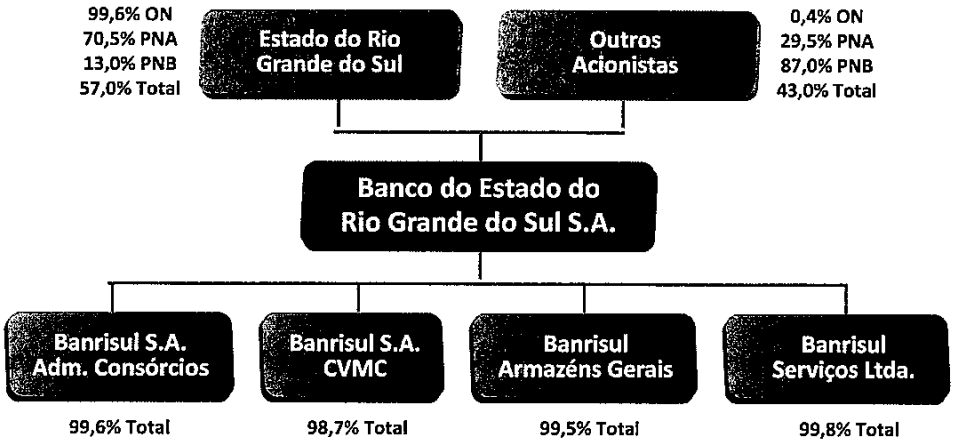
Recursos Humanos

O quadro de empregados do Banrisul somava, ao final de dezembro de 2010, 9.345 empregados e 2.065 estagiários. No ano de 2010, foram contratados 627 novos empregados, oriundos do concurso público 01/2009-2, realizado no início de 2010, para o cargo de Escriturário.

Os cursos oportunizados pelo Banrisul ao quadro de empregados, em 2010, somaram 804, dos quais participaram 9,3 mil empregados. O investimento em capacitação profissional totalizou R$8,9 milhões, dos quais se destaca, entre os principais, R$437,5 mil foram direcionados a programas de graduação, R$770,5 mil a programas de pós-graduação e R$331,0 mil em cursos de idiomas.

Em 2010, ocorreu importante desdobramento do modelo de gestão implementado no Banrisul em 2007 que se refere à qualificação de pessoas. Trata-se da preparação do quadro para a sucessão de funções gerenciais. Em julho de 2010, foi deflagrado o Programa de Gestão Continuada, objetivando o desenvolvimento de conhecimentos e habilidades técnicas, valores e atitudes nos empregados para o exercício da gestão bancária, qualificação compatível com o perfil de competitividade do mercado bancário. Formatado em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o MBA em Gestão Bancária conta com a participação de cerca de 300 empregados do Banco.

Empresas Controladas



Banrisul S.A. Administradora de Consórcios - A Banrisul Consórcios administra grupos de consórcios para a aquisição de imóveis, automóveis e motocicletas. A empresa encerrou 2010 com 23.382 cotas ativas, totalizando R$605,7 milhões em volume de cartas de crédito, com crescimento de 32% no montante de créditos alocados. A quantidade de cotas vendidas nesse ano foi de 6.487 e volume de crédito de R$186,2 milhões. Ocorreram 4,0 mil contemplações, representando a distribuição de R$87,5 milhões na economia para a aquisição de bens de consumo. O lucro líquido da Banrisul Administradora de Consórcios foi de R$11,5 milhões em 2010.

Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio - A Banrisul Corretora intermediou R$1.564,3 milhões no mercado acionário durante o ano contábil de 2010, volume 51,2% superior ao registrado no ano de 2009. Do total de operações, R$660,1 milhões ou 42% foram efetuadas via *Home Broker*. O lucro líquido acumulado em 2010 totalizou R$11,0 milhões.

Banrisul Armazéns Gerais S.A. - A Banrisul Armazéns Gerais, permissionária da Receita Federal na prestação de serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias, atua no ramo de armazéns gerais e como porto seco. A Empresa encerrou o ano de 2010 com lucro líquido de R$1,1 milhão.

Banrisul Serviços Ltda. - A Banrisul Serviços opera na Região Sul do País nos segmentos de tíquete e cartões refeição, alimentação, combustível, presente, *private label* e benefício. Ao final de dezembro de 2010, a Empresa contava com mais de 55 mil pontos credenciados para atender cerca de 350 mil usuários de 5 mil empresas conveniadas. No âmbito do Programa de Alimentação ao Trabalhador (PAT), a Banrisul Serviços disponibiliza o PAT para cerca de 30% do total dos beneficiados no Rio Grande do Sul. No ano de 2010, a Banrisul Serviços acumulou lucro de R$13,9 milhões.

Governança Corporativa

Visão Geral

Desde julho de 2007, listado no Nível 1 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, o Banrisul atende os requisitos do seu nível de listagem e, em linha com as melhores práticas de mercado, também as exigências dos demais níveis de Governança Corporativa, conferindo-lhe maior transparência, equidade e adequada prestação de contas, reforçando sua credibilidade e o interesse de investidores e clientes.

Os Conselhos de Administração e Fiscal do Banrisul são multidisciplinares, integrados por membros com formação em diversas áreas, tais como economia, administração de empresas, direito, engenharia e contabilidade. Visando ao aprimoramento das boas práticas de governança corporativa, os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal foram certificados ou encontram-se em processo de certificação no IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.

O mês de abril de 2010 marca importante evento de ordem administrativa ocorrido no Banrisul: a substituição de dirigentes da Instituição. Mateus Affonso Bandeira sucedeu Fernando Guerreiro de Lemos na Presidência do Banco. Também os diretores das áreas Financeira, de Crédito e Administrativa foram substituídos. Com a saída de Ricardo Richiniti Hingel, Urbano Schmitt e Luiz Valdir Andres foram nomeados para os cargos executivos empregados de carreira do Banrisul: Marinês Bilhar, como Diretora Comercial, e Bruno Fronza, como Diretor de Crédito. Além disso, César Antônio Cechinato deixou o cargo de Presidente da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios e assumiu como Diretor Administrativo.

Estrutura da Governança Corporativa no Banrisul

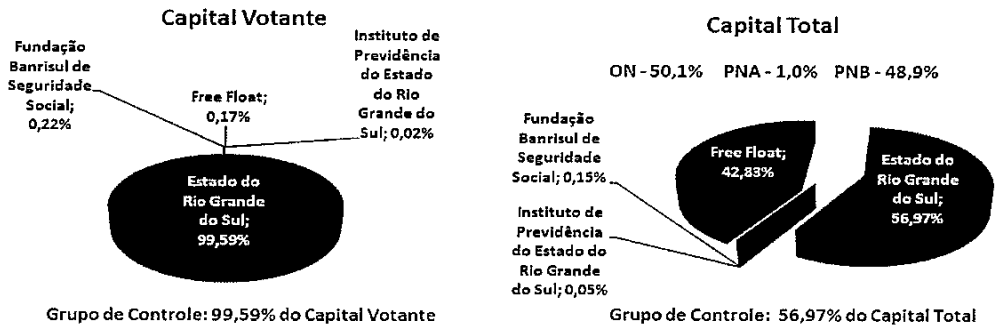
A estrutura da Governança Corporativa no Banrisul é composta pela Diretoria e Comitês, Conselhos de Administração e Fiscal e Comitê de Auditoria, conforme descrito abaixo:

- **Diretoria e Comitês:** a gestão do Banrisul é conduzida pela Presidência e Diretorias, auxiliadas por órgãos de relevância estratégica, atuando em forma de comitês compostos por empregados titulares de diversas áreas do Banco.
- **Conselho de Administração:** responsável pelo estabelecimento das políticas gerais de negócios, incluindo a estratégia de longo prazo, é composto por, no mínimo, cinco e, no máximo, nove conselheiros, obrigatoriamente acionistas do Banco, dos quais pelo menos vinte por cento deles são independentes, com mandato unificado de dois anos.
- **Comitê de Auditoria:** ligado ao Conselho de Administração, é composto por três membros, dos quais pelo menos um com comprovados conhecimentos nas áreas de contabilidade e auditoria, para mandato de um ano, renovável por igual período, mediante prévia autorização do Banco Central do Brasil.
- **Conselho Fiscal:** responsável pela adequação das atividades gerenciais com os deveres estabelecidos pelo Estatuto Social do Banrisul, é composto por cinco membros efetivos, um deles escolhido pelos acionistas preferencialistas, e cinco membros suplentes, para mandato de um ano.

Estrutura Acionária

O acionista controlador, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, detém controle sobre a eleição do Conselho de Administração, a direção do Banrisul e suas operações. Contudo, o Banco apresenta dispersão acionária superior à exigida pelo Nível 1 de Governança Corporativa: 42,8% do total das ações do Banco são de titularidade de acionistas sem vínculos com a Instituição, enquanto que o mínimo exigido é de 25%. A estrutura acionária está apresentada a seguir.

Gráfico 11: **Estrutura Acionária**



Política de Comunicação/Transparência: Relações com Investidores

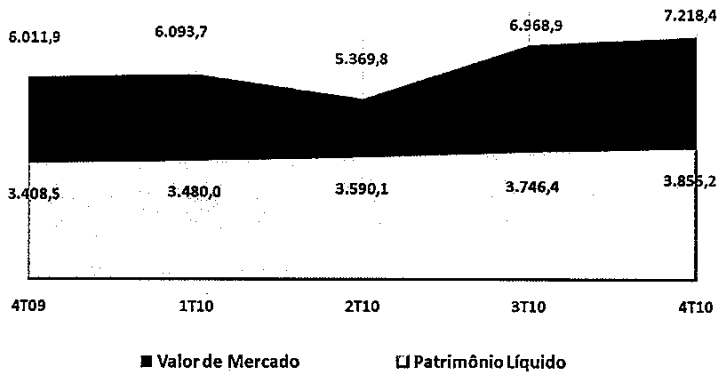
A relação transparente com clientes e investidores é fundamentada na permanente comunicação com o mercado e na disseminação de dados e informações que permitam maior e oportuno conhecimento sobre os negócios do Banco.

O *site* de Relações com Investidores do Banrisul, em língua portuguesa e inglesa, disponibiliza informações para acionistas, investidores institucionais, pessoas físicas, analistas de mercado e demais interessados, mantendo comunicação ágil e equânime com os vários públicos com os quais interage.

As atividades de relacionamento com investidores refletem-se no volume de negócios dos ativos mobiliários do Banrisul. Ao final do mês de dezembro, a ação PNB (BRSR6) estava listada na 82ª posição dentre as 100 ações mais negociadas na Bovespa (79ª posição em 12 meses).

O valor de mercado do Banrisul, em dezembro de 2010, representado pelo total de suas ações multiplicado pela cotação de fechamento da ação PNB, foi 87% superior ao patrimônio líquido no mesmo período.

Gráfico 12: **Valor de Mercado X Patrimônio Líquido** - R$ Milhões



A distribuição geográfica por quantidade de acionistas e de ações do Banrisul representadas por faixas de ações está demonstrada na tabela abaixo.

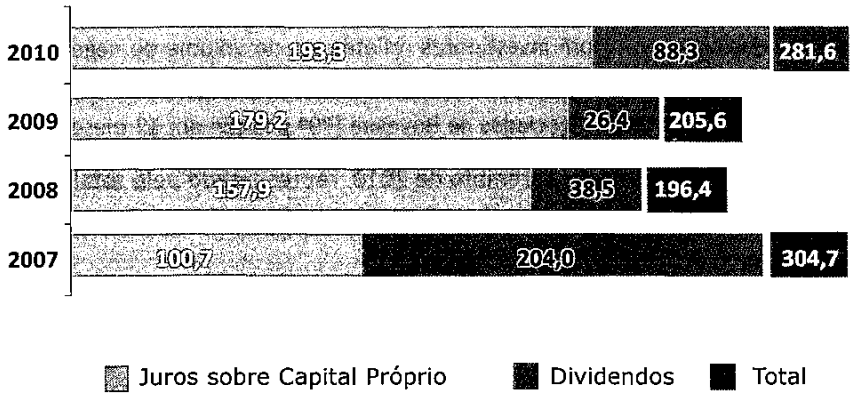
REGIÃO	ACIONISTAS	%	AÇÕES	%
BRASIL	55.627	98,99%	246.191.188	60,20%
EUROPA	212	0,38%	91.050.826	22,26%
AMÉRICA DO NORTE	254	0,45%	53.434.720	13,07%
AMÉRICA DO SUL	9	0,02%	1.334.503	0,33%
ÁSIA	59	0,10%	13.663.405	3,34%
OCEANIA	21	0,04%	1.714.855	0,42%
AMÉRICA CENTRAL	14	0,02%	1.489.980	0,36%
ÁFRICA	1	0,00%	95.000	0,02%
TOTAL	**56.197**	**100,00**	**408.974.477**	**100,0%**

Política de Distribuição de Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos

O Banco mantém, desde o início de 2008, política de pagamento trimestral de juros sobre o capital próprio e, historicamente, tem remunerado os seus acionistas com pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos superiores ao mínimo exigido.

Durante o ano de 2010, deduzidos de imposto de renda na fonte, foram pagos e/ou provisionados R$281,6 milhões a título de juros sobre o capital próprio e dividendos.

Gráfico 13: **Distribuição de Resultados** - R$ milhões



Controles Internos e *Compliance*

O Banrisul está continuamente aprimorando o seu sistema de controles internos, face à complexidade dos serviços e produtos ofertados e à crescente demanda por parte da clientela. Com a implantação de políticas, procedimentos, normas e ferramentas de monitoramento, a Instituição busca assegurar a existência de conformidade com leis e regulamentos, prevenir e reduzir riscos inerentes às atividades exercidas no seu campo de atuação.

A política de controles internos estabelece diretrizes que procuram reforçar, periodicamente, o alinhamento do sistema de controles internos com os objetivos fixados pela Instituição relacionados às estratégias globais do negócio e às demais políticas institucionais. Da mesma forma, as atividades de controles são avaliadas sistematicamente assegurando a observância de parâmetros estabelecidos nas regulamentações emitidas pelas autoridades fiscalizadoras, auditoria interna e auditoria externa.

A disseminação da cultura de controles e a manutenção de um ambiente ético são garantidas por um conjunto de normas, regulamentos e códigos que orientam os colaboradores a incorporarem em suas atividades os valores e princípios éticos da Organização.

Prevenção à Lavagem de Dinheiro – PLD

O Banrisul adota processos e sistemas específicos de prevenção, com a finalidade de assegurar que suas atividades sejam conduzidas em ambiente de controles adequados à prevenção de riscos relacionados ao crime de lavagem de dinheiro.

Atento à legislação e às novas normas dos órgãos reguladores, o Banrisul busca, constantemente, adequar-se aos novos procedimentos exigidos, como em atendimento à Circular nº 3.461 de 24.07.2009, Carta-Circular nº 3.430 de 11.02.2010 e Circular nº 3517 de 07.12.2010 do Banco Central do Brasil.

Nesse contexto, a Instituição mantém investimento em treinamento contínuo para os funcionários que desempenham as atividades na área de prevenção à lavagem de dinheiro, bem como para **empregados** da rede de agências e novos empregados, a fim de reforçar as melhores práticas de controles internos.

Gestão de Riscos

A gestão de riscos é ferramenta fundamental para uma instituição financeira. No Banrisul, essa atividade procura alinhar as atividades do Banco aos padrões recomendados pelo Novo Acordo de Capitais – Basileia II, com vistas à adoção das melhores práticas de mercado e à maximização da rentabilidade dos investidores, a partir da melhor combinação possível de aplicações em ativos e uso de capital requerido. São processos contínuos nesse escopo, o aprimoramento sistemático de políticas de risco, sistemas de controles internos e normas de segurança integrados aos objetivos estratégicos e mercadológicos da Instituição.

Risco de Crédito

A estrutura de avaliação de risco de crédito do Banrisul está alicerçada no princípio de decisão técnica colegiada. A Instituição opera com diferentes alçadas de concessão de crédito que abrangem desde a extensa rede de agências, até as esferas diretivas e os comitês de risco e crédito da Direção-Geral, processo que garante uma oferta de crédito baseada em limites tecnicamente predefinidos, bem como a gestão da exposição que a Instituição esteja disposta a incorrer com cada cliente, pessoa física ou pessoa jurídica.

Paralelamente ao processo de deferimento de crédito, a adoção de ferramentas de escoragem oportunizou a concessão de limites previamente aprovados à pessoa física, em função das classificações de risco previstas nos modelos estatísticos, metodologias conceitualmente atrativas para manejo com crédito massificado.

Para operações com pessoas físicas, o estabelecimento de limite de crédito é efetuado com base no risco cliente, mediante utilização de modelos estatísticos *Credit Score* e *Behaviour Score*, observados os diferentes perfis de clientes e enquadramento de renda. Para operações com pessoas jurídicas, a base da política de crédito é a definição do limite de risco por cliente.

Os comitês de crédito das agências podem definir operações e limite de risco para os clientes pessoa jurídica até o limite de suas respectivas alçadas. Os comitês de crédito e de risco da Direção-Geral definem operações e limite de risco para clientes em alçadas superiores às definidas pelos comitês de crédito das agências. A Diretoria Executiva aprova operações específicas e limites de risco de operações em montantes que não ultrapassem 3% do patrimônio líquido. Operações acima desse limite, são submetidas à apreciação do Conselho de Administração.

Os comitês de crédito das agências podem autorizar limite de risco e operações de crédito até os limites de sua alçada, estabelecidas de acordo com a categoria de cada agência. Para os limites de risco concedidos dentro das alçadas dos comitês de crédito das agências, o prazo máximo de validade é de até 180 dias. A Diretoria Executiva e os Comitês de Risco I e II podem conceder limite de risco com prazos de até 360 dias, sendo após esse prazo renovados, bem como definir percentual maior para garantias fidejussórias. O limite de risco pode ser cancelado durante o prazo de vigência, desde que constatado algum fato relevante em detrimento do cliente. Os limites de alçada para os comitês de crédito e de comitês de risco são revisados periodicamente.

Para o segmento *corporate,* o Banco adota estudos técnicos efetuados por área interna de análise de riscos que avalia as empresas sob o prisma financeiro, de gestão, mercadológico e produtivo, além dos contextos relativos aos cenários macroeconômicos e setoriais. A gestão da exposição ao risco de crédito tem como diretriz postura seletiva e conservadora da Instituição, seguindo estratégias definidas pela Diretoria Executiva.

A contínua e crescente implementação de metodologias estatísticas para avaliação de risco de pessoas físicas e jurídicas e a parametrização de políticas de crédito e de regras de negócios, aliada à otimização dos controles sob as informações cadastrais através de um modelo de certificação intensificaram e fortaleceram as avaliações no último ano.

O cronograma de ações instituído pelo Banrisul para melhorias na gestão do risco de crédito está consoante ao exigido pela autoridade monetária. A complexidade desse processo exige permanente aprimoramento da gestão, qualificação e atualização dos profissionais da área, investimentos em sistemas e melhoria de processos internos.

A gestão eficaz da exposição ao risco de crédito do Banrisul permite a continuidade da expansão da carteira de crédito com agilidade e segurança. Para o próximo ano, a meta é continuar avançando na consolidação de modelos proprietários de classificação de risco e contemplar a avaliação de risco à pessoa jurídica como base para manter o crescimento da carteira de crédito.

Risco de Mercado

O risco de mercado surge devido a oscilações de mercado que podem acarretar em perdas para a instituição. Essas oscilações podem ocorrer nos preços de ativos e passivos financeiros ou em variáveis determinantes desses, como, por exemplo, taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços, etc.

O risco de taxa de juros surge como resultado da precificação de ativos e passivos em diferentes momentos, mudanças inesperadas na inclinação e na forma (*shape*) das curvas de juros (*yield*) e mudanças na correlação de taxas de juros entre os diversos instrumentos financeiros. Ocorre a exposição ao risco de variação da taxa de juros quando há um descasamento entre as taxas de juros praticadas nas operações ativas e a taxa de juros de mercado, que remunera as operações passivas.

O gerenciamento da sensibilidade às taxas de juros é um componente fundamental da política relativa a ativos e passivos da instituição. A sensibilidade às taxas de juros decorre da exposição ao risco de movimentação das taxas praticadas nas operações passivas, em relação às taxas de juros praticadas pelo mercado, que remuneram as operações ativas. A estrutura de precificação está equilibrada quando um mesmo volume de ativos e passivos vence ou é renovado simultaneamente.

Qualquer descasamento entre a receita dos ativos e o custo dos passivos é conhecido como *gap* de posição. A sensibilidade à exposição da taxa de juros decorre da estrutura da carteira e dos diferentes fatores de risco que a compõem, sendo que oscilações significativas podem ocorrer a qualquer momento, influenciadas pelas forças de mercado.

O Banrisul monitora o risco de mercado através da utilização de metodologias estatísticas, dentre elas, Valor em Risco (VaR) e Testes de Sensibilidade, as quais buscam simular e determinar os níveis máximos de perda esperada, em um determinado período de tempo, com um certo grau de confiabilidade, tanto em condições normais de mercado quanto em cenários de estresse e volatilidade.

O risco de câmbio decorre dos ativos, passivos e itens não contabilizados no balanço, que são denominados ou indexados em moedas estrangeiras, no curso normal das atividades bancárias. Embora a grande maioria das operações da Instituição seja realizada no mercado doméstico, e não haja exposição relevante às variações das taxas de câmbio, quando comparados ao mercado, a exposição é controlada através do monitoramento diário, em conformidade com a política de negócios do Banco.

Relatórios de acompanhamento de mercado e posicionamentos diários das carteiras ativas e passivas do Banco, bem como outros procedimentos operacionais, permitem o acompanhamento, a prevenção e a correção de possíveis desequilíbrios, garantindo a solidez da Instituição.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez relaciona-se à incapacidade de atendimento das necessidades de caixa, ou seja, à ocorrência de descasamentos nos fluxos financeiros entre operações ativas e passivas e os reflexos decorrentes sobre a capacidade de obtenção de recursos financeiros pela instituição para o exercício de suas obrigações.

O Banrisul monitora o risco de liquidez e o risco de mercado de forma conjunta, observando as projeções para o fluxo de caixa, bem como possíveis alterações em sua estrutura, àquelas resultantes de variações no cenário macroeconômico, que possam afetar a alocação e a captação no âmbito do mercado.

A Diretoria aprova a política referente ao gerenciamento de ativos e passivos e submete ao Conselho de Administração. Essa política é definida para manter o menor descasamento possível das exposições à taxa de juros, vencimentos e moedas. A Diretoria, juntamente com as unidades de negócios e de controles, monitora os descasamentos de vencimento e posições e as gerencia dentro desses parâmetros. Essas posições são revistas e alteradas à medida que ocorrem alterações no mercado. A Instituição verifica a consistência das operações tanto do ponto de vista quantitativo como qualitativo.

Com relação ao ativo, consideram-se diversos cenários projetados para a evolução da carteira de crédito e das liquidações dos instrumentos financeiros. Por outro lado, no passivo, as premissas adotadas contemplam a possibilidade de ocorrência de resgates antecipados e de dificuldades na manutenção da estrutura de captação.

Risco Operacional

O Banrisul adotou como definição de risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos. Nessa categoria inclui-se o risco legal associado à inadequação ou deficiência de contratos firmados, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros.

Conforme determina a Resolução nº 3.380/06, do Banco Central do Brasil, foram definidas a política institucional, os processos, os procedimentos e os sistemas necessários à implementação da estrutura de gerenciamento do risco operacional no Banrisul. A divulgação da política de gerenciamento do risco operacional ao quadro funcional do Banco está publicada em resolução interna e consolidada através de normativo. O executivo responsável pelo risco operacional é o Diretor-Presidente do Banrisul.

A estrutura de gerenciamento do risco operacional tem como principais responsabilidades identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos operacionais do Banrisul, inclusive aqueles decorrentes de serviços terceirizados. Fazem parte da estrutura, a Diretoria e o Conselho de Administração; o Comitê de Gestão de Controles Internos; a Unidade de Gestão de Riscos Corporativos; a Controladoria; as agências e unidades da Direção-Geral; e o agente

de controles internos. A descrição dessa estrutura está disponibilizada no *site* www.banrisul.com.br, na rota: "Relações com Investidores/Governança Corporativa/Estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional".

Todos os empregados e estagiários do Banrisul e os prestadores de serviço terceirizados são responsáveis pela adoção de medidas comportamentais que evitem a exposição a riscos, no limite de suas atribuições.

Em 2010, os ciclos de avaliação de riscos operacionais contemplaram diversas unidades do Banrisul, gestoras dos macroprocessos definidos e priorizados pela Diretoria da Instituição. A partir dessa avaliação, foi gerada a matriz de riscos operacionais, importante ferramenta na consolidação dos riscos, contemplando a proposição de ações mitigadoras e de melhorias de processos.

Os planos de ação elaborados para mitigação dos riscos identificados são avaliados e priorizados pelas instâncias decisórias da Instituição, permitindo inspirar maior confiança em todos os níveis do negócio, com a redução da exposição a riscos e de perdas efetivas.

O Banrisul adotou a metodologia de Abordagem do Indicador Básico, com o objetivo de apurar a parcela de capital para cobertura de risco operacional, conforme estabelecido pela Circular nº 3.383, de 30.04.08, e Comunicado nº 16.913, de 20.05.08, do Banco Central do Brasil.

Para aperfeiçoar a metodologia utilizada na avaliação e mitigação dos riscos operacionais, o Banrisul está adequando suas informações para possibilitar a modelagem quantitativa dos dados, a partir da Base de Dados de Perdas, que permitirá maior eficiência e assertividade no tratamento dos riscos operacionais incorridos. Através da utilização de modelos estatísticos, será possível estimar o impacto no uso de outras abordagens de alocação de capital.

Índice de Basileia

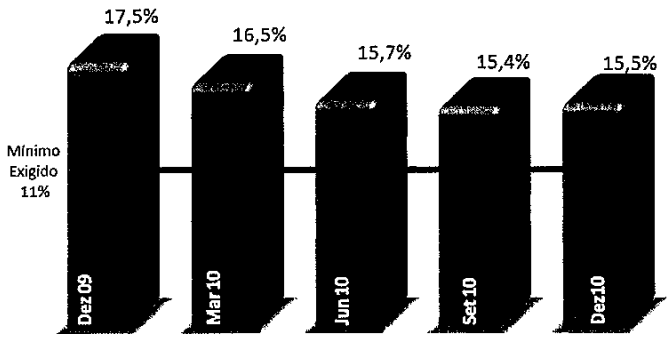
O Índice de Basiléia representa a relação entre o Patrimônio Base - Patrimônio de Referência - PR, e os riscos ponderados - Patrimônio de Referência Exigido - PRE, conforme regulamentação em vigor, demonstrando a solvência da empresa. O percentual mínimo estabelecido pelo BACEN no Brasil é de 11%.

Em dezembro de 2010, o Índice de Basileia do Banrisul foi de 15,5%, superior ao mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil, o que permite incremento de até R$9.673,5 milhões em novos negócios. A redução apresentada, em comparação ao índice de dezembro de 2009, que foi de 17,5%, foi impulsionada basicamente pelo crescimento do volume de operações da carteira de crédito do Banco, resultando no aumento da alocação de capital para cobertura desse risco.

Em relação às demais parcelas que compõem o PRE, a parcela de risco operacional apresentou incremento em decorrência do aumento do multiplicador sobre a parcela, que era de 80% em dezembro de 2009 e passou para 100% a partir de janeiro de 2010, conforme determina a Circular nº 3.383/08, do Banco Central do Brasil. A parcela de risco de mercado em relação a dezembro de 2009 manteve-se estável e o decréscimo apresentado comparativamente a setembro de 2010 decorreu da redução de parâmetros definidos pelo Banco Central, em

função da volatilidade do mercado e da melhor adequação entre os prazos das operações ativas e passivas.

Gráfico 14: **Evolução do Índice de Basileia**



Responsabilidade Corporativa

Para o Banrisul, políticas, conceitos e práticas de sustentabilidade ocupam elevado grau de relevância no cumprimento de sua missão. A melhoria das condições de vida passa obrigatoriamente por um conjunto de ações que transcende ao importante item de preservação ambiental e se expande para as relações de trabalho, assistência médica e social, além de incentivo às atividades culturais, educacionais e esportivas.

Para pautar as diretrizes da Responsabilidade Corporativa, foi elaborado, em 2010, o mapa estratégico do período, seguindo metodologia já utilizada no planejamento das áreas de Tecnologia da Informação, ação que favoreceu a interface entre os três eixos que orientam as ações de responsabilidade social - público interno, comunidade e meio ambiente – bem como a implementação de estratégias e acompanhamento para as mesmas.

O processo de gestão contribuiu para consolidar e fortalecer as diretrizes da responsabilidade corporativa e possibilitou a mobilização, ao final de 2010, de técnicos e coordenadores envolvidos em programas sociais na reavaliação e construção conjunta do mapa estratégico para 2011, ampliando a partilha de informações, análises de contexto e proposições futuras.

Dentre as principais iniciativas relacionadas ao público interno, e visando ao bem estar dos empregados, diversos programas de prevenção e tratamento da saúde integral, por meio do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, foram disponibilizados em 2010. O Programa de Interação de Novos Empregados possibilitou a participação dos portadores de necessidades especiais com tratamento personalizado, sendo inclusive criada a cartilha de ações sociais, com o intuito de informá-los sobre as práticas institucionais.

O lançamento do fórum de Responsabilidade Social na Intranet, a reativação da Ginástica Laboral e a primeira edição do *Banrifitness* Vivendo Com Saúde para as agências localizadas

fora do estado do Rio Grande do Sul, constituem eventos marcantes proporcionados aos empregados. Também ocorreu o lançamento do Programa *BanriBike*, que oportuniza aos funcionários do edifício sede espaço para estacionamento de bicicletas, contemplando, ainda, programa de acompanhamento físico e orientações de segurança e primeiros socorros, gerando benefícios à saúde dos mesmos e ao meio ambiente.

O Programa de Voluntariado Banrisul, que dissemina a responsabilidade social e individual entre os colaboradores, foi expandido em 2010. Entidades foram assistidas com dedicação e comprometimento de voluntários, práticas pontuais e campanhas de agasalho e de Natal também foram coordenadas pelo Programa.

Ações que acompanham as necessidades dos produtores rurais e que estejam em sintonia com a busca da sustentabilidade são fundamentais para o fortalecimento da política de responsabilidade socioambiental do Banrisul. Dessa forma, a atuação da Instituição no agronegócio vai ao encontro dos princípios de segurança e soberania alimentar, por meio de linhas de crédito como Banriagro, Projetos Sementes, Programa Habitação Rural e Seguro Agrícola.

Também merecem destaque ações implementadas no âmbito do Programa Reciclar que, ao completar nove anos promovendo a educação e a conscientização por meio de ações institucionais junto às comunidades, inovou com a Feira do Desapego, trabalhando o consumo mais consciente.

No eixo socioambiental, a atuação do Banrisul foi ampliada, em 2010, com o projeto Coletor de Pilhas Reciclar e a Navegação Ecológica, oportunizando às escolas públicas um passeio eco pedagógico na Bacia Hidrográfica de Porto Alegre.

Dentre as atuações relacionadas à comunidade, podem ser citadas as ações de inclusão das áreas esportivas, culturais e educacionais. Entre as diversas iniciativas estão o Programa Rede RS Criança, o Karatê Além do Esporte, Raquetes do Futuro, Desafio no Colégio com foco em educação financeira, Orquestra de Câmara Jovem, Coral Banrisul, Concertos Banrisul para a Juventude e o Projeto Pescar que formou a sétima turma do curso de Auxiliar Administrativo, iniciativa reconhecida com o prêmio melhor Miniempresa pela Junior Achievement.

Outras ações implementadas no eixo comunidade resultaram em premiação em 2010: o *case* Responsabilidade por todos os lados, destacado no Congresso de Tecnologia da Informação das Instituições Financeiras, realizado pela Federação Brasileira de Bancos entre os dias 09 e 11 de junho de 2010, e o reconhecimento como instituição de Cidadania Planetária, recebido pelo Conselho Mundial de Cidadania Planetária, distinções que expõem o compromisso do Banrisul como empresa socialmente responsável.

Reconhecimentos

Janeiro/2010. ***Ações do Banrisul estão entre as mais rentáveis das Américas.***

As ações do Banrisul alcançaram o terceiro melhor rendimento em 2009 do setor bancário da América Latina e dos Estados Unidos, de acordo com estudo divulgado pela consultoria Economática, de São Paulo. Os papéis do Banco registraram uma alta de 277,7% no ano passado e um volume médio diário de US$3,429 milhões.

Março/2010. ***Banrisul é uma das 100 marcas mais valiosas do Brasil.***

A Instituição apareceu pela primeira vez na lista das 100 marcas mais valiosas do Brasil. A quinta edição do estudo anual das marcas *top* 100, elaborado pela consultoria Brand Finance, em parceria com a revista The Brander/IAM, aponta o valor do Banrisul em R$494 milhões. O *Brand Rating* do Banco, baseado na força da marca junto aos seus usuários, é "B+".

Abril/2010. ***Banrisul é uma das 2.000 maiores empresas do mundo.***

O Banrisul subiu 69 posições no *ranking* das 2.000 maiores empresas do mundo em relação ao levantamento anterior, de 1.501º para o 1.432º lugar. A lista foi divulgada pela publicação norte-americana Forbes, especializada em economia, finanças e negócios. No estudo, o valor de mercado do Banrisul foi avaliado em US$3,38 bilhões. A classificação contabiliza vendas anuais em dólar, lucro, ativos e valor de mercado.

Abril/2010. ***Banrisul é uma das empresas mais lembradas pelos gaúchos.***

O Banrisul é uma das marcas mais lembradas pelos gaúchos no *ranking* Grande Empresa, segundo a pesquisa Top Of Mind 2010, realizada pela Revista Amanhã em parceria com a Segmento Pesquisas. O Banrisul também foi destaque nas categorias Banco, Caderneta de Poupança, Previdência Privada, *Private Banking*, Empresa Pública Eficiente, Empresa que Investe em Cultura, Empresa em que Gostaria de Trabalhar e Marcas da Internet – segmento Banco. O Banricompras recebeu distinção na categoria Cartão de Crédito e o Refeisul na categoria Refeição-Convênio.

Abril/2010. ***Banrisul é uma das 500 marcas mais valiosas do setor financeiro mundial.***

O Banrisul é uma das dez instituições financeiras brasileiras a receber destaque no *ranking* das 500 marcas de bancos mais valiosas do mundo em 2010. O valor da marca Banrisul foi avaliado em R$494 milhões, crescimento de 32,8% em relação à análise feita no ano passado. O estudo foi elaborado pela Brand Finance - consultoria multinacional especializada em avaliação e gestão de marcas - em parceria com a revista inglesa The Banker.

Maio/2010. ***Banrisul é uma das maiores empresas do Rio Grande do Sul.***

O Banrisul é a terceira maior empresa do Rio Grande do Sul, de acordo com *ranking* divulgado pela publicação Valor Estados Rio Grande do Sul, do jornal Valor Econômico, especializado em economia e finanças.

Junho/2010. ***Banrisul está entre as marcas mais valiosas do Brasil.***

O Banrisul é a 12ª marca mais valiosa do Brasil. O *ranking* foi elaborado pela Interbrand, consultoria de marcas norte-americana. De acordo com a empresa, o valor da marca ficou estipulado em R$645 milhões. Em estudo similar realizado em 2008, no qual foram avaliadas

as marcas mais valiosas da América Latina, o Banrisul figurava na 31ª posição, com o valor de R$317 milhões.

Junho/2010. ***Gestão de TI do Banrisul recebe premiação nacional.***

O Banrisul recebeu cinco distinções do prêmio E-Finance 2010, promovido pela revista Executivos Financeiros, nas áreas de segurança e tecnologia da informação, além do vice-presidente Rubens Bordini, responsável pela área de TI do Banco, ter sido distinguido com o prêmio *E-Finance* 2010 de Executivo do Ano, na categoria especial Melhor Gestor de TI.

Junho/2010. ***Gestão da Responsabilidade Corporativa do Banrisul recebe premiação nacional.***

O Banrisul recebeu o prêmio E-Finance 2010 também pelo processo de Responsabilidade Corporativa, distinção pautada nos princípios da sustentabilidade e numa gestão profissionalizada.

Julho/2010. ***Ações do Banrisul se destacam entre bancos da América Latina.***

O Barclays Capital destacou as ações do Banrisul com a recomendação *overweight* (performance acima da média de mercado). O anúncio foi feito no relatório da instituição sobre as perspectivas de valorização das ações de bancos da América Latina. Segundo o estudo, o Banrisul é o banco da América Latina negociado em bolsa de valores com maior desconto em relação às médias históricas do indicador preço/lucro. O percentual de desconto é de 46%. O preço alvo para as ações do banco gaúcho é de R$20,00.

Agosto/2010. ***Banrisul é o quarto melhor banco do País.***

O Banrisul é o quarto melhor banco brasileiro segundo o *ranking* As Melhores da Dinheiro, divulgado pela publicação semanal IstoÉ Dinheiro, de São Paulo. A instituição gaúcha recebeu a distinção, ainda, em sustentabilidade financeira, responsabilidade social, recursos humanos e governança corporativa. O Banrisul também foi destaque no levantamento As 500 Maiores Empresas do Brasil, figurando em 98º lugar.

Setembro/2010. ***Banrisul é apontado como a 10ª empresa no ranking 500 Maiores do Sul.***

O Banrisul ocupa o 10º lugar no *ranking* 500 Maiores do Sul, elaborado pela Revista Amanhã e pela consultoria PricewaterhouseCoopers. No Rio Grande do Sul, o Banco é a quarta maior empresa entre as 100 maiores e destaca-se como líder com o maior capital de giro próprio. Ainda no Estado, o Banrisul é a terceira empresa entre os 50 maiores patrimônios líquidos.

Setembro/2010. ***Banrisul é destaque em ranking nacional.***

O Banrisul foi destaque no *ranking* Finanças da publicação Valor 1000, editada pelo jornal Valor Econômico. O Banco ocupa a 10ª posição entre os 100 maiores bancos do País. A instituição gaúcha foi classificada, ainda, entre os 20 maiores bancos em operações de crédito, depósitos totais, patrimônio líquido, lucro líquido, entre outros itens.

Novembro/2010. ***Banrisul é o melhor banco para os clientes.***

O Banrisul foi apontado pelos seus clientes como o melhor banco brasileiro em valor percebido. O resultado é do Estudo CVA Bancos 2010, realizado pela consultoria CVA Solutions, que organizou uma pesquisa com mais de 13 mil clientes de bancos de todas as capitais e principais

cidades do País. Além desse indicador, o Banrisul recebeu destaque com o maior percentual no segmento *standard*, de 30,1%, na métrica de recomendação líquida entre os clientes.

Novembro/2010. ***Banrisul é uma das 50 empresas mais inovadoras da Região Sul do País.***

O Banrisul foi escolhido como uma das empresas mais inovadoras da Região Sul, de acordo com a sétima edição da pesquisa Campeãs da Inovação 2010, publicada na Revista Amanhã, com metodologia da consultoria Edusys.

Dezembro/2010. ***Ranking nacional destaca fundos do Banrisul.***

O Banrisul está entre as instituições financeiras campeãs no *ranking* dos melhores bancos gestores de dinheiro, publicado pela revista Você S/A e Centro de Estudos em Finanças da Fundação Getulio Vargas, de São Paulo.

Dezembro/2010. ***Banrisul está entre os 200 maiores grupos econômicos do País.***

O Banrisul é o 78º maior grupo econômico do Brasil de acordo com a publicação anual Valor Grandes Grupos, editada pelo jornal especializado em economia e finanças Valor Econômico, de São Paulo. Segundo o *ranking* dos 200 maiores grupos por receita bruta do Brasil, o Banrisul subiu 5 posições de 2008 para 2009. Anteriormente, o Banco ocupava a 83ª posição. O estudo destacou, ainda, o Banrisul como o 12º maior grupo da área de finanças. O banco gaúcho também está entre os 20 maiores grupos do setor financeiro que mais cresceram por receita bruta, em patrimônio líquido, em lucro líquido e em rentabilidade patrimonial.

Dezembro/2010. ***Fundos de Investimento do Banrisul estão entre os melhores do mercado.***

A publicação ValorInveste, editada pelo jornal Valor Econômico, de São Paulo, classificou fundos de renda fixa, multimercados e renda variável do Banrisul entre os melhores do mercado brasileiro de fundos. O levantamento foi elaborado pela Standard & Poor's, a maior agência classificadora de risco do mundo.

Dezembro/2010. ***Título Cidadania Planetária.***

O Programa Reciclar Banrisul recebeu o título Cidadania Planetária, concedido pelo Conselho Mundial de Cidadania Planetária, por ser um dos autores do projeto JardinAção. O projeto mobiliza a sociedade civil para o cuidado socioambiental, através da parceria entre Banrisul, Fundação Zoobotânica, Ong Cataventus e Metroplan.

Agradecimentos

No ano de 2010 deu-se continuidade ao processo de modernização da gestão que vinha em plena execução. Prestou-se bons serviços financeiros aos clientes e entregou-se bons resultados aos investidores. O esforço maior centrou-se no que a Instituição tem de mais importante – solidez, liderança no mercado regional e o papel como agente de desenvolvimento do Estado. A Diretoria Executiva agradece ao competente e qualificado quadro de empregados, pelo empenho e dedicação, e ao Governo do Estado, acionistas e clientes, pela confiança e apoio.

A Diretoria

Balanços Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
(Valores em Milhares de Reais)

ATIVO	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
CIRCULANTE	**17.791.207**	**17.416.546**	**17.866.613**	**17.484.583**
DISPONIBILIDADES	403.281	411.158	403.321	411.220
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 04)	2.340.989	5.336.677	2.359.329	5.356.542
Aplicações no Mercado Aberto	2.224.333	5.207.226	2.242.673	5.227.091
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	116.656	129.451	116.656	129.451
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 05)	4.018.642	3.194.674	4.030.936	3.198.936
Carteira Própria	2.636.520	1.821.121	2.648.808	1.825.378
Vinculados a Compromissos de Recompra	1.379.873	1.096.768	1.379.873	1.096.768
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	15.981	-	15.981
Vinculados ao Banco Central	-	194.497	-	194.497
Vinculados à Prestação de Garantias	2.249	66.307	2.249	66.307
Moedas de Privatização	-	-	6	5
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	2.470.329	1.380.802	2.470.329	1.380.802
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	3.446	3.231	3.446	3.231
Créditos Vinculados (Nota 06)				
Depósitos no Banco Central	2.437.243	1.349.540	2.437.243	1.349.540
Correspondentes	29.640	28.031	29.640	28.031
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	80.994	35.070	80.994	35.070
Recursos em Trânsito de Terceiros	1.030	833	1.030	833
Transferências Internas de Recursos	79.964	34.237	79.964	34.237
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 07)	7.334.317	6.084.542	7.334.317	6.084.542
Operações de Crédito				
Setor Público	33.860	36.075	33.860	36.075
Setor Privado	7.707.539	6.466.547	7.707.539	6.466.547
Provisão para Perdas em Operações de Crédito	(407.082)	(418.080)	(407.082)	(418.080)
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 07)	37.065	46.117	37.065	46.117
Operações de Arrendamento a Receber				
Setor Público	707	817	707	817
Setor Privado	39.967	46.866	39.967	46.866
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil	(3.609)	(1.566)	(3.609)	(1.566)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 08)	1.084.641	904.559	1.129.070	948.170
Carteira de Câmbio	390.141	448.898	390.141	448.898
Rendas a Receber	42.248	35.544	36.388	30.833
Negociação e Intermediação de Valores	-	-	4.951	4.615
Créditos Específicos	-	-	8	21
Diversos	678.502	461.884	724.393	505.986
Provisão para Outros Créditos	(26.250)	(41.767)	(26.811)	(42.183)
OUTROS VALORES E BENS	20.949	22.947	21.252	23.184
Investimentos Temporários	-	232	-	232
Outros Valores e Bens	1.746	5.243	1.890	5.389
Provisão para Desvalorização	-	(590)	-	(590)
Despesas Antecipadas	19.203	18.062	19.362	18.153

ASSETS (cont.)	Banrisul 2010	Banrisul 2009	Banrisul Consolidated 2010	Banrisul Consolidated 2009
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**13.897.475**	**11.221.775**	**13.913.186**	**11.241.609**
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 05)	4.491.788	4.206.831	4.494.810	4.209.585
Carteira Própria	3.831.970	2.555.047	3.831.970	2.555.047
Vinculados a Compromissos de Recompra	-	972.732	-	972.732
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	135.238	-	135.238
Vinculados ao Banco Central	593.424	345.311	593.424	345.311
Vinculados à Prestação de Garantias	66.394	198.503	69.416	201.257
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	604.552	440.898	604.552	440.898
Créditos Vinculados (Nota 06)				
Sistema Financeiro da Habitação	604.552	440.898	604.552	440.898
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 07)	8.144.575	5.782.477	8.144.575	5.782.477
Operações de Crédito				
Setor Público	89.423	82.146	89.423	82.146
Setor Privado	8.706.793	6.248.460	8.706.793	6.248.460
Provisão para Perdas em Operações de Crédito	(651.641)	(548.129)	(651.641)	(548.129)
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 07)	37.646	43.027	37.646	43.027
Operações de Arrendamento a Receber				
Setor Público	2.091	2.442	2.091	2.442
Setor Privado	40.860	47.768	40.860	47.768
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil	(5.305)	(7.183)	(5.305)	(7.183)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 08)	610.294	725.869	622.983	742.949
Carteira de Câmbio	8.084	28	8.084	28
Diversos	649.337	805.768	662.026	822.848
Provisão para Outros Créditos	(47.127)	(79.927)	(47.127)	(79.927)
OUTROS VALORES E BENS	8.620	22.673	8.620	22.673
Outros Valores e Bens	17.889	20.777	17.889	20.777
Provisão para Desvalorização	(10.072)	(8.604)	(10.072)	(8.604)
Despesas Antecipadas	803	10.500	803	10.500
PERMANENTE	**661.037**	**645.254**	**347.854**	**357.945**
INVESTIMENTOS	328.978	299.800	7.660	7.758
Participação em Controladas no País (Nota 02 (c))	322.172	292.895	-	-
Outros Investimentos	11.599	11.888	12.926	13.214
Provisão para Perdas	(4.793)	(4.983)	(5.266)	(5.456)
IMOBILIZADO DE USO (Nota 09 (a))	161.815	165.708	168.923	170.058
Imóveis de Uso	120.361	119.969	130.623	127.012
Outras Imobilizações de Uso	469.105	433.551	474.380	438.659
Depreciação Acumulada	(427.651)	(387.812)	(436.080)	(395.613)
INTANGÍVEL (Nota 09 (b))	170.244	179.746	171.271	180.129
Ativos Intangíveis	361.221	311.289	362.248	311.672
Amortização Acumulada	(190.977)	(131.543)	(190.977)	(131.543)
TOTAL DO ATIVO	**32.349.719**	**29.283.575**	**32.127.653**	**29.084.137**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
CIRCULANTE	**23.732.482**	**21.420.147**	**23.508.247**	**21.218.591**
DEPÓSITOS (Nota 10)	15.837.402	13.261.369	15.600.626	13.072.695
Depósitos à Vista	3.783.239	2.107.702	3.779.936	2.100.614
Depósitos de Poupança	5.579.974	5.636.799	5.579.974	5.636.799
Depósitos Interfinanceiros	12.310	89.968	12.310	89.968
Depósitos a Prazo	6.461.408	5.415.309	6.227.935	5.233.698
Outros Depósitos	471	11.591	471	11.616
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 10)	1.380.046	2.069.893	1.311.160	2.006.497
Carteira Própria	1.380.046	2.069.893	1.311.160	2.006.497
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	9.798	10.739	9.798	10.739
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	9.783	10.737	9.783	10.737
Correspondentes	15	2	15	2
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	169.862	149.932	169.862	149.932
Recursos em Trânsito de Terceiros	169.796	149.901	169.796	149.901
Transferências Internas de Recursos	66	31	66	31
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 11)	537.171	503.167	537.171	503.167
Empréstimos no País - Outras Instituições	-	60.307	-	60.307
Empréstimos no Exterior	537.171	442.860	537.171	442.860
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (Nota 12)	309.842	369.832	309.842	369.832
Tesouro Nacional	60.145	51.632	60.145	51.632
BNDES	134.930	212.574	134.930	212.574
CEF	5.652	9.795	5.652	9.795
FINAME	109.115	95.831	109.115	95.831
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR (Nota 12)	19.410	35.768	19.410	35.768
Repasses do Exterior	19.410	35.768	19.410	35.768
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 05 (d))	-	14.515	-	14.515
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	14.515	-	14.515
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 13)	5.468.951	5.004.932	5.550.378	5.055.446
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	23.601	28.445	23.601	28.445
Carteira de Câmbio	18.784	24.134	18.784	24.134
Sociais e Estatutárias	27.779	33.315	27.868	33.387
Fiscais e Previdenciárias	231.468	131.302	241.387	137.210
Negociação e Intermediação de Valores	-	-	2.053	4.223
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	4.444.611	4.139.986	4.444.611	4.139.986
Diversas	722.708	647.750	792.074	688.061

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (cont.)	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	**4.761.998**	**4.454.966**	**4.762.488**	**4.455.429**
DEPÓSITOS (Nota 10)	3.452.379	3.297.050	3.452.379	3.297.050
Depósitos a Prazo	3.452.379	3.297.050	3.452.379	3.297.050
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	2.532	-	2.532	-
Empréstimos no Exterior (Nota 11)	2.532	-	2.532	-
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (Nota 12)	747.661	572.913	747.661	572.913
Tesouro Nacional	10.140	12.303	10.140	12.303
BNDES	485.696	423.633	485.696	423.633
CEF	34.309	21.732	34.309	21.732
FINAME	217.516	115.245	217.516	115.245
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR (Nota 12)	5.823	-	5.823	-
Repasses do Exterior	5.823	-	5.823	-
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 05 (d))	-	32.457	-	32.457
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	32.457	-	32.457
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 13)	553.603	552.546	554.093	553.009
Fiscais e Previdenciárias	393.470	386.006	393.470	386.006
Diversas	160.133	166.540	160.623	167.003
PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS	-	-	**1.679**	**1.655**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 20)	**3.855.239**	**3.408.462**	**3.855.239**	**3.408.462**
Capital Social de Domiciliados no País	2.900.000	2.600.000	2.900.000	2.600.000
Reservas de Capital	4.511	6.171	4.511	6.171
Reservas de Lucros	956.177	808.138	956.177	808.138
Ajustes de Avaliação Patrimonial (Nota 05 (b))	(5.449)	(5.847)	(5.449)	(5.847)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**32.349.719**	**29.283.575**	**32.127.653**	**29.084.137**

Demonstrações do Resultado

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
(Valores em Milhares de Reais)

	Banrisul			Banrisul Consolidado	
	2º Semestre 2010	2010	2009	2010	2009
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**2.598.285**	**4.826.391**	**4.253.397**	**4.841.827**	**4.262.620**
Operações de Crédito	'1.887.869	3.497.519	2.857.229	3.497.519	2.857.233
Operações de Arrendamento Mercantil	6.592	15.407	19.651	15.407	19.651
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	579.783	1.066.519	1.104.201	1.081.955	1.113.347
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	1.339	-	23.945	-	24.018
Resultado de Operações de Câmbio	19.020	54.544	71.778	54.544	71.778
Resultado das Aplicações Compulsórias	103.682	192.402	176.593	192.402	176.593
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**1.300.847**	**2.462.719**	**2.158.204**	**2.445.485**	**2.142.893**
Operações de Captação no Mercado	778.478	1.420.131	1.350.596	1.402.666	1.334.526
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	284.732	523.158	385.728	523.158	385.728
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	-	1.321	-	1.339	-
Provisão para Operações de Crédito (Nota 07 (d))	237.637	518.109	421.880	518.322	422.639
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**1.297.438**	**2.363.672**	**2.095.193**	**2.396.342**	**2.119.727**
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	**(620.593)**	**(1.235.462)**	**(1.257.431)**	**(1.248.518)**	**(1.266.460)**
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 15)	52.438	100.619	93.929	151.181	137.463
Rendas de Tarifas Bancárias (Nota 16)	255.321	490.491	441.881	490.480	441.878
Resultado de Participação em Controladas (Nota 02 (c))	23.780	36.338	24.025	-	-
Despesas de Pessoal	(518.392)	(956.651)	(894.158)	(966.492)	(901.002)
Outras Despesas Administrativas (Nota 17)	(341.807)	(731.590)	(669.845)	(743.226)	(678.885)
Despesas Tributárias	(102.258)	(196.657)	(176.001)	(203.998)	(181.984)
Outras Receitas Operacionais (Nota 18)	120.022	206.201	144.221	208.903	143.711
Outras Despesas Operacionais (Nota 19)	(109.697)	(184.213)	(221.483)	(185.366)	(227.641)
RESULTADO OPERACIONAL	**676.845**	**1.128.210**	**837.762**	**1.147.824**	**853.267**
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS SOBRE O LUCRO	**676.845**	**1.128.210**	**837.762**	**1.147.824**	**853.267**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 22 (a))	**(213.736)**	**(337.696)**	**(252.290)**	**(357.056)**	**(267.597)**
PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NO RESULTADO	**(26.866)**	**(49.272)**	**(44.376)**	**(49.304)**	**(44.403)**
PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA NO RESULTADO	-	-	-	**(222)**	**(171)**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO/SEMESTRE	**436.243**	**741.242**	**541.096**	**741.242**	**541.096**
N.º de Ações em Circulação - Milhares	408.974	408.974	408.974	-	-
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações do Capital Social - R$	1.066,68	1.812,44	1.323,06	-	-

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
(Valores em Milhares de Reais)

	Banrisul			Banrisul Consolidado	
	2º Semestre 2010	2010	2009	2010	2009
Lucro Líquido Ajustado	773.975	1.431.685	1.117.816	1.462.775	1.143.227
Lucro Líquido do Exercício/Semestre	436.243	741.242	541.096	741.242	541.096
Ajuste ao Lucro Líquido					
Depreciação e Amortização	56.101	109.004	92.943	109.728	93.779
Resultado de Participações em Controladas	(23.780)	(36.338)	(24.025)	-	-
Dividendos Recebidos de Controladas	4.398	4.398	4.945	-	-
Provisão para Operações de Crédito	237.637	518.109	421.880	518.322	422.639
Provisão para Perdas de Securitização	258	(2.522)	(4.679)	(2.522)	(4.679)
Provisão para Contingência	64.106	114.456	89.027	111.467	93.718
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	(988)	(16.664)	(3.371)	(15.462)	(3.326)
Variação de Ativos e Obrigações	(2.396.877)	(4.060.347)	(211.469)	(4.087.367)	(233.578)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	873	398	3.660	398	3.660
(Aumento) Redução em Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	(105.201)	9.389	(114.590)	9.389	(114.590)
(Aumento) Redução em Títulos e Valores Mobiliários	(577.723)	(1.260.144)	(1.258.201)	(1.268.444)	(1.256.414)
(Aumento) Redução em Instrumentos Financeiros Derivativos	(1.339)	1.339	(30.230)	1.339	(30.230)
(Aumento) Redução em Relações Interfinanceiras e Interdependências	(973.829)	(1.177.208)	(53.151)	(1.177.208)	(53.151)
(Aumento) Redução em Operações de Crédito	(1.857.717)	(4.113.084)	(2.306.124)	(4.113.084)	(2.306.125)
Aumento (Redução) em Operações de Arrendamento Mercantil	2.584	11.727	9.893	11.727	9.893
(Aumento) Redução em Outros Créditos	72.847	(58.660)	117.004	(57.681)	108.296
(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens	5.268	16.051	(22.133)	15.985	(22.148)
Aumento (Redução) em Depósitos	1.952.545	2.731.362	2.132.641	2.683.260	2.113.662
Aumento (Redução) em Captação no Mercado Aberto	(756.016)	(689.847)	(220.327)	(695.337)	(227.754)
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos	(32.695)	140.759	111.695	140.759	111.695
Aumento (Redução) em Outras Obrigações	(126.474)	327.571	1.418.394	361.530	1.429.628
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS (USADO NAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS	(1.622.902)	(2.628.662)	906.347	(2.624.592)	909.649
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Atualização de Ativos em Controladas	-	-	7	-	7
Alienação de Investimentos	99	151	164	296	680
Alienação de Imobilizado de Uso	67	172	239	172	242
Aquisição de Investimentos	(183)	(198)	(185)	(1.858)	(197)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(20.751)	(34.883)	(57.033)	(38.272)	(57.316)
Aplicação no Intangível	(3.925)	(60.898)	(30.688)	(61.635)	(31.070)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(24.693)	(95.656)	(87.496)	(101.297)	(87.654)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Dividendos Pagos	(65.000)	(65.000)	(38.506)	(65.000)	(38.506)
Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(103.794)	(204.858)	(189.025)	(204.858)	(189.025)
Variação na Participação dos Acionistas Minoritários	-	-	-	24	(1.648)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(168.794)	(269.858)	(227.531)	(269.834)	(229.179)
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(1.816.389)	(2.994.176)	591.320	(2.995.723)	592.816
Disponibilidades	339.839	411.158	373.239	411.220	373.278
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 03(n))	4.115.619	5.222.087	4.668.686	5.241.952	4.687.078
CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO/SEMESTRE	4.455.458	5.633.245	5.041.925	5.653.172	5.060.356
Disponibilidades	403.281	403.281	411.158	403.321	411.220
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 03(n))	2.235.788	2.235.788	5.222.087	2.254.128	5.241.952
CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO/SEMESTRE	2.639.069	2.639.069	5.633.245	2.657.449	5.653.172

Demonstrações do Valor Adicionado

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
(Valores em Milhares de Reais)

	Banrisul			Banrisul Consolidado	
	2º Semestre 2010	2010	2009	2010	2009
RECEITAS (a)	**2.788.435**	**5.105.615**	**4.511.384**	**5.172.612**	**4.562.844**
Intermediação Financeira	2.598.291	4.826.413	4.253.233	4.840.370	4.262.431
Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias	307.759	591.110	535.810	641.661	579.341
Constituição de Provisão para Operações de Crédito	(237.637)	(518.109)	(421.880)	(518.322)	(422.639)
Outras	120.022	206.201	144.221	208.903	143.711
DESPESAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA (b)	**1.063.210**	**1.944.610**	**1.736.324**	**1.927.163**	**1.720.254**
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (c)	**370.498**	**758.025**	**754.676**	**770.168**	**770.422**
Materiais, Energia e Outros	310.184	635.484	647.987	646.299	661.497
Serviços de Terceiros	60.308	122.519	106.853	125.326	109.114
Perda/Recuperação de Valores Ativos	6	22	(164)	(1.457)	(189)
VALOR ADICIONADO BRUTO (d=a-b-c)	**1.354.727**	**2.402.980**	**2.020.384**	**2.475.281**	**2.072.168**
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO (e)	**56.101**	**109.004**	**92.943**	**109.728**	**93.779**
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (f=d-e)	**1.298.626**	**2.293.976**	**1.927.441**	**2.365.553**	**1.978.389**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANFERÊNCIA (g)	**23.780**	**36.338**	**24.025**	-	-
Resultado de Participações em Controladas	23.780	36.338	24.025	-	-
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (h=f+g)	**1.322.406**	**2.330.314**	**1.951.466**	**2.365.553**	**1.978.389**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**1.322.406**	**2.330.314**	**1.951.466**	**2.365.553**	**1.978.389**
Pessoal	**461.375**	**855.727**	**803.518**	**865.270**	**810.153**
Remuneração Direta	358.072	660.090	617.607	668.462	623.152
Benefícios	80.602	148.031	136.591	148.720	137.213
FGTS	22.701	47.606	49.320	48.088	49.788
Impostos, Taxas e Contribuições	**399.877**	**684.549**	**563.307**	**711.580**	**584.833**
Federais	383.238	650.881	532.507	675.519	552.038
Estaduais	214	441	506	449	534
Municipais	16.425	33.227	30.294	35.612	32.261
Remuneração de Capitais de Terceiros	**24.911**	**48.796**	**43.545**	**47.239**	**42.136**
Aluguéis	24.911	48.796	43.545	47.239	42.136
Remuneração de Capitais Próprios	**436.243**	**741.242**	**541.096**	**741.464**	**541.267**
Juros sobre o Capital Próprio	103.795	204.858	189.025	204.858	189.025
Dividendos	68.185	88.345	26.415	88.345	26.415
Lucros Retidos do Exercício/Semestre	264.263	448.039	325.656	448.039	325.656
Participação dos não Controladores nos Lucros Retidos	-	-	-	222	171

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
(Valores em Milhares de Reais)

		Reservas de Capital		Reservas de Lucros			Ajustes de Avaliação		
	Capital Social	Atualização de Títulos Patrimoniais em Controladas	Subvenções para Investimentos	Legal	Estatutária	Para Expansão	Patrimonial	Lucros Acumulados	TOTAL
Em 01 de janeiro de 2009	**2.300.000**	**1.653**	**4.511**	**128.314**	**289.757**	**364.411**	**(9.507)**	**-**	**3.079.139**
Aumento de Capital (Nota 20 (a))	300.000	-	-	-	-	(300.000)	-	-	-
Atualização de Títulos Patrimoniais em Controlada	-	7	-	-	-	-	-	-	7
Ajustes de Avaliação Patrimonial (Nota 05 (b))	-	-	-	-	-	-	3.660	-	3.660
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	541.096	541.096
Destinação do Lucro Líquido (Nota 20 (b))									
Constituição de Reservas	-	-	-	27.055	135.274	163.327	-	(325.656)	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	(189.025)	(189.025)
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	-	-	(26.415)	(26.415)
Em 31 de dezembro de 2009	**2.600.000**	**1.660**	**4.511**	**155.369**	**425.031**	**227.738**	**(5.847)**	**-**	**3.408.462**
Aumento de Capital (Nota 20 (a))	300.000	-	-	-	(72.262)	(227.738)	-	-	-
Atualização de Títulos Patrimoniais em Controlada	-	(1.660)	-	-	-	-	-	-	(1.660)
Ajustes de Avaliação Patrimonial (Nota 05 (b))	-	-	-	-	-	-	398	-	398
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	741.242	741.242
Destinação do Lucro Líquido (Nota 20 (b))									
Constituição de Reservas	-	-	-	37.062	185.311	225.666	-	(448.039)	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	(204.858)	(204.858)
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	-	-	(88.345)	(88.345)
Em 31 de dezembro de 2010	**2.900.000**	**-**	**4.511**	**192.431**	**538.080**	**225.666**	**(5.449)**	**-**	**3.855.239**
Em 01 de julho de 2010	**2.900.000**	**-**	**4.511**	**170.619**	**429.019**	**92.276**	**(6.322)**	**-**	**3.590.103**
Ajustes de Avaliação Patrimonial (Nota 05 (b))	-	-	-	-	-	-	873	-	873
Lucro Líquido do Semestre	-	-	-	-	-	-	-	436.243	436.243
Destinação do Lucro Líquido (Nota 20 (b))									
Constituição de Reservas	-	-	-	21.812	109.061	133.390	-	(264.263)	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	(103.794)	(103.794)
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	-	-	(68.186)	(68.186)
Em 31 de dezembro de 2010	**2.900.000**	**-**	**4.511**	**192.431**	**538.080**	**225.666**	**(5.449)**	**-**	**3.855.239**

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

NOTA 01 Contexto Operacional

O Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul) é uma sociedade anônima de capital aberto que atua sob a forma de banco múltiplo e opera nas carteiras comercial, crédito, financiamento e investimento, crédito imobiliário, desenvolvimento, arrendamento mercantil e de investimentos, inclusive nas de operações de câmbio, corretagem de títulos e valores mobiliários e administração de cartões de crédito e consórcios. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. O Banrisul atua, também, como instrumento de execução da política econômico-financeira do Estado do Rio Grande do Sul, em consonância com os planos e programas do Governo Estadual.

NOTA 02 Apresentação das Demonstrações Financeiras

(a) As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras, normas e instruções do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, que incluem práticas e estimativas contábeis no que se refere à constituição de provisões e determinação de certos valores dos ativos integrantes de sua carteira de Títulos e Valores Mobiliários. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e provisões, os resultados auferidos podem ser diferentes dos estimados.

(b) As demonstrações financeiras individuais do Banrisul incluem as operações realizadas no país bem como a consolidação de suas dependências no exterior (*New York* e *Grand Cayman*). Os ativos, passivos e resultados gerados pelas dependências no exterior, antes das eliminações de consolidação, estão assim resumidos:

	Em Milhares de Reais	
	2010	2009
ATIVO		
Títulos e Valores Mobiliários	-	8.559
Operações de Crédito	144.728	144.000
Operações com Sede no Brasil	82.866	81.795
Outras Operações de Crédito	61.862	62.205
Outros Ativos	21.510	37.981
Total do Ativo	166.238	190.540
PASSIVO		
Depósitos	52.702	74.908
Operações com Sede no Brasil	7.017	20.363
Outros Depósitos	45.685	54.545
Outros Passivos	708	449
Patrimônio Líquido	112.828	115.183
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	166.238	190.540
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO		
Receitas da Intermediação Financeira	6.027	7.343
Despesas da Intermediação Financeira	(1.355)	(1.689)
Outras Despesas, Líquidas	(2.065)	(2.154)
Lucro Líquido do Exercício	2.607	3.500

Os efeitos da variação cambial sobre as operações nas dependências no exterior estão distribuídos nas linhas da demonstração do resultado conforme a natureza das contas patrimoniais correspondentes.

(c) As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações do Banrisul, das dependências no exterior e das empresas controladas, cujos investimentos em 31 de dezembro de 2010 totalizaram R$322.172 mil (2009 – R$292.895 mil), geraram um resultado positivo de equivalência patrimonial no período de R$36.338 mil (2009 – R$24.025 mil) e estão apresentadas no quadro a seguir:

Principais informações sobre os Investimentos em Controladas:

Em Milhares de Reais

	Banrisul Armazéns Gerais S.A.	Banrisul S.A. Corretora de Val. Mob. e Câmbio	Banrisul S.A. Administradora de Consórcios	Banrisul Serviços Ltda.	Total
Milhares de Ações/Quotas					
Ações Ordinárias	696	10.000	89.216	-	-
Ações Preferenciais	-	19.608	-	-	-
Quotas	-	-	-	2.780	-
Participação no Capital Social Ajustada (%)	99,498	98,693	99,683	99,785	-
Capital Social	23.750	58.000	116.000	77.640	-
Patrimônio Líquido	24.893	71.335	130.987	96.637	-
Lucro Líquido do Exercício	1.059	11.032	11.460	13.867	-
Valores Líquidos Eliminados na Consolidação (Nota 25):					
Saldos Ativos (Passivos)					
31 de dezembro de 2010	353	(66.109)	(121.649)	(119.906)	(307.311)
31 de dezembro de 2009	111	(61.360)	(118.606)	(96.040)	(275.895)
Receitas (Despesas)					
31 de dezembro de 2010	(1.439)	(3.587)	(9.028)	501	(13.553)
31 de dezembro de 2009	(1.298)	(3.054)	(8.365)	460	(12.257)
Valor Contábil do Investimento					
31 de dezembro de 2010	24.768	70.403	130.572	96.429	322.172
31 de dezembro de 2009	23.965	62.144	121.721	85.065	292.895
Resultado de Participações em Controladas					
31 de dezembro de 2010	1.053	12.540	11.380	11.365	36.338
31 de dezembro de 2009	1.318	7.703	10.815	4.189	24.025

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram eliminadas as participações entre as empresas consolidadas, os saldos de balanço e resultado das transações, bem como foram destacadas as parcelas do resultado do exercício e do patrimônio líquido referente às participações dos acionistas minoritários.

(d) As Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro são apresentadas a valor presente dos contratos no Balanço Patrimonial, e as receitas e despesas relacionadas, que representam o resultado financeiro dessas operações, estão apresentadas agrupadas na rubrica Operações de Arrendamento Mercantil na Demonstração do Resultado.

NOTA 03 Principais Práticas Contábeis

(a) Apuração do Resultado
O resultado é apurado com base no regime de competência.

(b) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez
Representam os recursos aplicados no mercado interbancário. São apresentadas pelo valor presente, calculadas *pro rata die* com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados.

(c) Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos
De acordo com a Circular n° 3.068 de 8 de novembro de 2001 e regulamentação complementar, são classificados e avaliados em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

i) Títulos para Negociação - Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, avaliados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas sobre esses títulos reconhecidos no resultado do exercício.

ii) Títulos Disponíveis para Venda - Incluem os títulos e valores mobiliários utilizados como parte da estratégia para a administração do risco de variação nas taxas de juros e podem ser negociados como resultado dessas variações, por mudanças nas condições de pagamento ou outros fatores. Esses títulos são ajustados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos auferidos reconhecidos no resultado e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, deduzidos dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável, denominada "Ajustes de Avaliação Patrimonial" até a sua realização por venda.

Os ganhos e as perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data da negociação na demonstração do resultado, em contrapartida da mesma conta específica do patrimônio líquido, deduzidos dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável.

iii) Títulos Mantidos até o Vencimento – Incluem os títulos e valores mobiliários para os quais a administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo registrados ao custo de aquisição, atualizados *pro rata temporis*. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de venda desses títulos.

Instrumentos Financeiros Derivativos – Os instrumentos financeiros derivativos contratados associados a outras operações de aplicação de recursos estão avaliados pelos valores das receitas e despesas incorridas de acordo com regime de competência, em contrapartida do Resultado do Exercício.

(d) Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos
Todas as operações de crédito e arrendamento mercantil têm os seus riscos classificados de acordo com julgamento da Administração, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução n° 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, de AA até H. A tabela com o resumo dessa classificação está apresentada na Nota 07.

As operações de crédito e arrendamento mercantil são registradas a valor presente, calculadas *pro rata die* com base no indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas até o sexagésimo dia de atraso. Após o sexagésimo dia, o reconhecimento de receita ao resultado ocorre quando efetivamente recebidas.

Os riscos das operações ativas renegociadas são definidos conforme critério da Resolução n° 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional - CMN, ou seja, permanecem no *rating* que se encontravam antes da renegociação e as renegociações de operações de crédito que foram anteriormente baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível H. Os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente serão reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

(e) Outros Créditos – Operações com Cartão de Crédito
Os valores a faturar estão representados por valores a receber dos usuários de cartão de crédito pela utilização em estabelecimentos conveniados às bandeiras Visa e MasterCard. Estes valores são contabilizados em Títulos e Créditos a Receber, sem característica de crédito, sendo que as operações parceladas onde o Banrisul é o emissor e o saldo devedor das operações cujos pagamentos foram efetuados pelo valor mínimo da fatura (Rotativo), são reclassificados para Operações de Crédito.

(f) Provisão para Perdas em Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos
Constituída em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas, suportadas na classificação de risco do cliente, em função da análise periódica da qualidade do cliente e não apenas com base nos percentuais mínimos de provisionamento requeridos pela Resolução n° 2.682/ 99, do Conselho Monetário Nacional - CMN, quando da ocorrência de inadimplência.

Em 31 de dezembro de 2010, o valor total da provisão para perdas em operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos, conforme demonstrado na Nota 07, é superior ao valor mínimo que seria exigido considerando tão somente o *rating* das operações e o número de dias em atraso previstos na Resolução n° 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional - CMN, procedimento este adotado pela Administração desde a edição da referida norma, para fazer face a possíveis eventos não capturados pelo modelo de *rating* de clientes.

(g) Ativo Permanente
Demonstrado ao custo de aquisição corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, considerando os seguintes aspectos:

· Avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, tomando por base as demonstrações financeiras levantadas, observando as mesmas práticas contábeis do controlador, ou seja, práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras. Os outros investimentos são registrados pelos seus valores de custo e, quando aplicável, são ajustados por provisões para perdas permanentes;

· Depreciação do imobilizado de uso pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens considerando as taxas mínimas anuais definidas pelo Bacen e divulgadas na Nota 09;

· Os Ativos Intangíveis são compostos basicamente por aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros. Esse grupo está representado por contratos de prestação de serviços bancários e aquisição de *software*. A amortização é calculada pelo método linear às taxas divulgadas na Nota 09; e

· A Instituição revisa anualmente se há alguma indicação de perdas no valor recuperável dos Ativos. Eventuais perdas, quando identificadas, são reconhecidas no resultado.

(h) Ativos e Passivos denominados em Moeda Estrangeira
Os saldos ativos e passivos das dependências no exterior, assim como os demais ativos e passivos em moeda estrangeira decorrentes de operações realizadas pelo Banco e suas controladas, foram convertidos pela taxa de câmbio vigente na data do fechamento das demonstrações financeiras.

(i) Depósitos, Captações no Mercado Aberto, Obrigações por Empréstimos e Repasses e Fundo Financeiro e de Desenvolvimento
São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base *pro rata die*.

Conforme determinado pela Lei n° 12.069/04 e Lei n° 12.585/06 do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, até 85% do saldo dos valores depositados judicialmente no Banco por terceiros, quando solicitado deverá ser disponibilizado ao Estado do Rio Grande do Sul e o saldo remanescente é mantido no Banco para constituição de fundo. Os valores repassados ao Estado são controlados em conta de compensação e a parcela retida é registrada na rubrica Outras Obrigações, conforme descrito na Nota 21 (a). As despesas com encargos sobre o saldo remanescente são registradas na rubrica de Despesas de Empréstimos, Cessões e Repasses.

(j) Provisões para Riscos Fiscais, Trabalhistas e Cíveis
Provisionados com base em opinião de assessores legais, através da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração da forma mais adequada possível, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e valor de desfecho de causa. Abaixo o critério utilizado segundo a natureza da contingência:

i) Provisões para Riscos Trabalhistas - Constituídas para as ações trabalhistas ajuizadas contra o Banrisul, quando da notificação judicial e cujo risco de perda é considerado provável. O valor é apurado de acordo com a estimativa de desembolso feita por nossa Administração, revisada tempestivamente com base em subsídios recebidos de nossos assessores legais, sendo ajustadas ao valor do depósito de execução quando estes são exigidos.

ii) Riscos Cíveis - Constituídas, quando da notificação judicial, e ajustadas mensalmente, pelo valor indenizatório pretendido, nas provas apresentadas e na avaliação de assessores legais que considera jurisprudência, subsídios fáticos levantados, provas produzidas nos autos e as decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, quanto ao grau de risco de perda da ação judicial.

iii) Provisões para Riscos Fiscais e Previdenciários - Provisões de contingências fiscais e previdenciárias referem-se basicamente a exigíveis relativos a tributos cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação administrativa ou judicial, cuja probabilidade de perda é, ou em estágios anteriores dos processos já foi, considerada provável, e estão constituídas pelo valor integral em discussão. Para causas que possuem os respectivos depósitos em garantia, os valores envolvidos não se encontram atualizados, exceto quando da expedição do alvará de levantamento, em função da ação julgada favorável.

(l) Imposto de Renda e Contribuição Social
São computados pela aplicação das alíquotas vigentes de 15% para Contribuição Social e de 15% (mais adicional de 10% conforme a legislação) para Imposto de Renda sobre o lucro tributável apurado no exercício, ajustado por diferenças permanentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados com base nas alíquotas vigentes na data das demonstrações financeiras, sobre as adições temporárias, e registrados na rubrica Outros Créditos, em contrapartida do Resultado do Exercício.

(m) Benefício Pós-Emprego
O Banco é patrocinador de planos do tipo "benefício definido" e de "contribuição variável" e suas avaliações são efetuadas em conformidade com a legislação específica. De acordo com a NPC 26 do Ibracon e com base em laudo de avaliação emitido por atuário independente, o Banco apura anualmente a situação atuarial do plano, conforme detalhamento na Nota 23.

(n) Caixa e Equivalentes de Caixa
São representados por disponibilidades e aplicações financeiras de liquidez, com prazo de resgate de até 90 dias da data da aplicação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento do exercício, e possuem vencimentos inferiores a 90 dias ou sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

NOTA 04 Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Em Milhares de Reais

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Aplicações no Mercado Aberto	**2.224.333**	**5.207.226**	**2.242.673**	**5.227.091**
Revendas a Liquidar - Posição Bancada				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.971.232	1.740.897	1.971.232	1.740.897
Letras do Tesouro Nacional - LTN	203.082	151.000	203.082	151.000
Notas do Tesouro Nacional - NTN	50.019	3.315.329	50.019	3.315.329
Outros	-	-	18.340	19.865
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	**116.656**	**129.451**	**116.656**	**129.451**
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (*)	116.656	129.451	116.656	129.451
Total	**2.340.989**	**5.336.677**	**2.359.329**	**5.356.542**

(*) Do montante de R$116.656mil de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros, R$105.201 mil possui o prazo de vencimento superior a noventa dias da data da aplicação.

NOTA 05 Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos tem a seguinte composição:

Em Milhares de Reais

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Títulos para Negociação	2.068.788	1.884.691	2.072.460	1.886.134
Títulos Disponíveis para Venda	1.704.184	1.067.165	1.712.806	1.069.984
Títulos Mantidos até o Vencimento	4.737.458	4.298.430	4.740.480	4.301.184
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	151.219	-	151.219
Total	**8.510.430**	**7.401.505**	**8.525.746**	**7.408.521**
Ativo Circulante	**4.018.642**	**3.194.674**	**4.030.936**	**3.198.936**
Ativo Realizável a Longo Prazo	**4.491.788**	**4.206.831**	**4.494.810**	**4.209.585**

O valor de mercado apresentado nos quadros abaixo foi apurado da seguinte forma: Títulos Públicos Federais que possuem negociações ativas são apurados com base nos preços divulgados pela Anbima; ações de Companhias Abertas é utilizado o preço médio da última negociação do dia; e para os títulos que não possuem preços divulgados, o Banrisul adota como parâmetro para cálculo do valor de mercado, o valor obtido mediante técnica interna de precificação.

(a) Títulos para Negociação

A carteira é composta principalmente por títulos públicos federais (LFT) e estão registrados pelo seu valor de mercado.

Composição por Prazo de Vencimento:

Em Milhares de Reais

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
Vencimentos	Custo de Aquisição Atualizado	Valor de Mercado	Custo de Aquisição Atualizado	Valor de Mercado
Até 3 meses	490.262	490.265	492.427	493.937
De 1 a 3 anos	1.282.081	1.282.117	1.282.081	1.282.117
De 3 a 5 anos	296.396	296.406	296.396	296.406
Total em 2010	**2.068.739**	**2.068.788**	**2.070.904**	**2.072.460**
Total em 2009	**1.884.620**	**1.884.691**	**1.886.034**	**1.886.134**

De acordo com os normativos do Banco Central do Brasil, esses títulos foram classificados no Ativo Circulante e avaliados pelo seu valor de mercado.

(b) Títulos Disponíveis para Venda

Composição da Carteira de Títulos Disponíveis para Venda por tipo de papel, pelo valor de mercado:

Em Milhares de Reais

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.154.287	1.049.208	1.154.287	1.049.208
Ações Cias. Abertas	13.645	12.915	13.647	13.072
Certificados de Privatização	-	-	6	5
Cotas de Fundo de Renda Fixa	-	5.042	8.614	7.699
Cotas de FIDC (*)	536.252	-	536.252	-
Total	**1.704.184**	**1.067.165**	**1.712.806**	**1.069.984**

(*) Referem-se a 100% das cotas sênior do Fundo Matone de Investimento em Direitos Creditórios – Empréstimos Consignados administrado pelo BTG Pactual Serviços Financeiros S.A., cuja carteira de créditos é custodiada no Deutsche Bank S.A. Devido o fundo aplicar seus recursos em direitos creditórios, o resgate das cotas pelo Banco dependem de recursos disponíveis, e podem nos obrigar a aguardar até o vencimento dos respectivos créditos (até 72 meses). A remuneração prevista das cotas sênior deste fundo é de 114% da taxa DI.

Composição por Prazo de Vencimento:

Em Milhares de Reais

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
Vencimentos	Custo de Aquisição Atualizado	Valor de Mercado	Custo de Aquisição Atualizado	Valor de Mercado
Sem Vencimento	559.005	549.897	567.625	558.519
De 3 a 12 meses	123.771	123.773	123.771	123.773
De 1 a 3 anos	944.582	944.592	944.582	944.592
De 3 a 5 anos	85.911	85.922	85.911	85.922
Total em 2010	**1.713.269**	**1.704.184**	**1.721.889**	**1.712.806**
Total em 2009	**1.076.974**	**1.067.165**	**1.079.793**	**1.069.984**

Os efeitos decorrentes do ajuste a valor de mercado em 31 de dezembro de 2010, no montante de R$9.085 mil (2009 – R$9.809 mil), foram levados à conta específica do Patrimônio Líquido, deduzidos dos efeitos tributários de R$3.636 mil (2009 – R$3.962 mil), lançados na rubrica Outros Créditos.

(c) Títulos Mantidos até o Vencimento

A composição da Carteira de Títulos Mantidos até o Vencimento por tipo de papel, demonstrada pelo seu valor de custo acrescido dos rendimentos, é a seguinte:

Em Milhares de Reais

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	Custo de Aquisição Atualizado	Valor de Mercado	Custo de Aquisição Atualizado	Valor de Mercado
Títulos Públicos Federais				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	4.544.921	4.545.260	4.547.943	4.548.282
Notas do Tesouro Nacional - NTN	7.809	7.942	7.809	7.942
Fundo de Compensações das Variações Salariais - CVS	153.385	113.024	153.385	113.024
Outros	6	6	6	6
Letras Hipotecárias - LH	28.699	28.699	28.699	28.699
Certificados Recebíveis Imobiliários - CRI	2.638	2.638	2.638	2.638
Total em 2010	**4.737.458**	**4.697.569**	**4.740.480**	**4.700.591**
Total em 2009	**4.298.430**	**4.257.711**	**4.301.184**	**4.260.465**

Composição por Prazo de Vencimento:

Em Milhares de Reais

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
Vencimentos	2010	2009	2010	2009
Até 3 meses	899.554	1.267.486	899.554	1.267.486
De 3 a 12 meses	376.630	8.559	376.630	8.559
De 1 a 3 anos	2.104.983	1.162.715	2.104.983	1.162.715
De 3 a 5 anos	1.200.269	553.171	1.203.291	555.925
De 5 a 15 anos	2.637	1.104.429	2.637	1.104.429
Acima de 15 anos	153.385	202.070	153.385	202.070
Total	**4.737.458**	**4.298.430**	**4.740.480**	**4.301.184**
Ativo Circulante	**1.276.184**	**1.276.045**	**1.276.184**	**1.276.045**
Ativo Realizável a Longo Prazo	**3.461.274**	**3.022.385**	**3.464.296**	**3.025.139**

(d) Instrumentos Financeiros Derivativos

Até novembro de 2010, o Banco participava de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos na modalidade de *swap*, destinados a atender as necessidades próprias, de mitigar os efeitos das variações nas taxas pré-fixadas, de câmbio e referencial – TR sobre certos ativos, que resultavam na conversão destas para variação da Selic. Em 7 de dezembro de 2010, o Banrisul aditou o contrato de cessão com o Estado do Rio Grande do Sul, cancelando as cláusulas de equalização de taxas, na modalidade *swap*, e compensando os ajustes a receber apurados até aquela data-base no montante de R$102.909 mil com o valor justo dos créditos do FCVS adquiridos, não impactando no resultado do Banco.

Em 31 de dezembro de 2009, a posição era a seguinte:

Banrisul e Banrisul Consolidado — Em Milhares de Reais

	Valor de Referência	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Acima de 15 anos	2009
Ativo								
SELIC+Pré-FCVS	77.170	-	-	-	27	18.183	5.911	24.121
SELIC+Pré	97.872	10.425	5.556	22.223	22.223	66.671	-	127.098
Passivo								
TR + Pré	(77.170)	(7.324)	(6.592)	(11.921)	(5.888)	(9.320)	(984)	(42.029)
USD+Taxa BID+Pré	(97.872)	(304)	(295)	(1.093)	(967)	(2.284)	-	(4.943)
Ajuste Líquido		**2.797**	**(1.331)**	**9.209**	**15.395**	**73.250**	**4.927**	**104.247**

As operações de *swap* acima apresentadas tinham como contraparte o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e foram realizadas atreladas às operações de cessão de créditos do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) e operações de crédito junto a entidades do Setor Público Municipal com as mesmas datas de recebimento das operações principais.

Essas operações de *swap*, tinham o objetivo de ajustar os preços das operações a elas atreladas, e em conjunto com estas operações, apresentavam taxas equivalentes às praticadas pelo mercado na mesma data, pois os vencimentos das operações se dariam simultaneamente as operações originais sendo os contratos de *swap* não negociáveis separadamente.

Os valores a receber e a pagar, em 31 de dezembro de 2009, estão assim representados:

Banrisul e Banrisul Consolidado — Em Milhares de Reais

	2009
Instrumentos Financeiros Derivativos	
Ajustes a Receber - Curto Prazo	15.981
Ajustes a Receber - Longo Prazo	135.238
Ajustes a Pagar - Curto Prazo	(14.515)
Ajustes a Pagar - Longo Prazo	(32.457)
Ajuste Líquido a Receber	**104.247**

NOTA 06 **Créditos Vinculados**

Banrisul e Banrisul Consolidado — Em Milhares de Reais

Descrição	Forma de Remuneração	2010	2009
Depósitos Compulsórios - Bacen		**2.437.243**	**1.349.540**
Depósitos à Vista e Outros Recursos	Sem Remuneração	899.030	267.960
Exigibilidade Adicional	SELIC	106.553	-
Depósitos de Poupança	Poupança	1.105.762	1.057.438
Outros Depósitos	Sem Remuneração	32.921	24.142
Outros Depósitos	Taxa Referencial	292.977	-
Créditos Vinculados ao SFH		**604.552**	**440.898**
Carteira Adquirida	(*)	425.639	292.333
Carteira Adquirida	Taxa Referencial + Juros	163.155	133.368
Carteira Própria	Taxa Referencial + Juros	15.758	15.197
Correspondentes	**Sem Remuneração**	**29.640**	**28.031**
Total		**3.071.435**	**1.818.469**
Ativo Circulante		**2.466.883**	**1.377.571**
Ativo Realizável a Longo Prazo		**604.552**	**440.898**

(*) Até novembro de 2010, a remuneração desses créditos estava atrelada a contrato de *swap* para troca de remuneração conforme Nota 05 (d), que resultava em rendimento líquido equivalente a Selic acrescido de aproximadamente 1% a.a. na média. A partir de dezembro de 2010, a remuneração está pré-fixada em 14,07% a.a.

Créditos Vinculados ao SFH – Carteira Adquirida - O Banrisul adquiriu, de outubro de 2002 a março de 2005, do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Créditos de Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS). Em 07 de dezembro de 2010 em conexão com o cancelamento da cláusula de equalização de taxas na modalidade de *swap,* conforme Nota 05, houve a precificação desses ativos, mediante a incorporação ao custo de aquisição do valor de R$102.909 mil compensado com os ajustes líquidos a receber de *swap,* conforme descrito na Nota 05 (d), sem impacto no resultado. No final do exercício de 2010, os créditos estão avaliados pelo valor de custo e acrescidos dos rendimentos incorridos até a data das demonstrações financeiras, no valor de R$588.794 mil (2009 – R$425.701 mil). O seu valor de face é de R$789.387 mil (2009 – R$718.529 mil). Esses créditos serão convertidos em títulos CVS conforme processos de homologação e novação, cujo processo encontra-se fora do prazo inicialmente previsto pela Administração sendo os montantes já vencidos apresentados separadamente e atualizados por variação de TR mais juros. Apesar de não existir definição de prazo, os seus valores de mercado, quando da emissão dos títulos, poderão ser significativamente diferentes dos valores contábeis.

Créditos Vinculados ao SFH - Carteira Própria – Referem-se a créditos junto ao FCVS originários de créditos imobiliários, com recursos da carteira própria, já homologados pelo órgão gestor do FCVS.

NOTA 07 Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos com Característica de Crédito

As tabelas a seguir apresentadas, compreendem o saldo de operações de crédito e os saldos da carteira de câmbio e de arrendamento mercantil.

(a) Composição por Tipo de Operação e Níveis de Risco:

Banrisul e Banrisul Consolidado — Em Milhares de Reais

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	2010	2009
Empréstimos e Títulos Descontados	2.134.098	6.478.786	1.814.178	882.408	244.073	212.013	591.613	51.689	287.465	12.696.323	9.883.416
Financiamentos	501.423	437.419	171.383	40.189	9.845	17.185	7.725	6.654	20.605	1.212.428	799.163
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	171.525	464.854	324.557	148.759	44.202	21.535	36.253	18.307	54.660	1.284.652	1.020.929
Financiamentos Imobiliários	458.952	425.182	211.427	102.316	20.993	16.419	33.743	1.493	14.809	1.285.334	1.085.281
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	-	58.878	-	-	-	-	-	-	-	58.878	44.439
Total de Operações de Crédito	**3.265.998**	**7.865.119**	**2.521.545**	**1.173.672**	**319.113**	**267.152**	**669.334**	**78.143**	**377.539**	**16.537.615**	**12.833.228**
Operações de Arrendamento Mercantil	13.979	24.137	22.968	5.934	5.552	3.653	2.044	669	4.689	83.625	97.894
Adiantamento sobre Contrato de Câmbio (1)	28.541	136.470	151.142	21.609	36.742	12.375	3.690	-	5.123	395.692	446.098
Outros Créditos - Câmbio (2)	754	2.011	3.305	849	268	201	409	-	8.432	16.229	36.991
Total em 2010	**3.309.272**	**8.027.737**	**2.698.960**	**1.202.064**	**361.675**	**283.381**	**675.477**	**78.812**	**395.783**	**17.033.161**	
Total em 2009	**3.837.863**	**4.859.616**	**2.207.128**	**917.307**	**234.478**	**173.035**	**725.163**	**88.893**	**370.728**		**13.414.211**

(1) A conta Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio está classificada como redutora de "Outras Obrigações – Carteira de Câmbio" (Nota 13).
(2) Outros Créditos – Câmbio compreendem créditos referentes a Rendas a Receber sobre contratos de câmbio e créditos decorrentes de contratos de exportação.

(b) Composição dos Clientes por Faixa de Vencimento e Níveis de Risco:

Banrisul e Banrisul Consolidado — Em Milhares de Reais

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	2010	2009
Parcelas Vincendas (*)	**3.307.171**	**8.025.831**	**2.693.574**	**1.188.328**	**349.808**	**269.062**	**630.272**	**56.245**	**272.952**	**16.793.243**	**13.121.853**
Até 180 dias	1.159.213	2.100.297	1.163.370	577.819	178.091	137.627	285.839	18.894	69.855	5.691.005	4.835.306
181 a 360 dias	429.416	1.241.080	478.233	177.581	52.928	40.998	88.790	8.931	37.405	2.555.362	2.002.324
Acima de 360 dias	1.718.542	4.684.454	1.051.971	432.928	118.789	90.437	255.643	28.420	165.692	8.546.876	6.284.223
Parcelas Vencidas	**2.101**	**1.906**	**5.386**	**13.736**	**11.867**	**14.319**	**45.205**	**22.567**	**122.831**	**239.918**	**292.358**
Até 180 dias	2.101	1.906	5.386	13.736	11.867	13.732	41.626	20.981	68.016	179.351	216.054
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	587	3.579	1.586	41.678	47.430	49.719
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	13.137	13.137	26.585
Total em 2010	**3.309.272**	**8.027.737**	**2.698.960**	**1.202.064**	**361.675**	**283.381**	**675.477**	**78.812**	**395.783**	**17.033.161**	
Total em 2009	**3.837.863**	**4.859.616**	**2.207.128**	**917.307**	**234.478**	**173.035**	**725.163**	**88.893**	**370.728**		**13.414.211**

(*) Parcelas vencidas até 14 dias estão incluídas nas parcelas vincendas.

(c) Composição da Carteira por Setor de Atividade:

Banrisul e Banrisul Consolidado	Em Milhares de Reais	
	2010	2009
Setor Público Municipal		
Governo - Administração Direta e Indireta	107.095	99.918
Atividade Empresarial - Outros Serviços	18.986	21.562
Total Setor Público	**126.081**	**121.480**
Setor Privado		
Rural	1.284.652	1.020.929
Indústria	3.504.631	2.962.982
Comércio	2.010.770	1.615.221
Serviços e Outros	1.476.456	1.255.898
Pessoa Física (*)	7.345.237	5.352.420
Habitação	1.285.334	1.085.281
Total Setor Privado	**16.907.080**	**13.292.731**
Total	**17.033.161**	**13.414.211**

(*) Inclui R$2.190.239 mil em 2010 (R$1.346.858 mil em 2009) de operações de compra de carteira de crédito consignado de outras instituições financeiras.

(d) Movimentação da Provisão para Perdas em Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos com Característica de Crédito:

A movimentação da Provisão para Perdas em Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos, exclusivamente com características de crédito, é a seguinte:

Banrisul e Banrisul Consolidado	Em Milhares de Reais	
	2010	2009
Saldo Inicial da Provisão para Perdas em Operações de Crédito	**1.016.754**	**970.691**
Constituição Líquida do Exercício	518.109	421.880
Baixas para Contas de Compensação	(432.940)	(295.919)
Transferência para Outros Créditos sem Característica de Crédito	-	(79.898)
Provisão para Perdas em Operações de Crédito por Níveis de Risco	**1.101.923**	**1.016.754**
Provisão sobre Operações de Crédito		
Ativo Circulante	407.082	418.080
Ativo Realizável a Longo Prazo	651.641	548.129
Provisão sobre Operações de Arrendamento Mercantil		
Ativo Circulante	3.609	1.566
Ativo Realizável a Longo Prazo	5.305	7.183
Provisão sobre Outros Créditos com Característica de Crédito		
Ativo Circulante	26.250	41.767
Ativo Realizável a Longo Prazo	8.036	29

(e) Composição da Provisão para Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos com Característica de Crédito por Níveis de Risco:

Banrisul e Banrisul Consolidado			Em Milhares de Reais		
			Provisão existente		
Níveis de Risco	Carteira de Crédito	Provisionamento mínimo requerido pela Resolução nº 2.682/99	Provisão mínima requerida	Provisão Adicional (Nota 03(f))	Total
AA	3.309.272	0,0%	-	6.495	6.495
A	8.027.737	0,5%	40.139	16.055	56.194
B	2.698.960	1,0%	26.989	13.495	40.484
C	1.202.064	3,0%	36.062	24.041	60.103
D	361.675	10,0%	36.168	7.233	43.401
E	283.381	30,0%	85.014	5.668	90.682
F	675.477	50,0%	337.738	13.510	351.248
G	78.812	70,0%	55.169	2.364	57.533
H	395.783	100,0%	395.783	-	395.783
Total em 2010	**17.033.161**		**1.013.062**	**88.861**	**1.101.923**
Total em 2009	**13.414.211**		**944.781**	**71.973**	**1.016.754**

As operações de crédito baixadas a prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, mantidas pelo valor atualizado até a data da respectiva baixa em conta de compensação, montavam R$432.940 mil (2009 – R$295.919 mil).

As recuperações por recebimento das Operações de Crédito anteriormente baixadas como prejuízo foram reconhecidas como Receitas de Operações de Créditos e atingiram R$135.439 mil (2009 – R$87.576 mil) no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, líquidas das perdas geradas nessas recuperações.

NOTA 08 **Outros Créditos**

Em Milhares de Reais

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Carteira de Câmbio	**398.225**	**448.926**	**398.225**	**448.926**
Câmbio Comprado a Liquidar	381.844	431.159	381.844	431.159
Direitos sobre Vendas de Câmbio	17.129	11.626	17.129	11.626
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(8.700)	(6.861)	(8.700)	(6.861)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	7.952	13.002	7.952	13.002
Rendas a Receber	**42.248**	**35.544**	**36.388**	**30.833**
Dividendos e Bonificações em Dinheiro a Receber	5.860	4.711	-	-
Serviços Prestados a Receber	34.469	29.657	34.469	29.657
Outros	1.919	1.176	1.919	1.176
Negociação e Intermediação de Valores	**-**	**-**	**4.951**	**4.615**
Negociação e Intermediação de Valores	-	-	4.951	4.615
Créditos Específicos	**-**	**-**	**8**	**21**
Créditos Específicos	-	-	8	21
Diversos	**1.327.839**	**1.267.652**	**1.386.419**	**1.328.834**
Adiantamentos ao Fundo Garantidor de Crédito	57.373	77.044	57.373	77.044
Adiantamentos a Empregados	11.920	11.257	13.797	11.301
Adiantamentos para Pagamentos por Nossa Conta	446	487	3.251	6.507
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (Nota 22 (b))	616.903	598.013	621.238	603.580
Devedores por Depósito em Garantia (Nota 14)	162.382	154.899	174.215	167.286
Impostos e Contribuições a Compensar	13	18	2.267	3.076
Pagamentos a Ressarcir	86.494	79.329	87.078	79.384
Títulos e Créditos a Receber (*)	238.809	220.427	239.731	221.324
Transações com Cartões de Crédito	84.604	66.446	84.604	66.446
Devedores Diversos - País	68.895	59.732	102.865	92.886
Provisão para Outros Créditos	**(73.377)**	**(121.694)**	**(73.938)**	**(122.110)**
Total de Outros Créditos	**1.694.935**	**1.630.428**	**1.752.053**	**1.691.119**
Ativo Circulante	**1.084.641**	**904.559**	**1.129.070**	**948.170**
Ativo Realizável a Longo Prazo	**610.294**	**725.869**	**622.983**	**742.949**

(*) Títulos e Créditos a Receber estão compostos principalmente por:

a) Créditos de precatórios junto ao Tesouro Nacional. No primeiro trimestre de 2005, mantendo a política de recuperação de créditos, o Banrisul recebeu como dação em pagamento, para quitação de empréstimos em atraso de empresas de um mesmo Grupo Econômico. Esses títulos, em 31 de dezembro de 2010, totalizavam R$88.191 mil (2009 – R$81.810 mil) e são remunerados pela variação de índice de preços e juros.

b) Outros Créditos sem Característica de Crédito, com o Setor Público Municipal, no valor de R$95.298 mil (2009 – R$89.910 mil) relativos a direitos recebíveis adquiridos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul ou de entidades por ele controladas, com remuneração de 1% a 8,5% a.a. e indexado a TR e IGPM e vencimento até 2030.

NOTA 09 **Permanente**

(a) Imobilizado

Banrisul — Em Milhares de Reais

	Taxa	Custo Original	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido em 2010	Saldo Líquido em 2009
Imobilizado de Uso					
Imóveis de Uso	4%	120.361	(97.741)	22.620	22.219
Outras Imobilizações de Uso					
Móveis e Equipamentos em Estoque	-	10.728	-	10.728	5.706
Imobilizações em Curso	-	58	-	58	114
Instalações	10%	88.124	(76.878)	11.246	10.972
Móveis e Equipamentos de Uso	10%	70.371	(49.491)	20.880	21.299
Outros					
Sistema de Comunicação	10%	4.413	(3.856)	557	526
Sistema de Processamento de Dados	20%	283.606	(190.779)	92.827	101.587
Sistema de Segurança	10%	9.325	(6.696)	2.629	2.817
Sistema de Transportes	20%	2.480	(2.210)	270	468
Total		**589.466**	**(427.651)**	**161.815**	**165.708**

Banrisul Consolidado — Em Milhares de Reais

	Taxa	Custo Original	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido em 2010	Saldo Líquido em 2009
Imobilizado de Uso					
Imóveis de Uso	4%	130.623	(102.488)	28.135	24.785
Outras Imobilizações de Uso					
Móveis e Equipamentos em Estoque	-	10.728	-	10.728	5.706
Imobilizações em Curso	-	58	-	58	115
Instalações	10%	89.322	(77.276)	12.046	11.883
Móveis e Equipamentos de Uso	10%	73.624	(52.116)	21.508	22.030
Outros					
Sistema de Comunicação	10%	4.413	(3.856)	557	527
Sistema de Processamento de Dados	20%	284.365	(191.421)	92.944	101.667
Sistema de Segurança	10%	9.325	(6.696)	2.629	2.817
Sistema de Transportes	20%	2.545	(2.227)	318	528
Total		**605.003**	**(436.080)**	**168.923**	**170.058**

(b) Intangível

Em Milhares de Reais

				Banrisul		Banrisul Consolidado	
	Taxa	Custo Original	Amortização	Saldo Líquido em 2010	Saldo Líquido em 2009	Saldo Líquido em 2010	Saldo Líquido em 2009
Ativos Intangíveis							
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento (*)							
Setor Público	20%	298.284	(155.242)	143.042	163.461	143.042	163.461
Setor Privado	20%	26.330	(6.671)	19.659	8.968	19.659	8.968
Aquisição de *Software*	20%	35.939	(28.456)	7.483	7.242	7.483	7.242
Outros	-	668	(608)	60	75	1.087	458
Total		**361.221**	**(190.977)**	**170.244**	**179.746**	**171.271**	**180.129**

(*) Referem-se aos contratos firmados com o setor público e com entidades do setor privado, para a garantia de exclusividade na manutenção dos serviços bancários de processamento de créditos de folha de pagamento e de prioridade no canal de consignação de empréstimos para os respectivos funcionários, bem como a manutenção da carteira de cobrança, de serviços de pagamento aos seus fornecedores e outros serviços bancários. Esses contratos possuem vigência por cinco anos, sendo amortizados pelo prazo contratual decorrido. Não foram identificadas perdas no valor recuperável destes ativos.

NOTA 10 **Depósitos e Captações no Mercado Aberto**

Banrisul — Em Milhares de Reais

	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	2010	2009
Depósitos						
À Vista (a)	3.783.239	-	-	-	3.783.239	2.107.702
Poupança (a)	5.579.974	-	-	-	5.579.974	5.636.799
Interfinanceiros	-	12.310	-	-	12.310	89.968
A Prazo (b)	5.452	1.769.771	4.686.185	3.452.379	9.913.787	8.712.359
Outros Depósitos	471	-	-	-	471	11.591
Total	**9.369.136**	**1.782.081**	**4.686.185**	**3.452.379**	**19.289.781**	**16.558.419**
Passivo Circulante					**15.837.402**	**13.261.369**
Passivo Exigível a Longo Prazo					**3.452.379**	**3.297.050**
Captação no Mercado Aberto						
Carteira Própria	-	1.380.046	-	-	1.380.046	2.069.893
Total	**-**	**1.380.046**	**-**	**-**	**1.380.046**	**2.069.893**

Banrisul Consolidado — Em Milhares de Reais

	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	2010	2009
Depósitos						
À Vista (a)	3.779.936	-	-	-	3.779.936	2.100.614
Poupança (a)	5.579.974	-	-	-	5.579.974	5.636.799
Interfinanceiros	-	12.310	-	-	12.310	89.968
A Prazo (b)	5.452	1.769.771	4.452.712	3.452.379	9.680.314	8.530.748
Outros Depósitos	471	-	-	-	471	11.616
Total	**9.365.833**	**1.782.081**	**4.452.712**	**3.452.379**	**19.053.005**	**16.369.745**
Passivo Circulante					**15.600.626**	**13.072.695**
Passivo Exigível a Longo Prazo					**3.452.379**	**3.297.050**
Captação no Mercado Aberto						
Carteira Própria	-	1.311.160	-	-	1.311.160	2.006.497
Total	**-**	**1.311.160**	**-**	**-**	**1.311.160**	**2.006.497**

(a) Classificados como sem vencimento pois podem ser resgatados imediatamente.
(b) Considera os prazos estabelecidos nas aplicações.

As captações em depósitos a prazo são realizadas com pessoas físicas ou jurídicas, nas modalidades de encargos pós ou pré-fixados que correspondem a 76% e 24% do total da carteira, respectivamente. A taxa média de captação para os depósitos pós-fixados corresponde a 96,48% (2009 – 97,02%) da variação do CDI e os pré-fixados 8,56% (2009 – 8,54%) ao ano.

As captações através de operações compromissadas - carteira própria - no mercado aberto, realizadas com instituições financeiras, têm taxa média de captação de 100% da variação do CDI.

NOTA 11 **Obrigações por Empréstimos**

No Exterior - São representadas por recursos captados de bancos no exterior para aplicação em operações comerciais de câmbio incorrendo a variação cambial das respectivas moedas acrescida de juros a taxas entre 2,00% a 6,50% (2009 – 2,00% a 9,00%) ao ano, com vencimento máximo em 1.826 dias (2009 – 294 dias).

NOTA 12 **Obrigações por Repasses**

Banrisul e Banrisul Consolidado — Em Milhares de Reais

	Repasses do País Instituições Oficiais		Repasses do Exterior		Total	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Até 90 dias	249.287	249.709	7.117	2.538	256.404	252.247
De 91 a 360 dias	60.555	120.123	12.293	33.230	72.848	153.353
De 1 a 3 anos	325.302	245.937	5.109	-	330.411	245.937
De 3 a 5 anos	186.680	146.559	714	-	187.394	146.559
Acima de 5 anos	235.679	180.417	-	-	235.679	180.417
Total	**1.057.503**	**942.745**	**25.233**	**35.768**	**1.082.736**	**978.513**
Passivo Circulante	**309.842**	**369.832**	**19.410**	**35.768**	**329.252**	**405.600**
Passivo Exigível a Longo Prazo	**747.661**	**572.913**	**5.823**	**-**	**753.484**	**572.913**

Os recursos internos para repasses representam, basicamente, captações de Instituições Oficiais (BNDES, FINAME e Caixa Econômica Federal). Essas obrigações têm vencimentos mensais até julho de 2023, com incidência de encargos financeiros nas operações pós-fixadas de 0,90% a 8,00% (2009 – 1,00% a 3,50%) ao ano, além das variações dos indexadores (TJLP, Dólar e Cesta de Moedas), e nas obrigações pré-fixadas até 11,00% (2009 – 11,00%) ao ano. Os recursos são repassados aos clientes nos mesmos prazos e taxas de captação, acrescidas de comissão de intermediação. Como garantia desses recursos, foram repassadas as garantias recebidas nas correspondentes operações de crédito.

NOTA 13 **Outras Obrigações**

Em Milhares de Reais

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	**23.601**	**28.445**	**23.601**	**28.445**
Recebimento de Tributos Federais	23.589	28.423	23.589	28.423
Outros	12	22	12	22
Carteira de Câmbio	**18.784**	**24.134**	**18.784**	**24.134**
Câmbio Vendido a Liquidar	16.937	11.653	16.937	11.653
Obrigações por Compras de Câmbio	397.539	458.574	397.539	458.574
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (Nota 07 (a))	(395.692)	(446.098)	(395.692)	(446.098)
Outros	-	5	-	5
Sociais e Estatutárias	**27.779**	**33.315**	**27.868**	**33.387**
Dividendos e Bonificações a Pagar	24.030	29.366	24.119	29.438
Gratificações e Participações a Pagar	3.749	3.949	3.749	3.949
Fiscais e Previdenciárias	**624.938**	**517.308**	**634.857**	**523.216**
Impostos e Contribuições a Recolher	50.243	41.314	51.641	42.335
Provisão de Imposto de Renda e Contribuições sobre o Lucro	169.590	80.579	176.664	84.031
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 22 (b2))	11.635	9.409	11.636	9.440
Provisão para Riscos Fiscais (Nota 14 (b))	393.470	386.006	394.916	387.410
Negociação e Intermediação de Valores	-	-	**2.053**	**4.223**
Negociação e Intermediação de Valores	-	-	2.053	4.223
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	**4.444.611**	**4.139.986**	**4.444.611**	**4.139.986**
Obrigações para Fundos Financeiros e de Desenvolvimento (Nota 21 (a))	4.425.023	4.120.636	4.425.023	4.120.636
Outros	19.588	19.350	19.588	19.350
Diversos	**882.841**	**814.290**	**952.697**	**855.064**
Cheques Administrativos	18.536	14.363	18.536	14.363
Credores por Recursos a Liberar	60.079	41.730	60.287	41.937
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	3.750	3.751	3.813	3.847
Obrigações por Convênios Oficiais	19.366	15.029	19.366	15.029
Provisões para Férias e Outros Encargos	208.131	181.293	200.870	152.938
Parcelamento do *Déficit* Atuarial da Fundação Banrisul (Nota 23)	63.054	58.648	63.054	58.648
Provisões para Ações Trabalhistas (Nota 14 (b))	111.894	96.599	123.073	111.571
Provisão Multas Câmbio Bacen (Nota 14 (b))	115.381	111.105	115.381	111.105
Provisão para Riscos Previdenciários (Nota 14 (b))	18.783	18.783	18.783	18.783
Provisão para Perdas de Securitização (*)	4.907	7.429	4.907	7.429
Provisão para Riscos Cíveis (Nota 14 (b))	9.575	7.200	9.575	7.200
Provisão Proveniente da Companhia União de Seguros Gerais (GESB)	7.213	7.538	7.213	7.538
Recursos de FGTS para Amortizações	3.458	2.569	3.458	2.569
Credores Diversos - País	104.949	85.386	169.593	138.555
Transações de Cartões a Pagar	76.714	56.161	76.714	56.161
Outros	57.051	106.706	58.074	107.391
Total de Outras Obrigações	**6.022.554**	**5.557.478**	**6.104.471**	**5.608.455**
Passivo Circulante	**5.468.951**	**5.004.932**	**5.550.378**	**5.055.446**
Passivo Exigível a Longo Prazo	**553.603**	**552.546**	**554.093**	**553.009**

(*) A Administração do Banco mantém provisão relativa a coobrigações de créditos securitizados junto ao Tesouro Nacional que monta R$40.053 mil (2009 – R$43.462 mil), controlada em conta de compensação, sendo de responsabilidade de mutuários do setor rural.

NOTA 14 Provisões para Ativos e Passivos Contingentes

O Banrisul e suas controladas, na execução de suas atividades normais, são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível.

As provisões foram constituídas com base em opinião de assessores legais, através da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e desfecho de causa. O Banrisul provisiona integralmente o valor das ações cuja avaliação é classificada como provável.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

(a) Ativos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2010, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes e não existem processos em curso com ganhos prováveis.

(b) Movimentação das Provisões para Passivos Contingentes

Banrisul — Em Milhares de Reais

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outros	Total
Saldo Inicial em 31/12/2009	**386.006**	**96.599**	**7.200**	**129.888**	**619.693**
Constituição e Atualização Monetária	17.081	90.383	2.716	4.276	114.456
Baixas por Pagamento	(9.617)	(75.088)	(341)	-	(85.046)
Saldo Final em 31/12/2010	**393.470**	**111.894**	**9.575**	**134.164**	**649.103**
Depósitos em Garantia (Nota 08)	-	94.774	49.050	18.558	162.382

Banrisul Consolidado — Em Milhares de Reais

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outros	Total
Saldo Inicial em 31/12/2009	**387.410**	**111.571**	**7.200**	**129.888**	**636.069**
Constituição e Atualização Monetária	17.123	90.383	2.716	4.276	114.498
Reversão da Provisão	-	(3.031)	-	-	(3.031)
Baixas por Pagamento	(9.617)	(75.850)	(341)	-	(85.808)
Saldo Final em 31/12/2010	**394.916**	**123.073**	**9.575**	**134.164**	**661.728**
Depósitos em Garantia (Nota 08)	1.444	103.746	50.467	18.558	174.215

(c) Contingências Fiscais

Provisões de contingências fiscais referem-se basicamente a exigíveis relativos a tributos cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação administrativa ou judicial, cuja probabilidade de perda é, ou em estágios anteriores dos processos já foi, considerada provável, e estão constituídas pelo valor integral em discussão. Para causas que possuem os respectivos depósitos em garantia, os valores envolvidos não se encontram atualizados. Quando da expedição do alvará de levantamento, em função da ação julgada favorável, os valores são atualizados e resgatados.

A principal causa de natureza fiscal se refere ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre a dedução da despesa oriunda da quitação do *déficit* atuarial junto à Fundação Banrisul de Seguridade Social, questionada pela Secretaria da Receita Federal para o período de 1998 a 2005 no montante de R$393.470 mil. O Banco, através de seus assessores jurídicos, vem discutindo judicialmente o assunto e, conservadoramente, registrou provisão para contingências no valor estimado da perda.

(d) Contingências Trabalhistas

São ações movidas pelos sindicatos e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas.

Registra a provisão constituída para as ações trabalhistas ajuizadas contra o Banrisul, quando

da notificação judicial e cujo risco de perda é considerado provável. O valor é apurado de acordo com a estimativa de desembolso feita por nossa Administração, revisada periodicamente com base em subsídios recebidos de nossos assessores legais, sendo ajustadas ao valor do depósito de execução quando estes são exigidos. Da provisão mencionada, já foi depositado judicialmente o montante de R$78.756 mil (Consolidado – R$87.728 mil). Adicionalmente, o valor de R$16.018 mil foi exigido para os recursos processuais.

Existem causas trabalhistas que, de acordo com sua natureza, o Banco considera sua perda como possível, no montante aproximado de R$42.000 mil. De acordo com as práticas contábeis, não foi registrada provisão para contingências.

(e) Contingências Cíveis

Ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos.

Registra a provisão constituída, quando da notificação judicial, e ajustadas mensalmente, pelo valor indenizatório pretendido, nas provas apresentadas e na avaliação de assessores legais que considera jurisprudência, subsídios fáticos levantados, provas produzidas nos autos e as decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, quanto ao grau de risco de perda da ação judicial.

Existem ainda R$49.050 mil que compõem o saldo de depósitos judiciais relativos a processos movidos por terceiros contra a Instituição que a assessoria jurídica classifica como de perdas possíveis e remotas.

(f) Outros

i) Em 29 de setembro de 2000, o Banrisul recebeu autuação imposta pelo Banco Central do Brasil em conexão com processos administrativos abertos por aquela Autoridade Monetária, relativamente a supostas irregularidades cometidas em operações de câmbio entre 1987 e 1989. Em deliberação administrativa de segunda instância, foi determinado ao Banrisul o pagamento de multa equivalente a 100% do valor das operações supostamente irregulares, decisão essa que está sendo contestada judicialmente por sua Administração, que de forma preventiva e atendendo aos requisitos do Bacen, decidiu pela constituição de provisão para possíveis perdas no montante de R$115.381 mil.

ii) Notificação fiscal de débito do INSS referente a cobrança previdenciária sobre verbas que não possuem natureza salarial e salário-educação classificada como provável pelos nossos assessores e com provisão no montante de R$18.783 mil.

NOTA 15 Receitas de Prestação de Serviços

	Em Milhares de Reais			
	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Administração de Fundos	56.494	52.933	63.185	58.566
Cobrança de Títulos	43.195	40.088	43.464	40.096
Receita com Refeisul	-	-	21.680	17.380
Rendas de Taxas de Administração de Consórcios	-	-	12.051	10.874
Rendas de Corretagens de Operações	-	-	4.272	4.253
Outras Receitas de Serviços	930	908	6.529	6.294
Total	**100.619**	**93.929**	**151.181**	**137.463**

NOTA 16 **Rendas de Tarifas Bancárias**

	Em Milhares de Reais			
	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Banricompras	85.917	69.138	85.917	69.138
Devolução de Cheques	18.611	20.079	18.611	20.079
Débitos em Conta	21.756	20.088	21.756	20.088
Serviços de Arrecadação	58.157	55.880	58.157	55.880
Transações com Cheques	14.589	12.510	14.589	12.510
Tarifas Bancárias de Contas Correntes	248.538	225.815	248.538	225.815
Cartão de Crédito	12.181	11.335	12.181	11.335
Outras Receitas de Tarifas	30.742	27.036	30.731	27.033
Total	**490.491**	**441.881**	**490.480**	**441.878**

Do montante de R$490.491 mil de rendas do exercício, R$242.036 mil (2009 – R$229.773 mil) são provenientes de operações com pessoas físicas e R$248.455 mil (2009 – R$212.108 mil) com pessoas jurídicas.

NOTA 17 **Outras Despesas Administrativas**

	Em Milhares de Reais			
	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Processamento de Dados e Telecomunicações	147.829	135.158	152.588	138.725
Vigilância, Segurança e Transporte de Valores	75.653	76.268	75.653	76.268
Amortização e Depreciação	109.004	92.943	109.728	93.779
Aluguéis e Condomínios	53.177	47.340	51.619	45.930
Materiais	22.908	19.483	22.975	19.534
Serviços de Terceiros	122.519	106.853	125.327	109.114
Propaganda, Promoções e Publicidade (*)	102.337	99.538	104.079	100.398
Manutenção e Conservação	23.657	19.794	23.852	20.105
Água, Energia e Gás	17.690	17.897	17.913	18.092
Serviços do Sistema Financeiro	20.030	16.669	20.929	17.400
Outras	36.786	37.902	38.563	39.540
Total	**731.590**	**669.845**	**743.226**	**678.885**

(*) É composto por principalmente R$37.675 mil (2009 – R$51.685 mil) de despesa com propaganda institucional e R$53.598 mil (2009 – R$39.141 mil) de programa de divulgação por meio de eventos e clubes esportivos.

NOTA 18 **Outras Receitas Operacionais**

	Em Milhares de Reais			
	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Recuperação de Encargos e Despesas	49.099	47.662	47.962	42.899
Reversão de Provisões Operacionais para:				
Trabalhistas	-	-	3.031	-
Perdas de Securitização (Nota13)	3.167	5.510	3.167	5.510
Outros Créditos sem Característica de Crédito	33.252	4.572	33.252	4.572
Outros Tributos	61	42	61	42
Comissão sobre Títulos de Capitalização	3.070	3.293	3.070	3.293
Tarifas Interbancárias	21.020	21.085	21.020	21.085
Títulos de Créditos a Receber	9.953	5.707	9.953	5.707
Fundo de Reserva - Depósito Judicial - Lei nº 12.069	16.782	15.122	16.782	15.122
Comissão e Taxa de Administração sobre Colocação de Seguros	2.374	1.750	2.374	1.750
Outras Receitas Operacionais	67.423	39.478	68.231	43.731
Total	**206.201**	**144.221**	**208.903**	**143.711**

NOTA 19 **Outras Despesas Operacionais**

	Em Milhares de Reais			
	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Descontos Concedidos de Renegociações	7.497	5.526	7.497	5.526
Despesas com Provisões Trabalhistas (Nota 14 (b))	90.383	59.679	90.383	64.370
Despesas com Provisões de Imóveis - Bens não de Uso	3.298	962	3.298	962
Despesas com Provisões para Perdas de Securitização	645	831	645	831
Despesas com Provisões para Ações Cíveis (Nota 14 (b))	2.716	1.783	2.716	1.783
Despesas com Arrecadação de Tributos Federais	2.345	1.813	2.345	1.813
Despesas com Atualização da Provisão para Riscos Fiscais (CS/IR) - (Nota 14 (b))	17.081	18.587	17.123	18.587
Despesas com Indenizações - Processos Administrativos	7.762	4.365	7.762	4.365
Atualização Monetária Multas Câmbio - Bacen (Nota 14 (b))	4.276	4.612	4.276	4.612
Atualização Monetária da Dívida Contratada da Fundação Banrisul (Nota 23)	9.825	2.505	9.825	2.505
Despesas de Cheque Especial e Banricompras Premiável	704	770	704	770
Despesas com Provisão para Dívidas Assumidas junto ao GESB	1.046	457	1.046	457
Ajuste Cambial - Dependências no Exterior	4.961	38.215	4.961	38.215
Despesas com Processos Judiciais	7.396	5.677	7.396	5.677
Despesas com Cartões	3.851	3.875	3.851	3.875
Outras Despesas Operacionais (*)	20.427	71.826	21.538	73.293
Total	**184.213**	**221.483**	**185.366**	**227.641**

(*) No exercício de 2009, o valor de R$39.124 mil refere-se principalmente ao pagamento de enquadramento de exigibilidade de depósitos de poupança de exercícios anteriores.

NOTA 20 **Patrimônio Líquido - Banrisul**

(a) Capital Social

O Capital Social do Banco em 31 de dezembro de 2010 é de R$2.900.000 mil, subscrito e integralizado, representado por 408.974 mil ações, sem valor nominal, conforme abaixo:

	ON		PNA		PNB		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado do Rio Grande do Sul	204.199.859	99,59	2.721.484	74,25	26.086.957	13,03	233.008.300	56,97
Fundação Banrisul de Seguridade Social	449.054	0,22	158.983	4,34	-	0,00	608.037	0,15
Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul	44.934	0,02	168.612	4,60	-	0,00	213.546	0,05
Outros	349.527	0,17	616.280	16,81	174.178.787	86,97	175.144.594	42,83
Total	**205.043.374**	**100,00**	**3.665.359**	**100,00**	**200.265.744**	**100,00**	**408.974.477**	**100,00**

A Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada em 30 de abril de 2010, aprovou aumento de capital mediante aproveitamento de Reservas de Lucro, no montante de R$300.000 mil, sem emissão de novas ações, já homologado pelo Bacen.

As ações preferenciais não têm direito a voto e têm a seguinte remuneração:

Ações Preferenciais Classe A:

i) Prioridade no recebimento de um dividendo fixo preferencial, não cumulativo, de 6% (seis por cento) ao ano, calculado sobre o quociente resultante da divisão do valor do capital social pelo número de ações que o compõem;

ii) Direito de participar, depois de pago às ações Ordinárias e Preferenciais Classe B um dividendo igual ao pago a tais ações, na distribuição de quaisquer outros dividendos ou bonificações em dinheiro distribuídos pela sociedade, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe B, com o acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor pago a tais ações;

iii) Participação nos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe B; e

iv) Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio.

Ações Preferenciais Classe B:

i) Participação nos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe A; e

ii) Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio.

(b) Distribuição de Resultado

O Lucro Líquido do Exercício, ajustado nos termos da Lei n° 6.404/76, terá as seguintes destinações: (I) 5% para constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital Social, (II) 25% para constituição de Reserva Estatutária, (III) Dividendos Mínimos Obrigatórios de 25% do Lucro Líquido Ajustado. O lucro restante terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

A Reserva Estatutária terá por finalidade garantir recursos para investimentos e aplicação na área de informática, e está limitada a 70% do Capital Social Integralizado.

Em 30 de abril de 2010, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária foi ratificada e aprovada a proposta de distribuição de dividendos adicionais para o exercício de 2009 e 2010, no percentual equivalente a 15% do Lucro Líquido Ajustado, perfazendo o total de 40%.

A política de remuneração do capital adotada pelo Banrisul visa distribuir juros sobre o capital próprio no valor máximo dedutível calculado em conformidade com a legislação vigente, os quais são computados, líquidos de Imposto de Renda na Fonte, no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social.

Conforme facultado pela Lei n° 9.249/95 e pela Deliberação CVM nº 207/96, a Administração do Banrisul pagou juros sobre o capital próprio no montante de R$193.327 mil, referente ao exercício de 2010, imputado aos dividendos, líquido do imposto de renda retido na fonte.

O pagamento destes juros sobre o capital próprio resultou em um benefício tributário para o Banco da ordem de R$81.943 mil (2009 – R$75.610 mil) (Nota 22).

A distribuição dos dividendos e juros sobre o capital próprio está assim representada:

	Em Milhares de Reais	
	2010	2009
Lucro Líquido do Exercício	**741.242**	**541.096**
Ajuste		
Reserva Legal	(37.062)	(27.055)
Base de Cálculo dos Dividendos	**704.180**	**514.041**
Dividendo Mínimo Obrigatório 25%	176.045	128.510
Dividendo Adicional 15%	105.627	77.106
Total dos Dividendos	**281.672**	**205.616**
A) Juros sobre Capital Próprio Pagos	**193.327**	**179.201**
Ações Ordinárias (R$500,83993 por lote de mil ações)	102.694	94.754
Ações Preferenciais A (R$508,37848 por lote de mil ações)	1.896	1.813
Ações Preferenciais B (R$500,83993 por lote de mil ações)	100.268	92.458
Imposto de Renda na Fonte relativo a Juros sobre Capital Proprio	(11.531)	(9.824)
B) Dividendos Pagos	**65.000**	-
Ações Ordinárias (R$158,79164 por lote de mil ações)	32.559	-
Ações Preferenciais A (R$174,6708 por lote de mil ações)	641	-
Ações Preferenciais B (R$158,79164 por lote de mil ações)	31.800	-
C) Dividendos Provisionados	**23.345**	**26.415**
Ações Ordinárias (R$57,03043 por lote de mil ações)	11.694	13.231
Ações Preferenciais A (R$62,73347 por lote de mil ações)	230	273
Ações Preferenciais B (R$57,03043 por lote de mil ações)	11.421	12.911
Total de Juros sobre Capital Próprio e Dividendos (A+B+C)	**281.672**	**205.616**

NOTA 21 **Compromissos, Garantias e Outros**

(a) Em 22 de abril de 2004, foi sancionada a Lei Estadual n° 12.069, alterada pela Lei n° 12.585 de 29 de agosto de 2006, mediante a qual o Banco, quando solicitado, deverá disponibilizar ao Estado do Rio Grande do Sul até 85% dos depósitos judiciais efetuados por terceiros junto ao Banco (excetuando-se aqueles cuja parte litigante seja Município). A parcela não disponibilizada deverá constituir fundo de reserva destinado a garantir a restituição dos referidos depósitos judiciais. Em 31 de dezembro de 2010, o montante de depósitos judiciais efetuados por terceiros no Banco, atualizado pela variação da TR acrescida de juros de 6,17% a.a. até a data do balanço totalizava R$6.468.023 mil (2009 – R$6.163.636 mil), do qual R$2.043.000 mil (2009 – R$2.043.000 mil) foi transferido para o Estado, mediante sua solicitação, e baixado das respectivas contas patrimoniais. O saldo remanescente, que constitui a disponibilidade do fundo anteriormente mencionado, administrado pelo Banrisul, está registrado na rubrica Obrigações para Fundos Financeiros e de Desenvolvimento (Nota 13).

(b) Avais e fianças prestados a clientes montam R$507.513 mil (2009 – R$579.811 mil), estão sujeitos a encargos financeiros e contam com garantias dos beneficiários.

(c) O Banrisul é responsável pela custódia de 439.491 mil títulos de clientes (2009 – 367.837 mil).

(d) O Banco possui coobrigações em créditos abertos para importação no valor de R$51.853 mil (2009 – R$55.860 mil).

(e) O Banrisul é administrador de diversos fundos e carteiras, que apresentaram os seguintes patrimônios líquidos:

	Em Milhares de Reais			
	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Fundos de Investimentos (*)	5.267.017	4.813.088	5.284.694	4.990.717
Fundos de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimentos	119.164	85.623	252.111	85.623
Fundo para Garantia de Liquidez dos Títulos da Dívida Pública do Estado do Rio Grande do Sul	229.362	936.447	229.362	936.447
Carteiras Administradas	485.387	415.939	499.414	431.739
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	-	24.140	-	24.140
Clubes de Investimentos	-	-	1.588	433
Total	**6.100.930**	**6.275.237**	**6.267.169**	**6.469.099**

(*) As carteiras dos fundos de investimentos são compostas principalmente por títulos de renda fixa e de renda variável, e seus valores de patrimônio líquido encontram-se ajustados pelas respectivas marcações a mercado na data-base.

(f) A controlada Banrisul S.A. Administradora de Consórcios é responsável pela administração de 122 grupos (108 em 2009) de consórcios distribuídos entre imóveis, motos, veículos e tratores que reúnem 23.382 consorciados ativos (20.189 em 2009).

(g) O Banco aluga imóveis, principalmente utilizados para instalação de agências, com base em contrato padrão, o qual pode ser cancelado por sua vontade e inclui o direito de opção de renovação e cláusulas de reajuste. O total dos pagamentos mínimos futuros dos aluguéis contratados não canceláveis em 31 de dezembro de 2010 é de R$115.862 mil, sendo R$33.400 mil com vencimento até um ano, R$69.837 mil de um a cinco anos e R$12.625 mil acima de cinco anos. Os pagamentos de aluguéis reconhecidos como despesas no exercício totalizavam R$48.796 mil.

NOTA 22 Imposto de Renda e Contribuição Social

(a) Reconciliação da Despesa/Receita de Imposto de Renda e Contribuição Social

Em Milhares de Reais

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Lucro do Exercício antes da Tributação e Participações	**1.128.210**	**837.762**	**1.147.824**	**853.267**
Imposto de Renda sobre o Lucro - Alíquota 25%	(282.053)	(209.441)	(286.956)	(213.317)
Contribuição Social sobre o Lucro - Alíquota 9%	-	-	(1.345)	(922)
Contribuição Social sobre o Lucro - Alíquota 15%	(169.232)	(125.664)	(169.932)	(126.453)
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social pelas Alíquotas Efetivas	**(451.285)**	**(335.105)**	**(458.233)**	**(340.692)**
Ajuste Multa Câmbio	(1.710)	(1.845)	(1.710)	(1.845)
Participação dos Empregados nos Resultados	19.709	17.750	19.709	17.750
Juros sobre o Capital Próprio	81.943	75.610	81.943	75.610
Resultado de Equivalência e Variação Cambial de Agências	13.593	(4.276)	(1.985)	(15.286)
Outras Adições, Líquidas das Exclusões	54	(4.424)	3.220	(3.134)
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social	**(337.696)**	**(252.290)**	**(357.056)**	**(267.597)**
Corrente	354.360	255.661	372.518	270.923
Diferido	(16.664)	(3.371)	(15.462)	(3.326)

(b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Em dezembro de 2010 o Banco possuía Créditos Tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos sobre diferenças temporárias, demonstradas a seguir:

(b1) Créditos Tributários

Os saldos de créditos tributários, segregados em função das origens e desembolsos efetuados, estão representados por:

Banrisul — Em Milhares de Reais

	Saldo em 31/12/2009	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2010
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	432.370	210.128	189.886	452.612
Provisão para Riscos Trabalhistas	38.640	36.153	30.035	44.758
Provisão para Riscos Fiscais	70.059	10.816	3.983	76.892
Outras Provisões Temporárias	56.967	1.759	16.062	42.664
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	**598.036**	**258.856**	**239.966**	**616.926**
Créditos não Registrados	(23)	-	-	(23)
Total de Créditos Tributários Registrados	**598.013**	**258.856**	**239.966**	**616.903**
Obrigações Fiscais Diferidas	(9.409)	(2.292)	(66)	(11.635)
Crédito Tributário Líquido das Obrigações Diferidas	**588.604**	**256.564**	**239.900**	**605.268**

Banrisul Consolidado — Em Milhares de Reais

	Saldo em 31/12/2009	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2010
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	432.370	210.128	189.886	452.612
Provisão para Riscos Trabalhistas	43.730	36.827	31.998	48.559
Provisão para Riscos Fiscais	70.536	10.831	3.983	77.384
Outras Provisões Temporárias	56.967	1.759	16.020	42.706
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	**603.603**	**259.545**	**241.887**	**621.261**
Créditos não Registrados	(23)	-	-	(23)
Total de Créditos Tributários Registrados	**603.580**	**259.545**	**241.887**	**621.238**
Obrigações Fiscais Diferidas	(9.440)	(2.295)	(99)	(11.636)
Crédito Tributário Líquido das Obrigações Diferidas	**594.140**	**257.250**	**241.788**	**609.602**

A expectativa de realização desses créditos é a seguinte:

				Em Milhares de Reais	
				Banrisul	Banrisul Consolidado
	Diferenças Temporárias				
Ano	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	Totais Registrados	Totais Registrados
2011	131.707	79.022	210.729	210.729	211.151
2012	104.128	62.477	166.605	166.605	166.985
2013	87.010	52.206	139.216	139.216	140.088
2014	48.300	28.980	77.280	77.280	77.660
2015	11.781	7.069	18.850	18.850	19.230
2016 a 2018	2.344	1.407	3.751	3.751	4.892
2019 a 2021	295	177	472	472	1.232
Após 2021	14	9	23	-	-
Total em 31/12/2010	**385.579**	**231.347**	**616.926**	**616.903**	**621.238**
Total em 31/12/2009	**373.772**	**224.264**	**598.036**	**598.013**	**603.580**

O valor presente total dos créditos tributários é de R$520.442 mil, calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias pela taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

(b2) Obrigações Fiscais Diferidas

Os saldos da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos estão representados por:

			Em Milhares de Reais	
	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Superveniência de Depreciação	(11.626)	(9.332)	(11.626)	(9.332)
Títulos Próprios Disponíveis para Venda	(9)	(12)	(9)	(12)
Ajuste a Valor de Mercado dos Títulos para Negociação	-	(65)	(1)	(96)
Total	**(11.635)**	**(9.409)**	**(11.636)**	**(9.440)**

NOTA 23 Fundação Banrisul de Seguridade Social e Cabergs - Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul

O Banrisul é o principal patrocinador da Fundação Banrisul de Seguridade Social, que tem como principais objetivos a complementação de benefícios assegurados e prestados pela Previdência Social aos funcionários do Banco, da Banrisul Serviços, da própria Fundação e da Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul - Cabergs, assim como a execução de programas assistenciais promovidos por seus mantenedores.

A partir de 6 de julho de 2009 foi aprovado um novo plano de benefícios de aposentadoria, denominado Banrisulprev, que passou a ser oferecido aos empregados não associados ao Plano de Benefícios I. Esse novo plano, do tipo "contribuição variável", entrou em funcionamento em novembro de 2009. Com a implantação desse novo plano, o Plano de Benefícios I foi fechado a novas adesões.

Para a execução de seus objetivos, a Fundação recebe contribuições mensais dos patrocinadores e de seus participantes, calculadas com base na remuneração mensal dos funcionários e dos seus assistidos. O montante das contribuições do Banco no exercício totalizou R$11.761 mil (2009 - R$11.247 mil), correspondendo, em 31 de dezembro de 2010, a 3,51% (2009 – 3,63%) sobre a folha mensal dos salários de participação dos empregados e foi imputado às despesas operacionais.

Plano de Benefícios I - Os benefícios assegurados por este plano na modalidade de "benefício definido" abrangem aposentadoria, pensão por morte, auxílio doença, auxílio reclusão, auxílio funeral e abono anual.

A contribuição normal do participante ativo corresponde a uma importância mensal equivalente ao produto da aplicação das seguintes taxas:

a) Um percentual geral fixado em 3% (três por cento) aplicável ao salário de participação;

b) Um primeiro percentual adicional igual a 2% (dois por cento), aplicável ao excesso (se existir) do salário de participação sobre a metade do maior salário de benefício da Previdência Social; e

c) Um segundo percentual adicional igual a 7% (sete por cento), aplicável ao excesso (se existir) do salário de participação sobre o maior salário de benefício da Previdência Social.

Relativo a este plano, o Banrisul possui parcela remanescente de dívida contratada no montante de R$63.054 mil em 31 de dezembro de 2010 (2009 – R$58.648 mil) registrado na rubrica Outras Obrigações (Nota 13). Esta dívida é paga acrescida de juros de 6% a.a. e atualizada pela variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, através de atualizações e pagamentos mensais, com prazo final em 2028.

Banrisulprev - Os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de "contribuição variável", abrangem benefícios com características de contribuição definida, que são a aposentadoria normal, aposentadoria antecipada e auxílio funeral, e benefícios com características de benefício definido, que são aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio doença, abono anual, benefício mínimo e pensão por morte.

A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

a) Parcela Básica: 1% aplicado sobre o salário de participação;

b) Parcela Adicional: pode variar entre 1% e 7,5% aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e

c) Parcela Variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado anualmente pelo atuário, para cobrir 50% dos custos dos benefícios de risco e das despesas administrativas do plano.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador.

O Banco contribui paritariamente às contribuições normais dos participantes.

Assistência Médica e Odontológica - O Banrisul oferece benefícios de assistência médica e odontológica, através da Cabergs, a seus funcionários e aposentados pela Fundação Banrisul.

Em 31 de dezembro de 2010, a avaliação atuarial dos benefícios pós-emprego relativos aos benefícios definidos, Banrisulprev e planos de saúde concedidos a seus funcionários, apresentava o seguinte resultado:

Em Milhares de Reais

	Plano de Benefícios I	Plano Banrisulprev	Plano Médico e Odontológico	Total
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(2.787.358)	(2.696)	(129.621)	(2.919.675)
Valor Justo dos Ativos da Fundação	2.636.530	1.977	110.322	2.748.829
Ganhos /Perdas e Custos dos Serviços ainda não Reconhecidos	508.241	672	28.707	537.620
Ativo (Passivo) Atuarial	**357.413**	**(47)**	**9.408**	**366.774**

As principais premissas atuariais utilizadas em 31 de dezembro de 2010 foram as seguintes:

Taxa de desconto: 10,77% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos dos planos previdenciários:
  Plano do tipo "benefício definido": 13,28% a.a.
  Plano do tipo "contribuição variável": 12,01% a.a.
  Plano médico e odontológico: 10,69% a.a.
Crescimento salariais futuros: 6,59% a.a.
Crescimento dos custos médicos: 7,64% a.a.
Inflação: 4,50% a.a.
Tábua de mortalidade: AT – 2000.

NOTA 24 Intrumentos e Gestão de Riscos Financeiros

A gestão de riscos é ferramenta estratégica e fundamental para o Banco. Os riscos intrínsecos abrangem desde aqueles facilmente identificáveis, como os riscos de mercado, de liquidez, de crédito, assim como os não diretamente identificados como tal, mas também de extrema importância, como risco operacional e de imagem, dentre outros.

O Banrisul procura alinhar suas atividades aos padrões recomendados pelo Novo Acordo de Capital - Basileia II, adotando as melhores práticas de mercado para maximizar a rentabilidade e garantir a melhor combinação possível de aplicações em ativos e uso de capital requerido. São processos contínuos nesse escopo, o aprimoramento sistemático de políticas de risco, sistemas de controles internos e normas de segurança integrados aos objetivos estratégicos e mercadológicos da Instituição.

Risco de Crédito - É a possibilidade de ocorrência de perdas para a Instituição, associadas ao não cumprimento pela contraparte de empréstimo ou operação financeira, de suas obrigações nos termos pactuados.

A estrutura de avaliação de riscos do Banrisul está alicerçada no princípio de decisão técnica colegiada, sendo definidas alçadas de concessão de crédito correspondentes aos níveis decisórios que abrangem, desde a extensa rede de agências, com suas diversas categorias, até as esferas diretivas e seus comitês de risco e crédito na Direção-Geral. Esse processo objetiva agilizar a concessão com base em limites tecnicamente predefinidos, que determinam a exposição que o Banco está disposto a operar com cada cliente, atendendo o binômio risco/retorno.

A contínua e crescente utilização de metodologias estatísticas para avaliação de risco de clientes, com a parametrização de políticas de crédito e regras de negócios aliada à otimização dos controles sobre as informações cadastrais através de um modelo de certificação, intensificaram e fortaleceram as avaliações. A adoção de sistema de *credit score* e *behaviour score* oportunizou o estabelecimento de créditos pré-aprovados à pessoa física de acordo com classificações de risco previstas nos modelos estatísticos, que são conceitualmente mais atrativos para manejo com crédito massificado.

Para o segmento corporativo, o Banco adota técnicas que avaliam as empresas sob os prismas financeiro, de gestão, mercadológico e produtivo, com revisões periódicas que ainda observam cenários econômico e concorrencial contemporâneos e prospectivos, inserindo as empresas nestes ambientes. A gestão da exposição ao risco de crédito tem como diretriz postura seletiva e conservadora, seguindo estratégias definidas pela Administração e áreas técnicas da corporação.

(a) Mensuração do Risco de Crédito

Operações de Crédito Diretas e Operações de Repasse por Meio de Agentes Financeiros - O Banco avalia a probabilidade de inadimplência de contrapartes individualmente, por meio de ferramentas de classificação projetadas para diferentes categorias de contrapartes. Essas ferramentas, que foram desenvolvidas internamente e combinam análise estatística com a opinião da equipe de crédito, são validadas, quando apropriado, através da comparação com dados externos disponíveis. As ferramentas de classificação são mantidas sob análise e atualizadas quando necessário. Regularmente, a Administração valida o desempenho da classificação e de seu poder de previsão com relação a eventos de inadimplência.

A exposição à inadimplência baseia-se nos montantes que podem ser devidos ao Banco no momento da inadimplência. Por exemplo, no caso de um empréstimo, é o valor nominal. Nos compromissos de empréstimo, são incluídas todas as quantias sacadas além do valor que poderá ter sido retirado à época da inadimplência, se esta vier a ocorrer.

Perda por inadimplência ou severidade da perda representa a expectativa do Banco com relação ao montante da perda estabelecido por uma ação, se a inadimplência ocorrer. Este montante é expresso como perda percentual por unidade de exposição e normalmente varia de acordo com a categoria da contraparte, com o tipo e o nível da ação e com a disponibilidade de garantias ou outras formas de mitigação de crédito.

(b) Controle do Limite de Risco e Políticas de Mitigação

O Banco administra, limita e controla concentrações de risco de crédito sempre que estas são identificadas - particularmente, em relação a contrapartes e grupos.

A Administração estrutura os níveis de risco que assume, estabelecendo limites sobre a extensão de risco aceitável com relação a um devedor específico, a grupos de devedores e a segmentos da indústria. Esses riscos são monitorados rotativamente e sujeitos a revisões anuais ou mais frequentes, quando necessário. Os limites sobre o nível de risco de crédito por produto e setor da indústria são aprovados pela Diretoria e pelo Conselho da Administração, se for o caso.

A exposição a qualquer tomador de empréstimo, inclusive os agentes financeiros, no caso de contraparte, é adicionalmente restrita por sublimites que cobrem exposições registradas e não registradas no balanço patrimonial. As exposições reais de acordo com os limites estabelecidos são monitoradas mensalmente.

A exposição ao risco de crédito é também administrada através de análise regular dos tomadores de empréstimos, efetivos e potenciais, quanto aos pagamentos do principal e dos juros e da alteração dos limites quando apropriado.

(c) Compromissos Relacionados a Crédito

Compromissos Relacionados a Crédito representam porções não utilizadas pela contraparte de limites contratados, tipicamente atribuídos a modalidades de capital de giro, cheque especial, cartões de crédito, entre outros. Ainda, referem-se a contratos cujos recursos serão liberados mediante o cumprimento de alguma exigência contratual, conforme cronograma de etapas de construção, como ocorre em alguns contratos imobiliários.

O valor contratual representa o risco de crédito máximo nessas modalidades, no caso de a contraparte efetivamente utilizar o recurso disponível. Contudo, a exposição a perdas resultantes desses contratos é inferior ao total de compromissos a liberar, visto que uma parte destes expira sem a sua completa utilização, seja por decisão do cliente, seja por determinação do Banco que adota critérios para a disponibilização desses recursos, conforme exigência de cumprimento de determinadas cláusulas contratuais.

Risco de Mercado - O Banrisul está exposto a riscos de mercado inerentes a sua atividade de intermediação, através das captações e empréstimos/financiamentos em diversos tipos de indexadores. A Instituição possui um processo contínuo de gerenciamento de suas carteiras, que engloba o controle de todas as posições expostas a riscos de mercado, de acordo com os objetivos dos negócios e sustentação de um melhor desempenho.

Neste processo, são considerados fatores que podem afetar adversamente e modificar os resultados das posições de ativos e passivos incluindo mudanças nas taxas de juros e câmbio; perda da capacidade de captar depósitos e perda de clientes para a concorrência, bem como outras restrições das atividades de empréstimos e investimentos que possam influenciar no preço de mercado dos produtos e valores mobiliários, determinadas pelas medidas regulamentares das autoridades monetárias.

O principal elemento de mensuração do risco de mercado inclui a estimativa de perdas potenciais sob condições adversas de mercado, para o qual a metodologia *Value at Risk* (VaR) é utilizada. O VaR é uma medida da perda máxima esperada em valores monetários sob condições normais de mercado, em um horizonte de tempo determinado de dez dias, com um nível escolhido de probabilidade de 99%, utilizado para mensurar as exposições sujeitas a risco de mercado, das carteiras.

Como complemento, devido a limitação da metodologia do *Value at Risk*, análise de cenários e medidas de sensibilidade e calibração, trimestralmente utilizamos testes de estresse com base em cenários específicos para cada fator de risco, no intuito de comprovar a saúde financeira da instituição e a sua capacidade de resiliência em um eventual agravamento de crise, na tentativa de proteger o capital da Instituição e seus resultados operacionais contra tais contingências.

Risco de Liquidez - O Risco de Liquidez advém da incapacidade potencial de financiar o ativo financeiro e satisfazer as responsabilidades exigidas nas datas devidas e da existência de dificuldades de liquidação de posições em carteira sem incorrer em perdas significativas. O risco de liquidez do Banrisul é gerenciado através da análise da projeção do Fluxo de Caixa, contemplando diferentes cenários de mercado. Nas posições de ativos, são consideradas a evolução da carteira de crédito e de liquidação dos instrumentos financeiros. Para os passivos, as premissas adotadas incluem a possibilidade de resgates antecipados e também de rolagem das captações menor do que o previsto.

A Gestão Consolidada do Risco de Liquidez do Banrisul é atribuição da Unidade de Riscos Corporativos. Esta gestão tem como objetivo acompanhar a disponibilidade de recursos para fazer face às suas necessidades financeiras sob o ponto de vista das captações e alocações, maturidade dos negócios e referenciais, a fim de evitar desajustes significativos, que possam comprometer a liquidez da instituição e o planejamento orçamentário. A instituição mantém seus controles sob o ponto de vista prudencial, calculados segundo as regras da Resolução nº 2.804/00 e Circular 3.393/07, que estabelece acompanhamento condizente com as posições assumidas no mercado financeiro, de modo a evidenciar o risco de liquidez decorrente dessas exposições. Para monitorar estes resultados são elaborados o Fluxo de Caixa Diário, Mapas das posições das Carteiras, Mapas de Descasamentos de Prazos e Moedas, Mapa *Duration* das operações dentre outros. Diariamente é disponibilizado ao Diretor de Tesouraria e Diretor do Risco de Mercado estas informações.

Mensalmente é elaborado o Relatório de Risco de Mercado e Liquidez com os principais fatos ocorridos no mês. Este procedimento tem como propósito evidenciar as diretrizes e políticas vigentes da Instituição e garantir a observância de limites das exposições para o risco de

mercado e liquidez, através do referendo dos Comitês de Gestão Bancária, Comitê Econômico, Diretoria Executiva e Conselho de Administração.

Derivativos - O Banrisul não contratou operações denominadas de *target forward swap* ou outro tipo de derivativo alavancado, sendo que não estão previstas em suas políticas, operações que não objetivem *hedge* de suas posições ativas e passivas.

Em 07 de dezembro de 2010, o Banco aditou seus contratos, cancelando suas posições em Instrumentos Financeiros Derivativos – modalidade *swap* – existentes em 31 de dezembro de 2009, conforme descrito na Nota 05.

Análise de Sensibilidade – O Banco não possui operações de Instrumentos Financeiros Derivativos em sua carteira em 31 de dezembro de 2010, motivo pelo qual não está divulgando o quadro da análise de sensibilidade.

NOTA 25 Transações com Partes Relacionadas

O Banco do Estado do Rio Grande do Sul mantém relacionamentos comerciais com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e as empresas por ele controladas, Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE, Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN, Companhia de Gás do Rio Grande do Sul – SULGÁS, Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S.A. – CEASA, Companhia Estadual de Silos e Armazéns – CESA, Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas – CORAG, Companhia Riograndense de Mineração – CRM, Companhia de Indústrias Eletroquímicas - CIEL e Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul – PROCERGS, a seguir demonstradas:

Governo do Estado do Rio Grande do Sul - Em 29 de junho de 2007 foi estabelecido Termo de Convênio de n° 1959/2007, entre o Banrisul e o Estado do Rio Grande do Sul, no qual o Estado assegura ao Banrisul a exclusividade na prestação dos serviços bancários relacionados com o pagamento de pessoal dos servidores ativos, inativos, pensionistas vitalícios e especiais do Poder Executivo (Administração Direta), e dos pensionistas previdenciários (Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul – IPERGS), pelo prazo de cinco anos e inclui a concessão do canal, pelo Estado, para realização de empréstimos consignados em folha de pagamento. No mesmo Termo de Convênio, devido à reciprocidade na prestação de serviços, o Banrisul libera o Estado do Rio Grande do Sul de qualquer custo associado à prestação dos serviços bancários de arrecadação de receitas e tributos estaduais, débitos em contas correntes, extratos de FGTS e serviços de cobrança de créditos imobiliários.

O Banco também é prestador de serviços nos repasses financeiros realizados pelas secretarias quanto à destinação de valores vinculados aos programas sociais e efetua serviços de atualização de dados cadastrais de servidores inativos e de detentores de pensões especiais ou vitalícias oriundas da Administração Direta. Esses serviços não são remunerados.

O Banco efetua também o pagamento de fornecedores relacionados ao sistema de Finanças Públicas e processa as movimentações relacionadas ao Sistema Integrado de Administração de Caixa – SIAC, responsável por centralizar em conta bancária única as disponibilidades dos órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado e suas controladas. Esses serviços não são remunerados.

O Banco também efetua para diversas fundações e autarquias outros serviços, de cobrança através de arrecadação e fornecimento de *tickets* refeição e combustível. Esses serviços geraram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, receita no valor de R$8.833 mil. O Banco disponibiliza a solução para gestão de compras eletrônicas através do uso do Portal de Compras Pregão *On Line* e esse serviço não é remunerado.

O Banco adquiriu direitos de créditos do FCVS, conforme descrito na Nota 06, e contratos de cessão de crédito no montante de R$616.536 mil. Esses títulos foram adquiridos originalmente com deságio e com a troca simultânea contratação de instrumento de indexador para Selic através de contrato de *swap*. Em 07 de dezembro de 2010, com o objetivo de simplificar a estrutura dessa operação bem como dos fluxos de caixa gerados nas liquidações as partes aditaram o contrato, nos termos definidos na Nota 05. As alterações não impactaram no resultado do Banco.

O Banco possui contratos de arrendamento de imóveis pertencentes ao Estado, que geraram no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, despesas no montante de R$1.095 mil.

O Banco possui acordo com o Estado de cessão de funcionários, onde o Estado cedeu 9 (nove) funcionários da extinta Caixa Econômica Estadual e recebeu 13 (treze) funcionários alocados em Secretarias e Fundações. Os custos com esses funcionários são ressarcidos pelas partes.

Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE - O Banco é responsável pela prestação de serviços bancários relacionados ao pagamento de pessoal e possui contrato de concessão de empréstimos consignados em folha de pagamento. O Banco é também agente arrecadador pelo serviço de arrecadação das contas de consumo emitidas pela CEEE, pelo fornecimento de *tickets* combustível e, no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, foi remunerado em R$3.622 mil por estes serviços. O Banco disponibiliza a solução para gestão de compras eletrônicas através do uso do Portal de Compras Pregão *On Line*.

Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN - O Banco é responsável pela prestação de serviços bancários relacionados com o pagamento de pessoal. O Banco é também agente arrecadador das contas de consumo emitido pela Corsan, pelo fornecimento de *tickets* refeição e combustível e, no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, foi remunerado em R$3.952 mil por estes serviços. O Banco disponibiliza a solução para gestão de compras eletrônicas através do uso do Portal de Compras Pregão *On Line*.

O Banco é interveniente para operacionalizar o fluxo financeiro previsto nos contratos desta companhia junto ao BNDES. Não existem garantias prestadas e/ou remuneração atrelada a estas operações.

SULGÁS, CEASA, CESA, CIEL, CORAG, CRM e PROCERGS - O Banco é responsável pela prestação de serviços bancários relacionados com o pagamento de pessoal e, com a SULGÁS, CEASA e CESA, possui contrato de concessão de empréstimos consignados em folha de pagamento. O serviço de cobrança escritural emitida por estas Companhias e o fornecimento de *tickets* refeição e combustível também é de responsabilidade do Banco e para tanto no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, foi remunerado em R$288 mil por estes serviços. O Banco disponibiliza a solução para gestão de compras eletrônicas através do uso do Portal de Compras Pregão *On Line*.

A Sulgás possui ainda aplicações financeiras com remuneração atrelada à variação do CDI, bem como o Banco é interveniente para operacionalizar o fluxo financeiro previsto nos contratos desta companhia junto ao BNDES. Não existem garantias prestadas e/ou remuneração atrelada a estas operações.

CaixaRS Agência de Fomento - O Banco é responsável pela prestação de serviços bancários relacionados com o pagamento de pessoal e possui contrato de concessão de empréstimos consignados em folha de pagamento. O serviço de cobrança escritural e o fornecimento de *tickets* refeição também são de responsabilidade do Banco e para tanto no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, foi remunerado em R$61 mil sobre estes serviços. O Banco disponibiliza a solução para gestão de compras eletrônicas através do uso do Portal de Compras Pregão *On Line*.

O Banco possui acordo de cessão de funcionários, onde o Banco cedeu 8 (oito) funcionários. Os custos com estes funcionários são ressarcidos pelas partes.

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE - O Banco é responsável pela prestação de serviços bancários relacionados com o pagamento de pessoal e possui contrato de concessão de empréstimos consignados em folha de pagamento relativos aos funcionários alocados no Rio Grande do Sul, sendo também responsável pelo serviço de cobrança escritural.

Fundação Banrisul de Seguridade Social - Conforme descrito na Nota 23, o Banco possui dívida contratada em 31 de março de 1998, relativa a parcela remanescente do *déficit* atuarial, no montante de R$63.054 mil. Esta dívida é paga acrescida de juros de 6% a.a. e atualizada pela variação do Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna – IGP-DI, através de atualizações mensais, com prazo final em 2028.

Para a complementação de benefícios assegurados e prestados pela Previdência Social aos funcionários, o Banco contribuiu para a Fundação no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 o montante de R$11.761 mil conforme descrito na Nota 23.

O Banco é responsável pela prestação de serviços bancários relacionados com o pagamento do pessoal bem como de aposentadorias e pensões dos beneficiários da Fundação Banrisul. A Fundação possui também fundo de investimento exclusivo administrado pelo Banco e sobre este serviço, no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, o Banco foi remunerado em R$328 mil. As aplicações financeiras efetuadas pela Fundação Banrisul junto ao Banco são remuneradas com taxas atreladas à variação do CDI.

O Banco possui contratos de arrendamento de imóveis pertencentes à Fundação Banrisul, que geraram no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, despesas no montante de R$5.200 mil.

Cabergs – Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul - O Banrisul oferece benefícios de assistência médica e odontológica a seus funcionários e aposentados pela Fundação Banrisul, que geraram no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, despesas no montante de R$18.192 mil.

O Banco é responsável pela prestação de serviços bancários relacionados com o pagamento do pessoal e fornecedores. A Cabergs possui fundo de investimento exclusivo administrado pelo Banco e sobre este serviço, no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, o Banco foi remunerado em R$128 mil. As aplicações financeiras efetuadas pela Cabergs junto ao Banco são remuneradas com taxas atreladas à variação do CDI.

O Banco disponibiliza a solução para gestão de compras eletrônicas através do uso do Portal de Compras Pregão *On Line* e esse serviço não é remunerado.

Todas as transações remuneradas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

As transações com controladores e controladas estão demonstradas a seguir:

Banrisul — Em Milhares de Reais

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	2010	2009	2010	2009
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	104.247	(1.321)	23.945
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	-	104.247	(1.321)	23.945
Serviços de Arrecadação	5.072	5.072	-	-
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	5.072	5.072	-	-
Outros Créditos	19.212	10.544	5.491	5.249
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	13.159	5.621	-	-
Empresas Controladas	6.053	4.923	5.491	5.249
Depósitos à Vista	(262.457)	(180.751)	-	-
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	(247.656)	(156.309)	-	-
Entidades Controladas pelo Estado do Rio Grande do Sul	(11.499)	(17.353)	-	-
Empresas Controladas	(3.302)	(7.089)	-	-
Depósitos a Prazo	(233.473)	(181.610)	(11.522)	(10.529)
Empresas Controladas	(233.473)	(181.610)	(11.522)	(10.529)
Captações no Mercado Aberto	(298.247)	(999.841)	(117.694)	(178.246)
Governo do Estado do Rio Grande do Sul (*)	(229.361)	(936.445)	(111.750)	(172.705)
Empresas Controladas	(68.886)	(63.396)	(5.944)	(5.541)
Outras Obrigações	(94.907)	(103.013)	(12.058)	(13.306)
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	(22.896)	(15.182)	(1.095)	(1.215)
Fundação Banrisul de Seguridade Social	(64.308)	(59.108)	(9.385)	(10.655)
Empresas Controladas	(7.703)	(28.723)	(1.578)	(1.436)
Total	(864.800)	(1.345.352)	(137.104)	(172.887)

(*) Estas captações são remuneradas a 100% da taxa Selic.

Banrisul Consolidado — Em Milhares de Reais

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	2010	2009	2010	2009
Disponibilidades	18.341	19.864	1.710	1.800
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	18.341	19.864	1.710	1.800
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	104.247	(1.321)	23.945
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	-	104.247	(1.321)	23.945
Serviços de Arrecadação	5.072	5.072	-	-
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	5.072	5.072	-	-
Outros Créditos	22.988	12.405	860	787
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	22.988	12.405	860	787
Depósitos à Vista	(259.155)	(173.662)	-	-
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	(247.656)	(156.309)	-	-
Entidades Controladas pelo Estado do Rio Grande do Sul	(11.499)	(17.353)	-	-
Captações no Mercado Aberto	(229.361)	(936.445)	(111.750)	(172.705)
Governo do Estado do Rio Grande do Sul (*)	(229.361)	(936.445)	(111.750)	(172.705)
Outras Obrigações	(87.204)	(74.290)	(10.480)	(11.870)
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	(22.896)	(15.182)	(1.095)	(1.215)
Fundação Banrisul de Seguridade Social	(64.308)	(59.108)	(9.385)	(10.655)
Total	(529.319)	(1.042.809)	(120.981)	(158.043)

(*) Estas captações são remuneradas a 100% da taxa Selic.

Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:

a) O montante global anual da remuneração dos Administradores, dos membros do Conselho de Administração, dos membros do Conselho Fiscal e dos membros do Comitê de Auditoria, conforme determina o Estatuto Social; e

b) A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores do Banco e controladas.

Em 2010, foi deliberado o valor máximo individual anual de R$403 mil para remuneração dos Diretores (proventos e gratificações), do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, as remunerações aos Administradores estão demonstradas a seguir:

	Em Milhares de Reais	
Benefícios de Curto Prazo a Administradores	**2010**	**2009**
Proventos	3.768	2.779
Gratificações	62	59
Encargos Sociais	899	642
Total	**4.729**	**3.480**

O Banco custeia planos de previdência complementar de contribuição definida aos administradores que pertencem ao quadro de funcionários. No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, as contribuições à Fundação Banrisul de Seguridade Social estão demonstradas a seguir:

	Em Milhares de Reais	
Benefícios Pós-emprego	**2010**	**2009**
Plano de Previdência Complementar de Contribuição Definida	22	17

O Banco possuia seguro de responsabilidade civil para os diretores e membros dos conselhos, e pagou prêmio de seguro no montante de R$376 mil.

O Banrisul não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

(1) Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;

b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e

c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não é efetuado pelo Banco empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

(2) Participação Acionária

Os membros da Diretoria, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria possuem em conjunto a seguinte participação acionária no Banco em 31 de dezembro de 2010.

Ações	**Quantidade**
Ações Ordinárias	13
Ações Preferenciais	3.282
Total de Ações	**3.295**

NOTA 26 Impacto da Aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade

Durante o processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis as instituições financeiras somente quando aprovadas pelo CMN. Atualmente as instituições financeiras e demais instituições reguladas pelo Banco Central devem adotar os seguintes pronunciamentos:

Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05); e
Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25).

A Resolução nº 3.786/09 do CMN e as Circulares nº 3.472/09 e nº 3.516/10 do Bacen, estabeleceram que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, constituídas sob a forma de companhia aberta ou que sejam obrigadas a constituir Comitê de Auditoria devem, a partir de 31 de dezembro de 2010, elaborar anualmente e divulgar em até 120 dias após a data-base de 31 de dezembro suas demonstrações contábeis consolidadas, preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), seguindo os pronunciamentos internacionais emitidos pelo IASB – *International Accounting Standards Board.*

O Banco encontra-se em fase de apuração dos efeitos contábeis de transição para IFRS e concluirá esse processo dentro dos prazos estabelecidos pelo Bacen. Nesse processo, os principais ajustes identificados são:

Descrição	BR GAAP	IFRS
Planos de pensão	O Banco fez a primeira adoção da NPC 26 em 01/01/2002 e desde então, vem carregando os ganhos e perdas fora do corredor pelo longo do prazo remanescente de prestação dos serviços.	O Banco estará optando pela isenção do IFRS 1 relativo a benefícios a empregados, onde o adotante pela primeira vez pode escolher reconhecer todos os ganhos e perdas atuariais acumulados no patrimônio líquido. Desta forma estará aplicando um novo corte da Unidade de Crédito Projetada na data de transição, mesmo se usar a abordagem de corredor para os ganhos e perdas atuariais posteriores.
Imobilizado	O Banco efetuou a correção monetária de balanço até 31/12/1995.	A economia brasileira ainda se enquadrava na definição de hiperinflacionária nos exercícios de 1996 e 1997, devendo assim o Banco avaliar um novo custo atribuído a seu imobilizado.
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros derivativos	Os instrumentos financeiros derivativos presentes na carteira em 31 de dezembro de 2009 foram registrados de acordo com o regime de competência, já que foram contratados em negociação associada a uma determinada operação de aplicação de recursos.	Esses instrumentos financeiros derivativos serão classificados como de negociação e reconhecidos a valor justo nas demonstrações contábeis com as respectivas mudanças no valor justo reconhecidas no patrimônio líquido de abertura e posteriormente realizados contra o resultado, conforme requerido pela IAS 39 - "Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração".
Diferimento de taxas de serviços financeiros e custos diretos	É reconhecida no resultado no momento da originação destes ativos financeiros.	As taxas de serviços financeiros bem como os custos diretos relacionados à originação destes ativos financeiros serão diferidas e reconhecida como ajuste à taxa de juros efetiva, bem como os custos diretos relacionados.

Descrição	BR GAAP	IFRS
Perda por redução do valor recuperável de empréstimos e adiantamentos a clientes e instituições financeiras	Constituída com base na análise dos riscos de realização das operações de crédito, em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas, conforme requerimentos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999, a qual considera determinados parâmetros regulamentares.	As perdas por redução do valor recuperável serão calculadas considerando os históricos de perda e outros indicativos existentes na data das demonstrações financeiras, para aqueles ativos financeiros avaliados coletivamente. Para os ativos financeiros que sejam individualmente significativos e que possuam evidência objetiva de *impairment*, o montante da perda será mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, incluindo o valor justo das garantias se aplicável, descontado à taxa de juro efetiva original do ativo.
Participações minoritárias em controladas	O saldo das participações minoritárias nas controladas é classificado separadamente no passivo, antes do patrimônio líquido.	O saldo de participações minoritárias nas controladas é parte integrante do patrimônio líquido consolidado, conforme a IAS 27.
Demonstração do resultado abrangente	Não é requerida.	A demonstração do resultado abrangente é requerida e compreende todos os componentes do lucro líquido e de "outros resultados abrangentes", representados por outros valores que transitam pelo patrimônio líquido e que não são transações provenientes dos sócios.
Balanço por segmento	Não é requerida.	Devem ser divulgadas informações que permitam os usuários das demonstrações financeiras avaliar a natureza e os efeitos financeiros das atividades de cada um dos negócios do Banco e o ambiente econômico em que operam, utilizando para isso informações financeiras utilizadas pelos tomadores de decisões operacionais, isto é, a informação na visão da Administração - CODM (*Chief Operating Decision Maker*). O Banco identificou os segmentos operacionais para divulgar as demonstrações requeridas.
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ajustes de IFRS	Não é requerida.	O imposto de renda diferido será contabilizado sobre as diferenças entre o BR GAAP e o IFRS, quando aplicável.

NOTA 27 Autorização para Conclusão das Demonstrações Financeiras

A diretoria do Banrisul autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras em 07 de fevereiro de 2011, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeito sobre estas demonstrações financeiras.

Diretoria

MATEUS AFFONSO BANDEIRA
Presidente

RUBENS SALVADOR BORDINI
Vice-Presidente

BRUNO FRONZA
CARLOS TADEU AGRIFOGLIO VIANNA
CÉSAR ANTÔNIO CECHINATO
LUIZ GONZAGA VERAS MOTA
MARINÊS BILHAR
PAULO ROBERTO GARCIA FRANZ
Diretores

LUIZ CARLOS MORLIN
Contador CRCRS 51.124

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

I. Disposições Institucionais e Regimentais - O Comitê de Auditoria, como órgão estatutário do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., criado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de abril de 2004 é, atualmente, composto pelos Srs. Ario Zimmermann, Bruno Nubens Barbosa Miragem e Leopoldo Henrique Krieger Schneider, todos independentes, eleitos pelo Conselho de Administração, em 05 de agosto de 2009, e reeleitos, em 27 de maio de 2010, com mandato até a primeira reunião do Conselho de Administração, que se realizará após a Assembleia Geral Ordinária de 2011, estando seu Regimento Interno disponível no *site* *http://www.banrisul.com.br/bob/data/RegimentoInterno.pdf.*

II. Funções e Responsabilidades - O Comitê de Auditoria tem a competência de zelar pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; pela integridade e qualidade das demonstrações contábeis da instituição e de suas controladas; eficácia e efetividade da atuação das auditorias independente e interna e pelo acompanhamento permanente da qualidade dos controles internos e da gestão de riscos.

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis das empresas que compõem o Grupo Banrisul, observada a diretriz de assegurar a qualidade dos processos relacionados às informações financeiras e às atividades de controle e de gestão de riscos.

À empresa Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, auditor externo, cabe assegurar que as demonstrações contábeis representem adequadamente a posição patrimonial e financeira do conglomerado, de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade, da legislação societária brasileira e das normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

III. Programação de Trabalho para o 2º Semestre de 2010 - Atendendo ao que dispõe o Regimento Interno, o Comitê elaborou sua programação de trabalho para o 2º semestre de 2010, na reunião de 05 de julho de 2010 (Ata nº 268) que ficou assim estabelecida: **a)** reuniões sistemáticas com a Presidência e Diretores do Banco e com as áreas de risco e de relações com investidores; **b)** reuniões mensais com os órgãos encarregados da Auditoria Interna; Assessoria Jurídica, Controladoria; Contabilidade; Segurança da Tecnologia da Informação; Desenvolvimento de Sistemas; Infraestrutura da Tecnologia e Banco Central do Brasil; **c)** reuniões trimestrais com o Conselho Fiscal; Auditoria Externa e as empresas do Grupo: Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio; Banrisul S.A. Administradora de Consórcios e Banrisul Armazéns Gerais S.A.; com a Fundação Banrisul de Seguridade Social e com a Caixa de Assistência dos Empregados do Banrisul – CABERGS.

IV. Cronograma de Atividades – No 2º semestre/2010, que compreende o período de 09-08-2010 a 31-12-2010, o Comitê realizou 19 (dezenove) reuniões, mais 06 (seis) até 10 de fevereiro de 2011, em que tratou, dentro de sua competência, os mais diversos assuntos, como detalhado nas atas de reuniões, valendo-se, para tanto, da análise de dados contábeis, dos relatórios gerenciais, de informações e indagações complementares e de encontros mantidos com a presidência e diretores da instituição, com os executivos de vários níveis da organização e com os diretores das controladas. Com os superintendentes executivos das diferentes unidades do Banco, obteve relatórios, documentos, informações e esclarecimentos. Igualmente, solicitou a presença, quando necessária, de profissionais específicos, ou do responsável pela área, assim como dos auditores independentes. Com vistas ao seu esclarecimento continuado, o Comitê estabeleceu rotinas para recebimento de relatórios,

com informações geradas com periodicidade, das mais diversas áreas do Banco e da auditoria independente, tais como, exemplificativamente, relatórios dos maiores devedores da Rede de Agências; sobre a movimentação de processos judiciais e trabalhistas; da transferência para créditos em liquidação; das verificações especiais; das auditorias direta e indireta; das atividades realizadas; dos limites operacionais; da situação em que se encontram os processos de controle da legislação externa; do sistema de registro de denúncias e reclamações de clientes do Sistema Financeiro Nacional, e da carta-comentário.

V. Auditoria Interna: A Auditoria Interna, vinculada à Presidência, tem, dentre suas funções, salvaguardar os ativos, assegurar a observância às políticas, planos, procedimentos e leis, respondendo pelo atendimento ao Comitê de Auditoria e aos auditores independentes. Como disposto nas atas do Comitê, as equipes encarregadas pela execução dos trabalhos nas áreas operacional, de sistemas e administrativa, debateram, periodicamente, as conclusões reportadas.

O Comitê de Auditoria aprovou, em 07 de fevereiro de 2011, o Planejamento dos Trabalhos da Auditoria Interna para o exercício de 2011.

VI. Auditoria Independente: O relatório sobre a avaliação dos sistemas contábeis e de controles internos, relativo ao 1º semestre 2010, apresentado pela empresa de auditoria independente, seguido das recomendações efetuadas, foi debatido com o Comitê que acompanhou, com a Auditoria Interna, a implementação dos pontos levantados em cada unidade ao longo do exercício. Em função do acompanhamento permanente das diversas ações, o Comitê entende que os trabalhos desenvolvidos foram adequados às necessidades do Banrisul. Em função do acompanhamento permanente desse trabalho, o Comitê entende que os trabalhos desenvolvidos foram adequados à necessidade do Banrisul, e que os auditores independentes realizaram, no decorrer do exercício, as tarefas que lhe foram cometidas, de acordo com o contratado. Tais trabalhos foram acompanhados ao longo do exercício, certificada a condição de irrestrito acesso a dados da Instituição, de modo a assegurar total liberdade na sua execução, não havendo fatos ou circunstâncias conhecidas que pudessem prejudicar a postura, nem a atuação independente.

Entenderam, também, que os auditores independentes realizaram, no decorrer do exercício, as tarefas que lhe foram atribuídas, de acordo com o contratado.

VII. Gerenciamento de Risco – Como nos exercícios anteriores, o Comitê acompanhou os riscos de Mercado e de Liquidez, de Crédito e Operacional. Em relação ao Risco Operacional, acompanhou a execução do Plano de Continuidade de Negócios – PCN, sempre recomendando a segregação das atividades de gestão de risco das respectivas atividades operacionais. Também seguiu acompanhando a prática adequada do dimensionamento das contingências cíveis e trabalhistas, com vistas ao estabelecimento das provisões necessárias a sua cobertura. Paralelamente, prosseguiu na análise dos processos de controles internos, relativamente aos depósitos judiciais correspondentes. Nesse semestre, o Comitê de Auditoria manteve o acompanhamento e o aperfeiçoamento dos trabalhos relacionados às áreas de segurança de tecnologia da informação, desenvolvimento de sistemas e de infraestrutura de tecnologia, buscando obstar a prática de fraudes eletrônicas aos clientes e ao próprio Banco e o resguardo do sigilo das operações realizadas pela Instituição.

No que diz respeito aos Riscos de Crédito e de Mercado e de Liquidez, reuniu-se, em diversas ocasiões, com as diretorias de crédito e financeira e com as unidades de crédito, financeira e com a controladoria, e avaliou a evolução e a sua qualidade.

Importante ressaltar que a Diretoria criou, em 04-08-2010, por meio de Resolução, a Unidade de Gestão de Riscos Corporativos, cujas providências para a instalação da referida Unidade foram acompanhadas por esse Comitê.

VIII. Canal de Comunicação de Erros e Fraudes - O Comitê de Auditoria, nos termos do disposto no artigo 8º, do Regimento Interno, informou todas as ocorrências que tomou conhecimento ao Banco Central do Brasil. As reclamações que foram recebidas pelo Canal de Comunicação de Erros e Fraudes foram encaminhadas à Ouvidoria-Geral, para adoção das providências necessárias.

IX. Mercado de Capitais – O Comitê de Auditoria acompanhou, no semestre, a atuação da área de Relações com Investidores, examinando, previamente a sua divulgação, os dados a serem tornados públicos ao mercado, efetivando as recomendações consideradas apropriadas no tocante ao seu desenvolvimento.

X. Educação Continuada - Da mesma forma que nos exercícios anteriores, os membros do Comitê de Auditoria preocuparam-se com o seu aperfeiçoamento técnico para melhor desempenhar suas funções. Nessa linha, participaram, neste semestre, de eventos envolvendo temas de gestão de riscos e melhores práticas para comitês de auditoria.

XI. Conclusão - Considerando os sistemas de controles internos existentes, a abrangência, a profundidade, a qualidade e a amplitude dos trabalhos realizados pelas auditorias, interna e independente, e a emissão do parecer dos auditores independentes, sem ressalvas, emitido em 07 de fevereiro de 2011, aliado ao conjunto de recomendações do Comitê de Auditoria, exaradas nas respectivas atas, foi recomendada ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações contábeis auditadas, relativas ao semestre findo em 31 de dezembro de 2010.

Porto Alegre, 10 de fevereiro de 2011.

Ario Zimmermann
Bruno Nubens Barbosa Miragem
Leopoldo Henrique Krieger Schneider

Parecer do Conselho Fiscal

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. e no exercício das atribuições que nos confere o artigo 163, itens II e VII, da Lei 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, revisamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxos de Caixa, Valor Adicionado, Notas Explicativas e demais demonstrativos, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010. Com base em nossas revisões, no Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e no Relatório da Auditoria Independente, sem ressalvas, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos acionistas.

Porto Alegre, 11 de fevereiro de 2011.

Claudio Morais Machado
Presidente

Irno Luiz Bassani
Vice-Presidente

Ronei Xavier Janovik
Rubens Lahude
Conselheiros

Relatório dos Auditores Independentes

Aos Administradores e Acionistas do
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.
Porto Alegre - RS

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Demonstração do valor adicionado - Examinamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 7 de fevereiro de 2011.

Deloitte.

Deloitte Touche Tohmatsu
Auditores Independentes
CRC nº. 2 SP 011.609/O-8/F/RS
Fernando Carrasco
Contador
CRC nº. 1 SP 157.760/T/RS

Análise de Desempenho

Banrisul

APRESENTAMOS A ANÁLISE DE DESEMPENHO DO BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. RELATIVA AOS PERÍODOS: QUARTO TRIMESTRE E ACUMULADO DO EXERCÍCIO DE 2010.

Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.

O Banrisul é um banco múltiplo controlado pelo Estado do Rio Grande do Sul. Foi fundado em 1928. É um banco comercial, de desenvolvimento e social. A proximidade com o setor público garante à Instituição forte penetração junto à população gaúcha e reforça a identidade como banco regional.

O Banco do Estado do Rio Grande do Sul figura, no contexto nacional, como um banco de grande porte, ocupando a 11ª posição em ativos, segundo *ranking* do Banco Central do Brasil divulgado em setembro de 2010. Ao final de dezembro de 2010, o Banrisul detinha R$32,1 bilhões em ativos, dos quais R$17,0 bilhões em operações de crédito, e patrimônio líquido de R$3,9 bilhões.

A Instituição foi agraciada, em 2010, com inúmeras distinções nas áreas de Tecnologia da Informação, Gestão Social e Finanças. Entre tantos reconhecimentos, é motivo de grande orgulho para o Banrisul ser apontado pelos clientes como o melhor banco brasileiro em valor percebido, pois é justamente essa relação que constitui a principal razão de existência da empresa. O destaque é resultado do estudo CVA Bancos 2010, efetuado pela consultoria CVA Solutions e divulgado ao mercado em novembro de 2010. A pesquisa reuniu mais de 13 mil clientes de bancos de todas as capitais e principais cidades do País.

Como um banco de varejo, a atuação do Banrisul está focada no atendimento das demandas de consumo de pessoas físicas e de giro a pequenas e médias empresas, além da prestação de serviços, especialmente, às entidades do setor público.

A Instituição oferece uma variada gama de produtos e serviços financeiros, entre os quais: crédito pessoal, incluindo crédito direto ao consumidor e consignado em folha de pagamento, crédito imobiliário, financiamentos de longo prazo com recursos próprios e com recursos obtidos de instituições governamentais, linhas de crédito para agricultura e pecuária, linhas de crédito empresarial, diversas modalidades de aplicações e de serviços financeiros à comunidade.

Dentre as principais áreas de atuação da Instituição, destacam-se o crédito consignado a pessoas físicas e as linhas de capital de giro a empresas, que são as modalidades de crédito de maior representatividade na carteira comercial, cujos crescimentos foram de 5,8% e de 11,2%, respectivamente, no 4T10. Em doze meses, essas linhas cresceram 38,8% e 27,5%.

O foco geográfico de atuação do Banco é a Região Sul do Brasil, especialmente o Rio Grande do Sul, Estado que ocupa a 4ª posição entre as economias que compõem o Produto Interno Bruto (PIB) do País e no qual está situada a sede da Instituição.

Fazem parte do grupo Banrisul, o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., a Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, a Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio, a Banrisul Armazéns Gerais S.A. e a Banrisul Serviços Ltda.

Ambiente Econômico e Mercado Competitivo

Economia Nacional

O cenário econômico em 2010 caracterizou-se pela heterogeneidade no desempenho da economia mundial. Enquanto as economias emergentes, entre elas o Brasil, apresentaram um ritmo de crescimento pujante e robusto, as economias avançadas, principalmente, EUA e Europa, mostraram uma trajetória de crescimento vacilante, razão pela qual, ao longo do ano, suas autoridades governamentais procuraram, através de manutenção ou de novos programas contendo estímulos fiscais e monetários, incentivar o reaquecimento das economias.

Os mercados financeiros internacionais, após apresentarem momentos de euforia no primeiro trimestre do ano, com valorização de ativos e queda da aversão ao risco, operaram de forma cautelosa, especialmente após a eclosão da crise fiscal europeia, reflexo do temor de nova recaída recessiva. Com efeito, a crença em uma recuperação econômica mundial mais lenta e irregular do que a expectativa inicial reforçou os fluxos de capitais para os países em desenvolvimento, acirrando o desequilíbrio no mercado cambial, ao que se denominou de guerra cambial.

O Brasil, nesse contexto, apresentou um ritmo de crescimento econômico vigoroso, consolidando na demanda doméstica seu principal motor, tendo como combustíveis a expansão da massa salarial e o fortalecimento do mercado de crédito. Tais fatores, aliados ao acentuado diferencial de juros, contribuíram para manter o real valorizado ao longo do período, fenômeno análogo ao ocorrido com outras moedas ditas emergentes. Os níveis de preços, por sua vez, registraram um comportamento irregular. Mesmo após a atividade econômica ter apresentado alguma moderação, a partir do segundo trimestre, as pressões altistas advindas de choques nos preços das commodities influenciaram negativamente a inflação corrente, bem como a formação das expectativas, distanciado-as das metas oficiais. Diante disso, a autoridade monetária, visando o reequilíbrio do ritmo de crescimento doméstico, optou por elevar a Taxa Selic, que passou de 8,75% para 10,75% anuais, mantendo-se nesse patamar até o final do ano.

Economia Regional

O Estado do Rio Grande do Sul está situado na parte mais meridional do Brasil. Com uma área de 281,7 mil Km², abriga uma população de 10.695.532 habitantes e Produto Interno Bruto – PIB equivalente a 6,5% do País, segundo dados preliminares da Fundação de Economia e Estatística do RS. O PIB a preços de mercado alcançou R$228,3 bilhões em 2010, com crescimento de 7,8%, recuperando a queda de 0,8% registrada no ano anterior.

No cenário regional, os principais indicadores evidenciam que a economia do Estado do Rio Grande do Sul apresentou, ao longo de 2010, desempenho robusto, em linha com o Brasil e com os demais estados da Região Sul. Em relação à indústria, conforme dados divulgados pela Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul – FIERGS, materializou-se um intenso ciclo de

recuperação, determinado pelo aumento da produção, do emprego e da capacidade instalada, tendo como pilar a demanda doméstica. Posteriormente, com a retirada dos estímulos fiscais, seguiu-se um período de acomodação, em níveis ainda inferiores aos registrados antes da crise financeira internacional, o que não interferiu, contudo, na evolução benigna das compras e da confiança empresarial.

Com relação ao setor agropecuário, a boa safra agrícola e a alta dos preços dos grãos e da carne também contribuíram para o crescimento econômico do Estado. Em 2010, a safra de grãos deverá atingir 25,0 milhões de toneladas, com crescimento próximo a 12% em relação a 2009 e representatividade na produção nacional próxima a 17%. Conforme dados do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – LSPA do IBGE, essas estimativas refletem os aumentos esperados nas produções de milho, 31,7%, e de soja, 29,1%, bem como os recuos projetados nas culturas de trigo, 9,0%; de arroz, 12,5%, e de feijão, 7,9%.

Por outro lado, o resultado da balança comercial gaúcha não demonstrou a mesma pujança, tendo em vista a fraca demanda dos mercados internacionais por produtos industrializados, os elevados custos de produção e a valorização da taxa de câmbio. Nesse contexto, as exportações de produtos industriais cresceram apenas 1,6% de janeiro a dezembro, enquanto as importações tiveram um aumento de 40,2% no mesmo período, o que resultou num saldo comercial positivo de US$278 milhões.

Nesse cenário, é relevante observar também que a evolução dos preços apresentou-se bem comportada ao longo do ano, ainda que bem acima dos padrões internacionais, fechando com alta de 0,56% no mês de dezembro e de 5,14% no acumulado do ano, com base no IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo da Região Metropolitana de Porto Alegre.

Ambiente Bancário e Mercado Competitivo

A despeito do menor ritmo de atividade econômica global e da acentuada volatilidade nos mercados financeiros internacionais, a economia brasileira manteve ritmo de crescimento intenso em 2010, sustentado pelas principais condicionantes da demanda interna - emprego, renda e crédito – que apresentaram desempenho bastante positivo no ano.

A ampliação da oferta de crédito ocorre em ambiente de redução das taxas de juros, menor inadimplência e alongamento de prazos. A relação crédito/PIB alcançou 46,6% em dezembro de 2010 e o saldo de operações do Sistema Financeiro Nacional registrou, R$1.703,7 bilhões, com crescimento de 20,5% nos últimos doze meses.

Entre os eventos que influenciaram a dinâmica do setor bancário, destaca-se a alteração promovida nos recolhimentos compulsórios em fevereiro e em dezembro de 2010. O Banco Central do Brasil reverteu a flexibilização adotada no último trimestre de 2008, elevando, por

meio das Circulares nº 3.485 e 3.486, de 24.02.2010, a exigibilidade de recolhimento compulsório sobre recursos a prazo de 13,5% para 15% e, a exigibilidade adicional sobre recursos a prazo e à vista, estabelecida em 4% e 5% desde dezembro de 2008, para 8% sobre ambas as rubricas.

Ao final de 2010, o Banco Central do Brasil restringiu ainda mais o volume de recursos em circulação mediante nova elevação de compulsórios, com vistas à manutenção da estabilidade monetária e ao crescimento sustentável do mercado de crédito. A exigibilidade de recolhimento compulsório sobre recursos a prazo foi elevada para 20% por meio da Circular nº 3.513 e, a exigibilidade adicional sobre recursos a prazo e à vista subiu de 8% para 12%, por meio da Circular nº 3.515, ambas de 03.12.2010. Nessa data, também foram alterados os limites de isenção de recolhimento compulsório, o fator de ponderação de risco para operações de pessoas físicas com prazo superior a 24 meses e o limite de garantia dos depósitos e créditos protegidos pelo Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

Do ponto de vista da governança corporativa, as instituições financeiras se envolveram, em 2010, com a implantação de procedimentos relacionados à publicação das demonstrações financeiras em conformidade com os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), exigência prorrogada para até 120 dias após o encerramento do exercício, conforme Circular nº 3.516, de 03.12.2010. Outra alteração exigida pelos órgãos reguladores diz respeito à Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, que ampliou sobremaneira a qualidade dos dados periódicos prestados por emissores de valores mobiliários ao mercado, reforçando a responsabilidade dos administradores.

As perspectivas para o setor bancário incorporam crescimento de negócios, ainda que em nível mais moderado que o registrado em 2010, e redução de *spreads*, proveniente da estabilização da inadimplência e da ampliação da competição entre as instituições na oferta de crédito. A expansão do crédito se mantém em 2011, embora as medidas adotadas pela autoridade monetária, ao final de 2010, devam refletir em movimento de arrefecimento.

Tabela 01: **Mercado Competitivo**

	Brasil		Rio Grande do Sul	
	dez/10	set/10	set/10	jun/10
Depósito à Vista	2,3917%	1,4643%	20,4465%	20,3190%
Poupança	1,4731%	1,7484%	20,5323%	20,6787%
Depósito a Prazo	1,5688%	1,6304%	30,5855%	29,5735%
Operações de Crédito	0,9997%	1,0062%	18,3073%	18,0972%
Nº de Agências	2,2056%	2,2408%	26,0984%	25,6113%

O Banrisul ocupava, em setembro de 2010, a 11ª posição entre os bancos médios e grandes do Sistema Financeiro Nacional em ativos totais, 11ª posição em patrimônio líquido, 8ª posição em depósitos totais e 7ª em número de agências, conforme *ranking* divulgado pelo Banco Central do Brasil, excluído o BNDES. A Instituição apresentou ganhos de *market share* em depósitos à vista no mercado nacional. No âmbito regional, o Banco obteve ganhos de mercado em depósitos a prazo, passando de 29,57% a participação que detinha em junho de 2010 para 30,58% a parcela absorvida em setembro de 2010. Também em operações de crédito e depósitos à vista o Banrisul obteve ganhos de *share* no mercado regional, ampliando em 0,21 pp. e em 0,13 pp., respectivamente, no mesmo período.

Indicadores Econômico-Financeiros

Tabela 02: Indicadores Econômico-financeiros

Principais Itens de Resultado - R$ Milhões	2010	2009	4T10	3T10	2T10	1T10	4T09	4T10/ 3T10	2010/ 2009
Margem Financeira Líquida	2.914,7	2.542,4	786,7	769,7	710,9	647,3	668,7	2,2%	14,6%
Despesas com Provisão para Operações de Crédito	(518,3)	(422,6)	(126,6)	(111,2)	(127,1)	(153,5)	(96,7)	13,8%	22,6%
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	2.396,3	2.119,7	660,1	658,5	583,9	493,8	572,0	0,2%	13,0%
Receita de Intermediação Financeira	4.841,8	4.262,6	1.310,4	1.298,2	1.165,4	1.067,8	1.076,7	0,9%	13,6%
Despesa de Intermediação Financeira	2.445,5	2.142,9	650,3	639,7	581,5	574,0	504,7	1,7%	14,1%
Receita de Serviços e Tarifas Bancárias	641,7	579,3	173,5	160,9	157,4	149,9	152,1	7,8%	10,8%
Despesas Administrativas e Despesas Operacionais (1)	1.895,1	1.807,5	499,2	478,7	457,2	460,0	431,8	4,3%	4,8%
Outras Receitas Operacionais	208,9	143,7	81,1	39,0	43,1	45,7	55,0	108,1%	45,4%
Resultado Operacional	1.147,8	853,3	361,8	327,0	277,5	181,6	300,6	10,7%	34,5%
Lucro Líquido	741,2	541,1	229,9	206,4	183,1	121,9	184,3	11,4%	37,0%
Resultados Distribuídos/Destinados - R$ Milhões	**2010**	**2009**	**4T10**	**3T10**	**2T10**	**1T10**	**4T09**	**4T10/ 3T10**	**2010/ 2009**
Juros sobre Capital Próprio/Dividendos (2)	293,2	215,4	120,4	51,6	71,0	50,2	73,7	133,6%	36,1%
Principais Itens Patrimoniais - R$ Milhões	**2010**	**2009**	**Dez10**	**Set10**	**Jun10**	**Mar10**	**Dez09**	**Dez10/ Set10**	**Dez10/ Dez09**
Ativos Totais	32.127,7	29.084,1	32.127,7	32.339,3	31.098,8	29.864,6	29.084,1	-0,7%	10,5%
Títulos e Valores Mobiliários (3)	9.573,9	10.758,6	9.573,9	10.014,1	10.150,4	9.949,1	10.758,6	-4,4%	-11,0%
Carteira de Crédito Total	17.033,2	13.414,2	17.033,2	16.237,1	15.442,0	14.765,7	13.414,2	4,9%	27,0%
Provisão para Operações de Crédito	(1.101,9)	(1.016,8)	(1.101,9)	(1.122,7)	(1.117,5)	(1.082,3)	(1.016,8)	-1,9%	8,4%
Créditos em Atraso > 60 dias	418,0	453,1	418,0	487,9	493,6	512,7	453,1	-14,3%	-7,7%
Recursos Captados e Administrados	25.090,8	21.902,4	25.090,8	24.095,2	23.163,7	22.368,7	21.902,4	4,1%	14,6%
Patrimônio Líquido	3.855,2	3.408,5	3.855,2	3.746,4	3.590,1	3.480,0	3.408,5	2,9%	13,1%
Patrimônio de Referência	3.715,5	3.349,4	3.715,5	3.608,2	3.455,9	3.422,9	3.349,4	3,0%	10,9%
Patrimônio Líquido Médio	3.631,9	3.243,8	3.800,8	3.668,2	3.535,1	3.444,2	3.354,1	3,6%	12,0%
Ativo Total Médio	30.605,9	27.144,8	32.233,5	31.719,1	30.481,7	29.474,4	28.828,7	1,6%	12,8%
Índices Financeiros	**2010**	**2009**	**4T10**	**3T10**	**2T10**	**1T10**	**4T09**		
Retorno sobre o Ativo Total	2,3%	1,9%	2,9%	2,6%	2,4%	1,6%	2,6%		
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	19,2%	15,9%	26,1%	23,9%	22,0%	14,8%	23,4%		
ROAA Anualizado (4)	2,4%	2,0%	2,9%	2,6%	2,4%	1,7%	2,6%		
ROAE Anualizado (5)	20,4%	16,7%	26,5%	24,5%	22,4%	14,9%	23,9%		
Índice de Eficiência (6)	47,8%	52,0%	47,8%	48,5%	50,5%	52,2%	52,0%		
Índice de Basileia	15,5%	17,5%	15,5%	15,4%	15,7%	16,5%	17,5%		
Índice de Imobilização (7)	4,4%	5,0%	4,4%	4,6%	4,8%	5,1%	5,0%		
Índice de Inadimplência (8)	2,5%	3,4%	2,5%	3,0%	3,2%	3,5%	3,4%		
Índice de Cobertura (9)	263,6%	224,4%	263,6%	230,1%	226,4%	211,1%	224,4%		
Indicadores Econômicos	**2010**	**2009**	**4T10**	**3T10**	**2T10**	**1T10**	**4T09**		
Selic Efetiva Acumulada	9,78%	9,92%	2,57%	2,62%	2,23%	2,03%	2,10%		
Taxa de Câmbio (R$/US$ - final de período)	1,67	1,74	1,67	1,69	1,80	1,78	1,74		
Variação Cambial (%)	-4,32%	-25,48%	-1,67%	-5,96%	1,15%	2,29%	-2,08%		
IGP-M	11,32%	-1,71%	3,18%	2,09%	2,84%	2,77%	-0,11%		
IPCA	5,91%	4,31%	2,23%	0,50%	1,00%	2,06%	1,06%		

(1) Inclui despesas de pessoal, outras despesas administrativas e outras despesas operacionais.

(2) Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos e/ou distribuídos (antes da retenção do Imposto de Renda).

(3) Inclui aplicações interfinanceiras de liquidez e deduz as obrigações compromissadas.

(4) Lucro líquido sobre ativo total médio.

(5) Lucro líquido sobre patrimônio líquido médio.

(6) Índice de eficiência – acumulado no período dos últimos 12 meses.

Despesas de pessoal + outras despesas administrativas / margem financeira líquida + rendas de prestação de serviços + (outras receitas operacionais – outras despesas operacionais).

(7) Imobilizado sobre o patrimônio líquido.

(8) Atrasos > 60 dias / carteira de crédito.

(9) Provisão para devedores duvidosos / atrasos > 60 dias.

Estrutura Patrimonial e de Resultados

Desempenho Financeiro

O ano de 2010 foi marcado por eventos que imprimiram mudanças nas estratégias de gestão e de negócios do Banrisul. Os resultados obtidos são consistentes e as perspectivas para 2011 alvissareiras.

Em abril de 2010, Mateus Bandeira assumiu a presidência da Instituição em substituição a Fernando Guerreiro de Lemos. Também os Diretores das áreas Financeira, de Crédito e Administrativa foram substituídos. Os executivos Bruno Fronza, Cesar Antônio Cechinato e Marinês Bilhar passaram a compor o quadro de diretores, respondendo, respectivamente, pelas Diretorias de Crédito, Administrativa e Comercial.

Em julho de 2010, consolidaram-se os movimentos de desregulamentação do mercado de cartões. Promovidas pelo Banco Central do Brasil desde o final de 2009, as alterações no mercado de adquirência fez com que as redes de captura de operações com cartões se transformassem em um dos principais produtos dos grandes bancos, na medida em que ampliou a disputa pelo domicílio bancário de contas correntes de empresas e consequentemente de operações de crédito com base em recebíveis.

Em agosto de 2010, em linha com as novas condições de mercado, foi anunciada parceria firmada entre o Banrisul e a MasterCard para captura dos cartões de débito e de crédito da bandeira nos terminais da Rede Banricompras. Para 2011, o Banrisul imprimirá esforços na busca por licenças para a captura de operações de outras bandeiras.

A partir de setembro de 2010, o Banco implementou profundos ajustes internos nas atividades de marketing, incluindo a criação do Comitê de Marketing, alterações nos mecanismos de contratação de agências de publicidade, revisão dos contratos vigentes, reestruturação da área gestora, adequação dos instrumentos de controle e dos critérios de avaliação de produtos e serviços, eventos e mídias.

O Banrisul apresentou, no ano de 2010, crescimento consistente de sua base patrimonial e encerrou o período com indicadores de solvência e rentabilidade favoráveis, estando boa parte deles acima do *guidance* divulgado ao mercado no final de março e mantido até o final do ano de 2010.

A ampliação da oferta de crédito, em linha com o maior dinamismo da atividade econômica nacional e regional e com a boa performance dos indicadores do mercado de trabalho, constituiu-se em estratégia preponderante praticada em 2010 no que diz respeito à alocação de ativos.

A estratégia comercial de produtos, serviços e canais adotada no ano priorizou ações mercadológicas ajustadas aos diferentes segmentos com os quais a Instituição se relaciona. No segmento pessoa física, ênfase especial foi dada ao funcionalismo público estadual, municipal e federal, ao público jovem, principalmente universitários, e aos beneficiários do INSS. No segmento empresarial, as ações comerciais desenvolvidas em 2010 concentraram-

se, preponderantemente, na política de adequação de taxas e prazos e nas operações de giro vinculadas a recebíveis.

Do ponto de vista econômico-financeiro, a Instituição dispõe de diversificadas fontes de recursos que garantem capacidade financeira para alavancar o crescimento do crédito, baixa exposição a riscos em operações de tesouraria, níveis de inadimplência e de custo de captação adequados, além de mecanismos de gestão que sustentam a implementação da estratégia e que permitem mitigar riscos de mercado e operacionais.

A liquidez da Instituição é favorecida pelas características da captação de recursos em mercado, por meio de rede capilarizada, especialmente no Estado do Rio Grande do Sul, em outras localidades da Região Sul do País e em outros estados da federação. O projeto de expansão da rede de agências no Estado de Santa Catarina tem sido bem-sucedido e contribui para a diversificação da captação de recursos em mercado. Os depósitos constituem a principal fonte de captação.

Por outro lado, as disponibilidades líquidas estão aplicadas em papéis federais indexadas à Taxa Selic, em Letras Financeiras do Tesouro ou em operações compromissadas, sempre com lastro em títulos federais, não havendo exposição em câmbio ou em outro tipo de derivativo alavancado.

A política de captação pulverizada privilegia pequenos e médios correntistas e poupadores, ao invés de investidores institucionais, o que assegura redução de custo financeiro e diversificação das fontes de financiamento, estratégia adequada às necessidades de *funding* para a concessão de novos empréstimos. Os depósitos totais representavam, ao final de dezembro de 2010, 67,4% dos passivos de terceiros.

O saldo de crédito, modalidade que perfaz 53,0% dos ativos totais, também está composto por operações pulverizadas, especialmente, contratadas junto a pessoas físicas e a pequenas e médias empresas. As linhas de crédito consignado na pessoa física e de giro às empresas absorviam, ao final de dezembro, 33,2% e 24,6%, respectivamente, do volume total de crédito.

A inadimplência acima de 60 dias arrefeceu. Alcançou 2,5% do volume total de crédito em dezembro de 2010, inferior aos patamares alcançados em dezembro de 2009, 3,4%, e em setembro de 2010, 3,0%. O índice de inadimplência acima de 90 dias atingiu 2,2% em dezembro de 2010. O nível de provisionamento constituído mantém-se em volume confortável para a cobertura dos créditos em atraso. A gestão eficaz da exposição ao risco de crédito permite a continuidade da expansão da carteira com agilidade e segurança face aos eficientes instrumentos utilizados para mensuração dos riscos inerentes a cada cliente.

A estrutura de avaliação de riscos do Banrisul está alicerçada no princípio da decisão técnica colegiada, sendo definidas alçadas de concessão de crédito correspondentes aos níveis decisórios que abrangem desde a extensa rede de agências, com suas diversas categorias, até as esferas diretivas e os comitês de risco e crédito na Direção-Geral. A concessão de crédito está assentada em limites tecnicamente predefinidos, compatíveis com a exposição que a Instituição está disposta a operar com cada cliente pessoa física e pessoa jurídica.

A contínua e crescente implementação de metodologias estatísticas para avaliação de risco dos clientes, com a parametrização de políticas de crédito e regras de negócios, aliada à otimização dos controles sobre as informações cadastrais através de um modelo de certificação intensificam e fortalecem as ações de controle do risco.

O Banrisul possui margem para sustentar o crescimento de suas operações, capacidade atestada pelo Índice de Basileia, 15,5% em dezembro de 2010. Os indicadores de custo administrativo, dados pela proporção de despesas administrativas em relação ao volume de ativos ou em relação às receitas geradas persistem em níveis descendentes, conforme atestam os indicadores de custo operacional e de eficiência, que alcançaram 5,3% e 47,8% em dezembro de 2010.

O Banrisul alcançou lucro líquido de R$741,2 milhões no ano de 2010, R$200,1 milhões ou 37,0% acima do resultado apurado em 2009. É um resultado expressivo e não impactado por eventos não recorrentes. O desempenho reflete as ações do Banrisul na sustentação do crescimento do crédito e na ampliação de serviços prestados, entre as quais por meio da expansão da Rede Banricompras. As receitas de crédito e arrendamento mercantil cresceram R$636,0 milhões no ano e, o incremento de receitas com serviços, R$62,3 milhões frente àquelas obtidas em 2009. Os esforços na recuperação de créditos baixados para prejuízo e na redução de despesas também contribuíram significativamente no desempenho. As receitas de recuperação de créditos agregaram R$135,4 milhões ao resultado de 2010, R$47,8 milhões acima do registrado em 2009. As despesas administrativas, excluídas as de pessoal, registraram redução de R$17,3 milhões no último trimestre em relação ao trimestre imediatamente anterior.

No 4T10, o lucro líquido foi de R$229,9 milhões, 24,7% ou R$45,6 milhões acima do registrado no mesmo trimestre do ano anterior e 11,4% ou R$23,5 milhões acima do obtido no trimestre imediatamente anterior. A performance do 4T10, comparativamente àquela registrada no 3T10, reflete, positivamente, o aumento de receitas de crédito, de outras receitas operacionais, de serviços e a redução de despesas administrativas excluídas as de pessoal, efeito minimizado pelo aumento de despesas de provisões para crédito.

O resultado gerado, no ano de 2010, corresponde a uma rentabilidade de 20,4% calculada sobre o patrimônio líquido médio. Em dezembro de 2010, o patrimônio líquido alcançou R$3.855,2 milhões, com crescimento de 13,1% sobre o saldo registrado em dezembro de 2009 e de 2,9% em relação a setembro de 2010.

O resultado bruto da intermediação financeira - RBIF – no ano de 2010 foi de R$2.396,3 milhões, 13,0% acima do obtido no ano passado. O desempenho em 2010 reflete, positivamente, a expansão das receitas de crédito e, negativamente, a elevação de despesas com repasses e com provisões para crédito. No 4T10, o RBIF somou R$660,1 milhões, 15,4% acima do registrado no mesmo trimestre do ano anterior e 0,2% acima do obtido no 3T10.

Os ativos consolidados alcançaram, em dezembro de 2010, R$32.127,7 milhões, com incremento de 10,5% sobre dezembro de 2009 e saldo praticamente estável em relação a setembro de 2010. Entre os ativos, operações de crédito apresentaram o melhor desempenho, proveniente, especialmente, do crescimento do segmento de pessoas físicas.

As operações de crédito do Banrisul somaram R$17.033,2 milhões ao final de dezembro de 2010, com expansão de 27,0% em relação ao mesmo mês do ano anterior e de 4,9% no último trimestre. A carteira comercial totalizou R$13.130,6 milhões, com crescimento de 29,9% em doze meses e de 4,9% no último trimestre. As operações de crédito comercial com pessoas físicas somaram R$7.398,4 milhões ao final de dezembro de 2010, com expansão de 36,5% comparativamente a dezembro de 2009 e de 2,5% em relação ao saldo alcançado em setembro de 2010. As operações com pessoas jurídicas totalizaram R$5.732,2 milhões em dezembro de

2010, com incremento de 22,3% na comparação com dezembro do ano passado e crescimento de 8,2% em relação a setembro de 2010.

Os recursos captados e administrados atingiram saldo de R$25.090,8 milhões em dezembro de 2010, com crescimento nominal de 14,6% em relação à posição registrada em dezembro de 2009 e de 4,1% na comparação com setembro de 2010. Os depósitos alcançaram, em dezembro de 2010, R$19.053,0 milhões, com expansão de 16,4% sobre dezembro de 2009 e de 6,1% sobre setembro de 2010. Os recursos de terceiros administrados atingiram R$6.037,8 milhões, posição 9,1% acima da registrada em dezembro de 2009 e 1,7% abaixo da posição de setembro de 2010.

O Banrisul recolheu e provisionou, no ano de 2010, R$691,8 milhões em impostos e contribuições próprios. Os tributos retidos e repassados, incidentes diretamente sobre a intermediação financeira e demais pagamentos, alcançaram R$540,5 milhões.

Política de Investimentos

As ações na área de Tecnologia da Informação - TI têm como um dos principais focos garantir segurança tanto para os clientes quanto para a estrutura interna do Banco. Esforços contínuos são direcionados ao estudo e avaliação do que existe de mais moderno e eficiente no mercado. É isso que tem possibilitado ao Banrisul tornar-se referência em TI no âmbito nacional e internacional.

A política de investimentos do Banrisul se desdobra em três pilares: expansão/modernização tecnológica, reformas e ampliações da rede de atendimento e expansão da rede de distribuição. De janeiro a dezembro de 2010, os investimentos em *hardware, software* e manutenção de bens somaram R$190,9 milhões.

Expansão/Modernização Tecnológica

Os investimentos na área de tecnologia da informação somaram R$162,2 milhões no ano de 2010. Fortalecer os mecanismos de segurança nas transações bancárias e ampliar a eficiência operacional da infraestrutura de sistemas da Instituição constituíram as principais prioridades do período.

Os projetos de infraestrutura de TI do Banrisul estão alinhados com premissas de simplificação, gerenciamento do ambiente, continuidade dos negócios e racionalização de custos. Dentre os projetos implementados de janeiro a dezembro de 2010, incluem-se: virtualização e contingenciamento de servidores, projeto que agrega funcionalidades de replicação e continuidade, diminuição de custos de energia, dissipação de calor e espaço físico nos CPDs; automação do processo de continuidade da plataforma OPEN utilizando o SRM *Site Recovery Mannager*; implantação de novo ambiente de *Storage* para plataformas *Windows, Unix* e *Linux* com replicação síncrona entre os *sites* do Banco, consolidando as tecnologias de armazenamento corporativo nessas plataformas; além da aquisição de servidores tipo *Blade Servers* para atuar como base de processamento dos sistemas virtualizados.

As atividades relacionadas às áreas de segurança incluem esforços contínuos na monitoração e proteção dos canais. Os projetos de criptografia, certificação digital e de definições de segurança, entre outros, demandam também esforço em ações de cultura e conscientização, através da divulgação de orientações aos colaboradores e clientes , como forma de manter a segurança da informação.

Entre os principais projetos e realizações de 2010, destaca-se a segurança dos canais eletrônicos. A ampliação do nível de segurança da Rede Banricompras evoluiu pela adoção do padrão PCI - *Payment Card Industry*, que orienta as melhores práticas de segurança de dados em operações eletrônicas de pagamentos com cartões de débito e crédito. Nos terminais de autoatendimento, foram testadas e implementadas novas soluções de segurança, garantindo maior proteção e redução de perdas. No *Internet Banking*, foram realizadas melhorias nos processos de monitoração das transações, além do estudo de tecnologias de autenticação (*smart cards, tokens*) para aumentar a segurança no acesso pelos clientes Banrisul.

Outro destaque de 2010 diz respeito aos projetos de Certificação Digital e Criptografia. Foi ampliado o uso de Certificação Digital em *smart cards* para os produtos e aplicações de automação bancária e verificação digital de documentos eletrônicos, proporcionando maior segurança, controle do acesso e minimização do risco operacional. A implantação da nova Autoridade Certificadora (AC) dentro da cadeia de certificação Banrisul, para emissão de certificados digitais voltados à autenticação de computadores externos, como no caso dos Correspondentes Bancários, utiliza uma infraestrutura de chaves públicas que segue os padrões e tendências do governo brasileiro.

Entre os eventos dos quais o Banrisul participou em 2010, destacam-se: *CardWare* 2010 (Canadá); Simpósio Operacional de Combate a Crimes Eletrônicos IV (SP); *Websense* – Proteção de Informação em *Gateway* Seguro (RS); RSA *Conference* (EUA); Seminário Prevenção de Fraudes na Compensação de Cheques por Imagem; Seminário de Segurança Bancária; reunião CIAB e CNAB Febraban (SP); reunião no Conselho PCI (Reino Unido); reunião da Subcomissão de Certificação Digital em conjunto com a GT (SP); reunião Pré-CIAB 2010 (SP); Fórum Segurança - CARDS 2010 (SP), Fórum CIAB 2010; *FST Summit - Financial Services Technology - Latin America Summit* (México) e o 3º Fórum Internacional de TI, coordenado pelo Banco.

Reformas e Ampliações

A atualização e conservação da estrutura física, com vistas à manutenção de boas condições de trabalho através de reformas e ampliações em edificações, CFTV's (Circuito Fechado de Televisão), portas detectoras de metais, alarme, condicionamento térmico, infraestrutura de automação elétrica, mobiliário, mudanças de leiaute e modernização visual, totalizou R$28,7 milhões em investimentos de janeiro a dezembro de 2010.

Expansão da Rede de Distribuição

No exercício de 2010, o Banrisul inaugurou quatro novas agências, uma no Rio Grande do Sul e três em Santa Catarina. Entre aberturas e fechamentos, o saldo, nos últimos doze meses, é de 63 pontos adicionais de atendimento, que fortalecem a Instituição no mercado regional, ampliam a base de clientes e o *market share*. O projeto de expansão em Santa Catarina tem sido bem-sucedido. O mercado catarinense surpreendeu com boa aceitação, havendo espaço para a instalação de novos pontos, entre os quais cinco agências que deverão abrir em 2011.

Agência Bourbon Passo da Areia - Porto Alegre

Agência Gaspar - SC

Agência Curitiba - PR

Margem Analítica

A margem analítica apresentada no quadro a seguir foi apurada com base nos saldos médios de ativos e passivos, calculados a partir dos saldos finais dos trimestres que compõem cada período.

O quadro apresenta os ativos geradores de receitas e os passivos onerosos, os correspondentes valores de receitas da intermediação financeira sobre ativos e despesas da intermediação financeira sobre passivos, bem como as taxas médias efetivas geradas pelos respectivos rendimentos e juros pagos em cada período.

Tabela 03: **Margem Analítica**

R$ Milhões

	2010			2009			2008		
	Balanço Médio	Receita Despesa	Taxa Média	Balanço Médio	Receita Despesa	Taxa Média	Balanço Médio	Receita Despesa	Taxa Média
Ativos Rentáveis	**28.781,4**	**4.840,5**	**16,82%**	**25.996,9**	**4.262,1**	**16,39%**	**21.635,9**	**3.866,6**	**17,87%**
Operações de Créditos	15.372,3	3.567,5	23,21%	11.954,9	2.948,1	24,66%	9.963,5	2.574,7	25,84%
Compromissos de Revendas	3.476,9	368,9	10,61%	5.582,3	517,1	9,26%	4.519,2	509,2	11,27%
TVM para Negociação	1.995,7	182,4	9,14%	1.761,2	166,4	9,45%	333,7	33,7	10,09%
TVM Disponíveis para Venda	1.516,9	138,7	9,14%	966,4	91,3	9,45%	465,0	46,9	10,09%
TVM Mantidos até o Vencimento	4.129,2	377,5	9,14%	3.677,5	347,4	9,45%	3.387,8	364,9	10,77%
Depósitos Interfinanceiros	123,7	10,7	8,68%	155,2	15,4	9,91%	230,3	27,0	11,75%
Outros Ativos Rentáveis	2.166,8	194,8	8,99%	1.899,3	176,4	9,29%	2.736,3	310,1	11,33%
Compulsórios	1.661,7	131,6	7,92%	1.479,8	117,6	7,95%	2.376,9	253,3	10,66%
Outros	505,1	63,2	12,52%	419,5	58,8	14,01%	359,4	56,8	15,79%
Ativos Não Rentáveis	**2.577,5**			**1.979,8**			**2.256,8**		
Ativos Totais	31.359,0	4.840,5	15,44%	27.976,7	4.262,1	15,23%	23.892,7	3.866,6	16,18%
Passivos Onerosos	**23.143,0**	**(1.925,8)**	**8,32%**	**21.097,3**	**(1.719,7)**	**8,15%**	**17.435,5**	**(1.887,6)**	**10,83%**
Depósitos Interbancários	38,2	(3,9)	10,28%	59,3	(4,2)	7,10%	5,6	(0,7)	12,13%
Poupança	5.901,4	(349,8)	5,93%	5.136,1	(292,9)	5,70%	4.559,6	(296,9)	6,51%
Depósitos a Prazo	9.268,2	(837,3)	9,03%	8.334,7	(782,3)	9,39%	7.129,5	(772,5)	10,83%
Captações no Mercado Aberto	1.893,2	(214,4)	11,32%	2.485,5	(257,6)	10,36%	2.662,7	(331,0)	12,43%
Obrigações por Empréstimos e Repasses	1.627,7	(112,5)	6,91%	1.407,9	(57,1)	4,05%	1.195,2	(289,9)	24,26%
No País	1.038,2	(77,5)	7,46%	914,6	(42,0)	4,59%	689,6	(44,9)	6,52%
Exterior	589,5	(35,1)	5,95%	493,4	(15,0)	3,05%	505,7	(245,0)	48,45%
Outros	4.414,3	(407,9)	9,24%	3.673,8	(325,6)	8,86%	1.882,9	(196,6)	10,44%
Passivos Não Onerosos	**4.534,1**			**3.608,6**			**3.499,7**		
Patrimônio Líquido	**3.681,9**			**3.270,8**			**2.957,4**		
Passivos e Patrimônio Líquido	31.359,0	(1.925,8)	6,14%	27.976,7	(1.719,7)	6,15%	23.892,7	(1.887,6)	7,90%
Spread			9,29%			9,09%			8,28%
Margem 12 meses		2.914,7	10,13%		2.542,4	9,78%		1.978,9	9,15%

As operações de crédito incluem adiantamentos de contratos de câmbio e operações de arrendamento mercantil, que são demonstradas pelo valor presente líquido dos contratos de arrendamento. As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receitas quando efetivamente recebidas. As rendas derivadas de operações de arrendamento são apropriadas no vencimento de cada prestação. Tais critérios impactam nos volumes médios de receitas e de taxas efetivas registrados nos períodos observados.

Os saldos médios das aplicações interfinanceiras de liquidez, recursos aplicados ou captados no mercado interbancário, correspondem ao valor de resgate deduzidos das receitas ou despesas a apropriar equivalentes a períodos futuros.

Os saldos médios dos depósitos, captações no mercado aberto e obrigações por empréstimos e repasses incluem os encargos exigíveis até a data de encerramento das demonstrações financeiras, reconhecidos em base *pro rata die*. No que se refere às despesas vinculadas a essas rubricas, àquelas relativas a depósitos incluem as despesas pelas contribuições ao Fundo Garantidor de Crédito – FGC.

A contabilização de juros no balanço patrimonial inclui taxas de juros nominais e um componente de atualização monetária. Tal correção monetária pode estar relacionada a um índice inflacionário, mudanças em taxas de câmbio (geralmente do dólar norte-americano) ou outra taxa de juros flutuante. A taxa de juros e a correção monetária são aplicadas no final de cada mês ao saldo do principal de cada operação. O valor corrigido passa a ser a nova base para o cálculo dos juros e correção monetária do próximo mês, e assim sucessivamente até a liquidação.

A trajetória da margem sobre ativos rentáveis é crescente nos últimos três anos, período em que a taxa básica de juros (efetiva) diminuiu, de 12,48%, em 2008, para 9,78% em 2010. Os ativos médios rentáveis cresceram 10,7% no último ano e os passivos onerosos, 9,7%. A margem absoluta apresentou incremento de 14,6% e a margem relativa superou em 0,35 pontos percentuais àquela apurada em 2009 e na mesma proporção a Taxa Selic (efetiva) registrada em 2010.

A redução da taxa básica de juros nos três anos observados na série refletiu na queda das taxas sobre ativos rentáveis e sobre passivos onerosos, embora esse argumento não se mantenha ao serem comparados os anos 2010 e 2009, período em que a Taxa Selic efetiva diminuiu e as taxas sobre ativos rentáveis ampliaram-se.

Além dos juros básicos da economia que referenciam as operações no setor financeiro, a estrutura de ativos e passivos e também os prazos de contratação são fatores determinantes na formação da margem auferida a cada período. Os ativos de crédito ampliaram em 7,4 pontos percentuais sua representatividade no total de ativos médios rentáveis no último ano, enquanto as operações de tesouraria reduziram em 7,5 pontos percentuais sua participação. A receita proveniente do aumento do volume de operações de crédito contribuiu para o aumento da margem no último ano, ainda que as taxas médias registradas no crédito em 2010 sejam menores que àquelas praticadas em 2009.

Pelo lado dos passivos onerosos, além da representatividade da captação no mercado aberto ter diminuído no último ano, o que teria contribuído para reduzir o custo total dos passivos onerosos, essa modalidade de recursos e as obrigações por empréstimos e repasses apresentaram taxas mais altas que as registradas em 2009, impactando em pequena elevação da taxa média do custo dos passivos onerosos em relação a 2009.

Ainda que as alterações de estrutura de ativos e passivos tenha influenciado na melhoria dos indicadores de margem, o crescimento dos ativos rentáveis, em R$2,8 milhões, notadamente os de crédito, em R$3,4 milhões, compensou a queda das taxas, produzindo, em 2010, *spread* acima do registrado em 2009, embora inferior à Taxa Selic efetiva do período.

Variações nas Receitas e Despesas de Juros: Volumes e Taxas

O quadro a seguir apresenta a alocação das variações nas receitas e despesas de juros consolidadas entre variações de volume e de taxas de juros (*i*) no ano de 2010 comparativamente ao de 2009, (*ii*) 2009 *vs* 2008 e (*iii*) 2008 *vs* 2007.

As variações de volume e de taxas de juros foram calculadas com base nas movimentações dos saldos médios durante o período e nas variações das taxas nominais de juros sobre o saldo médio de ativos geradores de receita e sobre o saldo médio de passivos onerosos. A variação líquida foi calculada a partir das variações de volume e taxas e foi alocada à respectiva variação (volume e taxa de juros) de maneira proporcional, considerando o valor absoluto (módulo) atribuível ao volume e à taxa de juros.

A avaliação das variações nas receitas e despesas em função de aumentos ou reduções em volumes e taxas permite constatar que, em valores absolutos, a elevação das receitas sobre ativos rentáveis está associada ao aumento de variações de volume, que compensou a redução de receitas provocada pela queda de taxas, movimento especialmente motivado pelas receitas de crédito.

Com relação aos passivos onerosos, percebe-se movimento de aumento das despesas associado mais às variações de volumes do que às reduções provocadas por oscilações de taxas.

Tabela 04: **Variações nas Receitas e Despesas de Juros: Volumes e Taxas**

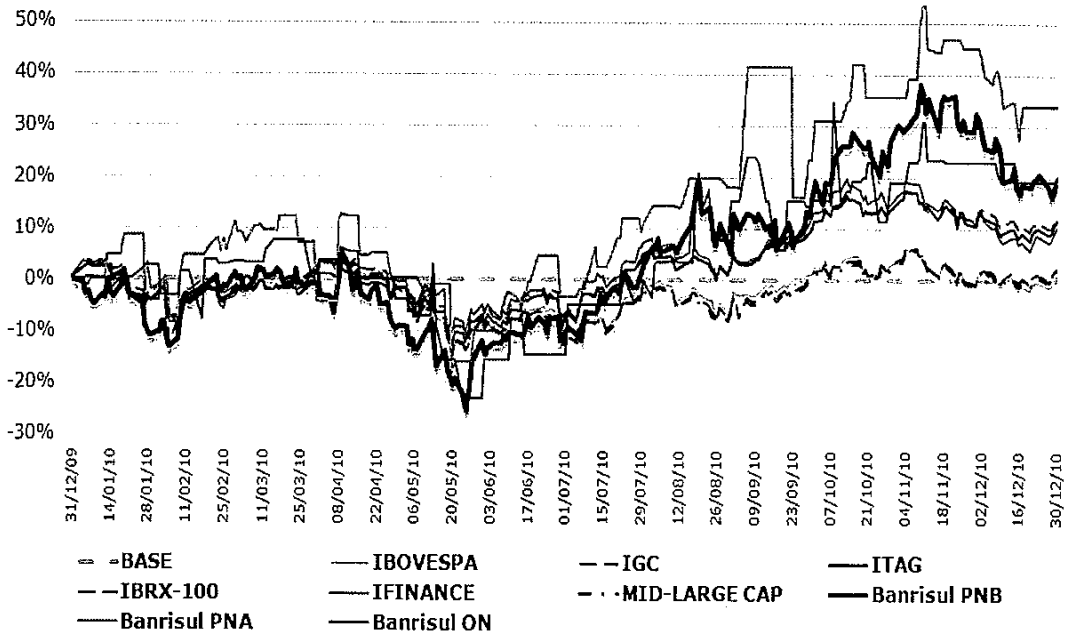
R$ Milhões

	2010 / 2009 Aumento / Redução Devido a Variação em:			2009 / 2008 Aumento / Redução Devido a Variação em:			2008 / 2007 Aumento / Redução Devido a Variação em:		
	Volume	Taxa Juros	Variação Líquida	Volume	Taxa Juros	Variação Líquida	Volume	Taxa Juros	Variação Líquida
Ativos Rentáveis									
Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos	780,1	(160,8)	619,3	484,1	(110,7)	373,4	805,9	52,8	858,7
Compromissos de Revendas	(215,4)	67,3	(148,1)	32,4	(24,5)	7,9	157,6	10,0	167,6
Operações com Títulos, Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	112,2	(18,8)	93,4	202,5	(42,8)	159,7	(4,1)	(55,2)	(59,3)
Depósitos Interfinanceiros	(2,1)	(2,5)	(4,6)	96,3	(5,8)	90,5	18,7	6,4	25,1
Outros	23,8	(5,4)	18,4	(273,9)	38,0	(235,9)	7,3	15,7	23,0
Total de Ativos Rentáveis	698,6	(120,2)	578,4	541,4	(145,8)	395,6	985,4	29,7	1.015,1
Passivos Onerosos									
Depósitos Interfinanceiros	(1,1)	1,4	0,3	(3,9)	0,4	(3,5)	6,8	(2,6)	4,2
Depósitos de Poupança	(46,0)	(10,9)	(56,9)	256,2	(252,1)	4,1	(30,3)	(9,3)	(39,6)
Depósitos a Prazo	(85,1)	30,2	(54,9)	(120,8)	110,9	(9,9)	(154,2)	(25,1)	(179,3)
Captações no Mercado Aberto	70,7	(27,5)	43,2	20,9	52,4	73,3	(93,3)	1,0	(92,3)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(7,1)	(48,4)	(55,5)	(63,3)	296,2	232,9	(11,0)	(224,9)	(235,9)
Outros	(69,2)	(13,1)	(82,3)	(162,6)	33,6	(129,0)	(136,0)	(5,4)	(141,4)
Total de Passivos Onerosos	(137,8)	(68,3)	(206,1)	(73,4)	241,3	167,9	(418,0)	(266,3)	(684,3)

Desempenho do Banrisul no Mercado Acionário

O desempenho nos últimos 12 meses do Banrisul no Mercado Acionário, em comparação com os índices da Bovespa, pode ser visualizado no gráfico abaixo.

Gráfico 01: **Desempenho Ações Banrisul x Índices da Bolsa**



A partir de setembro de 2010, a ação PNB deixou de compor o índice *Small Cap*, ingressando no índice *Mid-Large Cap*, que mede o retorno de uma carteira composta pelas empresas listadas de maior capitalização, enquanto o *Small Cap* mede o das de menor capitalização.

Consolidando uma relação transparente com o mercado acionário, foram realizadas, ao longo do ano de 2010, entre outros eventos, 69 reuniões e 78 teleconferências, totalizando 166 oportunidades de interação com analistas de mercado, investidores e acionistas pessoas físicas e jurídicas, nacionais e estrangeiras.

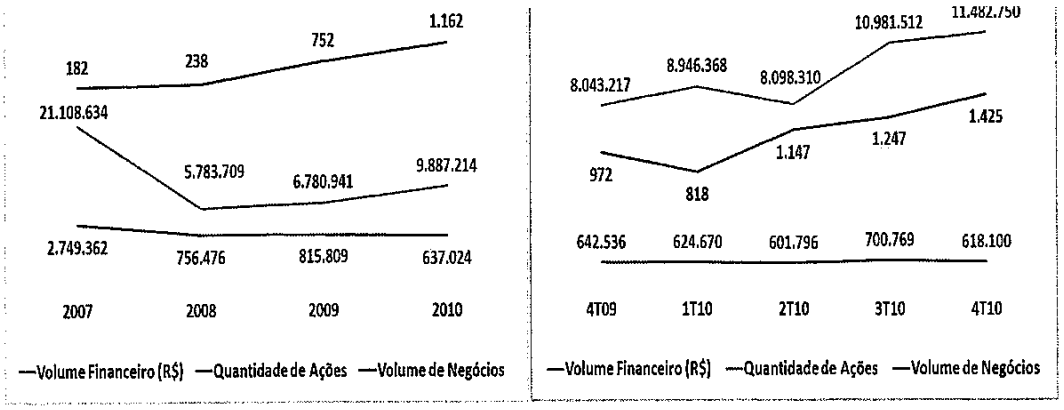
Tabela 05: **Ações de Comunicação e Relacionamento**

	4T10	3T10	2T10	1T10	4T09
Reuniões	16	39	3	11	18
Teleconferências	5	28	28	17	12
Eventos no Exterior *	16	0	2	0	22
Expo Money	0	0	0	0	1
Reuniões APIMEC	1	0	0	0	2
TOTAL	**38**	**67**	**33**	**28**	**55**

* 2009: Amsterdam, Boston, Dublin, Frankfurt, Genebra, Lausanne, Lisboa, Londres, Los Angeles, Madri, Nova Iorque, Paris, Roterdam, São Francisco e Washington.
* 2010: Londres, Nova Iorque e Stavanger.

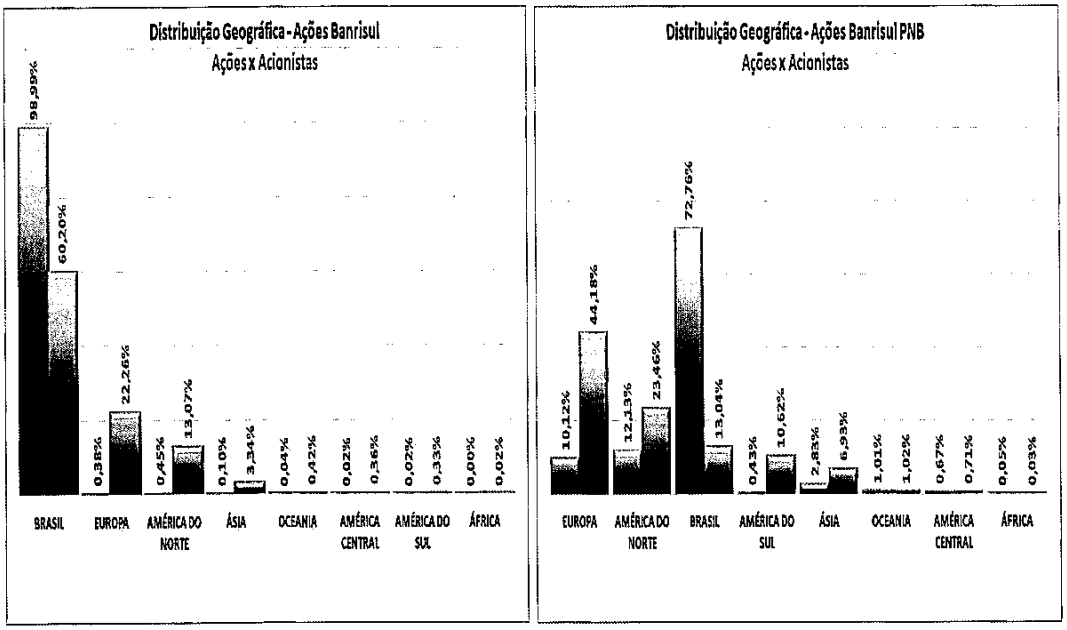
O volume de negócios com ativos mobiliários do Banrisul apresentou desempenho positivo. Ao final do ano de 2010, a ação PNB (BRSR6) estava listada na 82ª posição dentre as 100 ações mais negociadas na Bovespa (79ª posição em 12 meses). No 4T10, o volume financeiro médio negociado diariamente foi cerca de 43% acima do apurado no 4T09, enquanto o volume médio de negócios diários aumentou em 47% no mesmo período.

Gráfico 02: **Volumes Médios: Financeiro, de Negócios e de Ações Negociadas (Base: Ação PNB)**



A distribuição geográfica de ações e acionistas e a quantidade de ações por acionistas estão representadas nos gráficos abaixo.

Gráfico 03: **Distribuição Geográfica dos Ativos Mobiliários do Banrisul**



Ao final do ano de 2010, oito instituições emitiam relatórios de acompanhamento (*sell side*) sobre o Banrisul, cujos preços-alvo estão disponíveis no *site* de Relações com Investidores (*www.banrisul.com.br/ri*).

Evolução das Contas Patrimoniais

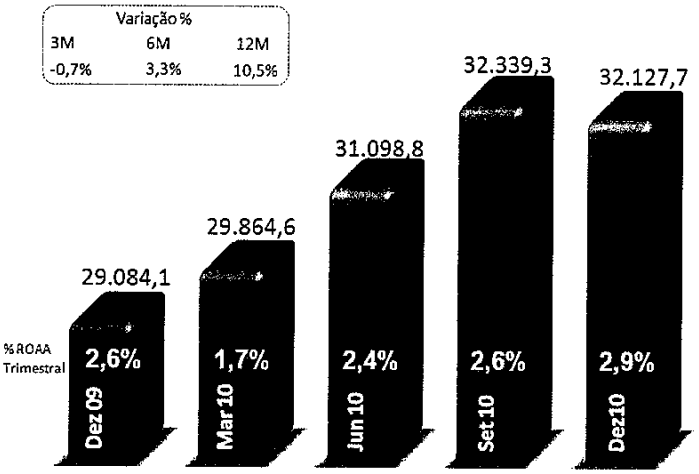
Ativos Totais

Os ativos totais apresentaram, ao final de dezembro de 2010, saldo de R$32.127,7 milhões, 10,5% ou R$3.043,5 milhões acima do registrado em dezembro de 2009. Na comparação com setembro de 2010, os ativos registraram pequena redução de 0,7%.

O crescimento dos ativos, em doze meses, proveio da expansão da captação de depósitos e do incremento do Fundo de Reservas de Depósitos Judiciais - FRDJ, cuja soma alcançou R$2.987,9 milhões. Na composição dos ativos, destaca-se o crescimento do crédito, no montante de R$3.618,9 milhões, incremento que reflete a estratégia do Banco de priorização desses ativos face às boas condições de conjuntura e da maior rentabilidade frente às operações de tesouraria, que, por sua vez, apresentaram redução de R$1.880,0 milhões em doze meses.

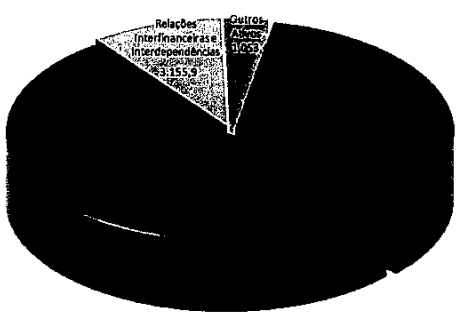
No último trimestre de 2010, os ativos apresentaram redução de R$211,7 milhões frente ao trimestre imediatamente anterior. O crescimento dos depósitos, em R$1.098,9 milhões, não compensou a queda da captação no mercado aberto, em R$974,7 milhões, refletindo na redução de operações de tesouraria, em R$1.414,9 milhões, e consequentemente estabilização de ativos em relação a setembro de 2010.

Gráfico 04: **Ativo Total** - R$ Milhões



Do total de ativos registrados em dezembro de 2010, 53,0% estão representados por operações de crédito, 33,9% por aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários, 9,8% por relações interfinanceiras e interdependências e 3,3% por outros ativos.

Gráfico 05: **Composição dos Ativos** - R$ Milhões

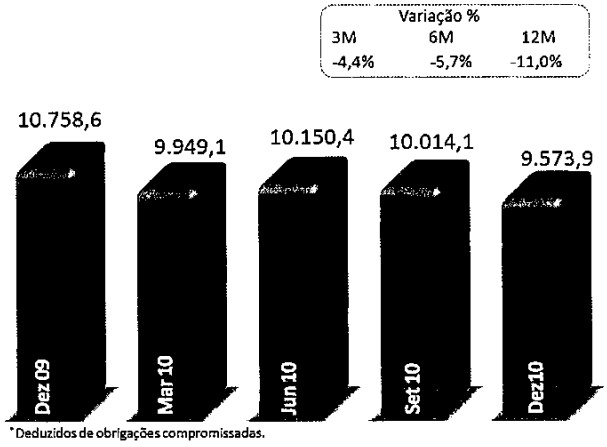


Títulos e Valores Mobiliários

As aplicações em títulos e valores mobiliários somaram R$9.573,9 milhões ao final de dezembro de 2010, volume 11,0% abaixo do saldo alcançado em dezembro de 2009, 4,4% abaixo do saldo de setembro de 2010. O valor inclui as aplicações interfinanceiras de liquidez e deduz as obrigações por operações compromissadas.

O Banco priorizou nos últimos meses as aplicações em ativos de crédito, face às condições favoráveis no ambiente econômico, a maior rentabilidade desses ativos em comparação às operações de tesouraria e a confortável situação de liquidez da Instituição.

Gráfico 06: **Títulos e Valores Mobiliários e Aplicações Interfinanceiras de Liquidez***- R$ Milhões

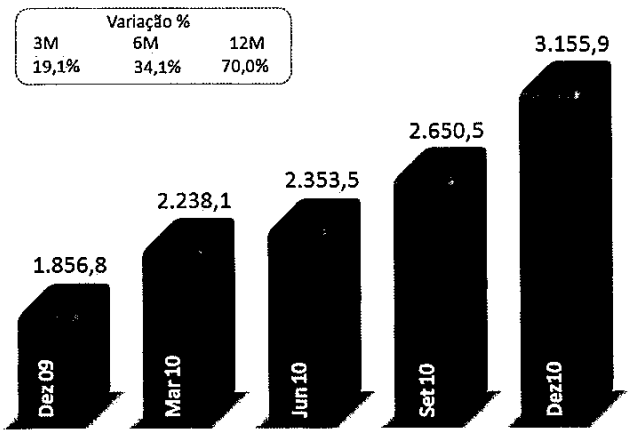


*Deduzidos de obrigações compromissadas.

Relações Interfinanceiras e Interdependências

O saldo de relações interfinanceiras e interdependências alcançou R$3.155,9 milhões ao final de dezembro de 2010, 70,0% ou R$1.299,1 milhões acima do registrado em dezembro de 2009 e 19,1% ou R$505,4 milhões acima do montante contabilizado em setembro de 2010. Em doze meses, a variação de saldo refere-se ao aumento de recolhimentos obrigatórios, derivado da expansão de depósitos à vista, em R$1.679,3 milhões em doze meses e R$1.671,0 no último trimestre, face à sazonal ampliação da renda ao final do ano e às alterações promovidas, a partir de outubro de 2010, no produto poupança integrada que refletiu na migração de recursos para a conta corrente. Em relação a setembro de 2010, a variação está associada ao aumento de recolhimentos obrigatórios.

Gráfico 07: **Relações Interfinanceiras e Interdependências** - R$ Milhões

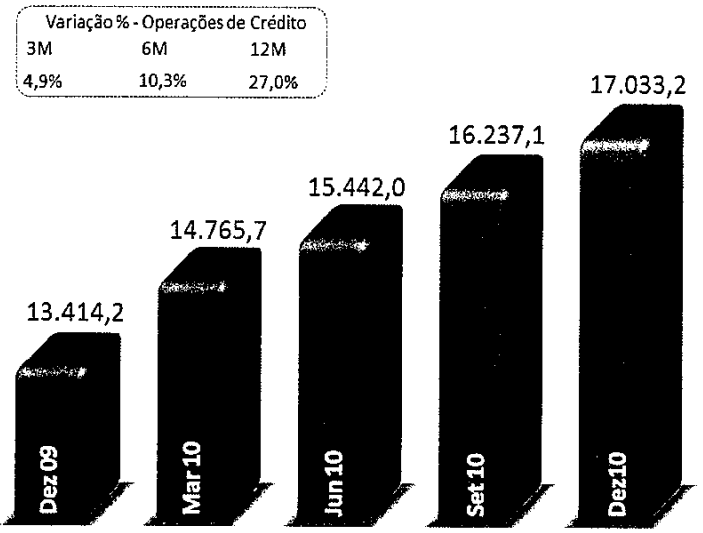


Operações de Crédito

O volume de operações de crédito do Banrisul totalizou R$17.033,2 milhões em dezembro de 2010, saldo que ultrapassa em 27,0% a posição alcançada em dezembro de 2009 e em 4,9% o saldo registrado em setembro de 2010.

O crescimento do volume total de operações de crédito, em doze meses, decorre, especialmente, da expansão da carteira comercial pessoa física. Do incremento de R$3.618,9 milhões no total da carteira de crédito, R$1.976,8 milhões provém da carteira comercial pessoa física, cuja evolução foi de 36,5% na comparação com dezembro de 2009. No último trimestre, o crescimento observado no crédito total, de 4,9% ou R$796,1 milhões, proveio especialmente do segmento comercial empresarial, que agregou R$435,8 milhões.

Gráfico 08: **Operações de Crédito** - R$ Milhões



Composição do Crédito por Porte de Empresa

As operações de crédito direcionadas a pessoas jurídicas perfaziam, ao final de dezembro de 2010, 45,4% do saldo total de operações. O crédito relativo à pessoa física, 54,6%, ultrapassa a parcela absorvida por empresas. A distribuição das operações do segmento pessoa jurídica por porte de empresa está demonstrada no quadro abaixo.

Tabela 06: **Composição do Crédito Pessoa Jurídica por Porte de Empresa**

R$ Milhões

Porte	Dez10			Set10			Dez09			Dez10/	Dez10/
	Saldo	%PJ	% Cart. Total	Saldo	%PJ	% Cart. Total	Saldo	%PJ	% Cart. Total	Set10	Dez09
Grandes Empresas	3.389,7	43,9%	19,9%	2.494,7	34,4%	15,4%	1.825,6	28,8%	13,6%	35,9%	85,7%
Total Média/Pequena/Micro	4.339,4	56,1%	25,5%	4.767,0	65,6%	29,4%	4.505,4	71,2%	33,6%	-9,0%	-3,7%
Médias Empresas	2.372,6	30,7%	13,9%	3.346,9	46,1%	20,6%	3.325,6	52,5%	24,8%	-29,1%	-28,7%
Pequenas Empresas	1.726,5	22,3%	10,1%	1.152,7	15,9%	7,1%	921,9	14,6%	6,9%	49,8%	87,3%
Microempresas	240,3	3,1%	1,4%	267,3	3,7%	1,6%	257,9	4,1%	1,9%	-10,1%	-6,8%
Total PJ	7.729,1	100,0%	45,4%	7.261,6	100,0%	44,7%	6.330,9	100,0%	47,2%	6,4%	22,1%

O critério utilizado para segmentação por porte é o faturamento médio mensal: microempresas até R$20 mil, pequenas até R$200 mil, médias até R$10 milhões e grandes acima de R$10 milhões.

O saldo de operações junto à pessoa jurídica apresentou incremento de 22,1% nos últimos doze meses e de 6,4% no último trimestre. A elevação do saldo de operações junto a grandes empresas, 85,7% em doze meses, ampliou de 28,8%, em dezembro de 2009, para 43,9%, ao final de dezembro de 2010, a participação desse segmento no total do crédito empresarial. A carteira de pessoa jurídica está, contudo, preponderantemente representada por operações com micro, pequenas e médias empresas, cujo saldo apresentou redução de 3,7% em doze meses e de 9,0% no último trimestre, face à queda de operações no segmento de médias empresas. Junto às pequenas empresas, o incremento foi de 87,3% em doze meses.

Composição do Crédito por Setor de Atividade

A composição da carteira de crédito total por setor de atividade está representada no quadro a seguir. Do total dos ativos de crédito, 99,3% estavam alocados no setor privado ao final de dezembro de 2010, cuja evolução, em doze meses, foi de 27,2%. Destaca-se a evolução registrada nos segmentos: pessoa física, que apresentou incremento de R$1.992,8 milhões; indústria, cujo crescimento foi de R$541,6 milhões; comércio, que registrou expansão de R$395,5 milhões; e o crédito rural, cuja evolução foi de R$263,7 milhões nos últimos doze meses.

Tabela 07: **Composição do Crédito por Setor de Atividade**

R$ Milhões

	Dez10	Set10	Jun10	Mar10	Dez09	Dez10/ Set10	Dez10/ Dez09
Setor Privado	**16.907,1**	**16.107,3**	**15.307,0**	**14.634,6**	**13.292,7**	**5,0%**	**27,2%**
Rural	1.284,7	1.181,1	1.139,9	1.047,4	1.020,9	8,8%	25,8%
Indústria	3.504,6	3.376,9	3.093,7	3.163,9	2.963,0	3,8%	18,3%
Comércio	2.010,8	1.899,2	1.816,9	1.689,8	1.615,2	5,9%	24,5%
Outros Serviços	1.476,5	1.312,2	1.280,6	1.255,2	1.255,9	12,5%	17,6%
Pessoa Física	7.345,2	7.120,3	6.815,8	6.356,5	5.352,4	3,2%	37,2%
Habitação	1.285,3	1.217,6	1.160,0	1.121,8	1.085,3	5,6%	18,4%
Setor Público	**126,1**	**129,8**	**135,0**	**131,1**	**121,5**	**-2,9%**	**3,8%**
Governo - Administração Direta e Indireta	107,1	110,9	113,0	110,0	99,9	-3,4%	7,2%
Atividade Empresarial - Outros Serviços	19,0	18,9	22,1	21,1	21,6	0,3%	-12,0%
Total	**17.033,2**	**16.237,1**	**15.442,0**	**14.765,7**	**13.414,2**	**4,9%**	**27,0%**

Composição do Crédito por Carteira

A composição por carteira demonstra os recursos livres e direcionados aplicados em ativos de crédito. Os volumes alocados na carteira comercial, arrendamento mercantil e setor público, 78,3% do total da carteira, têm como origem recursos livres de depósitos e capital próprio. As carteiras de financiamento a longo prazo, rural, imobiliário e câmbio, 21,7% do valor aplicado, contam, em sua maioria, com fontes específicas de recursos, compondo os créditos direcionados.

A carteira comercial, constituída pelas linhas de rotativos e parcelados a pessoas físicas e jurídicas, apresentou saldo de R$13.130,6 milhões ao final de dezembro de 2010, compondo 77,1% do volume total de créditos. O desempenho da carteira comercial está, pela sua relevância, comentado em item específico.

O crédito imobiliário alcançou saldo de R$1.285,3 milhões ao final de dezembro de 2010, com crescimento de 18,4% ou R$200,1 milhões em doze meses e expansão de 5,6% ou R$67,7 milhões nos últimos três meses. Em 2010, várias medidas foram adotadas com vistas à ampliação dos financiamentos imobiliários, como a inclusão dessa linha no rol de produtos

meta do Banco, o lançamento de campanhas para captação de financiamentos com premiação aos empregados angariadores, o estabelecimento de convênios com várias entidades de classe profissional e com cooperativa da construção civil e a criação do correspondente de crédito imobiliário - empresas do ramo da construção civil, imobiliárias e profissionais autônomos - parceiros que agregam maior agilidade à operacionalização da contratação.

O saldo do crédito rural totalizou R$1.284,2 milhões em dezembro de 2010, com evolução de 25,9% ou R$264,2 milhões em relação ao mesmo mês do ano anterior e de 8,8% ou R$103,7 milhões frente ao mês de setembro de 2010. Em doze meses e no último trimestre, a carteira de crédito rural figura, logo após a carteira comercial, como a melhor contribuição em valor absoluto para o crescimento dos créditos.

A carteira de financiamento a longo prazo alcançou, ao final de dezembro de 2010, saldo de R$714,3 milhões, o que representa incremento de 42,5% ou R$213,0 milhões em doze meses e crescimento de 10,9% ou R$70,0 milhões em relação a setembro de 2010. Os financiamentos de longo prazo destacam-se como de melhor desempenho, entre as linhas de crédito, em evolução relativa tanto em doze meses quanto no último trimestre. Entre as modalidades de longo prazo, um destaque de 2010 foi a adesão do Banrisul às operações do Cartão BNDES. O Cartão BNDES é um produto direcionado a micros, pequenas e médias empresas para a aquisição de bens e insumos de fornecedores credenciados a expor seu catálogo de produtos no portal de operações do BNDES. O financiamento é contratado de forma automática, com base em limite previamente aprovado pelo Banrisul como agente emissor. Em 2010, o Banrisul desembolsou R$7,6 milhões nessa modalidade de crédito.

Tabela 08: **Composição do Crédito por Carteira**

R$ Milhões

Operações de Crédito	Dez10	Set10	Jun10	Mar10	Dez09	Dez10/ Set10	Dez10/ Dez09
Setor Privado	**16.907,1**	**16.107,3**	**15.307,0**	**14.634,6**	**13.292,7**	**5,0%**	**27,2%**
Câmbio	411,7	470,0	443,9	426,5	482,9	-12,4%	-14,7%
Comercial	13.130,6	12.514,6	11.861,1	11.370,6	10.108,6	4,9%	29,9%
Pessoa Física	7.398,4	7.218,2	6.895,3	6.468,5	5.421,6	2,5%	36,5%
Cartão de Crédito	51,7	75,2	74,9	77,3	74,0	-31,3%	-30,2%
Empréstimos e Títulos Descontados - PF	7.099,0	6.912,6	6.656,1	6.239,4	5.205,0	2,7%	36,4%
Financiamento Direto ao Consumidor - PF	247,8	230,4	164,3	151,8	142,6	7,5%	73,8%
Pessoa Jurídica	5.732,2	5.296,4	4.965,8	4.902,2	4.687,0	8,2%	22,3%
Créditos no Exterior	61,9	62,8	69,6	56,7	62,2	-1,5%	-0,6%
Empréstimos e Títulos Descontados - PJ	5.484,3	5.053,2	4.818,5	4.771,0	4.543,1	8,5%	20,7%
Financiamento Direto ao Consumidor - PJ	186,1	180,4	77,8	74,5	81,7	3,2%	127,9%
Financiamento a Longo Prazo	714,3	644,3	617,4	579,7	501,3	10,9%	42,5%
Imobiliário	1.285,3	1.217,6	1.160,0	1.121,8	1.085,3	5,6%	18,4%
Leasing	80,8	80,2	85,3	89,6	94,6	0,7%	-14,6%
Rural	1.284,2	1.180,5	1.139,3	1.046,5	1.020,1	8,8%	25,9%
Setor Público	**126,1**	**129,8**	**135,0**	**131,1**	**121,5**	**-2,9%**	**3,8%**
Total	17.033,2	16.237,1	15.442,0	14.765,7	13.414,2	4,9%	27,0%

Crédito Comercial

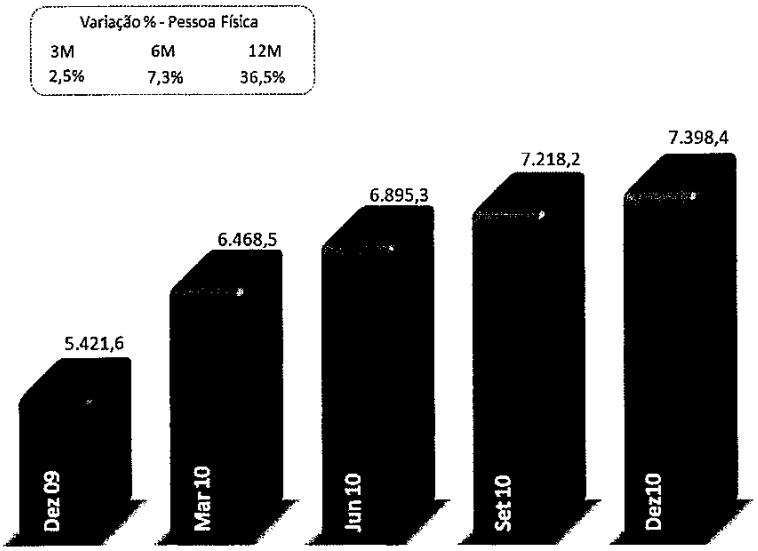
Do montante de crédito comercial, o segmento pessoa física somou R$7.398,4 milhões ao final de dezembro de 2010, compondo 56,3% do saldo da carteira comercial e 43,4% do total das operações de crédito do Banco. O segmento empresarial, com saldo de R$5.732,2 milhões em dezembro de 2010, absorveu 43,7% do crédito comercial e 33,7% do saldo total de crédito.

O crédito comercial pessoa física registrou, em dezembro de 2010, saldo de R$7.398,4 milhões, com crescimento de 36,5% ou R$1.976,8 milhões sobre dezembro de 2009 e expansão de 2,5% ou R$180,2 milhões na comparação com setembro de 2010. A aquisição de carteiras de crédito consignado com coobrigação do cedente constituiu-se em importante mecanismo de expansão das operações, respondendo por boa parte da variação da carteira, tanto em doze meses quanto no último trimestre, embora no 4T10 a contribuição do consignado próprio também tenha sido relevante.

O crédito consignado, que compõe 76,4% do crédito comercial pessoa física, atingiu R$5.654,9 milhões ao final de dezembro de 2010, com crescimento de 38,8% ou R$1.582,0 milhões em doze meses e incremento de 5,8% ou R$307,6 milhões nos últimos três meses.

Entre as linhas de crédito consignado, o próprio alcançou R$3.464,7 milhões ao final de dezembro de 2010, compondo 61,3% da carteira de consignados e 46,8% do crédito comercial pessoa física, com incremento de 27,1% ou R$738,6 milhões em doze meses e de 4,6% ou R$153,6 milhões nos últimos três meses. O crédito consignado adquirido atingiu R$2.190,2 milhões ao final de dezembro de 2010, posição que representa crescimento de 62,6% ou R$843,4 milhões em relação a dezembro de 2009 e incremento de 7,6% ou R$154,0 milhões na comparação com setembro de 2010.

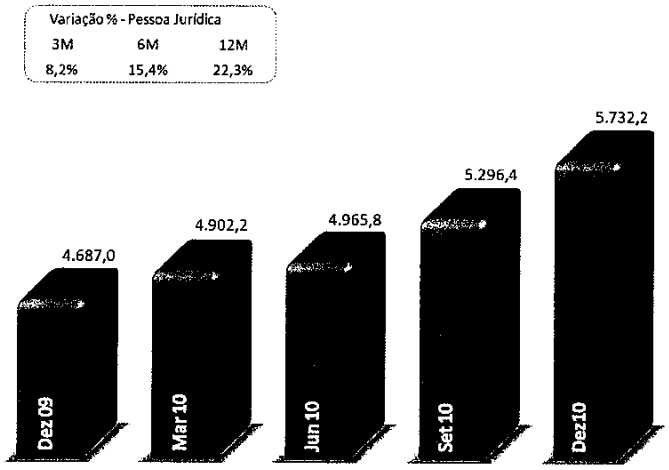
Gráfico 09: **Evolução das Operações de Crédito Comercial Pessoa Física** - R$ Milhões



O crédito comercial pessoa jurídica alcançou R$5.732,2 milhões ao final de dezembro de 2010, com expansão de 22,3% ou R$1.045,2 milhões em doze meses e incremento de 8,2% ou R$435,8 milhões nos últimos três meses.

Em doze meses, as linhas de capital de giro foram as que apresentaram melhor desempenho, com crescimento de 27,5% ou R$904,4 milhões, seguida da modalidade conta garantida, que apresentou incremento de 29,1% ou R$98,6 milhões.

Gráfico 10: **Evolução das Operações de Crédito Comercial Pessoa Jurídica** - R$ Milhões



No último trimestre, as linhas de giro apresentaram incremento de 11,2% ou R$421,9 milhões, compondo 96,8% do incremento registrado na carteira de crédito comercial empresarial. As operações de capital de giro constituem a modalidade de maior relevância no saldo total de operações, compondo 73,1% do total do crédito comercial pessoa jurídica e 31,9% da carteira de crédito comercial.

Tabela 09: **Composição do Crédito Comercial Pessoa Física e Pessoa Jurídica**

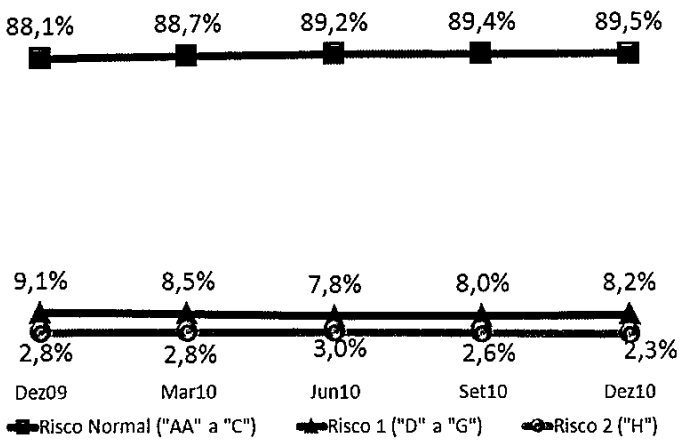
R$ Milhões

	Dez10	Set10	Jun10	Mar10	Dez09	Dez10/ Set10	Dez10/ Dez09
Pessoa Física	**7.398,3**	**7.218,3**	**6.895,3**	**6.468,5**	**5.421,6**	**2,5%**	**36,5%**
Crédito Pessoal - Consignado	5.455,7	5.158,0	5.003,5	4.751,8	3.957,9	5,8%	37,8%
Aquisição Bens - Consignado	199,3	189,4	129,9	122,1	115,1	5,2%	73,2%
Aquisição Bens - Outros Bens	4,7	5,2	5,8	6,3	6,5	-11,1%	-27,8%
Aquisição Bens - Veículos	44,1	36,4	29,8	24,9	22,3	21,3%	97,8%
Cheque Especial	560,3	610,4	588,2	540,9	446,4	-8,2%	25,5%
Crédito 1 Minuto	262,4	259,2	241,0	212,8	190,4	1,2%	37,8%
Crédito Pessoal Automático	255,1	254,8	237,6	209,8	179,2	0,1%	42,4%
Crédito Pessoal - Não Consignado	278,7	378,1	349,8	316,1	245,1	-26,3%	13,7%
Cartão de Crédito	51,7	75,2	74,9	77,3	74,0	-31,3%	-30,2%
Outros - PF	286,4	251,5	234,8	206,4	184,9	13,9%	54,9%
Pessoa Jurídica	**5.732,3**	**5.296,3**	**4.965,8**	**4.902,2**	**4.687,0**	**8,2%**	**22,3%**
Aquisição Bens - Outros Bens	31,0	30,5	29,1	28,0	27,8	1,9%	11,8%
Aquisição Bens - Veículos	23,0	22,4	20,1	18,7	18,6	2,8%	24,1%
Capital de Giro - CEB	3.024,5	2.780,4	2.671,5	2.662,8	2.514,6	8,8%	20,3%
Capital de Giro - CGB	1.168,2	990,4	819,9	769,9	773,7	18,0%	51,0%
CDCI	23,3	25,7	29,1	28,9	35,9	-9,4%	-35,1%
Compror	109,7	102,1	104,4	181,0	236,7	7,4%	-53,7%
Conta Devedora Caução - CCC	165,8	171,7	165,1	166,3	169,8	-3,4%	-2,3%
Conta Garantida	437,2	470,5	458,6	429,8	338,5	-7,1%	29,1%
Desconto de Recebíveis	350,6	343,1	328,2	316,8	284,0	2,2%	23,4%
Vendor	132,1	121,0	88,2	89,0	85,9	9,2%	53,7%
Crédito no Exterior	61,9	62,8	69,6	56,7	62,2	-1,5%	-0,6%
Outros - PJ	205,0	175,7	182,1	154,4	139,3	16,6%	47,2%
Total	**13.130,6**	**12.514,6**	**11.861,1**	**11.370,6**	**10.108,6**	**4,9%**	**29,9%**

Composição do Crédito por *Rating*

Ao final de dezembro de 2010, as operações de crédito de risco normal classificadas de AA a C, segundo normas estabelecidas pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional, representavam 89,5% da carteira de crédito, nível 1,4 pp. acima do registrado em dezembro de 2009 e 0,1 pp. acima do indicador apurado em setembro de 2010.

Gráfico 11: **Carteira de Crédito por Níveis de Risco** (%)

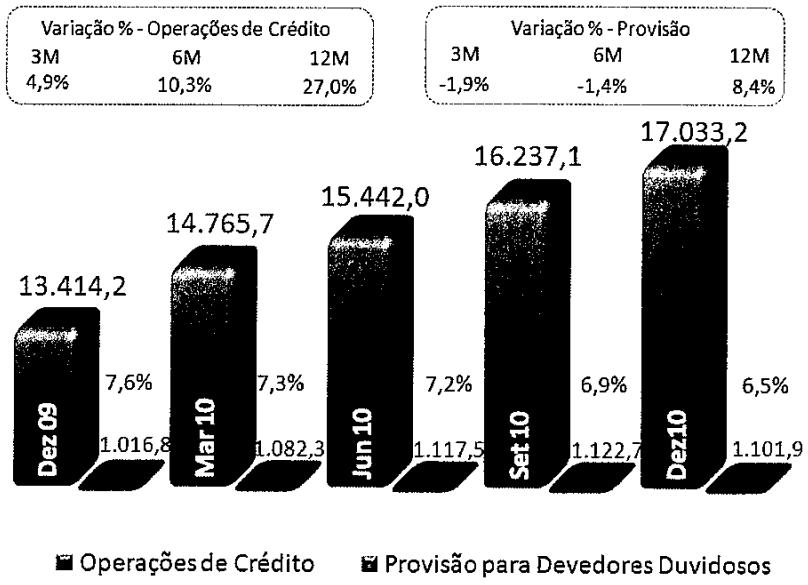


Provisão para Operações de Crédito

O estoque de provisões para perdas com operações de crédito alcançou R$1.101,9 milhões em dezembro de 2010, equivalente a 6,5% do total da carteira de crédito consolidada. No mês de dezembro de 2009, a provisão representava 7,6% e, em setembro de 2010, 6,9%.

A redução da proporção entre provisões e o volume de operações de crédito, em dezembro de 2010, deve-se basicamente a três fatores: (*i*) aumento da carteira de crédito focado em operações de menor risco, visto que o saldo do crédito apresentou expansão de R$3.618,9 milhões em doze meses, enquanto que o saldo de provisão cresceu R$85,2 milhões; (*ii*) ajuste no estoque de provisões decorrente das baixas para prejuízo; (*iii*) implementação de melhorias no *compliance* do processo de concessão e operacionalização do crédito à pessoa física, procedimento advindo da maturação do modelo de classificação da carteira por *rating*, que permitiu a redução da necessidade de constituição de provisão. O índice de provisionamento do Banco, contudo, se mantém próximo da média registrada pelos maiores bancos comerciais em 2010.

Gráfico 12: **Composição da Provisão para Operações de Crédito** - R$ Milhões



A provisão para perdas com créditos, em dezembro de 2010, apresentava a seguinte composição, segundo critérios da Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional, e complementos:

- R$310,5 milhões para operações com parcelas vencidas há mais de 60 dias;
- R$702,6 milhões para contratos vincendos ou que apresentavam parcelas vencidas até 60 dias e
- R$88,9 milhões referentes à provisão excedente ao mínimo exigido pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional, constituída pela administração do Banco em função da análise de risco da carteira, com vistas à cobertura de possíveis eventos não capturados pelo modelo de *rating* de clientes.

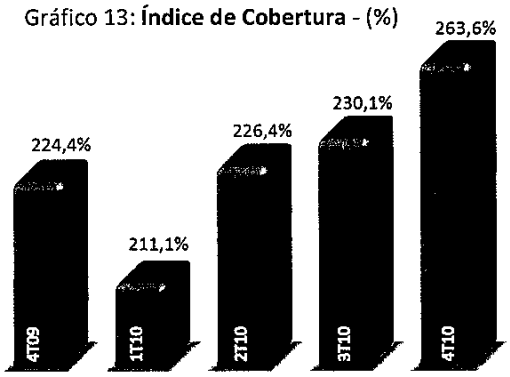
Tabela 10: **Saldo das Provisões para Operações de Crédito**

R$ Milhões

Níveis de Risco	Provisão Requerida	Carteira Total	Participação Relativa Acumulada	Créditos Vencidos	Créditos a Vencer	Provisão Mínima		Provisão Adicional	Provisão Total	Provisão sobre a Carteira
						Vencidos	A Vencer			
AA	0,0%	3.309,3	19,4%	0,0	3.309,3	0,0	0,0	6,5	6,5	0,2%
A	0,5%	8.027,7	66,6%	0,5	8.027,3	0,0	40,1	16,1	56,2	0,7%
B	1,0%	2.699,0	82,4%	0,2	2.698,7	0,0	27,0	13,5	40,5	1,5%
C	3,0%	1.202,1	89,5%	11,1	1.191,0	0,3	35,7	24,0	60,1	5,0%
D	10,0%	361,7	91,6%	19,5	342,2	1,9	34,2	7,2	43,4	12,0%
E	30,0%	283,4	93,2%	26,7	256,7	8,0	77,0	5,7	90,7	32,0%
F	50,0%	675,5	97,2%	90,7	584,8	45,3	292,4	13,5	351,2	52,0%
G	70,0%	78,8	97,7%	48,4	30,4	33,9	21,3	2,4	57,5	73,1%
H	100,0%	395,8	100,0%	221,0	174,8	221,0	174,8	0,0	395,8	100,0%
Total		17.033,2		418,0	16.615,2	310,5	702,6	88,9	1.101,9	6,5%

Índice de Cobertura

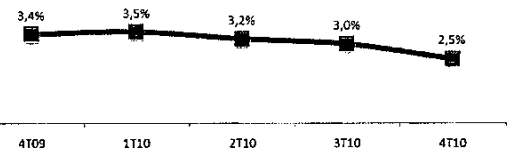
Gráfico 13: **Índice de Cobertura** - (%)



O gráfico a seguir apresenta o índice de cobertura, representado pelo percentual entre provisão para perdas com créditos e o saldo das operações vencidas há mais de 60 dias que não geram receitas, evidenciando a capacidade de cobertura da inadimplência com provisões. O percentual de cobertura de atrasos com provisões permanece em níveis confortáveis. Em dezembro de 2010, o índice alcançou 263,6%, 39,2 pp. acima do índice apresentado em dezembro de 2009, atestando a política conservadora do Banrisul no tocante à gestão do risco de crédito.

Índice de Inadimplência

Gráfico 14: **Índice de Inadimplência** - (%)



O volume de inadimplência há mais de 60 dias em proporção ao total da carteira de crédito mantém-se em redução. Em dezembro de 2010, o índice de inadimplência alcançou 2,5%, inferior ao indicador registrado doze meses antes, 3,4%, abaixo também do indicador alcançado em setembro de 2010, 3,0%.

O índice de inadimplência acima de 90 dias atingiu 2,2% em dezembro de 2010.

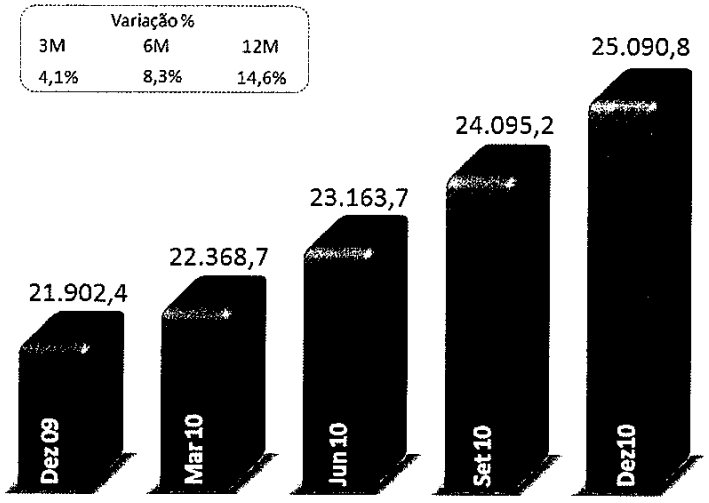
A contínua e crescente implementação de metodologias estatísticas para avaliação de risco de pessoas físicas e jurídicas, com a parametrização de políticas de crédito e regras de negócios, aliada à otimização dos controles sobre as informações cadastrais através de um modelo de certificação, intensificaram-se no período e fortaleceram as avaliações. Nesse sentido, a adoção do sistema de *Credit Score e Behaviour Score* oportunizou o estabelecimento de créditos pré-aprovados à pessoa física de acordo com as classificações de risco previstas nos modelos estatísticos, constituindo-se em ferramenta conceitualmente atrativa para o manejo com crédito massificado.

Recursos Captados e Administrados

Os recursos captados e administrados somaram R$25.090,8 milhões ao final de dezembro de 2010, volume 14,6% acima do montante registrado no mesmo mês do ano anterior. Na comparação com setembro de 2010, a captação cresceu 4,1%.

O incremento de R$3.188,4 milhões, nos últimos doze meses, provém, especialmente, da expansão dos depósitos à vista e depósitos a prazo. No último trimestre, os depósitos à vista constituíram-se no produto de crescimento mais expressivo.

Gráfico 15: Recursos Captados e Administrados - **R$ Milhões**



Depósitos à Vista

Os depósitos à vista, que compõem 15,1% dos recursos captados e administrados, somaram R$3.779,9 milhões ao final de dezembro de 2010, saldo que representa crescimento de 79,9% ou R$1.679,3 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior e de 79,2% ou R$1.671,0 milhões sobre setembro de 2010.

O expressivo crescimento verificado nos depósitos à vista tanto em doze meses quanto no último trimestre decorre da sazonal ampliação da renda ao final do ano e, especialmente, de alterações promovidas, a partir de outubro de 2010, no produto poupança integrada, que implicaram na desativação do mecanismo de transferência automática de créditos para a poupança, refletindo na elevação de recursos em conta corrente.

Depósitos de Poupança

Os depósitos de poupança, que representam 22,2% da captação total, alcançaram R$5.580,0 milhões ao final de dezembro de 2010, com pequena redução de 1,0% ou R$56,8 milhões na comparação com dezembro de 2009 e queda de 11,4% ou R$715,7 milhões em relação a setembro de 2010.

A migração de recursos de depósitos de poupança para conta corrente não refletiu na redução do saldo da poupança em montante equivalente ao incremento verificado em depósitos à vista, face ao efeito de ampliação da renda, sazonalidade característica de final de ano, e da tradicional preferência dos poupadores por essa modalidade de investimento.

Depósitos a Prazo

Os depósitos a prazo perfazem 38,6% do conjunto de recursos captados e administrados. Ao final de dezembro de 2010, o saldo de depósitos a prazo alcançou R$9.680,3 milhões, com crescimento de 13,5% ou R$1.149,6 milhões em relação ao mesmo mês do ano anterior. No último trimestre, os depósitos a prazo apresentaram incremento de 1,5% ou R$147,3 milhões. Por se constituir no principal instrumento de *funding* para alocação em operações a taxas livres, a captação desse produto é incentivada por meio de política comercial.

Recursos de Terceiros Administrados

Os recursos de terceiros administrados somaram R$6.037,8 milhões ao final de dezembro de 2010, posição R$505,2 milhões acima da apurada em dezembro de 2009. No último trimestre, os recursos administrados apresentaram redução de 1,7% ou R$103,3 milhões. Em 2010 o Banrisul disponibilizou três novos fundos de investimento de renda variável com vistas à ampliação das alternativas de alocação de recursos para aos clientes. No último trimestre, a pequena redução na carteira reflete evento pontual de resgate, não caracterizando movimento ou tendência de mercado.

Tabela 11: **Composição da Captação de Recursos**

R$ Milhões

	Dez10	Set10	Jun10	Mar10	Dez09	Dez10/ Set10	Dez10/ Dez09
Depósitos Totais	19.053,0	17.954,1	17.144,7	16.519,9	16.369,7	6,1%	16,4%
Depósitos a Prazo	9.680,3	9.533,0	9.034,4	8.804,1	8.530,7	1,5%	13,5%
Depósitos à Vista	3.779,9	2.108,9	2.028,9	1.922,8	2.100,6	79,2%	79,9%
Depósitos de Poupança	5.580,0	6.295,7	6.037,6	5.692,2	5.636,8	-11,4%	-1,0%
Outros Depósitos	12,8	16,5	43,8	100,7	101,6	-22,6%	-87,4%
Recursos de Terceiros Administrados	6.037,8	6.141,1	6.019,0	5.848,9	5.532,7	-1,7%	9,1%
Total	**25.090,8**	**24.095,2**	**23.163,7**	**22.368,7**	**21.902,4**	**4,1%**	**14,6%**

Custo de Captação

O custo médio de captação do Banco, como proporção da taxa Selic, apresenta redução há quatro trimestres, movimento que reflete a trajetória da taxa básica de juros, que referencia boa parte das remunerações pagas aos depositantes, e também a estrutura de recursos captados.

A trajetória de redução do custo médio total, de 1,95% no 3T10 para 1,89% no 4T10, reflete alterações na estrutura de captação de recursos, mediante a redução da representatividade da captação no mercado aberto, de custo mais elevado, e o aumento da participação relativa de recursos à vista que, embora sem custo, compõem o *funding* e alteram o custo médio.

Especificamente no que se refere aos depósitos a prazo, as taxas acumuladas nos trimestres - 2,07% no 4T09; 2,39% no 3T10 e 2,37% no 4T10 - reproduzem o movimento da Taxa Selic, especialmente face à representatividade da parcela de operações pós-fixadas, que corresponde a 76% do total da carteira.

A trajetória da Taxa Selic foi de elevação considerados os períodos 4T10, 2,57%, e 4T09, 2,10% e, de redução, na comparação entre os períodos 4T10 e 3T10, 2,62%, face ao menor número de dias úteis no último trimestre do ano, visto que em termos nominais não houve alteração da taxa básica.

O custo dos depósitos a prazo em proporção da taxa básica de juros (efetiva) diminuiu em doze meses, passando de 98,55%, no 4T09, para 92,15% no 4T10. Em relação ao 3T10, o custo médio do depósito a prazo em proporção da Selic aumentou, face ao efeito do número de dias úteis.

Gráfico 16: **Custo Médio da Captação Total em relação à Taxa Selic** (%)

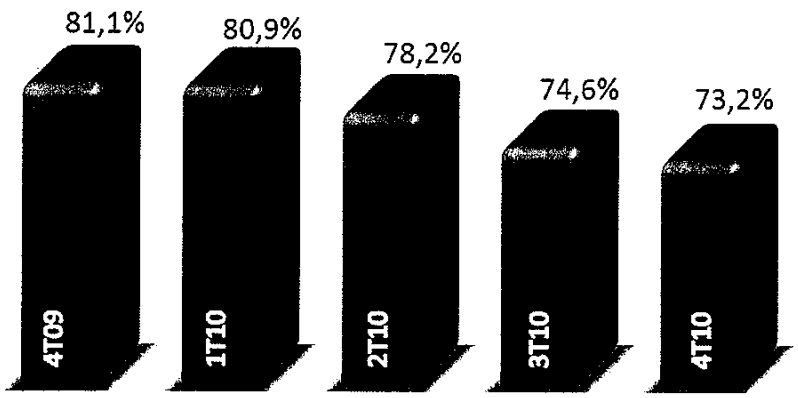


Tabela 12: **Custo de Captação**

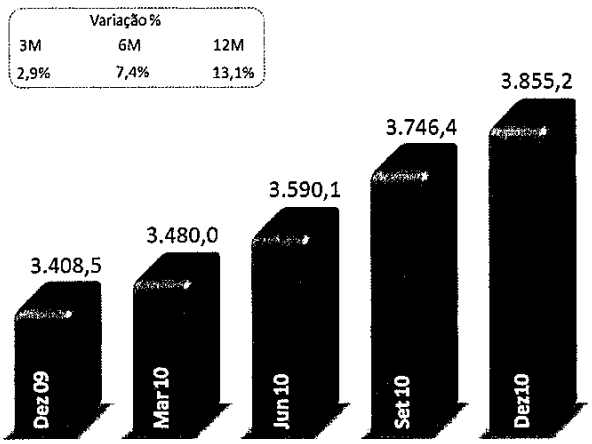
R$ Milhões e %

	Saldo Médio	4T10 Despesa Acum.	Custo Médio	Saldo Médio	3T10 Despesa Acum.	Custo Médio	Saldo Médio	4T09 Despesa Acum.	Custo Médio
Depósitos à Vista	3.146,9			2.074,4			1.854,3		
Depósitos de Poupança	5.656,8	(92,4)	1,63%	6.208,8	(95,3)	1,54%	5.407,3	(72,7)	1,34%
Depósitos a Prazo	9.628,2	(228,4)	2,37%	9.321,8	(222,6)	2,39%	8.587,9	(177,4)	2,07%
Depósitos Interfinanceiros	12,8	(0,3)	2,30%	28,0	(0,3)	1,08%	90,8	(0,4)	0,39%
Despesas de Contribuição FGC		(6,9)			(6,6)			(5,9)	
Operações Compromissadas	1.772,2	(53,3)	3,01%	2.180,1	(62,6)	2,87%	2.138,9	(51,1)	2,39%
Obrigação Depósito Especial de Fundos e Programas	2,1			2,1			1,9		
Depósitos para Investimento	0,5			7,1			11,5		
Saldo Médio Total / Despesa Total	**20.219,4**	**(381,3)**	**1,89%**	**19.822,3**	**(387,5)**	**1,95%**	**18.092,7**	**(307,5)**	**1,70%**
Selic			2,57%			2,62%			2,10%
Custo Médio / Selic			73,24%			74,63%			81,09%
Custo Depósito a Prazo / Selic			92,15%			91,18%			98,55%

Patrimônio Líquido

Ao final de dezembro de 2010, o patrimônio líquido do Banrisul alcançou R$3.855,2 milhões, apresentando crescimento de 13,1% em relação ao montante registrado em dezembro de 2009 e de 2,9% na comparação com setembro de 2010. As oscilações do patrimônio líquido estão relacionadas à incorporação de R$741,2 milhões de resultados gerados relativos ao exercício de 2010 e pela saída de R$293,2 milhões referentes ao pagamento e provisionamento de dividendos e juros sobre o capital próprio.

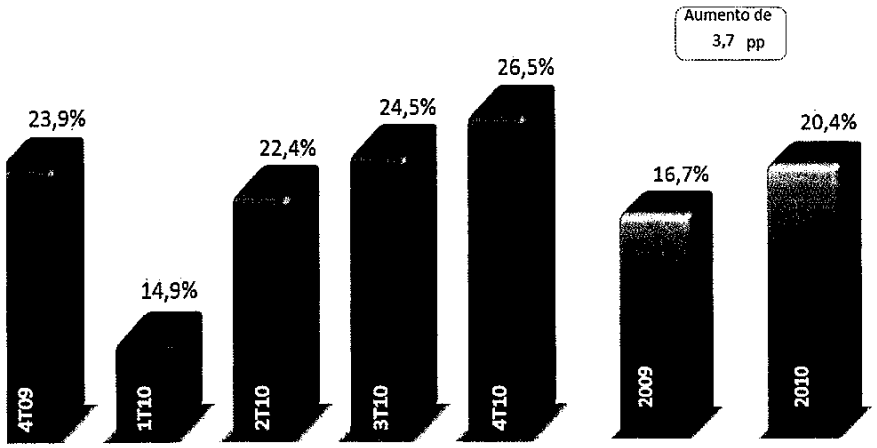
Gráfico 17: **Patrimônio Líquido** - R$ Milhões



Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido Médio

A rentabilidade auferida sobre o patrimônio líquido médio alcançou 20,4% no exercício de 2010, indicador superior ao intervalo de 16% a 19% previsto no *guidance* para o ano. Os resultados gerados, no ano de 2010, refletem, positivamente, a expansão das receitas de crédito e com serviços e o resultado de outras receitas/despesas operacionais, efeito minimizado pelo maior fluxo de despesas financeiras, com repasses e provisões para crédito e o aumento de despesas administrativas.

Gráfico 18: **Rentabilidade do Patrimônio Líquido Médio**



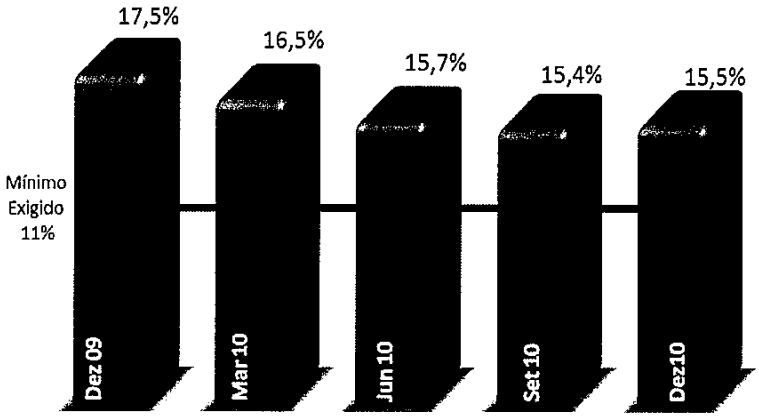
Índice de Basileia

O Índice de Basileia representa a relação entre o Patrimônio Base, Patrimônio de Referência - PR, e os riscos ponderados, Patrimônio de Referência Exigido – PRE, conforme regulamentação em vigor, demonstrando a solvência da empresa. O percentual mínimo estabelecido pelo Banco Central do Brasil é de 11%.

Em dezembro de 2010, o Índice de Basileia do Banrisul foi de 15,5%, superior ao mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil, o que permite incremento de até R$9.673,5 milhões em novos negócios. A redução apresentada em relação ao nível alcançado em dezembro de 2009 foi impulsionada basicamente pelo crescimento do volume de operações da carteira de crédito, resultando no aumento da alocação de capital para cobertura desse risco.

Em relação às demais parcelas que compõem o PRE, a parcela de risco operacional apresentou incremento em decorrência do aumento do multiplicador sobre a parcela, que era de 80% em dezembro de 2009 e passou para 100% a partir de janeiro de 2010, conforme determina a Circular nº 3.383/08, do Banco Central do Brasil. A parcela de risco de mercado em relação a dezembro de 2009 manteve-se estável e o decréscimo apresentado comparativamente a setembro de 2010 decorre da redução de parâmetros definidos pelo Banco Central, em função da volatilidade do mercado e da melhor adequação entre os prazos das operações ativas e passivas.

Gráfico 19: **Índice de Basileia**

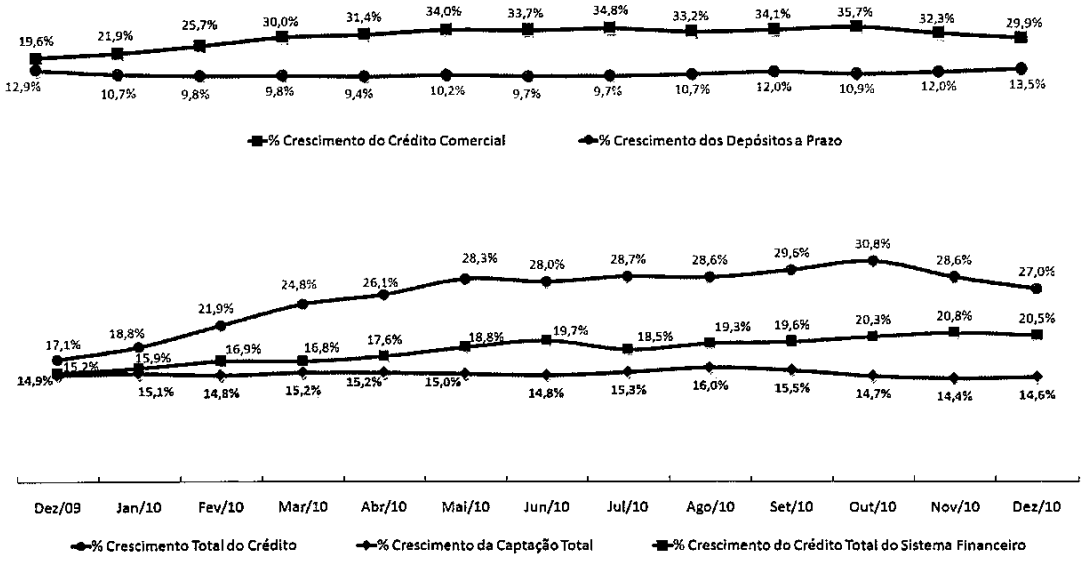


Velocidade de Crescimento

A velocidade de crescimento da captação de depósitos a prazo e do crédito comercial, medida pela evolução relativa dos volumes, está representada no gráfico abaixo. O ritmo de crescimento do crédito comercial, 29,9% nos últimos doze meses terminados em dezembro de 2010, superou o incremento dos depósitos a prazo, 13,5% no mesmo período. A oferta de crédito cresce a uma velocidade superior à expansão do principal produto de *funding*.

A evolução do crédito do Banrisul supera também, em termos de crescimento relativo, a trajetória de índices anuais de incremento do crédito total registrado pelo conjunto das instituições financeiras desde dezembro de 2009, conforme gráfico. As operações de crédito apresentaram crescimento de 27,0% nos últimos doze meses terminados em dezembro de 2010, enquanto o Sistema Financeiro Nacional registrou incremento de 20,5% em relação a dezembro de 2009.

Gráfico 20: **Velocidade de Crescimento do Crédito e da Captação**



Evolução das Contas de Resultado

Lucro Líquido

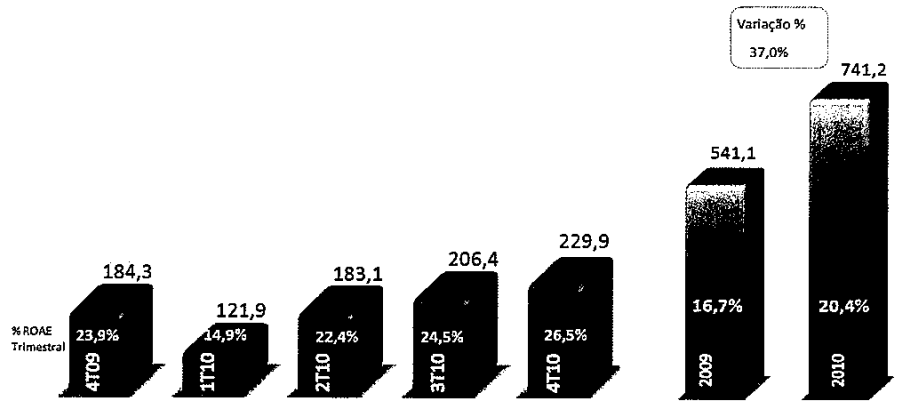
O Banrisul registrou lucro líquido de R$741,2 milhões no exercício de 2010, 37,0% ou R$200,1 milhões acima do resultado contabilizado em 2009. O desempenho de 2010 reflete, positivamente, a elevação de receitas de crédito e de serviços e, negativamente, o aumento de despesas com empréstimos e repasses, com provisões para crédito e com despesas administrativas.

O resultado alcançado em 2010 é, contudo, expressivo e não está afetado por eventos não recorrentes. O desempenho reflete as ações do Banrisul na sustentação do crescimento do crédito e na ampliação de serviços prestados, entre as quais por meio da expansão da Rede Banricompras. As receitas de crédito e arrendamento mercantil cresceram R$636,0 milhões no ano e o incremento de receitas com serviços, R$62,3 milhões frente àquelas obtidas em 2009. Os esforços de recuperação de créditos baixados para prejuízo e de redução de despesas também contribuíram significativamente no desempenho. As receitas de recuperação de créditos agregaram R$135,4 milhões ao resultado de 2010, R$47,8 milhões acima do registrado em 2009. As despesas administrativas, apesar de terem registrado expansão de R$129,8 milhões frente 2009, apresentaram, excluídas as de pessoal, redução de R$17,3 milhões no último trimestre em relação ao trimestre imediatamente anterior.

No 4T10, o lucro líquido foi de R$229,9 milhões, 24,7% ou R$45,6 milhões acima do registrado no mesmo trimestre do ano anterior e 11,4% ou R$23,5 milhões acima do obtido no trimestre imediatamente anterior.

A avaliação trimestral demonstra que, em relação ao 4T09, o 4T10 foi positivamente afetado pelo maior volume de receitas de crédito e com títulos e, negativamente, pelo maior fluxo de despesas com captação e repasses. Comparativamente ao 3T10, o desempenho do 4T10 reflete, positivamente, o aumento de receitas de crédito, de outras receitas operacionais, de serviços e a redução de despesas administrativas excluídas as de pessoal, efeito minimizado pelo aumento de despesas de provisões para crédito.

Gráfico 21: **Lucro Líquido** - R$ Milhões



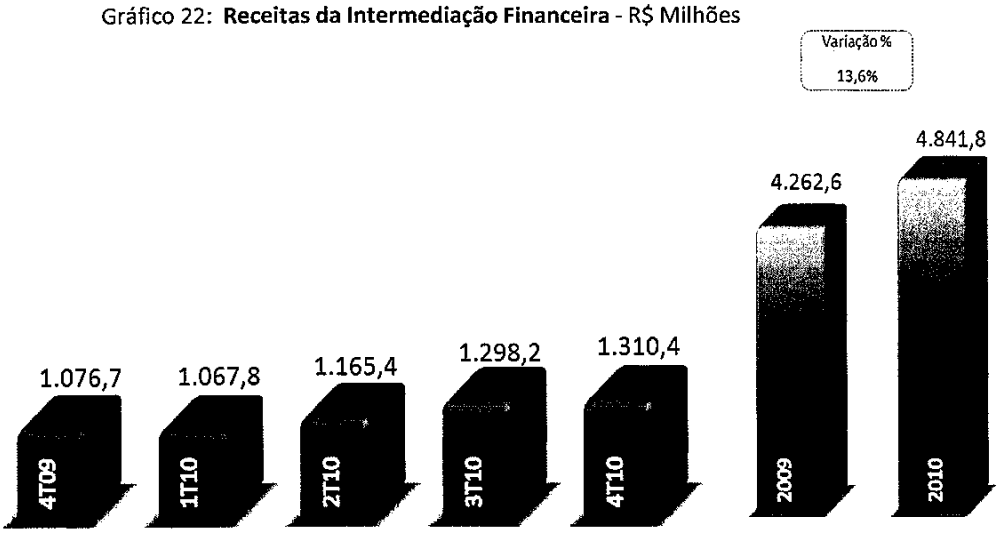
Receitas da Intermediação Financeira

As receitas da intermediação financeira somaram R$4.841,8 milhões no ano de 2010, 13,6% ou R$579,2 milhões acima do montante registrado no ano anterior. No 4T10, as receitas da intermediação totalizaram R$1.310,4 milhões, 21,7% ou R$233,7 milhões acima do montante acumulado no mesmo trimestre do ano anterior e 0,9% ou R$12,2 milhões acima do valor apurado no trimestre imediatamente anterior.

O maior montante de receitas da intermediação no ano de 2010 decorre do aumento das receitas de crédito e arrendamento mercantil, em R$636,0 milhões, proveniente da elevação do volume de operações, em R$3.618,9 milhões, e da recuperação de créditos baixados para prejuízo, em R$47,9 milhões, fluxo que compensou a queda das receitas de operações de tesouraria e derivativos, em R$56,4 milhões, face à redução do saldo de operações e da taxa de remuneração (Selic efetiva) observada no período.

No 4T10, as receitas da intermediação financeira foram igualmente influenciadas pelas receitas de crédito comparativamente ao 4T09, ampliadas, por sua vez, em função do aumento do volume aplicado. Frente ao 3T10, a contribuição das receitas de crédito e arrendamento mercantil, R$28,2 milhões, compensou a redução de receitas de tesouraria, derivativos e com resultado de câmbio, em R$18,4 milhões.

Gráfico 22: **Receitas da Intermediação Financeira** - R$ Milhões



Resultado de Operações de Tesouraria

O resultado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos somou R$1.080,6 milhões no ano de 2010, 5,0% ou R$56,7 milhões abaixo do montante contabilizado no ano de 2009. No 4T10, as receitas com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos totalizaram R$288,9 milhões, com crescimento de 11,0% ou R$28,7 milhões sobre o 4T09 e queda de 4,9% ou R$15,0 milhões em relação ao 3T10.

A redução do resultado de TVM e instrumentos financeiros derivativos no ano de 2010 em relação ao registrado em 2009 decorre da queda do volume de recursos aplicados, R$1.880,0 milhões, e da redução da Taxa Selic (efetiva) acumulada nos períodos, que passou de 9,92%, em 2009, para 9,78% em de 2010.

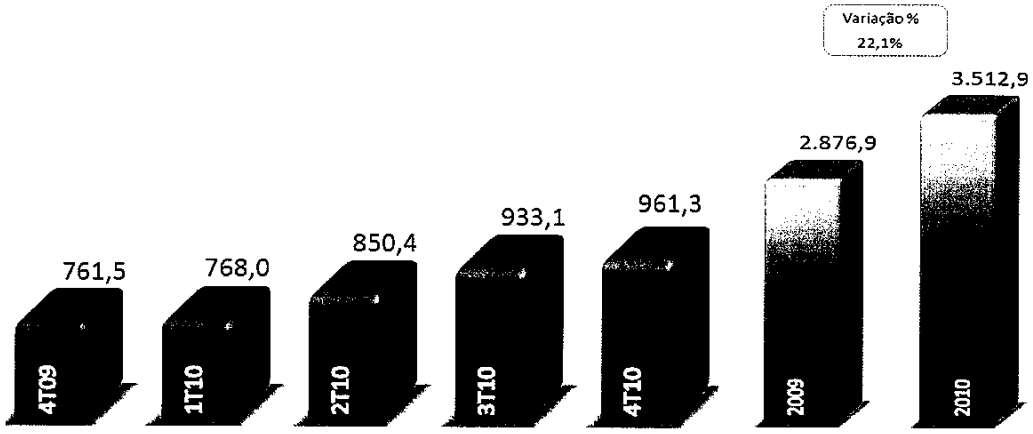
O aumento das receitas de tesouraria no último trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior decorre, especialmente, da elevação da Selic no período (2,10% no 4T09 e 2,57% no 4T10). Na comparação entre os períodos 4T10 e 3T10, observa-se redução de volume aplicado e da taxa de remuneração, refletindo em queda de receita entre os períodos.

Receitas de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil

As receitas de operações de crédito e arrendamento mercantil somaram R$3.512,9 milhões no exercício de 2010, 22,1% ou R$636,0 milhões acima do montante contabilizado no ano passado. No 4T10, as receitas de crédito e arrendamento mercantil totalizaram R$961,3 milhões, superando em 26,2% ou R$199,8 milhões àquelas apuradas no 4T09 e em 3,0% ou R$28,2 milhões as receitas contabilizadas no 3T10.

O aumento da receita de crédito entre os valores apurados em 2010 e 2009 reflete o crescimento do volume de operações, que compensou a redução de taxas, e a maior receita de recuperação de créditos baixados para prejuízo. A receita obtida no 4T10 em relação ao 4T09 decorre do aumento do saldo de operações e da receita de recuperação de créditos baixados para prejuízo. Em relação ao 3T10, o incremento de receita decorre do crescimento do volume de operações.

Gráfico 23: **Receitas de Operações de Crédito e de Arrendamento Mercantil** - R$ Milhões



Receitas do Crédito Comercial Pessoa Física e Jurídica

No ano de 2010, as receitas geradas pelo crédito comercial pessoa física somaram R$2.089,7 milhões, 27,5% acima do montante apurado no ano de 2009. No 4T10, as receitas do crédito comercial pessoa física totalizaram R$563,9 milhões, com incremento de 29,1% sobre o 4T09 e de 3,3% sobre o 3T10.

O incremento de R$450,7 milhões na receita do crédito comercial pessoa física no ano de 2010 em relação ao fluxo registrado em 2009 decorre da expansão de duas modalidades de crédito pessoal: consignado e cheque especial. O aumento do saldo compensou a queda de taxas, contribuindo para incrementar a receita do período.

No 4T10, o acréscimo de R$127,0 milhões às receitas em relação ao 4T09 provém igualmente do crescimento dos saldos do crédito consignado e cheque especial, em R$1.695,9 milhões. As receitas geradas por esses produtos no 4T10 compõem 76,1% das receitas do segmento e 49,2% das receitas do crédito comercial.

As receitas do crédito comercial pessoa jurídica totalizaram R$1.107,3 milhões no ano de 2010, com expansão de 15,1% ou R$145,6 milhões em relação ao mesmo período do ano passado. Na comparação entre os trimestres, as receitas do crédito comercial pessoa jurídica apresentaram, no 4T10, crescimento de 32,2% ou R$74,9 milhões sobre o 4T09 e incremento de 5,4% ou R$15,9 milhões em relação ao 3T10.

As linhas de capital de giro representavam, no 4T10, 60,7% das receitas geradas pelo segmento e 21,4% das rendas do crédito comercial. O incremento de receitas, comparados os períodos 4T10 e 4T09 tem como principal fator o acréscimo no saldo de operações e o aumento de taxas. A elevação da receita no último trimestre provém, igualmente, do aumento do saldo das linhas de capital de giro.

Tabela 13: **Receitas do Crédito Comercial - Pessoa Física e Jurídica**

R$ Milhões

	2010	2009	4T10	3T10	2T10	1T10	4T09	2010/2009
Pessoa Física	**2.089,7**	**1.639,0**	**563,9**	**545,6**	**515,3**	**464,9**	**436,9**	**27,5%**
Crédito Pessoal - Consignado	1.033,7	785,0	275,9	263,9	255,5	238,4	216,0	31,7%
Aquisição Bens - Consignado	27,7	20,0	8,8	7,5	5,8	5,6	5,2	38,6%
Aquisição Bens - Outros Bens	0,4	0,4	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	1,6%
Aquisição Bens - Veículos	7,2	4,9	2,2	1,9	1,6	1,4	1,3	44,8%
Cheque Especial	537,0	438,2	144,2	144,1	134,2	114,6	108,6	22,6%
Crédito 1 Minuto	151,7	120,4	42,5	40,4	36,4	32,4	30,9	26,0%
Crédito Pessoal Automático	133,8	86,1	37,2	35,9	32,7	28,1	23,8	55,3%
Crédito Pessoal-Não Consignado	122,0	107,5	31,8	32,8	30,5	26,9	31,9	13,5%
Cartão de Crédito	47,6	56,3	12,6	11,4	11,9	11,8	14,0	-15,5%
Outros - PF	28,7	20,2	8,6	7,7	6,7	5,7	5,1	42,2%
Pessoa Jurídica	**1.107,3**	**961,7**	**307,3**	**291,4**	**263,7**	**244,8**	**232,4**	**15,1%**
Aquisição Bens - Outros Bens	5,1	4,8	1,4	1,3	1,2	1,1	1,0	5,3%
Aquisição Bens - Veículos	4,4	4,0	1,3	1,2	1,0	1,0	1,0	10,4%
Capital de Giro - CEB	504,0	426,9	138,2	131,2	121,6	113,0	106,4	18,1%
Capital de Giro - CGB	151,9	120,9	48,4	40,7	33,7	29,1	26,2	25,7%
CDCI	7,3	11,2	1,6	1,7	1,8	2,2	2,4	-34,8%
Compror	20,6	44,2	4,7	4,5	4,7	6,8	8,9	-53,4%
Conta Devedora Caução - CCC	31,0	38,1	8,1	8,0	7,7	7,2	7,6	-18,7%
Conta Garantida	265,8	207,9	70,1	72,0	64,3	59,4	54,1	27,9%
Desconto de Recebíveis	75,6	65,8	20,8	19,9	18,2	16,6	15,6	14,9%
Vendor	15,5	19,6	4,8	3,9	3,4	3,4	3,7	-20,9%
Crédito no Exterior	2,1	2,5	0,6	0,6	0,5	0,5	0,5	-17,5%
Outros - PJ	23,9	15,8	7,4	6,4	5,5	4,6	4,9	51,5%
Total	**3.197,0**	**2.600,7**	**871,2**	**837,1**	**779,1**	**709,7**	**669,3**	**22,9%**

As taxas médias do crédito comercial apresentaram queda quando observados os trimestres 4T10 e 4T09, período em que a trajetória da taxa básica de juros foi de elevação. A redução de taxas decorre da influência do volume de consignados, que são operações pré-fixadas, de elevado prazo e compõem 43,1% da carteira comercial, efeito minimizado pelas linhas de capital de giro, operações que representam 31,9% da carteira comercial, sendo boa parte das operações pós-fixadas e de prazo de contratação médio também elevado. O maior volume de receitas no 4T10 em relação ao 4T09 decorre da contribuição do volume de crédito, especialmente do comercial pessoa física.

Na comparação com o 3T10, o incremento da receita do crédito comercial no 4T10 provém, igualmente, do crescimento do saldo de operações, especialmente do segmento empresarial. As taxas médias trimestrais na pessoa física apresentaram redução, em linha com a queda da Taxa Selic. Na pessoa jurídica, as taxas médias do 4T10 também refletiram a redução da Taxa Selic efetiva.

Tabela 14: **Taxas Médias Mensais do Crédito Comercial - Pessoa Física e Jurídica**

	2010	2009	4T10	3T10	2T10	1T10	4T09
Pessoa Física	**2,54%**	**2,91%**	**2,52%**	**2,56%**	**2,54%**	**2,55%**	**2,73%**
Crédito Pessoal - Consignado	1,74%	2,01%	1,71%	1,72%	1,73%	1,78%	1,90%
Aquisição Bens - Consignado	1,52%	1,60%	1,49%	1,51%	1,52%	1,55%	1,58%
Aquisição Bens - Outros Bens	0,61%	0,53%	0,65%	0,63%	0,62%	0,55%	0,50%
Aquisição Bens - Veículos	1,90%	2,06%	1,81%	1,85%	1,90%	1,97%	2,05%
Cheque Especial	7,85%	8,02%	8,03%	7,95%	7,76%	7,66%	7,65%
Crédito 1 Minuto	5,29%	5,50%	5,36%	5,29%	5,25%	5,28%	5,39%
Crédito Pessoal Automático	4,76%	4,43%	4,82%	4,78%	4,75%	4,70%	4,64%
Crédito Pessoal - Não Consignado	3,01%	3,23%	3,02%	2,96%	2,95%	3,09%	3,30%
Cartão de Crédito	5,41%	6,06%	6,16%	5,06%	5,25%	5,18%	6,23%
Outros - PF	1,01%	1,09%	1,06%	1,04%	1,00%	0,95%	0,96%
Pessoa Jurídica	**1,80%**	**1,82%**	**1,85%**	**1,86%**	**1,79%**	**1,69%**	**1,74%**
Aquisição Bens - Outros Bens	1,45%	1,32%	1,54%	1,52%	1,45%	1,29%	1,28%
Aquisição Bens - Veículos	1,78%	1,77%	1,82%	1,79%	1,77%	1,75%	1,75%
Capital de Giro - CEB	1,54%	1,62%	1,59%	1,59%	1,54%	1,45%	1,53%
Capital de Giro - CGB	1,40%	1,55%	1,49%	1,46%	1,39%	1,25%	1,28%
CDCI	2,18%	2,14%	2,21%	2,10%	2,12%	2,30%	2,28%
Compror	1,34%	1,38%	1,40%	1,43%	1,38%	1,16%	1,21%
Conta Devedora Caução - CCC	1,50%	1,76%	1,56%	1,53%	1,45%	1,46%	1,45%
Conta Garantida	4,88%	4,03%	5,22%	4,97%	4,74%	4,59%	4,75%
Desconto de Recebíveis	1,90%	2,05%	1,98%	1,92%	1,85%	1,84%	1,89%
Vendor	1,27%	1,49%	1,19%	1,27%	1,30%	1,31%	1,36%
Crédito no Exterior	0,28%	0,26%	0,33%	0,28%	0,26%	0,26%	0,25%
Outros - PJ	1,16%	1,01%	1,32%	1,22%	1,06%	1,02%	1,18%
Total	**2,22%**	**2,38%**	**2,24%**	**2,26%**	**2,23%**	**2,17%**	**2,28%**

Despesas da Intermediação Financeira

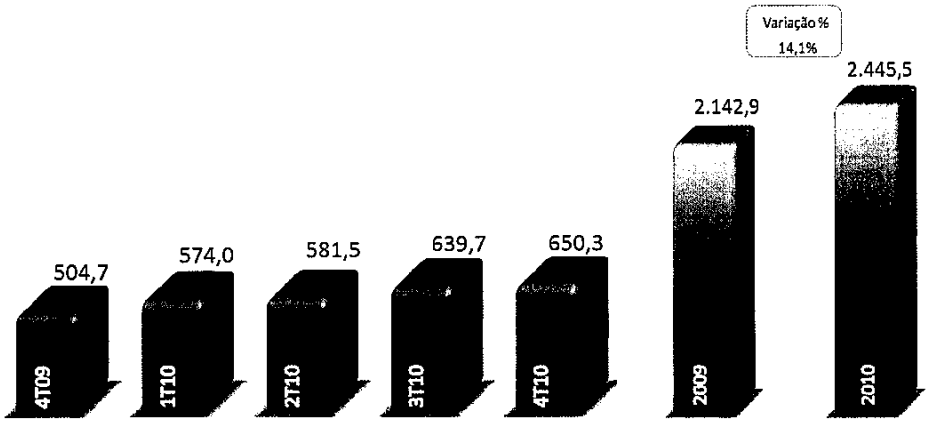
As despesas da intermediação financeira totalizaram R$2.445,5 milhões em 2010, 14,1% ou R$302,6 milhões acima do montante contabilizado no ano passado. No 4T10, as despesas da intermediação financeira somaram R$650,3 milhões, 28,8% ou R$145,5 milhões acima do montante contabilizado no mesmo trimestre do ano anterior. Em relação ao 3T10, as despesas da intermediação financeira apresentaram aumento de 1,7% ou R$10,6 milhões.

O maior fluxo de despesas da intermediação, comparados os valores de 2010 e 2009, decorre do aumento das despesas com empréstimos e repasses, no valor de R$137,4 milhões, em função da elevação do saldo do Fundo de Reservas para Depósitos Judiciais - FRDJ (em R$304,6 milhões), do maior volume de obrigações por empréstimos e repasses (em R$140,8 milhões) e da equalização de taxas de operações de Finame e Pronaf junto ao BNDES. O maior fluxo de despesas com provisão para crédito, no valor de R$95,7 milhões, face ao aumento de volume da carteira de crédito, também contribuiu para o aumento das despesas da intermediação financeira no ano de 2010 comparativamente 2009.

O maior fluxo de despesas entre os períodos 4T10 e 4T09, R$145,5 milhões, provém do aumento do volume de despesas com captação no mercado, no valor de R$73,8 milhões, face ao aumento do saldo de depósitos remunerados e da Taxa Selic, da elevação das despesas com operações de empréstimos e repasses, no valor de R$41,6 milhões, também influenciado especialmente pelo aumento das despesas com o FRDJ, e do maior volume de despesas com provisões para crédito, no valor de R$29,9 milhões.

Em relação ao 3T10, o maior volume de despesas da intermediação é explicado pelo aumento das despesas com provisões para crédito, no valor de R$15,4 milhões, face ao provisionamento integral de operações baixadas para prejuízo que foram recuperadas por meio de renegociação de dívidas, conforme previsto na Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional.

Gráfico 24: **Despesas da Intermediação Financeira** - R$ Milhões



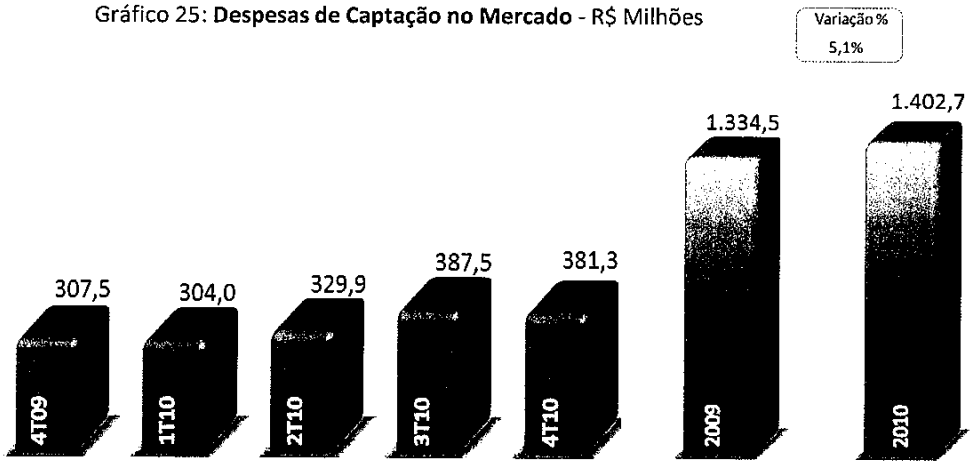
Despesas com Operações de Captação no Mercado

As despesas de captação no mercado somaram R$1.402,7 milhões no ano de 2010, montante R$68,1 milhões ou 5,1% acima do realizado em 2009. No 4T10, as despesas de captação totalizaram R$381,3 milhões, com aumento de 24,0% ou R$73,8 milhões em relação ao 4T09 e redução de 1,6% ou R$6,2 milhões frente ao 3T10.

A elevação do fluxo de despesas observado na comparação entre os montantes acumulados no ano de 2010 em relação ao registrado em 2009 provém da elevação do volume de depósitos a prazo e judiciais, em R$1.149,6 milhões, movimento que compensou a redução do volume de captação em mercado aberto, em R$695,3 milhões em doze meses, e a queda da taxa básica de juros que referencia a remuneração das captações.

A análise dos trimestres demonstra que, na comparação entre o 4T10 e 4T09, o aumento da Taxa Selic e do saldo de depósitos a prazo e judiciais geraram elevação de despesas. Em relação ao 3T10, observa-se aumento do saldo dos depósitos a prazo e judiciais, no valor de R$147,3 milhões, porém, redução da captação em mercado aberto, em R$974,7 milhões, e da Taxa Selic efetiva, refletindo em redução das despesas de captação.

Gráfico 25: **Despesas de Captação no Mercado** - R$ Milhões



Despesas com Provisões para Operações de Crédito

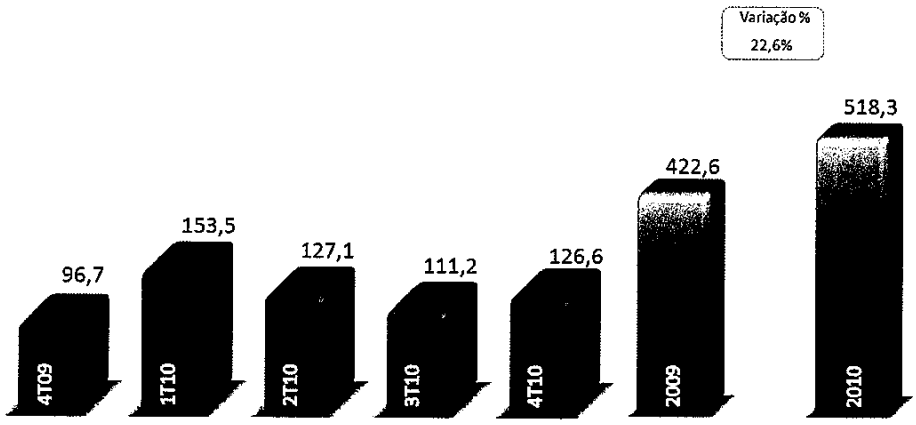
No ano de 2010, as despesas de provisão com operações de crédito somaram R$518,3 milhões, 22,6% ou R$95,7 milhões acima do valor contabilizado em 2009. O fluxo de provisões apresentou elevação de 22,6% no ano, porém em relação ao saldo de créditos, a proporção, que era de 3,2% em 2009, caiu para 3,0% em 2010.

No 4T10, as despesas de provisão de crédito alcançaram R$126,6 milhões, com elevação de 30,9% ou R$29,9 milhões frente ao fluxo contabilizado no 4T09 e crescimento de 13,8% ou R$15,4 milhões em relação ao valor apurado no 3T10.

Apesar da melhora da qualidade da carteira de crédito no período, o crescimento do saldo de operações, em R$3.618,9 milhões em 2009, gerou a recomposição das despesas de provisão. A variação das despesas de provisões reflete, ainda, o efeito base de comparação, visto que a implementação de melhorias no *compliance* do processo de concessão e operacionalização do crédito à pessoa física implicou em reversão de provisões ao final de 2009, impactando na redução do fluxo contabilizado naquele período.

A variação nas despesas de provisão entre o 4T10 e o 4T09 está igualmente associada ao crescimento da carteira, refletindo na elevação da despesa. O aumento de despesas no último trimestre em relação ao trimestre imediatamente anterior decorre da renegociação de operações anteriormente baixadas para prejuízo, que exige a constituição de provisão integral, conforme previsto na Resolução nº 2.682, do Conselho Monetário Nacional.

Gráfico 26: **Despesas com Provisões para Operações de Crédito** - R$ Milhões



Resultado Bruto da Intermediação Financeira

O resultado bruto da intermediação financeira - RBIF – de 2010 foi de R$2.396,3 milhões, 13,0% ou R$276,6 milhões acima do obtido no ano passado. No 4T10, o RBIF, R$660,1 milhões, registrou incremento de 15,4% ou R$88,1 milhões em relação ao apurado no 4T09. Na comparação com o 3T10, o RBIF se manteve relativamente estável.

O desempenho obtido em 2010 reflete, especialmente, a expansão das receitas de crédito, minimizada pela queda da receita com operações de tesouraria e pela elevação das despesas com empréstimos e repasses, com provisão para créditos e com captação no mercado, componentes esses com efeito redutor sobre o resultado.

O maior RBIF do 4T10 em relação ao 4T09 decorre do maior fluxo de receitas de crédito e com títulos, que compensou a elevação das despesas com captação, operações de empréstimos e repasses e com provisões. Entre o 4T10 e 3T10, o incremento do RBIF reflete a expansão das receitas com operações de crédito, efeito reduzido pela queda de receitas com operações de tesouraria e pelo aumento de despesas com provisões para créditos.

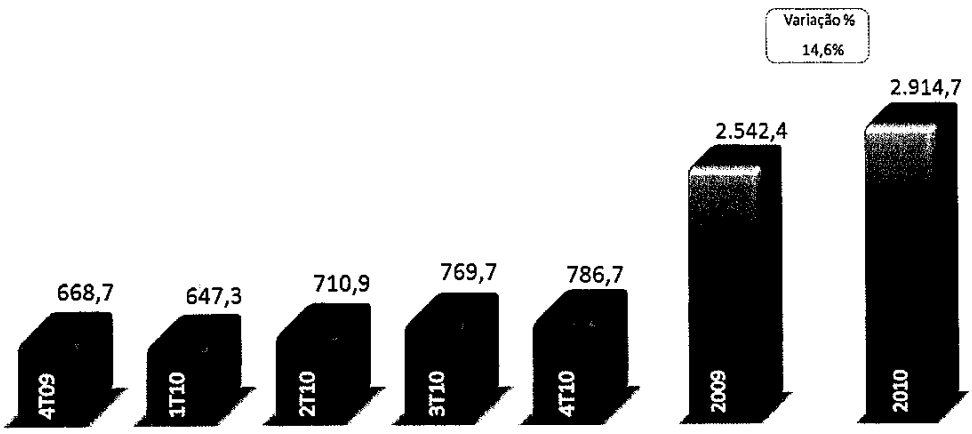
Margem Financeira

A margem financeira somou R$2.914,7 milhões no ano de 2010, 14,6% ou R$372,3 milhões acima do montante gerado no ano anterior. No 4T10, a margem financeira, R$786,7 milhões, apresentou crescimento de 17,7% ou R$118,0 milhões em relação ao 4T09 e de 2,2% ou R$17,0 milhões frente ao 3T10.

Na comparação entre os anos de 2010 e 2009, o aumento da margem está influenciado, positivamente, pela elevação das receitas de crédito e, negativamente, pela diminuição das receitas com títulos e a elevação das despesas com operações de empréstimos e repasses, provisões para crédito e com captação em mercado.

A expansão de margem, no 4T10, em relação ao fluxo gerado no 4T09 decorre do aumento das receitas de crédito e com títulos, minimizado pelo maior fluxo de despesas com captação e com repasses. Quando comparado ao 3T10, a margem do 4T10 está afetada, positivamente, pelo maior fluxo de receitas de crédito e, negativamente, pela queda de receitas de tesouraria, face à redução do volume de recursos aplicados.

Gráfico 27: **Margem Financeira - R$ Milhões**



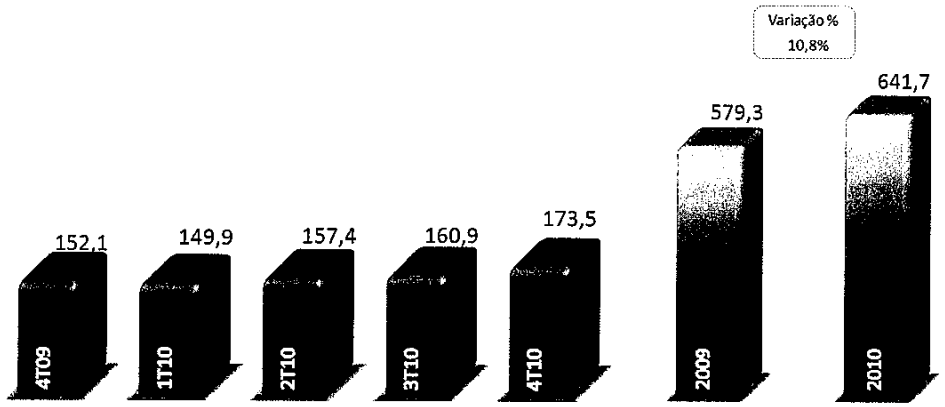
Receitas de Prestação de Serviços

As receitas de prestação de serviços totalizaram R$641,7 milhões no ano de 2010, 10,8% ou R$62,3 milhões acima do montante acumulado no ano passado. No 4T10, as receitas de prestação de serviços somaram R$173,5 milhões, com incremento de 14,0% ou R$21,4 milhões em relação ao montante apurado no 4T09 e de 7,8% ou R$12,6 milhões em relação ao valor contabilizado no 3T10.

A ampliação das receitas de serviços, considerada a evolução anual, reflete o crescimento de tarifas relacionadas à movimentação de contas correntes, no montante de R$22,7 milhões, oriundas do aumento do volume de operações, especialmente no segmento de empresas, e geradas pelo produto Banricompras, no valor de R$16,8 milhões, expansão em linha com a ampliação da base de credenciados.

Em relação ao 4T09, o maior fluxo de receitas de serviços decorre do aumento de receitas geradas pela movimentação de contas correntes de pessoa física e pelo produto Banricompras. Na comparação com o 3T10, o maior volume de tarifas no 4T10 provém igualmente da elevação de receitas sobre serviços de contas correntes de pessoas físicas e do produto Banricompras, fruto das campanhas de credenciamento de lojistas à rede comercial.

Gráfico 28: **Receita de Prestação de Serviços** - R$ Milhões



Despesas Administrativas

No ano de 2010, as despesas administrativas somaram R$1.709,7 milhões, montante 8,2% ou R$129,8 milhões acima do valor apurado em 2009. No 4T10, as despesas administrativas totalizaram R$444,3 milhões, 9,9% ou R$40,2 milhões acima do valor apurado no 4T09 e 3,8% ou R$16,2 milhões acima do valor contabilizado no 3T10.

As despesas de pessoal, que compõem 56,5% do total das despesas administrativas acumuladas em 2010, registraram expansão de 7,3% ou R$65,5 milhões sobre o valor contabilizado em 2009, enquanto que outras despesas administrativas apresentaram elevação de 9,5% ou R$64,3 milhões no mesmo período. A elevação das despesas de pessoal, nos últimos doze meses, reflete os reajustes salariais de 2009, em 6%, e de 2010, em 7,5%, e também o *turnover*, visto que foram admitidos 627 empregados e desligadas 424 pessoas, permanecendo o quadro relativamente estável.

A elevação anual em outras despesas administrativas tem como principais fatores aumentos verificados nas rubricas: serviços de terceiros, no valor de R$16,2 milhões, amortização e depreciação, em R$15,9 milhões, processamento de dados e telecomunicações, no montante de R$13,9 milhões.

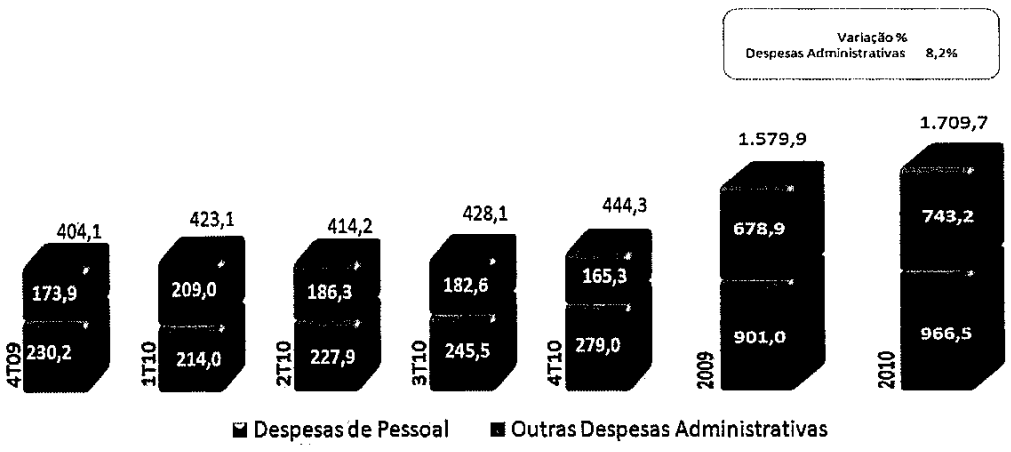
As despesas de pessoal registraram, no último trimestre de 2010, ampliação de R$48,7 milhões em relação ao montante contabilizado no 4T09 e de R$33,4 milhões na comparação com o valor apurado no 3T10. Em relação ao 4T09, a variação das despesas de pessoal é explicada pelo reajuste salarial concedido em setembro de 2009 com efeitos sobre os meses seguintes. Na comparação com o 3T10, o maior volume de despesas decorre do reajuste salarial de setembro de 2010 no âmbito do acordo coletivo de trabalho.

Outras despesas administrativas apresentaram redução de R$8,5 milhões em relação ao montante contabilizado no 4T09 e de R$17,3 milhões na comparação com o 3T10. O menor fluxo de despesas administrativas na comparação entre os trimestres 4T10 e 4T09 foi motivado, em boa parte, pela redução nas rubricas propaganda, promoções e publicidade, no montante de R$10,1 milhões, e em serviços de vigilância, segurança e transporte de valores, em R$3,8 milhões, efeito, em parte, compensado pela ampliação de despesas com serviços de terceiros, no valor de R$4,6 milhões. A redução observada no último trimestre tem como principais fatores quedas verificadas nas rubricas serviços de terceiros, em R$6,6 milhões, e serviços de vigilância no montante de R$4,0 milhões.

Desde abril de 2010, foram reforçados os pontos de controle de custos. O Projeto de Gerenciamento Matricial de Despesas, metodologia que implica na identificação de despesas administrativas, comparando o desempenho entre as áreas afins e a padronização das melhores práticas, propiciou o planejamento e o controle cruzado das despesas, que passaram a ser agrupadas em pacotes. Cada pacote de despesas tornou-se objeto de avaliação das oportunidades de melhoria sob dois aspectos: redução do consumo ou renegociação do preço contratado. Essas iniciativas resultaram na redução das despesas do 4T10 quando comparadas àquelas contabilizadas no 4T09 e no 3T10.

Em setembro de 2010, a política de marketing e as atividades técnicas e administrativas ligadas à área – proposição, análise e consolidação, acompanhamento da execução da estratégia, reposicionamento de produtos e de campanhas institucionais, dentre outras - foram alteradas, passando a integrar o modelo de gestão do Banrisul, instituído em março de 2007. O Comitê de Marketing, recentemente constituído, se alinha aos nove outros comitês estruturados no Banco, cuja arquitetura garante racionalidade econômica e responsabilidade corporativa ao processo de tomada de decisão. Também essas iniciativas já são perceptíveis nas despesas com propaganda, promoções e publicidade que apresentaram redução de 36,1% ou R$10,1 milhões no último trimestre quando comparadas aos valores apurados no 4T09.

Gráfico 29: **Despesas de Pessoal e Outras Despesas Administrativas** - R$ Milhões

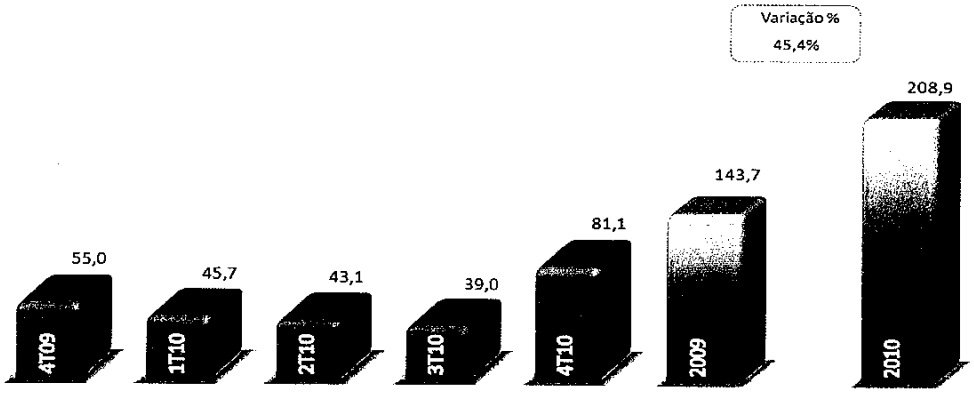


Outras Receitas Operacionais

Outras receitas operacionais somaram R$208,9 milhões no ano de 2010, volume 45,4% ou R$65,2 milhões acima do montante registrado no ano passado, o que se explica, especialmente em função de reversão de provisões, face à renegociação de operação refletindo na melhora da qualidade de títulos e créditos a receber sem características de crédito, e decorrentes de ajustes de saldos de contas contábeis referentes a implantações sistêmicas.

No 4T10, outras receitas operacionais totalizaram R$81,1 milhões, com expansão de 47,5% ou R$26,1 milhões, especialmente por conta da reversão de provisões, relativa à renegociação de operação refletindo na melhora da qualidade de títulos e créditos a receber sem características de crédito, no valor de R$29,4 milhões, evento que justifica também a elevação de 108,1% ou R$42,1 milhões em relação ao 3T10.

Gráfico 30: **Outras Receitas Operacionais** - R$ Milhões

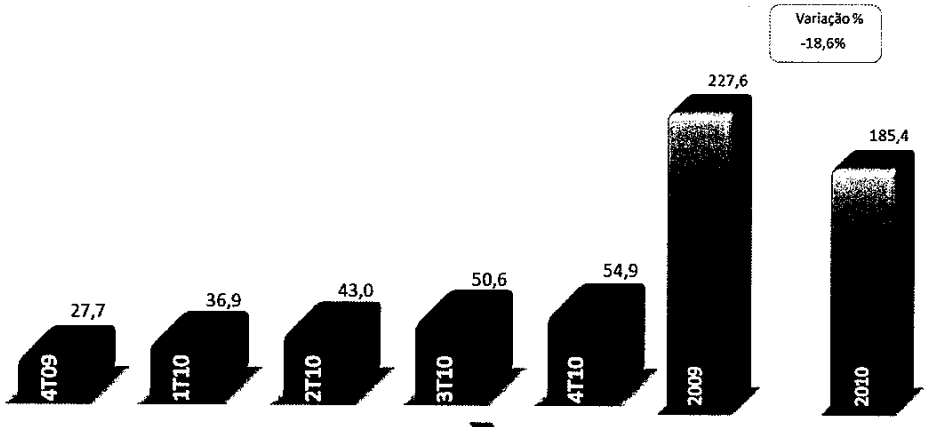


Outras Despesas Operacionais

Outras despesas operacionais somaram R$185,4 milhões nos doze meses de 2010, volume 18,6% ou R$42,3 milhões abaixo do montante registrado no mesmo período do ano passado, face aos seguintes eventos principais: despesa relativa ao pagamento, em 2009, de enquadramento de exigibilidade de depósitos de poupança de exercícios anteriores, evento que não se repetiu em 2010; redução do valor relativo ao ajuste cambial de dependências no exterior e do benefício pós-emprego, conforme NPC 26 do Ibracon, valores parcialmente compensados pelo aumento de despesas com provisões trabalhistas.

No 4T10, outras despesas operacionais alcançaram R$54,9 milhões, 98,3% ou R$27,2 milhões acima do valor contabilizado no 4T09 e 8,7% ou R$4,4 milhões acima do fluxo apurado no 3T10. Em relação ao 3T10, a expansão das despesas decorre do aumento de provisões trabalhistas.

Gráfico 31: **Outras Despesas Operacionais** - R$ Milhões

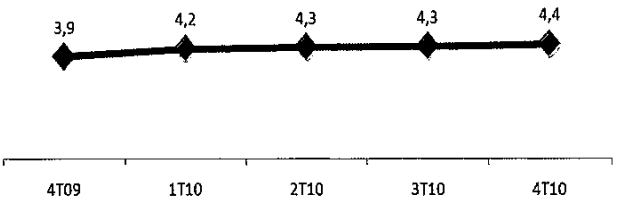


Indicadores Econômico-Financeiros

Grau de Alavancagem

O grau de alavancagem relaciona o volume da carteira de operações de crédito com o patrimônio líquido. Em dezembro de 2010, as operações de crédito do Banrisul representavam 4,4 vezes o patrimônio líquido, proporção que era 3,9 vezes em dezembro de 2009 e 4,3 vezes em setembro de 2010.

Gráfico 32: **Grau de Alavancagem**

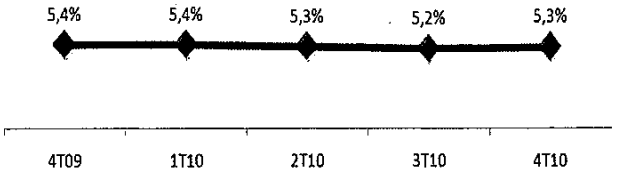


O expressivo crescimento da carteira de crédito tem refletido na elevação do índice. A situação confortável de alavancagem da Instituição atesta a capacidade de expansão das carteiras de crédito no futuro.

Custo Operacional

O custo operacional dimensiona a totalidade das despesas administrativas em relação ao total de ativos. O índice é calculado com base nas despesas acumuladas em doze meses contra o saldo de ativos ao final do período de análise.

Gráfico 33: **Custo Operacional**

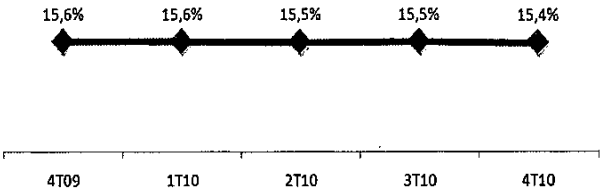


A ampliação dos ativos, em 10,5% em relação a dezembro de 2009, causada especialmente pelo crescimento das operações de crédito, contribuiu para a absorção das despesas administrativas, refletindo na redução do custo em proporção dos ativos em doze meses.

Índice de Capitalização

O índice de capitalização mensura a relação entre o patrimônio líquido e o total de recursos captados junto ao público, inclusive os fundos de investimento. Esse índice avalia a segurança que os recursos próprios oferecem ao capital de terceiros.

Gráfico 34: **Índice de Capitalização**

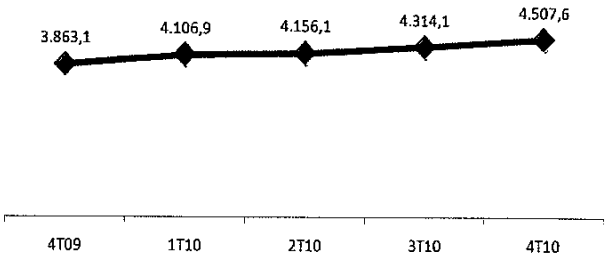


Em dezembro de 2010, o índice de capitalização alcançou 15,4%, 0,2 pp. abaixo do indicador de dezembro de 2009 e 0,1 pp. abaixo do indicador registrado em setembro de 2010. A redução do índice em doze meses demonstra elevação da representatividade de recursos de terceiros na constituição de *funding* para operações ativas.

Produtividade por Funcionário

O indicador de produtividade, medido pelo total de volume de negócios (captação e crédito) por empregado, apresentou crescimento de 16,7% nos últimos doze meses, alcançando R$4.507,6 mil. A performance comercial é incentivada por meio de remuneração variável, sistemática já consolidada na Instituição desde a implantação de novo modelo de gestão em 2007.

Gráfico 35: **Produtividade por Funcionário - R$ Mil**

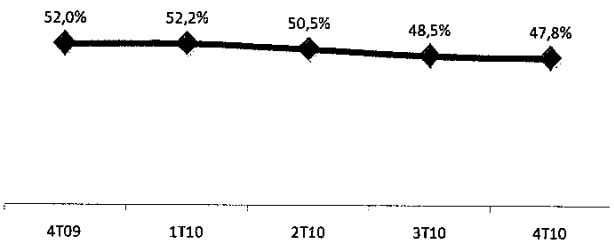


O Banrisul contava, em dezembro de 2010, com 9.345 empregados, o que representa acréscimo de 203 empregados em relação ao quadro de dezembro de 2009. A movimentação de empregados envolveu, contudo, o ingresso de 627 e a saída de 424 pessoas, exonerados e aposentados.

Índice de Eficiência

O índice de eficiência mede, em percentual, o volume de receitas consumidas na cobertura das despesas administrativas. O indicador acumulado em doze meses comparativamente ao registrado no mesmo período do ano anterior alcançou o menor índice desde que passou a ser mensurado no Banrisul, 47,8%, nível que bate, inclusive, a meta divulgada no último trimestre de encerrar o ano de 2010 com índice situado no intervalo entre 49% e 54%.

Gráfico 36: **Índice de Eficiência**



A consistente melhora do índice de eficiência reflete a capacidade da margem financeira, sustentada pelo crescimento da receita de crédito e favorecida pela variação de outras receitas e despesas operacionais, em absorver a elevação das despesas administrativas.

Balanço Patrimonial Consolidado *Pro Forma*

Tabela 15: **Balanço Patrimonial *Pro Forma***

R$ Milhões

Ativo	Dez10	Set10	Jun10	Mar10	Dez09	Dez10/ Set10	Dez10/ Dez09
Circulante e Realizável a Longo Prazo	**31.779,8**	**31.972,6**	**30.719,6**	**29.509,4**	**28.726,2**	**-0,6%**	**10,6%**
Disponibilidades	403,3	396,4	339,9	357,2	411,2	1,8%	-1,9%
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.359,3	3.822,6	4.133,2	4.090,8	5.356,5	-38,3%	-56,0%
Títulos Mobiliários e Inst. Financ. Derivativos	8.525,7	8.477,4	8.091,1	7.760,2	7.408,5	0,6%	15,1%
Relações Interfinanceiras e Interdependências	3.155,9	2.650,5	2.353,5	2.238,1	1.856,8	19,1%	70,0%
Operações de Crédito	16.537,6	15.683,7	14.909,4	14.246,0	12.833,2	5,4%	28,9%
Provisão para Outros Créditos	(1.058,7)	(1.083,7)	(1.054,7)	(1.030,2)	(966,2)	-2,3%	9,6%
Operações de Arrendamento Mercantil	83,6	83,2	88,5	93,0	97,9	0,5%	-14,6%
Provisão para Operações de Arrendamento Mercantil	(8,9)	(7,5)	(9,8)	(8,5)	(8,7)	18,3%	1,9%
Outros Créditos	1.826,0	2.025,6	1.955,4	1.845,5	1.813,2	-9,9%	0,7%
Provisão para Outros Créditos	(73,9)	(102,0)	(121,9)	(124,3)	(122,1)	-27,5%	-39,4%
Outros Valores e Bens	29,9	26,5	35,1	41,5	45,9	12,6%	-34,9%
Permanente	**347,9**	**366,7**	**379,2**	**355,1**	**357,9**	**-5,1%**	**-2,8%**
Investimentos	7,7	7,8	7,8	7,8	7,8	-1,3%	-1,3%
Imobilizado de Uso	168,9	171,3	170,9	178,1	170,1	-1,4%	-0,7%
Intangível	171,3	187,6	200,6	169,2	180,1	-8,7%	-4,9%
Total do Ativo	**32.127,7**	**32.339,3**	**31.098,8**	**29.864,6**	**29.084,1**	**-0,7%**	**10,5%**
Passivo	Dez10	Set10	Jun10	Mar10	Dez09	Dez10/ Set10	Dez10/ Dez09
Circulante e Exigível a Longo Prazo	**28.270,7**	**28.591,2**	**27.506,9**	**26.382,9**	**25.674,0**	**-1,1%**	**10,1%**
Depósitos	19.053,0	17.954,1	17.144,7	16.519,9	16.369,7	6,1%	16,4%
Depósitos à Vista	3.779,9	2.108,9	2.028,9	1.922,8	2.100,6	79,2%	79,9%
Depósitos de Poupança	5.580,0	6.295,7	6.037,6	5.692,2	5.636,8	-11,4%	-1,0%
Depósitos Interfinanceiros	12,3	14,7	34,6	91,1	90,0	-16,0%	-86,3%
Depósitos a Prazo	9.680,3	9.533,0	9.034,4	8.804,1	8.530,7	1,5%	13,5%
Outros Depósitos	0,5	1,9	9,2	9,6	11,6	-74,7%	-95,9%
Captação no Mercado Aberto	1.311,2	2.285,9	2.073,9	1.901,9	2.006,5	-42,6%	-34,7%
Relações Interfinanceiras e Interdependências	179,7	475,0	454,0	424,7	160,7	-62,2%	11,8%
Obrigações por Empréstimos e Repasses	1.622,4	1.611,9	1.655,1	1.621,4	1.481,7	0,7%	9,5%
Instrumentos Financeiros e Derivativos	0,0	56,5	51,6	46,6	47,0	-100,0%	-100,0%
Outras Obrigações	6.104,5	6.207,8	6.127,7	5.868,3	5.608,5	-1,7%	8,8%
Cobrança e Arrecad. de Tributos e Assemelhados	23,6	112,0	130,3	111,0	28,4	-78,9%	-17,0%
Carteira de Câmbio	18,8	42,5	37,2	33,7	24,1	-55,8%	-22,2%
Sociais e Estatutárias	27,9	55,7	43,3	38,5	33,4	-49,9%	-16,5%
Fiscais e Previdenciárias	634,9	713,8	593,3	503,3	523,2	-11,1%	21,3%
Negociação e Intermediação de Valores	2,1	3,1	3,1	2,5	4,2	-33,5%	-51,4%
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	4.444,6	4.395,6	4.448,1	4.368,8	4.140,0	1,1%	7,4%
Diversas	952,7	885,2	872,4	810,6	855,1	7,6%	11,4%
Patrimônio Líquido dos Acionistas Minoritários	1,7	1,8	1,7	1,7	1,7	-4,5%	1,5%
Patrimônio Líquido	**3.855,2**	**3.746,4**	**3.590,1**	**3.480,0**	**3.408,5**	**2,9%**	**13,1%**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**32.127,7**	**32.339,3**	**31.098,8**	**29.864,6**	**29.084,1**	**-0,7%**	**10,5%**

Demonstração de Resultado *Pro Forma*

Tabela 16: **Demonstração do Resultado *Pro Forma***

R$ Milhões

	2010	2009	4T10	3T10	4T09	4T10/ 3T10	2010/ 2009
Receitas da Intermediação Financeira	4.841,8	4.262,6	1.310,4	1.298,2	1.076,7	0,9%	13,6%
Despesas da Intermediação Financeira	(1.927,2)	(1.720,3)	(523,7)	(528,5)	(408,0)	-0,9%	12,0%
Margem Financeira	2.914,7	2.542,4	786,7	769,7	668,7	2,2%	14,6%
Provisão para Operações de Créditos	(518,3)	(422,6)	(126,6)	(111,2)	(96,7)	13,8%	22,6%
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	2.396,3	2.119,7	660,1	658,5	572,0	0,2%	13,0%
Outras Receitas / Despesas Operacionais	(1.248,5)	(1.266,5)	(298,3)	(331,6)	(271,4)	-10,0%	-1,4%
Receitas de Prestação de Serviços / Tarifas Bancárias	641,7	579,3	173,5	160,9	152,1	7,8%	10,8%
Despesas de Pessoal	(966,5)	(901,0)	(279,0)	(245,5)	(230,2)	13,6%	7,3%
Outras Despesas Administrativas	(743,2)	(678,9)	(165,3)	(182,6)	(173,9)	-9,5%	9,5%
Outras Receitas Operacionais	208,9	143,7	81,1	39,0	55,0	108,1%	45,4%
Despesas Tributárias	(204,0)	(182,0)	(53,7)	(52,7)	(46,7)	1,9%	12,1%
Outras Despesas Operacionais	(185,4)	(227,6)	(54,9)	(50,6)	(27,7)	8,7%	-18,6%
Resultado Operacional	1.147,8	853,3	361,8	327,0	300,6	10,7%	34,5%
Resultado antes da Tributação s/ Lucro	1.147,8	853,3	361,8	327,0	300,6	10,7%	34,5%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(357,1)	(267,6)	(116,1)	(109,4)	(94,3)	6,1%	33,4%
Participações Estatutárias no Resultado	(49,3)	(44,4)	(15,8)	(11,1)	(21,9)	42,5%	11,0%
Participações Minoritárias no Resultado	(0,2)	(0,2)	(0,1)	(0,1)	(0,1)	88,2%	29,3%
Lucro Líquido	**741,2**	**541,1**	**229,9**	**206,4**	**184,3**	**11,4%**	**37,0%**

GOVERNO DO ESTADO
DO RIO GRANDE DO SUL

Secretaria da Fazenda
Banco do Estado do Rio Grande do Sul

Diretoria

MATEUS AFFONSO BANDEIRA
Presidente

RUBENS SALVADOR BORDINI
Vice-Presidente

BRUNO FRONZA

CARLOS TADEU AGRIFOGLIO VIANNA

CÉSAR ANTONIO CECHINATO

LUIZ GONZAGA VERAS MOTA

MARINÊS BILHAR

PAULO ROBERTO GARCIA FRANZ
Diretores

LUIZ CARLOS MORLIN
Contador CRCRS 51.124

Conselho de Administração

RICARDO ENGLERT
Presidente

MATEUS AFFONSO BANDEIRA
Vice-Presidente

ARIO ZIMMERMANN

DILIO SERGIO PENEDO

JOÃO VERNER JUENEMANN

JOÃO ZANI

MANOEL ANDRÉ DA ROCHA

NELSON FÁBIO SBABO

RUBENS SALVADOR BORDINI
Conselheiros

Banrisul

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. e no exercício das atribuições que nos confere o artigo 163, itens II e VII, da Lei 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, revisamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxos de Caixa, Valor Adicionado, Notas Explicativas e demais demonstrativos, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010. Com base em nossas revisões, no Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e no Relatório da Auditoria Independente, sem ressalvas, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos acionistas.

Porto Alegre, 11 de fevereiro de 2011.

Claudio Morais Machado
Presidente

Irno Luiz Bassani
Vice-Presidente

Conselheiros

Ronei Xavier Janovik

Rubens Lahude

3º TABELIONATO DE NOTAS DE PORTO ALEGRE
Rua Gen. Câmara, 388 - Centro - CEP 90010-230 - Fone/Fax: (51) 3221.5226
JACY FRANCO MOREIRA IBIAS- Tabeliño
AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia reprográfica, conforme ao original a mim apresentado e que dou fé.0455.01.1100002.31949
Porto Alegre, 16 de março de 2011
Lays de Oliveira Abello - Escrevente
Emolumentos: R$2,70 + Selo digital: R$0,20 - 735260-03496 92

412.057

Banrisul

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Na qualidade de membros do Conselho de Administração do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. e no exercício das atribuições que nos confere o artigo 142, item V, da Lei 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório de Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxos de Caixa, Valor Adicionado, Notas Explicativas e demais demonstrativos, o Relatório dos Auditores Independentes, sem ressalvas, e o Parecer do Conselho Fiscal, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010. Com base nesses dados e nos demais exames procedidos ao longo do exercício, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos acionistas.

Porto Alegre, 14 de fevereiro de 2011.

Ricardo Englert
Presidente

Mateus Affonso Bandeira
Vice-Presidente

Conselheiros

Ario Zimmermann

Dílio Sérgio Penedo

João Verner Juenemann

João Zani

Manoel André da Rocha

Nelson Fábio Sbabo

Rubens Salvador Bordini

3º TABELIONATO DE NOTAS DE PORTO ALEGRE
Rua Gen. Câmara, 388 - Centro - CEP 90010-260 - Fone/Fax: (51) 3221.5226
JACY FRANCO MOREIRA IBIAS - Tabelião

AUTENTICAÇÃO

Autentico a presente cópia reprográfica, conforme ao original a mim apresentado e que dou fé 0455.01.1100002.31950
Porto Alegre, 16 de março de 2011
Lays de Oliveira Mello - Escrevente
Emolumentos: R$2,70 + Selo digital: R$0,20 - 735260-03496 82

3º TABELIONATO DE NOTAS
Rua Gen. Câmara, 388
Porto Alegre - RS
Simone Frantz Nunes

412.058

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... : LUIZ CARLOS MORLIN
REGISTRO..... : RS-051124/O-0
CATEGORIA..... : CONTADOR
CPF..... : 282.889.980-20

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 15.03.2011 as 14:15:28.
Válido até: 11.09.2011.
Código de Controle: 94432.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

Banrisul S.A. - Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio

Banrisul
CORRETORA DE VALORES

Relatório da Administração

• Ambiente Macroeconômico 2010

O ano de 2010 caracterizou-se por recorde no histórico em termos de desempenho no Produto Interno Bruto Brasileiro, com crescimento de aproximadamente 7,5%, expressivo aumento de emprego e renda, resultado de investimentos públicos em infraestrutura e da boa performance empresarial.

Este cenário favorável para um bom desempenho da bolsa de valores sofreu interferência de amplas oscilações dos mercados e forte mobilidade dos investidores estrangeiros e resquícios da crise global de 2008, determinando o fraco desempenho Índice Bovespa com um aumento de apenas 1,04%, apesar do bom desempenho das empresas nele listadas.

A realimentação das expectativas de recrudescimento da inflação, o descompasso entre o ritmo de expansão da demanda doméstica e a capacidade produtiva da economia e a valorização do real frente ao dólar, também marcaram o cenário econômico em 2010, o que levou o Banco Central já no início de 2011 a dar início a um novo ciclo de aperto monetário com elevação da taxa básica de juros. Tais fatores deverão contribuir para manutenção nos investimentos em bolsa nos mesmos níveis de 2010.

• Desempenho Financeiro

- Ativos Totais - Os ativos totais da Corretora alcançaram no ano de 2010, saldo de R$82,5 milhões, com crescimento de 12,07% em relação ao montante de R$ 73,2 milhões, registrado no mesmo período de 2009. Influenciaram no incremento dos ativos o aumento nas aplicações interfinanceiras de liquidez e nos títulos e valores mobiliários.

- Patrimônio Líquido - No ano de 2010, o patrimônio líquido da Corretora atingiu R$71,3 milhões, representando um acréscimo de 13,17% em relação ao registrado no ano de 2009, de R$63,0 milhões. A evolução do patrimônio líquido, em doze meses, decorreu da incorporação dos resultados gerados.

- Lucro Líquido - A Corretora registrou lucro líquido de R$11,0 milhões no ano de 2010. Comparado ao mesmo período de 2009, que foi de R$7,8 milhões, houve um aumento de R$3,2 milhões, representando 41,34% no resultado.

- Rendas de Títulos e Valores Mobiliários - O resultado de títulos e valores mobiliários somou R$13,6 milhões no ano de 2010. Este montante ficou 104,14% acima do acumulado no mesmo período do ano anterior. As operações referem-se, a realização de negócios - Carteira Própria, ocasionada principalmente pela venda das ações CETIP, bem como a atualização de seus ativos, e, em conjunto com o resultado das aplicações em operações compromissadas (LFT), lastreadas no Banrisul com compromisso de revenda para o dia imediatamente subsequente à data da aplicação. O aumento no volume de recursos aplicados contribuiu para a elevação das receitas de tesouraria.

- Receita de Prestação de Serviços - As receitas de prestação de serviços atingiram o montante de R$11,1 milhões no ano de 2010 com aumento de R$1,0 milhão em relação ao valor contabilizado no ano de 2009. Este resultado é atribuído à valorização dos papéis nas carteiras administradas e na intermediação dos negócios, resultantes das oscilações no mercado.

- Desempenho Operacional

- Administração de Recursos de Terceiros - A Corretora administra os fundos de renda variável *Performance,* Infra, Índice e de Ações, com lastro em ações negociadas na Bovespa, e o fundo de renda fixa FAPI - Fundo de Aposentadoria Programada Individual. As carteiras de terceiros, Clubes e Fundos de investimentos administradas pela Corretora apresentaram saldo de R$166,2 milhões ao final do ano de 2010.

- Sistema *Home Broker* - O *Home Broker* é o serviço interligado à Bovespa que permite ao investidor enviar pela internet, em ambiente seguro, ordens de compra e venda de ações. Em 2010, este serviço obteve bom desempenho em relação ao volume total de operações no mercado de renda variável. As operações efetuadas neste sistema atingiram um montante de R$660,1

milhões, que representou 42,20% do total intermediado pela Corretora. No ano de 2009, o montante foi de R$741,5 milhões, representando 71,66% do total das operações.

• **Volume Total de Operações** - A melhoria dos mecanismos de acesso dos clientes ao mercado de capitais implicou na ampliação do volume de operações intermediadas pela Corretora. O total das operações realizadas, em 2010, alcançou R$1.564,3 milhões, representando uma elevação de 51,19% em relação ao volume de R$1.034,7 milhões atingidos no ano de 2009.

• **Outros Produtos e Serviços**

- **Banrisul Cinema** - Com base na Lei do Audiovisual, de nº 8.685/93, que criou mecanismos de fomento à atividade audiovisual, a Corretora passou a atuar nesse mercado em 1997, selecionando criteriosamente projetos cinematográficos que aliam qualidade, segurança, rentabilidade e proporcionam aos investidores benefícios fiscais. A Corretora realizou modernização tecnológica e estendeu essa parceria também para as pessoas físicas a fim de investir em cinema e obter os benefícios fiscais que a lei proporciona.

- **Corretora Plena** - Durante o primeiro semestre de 2010, a Banrisul Corretora habilitou-se a operar como corretora plena, deixando de atuar como corretora regional. Tal medida foi fundamental para permitir o aumento da carteira de clientes e, consequentemente, do volume operado na bolsa de valores. No mesmo interim desta expansão, foram firmados novos contratos com agentes autônomos e *assets* de outras instituições financeiras para a intermediação de renda variável.

• **Gestão de Risco**

A Banrisul S/A Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio está inserida na estrutura organizacional do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - Banrisul, seu controlador. A administração e a estrutura de gerenciamento de riscos são desenvolvidas de forma consolidada com o Banco, abrangendo os riscos operacionais, de mercado, de crédito e de liquidez, em atendimento aos normativos do Banco Central do Brasil - BACEN e à Resolução Interna nº 4.354, de 20.06.2008, do Banrisul.

A descrição da estrutura de gerenciamento de risco operacional do Banco está disponibilizada no site *http://www.banrisul.com.br*, na rota "Relação com Investidores/Governança Corporativa/ Estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional".

O Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., controlador da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio divulgou o seu Balanço do exercício de 2010, nos jornais Diário Oficial do Estado, Zero Hora e Valor Econômico, em 15.02.2011.

• **Agradecimento**

Agradecemos a todos os clientes, fornecedores e acionistas pela confiança depositada, e a toda a equipe de profissionais, que não mediram esforços para o bom desempenho da Corretora.

A Administração.

Banrisul
CORRETORA DE VALORES

Balanços Patrimoniais

Dezembro de 2010 e 2009
(Valores em Milhares de Reais)

	Valores em Milhares de Reais	
ATIVO	**2010**	**2009**
CIRCULANTE	**77.704**	**69.336**
Disponibilidades	2	5
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 4)	68.886	63.396
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)		
Carteira própria	3.680	1.606
Outros créditos	5.136	4.322
Negociação e intermediação de valores	4.497	4.254
Diversos (Nota 6)	639	68
Outros valores e bens		
Despesas antecipadas	-	7
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**3.023**	**2.754**
Títulos e valores mobiliários		
Vinculados a prestação de garantia (Nota 5 (c))	3.023	2.754
PERMANENTE	**1.757**	**1.083**
Investimentos	627	625
Imobilizado de uso	473	378
Intangíveis	657	80
TOTAL DO ATIVO	**82.484**	**73.173**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banrisul
CORRETORA DE VALORES

	Valores em Milhares de Reais	
PASSIVO	**2010**	**2009**
CIRCULANTE	**10.659**	**9.743**
Outras obrigações		
Outros Depósitos - Depósitos para garantia	-	25
Sociais e estatutárias	2.645	1.875
Fiscais e previdenciárias (Nota 7(a))	5.705	3.292
Negociação e intermediação de valores	2.053	4.223
Diversas (Nota 7 (b))	256	328
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	**490**	**463**
Outras obrigações		
Credores diversos - país (Nota 7 (b))	490	463
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**71.335**	**62.967**
Capital social	58.000	40.000
Reserva de capital	1	1.276
Reservas de lucros	17.743	26.056
Ações em tesouraria	(4.410)	(4.410)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	1	45
TOTAL DO PASSIVO	**82.484**	**73.173**

Banrisul
CORRETORA DE VALORES

Demonstrações do Resultado

Dezembro de 2010 e de 2009

Valores em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

	2º Semestre 2010	2010	Exercício 2009
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	10.725	13.658	6.685
Resultado de títulos e valores mobiliários	10.725	13.658	6.612
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	-	-	73
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(60)	(133)	(249)
Provisão para outros créditos	(42)	(115)	(249)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(18)	(18)	-
RESULTADO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	10.665	13.525	6.436
Receitas (despesas) operacionais	1.574	3.683	3.537
Receitas de prestação de serviços	5.418	11.109	10.015
Despesas de Pessoal	(364)	(704)	(498)
Outras despesas administrativas	(2.494)	(5.119)	(4.620)
Despesas tributárias	(1.036)	(1.739)	(1.290)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	50	136	(70)
RESULTADO OPERACIONAL	12.239	17.208	9.973
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 12)	-	-	2.988
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	12.239	17.208	12.961
Imposto de renda e contribuição social (Nota 10)	(4.131)	(6.161)	(5.150)
Participações no Lucro	(16)	(16)	(6)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO/SEMESTRE	8.092	11.031	7.805
Lucro líquido por ação do capital social em circulação no fim do período - R$	0,270	0,368	0,260

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banrisul
CORRETORA DE VALORES

Demonstrações do Valor Adicionado

Valores em milhares de Reais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

	2º Semestre 2010	Exercício 2010	Exercício 2009
RECEITAS	**16.131**	**24.795**	**19.439**
Intermediação financeira	10.706	13.639	6.685
Prestação de serviços	5.418	11.109	10.015
Provisão (reversão da) para outros créditos	(42)	(115)	(249)
Outras	49	162	2.988
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**2.450**	**5.023**	**4.562**
Serviços de terceiros	2.304	4.768	4.362
Aluguéis	3	6	7
Água, Energia e Gás	20	33	40
Comunicações	120	210	144
Materiais	3	6	9
VALOR ADICIONADO BRUTO	**13.681**	**19.772**	**14.877**
Depreciação	11	21	20
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	**13.670**	**19.751**	**14.857**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Honorários da administração	**359**	**699**	**547**
Proventos	351	683	536
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	8	16	11
Impostos, Taxas e Contribuições	**5.219**	**8.021**	**6.505**
Federais	4.948	7.465	6.004
Municipais	271	556	501
Remuneração de capitais próprios	**8.092**	**11.031**	**7.805**
Lucros retidos	6.170	8.411	5.951
Dividendos	1.922	2.620	1.854

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banrisul
CORRETORA DE VALORES

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Valores em milhares de Reais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

	2º Semestre 2010	Exercício 2010	Exercício 2009
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido ajustado	8.145	11.167	8.074
Lucro líquido do período	8.092	11.031	7.805
Ajuste do lucro líquido	53	136	269
Depreciações e amortizações	11	21	20
Provisão para outros créditos	42	115	249
VARIAÇÕES DE ATIVOS E OBRIGAÇÕES	**(879)**	**(3.132)**	**1.327**
Títulos e valores mobiliários	(2.191)	(2.343)	(1.732)
Outros créditos	(1.143)	(929)	(2.767)
Outros valores e bens	2	7	(6)
Outras obrigações	2.453	133	5.832
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**7.266**	**8.035**	**9.401**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição (alienação) de investimentos	(1)	(2)	10
Aquisição de imobilizado de uso	-	(116)	(8)
Aplicação no intangível	(577)	(577)	(80)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**(578)**	**(695)**	**(78)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos pagos	-	(1.853)	(1.906)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**-**	**(1.853)**	**(1.906)**
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**6.688**	**5.487**	**7.417**
Caixa e equivalentes de caixa no início do Exercício/Semestre	62.200	63.401	55.984
Disponibilidades	5	5	15
Aplicações interfinanceiras de liquidez	62.195	63.396	55.969
Caixa e equivalentes de caixa no final do Exercício/Semestre	68.888	68.888	63.401
Disponibilidades	2	2	5
Aplicações interfinanceiras de liquidez	68.886	68.886	63.396

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Dezembro de 2010 e de 2009
(Valores em Milhares de Reais)

Valores em Milhares de Reais

	Capital social	Aumento de capital	Reserva de capital: Atualização de títulos patrimoniais	Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva estatutária	Reservas de lucros: Reserva expansão	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Ações em Tesouraria	Total
Saldos em 1° de janeiro de 2009	40.000	-	1.275	2.697	13.688	3.720	5	-	(4.410)	56.975
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	40	-	-	40
Atualização de títulos patrimoniais	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	7.805	-	7.805
Destinação do lucro										
Reservas	-	-	-	390	1.951	3.610	-	(5.951)	-	-
Dividendos propostos (Nota 9(c))	-	-	-	-	-	-	-	(1.854)	-	(1.854)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	40.000	-	1.276	3.087	15.639	7.330	45	-	(4.410)	62.967
Aumento de capital (Nota 9(a))	18.000	-	(1.276)	-	(9.394)	(7.330)	-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	(44)	-	-	(44)
Atualização de títulos patrimoniais	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	11.031	-	11.031
Destinação do lucro										
Reservas	-	-	-	551	2.758	5.102	-	(8.411)	-	-
Dividendos propostos (Nota 9(c))	-	-	-	-	-	-	-	(2.620)	-	(2.620)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	58.000	-	1	3.638	9.003	5.102	1	-	(4.410)	71.335
Saldos em 1° de julho de 2010	40.000	18.000	1	3.234	6.980	1.359	1	-	(4.410)	65.165
Aumento de Capital (Nota 9 (a))	18.000	(18.000)	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro Líquido no semestre	-	-	-	-	-	-	-	8.092	-	8.092
Destinação do lucro										
Reservas	-	-	-	404	2.023	3.743	-	(6.170)	-	-
Dividendos propostos (Nota 9(c))	-	-	-	-	-	-	-	(1.922)	-	(1.922)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	58.000	-	1	3.638	9.003	5.102	1	-	(4.410)	71.335

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banrisul
CORRETORA DE VALORES

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio ("Corretora") tem como atividade preponderante a compra e venda de ações, por conta própria e/ou de terceiros, no mercado à vista, de opções, termo e futuro, administração de carteira de terceiros, intermediação de operações em ouro, captação e venda de cotas para a produção de filmes (Lei de Incentivo à Cultura), intermediação de operações de produtos agrícolas na Bolsa Brasileira de Valores e Mercadorias e coordenação da emissão de debêntures no mercado de capitais, intermediando a compra e venda desses papéis junto aos investidores.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nas disposições da Lei das Sociedades por Ações e legislação complementar com observância das normas e instruções do Banco Central do Brasil que incluem práticas e estimativas contábeis no que se refere à constituição de provisões e determinação de certos valores dos ativos integrantes de sua carteira de Títulos e Valores Mobiliários. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e provisões, os resultados auferidos podem ser diferentes dos estimados.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

(a) Resultado das operações - As receitas e despesas foram reconhecidas pelo regime de competência.

(b) Títulos e valores mobiliários - Registrados e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular nº 3.068, de 08/11/2001 do Banco Central. São classificados na seguinte categoria:

. Títulos para negociação – incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, avaliados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas realizados e não realizados sobre esses títulos reconhecidos no resultado.

. Títulos disponíveis para venda - títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido.

. Instrumentos financeiros e derivativos - em 31 de dezembro de 2010, a Corretora não possuía operações com instrumentos financeiros e derivativos em aberto.

. Títulos mantidos até o vencimento – títulos e valores mobiliários com a intenção e capacidade financeira de manter em carteira até o vencimento, avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

(c) Ativos circulante e realizável a longo prazo - Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias *"pro rata temporis"*, deduzidos das correspondentes provisões para perdas e das rendas a apropriar.

(d) Permanente - Os investimentos referem-se, principalmente, aos títulos patrimoniais da Bolsa de Valores do Extremo Sul, demonstrados ao valor nominal, atualizados por índices de valorização fornecidos pela própria Bolsa, e incentivos fiscais deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

O imobilizado de uso é registrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, sobre o custo de aquisição, com base nas taxas anuais determinadas em função da vida útil estimada dos bens, as quais sejam: instalações, móveis e equipamentos de uso – 10%, imóveis de uso – 4% e sistemas de processamento de dados – 20%.

(e) Passivos circulante e exigível a longo prazo - Os passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos.

(f) Imposto de renda e contribuição social - A provisão para imposto de renda é calculada e contabilizada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R$ 240 e a contribuição social à alíquota de 15%, calculada e contabilizada sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação fiscal.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, quando aplicável, são calculados sobre as adições e exclusões temporárias, em contrapartida do resultado do exercício.

(g) Caixa e equivalentes de caixa - Compreendem na composição da demonstração de fluxos de caixa, os saldos de disponibilidades e aplicações financeiras de liquidez, com prazo de resgate de até 90 dias da data de aplicação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento do exercício e possuem vencimentos inferiores a 30 dias ou sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Representadas exclusivamente por aplicações no Banco do Estado do Rio Grande do Sul, lastreadas em Letras Financeiras do Tesouro - LFT, com compromisso de revenda para o dia imediatamente subsequente à data das demonstrações financeiras.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS DERIVATIVOS

A carteira de títulos e valores mobiliários está assim representada:

	2010	2009
Para negociação	3.672	1.444
Disponível para venda	8	162
Mantidos até o vencimento	3.023	2.754
Total da carteira	6.703	4.360
Curto prazo	3.680	1.606
Longo prazo	3.023	2.754

a) Títulos e Valores Mobiliários - para negociação

		2010	2009
	Valor de custo	Valor	Valor
Sem vencimento	atualizado	mercado	mercado
Ações de companhias abertas	2.164	3.672	1.444

b) Títulos e Valores Mobiliários – disponíveis para venda

		2010	2009
	Valor de custo	Valor	Valor
Sem vencimento	atualizado	mercado	mercado
Ações de companhias abertas	1	2	157
Certificados de privatização	6	6	5
Total	7	8	162

c) Títulos e valores mobiliários - mantidos até o vencimento

		2010	2009
	Valor de custo	Valor	Valor de custo
Vencimento de 3 a 5 anos	atualizado	mercado	atualizado
Letras financeiras do tesouro - LFT			
Vinculados à prestação de garantia	3.023	3.024	2.754

A Corretora adota o preço unitário através das taxas divulgadas pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais, para a marcação a mercado dos títulos públicos e o preço de fechamento das negociações no último dia útil do período para a marcação das ações de companhias abertas.

6. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	2010	2009
Devedores por depósitos em garantia	8	8
Créditos tributários	43	-
Pagamentos a ressarcir	584	55
Outros	4	5
Total de outros créditos	639	68

7. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e Previdenciárias - Referem-se principalmente, à provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro do exercício.

b) Diversas

	2010	2009
Credores diversos - país	490	463
Obrigações por aquisição de bens e direitos	256	328
Total de outras obrigações	746	791
Passivo exigível a longo prazo	490	463
Passivo Circulante	256	328

A conta Credores diversos - país, refere-se a adiantamento do rateio do patrimônio da Bolsa de Valores do Extremo Sul.

Banrisul
CORRETORA DE VALORES

8. OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. podem ser assim sumariados:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	2010	2009	2010	2009
Disponibilidades	2	5	-	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	68.886	63.396	5.944	5.541
Convênio prestação de serviços	(193)	(211)	(2.357)	(2.486)
Dividendos	(2.585)	(1.853)	-	-

a) A Corretora remunerou seus administradores durante o exercício de 2010 em R$252 (2009 - R$ 236). Não existem outros benefícios pagos ou a pagar atualmente, bem como direitos reconhecidos a serem pagos.

b) A Corretora não possui colaboradores em seu quadro de pessoal, toda a operacionalidade é efetuada pelas áreas administrativas e comerciais do Banco, os custos são suportados pela Corretora através de convênio de prestação de serviços.

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social - Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2010, foi aprovado aumento do capital de R$ 40.000 para R$ 58.000, dividido em 40.000.000 (quarenta milhões) de ações, no valor de R$ 1,45 cada uma, sendo 20.000.000 (vinte milhões) ordinárias nominativas e 20.000.000 (vinte milhões) preferenciais nominativas.

(b) Ações em Tesouraria - Encontra-se em tesouraria a quantidade de 10.000.000 ações ordinárias nominativas, com o objetivo de futura colocação ou cancelamento.

(c) Distribuição de resultados - Será distribuído o dividendo prioritário devido aos titulares de ações preferenciais de 6% a.a. sobre o valor nominal destas ações.
Se houver sobras, depois de pago o dividendo prioritário acima referido, serão também distribuídos, dividendos não superior àquele aos titulares das ações ordinárias.
Verificando-se, ainda, a existência de sobras, depois desses pagamentos, será distribuído a todos os acionistas um dividendo complementar, até o "quantum" necessário para perfazer, somando as parcelas anteriores, uma distribuição total de dividendos correspondente a vinte e cinco por cento (25%) do lucro líquido ajustado na forma da lei, sendo assegurado aos titulares de ações preferenciais, direito de participar, na distribuição de quaisquer outros dividendos ou bonificações em dinheiro, distribuídos pela sociedade, em igualdade de condições com as ações ordinárias, com acréscimo de 10% sobre o valor pago a estas últimas.

Os dividendos propostos foram calculados da seguinte forma:

	2010
Lucro líquido do exercício	11.031
Constituição de reservas	
. Legal	(551)
Base de cálculo dos dividendos	10.480
Dividendos	
. Ações preferenciais - R$ 0,09 por ação em circulação	1.771
. Ações ordinárias - R$ 0,08 por ação em circulação	848
Total de dividendos propostos	2.620

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Conciliação do resultado de IRPJ e CSLL do exercício:

	2010	2009
Resultado antes da tributação sobre o lucro	17.208	12.961
Provisão para IRPJ (25%), CSLL (15%)	(6.883)	(5.184)
Outros	(722)	(34)
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(6.161)	(5.150)

11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O principal risco relacionado aos instrumentos financeiros é o risco de crédito devido à possibilidade de ocorrência de perdas para a Corretora, associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados.

A Corretora considerou como aceitável a sua exposição ao risco mencionado acima e não contratou outras operações envolvendo Instrumentos Financeiros e Derivativos, exceto ao divulgado na nota 5.

12. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

Em 2009, refere-se principalmente ao lucro na alienação do título CETIP.

13. OUTRAS INFORMAÇÕES

As carteiras de fundos e clube de investimentos administrados pela Corretora, montam R$ 166.238 (2009 - R$ 193.862).

Banrisul
CORRETORA DE VALORES

Parecer dos Auditores Independentes

Aos Administradores e Acionistas da

Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio

Porto Alegre - RS

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avalilação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevante para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) apresentada como informação suplementar às demonstrações financeiras, para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2010. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 28 de janeiro de 2011.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011.609/O-8/F/RS

Deloitte.

Fernando Carrasco
Contador
CRC nº 1 SP 157.760/T/RS

Banrisul
CORRETORA DE VALORES

Parecer do Conselho Fiscal

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio, e no exercício das atribuições que nos confere o artigo 163, itens II e VII, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa, do Valor Adicionado, Notas Explicativas e demais demonstrativos, e o Parecer dos Auditores Independentes, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010. Com base em nossos exames e no parecer dos Auditores Independentes, sem ressalvas, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos acionistas.

Porto Alegre, 28 de janeiro de 2011.

Helio Julio Hiller
Presidente

Luciane da Silva Ribeiro
Raul Costi Simões
Conselheiros

GOVERNO DO ESTADO
DO RIO GRANDE DO SUL

Secretaria da Fazenda
Banco do Estado do Rio Grande do Sul

Diretoria

Jair Antonio Pauletto
Presidente

Luiz Edson da Motta
Diretor Administrativo

Helena Biasotto
Diretora de Administração
de Recursos de Terceiros

Conselho de Administração

Jair Antonio Pauletto
Presidente
Fernando Castro Martins
José Alfredo Duarte Filho
Nelson Egon Geiger
Sérgio Luís Bombassaro
Conselheiros

Onilda Maria Petró Dutra
Contadora CRC/RS - 063884/0-9

Rua Caldas Junior, Nº 108 - 4º andar - Telefone: 3215.2877 - Porto Alegre - RS - BRASIL
CNPJ 93.026.847/0001-26

Deloitte.

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. Carlos Gomes, 403
11° e 12° andares
90480-003 - Porto Alegre - RS
Brasil

Tel.: +55 (51) 3327-8800
Fax.: +55 (51) 3328-3031
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da
Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio
Porto Alegre - RS

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeira da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

A Deloitte refere-se a uma ou mais Deloitte Touche Tohmatsu, uma verein (associação) estabelecida na Suíça, e sua rede de firmas-membro, sendo cada uma delas uma entidade independente e legalmente separada. Acesse www.deloitte.com/about para a descrição detalhada da estrutura legal da Deloitte Touche Tohmatsu e de suas firmas-membro.

Membro da
Deloitte Touche Tohmatsu

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercícios findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) apresentadas como informação suplementar às demonstrações financeiras, para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2010. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 28 de janeiro de 2011.

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº. 2SP 011.609/O-8/F/RS

Fernando Carrasco
Contador
CRC nº. 1SP 157.760/T-1

Banrisul
CORRETORA DE VALORES

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio, e no exercício das atribuições que nos confere o artigo 163, itens II e VII, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa, do Valor Adicionado, Notas Explicativas e demais demonstrativos, e o Parecer dos Auditores Independentes, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010. Com base em nossos exames e no parecer dos Auditores Independentes, sem ressalvas, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos acionistas.

Porto Alegre, 28 de janeiro de 2011.

Helio Julio Hiller
Presidente

Luciane da Silva Ribeiro
Conselheira

Raul Costi Simões
Conselheiro

Banrisul
CORRETORA DE VALORES

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Na qualidade de membros do Conselho de Administração da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio, e no exercício das atribuições que nos confere o artigo 142, inciso V, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa, do Valor Adicionado, Notas Explicativas e demais demonstrativos, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010. Com base em nossos exames, e nos pareceres dos Auditores Independentes, sem ressalvas, e do Conselho Fiscal, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos Acionistas.

Porto Alegre, 28 de janeiro de 2011.

Jair Antônio Pauletto
Presidente

Conselheiros

Fernando Castro Martins

José Alfredo Duarte Filho

Nelson Egon Geiger

Sérgio Luis Bombassaro

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... : ONILDA MARIA PETRO DUTRA
REGISTRO..... : RS-063884/O-9
CATEGORIA..... : CONTADOR
CPF..... : 238.343.310-15

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 15.03.2011 as 11:23:23.
Válido até: 11.09.2011.
Código de Controle: 94412.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

Banrisul S.A.
Administradora de Consórcios

Banrisul
CONSÓRCIO

Relatório da Administração

Senhores Clientes:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter a sua apreciação o nosso Balanço Patrimonial encerrado em 31.12.2010, bem como as Notas Explicativas sobre as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes.

O Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., controlador da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, divulgou o seu balanço no Diário Oficial do Estado, na Zero Hora e no Valor Econômico, em 15.02.2011.

Agradecemos aos nossos consorciados, fornecedores e especialmente aos nossos colaboradores, que nos retribuíram a confiança e credibilidade, e permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

A DIRETORIA

Banrisul
CONSÓRCIO

Balanços Patrimoniais

Dezembro de 2010 e de 2009
(Valores em Milhares de Reais)

Ativo	31/12/2010	31/12/2009
Circulante	**134.345**	**124.973**
Disponibilidade	90	109
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 5)		
Certificados de depósitos bancários	122.451	119.236
Títulos e valores mobiliários (nota 6)		
Cotas de fundos de investimento	8.106	2.657
Recursos não procurados	508	-,-
Outros créditos - diversos (nota 7)	3.190	2.971
Realizável a Longo Prazo	**3.747**	**2.306**
Outros créditos - diversos (nota 7)	3.747	2.306
Permanente	**260**	**253**
Imobilizado de Uso		
Outras imobilizações de usos	93	70
Depreciações acumuladas	(20)	(4)
Intangível		
Ativos intangíveis	187	187
Total do Ativo	**138.352**	**127.532**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banrisul
CONSÓRCIO

Balanços Patrimoniais

Dezembro de 2010 e de 2009
(Valores em Milhares de Reais)

Passivo e Patrimônio Líquido	31/12/2010	31/12/2009
Circulante	**7.366**	**5.284**
Outras Obrigações		
Sociais e estatutárias	2.729	2.585
Fiscais e previdenciárias (nota 8)	3.316	1.909
Diversas	1.321	790
Patrimônio Líquido	**130.986**	**122.248**
Capital social (nota 10)	116.000	105.000
Reserva de lucros (nota 11)	14.986	17.248
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	**138.352**	**127.532**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banrisul
CONSÓRCIO

Demonstrações do Resultado

Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação, apresentados em reais

	Semestre 31/12/2010	Exercício 31/12/2010	Exercício 31/12/2009
Receitas da intermediação financeira			
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6.537	11.735	11.165
Resultado bruto da intermediação financeira	**6.537**	**11.735**	**11.165**
Outras receitas (despesas) operacionais	**2.730**	**5.517**	**5.236**
Receita de prestação de serviços	6.448	12.051	10.874
Outras despesas administrativas	(2.782)	(4.797)	(3.791)
Despesas tributárias	(991)	(1.868)	(1.687)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	55	131	(160)
Resultado operacional	**9.267**	**17.252**	**16.401**
Imposto de renda e contribuição social (nota 12)	(3.070)	(5.776)	(5.539)
Participações nos resultados	(16)	(16)	-,-
Lucro líquido do semestre/exercícios	**6.181**	**11.460**	**10.862**
Lucro líquido por ação do capital social em circulação no fim do semestre/exercícios - R$	**0,07**	**0,13**	**0,12**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banrisul
CONSÓRCIO

Demonstrações das Variações nas Disponibilidades de Grupos

	Valores em milhares de reais		
	Semestre 31/12/2010	Exercício 31/12/2010	Exercício 31/12/2009
Disponibilidades no início do período	**57.373**	**47.990**	**37.185**
(+) Recursos coletados	**59.782**	**111.100**	**96.040**
Contribuições para aquisições de bens	46.515	87.705	76.358
Taxa de administração	6.298	11.831	10.588
Contribuição ao fundo de reserva	1.292	2.418	2.086
Renda de aplicação financeira	2.622	4.415	3.348
Prêmios de seguros	1.290	2.533	2.177
Outros	1.765	2.198	1.483
(-) Recursos utilizados	**51.952**	**93.887**	**85.235**
Aquisição de bens	41.610	74.884	68.706
Taxa de administração	6.447	12.050	10.843
Prêmio de seguros	1.291	2.545	2.204
Outros	2.604	4.408	3.482
Disponibilidades no final do período	**65.203**	**65.203**	**47.990**
Depósitos Bancários	122	122	185
Aplicações financeiras	65.081	65.081	47.805

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Em Milhares de Reais

	Capital Social	Reserva de Lucros – Reserva Legal	Reserva de Lucros – Reserva estatutária	Reserva de Lucros – Reserva especial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1° de janeiro de 2009	80.000	2.226	2.226	29.514	-,-	113.966
Aumento de capital (nota 10)	25.000	-,-	-,-	(25.000)	-,-	-,-
Lucro líquido do exercício	-,-	-,-	-,-	-,-	10.862	10.862
Destinação do lucro:						
Constituição de reservas (Nota 11)	-,-	543	543	7.196	(8.282)	-,-
Dividendos propostos (R$ 0,03 por ação em circulação)	-,-	-,-	-,-	-,-	(2.580)	(2.580)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	105.000	2.769	2.769	11.710	-,-	122.248
Aumento de capital (Nota 10)	11.000	-,-	-,-	(11.000)	-,-	-,-
Lucro líquido do exercício	-,-	-,-	-,-	-,-	11.460	11.460
Destinação do lucro						
Constituição de reservas (nota 11)	-,-	573	573	7.590	(8.736)	-,-
Dividendos propostos (R$ 0,01 por ação em circulação)	-,-	-,-	-,-	-,-	(2.724)	(2.724)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	116.000	3.342	3.342	8.300	-,-	130.986
Saldos em 01 de julho de 2010	116.000	3.033	3.033	4.207	-,-	126.273
Lucro líquido do semestre	-,-	-,-	-,-	-,-	6.181	6.181
Destinação do lucro						
Constituição de reservas (nota 11)	-,-	309	309	4.093	(4.713)	-,-
Dividendos propostos (R$0,02 por ação em circulação)	-,-	-,-	-,-	-,-	(1.468)	(1.468)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	116.000	3.342	3.342	8.300	-,-	130.986

Banrisul
CONSÓRCIO

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Valores em milhares de reais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2010 (Método indireto)

	Semestre 31/12/2010	Exercício 31/12/2010	Exercício 31/12/2009
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do período	6.181	11.460	10.862
Ajustes ao lucro líquido			
Provisão para contingências	22	42	30
Créditos tributários	(7)	(14)	(10)
Perdas em investimentos	-,-	-,-	247
Depreciação	8	16	4
VARIAÇÕES DE ATIVOS E OBRIGAÇÕES			
(Aumento) redução em títulos e valores mobiliários	(7.900)	(5.957)	3.558
(Aumento) redução em outros créditos	1.281	(1.660)	778
(Redução) aumento em outras obrigações	(701)	1.910	(13)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**(1.116)**	**5.797**	**15.456**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Adição em imobilização	(17)	(23)	(70)
Aumento do intangível	-,-	-,-	(22)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**(17)**	**(23)**	**(92)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento de dividendos	(3)	(2.578)	(2.565)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**(3)**	**(2.578)**	**(2.565)**
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(1.136)**	**3.196**	**12.799**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	**123.677**	**119.345**	**106.546**
Disponibilidades	99	109	279
Aplicações interfinanceiras de liquidez	123.578	119.236	106.267
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO	**122.541**	**122.541**	**119.345**
Disponibilidades	90	90	109
Aplicações interfinanceiras de liquidez	122.451	122.451	119.236

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banrisul
CONSÓRCIO

Demonstrações do Valor Adicionado

Valores em milhares de reais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2010

	Semestre 31/12/2010	Exercício 31/12/2010	Exercício 31/12/2009
RECEITAS	**13.116**	**23.993**	**21.879**
Prestação de Serviços	6.448	12.051	10.874
Intermediação financeira	6.537	11.735	11.165
Outras receitas/despesas operacionais	131	207	(160)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**(2.652)**	**(4.428)**	**(3.311)**
Materiais, energia e outros	(1.032)	(1.287)	(561)
Serviços de terceiros	(1.620)	(3.141)	(2.750)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO A DISTRIBUIR	**10.462**	**19.565**	**18.568**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**10.462**	**19.565**	**18.568**
Pessoal	**222**	**461**	**480**
Remuneração direta	210	434	451
Fundo de garantia por tempo de serviço	12	27	29
Impostos, taxas e contribuições	**4.061**	**7.644**	**7.226**
Federais	3.716	6.999	6.650
Municipais	345	645	576
Remuneração de capitais próprios	**6.179**	**11.460**	**10.862**
Dividendos	1.468	2.722	2.580
Lucros retidos	4.713	8.738	8.282

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banrisul
CONSÓRCIO

Demonstrações Consolidadas dos Recursos de Consórcios

Dezembro de 2010 e de 2009
(Valores em Milhares de Reais)

Ativo	31/12/2010	31/12/2009
CIRCULANTE	**148.720**	**114.440**
Disponibilidades	122	185
Aplicações interfinanceiras de liquidez	65.081	47.805
Disponibilidade do grupo	7.746	6.157
Vinculadas a contemplações	56.949	41.340
Recursos grupos em formação	386	308
Outros créditos	83.517	66.450
Bens apreendidos ou retomados	94	47
Direitos junto a consorciados contemplados (nota 14)	83.423	66.403
COMPENSAÇÃO	**691.193**	**554.231**
Consórcio		
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	6.694	5.560
Contribuições devidas ao grupo	352.317	282.236
Valores e bens ou serviços a contemplar	332.182	266.435
TOTAL DO ATIVO	**839.913**	**668.671**

Passivo	31/12/2010	31/12/2009
CIRCULANTE	**148.720**	**114.440**
Outras obrigações	148.720	114.440
Obrigações com consorciados	71.036	56.379
Grupos em formação	386	308
Valores a repassar	454	225
Contemplações a entregar	56.949	41.340
Recursos a devolver a consorciados	12.303	10.021
Recursos dos grupos	7.592	6.167
COMPENSAÇÃO	**691.193**	**554.231**
Consórcio		
Receitas mensais a receber de consorciados	6.694	5.560
Obrigações do grupo por contribuições	352.317	282.236
Bens ou serviços a contemplar	332.182	266.435
TOTAL DO PASSIVO	**839.913**	**668.671**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banrisul
CONSÓRCIO

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Em milhares de reais, exceto dividendos por ação na nota nº 11)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Banrisul S.A. Administradora de Consórcios (Administradora), tem por objeto a constituição e administração de grupos de consórcios destinados à aquisição de bens móveis e imóveis, conforme definido na legislação em vigor, sendo o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. seu principal parceiro na comercialização de seus produtos.
Em 14 de outubro de 2010 foi protocolada a oferta pública de compra das ações que se encontravam em poder dos acionistas minoritários detentores de ações ordinárias em circulação no mercado pelo acionista controlador, o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., e em 17 de dezembro de 2010, a comissão de Valores Mobiliários - CVM, aprovou o cancelamento do registro de companhia aberta.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nas disposições da Lei das Sociedades por Ações e legislação complementar com observância das normas e instruções emanadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN específicas para administradoras de consórcios e estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DA ADMINISTRADORA E GRUPOS DE CONSÓRCIOS

(a) Da administradora

(i) Caixa e equivalente de caixa

Compreendem na composição da demonstração dos fluxos de caixa, os saldos de disponibilidades e aplicações financeiras de liquidez. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento do exercício, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

(ii) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068 de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, a critério da administração em três categorias a saber: títulos para negociação – avaliados a valor de mercado em contrapartida do resultado do período; títulos disponíveis para venda – atualizados com base nas condições intrínsecas em contrapartida ao resultado do período e ajustados ao valor de mercado em contrapartida do patrimônio líquido; e títulos mantidos até o vencimento – atualizados com base nas condições intrínsecas, em contrapartida do resultado do período.
As aplicações com liquidez imediata são consideradas como equivalentes de caixa.

(iii) Ativos circulantes e realizável a longo prazo

São demonstrados aos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos em base "pro rata die", ajustado aos valores de mercado ou de realização, quando inferiores.

(iv) Passivo circulante
Demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos, até a data do balanço.

(v) Provisão para contingências
A administração revisa os processos e autuações envolvendo a administradora e avalia as possibilidades de eventuais perdas com as mesmas, ajustando a provisão para contingências, conforme requerido pelas práticas contábeis.

(vi) Imposto de renda e contribuição social
As provisões para imposto de renda e contribuição social são constituídas, com base na apuração do lucro real, sobre bases tributáveis e às alíquotas de acordo com a legislação fiscal vigente.
O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados sobre as adições temporárias e registrados na rubrica Outros créditos, em contrapartida do resultado do período.

(vii) Resultado das operações
A taxa de administração devida pelos consorciados nas contribuições mensais, em antecipações espontâneas das parcelas ou lances dos grupos de consórcio, é contabilizada como receita na data de seu efetivo recebimento. As demais receitas e despesas são contabilizadas pelo regime contábil de competência.

(b) Dos grupos de consórcio
Ativos e passivos circulantes, que incluem valores a vencer acima de 360 dias, estão representados principalmente pelas seguintes contas:

(i) Aplicações interfinanceiras de liquidez
Representam os recursos disponíveis relativos a valores vinculados a contemplações e outros créditos ainda não utilizados pelos grupos de consórcio, os quais são mantidos em conta vinculada para aplicação diária segundo determinações do Banco Central. Esses recursos estão aplicados em Fundo de Investimento de Renda Fixa e seus rendimentos líquidos são incorporados diariamente ao fundo comum e ao fundo de reserva de cada grupo, por meio de um rateio diário proporcional à participação de cada grupo no total das receitas, não incidindo sobre estes, a taxa de administração.

(ii) Direitos junto a consorciados contemplados
Referem-se ao registro dos valores a receber a título de fundo comum e de fundo de reserva dos consorciados já contemplados, atualizados de acordo com o preço dos respectivos bens nas datas dos balanços.

(iii) Previsão mensal de recursos a receber de consorciados e receitas mensais a receber de consorciados
Demonstram a previsão de recebimentos de contribuições (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados para o mês seguinte ao do encerramento das demonstrações financeiras, inclusive de consorciados em atraso, deduzidos de taxa de administração e de prêmio de seguro. O montante foi calculado com base no valor do bem vigente nas datas dos balanços, conforme determinação do Banco Central do Brasil.

(iv) Contribuições devidas ao grupo e obrigações do grupo por contribuições
Referem-se às contribuições (fundo comum e fundo de reserva) devidas pelos consorciados ativos até o final dos grupos, calculados com base no valor do bem vigente nas datas dos balanços.

(v) Valores e bens ou serviços a contemplar e bens ou serviços a contemplar
Correspondem ao valor dos bens a serem contemplados em assembléias futuras, calculado com base no preço dos bens nas datas dos balanços.

(vi) Obrigações com consorciados
Referem-se aos valores recebidos dos consorciados não contemplados a título de fundo comum, para a aquisição de bens ou serviços, os quais são atualizados com base no preço dos bens nas datas dos balanços.

(vii) Valores a repassar
Registra os valores recebidos dos consorciados e ainda não repassados pelos grupos relativos à taxa de administração, prêmios de seguro, multas e juros moratórios, custas judiciais, despesas de registro de contratos de garantia, multa rescisória e outros.

(viii) Obrigações por contemplações a entregar
Registra os créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembléias, acrescido da respectiva remuneração.

(ix) Recursos a devolver a consorciados
Registra o valor dos recursos a serem devolvidos aos consorciados ativos pelos excessos de amortizações e aos consorciados desistentes ou excluídos, pelo valor das contribuições, deduzidos de multas, quando aplicável.

(x) Recursos dos grupos
Registra os recursos dos grupos a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento dos grupos.

4. RESUMO DAS OPERAÇÕES DE CONSÓRCIOS

As operações de consórcio apresentam a seguinte posição em:

	Quantidade	
	31/12/2010	31/12/2009
Grupos administrados	122	108
Consorciados ativos	23.382	20.189
Bens entregues	13.261	9.697
Bens pendentes de entrega	2.602	2.156
Desistentes/excluídos	9.365	8.254
Assembléias a realizar	4.826	4.425

A taxa de inadimplência é de 4,60% (31/12/2009 - 5,96%), em virtude da existência de parcelas em atraso.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Administradora)

Refere-se à aplicação, conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, em Certificados de Depósitos Bancários – CDB com rendimento diário de 100% do CDI efetuada junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. e com vencimento em 339 dias.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (Administradora)

Referem-se à aplicação no Master Fundo de Investimento Referenciado DI de Longo Prazo, administrado pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. que tem por objetivo proporcionar rentabilidade atrelada à variação do CDI. Esta aplicação encontra-se classificada como disponível para venda e seu valor na data-base está ajustado pelo seu valor patrimonial, que corresponde ao seu valor de mercado.
Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 a Companhia não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

7. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS (Administradora)

	Em milhares de reais	
	31/12/2010	31/12/2009
Circulante		
Devedores diversos	1.583	1.326
Imposto de renda a compensar	-,-	1.005
Outros	1.607	640
	3.190	**2.971**
Realizável a longo prazo		
Depósitos vinculados a processos judiciais	3.255	1.829
Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social	492	477
	3.747	**2.306**

Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social referem-se a imposto de renda e contribuição social diferidas sobre diferenças temporárias, oriundas da provisão para riscos fiscais.

A expectativa de realização desses créditos é em 2019 e o valor presente, calculado com base nesta expectativa e pelo custo de captação, é de R$ 456.

Os depósitos vinculados a processos judiciais referem-se principalmente aos processos de ISSQN divulgados na nota 8 e 9.

8. OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS (Administradora)

	Em milhares de reais	
	31/12/2010	31/12/2009
Imposto e contribuições a pagar	1.666	342
Provisão para riscos fiscais (a)	1.446	1.404
Outras	204	163
Total	**3.316**	**1.909**

(a) Refere-se a um processo fiscal pelo não recolhimento de ISSQN no período de setembro de 1994 e dezembro de 1995, no município de Porto Alegre, que a Administração discute judicialmente. O montante provisionado para este passivo contingente é considerado suficiente pela administração para fazer face a eventuais perdas decorrentes do encerramento desses processos, baseado na opinião de seus advogados.

9. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS (Administradora)

A Banrisul Consórcios, possui contingências tributárias decorrentes de processos judiciais e autos de infração, cuja perda foi avaliada pela administração como possível, no valor de R$ 10.883 mil para as quais, de acordo com as práticas contábeis, não foi constituída provisão. Estes processos referem-se, principalmente, a questionamentos sobre o ISS sobre receitas de serviços de outros municípios que não de seu domínio fiscal.
Não existem contingências sobre os grupos de consórcios.

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Administradora)

Capital social - É composto por 89.500.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, datada de 30 de abril de 2010, foi deliberado o aumento do capital social autorizado para R$ 150.000. Nesta mesma Assembléia foi deliberada a integralização de capital social no valor de R$ 11.000 (R$ 25.000 em 15 de abril de 2009), com a utilização de recursos do saldo da Reserva Especial.

11. DESTINAÇÃO DE RESULTADOS (Administradora)

Conforme disposição estatutária, do lucro líquido serão destinados 5% para reserva legal e até 5% para constituição de um fundo de reserva destinado para futuro aumento de capital.
Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da Legislação Societária e do Estatuto Social.

Os lucros remanescentes, conforme disposições estatutárias, são retidos e terão o destino que for deliberado pela Assembléia Geral que aprovar as demonstrações financeiras.

Os dividendos provisionados em 31 de dezembro podem ser demonstrados como segue:

	Em milhares de reais	
	31/12/2010	31/12/2009
Lucro líquido do exercício	11.460	10.862
Reserva legal	(573)	(543)
Base de cálculo dos dividendos	**10.887**	**10.319**
Dividendos propostos (25%)	2.724	2.580
Dividendos por ações em circulação R$	0,03	0,03

12. IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA - IRPJ E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL (Administradora)

Conciliação do resultado de Imposto de Renda e Contribuição Social:

	Em milhares de reais	
	31/12/2010	31/12/2009
Resultado do exercício antes da tributação sobre o lucro	17.252	16.401
Imposto de Renda - 25%	(4.313)	(4.100)
Contribuição Social - 9%	(1.553)	(1.476)
Outros	90	37
IRPJ e CSL registrados no resultado	**(5.776)**	**(5.539)**

13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (Administradora)

a) As transações com partes relacionadas compreendem, basicamente, depósitos e aplicações financeiras no Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., podendo ser assim demonstradas:

	Em milhares de reais			
	2010		2009	
	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)
Disponibilidades	90		108	
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)	122.451	11.735	119.236	11.165
Outros créditos	1.829		1.831	
Outras obrigações - Sociais e estatutárias - Dividendos	(2.569)		(2.556)	
Despesas com serviços do sistema financeiro		(2.481)		(2.164)

a) Aplicações efetuadas com taxas equivalentes a 100% da variação do CDI.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração - Anualmente na Assembléia Geral Ordinária é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores, do Conselho de Administração e Conselho Fiscal conforme determina o Estatuto Social.

Em 2010, foi determinado o valor máximo de R$ 423 (R$ 409 em 2009) para remuneração dos Administradores (proventos e gratificações), totalmente distribuído.

c) Os Administradores da Consórcios possuem, ao todo, 3 cotas de consórcios de nossa administração, com taxas de administração que variam de 6 a 15,7%. Os Administradores do Banrisul, controlador, possuem uma cota, com taxa de 10%.

14. DIREITOS JUNTO A CONSORCIADOS CONTEMPLADOS (Grupos de Consórcios)

Direitos junto a consorciados estão assim representados:

	Em milhares de reais	
	31/12/2010	31/12/2009
Curso normal	82.802	65.873
Em atraso	255	206
Em cobrança judicial	366	324
Total	**83.423**	**66.403**

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS (Administradora)

O principal risco que a Administradora possui relacionado aos seus instrumentos financeiros é o risco de crédito, devido a possibilidade de ocorrência de perdas para a Administradora, associadas ao não cumprimento pela contraparte em operações financeiras, de suas obrigações nos termos pactuados, preponderantemente as operações dos grupos de consórcios, sob sua administração.

A Administradora, através do seu controlador, efetua o gerenciamento do risco por meio de modelos estatísticos, monitorando o comportamento dos grupos de consórcio, a concentração em clientes e o nível de inadimplência.

16. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A diretoria da Banrisul Consórcios autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras em 03.02. 2011, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeito sobre estas demonstrações financeiras.

Banrisul
CONSÓRCIO

Parecer do Conselho Fiscal

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul S/A Administradora de Consórcios, e no exercício da atribuições que nos confere o artigo 163, itens II e VII, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Semestre, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa, do Valor Adicionado, Notas Explicativas e demais Demonstrativos, e o Parecer dos Auditores independentes, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro 2010. Com base em nossos exames e no Parecer dos Auditores Independentes, sem ressalvas, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos Acionistas.

Porto Alegre, 03 de fevereiro de 2011.

Telmo José Lopes de Souza
Presidente

Paulo Henrique Modena Hiller
Americano Lopes Neto
Conselheiros

Banrisul
CONSÓRCIO

Parecer dos Auditores Independentes

Aos Administradores e Acionistas da
Banrisul S.A. Administradora de Consórcios
Porto Alegre - RS

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios ("Administradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, bem como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações consolidadas das variações nas disponibilidades de grupos de consórcios para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras - A Administração da Administradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeira da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, bem como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações consolidadas das variações nas disponibilidades de grupos de consórcios para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Demonstração do valor adicionado - Examinamos, também a demonstração do valor adicionado (DVA) para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2010. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 28 de janeiro de 2011.

Deloitte.

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CRC nº. 2 SP 011.609/O-8/F/RS
Fernando Carrasco
Contador
CRC nº. 1 SP 157.760/T-1

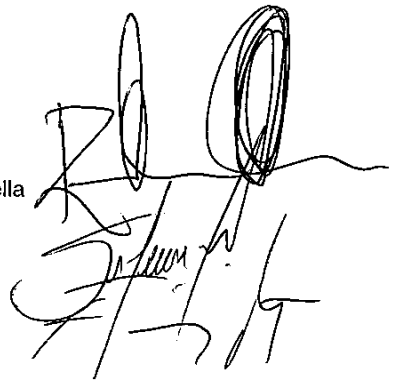
GOVERNO DO ESTADO
DO RIO GRANDE DO SUL

Secretaria da Fazenda
Banco do Estado do Rio Grande do Sul

Diretoria

Rômulo Carvalho Venturella
Diretor Presidente

Evaldo Santos Silveira
Fernando Postal
Diretores



Conselho de Administração

Urbano Schmitt
Vice-Presidente

Carlos Tadeu Agrifoglio Vianna
Airton Santos Vargas
Conselheiros

Luiz Carlos Morlin
Contador CRCRS 51.124
CPF:282889980-20

27

Banrisul
CONSÓRCIO

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Na qualidade de membros do Conselho de Administração da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios e em conformidade com as atribuições que nos confere o artigo 142, V, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultado do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxos de Caixa, Valor Agregado, demais demonstrativos e Notas Explicativas, documentos esses relativos ao balanço patrimonial do exercício social findo em 31 de dezembro de 2010. Com base nesses exames, em nossos procedimentos periodicamente adotados e nos pareceres dos Auditores Independentes, sem ressalvas, e do Conselho Fiscal, somos de opinião que as mencionadas peças merecem a aprovação dos acionistas.

Porto Alegre, 03 de fevereiro de 2011.

Urbano Schmitt
Vice-Presidente

Airton Santos Vargas
Conselheiro

Carlos Tadeu Agrifoglio Vianna
Conselheiro

Banrisul
CONSÓRCIO

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, e no exercício das atribuições que nos confere o artigo 163, itens II e VII, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxos de Caixa, Valor Adicionado, Notas Explicativas e demais demonstrativos, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010. Com base em nossos exames e no Parecer dos Auditores Independentes, sem ressalvas, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos acionistas.

Porto Alegre, 03 de fevereiro de 2011.

Telmo José Lopes de Souza
Presidente

Americano Lopes Neto
Conselheiro

Paulo Henrique Modena Hiller
Conselheiro

Deloitte.

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. Carlos Gomes, 403
11° e 12° andares
90480-003 - Porto Alegre - RS
Brasil

Tel.: +55 (51) 3327-8800
Fax.: +55 (51) 3328-3031
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da
Banrisul Administradora de Consórcios S.A.
Porto Alegre - RS

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Banrisul Administradora de Consórcios S.A. ("Administradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, bem como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações consolidadas das variações nas disponibilidades de grupos de consórcios para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A Administração da Administradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeira da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais Deloitte Touche Tohmatsu, uma verein (associação) estabelecida na Suíça, e sua rede de firmas-membro, sendo cada uma delas uma entidade independente e legalmente separada. Acesse www.deloitte.com/about para a descrição detalhada da estrutura legal da Deloitte Touche Tohmatsu e de suas firmas-membro.

Membro da
Deloitte Touche Tohmatsu

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Banrisul Administradora de Consórcios S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, bem como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações consolidadas das variações nas disponibilidades de grupos de consórcios para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também a demonstração do valor adicionado (DVA) para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2010. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 3 de fevereiro de 2011.

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº. 2SP 011.609/O-8/F/RS

Fernando Carrasco
Contador
CRC nº. 1SP 157.760/T-1

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... : LUIZ CARLOS MORLIN
REGISTRO..... : RS-051124/O-0
CATEGORIA..... : CONTADOR
CPF..... : 282.889.980-20

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 16.03.2011 as 07:59:15.
Válido até: 12.09.2011.
Código de Controle: 94463.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

CAIXA ESTADUAL S.A.
Agência de Fomento/RS

CAIXA ESTADUAL S.A. - AGÊNCIA DE FOMENTO/RS
CNPJ 02.885.855/0001-72

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	EXERCÍCIO DE 2010	EXERCÍCIO DE 2009
CIRCULANTE	**805.881**	**681.003**
DISPONIBILIDADES	**296**	**2.824**
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (nota 4)	**490.287**	**430.775**
Carteira Própria	490.287	430.775
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (nota 5)	**311.204**	**239.239**
Operações de Crédito	329.788	261.557
Setor Público	30.709	47.246
Setor Privado	299.079	214.311
Provisão p/Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	(18.584)	(22.318)
OUTROS CRÉDITOS	**3.879**	**7.943**
Rendas a Receber (nota 6)	767	833
Diversos	**3.112**	**7.110**
Adiantamento e Antecipações Salariais	220	237
Adiantamento p/Pagamento Nossa Conta	1	1
Pagamentos a Ressarcir (nota 7)	371	262
Devedores Diversos no País (nota 8)	2.520	6.610
OUTROS VALORES E BENS	**215**	**222**
Outros Valores e Bens	215	222
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**1.182.062**	**878.280**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (nota 5)	**1.181.479**	**877.472**
Operações de Crédito	1.221.782	925.252
Setor Público	60.839	61.076
Setor Privado	1.160.943	864.176
Provisão p/Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	(40.303)	(47.780)
OUTROS CRÉDITOS	**583**	**808**
Rendas a Receber (nota 6)	58	170
Diversos	**525**	**638**
Devedores por Depósitos em Garantia	219	201
Devedores Diversos no País (nota 8)	306	437
PERMANENTE (nota 9)	**4.651**	**5.262**
INVESTIMENTOS	**123**	**25**
Ações e Cotas	125	25
Provisão p/Perdas em Ações e Cotas	(2)	0
IMOBILIZADO DE USO	**4.114**	**4.189**
Outras Imobilizações de Uso	7.403	6.776
Depreciação Acumulada	(3.289)	(2.587)
INTANGÍVEL	**414**	**1.048**
Outros Ativos Intangíveis	4.070	4.070
Amortização Acumulada de Outros Ativos Intangíveis	(3.656)	(3.022)
TOTAL DO ATIVO	**1.992.594**	**1.564.545**

CAIXA ESTADUAL S.A. - AGÊNCIA DE FOMENTO/RS
CNPJ 02.885.855/0001-72

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO	EXERCÍCIO DE 2010	EXERCÍCIO DE 2009
CIRCULANTE	**333.710**	**309.117**
OBRIGAÇÕES POR REPASSES NO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (nota 10)	**248.074**	**202.574**
BNDES	209.574	160.369
CEF	714	1.073
FINAME	37.786	41.132
OUTRAS OBRIGAÇÕES	**85.636**	**106.543**
Cobrança e Arrecadação Tributos e Assemelhados	0	29
Sociais e Estatutárias (nota 11)	12.106	22.597
Fiscais e Previdenciárias (nota 12)	7.601	7.991
Diversas	**65.929**	**75.926**
Despesas de Pessoal	2.211	2.095
Outros Pagamentos	435	4.810
Credores Diversos (nota 13)	63.283	69.021
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	**1.156.146**	**823.748**
OBRIGAÇÕES POR REPASSES NO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (nota 10)	**1.150.100**	**817.622**
BNDES	1.069.595	727.064
CEF	20.808	19.022
FINAME	59.697	71.536
OUTRAS OBRIGAÇÕES	**6.046**	**6.126**
Diversas	**6.046**	**6.126**
Provisão p/Passivos Contingentes (nota 16c)	1.155	806
Credores Diversos (nota 13)	4.891	5.320
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 15)	**502.738**	**431.680**
Capital	**408.189**	**383.573**
Ações Ordinárias no País	408.189	383.573
Reservas de Lucros	94.549	48.107
TOTAL DO PASSIVO	**1.992.594**	**1.564.545**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Porto Alegre, 26 de janeiro de 2011.

Carlos Rodolfo Brandão Hartmann
Diretor-Presidente

Pery Francisco Sperotto Coelho
Diretor Vice-Presidente

Joni Jorge Kaercher
Diretor Financeiro
Responsável pela Área Contábil

Rogério Augusto de Walau
Diretor de Operações

Edemar Morel Tutikian
Diretor de Desenvolvimento e Marketing

Emani José Althaus
Diretor Administrativo e de Tecnologia da Informação

Rosane Nunes
Contadora
CRC/RS: 48702/O-3
CPF: 334369670/68

CAIXA ESTADUAL S.A. - AGÊNCIA DE FOMENTO/RS
CNPJ 02.885.855/0001-72

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 E SEGUNDO SEMESTRE DE 2010
(Valores expressos em milhares de reais)

DISCRIMINAÇÃO		2º SEMESTRE DE 2010	EXERCÍCIO DE 2010	EXERCÍCIO DE 2009
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA (2+3)	(1)	**95.577**	**192.297**	**160.399**
Operações de Crédito	(2)	68.787	145.357	121.479
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	(3)	26.790	46.940	38.920
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA (5+6)	(4)	**(38.547)**	**(66.657)**	**(67.788)**
Operações de Empréstimos e Repasses	(5)	(37.563)	(71.962)	(52.244)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (nota 5e)	(6)	(984)	5.305	(15.544)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA (1-4)	(7)	**57.030**	**125.640**	**92.611**
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS (9 a 15)	(8)	**(21.827)**	**(40.469)**	**(39.354)**
Receitas da Prestação de Serviços	(9)	2.096	4.575	2.229
Rendas de Tarifas Bancárias	(10)	1.392	2.620	1.536
Despesas de Pessoal	(11)	(14.288)	(25.248)	(21.939)
Outras Despesas Administrativas (nota 20a)	(12)	(5.200)	(11.376)	(11.348)
Despesas Tributárias	(13)	(2.759)	(5.308)	(4.676)
Outras Receitas Operacionais (nota 20b)	(14)	665	931	1.344
Outras Despesas Operacionais (nota 20c)	(15)	(3.733)	(6.663)	(6.500)
RESULTADO OPERACIONAL..(7+8)	(16)	**35.203**	**85.171**	**53.257**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(17)	4	4	0
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ O LUCRO E PARTICIPAÇÕES (16+17)	(18)	**35.207**	**85.175**	**53.257**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (notas 3g e 20d) (20+21)	(19)	**(6.384)**	**(11.067)**	**(11.102)**
Provisão para Imposto de Renda	(20)	(4.635)	(8.065)	(8.114)
Provisão para Contribuição Social	(21)	(1.749)	(3.002)	(2.988)
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO	(22)	**(1.784)**	**(1.784)**	**(1.170)**
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO (18-19-22)	(23)	**27.039**	**72.324**	**40.985**
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	(24)	**(13.047)**	**(25.882)**	**(22.000)**
Nº de Ações (em milhares)	(25)	**408.189**	**408.189**	**383.573**
Lucro por Ação - R$	(26)	**0,0343**	**0,1138**	**0,0495**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Porto Alegre, 26 de janeiro de 2011.

Carlos Rodolfo Brandão Hartmann
Diretor-Presidente

Pery Francisco Sperotto Coelho
Diretor Vice-Presidente

Joni Jorge Kaercher
Diretor Financeiro
Responsável pela Área Contábil

Rogério Augusto de Wallau
Diretor de Operações

Edemar Morel Tutikian
Diretor de Desenvolvimento e Marketing

Emani José Arnaus
Diretor Administrativo e de Tecnologia da Informação

Rosane Nunes
Contadora
CRC/RS: 48702/O-3
CPF: 334369670/68

CAIXA ESTADUAL S.A. - AGÊNCIA DE FOMENTO/RS
CNPJ 02.885.855/0001-72

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 E SEGUNDO SEMESTRE DE 2010
(Valores expressos em milhares de reais)

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE LUCROS		LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
		LEGAL	RESERVAS ESPECIAIS - OUTRAS		
SALDOS EM 01/01/2009	363.313	7.974	21.148	0	392.435
1 - AUMENTO DE CAPITAL					
. Subscrição de Novas Ações	20.260				20.260
2 - LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO				40.985	40.985
3 - DESTINAÇÕES					
. Reservas		2.049	16.936	(18.985)	
. Juros sobre o Capital Próprio				(22.000)	(22.000)
SALDOS EM 31/12/2009	383.573	10.023	38.084	0	431.680
MUTAÇÕES DO PERÍODO	20.260	2.049	16.936	0	39.245
SALDOS EM 01/01/2010	383.573	10.023	38.084	0	431.680
1 - AUMENTO DE CAPITAL					
. Subscrição de Novas Ações	24.616				24.616
2 - LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO				72.324	72.324
3 - DESTINAÇÕES					
. Reservas		3.616	42.826	(46.442)	
. Juros sobre o Capital Próprio				(25.882)	(25.882)
SALDOS EM 31/12/2010	408.189	13.639	80.910	0	502.738
MUTAÇÕES DO PERÍODO	24.616	3.616	42.826	0	71.058
SALDOS EM 01/07/2010	388.573	10.023	38.084	32.450	469.130
1 - AUMENTO DE CAPITAL					
. Subscrição de Novas Ações	19.616				19.616
2 - LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE				27.039	27.039
3 - DESTINAÇÕES					
. Reservas		3.616	42.826	(46.442)	
. Juros sobre o Capital Próprio				(13.047)	(13.047)
SALDOS EM 31/12/2010	408.189	13.639	80.910	0	502.738
MUTAÇÕES DO PERÍODO	19.616	3.616	42.826	(32.450)	33.608

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Porto Alegre, 26 de janeiro de 2011.

Carlos Rodolfo Brandão Hartmann
Diretor-Presidente

Pery Francisco Sperotto Coelho
Diretor Vice-Presidente

Rogério Augusto de Wallau
Diretor de Operações

Joni Jorge Kaercher
Diretor Financeiro
Responsável pela Área Contábil

Edemar Morel Tutikian
Diretor de Desenvolvimento e Marketing

Ernani José Althaus
Diretor Administrativo e de Tecnologia da Informação

Rosane Nunes
Contadora
CRC/RS: 48702/O-3
CPF: 334369670/68

CAIXA ESTADUAL S.A. - AGÊNCIA DE FOMENTO/RS
CNPJ 02.885.855/0001-72
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Método Indireto)
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 E SEGUNDO SEMESTRE DE 2010

(EM R$ MIL)

DISCRIMINAÇÃO		2º SEMESTRE DE 2010	EXERCÍCIO DE 2010	EXERCÍCIO DE 2009
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro Líquido do Período	(1)	**27.039**	**72.324**	**40.985**
Ajustes do Lucro Líquido do Período (3+4+5+6)	(2)	**1.705**	**(3.601)**	**17.607**
Provisão/(Reversão) para Créditos de Liquidação Duvidosa	(3)	984	(5.305)	15.544
Provisão/(Reversão) por Desvalorização Títulos Livres	(4)	(33)	(48)	(255)
Outras provisões	(5)	149	416	982
Depreciação e Amortização	(6)	605	1.336	1.336
Lucro Líquido Ajustado (1+2)	(7)	**28.744**	**68.723**	**58.592**
Variações nos Ativos e Obrigações (09+10+11+12+13+14)	(8)	**(53.535)**	**(90.385)**	**(49.990)**
(Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários	(9)	(4.925)	(69.706)	(61.549)
(Aumento) em Operações de Crédito	(10)	(160.599)	(370.667)	(268.068)
Redução em Outros Créditos	(11)	6.999	4.289	16.051
(Aumento)/Redução em Outros Valores e Bens	(12)	(7)	7	14
(Redução) em Outras Obrigações*	(13)	(39.871)	(32.285)	(10.351)
Aumento em Obrigações por Empréstimos e Repasses	(14)	144.868	377.977	273.913
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades Operacionais (7+8)	(15)	**(24.791)**	**(21.662)**	**8.602**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Aquisição do Imobilizado de Uso	(16)	(263)	(724)	(3.227)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimentos (16)	(17)	**(263)**	**(724)**	**(3.227)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Aumento de Capital por Subscrição de ações	(18)	19.616	24.616	20.260
Juros sobre o Capital Próprio pagos no período	(19)	(15.000)	(15.000)	(19.000)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamentos (18+19)	(20)	**4.616**	**9.616**	**1.260**
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (15+17+20)	(21)	**(20.438)**	**(12.770)**	**6.635**
MODIFICAÇÕES NA POSIÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (nota 4c)				
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	(22)	**25.687**	**18.019**	**11.384**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	(23)	**5.249**	**5.249**	**18.019**
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa (23-22)	(24)	**(20.438)**	**(12.770)**	**6.635**

* Desconsiderado o efeito da provisão dos juros sobre o capital próprio não pagos no período (R$ 3.000 mil em 2009, R$ 10.882 mil em 2010 e R$ R$ 13.047 mil no 2º semestre).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Porto Alegre, 26 de janeiro de 2011.

Carlos Rodolfo Brandão Hartmann
Diretor Presidente

Pery Francisco Sperotto Coelho
Diretor Vice-Presidente

Joni Jorge Kaercher
Diretor Financeiro

Rogério Augusto de Wallau
Diretor de Operações

Edemar Morel Tutikian
Diretor de Desenvolvimento e Marketing

Emani José Althaus
Diretor Administrativo e de Tecnologia da Informação

Rosane Nunes
Contadora
CRC/RS: 48702/O-3
CPF: 334369670/68

CAIXA ESTADUAL S.A. - AGÊNCIA DE FOMENTO/RS
CNPJ 02.885.855/0001-72

DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES ADICIONADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 E DO SEGUNDO SEMESTRE DE 2010
(Valores expressos em milhares de reais)

APURAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		2º SEMESTRE DE 2010	EXERCÍCIO DE 2010	EXERCÍCIO DE 2009
RECEITAS (2+3+4+5)	(1)	**98.750**	**205.732**	**149.964**
Intermediação Financeira	(2)	95.577	192.297	160.399
Prestação de Serviços	(3)	3.488	7.195	3.765
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(4)	(984)	5.305	(15.544)
Outras	(5)	669	935	1.344
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(6)	(37.563)	**(71.962)**	**(52.244)**
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (8+9+10)	(7)	**(8.328)**	**(16.703)**	**(16.512)**
Materiais, Energia e Outros	(8)	(346)	(752)	(697)
Serviços de Terceiros	(9)	(893)	(1.682)	(1.711)
Outros (11 a 16)	(10)	**(7.089)**	(14.269)	(14.104)
Manutenção e Conservação de Bens	(11)	(236)	(702)	(1.311)
Processamento de Dados	(12)	(1.403)	(2.189)	(1.499)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(13)	(403)	(2.330)	(2.327)
Serviços do Sistema Financeiro	(14)	(315)	(599)	(852)
Despesas com convênios	(15)	(3.542)	(6.087)	(5.429)
Outros	(16)	(1.190)	(2.362)	(2.686)
VALOR ADICIONADO BRUTO (1-6-7)	(17)	**52.859**	**117.067**	**81.208**
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(18)	**(605)**	**(1.336)**	**(1.336)**
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO A DISTRIBUIR (17-18)	(19)	**52.254**	**115.731**	**79.872**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (21+27+30)	(20)	**52.254**	**115.731**	**79.872**
Pessoal (22 a 26)	(21)	**16.072**	**27.032**	**23.109**
Remuneração Direta	(22)	10.026	18.252	16.116
Outros Encargos Sociais	(23)	2.218	3.741	3.428
FGTS	(24)	595	1.154	922
Benefícios	(25)	1.449	2.101	1.473
Participação nos Resultados	(26)	1.784	1.784	1.170
Impostos, Taxas e Contribuições (28+29)	(27)	**9.143**	**16.375**	**15.778**
Federais	(28)	8.990	16.061	15.625
Municipais	(29)	153	314	153
Remuneração de Capitais Próprios (31+32)	(30)	**27.039**	**72.324**	**40.985**
Juros sobre o Capital Próprio	(31)	13.047	25.882	22.000
Lucros Retidos	(32)	13.992	46.442	18.985

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Porto Alegre, 26 de janeiro de 2011.

Carlos Rodolfo Brandão Hartmann
Diretor-Presidente

Pery Francisco Speroto Coelho
Diretor Vice-Presidente

Joni Jorge Kaercher
Diretor Financeiro

Rogério Augusto de Wallau
Diretor de Operações

Edemar Morel Tutiklan
Diretor de Desenvolvimento e Marketing

Emani José Althaus
Diretor Administrativo e de Tecnologia da Informação

Rosane Nunes
Contadora
CRC/RS: 48702/O-3
CPF: 334369670/68

CAIXA ESTADUAL S.A. – AGÊNCIA DE FOMENTO/RS
CNPJ 02.885.855/0001-72
NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
FINDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Valores expressos em milhares de reais)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Caixa Estadual S.A. - Agência de Fomento/RS é uma Instituição Financeira de capital fechado, constituída sob a forma de sociedade anônima de economia mista, autorizada pela Lei Estadual n.º 10.959, de 27 de maio de 1997, alterada pela Lei Estadual n.º 11.105, de 22 de janeiro de 1998. Teve seu funcionamento autorizado pelo Banco Central do Brasil em 07 de dezembro de 1998. É regida pela Resolução n.º 2.828, de 30 de março de 2001, alterada pelas Resoluções nº 3.757, de 01 de julho de 2009 e nº 3.834, de 28 de janeiro de 2010, editadas pelo Banco Central do Brasil. Esta Instituição tem por objetivo fomentar o desenvolvimento econômico e social do Estado do Rio Grande do Sul, através de financiamento aos setores público e privado.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com a legislação societária brasileira e práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e disposições contidas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Em 26 de janeiro de 2011 a Diretoria Executiva aprovou as demonstrações financeiras e autorizou a divulgá-las a partir do dia 08 de fevereiro de 2011.

NOTA 3 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Receitas e Despesas

As receitas e despesas estão reconhecidas segundo o regime de competência, com exceção das rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, que, independentemente do seu nível de risco, constituirão receita efetiva somente na data do seu recebimento.

b) Direitos e Obrigações

Os direitos estão demonstrados pelos valores de realização. As obrigações estão demonstradas pelos valores atualizados até a data do Balanço.

c) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, deduzidos de provisões para perdas ou desvalorizações, quando aplicável.

A Lei 11.638/2007 determina a classificação em três categorias, considerando a intenção de negociação desses ativos. A Circular nº 3.068/2001, emitida pelo BACEN, já regulava essa matéria, no entanto excetuou, entre outras instituições, as agências de fomento da aplicação da referida norma.

d) Operações de Crédito

As operações de crédito estão classificadas e registradas de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução nº 2.682 de 21 de dezembro de 1999, editada pelo Banco Central do Brasil.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente do seu nível de risco, não estão reconhecidas no Resultado, as quais constituirão receita efetiva somente na data do seu recebimento.

As operações classificadas como nível de risco "H" permanecem nessa classificação por seis meses, após o que são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação.

e) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa vem sendo constituída conforme determinações das Resoluções nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999 e nº 2.697, de 24 de fevereiro de 2000, do BACEN, acrescida de provisões prudenciais como medida conservadora de proteção contra inadimplementos potenciais, cujo acréscimo representa 55,86% da provisão mínima exigida pela Resolução nº 2.682/99 sobre as operações classificadas entre os níveis de risco "A" e "G". Verificou-se redução dos valores totais provisionados, passando de 5,91%, em dezembro de 2009, para 3,80%, em dezembro de 2010, do saldo das operações ativas. A qualidade da carteira medida pelo montante dos créditos classificados do nível "AA" até "C" aumentou de 93,14%, em dezembro de 2009, para 95,63%, em dezembro de 2010. Como medida proativa de gerenciamento de risco de crédito todas as operações de um mesmo cliente com montante superior a R$ 50 mil são revistas mensalmente e tem seu conceito ratificado ou modificado segundo as regras de avaliação. Para as operações de clientes com montante de saldo inferior a R$ 50 mil a provisão é constituída tendo por base seu nível de risco apurado na contratação da operação, recalculado pelo nível de atraso dos contratos. É adotada a contagem em dobro dos prazos para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, conforme dispõe o parágrafo 2º, Inciso II do Artigo 4º da Resolução nº 2.682.

Os procedimentos relativos às análises dos riscos de crédito destas operações estão descritos na nota 19b. Os efeitos desta provisão estão demonstrados na nota 5d.

f) Ativo Permanente

Os Investimentos estão demonstrados pelo custo de aquisição deduzido da provisão para perdas.

O Imobilizado de Uso está demonstrado pelo custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 no que se refere aos bens recebidos em doação do Estado do Rio Grande do Sul, incorporados ao Patrimônio desta Agência de Fomento no exercício de 2000 pelo valor residual, tendo sido observada a continuidade dos registros patrimoniais existentes à época, e, os demais estão demonstrados pelo custo de aquisição. As depreciações dos bens do Ativo Imobilizado foram calculadas pelo método linear, com base nas taxas anuais de 10% para equipamentos de uso, 10% para sistema de comunicação, 20% para sistema de processamento de dados e 40% para sistema de transportes.

O Ativo Intangível está representado por gastos na aquisição de licenças de uso de softwares, os quais estão sendo amortizados linearmente pela taxa anual de 20%.

g) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro

A despesa com provisão para Imposto de Renda sobre o Lucro Líquido foi reconhecida com base no Lucro Real e calculada à alíquota de 15% mais adicional de 10%. A despesa com provisão para Contribuição Social foi reconhecida com base no lucro real e calculada à alíquota de 9%, considerando a solução de consulta nº 88-SRRF/10ª Disit, da Receita Federal do Brasil, de 22 de julho de 2008, originada no processo nº 11080.002498/2008-84 onde foi questionada a majoração da alíquota para 15% a partir da edição da medida provisória nº 413, de 03 de janeiro de 2008, cuja conclusão foi a seguinte: *"Ante ao exposto, conclui-se que as agências de fomento, de que trata a Resolução CMN nº 2828, de 2001, permanecem sujeitas à alíquota da CSLL de 9% (nove por cento)."*
A antecipação do Imposto de Renda e da Contribuição Social devidos foi calculada com base na estimativa da receita, conforme faculta a legislação tributária em vigor.

Para fins de informação, foram estimados os valores de créditos tributários passíveis de reconhecimento, os quais representam em 31/12/2010 o montante de R$ 21.307 mil (R$ 27.461 mil em 31/12/2009) relativos a Imposto de Renda e R$ 7.671 mil (R$ 9.886 mil em 31/12/2009) relativos à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, decorrentes de diferenças temporárias que se constituem basicamente em provisão para perdas em operações de crédito.

h) Utilização de Estimativas

As demonstrações financeiras contemplam estimativas e premissas, como estimativa do valor justo de determinados instrumentos financeiros, títulos e valores mobiliários, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências, provisões atuariais e outras. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. As estimativas e premissas são revisadas no mínimo semestralmente.

i) Passivos Contingentes

Decorrem, basicamente, de processos judiciais e/ou administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros em ações trabalhistas e outros riscos. A avaliação da probabilidade de perda das contingências é classificada como Remota, Possível ou Provável com base no julgamento dos advogados, internos e externos e da administração, sobre o fundamento jurídico da causa, a

viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica da instituição. Considerando a imprecisão do ordenamento jurídico para previsão de eventuais perdas, é entendido que as avaliações estarão sujeitas à atualização freqüente.

São constituídas provisões para os processos classificados como Perda Provável em que o "valor do risco de perda" possa ser determinado ou estimado. Os valores decorrentes desta prática estão demonstrados na nota 16c.

j) Redução do Valor Recuperável (*impairment*)

Deve ser reconhecida uma perda por *impairment* quando o valor da contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período. A partir de 2008 os valores dos ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, devem ser revistos no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment.*
A Administração da CAIXARS promoveu a revisão dos indicadores e valores recuperáveis para o exercício de 2010 e não foram identificados valores materiais que requeressem registro contábil. Essa matéria está regulamentada pelo Banco Central do Brasil através da Resolução nº 3.566, de 29 de maio de 2008.

NOTA 4 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Carteira Própria - Composição

(Em R$ Mil)

DISCRIMINAÇÃO/TÍTULOS	CIRCULANTE	
	Exercício 2010	Exercício 2009
Letras financeiras do tesouro – LTN	461.719	393.645
Notas do tesouro nacional – NTN	23.722	22.091
Cotas de fundos de investimento	4.953	15.194
(-) Provisão para desvalorização em títulos livres	(107)	(155)
TOTAL	**490.287**	**430.775**

A carteira de títulos é administrada pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. Do montante aplicado em 31/12/2010 o valor de R$ 58.651 mil (Em 31/12/2009 R$ 58.379 mil) refere-se aos recursos a serem repassados aos Fundos de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul, cuja gestão financeira é realizada pela CAIXARS, conforme descrito nas notas 13 e 16b.

b) Carteira Própria – Valor de Mercado

(Em R$ Mil)

DISCRIMINAÇÃO/TÍTULOS	EXERCÍCIO DE 2010		EXERCÍCIO DE 2009	
	Valor Contábil	Valor de Mercado(*)	Valor Contábil	Valor de Mercado(*)
Letras financeiras do tesouro – LTN	461.612	461.612	393.490	393.490
Notas do tesouro nacional – NTN (série B)	23.722	24.030	22.091	22.657
Cotas de fundos de investimento	4.953	4.953	15.194	15.194
TOTAL	**490.287**	**490.595**	**430.775**	**431.341**

(*) O valor de mercado, exceto para as cotas de fundos de investimento, é calculado com base em preços unitários disponibilizados pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. Para as cotas de fundos de investimento o valor das aplicações é atualizado com base no valor da cota divulgada pelo administrador.

c) Equivalentes de Caixa

Para elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa, foram consideradas como equivalentes de caixa as aplicações mantidas em Cotas de Fundos de Investimentos (renda fixa e referenciado DI), em conformidade ao que dispõe a Resolução n. 3.604, de 29 de agosto de 2008, emitida pelo Banco Central do Brasil.

NOTA 5 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição por tipo de operação

(Em R$ Mil)

DISCRIMINAÇÃO	CIRCULANTE		LONGO PRAZO	
	Exercício 2010	Exercício 2009	Exercício 2010	Exercício 2009
Empréstimos	10.065	515	3.378	5.165
Financiamentos	237.564	184.746	801.340	620.367
Financiamentos rurais e agro-industriais	69.136	44.554	377.971	257.190
Financiamentos de infra-estrutura e desenvolvim.	13.023	31.742	39.093	42.530
TOTAL	**329.788**	**261.557**	**1.221.782**	**925.252**

b) Composição por vencimento (parcelas)

(Em R$ Mil)

DISCRIMINAÇÃO	Exercício 2010	Exercício 2009
Vencidas	**6.083**	**8.007**
Até 60 dias	2.848	2.451
De 61 a 180 dias	1.939	4.637
Acima de 180 dias	1.296	919
Vincendas	**1.545.487**	**1.178.802**
Até 180 dias	155.035	123.557
De 181 a 360 dias	168.670	129.993
Acima de 360 dias	1.221.782	925.252
TOTAL	**1.551.570**	**1.186.809**

c) Composição por setor de atividade

(Em R$ Mil)

DISCRIMINAÇÃO	Exercício 2010	Exercício 2009
Setor público municipal	**91.549**	**108.322**
Administração direta	91.549	108.034
Outros serviços	0	288
Setor privado	**1.460.021**	**1.078.487**
Pessoa física	443	951
Indústria	704.734	518.564
Comércio	123.515	76.258
Outros serviços	184.221	180.970
Rural	447.108	301.744
TOTAL	**1.551.570**	**1.186.809**

d) Composição por nível de risco

Em 31/12/2010:

CLASSIF. NÍVEL DE RISCO	TOTAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO		PROVISÃO RESOLUÇÃO BACEN		PROVISÃO ADICIONAL		PROVISÃO TOTAL	
	(R$ Mil)	%	(R$ Mil)	%	(R$ Mil)	%	(R$ Mil)	%
AA	379.165	24	0	0,0	0	0,0	0	0,00
A	697.919	45	3.490	0,5	2.416	0,35	5.906	0,85
B	375.437	24	3.754	1,0	2.644	0,70	6.398	1,70
C	31.249	2	937	3,0	660	2,11	1.597	5,11
D	20.731	1	2.073	10,0	1.441	6,95	3.514	16,95
E	9.546	1	2.864	30,0	1.992	20,87	4.856	50,87
F	5.224	1	2.612	50,0	1.819	34,81	4.431	84,81
G	22.753	1	15.927	70,0	6.712	29,50	22.639	99,50
H	9.546	1	9.546	100,00	0	0,00	9.546	100,00
Total	**1.551.570**	**100**	**41.203**		**17.684**		**58.887**	

Em 31/12/2009:

CLASSIF. NÍVEL DE RISCO	TOTAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO		PROVISÃO RESOLUÇÃO BACEN		PROVISÃO ADICIONAL		PROVISÃO TOTAL	
	(R$ Mil)	%	(R$ Mil)	%	(R$ Mil)	%	(R$ Mil)	%
AA	190.503	16	0	0,0	0	0,0	0	0,00
A	430.883	36	2.154	0,5	1.491	0,35	3.645	0,85
B	365.153	31	3.652	1,0	2.571	0,70	6.223	1,70
C	118.828	10	3.565	3,0	2.510	2,11	6.075	5,11
D	9.813	1	981	10,0	682	6,95	1.663	16,95
E	35.783	3	10.735	30,0	7.467	20,87	18.202	50,87
F	9.548	1	4.774	50,0	3.324	34,81	8.098	84,81
G	21.129	2	14.790	70,0	6.233	29,50	21.023	99,50
H	5.169	0	5.169	100,00	0	0,00	5.169	100,00
Total	**1.186.809**	**100**	**45.820**		**24.278**		**70.098**	

e) Evolução da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa:

(Em R$ Mil)

DISCRIMINAÇÃO	2º Semestre 2010	Exercício 2010	Exercício 2009
Saldo inicial	**63.003**	**70.098**	**70.284**
Adições (reversões) líquidas do período	984	(5.305)	15.544
Baixa por transferência a prejuízo	(5.100)	(7.239)	(15.730)
Reversão de baixa para prejuízo	0	1.333	0
Saldo final	**58.887**	**58.887**	**70.098**

Em 31/12/2010 o saldo da provisão em relação à carteira de crédito equivale a 3,80% (5,91% em 31/12/2009).

f) Concentração dos maiores tomadores de crédito

	2010		2009	
	(R$ mil)	%	(R$ mil)	%
	Valor	Carteira	Valor	Carteira
Maior	50.187	3,23%	83.019	7,00%
10 maiores seguintes	332.082	21,40%	275.810	23,24%
20 maiores seguintes	276.543	17,82%	212.444	17,90%
Demais	892.758	57,55%	615.536	51,86%

g) Garantias

Em garantia ao risco de crédito de suas operações, a CAIXARS detém a seu favor, alternativamente ou cumulativamente, garantias reais de hipotecas e penhores, alienação fiduciária, avais e fianças, vinculação de recursos como reserva irrevogável de formas de pagamento provenientes de recebíveis, garantia complementar de fundos e quotas parte de ICMS nas operações com prefeituras.

h) Valores baixados a Prejuízo

No exercício de 2010 foi baixado a prejuízo o montante de R$ 7.239 mil, em cumprimento ao que dispõe a Resolução 2.682 de 21/12/1999, emitida pelo Banco Central do Brasil, correspondendo às operações de crédito classificadas no nível de risco "H" por período superior a seis meses. O saldo acumulado, em 31/12/2010, dessas operações baixadas a prejuízo e controladas pelo valor histórico em contas de compensação, está representado por R$ 45.829 mil. As recuperações por recebimento e renegociações das operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo foram reconhecidas como Receitas de Recuperação de Créditos e atingiram, no exercício, o montante de R$ 17.171 mil (principal acrescido dos encargos).

No exercício de 2009 foram baixadas a prejuízo operações de crédito no montante de R$ 15.730 mil e houve recuperações no montante de R$ 12.154 mil (principal acrescido dos encargos).

i) Renegociações

No exercício de 2010 houve renegociação de operações de crédito no valor de R$ 30.688 mil, excluídas as baixadas a prejuízo (R$ 31.552 mil no exercício de 2009).

NOTA 6 - OUTROS CRÉDITOS – RENDAS A RECEBER

Esta rubrica está representada pelos seguintes valores:

(Em R$ Mil)

DISCRIMINAÇÃO	CIRCULANTE		LONGO PRAZO	
	Exercício 2010	Exercício 2009	Exercício 2010	Exercício 2009
Comissões p/Co-Obrigações a Receber / Carta Fiança	18	45	58	170
Taxas de Administração de Fundos Estaduais de Desenvolvimento	749	788	0	0
TOTAL	**767**	**833**	**58**	**170**

NOTA 7 - OUTROS CRÉDITOS – PAGAMENTOS A RESSARCIR

Esta rubrica está representada pelos seguintes valores:

(Em R$ Mil)

DISCRIMINAÇÃO	Exercício 2010	Exercício 2009
Despesa p/Administração do Edifício Negrinho do Pastoreio	107	147
Despesas de Salários de Funcionários Cedidos	256	76
Convênio Operacional CAIXARS/BANRISUL	0	31
Outros	8	8
TOTAL	**371**	**262**

NOTA 8 - OUTROS CRÉDITOS –DEVEDORES DIVERSOS

Esta rubrica está representada pelos seguintes valores:

(Em R$ Mil)

DISCRIMINAÇÃO	CIRCULANTE		LONGO PRAZO	
	Exercício 2010	Exercício 2009	Exercício 2010	Exercício 2009
Crédito junto ao BNDES/Bônus PRONAF e Rebates	2.420	2.386	0	0
Operações de crédito rural prorrogadas, pendentes de processamento	0	3.985	0	0
Programa de eficientização do uso de energia elétrica	94	135	306	437
Diversos	6	104	0	0
TOTAL	**2.520**	**6.610**	**306**	**437**

NOTA 9 - PERMANENTE

A composição de Investimentos é a seguinte:

(Em R$ Mil)

DISCRIMINAÇÃO	Exercício 2010	Exercício 2009
Cotas do Fundo Garantidor de Investimentos - FGI	100	0
Cotas Pólo RS	25	25
(-) Provisão para perdas em Ações e Cotas	(2)	0
Saldo Contábil	**123**	**25**

A composição do Imobilizado de Uso é a seguinte:

(Em R$ Mil)

DISCRIMINAÇÃO	Exercício 2010	Exercício 2009
Outras Imobilizações de Uso:		
Móveis e equipamentos de uso	4.341	4.098
Sistema de comunicação	77	58
Sistema de processamento de dados	2.976	2.611
Sistema de transportes	9	9
(-) Depreciação acumulada	(3.289)	(2.587)
Saldo Contábil	**4.114**	**4.189**

Em 31/12/2010 o Intangível está composto por R$ 414 mil, líquido da amortização, referente a licenças de uso de *softwares,* (Em 31/12/2009 R$ 1.048 mil).

NOTA 10 - OBRIGAÇÕES POR REPASSE NO PAÍS – INSTITUIÇÕES OFICIAIS

Os recursos internos para repasses representam, basicamente, captações de Instituições Oficiais (BNDES, FINAME e CEF). Essas obrigações têm vencimentos mensais, exceto determinadas obrigações decorrentes de repasses para financiamentos rurais que têm vencimentos semestrais e anuais. Os encargos financeiros incidentes sobre essas obrigações por repasses são: **a)** nas operações pós-fixadas - de 1,0% a 7,50% a.a., além das variações dos indexadores (TJLP, Dólar, Cesta de Moedas, UPRD-P e UPF); **b)** nas operações pré-fixadas – de 2% a.a. até 8,75% a.a.

NOTA 11 - OUTRAS OBRIGAÇÕES – SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS

Esta rubrica está representada pelos seguintes valores:

(Em R$ Mil)

DISCRIMINAÇÃO	Exercício 2010	Exercício 2009
Dividendos e Bonificações a Pagar (Juros sobre o Capital Próprio)	10.904	22.000
Gratificações e Participações a Pagar (PLR)	1.202	597
TOTAL	**12.106**	**22.597**

NOTA 12 - OUTRAS OBRIGAÇÕES - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

Esta rubrica está representada pelos seguintes valores:

(Em R$ Mil)

DISCRIMINAÇÃO	Exercício 2010	Exercício 2009
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	6.160	6.713
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	62	54
Impostos e contribuições sobre salários	864	706
PIS, COFINS, ISSQN	515	518
TOTAL	**7.601**	**7.991**

NOTA 13 - OUTRAS OBRIGAÇÕES – CREDORES DIVERSOS

Esta rubrica está representada pelos seguintes valores:

(Em R$ Mil)

DISCRIMINAÇÃO	CIRCULANTE		LONGO PRAZO	
	Exercício 2010	Exercício 2009	Exercício 2010	Exercício 2009
Financiamentos a liberar para clientes	357	6.419	0	0
Cobrança (valores a processar)	751	867	0	0
Provisão planos de benefícios pós-emprego (*)	2.593	2.432	4.447	4.786
Recebimento de fundos regionais administrados (**)	58.651	58.379	0	0
Programa de eficientização do uso de energia elétrica	136	164	444	534
Fornecedores	360	532	0	0
Outras	435	228	0	0
TOTAL	**63.283**	**69.021**	**4.891**	**5.320**

(*) para efeito de publicação, o saldo referente à provisão prêmio aposentadoria foi reclassificado da rubrica Obrigações com Despesa de Pessoal para Credores Diversos/Provisões Planos de Benefícios Pós-Emprego.

(**) os procedimentos de gestão desses recursos estão descritos na nota 16b, que tem como única exceção àquela nota, a escrituração contábil em contas patrimoniais além de em contas de compensação, devido a esses recursos estarem transitando em conta corrente da CAIXARS.

NOTA 14 - BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A Administração da CAIXARS tem procedido anualmente avaliação atuarial dos planos de benefícios pós-emprego em conformidade com a legislação vigente. Em 31/12/2010, tendo por base o que dispõe o Pronunciamento Técnico CPC nº 33 regulamentado pelo Conselho Federal de Contabilidade por meio da Resolução nº 1.193 de 16 de setembro de 2009, foi realizada avaliação atuarial por atuário independente da empresa CSM Consultoria e Seguridade Municipal S/S, cujas informações detalhadas seguem abaixo.

Características dos planos de Benefício

a) Plano previdenciário

Este benefício refere-se à suplementação de aposentadoria prevista em planos de benefícios ajustados com a Instituidora Fundação Banrisul de Seguridade Social/FBSS, sendo que para os empregados oriundos do Banrisul por meio de sucessão trabalhista o plano é do tipo "benefício definido" e para os novos empregados admitidos por intermédio de concurso público o plano é do tipo "contribuição variável".

b) Plano de saúde

São benefícios assegurados pela Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul/CABERGS, que oferecem benefícios de assistência médica hospitalar subdivididos em cinco modalidades: PROMED, PAMFA, PAMES,

PAMEG e PODI, além do plano odontológico e os programas de reembolso de medicamentos, aos empregados ativos e aposentados. Os valores atribuídos à patrocinadora, a título de benefício pós-emprego, foram calculados considerando-se o custo assistencial, líquido da co-participação financeira e da contribuição do usuário.

c) Prêmio por aposentadoria

Em razão da sucessão trabalhista, ocorrida em 01/05/2002, a CAIXARS assumiu a obrigação de preservar todos os direitos já adquiridos pelos empregados transferidos do Banrisul, inclusive os planos de benefícios pós-emprego. Assim, é oferecido prêmio por aposentadoria a esses empregados que se aposentarem com pelo menos 20 anos de empresa, cuja provisão está calculada de acordo com o artigo 82 do regulamento de pessoal, sendo que, para o registro desta provisão, foram considerados no cálculo os encargos patronais, inclusive.

Método atuarial utilizado

Os métodos atuariais adotados são aqueles geralmente aceitos pela comunidade internacional de atuária, pela legislação brasileira em geral e pelo Pronunciamento Técnico CPC nº 33, em particular, tendo sempre em vista o longo prazo previsto para a integralização dos compromissos. No estudo atuarial, efetuado por atuário independente na data-base de 31 de dezembro de 2010, foram adotados o método atuarial PUC - Crédito Unitário Projetado e as seguintes hipóteses econômicas e biométricas:

i) Premissas Biométricas:

- Tábua de mortalidade geral: AT-2000 desagravada em 10%
- Tábua de mortalidade (inválidos): RRB-83 desagravada em 30%
- Tábua de entrada em invalidez: Light Forte
- Tábua de serviço: Combinação das tábuas de mortalidade geral e de entrada em invalidez, utilizando-se o método dos multidecrementos.

ii) Premissas Econômicas:

- Taxa nominal de desconto atuarial: 12,23% a.a. composta pela taxa real de juros de 6,89% a.a. e por uma inflação estimada de 5,00% a.a.
- Taxa nominal de rendimento esperado para os ativos do plano: 12,23% a.a.
- Rotatividade: Experiência da consultoria do plano previdenciário (Towers Perrin), que resulta em uma taxa anual de 1,38%
- Taxa nominal de progressão salarial para os participantes ativos: 7,10%
- Taxa nominal de progressão salarial para participantes autopatrocinados: 5,00%
- Taxa nominal de reajuste dos benefícios da Previdência Social: 5,00%
- Crescimento nominal dos custos com saúde: 8,15% a.a.
- Fator de capacidade para salários: 100% a.a.
- Fator de capacidade para benefícios: 98% a.a.
- Taxa esperada de inflação no longo prazo: 5% a.a.

Movimentação do passivo atuarial

A movimentação do passivo atuarial líquido no exercício de 2010 é como segue:

(Em R$ Mil)

DISCRIMINAÇÃO	Plano previdenciário	Plano médico e odontológico	Premio por aposentadoria (*)
Passivo atuarial líquido no início do exercício	1.027	3.434	2.757
Resultado no exercício	733	421	(356)
Contribuições da patrocinadora no ano	(832)	(657)	0
Passivo atuarial líquido no final do exercício	**928**	**3.198**	**2.401**

(*) Para esse item a CAIXARS não reconhece o efeito no Resultado pelo valor apurado na avaliação atuarial conforme demonstrado na tabela acima, mantendo provisão em valor a maior do que aquele, por considerar os respectivos encargos patronais incidentes, portanto, o valor do passivo líquido no final do exercício de 2010 é R$ 2.914 mil (R$ 2.757 no final do exercício de 2009) resultante do reconhecimento da despesa no valor de R$ 320 mil e do pagamento de benefício no valor de (R$ 163 mil).

NOTA 15 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 16 de dezembro de 2010, em assembléia geral extraordinária, foi aprovada a proposta de aumento do capital social da CAIXARS, apresentada pelo acionista controlador, no montante de R$ 19.616 mil, cujos recursos para a respectiva integralização tiveram origem em créditos de juros sobre o capital próprio, passando o Capital Social da Instituição a ser representado por 408.189.283 (quatrocentos e oito milhões cento e oitenta e nove mil duzentos e oitenta e três) ações ordinárias nominativas no valor de R$ 1,00 cada uma, pertencentes integralmente a acionistas domiciliados no País. Esse aumento de capital foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 24/12/2010.

b) Reserva de lucros

A reserva legal é constituída por 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.

A reserva especial refere-se ao lucro remanescente após a constituição da reserva legal, permanecendo nesta condição até que a Assembléia Geral de Acionistas delibere por sua destinação definitiva, em conformidade com as disposições estatutárias.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

O Estatuto Social da CAIXARS estabelece que aos acionistas estão assegurados dividendos até o limite de 6% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária e, quando há distribuição de juros sobre o capital próprio, faculta que sejam imputados aos dividendos obrigatórios, por deliberação da Assembléia Geral de Acionistas. Os juros sobre o capital próprio são calculados com base nos critérios definidos pela legislação fiscal em vigor. O registro contábil obedece às diretrizes contábeis do Banco Central do Brasil, sendo o montante da despesa incorrida reclassificado da Demonstração do Resultado para a rubrica de Lucros acumulados, para efeito de elaboração e publicação das demonstrações contábeis, consoante o artigo 3º da Circular nº 2.739 de 19 de fevereiro de 1997, emitida pelo Banco Central do Brasil. Os referidos juros, no montante de R$ 25.882 mil (R$ 22.000 mil em 2009) reduziram os encargos tributários na ordem de R$ 8.800 mil (R$ 7.480 mil em 2009).

Segue-se a demonstração do cálculo dos dividendos:

(Em R$ Mil)

DISCRIMINAÇÃO	Exercício 2010	Exercício 2009
Lucro líquido do exercício	72.324	40.985
(-) Reserva legal	(3.616)	(2.049)
Base de cálculo dos dividendos	68.708	38.936
Dividendos limitados a 6% da base	**4.122**	**2.336**
Total de juros sobre o capital próprio provisionado	**25.882**	**22.000**

NOTA 16 - COMPROMISSOS, RESPONSABILIDADES E CONTINGÊNCIAS

a) Co-obrigações por Garantias Prestadas

A CAIXARS concedeu cartas de fiança a mutuários do BNDES, cujos contratos prevêem encargos financeiros e contam com garantias constituídas pelos beneficiários, cujo saldo em 31/12/2010 está representado por R$ 49.567 mil (R$ 57.177 mil em 31/12/2009).

b) Gestão de Recursos de Terceiros

A CAIXARS, por determinação legal (leis e decretos estaduais), executa a gestão financeira de recursos de diversos Fundos de Desenvolvimento do Estado do RS. Na qualidade de gestora e mandatária desses recursos, conforme estabelecido na legislação de cada Fundo e nos respectivos convênios operacionais, a responsabilidade da CAIXARS está limitada tão-somente à correta aplicação dos recursos de acordo com os respectivos normativos, correndo o risco de crédito das operações inteiramente por conta do Estado do Rio Grande do Sul.

Os valores correspondentes aos recursos administrados são controlados em contas de compensação, que em 31/12/2010, representam o montante de R$ 2.359.904 mil (saldo em 31/12/2009 R$ 1.714.124 mil). Em contrapartida à prestação dos serviços de administração dos recursos a CAIXARS é remunerada de acordo com critérios estabelecidos nos respectivos convênios operacionais formalizados com as Secretarias de Estado às quais os Fundos estão vinculados.

c) Passivos contingentes

A CAIXA RS efetua o monitoramento de todos os processos administrativos e judiciais em que é autora ou ré. Cada processo está suportado por avaliação e acompanhamento de assessoria jurídica que considera o risco e perda envolvida e classifica como risco provável, possível ou remoto. O critério para a constituição da provisão de passivos contingentes está em conformidade ao que determina o Pronunciamento Técnico CPC nº 25 e Resolução nº 3.750 emitida pelo Banco Central do Brasil em 30 de junho de 2009.

Passivos contingentes trabalhistas classificados como perdas prováveis:

A movimentação no exercício de 2010 dos passivos contingentes trabalhistas classificados como perdas prováveis foi a seguinte:

(Em R$ Mil)

DISCRIMINAÇÃO	Saldo em 2009	Adições	Baixas	Saldo em 2010
Trabalhista	806	415	66	1.155
TOTAL	**806**	**415**	**66**	**1.155**

Passivos contingentes fiscais classificados como perdas possíveis:

Ao longo do exercício de 2010 a Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento - ABDE, representando as agências de fomento associadas, instituições financeiras assim consideradas pela legislação vigente, interpôs demanda judicial em caráter preventivo que versa sobre a sistemática de apuração do PIS e da COFINS das agências de fomento, a qual poderá representar uma futura contingência tributária para a CAIXARS, estimada em 31/12/2010 no montante de R$ 24.087 mil.

NOTA 17 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

São consideradas partes relacionadas, para fins desta nota, as seguintes instituições: Estado do Rio Grande do Sul (acionista controlador), Banco do Estado do Rio Grande do Sul, Diretores, Conselho de Administração e Conselho Fiscal da CAIXARS.

(Em R$ Mil)

DESCRIÇÃO	Em 31 de Dezembro de 2010		
	(Direitos) Obrigações	Receitas	Despesas
Rendas por administração de Fundos (nota 16b)	(749)	3.661	0
Contratação de serviços especializados	254	0	474
Remuneração do pessoal chave da administração (*)	0	0	1.251
Ressarcimento de despesas – funcionários cedidos	(256)	0	0
Despesa de pessoal – funcionários adidos	221	0	2.784
Outros Valores a ressarcir	(107)	0	0

(Em R$ Mil)

DESCRIÇÃO	Em 31 de Dezembro de 2009		
	(Direitos) Obrigações	Receitas	Despesas
Rendas por administração de Fundos (nota 16b)	(788)	1.528	0
Contratação de serviços especializados	208	0	753
Remuneração do pessoal chave da administração (*)	0	0	889
Ressarcimento de despesas – funcionários cedidos	(76)	0	0
Despesa de pessoal – funcionários adidos	0	0	2.609
Outros Valores a ressarcir	(178)	0	0

(*) Refere-se ao total da remuneração fixa e variável do pessoal chave da Administração (Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal).

NOTA 18 - LIMITES OPERACIONAIS - ACORDO DE BASILÉIA

As Instituições Financeiras estão obrigadas a manter permanentemente Patrimônio de Referência compatível com os riscos de suas atividades, cujos critérios de apuração e controle estão sintetizados na Resolução nº 3.490, de 29 de agosto de 2007, e regulamentação complementar, emitidos pelo Banco Central do Brasil.

Em 31/12/2010, o Patrimônio de Referência (PR) apresenta-se superior em R$ 211.806 mil ao mínimo exigido, proporcionando uma alavancagem adicional ainda disponível, na ordem de R$ 1,9 bilhão, onde o Índice de Basiléia apurado é 23,20%, enquanto que o mínimo exigido é 11% (Em 31/12/2009 o PR apresentou-se superior ao mínimo exigido em R$ 242.633 mil e o Índice de Basiléia apurado foi 27,34%).

NOTA 19 - GESTÃO DE RISCOS

A Administração da CAIXARS vem adotando medidas visando ao atendimento de todos os normativos emitidos pelo BACEN, os quais regulam essa matéria, resultando em melhorias nos seus processos internos, com adequações da estrutura organizacional, de forma a envolver todas as áreas da empresa num processo contínuo de otimização da gestão de suas atividades com o foco nos controles e mitigação dos riscos porventura existentes decorrentes de suas atividades. O Relatório de Gestão de Riscos encontra-se publicado no seguinte endereço: www.caixars.com.br/publicações/comunicados.

Ações implementadas para gerenciamento de riscos.

a) Risco de Mercado

Foi definida política de gerenciamento de risco de mercado com o objetivo de identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição desses riscos, garantindo a existência de mecanismos eficientes para a supervisão e acompanhamento.

b) Risco de Crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contratos decorrentes da deterioração na classificação de risco e da redução de ganhos ou remunerações face ás vantagens concedidas por ocasião de renegociações e aos custos de recuperação. Nesse âmbito, em atendimento às disposições da Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, emitida pelo BACEN, existe política definida para a gestão do risco de crédito, com metodologia e procedimentos implantados e descritos em manuais internos, os quais são periodicamente revisados. A Administração da CAIXARS vem aprimorando seus sistemas de forma a propiciar informações cada vez mais qualificadas para análise do risco de crédito, estando em desenvolvimento uma modelagem de cadastro próprio de clientes, contando também com fontes externas de dados cadastrais, visando uma gestão eficiente e eficaz com foco na mitigação desse tipo de risco.

c) Risco Operacional

A política de gerenciamento de risco operacional definida contempla a visão gerencial e a cultura de controle, o reconhecimento e avaliação dos riscos, o controle das atividades e segregação de responsabilidades, o processo de informação e comunicação e a necessidade de monitoramento das atividades de controle, atendendo assim ao disposto na Resolução n. 3.380, de 29 de junho de 2006, emitida pelo BACEN. Foi implantado sistema visando realizar a gestão dos riscos operacionais, tendo por base a classificação de riscos prevista no normativo antes mencionado. Esse sistema tem por objetivo, além da ação de acompanhamento, o controle e a mitigação, que serão a base para a série histórica que deverá estar formada até 2011. Para apuração da parcela de

Patrimônio de Referência Exigido referente ao risco operacional foi adotada a Abordagem do Indicador Básico.

NOTA 20 - OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Outras Despesas Administrativas

Esta rubrica está representada pelos seguintes valores: (Em R$ Mil)

DISCRIMINAÇÃO	2º Semestre 2010	Exercício 2010	Exercício 2009
Água, energia e gás	206	420	476
Comunicação	104	210	316
Manutenção e conservação de bens	236	702	1.311
Processamento de dados	1.403	2.189	1.499
Publicidade e propaganda	403	2.330	2.327
Serviços do sistema financeiro	315	599	852
Serviços de terceiros	338	771	1.080
Serviços técnicos especializados	554	911	774
Transporte	39	61	237
Viagem	281	499	232
Emolumentos Cartoriais	97	242	187
Depreciação e Amortização	605	1.336	1.336
Materiais Diversos	140	332	221
Outras	479	774	500
TOTAL	**5.200**	**11.376**	**11.348**

b) Outras Receitas Operacionais

Esta rubrica está representada pelos seguintes valores: (Em R$ Mil)

DISCRIMINAÇÃO	2º Semestre 2010	Exercício 2010	Exercício 2009
Recuperação de Encargos e Despesas	25	92	94
Reversão de Provisões Operacionais	335	387	876
Cooperação Técnica	0	70	0
Inscrições concurso público	184	184	0
Outras Receitas	121	198	374
TOTAL	**665**	**931**	**1.344**

c) Outras Despesas Operacionais

Esta rubrica está representada pelos seguintes valores: (Em R$ Mil)

DISCRIMINAÇÃO	2º Semestre 2010	Exercício 2010	Exercício 2009
Desp. c/provisão para planos de benefícios pós-emprego	0	0	659
Desp. c/convênios (Coop.técnica/atual.recursos de Fundos)	3.542	6.085	5.430
Desp. c/provisão para contingências trabalhistas	147	415	324
Desp. c/atualização de credores diversos	5	40	67
Desp. Diversas	39	123	20
TOTAL	**3.733**	**6.663**	**6.500**

d) Imposto de Renda e Contribuição Social

Esta rubrica está representada pelos seguintes valores: (Em R$ Mil)

DISCRIMINAÇÃO	Segundo Semestre 2010	Exercício de 2010	Exercício de 2009
Resultado antes da tributação sobre o Lucro e Participações	**35.207**	**85.175**	**53.257**
(-) Juros sobre o Capital Próprio	(13.047)	(25.882)	(22.000)
(-) Participações Estatutárias no Lucro	(1.784)	(1.784)	(1.170)
(+/-) Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos	**(944)**	**(24.152)**	**3.111**
Diferenças Temporárias	**(1.292)**	**(24.617)**	**2.717**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.378)	(22.331)	750
Rendas a apropriar em atraso	449	(4.192)	793
Rendas decorrentes de Ganhos em Renegociações	(382)	1.781	594
Provisões para contingências	147	349	(3)
Outras provisões	(128)	(224)	583
Diferenças Permanentes	**348**	**465**	**394**
Despesas não dedutíveis	348	465	394
= Base de Cálculo do IR e CS	**19.432**	**33.357**	**33.198**
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9% respectivamente, conforme descrito na nota 3g.	(6.595)	(11.317)	(11.263)
Incentivos Fiscais	211	250	161
Total da provisão para imposto de renda e contribuição social	**(6.384)**	**(11.067)**	**(11.102)**

Porto Alegre, 26 de janeiro de 2011.

CARLOS RODOLFO BRANDÃO HARTMANN
Diretor-Presidente

PERY FRANCISCO SPEROTTO COELHO
Diretor Vice-Presidente

JONI JORGE KAERCHER
Diretor Financeiro
Responsável pela Área Contábil

ROGÉRIO AUGUSTO DE WALLAU
Diretor de Operações

EDEMAR MOREL TUTIKIAN
Diretor de Desenvolvimento e Marketing

ERNANI JOSÉ ALTHAUS
Diretor Administrativo e de TI

ROSANE NUNES
Contadora
CRC/RS 48.702/O-3
CPF 334369670/68

***

CAIXA ESTADUAL S.A.
AGÊNCIA DE FOMENTO/RS

NIRE nº. 43 3 0003872 6
CNPJ nº. 02.885.855/0001-72

Parecer do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Caixa Estadual S.A. – Agência de Fomento/RS, com base no Relatório dos Auditores Independentes – KPMG Auditores Independentes - e nos esclarecimentos prestados pela Diretoria, aprovou as Demonstrações Financeiras elaboradas em 26/01/2011, compreendendo: Relatório da Administração, Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e demais demonstrativos referentes ao segundo semestre e exercício de 2010.

Porto Alegre, 07 de fevereiro de 2011.

Josué de Souza Barbosa,
Vice-Presidente.

Ricardo Richiniti Hingel,
Conselheiro.

Carlos Rodolfo Brandão Hartmann,
Conselheiro.

Getúlio Dorneles Fernandes da Silva,
Conselheiro.

C A I X A E S T A D U A L S. A.

A G Ê N C I A D E F O M E N T O / R S

CNPJ/MF nº 02.885.855/0001-72

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do CONSELHO FISCAL da Caixa Estadual S.A. – Agência de Fomento/RS, no cumprimento de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao segundo semestre e exercício de 2010, compreendendo as Notas Explicativas, Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultado, das Mutações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e dos Valores Adicionados, todas comparativas ao exercício de 2009. Da análise procedida, bem como do acompanhamento efetuado ao longo do período e das considerações apresentadas pelas áreas técnicas e pela Auditoria Interna e do Relatório dos Auditores Externos, o Conselho Fiscal entende que as demonstrações financeiras refletem, adequadamente, a posição patrimonial e econômico-financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2010.

Porto Alegre, 07 de fevereiro de 2011.

Conselheiros Titulares

Elmiro José Hallmann

Lauro Angelo Cerutti

Paulo Armando Born

Conselheiros Suplentes

Jorge Luis Cardoso

Milton Paulo Krüger

Celso Luft

KPMG Auditores Independentes
Av. Borges de Medeiros , 2233 8º andar
90110 -150- Porto Alegre, RS - Brasil
Caixa Postal 199
90001-970 - Porto Alegre, RS - Brasil

Central Tel 55 (51) 3303-6000
Fax 55 (51) 3303-6001
Internet www.kpmg.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Diretoria da
Caixa Estadual S.A. – Agência de Fomento/RS
Porto Alegre - RS

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Caixa Estadual S.A. – Agência de Fomento/RS (Agência), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Agência é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Agência para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Agência. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caixa Estadual S.A. – Agência de Fomento/RS em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2010. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 07 de fevereiro de 2011.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2 SP 014428/0-6 F-RS

Alberto Spilborghs Neto
Contador CRC 1SP167455/O-0-S-RS

Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP252418/O-3-S-RS

CAIXA ESTADUAL S.A.
AGÊNCIA DE FOMENTO/RS

CGC/MF nº 02.885.855/0001-72
NIRE nº 43 3 0003872 6

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Local, Data e Hora – Os acionistas da Caixa Estadual S.A. – Agência de Fomento/RS, reuniram-se em Assembléia Geral, na sede social, em Porto Alegre (RS), na Rua Gen. Andrade Neves , 175, 18° andar, no dia 17 de março de 2011, às 14 horas. **Presenças** - Pessoalmente ou por seus representantes legais, compareceu a totalidade dos acionistas. Presentes, ainda, a Senhora Fabiana Pagani, representando a Auditoria Independente KPMG, e membros do Conselho de Administração, atendendo ao previsto no § 1° do art. 134 da Lei n° 6404/76. **Convocação** – Dispensada a convocação pela imprensa, face ao disposto no § 4° do art. 124, da mesma Lei n° 6404/76. **Composição da Mesa** - Para presidir os trabalhos, foi eleito o Senhor Mauro Knijnik, Secretário de Estado de Desenvolvimento e Promoção do Investimento, representando o acionista controlador, Estado do Rio Grande do Sul, conforme designação publicada no Diário Oficial do Estado, edição do dia 15 de março de 2011, enquanto que, para secretariá-los, foi escolhido o acionista Luiz Diogo Garrastazu. **Publicações** - Os documentos previstos no art. 133 da Lei 6.404/76 foram publicados no Diário Oficial do Estado e no Jornal do Comércio, nas respectivas edições de 03 de março de 2011, de acordo com o previsto no § 4° do referido artigo de lei, considerando sanada a falta de publicação dos anúncios previstos no caput desse mesmo artigo.**Ordem do Dia da Assembléia Geral Ordinária: 1** - tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, bem como tomar conhecimento do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010; **2** – Apreciar e deliberar sobre a proposta do Conselho de Administração quanto à destinação do lucro do exercício de 2010 no valor de R$ 46.442.419,42 (quarenta e seis milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil quatrocentos e dezenove reais e quarenta e dois centavos), apurado após os Juros sobre o Capital Próprio; **3** - homologar o reconhecimento do crédito aos acionistas no montante de R$ 25.882.000,00 (vinte e cinco milhões, oitocentos e oitenta e dois mil reais) contabilizado como despesa no exercício de 2010 a título de Juros sobre o Capital Próprio, bem como homologar o pagamento de adiantamento no valor de R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) ao acionista controlador, Estado do Rio Grande do Sul, realizado no dia 27/12/2010; **4**- Apreciar e deliberar sobre a proposta do Conselho de Administração quanto aos dividendos referentes ao exercício 2010; **5** - eleger os membros do Conselho de Administração; **6**- eleger os membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes; **7**- fixar a remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal; **8** – outros assuntos de interesse da sociedade, vinculados aos itens precedentes.

Deliberações da Assembléia Geral Ordinária: Por unanimidade de votos dos acionistas presentes, foram realizadas as seguintes deliberações: **1** – Após exame da documentação pertinente e dos respectivos pareceres do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Auditoria Independente, foram aprovados o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, pertinentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010; **2** - A Assembléia aprovou a proposta do Conselho de Administração quanto à destinação do lucro do exercício, apurado após os juros sobre o capital próprio, da seguinte forma: **a)** R$ 3.616.220,97 (três milhões, seiscentos e dezesseis mil, duzentos e vinte reais e noventa e sete centavos) para constituição de Reserva Legal, essa em conformidade com a legislação societária vigente, e **b)** R$ 42.826.198,45 (quarenta e dois milhões, oitocentos e vinte e seis mil, cento e noventa e oito reais e quarenta e cinco centavos) para constituição de Reservas Especiais de Lucro. **3** - A Assembléia homologou o reconhecimento dos juros sobre o capital próprio realizado no exercício de 2010, no valor de R$ 25.882.000,00 (vinte e

cinco milhões, oitocentos e oitenta e dois mil reais), bem como o pagamento de adiantamento no valor de R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) ao acionista controlador, Estado do Rio Grande do Sul, realizado no dia 27/12/2010; **4 -** A Assembléia aprovou a proposta do Conselho de Administração, com base no disposto no artigo n.° 49 do Estatuto Social da CaixaRS, deliberando pelo não pagamento de dividendos relativos ao exercício de 2010, no valor de R$ 4.122.491,91 (quatro milhões, cento e vinte e dois mil, quatrocentos e noventa e um reais e noventa e um centavos), imputando juros sobre o capital próprio aos mesmos, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela sociedade para todos os efeitos legais. **5 -** Eleger, para o CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, com mandato de 02 (dois) anos, as seguintes pessoas, as quais declararam preencher as condições previstas nos artigos 146 e 147 da Lei n° 6404/76: Representando a maioria acionária: **Mauro Knijnik,** brasileiro, viuvo, economista, residente e domiciliado na Rua Cândido Batista de Oliveira, 25, Apto. 301 – Bairro Moinhos de Vento - Porto Alegre/RS, inscrito no CPF/MF sob o número 002231740/68 e portador da carteira de identidade n° 5003409686, expedida pelo SSP/RS; **José Antônio Valle Antunes Junior**, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado na Rua Quintino Bocaiúva, 1234, Apto. 1201 – Bairro Moinhos de Vento, Porto Alegre/RS, inscrito no CPF/MF sob o número 301768240/49 e portador da carteira de identidade n° 5019467033, expedida pela SSP/RS; conselheiros; **Marcelo de Carvalho Lopes**, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado na Rua 25 de Julho, 586, Apto. 301 – Bairro Centro – Igrejinha/RS, inscrito no CPF sob o número 592612500/68, carteira de identidade n°1022583981, expedida pela SSP/RS; **José Antônio Chaves Franco**, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado na Av. Getúlio Vargas, 1271, Apto. 204, Torre 1 – Bairro Menino Deus – Porto Alegre/RS, inscrito no CPF sob o número 002428610/91, carteira de identidade n°6004840754, expedida pela SJS/RS e **Joni Jorge Kaercher**, brasileiro, casado, administrador de empresas e advogado, residente e domiciliado na Rua Coronel Bordini, 700, Apto. 702 – Bairro Moinhos de Vento – Porto Alegre/RS, inscrito no CPF sob o número 086870210/20, carteira de identidade n°4023786959, expedida pela SSP/RS. Representando a minoria acionária: **Aloísio Félix da Nóbrega**, brasileiro, casado, Engenheiro, residente e domiciliado na Rua David Perez, 144 – Barra da Tijuca - Rio de Janeiro/RJ, inscrito no CPF/MF sob o número 270434107/97, identidade CREA/RJ n° 20745; O acionista controlador, na forma que estabelece o artigo 19 do seu Estatuto Social, indicou para Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração, respectivamente, os conselheiros **Mauro Knijnik e José Antônio Valle Antunes Junior.** A posse dos eleitos ocorrerá após a aprovação dos nomes pelo Banco Central do Brasil. Findo o mandato, os Conselheiros permanecerão nos cargos até a posse dos eleitos pela Assembléia Geral de 2013. **6 –** Eleger para o CONSELHO FISCAL, com mandato até a posse dos eleitos pela Assembléia Geral Ordinária de 2012, as seguintes pessoas, as quais declararam preencher as condições previstas no art. 162 da Lei n° 6404/76: a) Representando a maioria acionária: para membros efetivos: **Elmiro José Hallmann,** brasileiro, solteiro, contador, residente e domiciliado na Av. Getúlio Vargas, 1026, ap. 803, em Porto Alegre (RS), inscrito no CPF/MF. sob o n.° 009736960/87 e portador da Carteira de Identidade n.° 6026482494, expedida em 12-07-1996, pela SJS/RS; **José Benedicto Ledur**, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado na Rua Dom Pedro II, 1080 – Bairro Higienópolis – Porto Alegre (RS), inscrito no CPF/MF sob o n.° 000923200/15 e portador da Carteira de Identidade n.° 8024626502, expedida em 08-09-1998, pela SSP/RS; e para membros suplentes: **Celso Luft,** brasileiro, casado, contador, residente e domiciliado na Rua Martim Aranha, 100, ap. 202-A1, em Porto Alegre (RS), inscrito no CPF/MF. sob o n.° 437747920/20 e portador da Carteira de Identidade n.° 1020747422, expedida em 23-08-1988, pela SSP/RS; **Jorge Luis Cardoso,** brasileiro, casado, contador, residente e domiciliado na Rua Afonso San Martin, 45, ap. 304, em Porto Alegre (RS), inscrito no CPF/MF. sob o n.° 293725180/34 e portador da Carteira de Identidade n.° 5012893987, expedida em 22-05-1986, pela SSP/RS; b) representando a minoria acionária: para membro efetivo, **Lauro Ângelo Cerutti,** brasileiro, casado, contador, residente e domiciliado na Rua Dr. Barcellos, 920, em Porto Alegre (RS), inscrito no CPF/MF. sob o n.° 162667220/20 e portador da Carteira de Identidade n.° 2006858134, expedida em 28-11-1986, pela SSP/RS; e para membro suplente: **Milton Paulo Krüger,** brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado na Rua Engenheiro Coelho Parreira, 197, em Porto Alegre (RS), inscrito no CPF/MF. sob o n.° 014257490/20 e portador da Carteira de Identidade n.° 5023384166, expedida em 02-10-1987, pela SSP/RS. A posse dos eleitos ocorrerá após a

A posse dos eleitos ocorrerá após a aprovação de seus nomes pelo Banco Central do Brasil. **7-** Fixar a remuneração mensal do Conselho de Administração, que será equivalente, para cada membro, a 20% (vinte por cento) da que, em média, for atribuída mensalmente a cada Diretor, não computados benefícios, verba de representação, 13ª remuneração e participação nos lucros. **7.1-** Atribuir aos membros da Diretoria, para o próximo período, a seguinte remuneração: **a)** para o Diretor-Presidente: Honorários: R$ 12.000,00 (doze mil reais) e Verba de Representação: R$ 12.000,00 (doze mil reais) **b)** para o Vice-Presidente: Honorários: R$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais) e Verba de Representação: R$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais); **c)** para cada Diretor: Honorários: R$ 10.000,00 (dez mil reais) e Verba de Representação: R$ 10.000,00 (dez mil reais), assegurando-se ao Diretor, oriundo do quadro de empregados da Caixa Estadual S.A. – Agência de Fomento/RS, optar pela remuneração global que percebia como empregado, acrescida da verba de representação que couber aos demais diretores. **7-2** – Determinar que a remuneração anual compreende 13 (treze) pagamentos, cabendo aos diretores o direito de participarem na distribuição de Participação nos Lucros e Resultados – PLR. **7.3** -Decidir que, em caso de o acionista controlador, no decorrer do exercício, vir a proceder a majorações na remuneração da Diretoria, com observância da legislação estadual pertinente, inclusive retroativamente, as eventuais majorações poderão ser implementadas, cabendo à próxima Assembléia Geral Ordinária ratificá-las. **7-4-** Fixar a remuneração mensal do Conselho Fiscal, que será equivalente, para cada membro em exercício, a 20% (vinte por cento) da que, em média for atribuída a cada Diretor, não computados benefícios, verba de representação, 13ª remuneração e participação nos lucros. **7-5** - Os Conselheiros eleitos observarão o disposto no art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal. **8** -Colocada a palavra à disposição de quem dela quisesse fazer uso, ninguém se manifestou e assim esgotada a ordem do dia, foi determinada a lavratura desta Ata na forma de sumário dos fatos ocorridos e a sua publicação com a omissão das assinaturas dos acionistas presentes, tal como facultam os parágrafos 1° e 2° do art. 130 da Lei. 6404/76., Porto Alegre, 17 de março de 2011. **Acionistas Presentes**: Estado do Rio Grande do Sul, representado pelo Senhor Mauro Knijnik, Secretário de Estado de Desenvolvimento e Promoção do Investimento; José Antônio Valle Antunes Junior, Josué de Souza Barbosa, Ricardo Richiniti Hingel, Carlos Rodolfo Brandão Hartmann, Getúlio Dorneles Fernandes da Silva, Ricardo Englert, José Antônio Chaves Franco, Aloisio Félix da Nóbrega, Marcelo de Carvalho Lopes, Joni Jorge Kaercher e Luiz Diogo Garrastazu. Porto Alegre, 17 de março de 2011.

DECLARAÇÃO

Como Presidente e Secretário da Assembléia, declaramos que a presente é cópia fiel da ata original lavrada no livro próprio da sociedade.

Secretário Mauro Knijnik,
Presidente da Assembléia.

Luiz Diogo Garrastazu,
Secretário da Assembléia.
OAB/RS 8664

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... : ROSANE NUNES
REGISTRO..... : RS-048702/O-3
CATEGORIA..... : CONTADOR
CPF..... : 334.369.670-68

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 08.02.2011 as 21:11:29.
Válido até: 07.08.2011.
Código de Controle: 92931.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul
CEASA/RS

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO
CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67

CEASA/RS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO

	31/12/10 R$	31/12/09 R$
CIRCULANTE	**3.873.885,89**	**3.451.104,07**
DISPONIBILIDADES	1.832.515,56	1.678.901,74
Caixa	189.175,19	95.018,74
Bancos	1.602.128,66	1.544.752,78
Aplicações de Liquidez Imediata	41.211,71	39.130,22
DIREITOS REALIZÁVEIS	1.979.904,99	1.711.928,25
Permissionários	1.884.360,18	1.566.555,61
(-) Provisão Perdas Recebimento Créditos	(8.859,30)	0,00
Estoques	61.188,40	43.979,93
Impostos a Recuperar	32.989,30	33.679,31
Outros Direitos	10.226,41	67.713,40
DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	61.465,34	60.274,08
Premios de Seguros	17.171,96	17.363,74
Despesas Administrativas	44.293,38	42.910,34
NÃO CIRCULANTE	**5.136.260,19**	**5.129.683,98**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	157.414,96	257.983,86
Permissionários	0,00	9.193,75
(-) Provisão Perdas Recebimento Créditos	0,00	(749,07)
Depósitos Judiciais	157.414,96	249.539,18
INVESTIMENTOS	23.543,15	23.543,15
Participações	23.543,15	23.543,15
IMOBILIZADO	4.955.302,08	4.848.156,97
Custo Histórico Corrigido	20.358.572,30	19.888.699,60
(-) Depreciações Acumuladas	(15.403.270,22)	(15.040.542,63)
TOTAL ATIVO	**9.010.146,08**	**8.580.788,05**

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO
CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67

CEASA/RS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

BALANÇO PATRIMONIAL

PASSIVO

	31/12/10 R$	31/12/09 R$
CIRCULANTE	**2.162.537,67**	**2.211.622,21**
Fornecedores	952.432,14	940.412,23
Ordenados e Salários a Pagar	88.723,94	95.572,56
Obrigações Sociais	329.803,91	343.848,79
Obrigações Tributárias	324.560,06	479.621,29
Provisões Constituídas	343.812,96	224.535,56
Outras Exigibilidades	123.204,66	127.631,78
NÃO CIRCULANTE	**2.656.508,90**	**2.395.213,55**
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	2.430.778,53	2.091.284,53
Credores por Caução	6.133,79	6.103,36
Obrigações Sociais e Fiscais	1.671.884,50	1.508.142,86
Provisões Constituídas	752.760,24	577.038,31
RESULTADO EXERCÍCIO FUTURO	225.730,37	303.929,02
PATRIMONIO LIQUIDO	**4.191.099,51**	**3.973.952,29**
CAPITAL SOCIAL	10.137.761,48	10.137.761,48
Capital Subscrito	11.288.105,48	11.288.105,48
(-) Capital a Realizar	(1.150.344,00)	(1.150.344,00)
RESERVAS DE CAPITAL	3.369.174,48	3.369.174,48
PREJUÍZOS ACUMULADOS	(9.315.836,45)	(9.532.983,67)
TOTAL PASSIVO	**9.010.146,08**	**8.580.788,05**

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO
CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67

CEASA/RS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

	31/12/10 R$	31/12/09 R$
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**7.847.067,49**	**7.052.088,99**
Serviços Prestados	7.847.067,49	7.052.088,99
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(498.092,65)	(475.335,70)
Impostos Incidentes s/ receitas	498.092,65	475.335,70
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	**7.348.974,84**	**6.576.753,29**
LUCRO BRUTO	**7.348.974,84**	**6.576.753,29**
(+) RECEITAS OPERACIONAIS	965.670,21	551.914,61
Financeiras	142.189,16	119.300,32
Outras Receitas	823.481,05	432.614,29
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	(8.000.570,11)	(7.573.426,45)
Pessoal	3.786.574,10	3.312.485,79
Gastos Gerais e Administrativos	1.411.618,21	2.474.726,85
Serviços e Seguros	1.623.757,48	165.448,02
Encargos, Impostos e Taxas	70.464,37	212.879,59
Depreciações e Amortizações	382.268,99	365.925,97
Financeiras	222.223,18	353.074,43
Provisões	195.384,64	395.183,54
Convênios	274.972,67	215.172,93
Outras Despesas	33.306,47	78.529,33
RESULTADO OPERACIONAL	**314.074,94**	**(444.758,55)**
RESULTADO ANTES DA CSLL E DO IRPJ	**314.074,94**	**(444.758,55)**
(-) Provisão para Imposto de Renda	64.342,41	0,00
(-) Provisão para Contribuição Social	32.585,31	0,00
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO	**217.147,22**	**(444.758,55)**
LUCRO (PREJ.) LIQUIDO POR AÇÃO	0,019236817	(0,039400637)

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A

SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO
CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67

CEASA/RS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

DEMONSTRACÃO DAS MUTACÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVAS DE CAPITAL	LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAL
SALDO EM 31.12.08	11.288.105,48	(1.150.344,00)	3.369.174,48	(9.088.225,12)	4.418.710,84
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL					0,00
SUBSCRIÇÃO DE CAPITAL					0,00
AJUSTES EX.ANTERIORES					0,00
LUCRO(PREJUIZO)PERÍODO				(444.758,55)	(444.758,55)
SALDO EM 31.12.09	11.288.105,48	(1.150.344,00)	3.369.174,48	(9.532.983,67)	3.973.952,29
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL					0,00
SUBSCRIÇÃO DE CAPITAL					0,00
AJUSTES EX.ANTERIORES					0,00
LUCRO(PREJUIZO)PERÍODO				217.147,22	217.147,22
SALDO EM 31.12.10	11.288.105,48	(1.150.344,00)	3.369.174,48	(9.315.836,45)	4.191.099,51

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO
CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67

CEASA/RS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	31/12/10 R$	31/12/09 R$
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO	**217.147,22**	**(444.758,55)**
AJUSTES AO LUCRO LIQUIDO		
Depreciações e Amortizações	382.268,99	365.925,97
Provisão Contingências Trabalhistas	175.721,93	297.121,03
Provisão Perdas Recebimento Créditos	19.662,71	98.062,51
AJUSTES VARIAÇÕES ATIVO E PASSIVO		
Aumento Direitos Realizáveis	(267.976,74)	(113.848,32)
Aumento/Redução Despesas Pagas Antecipadamente	(1.191,26)	(2.428,15)
Aumento Realizável a Longo Prazo	89.243,28	(150.685,22)
Aumento Passivo Circulante	(49.084,54)	201.676,62
Aumento/Redução Exigível Longo Prazo	163.772,07	489.650,13
Redução/Aumento Resultado Exercícios Futuros	(78.198,65)	(34.548,51)
CAIXA LIQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**651.365,01**	**706.167,51**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisições de Direitos do Imobilizado	(497.751,19)	(184.166,32)
CAIXA LIQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**(497.751,19)**	**(184.166,32)**
GERAÇÃO LIQUIDA DE CAIXA	**153.613,82**	**522.001,19**
SALDO INICIAL DE CAIXA E EQUIVALENTES	**1.678.901,74**	**1.156.900,55**
SALDO FINAL DE CAIXA E EQUIVALENTES	**1.832.515,56**	**1.678.901,74**

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A

SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO
CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67

CEASA/RS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrais de Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul S/A - CEASA/RS é uma sociedade por ações de economia mista, cuja gestão compete ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul através de sua Secretaria da Agricultura, Pecuária, Pesca e Agronegócio. A CEASA/RS foi constituída através da Lei Estadual n. 5993/70 e da Lei Municipal n. 3413/70. Posteriormente, através do Decreto n. 70.502/72 que regulamenta o SINAC (Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento) a União Federal ficou com a gestão das Centrais de Abastecimento, e através da lei nº 8819/89 foi dada ao Estado do Rio Grande do Sul autorização para receber as ações da União Federal, o que deixou o Estado na condição de acionista majoritário da Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul. Suas atividades de comercialização iniciaram em 25 de setembro de 1973, com a transferência dos usuários do Mercado da Praia de Belas para as dependências da CEASA/RS, a Avenida Fernando Ferrari nº 1001 no Bairro Anchieta em Porto Alegre.
A Sociedade tem por objeto principal: construir, instalar e administrar Centrais de Abastecimento e Mercados destinados a orientar e disciplinar a distribuição e colocação de hortigranjeiros e outros produtos alimentícios em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul. Dentre seus objetivos está o aspecto social de sua atividade, com orientação e fiscalização do mercado hortifrutigranjeiro, representando um centro polarizador entre produtores, comerciantes e consumidores. A CEASA/RS propicia um equilíbrio de preços, em razão da maior oferta, ocasionando o controle da elevação abusiva de preços e combate à formação de monopólios na distribuição de alimentos.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as disposições da Lei 6.404/76, conjugadas a Lei nº 9249/95, e com a Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09).

NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais diretrizes contábeis adotadas para o registro das operações foram as seguintes:
a) Receitas e Despesas
As receitas e despesas são reconhecidas segundo o regime de competência.
b) Provisão perdas no recebimento de créditos
As perdas no recebimento de créditos foram deduzidas como despesas conforme observado pelos artigos 9º ao 14º da Lei 9430/96.
c) Estoques
Os estoques foram avaliados pelo Preço Médio de Estoque, consistindo de material de reposição em almoxarifado.
d) Provisão p/ Contingências Trabalhistas
Esta provisão foi constituída em função da média das despesas com indenizações trabalhistas ocorridas no exercício e multiplicada pelo número de processos em andamento, tendo como demanda 48 reclamatórias em 31/12/10.

NOTA 4 - ATIVO NÃO CIRCULANTE

Permissionários Realizável a Longo Prazo
Esta conta é constituída com saldos de usuários permanentes com processo judicial de cobrança.

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A

SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO
CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67

CEASA/RS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 5 - IMOBILIZADO

O Ativo Imobilizado está assim constituído:

CONTAS	Taxa depreciação %	2010 R$	2009 R$
Terrenos	0	369.060,98	369.060,98
Prédios e Urbanizações	4	16.922.970,72	16.550.494,49
Instalações	10	1.178.838,95	1.178.838,95
Veículos e Acessórios	20	560.957,79	577.701,19
Máq.Equipam.e Ferramentas	10	458.881,51	454.518,26
Móveis e Utensílios	10	375.316,20	345.283,66
Equipamentos de Comunicação	10	39.467,20	39.467,20
Outras Imobilizações	10	9.921,00	9.921,00
Obras em Andamento	0	0,00	8.337,09
Direito Uso Software	5	105.685,31	98.719,73
Equipamentos de Informática	20	337.472,64	256.357,05
SOMA		20.358.572,30	19.888.699,60
DEPRECIAÇÃO ACUMULADA		(15.403.270,22)	(15.040.542,63)
VALOR RESIDUAL		4.955.302,08	4.848.156,97

As depreciações foram calculadas pelo método linear, sobre o custo histórico corrigido dos bens, mediante a aplicação das taxas normais que levam em conta o tempo de vida útil e econômica dos bens.

NOTA 6 - PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Obrigações Fiscais e Sociais Exigível a Longo Prazo
O saldo existente nesta conta refere-se a contribuição e tributos parcelados com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional no qual a Empresa requereu adesão em novembro de 2009. Os valores da dívida foram atualizados com as reduções de multa e juros previstas na Lei 11941/09 totalizando na consolidação R$ 1.615.867,35.

NOTA 7 - CAPITAL SOCIAL

O Capital Social autorizado é de R$ 14.695.433,00. O Capital Social Integralizado está representado por 10.137.761 Ações Ordinárias Nominativas, com o valor nominal de R$ 1,00 cada uma. É a seguinte composição do Capital Social:

ACIONISTA	R$	%
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	8.877.709,42	88
PREFEITURA MUNICIPAL PORTO ALEGRE	1.153.636,10	11
OUTROS	106.415,96	1

NOTA 8 - DEMONSTRAÇÃO RESULTADO DO EXERCÍCIO

A CEASA/RS efetua o pagamento de todas as despesas advindas das instalações dos permissionários do complexo, ou seja, decorrentes de rateio das despesas com energia, água, vigilância, limpeza, entre outras responsabilidades, com posterior ressarcimento considerado como recuperação de gastos, que são contabilizados em conta redutora das despesas operacionais.

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 9 - OUTRAS EXIGIBILIDADES

O Terreno no qual se encontra localizado a Ceasa/RS foi integralizado como capital em 1970, mediante cessão e transferência para constituição e realização do capital, dos bens, direitos e ações investidas pelo Município e destinadas à implantação da Central de Abastecimentos, conforme escritura pública, firmada no livro 253-B, folhas 134/149, do 1º Tabelionato de Porto Alegre, sendo que até a presente data não houve averbação da referida cessão e transferência do bem no Registro de Imóveis.

A Prefeitura Municipal de Porto Alegre não cobrava da Ceasa/RS o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, porém em 29 de dezembro de 2009 a Empresa recebeu Auto de Lançamento nº 096/2009, notificando a Ceasa/RS que a mesma sofreu alterações cadastrais passando para a situação de tributado para fins de imposto predial, gerando lançamentos de IPTU para os exercícios de 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008, e partir de então emitindo cobranças dos anos posteriores, constando nas guias de cobrança IPTU/TCL como contribuintes a Ceasa/RS e Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

A Ceasa/RS solicitou então um Parecer a PGE sobre o assunto, recebendo resposta publicada no Diário Oficial em 12 de novembro de 2010, sob nº 15.286, um expediente administrativo que emitiu um parecer com as seguintes alternativas: a) enquanto o imóvel não for registrado em nome da CEASA, continua pertencendo ao Município, não sendo, pois, caso de cobrança de IPTU; b) ainda que da posse decorresse qualquer direito a satisfação do crédito tributário em tese para o Município, a atividade da CEASA, por corresponder a serviço público, torna o respectivo patrimônio imune à tributação. c) a incerteza jurídica poderá ser eliminada mediante ajuizamento de ação declaratória.

A Ceasa/RS solicitou também a Contadoria e Auditoria Geral do Estado parecer no que tange ao lançamento contábil no Balanço Patrimonial da CEASA/RS ou apresentar como Nota Explicativa, recebendo o Parecer de Informação CAGE/DAUD 022/2010 de 05/01/2011, no qual finaliza com: "Diante do exposto, ratificamos as conclusões exaradas pela PGE, bem como as recomendações emitidas por este Órgão de Controle Interno, por meio do Comunicado DAUD/CAGE 030/2010, que assim se manifestou: Dessa forma, tendo em vista os elevados valores questionados pela Prefeitura Municipal, os quais em princípio são questionáveis, e o seu provisionamento afetaria sobremaneira o resultado do exercício, recomendamos sejam os valores apenas declarados em notas explicativas por ocasião do encerramento do exercício, com apresentação do encaminhamento da alternativa adotada pela Administração da CEASA/RS para sanar o problema.

Assim, a CEASA/RS deverá proceder ao registro do montante relativo ao IPTU, como notas explicativas, conforme dispõe o art. 176, § 5º e incisos, da Lei 6.404/76 e suas alterações, que integrarão as Demonstrações Contábeis pertinentes ao encerramento do exercício 2010. Enfatizamos que o registro de outra forma implicará no reconhecimento de um débito que não constitui como liquido e certo para a Companhia. Para finalizar, com relação ao parecer que deverá ser emitido, pelo Conselho de Administração da CEASA/RS, sobre a adequação das Demonstrações Contábeis/2010, poderá aquele Conselho se assim entender, fazer a ressalva do valor relativo ao IPTU que constar em notas explicativas."

Analisando os pareceres da PGE, CAGE o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria da Ceasa/RS são de opinião que os registros contábeis já efetuados relativo a esta dívida deverão ser estornados, e no Balanço Patrimonial do exercício de 2010 deverá ser apresentado somente em Notas Explicativas tendo em vista o reflexo nas demonstrações contábeis, não constituindo tal desiderato uma obrigatoriedade de provisão para contingências tributárias.

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A

SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO
CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67

CEASA/RS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

NOTAS EXPLICATIVAS

Os valores atualizados até a data de 31 de dezembro de 2010 arguidos pela Receita Municipal de Porto Alegre são de R$ 4.614.793,80, estando assim constituído:

LANÇAMENTO	COMPETÊNCIA	VALOR (R$)		OBSERVAÇÃO
		A VENCER	VENCIDO	
20096941078	2004	52.519,93	534.652,90	
20096941086	2005	105.033,43	472.650,46	
20096941094	2006	151.241,25	394.739,68	
20096941108	2007	210.058,90	350.273,21	
20096941116	2008	262.569,88	289.877,14	
20095539543	2009	0,00	633.273,77	Divida Ativa
20105538021	2010	0,00	600.230,17	
20115526956	2011	557.673,08	0,00	
TOTAL		**1.339.096,47**	**3.275.697,33**	

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2010.

AILTON DOS SANTOS MACHADO
PRESIDENTE

LORENA DE FATIMA ARRUÉ DIAS
DIRETORA ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

LUIZ ALBERTO BARELLA
DIRETOR TÉCNICO OPERACIONAL

NILDA BITTENCOURT DOS SANTOS
CONTADORA - CRC/RS Nº 037833/O-7
CIC 204.550.030-68

ceasa/RS

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
CEASA/RS

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Membros do Conselho Fiscal da Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S/A - CEASA/RS, reunidos em cumprimento ao disposto no item VII do artigo 163 da Lei 6.404/76, conjugadas com a Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), examinaram as Demonstrações Contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2010, acompanhadas das notas explicativas da Diretoria. Considerando a avaliação do Demonstrativo do Resultado do Exercício e do acompanhamento efetuado pelo Conselho Fiscal, durante o Exercício de 2010, somos de opinião que as Demonstrações Contábeis representam a situação atual da Empresa, estão em condições de serem apreciadas pelo Conselho de Administração e posteriormente serem submetidas à Assembleia Geral de Acionistas.

Porto Alegre, 09 de março de 2011.

Cleber Quadros Vieira
Presidente
Representante do Governo do Estado

Heraldo Veríssimo Arnt
Representante Prefeitura Municipal de Porto Alegre

Lino Bernardo Dutra
Representante do Governo do Estado (Assucergs/Assphcergs)

ceasa/RS

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
CEASA/RS

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os Membros do Conselho de Administração da Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S/A - CEASA/RS, tendo examinado as Demonstrações Contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2010, acompanhadas de Notas Explicativas e Parecer do Conselho Fiscal, após análise dos referidos documentos e de esclarecimentos prestados pela Diretoria aprovam por unanimidade as Demonstrações Contábeis, considerando que as mesmas estão em condições de serem apreciadas pela Assembleia Geral de Acionistas.

Porto Alegre, 10 de março de 2011.

Ivar Pavan
Representante do Governo do Estado
Presidente

Elton Weber
Representante do Governo do Estado

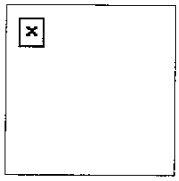
Gervásio Plucinski
Representante do Governo do Estado

Valter Luis da Costa Nagelstein
Representante da Prefeitura Municipal de Porto Alegre

Evandro Finkler
Representante da Associação dos Produtores da CEASA/RS

Hermes Antonio Bitencourt
Representante da Associação dos Usuários da CEASA/RS

Alvaro Antunes Gonçalves
Representante da Associação dos Funcionários da CEASA/RS



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... : NILDA BITTENCOURT DOS SANTOS
REGISTRO..... : RS-037833/O-7
CATEGORIA..... : CONTADOR
CPF..... : 204.550.030-68

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 10.03.2011 as 11:26:38.
Válido até: 06.09.2011.
Código de Controle: 94171.

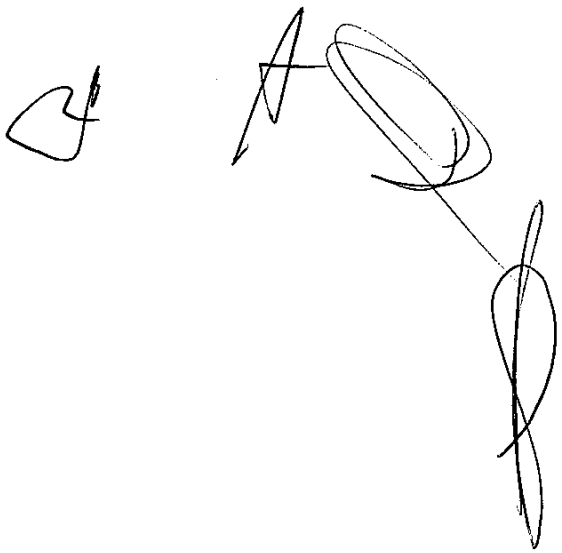
Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul

PROCERGS

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

ATIVO	2010	2009
CIRCULANTE	**48.967.910,18**	**68.922.649,23**
DISPONIBILIDADES	4.787.170,65	12.839.301,65
CAIXA E BANCOS	4.787.170,65	12.839.301,65
CRÉDITOS	31.001.862,69	47.694.332,15
CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	30.231.413,43	45.046.534,35
PARCELAMENTO DE CLIENTES	4.969,21	1.049.431,54
(-) PROVISÃO P/CRÉD. LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	(2.257.532,99)	(2.143.792,67)
CRÉDITOS DE PESSOAL	1.055.813,11	2.116.300,12
OUTROS CRÉDITOS	1.967.199,93	1.625.858,81
ESTOQUES	12.413.326,32	7.602.580,70
MATERIAIS DE PROCESSAMENTO E IMPRESSÃO	20.490,51	17.031,64
MATERIAIS INDIRETOS	938.101,66	2.223.797,63
SERVIÇOS EM ANDAMENTO	11.454.734,15	5.361.751,43
DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE	765.550,52	786.434,73
NÃO CIRCULANTE	**26.700.599,70**	**18.711.956,32**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	2.329.501,32	2.430.074,00
PARCELAMENTO DE CLIENTES	0,00	4.565,40
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS/JUDICIAIS	2.328.830,42	2.275.850,78
DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE	670,90	149.657,82
INVESTIMENTOS	151.388,40	151.388,40
IMOBILIZADO	16.782.666,47	10.542.417,38
DIFERIDO	0,00	107.055,67
INTANGÍVEL	7.437.043,51	5.481.020,87
TOTAL DO ATIVO	**75.668.509,88**	**87.634.605,55**



0046

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

PASSIVO	2010	2009
CIRCULANTE	**33.644.821,65**	**42.314.601,09**
FORNECEDORES	6.903.190,75	12.830.416,94
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	7.446.459,82	10.065.706,14
OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS	5.689.311,39	4.942.952,78
PROVISÃO DE FÉRIAS E ENCARGOS	9.608.998,94	8.767.673,45
PARCELAMENTO CONTRIB. PREVIDENCIÁRIAS	650.433,00	625.565,76
PARCELAMENTO OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	1.351.145,42	1.292.639,57
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	1.104.024,20
PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS	1.000.000,00	800.000,00
OUTRAS OBRIGAÇÕES	995.282,33	1.885.622,25
NÃO CIRCULANTE	**3.194.530,87**	**4.968.130,89**
PARCELAMENTO CONTRIB. PREVIDENCIÁRIAS	975.649,50	1.563.914,40
PARCELAMENTO OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	2.026.718,11	3.231.598,93
PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS	192.163,26	172.617,56
TOTAL DO PASSIVO	**36.839.352,52**	**47.282.731,98**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CAPITAL SOCIAL	35.509.999,92	35.509.999,92
CAPITAL SUBSCRITO	36.440.000,00	36.440.000,00
(-) CAPITAL A INTEGRALIZAR	(930.000,08)	(930.000,08)
RESERVAS DE CAPITAL	7.863,68	7.863,68
C.M. DO CAPITAL REALIZADO	7.863,68	7.863,68
RESERVAS DE LUCROS	3.311.293,76	4.834.009,97
RESERVA LEGAL	428.000,02	428.000,02
RESERVA ESTATUTÁRIA	2.883.293,74	4.406.009,95
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**38.829.157,36**	**40.351.873,57**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**75.668.509,88**	**87.634.605,55**

ADEMIR MILTON PICCOLI
DIRETOR-PRESIDENTE
CPF 667.050.020-34

ANTÔNIO RAMOS GOMES
DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO E DE RELACIONAMENTO COM CLIENTES
CPF 148.333.790-15

SÉRGIO RENÊ DE BARBA DALANHOL
DIRETOR TÉCNICO
CPF 344.564.570-15

CARLOS AUGUSTO DA SILVA FERREIRA
CONTADOR CRC-RS 40.669
CPF 400.091.900-82

0046

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

PATRIMÔNIO LÍQUIDO MUTAÇÕES	CAPITAL REALIZADO	RES. DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS			LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
		RESERVA C.M. DO CAPITAL	RESERVA LEGAL	RESERVA ESTATUTÁRIA	RESERVA ESPECIAL		
SALDO EM 31.12.2008	**35.509.999,92**	**7.863,68**	**428.000,02**	**7.222.811,00**	**378.511,41**	**0,00**	**43.547.186,03**
AJUSTE EXERCÍCIO ANTERIOR	-	-	-	-	-	(3.385.266,10)	(3.385.266,10)
LUCRO LÍQUIDO EXERCÍCIO	-	-	-	-	-	189.953,64	189.953,64
DESTINAÇÃO DURANTE O EXERCÍCIO:							
- RESERVA LEGAL	-	-	-	-	-	-	-
- RES. ESTATUTÁRIA	-	-	-	(2.816.801,05)	(378.511,41)	3.195.312,46	-
- RESERVA ESPECIAL	-	-	-	-	-	-	-
SALDO EM 31.12.2009	**35.509.999,92**	**7.863,68**	**428.000,02**	**4.406.009,95**	**0,00**	**0,00**	**40.351.873,57**
AJUSTE EXERCÍCIO ANTERIOR	-	-	-	-	-	(2.183.526,11)	(2.183.526,11)
LUCRO LÍQUIDO EXERCÍCIO	-	-	-	-	-	660.809,90	660.809,90
DESTINAÇÃO DURANTE O EXERCÍCIO:							
- RESERVA LEGAL	-	-	-	-	-	-	-
- RES. ESTATUTÁRIA	-	-	-	(1.522.716,21)	-	1.522.716,21	-
- RESERVA ESPECIAL	-	-	-	-	-	-	-
SALDO EM 31.12.2010	**35.509.999,92**	**7.863,68**	**428.000,02**	**2.883.293,74**	**0,00**	**0,00**	**38.829.157,36**

ADEMIR MILTON PICCOLI
DIRETOR-PRESIDENTE
CPF 667.050.020-34

ANTONIO RAMOS GOMES
DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO E DE RELACIONAMENTO COM CLIENTES
CPF 148.333.790-15

SÉRGIO RENÉ DEBARBA DALANHOL
DIRETOR TÉCNICO
CPF 344.564.570-15

CARLOS AUGUSTO DA SILVA FERREIRA
CONTADOR CRC-RS 40.669
CPF 400.091.900-82

PROCERGS
CIA. DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Praça dos Açorianos s/nº - CEP 90010-340 - PABX (51) 3210.3100 - Fax (51) 3227.5177 - Cx. Postal 236 - Porto Alegre - RS - BRASIL
INTERNET http://www.procergs.com.br E-MAIL procergs @ procergs.com.br

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

	2010	2009
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	***170.274.790,99***	***159.467.981,36***
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	*(11.394.934,14)*	*(10.776.080,61)*
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	***158.879.856,85***	***148.691.900,75***
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	*(114.710.371,30)*	*(99.441.985,45)*
LUCRO BRUTO	***44.169.485,55***	***49.249.915,30***
DESPESAS OPERACIONAIS	*(43.266.087,68)*	*(49.127.448,51)*
DESPESAS COM VENDAS	*(3.939.797,26)*	*(3.353.655,92)*
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	*(39.527.190,59)*	*(45.206.935,71)*
DESPESAS FINANCEIRAS	*(746.389,66)*	*(1.780.919,71)*
RECEITAS FINANCEIRAS	*947.289,83*	*1.214.062,83*
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	*997.354,17*	*1.279.018,06*
LUCRO OPERACIONAL	***1.900.752,04***	***1.401.484,85***
OUTRAS RECEITAS	*25.320,18*	*5.015,30*
OUTRAS DESPESAS	*(17.888,82)*	*(32.422,67)*
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	***1.908.183,40***	***1.374.077,48***
IMPOSTO DE RENDA	*(900.438,50)*	*(858.581,49)*
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	*(346.935,00)*	*(325.542,35)*
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	***660.809,90***	***189.953,64***

(R$4,30 de lucro por lote de mil ações)

ADEMIR MILTON PICCOLI
DIRETOR-PRESIDENTE
CPF 667.050.020-34

ANTÔNIO RAMOS GOMES
DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO E DE RELACIONAMENTO COM CLIENTES
CPF 148.333.790-15

SÉRGIO RENÉ DEBARBA DALANHOL
DIRETOR TÉCNICO
CPF 344.564.570-15

CARLOS AUGUSTO DA SILVA FERREIRA
CONTADOR CRC-RS 40.669
CPF 400.091.900-82

0046

PROCERGS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

1 - ATIVIDADES OPERACIONAIS	2010	2009
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	660.809,90	189.953,64
DEPRECIAÇÃO/AMORTIZAÇÃO	7.356.835,23	6.416.142,15
DEPRECIAÇÕES / AMORTIZAÇÕES EXERCÍCIOS ANTERIORES	295.790,48	3.720.000,00
DEPRECIAÇÕES / AMORTIZAÇÕES - OUTROS AJUSTES	(6.244,14)	7.224,07
REDUÇÃO CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	14.928.861,24	345.298,17
REDUÇÃO PARCELAMENTO DE CLIENTES	1.049.027,73	13.789.878,76
AUMENTO DOS ESTOQUES	(4.810.745,62)	(4.811.406,17)
REDUÇÃO DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE	169.871,13	542.105,35
AUMENTO DEPÓSITOS JUDICIAIS	(52.979,64)	(402.726,66)
REDUÇÃO DE OUTRAS CONTAS A RECEBER	719.145,89	501.915,25
REDUÇÃO DE FORNECEDORES	(5.927.226,19)	(3.594.096,57)
REDUÇÃO DE IMPOSTOS S/SERVIÇOS	(1.961.830,33)	1.881.158,26
REDUÇÃO DE IMPOSTOS RETIDOS NA FONTE E S/LUCRO	(657.415,99)	1.430.807,89
AUMENTO SALÁRIOS E ENCARGOS	1.544.911,43	1.016.754,52
AUMENTO PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS	219.545,70	(368.526,32)
REDUÇÃO DE OBRIGAÇÕES COM CLIENTES	-	(2.230.663,00)
REDUÇÃO DE OUTRAS CONTAS A PAGAR	(847.567,25)	310.949,14
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	(2.183.526,11)	(3.385.266,10)
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**10.497.263,46**	**15.359.502,38**
2 - ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
BAIXAS DE ATIVOS IMOBILIZADOS	77.196,29	32.422,67
COMPRA DE ATIVOS IMOBILIZADOS	(15.812.793,92)	(11.272.899,22)
RECEBIMENTO DE DIVIDENDOS E JUROS S/CAPITAL	-	5.015,30
COMPRA DE ATIVOS DIFERIDOS	-	(59.972,00)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**(15.735.597,63)**	**(11.295.433,25)**
3 - ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
PAGAMENTOS DE EMPRÉSTIMOS	(1.104.024,20)	(10.801.015,22)
PAGAMENTOS DE FINANCIAMENTOS	(1.709.772,63)	(1.524.825,21)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**(2.813.796,83)**	**(12.325.840,43)**
REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	**(8.052.131,00)**	**(8.261.771,30)**

	2010	2009	VARIAÇÃO
CAIXA	7.249,86	2.103,20	5.146,66
BANCOS	4.769.788,65	2.126.763,63	2.643.025,02
APLICAÇÕES FINANCEIRAS (SIAC)	10.132,14	10.710.434,82	(10.700.302,68)
	4.787.170,65	12.839.301,65	(8.052.131,00)

ADEMIR HILTON PICCOLI
DIRETOR-PRESIDENTE
CPF 667.050.020-34

ANTÔNIO RAMOS GOMES
DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO E DE RELACIONAMENTO COM CLIENTES
CPF 148.333.790-15

SÉRGIO RENÊ DEBARBA DALANHOL
DIRETOR TÉCNICO
CPF 344.564.570-15

CARLOS AUGUSTO DA SILVA FERREIRA
CONTADOR CRC-RS 40.669
CPF 400.091.900-82

0046

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(valores em Reais)

1. Contexto Operacional

A PROCERGS – Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul, criada pela Lei Estadual n.º 6.318 de 30 de novembro de 1971, é uma Sociedade de Economia Mista com sede em Porto Alegre, Coordenadorias Regionais nas cidades de Alegrete, Caxias do Sul, Pelotas, Passo Fundo, Santo Ângelo e Santa Maria e Unidades Regionais nas cidades de Bagé, Cruz Alta e Santa Cruz do Sul, e suas atividades concentram-se, basicamente, na execução de serviços de processamento de dados, tratamento de informações e telecomunicações para os órgãos da administração direta e indireta do Governo do Estado. Adicionalmente, presta serviços de informática e assessoramento técnico a órgãos da administração pública em geral e entidades privadas.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis e as notas explicativas estão apresentadas em reais e são elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Legislação Societária (Art. 176 da Lei n.º 6.404, de 15/12/76, alterado pela Lei n.º 11.638 de 28 de dezembro de 2007, pela Medida Provisória n.º 449/2008 de 12 de dezembro de 2008 e pela Lei n.º 11.941, de 27 de maio de 2009, bem como as Resoluções CFC n.º 1.255/09 e 1.285/10).

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

(a) Provisão para Devedores Duvidosos

Nesta rubrica está constituída a provisão dos valores devidos pelos clientes da iniciativa privada e das empresas públicas que não seja controlador, controlada, coligada ou interligada com a PROCERGS.

(b) Estoques de Materiais

São avaliados ao custo médio de aquisição, inferiores aos valores do mercado.

(c) Serviços em Andamento

Nesta rubrica estão contabilizadas e demonstradas a valores históricos todas as despesas incorridas para a elaboração dos serviços, onde somente serão consideradas como custo, compondo o resultado do período, no momento em que seus respectivos faturamentos ocorrerem, objetivando dessa forma atender o princípio da competência.

0046

(d) Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes (Realizáveis a Longo Prazo)

São apresentados ao valor de sua realização, sendo que os Depósitos Judiciais referem-se a ações trabalhistas e são atualizados pela TR do dia 1° de cada mês, mais 3% de juros ao ano, em cumprimento ao Decreto n.° 3.000, de 26/03/99 (Regulamento do Imposto de Renda), para os quais constitui provisões no Passivo Circulante, na rubrica de Provisões para Contingências.

(e) Investimentos

Os investimentos referem-se a participações em outras empresas, entre elas, Brasil Telecom S/A, Telebras – Telecomunicações Brasileiras S/A, CEEE - Companhia Estadual de Energia Elétrica, CTMR – Cia. Telefônica Melhoramento e Resistência, demonstrados ao custo de aquisição corrigido monetariamente até 31/12/95.

(f) Imobilizado

Esses ativos estão registrados ao custo de aquisição corrigidos monetariamente até 31/12/95. A depreciação é calculada pelo método das quotas constantes, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil estimado dos bens, segundo parâmetros estabelecidos pela Legislação Tributária. Para os equipamentos de produção, utilizou-se a depreciação acelerada em função do número de horas diárias de operação.

(g) Intangível

Esses ativos estão registrados ao custo de aquisição corrigidos monetariamente até 31/12/95.

(h) Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido são calculados conforme normas estabelecidas para as empresas que tem como base de apuração o Lucro Real.

(i) Passivo Circulante e Não Circulante

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

(j) Resultado do Exercício

É apurado em conformidade com o regime contábil obedecendo ao princípio da competência.

0046

4. Parcelamento de Dívida

A PROCERGS tem firmado Termo de Confissão de Dívida com o cliente a seguir:

1. Quarta Vara da Fazenda Pública, Termo de Acordo de Dívida n.º DNE-11/2008 de 20/02/2008:

Data	Termo de Confissão	Montante	Número de Parcelas	Término	Índice de Atualização	Saldos em 31/12/10
20/02/08	011/2008	17.196,57	48	30/12/2011	IGP-M	4.969,21

5. Imobilizado

Discriminação	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Depreciação Anual
Terrenos	1.769.907,20	--x--	1.769.907,20	-- x --
Prédios	9.226.948,70	7.242.116,35	1.984.832,35	4%
Equip. de Produção	35.789.143,75	30.835.310,55	4.953.833,20	40%
Equip. de Apoio	3.046.128,82	710.227,15	2.335.901,67	20%
Instalações/Outros	9.617.826,59	3.879.634,54	5.738.192,05	17% (1)
Totais	**59.449.955,06**	**42.667.288,59**	**16.782.666,47**	

(1) Taxa Média

Em atendimento à Lei nº 6.404/76 e suas atualizações, bem como o pronunciamento técnico CPC PME (Seção 18) aprovado pelas Resoluções CFC nº 1.255/09 e 1.285/10, foi realizada a reclassificação do item "Programas de Computador" que pertencia ao grupo do Ativo Imobilizado para o grupo do Ativo Intangível.

A Companhia também avaliou a existência de qualquer indicação de que um ativo possa estar com seu valor contábil superior ao seu valor recuperável. A conclusão foi que o valor do ativo imobilizado é totalmente recuperável, não havendo a necessidade de reconhecer perdas por desvalorização.

6. Intangível

Discriminação	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Amortização Anual
Programas de Computador	15.628.933,98	8.199.653,20	7.429.280,78	20%
Direito Uso Telefone	2.911,08	--x--	2.911,08	-- x --
Marcas	4.851,65	--x--	4.851,65	-- x --
Totais	**15.636.696,71**	**8.199.653,20**	**7.437.043,51**	

0046

7. Parcelamento de Contribuições Previdenciárias

Corresponde ao acordo de parcelamento de dívidas com o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, realizado em 120 parcelas, vencíveis até junho de 2013, sujeitos a juros equivalentes à taxa de juros de longo prazo (TJLP).

As parcelas de Longo Prazo em 31/12/10 têm a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Valor Anual
2012	650.433,00
2013	325.216,50
Total	**975.649,50**

8. Parcelamento de Obrigações Tributárias

(a) PASEP

Corresponde ao acordo de parcelamento de dívidas com a Secretaria da Receita Federal - SRF, realizado em 120 parcelas, vencíveis até junho de 2013, sujeitos a juros equivalentes à taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) para títulos federais, acumulada mensalmente, e adicionados de um por cento relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

As parcelas de Longo Prazo em 31/12/10 têm a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Valor Anual
2012	422.592,48
2013	211.296,24
Total	**633.888,72**

(b) PASEP - DÍVIDA ATIVA

Corresponde ao acordo de parcelamento de dívidas com a Secretaria da Receita Federal - SRF, realizado em 120 parcelas, vencíveis até junho de 2013, sujeitos a juros equivalentes à taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) para títulos federais, acumulada mensalmente, e adicionados de um por cento relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

0046

As parcelas de Longo Prazo em 31/12/10 têm a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Valor Anual
2012	442.887,32
2013	221.443,62
Total	**664.330,94**

(c) COFINS

Corresponde ao acordo de parcelamento de dívidas com a Secretaria da Receita Federal - SRF, realizado em 120 parcelas, vencíveis até junho de 2013, sujeitos a juros equivalentes à taxa de juros de longo prazo (TJLP).

As parcelas de Longo Prazo em 31/12/10 têm a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Valor Anual
2012	485.665,61
2013	242.832,84
Total	**728.498,45**

9.Patrimônio Líquido - Capital Social

O Capital Social é composto de 153.718.535 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, com a seguinte composição:

Acionistas	Tipo	Quantidade	%
Estado do Rio Grande do Sul	ON	151.547.598	98,59
Brasil Telecom S/A	ON	1.366.594	0,89
CORSAN – Companhia Riograndense de Saneamento	ON	431.557	0,28
IPERGS – Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul	ON	372.786	0,24
Total das ações		**153.718.535**	**100,00**

A Companhia possui um saldo de Capital a Integralizar, remanescente da subscrição de ações em 07/12/94, na ordem de R$ 930.000,08, conforme Boletim e Ata de Reunião do Conselho de Administração n.º 94/09, e processo 004398-24.89/98-0.

O valor patrimonial da ação em 31/12/10 é de R$ 0,25.

0046

10. Outras informações

(a) Coberturas de Seguros

A Companhia mantém coberturas de seguros por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos.

Destacamos, a seguir, a posição dos seguros mantidos na data de encerramento do exercício social:

Objeto	Modalidade	Valor Segurado
Prédios, equipamentos, móveis e utensílios	Incêndio	83.123.251,00
Veículos	Colisão, incêndio e roubo	* Ver abaixo
Seguro de Vida em Grupo	Morte e invalidez	2.607.380,28

*Valor de Mercado Referenciado pela tabela de referência do FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) utilizando-se o fator de ajuste de 100% (cem por cento) sobre o valor de cotação do veículo, na data de liquidação do sinistro (Cláusula 2.3 do contrato).

(b) Provisões para Contingências

As atuais provisões contemplam as estimativas feitas pela Assessoria Jurídica Trabalhista, sobre contingências que possam resultar em perda para a Companhia, sendo classificadas no Passivo Circulante e Não Circulante, conforme a expectativa de desembolso.

- As ações trabalhistas estão representadas por 132 processos, movidos por ex-empregados e terceiros, abrangendo, principalmente, horas extras, FGTS e diferenças de salários.
- As ações cíveis estão representadas por 04 processos movidos por terceiros.

Contingência	Curto Prazo	Longo Prazo
Trabalhista	1.000.000,00	-
Cíveis	-	192.163,26
Total	**1.000.000,00**	**192.163,26**

(c) Plano Complementar de Aposentadoria e Pecúlio/Pensões

O Instituto Assistencial da PROCERGS – PROCIUS, é uma pessoa jurídica de direito privado, criada na forma de sociedade civil pela PROCERGS – Cia. de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul, que tem por finalidade prestar assistência, promover o bem-estar social e suplementar a previdência oficial em favor dos empregados e dirigentes da mantenedora. A Companhia, na qualidade de mantenedora, contribui anualmente com um percentual sobre a folha de pagamento, suficiente para, em conjunto com a contribuição dos beneficiários, assegurar a cobertura do plano de custeio, atuarialmente calculado.

0046

11. Ajustes de Exercícios Anteriores

Foram registrados em Lucros ou Prejuízos Acumulados, no Patrimônio Líquido, os seguintes ajustes:

Discriminação	Valor
AJUSTES NEGATIVOS:	
• Valores imobilizados indevidamente nos exercícios de 2008 e 2009.....	(32.130,38)
• Valor depreciação de bens adquiridos em 2009 e incluídos no patrimônio neste exercício.....	(309.790,47)
• Valor ajustes inventário físico de estoque, de itens consumidos no exercício de 2009.....	(1.007.364,59)
• Valor ajustes conta "Depósitos em Juízo"	(239.107,08)
• Valor ajustes conta "ISSQN a Recolher", referente a valores não apropriados nos exercícios de 2007 e 2008.....	(10.386,16)
• Valor cancelamento de diversas faturas e notas de débitos emitidas indevidamente em exercícios anteriores.....	(1.592.387,25)
• Valor provisionado a menor telefonia fixa Brasil Telecom exercício de 2009.....	(57.168,95)
Soma	(3.248.334,88)
AJUSTES POSITIVOS:	
• Valor crédito ICMS s/serviço de telecomunicação exercícios de 2008 e 2009.....	839.879,08
• Valor ajuste depreciação calculada a maior exercício de 2008.....	13.999,99
• Valor provisionado a maior telefonia móvel Brasil Telecom exercício de 2009.....	17.327,03
• Valor ajustes conta "ISSQN a Recolher", referente a valores apropriados a maior.....	56.344,02
• Valor ajustes conta "Depósitos em Juízo"	137.258,65
Soma	1.064.808,77
Total	**(2.183.526,11)**

0046

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Cumprindo determinações legais, Lei n.º 6404, de 15.12.1976, art. 163, itens II e VII, estatutárias, Estatuto Social, art. 40º, e tendo acompanhado, através de análise dos Balancetes mensais e outros, a gestão econômico-financeira da entidade no exercício de 2010, bem como examinado o Balanço Patrimonial, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Resultado e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, entendemos que as citadas demonstrações reproduzem, com fidelidade, a situação patrimonial e financeira da PROCERGS, naquela data, estando, assim, em condições de serem submetidas à apreciação e aprovação dos acionistas.

Porto Alegre, 24 de fevereiro de 2011.

ARIO ZIMMERMANN

JOSÉ ALFREDO PEZZI PARODE

RICARDO RIBAS DUARTE

0046

PROCERGS

PROCERGS – COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

C.N.P.J. 87.124.582/0001-04 NIRE 43300020100

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL N.º 2011/01

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e onze, às quatorze horas, na sede da PROCERGS – Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul, situada na Praça dos Açorianos, s/n.º, nesta capital, reuniram-se os Conselheiros Fiscais, a fim de apreciar e aprovar as Demonstrações Contábeis do exercício findo em trinta e um de dezembro de dois mil e dez. Foram analisados pelos Conselheiros as Demonstrações Financeiras e os Demonstrativos Complementares, deixando de ser apreciado o Parecer da Auditoria, por não estar concluído até a presente data. Após estes exames foi emitido o seguinte parecer:
" Cumprindo determinações legais, Lei n.º 6404, de 15.12.1976, art. 163, itens II e VII, estatutárias, Estatuto Social, art. 40º, e tendo acompanhado, através de análise dos Balancetes mensais e outros, a gestão econômico-financeira da entidade no exercício de 2010, bem como examinado o Balanço Patrimonial, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Resultado e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, entendemos que as citadas demonstrações reproduzem, com fidelidade, a situação patrimonial e financeira da PROCERGS, naquela data, estando, assim, em condições de serem submetidas à apreciação e aprovação dos acionistas." E, para constar foi lavrada a presente ata, que vai assinada pelos Conselheiros Fiscais presentes.

Ario Zimmermann

José Alfredo Pezzi Parode

Ricardo Ribas Duarte

0046

PROCERGS - COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RS

CNPJ 87.124.582/0001-04 NIRE 43300020100

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO N.º 2011/02

Em 28 de fevereiro de 2011, às 14h (Primeira Convocação), na Sala do Conselho da Sede da PROCERGS, reuniu-se o Conselho de Administração, com a presença dos Conselheiros firmados abaixo e dos convidados, Senhora Iria Rotundo Salton, Conselheira Suplente, e Senhores Cláudio Crossetti Dutra e Pedro Rutschiling, Diretor Vice-Presidente da PROCERGS e Coordenador da Assessoria Jurídica da PROCERGS, respectivamente, a fim de apreciar e aprovar a seguinte pauta: 1) Apresentação das Demonstrações Contábeis 2010: - Apresentação do Balanço Patrimonial; - Demonstrativo dos Resultados; - Apresentação do Resultado Fiscal; 2) Apresentação do Orçamento de 2011; 3) Planejamento Estratégico 2011; 4) Projetos Prioritários (DETRAN); 5) Assuntos Gerais: - Estrutura da Vice-Presidência e Diretoria Administrativo-Financeira; - Integralização de Capital prevista em 1994. DELIBERAÇÕES: O Presidente do Conselho, Sr. Odir Tonollier, cumprimentou a todos declarando aberta a 2ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração de 2011, solicitando na seqüência a leitura da pauta. 1) O Gerente da Divisão Contábil-Financeira – DCF, Sr. Paulo Roberto Zborowsky, submeteu à aprovação dos Conselheiros o Balanço Patrimonial e a DRE – Demonstração dos Resultados e o Demonstrativo do Resultado Fiscal, destacando que a Companhia apresentou um lucro líquido no exercício antes do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social s/ Lucro Líquido no valor de R$ 1.908.183,40 (hum milhão, novecentos e oito mil, cento e oitenta e três reais e quarenta centavos), que deduzido do Imposto de Renda Pessoa Jurídica no valor de R$ 900.438,50 (novecentos mil, quatrocentos e trinta e oito reais e cinqüenta centavos) e da Contribuição Social s/Lucro Líquido no valor de R$ 346.935,00 (trezentos e quarenta e seis mil, novecentos e trinta e cinco reais), chegando ao Lucro Líquido do Exercício de R$ 660.809,90 (seiscentos e sessenta mil, oitocentos e nove reais e noventa centavos). Em função dos ajustes de exercícios anteriores reconhecidos em 2010, sendo R$ 1.064.808,77 (hum milhão, sessenta e quatro mil, oitocentos e oito reais e setenta e sete centavos), como ajuste positivo e R$ 3.248.334,88 (três milhões, duzentos e quarenta e oito mil, trezentos e trinta e quatro reais e oitenta e oito centavos), como ajuste negativo, registrando um prejuízo contábil no

0046

Patrimônio Líquido de R$ 1.522.716,21 (hum milhão, quinhentos e vinte e dois mil, setecentos e dezesseis reais e vinte e um centavos), devidamente compensado com Reservas de Lucros, conforme determina a legislação e desta forma impossibilitando qualquer destinação. Durante a apresentação o Presidente do Conselho, Sr. Odir Tonollier, solicitou esclarecimento quanto ao valor elevado da conta "estoque". O Sr. Carlos Augusto Ferreira, Contador da Companhia, informou que o item "estoque" refere-se à aquisição de material para a instalação das redes de cabeamento e ao estoque de serviços, sendo que o resultado apresentado no DRE é relativo aos valores de receitas e despesas do exercício em questão. Quanto ao recebimento, o Contador esclareceu que há uma relação com o faturado, pois, historicamente tudo o que faturamos devemos receber. O que pode acontecer é existir créditos que ainda não foram recebidos e pela necessidade de caixa estes valores serem recebidos em outras competências, o que foi o caso de 2010, quando faturamos R$ 170 milhões e recebemos R$ 186 milhões, pois buscamos valores pendentes de recebimentos de outros exercícios. Portanto esta relação existe, mas de forma indireta. O Conselheiro Odir solicitou, ainda, esclarecimento quanto à tributação. Segundo o Contador, o valor recolhido do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social s/ Lucro Líqüido, ambos são incidentes s/ lucro fiscal, pelo regime de caixa, ou seja, pela legislação podemos diferir o lucro sobre as faturas não recebidas. Isto significa que não recolhemos estes impostos quando da emissão da fatura (geração da receita) e sim pelo recebimento das mesmas. Durante o ano diferimos mensalmente o lucro sobre as faturas não recebidas e levamos a resultado o lucro diferido em meses anteriores de faturas que naquele período foram recebidas. Neste processo se originam as "adições e exclusões", quanto mais adicionamos, maior a nossa base de cálculo e maior o imposto a recolher; quanto maior a exclusão, menor nossa base de cálculo e menor o imposto devido. O Conselho, após a apresentação e análise dos dados aprovou o Balanço Patrimonial de 2010. 2) O Controler da PROCERGS, Sr. José Antônio Matos Réus, expôs aos Conselheiros as premissas que nortearam a elaboração do Orçamento 2010, discriminou a composição da receita e despesa, e apresentou a situação dos principais clientes da Companhia. Informou ainda, que mensalmente é realizado acompanhamento para ajustes e semestralmente uma revisão do orçamento para balizamento e correções. A Diretoria destacou aos Conselheiros da necessidade de aporte de capital, sendo este um orçamento para 2011. Informou também, quanto ao recebimento de receitas, que o fluxo ainda não foi regularizado, mas

0046

que nos próximos meses isso deverá acontecer. 3) O Coordenador da Área de Planejamento, Sr. Luiz Antônio Moura César, relatou aos Conselheiros o trabalho desenvolvido pela Diretoria e Assessores da Companhia, em reunião durante dois dias realizada no Centro de Treinamento para revisão das diretrizes estratégicas, buscando adequá-las ao novo Governo, contemplando ações que prevejam transparência, transversalidade, participação cidadã, inclusão sócio-digital, dentre outras. O Coordenador também apresentou o perfil do quadro funcional da Companhia, fornecendo dados quanto ao tempo de serviço, escolaridade, idade, composição da receita e custeio, áreas de atuação da Companhia, e falou da necessidade de rever junto aos nossos clientes os projetos prioritários que estão em andamento para apurar se ainda são prioridade ou se deverão ser substituídos por outros mais aderentes ao atual Governo. Ainda, que após este primeiro estágio uma nova reunião do Planejamento deverá ocorrer com a participação do quadro funcional da Companhia no segundo semestre de 2011, após a elaboração do Planejamento do Governo do Estado. Durante a apresentação o Conselheiro André questionou sobre a situação do ambiente organizacional da Companhia. O Conselheiro foi informado de que a área técnica possui processos internos bastante consolidados, mas que na área administrativa é necessária a realização de algumas intervenções, pois muitos processos ainda não estão mapeados. Dando seqüência a apresentação, o Sr. César apresentou as Declarações Estratégicas. A Direção informou que a nova Visão foi elaborada com o intuito de fortalecer a imagem da PROCERGS como a melhor empresa de soluções de TIC para o Estado do RS, não apenas por determinação de Governo, mas por opção. Salientou, também, que os objetivos estratégicos foram focados em três áreas principais, relacionamento com o mercado, soluções e gestão. O Conselheiro Yuri Santanna sugeriu que seja retomada à discussão deste tema com a devida importância e urgência, dada à relevância da TIC na sociedade e a limitação de recursos para a área. O Coordenador salientou que o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) é um dos projetos que a PROCERGS pode conduzir em parceria com o Governo Federal. Outra proposta apresentada foi a de desenvolver juntamente com o Banrisul, uma solução de comércio eletrônico buscando capacitar os produtores para a comercialização através da Internet com financiamento do Banco. Outro assunto abordado foi à situação da Corsan, o terceiro maior cliente da Companhia, representando em torno de 10% de nosso faturamento, está tendo a sua atuação questionada por algumas prefeituras, o que pode impactar na receita da

0046

PROCERGS. Devido à importância dos assuntos abordados, o Presidente do Conselho, Sr. Odir Tonollier, sugeriu que sejam elencados e discutidos na próxima reunião do Conselho, sendo que exigem maior análise e compreensão. 4) O Sr. Carlson Janes Aquistapasse, Diretor-Presidente da PROCERGS e membro do Conselho de Administração, apresentou aos demais Conselheiros a situação atual do Cliente DETRAN, o número de demandas e projetos em andamento e os que estão represados, assim como a composição da área técnica, onde algumas atividades são desenvolvidas por funcionários terceirizados, motivo pelo qual freqüentemente a Companhia é advertida pela CAGE. Informou, também, que a tecnologia dos sistemas utilizados, que fazem parte do legado, é antiga e corre o risco de serem descontinuadas. Diante do quadro o Diretor indicou algumas alternativas: Alternativa 1 – Acréscimo de 53 técnicos à equipe atual, investimento de R$ 690.000,00 (custo mensal referente a salário e encargos) e substituição de terceiros, para atender demandas represadas e desenvolvimento de novos projetos; Alternativa 2 – Acréscimo de 53 técnicos a equipe atual e substituição de terceiros, investimento de R$ 690.000,00 (custo mensal referente a salário e encargos). Desenvolvimento de novos sistemas baseados em tecnologia WEB, que possibilitem longa vida a estas soluções, semelhante ao praticado na SEFAZ. O Diretor Vice-Presidente, Sr. Cláudio Crossetti Dutra, salienta que este foi um ponto específico de pauta, dada a relevância do cliente e por não conseguirmos atender as demandas represadas. Os Conselheiros foram informados de que os contratos mantidos com terceiros começam a vencer a partir de maio e que irão até fevereiro de 2012. A intenção da Direção é não renová-los. O Conselho solicitou que a Diretoria repasse o material sobre as contratações de terceiros para apreciação dos Conselheiros para posterior deliberação sobre o assunto. O Presidente do Conselho, Sr. Odir Tonollier, sugere que este assunto seja levado ao Governo do Estado, dada a sua relevância. O Conselheiro Yuri sugere a elaboração de um cronograma para acompanhamento do assunto. 5) Em Assuntos Gerais os Diretores apresentaram a estrutura pretendida para a Vice-Presidência e Diretoria Administrativo-Financeira. O Diretor Carlson informa ao Conselho que as atribuições de Relacionamento com Clientes e Planejamento passam para a Vice-Presidência. Os Conselheiros aprovaram a divisão das atribuições entre as Diretorias Administrativo-Financeira e a Vice-Presidência, conforme apresentado. Os Diretores também informaram aos Conselheiros sobre a Integralização de Capital prevista em 1994, quando a PROCERGS ficou credora do Estado do Rio Grande do Sul em R$ 930.000,08, referente ao aporte de

0046

capital realizado neste ano. Este crédito ainda não foi aportado e a Companhia está em tratativas junto ao Estado para o recebimento do valor. No orçamento do Estado para 2011 contêm um aporte de capital no valor de R$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais), este aporte não tem relação nenhuma com o aporte da PROCERGS. O Presidente do Conselho, que também é Secretário da Fazenda do Estado, Sr. Odir Tonollier, irá analisar a proposta. Nada mais havendo a tratar a reunião é dada por encerrada, sendo lavrado a presente ata, que após lida foi aprovada e assinada por mim e pelos Conselheiros presentes.

ANDRÉ LUIZ BARRETO DE PAIVA FILHO
Conselheiro de Administração

MARCIA SCHÜLER
Conselheira de Administração

YURI SANTANNA DOS SANTOS
Conselheiro de Administração

SADY JACQUES
Conselheiro de Administração

CARLSON JANES AQUISTAPASSE
Conselheiro e Secretário do Conselho

ODIR ALBERTO PINHEIRO TONOLLIER
Presidente do Conselho de Administração

Visto:
PEDRO RUTHSCHILLING
OAB/RS 11.906

0046

PROCERGS - COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL,

C.N.P.J. 87.124.582/0001-04 NIRE 43300020100

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA Nº 94

(Lavrada na forma de sumário, conforme art. 130, parágrafo primeiro, da Lei nº 6.404/76)

1 - DATA, HORA E LOCAL: Aos dezessete dias do mês de março do ano de dois mil e onze, às dez horas, na sede social da **PROCERGS - COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, situada na Praça dos Açorianos s/nº, 3º andar, na Sala do Conselho, Bairro Cidade Baixa, em Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul. **2 - PRESENÇAS:** Conforme "Livro de Presença de Acionistas", folha nº 16, estiveram presentes o Excelentíssimo Senhor Secretário da Fazenda, **ODIR ALBERTO PINHEIRO TONOLLIER,** representante do Estado do Rio Grande do Sul; o Sr. **EDUARDO ANTÔNIO PETERS,** representante da CORSAN - Companhia Riograndense de Saneamento; o Sr. **RUI OSÓRIO DEVINCENZI,** representante do IPERGS - Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul; a Sra. **RITA CAMPOS DAUDT,** representante da Brasil Telecom S.A., totalizando 100% (cem por cento) das ações da Companhia, instalando-se assim, a presente Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária. Presente, também, o Sr. **CARLSON JANES AQUISTAPASSE**, Diretor-Presidente da Companhia. **3 - COMPOSIÇÃO DA MESA:** Por aclamação foram escolhidos para presidir os trabalhos, o Excelentíssimo Senhor **ODIR ALBERTO PINHEIRO TONOLLIER,** Secretário da Fazenda, representante do Estado do Rio Grande do Sul, acionista majoritário e, como secretário, o Sr. **CARLSON JANES AQUISTAPASSE**, Diretor-Presidente da Companhia. **4 - DA DISPENSA DAS PUBLICAÇÕES:** Face a presença da totalidade dos representantes dos acionistas, em conformidade com o disposto no art. 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15.12.76, estão dispensadas as formalidades das publicações legais de convocação para a presente Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária. **5 - ORDEM DO DIA: a)** Exame das contas dos administradores e demonstrações financeiras encerradas no exercício de 2010; **b)** Deliberação sobre a destinação de lucro do exercício de 2010 e a distribuição de dividendos; **c)** Eleição dos membros do Conselho Fiscal; **d)** Fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal; **e)** Alteração dos percentuais de composição da remuneração da Diretoria; **f)** Outros assuntos de interesse da Companhia. **6- DELIBERAÇÕES: a) Exame das contas dos administradores e demonstrações financeiras encerradas no exercício de 2010:** A Assembléia de Acionistas aprovou, registrada a abstenção da acionista Brasil Telecom S.A.,

0046

as contas da Diretoria e as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. **b) Deliberação sobre a destinação de lucro do exercício de 2010 e a distribuição de dividendos:** A Companhia apresentou um lucro líquido no exercício antes do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social s/Lucro Líquido no valor de 1.908.183,40 (hum milhão, novecentos e oito mil, cento e oitenta e três reais e quarenta centavos), que deduzido do Imposto de Renda Pessoa Jurídica no valor de R$ 900.438,50 (novecentos mil, quatrocentos e trinta e oito reais e cinqüenta centavos) e da Contribuição Social s/Lucro Líquido no valor de R$346.935,00 (trezentos e quarenta e seis mil, novecentos e trinta e cinco reais), chegamos ao Lucro Líquido do Exercício de R$ 660.809,90 (seiscentos e sessenta mil, oitocentos e nove reais e noventa centavos). Em função dos ajustes de exercícios anteriores reconhecidos em 2010 sendo R$1.064.808,77 (hum milhão, sessenta e quatro mil, oitocentos e oito reais e setenta e sete centavos), como ajuste positivo e R$3.248.334,88 (três milhões, duzentos e quarenta e oito mil, trezentos e trinta e quatro reais e oitenta e oito centavos), como ajuste negativo, registrando um prejuízo contábil no Patrimônio Líquido de R$1.522.716,21 (hum milhão, quinhentos e vinte e dois mil, setecentos e dezesseis reais e vinte e um centavos), devidamente compensado com Reservas de Lucros, conforme determina a legislação e desta forma impossibilitando qualquer destinação. **c) Eleição dos membros do Conselho Fiscal:** A Assembléia Geral de Acionistas elegeu para o período de 1 (um) ano, a contar desta data, registrada a abstenção da acionista Brasil Telecom S.A., os seguintes membros do Conselho Fiscal: **TITULARES: Valmor Simonetti** , brasileiro, casado, Agente Fiscal do Tesouro do Estado, residente e domiciliado na Rua Dr. Armando Barbedo, 1003 ap. 303, Bairro Tristeza, Porto Alegre – RS, Documento de Identidade nº 1014969677, expedido pela SSP/RS, CPFnº 243669430-34; **Henrique Candano Peixoto,** brasileiro, União estável, Servidor Público Municipal – Economista, residente e domicilido na Rua Sofia Veloso, 104 apto. 803, Bairro Cidade Baixa, Porto Alegre – RS, Documento de Identidade nº 8034110001, expedido pela SSP/RS, CPF nº 63132508004; **Erwin Ernst Eduardo Krause Junior,** brasileiro, Casado, Serv. Público, residente e domicilido na Av. Elias Cirne Lima, 200/404, Bairro Intercap, Porto Alegre – RS, Documento de Identidade nº 4017935711, CPF nº 47348216072; **SUPLENTES: Aniger Lorena Ribeiro de Oliveira, b**rasileira, Solteira, residente e domicilida na Rua Miguel Tostes, 986 apto. 21, Bairro Rio Branco, Porto Alegre – RS, Documento de Identidade nº 5040158924, CPF nº 65000668049; **Juan Alberto Barbieri Carvalho,** brasileiro, Casado, Servidor Público Técnico do Tesouro do Estado, residente e domiciliado na Rua Alcebíades Antonio dos Santos, 635, casa 4, Bairro Nonoai - Porto Alegre – RS, Documento de Identidade nº 5053014931, expedido pela SSP/RS, CPF nº 91322375020; preenchendo todos eles os requisitos legais para o exercício da função. d) **Fixação da**

0046

remuneração dos membros do Conselho Fiscal: Fica estabelecida, registrada a abstenção da acionista Brasil Telecom S.A., a remuneração para os membros do Conselho de Fiscal em 15% (quinze por cento) sobre a média da remuneração mensal da Diretoria. **e) Alteração dos percentuais de composição da remuneração da Diretoria:** A remuneração da Diretoria passa a ser composta de 45% (quarenta e cinco por cento) de honorários e 55% (cinquenta e cinco por cento) de verba de representação. **f) Em outros assuntos de interesse da Companhia,** nada foi deliberado. 7- **ENCERRAMENTO E LAVRATURA DA ATA:** Concluídos os assuntos do dia, o Senhor Presidente da Assembléia colocou a palavra à disposição dos Acionistas presentes. Não tendo ninguém se manifestado e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por finda a Assembléia, tendo eu Secretário, redigido, e feito lavrar a presente Ata, na forma sumária, autorizada pelo § 1º, do art. 130, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Após lida e achada conforme em todos os seus termos, vai por todos os presentes aprovada e assinada, extraindo-se as cópias necessárias e destinadas aos fins legais.

Odir Alberto Pinheiro Tonollier
Secretário da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul

Eduardo Antônio Peters
CORSAN – Companhia Riograndense de Saneamento

Rui Osório Devincenzi
IPERGS – Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul

Rita Campos Daudt
Brasil Telecom S.A.

Carlson Janes Aquistapasse
Secretário

Pedro Ruthschilling
OAB/RS nº 11.906

0046

PROCERGS - COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RS

CNPJ 87.124.582/0001-04 NIRE 43300020100

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO N.º 2011/02

Em 28 de fevereiro de 2011, às 14h (Primeira Convocação), na Sala do Conselho da Sede da PROCERGS, reuniu-se o Conselho de Administração, com a presença dos Conselheiros firmados abaixo e dos convidados, Senhora Iria Rotundo Salton, Conselheira Suplente, e Senhores Cláudio Crossetti Dutra e Pedro Rutschiling, Diretor Vice-Presidente da PROCERGS e Coordenador da Assessoria Jurídica da PROCERGS, respectivamente, a fim de apreciar e aprovar a seguinte pauta: 1) Apresentação das Demonstrações Contábeis 2010: - Apresentação do Balanço Patrimonial; - Demonstrativo dos Resultados; - Apresentação do Resultado Fiscal; 2) Apresentação do Orçamento de 2011; 3) Planejamento Estratégico 2011; 4) Projetos Prioritários (DETRAN); 5) Assuntos Gerais: - Estrutura da Vice-Presidência e Diretoria Administrativo-Financeira; - Integralização de Capital prevista em 1994. DELIBERAÇÕES: O Presidente do Conselho, Sr. Odir Tonollier, cumprimentou a todos declarando aberta a 2ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração de 2011, solicitando na seqüência a leitura da pauta. 1) O Gerente da Divisão Contábil-Financeira – DCF, Sr. Paulo Roberto Zborowsky, submeteu à aprovação dos Conselheiros o Balanço Patrimonial e a DRE – Demonstração dos Resultados e o Demonstrativo do Resultado Fiscal, destacando que a Companhia apresentou um lucro líquido no exercício antes do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social s/ Lucro Líquido no valor de R$ 1.908.183,40 (hum milhão, novecentos e oito mil, cento e oitenta e três reais e quarenta centavos), que deduzido do Imposto de Renda Pessoa Jurídica no valor de R$ 900.438,50 (novecentos mil, quatrocentos e trinta e oito reais e cinqüenta centavos) e da Contribuição Social s/Lucro Líquido no valor de R$ 346.935,00 (trezentos e quarenta e seis mil, novecentos e trinta e cinco reais), chegando ao Lucro Líquido do Exercício de R$ 660.809,90 (seiscentos e sessenta mil, oitocentos e nove reais e noventa centavos). Em função dos ajustes de exercícios anteriores reconhecidos em 2010, sendo R$ 1.064.808,77 (hum milhão, sessenta e quatro mil, oitocentos e oito reais e setenta e sete centavos), como ajuste positivo e R$ 3.248.334,88 (três milhões, duzentos e quarenta e oito mil, trezentos e trinta e quatro reais e oitenta e oito centavos), como ajuste negativo, registrando um prejuízo contábil no

0046

Patrimônio Líquido de R$ 1.522.716,21 (hum milhão, quinhentos e vinte e dois mil, setecentos e dezesseis reais e vinte e um centavos), devidamente compensado com Reservas de Lucros, conforme determina a legislação e desta forma impossibilitando qualquer destinação. Durante a apresentação o Presidente do Conselho, Sr. Odir Tonollier, solicitou esclarecimento quanto ao valor elevado da conta "estoque". O Sr. Carlos Augusto Ferreira, Contador da Companhia, informou que o item "estoque" refere-se à aquisição de material para a instalação das redes de cabeamento e ao estoque de serviços, sendo que o resultado apresentado no DRE é relativo aos valores de receitas e despesas do exercício em questão. Quanto ao recebimento, o Contador esclareceu que há uma relação com o faturado, pois, historicamente tudo o que faturamos devemos receber. O que pode acontecer é existir créditos que ainda não foram recebidos e pela necessidade de caixa estes valores serem recebidos em outras competências, o que foi o caso de 2010, quando faturamos R$ 170 milhões e recebemos R$ 186 milhões, pois buscamos valores pendentes de recebimentos de outros exercícios. Portanto esta relação existe, mas de forma indireta. O Conselheiro Odir solicitou, ainda, esclarecimento quanto à tributação. Segundo o Contador, o valor recolhido do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social s/ Lucro Líqüido, ambos são incidentes s/ lucro fiscal, pelo regime de caixa, ou seja, pela legislação podemos diferir o lucro sobre as faturas não recebidas. Isto significa que não recolhemos estes impostos quando da emissão da fatura (geração da receita) e sim pelo recebimento das mesmas. Durante o ano diferimos mensalmente o lucro sobre as faturas não recebidas e levamos a resultado o lucro diferido em meses anteriores de faturas que naquele período foram recebidas. Neste processo se originam as "adições e exclusões", quanto mais adicionamos, maior a nossa base de cálculo e maior o imposto a recolher; quanto maior a exclusão, menor nossa base de cálculo e menor o imposto devido. O Conselho, após a apresentação e análise dos dados aprovou o Balanço Patrimonial de 2010. 2) O Controler da PROCERGS, Sr. José Antônio Matos Réus, expôs aos Conselheiros as premissas que nortearam a elaboração do Orçamento 2010, discriminou a composição da receita e despesa, e apresentou a situação dos principais clientes da Companhia. Informou ainda, que mensalmente é realizado acompanhamento para ajustes e semestralmente uma revisão do orçamento para balizamento e correções. A Diretoria destacou aos Conselheiros da necessidade de aporte de capital, sendo este um orçamento para 2011. Informou também, quanto ao recebimento de receitas, que o fluxo ainda não foi regularizado, mas

0046

que nos próximos meses isso deverá acontecer. 3) O Coordenador da Área de Planejamento, Sr. Luiz Antônio Moura César, relatou aos Conselheiros o trabalho desenvolvido pela Diretoria e Assessores da Companhia, em reunião durante dois dias realizada no Centro de Treinamento para revisão das diretrizes estratégicas, buscando adequá-las ao novo Governo, contemplando ações que prevejam transparência, transversalidade, participação cidadã, inclusão sócio-digital, dentre outras. O Coordenador também apresentou o perfil do quadro funcional da Companhia, fornecendo dados quanto ao tempo de serviço, escolaridade, idade, composição da receita e custeio, áreas de atuação da Companhia, e falou da necessidade de rever junto aos nossos clientes os projetos prioritários que estão em andamento para apurar se ainda são prioridade ou se deverão ser substituídos por outros mais aderentes ao atual Governo. Ainda, que após este primeiro estágio uma nova reunião do Planejamento deverá ocorrer com a participação do quadro funcional da Companhia no segundo semestre de 2011, após a elaboração do Planejamento do Governo do Estado. Durante a apresentação o Conselheiro André questionou sobre a situação do ambiente organizacional da Companhia. O Conselheiro foi informado de que a área técnica possui processos internos bastante consolidados, mas que na área administrativa é necessária a realização de algumas intervenções, pois muitos processos ainda não estão mapeados. Dando seqüência a apresentação, o Sr. César apresentou as Declarações Estratégicas. A Direção informou que a nova Visão foi elaborada com o intuito de fortalecer a imagem da PROCERGS como a melhor empresa de soluções de TIC para o Estado do RS, não apenas por determinação de Governo, mas por opção. Salientou, também, que os objetivos estratégicos foram focados em três áreas principais, relacionamento com o mercado, soluções e gestão. O Conselheiro Yuri Santanna sugeriu que seja retomada à discussão deste tema com a devida importância e urgência, dada à relevância da TIC na sociedade e a limitação de recursos para a área. O Coordenador salientou que o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) é um dos projetos que a PROCERGS pode conduzir em parceria com o Governo Federal. Outra proposta apresentada foi a de desenvolver juntamente com o Banrisul, uma solução de comércio eletrônico buscando capacitar os produtores para a comercialização através da Internet com financiamento do Banco. Outro assunto abordado foi à situação da Corsan, o terceiro maior cliente da Companhia, representando em torno de 10% de nosso faturamento, está tendo a sua atuação questionada por algumas prefeituras, o que pode impactar na receita da

0046

PROCERGS. Devido à importância dos assuntos abordados, o Presidente do Conselho, Sr. Odir Tonollier, sugeriu que sejam elencados e discutidos na próxima reunião do Conselho, sendo que exigem maior análise e compreensão. 4) O Sr. Carlson Janes Aquistapasse, Diretor-Presidente da PROCERGS e membro do Conselho de Administração, apresentou aos demais Conselheiros a situação atual do Cliente DETRAN, o número de demandas e projetos em andamento e os que estão represados, assim como a composição da área técnica, onde algumas atividades são desenvolvidas por funcionários terceirizados, motivo pelo qual freqüentemente a Companhia é advertida pela CAGE. Informou, também, que a tecnologia dos sistemas utilizados, que fazem parte do legado, é antiga e corre o risco de serem descontinuadas. Diante do quadro o Diretor indicou algumas alternativas: Alternativa 1 – Acréscimo de 53 técnicos à equipe atual, investimento de R$ 690.000,00 (custo mensal referente a salário e encargos) e substituição de terceiros, para atender demandas represadas e desenvolvimento de novos projetos; Alternativa 2 – Acréscimo de 53 técnicos a equipe atual e substituição de terceiros, investimento de R$ 690.000,00 (custo mensal referente a salário e encargos). Desenvolvimento de novos sistemas baseados em tecnologia WEB, que possibilitem longa vida a estas soluções, semelhante ao praticado na SEFAZ. O Diretor Vice-Presidente, Sr. Cláudio Crossetti Dutra, salienta que este foi um ponto específico de pauta, dada a relevância do cliente e por não conseguirmos atender as demandas represadas. Os Conselheiros foram informados de que os contratos mantidos com terceiros começam a vencer a partir de maio e que irão até fevereiro de 2012. A intenção da Direção é não renová-los. O Conselho solicitou que a Diretoria repasse o material sobre as contratações de terceiros para apreciação dos Conselheiros para posterior deliberação sobre o assunto. O Presidente do Conselho, Sr. Odir Tonollier, sugere que este assunto seja levado ao Governo do Estado, dada a sua relevância. O Conselheiro Yuri sugere a elaboração de um cronograma para acompanhamento do assunto. 5) Em Assuntos Gerais os Diretores apresentaram a estrutura pretendida para a Vice-Presidência e Diretoria Administrativo-Financeira. O Diretor Carlson informa ao Conselho que as atribuições de Relacionamento com Clientes e Planejamento passam para a Vice-Presidência. Os Conselheiros aprovaram a divisão das atribuições entre as Diretorias Administrativo-Financeira e a Vice-Presidência, conforme apresentado. Os Diretores também informaram aos Conselheiros sobre a Integralização de Capital prevista em 1994, quando a PROCERGS ficou credora do Estado do Rio Grande do Sul em R$ 930.000,08, referente ao aporte de

0046

capital realizado neste ano. Este crédito ainda não foi aportado e a Companhia está em tratativas junto ao Estado para o recebimento do valor. No orçamento do Estado para 2011 contêm um aporte de capital no valor de R$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais), este aporte não tem relação nenhuma com o aporte da PROCERGS. O Presidente do Conselho, que também é Secretário da Fazenda do Estado, Sr. Odir Tonollier, irá analisar a proposta. Nada mais havendo a tratar a reunião é dada por encerrada, sendo lavrado a presente ata, que após lida foi aprovada e assinada por mim e pelos Conselheiros presentes.

ANDRÉ LUIZ BARRETO DE PAIVA FILHO
Conselheiro de Administração

MARCIA SCHÜLER
Conselheira de Administração

YURI SANTANNA DOS SANTOS
Conselheiro de Administração

SADY JACQUES
Conselheiro de Administração

CARLSON JANES AQUISTAPASSE
Conselheiro e Secretário do Conselho

ODIR ALBERTO PINHEIRO TONOLLIER
Presidente do Conselho de Administração

Visto:
PEDRO RUTHSCHILLING
OAB/RS 11.906

0046

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: CARLOS AUGUSTO DA SILVA FERREIRA
REGISTRO.....	: RS-040669/O-0
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 400.091.900-82

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 10.03.2011 as 11:20:33.
Válido até: 31.03.2011.
Código de Controle: 94170.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - GT

CEEE
GERAÇÃO E
TRANSMISSÃO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Conforme as Normas Internacionais de Contabilidade

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010, 2009 e 01 de Janeiro de 2009.

Valores expressos em milhares de reais.

Sumário

Relatório de Administração
Relatório de Administração.....03

Demonstrações Financeiras
Balanços Patrimoniais 23
Demonstração dos Resultados 24
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido 25
Demonstração dos Fluxos de Caixa 26
Demonstração do Valor Adicionado..... 27

Notas Explicativas
Notas Explicativas.....28

Relatórios
Declaração dos Diretores.....108
Relatório dos Auditores Independentes.....109
Parecer do Conselho Fiscal.....113
Manifestação do Conselho de Administração.....114

CEEE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

Relatório de Administração 2010

Senhores Acionistas

A Administração da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, acompanhadas dos pareceres dos Auditores Independentes, do Conselho Fiscal, manifestação do Conselho de Administração, e de um breve relato dos principais itens e questões relacionados à atividade da Concessionária no ano de 2010.

1. Mensagem da Administração

Desde 1943, a CEEE esteve muito presente no desenvolvimento do Estado e na vida das pessoas, compreendendo, cada vez melhor, a importância de suas atividades com responsabilidade social e observando questões ambientais. O ano de 2010 foi marcado pelo investimento em grandes projetos para o avanço do parque de Geração e Transmissão.

Na área de Geração um dos trabalhos de destaque é o Plano de Uso do Entorno dos Reservatórios. O estudo técnico detalhado identificou as fragilidades e potencialidades ambientais do entorno de seus maiores reservatórios, contemplando os interesses de todos os envolvidos: a Empresa, os proprietários lindeiros, as comunidades do entorno e os órgãos ambientais. Este estudo resultou em uma proposta de zoneamento ambiental numa faixa de cem metros no entorno dos mesmos, fornecendo diretrizes e proposições para o planejamento sustentável dessas áreas. Outra ação foi o início dos estudos de potenciais eólicos, que fazem parte do projeto de prospecção de energia eólica da Companhia. Os estudos e as visitas técnicas determinaram os locais mais favoráveis para implantação dos sistemas de monitoramento eólico, em Bagé, Rio Grande e Pelotas.

A CEEE Geração e Transmissão integrou o consórcio que arrematou o lote A do leilão realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), na Bolsa de Valores de São Paulo. O lote integra a construção de quatro subestações (SEs) e cinco linhas de transmissão (LTs), que somam 102 km de extensão. A Receita Anual Permitida (RAP) ofertada pelo consórcio, que é formado pela CEEE-GT, com 20%, Procable Energia e Telecomunicações (40%) e a chinesa Zhejiang Insigma United Engineering (40%), foi de R$ 19,98 milhões. A estimativa é de que os investimentos sejam em torno de R$ 300 milhões.

Ainda sobre novos projetos, a empresa iniciou, no final de 2010, um diagnóstico, por uma consultoria especializada, para identificar a modelagem de um negócio de telecomunicações utilizando a rede de fibra ótica existente nas Linhas de Transmissão de energia elétrica. Entre os investimentos em obras, a CEEE-GT contabilizou R$ 71,8 milhões na construção da nova Linha de Transmissão (LT) subterrânea de energia. A obra vai ligar a Subestação (SE) Porto Alegre 9, na entrada da cidade, à SE Porto Alegre 4, próxima ao Shopping Praia de Belas.

Uma das ações para organizar a empresa e definir quais os investimentos prioritários é o Planejamento Estratégico do Grupo CEEE, que foi elaborado com base na metodologia em 2009, pelo PGQP (Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade) através de consultorias, com o objetivo de melhorar os processos da Companhia. Outro acontecimento que merece destaque é a adesão da CEEE Geração e Transmissão ao Nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBovespa, que gerencia o mercado de ações. A adesão estabelece uma relação mais transparente entre a Companhia e seus acionistas e futuros investidores e é uma das metas do planejamento estratégico do Grupo.

Para reforçar a proteção e integridade do Grupo CEEE foi elaborado, por um grupo multidisciplinar, composto por colegas de diversas áreas da Companhia, o Código de Ética do Grupo CEEE. O documento, que será distribuído para todos os funcionários, traz um conjunto de orientações sobre o conhecimento dos valores e princípios éticos que regem as empresas do Grupo CEEE.

2. Perfil da Empresa

A CEEE-GT é uma empresa de economia mista, responsável pelo serviço público de geração e transmissão de energia elétrica, originada do processo de reestruturação societária da Companhia

Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul - CEEE, concluído em novembro de 2006. Tem como maior investidor a Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações (CEEE-Par).

A área de Geração é composta por um parque gerador de 15 usinas hidrelétricas (UHE) com uma potência instalada própria de 909,9MW. Além disso, dispõe do montante de 318,08MW de energia oriunda da sua participação em projetos realizados através de parcerias, cuja participação da empresa nos empreendimentos se dá através de Sociedades de Propósito Específico (SPE) - à exceção da UHE Dona Francisca - atingindo 1.227,98MW de potência total. A energia produzida pelas usinas destina-se ao suprimento do Sistema Integrado Nacional (SIN), com os clientes situados em empresas de Distribuição e Consumidores Livres do mercado.
Já na área de Transmissão, a CEEE-GT disponibilizou ao Sistema Elétrico Interligado 6.055,61 km de linhas de transmissão (LT) e, através da operação de 62 subestações, totalizou uma potência instalada de 8.044 MVA. Seus clientes são as concessionárias de distribuição que atuam no Estado, as empresas de geração, os consumidores livres, como indústrias e shoppings, e os produtores independentes.

2.1 Os Negócios da Empresa

O negócio da organização é a prestação de serviços públicos de geração e transmissão de energia elétrica, em regime de concessão estabelecidos em Contratos de Concessão da ANEEL de nº 25/2000 de 05/04/2000 (Geração), nº 55/2001 de 01/10/2001 – Rede Básica, Instalações de Conexão e Demais Instalações de Transmissão e nº 80/2002 de 19/12/2002 – Linha de Transmissão 230 kV da SE UPME a SE PEL3 (Transmissão).

2.2 Composição Acionária

A composição acionária da empresa, em 31 de dezembro de 2010 é a seguinte:

Acionista	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
CEEE-Par	255.232.851	67,04	43.495	0,67	255.276.346	65,92
ELETROBRÁS	122.681.436	32,23	3.505.584	53,43	126.187.020	32,59
MUNICÍPIOS	1.397.262	0,37	2.159.350	32,91	3.556.612	0,92
BM&F BOVESPA S/A	1.337.058	0,35	793.904	12,10	2.130.962	0,55
OUTROS	20.663	0,01	58.225	0,89	78.888	0,02
TOTAL	380.669.270	100,0	6.560.558	100,0	387.229.828	100,0

2.3 Reconhecimentos

Certificado de Responsabilidade Social

A CEEE-GT recebeu o Certificado de Responsabilidade Social da Assembleia Legislativa, prêmio instituído por lei estadual e promovido sob coordenação da Comissão Mista Executiva, formada por representantes de entidades e instituições da sociedade civil, como FIERGS, FEDERASUL, FECOMERCIO, Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas, OCERGS/SESCOOP, Famurs, SESI, SESC, ONG Parceiros Voluntários, Fórum RS de Responsabilidade Social, Conselho Regional de Contabilidade, Central Autônoma dos Trabalhadores, Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade, Associação Riograndense de Imprensa, Federação das Associações dos Servidores Públicos e Secretaria de Desenvolvimento Social/RS.

3. Gestão e Governança Corporativa

3.1 Organização e Gestão

A CEEE-GT, como forma de nortear suas ações, suas estratégias e suas relações internas, bem como para buscar a melhoria contínua dos seus processos, possui um conjunto de ferramentas e práticas de gestão, mantendo-se alinhada aos seus valores e ao seu Planejamento Estratégico.
No âmbito da gestão ambiental, a CEEE-GT possui, desde o ano de 2009, a certificação pela Norma NBR ISO14001:2004, que abrange a Usina de Canastra e a Sede do Sistema Salto, tendo sido recomendada sua manutenção por auditoria externa realizada no mês de junho de 2010, com validade para mais um ano. No ano de 2011 será buscada a expansão da certificação para as Usinas de Bugres, Passo do Inferno, Herval e Toca.
Como resultado dos esforços para melhoria e padronização dos processos, a Empresa recebeu, através da área de Transmissão, certificação em 2001, 2004, 2008 e 2010 do padrão de qualidade, de acordo com as regras internacionais vigentes da norma ABNT NBR ISO 9001, para o escopo Coordenação, Supervisão e Controle da Operação de Sistemas Elétricos de Potência. Os processos da transmissão abrangidos são os diretamente ligados à operação do sistema, englobando Pré-Operação, Operação em Tempo Real, Pós-Operação e Normatização.
A quarta auditoria para o escopo do sistema de gestão da qualidade foi realizada pela ABNT, em dezembro de 2010, e recomendou a continuidade da certificação por mais três anos.

3.1.1 Políticas

A CEEE GT, considerando a crescente relevância que o tema Responsabilidade Social vem assumindo em todos os setores da sociedade e buscando atender ao órgão regulador, as exigências da CVM nº 480/2009 e as exigências contidas nos pronunciamentos para a implantação das Normas Internacionais – IFRS, vem adotando, desde 2009, políticas de responsabilidade social baseadas na sua missão e nos seus valores e fundamentadas nos princípios do comprometimento, diálogo, comunicação, transparência e respeito à dinâmica socioambiental.
A CEEE-GT adota uma série de políticas baseadas na excelência em gestão, na política corporativa de segurança no trabalho e saúde ocupacional, na política de responsabilidade social, na política ambiental, na política de publicação e uso das informações empresariais do Grupo CEEE. Além disso, a Empresa vem trabalhando fortemente para a elaboração das políticas de Gerenciamento de Capitais, Riscos Financeiros, Composição de Caixa e Equivalente de Caixa, Investimentos, Destinação de Resultados e Reconhecimento da Receita.

3.1.2 Código de Ética

O documento final do Código foi convalidado e autorizado pelos dirigentes, Diretoria Executiva e Conselho de Administração em novembro de 2010. Encontra-se em andamento as ações previstas para a constituição do Comitê de Ética e para a sua divulgação, a fim de que seja do amplo conhecimento de todos os colaboradores e demais partes interessadas da empresa.

3.1.3 Planejamento Estratégico

O acompanhamento do Planejamento Estratégico da CEEE-GT segue o modelo do Gerenciamento pelas Diretrizes. Em 2010, realizou-se nova análise dos ambientes interno e externo de influência sobre os negócios que, juntamente com a análise das oportunidades e ameaças, permitiu à gestão da empresa estabelecer as premissas que nortearam a revisão do seu planejamento para o horizonte de 2011-2015.
As estratégias traçadas foram desdobradas em planos de ação, cujo monitoramento é realizado através de reuniões mensais, que objetivam acompanhar o alcance das metas e a implementação do planejamento estratégico, buscando o alinhamento para ações. Em dezembro de 2010, a revisão

estratégica foi efetuada visando o aumento da margem EBITDA bem como a melhoria e qualidade da gestão, estabelecendo novas ações estratégicas.
Com o objetivo de permear a filosofia do método do planejamento estratégico, a gestão instituiu um Comitê do Planejamento Estratégico, formado por lideranças da empresa e que interage com as diversas áreas, encaminhando as principais necessidades e propostas do nível operacional para a diretoria, bem como fornecendo apoio, acompanhamento e integração para as frentes de gestão estratégica, gestão orçamentária e gestão por processos e para a difusão do planejamento estratégico.

3.2 Governança Corporativa

A CEEE-GT, baseada em seu planejamento estratégico, aderiu ao Nível 1 de Governança Corporativa da BMF & Bovespa para o ano de 2010, em consonância com a recomendação do Comitê de Governança Corporativa das Empresas Estatais – CGCE.
Dedicando esforços para o aperfeiçoamento do seu modelo de governança corporativa, a organização criou o Comitê Gestor de Transparência para coordenar e manter a Página de Transparência, na rede mundial de computadores. Além disso, um conjunto de políticas e práticas de relacionamento com as partes interessadas reforçam o compromisso da CEEE-GT com uma atuação mais responsável frente aos seus negócios, enfatizando a transparência e a divulgação das ações e informações, a melhoria contínua e o desenvolvimento sustentável de seus empregados, acionistas e parceiros em geral.
A estrutura da administração da empresa é constituída pela Assembleia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Colegiada. Além disso, completa a estrutura de governança a Auditoria Interna, a auditoria independente, os comitês de assessoramento à Diretoria e os canais de comunicação da empresa com suas partes interessadas.

3.3 Relação com Investidores

Diante da adesão ao nível 1 de governança da Bovespa, a criação de uma estrutura formal para tratar das Relações com Investidores (RI) e Governança Corporativa tornou-se fundamental na estrutura organizacional da empresa. Esta área tem o objetivo específico de desenvolver e aprimorar as Relações com Investidores e Governança Corporativa e já desenvolveu as seguintes atividades no período:

- Migração do Mercado Organizado de Balcão para o Mercado Tradicional de Bolsa, conforme indicação da BMF&BOVESPA, como preparação para a adesão ao Nível 1 de Governança Corporativa;
- Assinatura do contrato de Adesão ao Nível 1 de Governança Corporativa da BMF&BOVESPA;
- Treinamento sobre Governança Corporativa aos Gestores das Empresas do Grupo CEEE, orientado pela PUC-RS;
- Preparação de treinamento específico sobre Governança Corporativa a se ministrado obrigatoriamente aos Conselheiros, Diretores e Gestores da Alta Administração, com o apoio técnico da PUC-RS;
- Desenvolvimento do Portal de Relações com Investidores na internet, conforme determina a resolução CVM 480/09;
- Aprimoramento no processo de elaboração e manutenção das informações contidas no Formulário de Referência das empresas do Grupo, encaminhado à CVM e divulgado na internet;
- Estudos preliminares para a implantação das práticas de Gestão de Riscos no Grupo CEEE;

CEEE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

3.4 Indicadores de Desempenho Operacional e de Produtividade

3.4.1 Produtividade e Qualidade

A CEEE-GT vem buscando alternativas técnicas e financeiras, visando ao atendimento das necessidades energéticas para a realização da Copa 2014 e também a confiabilidade e segurança do sistema elétrico. A melhoria e a modernização dos empreendimentos justificam-se pela necessidade de minimizar as perdas técnicas e de buscar alternativas que proporcionem maior confiabilidade ao sistema e garantam o atendimento de energia elétrica com qualidade e eficácia, atendendo o crescimento da demanda. A CEEE-GT utiliza uma série de indicadores que permitem o monitoramento da energia gerada e do desempenho do Sistema Elétrico de Transmissão do Rio Grande do Sul, facilitando a canalização de recursos para buscar melhores índices, melhor qualidade e o mínimo possível de interrupções.

a) Indicadores da área de Geração

Disponibilidade Geral Equivalente (DGH)– PCH's e UHE's: A referência estabelecida pela ANEEL para a UHE Leonel de Moura Brizola de 93,01% foi atingida. Para as demais usinas cuja referência é de 89,58% não foi atingida nas PCHs de Herval, Capiguí, Ijuizinho, Ivaí e Santa Rosa, devido às manutenções corretivas e modernizações de equipamentos.

Produção de Energia – PCH's e UHE's: A meta a ser atingida é de 100% da garantia física vigente, e não foi alcançada nas PCHs de Ivaí, Capiguí, Ernestina e Herval, devido às modernizações de equipamentos e manutenções corretivas.

Taxa de crescimento da geração: Mede o crescimento percentual da capacidade de geração de energia elétrica. Em 2010 o resultado obtido foi de 4,94% ultrapassando a meta estabelecida de 3,47%.

Taxa de crescimento de energia assegurada: O controle é feito de forma anual através da contabilização dos valores de energia assegurada adicionadas ao parque gerador da empresa. Em2010 o resultado foi de 5,51%, ultrapassando a meta estabelecida de 3,80%.

b) Indicadores Operacionais e de Produtividade da área de Transmissão

Capacidade Instalada: Este indicador corresponde à soma da potência nominal de todos os transformadores da Transmissão em operação. Em 2010 a CEEE-GT teve dez obras concluídas e energizadas, aumentando em 394 MVA a potência instalada ao sistema de transmissão, totalizando 8.044 MVA. Houve um aumento de 5,15% de capacidade instalada em relação a 2009. Os principais empreendimentos que entraram em operação comercial que proporcionaram esse aumento na capacidade instalada foram as subestações de Maçambará, Campo Bom, Guaíba 2, Garibaldi, Bagé 2 e Porto Alegre 9.

Índice de Indisponibilidade Mensal de Energia (IIT): Indica o percentual de energia deixada de transportar no mês, em relação ao montante total de energia requerida.

A apuração dos montantes de energia interrompida e de suas respectivas causas (desligamentos programados, fenômenos naturais e ambientais, falhas humanas, falhas de equipamentos de potência, falhas de equipamentos de proteção e controle e outras causas) é realizada diariamente e contabilizada com periodicidade mensal para o cálculo do indicador, permitindo a quantificação dos montantes absolutos e percentuais de cada uma das causas para um melhor controle através de ações específicas e pertinentes às causas verificadas (gerenciamento de manutenção, treinamento de pessoal, utilização de técnicas de manutenção sem desligamento – em linha viva ou ao potencial, etc.).

O quadro 1, abaixo, demonstra uma estabilidade do indicador de 2009 para 2010 para o IIT Geral (para o Estado do Rio Grande do Sul) e uma queda continuada, ano a ano, na CEEE Transmissora, sinalizando o acerto dos investimentos da transmissão, pois quanto menor o indicador, melhor é o resultado.

Quadro 1 – Valores do Indicador IIT

Indicador	2007	2008	2009	2010
IIT - Geral (%)	0,0123	0,011328	0,0057	0,0060
IIT - Transmissão (%)	0,0106	0,008130	0,0055	0,0039

Energia Deixada de Transmitir (Energia Interrompida no mês em MWh): Este indicador se divide em dois subitens, um valor global, incluindo motivos externos e alheios a CEEE Transmissora, e outro para as causas específicas de responsabilidade de CEEE Transmissora.
A EDT Total soma toda a energia interrompida no ano de 2010 e a EDT Média é o resultado da média nos doze meses do ano de 2010. Segue abaixo no quadro 2, os valores obtidos nos últimos 4 anos.

Quadro 2 – Valores do Indicador EDT

Indicador	2007	2008	2009	2010
EDT Total - Geral (MWh)	3.301,50	3255,67	1589,09	1866,11
EDT Total - Transmissão (MWh)	2.874,34	2317,39	1538,44	1206,78
EDT Média - Geral (MWh)	275,13	271,31	132,42	155,51
EDT Média - Transmissão (MWh)	239,53	193,12	128,20	100,56

Os valores da EDT Geral demonstram uma estabilidade de 2009 para 2010 (para o Estado do Rio Grande do Sul). Para a CEEE Transmissora, percebe-se uma redução gradual, ano a ano, sinalizando o acerto dos investimentos da transmissão, pois quanto menor o indicador, melhor é o resultado. O volume de investimentos dos últimos anos foi relativamente alto, tornando o sistema maleável e atendendo o critério do ONS de N-1, ou seja, o sistema possui uma alternativa de atendimento aos consumidores em caso de desligamento de um equipamento, a fim de manter os clientes com energia disponível. Este critério fez com que o Sistema Interligado Nacional – SIN apresentasse uma expansão expressiva, aumentando a confiabilidade e permitindo ganhos energéticos.
Para os próximos anos há estimativa de aquecimento nos investimentos e, consequentemente, no volume de obras, o que permite que o sistema fique mais confiável sob o ponto de vista sistêmico, evitando exceder o limite técnico dos equipamentos e gerar sobrecargas e gargalos na transmissão de energia. Estes investimentos permitem a instalação de equipamentos com tecnologias mais eficientes, melhorando o quadro geral dos ativos da transmissora.
Cabe salientar que o aumento do investimento na manutenção dos equipamentos aumenta a sua vida útil e previne desgastes prematuros e, considerando o elevado número de equipamentos da transmissora em operação, a energia deixada de transmitir é pequena em relação ao todo. De qualquer forma a empresa sempre busca melhorar seu desempenho qualificando sua mão-de-obra, executando as manutenções previstas e investindo em reforços e ampliações dos seus ativos.

CEEE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

4. Gestão Econômica

4.1 O Setor de Energia Elétrica no Brasil

O consumo nacional de energia elétrica totalizou 419.016 GWh no ano de 2010, registrando um crescimento de 7,8% em relação ao ano de 2009, com destaque para o consumo industrial (fonte: EPE).

A geração de energia elétrica no Brasil, considerando geração hidráulica, térmica convencional, térmica emergencial, termo-nuclear e eólica atingiu 476.377 GWh em 2010, (fonte: ONS).
O Brasil apresenta uma matriz de geração elétrica de origem predominantemente renovável, sendo que a geração interna hidráulica responde por montante superior a 76% da oferta. (fonte: EPE, BEN/2010).
Já o setor elétrico da transmissão é composto por mais de sessenta empresas de energia elétrica, sendo que as nove empresas, pertencentes à Associação Brasileira das Grandes Empresas de Transmissão de Energia Elétrica – ABRATE são responsáveis por 90% das linhas de transmissão do Brasil, totalizando 95.741 km de linhas. Estas mesmas nove empresas somam 456 subestações e 263.580 MVA de potência instalada.

4.1.1 Regulação

No setor elétrico da área de Geração os ativos são o conjunto de todos os itens (bens e serviços) de infra-estrutura comuns à Geração/Usina (reservatórios, barragens, adutoras, tomadas d'água, condutos, vertedouros e comportas, edificações, casas de comando e geração, terreno, entre outros) e todos os equipamentos principais da Geração/Usina (turbinas, geradores, painéis, células ou unidades de geração, etc.) e os materiais e serviços necessários à sua instalação, inclusive estruturas de suporte e barramento e as máquinas e equipamentos gerais, mesmo aqueles que constituem reserva imobilizada.
Esse conjunto de ativos faz parte da operação do negócio de Geração com vistas à comercialização da energia, que atende aos parâmetros estabelecidos principalmente pela Lei nº 10.848/2004, Decreto nº 5163/2004, Portarias do MME – Ministério de Minas e Energia e Resoluções da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. A legislação prevê dois ambientes de negócios, denominados Ambiente de Contratação Regulado (ACR) e Ambiente de Contratação Livre (ACL). A Geradora pode optar em vender energia em qualquer destes ambientes.
O Ambiente de Contratação Regulado é o ambiente em que os compradores são os agentes de consumo, principalmente os concessionários de distribuição, enquanto os vendedores são geradores, comercializadores, produtores independentes, e autoprodutores. A duração de um contrato nesse ambiente varia de alguns meses – empreendimentos de geração existentes - a 30 anos – novos empreendimentos. A operacionalização da compra e venda de energia é sempre realizada através de leilões públicos.
Já o Ambiente de Contratação Livre é caracterizado por negociações bilaterais, em que as condições contratuais, em especial o período de suprimento, o preço e o reajuste são livremente estabelecidos entre as partes. A legislação determina que empresas sob controle federal, estadual e municipal participem unicamente de processos públicos de compra e venda de energia, mesmo no ambiente livre. A CEEE–GT oferta, portanto, energia a consumidores livres, geradores, comercializadores e exportadores, ou participa de chamadas públicas promovidas por estes agentes.
As diferenças entre as quantidades produzidas ou consumidas e aquelas contratadas são contabilizadas pela CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, como responsável pela contabilização e valoração desses montantes, e obedece a Regras e Procedimentos de Comercialização aprovadas pela ANEEL.
O negócio de Transmissão, por sua vez, é composto por ativos pertencentes à Rede Básica (RBSE), com tensão igual ou superior a 230 kV e as Demais Instalações de Transmissão (DIT), com tensão inferior a 230 kV.

Ao Operador Nacional do Sistema – ONS, compete elaborar anualmente o Plano de Ampliações e Reforços (PAR) na Rede Básica (RB) e nas Demais Instalações de Transmissão (DIT), onde são propostas as ampliações e os reforços na Rede Básica e nas Demais Instalações de Transmissão, e das instalações de transmissão de interesse sistêmico, de âmbito próprio da concessionária ou permissionária de distribuição.
Essa proposta baseia-se em simulações do sistema elétrico nacional, efetuadas na base de estudos do mesmo ciclo do PAR e representa o entendimento do ONS em conjunto com os Agentes de Energia Elétrica sobre as ampliações e os reforços necessários para preservar o adequado desempenho das instalações de Transmissão do Rio Grande do Sul.

4.1.1.2 P&D - Pesquisa e Desenvolvimento

Em conformidade com a Lei nº 9.991 e suas alterações, as Concessionárias devem investir um percentual da sua Receita Líquida Operacional em projetos de pesquisa e desenvolvimento. Este valor é repassado ao consumidor na conta de energia elétrica, através do item "Encargos Setoriais". Em 2010 a CEEE-GT concluiu 04 projetos de P&D, com um valor de investimento aproximado de R$ 600 mil e lançou dois Editais que resultará na contratação de mais 10 projetos para execução a partir de 2011, totalizando um montante aproximado de investimento de R$ 6,5 milhões.

4.2 Participação no Mercado de Energia Elétrica

4.2.1 Mercado de Geração e Transmissão de Energia

O Balanço Energético Nacional de 2010 - BEN 2010 - Ano Base 2009 informa que o consumo brasileiro de energia em 2009 atingiu 221,33 milhões de tep. Considerando-se as projeções do IEO – International Energy Outlook 2009, de um crescimento de consumo de energia de 2,6% ao ano (no período de 2006 a 2030), o País consumirá 379,4 milhões de tep em 2030.
Em 2009, o consumo de energia por habitante no Brasil foi de 1,156 tep por habitante. Os 221,33 milhões de tep consumidos pelo Brasil em 2009 correspondem a 90,74% da Oferta Interna de Energia - OIE, sendo um consumo 3,5 vezes superior ao verificado em 1970.
Em termos de produção de energia o grande destaque do Brasil no cenário internacional continua sendo a expressiva participação de energia renovável na matriz energética do País. O Brasil é o segundo maior produtor de hidroeletricidade do mundo, atrás da China e tendo ultrapassado o Canadá em 2007.
No contexto regional, no que se refere à produção de energia em 2009, o Rio Grande de Sul destacou-se na produção de carvão por vapor: foram 4,68 milhões de toneladas equivalentes produzidas, ficando na primeira posição no cenário nacional. Nesse mesmo ano, foram produzidos 18.483 GWh de energia elétrica no Estado (centrais elétricas de serviço público e autoprodutoras), ficando na décima posição entre os estados brasileiros. (Fonte: Balanço Energético do RS).
Em 2009, o consumo total de Eletricidade no RS foi de 25.317.457 MWh e, segundo o Balanço Energético do RS, no ano base 2009, havia em operação 121 empreendimentos de geração de energia elétrica, totalizando uma potência instalada de 7.150.078 kW. Neste contexto, 69,63% da potência instalada correspondiam a 14 usinas hidrelétricas – UHE, somando 4.978.825 kW; 23,69% correspondiam a 38 usinas termelétricas – UTE, somando 1.694.315 kW; 2,10% correspondiam a 3 usinas eólicas – EOL, somando 150.000 kW.
A participação da CEEE-GT na geração de energia elétrica é de 1.227,98 MW, representando em torno de 15% da potência instalada no estado e cerca de 1% da potência instalada no âmbito nacional, segundo dados da ANEEL para o ano de 2010.
No que diz respeito ao setor de transmissão de energia no RS, cabe ressaltar que uma parcela expressiva da energia elétrica consumida no Estado flui pelas linhas de transmissão do Sistema Interligado Nacional – SIN. Na área de transmissão a CEEE-GT detém a maioria das concessões de linhas de transmissão e de subestações na tensão de 230 kV, disponibilizadas para o Estado do Rio Grande do Sul através da Rede Básica do Sistema Interligado Brasileiro, com índice de

disponibilidade média de quase 100% nas linhas de transmissão. Também possui a concessão das instalações em tensão menor ou igual a 138 kV. Essas instalações viabilizam o suprimento de energia às concessionárias que atuam no Rio Grande do Sul, assim como aos consumidores livres, produtores independentes e a outras empresas de geração que atuam no Estado.

4.2.2 Comercialização

Em 2010, a CEEE-GT promoveu ofertas públicas de venda de energia elétrica ao mercado livre e participou de chamadas públicas de outros agentes, resultando em contratos de curto e longo prazo.
A energia comercializada no corrente ano totalizou 445 MW médios, negociados através de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR, e em negociações no Ambiente de Comercialização Livre. As sobras contratuais - energia não vendida em contratos – foram liquidadas no mercado de curto prazo junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

4.3 Investimentos

No ano de 2010 a CEEE-GT implementou um conjunto de obras com objetivo de ampliar a capacidade de atendimento da demanda, confiabilidade e qualidade no fornecimento de energia elétrica. Os investimentos somaram o montante de R$ 13,38 milhões na área de Geração e de R$ 124,5 milhões na área de Transmissão, permitindo o desenvolvimento e favorecendo a expansão dos negócios.

4.3.1 Geração

4.3.1.1 Expansão e modernização da Geração

Durante o ano de 2010, foram desenvolvidas ações visando o aumento da capacidade de geração das usinas da CEEE-GT que estavam em condições favoráveis à ampliação. Destacam-se como principais resultados os seguintes empreendimentos e/ou atividades:

- Ampliação da Central Hidrelétrica Ijuizinho II

Ampliação da usina, que passará a ter 15,0 MW de potência instalada, com pequena elevação no nível da atual barragem e, alterações substanciais na concepção e características hidráulicas do projeto original, com a adoção de três turbinas tipo Francis, geradores e instalações complementares. Para a implantação do novo empreendimento, foi necessária a aquisição de 30 hectares de terras pertencentes ao novo reservatório da usina.

- Ampliação da Usina Hidrelétrica Ernestina

Foi encaminhado para a ANEEL o Projeto Básico de ampliação da Usina Hidrelétrica Ernestina em outubro de 2010. O projeto de ampliação prevê um incremento de 9,6 MW na capacidade de geração da atual usina, sem introduzir alterações nos níveis operacionais de montante e jusante da barragem.

Além das ações realizadas no parque de geração próprio, destaca-se o programa de expansão da geração da CEEE-GT, já desenvolvido através de parcerias, que atinge um montante de 318,08 MW em operação, reunindo as UHEs de Dona Francisca, Machadinho, Campos Novos, Projeto CERAN (Monte Claro, Castro Alves e 14 de Julho), UTE Piratini, PCH Furnas do Segredo e as três primeiras máquinas da UHE Foz do Chapecó de um total de quatro.

No quadro a seguir são apresentados os empreendimentos da CEEE-GT com parcerias.

Participações Societárias em Empreendimentos de Geração

Empreendimentos	Participação CEEE	Total do Empreendimento		Total CEEE-GT
		Pot. Inst.	Energia	Pot Inst.
		MW	MMWm	MW
UHE Dona Francisca*	5,00%	125	78,0	30,0
UHE Machadinho	5,53%	1.140	473,0	63,0
UHE Campos Novos	6,51%	880	377,9	57,3
UHE Monte Claro	30,00%	130	59,0	39,0
UHE Castro Alves	30,00%	130	64,0	39,0
UHE 14 de Julho	30,00%	100	50,0	30,0
UHE Foz do Chapecó	9,00%	855	432,0	77,0
PCH Furnas do Segredo	10,50%	9,8	6,2	1,0
UTE Piratini	10%	10		1,0

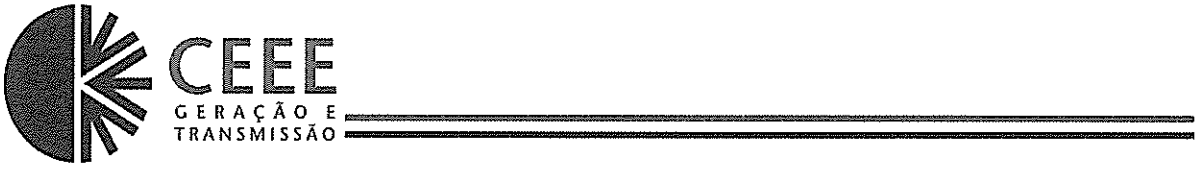
** A participação da CEEE-GT na energia produzida pelo empreendimento, do 1° ao 10° ano de seu início operacional é de 5%, passando a 10% entre o 11° e o 20° ano e chegando a 15% no período restante de concessão.*

Em 2010, a CEEE-GT despendeu, em **manutenção** operacional de seu parque gerador, aproximadamente R$ 6,7 milhões. Dentre as principais obras, destacam-se obras de manutenção e modernização de usinas, sistema de intercomunicação, sinalização por bóias, entre outras.

4.3.2 Transmissão

4.3.2.1 Expansão e modernização da Transmissão

Em 2010, foram aplicados grandes esforços para levar adiante o Plano de Investimento da CEEE-GT, sendo concluídas e energizadas 10 do total de 32 obras elencadas no Plano. As demais estão em fase de construção, projeto básico e contratação.
A CEEE-GT está autorizada pelo Poder Concedente a implementar um conjunto de obras com o objetivo de ampliar a capacidade de atendimento da demanda, confiabilidade e qualidade do fornecimento. Este elenco de obras totalizou um investimento de R$ 124,5 milhões em 2010 e prevê um investimento de R$ 168 milhões para 2011 e de R$ 170,6 milhões para 2012.
Encontra-se em construção os seguintes empreendimentos: SE Scharlau Fase 2, SE Guarita Fase 2, SE Santa Cruz 1, SE Lajeado 2, SE Livramento 2, SE Canoas 3, Seccionamento LT 138kV CIN-CACH e SE Cidade Industrial.
Existem, ainda, 07 empreendimentos em licitação e 10 em execução dos projetos. Além dos empreendimentos próprios, a CEEE-GT também coordena as atividades de acesso a Rede Básica de 09 subestações.
Além destas obras, a Transmissão ganhou o Lote A do último leilão da ANEEL para transmissoras, realizado em dezembro/10, lote composto por cinco linhas de transmissão e 4 subestações, através do consórcio Procable/CEEE-GT/ Insigma.



Com a conclusão, em 2010, de 10 obras energizadas, houve um aumento da potência instalada ao sistema de transmissão, conforme lista abaixo:

Subestação (SE)	Obra
Gravataí 3	Instalação de duas entradas de LT 230kV e seccionamento das LTs 230kV Gravataí 2 – Fibraplac
Maçambará	Instalação do segundo Transformador de 230/69kV 83MVA e segundo Transformador 69/23kV 25MVA
Campo Bom	Instalação do 2º Transformador de Força de 230/23kV com 50MVA de capacidade, 3º Transformador de Força de 230/69kV 83MVA e novo setor de 23kV
Guaíba 2	Instalação do segundo Transformador de Força de 230/69kV 83MVA, construção do novo setor de 230kV e novo setor de 69kV
Garibaldi	Instalação do segundo Transformador de Força de 230/69kV, substituição do atual Transformador de força 230/69kV 83MVA e construção do novo setor de 230kV
Scharlau fase 1	Construção do novo setor de 138kV da SE Scharlau possibilitando a conexão da SE Scharlau 230kV IESUL
Guarita fase 1	Construção do novo setor de 230kV para a conexão da UHE Foz do Chapecó
Bagé 2	Instalação do TR 69/23 kV com 25 MVA
PAL 9	Energizada em 2010, com a instalação do banco de transformadores 230/69 kV com 165 MVA
Recapacitação da LT 138kV CIN-CACH para possibilitar a construção da SE Canoas 3 138kV;	

CEEE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

5. Balanço Social

Balanço Social

1 - BASE DE CÁLCULO	Dezembro 2010 (valor em mil R$)			Dezembro 2009 (valor em mil R$)		
Receita líquida (RL)	738.519			720.387		
Resultado operacional (RO)	75.224			1.499.984		
Folha de pagamento bruta (FPB)	168.391			174.057		
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	**Valor (em mil R$)**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**	**Valor (em mil R$)**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**
Encargos Sociais Compulsórios	37.016	20%	5%	26.582	15%	4%
Saúde	347	0%	0%	174	0%	0%
Medicina e Segurança	760	0%	0%	703	0%	0%
Educação	958	1%	0%	951	1%	0%
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	924	0%	0%	548	0%	0%
Benefícios	40.616	22%	5%	43.755	25%	6%
Alimentação	8.891	5%	1%	8.251	5%	1%
Creches ou Auxílio-Creche	1.048	1%	0%	705	0%	0%
Previdência privada	26.119	14%	4%	31.028	18%	4%
Plano de Saúde	4.560	2%	1%	3.770	2%	1%
Participação nos Lucros ou Resultados	5.617	3%	1%	5.295	3%	1%
Inclusão Social	57	0%	0%	56	0%	0%
Outros	1.361	1%	0%	1.272	1%	0%
Produtividade	1.048	1%	0%	910	1%	0%
Vale Transporte - Excedente	315	0%	0%	362	0%	0%
Total - Indicadores sociais internos	**87.676**	**47%**	**12%**	**79.337**	**46%**	**11%**
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	**Valor (em mil R$)**	**% sobre RO**	**% sobre RL**	**Valor (em mil R$)**	**% sobre RO**	**% sobre RL**
Educação	800	1%	0%	693	0%	0%
Cultura	2.615	3%	0%	3.180	0%	0%
Inclusão Social	166	0%	0%	204	0%	0%
Ação Social	-	-	-	3	0%	0%
Outros	-	0%	0%	-	0%	0%
Total das contribuições para a sociedade	**3.581**	**5%**	**0%**	**4.080**	**0%**	**1%**
Tributos (excluídos encargos sociais)	47.686	63%	6%	49.945	3%	7%
Total - Indicadores sociais externos	**51.267**	**68%**	**7%**	**54.025**	**4%**	**7%**
4 - INDICADORES AMBIENTAIS	**Valor (em mil R$)**	**% sobre RO**	**% sobre RL**	**Valor (em mil R$)**	**% sobre RO**	**% sobre RL**
Indicador Ambiental	53	0%	0%	180	0%	0%
Educação	72	0%	0%	91	0%	0%
Estudo	60	0%	0%	59	0%	0%
Gestão	1.441	2%	0%	419	0%	0%
Resíduos	92	0%	0%	42	0%	0%
ISO 14 001	-	-	-	58	0%	0%
Sócio Patrimonial e Ambiental	1.349	2%	0%	266	0%	0%
Outros	-	-	-	54	0%	0%
Institucional	146	0%	0%	51	0%	0%
Programas Ambientais	2.528	3%	0%	2.538	0%	0%
Reflorestamento	16	0%	0%	-	0%	0%
Eficientização Energética	-	-	-	-	0%	0%
Reposição Reflorestal	2	0%	0%	-	0%	0%
Poda e Desmatamento	1.525	2%	0%	1.039	0%	0%
Monitoramento e Salvamento Avifauna	20	0%	0%	-	0%	0%
Reassentamentos - Remanejo	-	-	-	722	0%	0%
Acompanhamento Técnico e Gerenciamento Ambiental	719	1%	0%	552	0%	0%
Outros	247	0%	0%	225	0%	0%
Total dos investimentos em meio ambiente	**4.320**	**6%**	**1%**	**3.318**	**0%**	**0%**
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	( ) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50%	( ) cumpre de 51 a 75% (x) cumpre de 76 a 100%		( ) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50%	( ) cumpre de 51 a 75% (x) cumpre de 76 a 100%	

5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	2010	2009
Nº de empregados(as) ao final do período*	1.472	1.421
Nº de admissões durante o período	95	107
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	0	0
Nº de estagiários(as)	139	139
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	600	572
Nº de mulheres que trabalham na empresa	257	243
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	22,94%	19,29%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	174	n.d
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	9,52%	n.d
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	32	32

6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL	Em 2010			Em 2009		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	9,66			9,66		
Número total de acidentes de trabalho**	7			10		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolverá	(x) seguirá as normas da OIT	( ) incentivará e seguirá a OIT	( ) não se envolverá	(x) seguirá as normas da OIT	( ) incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não serão considerados	(x) serão sugeridos	( ) serão exigidos	( ) não serão considerados	(x) serão sugeridos	( ) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolverá	( ) apoiará	(x) organizará e incentivará	( ) não se envolverá	( ) apoiará	(x) organizará e incentivará
Valor adicionado total a distribuir (em mil R$):	Em 2010: R$ 562.713			Em 2009: R$ 2.010.348		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	20,42% governo 25,24% acionistas	30,30% colaboradores(as) 16,04% terceiros	___% retido	4,23% governo 77,69% acionistas	11,26% colaboradores(as) 6,81% terceiros	___% retido
7 - OUTRAS INFORMAÇÕES						
Contempla a Campanha do Agasalho e a Campanha do Brinquedo						

Escolaridade	Em 2010	Em 2009
Graduados	457	433
Graduandos	0	0
Ensino Médio	894	850
Ensino Médio Incompleto	0	0
Ensino Fundamental	86	99
Ensino Fundamental Incompleto	34	38
Não Alfabetizados	1	1

**Acidentes com perda de tempo *Acidentes com afastamento

Para fim de demonstração, as receitas e despesas não operacionais estão somadas as receitas e despesas operacionais, conforme determina a Lei 6.404/76 e suas alterações.

6. Indicadores Sociais

6.1 Indicadores Sociais Internos

A estrutura ocupacional utilizada pela CEEE-GT observa a divisão dos processos de trabalho da empresa, contemplando em sua estrutura 4 carreiras distintas. A Tabela a seguir demonstra o número de empregados da CEEE-GT no ano de 2010.

Carreira	Total de empregados	%
Administrativa	231	15%
Operacional	716	49%
Técnica de Nível Médio	244	17%
Nível Superior	281	19%
Total	1472	100%

Para manter um dimensionamento de pessoal adequado aos serviços realizados pela CEEE-GT, no ano de 2010 foram contratados 95 novos empregados através de concurso público, conforme detalhado na tabela a seguir:

Carreira	Total de empregados
Administrativa	17
Operacional	40
Técnica de Nível Médio	19
Nível Superior	19
Total	95

Para manter os empregados capacitados para o pleno exercício de suas atividades profissionais a CEEE-GT, investiu em treinamento e desenvolvimento, resultando em uma média de 50,19 horas de capacitação por empregado.

Considerando que o negócio exercido pela CEEE-GT envolve atividades periculosas a empresa prima pela segurança no ambiente de trabalho. Embora tenha existido um trabalho de prevenção, no ano de 2010, ocorreram 15 acidentes de trabalho, sendo 07 acidentes com afastamento, 07 acidentes sem afastamento e 01 acidente de trajeto.

6.2 Indicadores Sociais Externos

A CEEE-GT, através de sua Política de Patrocínio financiou 56 Projetos, investindo o valor de R$ 5,1 milhões. Dentre os projetos financiados 25 utilizaram as leis de incentivo fiscal, possibilitando o retorno do investimento de R$ 0,6 milhões.

Comprometida com o desenvolvimento sustentável de seu negócio, a empresa CEEE-GT cumpre rigorosamente a legislação e as normas ambientais, investe em pesquisa, idéias inovadoras, tecnologia e educação ambiental para o seu público interno, empresas parceiras, fornecedores e sociedade em geral, visando ao consumo consciente dos recursos naturais. Diante deste cenário, em 2010 a CEEE-GT implantou o sistema de Gestão de Resíduos.

Os investimentos em meio ambiente totalizaram R$ 4,32 milhões em 2010, valor cerca de 30% superior ao de 2009, quando a empresa investiu R$ 3,32 milhões.

Visando minimizar os impactos do uso da água para geração hidrelétrica sobre a ictiofauna dos reservatórios e na operação das usinas geradoras a área de geração mantém 04 programas básicos que visam à conservação e preservação da ictiofauna nos reservatórios da Empresa. São eles: Monitoramentos da qualidade das águas superficiais, Programa de Repovoamento de Alevinos, Programa de Monitoramento da Ictiofauna e Programa de Salvamento e Resgate de Peixes.

No que se refere à Transmissão, a empresa tem projetos sociais distintos de plantio sob as faixas de domínio existentes sob as linhas de transmissão em Cachoeirinha (Semear) e Canoas (Projeto Alimentar). O projeto atende a 220 famílias, com produção total de 95 toneladas de 46 espécies de

hortigranjeiros em Cachoeirinha. Em Canoas o projeto está na fase da primeira plantação, com colheita prevista para 2011. O terceiro projeto, em Gravataí (Plantando com Energia) está em fase de estudos, com previsão de assinatura de convênio com a Prefeitura local para 2011. Maiores informações podem ser obtidas no nosso Relatório de Sustentabilidade, acessível através do site www.ceee.com.br.

7. Aspectos Econômicos Financeiros / Endividamento

A CEEE-GT, em 2010, para oferecer ao seu mercado a excelência na prestação dos serviços de geração e transmissão de energia elétrica, enfrentou vários desafios.
O setor elétrico exige elevados investimentos das concessionárias participantes, para atender ao aumento da demanda por energia, decorrente das ascendentes taxas de crescimento da economia observadas nos últimos anos. Para tanto, tais empresas se utilizam de recursos de terceiros na alavancagem de seus negócios. A busca de melhores alternativas de financiamentos passa por pesquisa de fontes de recursos disponíveis nos mercados interno e externo, considerando inclusive as instituições públicas que fomentam as empresas do setor, destacando-se ELETROBRÁS e BNDES.
Devido à dificuldade de acesso às fontes subsidiadas de financiamento, às vezes a empresa necessita captar recursos para investimento no mercado a taxas superiores à TIR de seus empreendimentos.

7.1 Ingressos Extra-operacionais e Outros

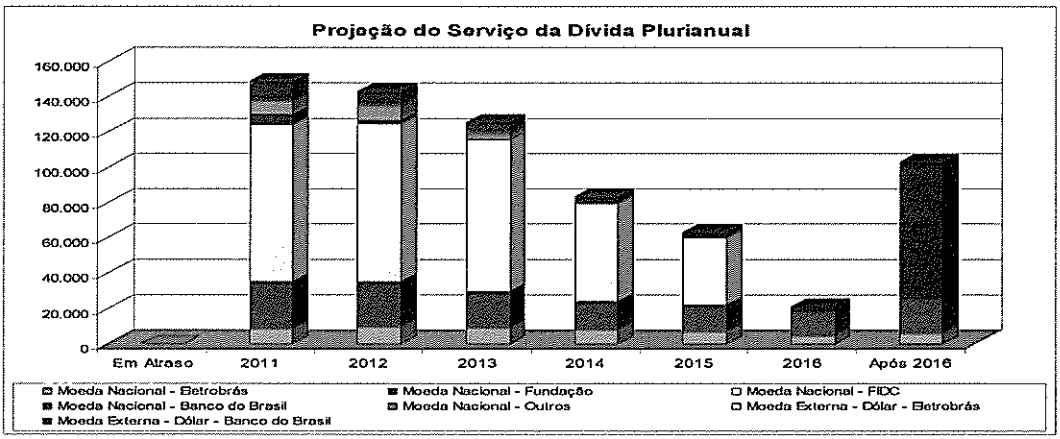
- Não ocorreu ingresso de recursos oriundos de captações no mercado financeiro, pois o ano de 2010 contou com o saldo de R$ 30 milhões referente ao Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC V, cuja estruturação iniciou-se em 2008. Os recursos estão vinculados ao Programa de Aceleração do Crescimento - PAC do Governo Federal e destinam-se a realização de obras de geração e transmissão de energia elétrica, com cronograma de encerramento em 2010 (principal conjunto de obras) e 2011 e 2012 para alguns projetos de geração e transmissão.
- Iniciaram-se em 2010 procedimentos para firmar contrato com o BID, visando obter financiamento para obras vinculadas à Copa do Mundo de 2014. Também foram capitaneadas tratativas com o BNDES para financiar investimentos adjacentes às obras do BID, todos dentro do Plano de Expansão da empresa.

7.2 Endividamento

Em 2010, o serviço da dívida da companhia totalizou em R$ 508 milhões, distribuídos conforme tabela abaixo, contemplando contratos financeiros com agentes nacionais e internacionais, conforme a seguir demonstrado:

Grupo	Indexador	Saldo (R$ mil)	Participação no total (%)
Saldo Devedor da Dívida Interna		**465.730**	**91,742%**
Moeda Nacional - Eletrobrás - IRD	UFIR	5.637	1,110%
Moeda Nacional - Eletrobrás - RGR	RGR	31.773	6,259%
Moeda Nacional - Fundação	INPC	106.141	20,908%
Moeda Nacional - FIDC	CDI	283.496	55,845%
Moeda Nacional - Banco do Brasil	CDI	6.817	1,343%
Moeda Nacional - Refis IV	TJLP	31.866	6,277%
Saldo Devedor da Dívida Externa		**41.921**	**8,258%**
Moeda Externa - Gov.Fed. Bcos Priv.	Dólar	39.717	7,824%
Moeda Externa - Brazilian I. Bond	Dólar	2.204	0,434%
Saldo Devedor da Dívida		**507.651**	**100%**

Tal montante possui vencimento máximo em Abr/2024, cuja distribuição está a seguir demonstrada, onde 86% do estoque vencem até 2019.



Valores incluem o principal e juros projetados.

8. Convergência para os Padrões Internacionais de Contabilidade

A CEEE-GT passou a adotar, a partir do encerramento do exercício de 2010, retroativamente a 1º de janeiro de 2009, os pronunciamentos emitidos pelo CPC aplicáveis às suas operações, os quais estão consistentes com as práticas contábeis internacionais - IFRS.

Neste processo de convergência das normas internacionais de contabilidade, Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL não reconheceu a aplicação do pronunciamento contábil das concessões de serviços públicos – ICPC01 para os serviços de transmissão de energia elétrica.

Para agência reguladora essa norma não representa adequadamente a situação econômico-financeira das concessionárias, não estando condizentes com as disposições regulatórias que disciplinam sobre as concessões do serviço público de energia elétrica.

Em fevereiro de 2010 a ANEEL instituiu, através da Resolução Normativa nº 396 a Contabilidade Regulatória que passará a vigorar a partir de janeiro de 2012. Dessa forma a Concessionária deverá efetuar registros e elaborar demonstrações contábeis especificas para atender a agência reguladora, os quais deverão ser auditados e disponibilizados para consulta pública no sitio eletrônico da ANEEL.

Em atendimento ao Despacho nº 4.097, emitido pela ANEEL em 30 de dezembro de 2010, apresentamos o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício Regulatórios elaborados em conformidade com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, bem como quadro de conciliação entre as demonstrações regulatórias e societárias.

CEEE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

Balanço Patrimonial Regulatório

para os períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009
(Valores expressos em milhares de Reais)

	31/12/2010	31/12/2009 Reclassificado
ATIVO CIRCULANTE		
Caixa e Equivalentes de Caixa	21 955	32 966
Concessionárias e Permissionárias	67 495	90 603
Títulos de Crédito a Receber	493	453
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.656)	(1.402)
Créditos Tributários	18 632	13 254
Estoques	6 340	6 339
Outros Créditos a Receber	28 511	33 410
Pagamentos Antecipados	673	911
	162 443	176 534
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
Realizável a Longo Prazo		
Comercialização de Energia na CCEE	123 091	65 777
Títulos de Crédito a Receber	544	606
Créditos Tributários	32 242	36 113
Aplicações Financeiras	-	5
Depósitos Judiciais	15 604	6 007
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	252 639	183 855
Outros Créditos a Receber	1 442 855	1 467 980
Bens e Direitos Destinados a Alienação	2.152	2.152
Investimentos	298.932	313.561
Participações Societárias Permanentes	297 383	274 047
Outros Investimentos	1 549	39 514
Imobilizado	1 481 261	1 421 178
Em Serviço Líquido	1 277 658	1 277 351
Em curso	203 603	143 827
Intangível	36 557	36 241
Em Serviço Líquido	27 952	28 162
Em curso	8 605	8 079
	3 686 677	3 553 675
TOTAL DO ATIVO	3 849 120	3 730 209

	31/12/2010	31/12/2009 Reclassificado
PASSIVO CIRCULANTE		
Fornecedores	59 277	33 026
Folha de Pagamento - Retenções	10 013	8 946
Provisão para Dividendos	-	49 726
Tributos e Contribuições Sociais	10.396	11.600
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	114 950	111 090
Benefícios Pós-Emprego	56 311	64.267
Passivo Regulatório	18 045	8 778
Obrigações Estimadas	21 624	14 245
Encargos do Consumidor a Recolher	9 624	6 275
Encargos Parcelados	9 480	17 585
Provisão para Passivos Trabalhistas, Cíveis e Tributários	66 380	70 154
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	18 265	7 050
Outros Passivos	24 632	60 977
Tributos Valor Justo dos Ativos	15 070	15 070
	435 687	478 791
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	270 676	356 145
Comercialização de Energia na CCEE	73 058	73 058
Benefícios Pós-Emprego	330 184	343 645
Encargos Parcelados	60 160	60 441
Provisão para Passivos Trabalhistas, Cíveis e Tributários	164 129	113 616
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	2 037	10 347
Outros Passivos	95 126	60 558
Tributos Valor Justo dos Ativos	76 563	91 633
	1 072 733	1 109.443
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social	568 447	568 447
Reserva de Incentivos Fiscais	1 376 430	1 376 430
Recursos Destinados ao Aumento de Capital	620	620
Reserva de Lucros	58 501	8 775
Ajuste de Avaliação Patrimonial	177 876	207 129
Prejuízos Acumulados	138 626	(39 426)
	2 340 500	2 141 975
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3 849 120	3 730 209

CEEE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

Demonstração dos Resultados dos Exercícios - Regulatório
findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2010	31/12/2009
RECEITA OPERACIONAL	789.324	773.526
Suprimento de Energia Elétrica	324.244	307.148
Disponibilização do Sistema de Distribuição	456.223	438.735
Energia Elétrica de Curto Prazo	15.676	16.842
Outras Receitas Operacionais	(6.819)	10.801
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	(123.807)	(102.430)
ISS	(91)	(116)
PASEP e COFINS	(60.753)	(48.302)
Quota RGR	(20.881)	(17.355)
Outros Encargos	(9.547)	(7.021)
Encargos do Consumidor - P&D / MME / FNDCT / PEE	(6.789)	(6.776)
Subvenções CCC	(20.183)	(10.685)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(15.563)	(12.175)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	665.517	671.096
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	(368.697)	(330.466)
Custo com Energia Elétrica	(38.926)	(36.982)
Custo com Energia Elétrica - Comprada de Terceiros	(4.791)	(1.737)
Encargo de Uso do Sistema	(34.135)	(35.245)
Custo de Operação	(329.771)	(293.484)
Pessoal e Administradores	(172.408)	(137.159)
Material	(10.423)	(9.667)
Serviço de Terceiros	(22.291)	(24.941)
Depreciação e Amortização	(108.440)	(106.733)
Outros	(16.209)	(14.984)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	296.820	340.630
Despesas Operacionais	(230.248)	(206.631)
Despesas com Vendas	(264)	(175)
Despesas Gerais e Administrativas	(42.329)	(46.408)
Outras Despesas Operacionais	(187.655)	(160.048)
Outras Receitas	1.364	1.378.958
Conta de Resultado a Compensar	-	1.376.430
Outras Receitas	1.364	2.528
Outras Despesas	(23.007)	(4.085)
RESULTADO DO SERVIÇO	44.929	1.508.872
Resultado de Participações Societárias	20.303	21.951
Receita/Despesa Financeira	29.331	(29.648)
Renda de Aplicações Financeiras	7.059	7.976
Variações Monetárias - Empréstimos e Financiamentos	(27.241)	(21.236)
Encargos de Dívidas	(9.632)	(13.603)
Outras Receitas/Despesas Financeiras	59.145	(1.985)
PREJUÍZO ANTES DO IR E CS	94.563	1.501.975
Imposto de Renda	36.027	27.259
Contribuição Social	1.137	9.109
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	133.727	1.538.343

RESUMO DAS DIFERENÇAS IFRS

R$ mil

	2010	2009
Lucro Líquido - ANEEL antes do IFRS	**178.050**	**1.589.217**
Investimentos		(6.551)
Depreciação dos Ativos da Geração	(44.323)	(44.323)
Lucro Líquido - ANEEL depois do IFRS	**133.727**	**1.538.343**
Linearização da Receita da Transmissão	(13.182)	(13.604)
Acordos de Concessão de Serviços - IFRIC 12 ou ICPC 01	21.493	41.104
Lucro Líquido de acordo com o IFRS	**142.038**	**1.565.843**
Patrimônio Líquido - ANEEL antes do IFRS	**2.384.823**	**1.974.272**
Investimentos	-	(39.426)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(44.323)	207.129
Patrimônio Líquido - ANEEL depois do IFRS	**2.340.500**	**2.141.975**
Linearização da Receita da Transmissão	(90.396)	(77.213)
Acordos de Concessão de Serviços - IFRIC 12 ou ICPC 01	69.015	47.523
Patrimônio Líquido de acordo com o IFRS	**2.319.119**	**2.112.285**

CEEE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

9. Resultado do Exercício

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT obteve no exercício de 2010 um lucro líquido de R$ 142 milhões.
A redução de 90,9% em relação ao mesmo período do ano anterior que foi de R$ 1.565,8 bilhões ocorreu em virtude do reconhecimento da conta de resultado a compensar – CRC no valor de R$ 1.376,4 bilhões, e dos efeitos ocasionados pela convergência aos padrões internacionais de contabilidade – IFRS, que refletiram um impacto negativo de aproximadamente R$ 36 milhões.
Foram fatores importantes para o resultado positivo, o aumento do resultado financeiro em função da atualização monetária da energia livre, conforme despacho ANEEL n. 2.517/10, bem como a valorização do real frente ao dólar.
O Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) apresentou uma redução em relação ao mesmo período do ano anterior, em virtude do reconhecimento da CRC naquele ano. Sem esse efeito, o Ebitda seria de R$ 213.783 milhões, também positivo.

valores expressos em R$ mil

Demonstrativo do Cálculo do EBITDA	2010 IFRS	2009 IFRS *	2009
Receita Operacional Líquida - ROL	**738.519**	**720.387**	**671.096**
Custo do Serviço de Energia Elétrica	(440.736)	(359.797)	(285.534)
Despesas Operacionais	**(230.248)**	**(206.631)**	**(206.631)**
(-) Despesas com vendas	(254)	(175)	(175)
(-) Despesas gerais e administrativas	(42.329)	(46.408)	(46.408)
(-) Outras despesas operacionais	(187.665)	(160.048)	(160.048)
Outras Receitas/Despesas	**(21.643)**	**1.374.873**	**1.373.549**
Resultado da Atividade ou EBIT	**45.892**	**1.528.832**	**1.552.480**
(+) Depreciação/Amortização	61.691	61.381	62.235
EBITDA	**107.583**	**1.590.213**	**1.614.715**
Margem EBITDA	14,57%	220,74%	240,61%

* Reclassificado conforme convergência aos padrões internacionais de contabilidade - IFRS.

Dados Econômico-Financeiros	2010 IFRS	2009 IFRS *	2009
Receita Operacional Bruta (R$ mil)	861.248	821.785	773.526
Receita Operacional Líquida (R$ mil)	738.519	720.387	671.096
Resultado do Serviço (Lucro Operacional) (R$ mil)	45.892	1.528.832	1.552.480
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício (R$ mil)	142.038	1.565.843	1.589.217
Ativo Total (R$ mil)	3.918.135	3.777.734	3.461.289
Patrimônio Líquido (R$ mil)	2.263.428	2.112.285	1.974.272
Número de Ações	387.230	387.230	387.230
Cotação Unitária da Ação - ON (R$ por lote de mil)	3,20	3,00	3,00
Cotação Unitária da Ação - PNA (R$ por lote de mil)	2,85	2,10	2,10
Indicadores			
Margem Operacional (%)	6,21	212,22	231,34
Despesa de Pessoal + Serv. de Terceiros / Receita Oper. Líquida (%)	31,49	29,25	31,86
Mercado	**2010**	**2009**	
Energia Vendida - MWh	4.304.982	3.874.629	

* Reclassificado conforme convergência aos padrões internacionais de contabilidade - IFRS.

10. Auditores Independentes

Em atendimento à Instrução CVM n.º 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT informa que utiliza os serviços de Auditoria Independente da BDO Auditores Independentes na elaboração de suas demonstrações financeiras, cujo contrato foi assinado em 10 de abril de 2008 no valor de R$ 124,9 mil. O prazo de execução dos serviços é de 12 meses a contar da data de assinatura do instrumento, podendo haver renovações sucessivas, limitados ao máximo de 60 meses.
O referido contrato foi aditado, prorrogando o prazo contratual por mais 12 meses, a contar do dia 10 de abril de 2010. Em 10 de dezembro de 2010, houve um novo aditamento ao contrato, em atendimento à instrução nº 480/2009 expedida pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, NBC TA 600/2009, e a tradução das Demonstrações Financeiras para o idioma inglês, em 1107 horas, no valor de R$ 104,6 mil. Em decorrência do acréscimo mencionado anteriormente, o valor legal do contrato é de R$ 272,8 mil.
A BDO Auditores Independentes possui contratos para a prestação de serviços de auditoria externa com a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D (no valor de R$ 232,9 mil) e Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-PAR (no valor de R$ 14,8 mil), que são concessionárias e empresas resultantes da cisão da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE.
A política da CEEE-GT na contração de bens e serviços é elaborada através de licitação pública e quanto à contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto ao auditor independente fundamentam-se nos princípios de preservar a independência do auditor, quais sejam:

(a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho;
(b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e
(c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Os Auditores Independentes declaram que a prestação de serviços não afeta a independência e objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de Auditoria Externa, baseados no item n.º 1.2.10.6 m.2 da Resolução n.º 1.034/05 do Conselho Federal de Contabilidade.

CEEE
GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

11. Agradecimentos

A seus consumidores, empregados, parceiros e fornecedores; a seus acionistas, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Conselho de Consumidores; aos organismos setoriais, governos federal, estadual e municipais, bem como às instituições bancárias; principalmente, à população gaúcha, a CEEE-GT presta seus agradecimentos pela confiança, reconhecimento, esforços, incentivo e apoio.

SERGIO SOUZA DIAS
Diretor Presidente

GERSON CARRION DE OLIVEIRA
Diretor

LUIZ ANTONIO TIRELLO
Diretor

HALIKAN DANIEL DIAS
Diretor

RUBEM CIMA
Diretor

GILBERTO SILVA DA SILVEIRA
Diretor

CEEE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

Demonstrações Financeiras

Balanços Patrimoniais

para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, 01 de Janeiro de 2009
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

	Nota Explicativa	31/12/2010	31/12/2009 Reapresentado Conforme Nota NF 4.7	01/01/2009 Reapresentado Conforme Nota NF 4.7
ATIVO CIRCULANTE				
Caixa e Equivalentes de Caixa	7	21.955	32.966	4.899
Concessionárias e Permissionárias	8	87.495	90.603	61.100
Títulos de Crédito a Receber	9	493	453	524
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	10	(1.656)	(1.402)	(1.227)
Créditos Tributários	11	18.632	13.264	2.784
Estoques	12	6.340	6.339	6.012
Outros Créditos a Receber	13	28.511	28.088	31.625
Ativo Financeiro da Concessão	19	303.624	302.188	289.633
Pagamentos Antecipados	15	673	523	307
		466.067	473.012	415.657
ATIVO NÃO CIRCULANTE				
Realizável a Longo Prazo				
Comercialização de Energia na CCEE	16	123.691	65.777	65.136
Títulos de Crédito a Receber	9	544	805	1.114
Créditos Tributários	11	32.242	36.113	3.945
Aplicações Financeiras	7	-	5	5
Depósitos Judiciais	17	15.604	6.007	7.140
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	18	252.638	183.855	103.326
Outros Créditos a Receber	13	66.425	111.550	60.525
Conta de Resultado a Compensar - CRC	14	1.376.430	1.376.430	-
Ativo Financeiro da Concessão	19	814.596	723.171	666.139
Bens e Direitos Destinados a Alienação	20	2.152	2.152	2.265
Investimentos				
Participações Societárias Permanentes	21	297.383	279.758	228.517
Outros Investimentos	21	1.549	1.748	1.845
Imobilizado				
Imobilizado	22	466.914	516.082	559.943
Intangível				
Intangíveis	23	1.700	1.268	1.191
		3.452.068	3.304.722	1.701.091
TOTAL DO ATIVO		3.918.135	3.777.734	2.116.748

	Nota Explicativa	31/12/2010	31/12/2009 Reapresentado Conforme Nota NF 4.7	01/01/2009 Reapresentado Conforme Nota NF 4.7
PASSIVO CIRCULANTE				
Fornecedores	24	59.277	33.026	41.373
Folha de Pagamento - Retenções	25	10.013	6.948	7.581
Provisão para Dividendos	35	55.691	49.726	-
Tributos e Contribuições Sociais	26	19.876	29.185	28.020
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	27	114.950	111.090	142.268
Benefícios Pós-Emprego	28	58.311	64.267	61.938
Obrigações Estimadas	29	21.824	14.245	12.962
Encargos do Consumidor a Recolher (RGR/CCC/CDE)	30	9.824	6.276	16.562
Provisão para Passivos Trabalhistas, Cíveis e Tributários	31	66.380	70.154	56.493
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	32	18.285	14.583	13.952
Outros Passivos	33	42.077	36.718	41.765
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	18	15.070	15.070	15.070
		491.578	453.288	437.984
PASSIVO NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos e Financiamentos e Outras Captações	27	270.676	356.145	240.627
Comercialização de Energia na CCEE	47	73.058	73.058	73.058
Benefícios Pós-Emprego	28	330.184	343.645	337.217
Tributos e Contribuições Sociais	26	60.160	60.441	34.549
Provisão para Passivos Trabalhistas, Cíveis e Tributários	31	164.129	113.616	144.798
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	32	2.837	2.814	4.189
Receita Recebida Antecipadamente	34	90.396	77.213	63.609
Outros Passivos	33	95.126	93.596	92.716
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	18	76.563	91.633	106.703
		1.163.129	1.212.161	1.097.666
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital Social	35	588.447	588.447	588.447
Reserva de Incentivos Fiscais	35	1.376.430	1.376.430	-
Recursos Destinados a Aumento de Capital	-	620	620	620
Reserva de Lucros	35	120.055	8.775	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	*	177.876	207.129	236.382
Prejuízos Acumulados	35	-	(69.116)	(244.351)
		2.263.428	2.112.285	581.098
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.918.135	3.777.734	2.116.748

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CEEE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

Demonstração dos Resultados

para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

	Nota Explicativa	31/12/2010	31/12/2009 Reapresentado Conforme Nota nº 6.6
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	37	738.519	720.387
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA		(440.736)	(359.797)
Custo com Energia Elétrica		(38.926)	(36.982)
Custo com Energia Elétrica - Comprada de Terceiros	38	(4.791)	(1.737)
Encargo de Uso do Sistema		(34.135)	(35.245)
Custo de Operação	39	(401.810)	(322.815)
Pessoal e Administradores		(172.408)	(137.159)
Material		(10.423)	(9.667)
Serviço de Terceiros		(22.291)	(24.941)
Depreciação e Amortização		(61.230)	(60.947)
Outros		(16.209)	(14.984)
Custo de Construção		(119.249)	(75.117)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		297.783	360.590
Despesas Operacionais		(230.248)	(206.631)
Despesas com Vendas	39	(254)	(175)
Despesas Gerais e Administrativas	39	(42.329)	(46.408)
Outras Despesas Operacionais	39	(187.665)	(160.048)
Outras Receitas		1.364	1.378.958
Conta de Resultado a Compensar - CRC	40	-	1.376.430
Outras Receitas	40	1.364	2.528
Outras Despesas	40	(23.007)	(4.085)
RESULTADO DO SERVIÇO		45.892	1.528.832
Resultado de Participações Societárias		20.303	21.951
Receita/Despesa Financeira	41	29.332	(28.848)
LUCRO ANTES DO IR E CS		95.527	1.521.935
Imposto de Renda	42	43.429	32.803
Contribuição Social	42	3.082	11.105
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		142.038	1.565.843
Lucro Básico e Diluído por Ação - R$	36	0,37	4,04

CEEE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

	Nota Explicativa	Capital Social	Reserva de Incentivos Fiscais	Recursos Destinados a Aumento de Capital	Reserva de Lucros	Prejuízos Acumulados	Ajuste Avaliação Patrimonial	Patrimônio Líquido Total
Saldos em 31/12/2008		588.447	-	620	-	(154.286)	-	434.781
Ajuste de Exercícios Anteriores:								
Ajustes adoção das novas práticas	6.5	-	-	-	-	(90.065)	236.382	146.317
Saldos em 01/01/2009 após adoção das novas práticas		588.447	-	620	-	(244.351)	236.382	581.098
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-		1.565.843		1.565.843
Destinação do Resultado:								-
Reserva Legal		-	-	-	2.925	(2.925)		-
Reserva para Expansão		-	-	-	5.850	(5.850)		
Reserva de Incentivos Fiscais	35	-	1.376.430	-	-	(1.376.430)		-
Proposta de Dividendos	35	-	-	-	-	(49.726)		(49.726)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	22					44.323	(44.323)	-
Tributos Diferidos sobre Ajuste de Avaliação Patrimonial	18						15.070	15.070
Saldos em 31/12/2009		588.447	1.376.430	620	8.775	(69.116)	207.129	2.112.285
Reserva Especial de Dividendos não Distribuídos	35	-	-	-	49.726	-	-	49.726
Ajuste de Avaliação Patrimonial						44.323	(44.323)	-
Tributos Diferidos sobre Ajuste de Avaliação Patrimonial							15.070	15.070
Lucro Líquido do Exercício					-	142.038		142.038
Destinação do Resultado:								
Reserva Legal		-	-	-	5.862	(5.862)	-	-
Reserva para Expansão		-	-	-	11.725	(11.725)	-	-
Dividendos Obrigatórios	35.e	-	-	-	-	(55.691)	-	(55.691)
Dividendos Remanescentes à Disposição da AGO	35.e	-	-	-	43.967	(43.967)	-	-
Saldos em 31/12/2010		588.447	1.376.430	620	120.055	-	177.876	2.263.428

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CEEE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

Demonstração dos Fluxos de Caixa

para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

		31/12/10	31/12/09 Reapresentado Conforme Nota 6.7
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro Líquido do Período		142.038	1.565.843
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa			
Variações Monetárias e Cambiais dos Empréstimos de Longo Prazo		15.721	14.056
Variações Monetárias e Cambiais do Passivo Não Circulante		4.848	65.596
Provisão para Desvalorização e Depreciação de Investimentos		121	283
Depreciação e Amortização de Bens do Ativo Imobilizado e Intangíveis	39	61.691	61.483
Resultado de Equivalência Patrimonial	20	(20.303)	(21.950)
Constituição de Provisão para Passivos e Outras		69.099	(11.109)
Constituição de Provisão Ex-Autárquicos	39	33.131	60.292
Constituição de Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa	39	254	175
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		(68.783)	(80.529)
Baixas do Ativo Imobilizado, Investimentos e Intangível		10.219	7.333
Apropriação de Créditos da Conta de Resultado a Compensar	14	-	(1.376.430)
GERAÇÃO BRUTA DE CAIXA		248.036	285.043
Variações no Ativo Circulante e Não Circulante		(114.193)	(130.766)
Concessionárias e Permissionárias		3.108	(9.503)
Títulos de Crédito a Receber		222	379
Créditos Tributários		(1.507)	(42.609)
Aplicações Financeiras de Longo Prazo		5	-
Estoques		(1)	(327)
Outros Créditos a Receber		44.702	(9.508)
Pagamentos Antecipados		(150)	(216)
Comercialização de Energia na CCEE		(58.114)	(641)
Depósitos Judiciais		(9.597)	1.133
Ativo Financeiro da Concessão		(92.861)	(69.587)
Bens e Direitos Destinados à Alienação		-	113
Variações no Passivo Circulante e Não Circulante		(27.106)	(103.806)
Fornecedores		26.251	(8.347)
Folha de Pagamento - Retenções		1.065	1.367
Provisão para Dividendos		5.965	49.726
Tributos e Contribuições Sociais		8.276	11.033
Benefícios Pós-Emprego		(61.574)	(66.238)
Obrigações Estimadas		7.579	1.283
Encargos do Consumidor a Recolher (RGR/CCC/CDE)		3.548	(10.286)
Encargos Parcelados		(17.866)	(45.916)
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento		3.725	(744)
Provisão para Passivos Trabalhistas e Cíveis		(18.151)	5.359
Receita Recebida Antecipadamente		13.183	13.604
Outros Passivos		6.858	(4.921)
Provisão para Dividendos		(5.965)	(49.726)
GERAÇÃO OPERACIONAL DE CAIXA		106.737	50.471
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Caixa Líquido Aplicado em Investimentos		(20.418)	(54.508)
Aumento de Investimentos		(6.796)	(36.586)
Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado		(12.980)	(17.616)
Aquisição de Ativo Intangível		(642)	(306)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Caixa Líquido Aplicado em Financiamentos		(97.330)	32.104
Incremento de Empréstimos e Financiamentos		20.300	233.365
Pagamento de Empréstimos e Financiamentos e Encargos de Dívidas		(117.630)	(163.281)
Empréstimos - Partes Relacionadas	44	-	(37.980)
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA		(11.011)	28.067
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa	7	32.966	4.899
Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa	7	21.955	32.966

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CEEE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

Demonstração dos Valores Adicionados

para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

	Nota Explicativa	31/12/10		31/12/09 Reapresentado Conforme Nota 6.7
RECEITAS				
Suprimento de Energia e Serviços		861.248		821.785
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	39	(254)		(175)
Outras Receitas e Despesas		(21.643)		1.374.873
(-) INSUMOS		(239.105)		(200.438)
Material	39	(10.423)		(9.667)
Serviços de Terceiros	39	(22.291)		(24.941)
Custo de Energia Comprada	39	(38.926)		(36.982)
Outros Custos Operacionais	39	(7.831)		(6.752)
Custo de Construção	39	(119.249)		(75.117)
Outras Despesas Operacionais	39	(40.385)		(46.979)
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO		600.246		1.996.046
(-) Depreciação e Amortização	39	(61.691)		(61.381)
(-) Provisões	39	(107.138)		(42.181)
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO		431.417		1.892.484
(+) Resultado de Equivalência Patrimonial	44	20.303		21.951
(+) Receitas Financeiras	41	110.993		95.913
(=) VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR		562.713	%	2.010.348
Distribuição do Valor Adicionado				
Pessoal, Administradores e Contribuição Fundo de Pensão		215.543	38,30	226.395
Remuneração Direta	-	110.786	19,70	88.048
Benefícios	-	14.299	2,54	13.527
Plano de Benefícios Previdenciais	-	43.522	7,73	48.556
Compromissos Previdenciais	-	37.282	6,62	68.803
F.G.T.S.	-	9.654	1,72	7.461
Impostos, Taxas, Encargos e Contribuições	-	114.899	20,42	84.985
Federais	-	112.832	20,05	83.044
Estaduais	-	460	0,08	261
Municipais	-	1.607	0,28	1.680
Remuneração de Capitais de Terceiros	-	90.233	16,04	133.125
Aluguéis	-	8.572	1,52	8.364
Despesas Financeiras	-	81.661	14,51	124.761
Remuneração de Capitais Próprios	-	142.038	25,24	1.565.843
Lucro Líquido do Período	-	142.038	25,24	1.565.843
TOTAL	-	562.713		2.010.348

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CEEE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

1. Contexto Operacional

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT é uma sociedade anônima de capital aberto sendo seu acionista controlador o Estado do Rio Grande do Sul através da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE-Par, empresa detentora de 65,92% do seu capital total. Foi organizada em conformidade com a autorização concedida pela Lei nº 12.593, em 13 de setembro de 2006, e constituída a partir da cisão da Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE, conforme Assembléia Geral Extraordinária realizada em 26 de novembro de 2006, (Ata nº 170), que consignou, nos termos do artigo 229, parágrafo 2º, da Lei nº 6.404/76, tendo sido observadas todas as formalidades legais para tanto, a constituição formal da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, a qual somente iniciou as atividades previstas no seu objeto social a partir de 1º de dezembro de 2006. A Concessionária tem por objeto projetar, construir e explorar sistemas de produção e transmissão de energia elétrica, bem como desenvolver atividades que visem idêntica finalidade; a prestação de serviços de natureza pública ou privada, no setor de energia elétrica; a exploração de sua infraestrutura, com a finalidade de gerar receitas alternativas, complementares ou acessórias, inclusive proveniente de projetos associados.

1.1. Autorização e Emissão das Demonstrações Financeiras

A autorização para conclusão das Demonstrações Financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração e Conselho Fiscal em 24 de março de 2011, conforme estabelece a Deliberação CVM nº 593, de 15 de setembro de 2009.

2. Das Concessões

2.1. Concessão de Geração

Em 05 de abril de 2000 a Concessionária firmou o Contrato de Concessão nº 025/2000 - ANEEL para Geração de Energia Elétrica. O Contrato de Concessão regula a exploração dos potenciais de energia hidráulica por meio das centrais geradoras e das instalações de transmissão de interesse restrito às centrais geradoras.

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE GT detém a concessão para exploração dos serviços de geração de energia elétrica das seguintes usinas:

Usina	Unidades	Entrada em Operação	Potência Instalada, conforme contrato de Concessão 25/2000 (MW)	Potência Instalada conforme Resolução ANEEL 407/2000 (MW)	Localização da Casa de Força	Término da Concessão
UHE Itaúba	4	1978	512,40	500,00	Pinhal Grande	30/12/21
UHE Gov. Leonel de Moura Brizola	6	1962	180,00	180,00	Salto do Jacuí	16/11/15
UHE Passo Real	2	1973	158,00	158,00	Salto do Jacuí	16/11/15
UHE Canastra	2	1956	44,80	42,50	Canela	07/07/15
PCH Bugres	1	1952	11,70	11,12	Canela	07/07/15
UHE Ernestina	1	1957	4,96	4,80	Tio Hugo	16/11/15
PCH Capigui	3	1933	4,47	3,76	Passo Fundo	16/11/15
PCH Guarita	1	1953	1,76	1,76	Erval Seco	16/11/15
PCH Herval	2	1937	1,52	1,44	Santa Maria do Herval	16/11/15
PCH Santa Rosa	1	1955	1,53	1,40	Três de Maio	16/11/15
PCH Passo do Inferno	1	1948	1,49	1,33	São Francisco de Paula	16/11/15
PCH Forquilha	1	1950	1,12	1,00	Maximiliano de Almeida	16/11/15
PCH Toca	2	1929	1,00	1,088	São Francisco de Paula	07/07/15
PCH Ijuizinho	1	1950	1,12	1,00	Eugênio de Castro	16/11/15

O prazo de concessão das usinas hidrelétricas com exceção da Usina Hidrelétrica de Itaúba que possui prazo de concessão contratado até 2021, encerra no ano de 2015. O Contrato de Concessão, prevê renovação pelo período de 20 anos desde que requerida pela Concessionária até 36 (trinta e

seis) meses antes do término de contrato. A eventual prorrogação do Contrato de Concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições gerais do contrato.
O segmento de geração é concorrencial, não havendo garantia de remuneração. A receita é obtida com a venda da energia elétrica referente à Garantia Física das usinas, definida pelo poder concedente. No caso da Geração, parte desta energia está comprometida com contratos assinados no ambiente regulado, com prazo de suprimento até 2016, sendo o índice utilizado para reajuste o IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo/IBGE. Outra parcela de energia é comercializada no Ambiente Livre, onde o índice de reajuste é negociado entre as partes.

2.2. Concessão de Transmissão

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, detém duas concessões para exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica.

2.2.a.Contrato de Concessão nº 055/2001 – ANEEL

Em 01 de outubro de 2001 a Concessionária firmou o Contrato de Concessão nº 055/2001 - ANEEL para Transmissão de Energia Elétrica. O Contrato de Concessão estabelece:

a) a obrigação de construir, operar e manter a infraestrutura à serviço da concessão;
b) quais os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados (área geográfica de atendimento e classe de consumidores);
c) a garantia de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão;
d) indenização ao final do contrato de concessão referente à parcela ainda não amortizada dos investimentos realizados pela Concessionária na infraestrutura à serviço da concessão.

O Contrato de Concessão tem prazo de vigência até 07 de julho de 2015, podendo ser renovado pelo período de 20 anos desde que requerida pela Concessionária até 36 (trinta e seis) meses antes do término do contrato. A eventual prorrogação do Contrato de Concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições gerais do contrato.

O Contrato de Concessão também estabelece que as tarifas serão reajustadas anualmente no mês de julho e revisadas a cada 04 (quatro) anos, com exceção das tarifas definidas para as Instalações de Transmissão classificadas na Resolução ANEEL nº 166/2000. Os critérios e metodologias para reajuste e revisão das tarifas de energia elétrica são definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em regulamentação específica.

2.2.b.Contrato de Concessão nº 080/2002 - ANEEL

Em 19 de dezembro de 2002 a Concessionária firmou o Contrato de Concessão nº 080/2002 - ANEEL para Transmissão de Energia Elétrica. O Contrato de Concessão da LT 230kV UPME x Pelotas 3 estabelece:

a) a obrigação de construir, operar e manter a infraestrutura à serviço da concessão;
b) quais os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados (área geográfica de atendimento e classe de consumidores);
c) a garantia de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão;
d) indenização ao final do contrato de concessão referente à parcela ainda não amortizada dos investimentos realizados pela Concessionária na infraestrutura à serviço da concessão.

O Contrato de Concessão tem prazo de vigência de 30 (trinta) anos, contados a partir da entrada em operação das instalações de transmissão, objeto do contrato, podendo ser renovado por igual período desde que requerida pela Concessionária até 36 (trinta e seis) meses antes do término do contrato. A eventual prorrogação do Contrato de Concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições gerais do contrato.

O Contrato de Concessão também estabelece que as tarifas serão reajustadas anualmente no mês de julho e revisadas nos casos de criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais, quando comprovado seus impactos. Os critérios e metodologias para reajuste e revisão das tarifas de energia elétrica são definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em regulamentação específica.

2.2.c. Autorizações

Em 30 de setembro de 1999, através dos atos nº 4.390 e 4.391, publicados no Diário Oficial da União em 14 de outubro de 1999, a CEEE recebeu da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL autorização para exploração do Serviço Limitado Especializado, submodalidade Serviço de Circuito Especializado, em âmbito interno e internacional, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

2.3. Mecanismo de atualização das tarifas de transmissão de energia elétrica dos acordos de concessão

Os Contratos de Concessão definem as parcelas de receita que são atribuídas a cada tipo de instalação de transmissão. A RBSE (Rede Básica do Sistema Existente) refere-se a parcelas de receita das instalações componentes da Rede Básica, definidas no anexo da Resolução n.º 166/2000. A RPC trata das instalações de conexão e às Demais Instalações de Transmissão, ambas dedicadas aos respectivos usuários. A soma dessas duas parcelas compõe a Receita Anual Permitida – RAP das concessionárias de transmissão, que deve ser suficiente para manter o equilíbrio econômico-financeiro do contratos de concessão.

Os reforços em instalações existentes, bem como adequações de menor porte, permitido pela legislação e previsto nos contratos de concessão das concessionárias constantes da Resolução ANEEL n.º 166/2000, são implementados por meio de autorizações expedidas pela ANEEL. As RAPS associadas a esses reforços são caracterizadas pelas parcelas denominadas RBNI (Rede Básica Novas Instalações) e RCDM (Demais Instalações de Transmissão), que são as parcelas correspondentes às novas instalações autorizadas e com receitas estabelecidas por resolução específica após a publicação da Resolução ANEEL n.º 167/2000, ou ainda as instalações de conexão contratadas diretamente das concessionárias, nos termos das Resoluções ANEEL n.º 489/2002 e n.º 158/2005.

Neste contexto, a revisão tarifária periódica constitui o instrumento regulatório desse regime econômico e financeiro. Na revisão, as tarifas são alteradas (para mais ou para menos) segundo uma metodologia que consiste em revisar as condições de desempenho da concessionária. A receita do serviço de transmissão de energia elétrica é então reposicionada para um novo patamar de "preço máximo" de forma a expressar os ganhos de eficiência obtidos e apropriados pela concessionária ao longo dos anos que antecedem a revisão tarifária contratual.

A revisão tarifária periódica tem como resultado o reposicionamento tarifário que consiste em calcular a Receita Anual da concessionária compatível com a cobertura de custos operacionais eficientes e com um retorno adequado sobre o capital prudentemente investido. O objetivo do reposicionamento tarifário é assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão que, com a aplicação das regras de reajuste tarifário anual, deverá ser mantido até a próxima revisão tarifária periódica

A Receita Anual Permitida Total de uma determinada concessionária é dada pela composição da receita anual líquida, formada pela remuneração e reitegração do capital e pelos Custos de Administração, Operação e Manutenção, acrescida dos encargos e tributos (ET) e da parcela de ajuste (PA), ou seja:

Os encargos e tributos que são considerados no cálculo da RAP são os seguintes: Pesquisa e Desenvolvimento (P&D); Taxa de Fiscalização (TFSEE); Reserva Global de Reversão (RGR); PIS/COFINS.

O total de encargos e tributos incorporados no cálculo da receita deverá considerar as alíquotas de acordo com a legislação vigente.

Em relação aos tributos sobre a renda, são considerados no cálculo da RAP o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Assim, a alíquota tributária efetiva será de 34,0%, considerada na taxa de remuneração.

3. Atividades Não Vinculadas à Concessão

A Concessionária possui uma estação de piscicultura no município de Tio Hugo, cujo objetivo é a produção de alevinos e peixes a serem soltos nos reservatórios visando à manutenção e preservação da ictiofauna existente nos mesmos.

4. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

4.1. Bases de Preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras

a. Declaração de Conformidade (com relação às práticas adotadas no Brasil)

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - IFRS emitidas pelo *International Accouting Standard Board* - IASB, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente "CPCs") emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Algumas informações adicionais estão sendo apresentadas em notas explicativas e quadros suplementares em atendimento às instruções contidas no Despacho nº 4.097, da SFF/ANEEL de 30/12/2010.
Os efeitos da adoção inicial dos CPCs estão detalhados na nota explicativa nº 6.

b. Base de Mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

c. Moeda de Apresentação

As Demonstrações Financeiras são apresentadas em Reais (R$). Todas as informações financeiras foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

4.2. Uso de Estimativas

A preparação das Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração realize estimativas para determinação e registro de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre suas Demonstrações Financeiras. As estimativas são feitas com base no princípio da continuidade e suportadas pela melhor informação disponível na data da apresentação das demonstrações financeiras, bem como na experiência da Administração. As estimativas são revisadas quando novas informações se tornam disponíveis ou as situações em que estavam baseadas se alterem. As estimativas podem vir a divergir para com o resultado real. As principais estimativas se referem ao seguinte:

- Vida útil do ativo intangível;
- Transações e venda de energia elétrica na CCEE;
- Provisões para créditos de liquidação duvidosa;
- Passivos contingentes;
- Planos de aposentadoria e benefícios pós-emprego;
- Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos;
- Ativo financeiro da Concessão;
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo.;
- Vida útil do ativo imobilizado.

5. Principais Práticas Contábeis Adotadas

5.1. Ativos e Passivos Financeiros

a. Reconhecimento e mensuração

A Concessionária reconhece os instrumentos financeiros nas suas Demonstrações Financeiras somente quando, ela se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Concessionária desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação, são transferidos.

b. Classificação

A Concessionária classifica os ativos e passivos financeiros sob as seguintes categorias:

1. Mensurados ao valor justo por meio do resultado, são instrumentos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda a curto prazo. Ativos financeiros registrados pelo seu valor justo por meio do resultado são medidos pelo seu valor justo, e mudanças no valor justo destes ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

2. Mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Concessionária tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

3. Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos determináveis que não estão cotados em mercado ativo. Estes ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes e outros créditos, incluindo os recebíveis de contrato de concessão à titulo de indenização ao final do contrato de concessão.

4. Disponível para venda são ativos financeiros não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não se classificam em nenhuma das categorias acima. Após o

reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

5.2. Regime de Competência

A Companhia reconhece as receitas e despesas pelo regime de competência.

5.3. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis. Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. A mesma definição é utilizada na Demonstração do Fluxo de Caixa.

5.4. Aplicações Financeiras

Na conta de Aplicações Financeiras estão reconhecidas operações financeiras e certificados de depósitos bancários, com prazo de vencimento superior a 12 meses, que estão ao valor de custo ou de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais.

5.5. Concessionárias e Permissionárias

Incluem os valores vencidos e a vencer referentes a suprimento de energia elétrica e encargos de uso da rede até a data das demonstrações financeiras, para Concessionárias, Permissionárias e Consumidores Livres, apuradas pelo regime de competência, bem como as vendas de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, conforme informações disponibilizadas pela referida Câmara.

5.6. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Está constituída por valor considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos com concessionárias, permissionárias e consumidores livres.
Refere-se aos recebíveis faturados, até o encerramento do balanço, contabilizado com base no regime contábil de competência.

5.7. Estoques

Os estoques são avaliados pelo seu custo médio de aquisição, deduzido dos impostos recuperáveis e de perda estimada para ajustá-lo ao valor realizável líquido, quando este for menor que seu custo de aquisição.

Periodicamente a Concessionária avalia seus itens de estoque quanto à sua obsolescência ou possível redução de valor. A quantia de qualquer redução dos estoques para o valor realizável líquido e todas as perdas de estoques, são reconhecidas como despesa do período em que a redução ou a perda ocorrerem.

5.8. Subvenção e Assistência Governamental

A partir de 01/01/2008, as subvenções governamentais, se recebidas, serão reconhecidas como receita ao longo do período, confrontadas com as despesas que pretende compensar em uma base sistemática. Os valores a serem apropriados no resultado serão destinados à Reserva de Incentivos

Fiscais. Atualmente a Concessionária possui registrado em suas Demonstrações Financeiras a Conta de Resultados a Compensar – CRC conforme Lei nº 8.631/93.

5.9. Bens e Direitos Destinados a Alienação

Os bens e direitos destinados a alienação são classificados, como *mantidos para venda,* caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando a venda é provável e o ativo não circulante estiver disponível para venda imediata em sua condição atual. Os ativos não circulantes classificados como destinados à venda são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor justo menos o custo de venda.

5.10. Contrato de Concessão

Os contratos de concessão de transmissão são reconhecidos como Ativo Financeiro. O valor do Ativo Financeiro representa o valor dos serviços de construção e melhorias, que será recebido através da Receita Anual Permitida e compreende o preço de aquisição dos materiais e serviços (acrescido de impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos) e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar a infraestrutura à serviço da concessão no local e condição necessária para este ser capaz de funcionar da forma determinada no Contrato de Concessão, liquidos de amortização e acrescidos de atualização.
A amortização do Ativo Financeiro dos contratos de concessão é estimada com base em premissa adotada pela Administração para segregar da Receita Anual Permitida o valor determinado para cobrir a remuneração e a reintegração dos investimentos realizados. A atualização do Ativo Financeiro é calculada com base na taxa efetiva de juros.

5.11. Investimentos

a) Investimentos em Coligadas

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Concessionária possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em um empreendimento sob controle comum ("joint venture"). A influência significativa supostamente ocorre quando a Concessionária, direta ou indiretamente, mantém entre 20 e 50 por cento do capital votante de outra entidade e/ou tem o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.
Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Concessionária no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da coligada.
Quando a participação da Concessionária nos prejuízos de uma companhia investida cujo patrimônio líquido tenha sido contabilizado exceda a sua participação acionária nessa companhia registrado por equivalência patrimonial, o valor contábil daquela participação acionária, incluindo quaisquer investimentos de longo prazo, é reduzido a zero.

b) Participações em Empreendimentos em Conjunto ("joint ventures")

Uma "joint venture" é um acordo contratual através do qual a Concessionária e outras partes exercem uma atividade econômica sujeita a controle conjunto, situação em que as decisões sobre políticas financeiras e operacionais estratégicas relacionadas às atividades da "joint venture" requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle. Quando a Concessionária exerce diretamente suas atividades por meio de uma "joint venture", a participação da Concessionária nos ativos controlados em conjunto e quaisquer passivos incorridos em conjunto com os demais controladores é reconhecida nas demonstrações financeiras da respectiva empresa e classificada de acordo com sua natureza. Os passivos e gastos incorridos diretamente relacionados a participações nos ativos controlados em conjunto são contabilizados pelo regime de competência.

Qualquer ganho proveniente da venda ou do uso da participação da Concessionária nos rendimentos dos ativos controlados em conjunto e sua participação em quaisquer despesas incorridas pela "joint venture" são reconhecidos quando for provável que os benefícios econômicos associados às transações serão transferidos para a/da Concessionária e seu valor puder ser mensurado de forma confiável.

c) Entidades de Propósito Específico (EPEs)

Uma Entidade de Propósito Específico é consolidada caso a Concessionária conclua, após avaliação da essência do relacionamento e dos riscos e benefícios advindos da EPE, que ela a controla. O controle pode existir mesmo em casos em que a Concessionária detenha pequena ou nenhuma parcela do patrimônio líquido da EPE. A aplicação do conceito de controle exige, em cada caso, julgamento no contexto de todos os fatores relevantes.

d) Outros Investimentos

Inclui propriedades para investimentos que representam os bens não utilizados no objetivo da concessão, mantidos para valorização ou renda.

5.12 Imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment)* acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos.

b) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item, caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Concessionária e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

c) Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas pelo Órgão Regulador, para cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é aceito, como o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

5.13. Intangíveis

a) Reconhecimento e mensuração

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Concessionária e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Incluem basicamente softwares e direitos desta natureza.

b) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

c) Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas pelo Órgão Regulador para os ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

5.14. Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de transmissão. Ao final da concessão o valor das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro da Concessão.

5.15. Redução ao Valor Recuperável de Ativos (impairment)

5.15.1. Ativos Financeiros

A Concessionária avalia anualmente se existem evidências que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável dos seus Ativos Financeiros. Sendo tais evidências identificadas, o valor recuperável dos ativos é estimado e se o valor contábil exceder o valor recuperável, o valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão.

Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado. Quando um ativo financeiro classificado como disponível para venda é considerado irrecuperável, os ganhos e as perdas acumulados reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

5.15.2. Ativos Não Financeiros

A Concessionária avalia anualmente se existem evidências que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável dos seus Ativos Não Financeiros. Sendo tais evidências identificadas, o valor recuperável dos ativos é estimado e se o valor contábil exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

O valor contábil de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

5.16. Arrendamento Mercantil

Os arrendamentos mercantis são segregados entre os operacionais e os financeiros. Quando o arrendamento é classificado como financeiro, ou seja, seus riscos e benefícios são transferidos, este é reconhecido como um ativo e mensurado inicialmente pelo seu valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos, entre eles o menor, e depreciados normalmente. O passivo subjacente é amortizado utilizando a taxa efetiva de juros.

5.17. Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações

Estão atualizados pela variação monetária e/ou cambial, juros e encargos financeiros, determinados em cada contrato, incorridos até a data de encerramento do balanço.

5.18. Valor Justo

a. Empréstimos, Recebíveis e Outros Créditos: é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. A Concessionária entende que os valores contábeis na data de transição dos recebíveis de contratos de concessão de serviços representam a melhor estimativa do seu valor justo. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

b. Ativos Intangíveis recebidos como remuneração pela prestação de serviços de construção em um contrato de concessão de serviços: é estimado pela referência ao valor justo dos serviços de construção. O valor justo dos serviços de construção é calculado como o custo estimado total acrescido de uma margem de lucro de 0%, pois a Concessionária considera que o atual modelo de regulação do setor elétrico não prevê margem para os serviços de construção e melhorias na determinação da tarifa de energia elétrica. Quando a Concessionária recebe um ativo intangível e um ativo financeiro como remuneração pela prestação de serviços de construção em um acordo de concessão de serviços, ela estima o valor justo do ativo intangível como a diferença entre o valor justo dos serviços de construção prestados e o valor justo do ativo financeiro recebido.

c. Ativo Imobilizado: é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado. Os valores justos do imobilizado referente à infraestrutura de geração vinculada a uma concessão são limitados aos valores de recuperação admitidos pelo Órgão Regulador.

d. Outros Ativos e Passivos Financeiros: o valor justo de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros disponíveis para venda é apurado por referência aos seus preços de fechamento apurado na data de apresentação das demonstrações financeiras. O valor justo de investimentos mantidos até o vencimento é apurado para fins de divulgação somente.

5.19. Provisões para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias:

Provisões são reconhecidas quando a Concessionária tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de um evento passado, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável sendo provável uma saída de recursos. O montante da provisão reconhecida é a melhor estimativa da Administração e dos assessores legais, baseados em pareceres jurídicos sobre os processos existentes e do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço. Quando a provisão envolve uma grande população, a obrigação é estimada ponderando todos os possíveis desfechos pelas suas probabilidades associadas. Para uma obrigação única, a mensuração se baseia no desfecho mais provável.

5.20. Outros Ativos e Passivos

Os outros ativos e passivos sujeitos à variação monetária ou cambial por força de legislação ou cláusulas contratuais estão corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das Demonstrações Financeiras. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

5.21. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda corrente é calculado e contabilizado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10% para o lucro que exceder R$ 240 e a Contribuição Social à alíquota de 9%, calculada e escriturada sobre o lucro ajustado antes do Imposto de Renda, na forma da legislação vigente.
Sobre as diferenças temporárias são constituídos impostos diferidos. Os ativos e passivos diferidos são registrados nos ativos e passivos não circulantes. Os impostos diferidos serão realizados com base nas alíquotas que se espera serem aplicáveis no período que o ativo será realizado ou o passivo liquidado. Os ativos e passivos não são descontados a valor presente. Os prejuízos fiscais de Imposto de Renda e bases negativas de contribuição social podem ser compensados anualmente, observando-se o limite de até 30% do lucro tributável para o exercício.
A Concessionária está sobre a regência do Regime Tributário de Transição - RTT, que prescreve a neutralidade fiscal no cálculo dos tributos federais, expurgando os efeitos da aplicação dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pelas alterações na Lei 6.404/76. O regime foi de caráter optativo no biênio 2008-2009, e passou a ser obrigatório para o exercício de 2010, nos termos da Lei 11.941/09.

5.22. Benefícios Pós-Emprego

As obrigações futuras, estimadas com base na avaliação atuarial, elaborada anualmente por atuário independente, são registradas para cobrir os gastos com plano de previdência, complementação de aposentadoria incentivada, aposentados ex-autárquicos e contribuições para o fundo de pensão dos funcionários. O custo do serviço passado do plano de contribuição definida implantado em outubro de 2002 está sendo reconhecido no resultado no tempo remanescente de serviço dos empregados, conforme item 96 do CPC 33, aprovado pela Deliberação CVM n° 600, de 09 de Outubro de 2009.

5.23. Registro de Compra e Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

As compras (custo de energia comprada) e as vendas (receita de suprimento) são registradas pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas pela CCEE, entidade responsável pela apuração das operações de compra e venda de energia. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil, os valores são estimados pela Administração da Concessionária, utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado.

5.24. Informações Sobre Quantidade de Ações e Resultado por Ação

O resultado básico por ação deve ser calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do exercício (o numerador) pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas, menos as mantidas em tesouraria (denominador).

5.25. Apuração do Resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime contábil de competência de cada exercício apresentado. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras.

5.26. Reconhecimento da Receita

a) Receita da Geração

A receita do segmento de Geração é reconhecida mensalmente pelo faturamento dos contratos firmados tanto em ambiente regulado como em ambiente livre, os quais são pactuados através de leilões de energia e prevêem o fornecimento de uma determinada quantidade de energia em megawatt-hora por um determinado período de tempo, geralmente por vários períodos de um ano. Os valores a serem faturados mensalmente são pré-estabelecidos nos contratos, sendo que no ambiente regulado, as variações de demanda e fornecimento são acompanhadas e ajustadas mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Já no ambiente livre, as oscilações ocorridas nas quantidades de energia demandadas ou fornecidas são acordadas entre as partes do contrato, considerando os devidos ajustes no faturamento mensal.

b) Receita da Transmissão

b.1) Receita Operacional

No segmento de Transmissão o reconhecimento da receita e efetuado mediante rateio realizado pelo Operador Nacional do Sistema- ONS, mensalmente. Este rateio considera as instalações de todas as Transmissoras como um grande condomínio, onde os ativos (instalações) são remunerados através do número de acessantes à rede básica (RBSE) e às demais instalações da transmissão (DITs). O faturamento também tem como princípio o cálculo da Receita Anual Permitida - RAP homologadas pela ANEEL para as instalações autorizadas e ou licitadas que se encontram em operação pela concessionária.
As receitas contabilizadas em forma de degrau pelo segmento de transmissão de energia elétrica foram ajustadas de forma linear ao longo de vigência dos contratos de concessão em atendimento ao CPC 30.

b.2) Receita de Construção

A Concessionária reconhece a receita de construção referente aos serviços de construções e melhorias previstos no contrato de concessão com base no estágio de conclusão das obras realizadas, o qual é avaliado pela referencia do levantamento dos trabalhos realizados, ou, quando não puder ser medido de maneira confiável, até o limite dos custos reconhecidos na condição em que os custos incorridos possam ser recuperados.
b.3) Receita Financeira

A receita financeira referente à atualização dos recebíveis de contratos de concessão é reconhecida com base no método da taxa efetiva de juros.

5.27. Distribuição de Dividendos

Os dividendos são registrados quando aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas. O Estatuto Social prevê o pagamento de, no mínimo, 50% do lucro anual da Concessionária. Portanto, no encerramento do exercício, quando aplicável, é constituída provisão para pagamento de dividendo mínimo no passivo e o que exceder ao dividendo mínimo obrigatório em conta especifica dentro do Patrimônio Líquido, de acordo com o estabelecido no CPC 25 e ICPC 08.
5.28. Transações com Partes Relacionadas

As operações com partes relacionadas têm regras específicas para cada tipo de transação e são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes. Os detalhes dessas operações estão descritos na nota explicativa nº 44.

5.29. Informações por Segmento

As informações por segmentos operacionais evidenciam as atividades de negócio dos quais podem obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes do mesmo Grupo, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da Concessionária.
A Concessionária, tendo em vista a natureza de suas operações, conclui que possui os segmentos de geração e transmissão de energia elétrica.

5.30. Questões Ambientais

A Concessionária capitaliza gastos referentes a demandas ambientais correspondentes aos estudos de impacto do meio ambiente, exigidos pelos órgãos públicos competentes, para obtenção das licenças que permitirão a construção e instalação de novos empreendimentos, além daqueles referentes as compensações que devem ser realizados para executar o projeto, visando reparar, atenuar ou evitar danos ao meio ambiente onde será realizado o empreendimento. Os gastos relacionados a questões ambientais posteriores a entrada em operação do empreendimento são registrados como resultado do exercício em que ocorreram.
Os projetos para construção e instalação de novos empreendimentos são identificados e monitorados pelos órgãos ambientais fiscalizadores, tais como Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA, Fundação Estadual de Proteção Ambiental - FEPAM, Secretaria Municipal do Meio Ambiente – SEMA e ONGs

5.31. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas normas, emendas e interpretações IFRSs emitidas pelo IASB (International Accounting Standards Board) ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31/12/2010, entre elas:

- Emenda da IAS 12 – Tributos sobre o lucro (CPC 32): recuperação de ativos mensurados pelo valor justo. Aplicável a partir de 01/01/2012.

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros: classificação de ativos financeiros e contabilização de passivos financeiros designados como mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Aplicável a partir de 01/01/2013.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes às IFRSs acima citadas. A adoção antecipada destes pronunciamentos está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A Concessionária não estimou a extensão do impacto destas novas normas em suas Demonstrações Financeiras.

6. Primeira Adoção dos CPCs – Convergentes às IFRSs

Algumas reclassificações e correções foram efetuadas para melhor apresentação das Demonstrações Financeiras comparativas, de acordo com o estabelecido no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

6.1 Normas e interpretações aplicadas nas demonstrações financeiras

A Concessionária adotou as normas do CPC descritas abaixo no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, inclusive para o período comparativo de 31 de dezembro de 2009 e no Balanço Patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2009. A aplicação destas normas ("novas normas") impactou montantes apresentados nas Demonstrações Financeiras individuais da Concessionária conforme apresentado abaixo:

6.1.1. Normas e Interpretações Aplicadas aos Saldos do Exercício Corrente (e/ou Exercícios Anteriores)

Pronunciamento	Norma Internacional	Deliberação CVM	Sumário
	.....	539/08	Estrutura conceitual (framework)
CPC 01(R1)	IAS 36	639/10	Redução ao valor recuperável de ativos
CPC 07 (R1)	IAS 20	546/10	Subvenção e assistência governamentais
CPC 12	.....	564/08	Ajuste a valor presente
CPC 13	.....	565/08	Adoção inicial da lei nº. 11.638/07 e da medida provisória nº. 449/08
CPC 17	IAS 11	576/09	Contratos de construção
CPC 27	IAS 16	583/09	Ativo imobilizado
CPC 30	IAS 18	597/09	Receitas
CPC 37(R1)	IFRS 1	647/10	Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade
CPC 43 (R1)	IFRS 1	651/10	Adoção inicial dos pronunciamentos técnicos CPC 15 a 40
ICPC 01	IFRIC 12	611/09	Contratos de concessão
OCPC 05	IFRIC 12	654/10	Contratos de Concessão

6.1.2 – Normas e Interpretações que Afetam a Apresentação e Divulgação

Pronunciamento	Norma Internacional	Deliberação CVM	Sumário
CPC 03 (R2)	IAS 7	641/10	Demonstração dos fluxos de caixa
CPC 09	.....	557/08	Demonstração do valor adicionado
CPC 22	IFRS 8	582/09	Informações por segmento
CPC 23	IAS 8	592/09	Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro
CPC 26	IAS 1	595/09	Apresentação das Demonstrações Financeiras
CPC 33	IAS 19	600/09	Benefícios a empregados
CPC 39	IAS 32	604/09	Instrumentos financeiros: apresentação
CPC 41	IAS 33	636/10	Resultado por ação
ICPC 08	.....	601/09	Contabilização da proposta de pagamento de dividendos
ICPC 09	.....	618/09	Demonstrações Financeiras individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial
OCPC 03	IAS 32 E IAS 39	Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2009	Instrumentos financeiros: reconhecimento, mensuração e evidenciação

6.2. ICPC 01 – Contratos de Concessão (IFRIC 12)

Em 22 de dezembro de 2009, foi aprovada a Deliberação CVM nº 611/09, que acolheu a ICPC 01 – Contratos de Concessão.

O escopo da ICPC 01 abrange contratos de concessões de serviços públicos de entidades privadas, quando:

a) O concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço; e
b) O concedente controle, por meio de titularidade, usufruto ou outra forma, qualquer participação residual significativa na infraestrutura, no final do prazo da concessão.

A infraestrutura à serviço da concessão não poderá ser reconhecida como ativo imobilizado quando houver controle pelo poder concedente, uma vez que o concessionário tem o direito para operá-la, de acordo com as condições estipuladas no contrato de concessão, que normalmente compreendem: construir, operar e manter a infraestrutura utilizada durante um período de tempo determinado e devolver ao concedente no final do contrato.

Assim, o concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção e CPC 30 - Receitas. Caso o concessionário realize mais de um serviço (por exemplo, serviços de construção ou melhoria e serviços de operação) regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada com base nos valores justos relativos dos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. A natureza da remuneração determina seu subsequente tratamento contábil.

6.3. Impactos da adoção dos CPCs

A Concessionária adotou a data de transição como 01/01/2009 (Balanço de Abertura), assim, as últimas Demonstrações Financeiras pelas práticas contábeis anteriores foram as referentes ao exercício findo em 31/12/2008. Nas notas a seguir, é apresentada uma reconciliação das demonstrações financeiras e os ajustes requeridos pela primeira adoção dos CPCs, convergentes as IFRSs, segundo o CPC 37 (R1) que trata da adoção inicial das normas internacionais de relatório financeiro.

6.4. Isenções Adotadas

A Concessionária, quando da elaboração das suas Demonstrações Financeiras na data de transição, adotou o CPC 43 – Adoção Inicial dos CPCs 15 a 40 (com exceção do CPC 34) e aplicou às isenções opcionais de aplicação retrospectiva referente aos novos pronunciamentos contábeis, conforme segue:

- Isenção referente a classificação de Instrumentos Financeiros de acordo com o CPC 38 e não realizou análises retroativas à data original de contratação dos instrumentos financeiros vigentes na data de transição. Os instrumentos contratados após a data de transição foram todos analisados e classificados na data da realização das operações.

- Isenção referente a aplicação retroativa do ICPC 01: a Concessionária considerou impraticável a aplicação retroativa da norma para os ativos que compõem a infraestrutura utilizada na concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica regulado pelo Contrato de Concessão nº 055/2001 e adotou na transição os valores contábeis anteriores dos ativos financeiros e intangíveis, independente de suas classificações, reclassificando-os para ativo financeiro, correspondente ao direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

Não há Pronunciamentos Contábeis pertinentes a exceções obrigatórias aplicáveis a Concessionária.

CEEE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

6.5. Reconciliação do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado de 31/12/2009 e 01/01/2009

BALANÇO PATRIMONIAL	Nota Explicativa	31/12/2008	Impactos IFRS e Reclassificações	01/01/2009	31/12/2009	Impactos IFRS e Reclassificações	31/12/2009
ATIVO CIRCULANTE		111.149	304.508	415.657	170.290	302.722	473.012
Outros Créditos a Receber	c	16.386	15.239	31.625	27.166	922	28.088
Ativo Financeiro Concessão	d/e	-	289.633	289.633	-	302.188	302.188
Pagamentos Antecipados	a	671	(364)	307	911	(388)	523
Demais Ativos		94.092	-	94.092	142.213	-	142.213
ATIVO NÃO CIRCULANTE							
Realizado a Longo Prazo		1.679.385	21.706	1.701.091	3.290.999	13.723	3.304.722
Ativo Financeiro Concessão	b/d/e	-	666.139	666.139	-	723.171	723.171
Demais Ativos		243.456	-	243.456	1.782.695	-	1.782.695
Investimentos							
Participações Societárias	a/c	245.188	(16.671)	228.517	289.355	(9.597)	279.758
Outros Investimentos	c/d	76.782	(74.937)	1.845	75.362	(73.614)	1.748
Imobilizado	b/c/d	1.078.997	(519.054)	559.943	1.107.346	(591.264)	516.082
Intangível	b/e	34.962	(33.771)	1.191	36.241	(34.973)	1.268
TOTAL		1.790.534	326.214	2.116.748	3.461.289	316.445	3.777.734
PASSIVO CIRCULANTE		457.131	(19.147)	437.984	469.207	(15.919)	453.288
Fornecedores	f	40.790	583	41.373	33.025	1	33.026
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	g	9.646	4.306	13.952	7.050	7.533	14.583
Outros Passivos	f	66.443	(24.678)	41.765	66.463	(29.745)	36.718
Imposto de Renda e CSSL Diferido	h	-	15.070	15.070	-	15.070	15.070
Demais Passivos	f	340.252	(14.428)	325.824	362.669	(8.778)	353.891
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		898.622	199.044	1.097.666	1.017.810	194.351	1.212.161
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	g	8.495	(4.306)	4.189	10.347	(7.533)	2.814
Receita Recebida Antecipadamente	j	-	63.609	63.609	-	77.213	77.213
Outros Passivos	f	59.678	33.038	92.716	60.558	33.038	93.596
Imposto de Renda e CSSL Diferido	h	-	106.703	106.703	-	91.633	91.633
Demais Passivos		830.449	-	830.449	946.905	-	946.905
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		434.781	146.317	581.098	1.974.272	138.013	2.112.285
Capital Social		588.447	-	588.447	588.447	-	588.447
Reserva de Incentivos Fiscais		-	-	-	1.376.430	-	1.376.430
Recursos Destinados a Aumento de Capital		620	-	620	620	-	620
Reserva de Lucros		-	-	-	8.775	-	8.775
Ajuste de Avaliação Patrimonial	d/h	-	236.382	236.382	-	207.129	207.129
Prejuízos Acumulados	b/d/f	(154.286)	(90.065)	(244.351)	-	(69.116)	(69.116)
TOTAL		1.790.534	326.214	2.116.748	3.461.289	316.445	3.777.734

CEEE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	Nota Explicativa	31/12/2009	Impactos IFRS e Reclassificações	31/12/2009
RECEITA OPERACIONAL		773.526	48.259	821.785
Linearização	j	-	(22.176)	(22.176)
Receita O&M	i	-	(289.735)	(289.735)
Remuneração do ativo Financeiro	i	-	285.053	285.053
Receita de Construção	i	-	75.117	75.117
Demais Receita		773.526	-	773.526
DEDUÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL		(102.430)	1.032	(101.398)
PASEP e COFINS	j	(48.302)	1.032	(47.270)
Demais Deduções	j	(54.128)	-	(54.128)
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA		671.096	49.291	720.387
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA		(285.534)	(74.263)	(359.797)
Custo com Energia Elétrica		(36.982)	-	(36.982)
Custo de Operação		(248.552)	(74.263)	(322.815)
Depreciação e Amortização	d/e	(61.801)	854	(60.947)
Custo de Construção	i	-	(75.117)	(75.117)
Demais Custos Operacionais		(186.751)	-	(186.751)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		385.562	(24.972)	360.590
Despesas Operacionais		(206.631)		(206.631)
Outras Receitas		1.378.958		1.378.958
Outras Despesas	c	(5.409)	1.324	(4.085)
RESULTADO DO SERVIÇO		1.552.480	(23.648)	1.528.832
Resultado Participações Societárias	f	29.217	(7.266)	21.951
Receita e Despesa Financeira		(28.848)	-	(28.848)
LUCRO ANTES DO IR E DO CS		1.552.849	(30.914)	1.521.935
Imposto de Renda	j	27.259	5.544	32.803
Contribuição Social	j	9.109	1.996	11.105
LUCRO LIQUIDO DE EXERCICIO		1.589.217	(23.374)	1.565.843

a. Em Outros Créditos a receber temos R$ 364 em 01/01/2009 e R$ 388 em 31/12/2009 referente à majoração de alíquota de PIS/COFINS, que foi transferida de Pagamentos Antecipados, R$ 14.876 em 01/01/2009 e R$ 534 em 31/12/2009 que referem-se à créditos com empresas investidas transferidos de Investimentos em Participações Societárias.

b. Os saldos contábeis referem-se aos valores transferidos do ativo imobilizado e intangível, ajustados pela amortização e atualização dos saldos do ativo financeiro conforme nota explicativa nº 19.

c. Refere-se à baixa de despesas capitalizadas no empreendimento UHE Dona Francisca e em ações de preservação e proteção ambiental , (R$ 32.373 e R$ 4.188 em 01 de janeiro de 2009, respectivamente) e à transferência do saldo remanescente da UHE Dona Francisca para o ativo imobilizado (R$ 38.376 em 01 de janeiro de 2009), além do estorno de provisão para desvalorização da UHE Dona Francisca (R$ 1.323 em 2009). O valor de R$ 16.671 em 01 de janeiro de 2009 e R$ 7.074 em 2009 em participações societárias referem-se à reapresentação das Demonstrações Financeiras das Companhias.

d. O valor de R$ 519.054 em 01 de janeiro de 2009 refere-se à transferência do investimento da UHE Dona Francisca (R$ 38.376 em 01 de janeiro de 2009), à transferência para ativo

financeiro dos bens ao alcance da ICPC 01 (R$ 915.584 em 01 de janeiro de 2009) e a adoção do custo atribuído para os ativos de geração (R$ 358.154 em 01 de janeiro de 2009). Em 2009 os valores referem-se à realização do ajuste de custo atribuído e da depreciação da UHE Dona Francisca (R$ 44.322 e R$ 609, respectivamente), além da transferência para ativo financeiro dos resultados da capitalização, baixas e depreciação dos itens ao alcance da ICPC 01 (R$ 27.279).

e. Os valores de R$ 33.371 referem-se ao ativo intangível pertencente à infra-estrutura das concessões de transmissão que foram transferidos para o ativo financeiro.

f. Em Outros Passivos o montante de R$ 24.678 composto de R$ 583 em 01/01/2009 e R$ 1 em 31/12/2009 referente à Energia de Curto Prazo – CCEE reclassificada de Outros Passivos para Fornecedores; R$ 33.038 em 01/01/2009 e 31/12/2009 referente às obrigações com empreendimentos, as quais após análise foram consideradas como um passivo não circulante; O valor de R$ 5.485 em 01/01/2009 e 31/12/2009 – refere-se às provisões para custos subseqüentes de empreendimentos da infra-estrutura da concessão de transmissão que não foram e não há expectativa de serem realizadas, resultando em baixa das mesmas com impacto no patrimônio líquido; e R$ 14.428 em 01/01/2009 e R$ 8.778 referente a passivo regulatório que passou o compor os Outros Passivos.

g. Reclassiificação tendo em vista orientação do Órgão regulador.

h. O valor de R$ 15.070 em 01/01/2009 e 31/12/2009 no passivo circulante e R$ 106.703 em 01/01/2009 e R$ 91.633 em 31/01/2009 no passivo não circulante refere-se a aos tributos diferidos sobre a adoção do custo atribuído para os ativos de Geração.

i. Refere-se a realocação da Receita Operacional para Amortização do Ativo Financeiro (R$ 289.735), receita e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica (R$ 75.117 em 2009) e da contabilização das receitas finenciras decorrente da atualização do saldo do ativo financeiro (R$ 285.053 em 2009).

j. A Concessionária efetuou a contabilização de R$ 124.680 nos prejuízos acumulados referente a exercícios anteriores e R$ 21.608 no resultado do exercício. Em decorrência desse registro foram calculados os impostos diferidos (PIS/COFINS e IRPJ/CSLL) culminando com R$ 47.466 nos prejuízos acumulados referente a exercícios anteriores e R$ 8.426 no resultado do exercício corrente.

6.6. Reconciliação do Patrimônio Líquido de 1º de janeiro de 2009 e 31 de dezembro de 2009.

	Notas Explicativas	01/01/2009	31/12/2009
Patrimônio Líquido - originalmente divulgado		**434.781**	**1.974.272**
Receita Recebida Antecipadamente	(a)	(102.504)	(124.680)
Efeito dos Tributos sobre os ajustes Linearização	(b)	38.895	47.467
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(c)	236.381	207.129
Investimentos	(d)	(32.873)	(39.425)
Ativo Financeiro da Concessão	(e)	6.418	47.522
		146.317	138.013
		581.098	2.112.285

a. A contabilização da receita da linearização no valor de R$ 124.680 (R$ 102.504 em 01/01/2009).

b. Refere-se a tributos que incidiram sobre a receita da linearização no montante de R$ 47.467 (R$ 38.395 em 01/01/2009).

c. Refere-se à adoção do custo atribuído para os ativos de geração R$ 358.154, descontado dos tributos diferidos R$ 121.773. Em 2009 a realização do ajuste de avaliação patrimonial através da depreciação foi de R$ 44.322 e dos impostos diferido foi de R$ 15.070.

d. Refere-se à baixa de despesas capitalizadas no empreendimento UHE Dona Francisca (R$ 32.873) e em ações de preservação e proteção ambiental (R$ 4.188), além de ajustes nos ganhos/perdas em investimentos avaliados pelo método da equivalência Patrimonial (R$ 3.688). Em 2009, foram estornados os valores provisionados durante o ano referente ao empreendimento UHE Dona Francisca (R$ 1.323) e ajustados os valores de ganhos/perdas participações societárias (R$ 7.875).

e. Refere-se ao reprocessamento da concessão regulada pelo Contrato de Concessão 080/2002 (R$ 21.449 de incremento na despesa de amortização e R$ 27.867 de atualização do Ativo Financeiro da Concessão). Em 2009, a amortização do ativo financeiro teve um incremento de R$ 243.949 e a atualização do ativo financeiro foi de R$ 285.053

6.7. Demonstração dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado

Os reflexos dos ajustes descritos nas notas explicativas 6.5 e 6.6 foram reclassificados nas Demonstrações do Fluxo de Caixa e nas Demonstrações do Valor Adicionado para fins de comparabilidade no exercício de 2009.

6.8. Impactos da adoção das mudanças de práticas contábeis nos Formulários de Informações Trimestrais – ITR (Deliberação CVM nº 656/11)

Em atendimento à Deliberação CVM nº 656/2011 de 25/01/2011 apresentamos o impacto da adoção das mudanças de prática contábil para os trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2010, comparativas a 2009. Nossa opção foi reapresentar os Formulários mencionados juntamente com o Formulário de Informações Trimestrais – ITR correspondente ao trimestre a findar em 31 de março de 2011.

	31/03/2010		31/03/2009	
	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido
Receita Recebida Antecipadamente	(129.957)	(5.277)	(108.552)	(6.048)
Efeito dos Tributos sobre os ajustes Linearização	49.524	2.058	41.223	2.329
Ajuste de Avaliação Patrimonial	302.751	(11.081)	347.074	(11.081)
Efeitos dos Tributos diferidos sobre o AAP	(102.935)	-	(118.005)	-
Investimentos	(15.307)	-	(9.857)	(1.817)
Receita de Construção	135.681	26.906	45.672	12.014
Amortização Ativo Financeiro	(390.601)	(76.631)	(93.319)	(68.983)
Receita Financeira	383.312	70.391	99.311	71.445
Depreciação e Amortização	60.308	11.737	14.206	11.319
Custo de Construção	(135.681)	(26.906)	(45.672)	(12.014)
Demais ajustes	(30.202)	160	(30.897)	331
	126.892	(8.644)	141.183	(2.504)
	126.892	(8.644)	141.183	(2.504)

	31/06/2010		31/06/2009	
	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido
Receita Recebida Antecipadamente	(135.234)	(5.277)	(114.600)	(6.048)
Efeito dos Tributos sobre os ajustes Linearização	51.582	2.058	43.552	2.329
Ajuste de Avaliação Patrimonial	291.670	(11.081)	335.993	(11.081)
Efeitos dos Tributos diferidos sobre o AAP	(99.168)	-	(114.238)	-
Investimentos	(15.307)	-	(11.674)	(1.817)
Receita de Construção	163.491	27.810	60.947	15.276
Amortização Ativo Financeiro	(466.721)	(76.120)	(162.450)	(69.131)
Receita Financeira	452.454	69.143	170.914	71.602
Depreciação e Amortização	72.111	11.802	25.535	11.329
Custo de Construção	(163.491)	(27.810)	(60.947)	(15.276)
Demais ajustes	(30.146)	56	(30.718)	331
	121.241	(9.419)	142.314	(2.485)
	121.241	(9.419)	142.314	(2.485)

	31/09/2010		31/09/2009	
	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido
Receita Recebida Antecipadamente	(140.761)	(5.527)	(119.588)	(4.988)
Efeito dos Tributos sobre os ajustes Linearização	53.686	2.154	45.486	1.934
Ajuste de Avaliação Patrimonial	280.589	(11.081)	324.912	(11.081)
Efeitos dos Tributos diferidos sobre o AAP	(95.400)	-	(110.470)	-
Investimentos	(15.307)	-	(13.490)	(1.817)
Receita de Construção	202.857	39.366	85.230	24.283
Amortização Ativo Financeiro	(540.901)	(74.180)	(238.715)	(76.265)
Receita Financeira	521.049	68.594	242.338	71.424
Depreciação e Amortização	83.909	11.798	36.986	11.451
Custo de Construção	(202.857)	(39.366)	(85.230)	(24.283)
Demais ajustes	(30.299)	(152)	(30.540)	178
	116.564	(8.394)	136.918	(9.163)
	116.564	(8.394)	136.918	(9.163)

Essas Informações Trimestrais - ITR foram sujeitas aos procedimentos de revisão especial aplicados pelos auditores independentes da Companhia de acordo com os requerimentos da CVM para Informações Trimestrais (NPA 06 do Instituto dos Auditores Independentes - IBRACON), incluindo os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis, não tendo sido, portanto, sujeitas aos procedimentos de auditoria.

7. Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras

Os saldos compõem-se de:

Descrição / Banco	Venc	Remuneração	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Circulante					
Numerário Disponível			1.170	3.046	4.844
SIAC / BANRISUL	Diário	SELIC OVER	20.785	29.920	55
Aplicações Financeiras (Vide nota explicativa nº 44.a)			20.785	29.920	55
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa			21.955	32.966	4.899
Não Circulante					
SIAC Especial / BANRISUL	Diário	SELIC	-	5	5
Aplicações Financeiras (Vide nota explicativa nº 44.a)			-	5	5

a) Numerário Disponível

O valor de R$ 1.170 (R$ 3.046 em 31 de dezembro de 2009 e R$ 4.844 em 01 de janeiro de 2009) refere-se a recursos depositados em instituições bancárias.

b) SIAC / BANRISUL

O valor de R$ 20.785 (R$ 29.920 em 31 de dezembro de 2009 e R$ 55 em 01 de janeiro de 2009) refere-se ao valor aplicado no Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC/BANRISUL instituído pelo Decreto Estadual nº 33.959, de 31 de maio de 1991. Estes valores foram repassados ao SIAC conforme contrato assinado entre a Concessionária e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul em 10 de outubro de 2008, denominado "*Contrato de Repasse Temporário de Recursos Monetários Disponíveis*". O saldo aplicado está sendo remunerado pela variação da taxa SELIC OVER, com liquidez imediata.

CEEE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

8. Concessionárias e Permissionárias

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Suprimento de Energia	37.084	34.437	32.270
Encargo de Uso da Rede	48.563	49.406	47.016
Energia de Curto Prazo - CCEE (vide nota explicativa nº 47.d)	1.848	6.760	1.814
	87.495	90.603	81.100

a) Energia de Curto Prazo – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

O valor de R$ 1.848 (R$ 6.760 em 31 de dezembro de 2009 e R$ 1.814 em 01 de janeiro de 2009) refere-se à energia vendida no mercado de curto prazo, conforme informações divulgadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, demonstrado na nota explicativa nº 47.d.

9. Títulos de Créditos a Receber

Os valores de R$ 493 (R$ 453 em 31 de dezembro de 2009 e R$ 524 em 01 de janeiro de 2009) registrados no Ativo Circulante e R$ 544 (R$ 806 em 31 de dezembro de 2009 e R$ 1.114 em 01 de janeiro de 2009), no Ativo Não Circulante, referem-se a parcelamentos relativos à venda de ativos.

10. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

O valor de R$ 1.656 (R$ 1.402 em 31 de dezembro de 2009 e R$ 1.227 em 01 de janeiro de 2009) refere-se à provisão de recebíveis relativos a valores de concessionárias, permissionárias diversas e consumidores livres vencidos há mais de três meses.

11. Créditos Tributários

Os saldos compõem-se de:

Circulante	31/12/10	31/12/09	01/01/09
PASEP/COFINS a compensar	352	352	432
ICMS a compensar	1.379	2.479	968
IRPJ e CSLL a compensar	15.929	9.468	748
Outros Créditos a Compensar	972	955	636
Total	18.632	13.254	2.784
Não Circulante			
PASEP/COFINS a compensar	2.748	2.748	2.706
ICMS a compensar	-	4.566	1.239
IRPJ e CSLL a compensar	28.887	28.192	-
Outros Créditos a Compensar	607	607	-
Total	32.242	36.113	3.945

12. Estoques

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Estoque de Operação	6.729	6.948	6.618
(-) Provisão para Perdas	(389)	(609)	(606)
	6.340	6.339	6.012

Os saldos de estoque referem-se a materiais destinados à manutenção das operações, em processo de classificação, resíduos e sucatas e destinados à alienação, todos valorados a preço médio e deduzidos das provisões para perdas.

O valor de R$ 1.868 em 31 de dezembro de 2010 (R$ 1.797 em 31 de dezembro de 2009) refere-se aos materiais em almoxarifado reconhecidos no custo do serviço.

13. Outros Créditos a Receber

Os saldos compõem-se de:

Circulante	Nota Explicativa	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		1.693	1.676	1.017
Adiantamento a Fornecedores		87	87	130
Adiantamento a Empregados		1.846	1.762	1.502
Empréstimo Compulsório ELETROBRÁS	44.b.II	-	-	1.347
Aluguel de Postes e Serviços Prestados		1.220	1.447	1.394
Cedência de Funcionários	44	1.277	1.309	1.175
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-FIDC		6.231	3.974	4.352
Conta Gráfica	44.b	1.997	2.105	-
Investimento		5.506	13.816	7.844
Outros Devedores		8.654	1.912	12.864
Total		28.511	28.088	31.625
Não Circulante				
Fornecedores - Contrato 1000-1001/87	33	39.941	39.941	39.941
Quotas Subordinadas - FIDC	27.e	22.375	29.925	17.125
Contrato de Mútuo	44.b.I.	-	37.980	-
Outros		4.109	3.704	3.459
Total		66.425	111.550	60.525

a) Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

O valor de R$ 1.693 (R$ 1.676 em 31 de dezembro de 2009 e R$ 1.017 em 01 de janeiro de 2009) refere-se a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento destinados à capacitação e desenvolvimento tecnológico da Concessionária, visando à geração de novos processos ou produtos, bem como o aprimoramento de suas características.

b) Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC

O valor de R$ 6.231 (R$ 3.974 em 31 de dezembro de 2009 e R$ 4.352 em 01 de janeiro de 2009) refere-se ao montante retido em excesso às parcelas liquidadas, permanecendo aplicado no Fundo para liquidação de parcelas futuras, avaliados pelo valor de custo.

c) Conta Gráfica

O valor de R$ 1.997 (R$ 2.105 em 31 de dezembro de 2009) refere-se aos saldos dos contratos de compartilhamento das atividades de Tecnologia da Informação e de atividades de Telecomunicações entre a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT e a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D.

d) Fornecedores – Contratos 1000-1001/87

O valor de R$ 39.941 refere-se as notas fiscais vinculadas aos Contratos 1000/87 (Consórcio Sulino) e 1001/87 (Consórcio Conesul) que tratam do fornecimento de equipamento e materiais para

instalação de seis subestações, cujas obras civis e montagens foram de responsabilidade da Concessionária e a construção de cinco subestações com fornecimento de equipamentos em empreitada global na modalidade *turn-key*. Estes contratos estão sendo questionados através de uma ação cível pública cujo objeto é a declaração de nulidade dos referidos contratos e a devolução dos valores pagos a maior, encontrando-se atualmente na fase de cálculo pericial. Quando do ingresso de ação judicial ou pagamentos foram suspensos. Este valor está igualmente registrado no passivo circulante, conforme nota explicativa nº 33.

e) Quotas Subordinadas – FIDC

O valor de R$ 22.375 (R$ 29.925 em 31 de dezembro de 2009 e R$ 17.125 em 01 de janeiro de 2009) é referente à aquisição de Quotas Subordinadas do FIDC – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, sendo seu valor de mercado em dezembro de 2010 no montante de R$ 26.523.

f) Contrato de Mútuo

Em 29 de outubro de 2008, através do Despacho nº 3.984, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL anuiu à operação de mútuo entre a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT (mutuante) e a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D (mutuária) no valor de R$ 50.000 com regramento contratual de devolução em 12 parcelas mensais, a partir de agosto de 2009 e juros com base no CDI. O Contrato de Mútuo entre as partes foi celebrado em 31 de janeiro de 2009 e o montante disponibilizado em 12 de março de 2009.
Posteriormente, em 23 de março de 2009, através do Despacho nº 1.045, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL anuiu nova operação de mútuo entre a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT (mutuante) e a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D (mutuária) no valor de R$ 50.000 sob os mesmos regramentos do Contrato de Mútuo em vigência. O Contrato de Mútuo entre as partes foi celebrado em 25 de março de 2009, bem como o montante disponibilizado na mesma data.
Em 09 de julho de 2009, a mutuante recebeu o saldo total atualizado de R$ 51.399, líquido de impostos, da mutuária, por meio de quitação antecipada, referente ao contrato de mútuo celebrado em 25 de março de 2009.
Em 31 de Julho de 2010, foi quitado o Contrato de Mútuo anuído em 29 de outubro de 2008.

14. Conta de Resultado a Compensar – CRC

O saldo de R$ 1.376.430 em 31 de dezembro de 2010 refere-se à Ação Ordinária ingressada em março de 1993 contra a União Federal pleiteando o reconhecimento da Conta de Resultados a Compensar – CRC, cuja decisão favorável à Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT transitou em julgado no âmbito do Supremo Tribunal Federal em 31 de março de 2009, caracterizando um direito não passível de questionamento.
Na referida decisão, foi reconhecido o direito de a Concessionária registrar como custo do serviço os valores relativos à complementação e suplementação de aposentadoria de seus empregados ex-autárquicos, com suas respectivas correções monetárias e juros moratórios dos exercícios de 1981 a 1993, para fins de ajustes na Conta de Resultados a Compensar – CRC e Reserva Nacional de Compensação e Remuneração – RENCOR.
A realização deste crédito será efetuada conforme o estabelecido na Lei Federal nº 8.631, de 04 de março de 1993, alterada pela Lei Federal nº 8.724, de 28 de outubro de 1993, ou seja, através da compensação de dívidas da Concessionária com a União, e o saldo com a autorização do Tesouro Nacional para compensação com tributos e/ou abatimento da dívida do Estado do Rio Grande do Sul.
Em virtude da desverticalização, a Lei Estadual nº 12.593/06 concedeu ao Poder Executivo a possibilidade de adquirir, pelo seu valor de face, a título oneroso, os direitos da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE ou das empresas resultantes da reestruturação de que trata esta Lei, que sejam provenientes dos saldos credores da Conta de Resultados a Compensar – CRC.
Concomitantemente ao trâmite da ação de liquidação de sentença por artigos, foi contratado perito contábil para quantificar os valores na forma prevista na Lei nº 8.631/93 (com as alterações da Lei nº

8.724/93), conforme determina Acórdão do STJ. O trabalho pericial apresentado quantificou que o crédito em favor da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT corresponde a 40 % do valor da ação, conforme definido na Proposta de Justificação de Cisão. O processo de liquidação da sentença encontra-se em andamento no Tribunal Regional Federal da 4ª Região, o juízo de primeira instância, em 18 de junho de 2010, determinou a inclusão da ANEEL no pólo passivo da lide e para que considerasse no cálculo de liquidação redutor de 25% sobre os créditos da conta de resultados a compensar, medida já adotada pela Concessionária no reconhecimento do crédito em 31/12/2009. Em 28 de setembro de 2010 a 3º Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região apreciou o mérito do agravo de instrumento interposto pelo União e decidiu pela exclusão da ANEEL como litisconsorte passivo. O processo atualmente está concluso para análise pelo Juiz.

15. Pagamentos Antecipados

O valor de R$ 673 (R$ 523 em 31 de dezembro de 2009 e R$ 307 em 01 de janeiro de 2009), corresponde à apropriação das quotas de custeio PROINFA relativo às concessionárias do serviço público de transmissão que atendam consumidor livre e/ou autoprodutor com unidade de consumo conectada às instalações de Rede Básica do Sistema Interligado Nacional.

16. Comercialização de Energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

O valor de R$ 123.891 (R$ 65.777 em 31 de dezembro de 2009 e R$ 65.136 em 01 de janeiro de 2009) refere-se à Energia Vendida no Curto Prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, conforme nota explicativa nº 51.b.

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, em 31 de dezembro de 2010 atualizou os saldos registrados nas Demonstrações Financeiras de acordo com o Despacho ANEEL 2.517 de 26 de agosto de 2010, conforme demonstrado:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Saldo Inicial	65.777	65.136	64.110
Atualização	61.610	3.751	3.725
Recebimento	227	(8)	(178)
Perdas	(3.723)	(3.102)	(2.521)
Saldo Final	123.891	65.777	65.136

17. Depósitos Judiciais

O valor de R$ 15.604 (R$ 6.007 em 31 de dezembro de 2009 e R$ 7.140 em 01 de janeiro de 2009) refere-se a depósitos judiciais dos processos de natureza trabalhista e cível que não possuem perda provável. Os demais depósitos judiciais estão apresentados de forma dedutiva, retificando o saldo das Provisões para Contingências Passivas a que se referem. (Vide Nota Explicativa nº 31).

18. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Representam o imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre provisões temporariamente não dedutíveis, controladas na Parte "B" do LALUR, cuja dedutibilidade ocorrerá através dos pagamentos efetivos, ou da reversão dessas provisões.
O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10% e a contribuição social a alíquota de 9%.

18.1. Base de Cálculo dos Créditos Fiscais Diferidos - Ativos

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Provisão Ex-Autárquicos (Lei 3.096/56)	289.215	298.473	283.708
Provisão para Contingências Trabalhistas	254.815	224.047	196.095
Provisão para Contingências Fiscais e Cíveis	37.701	16.864	20.048
Outras Provisões	1.343	1.364	1.198
Base de Cálculo das Diferenças Temporárias	583.074	540.748	501.049
Alíquota Aplicável (IR e CS)	34%	34%	34%
Total do Crédito Fiscal Diferido sobre Diferenças Temporárias	198.245	183.855	170.357
Base Negativa da Contribuição social	61.099	-	-
Alíquota Aplicável (9%)	5.498	-	-
Prejuízos Fiscais a Compensar	195.580	-	-
Alíquota Aplicável (25%)	48.895	-	-
Total do Crédito Fiscal Diferido sobre Prejuízos Fiscais e Base Negativa da Contribuição Social	54.393	-	-
Parcela não realizada no período de 5 anos (Instrução CVM 371/02)	-	-	(67.031)
Saldo Contábil	252.638	183.855	103.326

Com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, conforme estabelecido pela Instrução CVM nº 371 de 2002, a Concessionária reconheceu no exercício de 2010 um incremento de R$ 18.142 em seu ativo fiscal diferido referente a diferenças temporárias, perfazendo um total de R$ 198.245 e constitui R$ 54.393 referente a Base Negativa da Contribuição Social e Prejuízos Fiscais a Compensar. A expectativa de realização deste ativo nos próximos 5 anos está a seguir demonstrada:

b) Estimativa de Realização dos Créditos Fiscais Diferidos

	% de Realização	R$
Exercício de 2011	18,32%	46.295
Exercício de 2012	14,28%	36.089
Exercício de 2013	25,80%	65.174
Exercício de 2014	20,53%	51.858
Exercício de 2015	21,07%	53.222
	100,00%	252.638

A estimativa de realização dos créditos fiscais foi definida de acordo com as projeções elaboradas pela Concessionária, aprovadas pela Administração, tendo como principais premissas para a receita da Geração os contratos existentes em ambiente regulado e livre, além do aumento da capacidade de geração, assim como a recontratação dos produtos existentes. Este estudo foi atualizado com o intuito de ajustar as premissas, considerando o prazo de concessão.

Para a receita da Transmissão foram considerados valores relativos à receita permitida sobre as subestações e linhas de transmissão existentes, mais a receita de conexão da transmissão com a distribuição e a geração.

c) Créditos Tributários sobre Prejuízos Fiscais a Compensar e Base de Cálculo Negativo da Contribuição Social

Em 31 de dezembro de 2010, a Concessionária apresentava saldo de prejuízos fiscais a compensar e base negativa de contribuição social. Conforme a legislação vigente, o limite de compensação destes prejuízos é de 30% do lucro real apurado em cada exercício. Estes valores não têm prazo de prescrição e os respectivos créditos fiscais, foram constituídos nos montantes compensáveis considerando o prazo da Concessão.

18.2. Base de Cálculo do Passivo Fiscal Diferido

Os saldos de R$ 91.633 (R$ 106.703 em 2009 e R$ 121.772 em 01 de janeiro de 2009) refere-se ao reconhecimento de IRPJ e CSLL sobre os ajustes de avaliação patrimonial decorrentes da adoção do Custo Atribuído para as usinas de geração. A realização do passivo fiscal diferido se dará na proporção em que estes ativos forem sendo depreciados, conforme taxas praticadas pelo Órgão Regulador.

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Ajuste de Avaliação Patrimonial (Custo	269.508	313.831	358.154
Base de Cálculo	269.508	313.831	358.154
Alíquota Aplicável (IR e CS).....	34%	34%	34%
Total do Passivo Fiscal Diferido	91.633	106.703	121.772

b) Estimativa de Realização Passivo Fiscal Diferido

A Administração estimou a realização do passivo fiscal diferido nos exercícios futuros:

	% de realização	R$
Exercício de 2011.....	16%	15.070
Exercício de 2012.....	16%	14.270
Exercício de 2013.....	15%	13.844
Exercício de 2014.....	14%	12.762
Exercício de 2015.....	8%	7.038
Exercícios após 2015.....	31%	28.649
	100%	91.633

19. Concessão

Ativo Financeiro da Concessão

Composição dos saldos do Ativo Financeiro da Concessão de Transmissão:

	Ativo Financeiro da Concessão de Transmissão		
	31/12/2010	31/12/2009 Reapresentado	01/01/2009 Reapresentado
Circulante	303.624	302.188	289.633
Não Circulante	814.596	723.171	666.139
Total	1.118.220	1.025.359	955.772

A Administração entende que o acordo de concessão atende as condições para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, que orienta os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos à entidades privadas.
Foram considerados como ao alcance da ICPC 01 somente aqueles ativos exclusivamente à serviço da concessão sob os quais a Concessionária obtém remuneração do capital investido. Os ativos administrativos e do apoio em geral, sobre os quais a Concessionária não recebe remuneração e que são considerados como integrantes da parcela da receita Anual Permitida destinada a cobrir os custos de Operação e Manutenção, entre eles os custos anuais de instalações móveis e imóveis.
Com base na análise do Contrato de Concessão nº 055/2001 e Contrato de Concessão nº 080/2002, a Administração entende que a aplicação do modelo "financeiro" é o que melhor representa o negócio de Transmissão de Energia Elétrica, considerando que a infra-estrutura construída ou recebida é recuperada por meio de dois fluxos de caixa:

a. parte a ser recebida diretamente dos usuários delegados pelo poder concedente (geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores) por meio do faturamento mensal da receita garantida (RAP) durante o prazo de concessão; e

b. parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do poder concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

A Administração entende impraticável a aplicação retroativa da norma para o Contrato de Concessão nº 055/2001 e a Concessionária adotou, na transição para a ICPC 01, os valores contábeis anteriores dos ativos financeiros e intangíveis, independente de suas classificações anteriores. O Contrato de Concessão nº 080/2002 foi recalculado e os ajustes referentes ao reconhecimento da receita financeira, amortização do ativo financeiro e receita e custo de construção foram classificados em Resultados de Exercícios Anteriores.

Demonstração dos ajustes no balanço de abertura:

	Ativo Imobilizado	Ativo Intangível	Ativo Financeiro	Total
Saldo em 01/01/2009 da infraestrutura ao alcance da ICPC 01 -	915.585	33.771	-	949.356
Reclassificação (aplicação ICPC 01)	(915.585)	(33.771)	949.356	-
Atualização do Ativo Financeiro - Ex. Anteriores			27.867	27.867
Amortização do Ativo Financeiro - Ex. Anteriores			(21.451)	(21.451)
Saldo em 01/01/2009 da infraestrutura ao alcance da ICPC 01 - Reapresentado	-	-	955.772	955.772

O Ativo Financeiro da Concessão é amortizado com base em premissas da Administração que estabeleceram o valor justo da Receita Anual Permitida a ser destinada à reintegração do capital investido na infraestrutura. A amortização do ativo financeiro representa cerca de 70% da RAP linearizada, das instalações de Transmissão.
A atualização do Ativo Financeiro das concessões de transmissão é calculada com base na Taxa Interna de Retorno - TIR de cada contrato de concessão, que é reconhecida no resultado do exercício.

As adições ou baixas ocorridas por conta de expansão da infraestrutura da Concessão ou de substituição de itens são incorporadas ou baixadas do saldo do ativo financeiro sempre que alterarem a geração de fluxo de caixa, seja por meio de incremento da Receita Anual Permitida ou por alteração do valor de indenização ao final da concessão. Cada vez que é alterado o saldo do ativo financeiro por conta de adições ou baixas a Concessionária apura a nova TIR que servirá de base para atualização do Ativo Financeiro.
Movimentação do Ativo Financeiro da Concessão:

CEEE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

	Infraestrutura no Escopo da ICPC 01		
	Contrato 055/2001	Contrato 080/2002	Total
Custo			
Saldo em 01 de janeiro de 2009 - Reapresentado	1.809.369	61.524	1.870.893
Serviços de Construção e Melhorias	75.117	-	75.117
Baixas	(5.252)	-	(5.252)
Atualização	277.063	7.991	285.054
Saldo em 31 de dezembro de 2009 - Reapresentado	2.156.297	69.515	2.225.812
Serviços de Construção e Melhorias	119.249	-	119.249
Baixas	(1.838)		(1.838)
Atualização	268.424	8.047	276.471
Saldo em 31 de dezembro de 2010	2.542.132	77.562	2.619.694
recuperável			
Saldo em 01 de janeiro de 2009 - Reapresentado	(890.784)	(24.336)	(915.120)
Amortização do período	(282.042)	(7.591)	(289.633)
Baixas	4.300	-	4.300
Saldo em 31 de dezembro de 2009 - Reapresentado	(1.168.526)	(31.927)	(1.200.453)
Amortização do período	(294.235)	(7.953)	(302.188)
Baixas	1.167		1.167
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(1.461.594)	(39.880)	(1.501.474)
Valor contábil			
Em 1° de janeiro de 2009	918.585	37.188	955.773
Em 31 de dezembro de 2009	987.771	37.588	1.025.359
Em 31 de dezembro de 2010	1.080.538	37.682	1.118.220
Em 31 de dezembro de 2010 - Circulante	295.522	8.102	303.624
Em 31 de dezembro de 2010 - Não Circulante	785.016	29.580	814.596

Os saldos do Ativo Financeiro da Concessão de Transmissão estão constituídos em termo da natureza dos ativos que compõe:

	Infraestrutura no Escopo da ICPC 01		
	2010	2009 Reapresentado	01/01/2009 Reapresentado
Subestações e Linhas de Transmissão - em serviço	1.862.672	1.793.816	1.748.891
(-) Depreciação/Amortização Acumulada	(981.098)	(935.055)	(893.671)
(-) Obrigações Especiais	(4.694)	(4.694)	(4.665)
Subestações e Linhas de Transmissão - em andamento	186.072	123.770	98.800
(-) Obrigações Especiais - em andamento	(13.748)	-	-
Atualização Ativo Financeiro (ICPC 01)	589.392	312.920	27.867
Diferença Amortização Ativo Financeiro (ICPC 01)	(520.376)	(265.398)	(21.450)
Saldo Total	1.118.220	1.025.359	955.772
Curto Prazo	303.624	302.188	289.633
Longo Prazo	814.596	723.171	666.139
Saldo Total	1.118.220	1.025.359	955.772

19.1. Vinculação dos Bens à Concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na transmissão de energia são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na referida concessão.

19.2. Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

A partir de 01/01/2007, as obrigações vinculadas passaram a ser controladas conforme determina o Despacho ANEEL nº 3.073, de 28/12/2006, e Ofícios Circulares ANEEL nº 236, nº 296 e nº 1.314, de 08/02/2007, 15/02/2007 e 27/06/2007, respectivamente. As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de Transmissão.
Ao final da concessão o valor das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro indenizável.

19.3. Valor Recuperável dos Ativos da Concessão

Os ativos da concessão são examinados periodicamente para verificar se existem indicações de que eles estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.
O valor contábil líquido dos correspondentes ativos é ajustado ao seu valor recuperável, determinado com base no modelo de fluxos de caixa futuros descontados, sempre que este for inferior ao valor contábil.
As revisões são efetuadas ao nível de Unidades Geradoras de Caixa, definidas por Contrato de Concessão para as quais a Concessionária consegue atribuir fluxos de caixa futuros significativamente independentes.
Para fins de análise do valor de recuperação dos ativos, são observadas todas as alterações adversas ao ambiente empresarial ou regulatório, assim como o seu desempenho, considerando as seguintes particularidades do setor de energia elétrica:

I) As atividades desenvolvidas são suportadas por um contrato de concessão que tem como objetivo, dentre outros, assegurar o equilíbrio econômico e financeiro da Concessão;
II) As tarifas devem cobrir os custos necessários ao desenvolvimento das atividades, desde que assegurado o adequado nível de eficiência e a acuracidade das informações contábeis e financeiras;
III) Custos extraordinários e relevantes e eventuais desajustes econômicos serão objeto de revisão tarifária;
IV) O contrato de concessão ou permissão é de longo prazo, o que viabiliza melhor planejamento das atividades;
V) As taxas de depreciação estão em conformidade com o que determina o órgão regulador, levando em consideração a vida útil econômica e estimada dos bens;
VI) Ao término da concessão, os bens retornarão à União, sendo a concessionária devidamente ressarcida pelo valor desses bens, determinado conforme normas específicas estabelecidas pela legislação aplicável.
A Concessionária apura anualmente o valor recuperável de suas Unidades Geradoras de Caixa e considera que não existem perdas a serem reconhecidas.

CEEE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

20. Bens e Direitos Destinados a Alienação

O valor de R$ 2.152 (R$ 2.152 em 31 de dezembro de 2009 e R$ 2.265 em 01 de janeiro de 2009), refere-se ao valor de custo dos imóveis que se encontram sem utilização pela Concessionária e que serão alienados.

21. Investimentos

a. Composição

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Participações societárias permanentes			
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	296.492	278.877	227.639
Avaliadas pelo método de custo	892	882	878
Outros investimentos	1.548	1.747	1.845
	298.932	281.506	230.362

b. Participações Societárias Permanentes Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial

Os saldos compõem-se de participação no capital das seguintes empresas:

	31/12/2010		31/12/2009		01/01/2009	
	Lote de Mil ações ou quotas	Participação (%)	Lote de Mil ações ou	Participação (%)	ações ou quotas	Participação (%)
Maesa	22.624.633	6,66%	22.624.633	6,66%	22.624.633	6,66%
Enercan	25.326	6,51%	25.326	6,51%	25.326	6,51%
Jaguari	1.857.000	10,50%	1.857.000	10,50%	1.857.000	10,50%
Etau	3.489.534	10,00%	3.489.534	10,00%	3.489.534	10,00%
Ceran	153.000.000	30,00%	153.000.000	30,00%	153.000.000	30,00%
Chapecoens	714.509.342	9,00%	540.519.314	9,00%	10.000	9,00%

c. Informações Financeiras das Investidas

Informações 31/12/2010

	Capital social	Patrimônio Líquido Publicado	Ajustes ressalvados pelo auditor(*)	Patrimônio líquido ajustado	Lucro (Prejuízo) publicado	Ajustes ressalvados pelo auditor(*)	Lucro (Prejuízo) ajustado
Maesa	339.808	364.348	-	364.348	11.000	-	11.000
Enercan	388.787	761.165	(23.450)	737.715	137.228	(12.190)	125.038
Jaguari	17.680	13.576	(5.305)	8.271	1.773	(340)	1.433
Etau	34.895	65.414	-	65.414	16.464	-	16.464
Ceran	470.875	557.742	(44.820)	512.922	52.121	(15.434)	36.687
Chapecoense	714.509	712.421	(13.631)	698.790	(1.674)	(13.631)	(15.305)

Informações 31/12/2009

	Capital social	Patrimônio Líquido Publicado	Ajustes ressalvados pelo auditor(*)	Patrimônio líquido ajustado	Lucro (prejuízo) publicado	Ajustes ressalvados pelo auditor(*)	Lucro (Prejuízo) ajustado
Maesa	339.808	353.452	-	353.452	31.413	-	31.413
Enercan	388.787	687.334	(11.260)	676.074	154.798	(11.260)	143.538
Jaguari	17.680	11.803	(4.965)	6.838	31	-	31
Etau	34.895	64.992	-	64.992	20.541	-	20.541
Ceran	470.875	518.000	(29.386)	488.614	58.176	(29.386)	28.790
Chapecoense	540.519	638.908	-	638.908	(1.958)	-	(1.958)

Informações 01/01/2009

	Capital social	Patrimônio Líquido Publicado	Ajustes ressalvados pelo auditor(*)	Patrimônio líquido ajustado
Maesa	339.808	322.049	-	322.049
Enercan	388.787	569.301	-	569.301
Jaguari	17.680	11.772	-	11.772
Etau	34.895	49.597	-	49.597
Ceran	470.875	473.641	-	473.641
Chapecoense	406.343	237.075	-	237.075

(*) As investidas foram ressalvadas no relatório de seus auditores independentes por não registraram em suas demonstrações financeiras, os efeitos de:

- Ausência de registro da obrigação do direito de exploração (concessão onerosa), denominado. Uso do Bem Público - UBP (Enercan, Ceran e Chapecoense).
- Utilização das taxas de depreciação dos bens integrantes do seu ativo imobilizado está de acordo com as estipuladas pelo poder concedente (ANEEL) e não considerando o prazo de concessão (Enercan e Ceran).
- O não reconhecimento de provisão para perdas dos saldos de aplicações financeiras junto ao Banco Santos e o não registro dos tributos, juros moratórios e multas incidentes sobre mútuo financeiro a pagar firmado entre partes relacionadas (Jaguari).

Por decisão da administração, para o cálculo de equivalência patrimonial a Concessionária ajustou as Demonstrações Financeiras das investidas contemplando os efeitos das ressalvas dos Auditores Independentes.

d. Movimentação dos investimentos

Empresas	Saldos em 31.12.2009	Aumento de Capital	Equivalência Patrimonial	Dividendos	Saldos em 31/12/2010
Maesa	23.533	-	732	(7)	24.258
Enercan	44.041	-	8.145	(4.130)	48.056
Jaguari	718	-	150	-	868
Etau	6.499	-	1.646	(1.604)	6.541
Ceran	146.584	-	11.007	(3.714)	153.877
Chapecoense	57.502	6.767	(1.377)	-	62.892
	278.877	6.767	20.303	(9.455)	296.492

Empresas	Saldos em 01.01.2009	Aumento de Capital	Equivalência Patrimonial	Dividendos	Saldos em 31/12/2009
Maesa	21.442	-	2.091	(1)	23.533
Enercan	37.085	-	9.350	(2.395)	44.041
Jaguari	723	-	(5)	-	718
Etau	4.960	-	2.054	(515)	6.499
Ceran	142.092	-	8.637	(4.145)	146.584
Chapecoense	21.337	36.341	(176)	-	57.502
	227.639	36.341	21.951	(7.056)	278.877

d.1) Machadinho Energética S/A – MAESA

Em julho de 1997 foi formalizado contrato de concessão entre o Empreendimento Machadinho, formado pela TRACTEBEL e Machadinho Energética S.A. – MAESA, e Poder Concedente para construção e exploração da UHE Machadinho com 1.140 MW de potência, cuja operação comercial iniciou em 2002.

A CEEE-GT faz parte da MAESA, em 2007 aumentou sua participação societária com a aquisição de parte das ações alienadas pela empresa Centrais Elétricas de Santa Catarina – CELESC.

Com esta aquisição, a participação da Concessionária na MAESA e por consequência no Empreendimento Machadinho passou a ser de 6,66% (5,86% anterior) e 5,53% (4,85% anterior) respectivamente, representando uma potência de 63 MW e energia garantida de 26,16 MW médios.

d.2) Campos Novos Energia S/A – ENERCAN

Refere-se à participação de 6,51% na Empresa Campos Novos Energia S/A – ENERCAN, localizada no rio Canoas, entre os municípios de Campos Novos e Celso Ramos, no estado de Santa Catarina, através do contrato de concessão nº 43/2000, com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A potência instalada corresponde a 880 MW, sendo que a 1ª unidade geradora passou a operar comercialmente em 03 de fevereiro de 2007, a 2ª unidade em 17 de fevereiro de 2007 e a 3ª unidade entrou em operação em 09 de maio de 2007.

d.3) Jaguari Energética S/A

Refere-se à participação da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT na Jaguari Energética S/A, para a construção da PCH Furnas do Segredo, localizada no rio Jaguari, no Estado do Rio Grande do Sul, cujo início das operações ocorreu em setembro de 2005.

Em 30 de agosto de 2004, a participação da Concessionária reduziu de 30% para 14,19% de acordo com a Resolução de Diretoria nº 2.124, isto porque o Acordo de Quotistas estabelecia que o acionista Guascor financiaria o capital próprio da Concessionária caso a sociedade obtivesse um financiamento mínimo de 80%, o qual não foi aprovado pelo BNDES, que financiou 55,2% do projeto.

Em agosto de 2004 foi firmado contrato de empréstimo entre Guascor Serviços Ltda e CEEE-GT, no valor de R$ 1.857 para integralização do capital social da Concessionária na investida. A Concessionária pagará a credora através dos dividendos que terá direito do resultado da Jaguari Energética S/A.

Em novembro de 2006, conforme Resolução de Diretoria nº 486, a Concessionária não manifestou interesse em acompanhar os aportes deliberados pelos demais acionistas da empresa, reduzindo a participação para 10,5%.

d.4) Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S/A – ETAU

Em 18 de dezembro de 2002, a Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S/A – ETAU, firmou Contrato de Concessão nº 82/2002 – ANEEL, tendo por objeto a concessão do serviço público de energia elétrica referente à Linha de Transmissão Campos Novos, Lagoa Vermelha, Santa Marta 230 kV; a entrada em operação ocorreu em 17 de abril de 2005. A Concessionária tem participação de 10% na ETAU, sendo que o capital social correspondente foi integralizado com a emissão de notas promissórias "pro soluto", as quais serão resgatadas mensalmente até a quitação de sua parcela no patrimônio do empreendimento, através do Contrato de Operação e Manutenção ETAU/CEEE-GT.

d.5) Companhia Energética Rio das Antas - CERAN

Refere-se à participação de 30% na Companhia Energética Rio das Antas - CERAN, para implantação e exploração dos empreendimentos hidrelétricos nas usinas Castro Alves, Monte Claro e 14 de Julho, todas localizadas no Estado do Rio Grande do Sul, cuja potência instalada corresponderá a 360 MW. Em 29 de dezembro de 2004, entrou em operação comercial a primeira das duas turbinas da Usina Hidrelétrica Monte Claro e em 29 de novembro de 2006, a segunda turbina com potência total instalada de 59 MW. Na UHE Castro Alves entrou em operação a primeira turbina em 04 de março, a segunda em 02 de abril e a terceira em 06 de junho de 2008. A UHE 14 de Julho iniciou a operação comercial de fornecimento de energia referente à primeira unidade geradora em 25 de dezembro de 2008 e a segunda em 13 de março de 2009.

d.6) Foz do Chapecó Energia S/A

Em 01 de março de 2007, a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, juntamente com a CPFL Geração de Energia S/A e a Chapecoense Geração S/A, assinaram o Acordo de Acionistas da Foz do Chapecó Energia S/A – FCE, sociedade por ações de propósito específico – SPE, com distrato do consórcio anteriormente formalizado entre as partes.

A Resolução Autorizativa ANEEL nº 879, de 17 de abril de 2007, autorizou a transferência da quota-parte detida pela Chapecoense Geração S/A na concessão do UHE Foz do Chapecó para a Foz do Chapecó Energia S/A – FCE, alterando-se a estrutura acionária, que passou a ter a seguinte composição: CPFL – 51%, CEEE-GT – 9% e Chapecoense – 40%.

A potência instalada da usina, localizada no rio Uruguai, entre os municípios de Águas de Chapecó no Estado de Santa Catarina, e Alpestre no Rio Grande do Sul, corresponderá a 855 MW, distribuída em quatro grupos geradores, e em março de 2011 passou a operar com sua capacidade máxima.

O BNDES aprovou financiamento para o empreendimento na ordem de R$ 1,658 bilhão, cujo prazo de financiamento é de utilização e carência até 15 de setembro de 2011 e amortização em 192 meses. A Concessionária assinou o contrato na condição de interveniente na operação do financiamento e aportou capital em dezembro de 2007, no montante de R$ 5,9 milhões, o qual já foi repassado através de empréstimo do Banco Bradesco diretamente a Foz do Chapecó Energia S/A.

e) Participações Societárias Permanentes Avaliadas pelo Custo

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Centrais Elétricas S.A - ELETROSUL	2.260	2.260	2.260
(-) Provisão Desvalorização ELETROSUL	(1.936)	(1.936)	(1.936)
Piratini Energia S.A	10	-	-
Transmissora Porto Alegrense LTDA.	4	4	-
Outros Investimentos Avaliados pelo Custo	909	909	909
(-) Provisão Desvalorização Outros Investimentos	(355)	(355)	(355)
Saldos Investimentos Avaliados pelo Custo	892	882	878

e.1) Centrais Elétricas S.A. - ELETROSUL

Refere-se à participação de 0,116% no Capital Social da Centrais Elétricas S.A.- ELETROSUL.

e.2) Piratini Energia S/A

Refere-se à participação de 10% na Piratini Energia S/A, sendo esta proprietária da Usina Termelétrica Piratini, localizada no município de Piratini/RS, com capacidade para produzir 10 MW utilizando-se de resíduos de madeira provenientes das indústrias madeireiras da Região.

e.3) Transmissora Porto Alegrense Ltda

Em junho de 2009, a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT e a PROCABLE Energia e Telecomunicações constituíram a Sociedade de Propósito Específico denominada TPAE - Transmissora Porto Alegrense de Energia Ltda. que venceu o Leilão da ANEEL – processo nº 48500.000368/2009-18 para a exploração da Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, mediante a construção, a montagem, a operação e manutenção do empreendimento Linha de Transmissão Subterrânea em 230kV Porto Alegre 9 - Porto Alegre 4.

Conforme Memorando de Entendimentos firmado entre as partes, a Concessionária seria responsável pela Operação e Manutenção do Empreendimento, pelas Licenças Ambientais, revisões, acompanhamento técnico e fiscalização da obra e a PROCABLE seria responsável pela preparação do Projeto Básico e Executivo do Empreendimento, construção, fornecimento de materiais, obras civis, instalações, testes e realização de comissionamento. A Concessionária e a PROCABLE, em conjunto, seriam responsáveis pela estruturação e contratação do financiamento para implantação do Empreendimento.

Estima-se que ao final do Empreendimento o Capital Social deverá estar em torno de R$ 17.500 e, considerando a estrutura de capital próprio na Transmissora Porto Alegrense de 35% (definida no Anexo VI do Contrato de Concessão com a ANEEL) e a sua participação de 20%, a Concessionária deverá realizar aportes de R$ 3.500 mediante créditos que tem ou venha a ter com a TPAE.

f. Outros Investimentos

Os saldos de R$ 877 (R$ 984 em 2009 e R$ 1.253 em 01 de janeiro de 2009) referem-se substanciamente aos ativos do Centro Técnico de Aperfeiçoamento e Formação - CETAF o qual está vinculado a garantias ou penhoras em ações judiciais e parcelamento de impostos. Essas penhoras ou garantias dizem respeito principalmente ao PAES, conforme nota explicativa nº 26.a. e a ações trabalhistas e cíveis. Estes bens não fazem parte da concessão e foram autorizados a serem vinculados a garantias pela ANEEL, conforme Ofício nº 835 SFF/ANEEL, de 26 de outubro de 2001.

Os demais saldos de outros investimento são compostos por bens de renda R$ 636 (R$ 728 em 31/12/2009 e R$ 557 em 01/01/2009) e bens destinados à futura utilização pela Concessionária R$ 35 (R$ 35 em 31/12/009 e 01/01/2009).

22. Imobilizado

	Terrenos	Reservatórios, barragens	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e acessórios	Bens em construção	Infraestrutura ICPC 01	Total
Custo ou custo atribuído									
Saldo em 1° de janeiro de 2009 - Reapresentado	27.866	1.737.524	236.672	2.649.339	13.170	4.325	103.841	(1.813.920)	2.958.817
Adições	-	-	-	-	-	-	91.632	(73.945)	17.687
Baixas	-	-	(78)	(5.582)	(777)	(68)	-	5.252	(1.252)
Tranferências para Imobilizado em Serviço	39	-	161	50.986	367	46	(51.599)	-	0
Outros	-	-	-	(18)	(28)	-	-	(0)	(46)
Saldo em 31 de dezembro de 2009 - Reapresentado	27.905	1.737.524	236.755	2.694.725	12.732	4.303	143.874	(1.882.613)	2.975.207
Adições	-	-	-	-	-	-	146.113	(133.113)	13.000
Baixas	-	-	(428)	(5.681)	(158)	(181)	-	1.838	(4.610)
Tranferências para Imobilizado em Serviço	50	-	855	71.392	2	271	(72.570)	-	1
Outros	106	-	-	(1)	-	(18)	-	-	87
Saldo em 31 de dezembro de 2010	28.061	1.737.524	237.182	2.760.435	12.576	4.375	217.417	(2.013.888)	2.983.684
Depreciação e perdas no valor recuperável									
Saldo em 1° de janeiro de 2009 - Reapresentado	-	(1.457.320)	(191.673)	(1.631.826)	(7.985)	(3.740)	-	893.671	(2.398.874)
Depreciação no período	-	(28.680)	(5.235)	(71.041)	(1.835)	(120)	-	45.685	(61.227)
Baixas	-	-	63	4.613	528	74	-	(4.300)	977
Saldo em 31 de dezembro de 2009 - Reapresentado	-	(1.486.000)	(196.845)	(1.698.254)	(9.292)	(3.786)	-	935.056	(2.459.124)
Depreciação no período	-	(29.007)	(5.174)	(72.710)	(1.617)	(112)	47.210	-	(61.410)
Baixas	-	-	262	4.311	180	179	(1.167)	-	3.765
Saldo em 31 de dezembro de 2010	-	(1.515.007)	(201.757)	(1.766.653)	(10.729)	(3.719)	46.043	935.056	(2.516.770)
Valor contábil									
Em 1° de janeiro de 2009	27.866	280.204	44.999	1.017.513	5.184	585	103.841	(920.249)	559.943
Em 31 de dezembro de 2009	27.905	251.523	39.910	996.471	3.439	517	143.874	(947.557)	516.084
Em 31 de dezembro de 2010	28.061	222.516	35.425	993.782	1.846	656	263.460	(1.078.832)	466.914

O Ativo imobilizado da Concessionária é composto por Usinas de Geração e por bens administrativos, veículos e moveis e utensílios, inclusive à serviço das concessões de transmissão mas que não foram considerados dentro do alcance da ICPC 01.

Os ativos administrativos e do apoio em geral são adquiridos prontos em sua maioria e entram em operação tão logo sejam recebidos pela empresa, portanto, na composição de seu custo histórico os valores relativos à Rateio de Custo da Administração Central ou Juros de Obra em Andamento, se existirem, são imateriais. Estes ativos da Concessionária, que não contribuem diretamente na geração de caixa, estão registrados ao custo de aquisição que no entendimento da Administração é á melhor estimativa do seu valor justo.
Custo Atribuído (Deemed Cost)

A Concessionária avaliou os valores de suas usinas de geração e optou pela adoção do custo atribuído (deemed cost), ajustando os saldos de abertura na data de transição em 1º de janeiro de 2009 para fins de comparação.

Os valores justos utilizados na adoção do custo atribuído foram estimados por especialistas internos (engenheiros) com experiência e competência profissional, objetividade e conhecimento técnico dos bens avaliados. Para realizarem este trabalho os especialistas internos consideraram os valores justos de recuperação admitidos pelo Órgão regulador bem como a vida útil econômica estimada pelos pelo Órgão Regulador e aceita pelo mercado como adequada. A avaliação tem como base a metodologia do custo de reposição depreciado que vem sendo empregada nos processos de revisão tarifária das empresas de distribuição de energia elétrica.

Os efeitos nos principais grupos de conta decorrentes da adoção do custo atribuído em 1º de janeiro de 2009 foi:

Imobilizado

	01/01/2009	31/12/2008
Terrenos	27.866	27.866
Total	27.866	27.866
Reservatórios, barragens	66.012	66.012
Ajustes pela adoção do custo atribuído	214.191	-
Total	280.204	66.012
Edificações e Benfeitorias	22.647	22.647
Ajustes pro adoção do custo atribuído	22.352	-
Total	44.999	22.647
Máquinas e Equipamentos	895.902	895.902
Ajustes pela adoção do custo atribuído	121.611	-
Total	1.017.513	895.902
Veículos	5.184	5.184
Total	5.184	5.184
Móveis e acessórios	585	585
Total	585	585
Bens em construção	103.841	103.841
Total	103.841	103.841
Infraestrutura ICPC 01	(920.249)	(920.249)
Total	(920.249)	(920.249)
Total Imobilizado	559.943	201.788

O patrimônio líquido foi aumentado em R$ 236.382 e o imposto de renda e contribuição social passivo diferido foi aumentado em R$ 121.773 em decorrência da adoção do custo atribuído, respectivamente.
A administração estimou que os efeitos decorrentes da adoção do custo atribuído na despesa de depreciação nos exercícios atual e futuro será conforme abaixo:

	2010	2011	2012	2013	2014	Após
(Diminuição) Aumento da despesa por depreciação	44.323	44.323	41.970	40.718	37.536	104.961

O relatório de avaliação gerado pelos especialistas datados de janeiro de 2011 foi aprovado pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do Grupo conforme requerido pelo estatuto social.

23. Intangíveis

	Softwares
Custo	
Saldo em 1° de janeiro de 2009 - Reapresentado	1.751
Aquisições - desenvolvido internamente	341
Baixas	(120)
Outros	0
Saldo em 31 de dezembro de 2009 - Reapresentado	1.972
Aquisições - desenvolvido internamente	642
Baixas	(17)
Outros	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	2.597
Amortização e perdas por redução do valor recuperável	
Saldo em 1° de janeiro de 2009 - Reapresentado	(560)
Amortização do período	(229)
Baixas	85
Saldo em 31 de dezembro de 2009 - Reapresentado	(704)
Amortização do período	(210)
Baixas	17
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(897)
Valor contábil	
Em 1° de janeiro de 2009	1.191
Em 31 de dezembro de 2009	1.268
Em 31 de dezembro de 2010	1.700

É composto pelos valores representativos das licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por gastos realizados com a aquisição das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização produtiva de softwares. Tais itens são amortizados linearmente.

24. Fornecedores

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Encargos de Uso da Rede	3.641	3.900	3.886
Energia Elétrica Comprada para Revenda	1.185	-	-
Materiais e Serviços	21.557	13.205	19.511
Energia de Curto Prazo - CCEE (vide nota explicativa n° 47.d)	-	1	583
Retenção Contratual	32.894	15.920	17.393
Total	59.277	33.026	41.373

O montante de R$ 1.185 refere-se ao contrato de compra de energia firmado em 05 de março de 2010 entre a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT (compradora) e a Foz do Chapecó Energia S/A (vendedora) com período de fornecimento compreendido entre 01 de setembro de 2010 até 31 de dezembro de 2011.

25. Folha de Pagamento - Retenções

O valor de R$ 10.013 (R$ 8.948 em 31 de dezembro de 2009 e R$ 7.581 em 01 de janeiro de 2009) refere-se a consignações em favor de terceiros (diversas Entidades de Classe, como a Associação dos Funcionários das Companhias e Empresas de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul - AFCEEE, Sindicato dos Eletricitários do Rio Grande do Sul - SENERGISUL e a Fundação CEEE de Seguridade Social - ELETROCEEE) e tributos e contribuições sociais retidos na fonte.

26. Tributos e Contribuições Sociais

Os saldos compõem-se de:

CIRCULANTE	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	962	-	139
Contribuição ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	2.996	2.767	1.950
Contribuição p/Financiamento da Seguridade Social - COFINS	3.664	3.493	6.169
Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS / PASEP	795	758	1.346
Contribuição ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	1.321	1.171	826
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	118	2.721	7.212
Parcelamento de Débitos fiscais Lei nº 11.941/09	9.200	17.279	9.537
Parcelamento Previdenciário	280	306	331
Outros	540	690	510
Total	19.876	29.185	28.020
NÃO CIRCULANTE			
Parcelamento de Débitos fiscais Lei nº 11.941/09	59.573	59.574	33.376
Parcelamento Previdenciário	587	867	1.173
Total	60.160	60.441	34.549

a. Parcelamento de Débitos Fiscais – Lei nº 11.941/09

A Concessionária efetuou em 20/11/2009 pedido de parcelamento de débitos fiscais junto a Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, nos termos da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 e da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06, de 22 de julho de 2009.

Os débitos se relacionam ao Programa de Integração Social – PIS e a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, bem como à obrigações fiscais junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

No tocante ao Parcelamento Especial – PAES, instituído pela Lei nº 10.684, de 31 de maio de 2003, a Concessionária realizou a migração de seu saldo remanescente junto ao ente fazendário, para quitá-lo consoante os critérios da Lei nº 11.941/09. A diferença de saldo oriunda do PAES, até então apresentada entre o sistema de consulta da RFB/PGFN e o contabilizado nas Demonstrações Financeiras, a Concessionária, em face da adesão ao novo diploma legal, reconhece, neste momento, o saldo vigente do órgão fazendário.

A Concessionária vem pagando as parcelas mínimas disciplinadas na Lei nº 11.941/09, tendo, até o momento, quitado 14 (quatorze) prestações, e obtendo o deferimento de seu requerimento de adesão.

Os débitos parcelados ainda não se encontram consolidados por parte das autoridades competentes e as informações para consolidação foram enviadas conforme disciplina a Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 11, de 24 de junho de 2010.

Os órgãos fazendários editaram a Portaria Conjunta PGFN/RFB Nº 02/11, estabelecendo cronograma de consolidação dos débitos para o exercício de 2011.

O total da dívida objeto do parcelamento monta R$ 78.199, já contemplando o reparcelamento do PAES, bem como os descontos de multa e juros oferecidos ao contribuinte pela Lei nº 11.941/09 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06/09. Deste montante, R$ 36.907, referem-se à multa e juros, os quais serão liquidados com a utilização de prejuízos fiscais do imposto de renda e bases negativas da contribuição social, o saldo restante será quitado em 180 meses com atualização pela Taxa Selic.

A tabela abaixo ilustra o saldo estimado antes da consolidação dos débitos:

Data do Evento	Histórico	Valor
20/11/2009	Registro de Parcelamentos	41.292
20/11/2009	Multa e Juros Provisionados	36.907
	Total do Parcelamento	78.199
31/12/2010	Parcelas Pagas até 31/12/2010	(9.426)
	Saldo a Pagar	68.773
CIRCULANTE		9.200
NÃO CIRCULANTE		59.573
	Provável Compensação PF IRPJ / BN CSLL (Vide NE 41)	(36.907)
	Saldo Estimado	31.866

b. Parcelamento Previdenciário

O parcelamento refere-se ao Auto de Infração nº 35.572.001-9. A Concessionária foi autuada em 25 de agosto de 2005 por deixar de declarar em Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP, dados relativos ao pagamento de reclamatórias trabalhistas. Após julgado improcedente o recurso promovido pela Concessionária, restou devido R$ 2.186 sendo que deste valor foi compensado o depósito recursal anteriormente efetuado no montante de R$ 656. O saldo remanescente de R$ 1.530 foi parcelado em 60 vezes já tendo sido liquidadas 26 (vinte e seis) parcelas.

CEEE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

27. Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações

Os saldos compõem-se de:

a) Empréstimos e Financiamentos

CREDOR	BASE DO CONTRATO						FINALIDADE	31/12/2010 PRAZOS DE VENCIMENTOS				31/12/2009 PRAZOS DE VENCIMENTOS				01/01/2009 PRAZOS DE VENCIMENTOS			
	INDEXADOR	Percentual Médio dos Encargos Fixos a.a.	PRESTAÇÃO	VENCIMENTO Início	VENCIMENTO Término	GARANTIA		PRINCIPAL CIRCULANTE	PRINCIPAL NÃO CIRCULANTE	ENCARGOS	TOTAL	PRINCIPAL CIRCULANTE	PRINCIPAL NÃO CIRCULANTE	ENCARGOS	TOTAL	PRINCIPAL CIRCULANTE	PRINCIPAL NÃO CIRCULANTE	ENCARGOS	TOTAL
MOEDA NACIONAL																			
ELETROBRÁS	UFIR	5% a 6,5%	T	19.09.90	15.02.17	03	Investimento	1.574	4.007	56	5.637	1.580	5.561	72	7.233	1.600	7.161	88	8.849
ELETROBRÁS	TJLP	4%	M	19.03.98	30.05.19	03	Investimento	-	-	-	-	10.179	-	-	10.179	22.747	10.185	-	32.932
ELETROBRÁS	MÉDIA TX.FINEL	5% a 6,5%	M	27.12.95	30.08.10	03	Investimento	-	-	-	-	492	-	-	492	726	484	-	1.210
ELETROBRÁS	RGR	5% a 7%	M	13.03.00	30.04.19	03	Investimento	3.595	28.178	-	31.773	4.353	31.773	-	36.126	5.790	22.154	-	27.944
ELETROCEEE / ALUGUEL / IMÓVEIS	IHPC	9%	M	11.10.01	31.05.13	03	Financiamento	6.871	9.111	-	15.982	5.703	14.773	-	20.476	5.195	19.557	174	24.926
BANCO DO BRASIL - LEASING	CDI	4%	M	30.03.06	01.05.12	03	Leasing de Veículos	5.360	1.453	4	6.817	4.625	5.736	6	10.367	4.272	9.175	8	13.455
TOTAL MOEDA NACIONAL								17.400	42.749	60	60.209	26.922	57.863	78	84.863	40.330	68.716	270	109.316
MOEDA ESTRANGEIRA																			
ELETROBRÁS	US$	5% a 6,5%	S	27.07.87	01.01.11	03	Investimento	-	-	-	-	271	-	-	271	215	364	-	579
B.BRASIL - LEI 7976	US$	LIBOR + 2,81%	M	31.12.90	31.12.09	01/02	Investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	6.799	-	-	6.799
GOV. FED. BCOS. PRIV - DMLP	US$	5%	S	15.09.97	15.04.24	01/02	Investimento	6.182	67.166	711	74.059	6.479	76.868	895	84.242	9.903	111.714	1.419	123.036
BRAZILIAN I. BOND - BIB	US$	6%	S	19.09.97	15.09.13	01/02	Investimento	721	1.443	40	2.204	756	2.268	55	3.079	1.014	4.054	93	5.161
TOTAL MOEDA ESTRANGEIRA								6.903	68.609	751	76.263	7.506	79.136	950	87.592	17.931	116.132	1.512	135.575
TOTAIS GERAIS MOEDA NACIONAL + MOEDA ESTRANGEIRA								24.303	111.358	811	136.472	34.428	136.999	1.028	172.455	58.261	184.848	1.782	244.891
CAUÇÕES E DEP. VINCULADOS - DMLP	US$							-	(34.342)	-	(34.342)	-	(31.708)	-	(31.708)	-	(49.560)	-	(49.560)
TOTAL LÍQUIDO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS								24.303	77.016	811	102.130	34.428	105.291	1.028	140.747	58.261	135.288	1.782	195.331

CÓDIGOS DAS GARANTIAS E/OU FIANÇAS

01 - Autorização Contratual para Acesso em Conta Corrente
02 - Fundo de Participação do Estado
03 - Procuração para Acesso em Conta Corrente

PRESTAÇÃO

M - MENSAL
T - TRIMESTRAL
S - SEMESTRAL

b) Outras Captações

CREDOR	BASE DO CONTRATO						FINALIDADE	31/12/2010 PRAZOS DE VENCIMENTOS				31/12/2009 PRAZOS DE VENCIMENTOS				01/01/2009 PRAZOS DE VENCIMENTOS			
	INDEXADOR	Percentual Médio dos Encargos Fixos a.a.	PRESTAÇÃO	VENCIMENTO Início	VENCIMENTO Término	GARANTIA		PRINCIPAL CIRCULANTE	PRINCIPAL NÃO CIRCULANTE	ENCARGOS	TOTAL	PRINCIPAL CIRCULANTE	PRINCIPAL NÃO CIRCULANTE	ENCARGOS	TOTAL	PRINCIPAL CIRCULANTE	PRINCIPAL NÃO CIRCULANTE	ENCARGOS	TOTAL
FUNDO INVEST. DIREITOS CRED. - FIDC	CDI	1,5%	M	24.02.06	08.03.10	04	Investimento	-	-	-	-	11.829	-	-	11.829	45.206	7.744	-	53.030
FUNDO INVEST. DIREITOS CRED. - FIDC	CDI	1,85%	M	21.12.07	08.12.13	04	Investimento	39.728	53.518	-	93.246	35.712	80.531	-	116.243	36.939	97.795	-	134.734
FUNDO INVEST. DIREITOS CRED. - FIDC	CDI	0,95%+CDI ou 109% do CDI	M	11.03.05	28.08.15	04	Investimento	50.108	140.142	-	190.250	28.093	170.323	-	198.416	-	-	-	-
TOTAL MOEDA NACIONAL								89.836	193.660	-	283.496	75.634	250.854	-	326.488	82.225	105.539	-	187.764
TOTAL EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E OUTRAS CAPTAÇÕES								114.139	270.676	811	385.626	110.062	356.145	1.028	467.235	140.486	240.827	1.782	383.095

CÓDIGOS DAS GARANTIAS E/OU FIANÇAS

04- Percentual de Recebíveis da Geração e Transmissão

PRESTAÇÃO

M - MENSAL

c) As parcelas de Longo Prazo dos Empréstimos e Financiamentos vencem como segue:

PRINCIPAL			
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
2010	-	-	24.754
2011	-	2.398	54.624
2012	76.962	100.910	45.560
2013	94.154	94.446	41.704
2014	58.070	59.930	1.247
2015	40.011	40.353	13.028
2016	1.406	1.532	23.284
Após 2016	34.415	88.284	86.186
	305.018	387.853	290.387

Demonstrativo de Composição do Saldo da Dívida por Moeda/Indexador:

MOEDA/INDEXADOR			
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Dólar US$	22,49%	20,40%	39,99%
UFIR	1,31%	1,44%	2,47%
MÉDIA TX FINEL	0,00%	0,00%	0,17%
TJLP	0,00%	0,00%	3,51%
INPC	2,99%	3,81%	6,73%
RGR	9,24%	8,19%	7,63%
CDI	63,97%	66,16%	39,50%
	100,00%	100,00%	100,00%

d. Cauções e Depósitos Vinculados

O valor de R$ 34.342 (R$ 31.708 em 31 de dezembro de 2009 e R$ 49.560 em 01 de janeiro de 2009), refere-se, basicamente, a valores de Dívida de Médio e Longo Prazo – DMLP, caucionados conforme estabelecido no inciso II do contrato de confissão e consolidação de dívidas celebrado com a União. Estas quantias destinam-se a amortizar os valores de principal relativos ao Par Bond e ao Discount Bond, quando da exigência de tais pagamentos em 2024.

e. Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC I, FIDC III e FIDC V

A Concessionária efetuou a estruturação de captação de recursos através de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC I, iniciada no segundo semestre de 2005, tendo como Administrador e Agente de Recebimento do Fundo o Banco do Estado do Rio Grande do Sul - BANRISUL; a Agência de Classificação de Risco foi a Standard & Poor's e o Custodiante é o Deutsche Bank S.A. A operação foi lastreada em recebíveis da geração e transmissão, no valor total de R$ 123.000, onde R$ 115.450 referiram-se a quotas sênior (investidores) e o saldo de R$ 7.550 relativos a quotas subordinadas (tomadora). A liquidação financeira (ingresso dos recursos) ocorreu nos meses de fevereiro e março de 2006. As contas a receber são repassadas ao Fundo no momento do faturamento, até o limite da parcela mensal.

A Concessionária iniciou, em 2007, tratativas com o mercado financeiro para a constituição de novo FIDC III, com cessão de direitos creditórios de alguns contratos de venda de energia e de uso da rede de transmissão, com valor de R$ 150 milhões.

Em decorrência da elevação do Rating do FIDC I, efetivado em 2006, para AAbr+, construiu-se um ambiente favorável de vinculação do FIDC III aos mesmos recebíveis do FIDC I de forma subordinada, não aumentando o comprometimento da receita operacional da Concessionária.

Em virtude das tratativas iniciadas e considerando as necessidades conjunturais da Concessionária, houve a antecipação de parte do valor do FIDC III através da emissão de Notas Promissórias no valor de R$ 50 milhões que ingressaram na Concessionária no mês de setembro de 2007.

Em dezembro de 2007 houve a constituição do fundo FIDC III e sua respectiva liquidação, fazendo com que os recursos ingressassem imediatamente no caixa da Concessionária, momento em que houve o resgate das Notas Promissórias.

Visando obter recursos para investimento, bem como para atender necessidades de caixa para o ano de 2009, a Concessionária firmou termo de contrato com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul - BANRISUL visando à estruturação do FIDC V, num montante de R$ 200.000 com recursos advindos do FI – FGTS. A disponibilização do referido fundo foi efetivada em 11 de março de 2009.

f. Leasings Financeiros

A concessionária arrenda a maioria de seus veículos. Esses ativos são classificados como *leasings* financeiros, tendo em vista que todos os riscos e recompensas são transferidos substancialmente para a Concessionária.

Os pagamentos de *leasing* futuros vencem como segue:

	Pagamentos de *Leasing* Mínimos	Juros	Valor Presente
Em 31 de dezembro de 2010	4.328	55	4.273
Antes de completar um ano	5.445	32	5.413
Mais de um ano e menos de cinco anos	1.880	3	1.877
	11.653	90	11.563

	Pagamentos de *Leasing* Mínimos	Juros	Valor Presente
Em 31 de dezembro de 2009	4.292	82	4.210
Antes de completar um ano	4.328	55	4.273
Mais de um ano e menos de cinco anos	7.325	35	7.290
	15.945	172	15.773

	Pagamentos de *Leasing* Mínimos	Juros	Valor Presente
Em 01 de janeiro de 2009	3.834	98	3.736
Antes de completar um ano	4.292	82	4.210
Mais de um ano e menos de cinco anos	11.652	90	11.562
	19.778	270	19.508

O valor presente de pagamentos de *leasings* futuros é analisado como:

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Passivo Circulante	5.364	4.631	4.280
Passivo Não Circulante	1.453	5.736	9.175
	6.817	10.367	13.455

28. Benefícios Pós-Emprego

A Concessionária é patrocinadora de dois planos de benefícios administrados pela Fundação ELETROCEEE denominados Plano Único e CEEEPREV. Mantém a obrigação do pagamento de aposentadoria a empregados ex-autárquicos, bem como de complementação de aposentadoria a ex-empregados desligados por aposentadoria incentivada.

Os saldos compõem-se de:

Circulante	Nota Explicativa	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP		2.557	9.898	7.917
Contribuição Patrocinadora - ELETROCEEE	44.f	3.869	3.070	3.443
Fundação ELETROCEEE Contr.1254/95 Benef. Empregados	44.f	11.889	11.208	12.405
Provisão para Complementação Aposentadoria Ex-Autárquicos - Lei Estadual 3.096/56 - EXA		39.996	40.091	38.173
		58.311	64.267	61.938
Não Circulante				
Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP		2.696	274	1.869
Fundação ELETROCEEE Contr.1254/95 Benef. Empregados	44.f	78.270	84.989	92.349
Provisão para Complementação Aposentadoria Ex-Autárquicos - Lei Estadual 3.096/56 - EXA		249.218	258.382	245.535
Ajuste Deliberação CVM 600/09 - Planos de Benefícios - CEEEPREV e PLANO ÚNICO		-	-	(2.536)
		330.184	343.645	337.217
Total		388.495	407.912	399.155

a. Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP

Em decorrência de acordo coletivo de trabalho, a Concessionária é responsável pelo pagamento do benefício de complementação de aposentadoria por tempo de serviço que tenha sido concedida pela Previdência Oficial ao participante regularmente inscrito na Fundação ELETROCEEE e que ainda não tenha cumprido todos os requisitos para a sua fruição, ocasião em que o ex–empregado será definitivamente aposentado pela Fundação. Desta forma, a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT provisionou os valores integrais dos compromissos futuros relativos a estas complementações salariais, considerando o prazo médio de pagamento destes benefícios, ajustados a valor presente, incluindo as contribuições à Fundação.

b. Contribuição Patrocinadora – ELETROCEEE

A Contribuição Patrocinadora - ELETROCEEE refere-se às contribuições mensais da Patrocinadora relativas aos Planos de Benefícios denominados Plano Único e CEEEPREV e a Parcela de Reserva Amortizar CEEEPREV.

b.1. Plano de Benefício Definido

Trata-se de compromissos junto à Fundação ELETROCEEE do Plano de Benefício Definido denominado Plano Único.

b.2. Plano de Benefício de Contribuição Definida

O Plano CEEEPREV foi implantado em outubro de 2002 com a migração de 59% dos empregados participantes do Plano Único, tendo sido aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC em 08 de agosto de 2002. Para os participantes que migraram do Plano Único para o Plano CEEEPREV foram preservados os benefícios com direitos já acumulados no plano de origem de forma saldada.

c. Fundação ELETROCEEE Contrato 1254/95 – Benefícios aos Empregados

No total da obrigação atuarial está contemplado o montante do contrato com a ELETROCEEE n° SF 1254/95, referente ao contrato de confissão de dívida por contribuições não pagas, a renegociação foi efetuada em agosto 2003 de acordo com seu quinto termo aditivo cuja carência foi até dezembro 2004, tendo o reinício dos pagamentos das amortizações de principal a partir de janeiro 2005, com seu término previsto para 31 de julho de 2018.

d. Provisão para Complementação Aposentadoria Ex-Autárquicos–Lei Estadual nº 3.096/56 - EXA

Esta provisão refere-se ao compromisso da Concessionária com empregados ex-autárquicos aposentados, remanescentes da antiga Comissão Estadual de Energia Elétrica, autarquia que foi sucedida pela Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, por força da Lei Estadual nº 4.136/61, registrado conforme cálculo atuarial.

Na forma preconizada pela CVM nº 600, de 07/10/2009 que aprovou o Pronunciamento CPC 33 – Benefícios a Empregados, são apresentadas a seguir as informações sobre os Planos de Benefícios, compromissos previdenciais e sobre a política contábil adotada.

28.1 Política Contábil adotada pela Patrocinadora no Reconhecimento de Ganhos e Perdas Atuariais

- Plano de Benefício denominado Plano Único, Compromissos Previdenciais CTP e Ex-Autárquicos – O valor do reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais corresponderá à parcela de ganho ou perda que exceda o maior entre 10% do Valor Presente da Obrigação Atuarial e 10% do Valor Justo dos Ativos do Plano, conforme item 92 da Deliberação CVM 600/09.

- Plano de Benefício denominado CEEEPREV – Neste plano, o risco atuarial (benefícios menores que o esperado) e o risco de investimentos (ativos investidos e os rendimentos desses ativos serem insuficientes para cobrir os benefícios esperados) são dos participantes do plano.

A contabilização dos custos normais do CEEEPREV, pela Concessionária é determinada pelos valores das contribuições de cada período que ocorridos efetivamente, não existindo, assim, ganho ou perda atuarial. Dessa forma o reconhecimento é efetuado com base nas contribuições efetivamente realizadas no exercício.

Com relação ao custo do serviço passado, esse é reconhecido pelo método de linha reta, como uma despesa, pelo período de amortização da Provisão a Constituir junto ao Plano CEEEPREV. Quanto ao reconhecimento do ganho ou perda atuarial com relação a esse compromisso de serviço passado, esse (a) será totalmente reconhecido (a) no exercício.

De acordo com as práticas contábeis anteriores, prevista na Deliberação CVM 371/00, as perdas atuariais acumuladas que se situavam dentro do limite de 10% do valor presente da obrigação de benefícios definidos (corredor) não vinham sendo reconhecidas no resultado da Concessionária As

perdas excedentes ao limite do corredor vinham sendo reconhecidas no resultado durante o tempo médio remanescente de vida dos participantes do Plano de Beneficio. Este procedimento não foi modificado pela nova pratica contábil estabelecida no CPC 33. Entretanto, conforme isenção prevista no CPC 37 R1 (Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), a Concessionária optou pelo não reconhecimento, no seu balanço de abertura (01/01/2009), das perdas ou ganhos atuariais não registrados no passivo, em contrapartida da conta de lucro acumulados, no patrimônio liquido. A Concessionária optou por manter abordagem do corredor acima mencionado para o reconhecimento no seu resultado dos ganhos e perdas atuariais apurados a partir da data da primeira adoção.

28.2. Descrição da base utilizada para determinar a taxa esperada de retorno dos Ativos dos planos CEEEPREV e Plano Único

A taxa de juros real considerada para o Plano é de 6,00% ao ano (não considerando a inflação), como definido pelo cálculo atuarial do plano, a partir de 31/12/2009. Nos últimos nove anos, a taxa média real anual de retorno sobre os ativos do plano foi 8,47% a.a., mas conforme determinado pela legislação brasileira para fundos de pensões, a taxa de juros máxima para as projeções atuariais é de 6,00% ao ano mais a inflação, portanto a taxa de juros projetada total para o Plano é de 11,71% ao ano.

Na avaliação atuarial dos planos CEEEPREV e Plano Único, foi adotado o método de crédito unitário projetado.

28.3. Conciliação dos Ativos e Passivos Reconhecidos no Balanço

Baseada no resultado da avaliação atuarial conduzida sob a responsabilidade de atuários independentes, a Concessionária registrou provisão para contribuição adicional ao fundo de pensão. O custo do serviço passado do CEEEPREV no montante de R$ 144.801 em 31 de dezembro de 2010 (R$ 158.160 em 31 de dezembro de 2009) está sendo reconhecido na Concessionária no tempo remanescente de serviço dos empregados, estimado em 11 anos, conforme item 96 da Deliberação CVM 600/09.

A conciliação dos ativos e passivos reconhecidos no balanço está abaixo demonstrada como segue:

CONCILIAÇÃO DOS SALDOS DO VALOR PRESENTE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL	2010					2009				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	(765.475)	(8.512)	(330.991)	(836.020)	(1.940.998)	(544.301)	(18.235)	(334.982)	(797.130)	(1.694.649)
Custo do serviço corrente	(542)	-	-	(11.125)	(11.765)	(450)	-	-	(10.532)	(10.532)
Custo de juros	(68.476)	(514)	(30.758)	(76.145)	(143.895)	(71.818)	(1.747)	(42.653)	(92.055)	(208.273)
Ganho / (perda) atuarial	(9.728)	(861)	(21.445)	(236.792)	(268.826)	(159.708)	3.483	951	3.502	(191.740)
Benefícios pagos pelo plano	55.309	5.433	45.018	42.859	149.601	50.601	7.988	45.663	60.196	164.648
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(809.023)	(4.454)	(343.176)	(1.059.233)	(2.215.886)	(765.474)	(8.512)	(330.991)	(836.019)	(1.940.996)
Valor presente da parte CEEEPREV CD (Contribuição Definida)	-	-	-	(82.603)	(82.603)	-	-	-	(63.560)	(63.560)
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(809.023)	(4.454)	(343.176)	(1.141.836)	(2.298.489)	(765.474)	(8.512)	(330.991)	(899.579)	(2.004.556)

ANÁLISE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL DO PLANO	2010					2009				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
Parcela do valor presente da obrigação atuarial com cobertura	(660.823)	-	-	(933.660)	(1.594.483)	(681.492)	-	-	(918.204)	(1.599.696)
Parcela do valor presente da obrigação atuarial sem cobertura	(148.195)	(4.454)	(343.176)	(125.573)	(621.398)	(83.982)	(8.512)	(330.991)	(139.536)	(563.021)
Total do valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(809.023)	(4.454)	(343.176)	(1.059.233)	(2.215.886)	(765.474)	(8.512)	(330.991)	(1.057.740)	(2.162.717)
Estatus do Plano	Parcialmente coberto	Sem cobertura	Sem cobertura	Parcialmente coberto		Parcialmente coberto	Sem cobertura	Sem cobertura	Parcialmente coberto	

28.3. Conciliação dos Ativos e Passivos Reconhecidos no Balanço (Continuação)

CONCILIAÇÃO DOS SALDOS DO VALOR JUSTO DOS ATIVOS	2010					2009				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	681.492	-	-	854.644	1.536.136	567.810	-	-	798.470	1.366.280
Retorno esperado dos ativos do plano	80.093	-	-	-	80.093	76.641	-	-	95.545	172.186
Ganhos / (Perdas) atuariais	(74.102)	-	-	98.921	24.819	60.845	-	-	(16.774)	44.071
Contribuições do empregador	27.475	5.433	46.018	17.382	96.308	25.374	7.968	45.663	32.332	111.357
Contribuições de participantes do plano	1.170	-	-	5.563	6.733	1.623	-	-	5.266	6.889
Benefícios pagos pelo plano	(55.390)	(5.433)	(46.018)	(42.650)	(149.491)	(50.801)	(7.968)	(45.663)	(60.196)	(164.648)
Valor justos dos ativos do plano no final do exercício	660.828	-	-	933.660	1.594.488	681.492	-	-	854.643	1.536.135

CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS RECONHECIDOS NO BALANÇO	2010					2009				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
Valor presente da obrigação atuarial sem cobertura / (em excesso)	148.185	4.454	343.176	125.573	621.388	83.933	8.512	339.990	139.536	563.021
Montante não reconhecido como ativo / (passivo)	(74.098)	-	-	-	(74.098)	(41.991)	-	-	-	(41.991)
Custo do serviço passado não contabilizado	-	-	-	(144.691)	(144.691)	-	-	-	(159.160)	(159.160)
Ganho (Perda) atuarial não reconhecidos	(148.164)	799	(53.962)	20.289	(181.038)	(131.320)	1.660	(32.517)	-	(162.177)
Passivo Atuarial	(74.067)	5.253	289.214	1.061	221.461	(89.328)	10.172	298.473	(18.624)	200.693
Ajuste do Passivo Atuarial (*)	126.739	-	-	40.295	167.034	144.778	-	-	62.440	207.219
Passivo reconhecido na patrocinadora	52.672	5.253	289.214	41.356	388.495	55.450	10.172	298.473	43.816	407.912

(*) O ajuste do passivo atuarial refere-se ao complemento do valor apresentado na avaliação atuarial visando contemplar no mínimo o passivo assumido pela Companhia através do contrato ELETROCEEE nº SF 1254/95 e a Contribuição da Patrocinadora conforme nota explicativa 28.b.

MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO (ATIVO) LÍQUIDO RECONHECIDO NO BALANÇO	2010					2009				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
(Passivo) Ativo reconhecido no início do exercício	89.329	(10.172)	(298.474)	18.623	(200.694)	4.212	(9.765)	(293.707)	1.340	(297.940)
Pagamentos para o plano líquido de administração	27.475	5.433	46.018	17.382	96.308	25.374	7.967	45.663	32.332	111.356
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(42.737)	(514)	(36.758)	(37.056)	(117.075)	59.742	(8.374)	(50.429)	(15.048)	(24.109)
(Passivo) Ativo reconhecido no final do exercício	74.067	(5.253)	(289.214)	(1.061)	(221.461)	89.328	(10.172)	(298.473)	18.624	(209.693)

CEEE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

28.3. Conciliação dos Ativos e Passivos Reconhecidos no Balanço (Continuação)

COMPOSIÇÃO DA DESPESA DO EXERCÍCIO	2010 - Real					2011 - Estimado				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
Custo do serviço corrente	(642)	-	-	(11.126)	(11.768)	(344)	-	-	(11.726)	(12.070)
Contribuições dos participantes	1.170	-	-	5.563	6.733	-	-	-	5.663	5.663
Custo de juros	(68.478)	(514)	(36.758)	(18.145)	(143.895)	(45.675)	(354)	(37.357)	(60.714)	(144.100)
Retorno esperado dos ativos do plano	60.993	-	-	-	60.993	37.660	-	-	54.057	91.947
Amortização de (ganhos) / perdas atuariais	(34.880)	-	-	-	(34.880)	(67.262)	353	(13.644)	-	(80.553)
Amortização de serviço passado	-	-	-	(13.358)	(13.358)	-	-	-	(13.358)	(13.358)
Total da despesa do exercício	**(42.737)**	**(514)**	**(36.758)**	**(37.066)**	**(117.075)**	**(75.401)**	**(1)**	**(67.001)**	**(25.868)**	**(168.272)**
Administração do Plano	-	-	-	-	-	-	-	-	(401)	(401)
Parte CEEEPREV CD (Contribuição Definida)	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.915)	(3.915)
Total da (despesa) / receita no exercício	**(42.737)**	**(514)**	**(36.758)**	**(37.066)**	**(117.075)**	**(75.401)**	**(1)**	**(67.001)**	**(30.184)**	**(162.587)**
Montante de pagamentos esperados pela companhia no exercício seguinte										
Normais	-	-	-	-	-	13.696	5.726	46.498	3.915	71.745
Extraordinários	-	-	-	-	-	15.350	-	-	9.160	24.510
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	401	401
Total dos pagamentos esperados para o Plano	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**28.956**	**5.726**	**46.498**	**13.476**	**96.656**

28.3. Conciliação dos Ativos e Passivos Reconhecidos no Balanço (Continuação)

	Plano Único				CEEEPREV BD			
Montantes do:	2007	2008	2009	2010	2007	2008	2009	2010
Valor presente da obrigação atuarial do plano	498.760	544.301	765.474	809.022	506.102	797.130	838.020	1.059.233
Valor justo dos ativos do plano	542.478	567.810	681.492	660.828	536.851	798.470	854.644	933.660
Superávit / (Déficit) técnico do plano	43.718	23.509	(83.982)	(148.194)	30.748	1.340	16.624	(125.573)
Ajustes de experiência resultantes								
Ganhos / (Perdas) em percentual do passivo do plano	10,4%	-5,3%	-26,1%	-1,2%	10,0%	-5,5%	-1,7%	-22,4%
Ganhos / (Perdas) em percentual dos ativos do plano	-1,6%	-3,4%	8,9%	-11,2%	-2,0%	4,1%	5,1%	10,6%

	EXA				CTP			
Montantes do:	2007	2008	2009	2010	2007	2008	2009	2010
Valor presente da obrigação atuarial do plano	326.513	334.982	330.991	343.177	20.765	16.236	6.512	4.454
Superávit / (Déficit) técnico do plano	(326.513)	(334.982)	(330.991)	(343.177)	(20.765)	(16.236)	(6.512)	(4.454)
Ajustes de experiência resultantes								
Ganhos / (Perdas) em percentual do passivo do plano	-11,0%	-5,6%	0,3%	-6,2%	-12,6%	-33,1%	40,9%	-19,3%

CATEGORIAS DOS ATIVOS DO PLANO	2010	
	Plano Único	CEEEPREV BD
Títulos públicos	36,62%	49,60%
Créditos privados e depósitos - outras companhias	11,50%	10,58%
Créditos privados e depósitos - patrocinadores	2,14%	2,91%
Renda variável - outras companhias	17,91%	24,36%
Fundos de investimentos	28,56%	5,06%
Investimentos imobiliários	1,01%	1,36%
Empréstimos e financiamentos	2,27%	5,91%
Total em percentual dos ativos do plano	100,00%	100,00%

RETORNO ANUAL DOS ATIVOS	2010	
	Plano Único	CEEEPREV BD
Retorno real anual dos ativos do plano	11,71%	11,71%

MONTANTES INCLUÍDOS NO VALOR JUSTO DOS ATIVOS DO PLANO	2010
	Plano Único
Em instrumentos financeiros da própria companhia	0,13%

28.3. Hipóteses e Premissas Atuariais Adotadas para os Cálculos

PREMISSAS ATUARIAIS ADOTADAS	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD
Taxa para desconto da obrigação atuarial	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%
Taxa de juros totais do retorno dos investimentos	11,71%	-	-	11,71%
Crescimento Salarial	5,39%	-	-	5,39%
Tabua de Mortalidade Geral	AT-83	AT-83	AT-83	AT-83
Tábua de Mortalidade dos Inválidos	AT-49	-	-	AT-49
Tábua de Entrada em Invalidez	Light-Média	-	-	Light-Média
Rotatividade	Nula	-	-	Nula
Idade de Aposentadoria - Aposentadoria Normal	-	-	-	60 anos
Idade de Aposentadoria - Benefício Saldado	55 anos*	-	-	55 anos*
Taxa de Inflação	5,39%	5,39%	5,39%	5,39%

* O profissional deverá se aposentar pelo INSS

29. Obrigações Estimadas

Os saldos compõem-se de:

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Provisão p/Férias, 13 º Salário, Gratificações e Encargos Sociais	21.682	14.032	12.331
Retenção de Remuneração	-	-	401
Prêmio Assiduidade	142	213	230
Total	21.824	14.245	12.962

30. Encargos do Consumidor a Recolher (RGR/CCC/CDE)

Os saldos compõem-se de:

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Reserva Global de Reversão - RGR	1.082	1.690	12.123
Conta de Consumo de Combustíveis - CCC	5.457	2.102	2.129
Conta de Desenvolvimento Energético - Quota da CDE	3.285	2.484	2.310
Total	9.824	6.276	16.562

a. Reserva Global de Reversão - RGR

Foi criada através da Lei n.º 8.631, de 04 de março de 1993, com a finalidade de prover recursos para reversão, encampação, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. O valor refere-se à parcela mensal do exercício de 2009.

b. Conta de Consumo de Combustíveis – CCC

Foi criada para subsidiar a geração de energia elétrica com o uso de combustíveis fósseis, disciplina o rateio dos custos de aquisição desses combustíveis entre todas as concessionárias ou autorizadas do país, para garantir os recursos financeiros ao suprimento de energia elétrica a consumidores de localidades isoladas do sistema de geração e distribuição, bem como da geração termelétrica que atende, principalmente, a demanda de ponta dos sistemas interligados, com tarifas uniformizadas.

c. Conta de Desenvolvimento Energético – Quotas da CDE

Através da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, no artigo 13 foi criada a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE visando o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral nacional, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, a promoção da universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional, devendo seus recursos observar as vinculações e limites previstos em Lei.

31. Provisão para Passivos Trabalhistas, Cíveis e Tributários

As provisões e contas a pagar reconhecidas para contingências passivas, líquidas dos depósitos judiciais correspondentes, estão compostas como segue:

Circulante	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Provisão para Passivos Trabalhistas	62.092	57.429	49.788
Provisão para Passivos Cíveis	4.288	12.725	6.705
Total	66.380	70.154	56.493
Não Circulante			
Provisão para Passivos Trabalhistas	192.723	166.618	181.527
Provisão para Passivos Cíveis	31.078	1.804	12.625
Provisão para Passivos Tributários	2.335	2.335	1.742
(-) Depósitos Judiciais - Passivos Trabalhistas e Cíveis	(62.007)	(57.141)	(51.096)
Total	164.129	113.616	144.798

	Provisão para Contingências			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Saldo Inicial Janeiro/2008	243.363	19.863	9.506	272.732
(+) Novos Ingressos	33.492	2.235	-	35.727
(-) Pagamentos	(36.913)	(1.464)	-	(38.377)
(-) Montantes Revertidos	(79.434)	(8.574)	(8.323)	(96.331)
(+) Atualização Monetária	35.725	2.763	559	39.047
(-) Montantes Depositados	621	(118)	-	503
(-) Atualização dos Depósitos	(10.202)	(1.808)	-	(12.010)
(=) Saldo Final Dezembro/2008	186.652	12.897	1.742	201.291
Saldo Inicial Janeiro/2009	186.652	12.897	1.742	201.291
(+) Novos Ingressos	40.472	648	2.335	43.455
(-) Pagamentos	(35.979)	(308)	-	(36.287)
(-) Montantes Revertidos	(41.061)	(7.459)	(1.742)	(50.262)
(+) Atualização Monetária	29.299	2.319	-	31.618
(-) Montantes Depositados	(4.180)	(71)	-	(4.251)
(-) Atualização dos Depósitos	(1.323)	(471)	-	(1.794)
(=) Saldo Final Dezembro/2009	173.880	7.555	2.335	183.770
Saldo Inicial Janeiro/2010	173.880	7.555	2.335	183.770
(+) Novos Ingressos	83.687	32.057	-	115.744
(-) Pagamentos	(40.866)	(2.555)	-	(43.421)
(-) Montantes Revertidos	(39.764)	(11.164)		(50.928)
(+) Atualização Monetária	27.712	2.498	-	30.210
(-) Montantes Depositados	409	1.330	-	1.739
(-) Atualização dos Depósitos	(6.208)	(397)	-	(6.605)
(=) Saldo Final Dezembro/2010	198.850	29.324	2.335	230.509

a. Provisão para Passivos Trabalhistas

A Concessionária vem permanentemente aprimorando a apuração dos valores contingentes embasada no histórico de dados referentes aos pagamentos com a finalização das discussões judiciais de assuntos de natureza trabalhista. Foi realizada uma análise criteriosa das chances de êxito da Concessionária envolvendo processos trabalhistas, com o objetivo de suportar o adequado julgamento quanto à necessidade ou não da constituição de provisões. As estimativas quanto ao desfecho e os efeitos financeiros das contingências foram determinadas com base em julgamento da Administração, considerando o histórico de perdas em processos de mesma natureza e a expectativa de êxito de cada processo. As principais ações ingressadas contra a Concessionária referem-se a verbas rescisórias, responsabilidade subsidiária, complementação de proventos de aposentadoria, responsabilidade solidária, vínculo empregatício, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, correto enquadramento, prêmio assiduidade e outras.

b. Provisão para Passivos Cíveis

A Concessionária está sendo citada em diversos processos judiciais de natureza cível para os quais foi registrada provisão para os valores cuja expectativa de pagamentos foi considerada provável, pelos seus assessores jurídicos, em uma análise efetuada individualmente por processo. As ações ingressadas contra a Concessionária referem-se a danos morais e materiais, sustação de cobrança, honorários advocatícios, contrato de compra e venda de energia, desapropriação e revisão de contratos.

c. Provisão para Passivos Tributários

O montante contabilizado refere-se a Contribuições Previdenciárias, provisionado para fazer frente ao Auto de Lançamento nº 35.067.180-0, lavrado pela fiscalização do INSS, em razão de suposta ausência de recolhimento das aludidas contribuições. O contribuinte busca defesa, por meio da via administrativa, cujo desfecho, pela opinião legal, apresenta perda provável.

A Concessionária obteve êxito na ação judicial de compensação de créditos derivados da demanda do Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural – FUNRURAL, processo judicial Nº 98.00.26268-7. Assim, no exercício de 2006, o contribuinte efetuou a escrituração do crédito, no valor de R$ 7.420, referente a pagamentos indevidos a título de FUNRURAL, do período de setembro de 1989 a junho de 1991. Até o final do exercício de 2007, a CEEE-GT compensou o montante do seu crédito, todavia, em dezembro de 2007, a empresa recebeu Notificação de Lançamento de Débito, oriunda da fiscalização previdenciária que glosou os valores compensados. O contribuinte vem discutindo a matéria, cujo valor da cobrança perfaz atualmente cerca de R$ 12.189 e, segundo parecer da área jurídica, com possível expectativa de perda.

Com relação à contribuição previdenciária há cobranças inerentes a eventuais inconsistências em obrigações acessórias, somando aproximados R$ 2.900.

No tocante aos Tributos Federais a Concessionária tem cerca de R$ 12.238 em compensações que estão na fase de discussão de sua homologação junto a Receita Federal do Brasil. Referem-se fundamentalmente a pagamentos indevidos de PIS e COFINS, face à ilegalidade do antes vigente art. 3º, parágrafo 1º da Lei 9.718/98. O referido comando foi retirado do ordenamento jurídico com a edição da Lei 11.941/09 e, consoante entendimento da Companhia, o desfecho negativo é considerado possível.

Ainda com um deslinde de possível perda, existem contenciosos ligados à falta de recolhimento do IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte), o valor discutido monta cerca de R$ 3.383, estando em fase de julgamento de recursos voluntários que foram interpostos junto ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

32. Valores Destinados à Aplicação em Recursos P&D

Os saldos compõem-se de:

Circulante	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Recursos P&D	17.542	13.841	8.586
Recursos FNDCT	495	495	3.577
Recursos MME	248	247	1.789
Total	18.285	14.583	13.952
Não Circulante			
Recursos P&D	2.837	2.814	4.189
Total	2.837	2.814	4.189

O P&D é um programa de investimento, estabelecido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, para as concessionárias de energia elétrica, calculados com base na receita operacional líquida das empresas, que resulta na capacitação e desenvolvimento tecnológico.

Ao programa de Pesquisa e Desenvolvimento, a Concessionária destina anualmente, no mínimo, 1% da receita operacional líquida.

Dos valores destinados ao P&D, 40% são aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento, 40% são recolhidos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, e 20% ao Ministério de Minas e Energia – MME.

A composição dos saldos passivos do programa de Pesquisa e Desenvolvimento é a seguinte:

	Circulante			Não Circulante		
P&D	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
A aplicar	12.902	9.981	6.441	2.735	2.711	3.873
Atualização Monetária	4.640	3.860	2.145	102	103	316
Total	17.542	13.841	8.586	2.837	2.814	4.189

33. Outros Passivos

Os saldos compõem-se de:

Circulante	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos	3.612	4.592	3.757
Obrigações com Obras da Transmissão	11.560	12.251	10.598
Programa de Participação nos Resultados - PPR	2.783	2.662	2.607
Consumidores	100	-	-
Obrigações com Coligadas	4	2.505	5.827
Conta Gráfica (vide nota explicativa nº 44.b.I)	-	-	1.115
Parcela de Ajuste - Receita Anual Permitida	18.045	8.778	14.428
Outros Credores	5.973	5.930	3.433
Total	42.077	36.718	41.765
Não Circulante			
Fornecedores - Contratos 1000-1001/87 (Nota Explic. Nº13.d)	39.941	39.941	39.941
Obrigações com Empreendimentos	33.038	33.038	33.038
Provisão Auto de Infração	15.250	13.891	12.637
Prêmio Assiduidade	1.210	1.227	1.198
Outras	5.687	5.499	5.902
Total	95.126	93.596	92.716

a. Obrigações com Coligadas

O valor de R$ 4 (R$ 2.505 em 31 de dezembro de 2009 e R$ 5.827 em 01 de janeiro de 2009) refere-se ao saldo a vencer do arrendamento da UHE Machadinho.

b. Parcela de Ajuste – Receita Anual Permitida

O valor de R$ 18.045 (R$ 8.778 em 31 de dezembro de 2009 e R$ 14.428 em 01 de janeiro de 2009). Refere-se à parcela de ajuste sobre a receita anual permitida da Transmissão, cujos valores foram homologados pelas Resoluções 1021/2010 e 843/2009.
O detalhamento das Revisões Tarifárias homologadas no exercício de 2010 está divulgado na nota explicativa nº 47.b.

c. Provisão Autos de Infração

Do valor de R$ 15.250, R$ 9.287 refere-se à provisão da multa apagão e R$ 5.963 pelo não cumprimento dos prazos estabelecidos no Contrato de Concessão 055/2001.

34. Receita Recebida Antecipadamente

A ANEEL autorizou as empresas transmissoras de energia elétrica a reconhecerem contabilmente em forma de degrau as suas receitas para as obras do segmento de transmissão autorizadas e licitadas no período de 2001 a junho/2006. A receita em degrau significa o reconhecimento contábil de 66,7% da receita dessas obras nos seus primeiros 15 anos de operação e de 33,3% da receita nos 15 anos seguintes, sendo esta política adotada como forma de atrair investimentos para o setor.

Em 2010 a CVM determinou, de acordo com o CPC 30, que as receitas reconhecidas contabilmente em forma de degrau pelas empresas do segmento de transmissão de energia elétrica sejam ajustadas de forma linear ao longo de vigência dos contratos de concessão.

A CEEE-GT, no intuito de adequar as suas Demonstrações Financeiras de acordo com as determinações da CVM, identificou as instalações e suas respectivas receitas em forma de degrau, procedendo nos ajustes.
O reflexo no resultado da Concessionária se dá pela diferença entre os valores mensais registrados em forma de degrau e os valores da receita linear calculada para cada instalação desde sua data de operação até o período a que se refere às Demonstrações Financeiras.

Ajuste Receita Linearizada	01/01/2009	31/12/2009	31/12/2010	Total
	102.504	22.176	21.608	146.288
PIS	(720)	(184)	(192)	(1.096)
COFINS	(3.323)	(848)	(887)	(5.058)
IR	(25.627)	(5.544)	(5.401)	(36.572)
CSLL	(9.225)	(1.996)	(1.945)	(13.166)
Total	63.609	13.604	13.183	90.396

Saldo em 01/01/2009	63.609
Saldo em31/12/2009	77.213
Saldo em 31/12/2010	90.396

35. Patrimônio Líquido

a. Capital Social

Os acionistas aprovaram, em Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 02 de outubro de 2009, o grupamento da totalidade das ações representativas do capital social da Concessionária, na proporção de 1000 (mil) ações para 1 (uma) ação da mesma espécie, nos termos do Art.12 da Lei n° 6.404/76, passando o capital social a ser representado por 387.229.828 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 380.669.270 ações ordinárias e 6.560.558 ações preferenciais, sem direito a voto, permanecendo inalterado o valor do capital social da Concessionária no montante de R$ 588.447, com a seguinte composição:

	31/12/2010					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
CEEE-Par	255.232.851	67,04	43.495	0,67	255.276.346	65,92
ELETROBRÁS	122.681.436	32,23	3.505.584	53,43	126.187.020	32,59
Municípios	1.397.262	0,37	2.159.350	32,91	3.556.612	0,92
Custódia BM&F Bovespa	1.337.058	0,35	793.904	12,10	2.130.962	0,55
Outros	20.663	0,01	58.225	0,89	78.888	0,02
	380.669.270	100,00	6.560.558	100,00	387.229.828	100,00

	31/12/2009					
CEEE-Par	255.232.851	67,04	43.495	0,67	255.276.346	65,92
ELETROBRÁS	122.681.436	32,23	3.505.584	53,43	126.187.020	32,59
Municípios	1.397.262	0,37	2.159.350	32,91	3.556.612	0,92
Custódia BM&F Bovespa	1.336.370	0,35	793.234	12,09	2.129.604	0,55
Outros	21.351	0,01	58.895	0,89	80.246	0,02
	380.669.270	100,00	6.560.558	100,00	387.229.828	100,00

b. Reserva de Incentivos Fiscais

O valor de R$ 1.376.430 refere-se à constituição da Reserva de Incentivos Fiscais em atendimento ao art. 195 da Lei nº 6404/76, correspondente à Conta de Resultados a Compensar - CRC contabilizada no resultado do exercício de 2009. (Vide nota explicativa nº 14).

c. Reserva Legal

Pela legislação societária brasileira, a Concessionária deve transferir 5% do lucro líquido apurado nos seus livros societários, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de dividendos. Em 31 de dezembro de 2010 a Concessionária possui R$ 5.862 registrados a título de Reserva Legal (R$ 2.925 em 31 de dezembro de 2009).

d. Reserva Estatutária

O estatuto da Concessionária determina a destinação de 10% do lucro líquido com a finalidade de expansão das instalações, tendo por limite 10% do Capital Social. Em 31 de dezembro de 2010 a Concessionária possui R$ 11.725 registrados a título de Reserva Estatutária (R$ 5.850 em 31 de dezembro de 2009).

e. Dividendos Não Distribuídos

De acordo com a Ata 182 da Assembléia Geral Ordinária, realizada em 05 de abril de 2010, ficou deliberado pelos acionistas que o montante de R$ 49.726, referente à proposta de dividendos, a constituição de uma Reserva Especial.

f. Destinação do Lucro Líquido do Exercício

Após as deduções e absorções dos prejuizos acumulados, conforme artigos 48 e 49 do Estatuto da Concessionária, o resultado do exercício tem a seguinte destinação e nesta ordem:

I) 5% (cinco por centro) do Lucro Líquido para constituição da Reserva Legal;
II) 50 % (cinqüenta por cento) do Lucro Líquido Ajustado, a título de dividendo obrigatório;
1) as Ações Preferenciais têm direito a um dividendo anual mínimo, não cumulativo, de 10% (dez por cento) sobre o Capital Próprio a essa espécie de ações, que será entre elas rateado igualmente;
2) as Ações Ordinárias, havendo saldo, têm direito a um dividendo anual não cumulativo, o qual será entre elas rateado igualmente;
III) 10% (dez por cento) do Lucro Líquido para constituição de Reserva para Expansão

DESTINAÇÃO DO LUCRO DO EXERCÍCIO

	31/12/10	31/12/09
Lucro Líquido do exercício	142.038	1.565.843
Absorção dos prejuizos acumulados	(69.116)	(175.235)
Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial	44.323	44.323
Reserva de Incentivos Fiscais	-	(1.376.430)
Base de cálculo	117.245	58.501
Destinação do Lucro do Exercício:		
Constituição da Reserva Legal - 5%	5.862	2.925
Dividendos Obrigatórios - 50%	55.691	27.788
Constituição Reserva para Expansão - 10%	11.725	5.850
Dividendos Remanescentes	43.967	21.938
Total	117.245	58.501

36. Lucro por Ação

O numerador utilizado para cálculo do lucro básico e diluído foi o lucro líquido após os tributos.

Os saldos compõem-se de:

a. Básico

	31/12/2010		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador Básico			
Lucro Líquido	139.632	2.406	142.038
Denominados Básico			
Média das Ações	380.669.270	6.560.558	387.229.828
Lucro Básico por Ação - R$	0,37	0,37	0,37
	31/12/2009		
Numerador Básico			
Lucro Líquido	1.539.314	26.529	1.565.843
Denominados Básico			
Média das Ações	380.669.270	6.560.558	387.229.828
Lucro Básico por Ação - R$	4,04	4,04	4,04

b. Diluído

	31/12/2010	31/12/2009
Numerador Diluido		
Lucro Líquido disponível para as ações ordinárias	139.632	1.539.314
Lucro Líquido disponível para as ações preferenciais	2.406	26.529
	142.038	1.565.843
Denominados Diluído		
Ações Ordinárias	380.669.270	380.669.270
Ações Preferenciais	6.560.558	6.560.558
	387.229.828	387.229.828
Lucro Diluído por Ação - R$	0,37	4,04

37. Receita Operacional Líquida

A Receita Operacional Líquida possui a seguinte composição:

	31/12/10	31/12/09
Receita Bruta		
Suprimento de Energia Elétrica	324.244	307.148
Disponibilização do Sistema de Transmissão	456.223	438.735
Linearização	(21.608)	(22.176)
Receita de O&M	(302.188)	(289.735)
Remuneração do Ativo Financeiro	276.471	285.053
Energia Elétrica de Curto Prazo	15.676	16.842
Receita de Construção	119.249	75.117
Outros Receitas Operacionais	(6.819)	10.801
	861.248	821.785
Deduções da Receita		
ICMS/ISS	(91)	(116)
PASEP	(8.858)	(8.424)
COFINS	(40.817)	(38.846)
Quota RGR	(20.881)	(17.355)
Outros Encargos	(9.547)	(7.021)
Encargos do Consumidor - P&D / MME / FNDCT	(6.789)	(6.776)
Subvenções CCC	(20.183)	(10.685)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(15.563)	(12.175)
	(122.729)	(101.398)
Receita Operacional Líquida	738.519	720.387

a. Suprimento de Energia Elétrica

O valor de R$ 324.244 (R$ 307.148 em 31 de dezembro de 2009) refere-se aos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR.

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT vendeu no primeiro leilão de energia existente, realizado em dezembro de 2004, 260 MW médios para o período de 2005 a 2012 e 152 MW médios para o período 2006 a 2013.

A comercialização da energia da Área de Geração, durante 2005 e 2006 foi realizada através dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, firmados com trinta e cinco empresas Distribuidoras de Energia Elétrica.

A partir de 2007, a Concessionária passou a comercializar energia no Ambiente de Contratação Livre, assinando contratos bilaterais com comercializadoras e consumidores livres.

b. Disponibilização do Sistema de Transmissão

O valor de R$ 456.223 (R$ 438.735 em 31 de dezembro de 2009) refere-se às receitas derivadas da disponibilização do sistema de conexão da Geração e do Sistema de Transmissão a terceiros.

c. Linearização da Receita da Transmissão

O valor de R$ 21.608 (R$ 22.176 em 31 de dezembro de 2009) refere-se ao ajuste da linearização da receita da Transmissão das instalações que possuem receitas em forma de degrau (vide nota explicativa nº 34).

d) Serviços de Construção e Melhorias

Os serviços de construção e melhorias que representam potencial de geração de receita adicional são integralmente registrados como ativo financeiro em sua fase de construção e tem sua parcela correspondente ao ativo financeiro remunerável transferido somente quando na entrada em operação dos novos investimentos por um processo chamado "unitização". Na composição dos custos dos serviços de construção e melhorias estão incluídos os materiais e serviços utilizados, além dos custos de gerenciamento, supervisão e acompanhamento de obras. Os serviços de construção e melhorias são executados em sua maioria por empresas terceirizadas e que os custos de gerenciamento e supervisão já estão contemplados no custo de construção, a Companhia entende ser imaterial um eventual valor de margem de construção.

	31/12/2010	31/12/2009 Reapresentado
Serviços de Construção e Melhoria	132.996	75.146
(-) Adição Obrigações Especiais	(13.747)	(29)
Margem de Construção	-	-
Total dos Serviços de Construção e Melhorias	119.249	75.117

38. Custo com Energia Elétrica

a.) Custo com Energia Elétrica – Comprada de Terceiros

O valor de R$ 4.791 (R$ 1.737 em 31 de dezembro de 2009) R$ 1.294 refere-se à aquisição de energia junto a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e R$ 3.497 refere-se à energia comprada de Foz do Chapecó Energia S/A.

b. Encargo de Uso do Sistema

O valor de R$ 34.135 (R$ 35.245 em 31 de dezembro de 2009) refere-se a encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição de energia.

CEEE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

39. Custos e Despesas Operacionais

Os saldos compõem-se de:

CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS	CUSTO DE OPERAÇÃO		DESPESAS COM VENDAS		DESP. GERAIS E ADMIN.		OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		TOTAL	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Pessoal e Administradores										
Remuneração e Encargos	111.388	74.882	-	-	29.560	32.359	5.057	6.005	146.005	113.245
Cláusula 25	-	-	-	-	-	-	471	8.374	471	8.374
Fundação ELETROCEEE - Ativos e Suplementados	16.165	23.627	-	-	-	-	5.493	5.025	21.658	28.652
INSS - Empregador	32.622	25.609	-	-	-	-	28	61	32.650	25.670
Administradores (Vide NE 44 .e)	163	74	-	-	1.043	415	-	-	1.206	489
Subtotal Pessoal / Administradores	160.338	124.192	-	-	30.603	32.773	11.049	19.465	201.990	176.430
Empr. Fund. ELETROCEEE	12.070	12.967	-	-	-	-	-	-	12.070	12.967
Total Pessoal e Administradores	172.408	137.159	-	-	30.603	32.773	11.049	19.465	214.060	189.397
Material	10.423	9.667	-	-	919	797	-	-	11.342	10.464
Serviço de Terceiros	22.291	24.941	-	-	4.727	6.806	3.573	2.547	30.591	34.294
Compensação/Utilização Recursos Hídricos	-	-	-	-	-	-	21.382	17.885	21.382	17.885
Taxa de Fiscalização - ANEEL	-	-	-	-	-	-	3.497	3.363	3.497	3.363
Depreciação e Amortização	61.230	60.947	-	-	390	381	71	53	61.691	61.381
Custo de Construção	119.249	75.117	-	-	-	-	-	-	119.249	75.117
Doações, Contribuições e Subvenções	-	-	-	-	-	-	169	208	169	208
Arrendamento e Aluguéis	8.377	8.232	-	-	195	114	-	18	8.572	8.364
Seguros	343	136	-	-	778	599	-	-	1.121	735
Tributos	394	496	-	-	1.621	1.757	221	7.608	2.236	9.861
Provisão para Liquidação Duvidosa	-	-	254	175	-	-	-	-	254	175
Provisão para Contingência Trabalhista	-	-	-	-	-	-	82.443	35.051	82.443	35.051
Provisão para Contingência Cível	-	-	-	-	-	-	24.289	6.828	24.289	6.828
Provisão para Contingência Fiscal	-	-	-	-	-	-	-	593	-	593
Outras Provisões	-	-	-	-	-	-	407	(291)	407	(291)
Provisão Ex-Autárquicos	-	-	-	-	-	-	36.739	60.292	36.739	60.292
Fundação ELETROCEEE - Ex-Autárquicos	-	-	-	-	-	-	1.420	2.376	1.420	2.376
Outros	7.095	6.120	-	-	3.096	3.181	2.405	4.052	12.596	13.353
TOTAL	401.810	322.815	254	175	42.329	46.408	187.665	160.048	632.058	529.446

40. Outras Receitas e Despesas

Os saldos compõem-se de:

OUTRAS RECEITAS	31/12/2010	31/12/2009
Ganho nas Alienações e Outros Ganhos	1.015	1.396
Conta de Resultados a Compensar - CRC	-	1.376.430
Outras	349	1.132
	1.364	1.378.958

OUTRAS DESPESAS	31/12/2010	31/12/2009
Perdas na Alien. e Desat. de Bens e Direitos	(22.553)	(1.144)
Provisão para Desvalorz./Valoriz. de Outros Investimentos	(122)	(282)
Outras	(332)	(2.659)
	(23.007)	(4.085)

a. Conta de Resultados a Compensar

O valor de R$ 1.376.430 refere-se ao reconhecimento dos créditos da Subvenção Governamental para Investimento - Conta de Resultados a Compensar – CRC, decorrentes das compensações realizadas na forma da Lei nº 8.631/93 (com alterações pela Lei nº 8.724/93).
O CPC – 07(R1) aprovado pela deliberação CVM nº 646/10 que trata da Subvenção e Assistência Governamentais determina que as doações e subvenções governamentais devam ser registradas em conta de Resultado do Exercício (receitas).
Por proposta da Administração da Concessionária, foi constituída a Reserva de Incentivos Fiscais, em atendimento ao art. 195 da Lei nº 6404/76, do valor referente à CRC.
De acordo com o art. 18 da Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2007, os valores relativos à subvenção governamental devem ser mantidos em Reserva para Incentivos Fiscais, não estando sujeitos a tributação e não integram a base de cálculo do dividendo obrigatório. (Vide nota explicativa nº 14 e 35.b).

CEEE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

41. Receita/Despesa Financeira

Os saldos compõem-se de:

	31/12/10	31/12/09
RECEITA FINANCEIRA		
Renda de Aplicações Financeiras	7.059	7.976
Receitas Financeiras com Parcelamentos	54	108
Variações Monetárias de Empréstimos e Financiamentos	25.009	40.450
Prejuízo Fiscal - Base Negativa CSLL utilizado na adesão da Lei 11.941	-	36.907
Atualização Monetária dos Depósitos Judiciais	-	1.794
Atualização Quota FIDC I	4.239	-
Ganho com Participações Societárias	258	-
Atualização Monetária Energia Livre - Despacho ANEEL nº 2.517	57.860	-
Outras Receitas Financeiras	16.514	8.678
	110.993	95.913
DESPESA FINANCEIRA		
Encargos de Dívidas	(9.632)	(13.603)
Despesas Financeiras com PAES	-	(28.310)
Despesas Financeiras com P&D/FNDCT	(1.573)	(1.189)
Despesas Financeiras com Empreendimentos	(5.465)	(4.729)
Variações Monetárias de Empréstimos e Financiamentos	(52.250)	(61.686)
Outras Despesas Financeiras	(12.741)	(15.244)
	(81.661)	(124.761)
TOTAL DESPESA FINANCEIRA LÍQUIDA	29.332	(28.848)

CEEE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

42. Imposto de Renda e Contribuição Social

Reconciliação da despesa com Imposto de Renda - IRPJ e Contribuição Social – CSLL divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2010 e 2009:

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2010		31/12/2009	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro líquido antes do IRPJ e da CSLL	95.527	95.527	1.521.935	1.521.935
Ajustes Decorrentes do RTT	43.359	43.359	30.914	30.914
Lucro líquido antes do IRPJ e da CSLL após ajustes decorrentes do RTT	138.886	138.886	1.552.849	1.552.849
Efeito líquido de provisões temporárias não dedutíveis constituídas/realizadas no exercício	17.401	17.401	(1.329.235)	(1.329.235)
Despesas não dedutíveis e outras adições permanentes	29	29	34	34
Receitas não tributáveis e outras exclusões permanentes	(26.614)	(26.614)	(29.883)	(29.883)
Lucro real e base de cálculo da contribuição social antes das compensações	129.702	129.702	193.765	193.765
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social	(38.911)	(38.911)	(58.130)	(58.130)
Lucro real e base de cálculo da contribuição social após as compensações	90.791	90.791	135.635	135.635
Alíquota aplicável	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	22.675	8.171	33.885	12.207
Incentivo PAT = 4%	(545)	-	(814)	-
Patrocínio - Lei Rouanet (8.313/91 Art.26º)	(545)	-	(814)	-
Contribuições FECA - CEDICA/RS	(136)	-	(203)	-
Incentivo a Lei do Esporte = 1%	-	-	(100)	-
Total IRPJ e CSLL - Corrente	21.449	8.171	31.954	12.207
IRPJ e CSSL Diferido - Diferenças Temporárias	(10.581)	(3.809)	(59.213)	(21.316)
IRPJ e CSSL Diferido - Prejuízos Fiscais	(48.895)	(5.498)	-	-
IRPJ e CSSL Diferido - Ajustes IFRS	(5.402)	(1.946)	(5.544)	(1.996)
Total IRPJ e CSLL Diferidos	(64.878)	(11.253)	(64.757)	(23.312)
Total IRPJ e CSLL	(43.429)	(3.082)	(32.803)	(11.105)

43. Informações por Segmentos

Em atendimento às instruções e orientações da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e CPC 22, apresentamos as Demonstrações Financeiras, em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, das Unidades de Negócio: Geração e Transmissão. A coluna eliminações refere-se a operações entre os segmentos Geração e Transmissão.

CEEE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

a) Balanço Patrimonial

a.1. Ativo

	GERAÇÃO			TRANSMISSÃO			ELIMINAÇÕES			TOTAL		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09 Reclassificado	01/01/09
ATIVO	1.744.515	1.641.157	1.188.773	2.659.332	2.528.059	1.268.487	(465.712)	(391.482)	(260.512)	3.918.135	3.777.734	2.196.748
CIRCULANTE	366.459	302.371	215.606	585.320	562.123	469.663	(465.712)	(391.482)	(260.512)	486.067	473.012	415.667
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.867	4.429	4.659	19.088	28.537	340	-	-	-	21.955	32.966	4.999
Concessionárias e Permissionárias	39.429	41.374	34.062	48.534	49.650	47.512	(556)	(461)	(454)	87.455	90.603	81.160
Suprimento	39.730	35.040	34.168	-	-	-	-	-	-	39.730	35.040	34.168
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	-	49.031	49.867	47.480	(469)	(461)	(454)	48.563	49.406	47.026
Energia Elétrica de Curto Prazo	1	6.760	37	-	-	-	-	-	-	1	6.760	37
Outras Concessionárias e Permissionárias	(302)	(4261)	(153)	(497)	(177)	32	-	-	-	(799)	(603)	(121)
Títulos de Crédito a Receber	493	453	508	-	-	16	-	-	-	493	453	524
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(663)	(553)	(623)	(993)	(845)	(804)	-	-	-	(1.656)	(1.402)	(1.227)
Créditos Tributários	2.791	1.734	820	15.841	11.540	1.964	-	-	-	18.632	13.264	2.784
Crédito de ICMS	4	107	23	1.232	2.014	526	-	-	-	1.236	2.121	549
PASEP Depósito Judicial	352	352	352	-	-	-	-	-	-	352	352	352
Outros Devedores	2.435	1.255	445	14.609	9.526	1.438	-	-	-	17.044	10.791	1.883
Estoques	709	654	862	5.631	5.685	5.150	-	-	-	6.340	6.339	6.012
Outros Créditos a Receber	320.633	254.300	176.328	192.922	168.809	115.345	(465.244)	(391.021)	(260.058)	28.511	28.088	31.625
Contas a Receber Entre Filiais	256.097	228.609	153.139	159.608	129.093	82.295	(453.179)	(356.916)	(235.434)	516	986	-
Adiantamentos a Empregados	836	814	803	1.010	948	699	-	-	-	1.846	1.762	1.502
Outros	24.910	24.677	22.366	33.304	34.768	32.351	(32.065)	(34.105)	(24.624)	26.149	25.340	30.123
Ativo Financeiro Indenizável	-	-	-	303.624	302.168	269.633	-	-	-	303.624	302.168	269.633
Pagamentos Antecipados	-	-	-	673	523	307	-	-	-	673	523	307
NÃO CIRCULANTE	1.378.056	1.338.786	892.267	2.074.012	1.965.936	998.824	-	-	-	3.452.068	3.304.722	1.781.081
Realizável a Longo prazo	655.453	676.307	128.759	2.029.069	1.929.569	780.836	-	-	-	2.684.522	2.605.866	909.595
Comercialização de Energia na CCEE	123.091	65.777	65.136	-	-	-	-	-	-	123.091	65.777	65.136
Títulos de Crédito a Receber	544	606	1.114	-	-	-	-	-	-	544	606	1.114
Créditos Tributários	4.152	4.375	65	28.090	31.738	3.880	-	-	-	32.242	36.113	3.945
Aplicações Financeiras	-	3	3	-	2	2	-	-	-	-	5	5
Depósitos Judiciais	10.943	3.615	4.284	4.661	2.392	2.856	-	-	-	15.604	6.007	7.140
IR e Contribuição Social Diferidos	116.108	84.647	47.504	136.490	99.308	55.822	-	-	-	252.598	183.955	103.326
Outros Créditos a Receber	12.550	29.999	9.443	53.875	61.551	51.082	-	-	-	66.425	111.550	60.525
Contas de Resultado a Compensar - CRC	366.066	366.066	-	990.342	990.342	-	-	-	-	1.376.430	1.376.430	-
Ativo Financeiro Indenizável	-	-	-	614.596	723.171	666.139	-	-	-	614.596	723.171	666.139
Bens e Direitos Destinados a Alienação	1.097	1.097	1.210	1.055	1.055	1.055	-	-	-	2.152	2.152	2.265
Investimentos	268.554	266.669	225.666	18.378	12.937	4.676	-	-	-	286.932	281.606	230.362
Participações Societárias Permanentes	279.005	266.621	223.841	18.378	12.937	4.676	-			297.383	279.756	228.517
Outros	1.549	1.748	1.845		-	-	-	-	-	1.549	1.748	1.845
Imobilizado	441.042	492.769	536.902	25.872	23.293	23.041	-	-	-	466.914	516.062	559.943
Imobilizado	441.042	492.769	536.902	25.872	23.293	23.041	-	-	-	466.914	516.062	559.943
Intangíveis	1.007	1.121	920	693	147	271	-	-	-	1.700	1.268	1.191
Intangível	1.007	1.121	920	693	147	271	-	-	-	1.700	1.268	1.191

CEEE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

a.2. Passivo

	GERAÇÃO			TRANSMISSÃO			ELIMINAÇÕES			TOTAL		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
		Reclassificado			Reclassificado						Reclassificado	
PASSIVO	1.744.515	1.641.157	1.168.773	2.659.332	2.528.059	1.266.487	(485.712)	(391.482)	(260.512)	3.918.135	3.777.734	2.116.748
CIRCULANTE	391.479	367.673	275.117	585.811	477.097	423.379	(485.712)	(391.482)	(260.512)	491.578	453.288	437.984
Fornecedores	6.206	7.671	11.558	51.537	25.615	29.879	(466)	(461)	(464)	69.277	33.026	41.373
Encargos de Uso da Rede	4.109	4.360	4.360	-	-	-	(466)	(461)	(464)	3.641	3.899	3.896
Energia de Curto Prazo - CCEE	1.185	1	583	-	-	-	-	-	-	1.185	1	583
Materiais e Serviços	2.725	2.709	6.652	18.832	10.416	12.859	-	-	-	21.557	13.205	19.511
Retenção Contratual	169	521	373	32.705	15.400	17.020	-	-	-	32.894	15.921	17.393
Folha de Pagamento - Consignações	4.486	3.955	3.325	5.557	4.563	4.256	-	-	-	10.043	8.518	7.581
Provisão para Dividendos	56.691	49.726	-	-	-	-	-	-	-	56.691	49.726	-
Tributos e Contribuições Sociais	5.391	8.669	9.105	14.485	20.566	18.915	-	-	-	19.876	29.165	28.020
Empréstimos, Financiamentos e Encargos da Dívidas	42.375	36.102	40.569	72.575	74.568	101.275	-	-	-	114.950	111.090	142.268
Benefício Pós-Emprego	27.662	27.149	27.759	30.649	37.118	34.179	-	-	-	58.311	64.267	61.938
Provisão Lei 3099	20.959	20.776	20.134	19.097	19.316	16.038	-	-	-	39.996	40.092	36.172
Contas a Pagar Após Incentivada - CTP	1.629	1.696	2.661	928	8.002	5.255	-	-	-	2.557	9.698	7.916
Contribuição Patrocinadora - ELETROCEEEE	5.134	4.477	4.964	10.624	9.860	10.886	-	-	-	15.758	14.277	15.850
Obrigações Estimadas	8.790	5.725	5.351	13.034	8.520	7.611	-	-	-	21.824	14.245	12.962
Encargos do Consumidor a Recolher	2	253	5.639	9.822	6.023	11.523	-	-	-	9.824	6.276	16.562
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	2	253	5.639	1.080	1.437	7.085	-	-	-	1.082	1.690	12.124
Quota para Contas de Consumo de Combustível - CCC	-	-	-	5.457	2.102	2.129	-	-	-	5.457	2.102	2.129
Quotas para Conta de Desenv. Energético - CDE	-	-	-	3.285	2.484	2.309	-	-	-	3.285	2.484	2.309
Provisão para Passivos Trabalhistas, Cíveis e Tributários	31.909	41.081	31.332	34.471	29.073	25.161	-	-	-	66.380	70.154	56.493
Provisão para Passivos Trabalhistas	30.020	31.277	29.226	32.072	26.152	20.559	-	-	-	62.092	57.429	49.787
Provisão para Passivos Cíveis e Tributários	1.889	9.804	2.104	2.399	2.921	4.602	-	-	-	4.288	12.725	6.706
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	7.031	5.252	4.914	11.244	9.331	9.038	-	-	-	18.285	14.583	13.952
Outros Passivos	104.894	167.090	120.275	342.437	260.679	181.528	(485.248)	(391.623)	(260.048)	42.077	36.716	41.755
Contas a Pagar Entre Filiais	83.232	61.207	51.419	296.468	227.465	152.810	(381.262)	(288.667)	(204.229)	436	35	-
Compensação Financeira para Utilização de Rec. Hídricos	3.612	4.593	3.757	-	-	-	-	-	-	3.612	4.593	3.757
Outros	98.049	101.290	65.059	43.509	33.184	28.728	(103.962)	(102.354)	(55.819)	38.027	32.090	36.008
Tributos Valor Justo dos Ativos	15.070	15.070	15.070	-	-	-	-	-	-	15.070	15.070	15.070
NÃO CIRCULANTE	516.045	567.639	539.268	646.284	644.523	561.376	-	-	-	1.163.129	1.212.161	1.097.666
Empréstimos e Financiamentos	97.152	129.752	84.235	173.484	226.353	156.592	-	-	-	270.676	356.145	240.827
Comercialização de Energia na CCEE	73.058	73.058	73.058	-	-	-	-	-	-	73.058	73.058	73.058
Encargos Parcelados	8.971	9.152	4.362	51.269	51.269	30.187	-	-	-	60.169	60.441	34.549
Benefício Pós-Emprego	162.009	168.696	155.477	168.095	174.939	181.740	-	-	-	330.104	343.645	337.217
Contas a Pagar - Após Incentivada - CTP	-	-	(560)	2.695	274	2.429	-	-	-	2.695	274	1.869
Provisão para Comp. Aposentados Ex- Autárquicos - Lei 3099	132.851	137.693	130.168	116.367	120.659	116.367	-	-	-	249.218	258.352	246.535
Provisão para Contribuição Adicional ao Fundo de Pensão	29.236	31.123	25.869	49.032	53.666	63.944	-	-	-	78.270	84.969	89.813
Provisão para Passivos Trabalhistas, Cíveis e Tributários	60.464	56.842	72.180	103.665	56.774	72.618	-	-	-	164.129	113.616	144.798
Provisão para Passivos Trabalhistas	59.194	61.487	67.487	77.563	54.964	69.378	-	-	-	136.757	116.451	136.865
Provisão para Passivos Cíveis e Tributários	1.270	(4.645)	4.693	26.102	1.810	3.240	-	-	-	27.372	(2.835)	7.933
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	1.294	1.224	1.892	1.643	1.550	2.337	-	-	-	2.937	2.774	4.229
Receita Recebida Antecipadamente	-	-	-	90.396	77.213	63.609	-	-	-	90.396	77.213	63.609
Outros Passivos	37.319	37.131	38.431	57.612	56.465	54.265	-	-	-	95.126	93.596	92.716
Fornecedores - Contratos 1000/1001/07	-	-	-	39.941	39.941	39.941	-	-	-	39.941	39.941	39.941
Provisão Prêmio Assiduidade	527	633	539	683	594	662	-	-	-	1.210	1.227	1.198
Outras Provisões	36.787	36.498	37.892	17.188	15.930	13.662	-	-	-	53.975	52.428	51.577
Tributos Valor Justo dos Ativos	76.563	91.633	105.763	-	-	-	-	-	-	76.563	91.633	105.763
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	836.191	705.645	297.388	1.427.237	1.405.439	283.730	-	-	-	2.263.428	2.112.265	581.098
Capital Social	65.739	65.739	65.739	522.708	522.708	522.708	-	-	-	588.447	588.447	588.447
Reserva de Incentivos Fiscais	386.068	386.068	-	990.342	990.342	-	-	-	-	1.376.430	1.376.430	-
Recursos Destinados a Aumento de Capital	153	153	153	467	467	467	-	-	-	620	620	620
Reserva de Lucros	58.501	6.775	-	-	-	-	-	-	-	58.501	6.775	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	177.876	267.129	236.382	-	-	-				177.876	267.129	236.382
Lucros/ Prejuízos Acumulados	147.834	37.962	(4.966)	(85.280)	(107.078)	(239.445)	-	-	-	61.554	(69.116)	(244.351)

CEEE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

Demonstração do Resultado do Exercício

	GERAÇÃO		TRANSMISSÃO		ELIMINAÇÕES		TOTAL Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009 Reapresentado Conforme Nota	31/12/2010	31/12/2009 Reapresentado Conforme Nota	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009 Reapresentado Conforme Nota
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	307.291	295.633	435.407	428.919	(4.179)	(4.165)	738.519	720.387
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	(174.041)	(162.752)	(270.874)	(201.210)	4.179	4.165	(440.736)	(359.797)
Custo com Energia Elétrica	(43.105)	(41.147)	-	-	4.179	4.165	(38.926)	(36.982)
Custo com Energia Elétrica - Comprada de Terceiros	(4.791)	(1.737)	-	-	-	-	(4.791)	(1.737)
Encargo de Uso do Sistema	(38.314)	(39.410)	-	-	4.179	4.165	(34.135)	(35.245)
Custo de Operação	(130.936)	(121.605)	(270.874)	(201.210)	-	-	(401.810)	(322.815)
Pessoal e Administradores	(52.987)	(41.783)	(119.421)	(95.376)	-	-	(172.408)	(137.159)
Material	(3.327)	(3.318)	(7.096)	(6.349)	-	-	(10.423)	(9.667)
Serviço de Terceiros	(6.738)	(9.269)	(15.553)	(15.672)	-	-	(22.291)	(24.941)
Depreciação e Amortização	(58.391)	(57.498)	(2.839)	(3.449)	-	-	(61.230)	(60.947)
Custo de Construção	-	-	(119.249)	(75.117)	-	-	(119.249)	(75.117)
Outros	(9.493)	(9.737)	(6.716)	(5.247)	-	-	(16.209)	(14.984)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	133.250	132.881	164.533	227.709	-	-	297.783	360.590
Despesas Operacionais	(73.304)	(88.755)	(156.944)	(117.876)	-	-	(230.248)	(206.631)
Despesas com Vendas	(169)	70	(145)	(245)	-	-	(254)	(175)
Despesas Gerais e Administrativas	(12.436)	(13.682)	(29.893)	(32.726)	-	-	(42.329)	(46.408)
Outras Despesas Operacionais	(60.759)	(75.143)	(126.906)	(84.905)	-	-	(187.665)	(160.048)
Outras Receitas	423	386.553	941	992.405	-	-	1.364	1.378.958
Conta de Resultado a Compensar - CRC	-	386.089	-	990.341	-	-		1.376.430
Outras Receitas	423	464	941	2.064	-	-	1.364	2.528
Outras Despesas	(1.446)	(899)	(21.561)	(3.186)	-	-	(23.007)	(4.085)
RESULTADO DO SERVIÇO	58.923	429.780	(13.031)	1.099.052	-	-	45.892	1.528.832
Resultado de Participações Societárias	10.616	10.586	9.687	11.365	-	-	20.303	21.951
Receita/Despesa Financeira	40.040	(9.006)	(10.708)	(19.842)	-	-	29.332	(28.848)
Rendas de Aplicações Financeiras	1.625	2.727	5.434	5.249	-	-	7.059	7.976
Variações Monetárias de Empréstimos e Financiamentos	(8.459)	(4.601)	(18.781)	(16.635)	-	-	(27.240)	(21.236)
Encargos de Dívidas	(2.343)	(3.462)	(7.289)	(10.141)	-	-	(9.632)	(13.603)
Outras Receitas/Despesas Financeiras	49.217	(3.670)	9.928	1.685	-	-	59.145	(1.985)
LUCRO ANTES IR E CSLL	109.579	431.360	(14.052)	1.090.575	-	-	95.527	1.521.935

44. Transações com Partes Relacionadas

Foram realizadas transações com partes relacionadas incluindo compra e venda de energia elétrica e transações de financiamento, sendo que a energia elétrica vendida é ofertada através de Leilão Público de venda de energia realizado através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

(a) Controladora

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT é controlada diretamente pela Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações - CEEE-Par, visto que esta participa com 65,92% de seu capital social. Porém, a Concessionária sofre o controle indireto do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, que participa com 99,99% do capital da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações - CEEE-Par.

O montante transacionado com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul foi de:

CONTAS PATRIMONIAIS	Notas Explicativas	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
ATIVO CIRCULANTE				
SIAC / BANRISUL	7	20.785	29.920	55
Cedência de Funcionários	13	780	756	528
Total a Receber		21.565	30.676	583
ATIVO NÃO CIRCULANTE				
SIAC	7	-	5	5
Total a Receber		-	5	5
CONTAS DE RESULTADO				
Rendimentos SIAC		4.753	7.976	834
Receitas Financeiras		4.753	7.976	834

(b) Entidades com controle conjunto ou influência significativa sobre a entidade

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT sofre influência significativa da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D e da Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRÁS.

I) A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT é uma Sociedade Anônima que possui controlador comum com a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, ou seja, é controlada pela Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações - CEEE-PAR.

O montante transacionado com a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D foi como segue:

CEEE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

CONTAS PATRIMONIAIS	Notas Explicativas	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
CIRCULANTE				
Conta Gráfica	13	1.997	2.105	-
Cedência de Funcionários	13	281	215	169
Total a Receber		2.278	2.320	169
Conta Gráfica	33	-	-	1.115
Total a Pagar		-	-	1.115
NÃO CIRCULANTE				
Contrato de Mútuo	13	-	37.980	-
Total a Receber		-	37.980	-

CONTAS DE RESULTADO	31/12/2010	31/12/2009
Suprimento de Energia Elétrica	5.356	8.876
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição	43.548	49.676
Receitas Operacionais	48.904	58.552
Conta Gráfica	293	160
Contrato de Mútuo	1.360	232
Receitas Financeiras	1.653	392
Total	50.557	58.944

A Conta Gráfica é composta pelos saldos dos contratos de Compartilhamento das Atividades de Aplicação dos Recursos de Tecnologia da Informação (Ressarcimento de CTI) e Compartilhamento de Atividades e das Infraestruturas de Rede Elétrica e de Telecomunicações, Desenvolvimento Implantação, Operação e Manutenção de Sistemas de Informação e Sistemas de Telecomunicações (TELECOM). O contrato de Ressarcimento de CTI estipula o pagamento por parte da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT de 25% dos custos apurados na CTI, sendo corrigido pela variação do IGPM, havendo a possibilidade de seus termos serem revistos em qualquer tempo em vista de necessidade de estabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do objeto contratado. O contrato TELECOM estipula o equilíbrio entre os compromissos assumidos quando houver contrapartida financeira, não podendo gerar crédito financeiro para as partes. Nestes contratos não são exigidas garantias, bem como não são constituídas provisões para créditos de liquidação duvidosa relacionada a estes saldos.

As operações de Suprimento de Energia Elétrica e Disponibilização do Sistema de Transmissão são realizadas em conformidade com as tarifas aprovadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, sendo realizadas em condições de similaridade com o praticado no mercado.

II) A Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRÁS participa com 32,59% do capital social da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, participando nas decisões financeiras e operacionais desta.

O montante transacionado com a Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRÁS foi de:

CONTAS PATRIMONIAIS	Nota Explicativa	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
ATIVO CIRCULANTE				
Cedência de Funcionários	13	216	338	215
Empréstimo Compulsório ELETROBRÁS	13	-	-	1.347
Total a Receber		216	338	1.562
PASSIVO CIRCULANTE				
Empréstimos	27.a	5.225	16.937	31.166
Total a Pagar		5.225	16.937	31.166
PASSIVO NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos	27.a	32.185	37.354	40.348
Total a Pagar		32.185	37.354	40.348

CONTAS DE RESULTADO	31/12/10	31/12/09
Empréstimos	(2.859)	(5.825)
Despesas Financeiras	(2.859)	(5.825)

Os valores transacionados com a Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRÁS são provenientes de diversos empréstimos, vide nota explicativa 27, sendo obtidos a taxas inferiores às do mercado.

(c) Coligadas

I) Jaguari Energética S/A

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT detém 10,50% do capital social da Jaguari Energética S/A (vide nota explicativa 21.c.).

II) Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S/A – ETAU

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT detém 10% do capital social da Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S/A - ETAU (vide nota explicativa 21.c.4). Foi firmado contrato entre as empresas que apresenta como objeto a prestação por parte da Concessionária à Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S/A - ETAU de todos os serviços de O&M, em conformidade com os Procedimentos de Rede utilizando a mesma infraestrutura e logística com as quais realiza a Operação e Manutenção das instalações e equipamentos que compõem as suas concessões de transmissão. O contrato é valido até o término do Contrato de Concessão.

CONTAS DE RESULTADO	31/12/2010	31/12/2009
Renda da Prestação de Serviços	-	21.111
Receitas Operacionais	-	21.111
Contrato de Mútuo	-	(41)
Despesas Financeiras	-	(41)
Total	-	21.070

III) Companhia Energética Rio das Antas - CERAN

A Concessionária detém 30% do capital social da CERAN (vide nota explicativa 21), em 2010, foi registrado o valor de R$ 7 referente à receita de prestação de serviços.

IV) Campos Novos Energia S/A – ENERCAN

A Concessionária detém 6,51% do capital social da Empresa Campos Novos Energia S/A – ENERCAN (vide nota explicativa 21).

V) Machadinho Energética S/A – MAESA

O saldo a pagar de R$ 84 (R$ 2.505 em 31 de dezembro de 2009) refere-se ao arrendamento da usina, sobre o qual não incide juros, multas ou outro tipo de atualização monetária. A participação da Concessionária na MAESA é de 6,66%.

VI) Foz do Chapecó Energia S/A

Em 01/03/07, a CEEE-GT, juntamente com a CPFL Geração de Energia S/A e a Chapecoense Geração S/A, assinaram o Acordo de Acionistas da Foz do Chapecó Energia S/A – FCE, sociedade por ações de propósito específico – SPE, com distrato do consórcio anteriormente formalizado entre as partes.

A ANEEL autorizou a transferência da quota-parte detida pela Chapecoense Geração S/A na concessão da UHE Foz do Chapecó para a Foz do Chapecó Energia S/A – FCE, alterando-se a estrutura acionária, que passou a ter a seguinte composição: CPFL – 51%, CEEE-GT – 9% e Chapecoense – 40%.

A potência instalada da usina, localizada no rio Uruguai, corresponderá a 855 MW, distribuída em quatro grupos geradores, e em março de 2011 começará a operar com sua capacidade máxima.

O BNDES aprovou financiamento para o empreendimento na ordem de R$ 1,658 bilhão, cujo prazo de financiamento é de utilização e carência até 15 de setembro de 2011 e amortização em 192 meses. A Concessionária assinou o contrato na condição de interveniente na operação do financiamento e aportou capital em dezembro de 2007, no montante de R$ 5,9 milhões, o qual já foi repassado através de empréstimo do Banco Bradesco diretamente a Foz do Chapecó Energia S/A.

(d) Outros Investimentos

I) Transmissora Porto Alegrense Ltda

A Concessionária possui investimentos avaliados pelo custo na Transmissora Porto Alegrense Ltda. Através de memorando entre as partes ficou sob responsabilidade da Concessionária a Operação e Manutenção do Empreendimento, sendo que no ano de 2010 não foram prestados serviços dessa natureza (vide nota explicativa 21.d).

II) Centrais Elétricas S.A. - ELETROSUL

Refere-se à participação de 0,116% no Capital Social da Centrais Elétricas S.A.- ELETROSUL.

(e) Pessoal chave da administração da entidade ou da respectiva controladora

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT considera como pessoal-chave da administração seus Diretores e os Membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração. O montante gasto com remuneração, encargos e benefícios dos Administradores em dezembro de 2010 foi de R$ 2.563 (R$ 1.534 em 31 de dezembro de 2009).

A Companhia conta com diretores empregados e não-empregados.

A remuneração dos Diretores empregados é composta por salário ou honorários mais a verba de representação, sendo que os custos dos Diretores estão contabilizados na rubrica de Pessoal.

A remuneração dos Diretores não-empregados com vínculo empregatício em outro órgão é composta do seu salário integral (reembolsado pela Concessionária ao órgão de origem) mais a verba de representação.

A remuneração dos Diretores não-empregados sem vínculo empregatício em outro órgão é composta de honorários mais a verba de representação.

REMUNERAÇÃO / BENEFICIOS / ENCARGOS	2010	2009
Conselho Administrativo	313	188
Conselho Fiscal	143	69
Verba de Representação	244	105
Honorário Diretor não Empregado	163	52
Encargos	343	75
Subtotal	**1.206**	**489**
Diretores Empregados	1.357	1.045
Total	**2.563**	**1.534**

(f) Outras partes relacionadas

I) Fundação ELETROCEEE

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT proporciona a seus funcionários a opção de se associarem a um plano de benefícios pós-emprego, sendo que para os funcionários admitidos na Concessionária até o ano de 2002 foi oferecida a participação no plano de benefício definido denominado Plano Único o qual, atualmente, está em extinção. Após 2002 o plano de benefícios oferecido é o CEEEPREV, que se caracteriza por ser um plano de contribuição definida.

Os saldos existentes relacionados com a Fundação ELETROCEEE são os seguintes:

CONTAS PATRIMONIAIS	Nota	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
PASSIVO CIRCULANTE				
Emprestimo Fundação ELETROCEEE / Aluguel / Imóveis	27.a.	6.871	5.703	5.369
Contribuição Patrocinadora - Fundação ELETROCEEE.	28	3.869	3.070	3.443
Empréstimo Fundação ELETROCEEE Contr. 1254/95.....	28	11.889	11.208	12.405
Cedência Funcionários	13	-	-	263
Total a Pagar		22.629	19.981	21.480
PASSIVO NÃO CIRCULANTE				
Emprestimo Fundação ELETROCEEE / Aluguel / Imóveis	27.a.	9.111	14.773	19.557
Empréstimo Fundação ELETROCEEE Contr. 1254/95.....	28	78.270	84.989	92.349
Total a Pagar		87.381	99.762	111.906

CONTAS DE RESULTADO	31/12/2010	31/12/2009
Contribuição Patrocinadora - Fundação ELETROCEEE	(24.689)	(28.652)
Emprestimo Fund. ELETROCEEE Contr. 1254/95	(13.656)	(12.967)
Fundação ELETROCEEE - Ex-Autárquicos	(1.420)	(2.376)
Despesas Operacionais - Pessoal	(39.765)	(43.995)
Aquisição de bens	(2.602)	(2.816)
Despesas Financeiras	(2.602)	(2.816)
Total	(42.367)	(46.811)

II) Empresas controladas pelo Estado do Rio Grande do Sul

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT também reconhece como partes relacionadas as empresas que possuem como acionista controlador o Estado do Rio Grande do Sul, entretanto, não realiza transações com estas partes.

45. Instrumentos Financeiros

45.1. Gerenciamento dos Instrumentos Financeiros

A Concessionária mantém operações com instrumentos financeiros, sendo que o risco referente a tais operações é monitorado através de estratégias de posições financeiras, controles internos, limites e políticas de risco da Concessionária.
Alguns instrumentos financeiros têm seu custo amortizado substancialmente próximo ao valor de mercado, como contas a receber, empréstimos de capital de giro e operações específicas sem liquidez; assim, o valor de mercado é considerado o próprio custo amortizado. Para os instrumentos financeiros cotados em mercado ativo, sua cotação representa o valor de mercado.

			Valor Contábil			Valor de Mercado		
	Nota	Categoria	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
ATIVO								
Caixa e Equivalentes de Caixa	7	1	21.955	32.966	4.899	21.955	32.966	4.899
Concessionárias e Permissionárias	8	1	87.495	90.603	81.100	87.495	90.603	81.100
Títulos de Créditos a Receber	9	1	493	453	524	493	453	524
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	10	1	(1.656)	(1.402)	(1.227)	(1.656)	(1.402)	(1.227)
Aplicações Financeiras	7	1	–	5	5	–	5	5
Depósitos Judiciais - Ativo	17	1	15.604	6.007	7.140	15.604	6.007	7.140
Depósitos Judiciais - Retificadora do Passivo	32	1	62.007	57.141	51.096	62.007	57.141	51.096
Outros Créditos a Receber:	13							
- Fundo de Investimentos Creditórios		2	6.231	3.974	4.352	6.231	3.974	4.352
- Quotas Subordinadas do FIDC		2	22.375	29.925	17.125	22.375	29.925	17.125
- Outros		4	2.503	2.503	2.503	2.503	2.503	2.503
- Outros		1	1.530	1.146	946	1.530	1.146	946
- Conta de Resultados a Compensar - CRC	14	1	1.376.430	1.376.430	–	1.376.430	1.376.430	–
Bens e Direitos Destinados a Alienação	20	4	2.152	2.152	2.265	2.152	2.152	2.265
Cauções e Depósitos Vinculados - DMLP	27	2	34.342	31.708	49.560	34.342	31.708	49.560
PASSIVO								
Fornecedores	24	3	59.277	33.026	41.373	59.277	33.026	41.373
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	27	3	413.151	488.576	419.200	413.151	488.576	419.200
Outros Passivos :	33							
- Obrigações com Obras de Transmissão		3	17.046	17.737	16.083	17.046	17.737	16.083
- Parcela de Ajuste-Receita Anual Permitida		3	18.045	8.778	14.428	18.045	8.778	14.428
- Outros Passivos Outros		3	3.040	3.040	3.040	3.040	3.040	3.040

Categoria

1) Empréstimos e Recebíveis
2) Mantidos até o vencimento
3) Mensurado pelo custo amortizado
4) Disponível para a venda

45.2. Gerenciamento de risco financeiro

A Concessionária possui procedimentos e controles preventivos e detectivos que monitoram sua exposição aos riscos de crédito, de mercado e liquidez.

a. Risco de Liquidez

A Concessionária se utiliza do monitoramento constante de seu fluxo de caixa, observando a política de caixa mínimo visando a necessidade de captação de recursos para assegurar a capacidade de pagamentos. A gestão das aplicações financeiras tem como foco instrumento de curtíssimo prazo, com liquidez diária. O caráter gerador de caixa da Companhia, em virtude das peculiaridades do setor, faz com que ocorram com pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamento ao longo dos meses do ano o que torna os fluxos da Companhia estáveis, minimizando seu risco de liquidez.

b. Risco de Taxa de Câmbio

Este risco decorre da possibilidade de perda por conta da variação cambial. O resultado das operações da Concessionária são afetados pelo fator do risco cambial em virtude do seu endividamento atrelado à moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2010 a Concessionária possuía saldo devedor em moeda estrangeira no montante de R$ 75,5 milhões. A Concessionária não possui mecanismos de travamento da variação da moeda em função da sua flutuação. A variação da moeda no ano de 2010 contribuiu com um impacto positivo no resultado do exercício.

c. Riscos de Encargos da Dívida

Este risco é oriundo da possibilidade da Concessionária vir a incorrer em perdas por conta da flutuação da taxa de juros e também da variação dos índices atrelados a inflação, visto que seus empréstimos e financiamentos são vinculados a esses índices. Também há a possibilidade de redução na receita financeira relativa às aplicações financeiras. Estas taxas são constantemente monitoradas no sentido de se avaliar o impacto das mesmas no resultado da Concessionária.

d. Risco de Crédito

No mercado de geração, a concessionária CEEE-GT tem 93% da energia disponível – garantia física das usinas próprias e cota de energia em outros empreedimentos - vendida a 36 concessionárias de distribuição, através de CCEAR's – Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado, com suprimento desde 2005. Estes contratos apresentam um risco bastante baixo, como pode ser observado pelo índice de adimplência de 100% ao longo de anos.
A energia restante foi vendida a geradores e comercializadores, através de contratos no ambiente livre, onde a geradora exige como garantia, Carta de Fiança Bancária ou CDB - Certificado de Depósito Bancário.

e. Risco de Preço

Os preços referentes aos contratos de Geração, até 2004 eram autorizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL a partir da realização do leilão 001/04 a geração passou a comercializar sua energia com um grande número de distribuidoras, a preços definidos pelo mercado. A Transmissão tem sua remuneração definida pela ANEEL através da receita permitida e corrigida pelo IGP-M.

As tarifas, de acordo com o contrato de concessão, devem permitir o equilíbrio econômico - financeiro da concessão.

f. Risco de Mercado

A energia da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT foi comercializada através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR´s e através de Contratos Bilaterais no Ambiente de Contratação Livre – ACL.

Os montantes comercializados no ano de 2010 estão relacionados nas tabelas a seguir:

Energia Vendida				
Tipo de Contratação	Produto	MWh	MW Médios	Participação % Energia
CCEARS	2005-2012	2.123.719	242	49,3
	2006-2013	1.269.519	145	29,5
	2007-2014	131.400	15	3,1
	2009-2016	78.840	9	1,8
ACL	ACL	282.731	32	6,6
Sobras de Energia	Mercado de Curto Prazo	418.772	48	9,7
Total		4.304.982	491	100

Energia Vendida			
Tipo de Contratação	Produto	MWh	MW Médios
ACL	ACL	35.040	4

(*) Dados em MWh não passíveis de exame pelo auditor independente.

As sobras de energia foram vendidas no mercado de curto prazo e, portanto, sujeitos a variação dos preços deste mercado (nota explicativa nº 37.a).

45.3. Gerenciamento de riscos relacionados à Concessionária e suas operações

a. Riscos Hidrológicos

As usinas hidrelétricas representam aproximadamente 75% da capacidade instalada no sistema elétrico brasileiro, e estão sujeitas ao risco de escassez água ao longo do tempo. O arranjo institucional estabelecido pelo Poder Concedente procura reduzir o risco hidrológico das usinas, seja através da definição de garantia física para cada um dos empreeendimentos de geração, independentemente da fonte de energia, seja através da instituição do MRE - Mecanismo de Realocação de Energia, instrumento financeiro para compartilhamento do risco, de modo que a operação do SIN seja realizada buscando a otimização eletroenergética do sistema como um todo. O MRE é compulsório para todas as hidrelétricas despachadas centralizadamente, mas como estratégia para mitigação de risco a CEEE-GT exerceu a opção de adesão de suas Pequenas Centrais Hidrelétricas ao mecanismo.

b. Risco de não Renovação das Concessões

A Concessionária detém concessões para exploração dos serviços de geração e transmissão de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que sejam renovadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia.
Ainda não foi editada legislação específica estabelecendo os critérios para prorrogação ou renovação das concessões a vencer a partir de 2015, se esta será uma prorrogação especial com custo ou sem custo ou, ainda, se será uma nova licitação com custo. Também não existe histórico de prorrogação ou renovação no Brasil. Desde 1995 (Nova Lei das Concessões), nenhuma empresa de distribuição ou transmissão passou pelo processo de análise sobre prorrogação ou renovação. Ocorreram algumas prorrogações com custo e sem custo para atendimento a situações específicas na atividade de geração, nada que pudesse ser considerado um histórico de tendências. Atualmente, no Brasil existem temas legais, regulatório e constitucional sendo discutidos pelo mercado. Já existem diversos projetos de lei e de emenda constitucional sendo discutidos na Câmara dos Deputados, mas ainda não é possível prever o resultado dessa discussão no Congresso Brasileiro.
Caso a renovação da concessão não seja deferida pelo Poder Concedente ou esta ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Concessionária, os atuais níveis de rentabilidade podem ser alterados.
Não há garantia de que a concessão hoje outorgada à Concessionária será prorrogada pelo Poder Concedente.

c. Riscos Ambientais

O Brasil possui uma das legislações ambientais mais severas do mundo. A legislação brasileira impõe sanções que responsabilizam e exigem um grande esforço das empresas nacionais para o seu atendimento. Os processos de produção envolvidos no setor de geração e transmissão de energia produzem impactos ambientais, muitas vezes significativos, que precisam ser prevenidos e minimizados, sob pena de acarretarem grandes prejuízos ao meio ambiente e conseqüentemente ao agente responsável, independentemente da ação ter sido realizada inadvertidamente. Desta forma, além dos recursos financeiros necessários para a recuperação da área atingida pela degradação ambiental, a empresa responsável poderá ter seus dirigentes envolvidos em processos civis, administrativos e penais.
A recuperação de áreas afetadas ambientalmente normalmente exige recursos expressivos que poderiam ser destinados a novos investimentos voltados exclusivamente para a atividade fim da Concessionária.
A questão da sustentabilidade, envolvendo as áreas ambiental, social e financeira, tem levado as empresas a buscarem ferramentas que possibilitem desenvolver suas atividades respeitando estes aspectos e potencializando diretrizes e políticas que viabilizem a integração de seus processos produtivos de forma a atender os interesses da sociedade, respeitando o meio ambiente e propiciando uma constante expansão e crescimento do seu negócio.

46. Programa de Participação de Resultados

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT possui um programa de participação dos empregados nos resultados cujo objetivo é incentivar a melhoria de qualidade, níveis de produtividade e resultados globais da Concessionária, através do comprometimento de todos os empregados. O montante contabilizado em 2010 totalizou R$ 5.622, tendo sido distribuído o montante de R$ 2.839 durante o exercício.

47. Assuntos Regulatórios

a. Geração – Comercialização de Energia

A energia da CEEE-GT foi comercializada nos Leilões de Energia Existente, realizados no Ambiente de Contratação Regulada a partir de dezembro de 2004, através de Ofertas Públicas realizadas pela Companhia e participação em Chamadas Públicas de compradores. A seguir relação de produtos contratados vigentes em 2010.

Ano	Ambiente de Contratação Regulada (ACR)				Anbiente de Contratação Livre (ACL)	
	Venda MWm					
	2005-2012	2006-2013	2009-2016	2007-2014	Venda MWm	Compra MWm
2010	242	145	9	15	32	4
2011	242	145	9	15	50	20
2012	242	145	9	15	30	
2013		145	9	15	26	
2014			9	15	26	
2015			9			
2016			9			

(*) Dados em MWm não passíveis de exame pelo auditor independente.

b. Receita Anual Permitida da Transmissão

b.1. Revisão Tarifária Periódica

De acordo com a Décima e a Décima Primeira Subcláusulas da Cláusula Sexta do Contrato de Concessão de Transmissão nº 055/01, assinado entre a CEEE e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em 1º de outubro de 2001, as Revisões Tarifárias Periódicas devem ocorrer de 4 em 4 anos sendo a primeira em 2005 e a segunda em 2009. A primeira Revisão Tarifária Periódica da parcela referente à Rede Básica Novos Investimentos - RBNI, componente da Receita Anual Permitida – RAP que deveria ter ocorrido em julho de 2005 só aconteceu em julho de 2007.

No ano de 2009 deveria ter ocorrido a 2ª Revisão Tarifária Periódica, que não aconteceu, pois a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL adiou a implantação para 2010, devido a fortes pressões das empresas de Transmissão.

No dia 8 de julho de 2010, foi emitida a Resolução Homologatória nº 989 relativa à 2ª Revisão Tarifária Periódica, cujo impacto do reposicionamento tarifário foi de -5,80% sobre a receita total, considerando Rede Básica e Rede Básica Novos Investimentos.

Decorrente deste reposicionamento tarifário foi definida uma parcela de ajuste de R$ (24.577), sobre a Receita Anual Permitida – RAP, a ser compensado em 12 meses a partir de 1º de julho de 2010.

b.2. Reajuste Tarifário - Transmissão

A Resolução Homologatória nº 1.021 de 29 de junho de 2010 e a Nota Técnica 60/2010 SRT/ANEEL de 23 de junho de 2010 ajustou a RAP da CEEE-GT para o período 2010-2011 em -3,53%.
Referente à parcela de ajuste sobre a Receita Anual Permitida o impacto foi de R$ (36.090), divididos em parcela de ajuste relativo ao reajuste R$ (11.513) e parcela relativa à 2ª revisão tarifária periódica R$ (24.577). Este montante será compensado nas tarifas de julho de 2010 a junho de 2011.
Os valores foram registrados contabilmente na rubrica no Passivo Circulante (Nota Explicativa 33).

b.3. Formação da Receita da Transmissão

A primeira autorização de receita aconteceu em 25/10/2000. A partir desta data a evolução da receita ao longo dos anos foi consequência da aplicação do mecanismo de reajuste previsto no Contrato de Concessão, com atualização pelo índice IGP-M e da entrada em operação de novas obras.
De acordo com cláusula contratual, a primeira revisão tarifária periódica ocorrida em julho/2007, com base em junho/2005, destinou-se apenas às novas instalações, designadas de Rede Básica Novos Investimentos - RBNI, autorizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL a partir de 2000 mediante ato específico, com direito a uma receita anual permitida inicial. As instalações existentes em outubro de 2000 não sofreram revisão tarifária, apenas o reajuste anual.
Na segunda revisão tarifária periódica ocorrida em junho/2010, retroativa a junho/2009 a ANEEL revisou a Base de Remuneração Regulatória das instalações que entraram em operação no período entre a primeira e a segunda revisão, e manteve blindada a base de ativos avaliada na 1ª revisão tarifária.

b.4. Reforços Implantados

A empresa está pleiteando junto a ANEEL a receita de reforços e melhorias implantados nas subestações de Campo Bom, Livramento 2, Porto Alegre 10, Porto Alegre 13 e Pelotas 3.

b.5. Parcela Variável

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT obteve uma redução de R$ 1.298 relativos a Parcela Variável, devido à indisponibilidade de Linhas de Transmissão e Equipamentos em Subestações.

c. Processo do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD (*)

O Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD, por saída de consumidores livres, alterações de mercado até 4% a partir do ano seguinte, e a entrada em operação da energia decorrente de contratos assinados até 16 de março de 2004, previstos pelo Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, cujas regras foram aprovadas pela Resolução Normativa nº 161 de julho de 2005 e homologadas pela Resolução ANEEL nº 211 de 03 de outubro de 2005, reduziram os montantes de energia e potência associada consideradas nos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR. Em decorrência da aplicação do MCSD, ocorreram reduções contratuais para Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT de 17,57 MW médios do produto 2005-2012, 7,08 MW médios do produto 2006-2013 e 0,52 MW médios do produto 2006-2008 desde o início dos respectivos contratos. Esta energia descontratada foi comercializada novamente, nos leilões de energia do ACR e em ofertas realizadas pela Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, gerando a contratação de montantes apresentados na tabela anterior.

O saldo de energia descontratada está sendo comercializada através de ofertas públicas mensais ou liquidada no mercado de curto prazo ao Preço de Liquidação de Diferenças.

(*) Dados em MW não passíveis de exame pelo auditor independente.

d. Comercialização de Energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
ATIVO CIRCULANTE			
Energia de Curto Prazo - CCEE (vide nota explicativa 8)	1.848	6.760	1.814
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
(*) Ressarcimento Acordo - CCEE (vide nota explicativa 16)	123.891	65.777	65.136
PASSIVO CIRCULANTE			
Energia de Curto Prazo - CCEE (vide nota explicativa 24)	-	(1)	(583)
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Energia de Curto Prazo	(73.058)	(73.058)	(73.058)
Total	52.681	(522)	(6.691)

(*) Valor referente ao acordo de ressarcimento correspondente a despesa com a compra de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, denominada como "Energia Livre", realizadas durante o período de racionamento, decorrentes da redução da geração de energia elétrica nas usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE. Este valor está sendo cobrado dos consumidores finais dos submercados sujeitos ao racionamento pelas respectivas distribuidoras e será repassado à Concessionária.

48. Seguros

Os ativos com cobertura para incêndio, queda de raio, explosões e danos elétricos foram aqueles considerados essenciais, em que ocorrendo o sinistro, implicará na possibilidade de comprometer a garantia e a confiabilidade na continuidade da prestação de serviço. O seguro patrimonial foi contratado junto à TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S/A, contrato 9942075 – 1º Termo Aditivo, e tem vigência de 12/02/2011 até 11/02/2012. O valor do ativo segurado no segmento Geração é de R$ 46.976 e no de Transmissão é de R$ 96.563 e os prêmios são R$ 105 e R$ 223, respectivamente.

49. Questões Ambientais

A CEEE-GT planeja, constrói, opera e promove manutenção de seus sistemas de geração e transmissão de modo a eliminar, minimizar ou compensar agressões ao meio ambiente. Dentre as ações mais relevantes em 2010 destacam-se:

a. Programa de Repovoamento de Alevinos

A atividade tem por objetivo a produção de alevinos e peixes a serem soltos nos reservatórios visando a manutenção e preservação da ictiofauna existente nos reservatórios.

Dentre outras ações desenvolvidas pela Estação de Piscicultura, destaca-se o monitoramento qualiquantitativo da ictiofauna, realizada em 16 reservatórios da CEEE-GT e que serve de subsídios para o programa de repovoamento de alevinos dos reservatórios, anualmente realizado.

O Programa de Repovoamento de Alevinos, atendendo a sinalização do Programa de Monitoramento da Ictiofauna, contemplou a soltura de 396,2 mil alevinos que ocorreram nos reservatórios da CEEE-GT: Bugres, Capiguí, Divisa, Ernestina, Forquilha, Guarita, Itaúba, Maia Filho e Passo Real.

CEEE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

b. Programa de Monitoramento da Ictiofauna

O programa consiste na avaliação anual realizada em 16 reservatórios da CEEE-GT, onde são avaliados quantiqualitativamente todas as espécies capturadas nas expedições de campo realizadas anualmente. As campanhas são realizadas no final da primavera e início do verão de acordo com a determinação do órgão licenciador. Os dados obtidos são enviados ao órgão ambiental e servem de base para eventuais estudos que possam ser necessários para a preservação dos peixes que compõem as microbacias de cada reservatório.

c. Programa de Salvamento e Resgate de Peixes

Paralelamente às atividades de soltura e monitoramento, outra ação bastante importante e que muito contribui para a preservação e manutenção da ictiofauna é o Programa de Salvamento e Resgate de Peixes realizado sempre que ocorre a manutenção programada das unidades geradoras.
As paradas programadas em 2010, já possibilitaram o salvamento e resgate de aproximadamente 136.380 mil unidades de peixes, nas UHEs de Itaúba, Leonel de Moura Brizola, Passo Real e nos reservatórios de Ernestina e Maia Filho.

Sistema de Gestão de Resíduos

d. Programa Recicle CEEE

Programa de reciclagem de lixo incentiva a segregação de resíduos em sua origem, a coleta seletiva e a destinação adequada dos mesmos, inclusive com a doação de resíduos recicláveis à associação de catadores, de maneira a propiciar geração de renda em comunidade carente, situada próxima à sede.
No ano de 2010 foi doado às comunidades um total de 12.682 quilos de resíduos, entre lixo seco e sucata de papéis.

e. Projeto Socioambiental - Doação de Uniformes

Este projeto tem por objetivo a doação dos uniformes que foram utilizados pelos empregados da CEEE-GT, para entidades que proporcionarão a geração de renda às comunidades carentes, uma vez que estas comunidades utilizarão o material doado para a confecção de tapetes, bolsas, porta sapatos, jogos americanos, etc.

f. Descarte de Materiais Inservíveis

Os resíduos gerados em nossos processos produtivos são tratados de acordo com o princípio de ecoeficiência que está vinculado ao "fazer mais utilizando menos" e aspira às seguintes perspectivas macroeconômicas: minimizar a utilização de material; minimizar a utilização de energia; minimizar a geração de resíduos; aumentar a durabilidade do produto; aumentar a reciclabilidade; maximizar os recursos renováveis e aumentar a utilização de serviços.
A CEEE-GT arrecadou em leilões descentralizados cerca de R$ 875 provenientes de materiais inservíveis.

g. Programa de monitoramento de Emissão de Fumaça Preta

Gradualmente vem sendo implementado processo para gestão especializada do controle de fumaça preta de veículos, por meio do qual o acompanhamento da emissão atmosférica de veículos é realizado com periodicidade trimestral, superando a exigência da legislação e o padrão de controle do restante da frota. Foram vistoriados 68 veículos em duas operações. Os veículos que são reprovados nas inspeções são encaminhados para manutenção.

h. Consumo de Combustíveis

A CEEE-GT possui uma frota de 282 veículos, distribuídos entre automóveis, utilitários, caminhões leves e pesados. A constituição desta frota por tipo de combustível é a seguinte: 50 veículos bicombustível, 150 diesel, 81 a gasolina e 1 elétrico. Possui, também, 47 veículos locados: 9 bicombustível, 36 diesel e 2 a gasolina

i. Projeto Semear

As faixas de domínio, existentes sob as linhas de transmissão de energia elétrica, são liberadas pelo Grupo CEEE para o plantio de frutas, verduras e legumes, transformando em produtiva a terra ociosa. É o Projeto Semear, de promoção e inclusão social, existente desde 2006.
No primeiro ano do convênio entre a Companhia e a Prefeitura de Cachoeirinha, o Semear beneficiou 93 famílias, que juntas colheram 18 toneladas de produtos. Entre 2007 e 2008, a produção subiu para 46 toneladas e o número de famílias envolvidas chegou a 199. Até dezembro de 2009, os agricultores alcançaram a marca de 80 toneladas/ano num total de 220 famílias. A iniciativa tem duração de cinco anos, o término do contrato será em 2011, porém há a possibilidade de renovação.
Dos hortigranjeiros colhidos, uma parte é destinada para o consumo dos envolvidos no processo e o restante é comercializado em uma feira que ocorre todos os domingos no município. Conforme a Diretoria de Transmissão, uma exigência da CEEE-GT foi de que os alimentos fossem plantados sem o uso de agrotóxicos. O intuito é o de despertar a consciência ambiental dos agricultores e também agregar valor aos produtos. Com as vendas de mandioca, moranga, feijão, melancia, batata e milho.

j. Plantando Energia

A área sob as linhas de transmissão da Subestação Gravataí 2 servirá para o plantio de alimentos: é o "Plantando com energia", uma parceria com e a prefeitura de Gravataí. A colheita será utilizada na subsistência de famílias carentes moradoras da região e, no futuro, poderá ser destinada à merenda escolar. O projeto será realizado nos mesmos moldes do Semear, de Cachoeirinha.

k. Projeto Alimentar

O Projeto Alimentar começou a ser instalado oficialmente em Canoas, em Maio de 2010 num total de 48,6 hectares. A idéia é seguir os moldes do programa implantado em Cachoeirinha – Semear – e utilizar a área embaixo das linhas de transmissão para o plantio de hortigranjeiros. Nesta primeira fase, 15 famílias cultivarão a terra em 140 metros de extensão entre uma torre e outra. A primeira medida foi o cercamento da área.

CEEE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

SERGIO SOUZA DIAS
Diretor Presidente

GERSON CARRION DE OLIVEIRA
Diretor

LUIZ ANTONIO TIRELLO
Diretor

HALIKAN DANIEL DIAS
Diretor

RUBEM CIMA
Diretor

GILBERTO SILVA DA SILVEIRA
Diretor

MARCIA BEATRIZ GARCIA RODRIGUES
Contadora CRCRS 42897

CEEE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Em atendimento aos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, o Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Avenida Joaquim Porto Villanova, 201 – Prédio "A2", Porto Alegre-RS, inscrita no CNPJ sob nº 92.715.812/0001-31, declaram que:

1. Revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório da BDO Auditores Independentes, relativamente às Demonstrações Financeiras da CEEE-GT referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010; e

2. Revisaram discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da CEEE-GT relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010.

Porto Alegre, 24 de março de 2011.

SERGIO SOUZA DIAS
Diretor Presidente

GERSON CARRION DE OLIVEIRA
Diretor

HALIKAN DANIEL DIAS
Diretor

GILBERTO SILVA DA SILVEIRA
Diretor

RUBEM CIMA
Diretor

LUIZ ANTONIO TIRELLO
Diretor

CEEE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT
Porto Alegre - RS

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

CEEE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT
Porto Alegre - RS

OPINIÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB).

ÊNFASE

Conta de Resultado a Compensar (CRC)

Conforme descrito na nota explicativa número 14, a Companhia contabilizou o montante de R$ 1.376.430 nas demonstrações financeiras o valor é decorrente do trânsito em julgado em 31 de março de 2009 da decisão proferida nos autos da Ação Ordinária ajuizada em face da União Federal, onde foi reconhecido o direito de computar na Conta de Resultados a Compensar (CRC) os valores pagos a título de complementação/suplementação de aposentadoria com os servidores ex-autárquicos que integravam seu quadro. A Companhia aguarda designação do perito judicial, no processo de liquidação de sentença,o montante contabilizado está suportado pelo cálculo realizado por especialista contratado pela Administração para a data base de 31 de dezembro de 2009. Esse montante permanece no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 considerando que não houve nenhuma decisão em definitivo que alterasse os critérios de liquidação. Consequentemente, somente após a homologação dos cálculos do perito pelo juízo da liquidação será possível determinar os reflexos nas demonstrações financeiras, se houver, bem como a realização destes créditos, considerando que as formas de utilização do saldo credor da Conta de Resultados está disciplinada em lei federal (Lei n° 8.631/93).

CEEE
GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT
Porto Alegre - RS

Programa de parcelamento de tributos federais (REFIS IV)

Conforme descrito na nota explicativa nº 26 a., em 20 de novembro de 2009 a Companhia aderiu ao programa de parcelamento de tributos federais estabelecido pela Lei nº 11.941 de 27 de Maio de 2009 (REFIS IV). As diferenças entre os valores registrados na contabilidade e os informados no sistema junto a Receita Federal, relativamente aos débitos existentes no Pedido de Parcelamento Especial – PAES até 30 de setembro de 2009 foram incluídas na composição do saldo do novo parcelamento. A Companhia aguarda a definição dos trâmites na Receita Federal relativos ao Processo Administrativo solicitando a homologação dos valores calculados, sendo que a contabilização e classificação das dívidas foram efetuadas de acordo com as condições estabelecidas nos programas. Conseqüentemente, a confirmação da totalidade das obrigações dependerá da finalização, pelas autoridades competentes, das análises das dívidas declaradas. Assim, somente após a conclusão desta análise será possível determinar os possíveis reflexos nas demonstrações, se houver.

Ativos e Passivos relativos às transações de venda e compra de energia realizada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica — CCEE

Conforme detalhado na nota explicativa nº 47 d. às demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2010, a Companhia tem registrado no ativo não circulante valores a receber nos montantes de R$ 123.891 mil, referentes ao reembolso a receber da Revisão Tarifária Extraordinária e no passivo não circulante R$ 73.058 mil, relativos às transações de venda e compra de energia realizada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica — CCEE (anteriormente Mercado Atacadista de Energia Elétrica — MAE) ocorridas em exercícios anteriores. Esses valores foram registrados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE e podem estar sujeitos à modificação dependendo de decisão de processos judiciais em andamento movidos pela Companhia e por outras empresas do setor, relativos, em sua maioria, à interpretação das regras do mercado em vigor para aquele período. Os demais assuntos regulatórios que impactam as demonstrações financeiras estão descritos na nota explicativa nº 47 às demonstrações financeiras.

CEEE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT
Porto Alegre - RS

OUTROS ASSUNTOS

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 1° de março de 2010, sem modificação e com ênfase sobre os mesmos assuntos descritos no tópico ênfase deste relatório. As normas de auditoria anteriormente vigentes permitiam divisão de responsabilidade, portanto os investimentos auditados por outros auditores independentes considerando o percentual de participação da companhia cujo o saldo naquela data é de R$ 231.111, está baseada exclusivamente nos pareceres desse auditores.

Porto Alegre, 24 de março de 2011.

Paulo Ricardo Pinto Alaniz
Sócio-contador
CRC 1RS042460/O-3
BDO Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5 "S" RS

CEEE
GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, tendo analisado no decorrer do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, a gestão econômico-financeira da Empresa, bem como examinado o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Parecer dos Auditores Independentes, BDO Trevisan Auditores Independentes, e as informações complementares da Administração, opinam no sentido de que os documentos referidos representam a situação patrimonial e financeira da Companhia, naquela data, observadas as Ênfases contidas no Relatório dos Auditores Independentes, estando, portanto, em condições de serem submetidos à deliberação dos acionistas.

Porto Alegre, 24 de março de 2011.

Argeu da Silva Brum
Presidente

Fernando Magalhães Coronel
Conselheiro

Rodrigo Vilella Ruiz
Conselheiro

Luiz Carlos Dias Garcia
Conselheiro

Vicente Paulo Mattos de Britto Pereira
Conselheiro

CEEE
GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração, tendo examinado o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado e respectivas Notas Explicativas, referentes ao Exercício de 2010, encerrado em 31 de dezembro de 2010, documentos esses assinados pelos administradores responsáveis pela Empresa, considerando os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, manifesta-se por unanimidade, pela aprovação dos referidos documentos e submete a matéria à apreciação dos Senhores Acionistas.

Porto Alegre, 24 de março de 2011.

Claudemir Bragagnolo,
Presidente do Conselho de Administração.

Sérgio Souza Dias

Caleb Medeiros de Oliveira

Mari Ivane Oliveira Perusso

Sidney do Lago Júnior

Baltazar Balbo Garagorri Teixeira

Vicente José Rauber

Fabiano Pereira

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: MARCIA BEATRIZ GARCIA RODRIGUES DO AMARAL
REGISTRO.....	: RS-042897/O-5
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 318.743.200-04

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 30.03.2011 as 16:09:26.
Válido até: 26.09.2011.
Código de Controle: 95479.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

DICON/DDC/004/2011 Porto Alegre, 01 de abril de 2011.

Ilmo Senhor
João Batista dos Santos
Contadoria e Auditoria Geral do Estado – CAGE

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, concessionária do Serviço Público de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul, vem disponibilizar o Relatório de Administração, as Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas, Manifestação do Conselho de Administração, Parecer do Conselho Fiscal, Relatório do Auditor Independente e a comprovação de regularidade junto ao Conselho Regional de Contabilidade da Contadora responsável pelas Demonstrações, referentes ao exercício de 2010, devidamente assinadas.

Outrossim, informamos que disponibilizaremos a Ata da Assembleia Geral Ordinária aprovando as Demonstrações Financeiras em 29 de abril, data que ocorrerá o referido evento.

Atenciosamente,

Elisângela Moura Rodrigues
Chefe do Departamento de Demonstrações Contábeis

VISTO:

Marcia Beatriz Garcia Rodrigues
Chefe da Divisão Contábil

Av. Joaquim Porto Villanova, 201- Prédio A
Bairro Jardim Carvalho - Porto Alegre - RS - Brasil
CEP 91410-400
www.ceee.com.br

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - D

CEEE
DISTRIBUIÇÃO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Conforme as Normas Internacionais de Contabilidade

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010, 2009 e 01 de Janeiro de 2009.

Valores expressos em milhares de reais.

SUMÁRIO

Relatório de Administração
Relatório de Administração....03

Demonstrações Financeiras
Balanços Patrimoniais 23
Demonstração dos Resultados 24
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido 25
Demonstração dos Fluxos de Caixa 26
Demonstração do Valor Adicionado....27

Notas Explicativas
Notas Explicativas....28

Relatórios
Declaração dos Diretores....100
Relatório dos Auditores Independentes....101
Parecer do Conselho Fiscal 105
Manifestação do Conselho de Administração....106

Relatório da Administração 2010

Senhores Acionistas

A Administração da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, acompanhadas dos pareceres dos Auditores Independentes, do Conselho Fiscal, manifestação do Conselho de Administração, e de um breve relato dos principais itens e questões relacionados à atividade da Concessionária no ano de 2010.

1. Mensagem da Administração

Desde 1943, a CEEE esteve muito presente no desenvolvimento do Estado e na vida das pessoas, compreendendo, cada vez melhor, a importância de suas atividades com responsabilidade social e observando questões ambientais. A empresa passou, em 2010, por muitos desafios relacionados à distribuição de energia elétrica, além dos problemas causados por condições meteorológicas adversas extremas, que se tornaram cada vez mais freqüentes no Estado. Mesmo com os desafios e dificuldades de crescimento, a Concessionária alcançou algumas conquistas que foram fruto do trabalho de planejamento e dedicação de seus funcionários.

Entre os motivos para comemorar estão a conquista e a manutenção da certificação ISO 9001 para coleta de dados e apuração dos indicadores individuais e coletivos. Esse trabalho envolveu mais de 1.500 colaboradores de 59 setores, 29 agências, 6 gerências e 11 bases técnicas, além do Centro Administrativo da Companhia. Também neste ano, a CEEE Distribuição obteve o primeiro lugar no Índice de Satisfação com a Qualidade Percebida (ISQP) no Estado, de acordo com a 12ª Pesquisa Abradee (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), com índice de 88,9%. O estudo apresenta a Concessionária em 2º lugar na Região Sul e 3º, entre as Concessionárias de Energia do Brasil, em relação ao nível de satisfação dos consumidores residenciais, com a qualidade dos serviços.

Esses resultados nos motivam a enfrentar a crise financeira pela qual a Distribuidora está passando. Por ser uma Concessionária deficitária, que vem de um problema histórico desde a privatização, a CEEE Distribuição necessita de ajustes muito fortes, principalmente, na questão de investimentos em ativos que possam remunerar a tarifa e no equacionamento em direção à Concessionária de Referência da Aneel.

Uma das ações para organizar a Concessionária e definir quais os investimentos prioritários é o Planejamento Estratégico do Grupo CEEE, que foi elaborado com base na metodologia em 2009, pelo PGQP (Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade) através de consultorias, com o objetivo de melhorar os processos da Companhia. Outro acontecimento que merece destaque é a adesão da CEEE Distribuição ao Nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBovespa, que gerencia o mercado de ações. Esse feito estabelece uma relação mais transparente entre a Companhia e seus acionistas e futuros investidores e é uma das metas do planejamento estratégico do Grupo.

Para reforçar a proteção e integridade das empresas do Grupo CEEE foi elaborado, por um grupo multidisciplinar, composto por colegas de diversas áreas da Companhia, o Código de Ética empresarial. O documento, que será distribuído para todos os funcionários, traz um conjunto de orientações sobre o conhecimento dos valores e princípios éticos que regem as empresas do Grupo.

Em relação aos investimentos, a CEEE-D executou, em obras e infraestrutura, o equivalente a R$ 97,3 milhões, permitindo o desenvolvimento dos negócios. A escolha de Porto Alegre como uma das Cidades Brasileiras a sediar a Copa do Mundo em 2014 demandará à Concessionária investimentos na ordem de R$ 503 milhões adicionais até 2013, permitindo a expansão e a melhoria de todo o sistema elétrico da região metropolitana e área de abrangência.

2. Perfil da Empresa

A CEEE-D é uma Sociedade de Economia Mista originada do processo de reestruturação societária da Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE, efetuada em novembro de 2006. Tem como maior investidor a Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações - CEEE-Par.
A Concessionária detém a concessão para exploração dos serviços de Distribuição de Energia Elétrica em 26% do território do Estado do Rio Grande do sul, atendendo 72 municípios. Em 2010, atendeu 1,46 milhões de unidades consumidoras, o que representa uma média de mais de 4 milhões de pessoas. Esse mercado cativo apresentou um aumento de fornecimento de energia de quase 6% em relação a 2009 (de 6.911 GWh em 2009 para 7.322 GWh em 2010). Além disso, atende 9 unidades de consumidores livres, que apresentaram crescimento de consumo de 10,9% em 2010 em relação a 2009. O total de energia vendida pela distribuidora no ano de 2010 foi de 7.322 GWh.

2.1 Os Negócios da Empresa

A CEEE-D tem como objetivo projetar, construir e operar sistemas de Distribuição de Energia Elétrica, comercializar e prestar serviços no setor, bem como explorar a respectiva infraestrutura para a prestação de outros serviços.

2.2 Composição Acionária

Acionista	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
CEEE-Par	255.232.851	67,04	43.495	0,67	255.276.346	65,92
ELETROBRÁS	122.681.434	32,23	3.505.584	53,43	126.187.018	32,59
MUNICÍPIOS	1.327.238	0,35	2.036.684	31,04	3.363.922	0,87
CUSTÓDIA BMF BOVESPA	1.400.904	0,37	906.932	13,82	2.307.836	0,60
OUTROS	26.843	0,01	67.863	1,04	94.706	0,02
TOTAL	380.669.270	100,00	6.560.558	100,00	387.229.828	100,00

2.3 Reconhecimentos

Prêmio Top of Mind

A CEEE-D foi premiada na 20ª edição da pesquisa Top of Mind da Revista Amanhã, categoria Top Executivos – Empresa de Energia Elétrica. No Top Executivos, são entrevistados empresários das 100 maiores corporações, segundo o ranking Grandes e Líderes, levantamento realizado pela Amanhã em parceria com a PricewaterhouseCoopers, feito há três anos. Em 2010, foram ouvidos 33% dos executivos das 100 maiores Concessionária do Estado. A Concessionária ocupou o 1º lugar como Empresa de Energia e o 2º na categoria Empresa Pública Eficiente. Entre as concorrentes do ramo de energia, a marca CEEE ficou com 42,2% da lembrança.

Prêmio Abradee

A Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - Abradee realiza, desde 1999, pesquisa que, além de apurar o nível de satisfação dos consumidores, busca gerar índices que permitam a comparação dos resultados entre todas as Distribuidoras e a geração de matrizes de apoio à definição de ações de melhoria. Essa Associação tem como missão contribuir para a excelência na gestão de suas associadas.
Segundo a avaliação 2010 dos clientes brasileiros de energia elétrica, a CEEE-D é a 3ª colocada no ranking brasileiro, a 2ª da Região Sul e a 1ª Distribuidora do Estado. A Empresa teve um resultado

de 88,9% no Índice de Satisfação com a Qualidade Percebida. A pesquisa foi realizada no 1º semestre de 2010 em 26 estados brasileiros, e envolveu 49 concessionárias, sendo 20 delas com mercado superior a 500 mil clientes. Esse trabalho, realizado desde 1999, além de apurar o nível de satisfação dos consumidores, busca gerar índices que permitam a comparação dos resultados entre todas as distribuidoras e a geração de matrizes de apoio à definição de ações de melhoria.
Em 2010, a CEEE D, na categoria Índice de Satisfação com a Qualidade Percebida, obteve o reconhecimento: 1º lugar – RS; 2º lugar – Região Sul; 3º lugar – Brasil.

ATRIBUTOS	2010	2009
Índice de satisfação com a qualidade percebida	88,9%	84,4%
Fornecimento de energia	82,9%	84,9%
Atendimento ao cliente	88,3%	83,0%
Informação e comunicação com cliente	84,3%	74,9%
Conta de luz	96,1%	93,7%
Imagem	91,4%	88,4%
Responsabilidade Social	90,8%	87,2%

Troféu Responsabilidade Social

Em 2010, a CEEE-D foi uma das 13 organizações gaúchas, dentre as 230 organizações inscritas, que recebeu o Troféu Responsabilidade Social 2010 - Destaque RS da Assembléia Legislativa do Estado, na categoria Entidades Governamentais. O prêmio é concedido às empresas e demais entidades que apresentaram, em cada categoria, o melhor nível de desempenho em termos de Responsabilidade Social, em avaliação feita a partir do Balanço Social e do Relatório de Responsabilidade Social apresentados.

Certificado de Responsabilidade Social

A CEEE-D recebeu o Certificado de Responsabilidade Social da Assembléia Legislativa, prêmio instituído por Lei Estadual e promovido sob coordenação da Comissão Mista Executiva, formada por representantes de entidades e instituições da sociedade civil, como FIERGS, FEDERASUL, FECOMERCIO, Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas, OCERGS/SESCOOP, FAMURS, SESI, SESC, ONG Parceiros Voluntários, Fórum RS de Responsabilidade Social, Conselho Regional de Contabilidade, Central Autônoma dos Trabalhadores, Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade, Associação Riograndense de Imprensa, Federação das Associações dos Servidores Públicos e Secretaria de Desenvolvimento Social/RS.

3. Gestão e Governança Corporativa

3.1 Organização e Gestão

Em 2010 a CEEE-D recebeu a recomendação para a Certificação ISO 9001:2008, atendendo uma exigência regulatória. O Sistema de Gestão da Qualidade da Concessionária está certificado para o seguinte escopo: coleta de dados e apuração dos indicadores individuais e coletivos de continuidade no fornecimento de energia elétrica.
O trabalho envolveu 10 processos, incluindo as áreas de apoio da Concessionária. Durante o ano foram realizadas duas auditorias de manutenção da certificação, onde foram verificados os processos do sistema certificado. O resultado destas auditorias foi de zero não-conformidades, demonstrando a melhoria contínua do Sistema da Qualidade e o alto nível de conscientização dos empregados, sendo registrado como ponto positivo na auditoria externa.
O trabalho foi conduzido pelo Comitê da Qualidade da Concessionária, que promoveu a formação de 32 Auditores Internos da Norma NBR ISO 9001:2008, a distribuição de 1.500 cartilhas para os envolvidos e diversos outros instrumentos de comunicação e treinamento. Para a formação do

Sistema da Qualidade foram criadas e revisadas normas de procedimentos e rotinas internas, que padronizaram as atividades e otimizaram os processos.
No segundo semestre de 2010, a empresa iniciou um novo trabalho envolvendo a certificação do processo de tratamento de reclamações. Em 2011, o Sistema de Gestão da Qualidade da CEEE-D possuirá mais um processo a ser certificado, atendendo a Resolução Normativa nº 414 da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), que abrange o tratamento de 16 tipos de reclamações.

3.1.1 Políticas

A CEEE-D, considerando a crescente relevância que o tema Responsabilidade Social vem assumindo em todos os setores da sociedade e buscando atender ao órgão regulador, as exigências da CVM nº 480/2009 e contidas nos pronunciamentos para a implantação das Normas Internacionais – IFRS vem adotando, desde 2009, Políticas de Responsabilidade Social com objetivo de refletir sobre todas as práticas desenvolvidas na Concessionária com base na sua missão e valores fundamentada nos princípios do comprometimento, diálogo, comunicação, transparência e respeito à dinâmica Socioambiental. Além disso, a Concessionária vem trabalhando fortemente para a elaboração das políticas de Gerenciamento de Capitais, Riscos Financeiros, Composição de Caixa e Equivalente de Caixa, Investimentos, Destinação de Resultados e Reconhecimento da Receita.
A CEEE-D adota uma série de Políticas que pautam suas relações e suas ações frente às partes interessadas aos negócios, dentre as quais se destacam: Política de Excelência em Gestão, Política Corporativa de Segurança no Trabalho e Saúde Ocupacional, Política Ambiental, Política de Publicação e Uso das Informações Empresariais do Grupo CEEE.

3.1.2 Código de Ética

O documento final foi convalidado e autorizado pelos Dirigentes, Diretoria Executiva e Conselho de Administração em novembro de 2010. Encontra-se em andamento as ações previstas para a constituição do Comitê de Ética e para a divulgação do código, a fim de que este seja do amplo conhecimento de todos os colaboradores e demais partes interessadas da Concessionária.

3.1.3 Planejamento Estratégico

O acompanhamento do planejamento estratégico 2004-2014 da CEEE-D segue o modelo do Gerenciamento pelas Diretrizes e teve, no ano de 2010, a sua revisão para o horizonte de 2011-2015. Para a revisão, realizou-se nova análise dos ambientes interno e externo de influência sobre os negócios que, juntamente com a análise das oportunidades e ameaças permitiu a gestão da empresa estabelecer as premissas que nortearam a construção do seu planejamento.
As estratégias traçadas foram desdobradas em projetos, cujo monitoramento é realizado através de um cronograma de reuniões mensais. O objetivo destas reuniões é acompanhar o alcance das metas, garantindo a eficiência do planejamento estratégico atual e buscando o alinhamento para ações que não estão gerando o resultado esperado. Em dezembro de 2010, a revisão estratégica foi efetuada visando o aumento da Margem EBITDA bem como a melhoria e qualidade da gestão, estabelecendo novas ações estratégicas, mantendo aqueles continuados.
Com o objetivo de permear a filosofia do método do planejamento estratégico, a gestão instituiu um Comitê do Planejamento Estratégico, formado por lideranças da Concessionária e que interage com as diversas áreas, encaminhando as principais necessidades e propostas do nível operacional para a Diretoria. Ao mesmo tempo, fornece apoio, acompanhamento e integração para as frentes de gestão estratégica, orçamentária e gestão por processos e para a difusão do planejamento estratégico.

3.2 Governança Corporativa

A CEEE-D, baseada em seu planejamento estratégico, aderiu ao Nível 1 de Governança Corporativa da BMF & Bovespa para o ano de 2010, em consonância com a recomendação do Comitê de Governança Corporativa das Empresas Estatais – CGCE.
Dedicando esforços para o aperfeiçoamento do seu modelo de governança corporativa, a Concessionária criou o Comitê Gestor de Transparência para coordenar e manter a Página de Transparência, na rede mundial de computadores. Além disso, um conjunto de políticas e práticas de relacionamento com as partes interessadas reforçam o compromisso da CEEE-D com uma atuação mais responsável frente aos seus negócios, enfatizando a transparência e a divulgação das ações e informações, a melhoria contínua e desenvolvimento sustentável de seus empregados, acionistas e parceiros em geral.
A estrutura da administração da Concessionária é constituída por uma Assembléia Geral, por um Conselho de Administração, Conselho Fiscal e pela Diretoria Colegiada. Além disso, completa a estrutura de governança a Auditoria Interna, a Auditoria Independente, os comitês de assessoramento à Diretoria e os canais de comunicação da Concessionária com suas partes interessadas.

3.3 Relações com Investidores

Diante da adesão ao nível 01 de governança da Bovespa, a criação de uma estrutura formal para tratar das Relações com Investidores (RI) e Governança Corporativa, tornou-se fundamental na estrutura organizacional da Concessionária. Esta área tem o objetivo específico de desenvolver e aprimorar as Relações com Investidores e Governança Corporativa e já desenvolveu as seguintes atividades no período:

- Migração do Mercado Organizado de Balcão para o Mercado Tradicional de Bolsa, conforme indicação da BMF&BOVESPA, como preparação para a adesão ao Nível 1 de Governança Corporativa;
- Assinatura do contrato de Adesão ao Nível 1 de Governança Corporativa da BMF&BOVESPA;
- Treinamento sobre Governança Corporativa aos Gestores das Empresas, orientado pela PUC-RS;
- Preparação de treinamento específico sobre Governança Corporativa a ser ministrado obrigatoriamente aos Conselheiros, Diretores e Gestores da Alta Administração, com o apoio técnico da PUC-RS;
- Treinamento dos profissionais da CEEE-D, em curso de Formação em Relações com Investidores, realizado na BMF&BOVESPA, com Coordenação Técnica do Instituto Brasileiro de Relações com Investidores – IBRI;
- Desenvolvimento do Portal de Relações com Investidores na internet, conforme determina a resolução CVM 480/09;
- Aprimoramento no processo de elaboração e manutenção das informações contidas no Formulário de Referência, encaminhado à CVM e divulgado na internet;
- Estudos preliminares para a implantação das práticas de Gestão de Riscos e outras políticas.

3.4 Indicadores de Desempenho Operacional e de Produtividade

Durante o ano de 2010, foram atendidas em torno de 150.000 ocorrências com interrupção de energia, sendo registrados mais de 40 dias críticos oriundos de condições climáticas adversas, tais como temporais, vendavais, calor excessivo entre outros. No mês de fevereiro de 2010 houve uma forte onda de calor, que significou uma maior demanda de serviços. Esses eventos causaram

impactos significativos na rede de distribuição, sendo necessários substituição de postes, condutores, equipamentos e transformadores que haviam sido danificados.
A CEEE-D contou com um grupo para atendimento que totalizou 250 equipes leves e 30 equipes pesadas, além de 60 equipes contratadas, que realizaram os atendimentos para reduzir os

transtornos causados à população e aos clientes da Concessionária, garantindo fornecimento de energia elétrica.

3.4.1 Teleatendimento

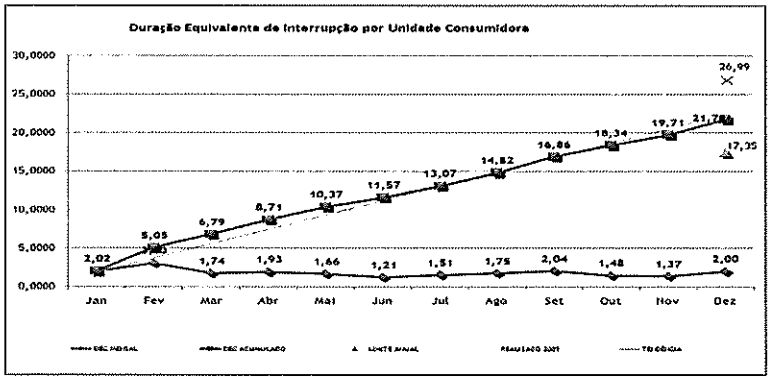
Durante o ano, o número médio diário de chamadas atendidas foi de 6.847, com um tempo médio de atendimento de 2min44s por chamada, resultando em 2,50 milhões de atendimentos no ano. O serviço conta hoje com 224 empregados e 11 supervisores.

3.4.2 Postos de Atendimento

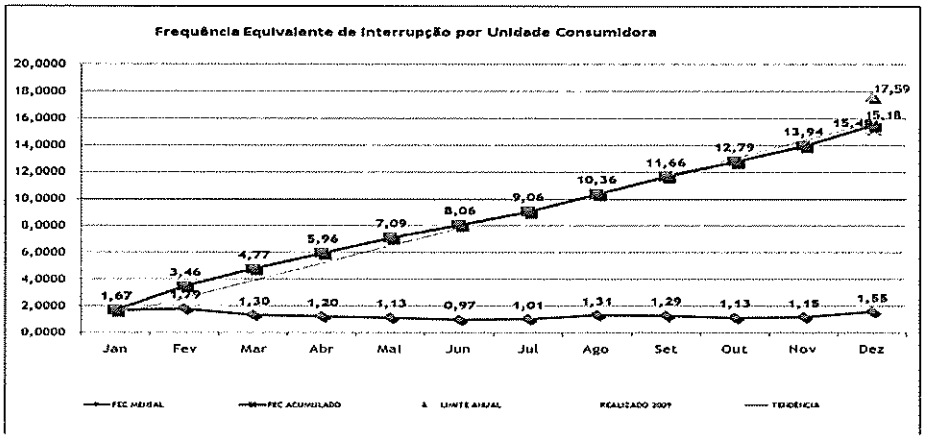
A CEEE-D disponibiliza diversos canais de comunicação em toda sua área de abrangência, visando o melhor atendimento aos seus clientes. Esta estrutura de atendimento é composta de 29 agências e 3 departamentos de cobrança.
Em 2010, a estrutura de atendimento presencial foi ampliada com a abertura de 7 Postos de Atendimento ao Cliente - PACs. Esta ampliação decorre da identificação de necessidades específicas em localidades mais expressivas e já está aderente ao que foi proposto pela ANEEL na revisão da Resolução 414/2010. As localidades contempladas com a abertura de novos postos são: Cidreira, Imbé, Terra de Areia, Arroio do Sal, Quinta (Rio Grande), Eldorado do Sul, Charqueadas.
Além da rede de atendimento presencial, a CEEE-D disponibiliza um portal de acesso a serviços via internet (em 2010, foram registrados no site 1,53 milhão de acessos a serviços) e um canal de atendimento por telefone, através do número 0800 721 2333.

3.4.3 DEC e FEC

Os principais indicadores do negócio de distribuição são o DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor e o FEC - Freqüência Equivalente de Interrupção por Consumidor.
O DEC mede o tempo de atendimento às ocorrências. O motivo de o indicador ter ultrapassado o limite anual estabelecido pela ANEEL, em 2010, deve-se ao atendimento de um elevado número de ocorrências sem interrupção, aumentando o tempo de atendimento daquelas com interrupção.



O indicador FEC mede o número de vezes que são atendidas ocorrências em um período. Este indicador está mantendo-se abaixo do limite estabelecido pela ANEEL, nos últimos anos, devido a estrutura existente para manutenção emergencial e o expurgo das ocorrências que não são responsabilidade da CEEE-D ou classificadas como pertencentes a dias críticos.



Importante salientar que, nos últimos 3 anos, devido a mudanças regulatórias, modificaram-se os parâmetros de cálculos dos indicadores, o que não permite a análise comparativa da série histórica.

4. Gestão Econômica

4.1 O Setor de Energia Elétrica no Brasil

Encerrado o ano de 2010, o consumo nacional de energia elétrica na rede registrou expansão de 7,8% ante 2009, totalizando o montante de 419.016 gigawatts-hora (GWh). O mercado de energia elétrica em 2010 foi favorecido pelo desempenho da economia, com destaque para o mercado interno, impulsionado pelo crescimento do emprego e da renda e pelo aumento da oferta de crédito. As classes residencial e comercial mantiveram patamar elevado de crescimento no ano, e o consumo industrial consolidou a recuperação iniciada no segundo semestre de 2009 após a crise deflagrada em 2008.
No consumo industrial, à Região Sul coube a segunda maior expansão em 2010, com taxa de 9,7%. O Rio Grande do Sul apontou crescimento de 12%, com a contribuição do restabelecimento das atividades do Pólo Petroquímico de Triunfo. (Fonte: EPE)
Para atender a população e o crescimento econômico, torna-se necessário a realização de investimentos em infra-estrutura de energia elétrica. Para tanto o setor elétrico conta com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS e a Empresa de Pesquisa Energética – EPE, que realizam estudos e fazem o planejamento do Sistema Elétrico Brasileiro, que servirão de base para os futuros leilões e resoluções autorizativas da ANEEL, quando serão definidos os investimentos no setor elétrico.

4.1.1 Regulação

Em 2010, a ANEEL (agência regulatória e fiscalizadora do setor de energia elétrica, vinculada ao Ministério de Minas e Energia) consolidou alguns atos normativos de considerável representatividade ao setor elétrico, dentre os quais se destacam:

- Aplicação de descontos sobre as tarifas da subclasse residencial Baixa Renda;
- Estabelecimento da Contabilidade Regulatória, além da aprovação das modificações no Manual de Contabilidade Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE);
- Implementação de nova metodologia para o 3º ciclo de Revisões Tarifárias Periódicas (RTP) das distribuidoras de energia elétrica;
- Mudanças na definição de limites para indicadores individuais e coletivos de continuidade;

- Instituição de condições de fornecimento de energia elétrica, as quais devem ser consideradas pelos prestadores do serviço e consumidores de eletricidade;

- Instituição de processos a serem implementados pelas distribuidoras para o tratamento das reclamações dos consumidores de energia elétrica.

4.1.2 Tarifas da Distribuição - reajuste tarifário anual de 2010

Em meados de outubro de 2010, foi homologado pela ANEEL o Índice de Reajuste Tarifário Anual (IRT) da CEEE-D. A novidade no reajuste deste ano fora a implantação do critério de neutralidade dos encargos setoriais, já considerado no IRT da distribuidora, conforme regra o seu contrato de concessão.

Índice de Reajuste Tarifário (%) - 2010	
CEEE-D	
Vigência	25.10.2010
IRT Econômico	7,16
IRT Financeiro	-0,19
IRT Total	**6,97**

Fonte: ANEEL

4.1.3 Programas Regulatórios

4.1.3.1 Universalização (PLT)

No ano de 2010 foram atendidas aproximadamente 2.700 novas unidades consumidoras, nos Contratos ECFS 253/2009, celebrado com a Eletrobrás, e Convênio FPE 1387/2008, celebrado com o Governo do Estado.
Foi celebrado, em 05/8/10, o Contrato ECFS 302/2010, com a Eletrobrás, num total de R$ 19,62 milhões e em 27/9/10, o Convênio FPE 3622/10, com o Governo do Estado – no montante de R$ 12,11 milhões subvencionados, o repasse do Estado se dá em seis parcelas de R$ 2,02 milhões, através da compensação de créditos presumidos de ICMS, tendo a primeira liberação em outubro de 2010.
Ingressaram na CEEE-D, no exercício de 2010, os seguintes valores:
• R$ 23,55 milhões, originários do Contrato ECFS 199/07;
• R$ 27,03 milhões, originários do Contrato ECFS 253/09;
• R$ 5 milhões em quatro parcelas de R$ 1,25 milhão, através de compensação de créditos presumidos de ICMS, originários do Convênio FPE 295/09;

4.1.3.2 Programa de Eficientização Energética - PEE

A ANEEL regulamenta a aplicação de recursos pelas concessionárias, em ações de combate ao desperdício de energia elétrica, através da realização de projetos voltados à eficiência energética. O montante aplicado anualmente corresponde a 0,5 % da receita operacional líquida da Concessionária, que no ano de 2010, correspondeu a R$ 3,46 milhões na conclusão de projetos.
Dentro dos Projetos de eficientização está também o programa RELUZ, que objetiva a qualificação da iluminação pública, com substituição de luminárias, lâmpadas e acessórios por equipamentos de maior eficiência, através da parceria com a Eletrobrás e Prefeituras Municipais. Em 2010, além do desenvolvimento físico dos programas nos municípios de Butiá e Minas do Leão e as tratativas para dar seqüência à eficientização da iluminação pública em Porto Alegre e São Lourenço do Sul, bem como novos compromissos com os municípios de Eldorado do Sul e Encruzilhada do Sul.

4.1.3.3 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

Em conformidade com a Lei nº 9.991/2000 e suas alterações, as concessionárias devem investir um percentual da sua Receita Operacional Líquida – ROL em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento

– P&D. Este valor é repassado ao consumidor na conta de energia elétrica, através do item "Encargos Setoriais".

Somente em 2010 a CEEE-D concluiu 08 projetos resultando um valor superior à R$ 1,3 milhão e está contratando mais 12 projetos para execução a partir de 2011, totalizando um valor aproximado de investimento na ordem de R$ 6 milhões.

4.2 Participação no Mercado de Energia Elétrica

4.2.1 Mercado de Distribuição de Energia

O consumo de energia elétrica no país registrou em novembro de 2010 um crescimento de 8,1% em relação aos 12 meses anteriores. Este crescimento foi impulsionado, principalmente, pelo consumo das regiões Sudeste, com crescimento de 8,7% e participação de 54%, e da região Nordeste, com crescimento de 9,3% e participação de 17%.
Em 2010, na CEEE-D, com um aumento de 27.805 novas unidades consumidoras, seu mercado de distribuição de energia elétrica atingiu a marca de 1.466 mil clientes.
A distribuição de energia apresentou um crescimento de 6,2% em relação a 2009 totalizando 7.729 GWh de consumo faturado total. Neste comportamento destacamos a recuperação do consumo industrial, que após uma queda de 11% em 2009, apresentou um crescimento de 12,1%, sendo 12,4% no consumo industrial cativo e 10,9% no consumo industrial livre. Esta recuperação, apesar de muito significativa, ainda não foi suficiente para repor a perda de consumo ocorrida durante o ano de 2009 na classe industrial livre, mais afetada pela crise financeira internacional iniciada em outubro de 2008, devido ao seu perfil exportador, do que a indústria cativa.
Destacamos ainda o forte crescimento das classes residencial com 4,8% e comercial com 4,1%, fortemente impulsionado pelo crescimento da renda do trabalho, redução do desemprego, ampliação do crédito direto ao consumidor e das políticas fiscais de redução de impostos sobre o consumo, postas em prática pelo governo federal como forma de enfrentamento da crise durante 2009.

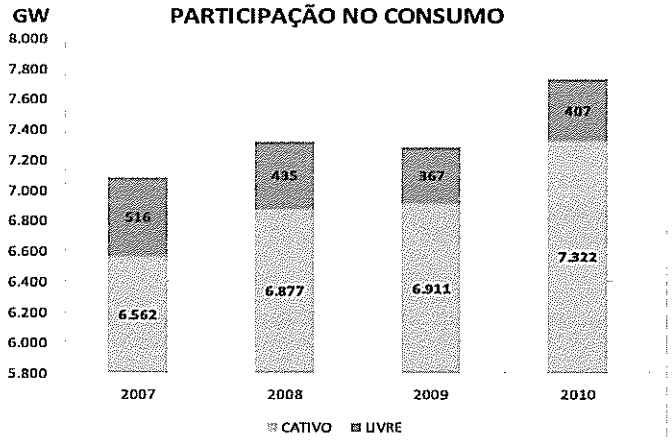
CONSUMO FATURADO (MWh)

	Regional Metropolitana			Regional Litoral Norte			Regional Sul			Total CEEE-D		
Classes	2009	2010	%	2009	2010	%	2009	2010	%	2009	2010	%
Cativo	4.269.099	4.539.382	6,3	730.853	771.751	5,6	1.910.613	2.010.580	5,2	6.910.565	7.321.713	5,9
RESIDENCIAL	1.527.950	1.585.810	3,8	314.005	333.856	6,3	590.451	628.609	6,5	2.432.406	2.548.275	4,8
INDUSTRIAL	784.386	942.116	20,1	94.707	98.487	4,0	535.628	549.158	2,5	1.414.720	1.589.761	12,4
COMERCIAL	1.441.014	1.491.975	3,5	126.576	135.185	6,8	294.563	311.655	5,8	1.862.154	1.938.815	4,1
RURAL	51.928	55.544	7,0	115.198	108.654	-5,7	322.000	350.628	8,9	489.126	514.826	5,3
OUTROS	463.821	463.937	0,0	80.367	95.569	18,9	167.971	170.531	1,5	712.159	730.037	2,5
Livre	285.618	309.116	8,2	-	-	-	81.653	98.012	20,0	367.271	407.128	10,9
Total	**4.554.717**	**4.848.498**	**6,5**	**730.853**	**771.751**	**5,6**	**1.992.266**	**2.108.592**	**5,8**	**7.277.836**	**7.728.841**	**6,2**

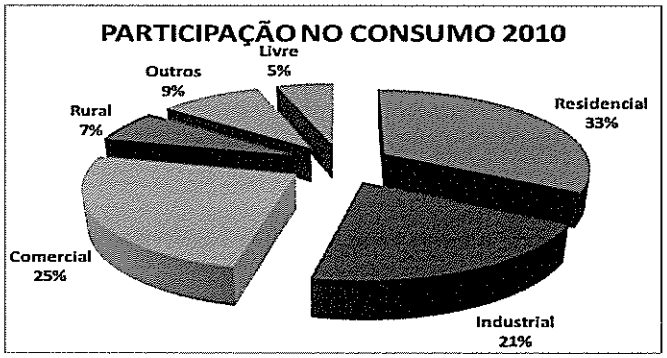
NÚMERO DE UNIDADE CONSUMIDORAS

	Regional Metropolitana			Regional Litoral Norte			Regional Sul			Total CEEE-D		
Classes	2009	2010	%	2009	2010	%	2009	2010	%	2009	2010	%
Cativo	747.443	759.074	1,6%	244.613	252.294	3,1%	446.009	454.502	1,9%	1.438.065	1.465.870	1,9%
RESIDENCIAL	660.121	669.679	1,4%	209.735	216.351	3,2%	353.650	360.761	2,0%	1.223.506	1.246.791	1,9%
INDUSTRIAL	5.592	5.687	1,7%	2.773	3.001	8,2%	3.500	3.756	7,3%	11.865	12.444	4,9%
COMERCIAL	72.495	74.260	2,4%	13.023	13.685	5,1%	27.927	28.808	3,2%	113.445	116.753	2,9%
RURAL	6.575	6.711	2,1%	17.674	17.790	0,7%	57.510	57.705	0,3%	81.759	82.206	0,5%
OUTROS	2.660	2.737	2,9%	1.408	1.467	4,2%	3.422	3.472	1,5%	7.490	7.676	2,5%
Livre	5	5	0,0%	-	-	0,0%	4	4	0,0%	9	9	0,0%
Total	**747.448**	**759.079**	1,6%	**244.613**	**252.294**	3,1%	**446.013**	**454.506**	1,9%	**1.438.074**	**1.465.879**	1,9%

No gráfico abaixo vemos a interrupção no crescimento do consumo ocorrida no ano de 2009, provocado pela redução do consumo industrial e a retomada em 2010, inclusive com a retomada do crescimento do consumo livre.



A seguir vemos a participação das classes no consumo da CEEE-D.



4.2.2 Compra de Energia

No ano de 2010, a carga total da CEEE-D foi de 9.262 GWh, representando um crescimento de 5,54% em relação ao ano de 2009.
Com relação à compra de energia, na CEEE-D, foram adquiridos os seguintes montantes de energia elétrica nos leilões realizados durante o ano de 2010:

- 3,95 MWm ao preço médio de R$ 105,04/MWh, dos Geradores Chesf e Vale Paracatu, no Leilão A-1/2010, realizado em 10 de dezembro de 2010. O fornecimento será por 03 anos, iniciando em 1º de janeiro de 2011.

Os Leilões de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração estão previstos no Decreto nº 5.163, de 30/07/2004. Tais Leilões têm por objetivo o atendimento às necessidades de mercado das distribuidoras mediante a venda de energia elétrica proveniente de novos empreendimentos e, excepcionalmente, até dezembro de 2007, também dos empreendimentos existentes que preencham os requisitos especificados na Lei nº 10.848/04 e no Decreto nº 5.163/04.
Além disso, quatro novos produtos oriundos de leilões realizados em anos anteriores iniciaram o fornecimento:

Produto	Fontes	Leilão	Novos Contratos
2010-2014	Hidrelétrica	8º Leilão de Existente	3 novos contratos
2010-T15	Termelétricas	1º Leilão de Energia Nova	4 novos contratos
2010-T15	Termelétricas	4º Leilão de Energia Nova	18 novos contratos
2010-H30	Hidrelétricas	1º Leilão de Energia Nova	12 novos contratos

Além disso, foram adquiridos 7 MW médios no Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits – MCSD. O custo com a compra de energia em 2010 foi de R$ 888,45 milhões, um aumento de 9% em relação a 2009. Com relação aos pagamentos pelo uso do sistema de transmissão, o desembolso foi de R$ 188,85 milhões, e as despesas com encargos de conexão e transporte foram de R$ 26,23 milhões.

4.3 Investimentos

Visando à qualidade do fornecimento de energia e dos serviços prestados, ao longo de 2010, a CEEE-D realizou investimentos na ordem de R$ 97,3 milhões.

4.3.1 Expansão

Atendendo às exigências da ANEEL, que estabelece os procedimentos de distribuição (PRODIST), a Concessionária elaborou seu Plano de Desenvolvimento da Distribuidora (PDD). No ano de 2010, do total investido pela Concessionária, R$ 89,8 milhões destinaram-se a esse plano, em obras para expansão, melhoria, renovação, bem como em Universalização e Luz para Todos (PLT).

4.3.2 Programa de Redução de Perdas Comerciais

4.3.2.1 Fiscalização

Para as atividades de fiscalização de unidades consumidoras, principal ferramenta para o combate às perdas comerciais, a CEEE-D conta com equipes próprias dedicadas exclusivamente a essa atividade, as quais, durante o ano de 2010, realizaram 55.000 inspeções, notificaram 10.400 unidades consumidoras que apresentaram irregularidade na medição de energia elétrica e constataram 2.600 avarias nos equipamentos. Em 2010, o resultado dessa atividade foi o ingresso de R$ 8,2 milhões aos cofres da Concessionária, além do incremento do faturamento estimado em R$ 6 milhões. Nos procedimentos de autuação de irregularidades, a CEEE-D registrou acima de 600 (seiscentos) boletins de ocorrências policiais, naquelas irregularidades de grande monta.

4.3.2.2 Equipamentos de Medição

Em 2010, foram investidos R$ 10 milhões em equipamentos de medição, sendo adquiridos 110.900 medidores e 1.515 transformadores para instrumentos (transformadores de corrente e de potencial), para possibilitar a realização dos diversos serviços comerciais, entre os quais está a ligação de novos consumidores e a realização da atividade fiscalização de unidades consumidoras.

4.4 Modernização

Ainda em 2010, a área comercial da Concessionária manteve um site de acompanhamento dos indicadores de serviços, estabelecendo assim um Ranking gerado por cada unidade de negócio. Esta ferramenta tem o compromisso de buscar permanentemente o aumento da eficiência no atendimento aos consumidores e ao final de cada ano é feita a premiação para aqueles que tiveram o maior desempenho.

Duas ferramentas estão previstas para melhorar a qualidade de atendimento aos clientes:

- URA (Unidade de Resposta Audível): é uma interface telefônica que provê serviços automáticos para os clientes que ligam, na qual os dados são inseridos por meio de teclado do telefone ou fala humana. Sua previsão de funcionamento na primeira quinzena de janeiro de 2011.
- Torpedo SMS: este serviço consiste em atendimento via mensagem de texto, enviada por um celular, com a solicitação de serviço através de uma palavra chave e código de instalação para um número curto chamado de Short Code. A mensagem do cliente é recebida e validada automaticamente pelo sistema comercial da CEEE-D e em retorno, ele recebe outra mensagem de texto com a confirmação do serviço e o numero de protocolo. O serviço pode ser solicitado de celulares de qualquer operadora do Estado. A implantação está prevista para o 1º semestre de 2011.

A implantação da segunda etapa do Plano de Sistema de Comunicação Móvel contou com a aquisição de 300 PDAs - Personal Digital Assistant, o que significa otimização do atendimento das equipes nos veículos operacionais, pois estas recebem os dados diretamente do Sistema Corporativo de Gestão de Serviços – SGS.

5. Balanço Social

Balanço Social

1 - BASE DE CÁLCULO	Dezembro 2010 (valor em mil R$)			Dezembro 2009 (valor em mil R$) Reapresentado		
Receita líquida (RL)	1.821.539			1.800.648		
Resultado operacional (RO)	(210.626)			1.932.900		
Folha de pagamento bruta (FPB)	304.369			285.281		
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	**Valor (em mil R$)**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**	**Valor (em mil R$)**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**
Encargos Sociais Compulsórios	63.906	18%	3%	40.548	14%	2%
Saúde	683	0%	0%	403	0%	0%
Medicina e Segurança	3.069	1%	0%	3.842	1%	0%
Educação	1.827	1%	0%	1.826	1%	0%
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	2.193	1%	0%	456	0%	0%
Benefícios	64.095	21%	4%	64.526	23%	4%
Alimentação	18.233	6%	1%	16.740	6%	1%
Creches ou Auxílio-Creche	2.139	1%	0%	1.484	1%	0%
Previdência privada	34.844	11%	2%	39.154	14%	2%
Plano de Saúde	9.080	3%	0%	7.147	3%	0%
Participação nos Lucros ou Resultados	11.022	4%	1%	10.668	4%	1%
Inclusão Social	68	0%	0%	70	0%	0%
Outros	2.853	1%	0%	3.160	1%	0%
Produtividade	1.373	0%	0%	1.248	0%	0%
Vale Transporte - Excedente	1.480	0%	0%	1.901	1%	0%
Complexo Apoio Empregados	-	-	-	11	0%	0%
Total - Indicadores sociais internos	**140.736**	**46%**	**8%**	**126.498**	**44%**	**7%**

3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	Valor (em mil R$)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (em mil R$)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	1.049	0%	0%	1.179	0%	0%
Cultura	4.927	-2%	0%	8.013	0%	0%
Saúde e saneamento	4	0%	0%	3	0%	0%
Inclusão Social	27.488	-13%	2%	29.951	2%	2%
Ação Social	60	0%	0%	721	0%	0%
Total das contribuições para a sociedade	33.526	-16%	2%	37.867	2%	2%
Tributos (excluídos encargos sociais)	668.073	-317%	37%	650.740	34%	36%
Total - Indicadores sociais externos	**701.599**	**-333%**	**39%**	**688.607**	**36%**	**38%**

4 - INDICADORES AMBIENTAIS	Valor (em mil R$)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (em mil R$)	% sobre RO	% sobre RL
Indicador Ambiental	-	0%	0%	10	0%	0%
Educação	-	0%	0%	0	0%	0%
Estudo	-	0%	0%	0	0%	0%
Gestão	12	0%	0%	9	0%	0%
Resíduos	11	0%	0%	6	0%	0%
ISO 14 001	-	0%	0%	0	0%	0%
Sócio Patrimonial e Ambiental	-	0%	0%	0	0%	0%
Outros	1	0%	0%	3	0%	0%
Institucional	-	0%	0%	0	0%	0%
Programas Ambientais	9.448	-4%	1%	8.439	0%	0%
Reflorestamento	608	0%	0%	2.665	0%	0%
Eficientização Energética	3.456	-2%	0%	2.556	0%	0%
Reposição Florestal	-	0%	0%	0	0%	0%
Poda e Desmatamento	5.027	-2%	0%	2.904	0%	0%
Acompanhamento Técnico e Gerenciamento	357	0%	0%	314	0%	0%
Total dos investimentos em meio ambiente	**9.460**	**-4%**	**1%**	**8.458**	**0%**	**0%**

Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de	( ) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50%	( ) cumpre de 51 a 75% (x) cumpre de 76 a 100%	( ) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50%	( ) cumpre de 51 a 75% (x) cumpre de 76 a 100%

6 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	2010	2009
Nº de empregados(as) ao final do período*	2.950	2.832
Nº de admissões durante o período	256	234
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	0	0
Nº de estagiários(as)	305	283
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	888	823
Nº de mulheres que trabalham na empresa	661	653
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	20,00%	19,13%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	358	n.d
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	9,55%	n.d
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades es	97	97

6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL	Em 2010			Em 2009		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empres	9,88			9,88		
Número total de acidentes de trabalho**	14			28		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) - Cipa	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) - Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as)	( ) não se envolverá	(x) seguirá as normas da OIT	( ) incentivará e seguirá a OIT	( ) não se envolverá	(x) seguirá as normas da OIT	( ) incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados	( ) não serão considerados	(x) serão sugeridos	( ) serão exigidos	( ) não serão considerados	(x) serão sugeridos	( ) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolverá	( ) apoiará	(x) organizará e incentivará	( ) não se envolverá	( ) apoiará	(x) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 3.280	no Procon ____	na Justiça ____	na empresa 3.280	no Procon ____	na Justiça ____
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 100%	no Procon ____%	na Justiça ____%	na empresa 100%	no Procon ____%	na Justiça ____%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R$):	Em 2010: R$ 1.183.485			Em 2009: R$ 3.190.706		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	79,04% governo 60,24% acionistas	27,99% colaboradores(as) (17,81)% terceiros	___% retido	26,92% governo 60,58% acionistas	10,45% colaboradores(as) 2,05% terceiros	___% retido

7 - OUTRAS INFORMAÇÕES

Contempla a Campanha do Agasalho e a Campanha do Brinquedo

Escolaridade	Em 2010	Em 2009
Graduados	759	726
Graduandos	0	0
Ensino Médio	1.918	1.825
Ensino Médio Incompleto	0	0
Ensino Fundamental	218	220
Ensino Fundamental Incompleto	55	59
Não Alfabetizados	2	2

**Acidentes com perda de tempo *Acidentes com afastamento

Para fim de demonstração, as receitas e despesas não operacionais estão somadas as receitas e despesas operacionais, conforme determina a Lei 6.404/76 e suas alterações.

6. Indicadores Sociais

6.1 Indicadores Sociais Internos

A estrutura ocupacional utilizada pela CEEE-D observa a divisão dos processos de trabalho da Concessionária, contemplando em sua estrutura 4 carreiras distintas. A Tabela a seguir demonstra o número de empregados da CEEE-D no ano de 2010.

Carreira	Total de empregados	%
Administrativa	982	33%
Operacional	1152	38%
Técnica de Nível Médio	526	18%
Nível Superior	330	11%
Total	2990	100%

Para manter um dimensionamento de pessoal adequado aos serviços realizados pela CEEE-D, no ano de 2010 foi necessária a realização de um novo concurso público. Através deste certame foram contratados 176 novos empregados, conforme detalhado na tabela a seguir:

Carreira	Total de empregados
Administrativa	58
Operacional	127
Técnica de Nível Médio	23
Nível Superior	48
Total	256

Para manter os empregados capacitados para o pleno exercício de suas atividades profissionais a CEEE-D, investiu em treinamento e desenvolvimento, resultando em uma média de 53,72 horas de capacitação por empregado.
Considerando que o negócio exercido pela CEEE-D envolve atividades periculosas, a Concessionária prima pela segurança no ambiente de trabalho. Embora tenha existido um trabalho de prevenção, no ano de 2010, ocorreram 33 acidentes sendo 14 com afastamentos, 05 sem afastamentos e 14 de trajeto.

6.2 Indicadores Sociais Externos

A CEEE-D, através de sua política de patrocínio, financiou 52 projetos, investindo R$ 11,91 milhões. Dentre os projetos financiados 12 utilizaram as leis de incentivo fiscal, possibilitando o investimento de R$ 1,33 milhões.
Quanto as questões ambientais a CEEE-D desenvolve ações em diversas frentes para atendimento às inerentes as suas atividades, como manejo em vegetação, cultivo de mudas de árvores nativas, gestão de resíduos, atividades de sensibilização ambiental, licenciamento, entre outras, investindo em 2010 um montante de R$ 9,5 milhões. Maiores informações podem ser obtidas no nosso Relatório de Sustentabilidade, acessível através do site www.ceee.com.br.

7. Aspectos Econômicos Financeiros

A CEEE-D, em 2010, enfrentou vários desafios para oferecer ao seu mercado a excelência na prestação dos serviços de distribuição e comercialização de energia elétrica.
A concessão da CEEE-D exige grande aporte de recursos financeiros, sendo vital a identificação da situação financeira e patrimonial do negócio, buscando promover os ajustes orçamentários e

financeiros necessários para equalizá-los, buscando o equilíbrio financeiro da companhia, além da indispensável necessidade de realização do grande volume de obras de expansão e melhorias do ativo elétrico.
A busca pelas melhores alternativas de financiamento passa por pesquisa de fontes de recursos no mercado interno, considerando inclusive as instituições públicas que fomentam as Concessionárias do Setor, destacando-se a ELETROBRÁS e o BNDES no cenário nacional.
A Companhia, em virtude de passivos não reconhecidos na tarifa pela ANEEL, principalmente as despesas com funcionários ex-autárquicos e ações trabalhistas e cíveis, depreende um sobresforço para manter seu equilíbrio financeiro.

7.1 Ingressos Extra-Operacionais

Além da sua receita operacional oriunda dos faturamentos dos consumos de energia a companhia tem ingressos de recursos oriundos de outras fontes e de outras vias, conforme abaixo:

- Os recursos oriundos de convênios como Governo do Estado, correspondem a Termos de Acordo firmados da Secretaria de Infra-Estrutura, através de repasses financeiros daquela Secretaria à CEEE-D e de compensação de crédito junto às guias mensais de ICMS a pagar, os quais foram destinados obras de infra-estrutura, extensão do Programa Luz para Todos e outras de natureza técnica-institucional ligadas ao desenvolvimento do Estado.
- Programa Luz para Todos - PLT: a Concessionária tem assinado cinco contratos com a Eletrobrás para realização deste projeto, dos quais três estão concluídos, um em fase final de encerramento e um a iniciar. Este programa contempla a participação de recursos intra-setoriais, da concessionária e das prefeituras e/ou governos estaduais.
- As captações junto ao mercado financeiro privado foram liquidadas duas operações de emissão de Cédula de Crédito Bancário – CCB, uma no valor de R$ 100 milhões, em junho, sendo a Caixa Econômica Federal o credor e outra, em julho, no valor de R$ 50 milhões, tendo o Banco Santander como credor.

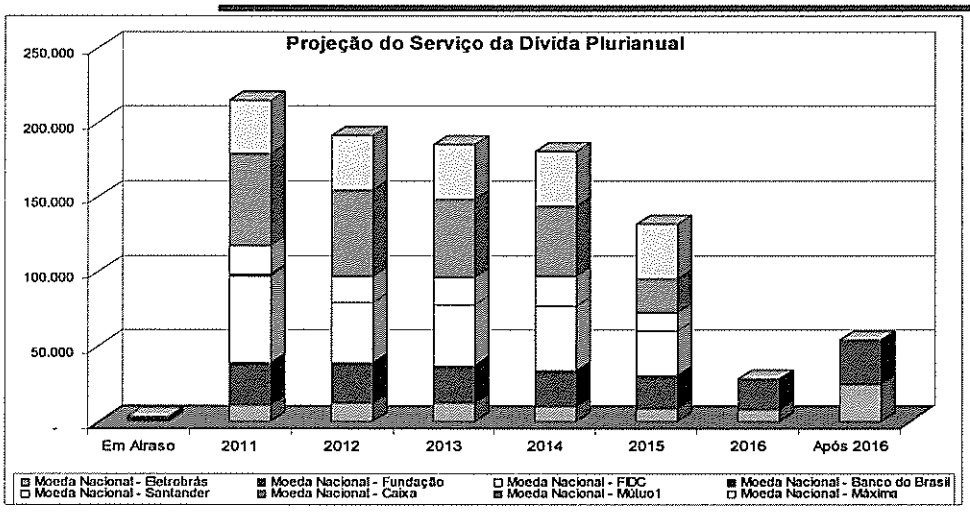
Iniciaram-se em 2010 procedimentos para firmar contrato com o BID, visando obter financiamento para obras vinculadas à Copa do Mundo de 2014. Também foram capitaneadas tratativas com o BNDES para financiar investimentos adjacentes às obras do BID, todos dentro do Plano de Expansão da Cia.

7.2 Endividamento

Em 2010 o serviço da dívida da companhia totalizou em R$ 729 milhões, distribuídos conforme tabela abaixo, contemplando somente contratos financeiros com agentes nacionais:

Grupo	Indexador	Saldo (R$ mil)	Participação no total (%)
Moeda Nacional - Eletrobrás - RGR	RGR	70.355	9,646%
Moeda Nacional - Fundação	INPC	133.763	18,340%
Moeda Nacional - FIDC II	CDI	32.173	4,411%
Moeda Nacional - FIDC IV	IPCA	122.557	16,803%
Moeda Nacional - Banco do Brasil	CDI	1.198	0,164%
Moeda Nacional - Santander	CDI	58.457	8,015%
Moeda Nacional - Caixa	CDI	181.666	24,908%
Moeda Nacional - Mútuo 2	CDI	-	-
Moeda Nacional - Máxima	IPCA	122.134	16,745%
Moeda Nacional - Consumidores	-	7.053	0,967%
SALDO DEVEDOR DA DÍVIDA		**729.356**	**100%**

Tal montante possui vencimento máximo em dez/2021, cuja distribuição está a seguir demonstrada, onde 90% do estoque vencem até 2018.



Valores incluem o principal e juros projetados.

8. Convergência para os Padrões Internacionais de Contabilidade

A Companhia passou a adotar, a partir do encerramento do exercício de 2010, retroativamente a 1º de janeiro de 2009, todos os pronunciamentos emitidos pelo CPC aplicáveis às suas operações, os quais estão consistentes com as práticas contábeis internacionais □ IFRS.
Neste processo de convergência das normas internacionais de contabilidade, Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL não reconheceu a aplicação do pronunciamento contábil das concessões de serviços públicos – ICPC01, bem como, o reconhecimento contábil dos ativos e passivos regulatórios, de acordo com a Deliberação CVM 539/08 - Estrutura Conceitual.
Para agência reguladora essas normas não representam adequadamente a situação econômico-financeira das concessionárias, não estando condizentes com as disposições regulatórias que disciplinam sobre as concessões do serviço público de energia elétrica.
Em fevereiro de 2010 a ANEEL instituiu, através da Resolução Normativa nº 396 a Contabilidade Regulatória que passará a vigorar a partir de janeiro de 2012. Dessa forma a Concessionária deverá efetuar registros e elaborar demonstrações contábeis especificas para atender a agência reguladora, os quais deverão ser auditados e disponibilizados para consulta pública no sitio eletrônico da ANEEL.
Em atendimento ao Despacho nº 4.097, emitido pela ANEEL em 30 de dezembro de 2010, apresentamos o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício Regulatórios elaborados em conformidade com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, bem como, quadro de conciliação entre as demonstrações regulatórias e societárias:

CEEE DISTRIBUIÇÃO

Balanço Patrimonial Regulatório

para os períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009
(Valores expressos em milhares de Reais)

	31/12/2010	31/12/2009 Reapresentado
ATIVO CIRCULANTE		
Caixa e Equivalentes de Caixa	36.198	111.137
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	397.995	388.958
Títulos de Crédito a Receber	12	420
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(137.117)	(130.507)
Créditos Tributários	21.229	14.544
Estoques	10.103	13.532
Outros Créditos a Receber	45.997	51.423
Pagamentos Antecipados	68.615	58.072
	443.002	507.579
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
Realizável a Longo Prazo		
Comercialização de Energia na CCEE	37.952	20.166
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	131.553	128.484
Créditos Tributários	13.079	13.268
Aplicações Financeiras	7.911	25.750
Depósitos Judiciais	32.518	15.959
Direito de Reversão da Concessão	-	-
Outros Créditos a Receber	2.090.002	2.090.002
Bens e Direitos Destinados a Alienação	238	993
Investimentos		
Outros Investimentos	32.664	33.413
Imobilizado	1.015.767	969.035
Em Serviço Líquido	830.779	836.244
Em curso	184.988	132.791
Intangível	12.604	11.944
Em Serviço Líquido	5.887	1.832
Intangível da Concessão	-	-
	3.600.323	3.535.068
TOTAL DO ATIVO	4.043.325	4.042.647

	31/12/2010	31/12/2009 Reapresentado
PASSIVO CIRCULANTE		
Fornecedores	191.621	152.435
Folha de Pagamento - Consignações	15.009	13.905
Provisão para Dividendos	-	-
Tributos e Contribuições Sociais	57.963	34.643
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	146.251	105.635
Benefícios Pós-Emprego	108.485	107.681
Obrigações Estimadas	32.859	21.540
Encargos Parcelados	745	-
Variação Negativa de Itens da Parcela A	71.347	47.305
Encargos do Consumidor a Recolher	24.359	8.377
Provisão para Passivos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	182.480	147.737
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energéti	78.130	71.453
Outros Passivos	44.059	52.898
	953.318	764.009
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Empréstimos e Financiamentos	449.342	355.131
Comercialização de Energia na CCEE	40.607	40.607
Benefícios Pós-Emprego	613.918	638.825
Encargos Parcelados	435	-
Provisão para Passivos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	173.846	234.991
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	13.574	11.926
Outros Passivos	39.577	47.481
	1.331.299	1.328.961
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social	23.703	23.703
Reserva de Incentivos Fiscais	1.918.193	1.918.193
Reserva de Lucros	7.781	7.781
Prejuízos Acumulados	(190.969)	-
	1.758.708	1.949.677
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.043.325	4.042.647

Demonstração dos Resultados dos Exercícios - Regulatório

findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2010	31/12/2009 Reapresentado
RECEITA OPERACIONAL	2.601.014	2.448.842
Fornecimento de Energia Elétrica	1.025.300	986.600
Disponibilização do Sistema de Distribuição	1.522.526	1.424.236
Energia Elétrica de Curto Prazo	8.210	920
Outras Receitas Operacionais	44.978	37.186
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	(879.562)	(808.201)
ICMS	(571.487)	(640.838)
PASEP e COFINS	(127.150)	(119.456)
Quota RGR	(7.837)	(14.131)
Outros Encargos	(7.054)	(962)
Encargos do Consumidor - P&D / MME / FNDCT / PEE	(17.298)	(16.436)
Subvenções CCC	(74.208)	(54.154)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(74.528)	(62.225)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.721.452	1.640.641
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	(1.529.752)	(1.416.048)
Custo com Energia Elétrica	(1.107.171)	(1.061.823)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(895.802)	(839.332)
Encargo de Uso do Sistema	(211.369)	(212.491)
Custo de Operação	(422.581)	(363.225)
Pessoal e Administradores	(237.509)	(194.788)
Material	(20.592)	(14.761)
Serviço de Terceiros	(75.542)	(57.798)
Depreciação e Amortização	(75.418)	(74.369)
Outros	(13.530)	(21.509)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	191.700	225.593
Despesas Operacionais	(363.487)	(409.029)
Despesas com Vendas	(29.601)	(34.755)
Despesas Gerais e Administrativas	(73.632)	(61.504)
Outras Despesas Operacionais	(260.154)	(312.770)
Outras Receitas	9.026	2.064.705
Conta de Resultado a Compensar	-	2.064.645
Outras Receitas	9.026	20.060
Outras Despesas	(7.622)	(13.242)
RESULTADO DO SERVIÇO	(170.383)	1.888.027
Receita/Despesa Financeira	(20.586)	23.280
Renda de Aplicações Financeiras	6.242	5.747
Acréscimo Moratório - Energia Vendida	38.083	37.765
Variações Monetárias - Energia Comprada	1.611	17.565
Variações Monetárias - Empréstimos e Financiamentos	(47.074)	(24.005)
Encargos de Dívidas	(21.296)	(9.221)
Outras Receitas/Despesas Financeiras	1.848	(4.571)
PREJUÍZO ANTES DO IR E CS	(190.969)	1.911.307
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(190.969)	1.911.307

RESUMO DAS DIFERENÇAS IFRS R$ mil	2010	2009
(Prejuízo) Lucro Líquido - ANEEL antes do IFRS	**(190.751)**	**1.905.718**
Custos de Transação CPC 08	(218)	2.766
Ativo Biológico - CPC 29	-	2.823
(Prejuízo) Lucro Líquido - ANEEL depois do IFRS	**(190.969)**	**1.911.307**
Ativos/Passivos Regulatórios	(19.857)	21.593
(Prejuízo) Lucro Líquido de acordo com o IFRS	**(210.826)**	**1.932.900**
Patrimônio Líquido - ANEEL antes do IFRS	**1.746.451**	**1.937.202**
Custos de Transação CPC 08	2.548	2.766
Ativo Biológico - CPC 29	9.709	9.709
Patrimônio Líquido - ANEEL depois do IFRS	**1.758.708**	**1.949.677**
Ativos/Passivos Regulatórios	(11.875)	7.982
Patrimônio Líquido de acordo com o IFRS	**1.746.833**	**1.957.659**

9. Resultados do Exercício

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica encerrou o exercício de 2010 com um prejuízo de R$ 210,8 milhões, representando uma redução significativa se comparado com o mesmo período do ano anterior que foi um lucro de R$ 1.932,9 bilhões, em virtude do reconhecimento da Conta de Resultado a Compensar – CRC no valor de R$ 2.064,6 bilhões. Sem esse efeito, o resultado representaria 37,5% de aumento do prejuízo. Esse resultado decorreu principalmente pelo aumento das despesas operacionais com energia comprada para revenda, em 50 milhões e a variação negativa no resultado financeiro decorrente dos empréstimos, financiamentos e os encargos sobre as dívidas contraídas. Outro fator importante foi os efeitos que à convergência aos Padrões Internacionais de Contabilidade – IFRS ocasionaram no resultado, com um impacto negativo de aproximadamente 20 milhões.
O Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) apresentou uma redução significativa em relação ao mesmo período do ano anterior, em virtude do reconhecimento da CRC naquele ano. Sem esse efeito, o Ebitda seria de R$ 144.442 milhões negativos.

valores expressos em R$ mil

Demonstrativo do Cálculo do EBITDA	2010 IFRS	2009 IFRS *	2009
Receita Operacional Líquida - ROL	**1.821.539**	**1.800.648**	**1.656.251**
Custo do Serviço de Energia Elétrica	(1.651.370)	(1.561.676)	(1.430.658)
Despesas Operacionais	**(363.487)**	**(401.426)**	**(411.795)**
(-) Despesas com vendas	(29.501)	(34.755)	(34.755)
(-) Despesas gerais e administrativas	(73.832)	(61.504)	(61.504)
(-) Outras despesas operacionais	(260.154)	(305.167)	(315.536)
Outras Receitas/Despesas	**2.840**	**2.072.636**	**2.068.640**
Resultado da Atividade ou EBIT	**(190.478)**	**1.910.182**	**1.882.438**
(+) Depreciação/Amortização	9.152	10.021	76.516
EBITDA	**(181.326)**	**1.920.203**	**1.958.954**
Margem EBITDA	-9,95%	106,64%	118,28%

* Reclassificado conforme convergência aos padrões internacionais de contabilidade - IFRS.

Dados Econômico-Financeiros	2010 IFRS	2009 IFRS *	2008
Receita Operacional Bruta (R$ mil)	2.702.427	2.619.671	2.475.175
Receita Operacional Líquida (R$ mil)	1.821.539	1.800.648	1.656.251
Resultado do Serviço (Lucro Operacional) (R$ mil)	(190.478)	1.910.182	1.882.438
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício (R$ mil)	(210.826)	1.932.900	1.905.718
Ativo Total (R$ mil)	4.019.615	4.027.902	4.032.938
Patrimônio Líquido (R$ mil)	1.746.833	1.957.659	1.937.202
Número de Ações	387.230	387.230	387.230
Cotação Unitária da Ação - ON (R$ por lote de mil)	2,80	4,00	4,00
Cotação Unitária da Ação - PNA (R$ por lote de mil)	3,01	4,90	4,90
Indicadores			
Margem Operacional (%)	(10,46)	106,08	113,66
Despesa de Pessoal + Serv. de Terceiros / Receita Oper. Líquida (%)	21,36	17,95	19,73
Perdas de Energia (%)	18,69	18,75	18,75
DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (horas)	21,72	*	*
FEC - Freqüência Equivalente de Interrupção por Consumidor (nº)	15,49	*	*
TMA - Tempo Médio de Atendimento (minutos)	164	156	156
Número de Clientes por Colaborador	490	508	508
Mercado			
Demanda Máxima do Sistema - MWh/h	1.688	1.572	
Energia Vendida - MWh	7.321.714	7.277.836	
Energia Distribuída - MWh	7.728.842	8.956.428	
Número de Clientes (com livres e geradores acessantes)	1.465.878	1.438.074	
Consumo Médio Residencial (KWh/ano)	2.044	1.988	

* Reclassificado conforme convergência aos padrões internacionais de contabilidade - IFRS.

10. Auditores Independentes

Em atendimento à Instrução CVM n.º 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D informa que utiliza os serviços de Auditoria Independente da BDO Auditores Independentes na elaboração de suas demonstrações financeiras, cujo contrato foi assinado em 10 de abril de 2008, no valor de R$ 124,9 mil. O prazo de execução dos serviços é de 12 meses, a contar da data de assinatura do instrumento, podendo haver renovações sucessivas, limitadas ao máximo de 60 meses.
O referido contrato foi aditado em 09 de abril de 2010, prorrogando o prazo contratual por mais 12 meses. Em 10 de dezembro de 2010, houve um novo aditamento ao contrato, em atendimento à instrução nº 480/2009 expedida pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, NBC TA 600/2009, e a tradução das Demonstrações Financeiras para o idioma inglês, em 713 horas, no valor de R$ 64,7 mil. Em decorrência do acréscimo mencionado anteriormente, para efeitos legais, é dado ao presente contrato o valor de R$ 232,9 mil.
A BDO Auditores Independentes possui contratos para a prestação de serviços de auditoria externa com a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT (no valor de R$ 272,8 mil) e Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-PAR (valor de R$ 14,8 mil), que são Concessionária e Empresa resultantes da cisão da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE.
A política da CEEE-D na contração de bens e serviços é elaborada através de licitação pública e quanto à contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto ao auditor independente fundamentam-se nos princípios de preservar a independência do auditor, quais sejam:

(a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho;
(b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e
(c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Os Auditores Independentes declaram que a prestação de serviços não afeta a independência e objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de Auditoria Externa, baseados no item nº 1.2.10.6 m.2 da Resolução n.º 1.034/05 do Conselho Federal de Contabilidade.

11. Agradecimentos

A seus consumidores, empregados, parceiros e fornecedores; a seus acionistas, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Conselho de Consumidores; aos organismos setoriais, governos federal, estadual e municipais, bem como às instituições bancárias; principalmente, à população gaúcha, a CEEE-D presta seus agradecimentos pela confiança, reconhecimento, esforços, incentivo e apoio.

Porto Alegre, 24 de março de 2011.

SERGIO SOUZA DIAS
Diretor Presidente

GERSON CARRION DE OLIVEIRA
Diretor

HALIKAN DANIEL DIAS
Diretor

GILBERTO SILVA DA SILVEIRA
Diretor

RUBEM CIMA
Diretor

LUIZ ANTONIO TIRELLO
Diretor

CEEE DISTRIBUIÇÃO

Demonstrações Financeiras

Balanços Patrimoniais

para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010, 2009 e 01 de janeiro de 2009
(Valores expressos em milhares de reais)

Balanço Patrimonial

para os períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	31/12/2010	31/12/2009 Reapresentado Conforme Nota nº 6.4	1/1/2009 Reapresentado Conforme Nota nº 6.4
ATIVO CIRCULANTE				
Caixa e Equivalentes de Caixa	7	36.198	181.137	37.872
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	8	397.965	389.958	370.654
Títulos de Crédito a Receber	9	12	420	3
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	10	(137.117)	(130.507)	(117.440)
Créditos Tributários	11	21.229	14.544	20.515
Estoques	12	18.103	13.532	15.944
Nota Técnica Revisão/Reajuste Tarifário	14	44.506	43.327	43.755
Outros Créditos a Receber	13	45.996	51.423	65.351
Pagamentos Antecipados	15	-	-	6.957
		419.292	492.834	443.611
ATIVO NÃO CIRCULANTE				
Realizável a Longo Prazo				
Comercialização de Energia na CCEE	16	37.952	20.166	19.969
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	8	131.553	128.454	129.170
Créditos Tributários	11	13.079	13.288	14.159
Aplicações Financeiras	7	7.911	25.756	25.606
Depósitos Judiciais	12	32.518	15.959	13.931
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10	229.035	226.035	226.035
Ativo Financeiro Indenizável	23	519.690	470.973	405.749
Outros Créditos a Receber	13	25.357	25.357	18.507
Conta de Resultados a Compensar - CRC	17	2.064.645	2.064.645	-
Bens e Direitos Destinados a Alienação	21	238	993	992
Ativos Biológicos	22	13.899	13.841	12.617
Investimentos	23	18.765	19.572	20.330
Imobilizado	24	58.116	61.246	61.907
Intangível	25	451.375	448.758	431.354
		3.650.323	3.535.068	1.381.307
TOTAL DO ATIVO		4.019.615	4.027.902	1.824.998

	Nota Explicativa	31/12/2010	31/12/2009 Reapresentado Conforme Nota nº 6.4	1/1/2009 Reapresentado Conforme Nota nº 6.4
PASSIVO CIRCULANTE				
Fornecedores	27	191.621	152.435	204.391
Folha de Pagamento - Retenções	28	15.009	13.505	11.534
Provisão para Dividendos	-	-	-	6.614
Tributos e Contribuições Sociais	29	58.708	34.843	36.346
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	30	145.251	105.635	80.049
Benefícios Pós-Emprego	31	109.486	107.681	106.511
Obrigações Estimadas	32	32.659	21.540	19.610
Encargos do Consumidor a Recolher	33	24.369	8.377	25.654
Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	34	182.490	147.737	128.545
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	35	78.139	71.453	56.224
Nota Técnica Revisão/Reajuste Tarifário	37	59.514	24.578	33.108
Outros Passivos	38	61.057	52.695	30.557
		941.483	741.282	739.103
PASSIVO NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	30	449.342	355.131	120.409
Comercialização de Energia na CCEE	16 b	40.607	40.607	40.607
Benefícios Pós-Emprego	31	613.918	638.825	628.948
Tributos e Contribuições Sociais	29	435	-	-
Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	34	173.846	234.591	258.310
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	35	13.574	11.926	17.480
Outros Passivos	38	39.577	47.481	1.996
		1.331.299	1.328.961	1.067.750
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital Social	39	23.703	23.703	23.703
Reserva de Incentivos Fiscais	39 b	1.926.175	1.926.175	-
Reserva de Lucros	-	-	7.781	1.167
Prejuízos Acumulados	39	(203.045)	-	(6.725)
		1.746.833	1.957.659	18.145
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.019.615	4.027.902	1.824.998

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CEEE DISTRIBUIÇÃO

Demonstração dos Resultados

para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010, 2009
(Valores expressos em milhares de reais exceto quando especificado)

	Nota Explicativa	31/12/2010	31/12/2009 Reapresentado Conforme Nota nº 6.5
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	40	1.821.539	1.800.648
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA		(1.651.370)	(1.561.676)
Custo com Energia Elétrica		(1.106.025)	(1.057.484)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	41	(898.217)	(848.196)
Encargo de Uso do Sistema		(207.808)	(209.288)
Custo de Operação	42	(545.345)	(504.192)
Pessoal e Administradores		(237.509)	(194.788)
Material		(20.582)	(14.761)
Serviço de Terceiros		(75.542)	(57.798)
Depreciação e Amortização		(6.834)	(7.874)
Custo de Construção		(121.328)	(149.841)
Amortização do Intangível da Concessão		(70.020)	(67.668)
Outros		(13.530)	(11.462)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		170.169	238.972
Despesas Operacionais		(363.487)	(401.426)
Despesas com Vendas	42	(29.501)	(34.755)
Despesas Gerais e Administrativas	42	(73.832)	(61.504)
Outras Despesas Operacionais	42	(260.154)	(305.167)
Outras Receitas		9.025	2.084.705
Conta de Resultado a Compensar - CRC	43	-	2.064.645
Outras Receitas	43	9.025	20.060
Outras Despesas	43	(6.185)	(12.069)
RESULTADO DO SERVIÇO		(190.478)	1.910.182
Receita/Despesa Financeira	44	(20.348)	22.718
PREJUÍZO/LUCRO ANTES DO IR E CS		(210.826)	1.932.900
PREJUÍZO/LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(210.826)	1.932.900
Lucro Básico e Diluído por Ação - R$	39	(0,54)	4,99

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CEEE DISTRIBUIÇÃO

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Capital Social	Reserva de Incentivos Fiscais	Reserva de Lucros	Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido Total
Saldos em 31/12/2008		23.703	-	1.167	-	24.870
Ajuste de Exercícios Anteriores						
Efeito da mudança na política contábil para a Variação dos Valores de Itens da Parcela "A"- CVA	6.4	-	-	-	(13.611)	(13.611)
Valor Justo dos Hortos Florestais	6.4	-	-	-	6.886	6.886
Saldos em 01/01/2009 após as novas práticas		23.703	-	1.167	(6.725)	18.145
Dividendo não distribuido		-	-	6.614	-	6.614
Lucro Líquido do Exercício	6.4	-	-	-	1.932.900	1.932.900
Destinação do Resultado:						
Reserva de Incentivos Fiscais	38.b	-	1.926.175	-	(1.926.175)	-
Saldos em 31/12/2009		23.703	1.926.175	7.781	-	1.957.659
Prejuízo do Exercício		-	-	-	(210.826)	(210.826)
Absorção de Reserva de Lucros		-	-	(7.781)	7.781	-
Saldos em 31/12/2010		23.703	1.926.175	-	203.045	1.746.833

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CEEE DISTRIBUIÇÃO

Demonstração dos Fluxos de Caixa

para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	31/12/2010	31/12/2009 Reapresentado Conforme Nota nº 6.5
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo/Lucro Líquido do Exercício		(210.826)	1.932.900
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa			
Variações Monetárias e Cambiais dos Empréstimos de Longo Prazo		23.670	11.968
Provisão Para Desvalorização de Ativos Permanentes		3.466	224
Depreciação e Amortização de Bens do Ativo Imobilizado, Intangíveis e Investimentos	42	9.152	10.021
Amortização do Intangível da Concessão		70.020	67.668
Baixas do Ativo Imobilizado, Investimentos e Intangível		372	2.127
Constituição de Provisão para Passivos Tributários, Cíveis e Trabalhistas, Benefícios Pós-Emprego e Outras		8.187	31.679
Constituição de Provisão Ex-Autárquicos	42	78.927	115.051
Constituição de Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa	42	18.917	25.030
Apropriação de Créditos da Conta de Resultado a Compensar	43	-	(2.064.645)
GERAÇÃO BRUTA DE CAIXA		1.885	132.023
Variações no Ativo Circulante e Não Circulante		(86.833)	(72.883)
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias		(24.383)	(29.581)
Títulos de Crédito a Receber		408	(417)
Créditos Tributários		(6.476)	6.833
Aplicações Financeiras de Longo Prazo		17.839	(144)
Estoques		3.429	2.412
Outros Créditos a Receber		3.848	7.506
Pagamentos Antecipados		-	6.957
Comercialização de Energia na CCEE		(17.787)	(196)
Depósitos Judiciais		(16.559)	(2.028)
Ativo Financeiro Indenizável		(47.907)	(64.224)
Bens e Direitos Destinados à Alienação		755	(1)
Variações no Passivo Circulante e Não Circulante		(19.201)	(175.214)
Fornecedores		39.186	(51.956)
Folha de Pagamento - Retenções		1.104	2.311
Tributos e Contribuições Sociais		23.120	(1.503)
Benefícios Pós-Emprego		(103.754)	(111.838)
Obrigações Estimadas		11.319	1.930
Encargos do Consumidor a Recolher		15.992	(17.177)
Encargos Parcelados		1.180	-
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética		8.325	9.675
Provisão para Passivos Cíveis e Trabalhistas		(33.853)	(22.794)
Outros Passivos		18.180	16.138
GERAÇÃO OPERACIONAL DE CAIXA		(104.149)	(116.074)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Caixa Líquido Aplicado em Investimentos		(81.747)	(97.181)
Aumento de Investimentos		(3.320)	(2.284)
Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado		(5.653)	(8.796)
Aquisição de Ativo Intangível		(72.774)	(86.101)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Caixa Líquido Aplicado em Financiamentos		110.957	286.520
Incremento de Empréstimos e Financiamentos		249.529	346.306
Pagamento de Empréstimos e Financiamentos e Encargos de Dívidas		(138.572)	(97.766)
Empréstimos - Partes Relacionadas	30	-	37.980
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA		(74.939)	73.265
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa	7	111.137	37.872
Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa	7	36.198	111.137

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CEEE DISTRIBUIÇÃO

Demonstração dos Valores Adicionados

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

	Nota Explicativa	31/12/2010		31/12/2009 Reapresentado Conforme Nota nº 6.5	
RECEITAS					
Venda de Energia e Serviços		2.702.427		2.619.671	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	42	(18.917)		(25.030)	
Outras Receitas		2.840		2.072.636	
(-) INSUMOS		(1.389.310)		(1.370.025)	
Material	42	(20.582)		(14.761)	
Serviços de Terceiros	42	(75.542)		(57.798)	
Custo de Energia Comprada		(1.106.025)		(1.057.484)	
Outros Custos Operacionais	42	(9.798)		(10.558)	
Custo de Construção	42	(121.328)		(149.841)	
Outras Despesas Operacionais	42	(56.035)		(79.583)	
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO		1.297.040		3.297.252	
(-) Depreciação e Amortização	42	(9.152)		(10.021)	
(-) Amortização do Intangível da Concessão	42	(70.020)		(67.668)	
(-) Provisões	42	(137.210)		(115.201)	
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO		1.080.658		3.104.362	
(+) Receitas Financeiras	44	102.828		86.344	
(=) VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR		1.183.486	%	3.190.706	%
Distribuição do Valor Adicionado					
Pessoal, Administradores e Contribuição Fundo de Pensão		331.184	27,98	333.524	10,45
Remuneração Direta		148.028	12,51	112.260	3,52
Benefícios		31.936	2,70	27.903	0,87
Plano de Benefícios Previdenciais		57.318	4,84	61.443	1,93
Compromissos Previdenciais		79.598	6,73	120.321	3,77
F.G.T.S.		14.304	1,21	11.597	0,36
Impostos, Taxas, Encargos e Contribuições		935.336	79,04	858.873	26,92
Federais		362.257	30,61	317.239	9,95
Estaduais		572.812	48,40	541.536	16,97
Municipais		267	0,02	97	0,00
Remuneração de Capitais de Terceiros		127.792	10,80	65.409	2,05
Despesas Financeiras	44	123.176	10,41	63.626	1,99
Aluguéis	42	4.616	0,39	1.783	0,06
Remuneração de Capitais Próprios		(210.826)	(17,81)	1.932.900	60,58
Prejuízo do Período		(210.826)	(17,81)	1.932.900	60,58
TOTAL		1.183.486		3.190.706	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CEEE DISTRIBUIÇÃO

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

1. Contexto Operacional

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, é uma sociedade anônima de capital aberto sendo seu acionista controlador o Estado do Rio Grande do Sul, através da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE-Par, que detém 65,92% do seu capital total. Foi organizada em conformidade com a autorização concedida pela Lei Estadual nº 12.593, de 13 de setembro de 2006 e constituída a partir da cisão da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE, conforme Assembléia Geral Extraordinária realizada em 27 de novembro de 2006 (Ata nº 170), que consignou, nos termos do artigo 229, § 2º, da Lei nº 6.404/76, tendo sido observadas todas as formalidades legais para tanto, a constituição formal da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, a qual somente iniciou as atividades previstas no seu objeto social a partir do dia 1º de dezembro de 2006. A Concessionária tem por objeto projetar, construir e explorar sistemas de distribuição de energia elétrica; a prestação de serviços de natureza pública ou privada, no setor de distribuição de energia elétrica e a exploração da respectiva infraestrutura para a prestação de outros serviços, desde que previstos no seu contrato de concessão ou autorizados na legislação.

1.1. Autorização de Emissão das Demonstrações Financeiras

A autorização para conclusão das Demonstrações Financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração e Conselho Fiscal em 24 de março de 2011, conforme estabelece a Deliberação CVM nº 593 de 15 de setembro de 2009.

2. Das Concessões

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D detém a concessão para exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica no território do Estado do Rio Grande do Sul, atendendo em 72 municípios, com cerca de 1,47 milhões de unidades consumidoras cativas.

O Acordo de Concessão foi firmado em 25 de outubro de1999 através do Contrato de Concessão nº 081/1999 - ANEEL, alterado pelo 1º Termo Aditivo e 2º Termo Aditivo, de 17 de outubro de 2005 e 13 de abril de 2010, respectivamente, para Distribuição de Energia Elétrica. O Contrato de Concessão estabelece:

a) a obrigação de construir, operar e manter a infraestrutura à serviço da Concessão;

b) quais os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados (área geográfica de atendimento e classe de consumidores);

c) a garantia de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da Concessão;

d) indenização ao final do Contrato de Concessão referente à parcela ainda não amortizada dos investimentos realizados pela Concessionária na infra-estrutura à serviço da Concessão.

O Contrato de Concessão tem prazo de vigência até 07 de julho de 2015, podendo ser renovado pelo período de 20 anos desde que requerido pela Concessionária até 36 (trinta e seis) meses antes do término do contrato. A eventual prorrogação do Contrato de Concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições gerais do contrato.
O Contrato de Concessão assinado com a União Federal confere ampla liberdade na direção de seus negócios, investimentos, pessoal e tecnologia. A Concessionária obriga-se a adotar, na prestação do serviço, tecnologia adequada e a empregar equipamentos, instalações e métodos operativos que garantam níveis de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na prestação dos serviços e a modicidade das tarifas. As obrigações inerentes à prestação do serviço público concedido são:

- fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos pontos de entrega definidos nas normas do serviço, pelas tarifas homologadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, nas condições estabelecidas nos respectivos contratos de fornecimento e nos níveis de qualidade e continuidade estipulados na legislação e nas normas específicas.

- dar atendimento abrangente ao mercado, sem exclusão das populações de baixa renda e das áreas de baixa densidade populacional, inclusive as rurais.

A concessão para exploração do serviço de distribuição de energia elétrica se extingue:

a) pelo advento do termo final do contrato;

b) pela encampação do serviço;

c) pela caducidade;

d) pela rescisão;

e) pela anulação decorrente de vício ou irregularidade constatados no procedimento ou no ato de sua outorga;

f) em caso de falência ou extinção da Concessionária.

O Contrato de Concessão contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço.

2.1. Mecanismo de atualização das tarifas de fornecimento de energia elétrica dos acordos de concessão

O Contrato de Concessão também estabelece que as tarifas serão reajustadas anualmente no mês de outubro e revisadas a cada 04 (quatro) anos. Os critérios e metodologias para reajuste e revisão das tarifas de energia elétrica são definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em regulamentação específica.

A receita requerida anual, que representa a receita necessária para as distribuidoras manterem o equilíbrio econômico-financeiro, é segregada em duas parcelas para fins de sua determinação:

- Parcela A: compreende os custos "não-gerenciáveis" das distribuidoras, ou seja, os custos cujo montante e variância estão fora do controle e influência da Concessionária.

- Parcela B: compreende os custos "gerenciáveis", que são os custos inerentes as operações de distribuição de energia, estando assim sujeitos ao controle ou influência das práticas de gestão adotadas pela Concessionária. Também inclui a remuneração do capital e um percentual regulatório de receitas irrecuperáveis.

Segue o quadro ilustrativo com os componentes da receita requerida:

Parcela A	Parcela B
Encargos setoriais	**Receita irrecuperável**
Reserva Global de Reversão – RGR (a)	
Conta de Consumo Combustível – CCC (b)	**Despesas de operação e manutenção (g)**
Taxa de fiscalização – TFSEE (c)	Pessoal
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia - PROINFA (d)	Material
Conta de Desenvolvimento Energéticos – CDE (e)	Serviços de terceiros
Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética (f)	Despesas gerais e outras
Operador Nacional do Sistema (ONS)	
Encargos de transmissão	**Despesas de capital**
Uso das instalações de transmissão	Cotas de depreciação (h)
Uso das instalações de conexão	Remuneração do capital (i)
Uso das instalações de distribuição	
Transporte de energia proveniente de Itaipu	
Compra de energia elétrica para revenda	
Contratos bilaterais de longo prazo e leilões	
Energia de Itaipu	
Contratos iniciais	

(a) Encargo pago mensalmente, no montante anual equivalente a 2,5% dos investimentos efetuados pela Concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitando-se a 3% da receita anual. Tem finalidade principal de prover recursos para reversão/encampação dos serviços de energia elétrica, não se limitando a esses objetivos.

(b) Encargo que visa a cobrir os custos anuais de geração termelétrica, cujo montante anual é fixado para cada concessionária em função do seu mercado e necessidade do uso das usinas termelétricas.

(c) Encargo que tem a finalidade de constituir a receita da ANEEL para cobertura de suas despesas administrativas e operacionais. Este é fixado anualmente e pago mensalmente.

(d) Encargo para cobertura dos custos da energia elétrica produzida por empreendimentos de produtores independentes autônomos, concebidos com base em fontes eólicas, pequenas centrais elétricas e biomassa. Calculado anualmente pela ANEEL e pago mensalmente pela Concessionária.

(e) Encargo com finalidade de prover recursos para o desenvolvimento e competitividade energética dos Estados, bem como, a universalização do serviço de energia elétrica. Seu valor é fixado anualmente pela ANEEL.

(f) Referente à aplicação de 1,00% da receita operacional líquida anual, sendo, no mínimo, 0,75% em pesquisa e desenvolvimento e 0,25% em eficiência energética no setor elétrico.

(g) Refere-se à parcela da receita destinada à cobertura dos custos diretamente vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica.

(h) Representa a parcela da receita necessária à formação dos recursos financeiros destinados à recomposição dos investimentos realizados.

(i) É a parcela da receita necessária para promover rendimento do capital investido na prestação do serviço de distribuição de energia elétrica.

3. Atividades Não Vinculadas à Concessão

A Concessionária possui quatro hortos florestais de produção localizados nos municípios de Alegrete, Candiota e Triunfo. A produção de postes de madeira preservada é consumida na construção e/ou manutenção de redes elétricas.

4. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

4.1. Bases de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a. Declaração de Conformidade (com relação às práticas adotadas no Brasil)

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - IFRS emitidas pelo *International Accouting Standard Board* - IASB, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente "CPCs") emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Algumas informações adicionais estão sendo apresentadas em notas explicativas e quadros suplementares em atendimento às instruções contidas no Despacho nº 4.097, da SFF/ANEEL de 30/12/2010.

Os efeitos da adoção inicial dos CPCs estão detalhados na nota explicativa nº 6.

b. Base de Mensuração

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, reconhecido no balanço patrimonial.

c. Moeda de Apresentação

As Demonstrações Financeiras são apresentadas em Reais (R$). Todas as informações financeiras foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

4.2. Uso de Estimativas

A preparação das Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração realize estimativas para determinação e registro de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre suas demonstrações financeiras. Tais estimativas são feitas com base no princípio da continuidade e suportadas pela melhor informação disponível na data da apresentação das Demonstrações Financeiras, e na experiência da Administração. As estimativas são revisadas quando novas informações se tornam disponíveis ou as situações em que estavam baseadas se alterem. As estimativas podem vir a divergir para com o resultado real. As principais estimativas se referem ao seguinte:

- Vida útil do ativo intangível;
- Transações e venda de energia elétrica na CCEE;
- Provisões para créditos de liquidação duvidosa;
- Passivos contingentes;
- Planos de aposentadoria e benefícios pós-emprego;
- Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos;
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo;
- Ativo financeiro indenizável;
- Receita de fornecimento e uso da rede de distribuição não faturada.

5. Principais Práticas Contábeis Adotadas

5.1. Ativos e Passivos Financeiros

a. Reconhecimento e mensuração

A Concessionária reconhece os instrumentos financeiros nas suas Demonstrações Financeiras somente quando ela se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Concessionária desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação são transferidos.

b. Classificação

A Concessionária classifica os ativos e passivos financeiros sob as seguintes categorias:

1. Mensurados ao valor justo por meio do resultado são instrumentos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente,

para fins de venda a curto prazo. Ativos financeiros registrados pelo seu valor justo por meio do resultado são medidos pelo seu valor justo e mudanças no valor justo destes ativos, são reconhecidas no resultado do exercício.

2. Mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Concessionária tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.
3. Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos determináveis que não estão cotados em mercado ativo. Estes ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes e outros créditos, incluindo os recebíveis de contrato de concessão à titulo de indenização ao final do contrato de concessão.
4. Disponível para venda são ativos financeiros não derivativos, designados nessa categoria ou que não se classificam em nenhuma das categorias acima. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.
5. Não destinados a negociação são todos os passivos financeiros não derivativos que não foram classificados como passivos a valor justo com ajuste no resultado. Estes passivos financeiros são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

5.2. Regime de Competência

A Concessionária reconhece as receitas e despesas pelo regime de competência.

5.3. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis. Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo e alta liquidez, conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. A mesma definição é utilizada na Demonstração do Fluxo de Caixa.

5.4 Aplicações Financeiras

Na conta de aplicações financeiras estão reconhecidas as operações financeiras e certificados de depósitos bancários com prazo de vencimento superior a 12 meses, que estão a valor de custo ou de emissão, atualizados conforme disposições legais ou contratuais.

5.5. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Incluem o fornecimento de energia elétrica faturada e a faturar a consumidores finais, uso da rede, serviços prestados, acréscimos moratórios e a outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica conforme montantes disponibilizados pela CCEE.

5.6. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Baseia-se em critérios específicos do setor elétrico no que diz respeito à antiguidade de vencimento das faturas, além de efetuar a análise criteriosa onde contempla fatores como: existência de garantias

reais do não recebimento, histórico de inadimplência dos consumidores, parcelamentos de débitos vigentes, devedores em situação de concordata ou análise de valores que estão sob discussão judicial. Foi constituída provisão por valor considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos com consumidores, concessionárias e permissionárias.

5.7. Redução ao Valor Recuperável de Ativos (impairment)

a. Ativos Financeiros

A Concessionária avalia, anualmente, se existem evidências que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável dos seus Ativos Financeiros. Sendo tais evidências identificadas, o valor recuperável dos ativos é estimado e se o valor contábil exceder o valor recuperável, o valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão.
Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado. Quando um ativo financeiro classificado como disponível para venda é considerado irrecuperável, os ganhos e as perdas acumulados reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

b. Ativos Não Financeiros

A Concessionária avalia, anualmente, se existem evidências que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável dos seus Ativos Não Financeiros. Sendo tais evidências identificadas, o valor recuperável dos ativos é estimado e se o valor contábil exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.
O valor contábil de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

5.8. Ajuste a Valor Presente

Os ativos e passivos de longo prazo, bem como os de curto prazo, caso relevante, são ajustados a valor presente. Os principais efeitos apurados estão relacionados com a rubrica "Consumidores". As taxas de descontos utilizadas refletem as taxas para riscos e prazos semelhantes às praticadas pelo mercado.

5.9. Estoques (inclusive do ativo intangível em curso)

Os materiais em estoque classificados no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativos) e aqueles utilizados na prestação dos serviços de construção e melhorias classificados no ativo intangível em curso (depósito de obra) estão registrados ao custo médio de aquisição, deduzidos dos impostos recuperáveis e de perda estimada para ajustá-lo a valor realizável líquido quando este for menor que seu custo de aquisição. Periodicamente a Concessionária avalia seus itens de estoque quanto à sua obsolescência ou possível redução de valor. A quantia de qualquer redução dos estoques para o valor realizável líquido e todas as perdas de estoque são reconhecidas como despesa do período em que a redução ou a perda ocorreram.

5.10. Subvenção e Assistência Governamental

A partir de 01/01/2008, as subvenções governamentais, se recebidas, serão reconhecidas como receita ao longo do período, confrontadas com as despesas que pretende compensar em uma base sistemática. Os valores a serem apropriados no resultado serão destinados à Reserva de Incentivos Fiscais. Atualmente a Concessionária possui registrado em suas Demonstrações Financeiras a Conta de Resultados a Compensar – CRC, conforme Lei nº 8.631/93.

5.11. Bens e Direitos Destinados a Alienação

Os bens e direitos destinados a alienação são classificados como *mantidos para venda* caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando a venda é provável e o ativo não circulante estiver disponível para venda imediata em sua condição atual. Os ativos não circulantes classificados como destinados à venda são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor justo menos o custo de venda.

5.12. Ativos Biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo. As alterações no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício em que ocorreram. A madeira em pé, utilizada na prestação de serviços de construção e melhoria do Contrato de Concessão, é transferida para o custo de construção pelo seu valor justo na data de corte.

5.13. Investimentos

Nesta rubrica se incluem as propriedades para investimentos que representam os bens não utilizados no objetivo da Concessão, mantidos para valorização ou renda.

5.14. Contratos de Concessão

Os Contratos de Concessão são reconhecidos como ativo intangível e ativo financeiro. O valor do ativo intangível dos contratos de concessão representa o valor dos serviços de construção e melhorias que será recebido através da cobrança dos usuários via tarifa de energia elétrica. O custo dos serviços de construção e melhorias compreende o preço de aquisição dos materiais e serviços (acrescido de impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos) e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar a infraestrutura à serviço da concessão no local e condição necessários para este ser capaz de funcionar da forma determinada no Contrato de Concessão. O ativo financeiro refere-se ao valor dos serviços de construção e melhorias realizados e previstos no Contrato de Concessão e que será recebido através de indenização ao final da concessão, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão e a Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de Concessão. Ele é reconhecido pelo valor residual dos bens individuais ao final da concessão não amortizado e o valor somente é alterado por meio de adições, baixas e transferências, ao longo do prazo de concessão.
A amortização do ativo intangível dos contratos de concessão é calculada pela taxa de depreciação regulatória dos bens individuais. A amortização é reconhecida na rubrica de custo de operação e despesas operacionais. As taxas de depreciação regulatória dos principais bens à serviços da concessão são as seguintes:

Taxas de depreciação dos itens mais relevantes do ativo Não-circulante	*Taxa anual (*)*
Condutor (Tensao => 69Kv)	2,50%
Condutor (Tensao < 69Kv)	5,00%
Edificacao	4,00%
Equipamento Geral	10,00%
Estrutura (Poste, Torre) (Tensao =>69Kv)	2,50%
Estrutura (Poste, Torre) (Tensao < 69Kv)	5,00%
Medidor	4,00%
Transformador Distribuicao	5,00%
Transformador De Força	2,50%
Veiculos	20,00%

(*) Resolução Normativa ANEEL nº 367/2009

5.15. Imobilizado

Os ativos registrados no Imobilizado incluem os bens da Administração e serão mantidos a custo histórico.

Os Itens do Imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Concessionária e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas pelo Órgão Regulador para cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é aceito como o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

5.16. Intangível

Incluem o direito de cobrar os usuários dos serviços pela construção e melhorias realizadas na infraestrutura à serviço da concessão de distribuição de energia elétrica A amortização reflete as taxas de depreciação regulatória aplicadas aos bens individuais, que é a forma como a Concessionária recupera estes investimentos através da tarifa de energia elétrica e é reconhecida na rubrica de custo de operação e despesas operacionais.
Os outros ativos intangíveis que são adquiridos e que têm suas vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada. Incluem basicamente softwares e direitos desta natureza.

5.17. Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

Representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como às doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimento no serviço público de energia elétrica, na atividade de distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão. Essas obrigações estão registradas em grupo específico no passivo não circulante e estão sendo apresentadas como dedução do ativo financeiro e ativo intangível da concessão, dadas suas características de aporte financeiro com fins específicos de financiamentos para obras da infra-estrutura à serviço da concessão.

5.18. Arrendamento Mercantil

Os arrendamentos mercantis são segregados entre os operacionais e os financeiros. Quando o arrendamento é classificado como financeiro, ou seja, seus riscos e benefícios são transferidos, este é reconhecido como um ativo e mensurado inicialmente pelo seu valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos, entre eles o menor, e depreciados normalmente. O passivo subjacente é amortizado utilizando a taxa efetiva de juros.

5.19. Valor Justo:

a. Empréstimos, Recebíveis e Outros Créditos: é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. A Concessionária entende que os valores contábeis na data de transição dos recebíveis de contratos de concessão de serviços representam a melhor estimativa do seu valor justo. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

b. Ativos Biológicos: (madeira em pé) é baseado no preço de mercado dos volumes de madeira recuperável estimados. Os preços dos ativos biológicos, denominados em R$/m³ são obtidos através de pesquisa de preço de mercado, divulgadas por empresas especializadas, além da cotação dos preços praticados em mercado ativo para itens semelhantes.

c. Ativos Intangíveis recebidos como remuneração pela prestação de serviços de construção em um contrato de concessão de serviços: é estimado pela referência ao valor justo dos serviços de construção prestados. O valor justo dos serviços de construção prestados é calculado como o custo estimado total acrescido de uma margem de lucro de 0%, pois a Concessionária considera que o atual modelo de regulação do setor elétrico não prevê margem para os serviços de construção e melhorias na determinação da tarifa de energia elétrica. Quando a Concessionária recebe um ativo intangível e um ativo financeiro como remuneração pela prestação de serviços de construção em um acordo de concessão de serviços, ela estima o valor justo do ativo intangível como a diferença entre o valor justo dos serviços de construção prestados e o valor justo do ativo financeiro recebido.

d. Ativo Imobilizado: é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado. Os valores justos do imobilizado referente à infraestrutura de geração vinculada a uma concessão são limitados aos valores de recuperação admitidos pelo Órgão Regulador.
e. Outros Ativos e Passivos Financeiros: o valor justo de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros disponíveis para venda é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. O valor justo de investimentos mantidos até o vencimento é apurado somente para fins de divulgação.

f. Passivos Financeiros Não Destinados à Negociação: é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

5.20. Empréstimos e Financiamentos e Outras Captações

Estão atualizados pela variação monetária e/ou cambial, juros e encargos financeiros, determinados em cada contrato, incorridos até a data de encerramento do balanço. Os custos de transação estão deduzidos dos empréstimos e financiamentos correspondentes. Esses ajustes são apropriados ao resultado pela taxa efetiva de juros do período em despesas financeiras, exceto pela parte apropriada ao custo do ativo intangível em curso.

5.21. Provisões para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias

Provisões são reconhecidas quando a Concessionária tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de um evento passado, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável sendo provável uma saída de recursos. O montante da provisão reconhecida é a melhor estimativa da Administração e dos assessores legais, baseados em pareceres jurídicos sobre os processos existentes e do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço. Quando a provisão envolve uma grande população, a obrigação é estimada ponderando todos os possíveis desfechos pelas suas probabilidades associadas. Para uma obrigação única, a mensuração se baseia no desfecho mais provável.

5.22. Outros Ativos e Passivos

Os outros ativos e passivos circulantes e não circulantes que estão sujeitos à variação monetária ou cambial por força de legislação ou cláusulas contratuais estão atualizados com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores na data das Demonstrações Financeiras, os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação sendo os ativos reduzidos de provisão para perda e/ou ajuste a valor presente quando aplicável.

5.23. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda corrente é calculado e contabilizado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10%, e a Contribuição Social à alíquota de 9%, calculada e escriturada sobre o lucro ajustado antes do Imposto de Renda, na forma da legislação vigente.
Sobre as diferenças temporárias são constituídos impostos diferidos. Os ativos e passivos diferidos são registrados nos ativos e passivos não circulantes. Os impostos diferidos serão realizados com base nas alíquotas que se espera serem aplicáveis no período que o ativo será realizado ou o passivo liquidado. Tais ativos e passivos não são descontados a valor presente. Os prejuízos fiscais de Imposto de Renda e bases negativas de contribuição social podem ser compensados anualmente, observando-se o limite de até 30% do lucro tributável para o exercício.
A Concessionária está sobre a regência do Regime Tributário de Transição, também intitulado RTT, que prescreve a neutralidade fiscal no cálculo dos tributos federais, expurgando os efeitos da aplicação dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pelas alterações na Lei 6.404/76. O regime foi de caráter optativo no biênio 2008-2009, e passou a ser obrigatório para o exercício de 2010, nos termos da Lei 11.941/09.

5.24. Benefícios Pós-Emprego

As obrigações futuras, estimadas com base na avaliação atuarial, elaborada anualmente por atuário independente, são registradas para cobrir os gastos com plano de previdência, complementação de aposentadoria incentivada, aposentados ex-autárquicos e contribuições para o fundo de pensão dos funcionários. O custo do serviço passado do plano de contribuição definida implantado em outubro de 2002 está sendo reconhecido no resultado no tempo remanescente de serviço dos empregados, conforme item 96 do CPC 33, aprovado pela Deliberação CVM n° 600, de 09 de Outubro de 2009.

5.25. Registro de Compra e Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

As compras (custo de energia comprada) e as vendas (receita de suprimento) são registradas pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas pela CCEE, entidade responsável pela apuração das operações de compra e venda de energia. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil, os valores são estimados pela Administração da Concessionária, utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado.

5.26. Informações Sobre Quantidade de Ações e Resultado por Ação

O resultado básico por ação deve ser calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do exercício (o numerador) pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas, menos as mantidas em tesouraria (denominador).

5.27. Apuração do Resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime contábil de competência de cada exercício apresentado. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente de acordo com o calendário de leitura do consumo. A receita não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida.
As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras.

5.28. Reconhecimento da Receita

a.Receita de Fornecimento

O reconhecimento da receita de fornecimento dá-se pelo faturamento mensal, conforme quantidades medidas de energia fornecida e preços homologados, com os respectivos impostos que compõem o cálculo do preço da tarifa.

b.Receita não Faturada

O valor refere-se ao fornecimento de energia elétrica e de uso de rede de distribuição não faturados, calculados em base de estimativas, referente ao período posterior a medição mensal e até o último dia do mês.

c.Receita de Construção

A Concessionária reconhece a receita de construção referente aos serviços de construções e melhorias previstos no contrato de concessão com base no estágio de conclusão das obras realizadas. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados, ou, quando não puder ser medido de maneira confiável, até o limite dos custos reconhecidos na condição em que os custos incorridos possam ser recuperados.

d.Reconhecimento dos Ajustes da Receita conforme Nota Técnica de Revisão ou Reajuste Tarifário

Anualmente, através a Nota Técnica de Revisão ou Reajuste Tarifário, homologada pela Agência Reguladora, é determinado o percentual a ser aplicado na tarifa da Distribuidora, além disso nessa nota estão detalhados os itens financeiros e itens de CVA que sofreram alteração. A Concessionária reconhece esse ajuste de receita no momento da homologação da Nota Técnica e amortiza esses saldos em 12 meses.

5.29. Transações com Partes Relacionadas

As operações com partes relacionadas têm regras específicas para cada tipo de transação e são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes. Os detalhes dessas operações estão descritos na nota explicativa nº 46.

5.30. Informações por Segmento

As informações por segmentos operacionais evidenciam as atividades de negócio dos quais podem obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações

com outros componentes da mesma entidade, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da Concessionária.
Para a Concessionária a distribuição e a comercialização não são consideradas pela Administração como segmentos, uma vez que não possuem gestão individualizada e que uma depende da outra para operar.

5.31. Questões Ambientais

A Concessionária capitaliza gastos referentes a demandas ambientais correspondentes aos estudos de impacto do meio ambiente, exigidos pelos órgãos públicos competentes, para obtenção das licenças que permitirão a construção e instalação de novos empreendimentos, além daqueles referentes as compensações que devem ser realizados para executar o projeto, visando reparar, atenuar ou evitar danos ao meio ambiente onde será realizado o empreendimento.
Os gastos relacionados a questões ambientais posteriores a entrada em operação do empreendimento são registrados como resultado do exercício em que ocorreram.
Os projetos para construção e instalação de novos empreendimentos são identificados e monitorados pelos órgãos ambientais fiscalizadores, tais como Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA, Fundação Estadual de Proteção Ambiental - FEPAM, Secretaria Municipal do Meio Ambiente – SEMA e ONGs.

5.32. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas normas, emendas e interpretações IFRSs emitidas pelo IASB (International Accounting Standards Board) ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31/12/2010, entre elas:

- Emenda da IAS 12 – Tributos sobre o lucro (CPC 32): recuperação de ativos mensurados pelo valor justo. Aplicável a partir de 01/01/2012.
- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros: classificação de ativos financeiros e contabilização de passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Aplicável a partir de 01/01/2013.
- Ativos e Passivos Regulatórios - encontra-se em audiência pública no *International Accouting Standards Board – IASB* pronunciamento que trata sobre Ativos e Passivos Regulatórios. As entidades reguladas devem cumprir as exigências dos IFRSs assim como qualquer outra entidade, portanto embora os órgãos reguladores possam determinar a época para a recuperação de custos ou para o pagamento de reembolsos nas tarifas, eles não podem mudar as características dos ativos e passivos que existiriam de acordo com o IFRS.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes às IFRSs acima citadas. A adoção antecipada destes pronunciamentos está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A Concessionária não estimou a extensão do impacto destas novas normas em suas Demonstrações Financeiras.

6. Primeira Adoção dos CPC Convergentes às IFRS

Algumas reclassificações e correções foram efetuadas para melhor apresentação das Demonstrações Financeiras comparativas, de acordo com o estabelecido no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

6.1. Normas e interpretações aplicadas nas Demonstrações Financeiras

A Concessionária adotou as normas do CPC descritas abaixo no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, inclusive para o período comparativo de 31 de dezembro de 2009 e no Balanço Patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2009. A aplicação destas normas ("novas normas") impactou montantes apresentados nas demonstrações financeiras individuais da Concessionária conforme apresentado abaixo:

6.1.1. Normas e interpretações aplicadas aos saldos do exercício corrente (e/ou exercícios anteriores)

Pronunciamento	Norma Internacional	Deliberação CVM	Sumário
	.....	539/08	Estrutura conceitual (framework)
CPC 01(R1)	IAS 36	639/10	Redução ao valor recuperável de ativos
CPC 07 (R1)	IAS 20	546/10	Subvenção e assistência governamentais
CPC 08 (R1)	IAS 39	649/10	Custos de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários
CPC 12	.....	564/08	Ajuste a valor presente
CPC 13	.....	565/08	Adoção inicial da lei nº. 11.638/07 e da medida provisória nº. 449/08
CPC 17	IAS 11	576/09	Contratos de construção
CPC 29	IAS 41	596/09	Ativo biológico e produto agrícola
CPC 30	IAS 18	597/09	Receitas
CPC 37 (R1)	IFRS 1	647/10	Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade
CPC 43 (R1)	IFRS 1	651/10	Adoção inicial dos pronunciamentos técnicos CPC 15 a 40

6.1.2. Normas e interpretações que afetam a apresentação e divulgação

Pronunciamento	Norma Internacional	Deliberação CVM	Sumário
CPC 03 (R2)	IAS 7	641/10	Demonstração dos fluxos de caixa
CPC 09	.....	557/08	Demonstração do valor adicionado
CPC 23	IAS 8	592/09	Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro
CPC 26	IAS 1	595/09	Apresentação das Demonstrações Financeiras
CPC 33	IAS 19	600/09	Benefícios a empregados
CPC 39	IAS 32	604/09	Instrumentos financeiros: apresentação
CPC 41	IAS 33	636/10	Resultado por ação
ICPC 01	IFRIC 12	611/09	Contratos de concessão
ICPC 09	.....	618/09	Demonstrações Financeiras individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial
OCPC 03	IAS 32 E IAS 39	Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2009	Instrumentos financeiros: reconhecimento, mensuração e evidenciação
OCPC 05	IFRIC 12	654/10	Contratos de Concessão

6.2. ICPC 01 – Contratos de Concessão (IFRIC 12)

Em 22 de dezembro de 2009, foi aprovada a Deliberação CVM nº 611/09, que acolheu a ICPC 01 – Contratos de Concessão.

O escopo da ICPC 01 abrange contratos de concessões de serviços públicos de entidades privadas, quando:

a) O concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço; e
b) O concedente controle, por meio de titularidade, usufruto ou outra forma, qualquer participação residual significativa na infraestrutura, no final do prazo da concessão.

A infraestrutura à serviço da concessão não poderá ser reconhecida como ativo imobilizado quando houver controle pelo poder concedente, uma vez que o concessionário tem o direito para operá-la, de acordo com as condições estipuladas no contrato de concessão, que normalmente compreendem: construir, operar e manter a infraestrutura utilizada durante um período de tempo determinado e devolver ao concedente no final do contrato.

Assim, o concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção e CPC 30 - Receitas. Caso o concessionário realize mais de um serviço (p.ex., serviços de construção ou melhoria e serviços de operação) regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada com base nos valores justos relativos dos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. A natureza da remuneração determina seu subsequente tratamento contábil.

6.3. Impactos da adoção dos CPCs

A Concessionária adotou a data de transição como 01/01/2009 (Balanço de Abertura), assim, as últimas Demonstrações Financeiras pelas práticas contábeis anteriores foram as referentes ao exercício findo em 31/12/2008. Nas notas a seguir, é apresentada reconciliação das Demonstrações Financeiras e os ajustes requeridos pela primeira adoção dos CPCs, convergentes às IFRSs, segundo o CPC 37(R1) que trata da adoção inicial das normas internacionais de relatório financeiro.

6.4. Reconciliação do Balanço Patrimonial de 31/12/2009 e 01/01/2009

BALANÇO PATRIMONIAL	Nota Explicativa	31/12/2008	Impactos IFRS e Reclassificações	01/01/2009	31/12/2009	Impactos IFRS e Reclassificações	31/12/2009
ATIVO CIRCULANTE		473.805	(30.194)	443.611	506.327	(13.493)	492.834
Caixa e Equivalentes de Caixa	(a)	39.880	(2.008)	37.872	113.145	(2.008)	111.137
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	(b)	332.885	37.769	370.654	336.057	52.901	388.958
Títulos de Créditos a Receber	(b)	37.772	(37.769)	3	53.321	(52.901)	420
Nota Técnica Revisão/Reajuste Tarifário	(c)	-	43.755	43.755	-	43.327	43.327
Outros Créditos a Receber	(a)	65.351	-	65.351	48.163	3.260	51.423
Pagamentos Antecipados	(c)	78.898	(71.941)	6.957	58.072	(58.072)	-
Demais Ativos	-	(80.981)	-	(80.981)	(102.431)	-	(102.431)
ATIVO NÃO CIRCULANTE							
Realizável a Longo Prazo							
Aplicações Financeiras	(a/h)	23.598	2.008	25.606	20.715	5.035	25.750
Ativo Financeiro Indenizável	(d)	-	406.749	406.749	-	470.973	470.973
Outros Créditos a Receber	(a/h)	5.300	13.207	18.507	2.079.022	10.180	2.050.002
Pagamentos Antecipados	(e)	13.207	(13.207)	-	13.207	(13.207)	-
Demais Ativos	-	404.247	-	404.247	404.924	-	404.924
Ativos Biológicos	(f)	-	12.617	12.617	-	13.841	13.841
Investimentos	(d)	26.051	(5.731)	20.320	26.964	(7.392)	19.572
Imobilizado	(d)	912.027	(850.040)	61.987	969.035	(907.787)	61.248
Intangível	(d)	11.424	419.930	431.354	11.944	436.814	448.758
		1.395.854	(14.467)	1.381.387	3.526.611	8.457	3.535.968
TOTAL		1.869.659	(44.661)	1.824.998	4.032.938	(5.036)	4.027.902
PASSIVO CIRCULANTE		753.720	(14.617)	739.103	723.637	17.645	741.282
Fornecedores	(g)	179.843	24.548	204.391	142.335	10.100	152.435
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	(i)	80.049	-	80.049	106.053	(218)	105.835
Variação Negativa de Itens da CVA - Passivos Regulatórios	(c)	47.683	(47.683)	-	47.305	(47.305)	-
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	(b)	58.266	(42)	58.224	30.863	40.590	71.453
Nota Técnica Revisão/Reajuste Tarifário	(c)	-	33.108	33.108	-	24.578	24.578
Outros Passivos	(g)	55.105	(24.548)	30.557	62.998	(10.100)	52.898
Demais Passivos	-	334.774	-	334.774	334.083	-	334.083
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		1.091.069	(23.319)	1.067.750	1.372.099	(43.138)	1.328.961
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	(i)	120.409	-	120.409	357.679	(2.548)	355.131
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	(b)	17.438	42	17.480	52.516	(40.590)	11.926
Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica	(b/d)	23.361	(23.361)	-	-	-	-
Demais Passivos	-	929.861	-	929.861	961.904	-	961.904
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		24.870	(6.725)	18.145	1.937.202	20.457	1.957.659
Capital Social	-	23.703	-	23.703	23.703	-	23.703
Reserva de Incentivos Fiscais	-	-	-	-	1.905.718	20.457	1.926.175
Reserva de Lucros	-	1.167	-	1.167	7.781	-	7.781
Prejuízos Acumulados	(c/f)	-	(6.725)	(6.725)	-	-	-
TOTAL		1.869.659	(44.661)	1.824.998	4.032.938	(5.036)	4.027.902

a. O valor de R$ 2.000 é relativo ao principal do CCEE – SIAC/BANRISUL reclassificado do Ativo Circulante para o Não Circulante, é considerado como de uso restrito. O montante de R$ 8, saldo em conta do Bradesco, bloqueado judicialmente, foi reclassificado para o Não Circulante devido a sua impossibilidade de resgate imediato. O valor de R$ 3.000,em 31-12-2009, refere-se à reclassificação da retenção em garantia relativa à captação de empréstimo junto ao Banco Máxima atualizado até a data do encerramento do exercício de 2010, cuja atualização foi de R$ 260.

b. Referem-se às reclassificações tendo em vista orientação do Órgão Regulador.

c. Alguns ativos e passivos regulatórios não atendem a definição de ativo e passivo segundo a Estrutura Conceitual Básica (framework). O saldo do ativo regulatório foi reduzido em R$ 71.941 em 01/01/2009 (R$ 58.072 em 31/12/2009) e do passivo em R$ 47.683 em 01/01/2009 (R$ 47.305 em 31/12/2009). Sendo que para os Prejuízos Acumulados os impactos dos ativos foram de R$ (28.186) em 01/01/2009 e R$ 13.441 no Resultado do Exercício de 31/12/2009. Os impactos dos passivos no Patrimônio Líquido foram de R$ 14.575 em 01/01/2009 e R$ 8.152 no Resultado do Exercício em 31/12/2009.

d. Conforme mencionado no item 5.14, os ativos que representam os bens da concessão foram reclassificados do ativo imobilizado para o ativo intangível R$ 419.930 em 01/01/2009 (R$ 436.814 em 31/12/2009) e para o ativo financeiro – bens da concessão em R$ 406.749 em 01/01/2009 (R$ 470.973 em 31/12/2009).

e. O montante de R$ 13.207 foi reclassificado da rubrica Pagamentos Antecipados para Outros Créditos a Receber, no Ativo Não Circulante.

f. Refere-se ao reconhecimento dos Hortos Florestais ao seu valor justo e à sua reclassificação para rubrica de Ativos Biológicos no montante de R$ 12.617 em 01/01/2009 (R$ 13.841 em 31/12/2009), sendo o impacto no Patrimônio Líquido de R$6.886 em 01/01/2009 (R$ 9.709 em 31/12/2009).

g. A reclassificação refere-se à Energia de Curto Prazo – CCEE transferida de Outros Passivos para Fornecedores, R$ 24.548 em 01/01/2009 e R$ 10.100 em 31/12/2009.

h. Reclassificação da rubrica Outros Créditos a Receber, no valor de R$ 27, em 31/12/2009, para aplicações financeiras

i. O saldo de 2009 sofreu alteração em virtude da aplicação do CPC 08, cujo reflexo do custo de transação do Banco Máxima foram ajustes no Passivo Circulante no valor de R$ 218 e no Passivo Não Circulante de R$ 2.548 em 31/12/2009.

6.5. Reconciliação do Resultado do Exercício de 31/12/2009

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	Nota Explicativa	31/12/2009	Impactos IFRS e Reclassificações	31/12/2009
Receita Operacional		2.475.175	144.496	2.619.671
Fornecimento	(a)	1.012.833	(29.513)	983.320
Receita de Construção	(b)	-	149.841	149.841
Outras Receitas Operacionais	(a)	37.186	24.168	61.354
Demais Receitas	-	1.425.156	-	1.425.156
Deduções da Receita Operacional		(818.924)	(99)	(819.023)
Subvenções CCC	(a)	(64.877)	6.023	(58.854)
CDE - Conta de Desenvolvimento Energético	(a)	(62.225)	(6.122)	(68.347)
Demais Deduções	-	(691.822)	-	(691.822)
Custo do Serviço de Energia Elétrica		(1.430.658)	(131.018)	(1.561.676)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(a)	(863.056)	14.860	(848.196)
Encargo de Uso do Sistema	(a)	(214.424)	5.136	(209.288)
Depreciação e Amortização	(b)	(74.369)	66.495	(7.874)
Amortização do Intangível da Concessão	(b)	-	(67.668)	(67.668)
Custo de Construção	(b)	-	(149.841)	(149.841)
Demais Custos Operacionais	-	(278.809)	-	(278.809)
Despesas Operacionais		(411.795)	10.369	(401.426)
Outras Despesas Operacionais	(a) e (c)	(315.536)	10.369	(305.167)
Demais Despesas Operacionais	-	(96.259)	-	(96.259)
Outras Receitas		2.081.882	2.823	2.084.705
Conta de Resultado a Compensar - CRC	-	2.064.645	-	2.064.645
Outras Receitas	(d)	17.237	2.823	20.060
Outras Despesas		(13.242)	1.173	(12.069)
Outras Despesas	(b)	(13.242)	1.173	(12.069)
Receita/Despesa Financeira	(a)	23.280	(562)	22.718
Lucro Líquido do Exercício		1.905.718	27.182	1.932.900

a. Os ativos e passivos regulatórios não atendem os critérios de reconhecimento segundo a Estrutura Conceitual Básica (*framework*). Assim, o ajuste correspondente causou uma redução de R$ 5.345 na receita operacional, um acréscimo de R$ 99 em deduções da receita operacional, uma redução de R$ 19.996 no custo do serviço de energia elétrica, uma redução de R$ 7.603 nas despesas operacionais e um aumento de R$ 562 nas despesas financeiras.

b. A receita teve um incremento de R$149.841 devido à receita de construção dos ativos da concessão. O custo também teve um acréscimo de igual montante devido ao custo/despesa de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 – Contratos de Concessão, não existindo margem de lucro.

c. O reconhecimento do custo de transação do Banco Máxima causou uma redução das outras despesas operacionais no montante de R$ 2.766.

d. O reconhecimento do valor justo dos Hortos Florestais causou um aumento de R$ 2.823 nas outras receitas.

Os reflexos dos ajustes descritos nas notas explicativas 6.4 e 6.5 foram reclassificados nas Demonstrações do Fluxo de Caixa e nas Demonstrações do Valor Adicionado para fins de comparabilidade no exercício de 2009.

6.6. Reconciliação do patrimônio líquido de 1º de janeiro de 2009 e de 31 de dezembro de 2009

	Nota Explicativa	01/01/2009	31/12/2009
Patrimônio Líquido - originalmente divulgado		**24.870**	**1.937.202**
Desreconhecimento de Ativos e Passivos Regulatórios	(a)	(13.611)	7.982
Custos de Transação Banco Máxima - CPC 08	(b)	-	2.766
Ativos Biológicos	(c)	6.886	9.709
		(6.725)	20.457
		18.145	**1.957.659**

a. O ajuste referente ao desreconhecimento ativos e passivos regulatórios causou um aumento no patrimônio líquido de R$ 7.982 em 31/12/2009 ((R$ 13.611) em 01/01/2009).

b. O reconhecimento do custo de transação do Banco Máxima causou um aumento de R$ 2.766 no patrimônio líquido em 31/12/2009.

c. O reconhecimento do valor justo dos Hortos Florestais causou um aumento no Patrimônio Líquido de R$ 6.886 (R$ 9.709 em 01/01/2009).

6.7. Impactos da adoção das mudanças de práticas contábeis nos Formulários de Informações Trimestrais - ITR (Deliberação CVM nº 656/11)

Em atendimento à Deliberação CVM nº 656, de 25/01/2011, apresentamos o impacto da adoção das mudanças de prática contábil para os trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2010, comparativas a 2009. Nossa opção foi de reapresentar os Formulários mencionados juntamente com o formulário de Informações Trimestrais - ITR correspondente ao trimestre a findar em 31 de março de 2011.

	31/03/2010		31/03/2009	
	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido
	1.947.114	**9.912**	**27.374**	**2.504**
Ativos Biológicos	6.887	-	6.887	-
Desreconhecimento de Ativos e Passivos Regulatórios	17.263	9.280	(24.836)	(11.225)
Custos de Transação - CPC 08	2.712	(55)	692	692
Receita de Construção	179.626	29.785	47.220	47.220
Custo de Construção	(179.626)	(29.785)	(47.220)	(47.220)
Demais ajustes	2.823	-	-	-
	29.685	9.225	(17.257)	(10.533)
	1.976.799	**19.137**	**10.117**	**(8.029)**

	30/06/2010		30/06/2009	
	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido
	1.874.889	**(62.313)**	**513.205**	**(19.766)**
Ativos Biológicos	6.887	-	6.887	-
Desreconhecimento de Ativos e Passivos Regulatórios	7.436	(547)	(10.056)	3.555
Custos de Transação - CPC 08	2.657	(109)	1.383	1.383
Receita de Construção	212.432	32.806	69.193	21.973
Custo de Construção	(212.432)	(32.806)	(69.193)	(21.973)
Demais ajustes	2.823	-	-	-
	19.803	(656)	(1.786)	4.938
	1.894.691	**(62.969)**	**511.419**	**(14.828)**

	30/09/2010		30/09/2009	
	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido
	1.783.686	**(153.516)**	**(26.951)**	**(58.435)**
Ativos Biológicos	6.887	-	6.887	-
Desreconhecimento de Ativos e Passivos Regulatórios	(6.501)	(14.484)	670	14.281
Custos de Transação - CPC 08	2.603	(164)	2.075	2.075
Receita de Construção	242.152	29.720	109.449	40.256
Custo de Construção	(242.152)	(29.720)	(109.449)	(40.256)
Demais ajustes	2.823	-	-	-
	5.812	(14.648)	9.632	16.356
	1.789.498	**(168.164)**	**(17.319)**	**(42.079)**

Essas Informações Trimestrais - ITR foram sujeitas aos procedimentos de revisão especial aplicados pelos auditores independentes da Companhia de acordo com os requerimentos da CVM para Informações Trimestrais (NPA 06 do Instituto dos Auditores Independentes - IBRACON), incluindo os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis, não tendo sido, portanto, sujeitas aos procedimentos de auditoria.

6.8. Isenções Adotadas

A Concessionária quando da elaboração das suas Demonstrações Financeiras na data de transição adotou o CPC 43 – Adoção Inicial dos CPCs 15 a 40 (com exceção do CPC 34) e aplicou as isenções opcionais de aplicação retrospectiva referente aos novos pronunciamentos contábeis, conforme segue:

- Isenção referente a classificação de Instrumentos Financeiros de acordo com o CPC 38 e não realizou análises retroativas à data original de contratação dos instrumentos financeiros vigentes na data de transição. Os instrumentos contratados após a data de transição foram todos analisados e classificados na data da realização das operações.

- Isenção referente a aplicação retroativa do ICPC 01: a Concessionária considerou impraticável a aplicação retroativa da norma para os ativos que compõem a infra-estrutura utilizada na concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica regulado pelo Contrato de Concessão nº 081/1999 e adotou na transição os valores contábeis anteriores dos ativos financeiros e intangíveis, independente de suas classificações, reclassificando-os para: (a) ativo intangível, correspondente a parcela estimada dos investimentos realizados e que serão amortizados até o final da concessão e (b) ativo financeiro indenizável, correspondente ao direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção efetuados e não amortizados até o final da concessão.

Não há Pronunciamentos Contábeis pertinentes a exceções obrigatórias aplicáveis a Concessionária.

7. Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras

Os saldos compõem-se de:

Descrição / Banco	Nota Explicativa	Vencimento	Remuneração	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Circulante						
Numerário Disponível				24.100	26.602	32.884
SIAC / BANRISUL	46.a	Diário	SELIC OVER	12.098	84.535	4.988
Aplicações Financeiras				12.098	84.535	4.988
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa				36.198	111.137	37.872
Não Circulante						
SIAC Especial / BANRISUL	46.a	Diário	SELIC	2.148	18.936	22.161
CEEE - SIAC BANRISUL	46.a	Diário	SELIC	2.435	3.779	3.437
CEEE BRADESCO				9	8	8
Repasse Arrecadação de Contas de Energia				27	27	-
Retenção Banco Máxima				3.292	3.000	-
Total de Aplicações Financeiras				7.911	25.750	25.606

a) Numerário Disponível

O valor de R$ 24.100 (R$ 26.602 em 31 de dezembro de 2009 e R$ 32.884 em 01 de janeiro de 2009) refere-se a recursos depositados em instituições bancárias.

b) SIAC / BANRISUL

O valor de R$ 12.098 (R$ 84.535 em 31 de dezembro de 2009 e R$ 4.988 em 01 de janeiro de 2009) refere-se ao valor aplicado no Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC/BANRISUL instituído pelo Decreto Estadual nº 33.959, de 31 de maio de 1991. Estes valores foram repassados ao SIAC conforme contrato assinado entre a Concessionária e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul em 10 de outubro de 2008, denominado "*Contrato de Repasse Temporário de Recursos*

Monetários Disponíveis". O saldo aplicado está sendo remunerado pela variação da taxa SELIC OVER, com liquidez imediata.

c) SIAC Especial / BANRISUL

O valor de R$ 2.148 (R$ 18.936 em 31 de dezembro de 2009 e R$ 22.161 em 01 de janeiro de 2009) refere-se a remuneração sobre o principal já resgatado aplicado no Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC/BANRISUL, instituído pelo Decreto Estadual nº 33.959, de 31 de maio de 1991. Este saldo permanece aplicado, sendo remunerado com base na variação da taxa SELIC, sem liquidez imediata, visto que depende de dotação orçamentária por parte do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

d) CEEE – SIAC / BANRISUL

O valor de R$ 2.435 (R$ 3.779 em 31 de dezembro de 2009 e R$ 3.437 em 01 de janeiro de 2009) refere-se ao principal e a remuneração de valores aplicados no CEEE - SIAC / BANRISUL, destinados ao atendimento da cláusula do Contrato de Constituição de Garantias – CCGs, quando da compra de energia pela CEEE-D.

e) CEEE BRADESCO

O valor de R$ 9 (R$ 8 em 31 de dezembro de 2009 e R$ 8 em 01 de janeiro de 2009) refere-se a valores bloqueados judicialmente, estando estes compondo o saldo de duas contas em fundos de investimentos no Banco Bradesco, sendo remunerados pela taxa CDI.

f) Repasse de Arrecadação de Contas de Energia

O valor de R$ 27 (R$ 27 em 31 de dezembro de 2009) encontra-se em discussão junto ao Banco Citibank S/A e refere-se à arrecadação de faturas de energia não repassadas a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D.

g) Retenção Banco Máxima

O valor de R$ 3.292 (R$ 3.000 em 31 de dezembro de 2009) refere-se à garantia do fiel e pontual cumprimento das obrigações relativas à captação de empréstimo junto ao Banco Máxima, cujo valor tem vencimento em 04 de janeiro de 2016.

8. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Os saldos compõem-se de:

	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Circulante						
Consumidores	147.363	78.191	122.686	348.240	335.960	328.954
Concessionárias e Permissionárias	189	-	-	189	96	3.567
Parcelamentos	25.382	1.104	19.105	45.591	52.901	37.769
Energia de Curto Prazo - CCEE	3.945	-	-	3.945	1	364
Total	176.879	79.295	141.791	397.965	388.958	370.654
Não Circulante						
Parcelamentos	109.606	-	21.947	131.553	128.484	129.170
Total	109.606	-	21.947	131.553	128.484	129.170

a) Consumidores

	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Residencial	71.572	32.589	29.873	134.034	138.425	126.598
Industrial	24.887	13.332	17.597	55.816	51.805	45.967
Comercial Serviços e Outras Atividades	45.441	15.787	12.794	74.022	73.156	70.158
Rural	7.306	7.001	86	14.393	14.949	18.093
Poder Público	(3.027)	9.094	48.993	55.060	22.358	29.932
Iluminação Pública	(3.356)	275	13.276	10.195	30.509	33.890
Serviço Público	4.540	113	67	4.720	4.758	4.316
Total	147.363	78.191	122.686	348.240	335.960	328.954

b) Concessionárias e Permissionárias

	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Suprimento de Energia	104	-	-	104	33	35
Encargo de Uso da Rede	69	-	-	69	56	48
Irrigação e Aquicultura	-	-	-	-	-	2.789
Red. Tarifa de Uso Sist. Transmissão	-	-	-	-	-	695
Permissionárias	16	-	-	16	7	0
Total	189	-	-	189	96	3.567

c) Parcelamentos

Os saldos compõem-se de:

Circulante	Nota Explicativa	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Parcelamentos com Prefeituras Municipais		18.069	17.732	19.278
Parcelamentos com Consumidores Diversos		10.526	9.059	7.746
Parcelamentos com Governo do Estado - Débitos de Energia	46.a	-	13.778	-
Parcelamentos com Consumidores Industriais		5.421	4.761	3.771
Parcelamentos Diversos		11.575	7.571	6.974
Total		45.591	52.901	37.769

Não Circulante				
Parcelamentos com Prefeituras Municipais		69.757	74.932	66.823
Parcelamentos com Consumidores Diversos		13.250	15.189	11.965
Parcelamentos com Governo do Estado - Débitos de Energia	46.a	4.768	4.768	24.546
Parcelamentos com Governo do Estado - FAMURS	46.a	17.178	17.178	13.363
Parcelamentos com Consumidores Industriais		9.826	9.221	9.423
Parcelamentos Diversos		16.774	7.196	3.050
Total		131.553	128.484	129.170

c.1) Parcelamentos com Prefeituras Municipais

Referem-se a parcelamentos de débitos efetuados com prefeituras municipais, os quais são indexados pelo IGP-M, com juros de até 1% ao mês, tais contratos possuem cláusula que contemplam desconto para prefeituras que se mantiverem adimplentes.

A Concessionária constituiu provisão para perdas considerando a expectativa de realização destes parcelamentos.

c.2) Parcelamentos com Consumidores Diversos

Refere-se, principalmente, a parcelamentos de débitos com arrozeiros, hospitais e consumidores em geral, para aquelas negociações que demandam cálculos diferenciados, face ao perfil da dívida bem como do cliente. Dentre estes contratos, alguns se encontram em cobrança judicial.

A Concessionária constituiu provisão para perdas considerando a expectativa de realização destes parcelamentos.

c.3) Parcelamentos com Governo do Estado - Débitos de Energia

Durante as negociações do Termo de Acordo entre a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D e o Estado do Rio Grande do Sul, para liquidação dos débitos vencidos, oriundos das faturas de energia elétrica, o Estado levantou a hipótese de que poderiam existir valores pagos incluídos no montante do débito, devido sua forma de realizar seus pagamentos. Em razão disso, a Concessionária decidiu manter registrado o montante original de R$ 49.885 e a classificação no ativo realizável a longo prazo.

Em julho de 2007 foi constituído Grupo de Trabalho pela CEEE-D que teve por objetivo rever o Contrato assinado em 2002. O Grupo concluiu que grande parte do valor que compunha a dívida do Governo do Estado referia-se a multas e juros do Setor Elétrico, totalizando o valor de R$ 25.339, valores estes não reconhecidos pelo Governo do Estado como débito de energia. Este valor foi provisionado no exercício de 2007, permanecendo a receber o valor de R$ 24.546.

Em 15/09/2009 a ANEEL anuiu o Termo de Acordo, celebrado entre a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, no valor de R$ 19.778, cujo montante será liquidado por meio de compensação tributária, pelo prazo de 12 meses, conforme demonstrado:

Data do Evento	Histórico	Valor
dez/2002	Registro de Parcelamentos	49.885
dez/2007	Multa e Juros Provisionados	(25.339)
	Saldo a Receber	24.546
set/2009 a dez/2009	Compensação de ICMS	(6.000)
jan/2010 a dez/2010	Compensação de ICMS	(13.778)
	Saldo a Receber	4.768
NÃO CIRCULANTE		4.768

c.4) Parcelamentos com Governo do Estado – FAMURS

Refere-se a parcelamentos de débitos de Prefeituras Municipais, firmados em 1997, amparo da Lei Estadual nº 11.018, de 23 de setembro 1997, intermediados pela Federação das Associações de Municípios do Estado do Rio Grande do Sul - FAMURS assumidos pelo Estado do Rio Grande do Sul, com garantia no repasse de ICMS aos respectivos Municípios.

Os valores estavam indexados pela UFIR e posteriormente pela UPF/RS, e foram repactuados através de Termo de Acordo em dezembro de 2002 com carência de 12 meses e 48 parcelas mensais e consecutivas, vencendo a primeira em janeiro de 2004, indexados pelo IGP-M, mais juros de 0,5% ao mês, com a interveniência do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A – BANRISUL.

Em 07 de outubro de 2004, através do Decreto nº 43.376, foi modificado o Regulamento do ICMS, incluindo a permissão de compensação, pelas empresas concessionárias de serviço público, de débitos relativos ao ICMS com créditos vencidos junto a Fazenda Pública Estadual, condicionada à celebração do Termo de Acordo com o Estado do Rio Grande do Sul. A Concessionária firmou Termo de Acordo em 28 de outubro de 2004 para compensação de parte do crédito tributário da Fazenda Estadual relativo ao ICMS futuro com o parcelamento a receber pela Concessionária. Até o presente foi compensado o montante de R$ 78.067.

c.5) Parcelamentos com Consumidores Industriais

Os valores de R$ 5.421 (R$ 4.761 em 31 de dezembro de 2009 e R$ 3.771 em 01 de janeiro de 2009) registrados no Ativo Circulante, e R$ 9.826 (R$ 9.221 em 31 de dezembro de 2009 e R$ 9.423 em 01 de janeiro de 2009), no Ativo Não Circulante, referem-se a parcelamento de débitos com energia elétrica referente a instalações consumidoras Industriais.

c.6) Parcelamentos Diversos

Os valores de R$ 11.575 (R$ 7.571 em 31 de dezembro de 2009 e R$ 6.974 em 01 de janeiro de 2009) registrados no Ativo Circulante e R$ 16.774 (R$ 7.196 em 31 de dezembro de 2009 e R$ 3.050 em 01 de janeiro de 2009), no Ativo Não Circulante, referem-se a parcelamentos de débitos efetuados a partir de 2003, de clientes das classes residencial, industrial, comercial e rural.

d) Energia de Curto Prazo – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

O valor de R$ 3.945 (R$ 1 em 31 de dezembro de 2009 e R$ 364 em 01 de janeiro de 2009) refere-se à energia vendida no mercado de curto prazo, conforme informações divulgadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, demonstrado na nota explicativa nº 51.b..

9. Título de Créditos a Receber

O valor de R$ 12 (R$ 420 em 31 de dezembro de 2009 e R$ 3 em 01 de janeiro de 2009) registrado no Ativo Circulante refere-se a parcelamentos relativos a venda de ativos e cobrança de avarias causadas por terceiros em bens da Concessionária.

10. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Os saldos compõem-se de:

CONSUMIDORES POR CLASSE	Saldo 01/01/2009	Adições	Exclusões	Saldo 31/12/2009
Residencial	25.649	6.652	(905)	31.396
Industrial	11.591	3.090	(392)	14.289
Comercial Serviços e Outras Atividades	9.527	2.567	(4.307)	7.787
Rural	2.483	485	(94)	2.874
Poder Público, Iluminação Pública e Serviço Público	49.638	12.660	(14.806)	47.492
Títulos de Créditos a Receber	16.469	10.351	(2.132)	24.688
Diversos	2.083	262	(364)	1.981
Total	117.440	36.067	(23.000)	130.507

CONSUMIDORES POR CLASSE	Saldo 31/12/2010	Adições	Exclusões	Saldo 31/12/2010
Residencial	31.396	2.238	(4.417)	29.217
Industrial	14.289	3.548	(7.827)	10.010
Comercial Serviços e Outras Atividades	7.787	4.992	(2.354)	10.425
Rural	2.874	31	(1.687)	1.218
Poder Público, Iluminação Pública e Serviço Público	47.492	13.138	(8.402)	52.228
Títulos de Créditos a Receber	24.688	12.815	(5.520)	31.983
Diversos	1.981	260	(205)	2.036
Total	130.507	37.022	(30.412)	137.117

Foram incluídos os valores totais dos créditos junto aos consumidores residenciais que apresentam débitos vencidos há mais de 90 dias; consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias;

consumidores industriais e rurais vencidos há mais de 360 dias, e títulos de créditos a receber de diversas classes de consumidores vencidos há mais de 90 dias.

Para os créditos de responsabilidade dos Poderes Públicos, foi efetuada análise e constituição de provisão considerando a expectativa de perdas na realização desses créditos, que considerou as negociações realizadas e em andamento junto às prefeituras e ao Estado do Rio Grande do Sul.

11. Créditos Tributários

Os saldos compõem-se de:

Circulante	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
ICMS a compensar	14.401	10.707	12.868
IRPJ e CSLL a compensar	6.524	3.555	7.397
Outros Créditos a Compensar	304	282	250
Total	21.229	14.544	20.515
Não Circulante			
ICMS a compensar	11.210	11.420	11.676
Outros Créditos a Compensar	1.869	1.868	2.474
Total	13.079	13.288	14.150

No que se refere aos créditos de longo prazo, principalmente aqueles ligados ao ICMS, sua expectativa de realização é de 04 anos, conforme dispositivo legal estabelecido na Lei Complementar nº 87/96, que permite a constituição e respectiva fruição deste crédito tributário.

12. Estoques

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Estoque de Operação	10.151	13.579	16.006
(-) Provisão para Perdas	(48)	(47)	(62)
Total	10.103	13.532	15.944

Os saldos de estoques referem-se a materiais destinados à manutenção das operações, em processo de classificação, resíduos e sucatas e destinados à alienação, todos valorados a preço médio e deduzidos das provisões para perdas.

O valor de R$ 4.528 em 31 de dezembro de 2010 (R$ 4.723 em 31 de dezembro de 2009) refere-se aos materiais em almoxarifado reconhecidos no custo do serviço.

13. Outros Créditos a Receber

Os saldos compõem-se de:

Cirulante	Nota Explicativa	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Programa RELUZ	46.b.II	9.670	2.183	1.484
Programa de Efic. Energética - PEE		6.513	10.586	9.104
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		4.079	2.360	3.360
Adiantamento a Fornecedores		825	1.017	1.038
Subvenção à Receita Baixa Renda - Tarifa Social		-	4.562	9.549
Adiantamento a Empregados		2.619	2.540	2.089
Empréstimo Compulsório ELETROBRÁS	46.b.II	-	-	3.286
Aluguel Postes/Servs.Prestados		3.847	2.792	3.497
Cedência Funcionários	46	578	477	335
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios FIDC II e FIDC IV	30.c	4.768	5.124	3.252
Subvenção ELETROBRÁS CDE - PLT	46.b.II	-	3.438	23.361
Conta Gráfica	46.b.I	-	-	1.115
Convênio SEINFRA/CEITEC	46.a	-	637	-
Serviços Próprios em Curso		3.289	3.515	657
Outros Devedores		9.808	12.192	3.224
Total		45.996	51.423	65.351

Não Circulante				
Quotas Subordinadas - FIDC	30.c	12.150	12.150	5.300
Quota ESS		13.207	13.207	13.207
Total		25.357	25.357	18.507

a) Programa RELUZ

O valor de R$ 9.670 (R$ 2.183 em 31 de dezembro 2009 e R$ 1.484 em 01 de janeiro de 2009) refere-se ao Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – RELUZ que tem como objetivo promover a modernização e melhoria da eficiência energética do sistema de iluminação pública nos municípios, através da substituição dos equipamentos atuais por tecnologias mais eficientes, visando combater o desperdício de energia elétrica, a serem reembolsados pelas Prefeituras.

b) Programa de Eficiência Energética – PEE

O valor de R$ 6.513 (R$ 10.586 em 31 de dezembro de 2009 e R$ 9.104 em 01 de janeiro de 2009) refere-se à aplicação dos recursos provenientes dos Programas de Eficiência Energética, que visam demonstrar à sociedade a importância e a viabilidade econômica de ações de combate ao desperdício de energia elétrica.

c) Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

O valor de R$ 4.079 (R$ 2.360 em 31 de dezembro de 2009 e R$ 3.360 em 01 de janeiro de 2009) refere-se a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento destinados à capacitação e desenvolvimento tecnológico da Concessionária, visando a geração de novos processos ou produtos, ou o aprimoramento de suas características.

d) Subvenção à Receita Baixa Renda – Tarifa Social

O valor de R$ 4.562 em 31 de dezembro de 2009 (R$ 9.549 em 01 de janeiro de 2009) refere-se ao resultado gerado entre os aumentos e reduções de receita decorrentes da classificação dos consumidores residenciais na subclasse baixa renda, conforme Resolução Normativa nº 89 de 25 de outubro de 2004 e Resolução nº 514 de 16 de setembro de 2002 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

e) Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC II e FIDC IV

O valor de R$ 4.768 (R$ 5.124 em 31 de dezembro de 2009 e R$ 3.252 em 01 de janeiro de 2009) refere-se ao montante retido em excesso as parcelas liquidadas, permanecendo aplicado no Fundo para liquidação de parcelas futuras avaliados pelo valor de custo.

f) Convênio SEINFRA/CEITEC

O valor de R$ 637 em 31 de dezembro de 2009 refere-se ao saldo a receber referente à participação do Estado do Rio Grande do Sul na construção de dois alimentadores de 13,8kV para uso da CEITEC S.A.. O investimento visa permitir a realização das atividades dessa empresa, voltadas à pesquisa e implantação de processo produtivo, com ênfase na geração de produtos e processos diferenciados na área de microeletrônica. A obrigação do Estado com a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D foi firmada através do Convênio SEINFRA/CEITEC S.A./CEEE-D/SCT FPE Nº 38/2009, de 25 de agosto de 2009.

g) Serviços Próprios em Curso

O valor de R$ 3.289 (R$ 3.515 em 31 de dezembro de 2009 e R$ 657 em 01 de janeiro de 2009) refere-se principalmente à aplicação de recursos em pessoal, material e serviços utilizados na execução do serviço de transformação, fabricação e reparo de materiais. Na conclusão dos serviços os materiais são transferidos para o estoque operacional.

i) Quotas Subordinadas – FIDC

O valor de R$ 12.150 em 31 de dezembro de 2010 (R$ 12.150 em 31 de dezembro de 2009 e R$ 5.300 em 01 de janeiro de 2009) refere-se à aquisição de Quotas Subordinadas do FIDC II e IV, sendo seu valor de mercado em dezembro de 2010 de R$ 15.139.

j) Quota ESS

O valor de R$ 13.207 em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 01 de janeiro de 2009, refere-se ao Encargo do Serviço do Sistema - ESS período Setembro/2000 a Setembro de 2002, vide nota 51.b.

14. Nota Técnica Revisão/Reajuste Tarifário

Os saldos compõem-se de:

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
CVA e Itens Financeiros - Res. Homologatória nº 715/2008.....	-	-	43.755
CVA e Itens Financeiros - Res. Homologatória nº 895/2009.....	-	43.327	-
CVA e Itens Financeiros - Res. Homologatória nº 1074/2010.....	44.906	-	-
Total	44.906	43.327	43.755

Em outubro de 2010 com o pronunciamento da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL através da Nota Técnica nº 318/2010-SRE/ANEEL, de 08 de outubro de 2010, foram homologados os valores ativos e passivos a título de CVA e Itens Financeiros.

15. Pagamentos Antecipados

O valor de R$ 6.957 em 01 de janeiro de 2009 corresponde aos Encargos do Consumidor a Compensar – RGR.

16. Comercialização de Energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

O valor de R$ 37.952 (R$ 20.165 em 31 de dezembro de 2009 e R$ 19.969 em 01 de janeiro de 2009) refere-se à Energia Vendida no Curto Prazo – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, conforme nota explicativa nº 51.b.

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, em 30 de setembro de 2010 atualizou os saldos registrados nas Demonstrações Financeiras de acordo com o Despacho ANEEL 2.517 de 26 de agosto de 2010, conforme demonstrado:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Saldo Inicial	20.165	19.969	19.655
Atualização	17.710	1.148	1.141
Recebimento	77	(2)	(55)
Perdas	-	(950)	(772)
Saldo Final	37.952	20.165	19.969

17. Conta de Resultados a Compensar

O saldo de R$ 2.064.645 em 31 de dezembro de 2010 (R$ 2.064.645 em 31 de dezembro de 2009), refere-se à Ação Ordinária ingressada em março de 1993 contra a União Federal–pleiteando o reconhecimento da Conta de Resultados a Compensar – CRC, cuja decisão favorável à Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica CEEE-D transitou em julgado no âmbito do Supremo Tribunal Federal em 31 de março de 2009, caracterizando um direito não passível de questionamento.

Na referida decisão foi reconhecido o direito da Concessionária registrar como custo do serviço os valores relativos à complementação e suplementação de aposentadoria de seus empregados ex-autárquicos, com suas respectivas correções monetárias e juros moratórios dos exercícios de 1981 a 1993, para fins de ajustes na Conta de Resultados a Compensar – CRC e Reserva Nacional de Compensação e Remuneração – RENCOR.

A realização deste crédito será efetuada conforme o estabelecido na Lei Federal nº 8.631, de 4 de março de 1993, alterada pela Lei Federal nº 8.724, de 28 de outubro de 1993, ou seja, através da compensação de dívidas da Concessionária com a União, e o saldo com a autorização do Tesouro Nacional para compensação com tributos e/ou abatimento da dívida do Estado do Rio Grande do Sul.

Em virtude da desverticalização, a Lei Estadual nº 12.593/06 concedeu ao Poder Executivo a possibilidade de adquirir, pelo seu valor de face, a título oneroso, os direitos da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE ou das empresas resultantes da reestruturação de que trata esta Lei, que sejam provenientes dos saldos credores da Conta de Resultados a Compensar – CRC.

Concomitantemente ao trâmite da ação de liquidação de sentença por artigos, foi contratado perito contábil para quantificar os valores na forma prevista na Lei nº 8.631/93 (com as alterações da Lei nº 8.724/93), conforme determina Acórdão do STJ.

O trabalho pericial apresentado quantificou que o crédito em favor da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D corresponde a 60% do valor da ação, conforme definido na Proposta de Justificação de Cisão.

O processo de liquidação da sentença encontra-se em andamento no Tribunal Regional Federal da 4ª Região, o juízo de primeira instância, em 18 de junho de 2010, determinou a inclusão da ANEEL no pólo passivo da lide e para que considerasse no cálculo de liquidação redutor de 25% sobre os créditos da conta de resultados a compensar, medida já adotada pela Concessionária no

reconhecimento do crédito em 31/12/2009. Em 28 de setembro de 2010 a 3º Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região apreciou o mérito do agravo de instrumento interposto pelo União e decidiu pela exclusão da ANEEL como litisconsorte passivo. O processo atualmente está concluso para análise pelo Juiz.

18. Depósitos Judiciais

O valor de R$ 32.518 (R$ 15.959 em 31 de dezembro de 2009 e R$ 13.931 em 01 de janeiro de 2009) refere-se a depósitos judiciais dos processos de natureza trabalhista e cível que não possuem perda provável. Os demais depósitos judiciais estão apresentados de forma dedutiva, retificando os saldos das Provisões para Contingências Passivas a que se referem. (Vide nota explicativa nº 34).

19. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Representam o imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre provisões temporariamente não dedutíveis, cuja dedutibilidade ocorrerá através dos pagamentos efetivos, ou da reversão dessas provisões.

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% considerando o adicional de 10% e a contribuição social à alíquota de 9%.

a) Base de Cálculo dos Créditos Fiscais Diferidos

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Provisão Ex-Autárquicos (Lei 3.096/56)	580.025	593.425	569.254
Provisão para Contingências Trabalhistas	296.662	307.485	269.483
Provisão para Contingências Fiscais e Cíveis	150.715	164.548	141.283
Outras Provisões	1.586	1.553	1.538
Base de Cálculo	1.028.988	1.067.011	981.558
Alíquota Aplicável (IR e CS)	34%	34%	34%
Total do Crédito Fiscal a ser Diferido sobre Diferenças Temporárias	349.856	362.784	333.730
Parc. não realiz. no período de 5 anos, previsto na Inst. CVM 371/02	(123.821)	(136.749)	(107.695)
Saldo Contábil	226.035	226.035	226.035
Não Circulante	226.035	226.035	226.035
Imposto de Renda e Contribuição Social s/ Diferenças Temporárias	226.035	226.035	226.035

b) Estimativa de Realização dos Créditos Fiscais Diferidos

	% de Realização	R$
Exercício de 2011	30,99%	70.044
Exercício de 2012	21,23%	47.996
Exercício de 2013	17,83%	40.293
Exercício de 2014	15,27%	34.524
Exercício de 2015	14,68%	33.178
	100,00%	226.035

A estimativa de realização dos créditos fiscais foi definida de acordo com as premissas elaboradas pela Concessionária, aprovadas pela Administração, tendo como principais premissas o crescimento médio de mercado, crescimento marginal dos custos operacionais para fazer frente ao crescimento de mercado e os custos de financiamentos já existentes. Este estudo foi atualizado com intuito de ajustar as premissas considerando o prazo de concessão.

c) Créditos Tributários sobre Prejuízos Fiscais a Compensar e Base de Cálculo Negativa da Contribuição Social

Em 31 de Dezembro de 2010, a Concessionária apresentava saldos de prejuízos fiscais a compensar e base negativa de contribuição social de R$ 240.093. Conforme a legislação vigente, o limite de compensação destes prejuízos é de 30% do lucro real apurado em cada exercício.

20. Concessão

Os bens relacionados ao contrato de concessão estão segregados entre ativo intangível líquido e ativo financeiro e estão representados como segue:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Ativo Intangível	440.668	438.660	421.933
Ativo Financeiro	518.880	470.973	406.749
	959.548	909.633	828.682

A Administração entende que o acordo de concessão atende as condições para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, que orienta os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos à entidades privadas.

Foram considerados como ao alcance da ICPC 01 somente aqueles ativos exclusivamente à serviço da concessão e contemplados na Base de Remuneração Regulatória da Concessionária. Os ativos administrativos e do apoio em geral, sobre os quais a Concessionária não recebe remuneração e que são considerados como integrantes da "Empresa de Referência" para fins de Revisão ou Reajuste Tarifário permanecem como ativo imobilizado ou intangível.

Com base na análise do Contrato de Concessão, a Administração entende que a indenização devida pelo Poder Concedente ao final da concessão representa um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, e que a aplicação do modelo "bifurcado" é o que melhor representa o negócio de Distribuição de Energia Elétrica, abrangendo:

a.1) a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão que deve ser classificada como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e

a.2) a parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) que deve ser classificada como ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, pelo consumo de energia pelos consumidores.

A Administração entende impraticável a aplicação retroativa da norma e a Concessionária adotou, na data de transição para a ICPC 01, os valores contábeis anteriores dos ativos financeiros e intangíveis, independente de suas classificações anteriores.
A mutação dos bens da concessão, representados pelo ativo intangível e ativo financeiro está demonstrada abaixo:

Composição e bifurcação dos saldos no balanço de abertura:

	Ativo Imobilizado	Ativo Intangível	Ativo Financeiro	Total
Saldo em 01/01/2009 da infra-estrutura ao alcance da ICPC 01	826.679	2.003	-	828.682
Bifurcação (aplicação ICPC 01)	(826.679)	419.930	406.749	-
Saldo em 01/01/2009 da infra-estrutura ao alcance da ICPC 01 - Reapresentado	-	421.933	406.749	828.682

A mutação dos bens da concessão, representados pelo ativo intangível da concessão e ativo financeiro indenizável está demonstrada a seguir:

	Infraestrutura no Escopo da ICPC 01		
	Ativo Intangível	Ativo Financeiro Indenizável	Total
Custo			
Saldo em 01 de janeiro de 2009 - Reapresentado	1.240.760	406.749	1.647.509
Serviços de Construção e Melhorias	149.841	-	149.841
Amortização por Baixas/Desativação	(9.353)	(1.222)	(10.575)
Transferência para Ativo Financeiro	(65.446)	65.446	-
Saldo em 31 de dezembro de 2009 - Reapresentado	1.315.802	470.973	1.786.775
Serviços de Construção e Melhorias	121.328	-	121.328
Amortização por Baixas/Desativação	(17.191)	(1.393)	(18.584)
Transferência para Ativo Financeiro	(49.300)	49.300	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	1.370.639	518.880	1.889.519
Amortização e perdas por redução do valor recuperável			
Saldo em 01 de janeiro de 2009 - Reapresentado	(818.827)	-	(818.827)
Amortização do período	(66.495)	-	(66.495)
Amortização por Baixas/Desativação	8.180	-	8.180
Saldo em 31 de dezembro de 2009 - Reapresntado	(877.142)	-	(877.142)
Amortização do período	(68.584)	-	(68.584)
Amortização por Baixas/Desativação	15.755	-	15.755
Saldo em 31 de dezembro de 2010 - Reapresentado	(929.971)	-	(929.971)
Valor contábil			
Em 1° de janeiro de 2009 - Reapresentado	421.933	406.749	828.682
Em 31 de dezembro de 2009 - Reapresentado	438.660	470.973	909.633
Em 31 de dezembro de 2010	440.668	518.880	959.548

Os bens referentes aos contratos de concessão estão constituídos em termo da natureza dos ativos que compõe:

	Infraestrutura no Escopo da ICPC 01		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Linhas, Redes, Subestações e Sistema de Transmissão Associado - Faixas de Servidão	1.897	1.845	2.003
Linhas, Redes, Subestações e Sistema de Transmissão Associado - em operação	1.819.565	1.767.768	1.659.285
(-) Depreciação Acumulada	(938.655)	(881.263)	(819.377)
(-) Obrigações Especiais	(105.116)	(100.654)	(75.157)
Amortização Acumulada Obrigações Especiais	8.684	4.121	550
Linhas, Redes, Subestações e Sistema de Transmissão Associado - em andamento	188.464	119.773	89.742
(-) Obrigações Especiais - em andamento	(15.291)	(1.957)	(28.364)
Total	959.548	909.633	828.682
Ativo Financeiro	518.880	470.973	406.749
Ativo Intangível	440.668	438.660	421.933
Total	959.548	909.633	828.682

20.1. Dos bens vinculados à Concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26/02/1957, os bens e instalações utilizados na distribuição e comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/1999 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

20.2. Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

A partir de 01/01/2007, as obrigações vinculadas passaram a ser controladas conforme determina o Despacho ANEEL nº 3.073, de 28/12/2006, e Ofícios Circulares ANEEL nº 236, nº 296 e nº 1.314, de 08/02/2007, 15/02/2007 e 27/06/2007, respectivamente. As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.
As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média de 4,41%, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica (outubro de 2008).
Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro indenizável.

20.3. Valor Recuperável dos Ativos da Concessão

Os ativos da concessão são examinados periodicamente para verificar se existem indicações de que eles estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.
O valor contábil líquido dos correspondentes ativos é ajustado ao seu valor recuperável, determinado com base no modelo de fluxos de caixa futuros descontados, sempre que este for inferior ao valor contábil.

As revisões são efetuadas ao nível de Unidades Geradoras de Caixa, definidas por Contrato de Concessão para as quais a Concessionária consegue atribuir fluxos de caixa futuros significativamente independentes.
Para fins de análise do valor de recuperação dos ativos, são observadas todas as alterações adversas ao ambiente empresarial ou regulatório, assim como o seu desempenho, considerando as seguintes particularidades do setor de energia elétrica:

I) As atividades desenvolvidas são suportadas por um contrato de concessão que tem como objetivo, dentre outros, assegurar o equilíbrio econômico e financeiro da Concessão;
II) As tarifas devem cobrir os custos necessários ao desenvolvimento das atividades, desde que assegurado o adequado nível de eficiência e a acuracidade das informações contábeis e financeiras;
III) Custos extraordinários e relevantes e eventuais desajustes econômicos serão objeto de revisão tarifária;
IV) O contrato de concessão ou permissão é de longo prazo, o que viabiliza melhor planejamento das atividades;
V) As taxas de depreciação estão em conformidade com o que determina o órgão regulador, levando em consideração a vida útil econômica e estimada dos bens;
VI) Ao término da concessão, os bens retornarão à União, sendo a concessionária devidamente ressarcida pelo valor desses bens, determinado conforme normas específicas estabelecidas pela legislação aplicável.

A Concessionária apura anualmente o valor recuperável de suas Unidades Geradoras de Caixa e considera que não existem perdas a serem reconhecidas.

21. Bens e Direitos Destinados a Alienação

O valor de R$ 238 (R$ 993 em 31 de dezembro de 2009 e R$ 992 em 01 de janeiro de 2009) refere-se ao valor de custo dos terrenos e edificações que se encontram sem utilização pela Concessionária e que serão alienados.

22. Ativos Biológicos

	Hortos Florestais
Saldo em 01 de janeiro de 2009	5.731
Mudança no valor justo	6.886
Saldo em 1° de janeiro de 2009 - Reapresentado	12.617
Aumento devido a novos investimentos	1.663
Mudança no valor justo	4.396
Madeira colhida e transferida para custo de contrução	(4.835)
Saldo em 31 de dezembro de 2009 - Reapresentado	13.841
Aumento devido a novos investimentos	1.783
Mudança no valor justo	3.319
Madeira colhida e transferida para custo de contrução	(5.044)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	13.899

O valor de R$ 13.899 (R$ 13.841 em 31 de dezembro de 2009 e R$ 12.617 em 01 de janeiro de 2009) contempla os investimentos em hortos florestais de produção, usinas de preservação de madeira e viveiros de mudas nativas e exóticas. A Concessionária desenvolve a tecnologia aplicada, implementando florestas exóticas e estudando as suas ações e interações ecológicas no conjunto ambiental. A atividade de produção de madeira preservada compreende desde a colheita da semente do eucalipto até a fabricação e preservação dos postes utilizados nas redes elétricas.

23. Investimentos

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Ativos da Atividade Produção Postes	16.502	16.574	16.743
(-) Amortização Acumulada	(11.137)	(10.977)	(10.973)
	5.365	5.597	5.770
Bens de Renda	15.213	15.213	15.213
(-) Amortização Acumulada	(5.448)	(4.873)	(4.298)
Bens de Uso Futuro	3.635	3.635	3.635
	13.400	13.975	14.550
Saldos de Outros Investimentos em 31/12/2010	18.765	19.572	20.320

23.1. Atividade de Produção de Postes

O valor de R$ 5.365 (R$ 5.597 em 31 de dezembro de 2009 e R$ 5.770 em 01 de janeiro de 2009) contempla os bens móveis e imóveis necessários à manutenção da atividade de produção de postes. Os bens estão vinculados a garantias ou penhoras em ações judiciais e parcelamentos de impostos. Essas penhoras ou garantias referem-se, conforme nota explicativa nº 34 a ações trabalhistas e cíveis. Os referidos bens não fazem parte da concessão e foram autorizados a serem vinculados a garantias pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, conforme Ofício nº 835 SFF/ANEEL, de 26 de outubro de 2001.

23.2. Bens e Direitos para Uso Futuro no Serviço Concedido e Bens de Renda

O valor de R$ 13.400 (R$ 13.975 em 31 de dezembro de 2009 e R$ 14.550 em 01 de janeiro de 2009) contempla imóveis destinados à futura utilização pela Concessionária, no serviço concedido e a bens mantidos para obtenção de renda.

CEEE DISTRIBUIÇÃO

24. Imobilizado

	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e acessórios	Bens em construção	Infra-Estrutura ICPC 01	Total
Custo ou custo atribuído								
Saldo em 1° de janeiro de 2009 - Reapresentado	14.056	70.806	1.595.809	35.255	6.372	73.903	(1.645.505)	150.696
Adições	-	-	-	-	-	158.794	(149.998)	8.796
Baixas	(1)	(60)	(10.842)	(394)	(146)	-	10.575	(868)
Tranferências para Imobilizado em Serviço	-	166	95.014	4.603	123	(99.906)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2009 - Reapresentado	14.055	70.912	1.679.981	39.464	6.349	132.791	(1.784.928)	158.624
Adições	-	-	-	-	-	126.265	(121.277)	4.988
Baixas	-	(34)	(19.463)	(754)	(287)	-	18.583	(1.955)
Tranferências para Imobilizado em Serviço	-	-	73.928	114	689	(74.732)	-	(1)
Outros	-	-	-	-	-	665	-	665
Saldo em 31 de dezembro de 2010	14.055	70.878	1.734.446	38.824	6.751	184.989	(1.887.622)	162.321
Depreciação e perdas no valor recuperável								
Saldo em 1° de janeiro de 2009 - Reapresentado	-	(58.755)	(822.352)	(21.425)	(5.004)	-	817.827	(89.709)
Depreciação no período	-	(624)	(68.360)	(6.357)	(280)	-	66.495	(9.326)
Baixas	-	50	8.455	332	138	-	(8.180)	795
Outros	-	-	(136)	-	-	-	-	(136)
Saldo em 31 de dezembro de 2009 - Reapresentado	-	(59.529)	(882.393)	(27.450)	(5.146)	-	876.142	(98.376)
Depreciação no período	-	(791)	(70.782)	(5.160)	(292)	-	68.584	(8.441)
Baixas	-	34	16.335	726	272	-	(15.755)	1.612
Saldo em 31 de dezembro de 2010	-	(60.286)	(936.840)	(31.884)	(5.166)	-	928.971	(105.205)
Valor contábil								
Em 1° de janeiro de 2009 - Reapresentado	14.056	12.051	773.457	13.830	1.368	73.903	(827.678)	60.987
Em 31 de dezembro de 2009 - Reapresentado	14.055	11.383	797.588	12.014	1.203	132.791	(908.786)	60.248
Em 31 de dezembro de 2010	14.055	10.592	797.606	6.940	1.585	184.989	(958.651)	57.116

O Ativo Imobilizado da Concessionária é composto por bens administrativos, veículos e moveis e utensílios, que são deduzidos da Base de Remuneração Regulatória e que não foram considerados dentro do alcance da ICPC 01. Estes ativos são adquiridos prontos em sua maioria e entram em operação tão logo sejam recebidos pela empresa, portanto, na composição de seu custo histórico os valores relativos à Rateio de Custo da Administração Central ou Juros de Obra em Andamento, se existirem, são imateriais. Estes ativos da Concessionária, que não contribuem diretamente na geração de caixa, estão registrados ao custo de aquisição que no entendimento da Administração é á melhor estimativa do seu valor justo.

25. Intangíveis

	Softwares	Intangível da Concessão	Total
Custo			
Saldo em 1° de janeiro de 2009 - Reapresentado	11.592	1.240.760	1.252.352
Aquisições	797	-	797
Contratos de concessão de serviços	-	149.841	149.841
Transferência para Ativo Financeiro	-	(65.446)	(65.446)
Amortização por Baixas	-	(9.353)	(9.353)
Saldo em 31 de dezembro de 2009 - Reapresentado	12.389	1.315.802	1.328.191
Aquisições	591	-	591
Contratos de concessão de serviços	-	121.328	121.328
Transferência para Ativo Financeiro	-	(49.300)	(49.300)
Amortização por Baixas	-	(17.191)	(17.191)
Outros	154	-	154
Saldo em 31 de dezembro de 2010	13.134	1.370.639	1.383.773
Amortização e perdas por redução do valor recuperável			
Saldo em 1° de janeiro de 2009 - Reapresentado	(2.171)	(818.827)	(820.998)
Amortização do período	(120)	(66.495)	(66.615)
Amortização por Baixas	-	8.180	8.180
Saldo em 31 de dezembro de 2009 - Reapresentado	(2.291)	(877.142)	(879.433)
Amortização do período	(136)	(68.584)	(68.720)
Amortização por Baixas	-	15.755	15.755
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(2.427)	(929.971)	(932.398)
Valor contábil			
Em 1° de janeiro de 2009 - Reapresentado	9.421	421.933	431.354
Em 31 de dezembro de 2009 - Reapresentado	10.098	438.660	448.758
Em 31 de dezembro de 2010	10.707	440.668	451.375

Intangível da Concessão

É composto pelos valores dos serviços de construção e melhorias da infra-estrutura à serviço da concessão, liquidos de amortização, e que serão recebidos pela Concessionária através da cobrança dos usuários do serviço na tarifa de energia elétrica.
A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.
A Concessionária amortiza o ativo intangível de uma forma não linear, respeitando a vida útil definida pelo órgão regulador para cada bem integrante da infraestrutura ao alcance da ICPC 01. O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro, pois será recuperado através de indenização.

Software

São licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por gastos realizados com a aquisição das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização produtiva de softwares. Tais itens são amortizados linearmente.

26. Revisão Tarifária

De acordo com o estabelecido no Contrato de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 81, assinado em 25 de outubro de 1999 com o Poder Concedente, a Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE realizou sua primeira Revisão Tarifária Periódica – RTP em outubro de 2004 e a segunda em outubro de 2008.

A segunda RTP foi realizada conforme critérios e metodologias aplicáveis ao Segundo Ciclo de Revisões Tarifárias das Concessionárias de Distribuição de Energia Elétrica, de acordo com a proposta apresentada na Audiência Pública nº 052/2007, ocorrida em 05 de março de 2008.

A Concessionária teve um índice de reposição provisório de 2,49%, sendo 0,65% relativos ao reposicionamento tarifário e 1,84% relativos aos componentes financeiros externos a RTP, com vigência a partir de 25 de outubro de 2008. A metodologia utilizada e os resultados da segunda RTP da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D estão apresentados na Nota Técnica nº 315/2008 – SRE/ANEEL, de 15 de outubro de 2008 e homologado provisoriamente através da Resolução Homologatória nº 715, de 21/10/2008 em virtude das seguintes componentes:

- Perdas de Energia;
- Custos Operacionais Eficientes e
- Perdas de Receita Irrecuperáveis.

Nos termos da Resolução Normativa nº 234, de 31 de outubro de 2006 ficou estabelecido o valor do componente Xe em 1,23%, a ser aplicado como redutor na Parcela B nos reajustes tarifários subsequentes.

Conforme o item 212 da Nota Técnica nº 315/2008-SRE/ANEEL, os resultados serão ajustados no ano de 2009 em função da definição das metodologias para estas variáveis, submetidas ao processo de Audiência Pública AP/52/2006, cujo resultado foi estabelecido através da Resolução Normativa ANEEL n º 338, de 25 de novembro de 2008 e as seguintes Notas Técnicas:

- NT 292/2008 - SRE/ANEEL - Metodologia de Análise de Projeção de Mercado;
- NT 340/2008 - SRE/ANEEL - Metodologia de Cálculo do Fator X;
- NT 342/2008 - SRE/ANEEL - Metodologia de Tratamento Regulatório para Perdas Não Técnicas de Energia Elétrica;
- NT 343/2008 - SRE/ANEEL - Metodologia de Cálculo dos Custos Operacionais (Detalhamento do Modelo de Empresa de Referência);
- NT 346/2008 - SRE/ANEEL - Aprimoramentos da Resolução nº 234/2006 - Adequações de texto;
- NT 352/2008 - SRE/ANEEL - Aperfeiçoamento da Metodologia de Cálculo do Fator X a ser aplicado no 2º Ciclo de RTP (especificamente quanto ao mecanismo de avaliação dos investimentos previstos) e
- NT 547/2008 - SRE/ANEEL - Metodologia e Critérios Gerais para definição da BRR.

O resultado definitivo da Revisão Tarifária Periódica foi homologado através da Resolução Homologatória 881/2009 e Nota Técnica 320/2009, datada de 15/09/2009. A ANEEL decidiu aplicar um reposicionamento tarifário de -0,39% a ser aplicado nas tarifas de fornecimento de energia elétrica e nas tarifas de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), ao invés do reposicionamento de 0,65% definido preliminarmente. Para o componente Xe do Fator X foi definido um índice de 0% a ser considerado nos reajustes de 2008 até 2012. Inicialmente, a Agência havia decidido por um índice de 1,23%. Os investimentos considerados no período chegaram a R$ 598 milhões. Além disso, definiu-se para as perdas técnicas um índice de 6,07% e para as perdas não-técnicas de 8,83%.

a) Reajuste Tarifário Anual

Em 2006 as tarifas de fornecimento de energia elétrica da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 380, de 18 de outubro de 2006, foram reajustadas a partir de 25 de outubro de 2006, em média –0,08%, sendo 6,96% relativo ao reajuste contratual (econômico) e –7,04% referente aos componentes financeiros. O item que mais contribuiu para a formação do índice financeiro foi a devolução da RTE, no montante de R$ 113.470 mil, que representou no índice o percentual de –7,13%. Este assunto encontra-se detalhado na Nota Técnica nº 256/2006-SRE/ANEEL, de 6 de outubro de 2006.

Em 2007, através da Resolução Homologatória nº 555, de 23 de outubro, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL homologou o reajuste tarifário de 0,45% com vigência, a partir do dia 25 de outubro. Com a elevação da tarifa e o fim do desconto de 7,55% nas contas dos clientes nos últimos 12 meses, os consumidores de baixa tensão tiveram um acréscimo de 7,02% e os de alta tensão 8,38%.

Para 2008, o resultado provisório da RTP disposto pela Resolução Homologatória nº 715, de 21 de outubro, reajustou as tarifas em 2,49%, sendo 0,65% relativos ao reposicionamento tarifário e 1,84% referentes aos componentes financeiros externos a RTP. Em decorrência da retirada da base tarifária de um componente financeiro de –1,40%, que havia sido adicionado no reajuste anual de 2007, o consumidor irá perceber no período de 25 de outubro de 2008 a 24 de outubro de 2009, uma variação média de 3,89%, sendo o efeito de 1,90% para a baixa tensão e 7,45% para a alta tensão.

Em 2009, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 895 de 20 de outubro de 2009 aprovou o reajuste tarifário anual da Concessionária, cujo os novos valores das tarifas de energia dos consumidores pertencentes à área de concessão da distribuidora vigorarão a partir do dia 25/10/2009 e terão em média um reajuste negativo de -0,28%, que em cada grupo de consumidores terá um impacto diferenciado. A classe industrial terá o índice positivo mais elevado (1,14%), enquanto que nas tarifas para o grupo Baixa Tensão, incidirá o maior reajuste negativo (-0,76%).

No que compreende o impacto do reajuste tarifário para a Concessionária o reposicionamento do IRT (Índice de Reajuste Tarifário) Econômico – composto pelos custos não gerenciáveis, tais como encargos e tributos, custos de transporte e compra de energia e pelos custos gerenciáveis, tais como remuneração de capital, custos operacionais e reposição de ativos, foi na ordem de 0,22%. Já o IRT Financeiro, composto de itens como subsídios Baixa Renda, Cooperativas, Irrigantes e Consumidores Livres, mais variação da parcela A – CVA, dentre outros foi de 2,61%, gerando um reajuste tarifário de 2,83% para a receita da Concessionária.
Em 2010 foi concedido reajuste pela ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 1074/2010, de 6,97% em média, sendo 7,16% relativo ao reajuste tarifário anual e -0,19% referente aos componentes financeiros pertinentes, para o consumidor cativo o efeito médio foi de 4,10%. A tarifa contemplada no reajuste tarifário vigorará do período de 25 de outubro de 2010 a 24 de outubro de 2011.

b) Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE:

Com base na Medida Provisória nº 14, de 21 de dezembro de 2001, convertida na Lei nº 10.438, em 26 de abril de 2002 e na Resolução ANEEL nº 90, de 18 de fevereiro de 2002, as concessionárias de distribuição de energia elétrica passaram a ter condições de recuperar as perdas financeiras ocorridas entre um reajuste tarifário e outro de itens da "Parcela A" (custos não gerenciáveis) entre o período de 01 de janeiro a 25 de outubro de 2001, acrescidas da respectiva remuneração financeira (taxa de juros SELIC).

Esses custos seriam recompostos com base no aumento tarifário extraordinário, todavia condicionado à adesão ao Acordo Geral do Setor Elétrico, proposto pelo Governo Federal, e ainda a declaração de desistência e renúncia de ações judiciais contra o órgão regulador relativas ao Programa Emergencial de Redução de Consumo de Energia Elétrica – PERCEE e à Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE.

A Concessionária optou em registrar estas diferenças em 31 de dezembro de 2001 após adesão ao Acordo Geral do Setor Elétrico.

Através da Resolução nº 482, de 29 de agosto de 2002, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL homologou o montante de R$ 56.829 mil relativos a "Parcela A" para a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D. Esse valor a preços de 25 de outubro de 2001 e, através da Resolução nº 484 de mesma data, a Agência estabeleceu o prazo máximo de 18 meses, a partir de outubro de 2002, de permanência da Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE nas tarifas de fornecimento de energia elétrica.

Todavia, face à discordância do órgão regulador no tocante ao procedimento adotado pela Companhia quanto ao Acordo Geral do Setor Elétrico, a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 242, de 18 de outubro de 2006, em seu art. 7º, fixou o montante de R$ 86.551 a ser devolvido aos consumidores a partir de 1º de dezembro de 2004, caso a Concessionária não efetivasse a desistência de determinadas ações judiciais, que, aos olhos do poder concedente eram inerentes ao Acordo Geral do Setor Elétrico.

Irresignada com a posição do Órgão Regulador, a Companhia ajuizou, em 25 de Novembro de 2004, ação ordinária buscando a antecipação da tutela para que a ANEEL se abstivesse de realizar o referido desconto.

Não obstante a liminar deferida, na revisão tarifária havida em 2006, nos termos da Resolução Homologatória nº 380/2006, a agência estabeleceu que todo o valor concernente a RTE fosse devolvido aos consumidores, perfazendo R$ 113.470, o que significou uma redução de 7,31% na tarifa de 2006. A realização deste valor deu-se no reajuste de outubro de 2007.

A Companhia segue pleiteando seu direito sobre esses valores junto ao poder judiciário, ainda sem decisão transitada em julgado.

27. Fornecedores

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Encargos de Uso da Rede	22.842	23.780	24.110
Energia Elétrica Comprada para Revenda	115.128	91.345	112.890
Materiais e Serviços	25.847	24.182	41.305
Energia de Curto Prazo - CCEE (vide nota explicativa nº 51.b)	22.640	10.100	24.548
Retenção Contratual	5.164	3.028	1.538
Total	191.621	152.435	204.391

28. Folha de Pagamento – Retenções

O valor de R$ 15.009 (R$ 13.905 em 31 de dezembro de 2009 e R$ 11.594 em 01 de janeiro de 2009) refere-se à folha de pagamento, consignações em favor de terceiros (diversas Entidades de Classe, como a Associação dos Funcionários das Companhias e Empresas de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul - AFCEEE, Sindicato dos Eletricitários do Rio Grande do Sul - SENERGISUL e a Fundação CEEE de Seguridade Social - ELETROCEEE) e tributos e contribuições sociais retidos na fonte.

29. Tributos e Contribuições Sociais

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Circulante			
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	21.264	16.486	15.260
Contribuição ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	4.756	4.474	2.782
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	23.809	9.174	14.802
Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS / PASEP	5.169	1.993	1.555
Contribuição ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	1.868	1.798	1.250
Parcelamento ICMS	745	-	-
Outros	1.097	918	697
Total	58.708	34.843	36.346
Não Circulante			
Parcelamento ICMS	435	-	-
Total	435	-	-

29.1. Parcelamento de ICMS

Refere-se ao parcelamento proveniente do Auto de Lançamento nº 0013036904, lavrado pela Fazenda Estadual, em função do aproveitamento indevido de créditos do ICMS por parte do contribuinte. A Concessionária vinha discutindo a matéria no âmbito administrativo, culminando a lide no poder judiciário, todavia, considerando a publicação do Decreto Estadual nº 47.301, de 18/06/2010, norma que instituiu o Programa de Ajuste da Dívida do ICMS, no Estado do Rio Grande do Sul – AJUSTAR/RS, em agosto de 2010, o contribuinte optou por inserir esse contingente no referido parcelamento, gozando das prerrogativas inerentes ao abatimento de multa e juros ofertadas pelo AJUSTAR/RS. O valor devido na data de adesão era de R$ 2.118, sendo que os descontos auferidos montaram R$ 628, restando um saldo remanescente de R$ 1.490 parcelado em 24 vezes, e que vem sendo quitado na proporção de seus vencimentos, sendo o valor de cada parcela atualizado mensalmente pela taxa SELIC, já tendo 05 parcelas liquidadas.

30. Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações

Os saldos compõem-se de:

30.a. Empréstimos e Financiamentos

CREDOR	BASE DO CONTRATO						FINALIDADE	2010				2009				2008			
	INDEXADOR	Percentual Médio dos Encargos Fixos a.a.	PRESTAÇÃO	VENCIMENTO		GARANTIA		PRAZOS DE VENCIMENTOS				PRAZOS DE VENCIMENTOS				PRAZOS DE VENCIMENTOS			
				Início	Término			PRINCIPAL		ENCARGOS	TOTAL	PRINCIPAL		ENCARGOS	TOTAL	PRINCIPAL		ENCARGOS	TOTAL
								CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE			CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE			CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE		
MOEDA NACIONAL																			
ELETROBRÁS	TJLP	4%	M	30.11.06	30.09.19	01	Investimento	-	-	-	-	7.932	-	-	7.932	17.725	7.937	-	25.662
ELETROBRÁS	RGR	5% a 7,5%	M	30.11.06	31.12.21	01	Investimento	7.215	62.602	298	70.095	2.054	18.847	-	20.901	671	15.852	-	16.523
BANCO DO BRASIL - LEASING	CDI	4%	M	30.11.05	01.12.11	01	Leasing de Veículos	1.156	-	-	1.156	1.064	976	1	2.041	976	1.789	1	2.766
BANCO MAÚBA	IPCA	9,85%	M	30.12.09	25.12.15	02	Investimento	24.953	97.781	-	122.134	1.750	115.484	-	117.234	-	-	-	-
SANTANDER	CDI/CETIP	1,76%	M	11.12.07	11.12.11	03	Capital de Giro	7.500	-	-	7.500	7.500	7.500	-	15.000	7.500	15.000	-	22.500
SANTANDER	CDI/CETIP	3,39%	M	23.08.11	23.07.15	03	Capital de Giro	5.308	45.649	-	50.957	-	-	-	-	-	-	-	-
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	CDI/CETIP	1,45%	M	16.08.06	16.08.11	03	Capital de Giro	8.333	-	-	8.333	20.000	8.333	-	28.333	20.000	28.333	-	48.333
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	CDI	3,41%	M	30.07.09	30.07.15	02	Capital de Giro	16.000	57.333	-	73.333	6.667	73.333	-	80.000	-	-	-	-
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	CDI	3,04%	M	30.06.10	30.05.14	03	Investimento/Capital de Giro	12.500	87.500	-	100.000	-	-	-	-	-	-	-	-
CONSUMIDORES	-	-	-	-	-	-	Outros	4.533	2.520	-	7.053	3.206	68	-	3.274	6.298	874	-	6.172
TOTAL MOEDA NACIONAL								86.980	353.565	298	440.663	50.224	224.541	1	274.765	52.170	69.825	1	121.996
TOTAL LÍQUIDO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS								86.980	353.565	298	440.663	50.224	224.541	1	274.765	52.170	69.825	1	121.996

CÓDIGOS DAS GARANTIAS E/OU FIANÇAS

01 - Procuração para Acerto em Conta Corrente
02 - Percentual da Tarifa de Fornecimento de Energia
03 - Penhor de Duplicatas

PRESTAÇÃO

M - MENSAL

30.b. Outras Captações

CREDOR	BASE DO CONTRATO						FINALIDADE	2010				2009				2008			
	INDEXADOR	Percentual Médio dos Encargos Fixos a.a.	PRESTAÇÃO	VENCIMENTO		GARANTIA		PRAZOS DE VENCIMENTOS				PRAZOS DE VENCIMENTOS				PRAZOS DE VENCIMENTOS			
				Início	Término			PRINCIPAL		ENCARGOS	TOTAL	PRINCIPAL		ENCARGOS	TOTAL	PRINCIPAL		ENCARGOS	TOTAL
								CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE			CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE			CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE		
MOEDA NACIONAL																			
FUNDO INVEST. DIREITOS CRED. - FIDC II	CDI	1%	M	03.01.07	10.01.12	02	Investimento	31.746	427	-	32.173	30.410	27.645	-	58.055	27.879	50.584	-	78.463
FUNDO INVEST. DIREITOS CRED. - FIDC IV	IPCA	9,98%	M	08.07.09	15.07.15	02	Investimento	27.227	95.330	-	122.557	25.201	102.845	-	128.146	-	-	-	-
TOTAL MOEDA NACIONAL								58.973	95.757	-	154.730	55.611	130.590	-	186.201	27.879	50.584	-	78.463
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E OUTRAS CAPTAÇÕES								145.953	449.342	298	595.593	105.835	355.131	1	460.966	80.049	120.402	1	200.459

CÓDIGOS DAS GARANTIAS E/OU FIANÇAS

02 - Percentual da Tarifa de Fornecimento de Energia

PRESTAÇÃO

M - MENSAL

30.c. A Concessionária efetuou a estruturação de captação de recursos através de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios -FIDC II, iniciada em 2006, tendo como Administrador o Banco Pactual Serviços Financeiros S.A. - DTVM e Agente de Recebimento do Fundo o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - BANRISUL; a Agência de Classificação de Risco foi a Standard & Poor's e o Custodiante é o Banco Itaú S.A.. A operação foi lastreada em recebíveis de distribuição (créditos originários da operação comercial), no valor total de R$ 105.300, onde R$ 100.000 referiram-se a quotas sênior (investidores) e o saldo de R$ 5.300 relativos a quotas subordinadas (tomadora). A liquidação financeira (ingresso dos recursos) ocorreu em janeiro de 2007. As contas a receber são repassadas ao Fundo no momento do faturamento, até o limite da parcela mensal.

Em 2008 a Concessionária iniciou uma segunda estruturação de captação de recursos através de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC IV. A disponibilização do referido fundo ocorreu em 08 de julho de 2009 e a entrega dos Direitos de Crédito pela Cedente será realizada mensalmente, durante 72 meses.
A operação foi lastreada em recebíveis de distribuição (créditos originários da operação comercial) no valor total de R$ 136.850, no qual R$ 130.000 referiram-se a quotas sênior (investidores) e o saldo de R$ 6.850 referiram-se a quotas subordinadas (tomadora).

30.d.Cronograma das Parcelas de Longo Prazo

As parcelas de Longo Prazo dos Empréstimos e Financiamentos vencem como segue:

PRINCIPAL			
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
2010	-	-	63.188
2011	-	52.942	45.364
2012	92.861	74.981	5.144
2013	127.769	76.126	1.929
2014	133.234	80.137	1.698
2015	61.022	62.703	1.488
2016	3.231	6.771	1.455
Após 2016	31.225	1.471	143
	449.342	355.131	120.409

30.e. Composição do Saldo da Dívida por Indexador

Demonstrativo de Composição do Saldo da Dívida por Moeda/Indexador:

INDEXADOR			
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
TJLP	-	-	6,59%
RGR	13,98%	5,31%	13,20%
CDI	42,49%	33,17%	79,48%
IPCA	42,98%	61,51%	-
Outros	0,56%	0,02%	0,73%
	100,00%	100,00%	100,00%

30.f. Leasing Financeiro

A Concessionária arrenda a maioria de seus veículos. Esses ativos são classificados como *leasings* financeiros, tendo em vista que todos os riscos e recompensas são transferidos substancialmente para a CEEE-D.

Os pagamentos de *leasing* futuros vencem como segue:

	Pagamentos de *Leasing* Mínimos	Juros	Valor Presente
Em 31 de dezembro de 2010	977	7	970
Antes de completar um ano	1.262	3	1.259
	2.239	10	2.229

	Pagamentos de *Leasing* Mínimos	Juros	Valor Presente
Em 31 de dezembro de 2009	973	12	961
Antes de completar um ano	977	7	970
Mais de um ano e menos de cinco anos	1.262	3	1.259
	3.212	22	3.190

	Pagamentos de *Leasing* Mínimos	Juros	Valor Presente
Em 01 de janeiro de 2009	869	15	854
Antes de completar um ano	973	12	961
Mais de um ano e menos de cinco anos	2.239	10	2.229
	4.081	37	4.044

O valor presente de pagamentos de *leasings* futuros é analisado como:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Passivo Circulante	1.198	1.054	977
Passivo Não Circulante	-	976	1.789
	1.198	2.030	2.766

30.g. Custos de Transação

Dos empréstimos relacionados o montante dos custos de transação incorridos no processo de captação junto ao Banco Máxima, compõe-se conforme abaixo:

	Ano de Captação	Custo de Transação	TIR
Banco Máxima	2009	2.766	7,57%

O montante dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada período subseqüente é demonstrado a seguir:

	Banco Máxima
2011	594
2012	382
2013	299
2014	433
2015	840
	2.548

31. Benefícios Pós-Emprego

A Concessionária é patrocinadora de dois planos de benefícios administrados pela Fundação ELETROCEEE denominados Plano Único e CEEEPREV. Mantém a obrigação do pagamento de aposentadoria a empregados ex-autárquicos, bem como de complementação de aposentadoria a ex-empregados desligados por aposentadoria incentivada.

Os saldos compõem-se de:

Circulante	Nota Explicativa	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP		3.607	5.859	7.892
Contribuição Patrocinadora - ELETROCEEE	46.d.I	4.379	3.981	4.177
Fundação ELETROCEEE Contr.1254/95 Benef. Empregados	46.d.I	19.723	16.329	18.075
Provisão para Complementação Aposentadoria Ex-Autárquicos - Lei Estadual 3.096/56 - EXA		80.776	81.512	76.367
		108.485	107.681	106.511
Não Circulante				
Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP		629	3.083	4.072
Fundação ELETROCEEE Contr.1254/95 Benef. Empregados	46.d.I	114.040	123.829	134.553
Provisão para Complementação Aposentadoria Ex-Autárquicos - Lei Estadual 3.096/56 - EXA		499.249	511.913	492.887
Ajuste Deliberação CVM 600/09 - Planos de Benefícios - CEEEPREV e PLANO ÚNICO		-	-	(2.564)
		613.918	638.825	628.948

31.a. Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP

Em decorrência de acordo coletivo de trabalho, a Concessionária é responsável pelo pagamento do benefício de complementação de aposentadoria por tempo de serviço que tenha sido concedida pela Previdência Oficial ao participante regularmente inscrito na Fundação ELETROCEEE e que ainda não tenha cumprido todos os requisitos para a sua fruição, ocasião em que o ex–empregado será definitivamente aposentado pela Fundação. Desta forma, a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D provisionou os valores integrais dos compromissos futuros relativos a estas complementações salariais, considerando o prazo médio de pagamento destes benefícios, ajustados a valor presente, incluindo as contribuições à Fundação.

31.b. Contribuição Patrocinadora – ELETROCEEE

A Contribuição Patrocinadora - ELETROCEEE refere-se às contribuições mensais da Patrocinadora relativas aos Planos de Benefícios denominados Plano Único e CEEEPREV e a Parcela de Reserva Amortizar CEEEPREV.

31.b.1. Plano de Benefício Definido

Trata-se de compromissos junto à Fundação ELETROCEEE do Plano de Benefício Definido denominado Plano Único.

31.b.2. Plano de Benefício de Contribuição Definida

O Plano CEEEPREV foi implantado em outubro de 2002 com a migração de 59% dos empregados participantes do Plano Único, tendo sido aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC em 08 de agosto de 2002. Para os participantes que migraram do Plano Único para o Plano

CEEEPREV foram preservados os benefícios com direitos já acumulados no plano de origem de forma saldada.

31.b.3. Fundação ELETROCEEE Contrato 1254 – Benefício aos Empregados

No total da obrigação atuarial está contemplado o montante do contrato com a ELETROCEEE n° SF 1254/95, referente ao contrato de confissão de dívida por contribuições não pagas, cuja renegociação foi efetuada em agosto 2003 de acordo com seu quinto termo aditivo cuja carência foi até dezembro 2004, tendo o reinicio dos pagamentos das amortizações de principal a partir de janeiro 2005, sendo seu término previsto para 31 de julho de 2018.

31.b.4. Provisão para Complementação Aposentadoria Ex-Autárquicos–Lei Estadual nº 3.096/56

Esta provisão refere-se ao compromisso da Concessionária com empregados ex-autárquicos aposentados, remanescentes da antiga Comissão Estadual de Energia Elétrica, autarquia que foi sucedida pela Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE, por força da Lei Estadual nº 4.136/61, e posteriormente pela Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, registrado conforme cálculo atuarial.
Na forma preconizada pela CVM nº 600, de 07/10/2009 que aprovou o Pronunciamento CPC 33 – Benefícios a Empregados são apresentadas a seguir as informações sobre os Planos de benefícios, compromissos previdenciais e sobre a política contábil adotada.

31.c. Política Contábil adotada pela Patrocinadora no Reconhecimento de Ganhos e Perdas Atuariais

- Plano de Benefício denominado Plano Único, Compromissos Previdenciais CTP e Ex-Autárquicos – O valor do reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais corresponderá à parcela de ganho ou perda que exceda o maior entre 10% do Valor Presente da Obrigação Atuarial e 10% do Valor Justo dos Ativos do Plano, conforme item 92 da Deliberação CVM 600/09.

- Plano de Benefício denominado CEEEPREV – Neste plano, o risco atuarial (benefícios menores que o esperado) e o risco de investimentos (ativos investidos e rendimento desses ativos serem insuficientes para cobrir os benefícios esperados) são dos participantes do plano.

A contabilização dos custos normais do CEEEPREV, pela Concessionária é determinada pelos valores das contribuições de cada período que ocorridos efetivamente, não existindo, assim, ganho ou perda atuarial. Dessa forma o reconhecimento é efetuado com base nas contribuições efetivamente realizadas no exercício.
Com relação ao custo do serviço passado, esse é reconhecido pelo método de linha reta, como uma despesa, pelo período de amortização da Provisão a Constituir junto ao Plano CEEEPREV. Quanto ao reconhecimento do ganho ou perda atuarial com relação a esse compromisso de serviço passado, esse (a) será totalmente reconhecido (a) no exercício.
De acordo com as práticas contábeis anteriores, prevista na Deliberação CVM 371/00, as perdas atuariais acumuladas que se situavam dentro do limite de 10% do valor presente da obrigação de benefícios definidos (corredor) não vinham sendo reconhecidas no resultado da Concessionária. As perdas excedentes ao limite do corredor vinham sendo reconhecidas no resultado durante o tempo médio remanescente de vida dos participantes do Plano de Beneficio. Este procedimento não foi modificado pela nova pratica contábil estabelecida no CPC 33. Entretanto, conforme isenção prevista no CPC 37 R1 (Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), a Companhia optou pelo não reconhecimento, no seu balanço de abertura (01/01/2009), das perdas ou ganhos atuariais não registrados no passivo, em contrapartida da conta de lucros acumulados, no patrimônio liquido. A Companhia optou por manter abordagem do corredor acima mencionado para o reconhecimento no seu resultado dos ganhos e perdas atuariais apurados a partir da data da primeira adoção.

31.d. Descrição da base utilizada para determinar a taxa esperada de retorno dos Ativos dos planos CEEEPREV e Plano Único

A taxa de juros real considerada para o Plano é de 6,00% ao ano (não considerando a inflação), como definido pelo cálculo atuarial do plano, a partir de 31/12/2009. Nos últimos nove anos, a taxa média real anual de retorno sobre os ativos do plano foi 8,47% a.a., mas conforme determinado pela legislação brasileira para fundos de pensões, a taxa de juros máxima para as projeções atuariais é de 6,00% ao ano mais a inflação, portanto a taxa de juros projetada total para o Plano é de 11,71% ao ano.

Na avaliação atuarial dos planos CEEEPREV e Plano Único, foi adotado o método de crédito unitário projetado.

31.e. Conciliação dos Ativos e Passivos Reconhecidos no Balanço

Baseada no resultado da avaliação atuarial conduzida sob a responsabilidade de atuários independentes, a Concessionária registrou provisão para contribuição adicional ao fundo de pensão. O custo do serviço passado do CEEEPREV no montante de R$ 147.088 em 31 de dezembro de 2010 (R$ 160.665 em 31 de dezembro de 2009 e R$ 174.242 em 01 de janeiro de 2009) está sendo reconhecido na CEEE-D no tempo remanescente de serviço dos empregados, estimado em 11 anos, conforme item 96 da Deliberação CVM 600/09.

A conciliação dos ativos e passivos reconhecidos no balanço está abaixo demonstrada como segue:

CONCILIAÇÃO DOS SALDOS DO VALOR PRESENTE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL	31/12/2010					31/12/2009				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	(792.432)	(9.520)	(665.001)	(719.826)	(2.186.779)	(791.423)	(17.174)	(666.254)	(833.135)	(2.307.986)
Custo do serviço corrente	(678)	-	-	(11.309)	(11.987)	(652)	-	-	(10.705)	(11.357)
Custo de juros	(91.659)	(632)	(73.850)	(18.432)	(184.613)	(104.373)	(1.514)	(84.940)	7.692	(182.936)
Ganho / (Perda) atuarial	(40.665)	224	(17.415)	(95.422)	(153.278)	52.458	1.139	(4.950)	76.354	125.001
Benefícios pagos pelo plano	62.139	5.338	92.366	42.010	201.853	51.558	8.029	91.144	39.767	190.498
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(863.295)	(4.590)	(663.940)	(802.979)	(2.334.804)	(792.432)	(9.520)	(665.001)	(719.826)	(2.186.780)
Valor presente da parte CEEEPREV CD (Contribuição Definida)	-	-	-	(100.350)	(100.350)	-	-	-	(76.354)	(76.354)
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(863.295)	(4.590)	(663.940)	(903.330)	(2.435.154)	(792.432)	(9.520)	(665.001)	(796.180)	(2.263.134)

ANÁLISE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL DO PLANO	31/12/2010					31/12/2009				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
Parcela do valor presente da obrigação atuarial com cobertura	(688.013)	-	-	(724.427)	(1.412.440)	(686.002)	-	-	(579.596)	(1.265.598)
Parcela do valor presente da obrigação atuarial sem cobertura	(175.282)	(4.590)	(663.940)	(78.552)	(922.364)	(106.430)	(9.520)	(665.001)	(140.230)	(921.181)
Total do valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(863.295)	(4.590)	(663.940)	(802.979)	(2.334.804)	(792.432)	(9.520)	(665.001)	(719.826)	(2.186.779)
Estatus do Plano	Parcialmente coberto	Sem cobertura	Sem cobertura	Parcialmente coberto		Parcialmente coberto	Sem cobertura	Sem cobertura	Parcialmente coberto	

CEEE DISTRIBUIÇÃO

31.e. Conciliação dos Ativos e Passivos Reconhecidos no Balanço (Continuação)

CONCILIAÇÃO DOS SALDOS DO VALOR JUSTO DOS ATIVOS	31/12/2010					31/12/2009				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	686.002	-	-	579.597	1.265.599	825.605	-	-	591.221	1.416.826
Retorno esperado dos ativos do plano	80.974	-	-	-	80.974	111.077	-	-	(974)	110.103
Ganhos / (Perdas) atuariais	(51.397)	-	-	139.681	87.284	(232.065)	-	-	(19.133)	(251.203)
Contribuições do empregador	33.371	5.338	92.366	42.505	173.580	31.488	8.029	91.144	42.902	173.563
Contribuições de participantes do plano	1.201	-	-	5.654	6.855	1.455	-	-	5.353	6.808
Benefícios pagos pelo plano	(62.133)	(5.338)	(92.366)	(42.010)	(201.853)	(51.558)	(8.029)	(91.144)	(39.767)	(190.498)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	**688.012**	**-**	**-**	**724.427**	**1.412.439**	**686.002**	**-**	**-**	**579.597**	**1.265.599**

CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS RECONHECIDOS NO BALANÇO	31/12/2010					31/12/2009				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
Valor presente da obrigação atuarial sem cobertura / (em excesso)	175.282	4.590	663.939	78.552	922.363	109.430	9.520	665.001	140.230	924.181
Montante não reconhecido como ativo / (passivo)	(97.641)	-	-	-	(97.641)	(53.215)	-	-	-	(53.215)
Custo do serviço passado não contabilizado	-	-	-	(147.088)	(147.088)	-	-	-	(169.665)	(169.665)
Ganho (perda) atuarial não reconhecidos	(147.233)	(354)	(83.915)	43.260	(188.239)	(140.924)	(578)	(71.576)	-	(213.078)
Passivo Atuarial	**(69.589)**	**4.236**	**580.024**	**(25.276)**	**489.395**	**(87.709)**	**8.942**	**593.425**	**(29.435)**	**494.223**
Ajuste do Passivo Atuarial (*)	136.794	-	-	86.214	223.008	168.173	-	-	84.110	252.283
Passivo reconhecido na patrocinadora	**77.205**	**4.236**	**580.024**	**60.938**	**722.403**	**80.464**	**8.942**	**593.425**	**63.675**	**746.506**

(*) O ajuste do passivo atuarial refere-se ao complemento do valor apresentado na avaliação atuarial visando contemplar no mínimo o passivo assumido pela Companhia através do contrato ELETROCEEE nº SF 1254/95 e a Contribuição da Patrocinadora conforme nota explicativa 31.b.

MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO (ATIVO) LÍQUIDO RECONHECIDO NO BALANÇO	2010					2009				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
(Passivo) Ativo reconhecido no início do exercício	87.709	(8.942)	(593.425)	20.435	(494.223)	(21.592)	(11.965)	(569.255)	(10.455)	(613.267)
Pagamentos para o plano líquido de administração	33.372	5.338	92.367	42.505	173.582	31.488	8.029	91.144	42.902	173.563
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(61.491)	(632)	(78.966)	(37.664)	(178.753)	77.813	(5.036)	(115.314)	(12.012)	(54.519)
(Passivo) Ativo reconhecido no final do exercício	**59.590**	**(4.236)**	**(580.024)**	**25.276**	**(499.394)**	**87.709**	**(8.942)**	**(593.425)**	**20.435**	**(494.223)**

31.e. Conciliação dos Ativos e Passivos Reconhecidos no Balanço (Continuação)

COMPOSIÇÃO DA DESPESA DO EXERCÍCIO	2010 - Real					2011 - Estimada				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
Custo do serviço corrente	(678)	-	-	(11.309)	(11.987)	(409)	-	-	(11.918)	(12.327)
Contribuições dos participantes	1.201	-	-	5.654	6.855	-	-	-	5.959	5.959
Custo de juros	(91.659)	(632)	(73.830)	(18.432)	(184.613)	(48.643)	(373)	(72.069)	(92.760)	(213.845)
Retorno esperado dos ativos dos plano	80.974	-	-	-	80.974	39.437	-	-	42.467	81.904
Amortização de (ganhos) / perdas atuariais	(51.329)	-	(5.075)	(13.577)	(69.981)	(104.066)	-	(17.521)	-	(121.587)
Amortização de serviço passado	-	-	-	-	-	-	-	-	(13.577)	(13.577)
Total da despesa do exercício	**(61.491)**	**(632)**	**(78.965)**	**(37.664)**	**(178.752)**	**(113.681)**	**(373)**	**(89.590)**	**(69.829)**	**(273.473)**
Administração do Plano	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.122)	(1.122)
Parte CEEEPREV CD (Contribuição Definida)	-	-	-	-	-	-	-	-	(9.308)	(9.308)
Total da (despesa) / receita no exercício	**(61.491)**	**(632)**	**(78.965)**	**(37.664)**	**(178.752)**	**(113.681)**	**(373)**	**(89.590)**	**(80.259)**	**(283.903)**
Montante de pagamentos esperados pela companhia no exercício seguinte										
Normais	-	-	-	-	-	14.209	5.626	97.345	10.950	128.130
Extraordinários	-	-	-	-	-	20.961	-	-	27.595	48.556
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	1.123	1.123
Total dos pagamentos esperados para o Plano	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**35.170**	**5.626**	**97.345**	**39.668**	**177.809**

CEEE DISTRIBUIÇÃO

31.e. Conciliação dos Ativos e Passivos Reconhecidos no Balanço (Continuação)

	Plano Único				CEEEPREV BD			
Montantes do:	2007	2008	2009	2010	2007	2008	2009	2010
Valor presente da obrigação atuarial do plano	715.475	791.423	792.432	863.295	758.724	775.918	719.826	802.979
Valor justo dos ativos do plano	671.466	825.605	686.002	688.013	731.877	591.221	579.596	724.427
Superávit / (Déficit) técnico do plano	(44.009)	34.182	(106.430)	(175.282)	(26.847)	(184.697)	(140.230)	(78.552)
Ajustes de experiência resultantes								
Ganhos / (Perdas) em percentual do passivo do plano	10,0%	-6,8%	6,6%	-4,7%	10%	3,4%	10,6%	-11,9%
Ganhos / (Perdas) em percentual dos ativos do plano	-2,0%	12,9%	-33,8%	-7,5%	-2%	-39,8%	-3,3%	19,1%

	EXA				CTP			
Montantes do:	2007	2008	2009	2010	2007	2008	2009	2010
Valor presente da obrigação atuarial do plano	652.778	666.254	665.000	663.940	23.689	17.174	9.520	4.590
Superávit / (Déficit) técnico do plano	(652.778)	(666.254)	(665.000)	(663.940)	(23.689)	(17.174)	(9.520)	(4.590)
Ajustes de experiência resultantes								
Ganhos / (Perdas) em percentual do passivo do plano	-10,6%	-4,8%	-0,7%	-2,6%	7,4%	-16,4%	12,0%	4,9%

CATEGORIAS DOS ATIVOS DO PLANO	2010	
	Plano Único	CEEEPREV
Títulos públicos	36,62%	49,80%
Créditos privados e depósitos - outras companhias	11,50%	10,56%
Créditos privados e depósitos - patrocinadores	2,14%	2,91%
Renda variável - outras companhias	17,91%	24,36%
Fundos de investimentos	28,56%	5,06%
Investimentos imobiliários	1,01%	1,38%
Empréstimos e financiamentos	2,27%	5,91%
Total em percentual dos ativos do plano	100,00%	100,00%

RETORNO ANUAL DOS ATIVOS	2010	
	Plano Único	CEEEPREV
Retorno real anual dos ativos do plano	11,71%	11,71%

MONTANTE INCLUÍDOS NO VALOR JUSTOS DOS ATIVOS DO PLANO	2010
	Plano Único
Em instrumentos financeiros da própria companhia	0,13%

31.f. Hipóteses e Premissas Atuariais Adotadas para os Cálculos

PREMISSAS ATUARIAIS ADOTADAS	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD
Taxa para desconto da obrigação atuarial	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%
Taxa de juros totais do retorno dos investimentos	11,71%	-	-	11,71%
Crescimento Salarial	5,39%	-	-	5,39%
Tabua de Mortalidade Geral	AT-83	AT-83	AT-83	AT-83
Tábua de Mortalidade dos Inválidos	AT-49	-	-	AT-49
Tábua de Entrada em Invalidez	Light-Média	-	-	Light-Média
Rotatividade	Nula	-	-	Nula
Idade de Aposentadoria - Aposentadoria Normal	-	-	-	60 anos
Idade de Aposentadoria - Benefício Saldado	55 anos*	-	-	55 anos*
Taxa de Inflação	5,39%	5,39%	5,39%	5,39%

* O profissional deverá se aposentar pelo INSS

32. Obrigações Estimadas

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Provisão para Férias, 13 º Salário, Gratificações e Encargos Sociais ...	32.588	21.270	18.920
Retenção de Remuneração	-	-	507
Prêmio Assiduidade	271	270	183
Total	32.859	21.540	19.610

33. Encargos do Consumidor a Recolher

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Reserva Global de Reversão - RGR	911	1.255	1.067
Conta de Consumo de Combustíveis - CCC	17.484	1.426	19.565
Conta de Desenvolvimento Energético - Quota da CDE	5.974	5.696	4.922
Total	24.369	8.377	25.554

33.a. Reserva Global de Reversão - RGR

A Reserva Global de Reversão – RGR, criada através da Lei nº 8.631, de 04 de março de 1993, tem a finalidade de prover recursos para reversão, encampação, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica.

33.b. Conta de Consumo de Combustíveis - CCC

A Conta de Consumo de Combustíveis - CCC foi criada para subsidiar a geração de energia elétrica com o uso de combustíveis fósseis, disciplina o rateio dos custos de aquisição desses combustíveis entre todas as concessionárias ou autorizadas do país, para garantir os recursos financeiros ao suprimento de energia elétrica a consumidores de localidades isoladas do sistema de geração e distribuição, bem como da geração termelétrica que atende, principalmente, a demanda de ponta dos sistemas interligados, com tarifas uniformizadas.

33.c. Conta de Desenvolvimento Energético – Quotas da CDE

Através da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, no artigo 13 foi criada a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE visando além do desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral nacional, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, a promoção da universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional, devendo seus recursos observar as vinculações e limites previstos em Lei.

34. Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributários

As provisões e contas a pagar reconhecidas para contingências passivas, líquidas dos depósitos judiciais correspondentes, estão compostas como segue:

Circulante	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Provisão para Contingências Trabalhistas	110.262	87.245	81.019
Provisão para Contingências Cíveis	72.218	60.492	47.526
Total	182.480	147.737	128.545
Não Circulante			
Provisão para Contingências Trabalhistas	186.400	220.240	231.675
Provisão para Contingências Cíveis	78.439	103.998	90.312
Contas a Pagar para Contingências Cíveis	6.650	6.781	24.609
Provisão para Contingências Tributárias	58	58	3.445
(-) Depósitos Judiciais - Contingências Trabalhistas e Cíveis	(97.701)	(96.086)	(91.731)
Total	173.846	234.991	258.310

	Provisão para Contingências			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Saldo Inicial 01/01/2009	247.078	136.332	3.445	386.855
(+) Novos Ingressos	55.047	56.439	-	111.486
(-) Pagamentos	(61.409)	(29.964)	-	(91.373)
(-) Montantes Revertidos	(38.400)	(37.429)	(3.387)	(79.216)
(+) Atualização Monetária	39.553	19.778	-	59.331
(-) Montantes Depositados	(3.833)	4.567	-	734
(-) Atualização dos Depósitos	(3.720)	(1.369)	-	(5.089)
(=) Saldo Final 31/12/2009	234.316	148.354	58	382.728
(+) Novos Ingressos	68.738	74.009	-	142.747
(-) Pagamentos	(68.915)	(42.828)	-	(111.743)
(-) Montantes Revertidos	(49.399)	(67.705)	-	(117.104)
(+) Atualização Monetária	38.755	22.563	-	61.318
(-) Montantes Depositados	(3.448)	(2.092)	-	(5.540)
(-) Atualização dos Depósitos	4.382	(462)	-	3.920
(=) Saldo Final 31/12/2010	224.429	131.839	58	356.326

34.a. Provisão para ContingênciasTrabalhistas

A Concessionária vem permanentemente aprimorando a apuração dos valores contingentes embasada no histórico de dados referentes aos pagamentos, com a finalização das discussões judiciais de assuntos de natureza trabalhista. Foi realizada uma análise criteriosa das chances de êxito da Concessionária envolvendo processos trabalhistas, com o objetivo de suportar o adequado julgamento quanto à necessidade ou não da constituição de provisões. As estimativas quanto ao desfecho e aos efeitos financeiros das contingências foram determinadas com base em julgamento da Administração, considerando o histórico de perdas em processos de mesma natureza e a expectativa de êxito de cada processo. As ações ingressadas contra a Concessionária referem-se à verbas rescisórias, responsabilidade subsidiária, complementação de proventos de aposentadoria, responsabilidade solidária, vínculo empregatício, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, correto enquadramento e prêmio assiduidade e outras.

34.b. Provisão para Contingências Cíveis

A Concessionária está sendo citada em diversos processos judiciais de natureza cível para os quais foi registrada provisão dos valores cuja expectativa de pagamentos foi considerada provável pelos seus assessores jurídicos, em uma análise efetuada individualmente por processo. As ações ingressadas contra a Concessionária referem-se à convênios de devolução, corte/religação de energia, danos morais e materiais, revisão de consumo de energia, sustação de cobrança, honorários advocatícios, contrato de compra e venda de energia, desapropriação, revisão de contratos e encargo de capacidade emergencial e outras.

34.c. Provisão para Contingências Tributárias

O valor de R$ 58, decorre de provisão referente ao auto de lançamento nº 036/2005, lavrado pela Prefeitura de Alvorada em razão de suposto não recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, inerente ao compartilhamento de infra-estrutura, o qual foi impugnado administrativamente pela Concessionária.

A CEEE-D obteve êxito na ação judicial de Compensação de Créditos derivados da demanda do Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural – FUNRURAL, processo judicial Nº 98.00.26268-7. Assim, no exercício de 2006, o contribuinte efetuou o reconhecimento do crédito no valor de R$ 10.812, referente aos pagamentos indevidos do período de setembro de 1989 a junho de 1991. Até o final do exercício de 2007 a Concessionária compensou o montante do crédito, todavia, em dezembro de 2007, o contribuinte recebeu Notificação de Lançamento de Débito oriundo da Fiscalização previdenciária do INSS referente aos valores compensados a título de FUNRURAL. A Concessionária vem discutindo no âmbito administrativo essa matéria, cujo valor da cobrança perfaz atualmente cerca de R$ 5.628 e, segundo parecer da área jurídica, o desfecho negativo é considerado como possível.

No que tange ao Imposto Sobre Circulação de Mercadorias - ICMS a CEEE-D possui contenciosos administrativos que se relacionam, em síntese, a um eventual recolhimento a menor do referido tributo, esses contingentes perfazem cerca de R$ 11.882 e conforme parecer jurídico a causa de desfecho negativo destas demandas é considerada possível.

35. Valores Destinados à Aplicação em Recursos PEE / P&D

Os saldos compõem-se de:

Circulante	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Recursos PEE	41.728	40.948	25.466
Recursos P&D	35.511	29.670	23.965
Recursos FNDCT	594	557	4.529
Recursos MME	297	278	2.264
Total	78.130	71.453	56.224
Não Circulante			
Recursos PEE	9.977	8.517	12.260
Recursos P&D	3.597	3.409	5.220
Total	13.574	11.926	17.480

O PEE e o P&D são programas de investimentos, estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, calculados com base na receita operacional líquida das empresas, que resultam em economias e benefícios diretos para o consumidor, com ações implementadas nas instalações da unidade consumidora.

Aos Programas de Eficiência Energética - PEE e de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, a Concessionária destina anualmente, no mínimo, 1% da receita operacional líquida, sendo 0,50% destinados ao P&D e 0,50% ao PEE.

Dos valores destinados ao P&D, 40% são aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento, 40% são recolhidos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, e 20% ao Ministério de Minas e Energia – MME.

A composição dos saldos passivos dos respectivos programas são os seguintes:

Circulante	PEE			P&D		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
PEE	27.664	21.093	8.125	-	-	-
P&D	-	-	-	24.740	21.910	19.119
Atualização Monetária do Saldo Pendente	14.064	19.855	17.341	10.771	7.760	4.846
Total	41.728	40.948	25.466	35.511	29.670	23.965
Não Circulante						
PEE	8.648	8.217	11.322	-	-	-
P&D	-	-	-	3.459	3.287	4.818
Atualização Monetária do Saldo Pendente	1.329	300	938	138	122	402
Total	9.977	8.517	12.260	3.597	3.409	5.220

36. Outros Passivos

Os saldos compõem-se de:

Circulante	Nota Explicativa	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Encargo de Capacidade Emergencial		1.610	1.628	1.971
Contribuição para Custeio Serviço de Iluminação Pública - CIP		4.139	3.878	3.504
Programa de Participação nos Resultados - PPR		5.228	5.228	5.134
Provisão Auto de Infração		5.446	20.660	4.481
Conta Gráfica	46.b.I	1.997	2.105	-
Consumidores		15.669	9.291	9.825
Acordo Judicial		-	4.200	-
Outros Credores		9.968	5.908	5.642
Total		44.057	52.898	30.557
Não Circulante				
Contrato de Mútuo	46.b.I	-	37.980	-
Prêmio Assiduidade		1.586	1.553	1.538
Provisão Auto de Infração		35.903	5.609	-
Outros Credores		2.088	2.339	458
Total		39.577	47.481	1.996

36.a. Provisão Auto de Infração

O valor de R$ 5.446 (R$ 20.660 em 31 de dezembro de 2009 e R$ 4.481 em 01 de janeiro de 2009) refere-se ao Auto de Infração nº 04/2005 que tem por objeto a aplicação de penalidade à Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D quanto aos pedidos de ressarcimento de danos em equipamentos elétricos causados por perturbação no sistema elétrico. O valor de R$ 35.903 (R$ 5.609 em 31 de dezembro de 2009), registrado no Passivo não Circulante, refere-se principalmente aos Autos de Infração pelo descumprimento, por parte da Concessionária, das metas dos indicadores de continuidade DEC e FEC (2006, 2007 e 2008).

36.b. Conta Gráfica

O valor de R$ 1.997 (R$ 2.105 em 31 de dezembro de 2009) é composto pelos saldos dos contratos de compartilhamento das atividades de Tecnologia da Informação e de atividades de Telecomunicações entre a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D e Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT.

36.c. Consumidores

O valor de R$ 15.669 (R$ 9.291 em 31 de dezembro de 2009 e R$ 9.825 em 01 de janeiro de 2009) refere-se aos créditos devido ao consumidor relativo a pagamento em duplicidade ou faturamento a maior.

36.d. Acordo Judicial

O valor de R$ 4.200 (31 de dezembro de 2009) refere-se a acordo judicial celebrado entre a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica- CEEE-D e a Ivaí Engenharia de Obras S/A .

36.e. Contrato de Mútuo

Em 29 de outubro de 2008, através do Despacho nº 3.984, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL anuiu a operação de mútuo entre a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT (mutuante) e a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D (mutuaria) no valor de R$ 50.000, com regramento contratual de devolução em 12 parcelas mensais, a partir de agosto de 2009 e juros com base no CDI. O Contrato de Mútuo entre as partes foi celebrado em 31 de janeiro de 2009 e o montante disponibilizado em 12 de março de 2009.
Posteriormente, em 23 de março de 2009, através do Despacho nº 1.045, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL anuiu nova operação de mútuo entre a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT (mutuante) e a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D (mutuaria) no valor de R$ 50.000 sob os mesmos regramentos do Contrato de Mútuo em vigência. O Contrato de Mútuo entre as partes foi celebrado em 25 de março de 2009, bem como o montante disponibilizado na mesma data.
Em 09 de julho de 2009, a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D (mutuaria) pagou o saldo atualizado de R$ 51.399, líquido de impostos, por meio de quitação antecipada, referente ao contrato de mútuo celebrado em 25 de março de 2009, quitado em 2010.

37. Nota Técnica Revisão/Reajuste Tarifário

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
CVA e Itens Financeiros - Res. Homologatória nº 715/2008			33.108
CVA e Itens Financeiros - Res. Homologatória nº 895/2009	-	24.578	-
CVA e Itens Financeiros - Res. Homologatória nº 1074/2010	59.514	-	-
Total	59.514	24.578	33.108

Em outubro de 2010 com o pronunciamento da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL através da Nota Técnica nº 318/2010-SRE/ANEEL, de 08 de outubro de 2010, foram homologados os valores ativos e passivos a título de CVA e Itens Financeiros.

38. Patrimônio Líquido

38.a. Capital Social

Os acionistas aprovaram, em Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 02 de outubro de 2009, o grupamento da totalidade das ações representativas do capital social da Concessionária, na proporção de 1000 (mil) ações para 1 (uma) ação da mesma espécie, nos termos do Art.12 da Lei nº 6.404/76, passando o capital social a ser representado por 387.229.828 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 380.669.270 ações ordinárias e 6.560.558 ações preferenciais, sem direito a voto, permanecendo inalterado o valor do capital social da Concessionária no montante de R$ 23.703, com a seguinte composição:

	31/12/2010					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
CEEE-PAR	255.232.851	67,04	43.495	0,67	255.276.346	65,92
ELETROBRÁS	122.681.434	32,23	3.505.584	53,43	126.187.018	32,59
Municípios	1.327.238	0,35	2.036.684	31,04	3.363.922	0,87
BM&Fbovespa S.A	1.400.904	0,37	906.932	13,82	2.307.836	0,60
Outros	26.843	0,01	67.863	1,04	94.706	0,02
	380.669.270	100,00	6.560.558	100,00	387.229.828	100,00

	31/12/2009					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
CEEE-PAR	255.232.851	67,04	43.495	0,67	255.276.346	65,92
ELETROBRÁS	122.681.434	32,23	3.505.584	53,43	126.187.018	32,59
Municípios	1.327.238	0,35	2.036.684	31,04	3.363.922	0,87
BM&FBovespa S.A	1.400.335	0,37	906.413	13,82	2.306.748	0,60
Outros	27.412	0,01	68.382	1,04	95.794	0,02
	380.669.270	100,00	6.560.558	100,00	387.229.828	100,00

38.b. Reserva de Incentivos Fiscais

A Administração da Concessionária propôs a constituição da Reserva de Incentivos Fiscais em atendimento ao art. 195 e art.195 – A da Lei nº 6404/76, no valor de R$ 1.905.718 correspondente à Conta de Resultados a Compensar - CRC contabilizada no resultado do exercício de 2009 no montante de R$ 2.064.645, e posteriormente transferida para Reserva de Incentivos Fiscais até o limite do lucro líquido do exercício.

Considerando que a reserva constituída é inferior às subvenções registradas no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a parcela de R$ 158.927 deverá ser complementada a partir dos resultados futuros até o montante de R$ 2.064.645, conforme determina o § 3º do art. 18 da Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009.

38.c. Ajuste de Exercícios Anteriores

No exercício de 2010 foi realizado ajuste no Patrimônio Líquido referente a Conta de Variação de Itens da Parcela A no montante de R$ 7.982, a apropriação dos Custos de Transação dos Empréstimos e Financiamentos no montante de R$ 2.766 e o reconhecimento do valor justo dos ativos referentes aos hortos de produção no montante de R$ 9.709, conforme nota explicativa nº 6.5 O montante de Reserva de incentivos Fiscais foi ajustado para R$ 1.926.175 e reclassificado no exercício de 2009 para fins de comparabilidade.

	Capital Social	Reserva de Incentivos Fiscais	Reserva de Lucros	Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido Total
	23.703	**1.905.718**	**7.781**	**(210.826)**	**1.726.376**
Ajuste de Exercícios Anteriores:					
Desreconhecimento de Ativos e Passivos Regulatórios	-	7.982	-	-	7.982
Custos de Transação - CPC 08	-	2.766	-	-	2.766
Ativos Biológicos	-	9.709	-	-	9.709
Absorção de Reserva de Lucros	-	-	(7.781)	7.781	
Total	**23.703**	**1.926.175**	**-**	**(203.045)**	**1.746.833**

39. Lucro por Ação

O numerador utilizado para cálculo do lucro básico e diluído foi o lucro líquido após os tributos.

Os saldos compõem-se de:

39.a. Básico

	31/12/2010		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador Básico			
Prejuízo/Lucro Líquido	(207.254)	(3.572)	(210.826)
Denominados Básico			
Média das Ações	380.669.270	6.560.558	387.229.828
Prejuízo/Lucro Básico por Ação - R$	(0,54)	(0,54)	(0,54)

	31/12/2009		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador Básico			
Prejuízo/Lucro Líquido	1.900.152	32.748	1.932.900
Denominados Básico			
Média das Ações	380.669.270	6.560.558	387.229.828
Prejuízo/Lucro Básico por Ação - R$	4,99	4,99	4,99

39.b. Diluído

	31/12/2010	31/12/2009
Numerador Diluído		
Prejuízo/Lucro Líquido disponível para as ações ordinárias	(207.254)	1.900.152
Prejuízo/Lucro Líquido disponível para as ações preferenciais	(3.572)	32.748
	(210.826)	1.932.900
Denominados Diluído		
Ações Ordinárias	380.669.270	380.669.270
Ações Preferenciais	6.560.558	6.560.558
	387.229.828	387.229.828
Prejuízo/Lucro Diluído por Ação - R$	(0,54)	4,99

40. Receita Operacional Líquida

A Receita Operacional Líquida possui a seguinte composição:

	31/12/2010	31/12/2009
Receita Bruta		
Fornecimento de Energia Elétrica	1.043.176	983.320
Disponibilização do Sistema de Distribuição	1.522.526	1.424.236
Energia Elétrica de Curto Prazo	8.210	920
Receita de Construção	121.328	149.841
Outros Receitas Operacionais	7.187	61.354
	2.702.427	2.619.671
Deduções da Receita		
ICMS	(571.487)	(540.838)
PASEP	(22.681)	(21.308)
COFINS	(104.469)	(98.148)
Quota RGR	(7.837)	(14.131)
Outros Encargos	(7.054)	(962)
Encargos do Consumidor - P&D / MME / FNDCT / PEE	(17.298)	(16.435)
Subvenções CCC	(78.376)	(58.854)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(71.686)	(68.347)
	(880.888)	(819.023)
Receita Operacional Líquida	1.821.539	1.800.648

40.a. Fornecimento de Energia Elétrica

Os saldos compõem-se de:

	Número de Consumidores (*)		Fornecimento MWh (*)	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Residencial	1.246.791	1.223.506	2.314.466	2.432.406
Industrial	12.444	11.865	1.690.331	1.414.721
Comercial	116.753	113.445	2.009.606	1.862.154
Rural	82.209	81.760	605.637	494.883
Poder Público	6.754	6.586	279.306	277.707
Outros	918	902	477.624	428.673
	1.465.869	1.438.064	7.376.970	6.910.544

	Fornecimento R$		Disponibilização do Sistema de Distribuição R$	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Residencial	375.646	364.189	682.917	642.475
Industrial	224.252	203.165	186.587	164.242
Comercial	308.786	301.079	432.776	406.661
Rural	42.963	38.492	59.286	55.051
Poder Público	39.105	39.025	62.257	61.545
Outros	52.424	37.370	98.723	94.262
	1.043.176	983.320	1.522.546	1.424.236

(*) Dados não passíveis de exame pelo Auditor Independente.

A rubrica Outros refere-se principalmente ao fornecimento e disponibilização do sistema de distribuição ao Serviço Público e a Iluminação Pública.

40.b Serviços de Construção e Melhorias

Os serviços de construção e melhorias que representam potencial de geração de receita adicional são integralmente registrados como ativo intangível em sua fase de construção e tem sua parcela correspondente ao ativo financeiro transferida somente quando for possível apurar com segurança os valores de intangível e financeiro. Esta bifurcação acontece na entrada em operação dos novos investimentos por um processo chamado "unitização". Na composição dos custos dos serviços de construção e melhorias estão incluídos os materiais e serviços utilizados, além dos custos de gerenciamento, supervisão e acompanhamento de obras. Os serviços de construção e melhorias são executados em sua maioria por empresas terceirizadas, a Concessionária entende ser imaterial um eventual valor de margem de construção.

Valores dos serviços de construção e melhorias:

	31/12/2010	31/12/2009 Reapresentado
Serviços de Construção e Melhoria	139.122	148.932
(-) Adição Obrigações Especiais	(17.794)	909
Margem de Construção	-	-
Total dos Serviços de Construção e Melhorias	121.328	149.841

41. Custo com Energia Elétrica

41.a. Energia Elétrica Comprada para Revenda

Os saldos compõem-se de:

SUPRIMENTO MWh (*)	31/12/2010	31/12/2009
AES Uruguaiana	-	162.790
Itaipu	1.867.455	1.968.354
CGTEE	326.809	572.857
ENERCAN	209.685	210.432
CHESF	832.163	756.685
Comercialização de Energia na CCEE	451.927	814.996
COPEL	290.182	290.182
CERAN	465.161	454.644
CESP	376.991	331.593
ELETRONORTE	562.532	364.777
DUKE PARANAPANEMA	116.781	116.781
FURNAS	1.030.542	949.355
PROINFA	201.564	177.783
Outras	847.220	890.140
	7.579.012	8.061.369

SUPRIMENTO R$	31/12/2010	31/12/2009
AES Uruguaiana	-	22.846
Itaipu	173.966	200.608
CGTEE	32.742	45.624
ENERCAN	24.467	24.350
CHESF	64.020	54.081
Comercialização de Energia na CCEE	160.392	119.644
COPEL	23.309	22.327
CERAN	69.589	66.994
CESP	34.338	27.015
ELETRONORTE	51.144	30.194
DUKE PARANAPANEMA	10.264	9.832
FURNAS	88.895	74.620
PROINFA	34.892	30.460
Outras	130.199	119.601
	898.217	848.196

(*) Dados não passíveis de exame pelo Auditor Independente.

42. Custos e Despesas Operacionais por Natureza

Os saldos compõem-se de:

CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS	CUSTO DE OPERAÇÃO		DESPESAS COM VENDAS		DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		TOTAL	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Pessoal e Administradores										
Remuneração e Encargos	139.119	106.356	-	-	53.799	40.847	3.268	7.714	196.186	154.917
Cláusula 25	-	-	-	-	-	-	688	5.006	688	5.006
Fundação ELETROCEEE - Ativos e Suplementados	25.639	30.489	-	-	-	-	5.749	4.341	31.388	34.830
INSS - Empregador	52.827	39.003	-	-	-	-	29	52	52.856	39.055
Administradores (vide N.E. 46.c)	27	75	-	-	801	457	13	-	841	532
Subtotal Pessoal / Administradores	217.612	175.923	-	-	54.600	41.304	9.747	17.113	281.959	234.340
Empr. Fund. ELETROCEEE - SF 1254 (vide N.E. 31.c)	19.897	18.865	-	-	-	-	-	-	19.897	18.865
Total Pessoal e Administradores	237.509	194.788	-	-	54.600	41.304	9.747	17.113	301.856	253.205
Material	20.582	14.761	-	-	1.366	1.105	13	148	21.961	16.014
Serviço de Terceiros	75.542	57.798	10.584	9.725	9.762	11.407	11.215	9.866	107.103	88.796
Taxa de Fiscalização - ANEEL	-	-	-	-	-	-	3.837	3.453	3.837	3.453
Depreciação e Amortização	6.834	7.974	-	-	1.743	1.572	575	575	9.152	10.021
Custo de Construção *vide NE 40.b	121.328	149.841	-	-	-	-	-	-	121.328	149.841
Amortização do Intangível da Concessão	70.020	67.668	-	-	-	-	-	-	70.020	67.668
Doações, Contribuições e Subvenções	-	-	-	-	-	-	74	24	74	24
Arrendamento e Aluguéis	3.732	904	-	-	(257)	(255)	1.141	1.134	4.616	1.783
Seguros	40	-	-	-	153	90	-	-	193	90
Tributos	494	553	-	-	800	757	1.388	3	2.682	1.313
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	18.917	25.030	-	-	-	-	18.917	25.030
Provisão para Contingências Trabalhistas	-	-	-	-	-	-	74.607	65.472	74.607	65.472
Provisão para Contingências Cíveis	-	-	-	-	-	-	39.295	49.349	39.295	49.349
Provisão para Contingências Fiscais	-	-	-	-	-	-	-	(3.387)	-	(3.387)
Autos de Infração e Notificações	-	-	-	-	-	-	24.429	5.609	24.429	5.609
Outras Provisões	-	-	-	-	-	-	(1.121)	(1.842)	(1.121)	(1.842)
Provisão Ex-Autárquicos	-	-	-	-	-	-	78.927	115.051	78.927	115.051
Fundação ELETROCEEE - Ex-Autárquicos	-	-	-	-	-	-	3.255	4.324	3.255	4.324
Parcelamento de Multa DEC/FEC	-	-	-	-	-	-	-	15.111	-	15.111
Quitação Parcelamento Contingências Cíveis	-	-	-	-	-	-	-	16.024	-	16.024
Outros	9.264	10.005	-	-	5.665	5.524	12.772	7.140	27.701	22.669
TOTAL	545.345	504.192	29.501	34.755	73.832	61.504	260.154	305.167	908.832	905.618

43. Outras Receitas e Despesas

Os saldos compõem-se de:

OUTRAS RECEITAS	31/12/2010	31/12/2009
Ganho nas Alienações e Outros Ganhos	7.040	10.231
Conta de Resultados a Compensar - CRC	-	2.064.645
Outras	1.985	9.829
	9.025	2.084.705

OUTRAS DESPESAS	31/12/2010	31/12/2009
Perdas na Alien. e Desat. de Bens e Direitos	(3.275)	(1.988)
Provisão para Desvalorz./Valoriz. de Outros Investimentos	(206)	(224)
Outras	(2.704)	(9.857)
	(6.185)	(12.069)

43.a. Conta de Resultados a Compensar

O valor de R$ 2.064.645 em 31 de dezembro de 2009 refere-se ao reconhecimento dos créditos da Subvenção Governamental para Investimento - Conta de Resultados a Compensar – CRC, decorrentes das compensações realizadas na forma da Lei nº 8.631/93 (com alterações pela Lei nº 8.724/93).

O CPC - 07 que trata da Subvenção e Assistência Governamentais, aprovado pela Deliberação CVM nº 555 de 12 de novembro de 2008, determina que as doações e subvenções governamentais devam ser registradas em conta de Resultado do Exercício (receitas).
Por proposta da Administração da Concessionária, foi constituída a Reserva de Incentivos Fiscais, em atendimento ao art. 195 da Lei nº 6404/76, do valor referente à CRC.
De acordo com o art. 18 da Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2007, os valores relativos à subvenção governamental devem ser mantidos em Reserva para Incentivos Fiscais, não estando sujeitos a tributação e não integram a base de cálculo do dividendo obrigatório. (Vide nota explicativa nº 17 e 38.b).

44. Receita/Despesa Financeira

Os saldos compõem-se de:

RECEITA FINANCEIRA	31/12/2010	31/12/2009
Renda de Aplicações Financeiras	6.242	5.747
Acréscimo Moratório - Energia Vendida	38.083	37.765
Atualização Monetária dos Depósitos Judiciais	1.311	5.089
Receitas Financeiras com Parcelamentos	18.297	10.766
Variação Monetária - Energia Comprada	5.122	21.264
Atualização Monetária - Energia Livre - Despacho ANEEL nº 2.517	17.709	-
Outras Receitas Financeiras	16.064	5.713
	102.828	86.344
DESPESA FINANCEIRA		
Encargos de Dívidas	(21.296)	(9.221)
Despesas Financeiras de PEE/P&D/PLT	(4.550)	(6.160)
Variação Monetária - Empréstimos e Financiamentos	(47.074)	(24.005)
Variação Monetária - Energia Comprada	(3.511)	(3.699)
Penalidades ANEEL - Contrato de Concessão	(15.357)	-
Atualização Monetária dos Depósitos Judiciais	(5.232)	-
Correção Monetária e Juros	(17.616)	(14.541)
Outras Despesas Financeiras	(8.540)	(6.000)
	(123.176)	(63.626)
RECEITA/DESPESA FINANCEIRA	(20.348)	22.718

45. Imposto de Renda e Contribuição Social

Reconciliação da despesa com imposto de renda - IRPJ e contribuição social – CSLL divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

Os saldos compõem-se de:

	31/12/10		31/12/09	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Prejuízo/Lucro líquido antes do IRPJ e da CSLL	(210.826)	(210.826)	1.932.900	1.932.900
Ajustes Decorrentes do RTT	20.148	20.148	(28.446)	(28.446)
Prejuízo/Lucro líquido antes do IRPJ e da CSLL após ajustes decorrentes do RTT	(190.678)	(190.678)	1.904.454	1.904.454
Efeito líquido de provisões temporárias não dedutíveis constituídas/realizadas no exercício	19.977	19.977	(1.970.912)	(1.970.912)
Despesas não dedutíveis e outras adições permanentes	633	633	606	606
Receitas não tributáveis e outras exclusões permanentes	0	0	0	0
Lucro real e base de cálculo da contribuição social antes das compensações	(170.068)	(170.068)	(65.852) #	(65.852)
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social	-	-	-	-
Lucro real e base de cálculo da contribuição social após as compensações	(170.068)	(170.068)	(65.852)	(65.852)
Alíquota aplicável	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	-	-	-	-

46. Transações com Partes Relacionadas

Foram realizadas transações com partes relacionadas incluindo compra e venda de energia elétrica e transações de financiamento, sendo que a energia elétrica vendida é baseada em tarifas aprovadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em condições de similaridade com o praticado no mercado.

(a) Controladora

A Concessionária é controlada diretamente pela Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações - CEEE-Par visto que esta participa com 65,92% de seu capital social. Porém, a Concessionária é controlada indiretamente pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, que participa com 100% do capital da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações - CEEE-Par.

O montante transacionado com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul foi de:

CONTAS PATRIMONIAIS	Nota Explicativa	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
ATIVO CIRCULANTE				
SIAC / BANRISUL	7	12.098	84.535	4.988
Parcelamento - Venda de Energia Elétrica	8	-	13.778	-
Cedência de Funcionários	13	172	136	48
Convênio SEINFRA/CEITEC	13	-	637	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE				
SIAC Especial / BANRISUL	7	2.148	18.936	22.161
CEEE - SIAC BANRISUL	7	2.435	3.779	3.437
Parcelamento - Venda de Energia Elétrica	8	4.768	4.768	24.546
Parcelamento - FAMURS	8	17.178	17.178	13.363
Total a Receber		38.799	143.747	68.543

CONTAS DE RESULTADO	31/12/2010	31/12/2009
Receitas Operacionais/Venda de Energia Elétrica	34.658	34.409
Receitas Financeiras/Rendimentos SIAC	5.871	5.405
Total	40.529	39.814

(b) Entidades com controle conjunto ou influência significativa sobre a entidade

A Concessionária recebe influência significativa da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT e da Centrais Elétricas Brasileiras – ELETROBRÁS.

I) A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT é uma Sociedade Anônima que possui controlador comum com a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, ou seja, é controlada pela Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações - CEEE-Par.

O montante transacionado com a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT foi como segue:

CONTAS PATRIMONIAIS	Nota Explicativa	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
ATIVO CIRCULANTE				
Cedência de Funcionários	13	201	118	56
Conta Gráfica	13	-	-	1.115
Total a receber		201	118	1.171
PASSIVO CIRCULANTE				
Conta Gráfica	36	1.997	2.105	-
PASSIVO NÃO CIRCULANTE				
Contrato de Mútuo	36	-	37.980	-
Total a Pagar		1.997	40.085	-

CONTAS DE RESULTADO	31/12/2010	31/12/2009
Despesas Operacionais	(48.904)	(58.552)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(5.356)	(8.876)
Encargo de Uso do Sistema	(43.548)	(49.676)
Despesas Financeiras	(1.653)	(392)
Conta Gráfica	(293)	(160)
Contrato de Mútuo	(1.360)	(232)
Total	(50.557)	(58.944)

A Conta Gráfica é composta pelos saldos dos contratos de Compartilhamento das Atividades de Aplicação dos Recursos de Tecnologia da Informação (Ressarcimento de CTI) e Compartilhamento de Atividades e das Infraestruturas de Rede Elétrica e de Telecomunicações, Desenvolvimento, Implantação, Operação e Manutenção de Sistemas de Informação e Sistemas de Telecomunicações (TELECOM). O contrato de Ressarcimento de CTI estipula o pagamento por parte da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT de 25% dos custos apurados na CTI, sendo corrigido pela variação do IGPM, havendo a possibilidade de seus termos serem revistos em qualquer tempo em vista de necessidade de estabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do objeto contratado. O contrato TELECOM estipula o equilíbrio entre os compromissos assumidos quando houver contrapartida financeira, não podendo gerar crédito financeiro para as partes. Nestes

contratos não são exigidas garantias, bem como não são constituídas provisões para créditos de liquidação duvidosa.

As operações de Energia Elétrica Comprada para Revenda e Encargo de Uso do Sistema são realizadas em conformidade com as tarifas aprovadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, sendo realizadas em condições de similaridade com o praticado no mercado.

II) A ELETROBRÁS participa com 32,59% do capital social da Concessionária, participando nas decisões financeiras e operacionais desta.

O montante transacionado com a ELETROBRÁS foi de:

CONTAS PATRIMONIAIS	Nota Explicativa	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
ATIVO CIRCULANTE				
Programa RELUZ	13	9.670	2.183	1.484
Empréstimo Compulsório ELETROBRÁS	13	-	-	3.286
Cedência de Funcionários	13	112	107	97
Subvenção ELETROBRÁS CDE - PLT	13	-	3.438	23.361
Total a Receber		9.782	5.728	28.228
PASSIVO CIRCULANTE				
Empréstimos	30	7.553	9.986	18.396
Total a Pagar		7.553	9.986	18.396
PASSIVO NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos	30	62.802	18.847	23.829
Total a Pagar		62.802	18.847	23.829

CONTAS DE RESULTADO	31/12/2010	31/12/2009
Despesas Financeiras	(3.559)	(2.465)
Empréstimos	(3.559)	(2.465)
Total	(3.559)	(2.465)

Os valores transacionados com a ELETROBRÁS são provenientes de diversos empréstimos, vide nota explicativa 30.a, sendo obtidos a taxas inferiores as do mercado.

(c) Pessoal chave da administração da entidade ou da respectiva controladora

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D considera como pessoal-chave da administração seus Diretores e os Membros dos Conselhos Fiscal e de Administração. O montante gasto com remuneração, encargos e benefícios dos Administradores em dezembro de 2010 foi de R$ 1.175 (R$ 532 em 31 de dezembro de 2009).

A Concessionária possui diretores empregados e não-empregados.

A remuneração dos Diretores empregados é composta por salário ou honorários mais a verba de representação, sendo que os custos dos Diretores estão contabilizados na rubrica de Pessoal conforme Plano de Contas da ANEEL.
A remuneração dos Diretores não-empregados com vínculo empregatício em outro órgão é composta do seu salário integral (reembolsado pela Concessionária ao órgão de origem) mais a verba de representação.

A remuneração dos Diretores não-empregados sem vínculo empregatício em outro órgão é composta de honorários mais a verba de representação.

REMUNERAÇÃO / BENEFICIOS / ENCARGOS	2010	2009
Conselho de Administração	316	192
Conselho Fiscal	146	76
Verba de Representação	117	145
Honorário Diretor não Empregado	81	43
Encargos	181	76
Subtotal	**841**	**532**
Diretores Empregados	334	-
Total	**1.175**	**532**

(d) Outras partes relacionadas

I) Fundação ELETROCEEE

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D proporciona a seus funcionários a opção de se associarem a um plano de benefícios pós-emprego, sendo que para os funcionários admitidos na Concessionária até o ano de 2002 foi oferecida a participação no plano de benefício definido denominado Plano Único o qual, atualmente, está em extinção. Após 2002 o plano de benefícios oferecido é o CEEEPREV, que se caracteriza por ser um plano de contribuição definida. Os saldos existentes relacionados com a Fundação ELETROCEEE são os seguintes:

CONTAS PATRIMONIAIS	Nota Explicativa	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
ATIVO CIRCULANTE				
Cedência de Funcionários	13	93	116	134
Total a Receber		93	116	134
PASSIVO CIRCULANTE				
Contribuição Patrocinadora - Fundação ELETROCEEE	31	4.379	3.981	4.177
Emprestimo Fundação ELETROCEEE Contrato. 1254 ...	31	19.723	16.329	18.075
Total a Pagar		24.102	20.310	22.252
PASSIVO NÃO CIRCULANTE				
Empréstimo	31	114.040	123.829	134.553
Total a Pagar		138.142	144.139	156.805

CONTAS DE RESULTADO		31/12/2010	31/12/2009
Despesas Operacionais - Pessoal		(54.540)	(58.019)
Contribuição Patrocinadora - Fundação ELETROCEEE	42	(31.388)	(34.830)
Emprestimo Fundação ELETROCEEE Contrato. 1254 ...	42	(19.897)	(18.865)
Fundação ELETROCEEE - Ex-Autárquicos		(3.255)	(4.324)
Total		(54.540)	(58.019)

II) Empresas controladas pelo Estado do Rio Grande do Sul

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D também fornece energia para as empresas que possuem como acionista controlador o Estado do Rio Grande do Sul, entretanto, são caracterizados como contratos de adesão, com cláusulas uniformes a todos os contratantes, conforme tarifas estipuladas pela respectiva Agência Reguladora.

47. Instrumentos Financeiros

47.a. Gerenciamento dos instrumentos financeiros

A Concessionária mantém operações com instrumentos financeiros, sendo que o risco referente a tais operações é monitorado através de estratégias de posições financeiras, controles internos, limites e políticas de risco da Concessionária.
Alguns instrumentos financeiros têm seu custo amortizado substancialmente próximo ao valor de mercado, como contas a receber, empréstimos de capital de giro e operações específicas sem liquidez; assim, o valor de mercado é considerado o próprio custo amortizado. Para os instrumentos financeiros cotados em mercado ativo, sua cotação representa o valor de mercado.

			Valor contábil			Valor de mercado		
Descrição	Nota	Categoria	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
ATIVO								
Caixa e Equivalentes de Caixa	7	1	36.198	111.137	37.872	36.198	111.137	37.872
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	8	1	528.409	517.442	499.824	528.409	517.442	499.824
Títulos de Créditos a Receber	9	1	12	420	3	12	420	3
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	10	1	(137.117)	(130.507)	(117.440)	(137.117)	(130.507)	(117.440)
Aplicações Financeiras	7	1	4.619	22.750	25.606	4.619	22.750	25.606
Retenção Banco Máxima	7	2	3.292	3.000	-	3.292	3.000	-
Depósitos Judiciais - Ativo	18	1	32.518	15.959	13.931	32.518	15.959	13.931
Depósitos Judiciais - Retificadora do Passivo	34	1	97.701	96.086	91.731	97.701	96.086	91.731
Outros Créditos a Receber:	13							
- Fundo de Investimentos Creditórios		2	4.768	5.124	3.252	4.768	5.124	3.252
- Quotas Subordinadas do FIDC		2	12.150	12.150	5.300	12.150	12.150	5.300
- Conta de Resultados a Compensar - CRC	17	1	2.064.645	2.064.645	-	2.064.645	2.064.645	-
- Nota Técnica Reajuste Tarifário	14	1	44.906	43.327	43.755	44.906	43.327	43.755
Bens e Direitos Destinados a Alienação	21	5	238	993	992	238	993	992
PASSIVO								
Fornecedores	27	3	191.621	152.435	204.391	191.621	152.435	204.391
Empréstimos e Financiamentos	30	3	440.863	274.765	121.995	440.863	274.765	121.995
Outros Passivos :	36							
- Consumidores		4	15.669	9.291	9.825	15.669	9.291	9.825
- Nota Técnica Reajuste Tarifário	37	3	59.514	24.578	33.108	59.514	24.578	33.108

Categoria

1) Empréstimos e Recebíveis
2) Mantidos ate o vencimento
3) Mensurado pelo custo amortizado
4) Não destinados a negociação
5) Disponível para venda

47.b.Gerenciamento de Riscos Financeiros

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados a projetos de eletrificação, obtidos em moeda nacional, junto à Centrais Elétricas Brasileiras S/A – ELETROBRÁS, Fundação ELETROCEEE, FIDC II , IV e aos Consumidores, estão compatíveis com o valor de tais operações, não disponíveis no mercado financeiro.
As contas a receber de consumo de energia elétrica de poderes públicos, federal, estadual e municipal (administração direta), e de empresas controladas por essas esferas de governo, estão registradas em contas patrimoniais no montante de R$ 69.975. A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D possui, também registrado nas contas patrimoniais parcelamentos com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul no montante de R$ 21.946 e com Prefeituras Municipais no montante de R$ 87.826 (vide Nota Explicativa 8.c).
Os valores de mercado dos créditos vencidos não foram estimados, face que nas negociações em andamento ainda não estão previstos os prazos de recebimento dos mesmos.
Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Concessionária são os seguintes:

a) Risco de Crédito

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D atua no mercado de distribuição de energia elétrica, atendendo a todos os clientes cativos na sua área de concessão conforme previsto nos contratos de concessão assinados com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. O risco de crédito se origina quando a Concessionária incorre em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados a seus consumidores.

Para amenizar os riscos decorrentes do fornecimento de energia na distribuição, a Concessionária tem o direito de interromper o fornecimento, caso o cliente deixe de realizar seus pagamentos.

b) Risco de Preço

As tarifas são reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e, anualmente, são reajustadas pelas variações dos custos não gerenciáveis (denominado Parcela A) e pela variação do IGP-M para custos gerenciáveis (denominado Parcela B). O Reajuste Tarifário Anual tem como objetivo restabelecer o poder de compra da receita obtida por meio das tarifas praticadas.
Outro mecanismo de atualização das tarifas é a Revisão Tarifária Periódica que tem como principal objetivo, analisar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

c) Risco de Mercado

A quantidade de energia comprada para atendimento à Concessionária está baseada na previsão de consumo para os próximos 5 anos. A legislação (Lei nº 10.848 de março de 2004 e Decreto nº 5.163 de julho de 2004) permite que a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D descontrate mensalmente a energia correspondente ao atendimento de consumidores livres, quando de sua saída. Também prevê a possibilidade de descontratação de energia decorrente da entrada em operação de energia contratada anteriormente a 16 de março de 2004, anualmente por variação de mercado até 4% da energia contratada nos leilões de energia existente, duas vezes no ano através de cessões para outras distribuidoras em função de outros desvios de mercado, sem limites de montante de declaração. A Resolução Normativa nº 21/06 prevê alterações nas quotas-parte de Itaipu para cada concessionária, essas alterações podem gerar sobras ou déficits que também podem ser compensadas através do mecanismo de compensação de sobras e déficits.
Além do recurso de descontratação, a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D tem cobertura tarifária para uma sobrecontratação de até 3% do seu requisito regulatório (mercado faturado acrescido das perdas regulatórias).
Em dezembro de 2010, os contratos para suprimento de energia da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D estão relacionados na tabela abaixo, com sua correspondente participação no mercado.

ORIGEM	TIPO	MWh	%
1º LEILÃO EE - Produto 2005-2012	CCEAR com MCSD	2.422.163,74	26,14%
1º LEILÃO EE - Produto 2006-2013	CCEAR com MCSD	1.160.820,48	12,53%
1º LEILÃO EE - Produto 2007-2014	CCEAR com MCSD	432.177,91	4,66%
5º LEILÃO EE - Produto 2007-2014	CCEAR com MCSD	32.405,56	0,35%
2º LEILÃO EE - Produto 2008-2015	CCEAR com MCSD	366.135,80	3,95%
4º LEILÃO EE - Produto 2009-2016	CCEAR com MCSD	246.904,11	2,66%
8º LEILÃO EE - Produto 2010-2014	CCEAR com MCSD	277.487,68	2,99%
1º LEILÃO EN - Produto 2008-2037	CCEAR En.Nova Hidro	22.259,57	0,24%
1º LEILÃO EN - Produto 2009-2038	CCEAR En.Nova Hidro	8.279,00	0,09%
1º LEILÃO EN - Produto 2010-2039	CCEAR En.Nova Hidro	267.138,98	2,88%
1º LEILÃO EN - Produto 2008-2022	CCEAR En.Nova Termo	175.881,94	1,90%
1º LEILÃO EN - Produto 2009-2023	CCEAR En.Nova Termo	105.647,30	1,14%
1º LEILÃO EN - Produto 2010-2024	CCEAR En.Nova Termo	259.025,65	2,80%
4º LEILÃO EN - Produto 2010-2024	CCEAR En.Nova Termo	46.534,33	0,50%
PIRATINI	Bilateral	7.792,26	0,08%
ENERCAN	Bilateral	209.684,96	2,26%
JAGUARI	Bilateral	53.611,20	0,58%
CERAN	Bilateral	454.644,00	4,91%
PROINFA	Proinfa	201.670,54	2,18%
ITAIPU	Itaipu	1.865.379,13	20,13%
CGTEE	Inicial	303.096,00	3,27%
SPOT	SPOT	347.858,58	3,75%
TOTAL		9.266.598,70	100,00%

(*) Dados em MWh não passíveis de exame pelo Auditor Independente.

Em 2010, a CEEE-D não teve sobras de energia, visto que foi encerrado o contrato com a AES Uruguaiana e o lastro não foi totalmente recomposto. Dessa forma, a participação no MCSD foi para adquirir energia para atendimento ao mercado.

O risco de mercado para a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, no que se refere à contratação de energia, pode ser considerado como médio a alto. Os riscos existentes são:

- não atendimento a 100% do mercado – exposição ao mercado de curto prazo e sujeito a penalidades aplicadas pela ANEEL;
- repasse não integral da energia comprada;
- outras variações de mercado;
- saída de consumidores livres especiais (com demanda superior a 500 kW, suprido por fontes renováveis) – não há na regulamentação vigente procedimentos a serem adotados pelas distribuidoras quando da saída destes consumidores para o mercado livre;

d) Risco de Moeda

Os riscos de moeda da CEEE-D referem-se à energia comprada de Itaipu, que é valorada em dólar, Os montantes mensais de energia, assim como o valor da tarifa, são definidos pela ANEEL, através de Resoluções Homologatórias.

Os riscos são elevados, mas possuem cobertura tarifária integral. No entanto, a elevação do dólar pode impactar em problemas de caixa.

Em dezembro de 2010, os valores realizados com a energia comprada de Itaipu estão relacionados na tabela abaixo.

2010	Energia no Centro de Gravidade	POTÊNCIA (MW)	Tarifa (US$/Kw)	Valor Fatura US$	Cotação dólar	Valor Fatura R$
JANEIRO	157,637	333,562	24,63	8.216	1,8748	15.403
FEVEREIRO	142,470	333,562	24,63	8.216	1,8102	14.872
MARÇO	157,896	333,562	24,63	8.216	1,7810	14.632
ABRIL	152,802	333,562	24,63	8.216	1,7306	14.218
MAIO	157,249	333,562	24,63	8.216	1,8167	14.925
JUNHO	153,634	334,292	24,63	8.234	1,8015	14.833
JULHO	159,254	335,167	24,63	8.255	1,7572	14.506
AGOSTO	159,385	335,458	24,63	8.262	1,7560	14.509
SETEMBRO	154,039	334,875	24,63	8.248	1,6942	13.974
OUTUBRO	158,167	333,562	24,63	8.216	1,7112	14.059
NOVEMBRO	153,366	334,000	24,63	8.226	1,7161	14.117
DEZEMBRO	157,281	334,583	24,63	8.241	1,6662	13.731
TOTAL	**1.863,181**		**1.000,000**	**98.760**	**1,7596**	**173.778**

e) Risco de Liquidez

Risco de liquidez é o risco que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros. A Concessionária se utiliza do monitoramento constante de seu fluxo de caixa, observando a política de caixa mínimo visando a necessidade de captação de recursos para assegurar a capacidade de pagamentos. A gestão das aplicações financeiras tem como foco instrumento de curtíssimo prazo, com liquidez diária.

f) Risco de Encargos de Dívidas

Este risco é oriundo da possibilidade da Concessionária vir a incorrer em perdas por conta da flutuação da taxa de juros e também da variação dos índices atrelados a inflação, visto que seus empréstimos e financiamentos são vinculados a esses índices. Também há a possibilidade de redução na receita financeira relativa às aplicações financeiras. Estas taxas são constantemente monitoradas no sentido de se avaliar o impacto das mesmas no resultado da Concessionária.

47.c. Gerenciamento de Riscos Relacionados à Concessionária e suas Operações

a) Risco quanto à Escassez de Energia

Risco decorrente de possível período de escassez de chuvas, já que a energia adquirida e vendida pela Concessionária é basicamente gerada por usinas hidrelétricas, que dependem do volume de água em seus reservatórios para funcionamento. Um período prolongado de escassez de chuva pode reduzir o volume de água dos reservatórios das usinas e resultar em perdas devido à redução de receitas com eventual adoção de novo programa de racionamento.

Devido ao nível atual dos reservatórios, o Operador Nacional de Sistema Elétrico - ONS não prevê para os próximos anos novo programa de racionamento.

b) Risco de não Renovação das Concessões

A Concessionária detém concessões para exploração dos serviços de distribuição de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que sejam renovadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia.
Ainda não foi editada legislação específica estabelecendo os critérios para prorrogação ou renovação das concessões a vencer a partir de 2015, se esta será uma prorrogação especial com custo ou sem custo ou, ainda, se será uma nova licitação com custo. Também não existe histórico de prorrogação ou renovação no Brasil. Desde 1995 (Nova Lei das Concessões), nenhuma empresa de distribuição ou transmissão passou pelo processo de análise sobre prorrogação ou renovação. Ocorreram algumas prorrogações com custo e sem custo para atendimento a situações específicas na atividade

de geração, nada que pudesse ser considerado um histórico de tendências. Atualmente, no Brasil existem temas legais, regulatório e constitucional sendo discutidos pelo mercado. Já existem diversos projetos de lei e de emenda constitucional sendo discutidos na Câmara dos Deputados, mas ainda não é possível prever o resultado dessa discussão no Congresso Brasileiro.
Caso a renovação da concessão não seja deferida pelo Poder Concedente ou esta ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia, os atuais níveis de rentabilidade podem ser alterados.
Não há garantia de que a concessão hoje outorgada à Concessionária será prorrogada pelo Poder Concedente.

c) Riscos Ambientais

O Brasil possui uma das legislações ambientais mais severas do mundo. A legislação brasileira impõe sanções que responsabilizam e exigem um grande esforço das empresas nacionais para o seu atendimento. Os processos de produção envolvidos no segmento de distribuição de energia produzem impactos ambientais, muitas vezes significativos, que precisam ser prevenidos e minimizados, sob pena de acarretarem grandes prejuízos ao meio ambiente e conseqüentemente ao agente responsável, independentemente da ação ter sido realizada inadvertidamente. Desta forma, além dos recursos financeiros necessários para a recuperação da área atingida pela degradação ambiental, a empresa responsável poderá ter seus dirigentes envolvidos em processos civis, administrativos e penais.
A questão da sustentabilidade, envolvendo as áreas ambiental, social e financeira, tem levado as empresas a buscarem ferramentas que possibilitem desenvolver suas atividades respeitando estes aspectos e potencializando diretrizes e políticas que viabilizem a integração de seus processos produtivos de forma a atender os interesses da sociedade, respeitando o meio ambiente e propiciando uma constante expansão e crescimento do seu negócio.

48. Programa de Participação de Resultados

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE D possui um programa de participação dos empregados nos resultados cujo objetivo é incentivar a melhoria de qualidade, níveis

de produtividade e resultados globais da Concessionária, através do comprometimento de todos os empregados. O montante contabilizado em 2010 totalizou R$ 11.018, sendo distribuído o montante de R$ 5.790 no exercício.

49. Questões Ambientais

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D busca minimizar impactos ambientais negativos e potencializar impactos ambientais positivos decorrentes de suas atividades.
A empresa mantém um convívio baseado na ética e na transparência, incentivando-os a preservar a natureza, qualificar a mão-de-obra, manter a segurança e combater a exploração infantil.

Dentre as ações mais relevantes em 2010 destacam-se:

a) Programa de Reflorestamento e Produção de Postes de Madeira

A produção de postes de madeira preservada é uma atividade realizada pela Concessionária há quase 60 anos. Sendo uma das únicas empresas a deter todo o ciclo de produção em grande escala no país, possui atualmente quatro hortos florestais de produção, situados nos municípios de Alegrete, Candiota, Charqueadas e Triunfo totalizando 6.010 ha.
A utilização de madeira de reflorestamento contribui para o abrandamento da poluição, através da captação de CO2 em todo o período de crescimento das árvores, que pode variar de oito a doze anos. Nesse período cada árvore chega a seqüestrar 605 quilos de CO2 da atmosfera.

b) Programa de Monitoramento de Instalações Existentes

Outras atividades de monitoramento são realizadas conforme determinação dos órgãos ambientais, como por exemplo, o monitoramento dos impactos sobre a avifauna, realizado previamente, para identificação da necessidade de implantação de sinalizadores e após sua implantação, para avaliar sua eficácia.

c) Reciclagem e Descontaminação de Lâmpadas e Destinação de Resíduos Industriais

Resíduos Perigosos

As atividades operacionais e de manutenção da CEEE-D geram lâmpadas fluorescentes usadas contendo mercúrio e baterias usadas contendo ácidos e metais pesados como o chumbo. As lâmpadas fluorescentes e as baterias usadas são enviadas para reciclagem em empresas especializadas e ambientalmente licenciadas.

Em atendimento à legislação, a CEEE-D vem retirando da rede os equipamentos que contêm bifenilas policloradas (PCB – ascarel), usadas como isolantes em células capacitivas mais antigas, o qual tem sido objeto de atenção especial, devido a seu potencial de impacto ambiental. Os descarte de ascarel ocorridos no período de cobertura do relatório são referentes ao material estocado de forma segura.

Resíduos Não Perigosos, Inertes e Não Inertes

A CEEE-D gera sucatas de cobre, ferro e alumínio, além de pneus e óleo mineral isolante. Os metais são reciclados, os pneus serão entregues ao revendedor que os devolver para o fabricante, e o óleo mineral isolante será regenerado ou recondicionado.

Em decorrência das nossas atividades, em 2010, não houve registro de nenhum vazamento significativo de substâncias químicas, óleos e combustíveis que pudessem ter afetado o solo, a água ou o ar, ou seja, nada que tenha ocasionado algum impacto negativo no ambiente.

d) Programa Recicle

O convênio assinado em 2002 com o Centro de Educação Ambiental da Vila Pinto - CEA, em Porto Alegre, permite a retirada de lixo seco e sucata de papel dos prédios do CAENMF. O centro cultural além de oferecer atendimento extracurricular para pré-adolescentes proporciona, em suas diversas oficinas, atendimento para toda a comunidade.
No ano de 2010 foram doados às comunidades um total de 19.025 quilos de resíduos, entre lixo seco e sucata de papéis.

e) Descarte de Materiais Inservíveis

A sucata dos materiais inservíveis, de ferro e motores, entre outras, é recolhida e estocada em estrutura própria, para ser comercializada por meio de leilões. Com esta medida é reduzida a agressão à natureza, a compra de materiais novos, os furtos e os custos de armazenagem.

A CEEE-D arrecadou em leilões descentralizados cerca de R$ 1,31 milhões provenientes de materiais inservíveis.

f) Doação de Uniformes

Este projeto tem por objetivo a doação dos uniformes que foram utilizados pelos empregados da Empresa CEEE-D, para entidades que proporcionarão a geração de renda às comunidades carentes, uma vez que estas comunidades utilizarão o material doado para a confecção de tapetes, bolsas, porta sapatos, jogos americanos, etc.

g) Programa de Eficiência Energética – PEE

Desde o ciclo de 2000/2001 quando foram iniciados os Programas de Eficiência Energética, até 2010 a CEEE-D investiu aproximadamente R$ 53 milhões no desenvolvimento de mais de 500 projetos, que proporcionaram uma economia de energia de 75.297,28 MWh/ano. Este resultado decorre da implantação de projetos que utilizam tecnologias mais modernas e eficientes, como a melhoria ou modernização em processos produtivos e substituições de equipamentos obsoletos.

h) Educação e Conscientização Ambiental

Em 2010 a CEEE-D promoveu a realização de palestras na sede da empresa e em escolas, distribuição de mudas de árvores nativas, oriundas de seus hortos e realização de oficinas de EcoArte, projeto este que busca através da arte valorizar os conceitos ligados ao meio ambiente e combate ao desperdício.

50. Seguros

Os ativos com cobertura para incêndio, queda de raio, explosões e danos elétricos foram àqueles considerados essenciais, em que ocorrendo o sinistro, implicará na possibilidade de comprometer a garantia e a confiabilidade na continuidade da prestação de serviço. O seguro patrimonial foi contratado junto à TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S/A, contrato 9942074 – 1º Termo Aditivo, e tem vigência de 12/02/2011 até 11/02/2012. O valor do ativo segurado é de R$ 12.866 e o valor do prêmio é de R$ 39.

51. Assuntos Regulatórios

a) Processo do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD (*)

O Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD, por saída de consumidores livres, alterações de mercado até 4% a partir do ano seguinte, e a entrada em operação da energia decorrente de contratos assinados até 16 de março de 2004, previstos pelo Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, cujas regras foram aprovadas pela Resolução Normativa nº 161 de julho de 2005 e homologadas pela Resolução ANEEL nº 211 de 03 de outubro de 2005, alteram os montantes de energia e potência associada consideradas nos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR. Estas regras levaram a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, por necessidade de aquisição adicional de energia, a efetuar uma compra adicional de 12,476 MW médios a partir de janeiro e 2,524 MW médios a partir de fevereiro de 2005 e descontratar em janeiro de 2006 16,435 MW médios por saída de consumidores livres. Em 2007, descontratamos 9,767 MW médios devido a sobra de energia na época. A partir desta data, a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D não participou mais deste mecanismo.

(*) Dados não passíveis de revisão pelo Auditor Independente.

b) Comercialização de Energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
ATIVO CIRCULANTE			
Energia de Curto Prazo - CCEE (vide nota explicativa 8.d)	3.945	1	364
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
(*) Ressarcimento Acordo - CCEE (vide nota explicativa 16)	37.952	20.165	19.969
PASSIVO CIRCULANTE			
Energia de Curto Prazo - CCEE (vide nota explicativa 27)	(22.640)	(10.100)	(24.548)
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Energia de Curto Prazo	(27.400)	(27.400)	(27.400)
Encargo do Serviço do Sistema	(13.207)	(13.207)	(13.207)
	(40.607)	(40.607)	(40.607)
Total	(21.350)	(30.541)	(44.822)

(*) Valor referente ao acordo de ressarcimento correspondente a despesas com a compra de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, denominada como "Energia Livre", realizadas durante o período de racionamento, decorrentes da redução da geração de energia elétrica nas usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). Este valor está sendo cobrado dos consumidores finais dos submercados sujeitos ao racionamento pelas respectivas distribuidoras e será repassado à Concessionária.

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D realizou a contabilização da energia de Curto Prazo negociada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, conforme contabilização definitiva elaborada por aquela entidade, porém impetrou ações judiciais nas seguintes bases::

PROCESSO CEEE Nº 3.494/02

OBJETO:

Ação Ordinária visando a nulidade do item IV do Despacho nº 288 da ANEEL, em face dos vícios formais e materiais desse ato administrativo e declaração de que a Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE possuía o direito de não optar pelo alívio de exposição da energia elétrica oriunda de contrato de Itaipu nos exercícios de 2001 e 2002, de sorte a ter direito ao resultado dos riscos de exposição positiva no âmbito do mercado.

Houve requerimento de liminar de antecipação da tutela para que fosse a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL ordenada a instruir a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, a recontabilizar os valores da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE relativos à comercialização da energia elétrica da cota-parte de Itaipu Binacional referentes ao exercício de 2001 e 2002, contabilizando e liquidando em favor da Concessionária a exposição positiva verificada em razão da não opção pelo alívio de exposição.

ANDAMENTO:

Ajuizada a demanda, o juízo concedeu à Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE a antecipação de tutela requerida determinando a suspensão da contabilização dos valores da energia produzida por Itaipu e referente à quota a que tem direito a Autora, a qual não foi objeto de registro nos exercícios de 2001 (total) e 2002 (parcial), até que fosse proferida decisão final quanto à validade do Despacho nº 288/02 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, tendo ainda sido determinado a vedação de qualquer exigência de valores decorrentes da contabilização

eventualmente lançada e que foi liminarmente suspensa, até final julgamento da ação. Da decisão que concedeu a antecipação de tutela, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL interpôs agravo de instrumento que foi autuado perante o Tribunal Regional Federal de Brasília em data de 17 de dezembro de 2002, sob o nº 2002.01.00.045107-3, ao qual não foi concedido o efeito

suspensivo pleiteado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e o recurso encontra-se aguardando inclusão em pauta para julgamento de mérito pela 6ª Turma do Tribunal.

Em data de 07 de dezembro de 2004 sobreveio despacho saneador nos autos principais em que o Juízo declara que a lide está sustentada em fatos que dependem de comprovação através de perícia técnica, manifestando a necessidade de realização da prova. A Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE peticionou nos autos tecendo esclarecimentos sobre a lide e concordando com a realização da perícia técnica.

A perícia foi realizada e o laudo pericial foi considerado favorável pela área de Comercialização/CEEE-GT e pela área Jurídica, tendo sua concordância em juízo, impugnando aspectos de menor importância em relação ao contexto geral. Houve também manifestação da outra parte. Em 17 de outubro de 2008 foi juntado aos autos cópia de decisão exarada na ação de objeto idêntico ajuizada pela AES Sul em face da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL com decisão favorável a Autora. A última movimentação do processo inclui a União no pólo passivo da ação, não tendo sido proferida ainda decisão de mérito do feito, estando os autos conclusos para decisão desde 30.04.2009.

PROCESSO CEEE Nº 3.555/2002

AÇÃO CAUTELAR

OBJETO:

Ação Cautelar Preparatória com pedido de liminar, para o fim de determinar que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE suspenda o andamento da liquidação financeira das

transações de energia elétrica prevista para o dia 22 de novembro de 2002, relativamente à parte Autora.

ANDAMENTO:

Foi deferida a medida liminar para que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE suspenda o andamento da liquidação das transações de energia elétrica prevista para o dia 22 de novembro de 2002, relativamente à Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE (período de setembro de 2000 a setembro de 2002), até ulterior deliberação do Juízo. Após, houve despacho do Juízo esclarecendo que as liquidações futuras em relação às operações realizadas nos meses de outubro a dezembro de 2002 não estão abrangidas pela decisão liminar.

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, interpôs agravo de instrumento autuado sob o nº 2002.03.00.051118-9 em data de 06 de dezembro de 2002, tendo sido indeferida a liminar

de efeito suspensivo pleiteada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE ante a ausência dos requisitos necessários ao acolhimento do pleito liminar, estando o processo concluso ao

Desembargador Relator desde 10 de junho de 2004, restando este agravo de instrumento baixado desde agosto de 2006.

Os últimos andamentos processuais na ação cautelar são relativos à despacho do Juízo em data de 06 de agosto de 2004, determinando prosseguimento na ação principal, e juntada de petição em 16 de dezembro de 2004.

AÇÃO ORDINÁRIA

OBJETO:

Ação Declaratória com Pedido Condenatório objetivando a declaração de nulidade do Despacho ANEEL nº 346/02, por infração aos princípios da legalidade e segurança jurídica, bem como condenação da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE a liquidar as contabilizações

do período de setembro de 2000 a outubro de 2002 somente mediante auditoria prévia dos programas computacionais utilizados pelo sistema de contabilização e liquidação, e das transferências de recursos entre os agentes participantes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, atendendo estritamente aos termos da Convenção de Mercado aprovada pela

Resolução ANEEL nº 102/02, que possibilite à Autora conferir e controlar a exata origem e o objeto do seu débito.

ANDAMENTO:

Ação Ordinária proposta em data de 19 de dezembro 2002 e autuada sob o nº 2002.61.00.029736-5. Em 10 de março de 2004 houve despacho do Juízo requerendo manifestação das partes sobre o pedido de ingresso no feito formulado por ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A E OUTROS como assistente da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. A Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE peticionou requerendo realização de prova pericial. Em 06 de agosto de 2004, houve despacho do Juízo determinando autuação em apenso das petições de impugnação à assistência simples, bem ainda determinando a apresentação de quesitos à prova pericial pela Autora, fins de aferir-se a pertinência da realização da prova pericial. A petição da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE com os quesitos foi apresentada em data de 13 de agosto de 2004. Em 29 de outubro de 2008 foram arbitrados pelo Juízo os valores referentes aos honorários periciais. Em 07 de novembro a Concessionária apresentou os quesitos para realização da perícia. A última movimentação processual foi a juntada de petição ocorrida no dia 13 de novembro de 2008. Em 23/09/2010 o laudo foi apresentado a Concessionária, tendo essa se manifestado contrariamente ao mesmo. O processo ainda não foi sentenciado.

SÉRGIO SOUZA DIAS
Diretor Presidente

GERSON CARRION DE OLIVEIRA
Diretor

LUIZ ANTONIO TIRELLO
Diretor

HALIKAN DANIEL DIAS
Diretor

RUBEM CIMA
Diretor

GILBERTO SILVA DA SILVEIRA
Diretor

MARCIA BEATRIZ GARCIA RODRIGUES
Contadora CRCRS 42897

CEEE DISTRIBUIÇÃO

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Em atendimento aos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, o Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Avenida Joaquim Porto Villanova, 201 – Prédio "A2", Porto Alegre-RS, inscrita no CNPJ sob nº 08.467.115/0001-00, declaram que:

1. Revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório da BDO Auditores Independentes, relativamente às Demonstrações Financeiras da CEEE-D referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010; e

2. Revisaram discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da CEEE-D relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010.

Porto Alegre, 24 de março de 2011.

SERGIO SOUZA DIAS
Diretor Presidente

GERSON CARRION DE OLIVEIRA
Diretor

HALIKAN DANIEL DIAS
Diretor

GILBERTO SILVA DA SILVEIRA
Diretor

RUBEM CIMA
Diretor

LUIZ ANTONIO TIRELLO
Diretor

CEEE DISTRIBUIÇÃO

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D
Porto Alegre - RS

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

CEEE DISTRIBUIÇÃO

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D
Porto Alegre - RS

OPINIÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB).

ÊNFASE

Conta de Resultado a Compensar (CRC)

Conforme descrito na nota explicativa número 17, a Companhia contabilizou o montante de R$ 2.064.645 nas demonstrações financeiras o valor é decorrente do trânsito em julgado em 31 de março de 2009 da decisão proferida nos autos da Ação Ordinária ajuizada em face da União Federal, onde foi reconhecido o direito de computar na Conta de Resultados a Compensar (CRC) os valores pagos a título de complementação/suplementação de aposentadoria com os servidores ex-autárquicos que integravam seu quadro. A Companhia aguarda designação do perito judicial, no processo de liquidação de sentença, o montante contabilizado está suportado pelo cálculo realizado por especialista contratado pela Administração em 31 de dezembro de 2009. Esse montante permanece no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 considerando que não houve nenhuma decisão em definitivo que alterasse os critérios de liquidação. Consequentemente, somente após a homologação dos cálculos do perito pelo juízo da liquidação será possível determinar os reflexos nas demonstrações financeiras, se houver, bem como a realização destes créditos, considerando que as formas de utilização do saldo credor da Conta de Resultados está disciplinada em lei federal (Lei n° 8.631/93).

CEEE DISTRIBUIÇÃO

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D
Porto Alegre - RS

Ativos e Passivos relativos às transações de venda e compra de energia realizada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica — CCEE

Conforme detalhado na nota explicativa nº 51.b às demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2010, a Companhia tem registrado no ativo não circulante valores a receber nos montantes de R$ 37.952 mil, referentes ao reembolso a receber da Revisão Tarifária Extraordinária e no passivo não circulante R$ 13.307 mil referentes a Encargos de Serviço do Sistema (ESS) e R$ 27.400 mil, relativos às transações de venda e compra de energia realizada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica — CCEE (anteriormente Mercado Atacadista de Energia Elétrica — MAE) ocorridas em exercícios anteriores. Esses valores foram registrados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE e podem estar sujeitos à modificação dependendo de decisão de processos judiciais em andamento movidos pela Companhia e por outras empresas do setor, relativos, em sua maioria, à interpretação das regras do mercado em vigor para aquele período. Os demais assuntos regulatórios que impactam as demonstrações financeiras estão descritos na nota explicativa nº 51 às demonstrações financeiras.

OUTROS ASSUNTOS

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

CEEE DISTRIBUIÇÃO

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D
Porto Alegre - RS

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 1° de março de 2010, que conteve ênfase sobre os mesmos assuntos descritos no tópico ênfase deste relatório.

Porto Alegre, 24 de março de 2011.

Paulo Ricardo Pinto Alaniz
Sócio-contador
CRC 1RS042460/O-3
BDO Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5 "S" RS

CEEE DISTRIBUIÇÃO

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, tendo analisado no decorrer do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, a gestão econômico-financeira da Empresa, bem como examinado o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Parecer dos Auditores Independentes, BDO Trevisan Auditores Independentes, e as informações complementares da Administração, opinam no sentido de que os documentos referidos representam a situação patrimonial e financeira da Companhia, naquela data, observadas as Ênfases contidas no Relatório dos Auditores Independentes, estando, portanto, em condições de serem submetidos à deliberação dos acionistas.

Porto Alegre, 24 de março de 2011.

Argeu da Silva Biam
Presidente

Fernando Magalhães Carroçal
Conselheiro

Rodrigo Vilella Ruiz
Conselheiro

Luiz Carlos Dias Garcia
Conselheiro

Vicente Paulo Matias de Britto Pereira
Conselheiro

CEEE DISTRIBUIÇÃO

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração, tendo examinado o Relatório da Administração o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado e respectivas Notas Explicativas, referentes ao Exercício de 2010, encerrado em 31 de dezembro de 2010, documentos esses assinados pelos administradores responsáveis pela Empresa, considerando os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, manifesta-se por unanimidade, pela aprovação dos referidos documentos e submete a matéria à apreciação dos Senhores Acionistas.

Porto Alegre, 21 de março de 2011

Claudemir Bragagnolo,
Presidente do Conselho de Administração.

Sérgio Souza Dias

Caleb Medeiros de Oliveira

Mari Ivane Oliveira Perusso

Sidney de Lago Júnior

Balthazar Balbo Garagorri Teixeira

Vicente José Rauber

Fabiano Pereira

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: MARCIA BEATRIZ GARCIA RODRIGUES DO AMARAL
REGISTRO.....	: RS-042897/O-5
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 318.743.200-04

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 30.03.2011 as 16:09:26.
Válido até: 26.09.2011.
Código de Controle: 95479.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

DICON/DDC/005/2011

Porto Alegre, 01 de abril de 2011.

Ilmo Senhor
João Batista dos Santos
Contadoria e Auditoria Geral do Estado – CAGE

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, concessionária do Serviço Público de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul, vem disponibilizar o Relatório de Administração, as Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas, Manifestação do Conselho de Administração, Parecer do Conselho Fiscal, Relatório do Auditor Independente e a comprovação de regularidade junto ao Conselho Regional de Contabilidade da Contadora responsável pelas Demonstrações, referentes ao exercício de 2010, devidamente assinadas.

Outrossim, informamos que disponibilizaremos a Ata da Assembleia Geral Ordinária aprovando as Demonstrações Financeiras em 29 de abril, data que ocorrerá o referido evento.

Atenciosamente,

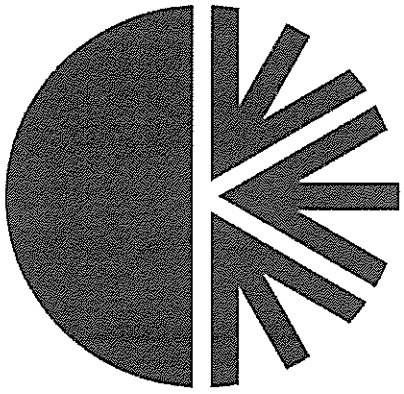
Elisângela Moura Rodrigues
Chefe do Departamento de Demonstrações Contábeis

VISTO:

Marcia Beatriz Garcia Rodrigues
Chefe da Divisão Contábil

Av. Joaquim Porto Villanova, 201- Prédio A
Bairro Jardim Carvalho - Porto Alegre - RS - Brasil
CEP 91410-400
www.ceee.com.br

Companhia Estadual de Energia Elétrica - Participações



CEEE
PARTICIPAÇÕES

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Conforme as Normas Internacionais de Contabilidade

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010, 2009 e 01 de Janeiro de 2009.

Valores expressos em milhares de reais.

Sumário

Relatório de Administração
Relatório de Administração 3

Demonstrações Financeiras
Balanços Patrimoniais 5
Demonstração dos Resultados 6
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido 7
Demonstração dos Fluxos de Caixa 8

Notas Explicativas
Notas Explicativas 9

Relatórios
Declaração dos Diretores da Companhia 109
Relatório dos Auditores Independentes 110
Parecer do Conselho Fiscal 114
Manifestação do Conselho de Administração 115

Relatório da Administração 2010

Senhores Acionistas

A Administração da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações - CEEE-Par, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, do Parecer do Conselho Fiscal, Manifestação do Conselho de Administração, e de um breve relato dos principais itens e questões relacionados à atividade da Companhia no ano de 2010.

1. Relatório da Administração

A Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-Par é a empresa controladora "holding" do Grupo CEEE que possui as controladas: a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT e a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, oriundas do processo de reestruturação da Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE.

A CEEE-Par tem por objeto, a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, bem como o desenvolvimento de atividades no setor energético, sob quaisquer de suas fontes, visando à exploração econômica e comercial de seu campo de atividade, mediante a construção e operação, dentre outros, de sistemas de geração, de transmissão, de distribuição, de comercialização de energia elétrica e de serviços correlatos.

2. Resultado do Exercício

A Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-Par encerrou o exercício de 2010 com um prejuízo de R$ 45,3 mil. Este resultado deve-se exclusivamente ao resultado da equivalência patrimonial dos investimentos nas concessionárias Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT e Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, que foram respectivamente R$ 142 milhões positivos e R$ 210,8 milhões negativos. Para obtenção do montante registrado a título de equivalência patrimonial, foi aplicado o percentual de 65,92% no resultado das investidas, percentual este condizente com a participação da CEEE-Par em ambas as controladas, ajustando-se o valor inicial registrado nos investimentos.

A Controlada CEEE-GT, após as deduções, destinou o lucro do exercício constituindo dividendos a pagar.

3. Auditores Independentes

A Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-Par informa que utiliza os serviços de Auditoria Independente da BDO Auditores Independentes na elaboração de suas Demonstrações Financeiras, cujo contrato foi assinado em 10 de abril de 2008 no valor de R$ 8,3 mil. O prazo de execução dos serviços é de 12 meses a contar da data de assinatura do instrumento, podendo haver renovações sucessivas, limitados ao máximo de 60 (sessenta) meses. O referido contrato foi aditado em 10 de novembro de 2008 para atender às exigências contidas na Lei 11.638/07, no valor de R$ 1,9 mil.

Relatório da Administração 2010

Em 22 de setembro de 2009, houve um novo aditamento ao contrato, a implantação das Normas Internacionais de Contabilidade, em 22 horas, no valor de R$ 1,9 mil. Em decorrência do acréscimo mencionado anteriormente, para efeitos legais, é dado ao presente contrato o valor de R$ 10,8 mil.

Em 10 de dezembro de 2010, foi aditado o referido contrato, em atendimento à Instrução nº 480/2009 expedida pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, NBC TA 600/2009, e a tradução das Demonstrações Financeiras para o idioma inglês, em 40 horas, no valor de R$ 3,6 mil. Em decorrência do acréscimo mencionado, o valor legal do contrato é de R$ 14,8 mil.

A BDO Auditores Independentes possui contratos para a prestação de serviços de auditoria externa com a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D no valor de R$ 232,9 mil) e com a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT no valor de R$ 272,8 mil, que são empresas resultantes da cisão da CEEE.

A política da CEEE-Par na contração de bens e serviços é elaborada através de licitação pública e quanto à contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto ao auditor independente fundamentam-se nos princípios de preservar a independência do auditor, quais sejam:

(a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho;
(b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e
(c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Os Auditores Independentes declaram que a prestação de serviços não afeta a independência e objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de Auditoria Externa, baseados no item n.º 1.2.10.6 m.2 da Resolução n.º 1.034/05 do Conselho Federal de Contabilidade.

Relatório da Administração 2010

Porto Alegre, 24 de março de 2011.

SERGIO SOUZA DIAS
Diretor Presidente

GERSON CARRION DE OLIVEIRA
Diretor

HALIKAN DANIEL DIAS
Diretor

GILBERTO SILVA DA SILVEIRA
Diretor

RUBEM CIMA
Diretor

LUIZ ANTONIO TIRELLO
Diretor

CEEE PARTICIPAÇÕES

Demonstrações Financeiras

Balanços Patrimoniais

para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010, 2009 e 01 de janeiro de 2009
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
		31/12/2010	31/12/2009 Reapresentado Conforme nota	01/01/2009 Reapresentado Conforme nota	31/12/2010	31/12/2009 Reapresentado Conforme nota	01/01/2009 Reapresentado Conforme nota
ATIVO							
CIRCULANTE							
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	-	-	-	58.133	144.103	42.771
Consumidores Concessionárias e Permissionárias	7	-	-	-	435.462	475.551	431.734
Títulos de Crédito a Receber	8	-	-	-	955	873	827
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8	-	-	-	(138.773)	(131.978)	(114.957)
Créditos Tributários	10	-	-	-	39.961	27.764	23.206
Estoques	11	-	-	-	19.443	19.871	21.656
Nota Técnica Revisão Reajuste Tarifário	13	-	-	-	44.958	45.527	43.725
Ativo Financeiro da Concessão	19	-	-	-	303.824	302.160	326.035
Outros Créditos a Receber	12	-	-	-	72.515	77.405	65.551
Pagamentos Antecipados	15	-	-	-	673	523	7.254
		-	-	-	883.362	962.741	858.153
NÃO CIRCULANTE							
Realizável a Longo Prazo							
Consumidores Concessionárias e Permissionárias	7	-	-	-	131.553	128.484	120.172
Comercialização de Energia no CCEE	16	-	-	-	161.843	67.942	65.105
Títulos de Crédito a Receber	8	-	-	-	644	806	1.114
Créditos Tributários	10	-	-	-	45.129	46.429	19.595
Aplicações Financeiras	6	-	-	-	7.811	25.755	25.511
Depósitos Judiciais	17	-	-	-	48.122	21.956	21.671
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	18	-	-	-	478.675	452.861	329.591
Outros Créditos a Receber	12	-	-	-	91.752	95.927	79.532
Conta de Resultados a Compensar - CRC	14	-	-	-	3.441.675	3.441.675	-
Ativo Financeiro da Concessão	19	-	-	-	814.096	722.171	566.135
Ativo Financeiro Indenizável	19	-	-	-	519.885	470.873	456.796
Bens a Direito Destinados a Alienação	29	-	-	-	2.260	3.145	3.257
Dividendos a Receber		36.711	32.778	4.360	-	-	-
		36.711	32.778	4.360	5.742.699	5.408.333	5.714.734
Ativos Biológicos	21	-	-	-	13.899	13.841	12.697
Investimentos							
Participações Societárias Permanentes	22	2.643.554	2.582.967	386.324	297.583	274.791	228.597
Outros Investimentos	22	-	-	-	20.314	21.326	22.185
		2.643.554	2.582.967	386.324	317.897	301.671	250.682
Imobilizado							
Imobilizado	23	-	-	-	526.439	572.334	521.902
		-	-	-	526.439	572.334	521.902
Intangível							
Intangíveis	24	-	-	-	453.975	420.825	432.545
		-	-	-	453.975	420.825	432.545
TOTAL DO ATIVO		2.680.265	2.615.745	390.684	7.938.253	7.795.551	7.340.631

	Nota Explicativa	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
		31/12/2010	31/12/2009 Reapresentado Conforme nota	01/01/2009 Reapresentado Conforme nota	31/12/2010	31/12/2009 Reapresentado Conforme nota	01/01/2009 Reapresentado Conforme nota
PASSIVO							
CIRCULANTE							
Fornecedores	27	-	-	-	288.688	165.467	245.764
Folha de Pagamento - Remunerações	28	-	-	-	25.022	22.853	19.912
Provisão para Dividendos		-	30.478	81.460	18.660	47.425	83.714
Tributos e Contribuições Sociais	26	-	-	-	72.554	84.528	84.382
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	37	-	-	-	231.231	248.625	222.317
Plano de Benefícios Pós Emprego	30	-	-	-	166.796	171.548	168.443
Obrigações Estimadas	31	-	-	-	34.688	36.795	32.572
Encargos do Consumidor a Recolher (RGR/CCC/CDE)	32	-	-	-	24.165	14.693	42.918
Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	33	-	-	-	248.556	217.859	185.238
Programas de Pesquisa e Desenvolvimento	34	-	-	-	30.415	66.434	78.178
Nota Técnica Revisão Reajuste Tarifário	36	-	-	-	23.514	24.579	33.958
Outros Passivos	35	-	-	-	64.157	67.511	74.207
Impostos de Renda e Contribuição Social Diferidos	18	-	-	-	15.573	15.573	15.573
		-	30.478	81.460	1.394.353	1.188.864	1.263.972
NÃO CIRCULANTE							
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	37	-	-	-	720.618	711.278	561.256
Comercialização de Energia no CCEE		-	-	-	113.668	113.668	113.668
Tributos e Contribuições Sociais	26	-	-	-	53.256	60.447	34.548
Plano de Benefícios Pós Emprego	30	-	-	-	944.102	982.479	966.165
Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	33	-	-	-	397.679	348.827	424.108
Programas de Pesquisa e Desenvolvimento	34	-	-	-	18.418	14.748	21.866
Receita Recebida Antecipadamente	38	-	-	-	30.396	77.213	83.606
Outros Passivos	35	-	-	-	134.723	103.087	84.712
Impostos de Renda e Contribuição Social Diferidos	18	-	-	-	91.103	81.633	103.752
		-	-	-	2.454.428	2.493.142	2.343.616
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	39						
Capital Social		316.803	289.625	289.625	316.803	289.625	289.625
Reserva de Incentivos Fiscais		2.281.642	2.281.642	-	2.281.642	2.281.642	-
Prejuízos Acumulados		(61.535)	(45.561)	(45.561)	(61.535)	(45.561)	(45.561)
Reserva de Lucros		23.263	23.263	17.737	23.263	23.263	17.737
Recursos Destinados a Aumento de Capital		-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial		117.255	136.536	153.623	117.255	136.536	153.623
		2.680.275	2.685.506	315.824	2.680.275	2.685.506	315.824
Participação dos não controladores		-	-	-	1.356.557	1.307.037	374.222
		2.680.275	2.685.506	315.824	4.044.832	4.072.543	533.143
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.680.275	2.715.984	397.284	7.893.613	7.754.551	3.940.631

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CEEE PARTICIPAÇÕES

Demonstração dos Resultados
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

	NOTA EXPLICATIVA	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2010	31/12/2009 Reapresentado conforme nota	31/12/2010	31/12/2009 Reapresentado conforme nota
Receita Operacional Líquida	40	-	-	2.611.154	2.462.483
Custo do Serviço de Energia Elétrica		-	-	(2.043.202)	(1.862.921)
Custo com Energia Elétrica		-	-	(1.096.047)	(1.035.914)
Custo com Energia Elétrica - Comprada de Terceiros	41	-	-	(897.652)	(841.057)
Encargo de Uso do Sistema		-	-	(198.395)	(194.857)
Custo de Operação	42	-	-	(947.155)	(827.007)
Pessoal e Administradores		-	-	(409.917)	(331.947)
Material		-	-	(31.005)	(24.428)
Serviço de Terceiros		-	-	(97.833)	(82.739)
Depreciação e Amortização		-	-	(68.064)	(68.821)
Custo de Construção		-	-	(240.577)	(224.958)
Amortização do Intangível da Concessão		-	-	(70.020)	(67.668)
Outros		-	-	(29.739)	(26.446)
Lucro Operacional Bruto		-	-	467.952	599.562
Despesas Operacionais		-	-	(593.735)	(608.057)
Despesas com Vendas	42	-	-	(29.755)	(34.930)
Despesas Gerais e Administrativas	42	-	-	(116.161)	(107.912)
Outras Despesas Operacionais	42	-	-	(447.819)	(465.215)
Outras Receitas		-	-	10.389	3.463.663
Conta de Resultado a Compensar - CRC	13	-	-	-	3.441.075
Outras Receitas	43	-	-	10.389	22.588
Outras Despesas	43	-	-	(29.192)	(16.154)
Resultado do Serviço		-	-	(144.586)	3.439.014
Resultado de Participações Societárias	22	(45.345)	2.306.371	20.303	21.951
Receita/Despesa Financeira	44	-	-	8.984	(6.130)
Resultado Operacional		(45.345)	2.306.371	(115.299)	3.454.835
Prejuízo/Lucro Líquido antes IR e CS		(45.345)	2.306.371	(115.299)	3.454.835
Imposto de Renda	45	-	-	43.429	32.803
Contribuição Social	45	-	-	3.082	11.105
Participação dos Não Controladores		-	-	23.443	(1.192.372)
Prejuízo/Lucro Líquido do Exercício		(45.345)	2.306.371	(45.345)	2.306.371

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CEEE PARTICIPAÇÕES

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	CONTROLADORA							
		Capital Social	Reserva de Incentivos Fiscais	Reserva de Lucros	Prejuízos Acumulados	Ajuste Avaliação Patrimonial	Total	Participação dos Não Controladores	Total
Saldos em 31/12/2008		208.165	-	17.737	-	-	225.902	156.649	382.551
Ajuste de Exercícios Anteriores:									
Ajustes adoção das novas práticas	5.2	-	-	-	(63.804)	155.823	92.019	47.573	139.592
Saldos em 01/01/2009 após adoção das novas práticas		208.165	-	17.737	(63.804)	155.823	317.921	204.222	522.143
Integralização de Capital		81.460	-	-	-	-	81.460	-	81.460
Lucro Líquido do Exercício	5.2	-	-	-	2.306.371	-	2.306.371	1.192.372	3.498.743
Destinação do Resultado:									
Reserva Legal		-		1.775	(1.775)	-	-	-	-
Reserva para Expansão		-		3.551	(3.551)	-	-	-	-
Reserva de Incentivos Fiscais		-	2.281.842	-	(2.281.842)	-	-	-	-
Proposta de Dividendos		-	-	-	(30.178)	-	(30.178)	(14.693)	(44.871)
							-		
Ajuste de Avaliação Patrimonial	5.2	-	-	-	29.218	(29.218)	-	-	-
Tributos Diferidos sobre a Avaliação Patrimonial	5.2	-	-	-	-	9.934	9.934	5.136	15.070
Saldos em 31/12/2009		289.625	2.281.842	23.063	(45.561)	136.539	2.685.508	1.387.037	4.072.545
Integralização de Capital		30.178	-	-	-	-	30.178	-	30.178
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	(45.345)	-	(45.345)	(23.443)	(68.788)
Ajuste de Avaliação Patrimonial		-	-	-	29.218	(29.218)	-	-	-
Tributos Diferidos sobre a Avaliação Patrimonial		-	-	-	-	9.934	9.934	5.136	15.070
Dividendos		-	-	-	-	-	-	(2.033)	(2.033)
SALDOS EM 31/12/2010		319.803	2.281.842	23.063	(61.688)	117.255	2.680.275	1.366.697	4.046.972

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CEEE PARTICIPAÇÕES

Demonstração dos Fluxos de Caixa
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009
(Valores expressos em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
ATIVIDADES OPERACIONAIS		Reapresentado conforme nota		Reapresentado conforme nota
Prejuízo / Lucro Líquido do Período	**(45.435)**	**2.306.371**	**(45.345)**	**2.306.371**
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa				
Variações Monetárias e Cambiais dos Empréstimos de Longo Prazo	-	-	39.391	26.024
Variações Monetárias e Cambiais do Passivo Não Circulante	-	-	4.848	65.596
Provisão Para Desvalorização de Ativos Permanentes	-	-	3.587	507
Amortização do Intangível da Concessão	-	-	70.020	67.668
Depreciação e Amortização de Bens do Ativo Imobilizado, Intangíveis e Investimentos	-	-	70.843	71.504
Resultado de Equivalência Patrimonial	45.435	(2.306.371)	(20.303)	(21.950)
Constituição de Provisão para Passivos Trabalhistas, Cíveis, Tributários e Benefícios Pós-Emprego e Outras	-	-	77.286	20.570
Constituição de Provisão Ex-Autárquicos	-	-	112.058	175.343
Constituição de Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	19.171	25.205
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-	-	(68.783)	(80.529)
Baixa de Ativo Imobilizado, Investimentos e Intangível	-	-	10.591	9.460
Apropriação de Créditos da Conta de Resultado a Compensar	-	-	-	(3.441.075)
Participação dos Não Controladores	-	-	(23.443)	1.192.372
GERAÇÃO BRUTA DE CAIXA	**-**	**-**	**249.921**	**417.066**
Variações no Ativo Circulante e Não Circulante	**(3.932)**	**(28.419)**	**(204.958)**	**(232.068)**
Concessionárias e Permissionárias	-	-	(21.275)	(39.084)
Títulos de Crédito a Receber	-	-	630	(38)
Créditos Tributários	-	-	(7.983)	(35.776)
Aplicações Financeiras de Longo Prazo	-	-	17.844	(144)
Estoques	-	-	3.428	2.085
Outros Créditos a Receber	-	-	48.550	(2.002)
Pagamentos Antecipados	-	-	(150)	6.741
Comercialização de Energia na CCEE	-	-	(75.901)	(837)
Depósitos Judiciais	-	-	(26.156)	(695)
Bens e Direitos Destinados à Alienação	-	-	755	112
Ativo Financeiro Indenizável	-	-	(140.768)	(133.811)
Dividendos a Receber	(3.932)	(28.419)	(3.932)	(28.419)
Variações no Passivo Circulante e Não Circulante	**(30.178)**	**(81.460)**	**(76.485)**	**(360.480)**
Fornecedores	-	-	65.437	(60.303)
Folha de Pagamento	-	-	2.169	3.678
Tributos e Contribuições Sociais	-	-	31.396	9.530
Benefícios Pós-Emprego	-	-	(165.328)	(178.076)
Obrigações Estimadas	-	-	18.898	3.213
Encargos do Consumidor a Recolher (RGR/CCC/CDE)	-	-	19.540	(27.403)
Encargos Parcelados	-	-	(16.686)	(45.916)
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	12.050	8.931
Provisão para Passivos Cíveis e Trabalhistas	-	-	(52.004)	(17.435)
Receita Recebida Antecipadamente			13.183	13.604
Outros Passivos	-	-	25.038	11.217
Provisão para Dividendos	(30.178)	(81.460)	(30.178)	(81.460)
Provisão para perdas com Equivalência Patrimonial	-	-	-	-
GERAÇÃO OPERACIONAL DE CAIXA	**(34.110)**	**(109.879)**	**(31.522)**	**(176.482)**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Caixa Líquido Aplicado em Investimentos	**3.932**	**28.419**	**(98.233)**	**(123.270)**
Aumento/Redução de Investimentos	3.932	28.419	(6.184)	(10.451)
Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	-	-	(18.633)	(26.412)
Aquisição de Ativo Intangível	-	-	(73.416)	(86.407)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Caixa Líquido Aplicado em Financiamentos	**30.178**	**81.460**	**43.805**	**400.084**
Incremento de Empréstimos e Financiamentos	-	-	269.829	579.671
Pagamento de Empréstimos e Financiamentos e Encargos de Dívidas	-	-	(256.202)	(261.047)
Integralização de Capital Social	30.178	81.460	30.178	81.460
Obrigações Especiais	-	-	-	-
Empréstimos - Partes Relacionadas	-	-	-	-
Geração Líquida de Caixa	**-**	**-**	**(85.950)**	**101.332**
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	144.103	42.771
Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	58.153	144.103

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

1. Contexto Operacional

A Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-Par é uma sociedade anônima de capital fechado, organizada em conformidade com a autorização concedida pela Lei Estadual nº 12.593, de 13 de setembro de 2006, rege-se por estatuto, bem como pela legislação aplicável.

A Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-Par, tem por objeto, a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, bem como o desenvolvimento de atividades no setor energético, sob quaisquer de suas fontes, visando à exploração econômica e comercial de seu campo de atividade, mediante a construção e operação, dentre outros, de sistemas de geração, de transmissão, de distribuição, de comercialização de energia elétrica e de serviços correlatos como prestar serviços de consultoria dentro de sua área de atuação, no Brasil ou no exterior, exercer atividades relacionadas direta ou indiretamente com seu objeto social e utilizar a infraestrutura das suas controladas para a prestação de serviços, visando a produção de outras receitas.

As atividades da CEEE-Par serão desenvolvidas diretamente ou por intermédio de empresas controladas ou subsidiárias integrais especialmente constituídas para tais fins ou, ainda, por empresas das quais participa a CEEE-Par, suas controladas ou subsidiárias, mediante deliberação do seu Conselho de Administração.

A CEEE-Par poderá também, participar de consórcios ou de sociedades com empresas privadas ou públicas, constituídas para o fim de desenvolver atividades que guardem identidade com as definidas em seu objeto social.

1.1. Autorização de Emissão das Demonstrações Financeiras

A autorização para conclusão das Demonstrações Financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração e Conselho Fiscal em 24 de março de 2011, conforme estabelece a Deliberação CVM nº 593 de 15 de setembro de 2009.

A CEEE – Par possui participação direta nas seguintes controladas, sendo seu acionista controlador o Estado do Rio Grande do Sul:

Empresas Controladas	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
1 - CEEE - GT	65,92%	65,92%	65,92%
2 - CEEE - D	65,92%	65,92%	65,92%

(1) Empresa geradora e transmissora de energia elétrica.

(2) Empresa distribuidora de energia elétrica.

2. Concessões

A Companhia possui o direito de explorar, indiretamente, as seguintes concessões e autorizações:

2.1 – Concessões de Geração

Usina	Unidades	Entrada em Operação	Potência Instalada, conforme contrato de Concessão 25/2000 (MW)	Potência Instalada conforme Resolução ANEEL 407/2000 (MW)	Localização da Casa de Força	Término da Concessão
UHE Itaúba	4	1978	512,40	500,00	Pinhal Grande	30/12/21
UHE Gov. Leonel de Moura Brizola	6	1962	180,00	180,00	Salto do Jacuí	16/11/15
UHE Passo Real	2	1973	158,00	158,00	Salto do Jacuí	16/11/15
UHE Canastra	2	1956	44,80	42,50	Canela	07/07/15
PCH Bugres	1	1952	11,70	11,12	Canela	07/07/15
UHE Ernestina	1	1957	4,96	4,80	Tio Hugo	16/11/15
PCH Capigui	3	1933	4,47	3,76	Passo Fundo	16/11/15
PCH Guarita	1	1953	1,76	1,76	Erval Seco	16/11/15
PCH Herval	2	1937	1,52	1,44	Santa Maria do Herval	16/11/15
PCH Santa Rosa	1	1955	1,53	1,40	Três de Maio	16/11/15
PCH Passo do Inferno	1	1948	1,49	1,33	São Francisco de Paula	16/11/15
PCH Forquilha	1	1950	1,12	1,00	Maximiliano de Almeida	16/11/15
PCH Toca	2	1929	1,00	1,088	São Francisco de Paula	07/07/15
PCH Ijuizinho	1	1950	1,12	1,00	Eugênio de Castro	16/11/15

2.2. Concessão de Transmissão

2.2.a. Contrato de Concessão nº 055/2001 – ANEEL

Em 01 de outubro de 2001 a CEEE - GT firmou o Contrato de Concessão nº 055/2001 - ANEEL para Transmissão de Energia Elétrica, com prazo de vigência até 07 de julho de 2015, detém a maioria de linhas de transmissão, subestações e instalações de conexão no estado do Rio Grande do Sul.

2.2.b. Contrato de Concessão nº 080/2002 - ANEEL

Em 19 de dezembro de 2002 a CEEE - GT firmou o Contrato de Concessão nº 080/2002 - ANEEL para Transmissão de Energia Elétrica da LT 230kV UPME x Pelotas 3, cujo prazo de vigência é até 19 de dezembro de 2032 .

2.2.c. Autorizações

Em 30 de setembro de 1999, a CEEE recebeu da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL autorização para exploração do Serviço Limitado Especializado, submodalidade Serviço de Circuito Especializado, em âmbito interno e internacional, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

2.3. Concessão de Distribuição

O Acordo de Concessão foi firmado em 25 de outubro de1999 através do Contrato de Concessão nº 081/1999 - ANEEL, alterado pelo 1º Termo Aditivo e 2º Termo Aditivo, de 17 de outubro de 2005 e 13 de abril de 2010, respectivamente, para distribuição de energia elétrica, no território do Estado do Rio Grande do Sul, atendendo em 72 municípios, com cerca de 1,47 milhões de unidades consumidoras cativas.

3. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

3.1. Bases de preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras

a) *Declaração de conformidade (com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil)*

As Demonstrações Financeiras Consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - IFRS emitidas pelo *International Accouting Standard Board* - IASB, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente "CPCs") emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Algumas informações adicionais estão sendo apresentadas em notas explicativas e quadros suplementares em atendimento às instruções contidas no Despacho nº 4.097, da SFF/ANEEL de 30/12/2010.

As Demonstrações Financeiras individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, e que diferem das normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, pelo método de equivalência patrimonial, conforme requerido pelo ICPC 09, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Os efeitos da adoção inicial dos Pronunciamentos convergentes as IFRSs estão detalhados na nota explicativa nº 5.

b) Base de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, reconhecido no balanço patrimonial.

c) Moeda de apresentação

As Demonstrações Financeiras são apresentadas em Reais (R$). Todas as informações financeiras foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

3.2. Uso de Estimativas

A preparação das Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração realize estimativas para determinação e registro de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre suas demonstrações financeiras. Tais estimativas são feitas com base no princípio da continuidade e suportadas pela melhor informação disponível na data da apresentação das Demonstrações Financeiras, bem como na experiência da Administração. As estimativas são revisadas quando novas informações se tornam disponíveis ou as situações em que estavam baseadas se alterem. As estimativas podem vir a divergir para com o resultado real. As principais estimativas incluídas nas Demonstrações Financeiras são:

- Vida útil do ativo intangível;
- Transações e venda de energia elétrica na CCEE;
- Provisões para créditos de liquidação duvidosa;
- Passivos contingentes;
- Planos de aposentadoria e benefícios pós-emprego;
- Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos;
- Ativo financeiro indenizável e da Concessão;
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo.;
- Vida útil do ativo imobilizado;
- Receita de fornecimento e uso da rede de distribuição não faturada.

4. Principais Práticas Contábeis Adotadas pela Companhia e suas Controladas

4.1. Ativos e Passivos Financeiros

a) Reconhecimento e mensuração

A Companhia reconhece os instrumentos financeiros nas suas Demonstrações Financeiras somente quando, ela se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação são transferidos.

b) Classificação

A Companhia classifica os ativos e passivos financeiros sob as seguintes categorias:

1. Mensurados ao valor justo por meio do resultado: são instrumentos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda a curto prazo. Ativos financeiros registrados pelo seu valor justo por meio do

resultado são medidos pelo seu valor justo e mudanças no valor justo destes ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

2. Mantidos até o vencimento: são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

3. Empréstimos e recebíveis: são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos determináveis que não estão cotados em mercado ativo. Estes ativos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes e outros créditos, incluindo os recebíveis de contrato de concessão à titulo de indenização ao final do contrato de concessão.

4. Disponível para venda: são ativos financeiros não derivativos designados nessa categoria ou que não se classificam em nenhuma das categorias acima. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

5. Não destinados a negociação: são todos os passivos financeiros não derivativos que não foram classificados como passivos a valor justo com ajuste no resultado. Estes passivos financeiros são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

4.2. Regime de Competência

A Companhia reconhece as receitas e despesas pelo regime de competência.

4.3. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis. Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. A mesma definição é utilizada na Demonstração do Fluxo de Caixa.

4.4. Aplicações Financeiras

Na conta de aplicações financeiras estão reconhecidas as operações financeiras e certificados de depósitos bancários com prazo de vencimento superior a 12 meses, que estão a valor de custo ou de emissão, atualizados conforme disposições legais ou contratuais.

4.5. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Incluem o fornecimento de energia elétrica faturada e a faturar a consumidores finais, uso da rede, serviços prestados, acréscimos moratórios, suprimento de energia elétrica e encargos de uso da rede, bem como as vendas de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, conforme informações disponibilizadas pela referida Câmara.

4.6. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Baseia-se em critérios específicos do setor elétrico no que diz respeito à antiguidade de vencimento das faturas, além de efetuar a análise criteriosa onde contempla fatores como: existência de garantias reais do não recebimento, histórico de inadimplência dos consumidores, parcelamentos de débitos vigentes, devedores em situação de concordata ou análise de valores que estão sob discussão judicial. Foi constituída provisão por valor considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos com consumidores, concessionários e permissionários.

4.7. Redução ao Valor Recuperável de Ativos (impairment)

a) Ativos Financeiros

A Companhia avalia, anualmente, se existem evidências que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável dos seus Ativos Financeiros. Identificando estas evidências, o valor recuperável dos ativos é estimado e se o valor contábil exceder o valor recuperável, o valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão.

Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado. Quando um ativo financeiro classificado como disponível para venda é considerado irrecuperável, os ganhos e as perdas acumulados reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

b) Ativos Não Financeiros

A Companhia avalia anualmente se existem evidências que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável dos seus Ativos Não Financeiros. Sendo tais evidências identificadas, o valor recuperável dos ativos é estimado e se o valor contábil exceder o valor recuperável é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

O valor contábil de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

4.8. Ajuste a Valor Presente

Os ativos e passivos de longo prazo, bem como os de curto prazo, caso relevante, são ajustados a valor presente. Os principais efeitos apurados estão relacionados com a rubrica "Consumidores". As

taxas de descontos utilizadas refletem as taxas para riscos e prazos semelhantes às praticadas pelo mercado.

4.9. Estoques (inclusive do ativo intangível em curso)

Os materiais em estoque classificados no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativos) e aqueles utilizados na prestação dos serviços de construção e melhorias classificados no ativo intangível em curso (depósito de obra) estão registrados ao custo médio de aquisição, deduzidos dos impostos recuperáveis e de perda estimada para ajustá-lo a valor realizável líquido quando este for menor que seu custo de aquisição. A Companhia, periodicamente, avalia seus itens de estoque quanto à sua obsolescência ou possível redução de valor. A quantia de qualquer redução dos estoques para o valor realizável líquido e todas as perdas de estoque são reconhecidas como despesa do período em que a redução ou a perda ocorreram.

4.10. Subvenção e Assistência Governamental

A partir de 01/01/2008, as subvenções governamentais, se recebidas, serão reconhecidas como receita ao longo do período, confrontadas com as despesas que pretende compensar em uma base sistemática. Os valores a serem apropriados no resultado serão destinados à Reserva de Incentivos Fiscais. A Companhia, atualmente, possui registrado em suas Demonstrações Financeiras a Conta de Resultados a Compensar – CRC, conforme Lei nº 8.631/93.

4.11. Bens e Direitos Destinados à Alienação

Os bens e direitos destinados à alienação são classificados como *mantidos para venda* caso o seu valor contábil seja recuperado, principalmente, por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando a venda é provável e o ativo não circulante estiver disponível para venda imediata em sua condição atual. Os ativos não circulantes classificados, como destinados à venda, são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor justo menos o custo de venda.

4.12. Ativos Biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo. As alterações no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício em que ocorreram. A madeira em pé, utilizada na prestação de serviços de construção e melhoria do Contrato de Concessão, é transferida para o custo de construção pelo seu valor justo na data de corte.

4.13. Investimentos

a) Investimentos em Coligadas

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em um empreendimento sob controle comum ("joint venture"). A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20 e 50 por cento do capital votante de outra entidade e/ou tem o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.
Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da coligada.
Quando a participação da Companhia nos prejuízos de uma investida cujo patrimônio líquido tenha sido contabilizado exceda a sua participação acionária, pelo método de equivalência patrimonial, o

valor contábil daquela participação acionária, incluindo quaisquer investimentos de longo prazo, é reduzido a zero.

b) Participações em Empreendimentos em Conjunto ("joint ventures")

Uma "joint venture" é um acordo contratual através do qual a Companhia e outras partes exercem uma atividade econômica sujeita a controle conjunto, situação em que as decisões sobre políticas financeiras e operacionais estratégicas relacionadas às atividades da "joint venture" requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle. Quando a Companhia exerce diretamente suas atividades por meio de uma "joint venture", a participação da Concessionária nos ativos controlados em conjunto e quaisquer passivos incorridos em conjunto com os demais controladores é reconhecida nas demonstrações financeiras da respectiva empresa e classificada de acordo com sua natureza. Os passivos e gastos incorridos diretamente relacionados a participações nos ativos controlados em conjunto são contabilizados pelo regime de competência.
Qualquer ganho proveniente da venda ou do uso da participação da Companhia nos rendimentos dos ativos controlados em conjunto e sua participação em quaisquer despesas incorridas pela "joint venture" são reconhecidos quando for provável que os benefícios econômicos associados às transações serão transferidos para a/da Companhia e seu valor puder ser mensurado de forma confiável.

c) Entidades de Propósito Específico (EPEs)

Uma Entidade de Propósito Específico é consolidada caso a Companhia conclua, após avaliação da essência do relacionamento e dos riscos e benefícios advindos da EPE, que ela a controla. O controle pode existir mesmo em casos em que a Companhia detenha pequena ou nenhuma parcela do patrimônio líquido da EPE. A aplicação do conceito de controle exige, em cada caso, julgamento no contexto de todos os fatores relevantes.

d) Outros Investimentos

Nesta rubrica incluem-se as propriedades para investimentos que representam os bens não utilizados no objetivo da concessão, mantidos para valorização ou renda.

4.14. Contratos de Concessão

Os Contratos de Concessão da distribuidora são reconhecidos como ativo intangível e ativo financeiro. O valor do ativo intangível dos contratos de concessão representa o valor dos serviços de construção e melhorias que será recebido através da cobrança dos usuários via tarifa de energia elétrica. O custo dos serviços de construção e melhorias compreende o preço de aquisição dos materiais e serviços (acrescido de impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos) e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar a infraestrutura à serviço da concessão no local e condição necessária para este ser capaz de funcionar da forma determinada no Contrato de Concessão. O ativo financeiro refere-se ao valor dos serviços de construção e melhorias realizados e previstos no contrato de concessão e que será recebido através de indenização ao final da concessão, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão e a Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de Concessão. Ele é reconhecido pelo valor residual dos bens individuais ao final da concessão não amortizado e o valor somente é alterado por meio de, adições, baixas e transferências, ao longo do prazo de concessão.

A amortização do ativo intangível dos contratos de concessão é calculada pela taxa de depreciação regulatória dos bens individuais. A amortização é reconhecida na rubrica de custo de operação e despesas operacionais.

Os Contratos de Concessão de transmissão são reconhecidos como Ativo Financeiro. O valor do Ativo Financeiro representa o valor dos serviços de construção e melhorias, que será recebido através da Receita Anual Permitida e compreende o preço de aquisição dos materiais e serviços (acrescido de impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos) e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar a infraestrutura à serviço da concessão no local e condição necessária para este ser capaz de funcionar da forma determinada no Contrato de Concessão, líquidos de amortização e acrescidos de atualização.

A amortização do Ativo Financeiro dos contratos de concessão é estimada com base em premissa adotada pela Administração para segregar da Receita Anual Permitida o valor determinado para cobrir a remuneração e a reintegração dos investimentos realizados. A atualização do Ativo Financeiro é calculada com base na taxa efetiva de juros.

4.15. Imobilizado

O Imobilizado reconhece os ativos do segmento de Geração a custo atribuído e os bens e da Administração mantidos a custo histórico.

a) Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment)* acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos.

b) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item, caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

c) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas pelo Órgão Regulador, para cada parte de um item do imobilizado, visto que esse método é aceito como o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

4.16. Intangível

a) Intangível da Concessão

Incluem o direito de cobrar os usuários dos serviços pela construção e melhorias realizadas na infraestrutura à serviço da concessão de distribuição de energia elétrica. A amortização reflete as taxas de depreciação regulatória aplicadas aos bens individuais, que é a forma como a Companhia recupera estes investimentos através da tarifa de energia elétrica e é reconhecida na rubrica de custo de operação e despesas operacionais.

b) Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Incluem basicamente softwares e direitos desta natureza.

c) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

d)) Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas pelo Órgão Regulador para os ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

4.17. Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

Representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimento no serviço público de energia elétrica, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão. Essas obrigações estão registradas em grupo específico no passivo não circulante e estão sendo apresentadas como dedução do ativo financeiro e ativo intangível da concessão, dadas suas características de aporte financeiro com fins específicos de financiamentos para obras da infraestrutura à serviço da concessão.

4.18. Arrendamento Mercantil

Os arrendamentos mercantis são segregados entre os operacionais e os financeiros. Quando o arrendamento é classificado como financeiro, ou seja, seus riscos e benefícios são transferidos, este é reconhecido como um ativo e mensurado inicialmente pelo seu valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos, entre eles o menor, e depreciados normalmente. O passivo subjacente é amortizado utilizando a taxa efetiva de juros.

4.19. Valor Justo

a. Empréstimos, Recebíveis e Outros Créditos: é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. A Companhia entende que os valores contábeis na data de transição dos recebíveis de contratos de concessão de serviços representam a melhor estimativa do seu valor justo. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

b. Ativos Biológicos: (madeira em pé) é baseado no preço de mercado dos volumes de madeira recuperável estimados. Os preços dos ativos biológicos, denominados em R$/m³ são obtidos através de pesquisa de preço de mercado divulgadas por empresas especializadas além da cotação dos preços praticados em mercado ativo para itens semelhantes.

c. Ativos Intangíveis recebidos como remuneração pela prestação de serviços de construção em um contrato de concessão de serviços: é estimado pela referência ao valor justo dos serviços de construção prestados. O valor justo dos serviços de construção prestados é calculado como o custo estimado total acrescido de uma margem de lucro de 0%, pois a Companhia considera que o atual modelo de regulação do setor elétrico não prevê margem para os serviços de construção e melhorias na determinação da tarifa de energia elétrica. Quando a Companhia recebe um ativo intangível e um ativo financeiro como remuneração pela prestação de serviços de construção em um acordo de concessão de serviços, ela estima o valor justo do ativo intangível como a diferença entre o valor justo dos serviços de construção prestados e o valor justo do ativo financeiro recebido.

d. Ativo Imobilizado: é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado. Os valores justos do imobilizado referente à infraestrutura de geração vinculada a uma concessão são limitados aos valores de recuperação admitidos pelo Órgão Regulador.

e. Outros Ativos e Passivos Financeiros: o valor justo de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros disponíveis para venda é apurado por referência aos seus preços de fechamento apurado na data de apresentação das demonstrações financeiras. O valor justo de investimentos mantidos até o vencimento é apurado somente para fins de divulgação.

f. Passivos Financeiros Não Destinados à Negociação: é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

4.20. Empréstimos e Financiamentos e Outras Captações

Estão atualizados pela variação monetária e/ou cambial, juros e encargos financeiros, determinados em cada contrato, incorridos até a data de encerramento do balanço. Os custos de transação estão deduzidos dos empréstimos e financiamentos correspondentes. Esses ajustes são apropriados ao resultado pela taxa efetiva de juros do período em despesas financeiras, exceto pela parte apropriada ao custo do ativo intangível em curso.

4.21. Provisões para Contingências

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de um evento passado, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável sendo provável uma saída de recursos. O montante da provisão reconhecida é a melhor estimativa da Administração e dos assessores legais, baseados em pareceres jurídicos sobre os processos existentes e do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço. Quando a provisão envolve uma grande população, a obrigação é estimada ponderando todos os possíveis desfechos pelas suas probabilidades associadas. Para uma obrigação única, a mensuração se baseia no desfecho mais provável.

4.22. Outros Ativos e Passivos

Os outros ativos e passivos circulantes e não circulantes, que estão sujeitos à variação monetária ou cambial por força de legislação ou cláusulas contratuais, estão atualizados com base nos índices

previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores na data das Demonstrações Financeiras, os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação sendo os ativos reduzidos de provisão para perda e/ou ajuste a valor presente quando aplicável.

4.23. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda corrente é calculado e contabilizado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10% para o lucro que exceder R$ 240 e a Contribuição Social à alíquota de 9%, calculada e escriturada sobre o lucro ajustado antes do Imposto de Renda, na forma da legislação vigente.
Sobre as diferenças temporárias são constituídos impostos diferidos. Os ativos e passivos diferidos são registrados nos ativos e passivos não circulantes. Os impostos diferidos serão realizados com base nas alíquotas que se espera serem aplicáveis no período que o ativo será realizado ou o passivo liquidado. Os ativos e passivos não são descontados a valor presente. Os prejuízos fiscais de Imposto de Renda e bases negativas de contribuição social podem ser compensados anualmente, observando-se o limite de até 30% do lucro tributável para o exercício.
A Companhia está sobre a regência do Regime Tributário de Transição - RTT, que prescreve a neutralidade fiscal no cálculo dos tributos federais, expurgando os efeitos da aplicação dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pelas alterações na Lei 6.404/76. O regime foi de caráter optativo no biênio 2008-2009, e passou a ser obrigatório para o exercício de 2010, nos termos da Lei 11.941/09.

4.24. Benefícios Pós-Emprego

As obrigações futuras, estimadas com base na avaliação atuarial, elaborada anualmente por atuário independente, são registradas para cobrir os gastos com plano de previdência, complementação de aposentadoria incentivada, aposentados ex-autárquicos e contribuições para o fundo de pensão dos funcionários. O custo do serviço passado do plano de contribuição definida implantado em outubro de 2002 está sendo reconhecido no resultado no tempo remanescente de serviço dos empregados, conforme item 96 do CPC 33, aprovado pela Deliberação CVM n° 600 de 09 de Outubro de 2009.

4.25. Registro de Compra e Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

As compras (custo de energia comprada) e as vendas (receita de suprimento) são registradas pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas pela CCEE, entidade responsável pela apuração das operações de compra e venda de energia. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil pela CCEE, os valores são estimados pela Administração da Companhia, utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado.

4.26. Informações Sobre Quantidade de Ações e Resultado por Ação

O resultado básico por ação deve ser calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do exercício (o numerador) pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas, menos as mantidas em tesouraria (denominador).

4.27. Apuração do Resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime contábil de competência de cada exercício apresentado. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras.

4.28. Reconhecimento da Receita

a) Receita da Geração

A receita do segmento de Geração é reconhecida mensalmente pelo faturamento dos contratos firmados tanto em ambiente regulado como em ambiente livre, os quais são pactuados através de leilões de energia e prevêem o fornecimento de uma determinada quantidade de energia em megawatt-hora por um determinado período de tempo, geralmente por vários períodos de um ano. Os valores a serem faturados mensalmente são pré-estabelecidos nos contratos, sendo que no ambiente regulado, as variações de demanda e fornecimento são acompanhadas e ajustadas mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Já no ambiente livre, as oscilações ocorridas nas quantidades de energia demandadas ou fornecidas são acordadas entre as partes do contrato, considerando os devidos ajustes no faturamento mensal.

b) Receita da Transmissão

No segmento de Transmissão o reconhecimento da receita é efetuado mediante rateio realizado pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, mensalmente. Este rateio considera as instalações de todas as Transmissoras como um grande condomínio, onde os ativos (instalações) são remunerados através do número de acessantes à rede básica (RBSE) e às demais instalações da transmissão (DITs). O faturamento tem como princípio o cálculo da Receita Anual Permitida - RAP homologadas pela ANEEL para as instalações autorizadas e ou licitadas que se encontram em operação pela concessionária.
As receitas contabilizadas em forma de degrau pelo segmento de transmissão de energia elétrica foram ajustadas de forma linear, ao longo de vigência dos contratos de concessão em atendimento ao CPC 30.

c) Receita de Fornecimento da Distribuidora

O reconhecimento da receita de fornecimento dá-se pelo faturamento mensal, conforme quantidades medidas de energia fornecida e preços homologados, com os respectivos impostos que compõem o cálculo do preço da tarifa.

d) Receita não Faturada da Distribuidora

O valor refere-se ao fornecimento de energia elétrica e de uso de rede de distribuição não faturados, calculados em base de estimativas, referente ao período posterior a medição mensal e até o último dia do mês.

e) Receita de Construção

A Companhia reconhece a receita de construção referente aos serviços de construções e melhorias previstos no contrato de concessão com base no estágio de conclusão das obras realizadas. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados, ou quando não puder ser medido de maneira confiável, até o limite dos custos reconhecidos na condição de que os custos incorridos possam ser recuperados.

f) Receita Financeira

A Receita Financeira referente à atualização dos recebíveis de contratos de concessão é reconhecida com base no método da taxa efetiva de juros.

g) Reconhecimento dos Ajustes da Receita conforme Nota Técnica de Revisão ou Reajuste Tarifário da Distribuidora

Anualmente, através da Nota Técnica de Revisão ou Reajuste Tarifário, homologada pela Agência Reguladora, é determinado o percentual a ser aplicado na tarifa da Distribuidora, além disso, nessa nota estão detalhados os itens financeiros e itens de CVA que sofreram alterações. A Companhia reconhece esse ajuste de receita no momento da homologação da Nota Técnica e amortiza esses saldos em 12 (doze) meses.

4.29. Transações com Partes Relacionadas

As operações com partes relacionadas têm regras específicas para cada tipo de transação e são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes. Os detalhes dessas operações estão descritos na nota explicativa nº 46.

4.30. Informações por Segmento

As informações por segmentos operacionais evidenciam as atividades de negócio dos quais podem obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes do mesmo Grupo, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela Administração da Companhia.

4.31. Questões Ambientais

A Companhia capitaliza gastos referentes a demandas ambientais correspondentes aos estudos de impacto do meio ambiente, exigidos pelos órgãos públicos competentes, para obtenção das licenças que permitirão a construção e instalação de novos empreendimentos, além daqueles referentes às compensações que devem ser realizados para executar o projeto, visando reparar, atenuar ou evitar danos ao meio ambiente onde será realizado o empreendimento. Os gastos relacionados à questões ambientais posteriores a entrada em operação do empreendimento são registrados como resultado do exercício em que ocorreram.
Os projetos para construção e instalação de novos empreendimentos são identificados e monitorados pelos órgãos ambientais fiscalizadores, tais como Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA, Fundação Estadual de Proteção Ambiental - FEPAM, Secretaria Municipal do Meio Ambiente – SEMA e ONGs.

4.32. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas normas, emendas e interpretações IFRSs emitidas pelo IASB (*International Accounting Standards Board)* ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31/12/2010, sendo elas:

- Emenda da IAS 12 – Tributos sobre o lucro (CPC 32): recuperação de ativos mensurados pelo valor justo, aplicável a partir de 01/01/2012.
- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros: classificação de ativos financeiros e contabilização de passivos financeiros designados como mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Aplicável a partir de 01/01/2013.
- Ativos e Passivos Regulatórios - encontra-se em audiência pública no *International Accouting Standards Board – IASB o* pronunciamento que trata sobre Ativos e Passivos Regulatórios. As entidades reguladas devem cumprir as exigências dos IFRSs assim como qualquer outra entidade, portanto, embora os órgãos reguladores possam determinar a época para a recuperação de custos ou para o pagamento de reembolsos nas tarifas, eles não podem mudar as características dos ativos e passivos que existiriam de acordo com o IFRS.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes às IFRSs acima citadas. A adoção antecipada destes pronunciamentos está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A Companhia não estimou a extensão do impacto destas novas normas em suas Demonstrações Financeiras.

5. Primeira Adoção dos CPCs Convergentes às IFRSs

Algumas reclassificações e correções foram efetuadas para melhor apresentação das Demonstrações Financeiras comparativas, de acordo com o estabelecido no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

5.1. Normas e interpretações aplicadas nas Demonstrações Financeiras

A Companhia adotou as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis descritas abaixo no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, inclusive para o período comparativo de 31 de dezembro de 2009 e no balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2009. A aplicação destas normas ("novas normas") impactou montantes apresentados nas Demonstrações Financeiras da controladora e de suas controladas, conforme apresentado abaixo:

5.1.1. Normas e interpretações aplicadas aos saldos do exercício corrente (e/ou exercícios anteriores)

Pronunciamento	Norma Internacional	Deliberação CVM	Sumário
	.....	539/08	Estrutura conceitual (framework)
CPC 01(R1)	IAS 36	639/10	Redução ao valor recuperável de ativos
CPC 07 (R1)	IAS 20	546/10	Subvenção e assistência governamentais
CPC 08 (R1)	IAS 39	649/10	Custos de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários
CPC 12	.....	564/08	Ajuste a valor presente
CPC 13	.....	565/08	Adoção inicial da lei nº. 11.638/07 e da medida provisória nº. 449/08
CPC 17	IAS 11	576/09	Contratos de construção
CPC 27	IAS 16	583/09	Ativo imobilizado
CPC 29	IAS 41	596/09	Ativo biológico e produto agrícola
CPC 30	IAS 18	597/09	Receitas
CPC 37 (R1)	IFRS 1	647/10	Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade
CPC 43 (R1)	IFRS 1	651/10	Adoção inicial dos pronunciamentos técnicos CPC 15 a 40
ICPC 01	IFRIC 12	611/09	Contratos de Concessão
OCPC 05	IFRIC 12	654/10	Contratos de Concessão

5.1.2. Normas e interpretações que afetam a apresentação e divulgação

Pronunciamento	Norma Internacional	Deliberação CVM	Sumário
CPC 03 (R2)	IAS 7	641/10	Demonstração dos fluxos de caixa
CPC 09	.....	557/08	Demonstração do valor adicionado
CPC 23	IAS 8	592/09	Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro
CPC 26	IAS 1	595/09	Apresentação das Demonstrações Financeiras
CPC 33	IAS 19	600/09	Benefícios a empregados
CPC 39	IAS 32	604/09	Instrumentos financeiros: apresentação
CPC 41	IAS 33	636/10	Resultado por ação
ICPC 08	.....	601/09	Contabilização da proposta de pagamento de dividendos

Pronunciamento	Norma Internacional	Deliberação CVM	Sumário
ICPC 09	.....	618/09	Demonstrações Financeiras individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial
OCPC 03	IAS 32 E IAS 39	Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2009	Instrumentos financeiros: reconhecimento, mensuração e evidenciação

5.2. Impactos da adoção dos CPCs

A Companhia adotou a data de transição como 01/01/2009 (Balanço de Abertura), assim, as últimas Demonstrações Financeiras pelas práticas contábeis anteriores foram as referentes ao exercício findo em 31/12/2008. Nas notas a seguir, é apresentada uma reconciliação das demonstrações financeiras e os ajustes requeridos pela primeira adoção dos CPCs, convergentes as IFRSs, segundo o CPC 37 (R1) que trata da adoção inicial das normas internacionais de relatório financeiro.

5.3. Reconciliação do Balanço Patrimonial e Resultados do Exercício da Controladora de 31/12/2009 e 01/01/2009

5.3.1 Controladora

BALANÇO PATRIMONIAL	Nota Explicativa	CONTROLADORA 31/12/2008 Publicado	Impactos IFRS e Reclassificações	CONTROLADORA 01/01/2009 Ajustado	CONTROLADORA 31/12/2009 Publicado	Impactos IFRS e Reclassificações	CONTROLADORA 31/12/2009 Ajustado
ATIVO NÃO CIRCULANTE							
Dividendos a Receber	-	4.360	-	4.360	32.779	-	32.779
Investimentos							
Participações Societárias Permanentes	(a)	303.002	172.292	475.294	2.578.444	174.801	2.753.245
		307.362	172.292	479.654	2.611.223	174.801	2.786.024
TOTAL		307.362	172.292	479.654	2.611.223	174.801	2.786.024
PASSIVO CIRCULANTE		81.460	9.934	91.394	30.178	9.934	40.112
Provisão para Dividendos	-	81.460	-	81.460	30.178	-	30.178
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(b)	-	9.934	9.934	-	9.934	9.934
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		-	70.339	70.339	-	60.404	60.404
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(b)	-	70.339	70.339	-	60.404	60.404
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		225.902	92.019	317.921	2.581.045	104.463	2.685.508
Capital Social	-	208.165	-	208.165	289.625	-	289.625
Reserva de Incentivos Fiscais	(a)	-	-	-	2.268.357	13.485	2.281.842
Reserva de Lucros	-	17.737	-	17.737	23.063	-	23.063
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(b)		155.823	155.823	-	136.539	136.539
Prejuízos Acumulados	(a)	-	(63.804)	(63.804)	-	(45.561)	(45.561)
TOTAL		307.362	172.292	479.654	2.611.223	174.801	2.786.024

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	Nota Explicativa	CONTROLADORA 31/12/2009 Publicado	Impactos IFRS e Reclassificações	CONTROLADORA 31/12/2009 Ajustado
Resultado de Participações Societárias	(a)	2.303.861	2.510	2.306.371
LUCRO DO EXERCÍCIO		2.303.861	2.510	2.306.371

a. Os valores referem-se a ajustes de equivalência patrimonial decorrentes da adoção das normas internacionais nas controladas.

b. Os valores referem-se à adoção do custo atribuído para os ativos de Geração descontado dos tributos diferidos.

5.3.2 Reconciliação do Patrimônio Líquido das Controladas

	Nota Explicativa	01/01/2009		31/12/2009	
		CEEE - D	CEEE - GT	CEEE - D	CEEE - GT
Patrimônio Líquido - Originalmente Divulgado		24.870	434.781	1.957.659	1.974.272
Desreconhecimento de Ativos e Passivos Regulatórios	a	(13.611)		7.982	
Custos de Transação Banco Máxima	b			2.766	
Ativos Biológicos	c	6.886		9.709	
Receita Recebida Antecipadamente	d		(102.504)		(124.680)
Efeitos dos Tributos sobre os Ajustes de Linearização	e		38.895		47.467
Ajuste de Avaliação Patrimonial	f		236.381		207.129
Investimentos	g		(32.873)		(39.425)
Ativo Financeiro da Concessão	h		6.418		47.522
Total dos Ajustes		(6.725)	146.317	20.457	138.013
Patrimônio Líquido Ajustado		18.145	581.098	1.978.116	2.112.285

a. O ajuste referente ao desreconhecimento ativos e passivos regulatórios causou um aumento no patrimônio líquido de R$ 7.982 em 31/12/2009 ((R$ 13.611) em 01/01/2009).

b. O reconhecimento do custo de transação do Banco Máxima causou um aumento de R$ 2.766 no patrimônio líquido em 31/12/2009.

c. O reconhecimento do valor justo dos Hortos Florestais causou um aumento no Patrimônio Líquido de R$ 6.886 (R$ 9.709 em 01/01/2009).

d. A contabilização da receita da linearização no valor de R$ 124.680 (R$ 102.504 em 01/01/2009).

e. Refere-se a tributos que incidiram sobre a receita da linearização no montante de R$ 47.467 (R$ 38.395 em 01/01/2009).

f. Refere-se à adoção do custo atribuído para os ativos de geração R$ 358.154, descontado dos tributos diferidos R$ 121.773. Em 2009 a realização do ajuste de avaliação patrimonial através da depreciação foi de R$ 44.322 e dos impostos diferido foi de R$ 15.070.

g. Refere-se à baixa de despesas capitalizadas no empreendimento UHE Dona Francisca (R$ 32.873) e em ações de preservação e proteção ambiental (R$ 4.188), além de ajustes nos ganhos/perdas em investimentos avaliados pelo método da equivalência Patrimonial (R$ 3.688). Em 2009, foram estornados os valores provisionados durante o ano referente ao empreendimento UHE Dona Francisca (R$ 1.323) e ajustados os valores de ganhos/perdas participações societárias (R$ 7.875).

h. Refere-se ao reprocessamento da concessão regulada pelo Contrato de Concessão 080/2002 (R$ 21.449 de incremento na despesa de amortização e R$ 27.867 de atualização do Ativo Financeiro da Concessão). Em 2009, a amortização do ativo financeiro teve um incremento de R$ 243.949 e a atualização do ativo financeiro foi de R$ 285.053

5.4. Isenções Adotadas

A Companhia quando da elaboração das suas Demonstrações Financeiras na data de transição adotou o CPC 43 – Adoção Inicial dos CPCs 15 a 40 (com exceção do CPC 34), e aplicou as isenções opcionais de aplicação retrospectiva referente aos novos pronunciamentos contábeis.

As isenções opcionais adotadas pela Companhia aplicadas retrospectivamente referem-se:

- Isenção referente à classificação de Instrumentos Financeiros de acordo com o CPC 38 e não realizou análises retroativas à data original de contratação dos instrumentos financeiros vigentes na data de transição. Os instrumentos contratados após a data de transição foram todos analisados e classificados na data da realização das operações.

- Isenção referente à aplicação retroativa do ICPC 01: a Companhia considerou impraticável a aplicação retroativa da norma para os ativos que compõem a infraestrutura utilizada na concessão do serviço público de transmissão e distribuição de energia elétrica regulado pelos Contratos de Concessão nº 055/2001 e 081/1999, respectivamente, adotou na transição os valores contábeis anteriores dos ativos financeiros e intangíveis, independente de suas classificações, reclassificando-os para: (a) ativo intangível, correspondente a parcela estimada dos investimentos realizados e que serão amortizados até o final da concessão da Distribuidora, e (b) ativo financeiro indenizável, correspondente ao direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção efetuados e não amortizados até o final da concessão da Transmissora e Distribuidora.

Não há Pronunciamentos Contábeis pertinentes a exceções obrigatórias aplicáveis à Companhia.

6. Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras

Os saldos compõem-se de:

				CONSOLIDADO		
Descrição / Banco	Nota Explicativa	Vencimento	Remuneração	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Circulante						
Numerário Disponível				25.270	29.648	37.728
SIAC / BANRISUL	46	Diário	SELIC OVER	32.883	114.455	5.043
Aplicações Financeiras				32.883	114.455	5.043
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa				58.153	144.103	42.771
Não Circulante						
SIAC Especial / BANRISUL	46	Diário	SELIC	2.148	18.941	22.166
CEEE - SIAC BANRISUL	46	Diário	SELIC	2.435	3.779	3.437
CEEE BRADESCO	46			9	8	8
Repasse Arrecadação de Contas de Energia				27	27	-
Retenção Banco Máxima				3.292	3.000	-
Total de Aplicações Financeiras				7.911	25.755	25.611

a) Numerário Disponível

O valor de R$ 25.270 (R$ 29.648 em 31 de dezembro de 2009 e R$ 37.728 em 01 de janeiro de 2009) refere-se a recursos depositados em instituições bancárias.

b) SIAC / BANRISUL

O valor de R$ 32.883 (R$ 114.455 em 31 de dezembro de 2009 e R$ 5.043 em 01 de janeiro de 2009) refere-se ao valor aplicado no Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC/BANRISUL instituído pelo Decreto Estadual nº 33.959, de 31 de maio de 1991. Estes valores foram repassados ao SIAC conforme contrato assinado entre as investidas e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul em 10 de outubro de 2008, denominado "*Contrato de Repasse Temporário de Recursos Monetários Disponíveis*". O saldo aplicado está sendo remunerado pela variação da taxa SELIC OVER, com liquidez imediata.

c) SIAC Especial / BANRISUL

O valor de R$ 2.148 (R$ 18.941 em 31 de dezembro de 2009 e R$ 22.166 em 01 de janeiro de 2009) refere-se à remuneração sobre o principal já resgatado aplicado no Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC/BANRISUL, instituído pelo Decreto Estadual nº 33.959, de 31 de maio de 1991. Este saldo permanece aplicado, sendo remunerado com base na variação da taxa SELIC, sem liquidez imediata, visto que depende de dotação orçamentária por parte do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

d) CEEE – SIAC / BANRISUL

O valor de R$ 2.435 (R$ 3.779 em 31 de dezembro de 2009 e R$ 3.437 em 01 de janeiro de 2009) refere-se ao principal e à remuneração de valores aplicados no SIAC / BANRISUL, destinados ao atendimento da cláusula do Contrato de Constituição de Garantias – CCGs, quando da compra de energia pela CEEE-D.

e) CEEE BRADESCO

O valor de R$ 9 (R$ 8 em 31 de dezembro de 2009 e R$ 8 em 01 de janeiro de 2009) refere-se a valores bloqueados judicialmente, estando estes compondo o saldo de duas contas em fundos de investimentos no Banco Bradesco, sendo remunerados pela taxa CDI.

f) Repasse de Arrecadação de Contas de Energia

O valor de R$ 27 (R$ 27 em 31 de dezembro de 2009) encontra-se em discussão junto ao Banco Citibank S/A e refere-se à arrecadação de faturas de energia não repassadas à Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D.

g) Retenção Banco Máxima

O valor de R$ 3.292 (R$ 3.000 em 31 de dezembro de 2009) refere-se à garantia do fiel e pontual cumprimento das obrigações relativas à captação de empréstimo junto ao Banco Máxima, cujo valor tem vencimento em 04 de janeiro de 2016.

7. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Os saldos compõem-se de:

	CONSOLIDADO		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Circulante			
Suprimento de Energia	37.188	34.470	32.270
Encargo de Uso da Rede	48.632	49.462	47.099
Consumidores	348.240	335.960	328.954
Concessionárias e Permissionárias	16	7	3.484
Parcelamentos	45.591	52.901	37.769
Energia de Curto Prazo - CCEE	5.793	6.761	2.178
Total	485.460	479.561	451.754
Não Circulante			
Parcelamentos	131.553	128.484	129.170
Total	131.553	128.484	129.170

a) Consumidores

	CONSOLIDADO		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Residencial	134.034	138.425	126.598
Industrial	55.816	51.805	45.967
Comercial Serviços e Outras Atividades	74.022	73.156	70.158
Rural	14.393	14.949	18.093
Poder Público	55.060	22.358	29.932
Iluminação Pública	10.195	30.509	33.890
Serviço Público	4.720	4.758	4.316
	348.240	335.960	328.954

b) Concessionárias e Permissionárias

	CONSOLIDADO		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Irrigação e Aquicultura	-	-	2.789
Red. Tarifa de Uso Sistema de Transmissão	-	-	695
Permissionárias	16	7	-
Total	16	7	3.484

c) Energia de Curto Prazo – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

O valor de R$ 5.793 (R$ 6.761 em 31 de dezembro de 2009 e R$ 2.178 em 01 de janeiro de 2009) refere-se à energia vendida no mercado de curto prazo, conforme informações divulgadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

d) Parcelamentos

Os saldos compõem-se de:

Circulante	Nota Explicativa	CONSOLIDADO 31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Parcelamentos com Prefeituras Municipais		18.069	17.732	19.278
Parcelamentos com Consumidores Diversos		10.526	9.059	7.746
Parcelamentos com Governo do Estado - Débitos de Energia	46	-	13.778	-
Parcelamentos com Consumidores Industriais		5.421	4.761	3.771
Parcelamentos Diversos		11.575	7.571	6.974
		45.591	52.901	37.769

Não Circulante	Nota Explicativa	CONSOLIDADO 31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Parcelamentos com Prefeituras Municipais		69.757	74.932	66.823
Parcelamentos com Consumidores Diversos		13.250	15.189	11.965
Parcelamentos com Governo do Estado - Débitos de Energia	46	4.768	4.768	24.546
Parcelamentos com Governo do Estado - FAMURS	46	17.178	17.178	13.363
Parcelamentos com Consumidores Industriais		9.826	9.221	9.423
Parcelamentos Diversos		16.774	7.196	3.050
		131.553	128.484	129.170

d.1) Parcelamentos com Prefeituras Municipais

Refere-se a parcelamentos de débitos efetuados com prefeituras municipais, os quais são indexados pelo IGP-M, com juros de até 1% ao mês, tais contratos possuem cláusula que contemplam desconto para prefeituras que se mantiverem adimplentes.

A Companhia constituiu provisão para perdas considerando a expectativa de realização destes parcelamentos.

d.2) Parcelamentos com Consumidores Diversos

Refere-se, principalmente, a parcelamentos de débitos com arrozeiros, hospitais e consumidores em geral, para aquelas negociações que demandam cálculos diferenciados daqueles parametrizados, face ao perfil da dívida bem como do cliente. Dentre estes contratos, alguns se encontram em cobrança judicial.

A Companhia constituiu provisão para perdas considerando a expectativa de realização destes parcelamentos.

d.3) Parcelamentos com Governo do Estado - Débitos de Energia

Durante as negociações do Termo de Acordo entre a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D e o Estado do Rio Grande do Sul, para liquidação dos débitos vencidos, oriundos das faturas de energia elétrica, o Estado levantou a hipótese de que poderiam existir valores pagos incluídos no montante do débito, devido sua forma de realizar seus pagamentos. Em razão disso, a Companhia decidiu manter registrado o montante original de R$ 49.885 e a classificação no ativo realizável a longo prazo.

Em julho de 2007, foi constituído Grupo de Trabalho pela CEEE-D que teve por objetivo rever o Contrato assinado em 2002. O Grupo concluiu que grande parte do valor da dívida do Governo do Estado referia-se a multas e juros do Setor Elétrico, totalizando o valor de R$ 25.339, valores estes não reconhecidos pelo Governo do Estado como débito de energia. Este valor foi provisionado no exercício de 2007, permanecendo a receber o valor de R$ 24.546.

Em 15/09/2009 a ANEEL anuiu o Termo de Acordo, celebrado entre a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, no valor de R$ 19.778, cujo montante será liquidado por meio de compensação tributária, pelo prazo de 12 meses, conforme demonstrado:

Data do Evento	Histórico	Valor
dez/2002	Registro de Parcelamentos	49.885
dez/2007	Multa e Juros Provisionados	(25.339)
	Saldo a Receber	24.546
set/2009 a dez/2009	Compensação de ICMS	(6.000)
jan/2010 a dez/2010	Compensação de ICMS	(13.778)
	Saldo a Receber	4.768
NÃO CIRCULANTE		4.768

d.4) Parcelamentos com Governo do Estado – FAMURS

Refere-se a parcelamentos de débitos de Prefeituras Municipais, firmados em 1997, pela Lei Estadual nº 11.018, de 23 de setembro 1997, intermediados pela Federação das Associações de Municípios do Estado do Rio Grande do Sul - FAMURS assumidos pelo Estado do Rio Grande do Sul, com garantia no repasse de ICMS aos respectivos Municípios.

Os valores estavam indexados pela UFIR e posteriormente pela UPF/RS, e foram repactuados através de Termo de Acordo em dezembro de 2002 com carência de 12 meses e 48 parcelas mensais e consecutivas, vencendo a primeira em janeiro de 2004, indexados pelo IGP-M, mais juros de 0,5% ao mês, com a interveniência do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A – BANRISUL.

Em 07 de outubro de 2004, através do Decreto n° 43.376, foi modificado o Regulamento do ICMS, incluindo a permissão de compensação, pelas empresas concessionárias de serviço público, de débitos relativos ao ICMS com créditos vencidos junto a Fazenda Pública Estadual, condicionada à celebração do Termo de Acordo com o Estado do Rio Grande do Sul. A Companhia firmou Termo de Acordo em 28 de outubro de 2004 para compensação de parte do crédito tributário da Fazenda Estadual relativo ao ICMS futuro com o parcelamento a receber pela Companhia. Até o presente foi compensado o montante de R$ 78.067.

d.5) Parcelamentos com Consumidores Industriais

Os valores de R$ 5.421 (R$ 4.761 em 31 de dezembro de 2009 e R$ 3.771 em 01 de janeiro de 2009) registrados no Ativo Circulante, e R$ 9.826 (R$ 9.221 em 31 de dezembro de 2009 e R$ 9.423 em 01 de janeiro de 2009), no Ativo Não Circulante, referem-se a parcelamento de débitos com energia elétrica de instalações consumidoras industriais.

d.6) Parcelamentos Diversos

Os valores de R$ 11.575 (R$ 7.571 em 31 de dezembro de 2009 e R$ 6.974 em 01 de janeiro de 2009) registrados no Ativo Circulante e R$ 16.774 (R$ 7.196 em 31 de dezembro de 2009 e R$ 3.050

em 01 de janeiro de 2009), no Ativo Não Circulante, referem-se a parcelamentos de débitos efetuados a partir de 2003, de clientes das classes residencial, industrial, comercial e rural.

8. Títulos de Créditos a Receber

O valor de R$ 505 (R$ 873 em 31 de dezembro de 2009 e R$ 527 em 01 de janeiro de 2009) registrado no Ativo Circulante e R$ 544 (R$ 806 em 31 de dezembro de 2009 e R$ 1.114 em 01 de janeiro de 2009) registrado no Ativo Não Circulante refere-se a parcelamentos relativos à venda de ativos e cobrança de avarias causadas por terceiros em bens da Companhia.

9. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Os saldos na CEEE-D compõem-se de:

CONSUMIDORES POR CLASSE	Saldo 01/01/2009	Adições	Exclusões	Saldo 31/12/2009
Residencial	25.649	6.652	(905)	31.396
Industrial	11.591	3.090	(392)	14.289
Comercial Serviços e Outras Atividades	9.527	2.567	(4.307)	7.787
Rural	2.483	485	(94)	2.874
Poder Público, Iluminação Pública e Serviço Público	49.638	12.660	(14.806)	47.492
Títulos de Créditos a Receber	16.469	10.351	(2.132)	24.688
Diversos	2.083	262	(364)	1.981
Total	117.440	36.067	(23.000)	130.507

CONSUMIDORES POR CLASSE	Saldo 01/01/2010	Adições	Exclusões	Saldo 31/12/2010
Residencial	31.396	2.238	(4.417)	29.217
Industrial	14.289	3.548	(7.827)	10.010
Comercial Serviços e Outras Atividades	7.787	4.992	(2.354)	10.425
Rural	2.874	31	(1.687)	1.218
Poder Público, Iluminação Pública e Serviço Público	47.492	13.138	(8.402)	52.228
Títulos de Créditos a Receber	24.688	12.815	(5.520)	31.983
Diversos	1.981	260	(205)	2.036
Total	130.507	37.022	(30.412)	137.117

Foram incluídos os valores totais dos créditos junto aos consumidores residenciais que apresentam débitos vencidos há mais de 90 dias; consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias; consumidores industriais e rurais vencidos há mais de 360 dias, e títulos de créditos a receber de diversas classes de consumidores vencidos há mais de 90 dias.

Para os créditos de responsabilidade dos Poderes Públicos, foi efetuada análise e constituição de provisão considerando a expectativa de perdas na realização desses créditos, que considerou as negociações realizadas e em andamento junto às prefeituras e ao Estado do Rio Grande do Sul.

O saldo da CEEE-GT no montante de R$ 1.656 em 31 de dezembro de 2010 (R$ 1.402 em dezembro de 2009 e R$ 1.227 em 01 de janeiro de 2009) refere-se à provisão de recebíveis relativos a valores de concessionárias, permissionárias diversas e consumidores livres vencidos há mais de três meses.

10. Créditos Tributários

Os saldos compõem-se de:

	CONSOLIDADO		
Circulante	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
PASEP/COFINS a compensar	352	352	432
ICMS a compensar	15.780	13.186	13.836
IRPJ e CSLL a compensar	22.453	13.023	8.145
Outros Créditos a Compensar	1.276	1.237	886
Total	39.861	27.798	23.299

	CONSOLIDADO		
Não Circulante	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
PASEP/COFINS a compensar	2.748	2.748	2.706
ICMS a compensar	11.210	15.986	12.915
IRPJ e CSLL a compensar	28.887	28.192	0
Outros Créditos a Compensar	2.476	2.475	2.474
Total	45.321	49.401	18.095

No que se refere aos créditos de longo prazo, principalmente aqueles ligados ao ICMS, sua expectativa de realização é de 04 (quatro) anos, conforme dispositivo legal estabelecido na Lei Complementar nº 87/96, que permite a constituição e respectiva fruição deste crédito tributário.

11. Estoques

Os saldos compõem-se de:

	CONSOLIDADO		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Estoque de Operação	16.880	20.527	22.624
(-) Provisão para Perdas	(437)	(656)	(668)
Total	16.443	19.871	21.956

Os saldos de estoque referem-se a materiais destinados à manutenção das operações, em processo de classificação, resíduos e sucatas e destinados à alienação, todos valorados a preço médio e deduzidos das provisões para perdas.

O valor de R$ 6.396 em 31 de dezembro de 2010 (R$ 6.250 em 31 de dezembro de 2009) refere-se aos materiais em almoxarifado reconhecidos no custo do serviço.

12. Outros Créditos a Receber

Os saldos compõem-se de:

Cirulante	Nota Explicativa	CONSOLIDADO 31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Programa RELUZ	46	9.670	2.183	1.484
Programa de Eficiência Energética - PEE		6.513	10.586	9.104
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		5.772	4.036	4.377
Adiantamento a Fornecedores		912	1.104	1.168
Subvenção à Receita Baixa Renda - Tarifa Social		-	4.562	9.549
Adiantamento a Empregados		4.465	4.302	3.591
Empréstimo Compulsório ELETROBRÁS	46	-	-	4.633
Aluguel Postes/Servs.Prestados		5.067	4.239	4.891
Cedência Funcionários		1.855	1.786	1.510
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	37	10.999	9.098	3.252
Subvenção ELETROBRÁS CDE - PLT	46	-	3.438	27.713
Convênio SEINFRA/CEITEC	46	-	637	-
Serviços Próprios em Curso		3.289	3.515	657
Investimentos		5.506	13.816	7.844
Outros Devedores		18.462	14.104	16.088
Total		72.510	77.406	95.861

Não Circulante	Nota Explicativa	CONSOLIDADO 31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Fornecedores - Contrato 1000-1001-87		39.941	39.941	39.941
Quotas Subordinadas - FIDC	37	34.525	42.075	22.425
Quota ESS		13.207	13.207	13.207
Outros		4.109	3.704	3.459
		91.782	98.927	79.032

a) Programa RELUZ

O valor de R$ 9.670 (R$ 2.183 em 31 de dezembro 2009 e R$ 1.484 em 01 de janeiro de 2009) refere-se ao Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – RELUZ que tem como objetivo promover a modernização e melhoria da eficiência energética do sistema de iluminação pública nos municípios, através da substituição dos equipamentos atuais por tecnologias mais eficientes, visando combater o desperdício de energia elétrica, a serem reembolsados pelas Prefeituras.

b) Programa de Eficiência Energética – PEE

O valor de R$ 6.513 (R$ 10.586 em 31 de dezembro de 2009 e R$ 9.104 em 01 de janeiro de 2009) refere-se à aplicação dos recursos provenientes dos Programas de Eficiência Energética, que visam demonstrar à sociedade a importância e a viabilidade econômica de ações de combate ao desperdício de energia elétrica.

c) Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

O valor de R$ 5.772 (R$ 4.036 em 31 de dezembro de 2009 e R$ 4.377 em 01 de janeiro de 2009) refere-se a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento destinados à capacitação e desenvolvimento tecnológico da Companhia, visando a geração de novos processos ou produtos, ou o aprimoramento de suas características.

d) Subvenção à Receita Baixa Renda – Tarifa Social

O valor de R$ 4.562 em 31 de dezembro de 2009 (R$ 9.549 em 01 de janeiro de 2009) refere-se ao resultado gerado entre os aumentos e reduções de receita decorrentes da classificação dos consumidores residenciais na subclasse baixa renda, conforme Resolução Normativa nº 89 de 25 de outubro de 2004 e Resolução nº 514 de 16 de setembro de 2002 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

e) Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC

O valor de R$ 10.999 (R$ 9.098 em 31 de dezembro de 2009 e R$ 3.252 em 01 de janeiro de 2009) refere-se ao montante retido em excesso as parcelas liquidadas, permanecendo aplicado no Fundo para liquidação de parcelas futuras avaliados pelo valor de custo.

f) Convênio SEINFRA/CEITEC

O valor de R$ 637 em 31 de dezembro de 2009 refere-se ao saldo a receber referente à participação do Estado do Rio Grande do Sul na construção de dois alimentadores de 13,8kV para uso da CEITEC S.A.. O investimento visa permitir a realização das atividades dessa empresa, voltadas à pesquisa e implantação de processo produtivo, com ênfase na geração de produtos e processos diferenciados na área de microeletrônica. A obrigação do Estado com a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D foi firmada através do Convênio SEINFRA/CEITEC S.A./CEEE-D/SCT FPE Nº 38/2009, de 25 de agosto de 2009.

g) Serviços Próprios em Curso

O valor de R$ 3.289 (R$ 3.515 em 31 de dezembro de 2009 e R$ 657 em 01 de janeiro de 2009) refere-se, principalmente, à aplicação de recursos em pessoal, material e serviços utilizados na execução do serviço de transformação, fabricação e reparo de materiais. Na conclusão dos serviços os materiais são transferidos para o estoque operacional.

h) Fornecedores – Contratos 1000-1001/87

O valor de R$ 39.941 refere-se as notas fiscais vinculadas aos Contratos 1000/87 (Consórcio Sulino) e 1001/87 (Consórcio Conesul) que tratam do fornecimento de equipamento e materiais para instalação de seis subestações, cujas obras civis e montagens foram de responsabilidade da Companhia e a construção de cinco subestações com fornecimento de equipamentos em empreitada global na modalidade *turn-key*. Estes contratos estão sendo questionados através de uma ação cível pública cujo objeto é a declaração de nulidade dos referidos contratos e a devolução dos valores pagos a maior, encontrando-se atualmente na fase de cálculo pericial. Quando do ingresso de ação judicial ou pagamentos foram suspensos. Este valor está igualmente registrado no passivo não circulante, conforme nota explicativa nº 35.

i) Quotas Subordinadas – FIDC

O valor de R$ 34.525 em 31 de dezembro de 2010 (R$ 42.075 em 31 de dezembro de 2009 e R$

22.425 em 01 de janeiro de 2009) refere-se à aquisição de Quotas Subordinadas do FIDC II e IV, sendo seu valor de mercado em dezembro de 2010 de R$ 41.662.

j) Quota ESS

O valor de R$ 13.207 em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 01 de janeiro de 2009, referem-se à Quota ESS - CVA – período Setembro/2000 a Setembro de 2002 a compensar.

13. Nota Técnica Revisão/Reajuste Tarifário

Os saldos compõem-se de:

	CONSOLIDADO		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
CVA e Itens Financeiros - Res. Homologatória nº 715/2008.....	-	-	43.755
CVA e Itens Financeiros - Res. Homologatória nº 895/2009.....	-	43.327	-
CVA e Itens Financeiros - Res. Homologatória nº 1074/2010.....	44.906	-	-
Total	44.906	43.327	43.755

Em outubro de 2010 com o pronunciamento da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL através da Nota Técnica nº 318/2010-SRE/ANEEL, de 08 de outubro de 2010, foram homologados os valores ativos e passivos a título de CVA e Itens Financeiros.

14. Conta de Resultado a Compensar – CRC

O saldo de R$ 3.441.075 em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 refere-se à Ação Ordinária ingressada em março de 1993 contra a União Federal pleiteando o reconhecimento da Conta de Resultados a Compensar – CRC, cuja decisão favorável à Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT transitou em julgado no âmbito do Supremo Tribunal Federal em 31 de março de 2009, caracterizando um direito não passível de questionamento.
Na referida decisão, foi reconhecido o direito de a Companhia registrar como custo do serviço os valores relativos à complementação e suplementação de aposentadoria de seus empregados ex-autárquicos, com suas respectivas correções monetárias e juros moratórios dos exercícios de 1981 a 1993, para fins de ajustes na Conta de Resultados a Compensar – CRC e Reserva Nacional de Compensação e Remuneração – RENCOR.
A realização deste crédito será efetuada conforme o estabelecido na Lei Federal nº 8.631, de 04 de março de 1993, alterada pela Lei Federal nº 8.724, de 28 de outubro de 1993, ou seja, através da compensação de dívidas da Companhia com a União, e o saldo com a autorização do Tesouro Nacional para compensação com tributos e/ou abatimento da dívida do Estado do Rio Grande do Sul.
Em virtude da desverticalização, a Lei Estadual nº 12.593/06 concedeu ao Poder Executivo a possibilidade de adquirir, pelo seu valor de face, a título oneroso, os direitos da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE ou das empresas resultantes da reestruturação de que trata esta Lei, que sejam provenientes dos saldos credores da Conta de Resultados a Compensar – CRC.
Concomitantemente ao trâmite da ação de liquidação de sentença por artigos, foi contratado perito contábil para quantificar os valores na forma prevista na Lei nº 8.631/93 (com as alterações da Lei nº 8.724/93), conforme determina Acórdão do STJ. O trabalho pericial apresentado quantificou o crédito em favor da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT

correspondendo a 40% do valor da ação e da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D correspondendo a 60%, conforme definido na Proposta de Justificação de Cisão. O processo de liquidação da sentença encontra-se em andamento no Tribunal Regional Federal da 4ª Região, O juízo de primeira instância, em 18 de junho de 2010, determinou a inclusão da ANEEL no pólo passivo da lide e para que considerasse no cálculo de liquidação redutor de 25% sobre os créditos da conta de resultados a compensar, medida já adotada pela Companhia no reconhecimento do crédito em 31/12/2009. Em 28 de setembro de 2010 a 3º Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região apreciou o mérito do agravo de instrumento interposto pela União e decidiu pela exclusão da ANEEL como litisconsorte passivo. O processo atualmente está concluso para análise pelo Juiz.

15. Pagamentos Antecipados

O valor de R$ 673 (R$ 523 em 31 de dezembro de 2009 e R$ 7.264 em 01 de janeiro de 2009), corresponde à apropriação das quotas de custeio PROINFA relativo às concessionárias do serviço público de transmissão que atendam consumidor livre e/ou autoprodutor com unidade de consumo conectada às instalações de Rede Básica do Sistema Interligado Nacional e aos Encargos do Consumidor a Compensar – RGR.

16. Comercialização de Energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

O valor de R$ 161.843 (R$ 85.942 em 31 de dezembro de 2009 e R$ 85.105 em 01 de janeiro de 2009) refere-se à Energia Vendida no Curto Prazo – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, conforme nota explicativa nº 50.

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, em 30 de setembro de 2010 atualizou os saldos registrados nas Demonstrações Financeiras de acordo com o Despacho ANEEL 2.517 de 26 de agosto de 2010, conforme demonstrado:

	CONSOLIDADO		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Saldo Inicial	85.942	85.105	83.765
Atualização	79.320	4.899	4.866
Recebimento	304	(10)	(233)
Perdas	(3.723)	(4.052)	(3.293)
Saldo Final	161.843	85.942	85.105

17. Depósitos Judiciais

O valor de R$ 48.122 (R$ 21.966 em 31 de dezembro de 2009 e R$ 21.071 em 01 de janeiro de 2009) refere-se a depósitos judiciais dos processos de natureza trabalhista e cível que não possuem perda provável. Os demais depósitos judiciais estão apresentados de forma dedutiva, retificando os saldos das Provisões para Contingências Passivas a que se referem. (Vide nota explicativa nº 33).

18. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Representam o imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre provisões temporariamente não dedutíveis, prejuízos fiscais a compensar e base negativa de contribuição social, controladas na Parte "B" do LALUR, cuja dedutibilidade ocorrerá através dos pagamentos efetivos, ou da reversão dessas provisões.

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% considerando o adicional de 10%, sobre o excedente de R$ 240 sobre o lucro, e a contribuição social à alíquota de 9%.

a) Base de Cálculo dos Créditos Fiscais Diferidos

	CONSOLIDADO		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Provisão Ex-Autárquicos (Lei 3.096/56)	869.240	891.898	852.962
Provisão para Contingências Trabalhistas	551.477	531.532	465.578
Provisão para Contingências Fiscais e Cíveis	209.193	181.412	161.331
Outras Provisões	2.929	2.917	2.736
Base de Cálculo das Diferenças Temporárias	1.632.839	1.607.759	1.482.607
Alíquota Aplicável (IR e CS)	34%	34%	34%
Total do Crédito Fiscal Diferido sobre Diferenças Temporárias	555.165	546.639	504.087
Base Negativa da Contribuição social	61.099	-	-
Alíquota Aplicável (9%)	5.498	-	-
Prejuízos Fiscais a Compensar	195.580	-	-
Alíquota Aplicável (25%)	48.895	-	-
Total do Crédito Fiscal Diferido sobre Prejuízos Fiscais e Base Negativa da CSL	54.393	-	-
Parcela não realizada no período de 5 anos(Inst. CVM 371/02)	(130.885)	(136.749)	(174.726)
Saldo Contábil	478.673	409.890	329.361
	478.673	409.890	329.361
Total IRPJ e CSSL Diferidos	478.673	409.890	329.361

b) Estimativa de Realização dos Créditos Fiscais Diferidos

	% de Realização	R$
Exercício de 2011	30,99%	116.339
Exercício de 2012	21,23%	84.085
Exercício de 2013	17,83%	105.467
Exercício de 2014	15,27%	86.382
Exercício de 2015	14,68%	86.400
	100,00%	478.673

A estimativa de realização dos créditos fiscais foi definida de acordo com as premissas elaboradas pela Companhia e aprovadas pela Administração. As premissas foram elaboradas por segmento sendo:

- Distribuição: o crescimento médio de mercado, crescimento marginal dos custos operacionais para fazer frente ao crescimento de mercado e os custos de financiamentos já existentes.

- Geração: os contratos existentes em ambiente regulado e livre, além do aumento da capacidade de geração, assim como a recontratação dos produtos existentes.

- Transmissão: os valores relativos à receita permitida sobre as subestações e linhas de transmissão existentes, mais a receita de conexão da transmissão com a distribuição e a geração. Este estudo foi atualizado com intuito de ajustar as premissas considerando o prazo de concessão.

c) Créditos Tributários sobre Prejuízos Fiscais a Compensar e Bases de Cálculo Negativas da Contribuição Social

Em 31 de Dezembro de 2010, a Concessionária CEEE-D apresentava saldo de prejuízos fiscais a compensar e base negativa de contribuição social de R$ 240.093.
A Concessionária CEEE-GT apresentava saldo de prejuízos fiscais a compensar e base negativa de contribuição social. Conforme a legislação vigente, o limite de compensação destes prejuízos é de 30% do lucro real apurado em cada exercício. Estes valores não têm prazo de prescrição e os respectivos créditos fiscais, foram constituídos nos montantes compensáveis considerando o prazo da Concessão.

18.1. Base de Cálculo dos Passivos Fiscais Diferidos

Os saldos de R$ 91.633 (R$ 106.703 em 31 de dezembro de 2009 e R$ 121.772 em 01 de janeiro de 2009) refere-se ao reconhecimento de IRPJ e CSLL sobre os ajustes de avaliação patrimonial decorrentes da adoção do Custo Atribuído para as usinas de geração. A realização do passivo fiscal diferido se dará na proporção em que estes ativos forem sendo depreciados.

	CONSOLIDADO		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Ajuste de Avaliação Patrimonial (Custo Atribuido)	269.508	313.831	358.154
Base de Cálculo	269.508	313.831	358.154
Alíquota Aplicável (IR e CS)	34%	34%	34%
Total do Passivo Fiscal Diferido	91.633	106.703	121.773

a) Estimativa de Realização do Passivo Fiscal Diferido

A Administração estimou a realização do passivo fiscal diferido nos exercícios futuros:

	% de realização	R$
Exercício de 2011	16%	15.070
Exercício de 2012	16%	14.270
Exercício de 2013	15%	13.844
Exercício de 2014	14%	12.762
Exercício de 2015	8%	7.038
Exercícios após 2015	31%	28.649
	100%	91.633

19. Concessão

19.1. Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Os bens relacionados ao contrato de concessão estão segregados entre ativo intangível líquido e ativo financeiro e estão representados como segue:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Ativo Intangível	440.668	438.660	421.933
Ativo Financeiro	518.880	470.973	406.749
	959.548	909.633	828.682

A Administração entende que o acordo de concessão atende as condições para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, que orienta os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos à entidades privadas.
Foram considerados como ao alcance da ICPC 01 somente aqueles ativos exclusivamente à serviço da concessão e contemplados na Base de Remuneração Regulatória da Controlada. Os ativos administrativos e do apoio em geral, sobre os quais a Concessionária não recebe remuneração e que são considerados como integrantes da "Empresa de Referência" para fins de Revisão ou Reajuste Tarifário permanecem como ativo imobilizado ou intangível.

Com base na análise do Contrato de Concessão, a Administração entende que a indenização devida pelo Poder Concedente ao final da concessão representa um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, e que a aplicação do modelo "bifurcado" é o que melhor representa o negócio de Distribuição de Energia Elétrica, abrangendo:

a.1) a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão que deve ser classificada como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e

a.2) a parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) que deve ser classificada como ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, pelo consumo de energia pelos consumidores.

A Administração entende ser impraticável a aplicação retroativa da norma e a Controlada adotou, na data de transição para a ICPC 01, os valores contábeis anteriores dos ativos financeiros e intangíveis, independente de suas classificações anteriores.
A mutação dos bens da concessão, representados pelo ativo intangível e ativo financeiro está demonstrada abaixo:

Composição e bifurcação dos saldos no balanço de abertura:

	Imobilizado	Intangível	Financeiro	Total
Saldo em 01/01/2009 da infraestrutura ao alcance da ICPC 01	826.679	2.003	-	828.682
Bifurcação (aplicação ICPC 01)	(826.679)	419.930	406.749	-
Saldo em 01/01/2009 da infraestrutura ao alcance da ICPC 01 - Reapresentado	-	421.933	406.749	828.682

A mutação dos bens da concessão, representados pelo ativo intangível da concessão e ativo financeiro indenizável está demonstrada a seguir:

	Infraestrutura no Escopo da ICPC 01		
	Ativo Intangível	Ativo Financeiro Indenizável	Total
Custo			
Saldo em 01 de janeiro de 2009 - Reapresentado	1.240.760	406.749	1.647.509
Serviços de Construção e Melhorias	149.841	-	149.841
Amortização por Baixas/Desativação	(9.353)	(1.222)	(10.575)
Transferência para Ativo Financeiro	(65.446)	65.446	-
Saldo em 31 de dezembro de 2009 - Reapresentado	1.315.802	470.973	1.786.775
Serviços de Construção e Melhorias	121.328	-	121.328
Amortização por Baixas/Desativação	(17.191)	(1.393)	(18.584)
Transferência para Ativo Financeiro	(49.300)	49.300	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	1.370.639	518.880	1.889.519
Amortização e perdas por redução do valor recuperável			
Saldo em 01 de janeiro de 2009 - Reapresentado	(818.827)	-	(818.827)
Amortização do período	(66.495)	-	(66.495)
Amortização por Baixas/Desativação	8.180	-	8.180
Saldo em 31 de dezembro de 2009 - Reapresntado	(877.142)	-	(877.142)
Amortização do período	(68.584)	-	(68.584)
Amortização por Baixas/Desativação	15.755	-	15.755
Saldo em 31 de dezembro de 2010 - Reapresentado	(929.971)	-	(929.971)
Valor contábil			
Em 1° de janeiro de 2009 - Reapresentado	421.933	406.749	828.682
Em 31 de dezembro de 2009 - Reapresentado	438.660	470.973	909.633
Em 31 de dezembro de 2010	440.668	518.880	959.548

Os bens referentes aos contratos de concessão estão constituídos em termo da natureza dos ativos que compõe:

	Infraestrutura no Escopo da ICPC 01		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Linhas, Redes, Subestações e Sistema de Transmissão Associado - Faixas de Servidão	1.897	1.845	2.003
Linhas, Redes, Subestações e Sistema de Transmissão Associado - em operação	1.819.565	1.767.768	1.659.285
(-) Depreciação Acumulada	(938.655)	(881.263)	(819.377)
(-) Obrigações Especiais	(105.116)	(100.654)	(75.157)
Amortização Acumulada Obrigações Especiais	8.684	4.121	550
Linhas, Redes, Subestações e Sistema de Transmissão Associado - em andamento	188.464	119.773	89.742
(-) Obrigações Especiais - em andamento	(15.291)	(1.957)	(28.364)
Total	959.548	909.633	828.682
Ativo Financeiro	518.880	470.973	406.749
Ativo Intangível	440.668	438.660	421.933
Total	959.548	909.633	828.682

19.1.1. Dos bens vinculados à Concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26/02/1957, os bens e instalações utilizados na distribuição e comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/1999 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

19.1.2. Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

A partir de 01/01/2007, as obrigações vinculadas passaram a ser controladas conforme determina o Despacho ANEEL nº 3.073, de 28/12/2006, e Ofícios Circulares ANEEL nº 236, nº 296 e nº 1.314, de 08/02/2007, 15/02/2007 e 27/06/2007, respectivamente. As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.
As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média de 4,41%, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica (outubro de 2008).
Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro indenizável.

19.1.3. Valor Recuperável dos Ativos da Concessão

Os ativos da concessão são examinados periodicamente para verificar se existem indicações de que eles estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

O valor contábil líquido dos correspondentes ativos é ajustado ao seu valor recuperável, determinado com base no modelo de fluxos de caixa futuros descontados, sempre que este for inferior ao valor contábil.
As revisões são efetuadas ao nível de Unidades Geradoras de Caixa, definidas por Contrato de Concessão para as quais a Controlada consegue atribuir fluxos de caixa futuros significativamente independentes.
Para fins de análise do valor de recuperação dos ativos, são observadas todas as alterações adversas ao ambiente empresarial ou regulatório, assim como o seu desempenho, considerando as seguintes particularidades do setor de energia elétrica:

I) As atividades desenvolvidas são suportadas por um contrato de concessão que tem como objetivo, dentre outros, assegurar o equilíbrio econômico e financeiro da Concessão;
II) As tarifas devem cobrir os custos necessários ao desenvolvimento das atividades, desde que assegurado o adequado nível de eficiência e a acuracidade das informações contábeis e financeiras;
III) Custos extraordinários e relevantes e eventuais desajustes econômicos serão objeto de revisão tarifária;
IV) O contrato de concessão ou permissão é de longo prazo, o que viabiliza melhor planejamento das atividades;
V) As taxas de depreciação estão em conformidade com o que determina o Órgão Regulador, levando em consideração a vida útil econômica e estimada dos bens;
VI) Ao término da concessão, os bens retornarão à União, sendo a concessionária devidamente ressarcida pelo valor desses bens, determinado conforme normas específicas estabelecidas pela legislação aplicável.

A Controlada apura anualmente o valor recuperável de suas Unidades Geradoras de Caixa e considera que não existem perdas a serem reconhecidas.

19.2. Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT

19.2.1. Ativo Financeiro da Concessão

Composição dos saldos do Ativo Financeiro da Concessão de Transmissão:

	Ativo Financeiro da Concessão de Transmissão		
	31/12/2010	31/12/2009 Reapresentado	01/01/2009 Reapresentado
Circulante	303.624	302.188	289.633
Não Circulante	814.596	723.171	666.139
Total	1.118.220	1.025.359	955.772

A Administração entende que o acordo de concessão atende as condições para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, que orienta os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos à entidades privadas.
Foram considerados como ao alcance da ICPC 01 somente aqueles ativos exclusivamente à serviço da concessão sob os quais a Concessionária obtém remuneração do capital investido. Os ativos administrativos e do apoio em geral, sobre os quais a Concessionária não recebe remuneração e que são considerados como integrantes da parcela da receita Anual Permitida destinada a cobrir os custos de Operação e Manutenção, entre eles os custos anuais de instalações móveis e imóveis.
Com base na análise do Contrato de Concessão nº 055/2001 e Contrato de Concessão nº 080/2002, a Administração entende que a aplicação do modelo "financeiro" é o que melhor representa o negócio

de Transmissão de Energia Elétrica, considerando que a infraestrutura construída ou recebida é recuperada por meio de dois fluxos de caixa:

a.1. parte a ser recebida diretamente dos usuários delegados pelo poder concedente (geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores) por meio do faturamento mensal da receita garantida (RAP) durante o prazo de concessão; e

b.1. parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do poder concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

A Administração entende impraticável a aplicação retroativa da norma para o Contrato de Concessão nº 055/2001 e a Controlada adotou, na transição para a ICPC 01, os valores contábeis anteriores dos ativos financeiros e intangíveis, independente de suas classificações anteriores. O Contrato de Concessão nº 080/2002 foi recalculado e os ajustes referentes ao reconhecimento da receita financeira, amortização do ativo financeiro e receita e custo de construção foram classificados em Resultados de Exercícios Anteriores.

Demonstração dos ajustes no balanço de abertura:

	Ativo Imobilizado	Ativo Intangível	Ativo Financeiro	Total
Saldo em 01/01/2009 da infra-estrutura ao alcance da ICPC 01 - Reapresentado	915.585	33.771	-	949.356
Reclassificação (aplicação ICPC 01)	(915.585)	(33.771)	949.356	-
Atualização do Ativo Financeiro - Ex. Anteriores			27.867	27.867
Amortização do Ativo Financeiro - Ex. Anteriores			(21.451)	(21.451)
Saldo em 01/01/2009 da infra-estrutura ao alcance da ICPC 01 - Reapresentado	-	-	955.772	955.772

O Ativo Financeiro da Concessão é amortizado com base em premissas da Administração que estabeleceram o valor justo da Receita Anual Permitida a ser destinada à reintegração do capital investido na infraestrutura. A amortização do ativo financeiro representa cerca de 70% da RAP pelo Regulador, linearizada, das instalações de Transmissão.
A atualização do Ativo Financeiro das concessões de transmissão é calculada com base na Taxa Interna de Retorno - TIR de cada contrato de concessão, que é reconhecida no resultado do exercício.

As adições ou baixas ocorridas por conta de expansão da infraestrutura da Concessão ou de substituição de itens são incorporadas ou baixadas do saldo do ativo financeiro sempre que alterarem a geração de fluxo de caixa, seja por meio de incremento da Receita Anual Permitida ou por alteração do valor de indenização ao final da concessão. Cada vez que é alterado o saldo do ativo financeiro por conta de adições ou baixas a Concessionária apura a nova TIR que servirá de base para atualização do Ativo Financeiro.

Movimentação do Ativo Financeiro da Concessão:

	Infraestrutura no Escopo da ICPC 01		
	Contrato 055/2001	Contrato 080/2002	Total
Custo			
Saldo em 01 de janeiro de 2009 - Reapresentado	1.809.369	61.524	1.870.893
Serviços de Construção e Melhorias	75.117	-	75.117
Baixas	(5.252)	-	(5.252)
Atualização	277.063	7.991	285.054
Saldo em 31 de dezembro de 2009 - Reapresentado	2.156.296	69.515	2.225.811
Serviços de Construção e Melhorias	119.249	-	119.249
Baixas	(1.838)		(1.838)
Atualização	268.424	8.047	276.471
Saldo em 31 de dezembro de 2010	2.542.131	77.562	2.619.693
Amortização e perdas por redução do valor recuperável			
Saldo em 01 de janeiro de 2009 - Reapresentado	(890.784)	(24.336)	(915.121)
Amortização do período	(282.042)	(7.591)	(289.633)
Baixas	4.300	-	4.300
Saldo em 31 de dezembro de 2009 - Reapresentado	(1.168.526)	(31.927)	(1.200.453)
Amortização do período	(294.235)	(7.953)	(302.188)
Baixas	1.167		1.167
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(1.461.594)	(39.880)	(1.501.474)
Valor contábil			
Em 1° de janeiro de 2009	918.585	37.188	955.772
Em 31 de dezembro de 2009	987.770	37.588	1.025.358
Em 31 de dezembro de 2010	1.080.537	37.682	1.118.219
Em 31 de dezembro de 2010 - Circulante	295.522	8.102	303.624
Em 31 de dezembro de 2010 - Não Circulante	785.015	29.580	814.596

Os saldos do Ativo Financeiro da Concessão de Transmissão estão constituídos em termo da natureza dos ativos que compõe:

	Infraestrutura no Escopo da ICPC 01		
	2010	2009 Reapresentado	01/01/2009 Reapresentado
Subestações e Linhas de Transmissão - em serviço	1.862.672	1.793.816	1.748.891
(-) Depreciação/Amortização Acumulada	(981.098)	(935.055)	(893.671)
(-) Obrigações Especiais	(4.694)	(4.694)	(4.665)
Subestações e Linhas de Transmissão - em andamento	186.072	123.770	98.800
(-) Obrigações Especiais - em andamento	(13.748)	-	-
Atualização Ativo Financeiro (ICPC 01)	589.392	312.920	27.867
Diferença Amortização Ativo Financeiro (ICPC 01)	(520.376)	(265.398)	(21.450)
Saldo Total	1.118.220	1.025.359	955.772
Curto Prazo	303.624	302.188	289.633
Longo Prazo	814.596	723.171	666.139
Saldo Total	1.118.220	1.025.359	955.772

19.2.2. Vinculação dos Bens à Concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na transmissão de energia são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação de bens das

concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na referida concessão.

19.2.3. Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

A partir de 01/01/2007, as obrigações vinculadas passaram a ser controladas conforme determina o Despacho ANEEL nº 3.073, de 28/12/2006, e Ofícios Circulares ANEEL nº 236, nº 296 e nº 1.314, de 08/02/2007, 15/02/2007 e 27/06/2007, respectivamente. As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de Transmissão.
Ao final da concessão o valor das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro indenizável.

19.2.4. Valor Recuperável dos Ativos da Concessão

Os ativos da concessão são examinados periodicamente para verificar se existem indicações de que eles estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.
O valor contábil líquido dos correspondentes ativos é ajustado ao seu valor recuperável, determinado com base no modelo de fluxos de caixa futuros descontados, sempre que este for inferior ao valor contábil.
As revisões são efetuadas ao nível de Unidades Geradoras de Caixa, definidas por Contrato de Concessão para as quais a Concessionária consegue atribuir fluxos de caixa futuros significativamente independentes.
Para fins de análise do valor de recuperação dos ativos, são observadas todas as alterações adversas ao ambiente empresarial ou regulatório, assim como o seu desempenho, considerando as seguintes particularidades do setor de energia elétrica:
I) As atividades desenvolvidas são suportadas por um contrato de concessão que tem como objetivo, dentre outros, assegurar o equilíbrio econômico e financeiro da Concessão;
II) As tarifas devem cobrir os custos necessários ao desenvolvimento das atividades, desde que assegurado o adequado nível de eficiência e a acuracidade das informações contábeis e financeiras;
III) Custos extraordinários e relevantes e eventuais desajustes econômicos serão objeto de revisão tarifária;
IV) O contrato de concessão ou permissão é de longo prazo, o que viabiliza melhor planejamento das atividades;
V) As taxas de depreciação estão em conformidade com o que determina o órgão regulador, levando em consideração a vida útil econômica e estimada dos bens;
VI) Ao término da concessão, os bens retornarão à União, sendo a concessionária devidamente ressarcida pelo valor desses bens, determinado conforme normas específicas estabelecidas pela legislação aplicável.
A Concessionária apura anualmente o valor recuperável de suas Unidades Geradoras de Caixa e considera que não existem perdas a serem reconhecidas.

20. Bens e Direitos Destinados a Alienação

O valor de R$ 2.390 (R$ 3.145 em 31 de dezembro de 2009 e R$ 3.257 em 01 de janeiro de 2009) refere-se ao valor de custo dos terrenos e edificações que se encontram sem utilização pela Companhia e que serão alienados.

21. Ativos Biológicos

	Hortos Florestais
Saldo em 01 de janeiro de 2009	5.731
Mudança no valor justo	6.886
Saldo em 1° de janeiro de 2009 - Reapresentado	12.617
Aumento devido a novos investimentos	1.663
Mudança no valor justo	4.396
Madeira colhida e transferida para custo de contrução	(4.835)
Saldo em 31 de dezembro de 2009 - Reapresentado	13.841
Aumento devido a novos investimentos	1.783
Mudança no valor justo	3.319
Madeira colhida e transferida para custo de contrução	(5.044)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	13.899

O valor de R$ 13.899 (R$ 13.841 em 31 de dezembro de 2009 e R$ 12.617 em 01 de janeiro de 2009) contempla os investimentos em hortos florestais de produção, usinas de preservação de madeira e viveiros de mudas nativas e exóticas. A Companhia desenvolve a tecnologia aplicada, implementando florestas exóticas e estudando as suas ações e interações ecológicas no conjunto ambiental. A atividade de produção de madeira preservada compreende desde a colheita da semente do eucalipto até a fabricação e preservação dos postes utilizados nas redes elétricas.

22. Investimentos

22.1 Controladora

Refere-se à participação da CEEE-Par na Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT e na Companhia de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, com o percentual de 65,92% no capital social de cada Controlada.
A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT é uma empresa de economia mista, responsável pelo serviço público de energia elétrica, integrada pelas áreas de Geração e Transmissão, originada do processo de reestruturação societária da Companhia Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul - CEEE, concluído em novembro de 2006.
Já a Companhia de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D é uma empresa organizada em conformidade com a autorização concedida pela Lei Estadual nº 12.593, de 13 de setembro de 2006 e foi constituída a partir da cisão da Companhia Estadual de Energia Elétrica, conforme Assembléia Geral Extraordinária realizada em 27 de novembro de 2006 (Ata nº 170), que consignou, nos termos do artigo 229, § 2º, da Lei 6.404/76, tendo sido observadas todas as formalidades legais para tanto, a constituição formal da CEEE-D, a qual somente iniciou as atividades previstas no seu objeto social a

partir do dia 1º de dezembro de 2006. Esta mesma AGE aprovou o tratamento das variações patrimoniais previstos na Proposta e Justificação de Cisão de que os resultados e as variações patrimoniais que sejam atribuídas à atividade de distribuição de energia elétrica entre o Balanço Base de Cisão (30 de setembro de 2006) e a data de 30 de novembro de 2006 foram registrados na CEEE-D.

a) Participações Societárias Permanentes

	CONTROLADORA		
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2009
Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT	1.151.512	1.290.489	11.961
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	1.492.052	1.392.418	383.060
	2.643.564	2.682.907	395.021

Movimentação dos investimentos

	CEEE-D			CEEE-GT			TOTAL		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Capital social	23.703	23.703	23.703	588.447	588.447	581.447			
Patrimônio líquido	1.746.833	1.957.659	18.145	2.263.428	2.112.285	581.098			
Resultado do exercício	(210.826)	1.932.900		142.038	1.565.843	-			
% de participação	65,92%	65,92%	65,92%	65,92%	65,92%	65,92%			
Saldo do investimento no início do exercício	1.290.469	11.961	16.394	1.392.418	383.060	266.608	2.682.907	395.021	303.002
Reconhecimento do ajuste de avaliação patrimonial na investida	-	-	-	9.934	9.934	155.823	9.934	9.934	155.823
Reconhecimento do ajuste de exercícios anteriores na investida	-	-	(4.433)	-		(59.371)	-	-	(63.804)
Dividendos não recebidos		4.360	-	32.779	-	-	32.779	4.360	-
Dividendos provisionados		-	-	(36.712)	(32.779)	-	(36.712)	(32.779)	-
Resultado de equivalência patrimonial	(138.976)	1.274.168	-	93.631	1.032.204	-	(45.345)	2.306.371	-
Saldo do investimento no final do exercício	1.151.512	1.290.489	11.961	1.492.052	1.392.418	383.060	2.643.564	2.682.907	395.021

22.2. Consolidado

22.2.1. Composição

	CONSOLIDADO		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Participações societárias permanentes			
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	296.492	278.877	227.639
Avaliadas pelo método de custo	892	882	878
Outros investimentos	20.313	21.319	22.165
	317.697	301.078	250.682

22.2.2 Participações Societárias Permanentes Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial

Os saldos compõem-se de participação no capital das seguintes empresas:

	31/12/2010		31/12/2009		01/01/2009	
	Lote de Mil ações ou quotas	Participação (%)	Lote de Mil ações ou quotas	Participação (%)	Lote de Mil ações ou quotas	Participação (%)
Maesa	22.624.633	6,66%	22.624.633	6,66%	22.624.633	6,66%
Enercan	25.326	6,51%	25.326	6,51%	25.326	6,51%
Jaguari	1.857.000	10,50%	1.857.000	10,50%	1.857.000	10,50%
Etau	3.489.534	10,00%	3.489.534	10,00%	3.489.534	10,00%
Ceran	153.000.000	30,00%	153.000.000	30,00%	153.000.000	30,00%
Chapecoense	714.509.342	9,00%	540.519.314	9,00%	10.000	9,00%

a) Informações Financeiras das Controladas

	Informações 31/12/2010						
	Capital social	Patrimônio líquido publicado	Ajustes ressalvados pelo auditor(*)	Patrimônio líquido ajustado	Lucro (prejuízo) publicado	Ajustes ressalvados pelo auditor(*)	Lucro (prejuízo) ajustado
Maesa	339.808	364.348	-	364.348	11.000	-	11.000
Enercan	388.787	761.165	(23.450)	737.715	137.228	(12.190)	125.038
Jaguari	17.680	13.576	(5.305)	8.271	1.773	(340)	1.433
Etau	34.895	65.414	-	65.414	16.464	-	16.464
Ceran	470.875	557.742	(44.820)	512.922	52.121	(15.434)	36.687
Chapecoense	714.509	712.421	(13.631)	698.790	(1.674)	(13.631)	(15.305)

	Informações 31/12/2009						
	Capital social	Patrimônio líquido publicado	Ajustes ressalvados pelo auditor(*)	Patrimônio líquido ajustado	Lucro (prejuízo) publicado	Ajustes ressalvados pelo auditor(*)	Lucro (prejuízo) ajustado
Maesa	339.808	353.452	-	353.452	31.413	-	31.413
Enercan	388.787	687.334	(11.260)	676.074	154.798	(11.260)	143.538
Jaguari	17.680	11.803	(4.965)	6.838	31	-	31
Etau	34.895	64.992	-	64.992	20.541	-	20.541
Ceran	470.875	518.000	(29.386)	488.614	58.176	(29.386)	28.790
Chapecoense	540.519	638.908	-	638.908	(1.958)	-	(1.958)

	Informações 01/01/2009			
	Capital social	Patrimônio líquido publicado	Ajustes ressalvados pelo auditor(*)	Patrimônio líquido ajustado
Maesa	339.808	322.049	-	322.049
Enercan	388.787	569.301	-	569.301
Jaguari	17.680	11.772	-	11.772
Etau	34.895	49.597	-	49.597
Ceran	470.875	473.641	-	473.641
Chapecoense	406.343	237.075	-	237.075

(*) As investidas foram ressalvadas no relatório de seus auditores independentes por não registraram em suas demonstrações financeiras, os efeitos de:

- Ausência de registro da obrigação do direito de exploração (concessão onerosa), denominado. Uso do Bem Público - UBP (Enercan, Ceran e Chapecoense).
- Utilização das taxas de depreciação dos bens integrantes do seu ativo imobilizado está de acordo com as estipuladas pelo poder concedente (ANEEL) e não considerando o prazo de concessão (Enercan e Ceran).
- O não reconhecimento de provisão para perdas dos saldos de aplicações financeiras junto ao Banco Santos e o não registro dos tributos, juros moratórios e multas incidentes sobre mútuo financeiro a pagar firmado entre partes relacionadas (Jaguarí).

Por decisão da administração, para o cálculo de equivalência patrimonial a Concessionária ajustou as Demonstrações Financeiras das investidas contemplando os efeitos das ressalvas dos Auditores Independentes.

b) Movimentação dos investimentos

Empresas	Saldos em 31/12/2009	Aumento de Capital	Equivalência Patrimonial	Dividendos	Saldos em 31/12/2010
Maesa	23.533	-	732	(7)	24.258
Enercan	44.041	-	8.145	(4.130)	48.056
Jaguari	718	-	150	-	868
Etau	6.499	-	1.646	(1.604)	6.541
Ceran	146.584	-	11.007	(3.714)	153.877
Chapecoense	57.502	6.767	(1.377)	-	62.892
	278.877	6.767	20.303	(9.455)	296.492

Empresas	Saldos em 01/01/2009	Aumento de Capital	Equivalência Patrimonial	Dividendos	Saldos em 31/12/2009
Maesa	21.442	-	2.091	(1)	23.533
Enercan	37.085	-	9.350	(2.395)	44.041
Jaguari	723	-	(5)	-	718
Etau	4.960	-	2.054	(515)	6.499
Ceran	142.092	-	8.637	(4.145)	146.584
Chapecoense	21.337	36.341	(176)	-	57.502
	227.639	36.341	21.951	(7.056)	278.877

b.1) Machadinho Energética S/A – MAESA

Em julho de 1997 foi formalizado contrato de concessão entre o Empreendimento Machadinho, formado pela TRACTEBEL e Machadinho Energética S.A. – MAESA, e Poder Concedente para construção e exploração da UHE Machadinho com 1.140 MW de potência, cuja operação comercial iniciou em 2002.

A CEEE-GT faz parte da MAESA, em 2007 aumentou sua participação societária em 2007 com a aquisição de parte das ações alienadas pela empresa Centrais Elétricas de Santa Catarina – CELESC.

Com esta aquisição, a participação da Concessionária na MAESA e por consequência no Empreendimento Machadinho passou a ser de 6,66% (5,86% anterior) e 5,53% (4,85% anterior) respectivamente, representando uma potência de 63 MW e energia garantida de 26,16 MW médios.

b.2) Campos Novos Energia S/A – ENERCAN

Refere-se à participação de 6,51% na Empresa Campos Novos Energia S/A – ENERCAN, localizada no rio Canoas, entre os municípios de Campos Novos e Celso Ramos, no estado de Santa Catarina, através do contrato de concessão nº 43/2000, com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A potência instalada corresponde a 880 MW, sendo que a 1ª unidade geradora passou a operar comercialmente em 03 de fevereiro de 2007, a 2ª unidade em 17 de fevereiro de 2007 e a 3ª unidade entrou em operação em 09 de maio de 2007.

b.3) Jaguari Energética S/A

Refere-se à participação da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT na Jaguari Energética S/A, para a construção da PCH Furnas do Segredo, localizada no rio Jaguari, no Estado do Rio Grande do Sul, cujo início das operações ocorreu em setembro de 2005.

Em 30 de agosto de 2004, a participação da Concessionária reduziu de 30% para 14,19% de acordo com a Resolução de Diretoria nº 2.124, isto porque o Acordo de Quotistas estabelecia que o acionista Guascor financiaria o capital próprio da Concessionária caso a sociedade obtivesse um financiamento mínimo de 80%, o qual não foi aprovado pelo BNDES, que financiou 55,2% do projeto.

Em agosto de 2004 foi firmado contrato de empréstimo entre Guascor Serviços Ltda e CEEE-GT, no valor de R$ 1.857 para integralização do capital social da Concessionária na investida. A Concessionária pagará a credora através dos dividendos que terá direito do resultado da Jaguari Energética S/A.

Em novembro de 2006, conforme Resolução de Diretoria nº 486, a Companhia não manifestou interesse em acompanhar os aportes deliberados pelos demais acionistas da empresa, reduzindo a participação para 10,5%.

b.4) Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S/A – ETAU

Em 18 de dezembro de 2002, a Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S/A – ETAU, firmou Contrato de Concessão nº 82/2002 – ANEEL, tendo por objeto a concessão do serviço público de energia elétrica referente à Linha de Transmissão Campos Novos, Lagoa Vermelha, Santa Marta 230 kV; a entrada em operação ocorreu em 17 de abril de 2005. A Companhia tem participação de 10% na ETAU, sendo que o capital social correspondente foi integralizado com a emissão de notas promissórias "pro soluto", as quais serão resgatadas mensalmente até a quitação de sua parcela no patrimônio do empreendimento, através do Contrato de Operação e Manutenção ETAU/CEEE-GT.

b.5) Companhia Energética Rio das Antas - CERAN

Refere-se à participação de 30% na Companhia Energética Rio das Antas - CERAN, para implantação e exploração dos empreendimentos hidrelétricos nas usinas Castro Alves, Monte Claro e 14 de Julho, todas localizadas no Estado do Rio Grande do Sul, cuja potência instalada corresponderá a 360 MW. Em 29 de dezembro de 2004, entrou em operação comercial a primeira das duas turbinas da Usina Hidrelétrica Monte Claro e em 29 de novembro de 2006, a segunda turbina com potência total instalada de 59 MW. Na UHE Castro Alves entrou em operação a primeira turbina em 04 de março, a segunda em 02 de abril e a terceira em 06 de junho de 2008. A UHE 14 de Julho iniciou a operação comercial de fornecimento de energia referente à primeira unidade geradora em 25 de dezembro de 2008 e a segunda em 13 de março de 2009.

b.6) Foz do Chapecó Energia S/A

Em 01 de março de 2007, a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, juntamente com a CPFL Geração de Energia S/A e a Chapecoense Geração S/A, assinaram o Acordo de Acionistas da Foz do Chapecó Energia S/A – FCE, sociedade por ações de propósito específico – SPE, com distrato do consórcio anteriormente formalizado entre as partes.

A Resolução Autorizativa ANEEL nº 879, de 17 de abril de 2007, autorizou a transferência da quota-parte detida pela Chapecoense Geração S/A na concessão do UHE Foz do Chapecó para a Foz do Chapecó Energia S/A – FCE, alterando-se a estrutura acionária, que passou a ter a seguinte composição: CPFL – 51%, CEEE-GT – 9% e Chapecoense – 40%.

A potência instalada da usina, localizada no rio Uruguai, entre os municípios de Águas de Chapecó no Estado de Santa Catarina, e Alpestre no Rio Grande do Sul, corresponderá a 855 MW, distribuída em quatro grupos geradores, e em março de 2011 passou a operar com sua capacidade máxima.

O BNDES aprovou financiamento para o empreendimento na ordem de R$ 1,658 bilhão, cujo prazo de financiamento é de utilização e carência até 15 de setembro de 2011 e amortização em 192 meses. A Concessionária assinou o contrato na condição de interveniente na operação do

financiamento e aportou capital em dezembro de 2007, no montante de R$ 5,9 milhões, o qual já foi repassado através de empréstimo do Banco Bradesco diretamente a Foz do Chapecó Energia S/A.

c) Participações Societárias Permanentes Avaliadas pelo Custo

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Centrais Elétricas S.A - ELETROSUL	2.260	2.260	2.260
(-) Provisão Desvalorização ELETROSUL	(1.936)	(1.936)	(1.936)
Piratini Energia S.A	10	-	-
Transmissora Porto Alegrense LTDA.	4	4	-
Outros Investimentos Avaliados pelo Custo	909	909	909
(-) Provisão Desvalorização Outros Investimentos	(355)	(355)	(355)
Saldos Investimentos Avaliados pelo Custo	892	882	878

c.1) Centrais Elétricas S.A. - ELETROSUL

Refere-se à participação de 0,116% no Capital Social da Centrais Elétricas S.A.- ELETROSUL.

c.2) Piratini Energia S/A

Refere-se à participação de 10% na Piratini Energia S/A, sendo esta proprietária da Usina Termelétrica Piratini, localizada no município de Piratini/RS, com capacidade para produzir 10 MW utilizando-se de resíduos de madeira provenientes das indústrias madeireiras da Região.

c.3) Transmissora Porto Alegrense Ltda

Em junho de 2009, a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT e a PROCABLE Energia e Telecomunicações constituíram a Sociedade de Propósito Específico denominada TPAE - Transmissora Porto Alegrense de Energia Ltda. que venceu o Leilão da ANEEL – processo nº 48500.000368/2009-18 para a exploração da Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, mediante a construção, a montagem, a operação e manutenção do empreendimento Linha de Transmissão Subterrânea em 230kV Porto Alegre 9 - Porto Alegre 4.

Conforme Memorando de Entendimentos firmado entre as partes, a Concessionária seria responsável pela Operação e Manutenção do Empreendimento, pelas Licenças Ambientais, revisões, acompanhamento técnico e fiscalização da obra e a PROCABLE seria responsável pela preparação do Projeto Básico e Executivo do Empreendimento, construção, fornecimento de materiais, obras civis, instalações, testes e realização de comissionamento. A Concessionária e a PROCABLE, em conjunto, seriam responsáveis pela estruturação e contratação do financiamento para implantação do Empreendimento.

Estima-se que ao final do Empreendimento o Capital Social deverá estar em torno de R$ 17.500 e, considerando a estrutura de capital próprio na Transmissora Porto Alegrense de 35% (definida no Anexo VI do Contrato de Concessão com a ANEEL) e a sua participação de 20%, a Concessionária deverá realizar aportes de R$ 3.500 mediante créditos que tem ou venha a ter com a TPAE.

22.2.3.Outros Investimentos

	CONSOLIDADO		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Ativos da Atividade Produção Postes	16.502	16.574	16.743
(-) Amortização Acumulada	(11.137)	(10.977)	(10.973)
	5.365	5.597	5.770
Bens de Renda	15.213	15.213	15.213
(-) Amortização Acumulada	(5.448)	(4.874)	(4.299)
Bens de Uso Futuro	3.635	3.635	3.635
	13.400	13.974	14.549
Saldos de Outros Investimentos em 31/12/2010	18.765	19.571	20.319

22.2.4. Atividade de Produção de Postes

O valor de R$ 5.365 (R$ 5.597 em 31 de dezembro de 2009 e R$ 5.770 em 01 de janeiro de 2009) contempla os bens móveis e imóveis necessários à manutenção da atividade de produção de postes. Os bens estão vinculados a garantias ou penhoras em ações judiciais e parcelamentos de impostos. Essas penhoras ou garantias referem-se, conforme nota explicativa n° 33 à ações trabalhistas e cíveis. Os referidos bens não fazem parte da concessão e foram autorizados a serem vinculados a garantias pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, conforme Ofício nº 835 SFF/ANEEL, de 26 de outubro de 2001.

22.2.5. Bens e Direitos para Uso Futuro no Serviço Concedido e Bens de Renda

O valor de R$ 13.400 (R$ 13.974 em 31 de dezembro de 2009 e R$ 14.549 em 01 de janeiro de 2009) contempla imóveis destinados à futura utilização pela Companhia, no serviço concedido e a bens mantidos para obtenção de renda.

Na CEEE-GT os saldos de R$ 877 (R$ 984 em 31 de dezembro de 2009 e R$ 1.253 em 01 de janeiro de 2009) referem-se substanciamente aos ativos do Centro Técnico de Aperfeiçoamento e Formação - CETAF o qual está vinculado a garantias ou penhoras em ações judiciais. Essas penhoras ou garantias estão vinculadas a ações trabalhistas e cíveis. Estes bens não fazem parte da concessão e foram autorizados a serem vinculados a garantias pela ANEEL, conforme Ofício nº 835 SFF/ANEEL, de 26 de outubro de 2001.

Os demais saldos de outros investimentos são compostos por bens de renda R$ 636 (R$ 728 em 31 de dezembro de 2009 e R$ 556 em 01 de janeiro de 2009) e bens destinados à futura utilização pela Concessionária R$ 36 (R$ 36 em 31 de dezembro de 2009 e 01 de janeiro de 2009).

23. Imobilizado

a) Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

O Imobilizado da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D é composto por bens administrativos, veículos e móveis e utensílios, que são deduzidos da Base de Remuneração Regulatória e que não foram considerados dentro do alcance da ICPC 01. Estes ativos são adquiridos prontos em sua maioria e entram em operação tão logo sejam recebidos pela empresa, portanto, na composição de seu custo histórico os valores relativos à Rateio de Custo da Administração Central ou Juros de Obra em Andamento, se existirem, são imateriais. Estes ativos da Concessionária, que não contribuem diretamente na geração de caixa, estão registrados ao custo de aquisição que no entendimento da Administração é a melhor estimativa do seu valor justo.

b) Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT

O Ativo Imobilizado da Concessionária é composto por Usinas de Geração e por bens administrativos, veículos e móveis e utensílios, inclusive à serviço das concessões de transmissão mas que não foram considerados dentro do alcance da ICPC 01.
Os ativos administrativos e do apoio em geral são adquiridos prontos em sua maioria e entram em operação tão logo sejam recebidos pela empresa, portanto, na composição de seu custo histórico os valores relativos à Rateio de Custo da Administração Central ou Juros de Obra em Andamento, se existirem, são imateriais. Estes ativos da Concessionária, que não contribuem diretamente na geração de caixa, estão registrados ao custo de aquisição que no entendimento da Administração é a melhor estimativa do seu valor justo.

Custo Atribuído (*Deemed Cost*)

A Concessionária avaliou os valores de suas usinas de geração e optou pela adoção do custo atribuído (*deemed cost*), ajustando os saldos de abertura na data de transição em 1º de janeiro de 2009 para fins de comparação.

Os valores justos utilizados na adoção do custo atribuído foram estimados por especialistas internos (engenheiros) com experiência e competência profissional, objetividade e conhecimento técnico dos bens avaliados. Para realizarem este trabalho os especialistas internos consideraram os valores justos de recuperação admitidos pelo Órgão regulador bem como a vida útil econômica estimada pelo Órgão Regulador e aceita pelo mercado como adequada. A avaliação tem como base a metodologia do custo de reposição depreciado que vem sendo empregada nos processos de revisão tarifária das empresas de distribuição de energia elétrica.

Os efeitos nos principais grupos de conta decorrentes da adoção do custo atribuído em 1º de janeiro de 2009 foram:

	CONSOLIDADO	
	01/01/2009	31/12/2008
Terrenos	27.866	27.866
Ajustes pro adoção do custo atribuído	-	-
Total	27.866	27.866
Reservatórios, barragens	66.013	66.013
Ajustes pro adoção do custo atribuído	214.191	-
Total	280.204	66.013
Edificações e Benfeitorias	22.647	22.647
Ajustes pro adoção do custo atribuído	22.353	-
Total	45.000	22.647
Máquinas e Equipamentos	895.902	895.902
Ajustes pro adoção do custo atribuído	121.611	-
Total	1.017.513	895.902
Veículos	5.184	5.184
Ajustes pro adoção do custo atribuído	-	-
Total	5.184	5.184
Móveis e Utensílios	585	585
Ajustes pro adoção do custo atribuído	-	-
Total	585	585
Bens em construção	103.841	103.841
Ajustes pro adoção do custo atribuído	-	-
Total	103.841	103.841
Infraestrutura ICPC 01	(920.249)	(920.249)
Ajustes pro adoção do custo atribuído	-	-
Total	(920.249)	(920.249)
Total Imobilizado	559.943	201.789

O patrimônio líquido foi aumentado em R$ 236.382 e o imposto de renda e contribuição social passivo diferido foi aumentado em R$ 121.773 em decorrência da adoção do custo atribuído, respectivamente.
A administração estimou que os efeitos decorrentes da adoção do custo atribuído na despesa de depreciação nos exercícios atual e futuro será conforme abaixo:

	2010	2011	2012	2013	2014	Após
(Diminuição) Aumento da despesa por depreciação	44.323	44.323	41.970	40.718	37.536	104.961

O relatório de avaliação gerado pelos especialistas datados de janeiro de 2011 foi aprovado pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do Grupo conforme requerido pelo estatuto social.

	CONSOLIDADO		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Terrenos	41.959	41.921	41.921
Adições	-	-	-
Baixas	-	(1)	-
Transferências para Imobilizado em Serviço	49	39	-
Outros	106	-	-
Depreciação	-	-	-
Total	42.114	41.959	41.921
Reservatórios, barragens	251.524	1.737.525	1.737.525
Adições	-	-	-
Baixas	-	-	-
Transferências para Imobilizado em Serviço	-	-	-
Outros	-	-	-
Depreciação	(29.007)	(1.486.001)	(1.457.321)
Total	222.517	251.524	280.204
Edificações e Benfeitorias	51.295	307.479	307.479
Adições	-	-	-
Baixas	(462)	(138)	-
Transferências para Imobilizado em Serviço	855	327	-
Outros	-	-	-
Depreciação	(5.669)	(256.373)	(250.428)
Total	46.020	51.295	57.051
Máquinas e Equipamentos	1.794.060	4.245.149	4.245.149
Adições	-	-	-
Baixas	(25.142)	(16.423)	-
Transferências para Imobilizado em Serviço	145.321	146.000	-
Outros	(1)	(18)	-
Depreciação	(122.846)	(2.580.649)	(2.454.179)
Total	1.791.391	1.794.060	1.790.971
Veículos	52.195	48.425	48.425
Adições	-	-	-
Baixas	(912)	(1.171)	-
Transferências para Imobilizado em Serviço	116	4.969	-
Outros	-	(28)	-
Depreciação	(42.616)	(36.744)	(29.412)
Total	8.784	15.452	19.014
Móveis e utensílios	10.652	10.697	10.697
Adições	-	-	-
Baixas	(468)	(214)	-
Transferências para Imobilizado em Serviço	960	169	-
Outros	(18)	-	-
Depreciação	(8.885)	(8.933)	(8.744)
Total	2.240	1.718	1.952
Bens em construção	276.665	177.744	177.744
Adições	272.378	250.426	-
Baixas	-	-	-
Transferências para Imobilizado em Serviço	(147.302)	(151.504)	-
Outros	665	-	-
Depreciação	46.043	-	-
Total	448.448	276.665	177.744
Infraestrutura ICPC 01	(3.667.541)	(3.459.425)	(3.459.425)
Adições	(254.390)	(223.943)	-
Baixas	20.420	15.827	-
Transferências para Imobilizado em Serviço	-	-	-
Outros	-	(0)	-
Depreciação	1.865.026	1.812.197	1.712.498
Total	(2.036.484)	(1.855.344)	(1.746.928)
Total Imobilizado	525.030	577.330	621.930

24. Intangíveis

CONSOLIDADO	Softwares	Intangível da Concessão	Total
Custo			
Saldo em 1° de janeiro de 2009 - Reapresentado	13.344	1.240.760	1.252.353
Aquisições	1.138	-	797
Contratos de concessão de serviços	-	149.841	149.841
Transferência para Ativo Financeiro	-	(65.446)	(65.446)
Amortização por Baixas	(120)	(9.353)	(9.353)
Saldo em 31 de dezembro de 2009 - Reapresentado	14.362	1.315.802	1.328.192
Aquisições	1.233	-	591
Contratos de concessão de serviços	-	121.328	121.328
Transferência para Ativo Financeiro	-	(49.300)	(49.300)
Amortização por Baixas	(17)	(17.191)	(17.191)
Outros	153	-	153
Saldo em 31 de dezembro de 2010	15.731	1.370.639	1.383.774
Amortização e perdas por redução do valor recuperável	-	-	-
Saldo em 1° de janeiro de 2009 - Reapresentado	(2.731)	(818.827)	(820.998)
Amortização do período	(349)	(66.495)	(66.615)
Amortização por Baixas	85	8.180	8.180
Saldo em 31 de dezembro de 2009 - Reapresentado	(2.995)	(877.142)	(879.433)
Amortização do período	(346)	(68.584)	(68.720)
Amortização por Baixas	17	15.755	15.755
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(3.324)	(929.971)	(932.398)
Valor contábil			
Em 1° de janeiro de 2009 - Reapresentado	10.612	421.933	432.545
Em 31 de dezembro de 2009 - Reapresentado	11.367	438.660	450.026
Em 31 de dezembro de 2010	12.407	440.668	453.075

Intangível da Concessão

É composto pelos valores dos serviços de construção e melhorias da infraestrutura à serviço da concessão, líquidos de amortização, e que serão recebidos pelas Controladas através da cobrança dos usuários do serviço na tarifa de energia elétrica.

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão.

Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.
As Controladas amortizam o ativo intangível de uma forma não linear, respeitando a vida útil definida pelo órgão regulador para cada bem integrante da infraestrutura ao alcance da ICPC 01. O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro, pois será recuperado através de indenização.

Software

São licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por gastos realizados com a aquisição das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização produtiva de softwares. Tais itens são amortizados linearmente.

25. Seguros

Os ativos com cobertura para incêndio, queda de raio, explosões e danos elétricos foram aqueles considerados essenciais, em que ocorrendo o sinistro, implicará na possibilidade de comprometer a garantia e a confiabilidade na continuidade da prestação de serviço. O seguro patrimonial foi contratado junto à TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S/A, contratos 99942074 e 9942075 – 1º Termo Aditivo, e tem vigência de 12/02/2011 até 11/02/2012. O valor do ativo segurado, consolidado totaliza R$ 156.405 e os prêmios R$ 367.

26. Revisão Tarifária

De acordo com o estabelecido no Contrato de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 81, assinado em 25 de outubro de 1999 com o Poder Concedente, a Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE realizou sua primeira Revisão Tarifária Periódica – RTP em outubro de 2004 e a segunda em outubro de 2008.

A segunda RTP foi realizada conforme critérios e metodologias aplicáveis ao Segundo Ciclo de Revisões Tarifárias das Concessionárias de Distribuição de Energia Elétrica, de acordo com a proposta apresentada na Audiência Pública nº 052/2007, ocorrida em 05 de março de 2008.

A CEEE-D teve um índice de reposição provisório de 2,49%, sendo 0,65% relativos ao reposicionamento tarifário e 1,84% relativos aos componentes financeiros externos a RTP, com vigência a partir de 25 de outubro de 2008. A metodologia utilizada e os resultados da segunda RTP da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D estão apresentados na Nota Técnica nº 315/2008 – SRE/ANEEL, de 15 de outubro de 2008 e homologado provisoriamente através da Resolução Homologatória nº 715, de 21/10/2008 em virtude das seguintes componentes:

- Perdas de Energia;
- Custos Operacionais Eficientes e
- Perdas de Receita Irrecuperáveis.

Nos termos da Resolução Normativa nº 234, de 31 de outubro de 2006 ficou estabelecido o valor do componente Xe em 1,23%, a ser aplicado como redutor na Parcela B nos reajustes tarifários subsequentes.

Conforme o item 212 da Nota Técnica nº 315/2008-SRE/ANEEL, os resultados serão ajustados no ano de 2009 em função da definição das metodologias para estas variáveis, submetidas ao processo de Audiência Pública AP/52/2006, cujo resultado foi estabelecido através da Resolução Normativa ANEEL n º 338, de 25 de novembro de 2008 e as seguintes Notas Técnicas:

- NT 292/2008 - SRE/ANEEL - Metodologia de Análise de Projeção de Mercado;
- NT 340/2008 - SRE/ANEEL - Metodologia de Cálculo do Fator X;
- NT 342/2008 - SRE/ANEEL - Metodologia de Tratamento Regulatório para Perdas Não Técnicas de Energia Elétrica;
- NT 343/2008 - SRE/ANEEL - Metodologia de Cálculo dos Custos Operacionais (Detalhamento do Modelo de Empresa de Referência);
- NT 346/2008 - SRE/ANEEL - Aprimoramentos da Resolução nº 234/2006 - Adequações de texto;
- NT 352/2008 - SRE/ANEEL - Aperfeiçoamento da Metodologia de Cálculo do Fator X a ser aplicado no 2º Ciclo de RTP (especificamente quanto ao mecanismo de avaliação dos investimentos previstos) e
- NT 547/2008 - SRE/ANEEL - Metodologia e Critérios Gerais para definição da BRR.

O resultado definitivo da Revisão Tarifária Periódica foi homologado através da Resolução Homologatória 881/2009 e Nota Técnica 320/2009, datada de 15/09/2009. A ANEEL decidiu aplicar um reposicionamento tarifário de -0,39% a ser aplicado nas tarifas de fornecimento de energia elétrica e nas Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), ao invés do reposicionamento de 0,65% definido preliminarmente. Para o componente Xe do Fator X foi definido um índice de 0% a ser considerado nos reajustes de 2008 até 2012. Inicialmente, a Agência havia decidido por um índice de 1,23%. Os investimentos considerados no período chegaram a R$ 598 milhões. Além disso, definiu-se para as perdas técnicas um índice de 6,07% e para as perdas não-técnicas de 8,83%.

a) Reajuste Tarifário Anual

Em 2006 as tarifas de fornecimento de energia elétrica da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 380, de 18 de outubro de 2006, foram reajustadas a partir de 25 de outubro de 2006, em média –0,08%, sendo 6,96% relativo ao reajuste contratual (econômico) e –7,04% referente aos componentes financeiros. O item que mais contribuiu para a formação do índice financeiro foi a devolução da RTE, no montante de R$ 113.470 mil, que representou no índice o percentual de –7,13%. Este assunto encontra-se detalhado na Nota Técnica nº 256/2006-SRE/ANEEL, de 6 de outubro de 2006.

Em 2007, através da Resolução Homologatória nº 555, de 23 de outubro, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL homologou o reajuste tarifário de 0,45% com vigência, a partir do dia 25 de outubro. Com a elevação da tarifa e o fim do desconto de 7,55% nas contas dos clientes nos últimos 12 meses, os consumidores de baixa tensão tiveram um acréscimo de 7,02% e os de alta tensão 8,38%.

Para 2008, o resultado provisório da RTP disposto pela Resolução Homologatória nº 715, de 21 de outubro, reajustou as tarifas em 2,49%, sendo 0,65% relativos ao reposicionamento tarifário e 1,84% referentes aos componentes financeiros externos a RTP. Em decorrência da retirada da base tarifária de um componente financeiro de –1,40%, que havia sido adicionado no reajuste anual de 2007, o consumidor percebeu no período de 25 de outubro de 2008 a 24 de outubro de 2009, uma variação média de 3,89%, sendo o efeito de 1,90% para a baixa tensão e 7,45% para a alta tensão.

Em 2009, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), através da Resolução Homologatória nº 895 de 20 de outubro de 2009 aprovou o reajuste tarifário anual da Controlada, cujo novos valores das tarifas de energia dos consumidores pertencentes à área de concessão da distribuidora vigoraram a partir do dia 25/10/2009 e terão em média um reajuste negativo de -0,28%, que em cada grupo de consumidores terá um impacto diferenciado. A classe industrial terá o índice positivo mais elevado (1,14%), enquanto que nas tarifas para o grupo Baixa Tensão, incidirá o maior reajuste negativo -0,76%.

No que compreende o impacto do reajuste tarifário para a Concessionária o reposicionamento do IRT (Índice de Reajuste Tarifário) Econômico – composto pelos custos não gerenciáveis, tais como encargos e tributos, custos de transporte e compra de energia e pelos custos gerenciáveis, tais como remuneração de capital, custos operacionais e reposição de ativos, foi na ordem de 0,22%. Já o IRT Financeiro, composto de itens como subsídios Baixa Renda, Cooperativas, Irrigantes e Consumidores Livres, mais variação da parcela A – CVA, dentre outros foi de 2,61%, gerando um reajuste tarifário de 2,83% para a receita da Concessionária.
Em 2010 foi concedido reajuste pela ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 1074/2010, de 6,97% em média, sendo 7,16% relativo ao reajuste tarifário anual e -0,19% referente aos componentes financeiros pertinentes, para o consumidor cativo o efeito médio foi de 4,10%. A tarifa contemplada no reajuste tarifário vigorará do período de 25 de outubro de 2010 a 24 de outubro de 2011.

b) Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE:

Com base na Medida Provisória nº 14, de 21 de dezembro de 2001, convertida na Lei nº 10.438, em 26 de abril de 2002 e na Resolução ANEEL nº 90, de 18 de fevereiro de 2002, as concessionárias de distribuição de energia elétrica passaram a ter condições de recuperar as perdas financeiras ocorridas entre um reajuste tarifário e outro de itens da "Parcela A" (custos não gerenciáveis) entre o período de 01 de janeiro a 25 de outubro de 2001, acrescidas da respectiva remuneração financeira (taxa de juros SELIC).

Esses custos seriam recompostos com base no aumento tarifário extraordinário, todavia condicionado à adesão ao Acordo Geral do Setor Elétrico, proposto pelo Governo Federal, e ainda a declaração de desistência e renúncia de ações judiciais contra o órgão regulador relativas ao Programa Emergencial de Redução de Consumo de Energia Elétrica – PERCEE e à Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE.

A Companhia optou em registrar estas diferenças em 31 de dezembro de 2001 após adesão ao Acordo Geral do Setor Elétrico.

Através da Resolução nº 482, de 29 de agosto de 2002, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL homologou o montante de R$ 56.829 mil relativos a "Parcela A" para a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D. Esse valor a preços de 25 de outubro de 2001 e, através da Resolução nº 484 de mesma data, a Agência estabeleceu o prazo máximo de 18 meses, a partir de outubro de 2002, de permanência da Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE nas tarifas de fornecimento de energia elétrica.

Todavia, face à discordância do órgão regulador no tocante ao procedimento adotado pela Companhia quanto ao Acordo Geral do Setor Elétrico, a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 242, de 18 de outubro de 2006, em seu art. 7º, fixou o montante de R$ 86.551 a ser devolvido aos consumidores a partir de 1º de dezembro de 2004, caso a Concessionária não efetivasse a desistência de determinadas ações judiciais, que, aos olhos do poder concedente eram inerentes ao Acordo Geral do Setor Elétrico.

Irresignada com a posição do Órgão Regulador, a Companhia ajuizou, em 25 de Novembro de 2004, ação ordinária buscando a antecipação da tutela para que a ANEEL se abstivesse de realizar o referido desconto.

Não obstante a liminar deferida, na revisão tarifária havida em 2006, nos termos da Resolução Homologatória nº 380/2006, a agência estabeleceu que todo o valor concernente a RTE fosse devolvido aos consumidores, perfazendo R$ 113.470, o que significou uma redução de 7,31% na tarifa de 2006. A realização deste valor deu-se no reajuste de outubro de 2007.

A Companhia segue pleiteando seu direito sobre esses valores junto ao poder judiciário, ainda sem decisão transitada em julgado.

27. Fornecedores

Os saldos compõem-se de:

	CONSOLIDADO		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Encargos de Uso da Rede	26.483	27.680	27.996
Energia Elétrica Comprada para Revenda	116.313	91.345	112.890
Materiais e Serviços	47.404	37.387	60.816
Energia de Curto Prazo - CCEE (vide nota explicativa n° 48.d)	22.640	10.101	25.131
Retenção Contratual	38.058	18.948	18.931
28. Folha de Pagamento – Retenções	250.898	185.461	245.764

O valor de R$ 25.022 (R$ 22.853 em 31 de dezembro de 2009 e R$ 19.175 em 01 de janeiro de 2009) no Consolidado refere-se a consignações em favor de terceiros (diversas Entidades de Classe como AFCEEE, SENERGISUL, ELETROCEEE) e tributos e contribuições sociais retidos na fonte.

29. Tributos e Contribuições Sociais

Os saldos compõem-se de:

	CONSOLIDADO		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Circulante			
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	22.226	16.486	15.399
Contribuição ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	7.752	7.241	4.732
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	27.473	12.667	20.971
Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS / PASEP	5.964	2.751	2.901
Contribuição ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	3.189	2.969	2.076
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	118	2.721	7.212
Parcelamento de Débitos Fiscais Lei nº 11.941/09	9200	17279	9537
Parcelamento Previdenciário	280	306	331
Parcelamento ICMS	745	-	-
Outros	1.637	1.608	1.207
Total	78.584	64.028	64.366
Não Circulante			
Parcelamento de Débitos fiscais Lei nº 11.941/09	59.573	59.574	33.376
Parcelamento Previdenciário	587	867	1.173
Parcelamento ICMS	435	-	-
Total	60.595	60.441	34.549

a) Parcelamento de ICMS

Refere-se ao parcelamento proveniente do Auto de Lançamento nº 0013036904, lavrado pela Fazenda Estadual, em função do aproveitamento indevido de créditos do ICMS por parte do contribuinte. A CEEE-D vinha discutindo a matéria no âmbito administrativo, culminando a lide no poder judiciário, todavia, considerando a publicação do Decreto Estadual nº 47.301, de 18/06/2010, norma que instituiu o Programa de Ajuste da Dívida do ICMS, no Estado do Rio Grande do Sul – AJUSTAR/RS, em agosto de 2010, o contribuinte optou por inserir esse contingente no referido parcelamento, gozando das prerrogativas inerentes ao abatimento de multa e juros ofertadas pelo

AJUSTAR/RS. O valor devido na data de adesão era de R$ 2.118, sendo que os descontos auferidos montaram R$ 628, restando um saldo remanescente de R$ 1.490 parcelado em 24 vezes, e que vem sendo quitado na proporção de seus vencimentos, sendo o valor de cada parcela atualizado mensalmente pela taxa SELIC, já tendo 05 parcelas liquidadas.

b) Parcelamento de Débitos Fiscais – Lei nº 11.941/09

A Concessionária efetuou em 20/11/2009 pedido de parcelamento de débitos fiscais junto a Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, nos termos da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 e da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06, de 22 de julho de 2009.

Os débitos se relacionam ao Programa de Integração Social – PIS e a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, bem como à obrigações fiscais junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

No tocante ao Parcelamento Especial – PAES, instituído pela Lei nº 10.684, de 31 de maio de 2003, a Concessionária realizou a migração de seu saldo remanescente junto ao ente fazendário, para quitá-lo consoante os critérios da Lei nº 11.941/09. A diferença de saldo oriunda do PAES, até então apresentada entre o sistema de consulta da RFB/PGFN e o contabilizado nas Demonstrações Financeiras, a Concessionária, em face da adesão ao novo diploma legal, reconhece, neste momento, o saldo vigente do órgão fazendário.

A Concessionária vem pagando as parcelas mínimas disciplinadas na Lei nº 11.941/09, tendo, até o momento, quitado 14 (quatorze) prestações, e obtendo o deferimento de seu requerimento de adesão.

Os débitos parcelados ainda não se encontram consolidados por parte das autoridades competentes e as informações para consolidação foram enviadas conforme disciplina a Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 11, de 24 de junho de 2010.

Os órgãos fazendários editaram a Portaria Conjunta PGFN/RFB Nº 02/11, estabelecendo cronograma de consolidação dos débitos para o exercício de 2011.

O total da dívida objeto do parcelamento monta R$ 78.199, já contemplando o reparcelamento do PAES, bem como os descontos de multa e juros oferecidos ao contribuinte pela Lei nº 11.941/09 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06/09. Deste montante, R$ 36.907, referem-se à multa e juros, os quais serão liquidados com a utilização de prejuízos fiscais do imposto de renda e bases negativas da contribuição social, o saldo restante será quitado em 180 meses com atualização pela Taxa Selic.

A tabela abaixo ilustra o saldo estimado antes da consolidação dos débitos:

Data do Evento	Histórico	Valor
20/11/2009	Registro de Parcelamentos	41.292
20/11/2009	Multa e Juros Provisionados	36.907
	Total do Parcelamento	78.199
31/12/2010	Parcelas Pagas até 31/12/2010	(9.426)
	Saldo a Pagar	68.773
CIRCULANTE		9.200
NÃO CIRCULANTE		59.573
	Provável Compensação PF IRPJ / BN CSLL (Vide NE 41)	(36.907)
	Saldo Estimado	31.866

c) Parcelamento Previdenciário

O parcelamento refere-se ao Auto de Infração nº 35.572.001-9. A Concessionária foi autuada em 25 de agosto de 2005 por deixar de declarar em Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP, dados relativos ao pagamento de reclamatórias trabalhistas. Após julgado improcedente o recurso promovido pela Concessionária, restou devido R$ 2.186 sendo que deste valor foi compensado o depósito recursal anteriormente efetuado no montante de R$ 656. O saldo remanescente de R$ 1.530 foi parcelado em 60 vezes já tendo sido liquidadas 26 (vinte e seis) parcelas.

30. Plano de Benefícios Pós-Emprego

A Companhia é patrocinadora de dois planos de benefícios administrados pela Fundação ELETROCEEE denominados Plano Único e CEEEPREV. Mantém a obrigação do pagamento de aposentadoria a empregados ex-autárquicos, bem como de complementação de aposentadoria a ex-empregados desligados por aposentadoria incentivada.

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
CEEE-GT			
Circulante	58.311	64.267	61.938
Não Circulante	330.184	343.645	337.217
Subtotal	388.495	407.912	399.155
CEEE-D			
Circulante	108.485	107.681	106.511
Não Circulante	613.918	638.825	628.948
Subtotal	722.403	746.506	735.459
Total consolidado	1.110.898	1.154.418	1.134.614

		CONSOLIDADO		
Circulante	Nota Explicativa	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP		6.164	15.757	15.809
Contribuição Patrocinadora - ELETROCEEE	30	8.248	7.051	7.620
Fundação ELETROCEEE Contr.1254/95 Benef. Empregados	30	31.612	27.537	30.480
Provisão para Complementação Aposentadoria		-	-	-
Ex-Autárquicos - Lei Estadual 3.096/56 - EXA		120.772	121.603	114.540
		166.796	171.948	168.449
Não Circulante				
Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP		3.325	3.357	5.941
Fundação ELETROCEEE Contr.1254/95 Benef. Empregados	30	192.310	208.818	226.902
Provisão para Complementação Aposentadoria		-	-	-
Ex-Autárquicos - Lei Estadual 3.096/56 - EXA		748.467	770.295	738.422
Ajuste Deliberação CVM 600/09 - Planos de Benefícios		-	-	-
- CEEEPREV e PLANO ÚNICO		-	-	(5.100)
		944.102	982.470	966.165
Total		1.110.898	1.154.418	1.134.614

a) Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP

Em decorrência de acordo coletivo de trabalho, a Concessionária é responsável pelo pagamento do benefício de complementação de aposentadoria por tempo de serviço que tenha sido concedida pela Previdência Oficial ao participante regularmente inscrito na Fundação ELETROCEEE e que ainda não tenha cumprido todos os requisitos para a sua fruição, ocasião em que o ex–empregado será definitivamente aposentado pela Fundação. Desta forma, as controladas provisionaram os valores integrais dos compromissos futuros relativos a estas complementações salariais, considerando o prazo médio de pagamento destes benefícios, ajustados a valor presente, incluindo as contribuições à Fundação.

b) Contribuição Patrocinadora – ELETROCEEE

A Contribuição Patrocinadora - ELETROCEEE refere-se às contribuições mensais da Patrocinadora relativas aos Planos de Benefícios denominados Plano Único e CEEEPREV e a Parcela de Reserva Amortizar CEEEPREV.

b.1) Plano de Benefício Definido

Trata-se de compromissos junto à Fundação ELETROCEEE do Plano de Beneficio Definido denominado Plano Único.

b.2.) Plano de Benefício de Contribuição Definida

O Plano CEEEPREV foi implantado em outubro de 2002 com a migração de 59% dos empregados participantes do Plano Único, tendo sido aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC em 08 de agosto de 2002. Para os participantes que migraram do Plano Único para o Plano CEEEPREV foram preservados os benefícios com direitos já acumulados no plano de origem de forma saldada.

c) Fundação ELETROCEEE Contrato 1254/95 – Benefícios aos Empregados

No total da obrigação atuarial está contemplado o montante do contrato com a ELETROCEEE n° SF 1254/95, referente ao contrato de confissão de dívida por contribuições não pagas, a renegociação foi efetuada em agosto 2003 de acordo com seu quinto termo aditivo cuja carência foi até dezembro 2004, tendo o reinício dos pagamentos das amortizações de principal a partir de janeiro 2005, com seu término previsto para 31 de julho de 2018.

d) Provisão para Complementação Aposentadoria Ex-Autárquicos–Lei Estadual nº 3.096/56 - EXA

Esta provisão refere-se ao compromisso das Controladas com empregados ex-autárquicos aposentados, remanescentes da antiga Comissão Estadual de Energia Elétrica, autarquia que foi sucedida pela Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, por força da Lei Estadual nº 4.136/61, registrado conforme cálculo atuarial.

Na forma preconizada pela CVM nº 600, de 07/10/2009 que aprovou o Pronunciamento CPC 33 – Benefícios a Empregados, são apresentadas a seguir as informações sobre os Planos de Benefícios, compromissos previdenciais e sobre a política contábil adotada.

30.1 Política Contábil adotada pela Patrocinadora no Reconhecimento de Ganhos e Perdas Atuariais

- Plano de Benefício denominado Plano Único, Compromissos Previdenciais CTP e Ex-Autárquicos – O valor do reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais corresponderá à parcela de ganho ou perda que exceda o maior entre 10% do Valor Presente da Obrigação Atuarial e 10% do Valor Justo dos Ativos do Plano, conforme item 92 da Deliberação CVM 600/09.

- Plano de Benefício denominado CEEEPREV – Neste plano, o risco atuarial (benefícios menores que o esperado) e o risco de investimentos (ativos investidos e os rendimentos desses ativos serem insuficientes para cobrir os benefícios esperados) são dos participantes do plano.

A contabilização dos custos normais do CEEEPREV, pelas Controladas é determinada pelos valores das contribuições de cada período que ocorridos efetivamente, não existindo, assim, ganho ou perda atuarial. Dessa forma o reconhecimento é efetuado com base nas contribuições efetivamente realizadas no exercício.

Com relação ao custo do serviço passado, esse é reconhecido pelo método de linha reta, como uma despesa, pelo período de amortização da Provisão a Constituir junto ao Plano CEEEPREV. Quanto ao reconhecimento do ganho ou perda atuarial com relação a esse compromisso de serviço passado, esse (a) será totalmente reconhecido (a) no exercício.

De acordo com as práticas contábeis anteriores, prevista na Deliberação CVM 371/00, as perdas atuariais acumuladas que se situavam dentro do limite de 10% do valor presente da obrigação de benefícios definidos (corredor) não vinham sendo reconhecidas no resultado das investidas. As perdas excedentes ao limite do corredor vinham sendo reconhecidas no resultado durante o tempo médio remanescente de vida dos participantes do Plano de Beneficio. Este procedimento não foi modificado pela nova pratica contábil estabelecida no CPC 33. Entretanto, conforme isenção prevista no CPC 37 R1 (Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), as Controladas optaram pelo não reconhecimento, nos seus balanços de abertura (01/01/2009), das perdas ou ganhos atuariais não registrados no passivo, em contrapartida da conta de lucro acumulados, no patrimônio líquido. As Controladas optaram por manter abordagem do corredor acima mencionado para o reconhecimento no seu resultado dos ganhos e perdas atuariais apurados a partir da data da primeira adoção.

30.2 Descrição da base utilizada para determinar a taxa esperada de retorno dos Ativos dos planos CEEEPREV e Plano Único

A taxa de juros real considerada para o Plano é de 6,00% ao ano (não considerando a inflação), como definido pelo cálculo atuarial do plano, a partir de 31/12/2009. Nos últimos nove anos, a taxa média real anual de retorno sobre os ativos do plano foi 8,47% a.a., mas conforme determinado pela legislação brasileira para fundos de pensões, a taxa de juros máxima para as projeções atuariais é de 6,00% ao ano mais a inflação, portanto a taxa de juros projetada total para o Plano é de 11,71% ao ano.

Na avaliação atuarial dos planos CEEEPREV e Plano Único, foi adotado o método de crédito unitário projetado.

30.3 Planos de Benefícios CEEE-GT

30.3.1. Conciliação dos Ativos e Passivos Reconhecidos no Balanço

Baseada no resultado da avaliação atuarial conduzida sob a responsabilidade de atuários independentes, a Concessionária registrou provisão para contribuição adicional ao fundo de pensão. O custo do serviço passado do CEEEPREV no montante de R$ 144.801 em 31 de dezembro de 2010 (R$ 158.160 em 31 de dezembro de 2009) está sendo reconhecido na Concessionária no tempo remanescente de serviço dos empregados, estimado em 11 anos, conforme item 96 da Deliberação CVM 600/09.

A conciliação dos ativos e passivos reconhecidos no balanço está abaixo demonstrada como segue:

CONCILIAÇÃO DOS SALDOS DO VALOR PRESENTE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL	2010					2009				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	(765.475)	(8.512)	(330.991)	(836.030)	(1.940.998)	(544.301)	(16.236)	(334.581)	(797.130)	(1.694.648)
Custo do serviço corrente	(642)	-	-	(11.126)	(11.768)	(450)	-	-	(19.532)	(19.982)
Custo de juros	(88.476)	(514)	(36.759)	(18.145)	(143.895)	(71.818)	(1.747)	(42.653)	(92.055)	(208.273)
Ganho / (perda) atuarial	(9.728)	(691)	(21.445)	(236.792)	(268.826)	(199.706)	3.483	981	3.502	(191.740)
Benefícios pagos pelo plano	55.300	5.433	46.018	42.859	149.631	50.850	7.988	45.663	60.196	164.647
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(809.023)	(4.454)	(343.176)	(1.059.233)	(2.215.886)	(765.476)	(8.512)	(330.990)	(836.019)	(1.940.996)
Valor presente da parte CEEEPREV CD (Contribuição Definida)	-	-	-	(82.603)	(82.603)	-	-	-	(63.560)	(63.560)
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(809.023)	(4.454)	(343.176)	(1.141.836)	(2.298.489)	(765.476)	(8.512)	(330.990)	(899.579)	(2.004.556)

ANÁLISE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL DO PLANO	2010					2009				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
Parcela do valor presente da obrigação atuarial com cobertura	(660.828)	-	-	(933.660)	(1.594.488)	(681.492)	-	-	(916.204)	(1.599.696)
Parcela do valor presente da obrigação atuarial sem cobertura	(148.195)	(4.454)	(343.176)	(125.573)	(621.398)	(83.983)	(8.512)	(330.990)	(139.536)	(563.021)
Total do valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(809.023)	(4.454)	(343.176)	(1.059.233)	(2.215.886)	(765.475)	(8.512)	(330.990)	(1.057.740)	(2.162.717)
Estatus do Plano	Parcialmente coberto	Sem cobertura	Sem cobertura	Parcialmente coberto		Parcialmente coberto	Sem cobertura	Sem cobertura	Parcialmente coberto	

30.3.1. Conciliação dos Ativos e Passivos Reconhecidos no Balanço (Continuação)

CONCILIAÇÃO DOS SALDOS DO VALOR JUSTO DOS ATIVOS	2010					2009				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	681.492	-	-	854.644	1.536.136	587.810	-	-	798.470	1.386.280
Retorno esperado dos ativos do plano	69.093	-	-	-	69.093	76.641	-	-	95.545	172.186
Ganhos / (Perdas) atuariais	(74.102)	-	-	98.921	24.819	69.845	-	-	(16.774)	44.071
Contribuições do empregador	27.475	5.433	46.018	17.382	96.308	25.374	7.957	45.663	32.332	111.357
Contribuições de participantes do plano	1.170	-	-	5.563	6.733	1.623	-	-	5.266	6.889
Benefícios pagos pelo plano	(55.300)	(5.433)	(46.018)	(42.850)	(149.601)	(50.891)	(7.957)	(45.663)	(60.196)	(164.645)
Valor justos dos ativos do plano no final do exercício	**650.828**	-	-	**933.660**	**1.584.488**	**681.492**	-	-	**854.643**	**1.536.136**

CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS RECONHECIDOS NO BALANÇO	2010					2009				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
Valor presente da obrigação atuarial sem cobertura / (em excesso)	146.195	4.454	343.176	125.573	621.398	83.683	8.512	330.939	139.536	563.021
Montante não reconhecido como ativo / (passivo)	(74.098)	-	-	-	(74.698)	(41.991)	-	-	-	(41.991)
Custo do serviço passado não contabilizado	-	-	-	(144.891)	(144.891)	-	-	-	(159.189)	(159.189)
Ganho (Perda) atuarial não reconhecidos	(146.164)	799	(53.962)	29.289	(161.038)	(131.320)	1.660	(32.517)	-	(162.177)
Passivo Atuarial	**(74.067)**	**5.253**	**289.214**	**1.061**	**221.461**	**(89.328)**	**10.172**	**298.473**	**(18.624)**	**200.693**
Ajuste do Passivo Atuarial (*)	126.739	-	-	40.295	167.034	144.776	-	-	62.440	207.219
Passivo reconhecido na patrocinadora	**52.672**	**5.253**	**289.214**	**41.356**	**388.495**	**55.450**	**10.172**	**298.473**	**43.816**	**407.912**

(*) O ajuste do passivo atuarial refere-se ao complemento do valor apresentado na avaliação atuarial visando contemplar no mínimo o passivo assumido pela Companhia através do contrato ELETROCEEE nº SF 1254/95 e a Contribuição da Patrocinadora conforme nota explicativa 30.c

MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO (ATIVO) LÍQUIDO RECONHECIDO NO BALANÇO	2010					2009				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
(Passivo) Ativo reconhecido no início do exercício	89.329	(10.172)	(298.474)	18.623	(200.694)	4.212	(9.765)	(303.707)	1.340	(307.943)
Pagamentos para o plano líquido de administração	27.475	5.433	46.018	17.382	96.308	25.374	7.957	45.663	32.332	111.356
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(42.737)	(514)	(36.758)	(37.066)	(117.075)	59.742	(6.374)	(60.429)	(15.946)	(24.109)
(Passivo) Ativo reconhecido no final do exercício	**74.067**	**(5.253)**	**(289.214)**	**(1.061)**	**(221.461)**	**89.328**	**(10.172)**	**(298.473)**	**18.624**	**(200.693)**

COMPOSIÇÃO DA DESPESA DO EXERCÍCIO	2010 - Real					2011 - Estimado				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
Custo do serviço corrente	(642)	-	-	(11.126)	(11.768)	(344)	-	-	(11.726)	(12.070)
Contribuições dos participantes	1.170	-	-	5.563	6.733	-	-	-	5.653	5.653
Custo de juros	(69.478)	(514)	(36.758)	(18.145)	(143.895)	(45.675)	(354)	(37.357)	(60.714)	(144.100)
Retorno esperado dos ativos do plano	69.093	-	-	-	69.093	37.660	-	-	54.087	91.947
Amortização de (ganhos) / perdas atuariais	(34.880)	-	-	-	(34.880)	(67.262)	353	(19.644)	-	(86.553)
Amortização de serviço passado	-	-	-	(13.358)	(13.358)	-	-	-	(13.358)	(13.358)
Total da despesa do exercício	**(42.737)**	**(514)**	**(36.758)**	**(37.066)**	**(117.075)**	**(75.401)**	**(1)**	**(57.001)**	**(25.858)**	**(158.272)**
Administração do Plano	-	-	-	-	-	-	-	-	(431)	(431)
Parte CEEEPREV CD (Contribuição Definida)	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.915)	(3.915)
Total da (despesa) / receita no exercício	**(42.737)**	**(514)**	**(36.758)**	**(37.066)**	**(117.075)**	**(75.401)**	**(1)**	**(57.001)**	**(30.184)**	**(162.587)**
Montante de pagamentos esperados pela companhia no exercício seguinte										
Normais	-	-	-	-	-	13.606	5.726	48.498	3.915	71.745
Extraordinários	-	-	-	-	-	15.350	-	-	9.160	24.510
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	401	401
Total dos pagamentos esperados para o Plano	-	-	-	-	-	**28.956**	**5.726**	**48.498**	**13.476**	**96.656**

30.3.1. Conciliação dos Ativos e Passivos Reconhecidos no Balanço (Continuação)

	Plano Único				CEEEPREV BD			
Montantes do:	2007	2008	2009	2010	2007	2008	2009	2010
Valor presente da obrigação atuarial do plano	498.760	544.301	765.474	809.022	506.102	797.130	836.020	1.059.233
Valor justo dos ativos do plano	542.478	567.810	681.492	660.828	536.651	798.470	654.644	933.660
Superávit / (Déficit) técnico do plano	43.718	23.509	(83.982)	(148.194)	30.748	1.340	18.624	(125.573)
Ajustes de experiência resultantes								
Ganhos / (Perdas) em percentual do passivo do plano	10,4%	-5,3%	-26,1%	-1,2%	10,0%	-5,5%	-1,7%	-22,4%
Ganhos / (Perdas) em percentual dos ativos do plano	-1,6%	-3,4%	8,9%	-11,2%	-2,0%	4,1%	5,1%	10,6%

	EXA				CTP			
Montantes do:	2007	2008	2009	2010	2007	2008	2009	2010
Valor presente da obrigação atuarial do plano	326.513	334.982	330.991	343.177	20.765	18.236	8.512	4.454
Superávit / (Déficit) técnico do plano	(326.513)	(334.982)	(330.991)	(343.177)	(20.765)	(18.236)	(8.512)	(4.454)
Ajustes de experiência resultantes								
Ganhos / (Perdas) em percentual do passivo do plano	-11,0%	-5,6%	0,3%	-6,2%	-12,8%	-33,1%	40,5%	-19,3%

CATEGORIAS DOS ATIVOS DO PLANO	2010	
	Plano Único	CEEEPREV BD
Títulos públicos	36,62%	49,80%
Créditos privados e depósitos - outras companhias	11,50%	10,58%
Créditos privados e depósitos - patrocinadores	2,14%	2,91%
Renda variável - outras companhias	17,91%	24,36%
Fundos de investimentos	28,56%	5,06%
Investimentos imobiliários	1,01%	1,38%
Empréstimos e financiamentos	2,27%	5,91%
Total em percentual dos ativos do plano	100,00%	100,00%

RETORNO ANUAL DOS ATIVOS	2010	
	Plano Único	CEEEPREV BD
Retorno real anual dos ativos do plano	11,71%	11,71%

MONTANTES INCLUÍDOS NO VALOR JUSTO DOS ATIVOS DO PLANO	2010
	Plano Único
Em instrumentos financeiros da própria companhia	0,13%

30.4 Planos de Benefícios CEEE-D

30.4.1. Conciliação dos Ativos e Passivos Reconhecidos no Balanço

Baseada no resultado da avaliação atuarial conduzida sob a responsabilidade de atuários independentes, a Concessionária registrou provisão para contribuição adicional ao fundo de pensão. O custo do serviço passado do CEEEPREV no montante de R$ 147.088 em 31 de dezembro de 2010 (R$ 160.665 em 31 de dezembro de 2009 e R$ 174.242 em 01 de janeiro de 2009) está sendo reconhecido na CEEE-D no tempo remanescente de serviço dos empregados, estimado em 11 anos, conforme item 96 da Deliberação CVM 600/09.

A conciliação dos ativos e passivos reconhecidos no balanço está abaixo demonstrada como segue:

CEEE PARTICIPAÇÕES

CONCILIAÇÃO DOS SALDOS DO VALOR PRESENTE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL	2010					2009				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	(792.432)	(9.520)	(665.001)	(719.826)	(2.186.779)	(791.423)	(17.174)	(666.254)	(833.135)	(2.307.986)
Custo do serviço corrente	(678)	-	-	(11.309)	(11.987)	(652)	-	-	(10.705)	(11.357)
Custo de juros	(91.659)	(632)	(73.860)	(16.432)	(184.613)	(104.373)	(1.514)	(84.540)	7.682	(182.936)
Ganho / (Perda) atuarial	(49.665)	224	(17.415)	(55.422)	(153.278)	52.458	1.139	(4.950)	76.354	125.001
Benefícios pagos pelo plano	62.139	5.338	92.366	42.010	201.853	51.558	8.029	91.144	39.767	190.498
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(863.295)	(4.590)	(663.940)	(802.979)	(2.334.804)	(792.432)	(9.520)	(665.001)	(719.826)	(2.186.780)
Valor presente da parte CEEEPREV CD (Contribuição Definida)	-	-	-	(100.350)	(100.350)	-	-	-	(76.354)	(76.354)
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(863.295)	(4.590)	(663.940)	(903.330)	(2.435.154)	(792.432)	(9.520)	(665.001)	(796.180)	(2.263.134)

ANÁLISE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL DO PLANO	2010					2009				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
Parcela do valor presente da obrigação atuarial com cobertura	(688.013)	-	-	(724.427)	(1.412.440)	(686.002)	-	-	(579.596)	(1.265.598)
Parcela do valor presente da obrigação atuarial sem cobertura	(175.282)	(4.590)	(663.940)	(78.552)	(922.364)	(106.430)	(9.520)	(665.001)	(140.230)	(921.181)
Total do valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(863.295)	(4.590)	(663.940)	(802.979)	(2.334.804)	(792.432)	(9.520)	(665.001)	(719.826)	(2.186.779)
Estatus do Plano	Parcialmente coberto	Sem cobertura	Sem cobertura	Parcialmente coberto		Parcialmente coberto	Sem cobertura	Sem cobertura	Parcialmente coberto	

CONCILIAÇÃO DOS SALDOS DO VALOR JUSTO DOS ATIVOS	2010					2009				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	686.002	-	-	579.597	1.265.599	825.665	-	-	591.221	1.416.826
Retorno esperado dos ativos do plano	89.974	-	-	-	89.974	111.077	-	-	(974)	110.103
Ganhos / (Perdas) atuariais	(51.397)	-	-	130.681	87.284	(232.065)	-	-	(19.138)	(251.203)
Contribuições do empregador	33.371	5.338	92.366	42.505	173.580	31.468	8.029	91.144	42.902	173.563
Contribuições de participantes do plano	1.201	-	-	5.654	6.855	1.455	-	-	5.353	6.808
Benefícios pagos pelo plano	(62.139)	(5.338)	(92.366)	(42.010)	(201.853)	(51.558)	(8.029)	(91.144)	(39.767)	(190.498)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	686.012	-	-	724.427	1.412.439	686.002	-	-	579.597	1.265.599

CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS RECONHECIDOS NO BALANÇO	2010					2009				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
Valor presente da obrigação atuarial sem cobertura / (em excesso)	175.282	4.590	663.939	78.552	922.363	106.430	9.520	665.001	140.230	921.181
Montante não reconhecido como ativo / (passivo)	(87.641)	-	-	-	(87.641)	(53.215)	-	-	-	(53.215)
Custo do serviço passado não contabilizado	-	-	-	(147.088)	(147.088)	-	-	-	(160.665)	(160.665)
Ganho (perda) atuarial não reconhecidos	(147.230)	(354)	(83.915)	43.260	(188.239)	(140.924)	(576)	(71.576)	-	(213.078)
Passivo Atuarial	(59.589)	4.236	580.024	(25.276)	499.395	(87.709)	8.942	593.425	(20.435)	494.223
Ajuste do Passivo Atuarial (*)	136.794	-	-	86.214	223.008	168.173	-	-	84.110	252.283
Passivo reconhecido na patrocinadora	77.205	4.236	580.024	60.938	722.403	80.464	8.942	593.425	63.675	746.506

(*) O ajuste do passivo atuarial refere-se ao complemento do valor apresentado na avaliação atuarial visando contemplar no mínimo o passivo assumido pela Companhia através do contrato ELETROCEEE nº SF 1254/95 e a Contribuição da Patrocinadora conforme nota explicativa 30.c

MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO (ATIVO) LÍQUIDO RECONHECIDO NO BALANÇO	2010					2009				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
(Passivo) Ativo reconhecido no início do exercício	87.709	(8.942)	(593.425)	20.435	(494.223)	(21.592)	(11.965)	(569.255)	(10.455)	(613.267)
Pagamentos para o plano líquido de administração	33.372	5.338	92.367	42.505	173.582	31.468	8.029	91.144	42.902	173.563
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(61.491)	(632)	(78.966)	(37.664)	(178.753)	77.813	(5.006)	(115.314)	(12.012)	(54.519)
(Passivo) Ativo reconhecido no final do exercício	59.590	(4.236)	(580.024)	25.276	(499.394)	87.709	(8.942)	(593.425)	20.435	(494.223)

30.4.1. Conciliação dos Ativos e Passivos Reconhecidos no Balanço (Continuação)

COMPOSIÇÃO DA DESPESA DO EXERCÍCIO	2010 - Real					2011 - Estimada				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
Custo do serviço corrente	(678)	-	-	(11.309)	(11.987)	(409)	-	-	(11.918)	(12.327)
Contribuições dos participantes	1.201	-	-	5.654	6.855	-	-	-	5.959	5.959
Custo de juros	(91.659)	(632)	(73.890)	(18.432)	(184.613)	(48.643)	(373)	(72.069)	(92.760)	(213.845)
Retorno esperado dos ativos do plano	80.974	-	-	-	80.974	39.437		-	42.467	81.904
Amortização de (ganhos) / perdas atuariais	(51.336)	-	(5.075)	(13.577)	(69.982)	(104.066)	-	(17.521)	-	(121.587)
Amortização de serviço passado	-	-	-	-	-	-	-	-	(13.577)	(13.577)
Total da despesa do exercício	**(61.492)**	**(632)**	**(78.965)**	**(37.664)**	**(178.753)**	**(113.681)**	**(373)**	**(89.590)**	**(69.829)**	**(273.473)**
Administração do Plano	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.122)	(1.122)
Parte CEEEPREV CD (Contribuição Definida)	-	-	-	-	-	-	-	-	(9.307)	(9.307)
Total da (despesa) / receita no exercício	**(61.492)**	**(632)**	**(78.965)**	**(37.664)**	**(178.753)**	**(113.681)**	**(373)**	**(89.590)**	**(80.259)**	**(283.903)**
Montante de pagamentos esperados pela companhia no exercício seguinte										
Normais	-	-	-	-	-	14.209	5.626	97.345	10.959	128.139
Extraordinários	-	-	-	-	-	20.961	-	-	27.595	48.556
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	1.123	1.123
Total dos pagamentos esperados para o Plano	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**35.170**	**5.626**	**97.345**	**39.668**	**177.809**

	Plano Único				CEEEPREV BD			
Montantes do:	2007	2008	2009	2010	2007	2008	2009	2010
Valor presente da obrigação atuarial do plano	715.475	791.423	792.432	863.295	758.724	775.918	719.626	802.979
Valor justo dos ativos do plano	671.466	825.605	686.002	689.013	731.877	591.221	579.597	724.427
Superávit / (Déficit) técnico do plano	(44.009)	34.182	(106.430)	(175.282)	(26.847)	(184.697)	(140.230)	(78.552)
Ajustes de experiência resultantes								
Ganhos / (Perdas) em percentual do passivo do plano	10,0%	-6,8%	6,6%	-4,7%	10%	3,4%	10,6%	-11,9%
Ganhos / (Perdas) em percentual dos ativos do plano	-2,0%	12,9%	-33,8%	-7,5%	-2%	-39,8%	-3,3%	19,1%

	EXA				CTP			
Montantes do:	2007	2008	2009	2010	2007	2008	2009	2010
Valor presente da obrigação atuarial do plano	652.778	666.254	665.001	663.939	23.889	17.174	9.520	4.590
Superávit / (Déficit) técnico do plano	(652.778)	(666.254)	(665.001)	(663.939)	(23.889)	(17.174)	(9.520)	(4.590)
Ajustes de experiência resultantes								
Ganhos / (Perdas) em percentual do passivo do plano	-10,6%	-4,6%	-0,7%	-2,6%	7,4%	-16,4%	12,0%	4,9%

CATEGORIAS DOS ATIVOS DO PLANO	2010	
	Plano Único	CEEEPREV
Títulos públicos	36,62%	49,60%
Créditos privados e depósitos - outras companhias	11,50%	10,58%
Créditos privados e depósitos - patrocinadores	2,14%	2,91%
Renda variável - outras companhias	17,91%	24,36%
Fundos de investimentos	28,56%	5,06%
Investimentos imobiliários	1,01%	1,36%
Empréstimos e financiamentos	2,27%	5,91%
Total em percentual dos ativos do plano	100,00%	100,00%

RETORNO ANUAL DOS ATIVOS	2010	
	Plano Único	CEEEPREV
Retorno real anual dos ativos do plano	11,71%	11,71%

MONTANTE INCLUÍDOS NO VALOR JUSTOS DOS ATIVOS DO PLANO	2010
	Plano Único
Em instrumentos financeiros da própria companhia	0,13%

30.5 Hipóteses e Premissas Atuariais Adotadas para os Cálculos

PREMISSAS ATUARIAIS ADOTADAS	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD
Taxa para desconto da obrigação atuarial	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%
Taxa de juros totais do retorno dos investimentos	11,71%	-	-	11,71%
Crescimento Salarial	5,39%	-	-	5,39%
Tabua de Mortalidade Geral	AT-83	AT-83	AT-83	AT-83
Tábua de Mortalidade dos Inválidos	AT-49	-	-	AT-49
Tábua de Entrada em Invalidez	Light-Média	-	-	Light-Média
Rotatividade	Nula	-	-	Nula
Idade de Aposentadoria - Aposentadoria Normal	-	-	-	60 anos
Idade de Aposentadoria - Benefício Saldado	55 anos*	-	-	55 anos*
Taxa de Inflação	5,39%	5,39%	5,39%	5,39%

* O profissional deverá se aposentar pelo INSS

31. Obrigações Estimadas

Os saldos compõem-se de:

	CONSOLIDADO		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Provisão p/Férias, 13 º Salário, Gratificações e Encargos Sociais	54.270	35.302	31.251
Retenção de Remuneração	-	-	908
Prêmio Assiduidade	413	483	413
Total	54.683	35.785	32.572

32. Encargos do Consumidor a Recolher (RGR/CCC/CDE)

Os saldos compõem-se de:

	CONSOLIDADO		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Reserva Global de Reversão - RGR	1.993	2.945	13.190
Conta de Consumo de Combustíveis - CCC	22.941	3.528	21.694
Conta de Desenvolvimento Energético - Quota da CDE	9.259	8.180	7.232
Total	34.193	14.653	42.116

a) Reserva Global de Reversão - RGR

Foi criada através da lei n.º 8.631, de 04 de março de 1993, com a finalidade de prover recursos para reversão, encampação, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. O valor refere-se à parcela mensal do exercício de 2010.

b) Conta de Consumo de Combustíveis – CCC

A Conta de Consumo de Combustíveis - CCC foi criada para subsidiar a geração de energia elétrica com o uso de combustíveis fósseis, disciplina o rateio dos custos de aquisição desses combustíveis entre todas as concessionárias ou autorizadas do país, para garantir os recursos financeiros ao suprimento de energia elétrica a consumidores de localidades isoladas do sistema de geração e distribuição, bem como da geração termelétrica que atende, principalmente, a demanda de ponta dos sistemas interligados, com tarifas uniformizadas.

c) Conta de Desenvolvimento Energético – Quotas da CDE

Através da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, no artigo 13 foi criada a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE visando o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólicas, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral nacional, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, à promoção da universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional, devendo seus recursos observar as vinculações e limites previstos em Lei.

d) Encargo Ex-Isolados

Através da Lei nº 12.111 de 9 de dezembro de 2009 foi criado o Encargo Ex-isolados cujo recurso arrecadado será destinado ao ressarcimento a Estados e Municípios com perda de receita decorrente da arrecadação de ICMS incidente sobre combustíveis fósseis utilizados para a geração de energia elétrica em virtude da interligação dos respectivos Sistemas Isolados ao Sistema Interligado Nacional – SIN.

33. Provisão para Contingências

As provisões e contas a pagar reconhecidas para contingências passivas, líquidas dos depósitos judiciais correspondentes, estão compostas como segue:

Circulante	CONSOLIDADO 31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Provisão para Contingências Trabalhistas	172.354	144.674	130.807
Provisão para Contingências Cíveis	76.506	73.217	54.231
Total	248.860	217.891	185.038
Não Circulante			
Provisão para Contingências Trabalhistas	379.123	386.858	413.202
Provisão para Contingências Cíveis	109.517	105.802	102.937
Contas a Pagar para Contingências Cíveis	6.650	6.781	24.609
Provisão para Contingências Tributárias	2.393	2.393	5.187
(-) Depósitos Judiciais - Contingências Trabalhistas e Cíveis	(159.708)	(153.227)	(142.827)
Total	337.975	348.607	403.108

	CONSOLIDADO Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Saldo Inicial 01/01/2009	433.730	149.229	5.187	588.146
(+) Novos Ingressos	95.519	57.087	2.335	154.941
(-) Pagamentos	(97.388)	(30.272)	-	(127.660)
(-) Montantes Revertidos	(79.461)	(44.888)	(5.129)	(129.478)
(+) Atualização Monetária	68.852	22.097	-	90.949
(-) Montantes Depositados	(8.013)	4.496	-	(3.517)
(-) Atualização dos Depósitos	(5.043)	(1.840)	-	(6.883)
(=) Saldo Final 31/12/2009	408.196	155.909	2.393	566.498
(+) Novos Ingressos	152.425	106.066	-	258.491
(-) Pagamentos	(109.781)	(45.383)	-	(155.164)
(-) Montantes Revertidos	(89.163)	(78.869)	-	(168.032)
(+) Atualização Monetária	66.467	25.061	-	91.528
(-) Montantes Depositados	(3.039)	(762)	-	(3.801)
(-) Atualização dos Depósitos	(1.826)	(859)	-	(2.685)
(=) Saldo Final 31/12/2010	423.279	161.163	2.393	586.835

a) Provisão para Contingências Trabalhistas

As Controladas vêm permanentemente aprimorando a apuração dos valores contingentes embasadas no histórico de dados referentes aos pagamentos com a finalização das discussões judiciais de assuntos de natureza trabalhista. Foi feita uma análise criteriosa das chances de êxito das Concessionárias envolvendo processos trabalhistas, com o objetivo de suportar o adequado julgamento quanto à necessidade ou não da constituição de provisões. As estimativas quanto ao desfecho e os efeitos financeiros das contingências foram determinadas com base em julgamento da Administração, considerando o histórico de perdas em processos de mesma natureza e a expectativa de êxito de cada processo. As principais ações ingressadas contra as Concessionárias referem-se a verbas rescisórias, responsabilidade subsidiária, complementação de proventos de aposentadoria, responsabilidade solidária, vínculo empregatício, FGTS, correto enquadramento e prêmio assiduidade.

b) Provisão para Contingências Cíveis

As Controladas estão sendo citadas em diversos processos judiciais de natureza cível para os quais foi registrada provisão para os valores cuja expectativa de pagamentos foi considerada provável pelos seus assessores jurídicos, em uma análise efetuada individualmente por processo. As ações ingressadas contra as Concessionárias referem-se a danos morais e materiais, sustação de

cobrança, honorários advocatícios, contrato de compra e venda de energia, desapropriação e revisão de contratos.

c) Provisão para Contingências Fiscais

O montante refere-se a Contribuições Previdenciárias, provisionado para fazer frente ao Auto de Lançamento nº 35.067.180-0, lavrado pela fiscalização do INSS em razão de eventual ausência de recolhimento das aludidas contribuições. O contribuinte busca defesa, por meio de recurso voluntário, interposto na esfera administrativa, classificado pela opinião legal como perda provável.

Com relação aos contingentes fiscais cuja opinião legal apresenta perda possível, destacam-se:

Funrural
As controladas obtiveram êxito na ação judicial de compensação de créditos derivados da demanda do Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural – FUNRURAL, processo judicial No 98.00.26268-7. Assim, no exercício de 2006, foi contabilizado o crédito no valor de R$ 10.812 para a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, e R$ 7.420 para Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT, referente a pagamentos indevidos, a título de FUNRURAL, do período de setembro de 1989 a junho de 1991.
Até dezembro de 2007 as Concessionárias compensaram em suas contribuições previdenciárias o montante do crédito, todavia, ambas, sofreram Notificação de Lançamento de Débito oriunda da fiscalização previdenciária que glosou os valores compensados. A matéria está sendo apreciada pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), em sede de recurso voluntário.

INSS
Ainda com relação à matéria previdenciária o contribuinte discute na esfera administrativa cobranças inerentes a eventuais inconsistências em obrigações acessórias que somam aproximados R$ 2.900.

Tributos Federais
No tocante aos Tributos Federais a Concessionária possui cerca de R$ 12.238 em compensações que estão na fase de discussão de sua homologação junto ao ente fazendário, principalmente referentes a pagamentos indevidos de PIS e COFINS, face à ilegalidade do antes vigente art. 3º, parágrafo 1º da Lei 9.718/98. O referido comando foi retirado do ordenamento jurídico com a edição da Lei 11.941/09. Há contenciosos administrativos vinculados à falta de recolhimento de IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte), sendo que o valor discutido monta cerca de R$ 3.383, aguardando julgamento dos recursos voluntários interpostos.

ICMS
No que tange ao Imposto Sobre Circulação de Mercadorias - ICMS a CEEE-D possui contenciosos administrativos que se relacionam, em síntese, a um eventual recolhimento a menor do referido tributo, esses contingentes perfazem cerca de R$ 11.882.

34. Valores Destinados à Aplicação em Recursos PEE/P&D

Os saldos compõem-se de:

	CONSOLIDADO		
Circulante	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Recursos PEE	41.728	40.948	25.466
Recursos P&D	53.053	43.511	32.551
Recursos FNDCT	1.089	1.052	8.106
Recursos MME	545	525	4.053
Total	96.415	86.036	70.176
Não Circulante			
Recursos PEE	9.977	8.517	12.260
Recursos P&D	6.434	6.223	9.409
Total	16.411	14.740	21.669

O PEE e o P&D são programas de investimentos, estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, para as concessionárias de energia elétrica, calculados com base na receita operacional líquida das empresas, que resultam em economias e benefícios diretos para o consumidor, com ações implementadas nas instalações da unidade consumidora.

Aos programas de Eficiência Energética - PEE e de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, a Concessionária destina anualmente, no mínimo, 1% da receita operacional líquida, sendo 0,50% destinados ao P&D e 0,50% ao PEE.

Dos valores destinados ao P&D, 40% são aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento, 40% são recolhidos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, e 20% ao Ministério de Minas e Energia – MME.

Para o Consolidado, tem-se a seguinte composição dos saldos passivos dos respectivos programas:

	CONSOLIDADO					
Circulante	PEE			P&D		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
PEE	27.664	21.093	8.125	-	-	-
P&D	-	-	-	37.642	31.891	25.560
Atualização Monetária do Saldo Pendente	14.064	19.855	17.341	15.411	11.620	6.991
Total	41.728	40.948	25.466	53.053	43.511	32.551
Não Circulante						
PEE	8.648	8.217	11.322	-	-	-
P&D	-	-	-	6.194	5.998	8.691
Atualização Monetária do Saldo Pendente	1.329	300	938	240	225	718
Total	9.977	8.517	12.260	6.434	6.223	9.409

35. Outros Passivos

Os saldos compõem-se de:

	CONSOLIDADO		
Circulante	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Encargos de Capacidade Emergencial	1.610	1.628	1.971
Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos	3.612	4.592	3.757
Contribuição para Custeio Serviço de Iluminação Pública - CIP	4.139	3.878	3.504
Obrigações com Obras da Transmissão	11.560	12.251	10.598
Programa de Participação nos Resultados - PPR	8.011	7.890	7.741
Provisão Auto de Infração	5.446	20.660	4.481
Consumidores	15.769	9.291	9.825
Obrigações com Coligadas	4	2.505	5.827
Parcela de Ajuste - Receita Anual Permitida	18.045	8.778	14.428
Acordo Judicial	-	4.200	-
Outros Credores	15.941	11.838	9.075
Total	84.137	87.511	71.207
Não Circulante			
Fornecedores - Contratos 1000-1001/87 (Nota Explic. Nº12.d)	39.941	39.941	39.941
Obrigações com Empreendimentos	33.038	33.038	33.038
Provisão Auto de Infração	51.153	19.500	12.637
Prêmio Assiduidade	2.796	2.780	2.736
Outras	7.775	7.838	6.360
Total	134.703	103.097	94.712

a) Provisão Auto de Infração

O valor de R$ 5.446 (R$ 20.660 em 31 de dezembro de 2009 e R$ 4.481 em 01 de janeiro de 2009) refere-se ao Auto de Infração nº 04/2005 que tem por objeto a aplicação de penalidade à Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D quanto aos pedidos de ressarcimento de danos em equipamentos elétricos causados por perturbação no sistema elétrico. O valor de R$ 35.903 (R$ 5.609 em 31 de dezembro de 2009), registrado no Passivo não Circulante, refere-se principalmente aos Autos de Infração pelo descumprimento, por parte da Concessionária, das metas dos indicadores de continuidade DEC e FEC (2006, 2007 e 2008). Na CEEE-GT do valor de R$ 15.250, R$ 9.287 refere-se à provisão da multa apagão e R$ 5.963 pelo não cumprimento dos prazos estabelecidos no Contrato de Concessão 055/2001.

b) Consumidores

O valor de R$ 15.769 (R$ 9.291 em 31 de dezembro de 2009 e R$ 9.825 em 01 de janeiro de 2009) refere-se aos créditos devido ao consumidor relativo a pagamento em duplicidade ou faturamento a maior.

c) Acordo Judicial

O valor de R$ 4.200 (31 de dezembro de 2009) refere-se a acordo judicial celebrado entre a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica- CEEE-D e a Ivaí Engenharia de Obras S/A.

d) Obrigações com Coligadas

O valor de R$ 4 (R$ 2.505 em 31 de dezembro de 2009 e R$ 5.827 em 01 de janeiro de 2009) refere-se ao saldo a vencer do arrendamento da UHE Machadinho.

e) Parcela de Ajuste – Receita Anual Permitida

O valor de R$ 18.045 (R$ 8.778 em 31 de dezembro de 2009 e R$ 14.428 em 01 de janeiro de 2009). Refere-se à parcela de ajuste sobre a receita anual permitida da Transmissão, cujos valores foram homologados pelas Resoluções 1021/2010 e 843/2009.
O detalhamento das Revisões Tarifárias homologadas no exercício de 2010 está divulgado na nota explicativa nº 50.b.

36. Nota Técnica Revisão/Reajuste Tarifário

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
CVA e Itens Financeiros - Res. Homologatória nº 715/2008.....			33.108
CVA e Itens Financeiros - Res. Homologatória nº 895/2009.....	-	24.578	-
CVA e Itens Financeiros - Res. Homologatória nº 1074/2010.....	59.514	-	-
Total	59.514	24.578	33.108

Em outubro de 2010 com o pronunciamento da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL através da Nota Técnica nº 318/2010-SRE/ANEEL, de 08 de outubro de 2010, foram homologados os valores ativos e passivos a título de CVA e Itens Financeiros.

37. Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações

Os saldos compõem-se de:

a) Empréstimos e Financiamentos

CREDOR	BASE DO CONTRATO						FINALIDADE	CONSOLIDADO									
	INDEXADOR	Percentual Médio dos Encargos Fixos a.a.	PRESTAÇÃO	VENCIMENTO Início	VENCIMENTO Término	GARANTIA		2010 PRAZOS DE VENCIMENTOS PRINCIPAL CIRCULANTE	PRINCIPAL NÃO CIRCULANTE	ENCARGOS	TOTAL	2009 PRAZOS DE VENCIMENTOS PRINCIPAL CIRCULANTE	PRINCIPAL NÃO CIRCULANTE	ENCARGOS	TOTAL	2008 PRAZOS DE VENCIMENTOS PRINCIPAL CIRCULANTE	PRINCIPAL NÃO CIRCULANTE	ENCARGOS	TOTAL
MOEDA NACIONAL																			
ELETROBRÁS	TJLP	4%	M	30.11.06	30.09.19	01	Investimento	-	-	-	-	7.832	-	-	7.832	17.725	7.637	-	25.362
ELETROBRÁS	IGPI	5% a 7,5%	M	30.11.04	31.12.21	01	Investimento	7.215	62.802	296	70.366	2.054	18.847	-	20.901	671	13.892	-	14.563
ELETROBRÁS	UFIR	5% a 6,5%	T	15.09.96	15.03.12	03	Investimento	1.574	4.607	56	6.237	1.580	5.591	72	7.243	1.609	7.161	68	8.838
ELETROBRÁS	TJLP	4%	M	15.05.98	30.09.19	05	Investimento	-	-	-	-	10.179	-	-	10.179	22.747	10.185	-	32.932
ELETROBRÁS	MEDIA TX FINE	6% a 6,5%	M	27.12.96	30.06.15	05	Investimento	-	-	-	-	482	-	-	482	726	484	-	1.210
ELETROBRÁS	IGPI	5% a 7%	M	13.03.00	30.04.19	05	Investimento	3.555	28.178	-	31.773	4.053	31.773	-	35.826	5.720	22.154	-	27.944
ELETROCEEE / ALUGUEL / IMÓVEIS	INPC	5%	M	11.10.01	31.05.13	03	Investimento	6.671	9.111	-	15.982	5.703	14.772	-	20.475	5.125	12.567	174	24.026
BANCO DO BRASIL - LEASING	CDI	4%	M	30.11.06	01.12.11	01	Leasing de Veículos	1.198	-	-	1.198	1.054	978	1	2.033	975	1.780	1	2.756
BANCO DO BRASIL - LEASING	CDI	4%	M	30.05.08	01.05.12	03	Leasing de Veículos	5.359	1.453	4	6.817	4.825	5.735	5	10.567	4.272	9.178	8	13.458
BANCO MAINA	IPCA	9,55%	M	30.12.05	25.12.15	02	Investimento	24.335	97.781	-	122.134	1.753	115.484	-	117.234	-	-	-	-
SANTANDER	CONCETIP	1,79%	M	11.12.07	11.12.11	03	Capital de Giro	7.500	-	-	7.500	7.500	7.500	-	15.000	7.500	15.000	-	22.500
SANTANDER	CONCETIP	3,38%	M	03.06.11	23.07.15	03	Capital de Giro	9.308	45.649	-	59.957	-	-	-	-	-	-	-	-
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	CONCETIP	1,45%	M	15.05.08	15.11	03	Capital de Giro	8.333	-	-	8.333	20.000	8.333	-	28.333	20.000	28.333	-	48.333
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	CDI	3,41%	M	30.07.08	30.07.15	02	Capital de Giro	16.000	57.333	-	73.333	6.667	73.333	-	80.000	-	-	-	-
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	CDI	3,64%	M	30.06.10	30.06.14	03	Investimento/Capital de Giro	12.500	87.500	-	100.000	-	-	-	-	-	-	-	-
CONSUMIDORES	-	-	-	-	-	-	Outros	4.573	2.520	-	7.093	3.295	58	-	3.354	5.298	674	-	5.972
TOTAL MOEDA NACIONAL								104.359	396.334	356	501.072	77.145	282.494	79	359.626	92.439	138.541	271	231.311
MOEDA ESTRANGEIRA																			
ELETROBRÁS	US$	5% a 6,5%	S	27.07.07	01.01.11	03		-	-	-	-	271	-	-	271	215	304	-	519
B BRASIL - LEI 7976	US$	LIBOR + 2,81%	M	31.12.96	31.12.09	01/02		-	-	-	-	-	-	-	-	6.739	-	-	6.739
GOV. FED. BODS. PRY - DMLP	US$	5%	S	15.06.97	15.04.24	01/02		6.152	61.156	711	74.669	6.479	70.858	866	84.342	9.923	111.714	1.419	123.056
BRAZILIAN I. BOND - BIB	US$	6%	S	19.05.97	15.05.13	01/02		721	1.443	40	2.204	756	2.264	63	3.083	1.014	4.064	83	5.161
TOTAL MOEDA ESTRANGEIRA								6.873	62.599	751	76.873	7.506	73.122	929	87.631	17.891	116.122	1.502	135.515
TOTAIS GERAIS MOEDA NACIONAL + MOEDA ESTRANGEIRA								111.233	458.933	1.129	577.338	84.651	355.616	1.029	447.233	110.330	254.673	1.783	366.986
CAUÇÕES E DEP. VINCULADOS - DMLP								-	(31.758)	-	(31.758)	-	(31.758)	-	(31.758)	-	(49.369)	-	(49.369)

CÓDIGOS DAS GARANTIAS E/OU FIANÇAS
01 - Autorização Contratual para Acesso em Conta Corrente
02 - Fundo de Participação do Estado
03 - Procuração para Acesso em Conta Corrente
04 - Percentual de Recebíveis de Geração e Transmissão

M - MENSAL
T - TRIMESTRAL
S - SEMESTRAL

b) Outras Captações

CREDOR	BASE DO CONTRATO					FINALIDADE	2010				2009				2008			
	INDEXADOR	Percentual Médio dos Encargos Fixos a a	PRESTAÇÃO	VENCIMENTO	GARANTIA		PRAZOS DE VENCIMENTOS				PRAZOS DE VENCIMENTOS				PRAZOS DE VENCIMENTOS			
				Início	Término		PRINCIPAL CIRCULANTE	PRINCIPAL NÃO CIRCULANTE	ENCARGOS	TOTAL	PRINCIPAL CIRCULANTE	PRINCIPAL NÃO CIRCULANTE	ENCARGOS	TOTAL	PRINCIPAL CIRCULANTE	PRINCIPAL NÃO CIRCULANTE	ENCARGOS	TOTAL
FUNDO INVEST DIREITOS CRED. - FIDC I	CDI	1,5%	M	24/02/2006	20/10/2010	04	Investimento	-	-	-	-	11.829	-	-	11.829	43.286	7.744	-	53.330
FUNDO INVEST DIREITOS CRED. - FIDC II	CDI	1%	M	03/01/2007	20/01/2012	02	Investimento	11.745	427	-	12.172	30.413	27.645	-	58.058	27.875	52.584	-	79.459
FUNDO INVEST DIREITOS CRED. - FIDC III	CDI	1,65%	M	21/12/2007	08/12/2015	03	Investimento	39.728	53.518	-	93.246	35.712	80.531	-	116.243	36.939	97.795	-	134.734
FUNDO INVEST DIREITOS CRED. - FIDC IV	IPCA	9,88%	M	08/07/2009	15/07/2015	02	Investimento	27.227	95.330	-	122.557	25.201	102.945	-	128.146	-	-	-	-
FUNDO INVEST DIREITOS CRED. - FIDC V	CDI	1,95%+CDI ou 1,69% do CDI	M	11/03/2010	28/08/2015	04	Investimento	50.106	140.142	-	190.250	28.093	170.323	-	198.416	-	-	-	-
TOTAL MOEDA NACIONAL								148.809	289.417	-	438.226	131.245	381.444	-	512.689	115.104	158.123	-	266.227
TOTAL LIQUIDO DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS E OUTRAS CAPTAÇÕES								200.862	722.852	1.109	923.823	215.899	711.276	1.029	928.204	220.534	361.226	1.793	583.553

c) A CEEE-D efetuou a estruturação de captação de recursos através de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios -FIDC II, iniciada em 2006, tendo como Administrador o Banco Pactual Serviços Financeiros S.A. - DTVM e Agente de Recebimento do Fundo o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - BANRISUL; a Agência de Classificação de Risco foi a Standard & Poor's e o Custodiante é o Banco Itaú S.A.. A operação foi lastreada em recebíveis de distribuição (créditos originários da operação comercial), no valor total de R$ 105.300, onde R$ 100.000 referiram-se a quotas sênior (investidores) e o saldo de R$ 5.300 relativos a quotas subordinadas (tomadora). A liquidação financeira (ingresso dos recursos) ocorreu em janeiro de 2007. As contas a receber são repassadas ao Fundo no momento do faturamento, até o limite da parcela mensal.

Em 2008 a Concessionária iniciou uma segunda estruturação de captação de recursos através de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC IV. A disponibilização do referido fundo ocorreu em 08 de julho de 2009 e a entrega dos Direitos de Crédito pela Cedente será realizada mensalmente, durante 72 meses.
A operação foi lastreada em recebíveis de distribuição (créditos originários da operação comercial) no valor total de R$ 136.850, no qual R$ 130.000 referiram-se a quotas sênior (investidores) e o saldo de R$ 6.850 referiram-se a quotas subordinadas (tomadora).

d) Cronograma das Parcelas de Longo Prazo

As parcelas de Longo Prazo dos Empréstimos e Financiamentos vencem como segue:

CONSOLIDADO PRINCIPAL	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
2010	-	-	87.942
2011	-	55.340	99.988
2012	169.823	175.891	50.704
2013	221.923	170.572	43.633
2014	191.304	140.067	2.945
2015	101.033	103.056	14.516
2016	4.637	8.303	24.739
Após 2016	65.640	89.755	86.329
	754.360	742.984	410.796

e) Composição do Saldo da Dívida por Indexador

Demonstrativo de Composição do Saldo da Dívida por Moeda/Indexador:

CONSOLIDADO MOEDA/INDEXADOR	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Dólar US$	9%	11%	28%
UFIR	1%	1%	2%
MÉDIA TX FINEL	-	-	-
TJLP	-	-	4%
INPC	1%	2%	5%
RGR	12%	7%	9%
CDI	51%	50%	51%
IPCA	26%	29%	-
Outros	-	-	-
	100%	100%	100%

f) Leasing Financeiro

A Concessionária arrenda a maioria de seus veículos. Esses ativos são classificados como *leasings* financeiros, tendo em vista que todos os riscos e recompensas são transferidos substancialmente para a Concessionária.

Os pagamentos de *leasing* futuros vencem como segue:

	Pagamentos de *Leasing* Mínimos	Juros	Valor Presente
Em 31 de dezembro de 2010	977	7	970
Antes de completar um ano	1.262	3	1.259
	2.239	10	2.229

	Pagamentos de *Leasing* Mínimos	Juros	Valor Presente
Em 31 de dezembro de 2009	973	12	961
Antes de completar um ano	977	7	970
Mais de um ano e menos de cinco anos	1.262	3	1.259
	3.212	22	3.190

	Pagamentos de *Leasing* Mínimos	Juros	Valor Presente
Em 01 de janeiro de 2009	869	15	854
Antes de completar um ano	973	12	961
Mais de um ano e menos de cinco anos	2.239	10	2.229
	4.081	37	4.044

O valor presente de pagamentos de *leasings* futuros é analisado como:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Passivo Circulante	1.198	1.054	977
Passivo Não Circulante	-	976	1.789
	1.198	2.030	2.766

g) Custos de Transação

Dos empréstimos relacionados o montante dos custos de transação incorridos no processo de captação junto ao Banco Máxima, compõe-se conforme abaixo:

	Ano de Captação	Custo de Transação	TIR
Banco Máxima	2009	2.766	7,57%

O montante dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada período subsequente é demonstrado a seguir:

	Banco Máxima
2011	594
2012	382
2013	299
2014	433
2015	840
	2.548

38. Receita Recebida Antecipadamente

A ANEEL autorizou as empresas transmissoras de energia elétrica a reconhecerem contabilmente em forma de degrau as suas receitas para as obras do segmento de transmissão autorizadas e licitadas no período de 2001 a junho/2006. A receita em degrau significa o reconhecimento contábil de 66,7% da receita dessas obras nos seus primeiros 15 anos de operação e de 33,3% da receita nos 15 anos seguintes, sendo esta política adotada como forma de atrair investimentos para o setor.

Em 2010 a CVM determinou, de acordo com o CPC 30, que as receitas reconhecidas contabilmente em forma de degrau pelas empresas do segmento de transmissão de energia elétrica sejam ajustadas de forma linear ao longo de vigência dos contratos de concessão.

A CEEE-GT, no intuito de adequar as suas Demonstrações Financeiras de acordo com as determinações da CVM, identificou as instalações e suas respectivas receitas em forma de degrau, procedendo nos ajustes.
O reflexo no resultado da CEEE-GT é a diferença entre os valores mensais registrados em forma de degrau e os valores da receita linear calculada para cada instalação desde sua data de operação até o período a que se refere às Demonstrações Financeiras.

Ajuste Receita Linearizada	01/01/2009	31/12/2009	31/12/2010	Total
	102.504	22.176	21.608	146.288
PIS	(720)	(184)	(192)	(1.096)
COFINS	(3.323)	(848)	(887)	(5.058)
IR	(25.627)	(5.544)	(5.401)	(36.572)
CSLL	(9.225)	(1.996)	(1.945)	(13.166)
Total	63.609	13.604	13.183	90.396

Saldo em 01/01/2009	63.609
Saldo em31/12/2009	77.213
Saldo em 31/12/2010	90.396

39. Patrimônio Líquido

39.1. Controladora

39.1.1. Capital Social

O capital social da Controladora é de R$ 319.803, representado por 189.113.071 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. A sua composição é a seguinte:

	31/12/2010	31/12/2009
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	99,99%	99,99%
Demais Acionistas	0,01%	0,01%
	100%	100%

O montante de dividendos propostos de R$ 18.980 (R$ 47.125 em 31 de dezembro de 2009 e R$ 19.175 em 01 de janeiro de 2009) apresentados na Demonstração Financeira Consolidada refere-se à participação dos não controladores da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE –GT.

40. Receita Operacional Líquida

A Receita Operacional Líquida possui a seguinte composição:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2010	31/12/2009
Receita Bruta		
Suprimento de Energia Elétrica	318.888	298.272
Fornecimento de Energia Elétrica	999.628	933.644
Disponibilização do Sistema de Transmissão	456.223	438.735
Disponibilização do Sistema de Distribuição	1.522.526	1.424.236
Linearização	(21.608)	(22.176)
Receita de O&M	(302.188)	(289.735)
Energia Elétrica de Curto Prazo	23.886	17.762
Receita de Construção	240.577	224.958
Remunerção do Ativo Financeiro	276.471	285.053
Outras Receitas Operacionais	368	72.155
	3.514.771	3.382.904
Deduções da Receita		
ICMS	(571.578)	(540.954)
PASEP	(31.539)	(29.732)
COFINS	(145.286)	(136.994)
Quota RGR	(28.718)	(31.486)
Outros Encargos	(16.601)	(7.983)
Encargos do Consumidor - P&D / MME / FNDCT / PEE	(24.087)	(23.211)
Subvenções CCC	(98.559)	(69.539)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(87.249)	(80.522)
	(1.003.617)	(920.421)
Receita Operacional Líquida	2.511.154	2.462.483

40.1. Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

a) Fornecimento de Energia Elétrica

Os saldos compõem-se de:

	Número de Consumidores (*)		Fornecimento MWh (*)	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Residencial	1.246.791	1.223.506	2.314.466	2.432.406
Industrial	12.444	11.865	1.690.331	1.414.721
Comercial	116.753	113.445	2.009.606	1.862.154
Rural	82.209	81.760	605.637	494.883
Poder Público	6.754	6.586	279.306	277.707
Outros	918	902	477.624	428.673
	1.465.869	1.438.064	7.376.970	6.910.544

	Fornecimento R$		Disponibilização do Sistema de Distribuição R$	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Residencial	375.646	364.189	682.917	642.475
Industrial	224.252	203.165	186.587	164.242
Comercial	308.786	301.079	432.776	406.661
Rural	42.963	38.492	59.286	55.051
Poder Público	39.105	39.025	62.257	61.545
Outros	52.424	37.370	98.723	94.262
	1.043.176	983.320	1.522.546	1.424.236

(*) Dados não passíveis de exame pelo Auditor Independente.

A rubrica Outros refere-se principalmente ao fornecimento e disponibilização do sistema de distribuição ao Serviço Público e a Iluminação Pública.

b) Serviços de Construção e Melhorias

Os serviços de construção e melhorias que representam potencial de geração de receita adicional são integralmente registrados como ativo intangível (segmento Distribuição) e ativo financeiro (segmento Transmissão) em sua fase de construção e tem sua parcela correspondente ao ativo financeiro, para Distribuição, e ativo financeiro remunerável para a Transmissão transferida somente quando na entrada em operação dos novos investimentos por um processo chamado "unitização". Na composição dos custos dos serviços de construção e melhorias estão incluídos os materiais e serviços utilizados, além dos custos de gerenciamento, supervisão e acompanhamento de obras. Os serviços de construção e melhorias são executados em sua maioria por empresas terceirizadas, a Concessionária entende ser imaterial um eventual valor de margem de construção.

	31/12/2010	31/12/2009 Reapresentado
Serviços de Construção e Melhoria	272.118	224.078
(-) Adição Obrigações Especiais	(31.542)	879
Total dos Serviços de Construção e Melhorias	240.576	224.957

40.2. Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT

	31/12/2010	31/12/2009
Receita Bruta		
Suprimento de Energia Elétrica	324.244	307.148
Disponibilização do Sistema de Transmissão	456.223	438.735
Linearização	(21.608)	(22.176)
Receita de O&M	(302.188)	(289.735)
Remuneração do Ativo Financeiro	276.471	285.053
Energia Elétrica de Curto Prazo	15.676	16.842
Receita de Construção	119.249	75.117
Outros Receitas Operacionais	(6.819)	10.801
	861.248	821.785
Deduções da Receita		
ICMS/ISS	(91)	(116)
PASEP	(8.858)	(8.424)
COFINS	(40.817)	(38.846)
Quota RGR	(20.881)	(17.355)
Outros Encargos	(9.547)	(7.021)
Encargos do Consumidor - P&D / MME / FNDCT	(6.789)	(6.776)
Subvenções CCC	(20.183)	(10.685)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(15.563)	(12.175)
	(122.729)	(101.398)
Receita Operacional Líquida	738.519	720.387

a) Suprimento de Energia Elétrica

O valor de R$ 324.244 (R$ 307.148 em 31 de dezembro de 2009) refere-se aos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR.

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT vendeu no primeiro leilão de energia existente, realizado em dezembro de 2004, 260 MW médios para o período de 2005 a 2012 e 152 MW médios para o período 2006 a 2013.

A comercialização da energia da Área de Geração, durante 2005 e 2006 foi realizada através dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, firmados com trinta e cinco empresas Distribuidoras de Energia Elétrica.

A partir de 2007, a Concessionária passou a comercializar energia no Ambiente de Contratação Livre, assinando contratos bilaterais com comercializadoras e consumidores livres.

b) Disponibilização do Sistema de Transmissão

O valor de R$ 456.223 (R$ 438.735 em 31 de dezembro de 2009) refere-se às receitas derivadas da disponibilização do sistema de conexão da Geração e do Sistema de Transmissão a terceiros.

c) Linearização da Receita da Transmissão

O valor de R$ 21.608 (R$ 22.176 em 31 de dezembro de 2009) refere-se ao ajuste da linearização da receita da Transmissão das instalações que possuem receitas em forma de degrau (vide nota explicativa nº 38).

41. Custo com Energia Elétrica

Energia Elétrica Comprada para Revenda

Os saldos compõem-se de:

	CONSOLIDADO	
SUPRIMENTO MWh (*)	31/12/2010	31/12/2009
AES Uruguaiana	-	162.790
Itaipu	1.867.455	1.968.354
CGTEE	326.809	572.857
ENERCAN	209.685	210.432
CHESF	832.163	756.685
Comercialização de Energia na CCEE	451.927	814.996
COPEL	290.182	290.182
CERAN	465.161	454.644
CESP	376.991	331.593
ELETRONORTE	562.532	364.777
DUKE PARANAPANEMA	116.781	116.781
FURNAS	1.030.542	949.355
PROINFA	201.564	177.783
Outras	847.220	890.140
	7.579.012	8.061.369

SUPRIMENTO R$	31/12/2010	31/12/2009
AES Uruguaiana	-	22.846
Itaipu	173.966	200.608
CGTEE	32.742	45.624
ENERCAN	24.467	24.350
CHESF	64.020	54.081
Comercialização de Energia na CCEE	160.392	119.644
COPEL	23.309	22.327
CERAN	69.589	66.994
CESP	34.338	27.015
ELETRONORTE	51.144	30.194
DUKE PARANAPANEMA	10.264	9.832
FURNAS	88.895	74.620
PROINFA	34.892	30.460
Outras	129.634	112.462
	897.652	841.057

(*) Dados não passíveis de exame pelo Auditor Independente.

Custo com Energia Elétrica – Comprada de Terceiros

O valor de R$ 4.791 (R$ 1.737 em 31 de dezembro de 2009) R$ 1.294 refere-se à aquisição de energia junto a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e R$ 3.497 refere-se à energia comprada de Foz do Chapecó Energia S/A.

Encargo de Uso do sistema

O valor de R$ 34.135 (R$ 35.245 em 31 de dezembro de 2009) refere-se a encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição de energia.

42. Custos e Despesas Operacionais por Natureza

Os saldos compõem-se de:

CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS	CUSTO DE OPERAÇÃO		DESPESAS COM VENDAS		DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		TOTAL	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Pessoal e Administradores										
Remuneração e Encargos	250.507	181.238	-	-	83.359	73.205	8.325	13.719	342.191	268.162
Cláusula 25	-	-					1.159	13.380	1.159	13.380
Fundação ELETROCEEE - Ativos e Suplementados	41.804	54.116	-	-	-	-	11.242	9.366	53.046	63.482
INSS - Empregador	85.449	64.612	-	-	-	-	57	113	85.506	64.725
Administradores (vide N.E. 45)	190	149	-	-	1.844	872	13	-	2.047	1.021
Subtotal Pessoal / Administradores	377.950	300.115	-	-	85.203	74.077	20.796	36.578	483.949	410.770
Empr. Fund. ELETROCEEE - SF 1254 (vide N.E. 30)	31.967	31.832	-	-	-	-	-	-	31.967	31.832
Total Pessoal e Administradores	409.917	331.947	-	-	85.203	74.077	20.796	36.578	515.916	442.602
Material	31.005	24.428	-	-	2.285	1.902	13	148	33.303	26.478
Serviço de Terceiros	97.833	82.739	10.584	9.725	14.489	18.213	14.768	12.413	137.694	123.090
Compensação/Utilização Recursos Hídricos	-	-	-	-	-	-	21.382	17.885	21.382	17.885
Taxa de Fiscalização - ANEEL	-	-	-	-	-	-	7.334	6.816	7.334	6.816
Depreciação e Amortização	126.083	68.821	-	-	2.133	1.953	646	628	128.862	71.402
Custo de Construção	121.328	224.959	-	-	-	-	-	-	121.328	224.959
Amortização do Intangível da Concessão	70.020	67.668	-	-	-	-	-	-	70.020	67.668
Doações, Contribuições e Subvenções	-	-	-	-	-	-	243	232	243	232
Arrendamento e Aluguéis	12.109	9.136	-	-	(62)	(141)	1.141	1.152	13.188	10.147
Seguros	393	136	-	-	931	689	-	-	1.314	825
Tributos	888	1.049	-	-	2.421	2.514	-	7.611	3.309	11.174
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	19.171	25.205	-	-	1.009	-	20.780	25.205
Provisão para Contingências Trabalhistas	-	-	-	-	-	-	157.050	100.523	157.050	100.523
Provisão para Contingências Cíveis	-	-	-	-	-	-	63.584	56.177	63.584	56.177
Provisão para Contingências Fiscais	-	-	-	-	-	-	-	(2.794)	-	(2.794)
Autos de Infração e Notificações	-	-	-	-	-	-	24.429	5.609	24.429	5.609
Outras Provisões	-	-	-	-	-	-	(714)	(2.133)	(714)	(2.133)
Provisão Ex-Autárquicos	-	-	-	-	-	-	115.666	175.343	115.666	175.343
Fundação ELETROCEEE - Ex-Autárquicos	-	-	-	-	-	-	4.675	6.700	4.675	6.700
Parcelamento de Multa DEC/FEC	-	-	-	-	-	-	-	15.111	-	15.111
Quitação Parcelamento Contingências Cíveis	-	-	-	-	-	-	-	16.024	-	16.024
Outros	16.350	16.125	-	-	8.761	8.705	15.177	11.192	40.288	36.022
TOTAL	947.155	827.007	29.755	34.930	116.161	107.912	447.819	485.215	1.540.890	1.435.064

43. Outras Receitas e Despesas

Os saldos compõem-se de:

	CONSOLIDADO	
OUTRAS RECEITAS	31/12/2010	31/12/2009
Ganho nas Alienações e Outros Ganhos	8.055	11.627
Conta de Resultados a Compensar - CRC	-	3.441.075
Outras	2.334	10.961
	10.389	3.463.663
OUTRAS DESPESAS		
Perdas na Alienação e Desativação de Bens e Direitos	(25.828)	(3.132)
Provisão para Desvalorz./Valoriz. de Outros Investimentos	(328)	(506)
Outras	(3.036)	(12.516)
	(29.192)	(16.154)

Conta de Resultados a Compensar

O valor de R$ 3.441.075 em 31 de dezembro de 2010 e 2009 refere-se ao reconhecimento dos créditos da Subvenção Governamental para Investimento - Conta de Resultados a Compensar – CRC, decorrentes das compensações realizadas na forma da Lei nº 8.631/93 (com alterações pela Lei nº 8.724/93).
O CPC - 07 que trata da Subvenção e Assistência Governamentais, aprovado pela Deliberação CVM nº 555 de 12 de novembro de 2008, determina que as doações e subvenções governamentais devam ser registradas em conta de Resultado do Exercício (receitas).
Por proposta da Administração da Concessionária, foi constituída a Reserva de Incentivos Fiscais, em atendimento ao art. 195 da Lei nº 6404/76, do valor referente à CRC.
De acordo com o art. 18 da Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2007, os valores relativos à subvenção governamental devem ser mantidos em Reserva para Incentivos Fiscais, não estando sujeitos à tributação e não integram a base de cálculo do dividendo obrigatório.

44. Receita/Despesa Financeira

Os saldos compõem-se de:

	CONSOLIDADO	
RECEITA FINANCEIRA	31/12/2010	31/12/2009
Renda de Aplicações Financeiras	13.301	13.723
Acréscimo Moratório - Energia Vendida	38.083	37.765
Atualização Monetária dos Depósitos Judiciais	1.311	5.089
Receitas Financeiras com Parcelamentos	18.351	10.874
Variação Monetária - Energia Comprada	30.131	61.714
Base Negativa CSLL e IR Prejuízo Fiscal	-	36.907
Atualização Monetária dos Depósitos Judiciais	-	1.794
Atualização Monetária - Energia Livre - Despacho ANEEL nº 2.517	75.569	-
Atualização Quota FIDC I	4.239	-
Ganho com participações Societárias	258	-
Outras Receitas Financeiras	32.578	14.391
	213.821	182.257
DESPESA FINANCEIRA		
Encargos de Dívidas	(30.928)	(22.824)
Despesas Financeiras de PEE/P&D/PLT	(6.123)	(7.349)
Despesas Financeiras com PAES	0	(28.310)
Despesas Financeiras com Empreendimentos	(5.465)	(4.729)
Variação Monetária - Empréstimos e Financiamentos	(99.324)	(85.691)
Variação Monetária - Energia Comprada	(3.511)	(3.699)
Penalidades ANEEL - Contrato de Concessão	(15.357)	-
Atualização Monetária dos Depósitos Judiciais	(5.232)	-
Correção Monetária e Juros	(17.616)	(14.541)
Outras Despesas Financeiras	(21.281)	(21.244)
	(204.837)	(188.387)
RECEITA/DESPESA FINANCEIRA	8.984	(6.130)

45. Imposto de Renda e Contribuição Social

Reconciliação da despesa com Imposto de Renda - IRPJ e Contribuição Social – CSLL divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2010 e 2009:

Os saldos compõem-se de:

	CONSOLIDADO			
	31/12/2010		31/12/2009	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Prejuízo/Lucro líquido antes do IRPJ e da CSLL	(115.299)	(115.299)	3.557.655	3.557.655
Ajustes Decorrentes do RTT	63.507	63.507	(100.352)	(100.352)
Prejuízo/Lucro líquido antes do IRPJ e da CSLL após ajustes decorrentes do RTT	(51.792)	(51.792)	3.457.303	3.457.303
Efeito líquido de provisões temporárias não dedutíveis constituídas/realizadas no exercício	37.378	37.378	(3.300.147)	(3.300.147)
Despesas não dedutíveis e outras adições permanentes	662	662	640	640
Receitas não tributáveis e outras exclusões permanentes	(26.614)	(26.614)	(29.883)	(29.883)
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição	(38.911)	(38.911)	(58.130)	(58.130)
Lucro real e base de cálculo da contribuição social antes das compensações	90.791	90.791	135.635	135.635
Alíquota aplicável	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às aliquotas da legislação	22.675	8.171	33.885	12.207
Incentivo PAT = 4%	(545)	-	(814)	-
Patrocínio - Lei Rouanet (8.313/91 Art.26º)	(545)	-	(814)	-
Contribuições FECA - CEDICA/RS	(136)	-	(203)	-
Incentivo a Lei do Esporte = 1%	-	-	(100)	-
IRPJ CSSL Diferido - Diferenças Temporárias	(10.581)	(3.809)	(59.213)	(21.316)
IRPJ CSSL Diferido - Prejuízos Fiscais	(48.895)	(5.499)		
IRPJ CSSL em virtude de ajustes IFRS	(5.402)	(1.945)	(5.544)	(1.996)
Total IRPJ e CSLL	(43.429)	(3.082)	(32.803)	(11.105)

46. Transações com Partes Relacionadas

46. 1.Controladora

A Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações - CEEE-PAR controla diretamente a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT e a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, visto que participa com 65,92% do capital social de cada controlada.

46. 2.Consolidado

Foram realizadas transações com partes relacionadas incluindo compra e venda de energia elétrica e transações de financiamento, sendo que a energia elétrica vendida é baseada em tarifas aprovadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em condições de similaridade com o praticado no mercado.

As operações realizadas com parte relacionadas estão demonstradas conforme segue:

							Consolidado	
Parte Relacionada			31/12/2010			31/12/2009		01/01/2009
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	64.625	-	40.529	181.882	-	39.814	69.511	-
Eletrobras	9.670	107.765	(6.418)	5.621	83.124	(8.290)	29.478	113.739
Fundação ELETROCEEE	93	248.152	(96.908)	116	263.882	(104.830)	135	289.928
CERAN	-	-	133	-	-	-	-	-
MAESA	-	84	-	-	2.505	-	-	-
ETAU	-	-	-	-	-	2.070	-	-
Total	74.388	356.001	(62.664)	187.619	349.511	(71.236)	99.124	403.667

(a) Relação de controle do Consolidado

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT e a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D sofrem o controle indireto do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, que participa com 99,99% do capital da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações - CEEE-PAR.

O montante transacionado com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul foi de:

	CONSOLIDADO		
CONTAS PATRIMONIAIS	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
ATIVO CIRCULANTE			
SIAC / BANRISUL	32.883	114.455	5.043
Parcelamento - Venda de Energia Elétrica	-	13.778	-
Cedência de Funcionários	460	370	122
Convênio SEINFRA/CEITEC	-	637	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
SIAC	-	5	5
SIAC Especial / BANRISUL	2.148	18.936	22.161
CEEE - SIAC BANRISUL	2.435	3.779	3.437
Rendimentos SIAC	4.753	7.976	834
Parcelamento - Venda de Energia Elétrica	4.768	4.768	24.546
Parcelamento - FAMURS	17.178	17.178	13.363
Total a Receber	64.625	181.882	69.511

	CONSOLIDADO	
CONTAS DE RESULTADO	31/12/2010	31/12/2009
Receitas Operacionais/Venda de Energia Elétrica	34.658	34.409
Receitas Financeiras/Rendimentos SIAC	5.871	5.405
Total	40.529	39.814

(b) Entidades com controle conjunto ou influência significativa sobre a entidade

A Controladas estão sob influência significativa das Centrais Elétricas Brasileiras – ELETROBRÁS.

I) A ELETROBRÁS participa com 32,59% de ambos capitais sociais das concessionárias Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT e da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, participando nas decisões financeiras e operacionais destas.

O montante transacionado com as Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRÁS foi de:

O montante transacionado com a ELETROBRÁS foi de:

	CONSOLIDADO		
CONTAS PATRIMONIAIS	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
ATIVO CIRCULANTE			
Programa RELUZ	9.670	2.183	1.484
Empréstimo Compulsório ELETROBRÁS	-	-	4.633
Subvenção ELETROBRÁS CDE - PLT	-	3.438	23.361
Total a Receber	9.670	5.621	29.478
PASSIVO CIRCULANTE			
Empréstimos	12.778	26.923	49.562
Total a Pagar	12.778	26.923	49.562
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos	94.987	56.201	64.177
Total a Pagar	94.987	56.201	64.177

	CONSOLIDADO	
CONTAS DE RESULTADO	31/12/2010	31/12/2009
Despesas Financeiras		
Empréstimos	(6.418)	(8.290)
Total	(6.418)	(8.290)

Os valores transacionados com a ELETROBRÁS são provenientes de diversos empréstimos, vide nota explicativa 38, sendo obtidos a taxas inferiores as do mercado.

(c) Coligadas

I) Jaguari Energética S/A

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT detém 10,50% do capital social da Jaguari Energética S/A (vide nota explicativa 22).

II) Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S/A – ETAU

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT detém 10% do capital social da Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S/A - ETAU (vide nota explicativa 22). Foi firmado contrato entre as empresas que apresenta como objeto a prestação por parte da

Concessionária à Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S/A - ETAU de todos os serviços de O&M, em conformidade com os Procedimentos de Rede utilizando a mesma infraestrutura e logística com as quais realiza a Operação e Manutenção das instalações e equipamentos que compõem as suas concessões de transmissão. O contrato é valido até o término do Contrato de Concessão.

CONTAS DE RESULTADO	31/12/2010	31/12/2009
Renda da Prestação de Serviços	-	2.111
Receitas Operacionais	-	2.111
Contrato de Mútuo	-	(41)
Despesas Financeiras	-	(41)
Total	-	2.070

III) Companhia Energética Rio das Antas - CERAN

A Concessionária detém 30% do capital social da CERAN (vide nota explicativa 22), em 2010, foi registrado o valor de R$ 133 referente à receita de prestação de serviços.

IV) Campos Novos Energia S/A – ENERCAN

A Concessionária detém 6,51% do capital social da Empresa Campos Novos Energia S/A – ENERCAN (vide nota explicativa 22).

V) Machadinho Energética S/A – MAESA

O saldo a pagar de R$ 84 (R$ 2.505 em 31 de dezembro de 2009) refere-se ao arrendamento da usina, sobre o qual não incide juros, multas ou outro tipo de atualização monetária.

(d) Outros Investimentos

I) Transmissora Porto Alegrense Ltda
A Concessionária possui investimentos avaliados pelo custo na Transmissora Porto Alegrense Ltda. Através de memorando entre as partes ficou sob responsabilidade da Concessionária a Operação e Manutenção do Empreendimento, sendo que no ano de 2010 não foram prestados serviços dessa natureza (vide nota explicativa 22.2.2.c.3).

(e) Pessoal chave da administração da entidade ou da respectiva controladora

A Companhia considera como pessoal-chave da administração seus Diretores e os Membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração. O montante gasto com remuneração, encargos e benefícios dos Administradores em dezembro de 2010 foi de R$ 3.738 (R$ 2.066 em 31 de dezembro de 2009).

As Controladas contam com diretores empregados e não-empregados.

A remuneração dos Diretores empregados é composta por salário ou honorários mais a verba de representação, sendo que os custos dos Diretores estão contabilizados na rubrica de Pessoal conforme Plano de Contas da ANEEL.

A remuneração dos Diretores não-empregados com vínculo empregatício em outro órgão é composta do seu salário integral (reembolsado pela Concessionária ao órgão de origem) mais a verba de representação.

A remuneração dos Diretores não-empregados sem vínculo empregatício em outro órgão é composta de honorários mais a verba de representação.

	31/12/2010	31/12/2009
Remuneração/ Benefícios/ Encargos		
Conselho de Administração	629	380
Conselho Fiscal	289	145
Verba de Representação	361	250
Honorário Diretor não Empregado	244	95
Encargos	524	151
Subtotal	2.047	1.021
Diretores Empregados	1.691	1.045
Total	3.738	2.066

(f) Outras partes relacionadas

I) Fundação ELETROCEEE

As Controladas proporcionam a seus funcionários a opção de se associarem a um plano de benefícios pós-emprego, sendo que para os funcionários admitidos na Concessionária até o ano de 2002 foi oferecida a participação no plano de benefício definido denominado Plano Único o qual, atualmente, está em extinção. Após 2002 o plano de benefícios oferecido é o CEEEPREV, que se caracteriza por ser um plano de contribuição definida.

Os saldos existentes relacionados com a Fundação ELETROCEEE são os seguintes:

	CONSOLIDADO		
CONTAS PATRIMONIAIS	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
ATIIVO CIRCULANTE			
Cedência de Funcionários	93	116	135
Total a Receber	93	116	135
PASSIVO CIRCULANTE			
Emprestimo Fundação ELETROCEEE / Aluguel / Imóveis	6.871	5.703	5.369
Contribuição Patrocinadora - Fundação ELETROCEEE	8.248	7.051	7.620
Empréstimo Fundação ELETROCEEE Contr. 1254 /95	31.612	27.537	30.480
Total a Pagar	46.731	40.291	43.469
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Emprestimo Fundação ELETROCEEE / Aluguel / Imóveis	9.111	14.773	19.557
Empréstimo Fundação ELETROCEEE Contr. 1254/95	192.310	208.818	226.902
Total a Pagar	201.421	223.591	246.459

	CONSOLIDADO	
CONTAS DE RESULTADO	31/12/10	31/12/09
Contribuição Patrocinadora - Fundação ELETROCEEE	(56.078)	(63.482)
Emprestimo Fund. ELETROCEEE Contr. 1254 /95	(33.553)	(31.832)
Fundação ELETROCEEE - Ex-Autárquicos	(4.675)	(6.700)
Despesas Operacionais - Pessoal	(94.306)	(102.014)
Aquisição de bens	(2.602)	(2.816)
Despesas Financeiras	(2.602)	(2.816)
Total	(96.908)	(104.830)

II) Empresas controladas pelo Estado do Rio Grande do Sul

A CEEE-GT e CEEE-D também reconhecem como partes relacionadas às empresas que possuem como acionista controlador o Estado do Rio Grande do Sul, entretanto, não realiza transações com estas partes.

47. Instrumentos Financeiros

Descrição	Categoria	CONSOLIDADO Valor contábil 31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	CONSOLIDADO Valor de mercado 31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
ATIVO							
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	58.153	144.103	42.771	58.153	144.103	42.771
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	1	615.904	608.045	580.924	615.904	608.045	580.924
Títulos de Créditos a Receber	1	505	873	527	505	873	527
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	1	(138.773)	(131.909)	(118.667)	(138.773)	(131.909)	(118.667)
Aplicações Financeiras	1	4.619	22.755	25.611	4.619	22.755	25.611
Retenção Banco Máxima	2	3.292	3.000	-	3.292	3.000	-
Depósitos Judiciais - Ativo	1	48.122	21.966	21.071	48.122	21.966	21.071
Depósitos Judiciais - Retificadora do Passivo	1	159.708	153.227	142.827	159.708	153.227	142.827
Outros Créditos a Receber:							
- Fundo de Investimentos Creditórios	2	10.999	9.098	7.604	10.999	9.098	7.604
- Quotas Subordinadas do FIDC	2	34.525	42.075	22.425	34.525	42.075	22.425
- Outros	5	2.503	2.503	2.503	2.503	2.503	2.503
- Outros	1	1.530	1.146	946	1.530	1.146	946
- Conta de Resultados a Compensar - CRC	1	3.441.075	3.441.075	-	3.441.075	3.441.075	-
- Nota Técnica Reajuste Tarifário	1	44.906	43.327	43.755	44.906	43.327	43.755
Bens e Direitos Destinados a Alienação	5	2.390	3.145	3.257	2.390	3.145	3.257
Cauções e Depósitos Vinculados - DMLP	2	34.342	31.708	49.560	34.342	31.708	49.560
PASSIVO							
Fornecedores	3	250.898	185.461	245.764	250.898	185.461	245.764
Empréstimos e Financiamentos	3	854.014	763.341	541.195	854.014	763.341	541.195
Outros Passivos :							
- Consumidores	4	15.669	9.291	9.825	15.669	9.291	9.825
- Nota Técnica Reajuste Tarifário	3	59.514	24.578	33.108	59.514	24.578	33.108
- Obrigação com Obras da Transmissão	3	17.046	17.737	16.083	17.046	17.737	16.083
- Parcela de Ajuste-Receita Anual Permitida	3	18.045	8.778	14.428	18.045	8.778	14.428
- Outros Passivos - Outros	3	3.040	3.040	3.040	3.040	3.040	3.040

Categoria

1) Empréstimos e Recebíveis
2) Mantidos até o vencimento
3) Mensurado pelo custo amortizado
4) Não destinado a negociação
5) Disponível para a venda

47.1. Gerenciamento dos Instrumentos Financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, sendo que o risco referente a tais operações é monitorado através de estratégias de posições financeiras, controles internos, limites e políticas de risco da Companhia.

Alguns instrumentos financeiros têm seu custo amortizado substancialmente próximo ao valor de mercado, como contas a receber, empréstimos de capital de giro e operações específicas sem liquidez; assim, o valor de mercado é considerado o próprio custo amortizado. Para os instrumentos financeiros cotados em mercado ativo, sua cotação representa o valor de mercado.

a) Risco de Liquidez

A Companhia se utiliza do monitoramento constante de seu fluxo de caixa, observando a política de caixa mínimo visando a necessidade de captação de recursos para assegurar a capacidade de pagamentos. A gestão das aplicações financeiras tem como foco instrumento de curtíssimo prazo, com liquidez diária. O caráter gerador de caixa da Companhia, em virtude das peculiaridades do setor, faz com que ocorram com pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamento ao longo dos meses do ano o que torna os fluxos da Companhia estáveis, minimizando seu risco de liquidez.

b) Risco de Taxa de Câmbio

Este risco decorre da possibilidade de perda por conta da variação cambial. O resultado das operações da Companhia são afetados pelo fator do risco cambial em virtude do seu endividamento atrelado à moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia possuía saldo devedor em moeda estrangeira no montante de R$ 75,5 milhões. A Companhia não possui mecanismos de travamento da variação da moeda em função da sua flutuação. A variação da moeda no ano de 2010 contribuiu com um impacto positivo no resultado do exercício.

c) Riscos de Encargos da Dívida

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta da flutuação da taxa de juros e também da variação dos índices atrelados a inflação, visto que seus empréstimos e financiamentos são vinculados a esses índices. Também há a possibilidade de redução na receita financeira relativa às aplicações financeiras. Estas taxas são constantemente monitoradas no sentido de se avaliar o impacto das mesmas no resultado da Concessionária.

d) Risco de Crédito

No mercado de geração, a CEEE-GT tem 93% da energia disponível – garantia física das usinas próprias e cota de energia em outros empreendimentos - vendida a 36 concessionárias de distribuição, através de CCEAR's – Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado, com suprimento desde 2005. Estes contratos apresentam um risco bastante baixo, como pode observado pelo índice de adimplência de 100% ao longo de anos.
A energia restante foi vendida a geradores e comercializadores, através de contratos no ambiente livre, onde a geradora exige como garantia, Carta de Fiança Bancária ou CDB - Certificado de Depósito Bancário.

e) Risco de Preço

Os preços referentes aos contratos de Geração, até 2004 eram autorizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL a partir da realização do leilão 001/04 a geração passou a comercializar sua energia com um grande número de distribuidoras, a preços definidos pelo mercado. A Transmissão tem sua remuneração definida pela ANEEL através da receita permitida e corrigida pelo IGP-M.

As tarifas, de acordo com o contrato de concessão, devem permitir o equilíbrio econômico - financeiro da concessão.

f) Risco de Mercado

A energia da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT foi comercializada através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR´s e através de Contratos Bilaterais no Ambiente de Contratação Livre – ACL.

Os montantes comercializados no ano de 2010 estão relacionados nas tabelas a seguir:

Energia Vendida				
Tipo de Contratação	Produto	MWh	MW Médios	Participação % Energia
CCEARS	2005-2012	2.123.719	242	49,3
	2006-2013	1.269.519	145	29,5
	2007-2014	131.400	15	3,1
	2009-2016	78.840	9	1,8
ACL	ACL	282.731	32	6,6
Sobras de Energia	Mercado de Curto Prazo	418.772	48	9,7
Total		4.304.982	491	100

Energia Vendida			
Tipo de Contratação	Produto	MWh	MW Médios
ACL	ACL	35.040	4

(*) Dados em MWh não passíveis de exame pelo auditor independente.

As sobras de energia foram vendidas no mercado de curto prazo e, portanto, sujeitos a variação dos preços deste mercado (nota explicativa nº 40.2.a).

A quantidade de energia comprada para atendimento à Concessionária está baseada na previsão de consumo para os próximos 5 anos. A legislação (Lei nº 10.848 de março de 2004 e Decreto nº 5.163 de julho de 2004) permite que a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D descontrate mensalmente a energia correspondente ao atendimento de consumidores livres, quando de sua saída. Também prevê a possibilidade de descontratação de energia decorrente da entrada em operação de energia contratada anteriormente a 16 de março de 2004, anualmente por variação de mercado até 4% da energia contratada nos leilões de energia existente, duas vezes no ano através de cessões para outras distribuidoras em função de outros desvios de mercado, sem limites de montante de declaração. A Resolução Normativa nº 21/06 prevê alterações nas quotas-parte de Itaipu para cada concessionária, essas alterações podem gerar sobras ou déficits que também podem ser compensadas através do mecanismo de compensação de sobras e déficits.

Além do recurso de descontratação, a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D tem cobertura tarifária para uma sobrecontratação de até 3% do seu requisito regulatório (mercado faturado acrescido das perdas regulatórias).

Em dezembro de 2010, os contratos para suprimento de energia da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D estão relacionados na tabela abaixo, com sua correspondente participação no mercado.

ORIGEM	TIPO	MWh	%
1º LEILÃO EE - Produto 2005-2012	CCEAR com MCSD	2.422.163,74	26,14%
1º LEILÃO EE - Produto 2006-2013	CCEAR com MCSD	1.160.820,48	12,53%
1º LEILÃO EE - Produto 2007-2014	CCEAR com MCSD	432.177,91	4,66%
5º LEILÃO EE - Produto 2007-2014	CCEAR com MCSD	32.405,56	0,35%
2º LEILÃO EE - Produto 2008-2015	CCEAR com MCSD	366.135,80	3,95%
4º LEILÃO EE - Produto 2009-2016	CCEAR com MCSD	246.904,11	2,66%
8º LEILÃO EE - Produto 2010-2014	CCEAR com MCSD	277.487,68	2,99%
1º LEILÃO EN - Produto 2008-2037	CCEAR En.Nova Hidro	22.259,57	0,24%
1º LEILÃO EN - Produto 2009-2038	CCEAR En.Nova Hidro	8.279,00	0,09%
1º LEILÃO EN - Produto 2010-2039	CCEAR En.Nova Hidro	267.138,98	2,88%
1º LEILÃO EN - Produto 2008-2022	CCEAR En.Nova Termo	175.881,94	1,90%
1º LEILÃO EN - Produto 2009-2023	CCEAR En.Nova Termo	105.647,30	1,14%
1º LEILÃO EN - Produto 2010-2024	CCEAR En.Nova Termo	259.025,65	2,80%
4º LEILÃO EN - Produto 2010-2024	CCEAR En.Nova Termo	46.534,33	0,50%
PIRATINI	Bilateral	7.792,26	0,08%
ENERCAN	Bilateral	209.684,96	2,26%
JAGUARI	Bilateral	53.611,20	0,58%
CERAN	Bilateral	454.644,00	4,91%
PROINFA	Proinfa	201.670,54	2,18%
ITAIPU	Itaipu	1.865.379,13	20,13%
CGTEE	Inicial	303.086,00	3,27%
SPOT	SPOT	347.858,58	3,75%
TOTAL		9.266.598,70	100,00%

(*) Dados em MWh não passíveis de exame pelo Auditor Independente.

Em 2010, a CEEE-D não teve sobras de energia, visto que foi encerrado o contrato com a AES Uruguaiana e o lastro não foi totalmente recomposto. Dessa forma, a participação no MCSD foi para adquirir energia para atendimento ao mercado.

O risco de mercado para a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, no que se refere à contratação de energia, pode ser considerado como médio a alto. Os riscos existentes são:

- não atendimento a 100% do mercado – exposição ao mercado de curto prazo e sujeito a penalidades aplicadas pela ANEEL;
- repasse não integral da energia comprada;
- outras variações de mercado;
- saída de consumidores livres especiais (com demanda superior a 500 kW, suprido por fontes renováveis) – não há na regulamentação vigente procedimentos a serem adotados pelas distribuidoras quando da saída destes consumidores para o mercado livre;

g) Risco de Moeda

Os riscos de moeda da CEEE-D referem-se à energia comprada de Itaipu, que é valorada em dólar, Os montantes mensais de energia, assim como o valor da tarifa, são definidos pela ANEEL, através de Resoluções Homologatórias.

Os riscos são elevados, mas possuem cobertura tarifária integral. No entanto, a elevação do dólar pode impactar em problemas de caixa.

Em dezembro de 2010, os valores realizados com a energia comprada de Itaipu estão relacionados na tabela abaixo.

2010	Energia no Centro de Gravidade	POTêNCIA (MW)	Tarifa (US$/Kw)	Valor Fatura US$	Cotação dólar	Valor Fatura R$
JANEIRO	157,637	333,562	24,63	8.216	1,8748	15.403
FEVEREIRO	142,470	333,562	24,63	8.216	1,8102	14.872
MARÇO	157,896	333,562	24,63	8.216	1,7810	14.632
ABRIL	152,802	333,562	24,63	8.216	1,7306	14.218
MAIO	157,249	333,562	24,63	8.216	1,8167	14.925
JUNHO	153,634	334,292	24,63	8.234	1,8015	14.833
JULHO	159,254	335,167	24,63	8.255	1,7572	14.506
AGOSTO	159,385	335,458	24,63	8.262	1,7560	14.509
SETEMBRO	154,039	334,875	24,63	8.248	1,6942	13.974
OUTUBRO	158,167	333,562	24,63	8.216	1,7112	14.059
NOVEMBRO	153,366	334,000	24,63	8.226	1,7161	14.117
DEZEMBRO	157,281	334,583	24,63	8.241	1,6662	13.731
TOTAL	**1.863,181**		**1.000,000**	**98.760**	**1,7596**	**173.778**

47.2. Gerenciamento de riscos relacionados à Concessionária e suas operações

a) Riscos Hidrológicos

As usinas hidrelétricas representam aproximadamente 75% da capacidade instalada no sistema elétrico brasileiro, e estão sujeitas ao risco de escassez água ao longo do tempo. O arranjo institucional estabelecido pelo Poder Concedente procura reduzir o risco hidrológico das usinas, seja através da definição de garantia física para cada um dos empreendimentos de geração, independentemente da fonte de energia, seja através da instituição do MRE - Mecanismo de Realocação de Energia, instrumento financeiro para compartilhamento do risco, de modo que a operação do SIN seja realizada buscando a otimização eletro energética do sistema como um todo. O MRE é compulsório para todas as hidrelétricas despachadas centralizadamente, mas como estratégia para mitigação de risco a CEEE-GT exerceu a opção de adesão de suas Pequenas Centrais Hidrelétricas ao mecanismo.

b) Risco de não Renovação das Concessões

As Controladas detêm concessões para exploração dos serviços de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que sejam renovadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia.
Ainda não foi editada legislação específica estabelecendo os critérios para prorrogação ou renovação das concessões a vencer a partir de 2015, se esta será uma prorrogação especial com custo ou sem custo ou, ainda, se será uma nova licitação com custo. Também não existe histórico de prorrogação ou renovação no Brasil. Desde 1995 (Nova Lei das Concessões), nenhuma empresa de distribuição ou transmissão passou pelo processo de análise sobre prorrogação ou renovação. Ocorreram algumas prorrogações com custo e sem custo para atendimento a situações específicas na atividade de geração, nada que pudesse ser considerado um histórico de tendências. Atualmente, no Brasil existem temas legais, regulatório e constitucional sendo discutidos pelo mercado. Já existem diversos projetos de lei e de emenda constitucional sendo discutidos na Câmara dos Deputados, mas ainda não é possível prever o resultado dessa discussão no Congresso Brasileiro.
Caso a renovação das concessões não seja deferida pelo Poder Concedente ou esta ocorra mediante a imposição de custos adicionais para as Controladas, os atuais níveis de rentabilidade podem ser alterados.
Não há garantia de que a concessão hoje outorgada às Controladas será prorrogada pelo Poder Concedente.

c) Riscos Ambientais

O Brasil possui uma das legislações ambientais mais severas do mundo. A legislação brasileira impõe sanções que responsabilizam e exigem um grande esforço das empresas nacionais para o seu

atendimento. Os processos de produção envolvidos no setor de geração e transmissão de energia produzem impactos ambientais, muitas vezes significativos, que precisam ser prevenidos e minimizados, sob pena de acarretarem grandes prejuízos ao meio ambiente e consequentemente ao agente responsável, independentemente da ação ter sido realizada inadvertidamente. Desta forma, além dos recursos financeiros necessários para a recuperação da área atingida pela degradação ambiental, a empresa responsável poderá ter seus dirigentes envolvidos em processos civis, administrativos e penais.
A recuperação de áreas afetadas ambientalmente normalmente exige recursos expressivos que poderiam ser destinados a novos investimentos voltados exclusivamente para a atividade fim da Concessionária.
A questão da sustentabilidade, envolvendo as áreas ambiental, social e financeira, tem levado as empresas a buscarem ferramentas que possibilitem desenvolver suas atividades respeitando estes aspectos e potencializando diretrizes e políticas que viabilizem a integração de seus processos produtivos de forma a atender os interesses da sociedade, respeitando o meio ambiente e propiciando uma constante expansão e crescimento do seu negócio.

48. Programa de Participação de Resultados

As Controladas possuem um programa de participação dos empregados nos resultados cujo objetivo é incentivar a melhoria de qualidade, níveis de produtividade e resultados globais das investidas, através do comprometimento de todos os empregados. O montante contabilizado em 2010 totalizou R$ 22.262, tendo sido distribuído o montante de R$ 11.468 durante o exercício.

49. Questões Ambientais

49.1. Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D busca minimizar impactos ambientais negativos e potencializar impactos ambientais positivos decorrentes de suas atividades.
A empresa mantém um convívio baseado na ética e na transparência, incentivando-os a preservar a natureza, qualificar a mão-de-obra, manter a segurança e combater a exploração infantil.
Dentre as ações mais relevantes em 2010 destacam-se:

a) Programa de Reflorestamento e Produção de Postes de Madeira

A produção de postes de madeira preservada é uma atividade realizada pela CEEE-D há quase 60 anos. Sendo uma das únicas empresas a deter todo o ciclo de produção em grande escala no país, possui atualmente quatro hortos florestais de produção, situados nos municípios de Alegrete, Candiota, Charqueadas e Triunfo totalizando 6.010 ha.
A utilização de madeira de reflorestamento contribui para o abrandamento da poluição, através da captação de CO2 em todo o período de crescimento das árvores, que pode variar de oito a doze anos. Nesse período cada árvore chega a limpar 605 quilos de CO2 da atmosfera.

b) Programa de Monitoramento de Instalações Existentes

Outras atividades de monitoramento são realizadas conforme determinação dos órgãos ambientais, como por exemplo, o monitoramento dos impactos sobre a avifauna, realizado previamente, para identificação da necessidade de implantação de sinalizadores e após sua implantação, para avaliar sua eficácia.

c) Reciclagem e Descontaminação de Lâmpadas e Destinação de Resíduos Industriais

Resíduos Perigosos

As atividades operacionais e de manutenção da CEEE-D geram lâmpadas fluorescentes usadas contendo mercúrio e baterias usadas contendo ácidos e metais pesados como o chumbo. As lâmpadas fluorescentes e as baterias usadas são enviadas para reciclagem em empresas especializadas e ambientalmente licenciadas.

Em atendimento à legislação, a CEEE-D vem retirando da rede os equipamentos que contêm bifenilas policloradas (PCB – ascarel), usadas como isolantes em células capacitivas mais antigas, o qual tem sido objeto de atenção especial, devido a seu potencial de impacto ambiental. Os descartes de ascarel ocorridos no período de cobertura do relatório são referentes ao material estocado de forma segura.

Resíduos Não Perigosos, Inertes e Não Inertes

A CEEE-D gera sucatas de cobre, ferro e alumínio, além de pneus e óleo mineral isolante. Os metais são reciclados, os pneus serão entregues ao revendedor que os devolver para o fabricante, e o óleo mineral isolante será regenerado ou recondicionado.
Em decorrência das nossas atividades, em 2010, não houve registro de nenhum vazamento significativo de substâncias químicas, óleos e combustíveis que pudessem ter afetado o solo, a água u o ar, ou seja, nada que tenha ocasionado algum impacto negativo no ambiente.

d) Programa Recicle

O convênio assinado em 2002 com o Centro de Educação Ambiental da Vila Pinto - CEA, em Porto Alegre, permite a retirada de lixo seco e sucata de papel dos prédios do CAENMF. O centro cultural além de oferecer atendimento extracurricular para pré-adolescentes proporciona, em suas diversas oficinas, atendimento para toda a comunidade.
No ano de 2010 foram doados às comunidades um total de 19.025 quilos de resíduos, entre lixo seco e sucata de papéis.

e) Descarte de Materiais Inservíveis

A sucata dos materiais inservíveis, de ferro e motores, entre outras, é recolhida e estocada em estrutura própria, para ser comercializada por meio de leilões. Com esta medida é reduzida a agressão à natureza, a compra de materiais novos, os furtos e os custos de armazenagem.

A CEEE-D arrecadou em leilões descentralizados cerca de R$ 1,31 milhões provenientes de materiais inservíveis.

f) Doação de Uniformes

Este projeto tem por objetivo a doação dos uniformes que foram utilizados pelos empregados da Empresa CEEE-D, para entidades que proporcionarão a geração de renda às comunidades carentes, uma vez que estas comunidades utilizarão o material doado para a confecção de tapetes, bolsas, porta sapatos, jogos americanos, etc.

g) Programa de Eficiência Energética – PEE

Desde o ciclo de 2000/2001 quando foram iniciados os Programas de Eficiência Energética, até 2010 a CEEE-D investiu aproximadamente R$ 53 milhões no desenvolvimento de mais de 500 projetos, que proporcionaram uma economia de energia de 75.297,28 MWh/ano. Este resultado decorre da implantação de projetos que utilizam tecnologias mais modernas e eficientes, como a melhoria ou modernização em processos produtivos e substituições de equipamentos obsoletos.

h) Educação e Conscientização Ambiental

Em 2010 a CEEE-D promoveu a realização de palestras na sede da empresa e em escolas, distribuição de mudas de árvores nativas, oriundas de seus hortos e realização de oficinas de EcoArte, projeto este que busca através da arte valorizar os conceitos ligados ao meio ambiente e combate ao desperdício.

48.2. Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT

A CEEE-GT planeja, constrói, opera e promove manutenção de seus sistemas de geração e transmissão de modo a eliminar, minimizar ou compensar agressões ao meio ambiente.

Dentre as ações mais relevantes em 2010 destacam-se:

a) Programa de Repovoamento de Alevinos

A atividade tem por objetivo a produção de alevinos e peixes a serem soltos nos reservatórios visando a manutenção e preservação da ictiofauna existente nos reservatórios.

Dentre outras ações desenvolvidas pela Estação de Piscicultura, destaca-se o monitoramento qualiquantitativo da ictiofauna, realizada em 16 reservatórios da CEEE-GT e que serve de subsídios para o programa de repovoamento de alevinos dos reservatórios, anualmente realizado.

O Programa de Repovoamento de Alevinos, atendendo a sinalização do Programa de Monitoramento da Ictiofauna, contemplou a soltura de 396,2 mil alevinos que ocorreram nos reservatórios da CEEE-GT: Bugres, Capiguí, Divisa, Ernestina, Forquilha, Guarita, Itaúba, Maia Filho e Passo Real.

b) Programa de Monitoramento da Ictiofauna

O programa consiste na avaliação anual realizada em 16 reservatórios da CEEE-GT, onde são avaliados quantiqualitativamente todas as espécies capturadas nas expedições de campo realizadas anualmente. As campanhas são realizadas no final da primavera e início do verão de acordo com a determinação do órgão licenciador. Os dados obtidos são enviados ao órgão ambiental e servem de base para eventuais estudos que possam ser necessários para a preservação dos peixes que compõem as microbacias de cada reservatório.

c) Programa de Salvamento e Resgate de Peixes

Paralelamente às atividades de soltura e monitoramento, outra ação bastante importante e que muito contribui para a preservação e manutenção da ictiofauna é o Programa de Salvamento e Resgate de Peixes realizado sempre que ocorre a manutenção programada das unidades geradoras.

As paradas programadas em 2010, já possibilitaram o salvamento e resgate de aproximadamente 136.380 mil unidades de peixes, nas UHEs de Itaúba, Leonel de Moura Brizola, Passo Real e nos reservatórios de Ernestina e Maia Filho.

d)Sistema de Gestão de Resíduos

d.1) Programa Recicle CEEE

Programa de reciclagem de lixo incentiva a segregação de resíduos em sua origem, a coleta seletiva e a destinação adequada dos mesmos, inclusive com a doação de resíduos recicláveis à associação de catadores, de maneira a propiciar geração de renda em comunidade carente, situada próxima à sede.

No ano de 2010 foi doado às comunidades um total de 12.682 quilos de resíduos, entre lixo seco e sucata de papéis.

d.2) Projeto Socioambiental - Doação de Uniformes

Este projeto tem por objetivo a doação dos uniformes que foram utilizados pelos empregados da CEEE-GT, para entidades que proporcionarão a geração de renda às comunidades carentes, uma vez que estas comunidades utilizarão o material doado para a confecção de tapetes, bolsas, porta sapatos, jogos americanos, etc.

d.3) Descarte de Materiais Inservíveis

Os resíduos gerados em nossos processos produtivos são tratados de acordo com o princípio de ecoeficiência que está vinculado ao "fazer mais utilizando menos" e aspira às seguintes perspectivas macroeconômicas: minimizar a utilização de material; minimizar a utilização de energia; minimizar a geração de resíduos; aumentar a durabilidade do produto; aumentar a reciclabilidade; maximizar os recursos renováveis e aumentar a utilização de serviços.

A CEEE-GT arrecadou em leilões descentralizados cerca de R$ 875 provenientes de materiais inservíveis.

e) Programa de monitoramento de Emissão de Fumaça Preta

Gradualmente vem sendo implementado processo para gestão especializada do controle de fumaça preta de veículos, por meio do qual o acompanhamento da emissão atmosférica de veículos é realizado com periodicidade trimestral, superando a exigência da legislação e o padrão de controle do restante da frota. Já foram vistoriados 68 veículos em duas operações. Os veículos que são reprovados nas inspeções são encaminhados para manutenção.

f) Consumo de Combustíveis

A CEEE-GT possui uma frota de 282 veículos, distribuídos entre automóveis, utilitários, caminhões leves e pesados. A constituição desta frota por tipo de combustível é a seguinte: 50 veículos bicombustível, 150 diesel, 81 a gasolina e 1 elétrico. Possui, também, 47 veículos locados: 9 bicombustível, 36 diesel e 2 a gasolina.

g) Projeto Semear

As faixas de domínio, existentes sob as linhas de transmissão de energia elétrica, são liberadas pela CEEE-GT para o plantio de frutas, verduras e legumes, transformando em produtiva a terra ociosa. É o Projeto Semear, de promoção e inclusão social, existente desde 2006.

No primeiro ano do convênio entre a Companhia e a Prefeitura de Cachoeirinha, o Semear beneficiou 93 famílias, que juntas colheram 18 toneladas de produtos. Entre 2007 e 2008, a produção subiu para 46 toneladas e o número de famílias envolvidas chegou a 199. Até dezembro de 2009, os agricultores alcançaram a marca de 80 toneladas/ano num total de 220 famílias. A iniciativa tem duração de cinco anos, o término do contrato será em 2011, porém há a possibilidade de renovação.

Dos hortigranjeiros colhidos, uma parte é destinada para o consumo dos envolvidos no processo e o restante é comercializado em uma feira que ocorre todos os domingos no município. Conforme a Diretoria de Transmissão, uma exigência da CEEE-GT foi de que os alimentos fossem plantados sem o uso de agrotóxicos. O intuito é o de despertar a consciência ambiental dos agricultores e também agregar valor aos produtos. Com as vendas de mandioca, moranga, feijão, melancia, batata e milho.

h) Plantando Energia

A área sob as linhas de transmissão da Subestação Gravataí 2 servirá para o plantio de alimentos: é o "Plantando com energia", uma parceria com e a prefeitura de Gravataí. A colheita será utilizada na subsistência de famílias carentes moradoras da região e, no futuro, poderá ser destinada à merenda escolar. O projeto será realizado nos mesmos moldes do Semear, de Cachoeirinha.

i) Projeto Alimentar

O Projeto Alimentar começou a ser instalado oficialmente em Canoas, em Maio de 2010, num total de 48,6 hectares. A idéia é seguir os moldes do programa implantado em Cachoeirinha – Semear – e utilizar a área embaixo das linhas de transmissão para o plantio de hortigranjeiros. Nesta primeira fase, 15 famílias cultivarão a terra em 140 metros de extensão entre uma torre e outra. A primeira medida foi o cercamento da área.

50. Assuntos Regulatórios

50.1. Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica- CEEE-GT

a) Geração – Comercialização de Energia

A energia da CEEE-GT foi comercializada nos Leilões de Energia Existente, realizados no Ambiente de Contratação Regulada a partir de dezembro de 2004, através de Ofertas Públicas realizadas pela Companhia e participação em Chamadas Públicas de compradores. A seguir relação de produtos contratados vigentes em 2010.

Ano	Ambiente de Contratação Regulada (ACR)				Anbiente de Contratação Livre (ACL)	
	Venda MWm					
	2005-2012	2006-2013	2009-2016	2007-2014	Venda MWm	Compra MWm
2010	242	145	9	15	32	4
2011	242	145	9	15	50	20
2012	242	145	9	15	30	
2013		145	9	15	26	
2014			9	15	26	
2015			9			
2016			9			

(*) Dados em MWm não passíveis de exame pelo auditor independente.

b) Receita Anual Permitida da Transmissão

b.1) Revisão Tarifária Periódica

De acordo com a Décima e a Décima Primeira Subcláusulas da Cláusula Sexta do Contrato de Concessão de Transmissão nº 055/01, assinado entre a CEEE e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em 1º de outubro de 2001, as Revisões Tarifárias Periódicas devem ocorrer de 4 em 4 anos sendo a primeira em 2005 e a segunda em 2009. A primeira Revisão Tarifária Periódica da parcela referente à Rede Básica Novos Investimentos - RBNI, componente da Receita Anual Permitida – RAP que deveria ter ocorrido em julho de 2005 só aconteceu em julho de 2007.

No ano de 2009 deveria ter ocorrido a 2ª Revisão Tarifária Periódica, que não aconteceu, pois a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL adiou a implantação para 2010, devido a fortes pressões das empresas de Transmissão.

No dia 8 de julho de 2010, foi emitida a Resolução Homologatória nº 989 relativa à 2ª Revisão Tarifária Periódica, cujo impacto do reposicionamento tarifário foi de -5,80% sobre a receita total, considerando Rede Básica e Rede Básica Novos Investimentos.

Decorrente deste reposicionamento tarifário foi definida uma parcela de ajuste de R$ (24.577), sobre a Receita Anual Permitida – RAP, a ser compensados em 12 meses a partir de 1º de julho de 2010.

b.2) Reajuste Tarifário - Transmissão

A Resolução Homologatória nº 1.021 de 29 de junho de 2010 e a Nota Técnica 60/2010 SRT/ANEEL de 23 de junho de 2010 ajustou a RAP da CEEE-GT para o período 2010-2011 em -3,53%.
Referente à parcela de ajuste sobre a Receita Anual Permitida o impacto foi de R$ (36.090), divididos em parcela de ajuste relativo ao reajuste R$ (11.513) e parcela relativa à 2ª revisão tarifária periódica R$ (24.577). Este montante será compensado nas tarifas de julho de 2010 a junho de 2011.
Os valores foram registrados contabilmente na rubrica no Passivo Circulante (Nota Explicativa 26).

b.3) Formação da Receita da Transmissão

A primeira autorização de receita aconteceu em 25/10/2000. A partir desta data a evolução da receita ao longo dos anos foi conseqüência da aplicação do mecanismo de reajuste previsto no Contrato de Concessão, com atualização pelo do índice IGP-M e da entrada em operação de novas obras.

De acordo com cláusula contratual, a primeira revisão tarifária periódica ocorrida em julho/2007, com base em junho/2005, destinou-se apenas às novas instalações, designadas de Rede Básica Novos Investimentos - RBNI, autorizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL a partir de 2000 mediante ato específico, com direito a uma receita anual permitida inicial. As instalações existentes em outubro de 2000 não sofreram revisão tarifária, apenas o reajuste anual.

Na segunda revisão tarifária periódica ocorrida em junho/2010, retroativa a junho/2009 a ANEEL revisou a Base de Remuneração Regulatória das instalações que entraram em operação no período entre a primeira e a segunda revisão, e manteve blindada a base de ativos avaliada na 1ª revisão tarifária.

b.4) Reforços Implantados

A empresa está pleiteando junto à ANEEL a receita de reforços e melhorias implantados nas subestações de Campo Bom, Livramento 2, Porto Alegre 10, Porto Alegre 13 e Pelotas 3.

b.5) Parcela Variável

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT obteve uma redução de R$ 1.298 relativos a Parcela Variável, devido à indisponibilidade de Linhas de Transmissão e Equipamentos em Subestações.

c) Processo do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD (*)

O Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD, por saída de consumidores livres, alterações de mercado até 4% a partir do ano seguinte, e a entrada em operação da energia decorrente de contratos assinados até 16 de março de 2004, previstos pelo Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, cujas regras foram aprovadas pela Resolução Normativa nº 161 de julho de 2005 e homologadas pela Resolução ANEEL nº 211 de 03 de outubro de 2005, reduziram os montantes de energia e potência associada consideradas nos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR. Em decorrência da aplicação do MCSD, ocorreram reduções

contratuais para Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT de 17,57 MW médios do produto 2005-2012, 7,08 MW médios do produto 2006-2013 e 0,52 MW médios do produto 2006-2008 desde o início dos respectivos contratos. Esta energia descontratada foi comercializada novamente, nos leilões de energia do ACR e em ofertas realizadas pela Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, gerando a contratação de montantes apresentados na tabela anterior.

O saldo de energia descontratada está sendo comercializada através de ofertas públicas mensais ou liquidada no mercado de curto prazo ao Preço de Liquidação de Diferenças.

(*) Dados em MW não passíveis de exame pelo auditor independente.

d) Comercialização de Energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
ATIVO CIRCULANTE			
Energia de Curto Prazo - CCEE (vide nota explicativa 7)	1.848	6.760	1.814
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
(*) Ressarcimento Acordo - CCEE (vide nota explicativa 16)	123.891	65.777	65.136
PASSIVO CIRCULANTE			
Energia de Curto Prazo - CCEE (vide nota explicativa 27)	-	(1)	(583)
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Energia de Curto Prazo	(73.058)	(73.058)	(73.058)
Total	52.681	(522)	(6.691)

(*) Valor referente ao acordo de ressarcimento correspondente a despesa com a compra de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, denominada como "Energia Livre", realizadas durante o período de racionamento, decorrentes da redução da geração de energia elétrica nas usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE. Este valor está sendo cobrado dos consumidores finais dos submercados sujeitos ao racionamento pelas respectivas distribuidoras e será repassado à Concessionária.

50.2. Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica- CEEE-D

a) Processo do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD (*)

O Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD, por saída de consumidores livres, alterações de mercado até 4% a partir do ano seguinte, e a entrada em operação da energia decorrente de contratos assinados até 16 de março de 2004, previstos pelo Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, cujas regras foram aprovadas pela Resolução Normativa nº 161 de julho de 2005 e homologadas pela Resolução ANEEL nº 211 de 03 de outubro de 2005, alteram os montantes de energia e potência associada consideradas nos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR. Estas regras levaram a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, por necessidade de aquisição adicional de energia, a efetuar uma compra adicional de 12,476 MW médios a partir de janeiro e 2,524 MW médios a partir de fevereiro de 2005 e descontratar em janeiro de 2006 16,435 MW médios por saída de consumidores livres. Em 2007, descontratamos 9,767 MW médios devido a sobra de energia na época. A partir desta data, a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D não participou mais deste mecanismo.

(*) Dados não passíveis de revisão pelo Auditor Independente.

b) Comercialização de Energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
ATIVO CIRCULANTE			
Energia de Curto Prazo - CCEE (vide nota explicativa 7)	3.945	1	364
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
(*) Ressarcimento Acordo - CCEE (vide nota explicativa 16)	37.952	20.165	19.969
PASSIVO CIRCULANTE			
Energia de Curto Prazo - CCEE (vide nota explicativa 27)	(22.640)	(10.101)	(24.548)
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Energia de Curto Prazo	(27.400)	(27.400)	(27.400)
Encargo do Serviço do Sistema	(13.207)	(13.207)	(13.207)
	(40.607)	(40.607)	(40.607)
Total	(21.350)	(30.542)	(44.822)

(*) Valor referente ao acordo de ressarcimento correspondente a despesas com a compra de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, denominada como "Energia Livre", realizadas durante o período de racionamento, decorrentes da redução da geração de energia elétrica nas usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). Este valor está sendo cobrado dos consumidores finais dos submercados sujeitos ao racionamento pelas respectivas distribuidoras e será repassado à Concessionária.

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D realizou a contabilização da energia de Curto Prazo negociada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, conforme contabilização definitiva elaborada por aquela entidade, porém impetrou ações judiciais nas seguintes bases:

PROCESSO CEEE Nº 3.494/02

OBJETO:
Ação Ordinária visando a nulidade do item IV do Despacho nº 288 da ANEEL, em face dos vícios formais e materiais desse ato administrativo e declaração de que a Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE possuía o direito de não optar pelo alívio de exposição da energia elétrica oriunda de contrato de Itaipu nos exercícios de 2001 e 2002, de sorte a ter direito ao resultado dos riscos de exposição positiva no âmbito do mercado.
Houve requerimento de liminar de antecipação da tutela para que fosse a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL ordenada a instruir a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, a recontabilizar os valores da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE relativos à comercialização da energia elétrica da cota-parte de Itaipu Binacional referentes ao exercício de 2001 e 2002, contabilizando e liquidando em favor da Concessionária a exposição positiva verificada em razão da não opção pelo alívio de exposição.

ANDAMENTO:
Ajuizada a demanda, o juízo concedeu à Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE a antecipação de tutela requerida determinando a suspensão da contabilização dos valores da energia produzida por Itaipu e referente à quota a que tem direito a Autora, a qual não foi objeto de registro nos exercícios de 2001 (total) e 2002 (parcial), até que fosse proferida decisão final quanto à validade do Despacho nº 288/02 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, tendo ainda sido

determinado a vedação de qualquer exigência de valores decorrentes da contabilização eventualmente lançada e que foi liminarmente suspensa, até final julgamento da ação.
Da decisão que concedeu a antecipação de tutela, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL interpôs agravo de instrumento que foi autuado perante o Tribunal Regional Federal de Brasília em ata de 17 de dezembro de 2002, sob o nº 2002.01.00.045107-3, ao qual não foi concedido o efeito suspensivo pleiteado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e o recurso encontra-se aguardando inclusão em pauta para julgamento de mérito pela 6ª Turma do Tribunal.
Em data de 07 de dezembro de 2004 sobreveio despacho saneador nos autos principais em que o Juízo declara que a lide está sustentada em fatos que dependem de comprovação através de perícia técnica, manifestando a necessidade de realização da prova. A Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE peticionou nos autos tecendo esclarecimentos sobre a lide e concordando com a realização da perícia técnica.
A perícia foi realizada e o laudo pericial foi considerado favorável pela área de Comercialização/CEEE-GT e pela área Jurídica, tendo sua concordância em juízo, impugnando aspectos de menor importância em relação ao contexto geral. Houve também manifestação da outra parte. Em 17 de outubro de 2008 foi juntado aos autos cópia de decisão exarada na ação de objeto idêntico ajuizada pela AES Sul em face da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL com decisão favorável a Autora. A última movimentação do processo inclui a União no pólo passivo da ação, não tendo sido proferida ainda decisão de mérito do feito, estando os autos conclusos para decisão desde 30.04.2009.

PROCESSO CEEE Nº 3.555/2002
AÇÃO CAUTELAR
OBJETO:
Ação Cautelar Preparatória com pedido de liminar, para o fim de determinar que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE suspenda o andamento da liquidação financeira das transações de energia elétrica prevista para o dia 22 de novembro de 2002, relativamente à parte Autora.

ANDAMENTO:
Foi deferida a medida liminar para que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE suspenda o andamento da liquidação das transações de energia elétrica prevista para o dia 22 de novembro de 2002, relativamente à Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE (período de setembro de 2000 a setembro de 2002), até ulterior deliberação do Juízo. Após, houve despacho do Juízo esclarecendo que as liquidações futuras em relação às operações realizadas nos meses de outubro a dezembro de 2002 não estão abrangidas pela decisão liminar.
A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, interpôs agravo de instrumento autuado sob o nº 2002.03.00.051118-9 em data de 06 de dezembro de 2002, tendo sido indeferida a liminar de efeito suspensivo pleiteada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE ante a ausência dos requisitos necessários ao acolhimento do pleito liminar, estando o processo concluso ao Desembargador Relator desde 10 de junho de 2004, restando este agravo de instrumento baixado desde agosto de 2006.
Os últimos andamentos processuais na ação cautelar são relativos à despacho do Juízo em data de 06 de agosto de 2004, determinando prosseguimento na ação principal, e juntada de petição em 16 de dezembro de 2004.

AÇÃO ORDINÁRIA
OBJETO:
Ação Declaratória com Pedido Condenatório objetivando a declaração de nulidade do Despacho ANEEL nº 346/02, por infração aos princípios da legalidade e segurança jurídica, bem como condenação da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE a liquidar as contabilizações do período de setembro de 2000 a outubro de 2002 somente mediante auditoria prévia dos programas computacionais utilizados pelo sistema de contabilização e liquidação, e das

transferências de recursos entre os agentes participantes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, atendendo estritamente aos termos da Convenção de Mercado aprovada pela Resolução ANEEL nº 102/02, que possibilite à Autora conferir e controlar a exata origem e o objeto do seu débito.

ANDAMENTO:
Ação Ordinária proposta em data de 19 de dezembro 2002 e autuada sob o nº 2002.61.00.029736-5. Em 10 de março de 2004 houve despacho do Juízo requerendo manifestação das partes sobre o pedido de ingresso no feito formulado por ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A E OUTROS como assistente da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. A Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE peticionou requerendo realização de prova pericial. Em 06 de agosto de 2004, houve despacho do Juízo determinando autuação em apenso das petições de impugnação à assistência simples, bem ainda determinando a apresentação de quesitos à prova pericial pela Autora, fins de aferir-se a pertinência da realização da prova pericial. A petição da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE com os quesitos foi apresentada em data de 13 de agosto de 2004. Em 29 de outubro de 2008 foram arbitrados pelo Juízo os valores referentes aos honorários periciais. Em 07 de novembro a Concessionária apresentou os quesitos para realização da perícia. A última movimentação processual foi a juntada de petição ocorrida no dia 13 de novembro de 2008. Em 23/09/2010 o laudo foi apresentado a Concessionária, tendo essa se manifestado contrariamente ao mesmo. O processo ainda não foi sentenciado.

Porto Alegre, 24 de março de 2011.

SERGIO SOUZA DIAS
Diretor Presidente

GERSON CARRION DE OLIVEIRA
Diretor

HALIKAN DANIEL DIAS
Diretor

GILBERTO SILVA DA SILVEIRA
Diretor

RUBEM CIMA
Diretor

LUIZ ANTONIO TIRELLO
Diretor

MARCIA BEATRIZ GARCIA RODRIGUES
Contadora CRCRS 42897

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Em atendimento aos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, o Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-Par, sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Avenida Joaquim Porto Villanova, 201 – Prédio "A2", Porto Alegre-RS, inscrita no CNPJ sob nº 08.420.472/0001-05, declaram que:

1. Revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório da BDO Auditores Independentes, relativamente às Demonstrações Financeiras da CEEE-Par referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010; e

2. Revisaram discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da CEEE-Par relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010.

Porto Alegre, 24 de março de 2011.

SERGIO SOUZA DIAS
Diretor Presidente

GERSON CARRION DE OLIVEIRA
Diretor

HALIKAN DANIEL DIAS
Diretor

GILBERTO SILVA DA SILVEIRA
Diretor

RUBEM CIMA
Diretor

LUIZ ANTONIO TIRELLO
Diretor

CEEE PARTICIPAÇÕES

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-PAR
Porto Alegre - RS

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-PAR ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), e de acordo com as práticas adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

CEEE PARTICIPAÇÕES

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-PAR
Porto Alegre - RS

OPINIÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-PAR em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB).

OPINIÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-PAR em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB).

ÊNFASE

Conta de Resultado a Compensar (CRC)

Conforme descrito na nota explicativa número 14 as controladas, Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE- GT e a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE D, contabilizaram em suas demonstrações financeiras. O montante de R$ 3.441.075 o valor é decorrente do trânsito em julgado em 31 de março de 2009 da decisão proferida nos autos da Ação Ordinária ajuizada em face da União Federal, onde foi reconhecido o direito de computar na Conta de Resultados a Compensar (CRC) os valores pagos a título de complementação/suplementação de aposentadoria com os servidores ex-autárquicos que integravam seu quadro. A Companhia aguarda designação do perito judicial, no processo de liquidação de sentença. O montante contabilizado está suportado pelo cálculo realizado por especialista contratado pela Administração para a data base de 31 de dezembro de 2009. Esse montante permanece no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 considerando que não houve nenhuma decisão em definitivo que alterasse os critérios de liquidação. Consequentemente, somente após a homologação dos cálculos do perito pelo juízo da liquidação será possível determinar os reflexos nas demonstrações financeiras, se houver, bem como a realização destes créditos, considerando que as formas de utilização do saldo credor da Conta de Resultados está disciplinada em lei federal (Lei nº 8.631/93).

CEEE PARTICIPAÇÕES

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-PAR
Porto Alegre - RS

Programa de parcelamento de tributos federais (REFIS IV)

Conforme descrito na nota explicativa nº 29 b. a controlada Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE GT, em 20 de novembro de 2009, aderiu ao programa de parcelamento de tributos federais estabelecido pela Lei nº 11.941 de 27 de Maio de 2009 (REFIS IV). As diferenças entre os valores registrados na contabilidade e os informados no sistema junto a Receita Federal, relativamente aos débitos existentes no Pedido de Parcelamento Especial – PAES até 30 de setembro de 2009 foram incluídas na composição do saldo do novo parcelamento. A Companhia aguarda a definição dos trâmites na Receita Federal relativos ao Processo Administrativo solicitando a homologação dos valores calculados, sendo que a contabilização e classificação das dívidas foram efetuadas de acordo com as condições estabelecidas nos programas. Conseqüentemente, a confirmação da totalidade das obrigações dependerá da finalização, pelas autoridades competentes, das análises das dívidas declaradas. Assim, somente após a conclusão desta análise será possível determinar os possíveis reflexos nas demonstrações, se houver.

Ativos e Passivos relativos às transações de venda e compra de energia realizada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica — CCEE

Conforme detalhado na nota explicativa nº 49.1 d. e 49.2 b. as controladas, Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE GT e a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica CEEE –D, em 31 de dezembro de 2010, tem registrado no ativo não circulante valores a receber nos montantes de R$ 161.843, referentes ao reembolso a receber da Revisão Tarifária Extraordinária e no passivo não circulante R$ 13.207 referentes a Encargos de Serviço do Sistema (ESS) e R$ 100.458 relativos às transações de venda e compra de energia realizada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica — CCEE (anteriormente Mercado Atacadista de Energia Elétrica — MAE) ocorridas em exercícios anteriores. Esses valores foram registrados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE e podem estar sujeitos à modificação dependendo de decisão de processos judiciais em andamento movidos pela Companhia e por outras empresas do setor, relativos, em sua maioria, à interpretação das regras do mercado em vigor para aquele período. Os demais assuntos regulatórios que impactam as demonstrações financeiras estão descritos na nota explicativa nº 49 às demonstrações financeiras.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-PAR
Porto Alegre - RS

OUTROS ASSUNTOS

Práticas contábeis

Conforme descrito na nota explicativa 4.13. a, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 1° de março de 2010, sem modificação e com ênfase sobre os mesmos assuntos descritos no tópico ênfase deste relatório. As normas de auditoria anteriormente vigentes permitiam divisão de responsabilidade, portanto os investimentos da controlada Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica foram auditados por outros auditores independentes cujo o saldo naquela data considerando o percentual de participação da companhia é de R$ 231.111 e está baseada exclusivamente nos pareceres desse auditores.

Porto Alegre, 24 de março de 2011.

Paulo Ricardo Pinto Alaniz
Sócio-contador
CRC 1RS042460/O-3
BDO Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5 "S" RS

CEEE PARTICIPAÇÕES

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-Par, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, tendo analisado no decorrer do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, a gestão econômico-financeira da Empresa, bem como examinado o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Parecer dos Auditores Independentes, BDO Trevisan Auditores Independentes, e as informações complementares da Administração, opinam no sentido de que os documentos referidos representam a situação patrimonial e financeira da Companhia, naquela data, observadas as Ênfases contidas no Relatório dos Auditores Independentes, estando, portanto, em condições de serem submetidos à deliberação dos acionistas.

Porto Alegre, 24 de março de 2011.

Argeu da Silva Brum
Presidente

Fernando Magalhães Coronel
Conselheiro

Luiz Carlos Dias Garcia
Conselheiro

Vicente Paulo Mattos de Britto Pereira
Conselheiro

CEEE PARTICIPAÇÕES

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração, tendo examinado o Relatório da Administração, Manifestação sobre o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a demonstração do fluxo de caixa e respectivas Notas Explicativas referentes ao Exercício de 2010, encerrado em 31 de dezembro de 2010, documentos estes assinados pelos administradores responsáveis pela Empresa, e considerando os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, manifesta-se por unanimidade, pela aprovação dos referidos documentos e submete a matéria à apreciação dos Senhores Acionistas.

Porto Alegre, 24 de março de 2011.

Claudemir Bragagnolo,
Presidente do Conselho de Administração.

Sérgio Souza Dias

Fabiano Pereira

Caleb Medeiros de Oliveira

Mari Ivane Oliveira Perusso

Baltazar Balbo Garagorri Teixeira

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... : MARCIA BEATRIZ GARCIA RODRIGUES DO AMARAL
REGISTRO..... : RS-042897/O-5
CATEGORIA..... : CONTADOR
CPF..... : 318.743.200-04

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 30.03.2011 as 16:09:26.
Válido até: 26.09.2011.
Código de Controle: 95479.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

DICON/DDC/006/2011 Porto Alegre, 01 de abril de 2011.

Ilmo Senhor
João Batista dos Santos
Contadoria e Auditoria Geral do Estado – CAGE

A Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-PAR vem disponibilizar o Relatório de Administração, as Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas, Manifestação do Conselho de Administração, Parecer do Conselho Fiscal, Relatório do Auditor Independente e a comprovação de regularidade junto ao Conselho Regional de Contabilidade da Contadora responsável pelas Demonstrações, referentes ao exercício de 2010, devidamente assinadas.

Outrossim, informamos que disponibilizaremos a Ata da Assembleia Geral Ordinária aprovando as Demonstrações Financeiras em 29 de abril, data que ocorrerá o referido evento.

Atenciosamente,

Elisângela Moura Rodrigues
Chefe do Departamento de Demonstrações Contábeis

VISTO:

Marcia Beatriz Garcia Rodrigues
Chefe da Divisão Contábil

Av. Joaquim Porto Villanova, 201- Prédio A
Bairro Jardim Carvalho - Porto Alegre - RS - Brasil
CEP 91410-400
www.ceee.com.br

Cia. Riograndense de
Mineração
CRM

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
CNPJ 92.724.145/0001-53

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
CARVÃO GAÚCHO GERANDO ENERGIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

RELATÓRIO DA DIRETORIA - 2010

1. Relatório da Diretoria

A Diretoria da Companhia Riograndense de Mineração - CRM apresenta a seguir as demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2010, acompanhadas do parecer do Conselho Fiscal e manifestação do Conselho de Administração, bem como destaca os aspectos e eventos operacionais e administrativos mais significativos da gestão no mesmo período.

1.1. Apresentação da Empresa

A Companhia Riograndense de Mineração - CRM é uma sociedade de economia mista estadual, criada pela Lei nº. 5.835/69, inscrita no CNPJ sob o nº 92.724.145/0001-53, registrada no Departamento Nacional de Produção Mineral-DNPM - Processo nº. 802.767/70, localizada na Rua Botafogo, 610, em Porto Alegre - RS, com Unidades Mineiras em operação nos Municípios de Minas do Leão e Candiota, tendo como objeto, basicamente, a pesquisa, a lavra, o beneficiamento e a comercialização de carvão mineral e outros bens minerais.

1.2. Conjuntura Econômica

O ano de 2010 foi muito bom para a economia nacional. O país cresceu muito, houve queda grande do desemprego, segundo o IBGE, a taxa deve fechar em torno de 6%, um recorde desde que começou a série, em 2002.
No começo do ano, os economistas previam crescimento do PIB de 5,5%, a atual projeção é de 7,5%. Foi um ano bom para quase toda a América Latina, com exceção da Venezuela, que teve recessão. A região termina com crescimento médio de 6%. O Brasil não foi o que mais avançou por aqui, mas registrará o maior crescimento desde 1985. A inflação subiu com o IPCA ficando acima da meta, em torno de 5,9%. Para 2011 a expectativa dos economistas é mais modesta, com um crescimento do PIB previsto para 4,6%, o que ainda é um crescimento muito significativo.
No que se refere ao Setor Carvão, não se confirmou a realização de um leilão de energia termelétrica (A-5) no segundo semestre de 2010. Este leilão é uma das principais expectativas do Setor para 2011.

1.3. Desenvolvimento Operacional

1.3.1. Produção e Comercialização

Até outubro de 2010 a CRM continuou operando com a produção da Mina de Candiota limitada ao mínimo contratual de 133.333 t/mês de carvão CE 3.300 no abastecimento da Usina Termelétrica Presidente Médici – UPME, Fase A + B, da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE, na Mina de Candiota. A partir de novembro, com a entrada em operação da Fase C da UPME, este mínimo contratual passou a 275.000 t mensais o que propiciou um incremento significativo na produção mensal da Mina, o que deve ser mantido durante 2011. A Mina de Candiota encerrou o ano com um faturamento à CGTEE de 1.883.333,33 t.
Na Mina do Leão, o faturamento à Usina de São Jerônimo se manteve no mínimo contratual de 6.500 t/mês, durante todo o ano. Outros mercados abastecidos por esta unidade também sofreram impacto do elevado regime pluviométrico ocorrido no período, o que restringiu a demanda por carvão termoelétrico no Estado de Santa Catarina.

O quadro abaixo mostra a evolução da produção no último qüinqüênio:

PRODUÇÃO DO CARVÃO VENDÁVEL (t)

TIPO	2006	2007	2008	2009	2010	VARIAÇÃO % 2010/2009
CE 6300	3.143	1.843	0	0	0	0,00
CE 5500	4.057	17.156	0	0	0	0,00
CE 5200	0	2.421	44.704	50.053	53.277	6.44
CE 4700	116	0	0	13.155	0	(100,00)
CE 4500	0	20.319	30.168	15.433	8.002	(48,15)
CE 4200	44.380	50.648	44.406	53.136	39.092	(26,43)
CE 3300	1.996.762	1.816.958	1.636.709	1.661.920	1.699.102	2,24
CE 5200*	0	0	1.300	19.179	15.831	(17,46)
CE 4200*	0	0	0	1.615	643	(60,18)
CE 5500*	0	0	47.551	0	1.583	100,00
ROM	0	0	5.946	0	0	0
TOTAL	**2.048.458**	**1.909.345**	**1.810.784**	**1.814.491**	**1.817.530**	**0,17**

*Carvões Finos

1.3.2. Produtividade

A produtividade do exercício de 2010 foi determinada pela limitação nas encomendas efetuadas pela Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica-CGTEE, em função de problemas operacionais internos da Usina Termelétrica Presidente Médici-UPME no período, e pela queda na demanda de energia termelétrica em função do regime pluviométrico ocorrido durante o ano. O cálculo mantém os critérios adotados a partir do exercício de 2003, ou seja, considera também todos os serviços que são terceirizados em atividades meio.

DESCRIÇÃO	2006	2007	2008	2009	2010
Carvão Vendável (t/ano)	2.048.458	1.909.345	1.810.784	1.814.491	1.817.530
Total Homem/dia	88.853	88.403	87.461	83.504	83.483
PCV * (t/H/d)	23,05	21,60	20,70	21,73	21,77

* Índice de Produtividade do Carvão Vendável – PCV

1.4. Desempenho Operacional

Os dados comparativos da Companhia de maior relevância para avaliação de seu desempenho operacional, registrados nas demonstrações contábeis dos exercícios de 2006 a 2010, são os apresentados nos quadros abaixo:

DADOS COMPARATIVOS DA CRM					
DESCRIÇÃO	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**
Receita Bruta Anual	90.842.863	90.544.305	92.549.022	97.557.110	105.861.897
Receita Líquida Anual	86.901.451	86.247.346	86.711.894	91.382.960	99.741.480
Custos dos Prod. Vendidos	52.620.901	53.904.599	53.418.346	61.954.381	67.641.658
Resultado Bruto	34.280.550	32.342.747	33.293.548	29.428.579	32.099.822
Despesas Operacionais	14.322.861	15.761.669	17.591.729	12.553.010	17.218.415
Res.Oper.antes Res.Financ.	19.957.689	16.581.078	15.701.819	16.875.569	14.881.407
Resultado Financeiro	(13.823.566)	(10.719.645)	(11.160.605)	(12.608.717)	(13.168.955)
Resultado Operacional	6.134.123	5.861.433	4.541.214	4.266.852	1.712.452
Investimentos	11.733.177	8.960.917	20.086.567	13.412.074	23.969.737
Produção carvão ROM (t)	2.059.865	1.894.849	1.886.063	2.013.187	2.015.205
Pessoal Próprio	370	356	348	344	401

Valores históricos em reais

DADOS COMPARATIVOS DA CRM					
DESCRIÇÃO	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**
Receita Bruta Anual	117.309.421	108.370.891	101.534.533	108.581.066	105.861.897
Receita Líquida Anual	112.219.701	103.227.936	95.130.683	101.709.237	99.741.480
Custos dos Prod. Vendidos	67.951.705	64.517.469	58.604.691	68.955.227	67.641.658
Resultado Bruto	44.267.996	38.710.467	36.525.992	32.754.009	32.099.822
Despesas Operacionais	18.495.746	16.864.865	19.299.696	13.971.500	17.218.415
Res.Oper.antes Res.Financ.	25.772.250	19.845.602	17.226.296	18.782.509	14.881.407
Resultado Financeiro	(17.850.984)	(12.830.155)	(12.244.179)	(14.033.502)	(13.168.955)
Resultado Operacional	7.921.266	7.015.447	4.982.117	4.749.007	1.712.452
Investimentos	15.151.572	10.725.164	22.036.756	14.927.639	23.969.737
Produção carvão ROM (t)	2.059.865	1.894.849	1.886.063	2.013.187	2.015.205
Pessoal Próprio	370	356	348	344	401

Valores em reais de 31/12/2010, com base na variação do IGP-DI/FGV.

1.5. Investimentos

Ao longo do ano de 2010 os investimentos em novos equipamentos e em melhorias na infra-estrutura das Unidades Mineiras, principalmente na Mina de Candiota, totalizaram R$ 23,9 milhões. Estes recursos são oriundos da geração de caixa da CRM.

1.6. Meio Ambiente

Concluída a implantação do Sistema de Gestão Ambiental-SGA na sede da CRM; prossegue a implantação nas unidades mineiras.
No quadro a seguir, podemos acompanhar a evolução dos serviços ambientais, nos últimos anos, nas principais unidades mineiras da CRM:

Obs.: valores acumulados em hectares

		2006	2007	2008	2009	2010
MALHAS IV e VII (Candiota)	Área Impactada	414	433	448	461	477
	Recomposição Topográfica	370	374	395	413	413
	Revegetação	350	364	386	398	398
MALHA II (Candiota)	Área Impactada	356	356	356	356	356
	Recomposição Topográfica	356	356	356	356	356
	Revegetação	356	356	356	356	356
MALHA I (Candiota)	Área Impactada	65	65	65	65	65
	Recomposição Topográfica	54	54	54	54	54
	Revegetação	13	13	28	41	47
BOA VISTA (Leão)	Área Impactada	41	41	41	41	41
	Recomposição Topográfica	19	20	26	26	26
	Revegetação	15	15	15	21	21
SÃO VICENTE NORTE (Leão)	Área Impactada	-	-	7	13	27
	Recomposição Topográfica	-	-	0	3	5
	Revegetação	-	-	0	1	3
TOTAIS CRM	**Área Impactada**	**876**	**895**	**917**	**936**	**966**
	Recomposição Topográfica	**799**	**804**	**831**	**852**	**854**
	Revegetação	**734**	**748**	**791**	**817**	**825**

1.7. Novos Empreendimentos

Durante 2010 foram mantidas tratativas e ações de apoio e colaboração ao desenvolvimento de novos projetos termelétricos em solo gaúcho, principalmente na jazida de Candiota. Estas tratativas terão seguimento em 2011 e deverão resultar na formalização, ainda este ano, de novos contratos de fornecimento de carvão mineral a usinas termelétricas. Além destas tratativas, é a seguinte a situação dos demais empreendimentos que a CRM participa:

1.7.1. Usina Presidente Médici / Fase C (Candiota III) - Mina de Candiota

A CGTEE - Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica é proprietária da Usina Termelétrica Presidente Médici – UPME, Fases A e B, com capacidade instalada de 446 MW, localizada no município de Candiota (RS). Esta unidade geradora é abastecida com carvão mineral que a CRM produz na Mina de Candiota. Nos últimos anos foram consumidas, em média, 2,0 milhões de toneladas/ano de carvão CE-3300. Com sua participação no leilão de compra e venda de energia nova promovido pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica em dezembro de 2005, a CGTEE viabilizou a implantação da Fase C da UPME, com capacidade de mais 350 MW de energia. Para prover todo o carvão que o complexo termelétrico passou a consumir (UPME Fases A + B + C), a partir de novembro passado a Mina de Candiota aumentou sua produção para 275.000 t/mês, o que representa um incremento em mais de 100% de sua produção.

1.7.2. Mina do Leão II

A Mina do Leão II permanece arrendada à Carbonífera Criciúma S.A., que vem efetuando o pagamento do valor de "royalties" mínimo estabelecido no contrato de arrendamento. Sua entrada em operação deverá propiciar à CRM o recebimento de "royalties" quando da venda do carvão produzido, bem como permitir a geração de renda e emprego na região. Sem abrir mão da propriedade dos títulos minerários e das instalações mineiras e, contando com garantias contratuais contra eventuais insucessos no projeto de retomada da Mina do Leão II, a CRM buscou uma solução racional para o aproveitamento dos recursos investidos em instalações e equipamentos naquela unidade mineira.

1.7.3. Mina do Iruí

A CRM, durante 2010, continuou efetuando estudos e tratativas visando a implantação de uma nova unidade mineira para o abastecimento de empreendimentos de geração termelétrica na região do Município de Cachoeira do Sul.

1.8. Gestão Administrativa

Durante o ano de 2010 a CRM promoveu a realização de concurso público com a finalidade de atender as necessidades de pessoal resultantes de sua expansão vinculada a entrada em operação da Fase C da UPME e de reposições em diversas áreas da Empresa.
Com o concurso público a Diretoria visou também atender o Termo de Ajuste de Conduta firmado com o Ministério Público do Trabalho e os apontamentos de auditorias do Tribunal de Contas do Estado e da Contadoria e Auditoria Geral do Estado - CAGE que apontavam a necessidade de substituição de funcionários prestadores de serviços contratados através de empresas terceirizadas, por funcionários do quadro.
A empresa manteve sua política para desenvolvimento de seus recursos humanos, através da Programação de Treinamento e Desenvolvimento/2010 elaborada a partir de solicitações das gerências de cada unidade, sempre avalizadas pelos respectivos superintendentes. A partir destas solicitações, foram realizados 54 cursos, totalizando 2.625 horas de treinamento ministradas a 303 participantes. O número ficou aquém do planejado em função de que no planejamento foram programadas horas de treinamento para os novos admitidos no concurso público, mas neste, nem todas as vagas foram preenchidas. Além disto, como as principais contratações da área operacional, como operadores de máquinas, tiveram inicio ao final do ano, seu treinamento, bem como a admissão dos demais aprovados acontecerá, inevitavelmente, em 2011.
Por fim, os esforços da diretoria, juntamente com o corpo funcional, estão sempre de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Governo do Estado na busca de melhorias e no cumprimento das metas estabelecidas no Contrato de Gestão.

1.9. Perspectivas

Com a retomada da economia brasileira já verificada a partir de 2009 após a queda provocada pela crise financeira internacional e com o crescimento do PIB em 2010 em torno de 7,5% e de estimados 4,6% para 2011, segundo os dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), é esperado um aumento no consumo de energia elétrica da ordem de 5,7% para 2011 em relação a 2010. Ainda segundo a EPE, se o crescimento brasileiro mantiver uma média de 5% ao ano a partir de 2011, o consumo de energia deverá crescer em torno de 50% até 2019, ainda em relação a 2010.
Neste cenário e aproveitando as lições da crise energética vivida pelo País em 2001, que mostrou claramente a necessidade da complementação térmica em um sistema essencialmente hidrelétrico, como o nacional, de modo a regulá-lo, o planejamento energético nacional, com base nos estudos realizados pela EPE continuará expandindo a geração termelétrica, sendo que a fonte carvão, por ser disponível e nacional, portanto, sem o dispêndio de divisas e dependente de questões políticas externas, deverá ser incentivado. Isto confirma as excelentes perspectivas futuras da CRM em um horizonte não muito distante, já que é detentora dos direitos minerários das maiores e mais competitivas reservas de carvão do país.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2010

Telmo José Kirst – Diretor Presidente
Mauro Ochman – Diretor Administrativo
Eduardo Martins Medeiros – Diretor Técnico

2. Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas em 31 de dezembro de 2010 e 2009

2.1. Balanço Patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Ativo	2010	2009 Ajustado	2009 Original
Circulante	63.592	54.699	54.699
Disponibilidades	22.945	21.713	21.713
Contas a receber de clientes	11.858	8.933	8.933
Demais contas a receber (nota 2.5.2.2)	19.565	15.543	15.543
Estoques (nota 2.5.3)	8.825	8.102	8.102
Despesas do exercício seguinte	399	408	408
Não Circulante	234.601	225.510	220.699
Realizável a longo prazo	3.806	9.358	9.359
Devedores por aquisição de imóveis	18	18	19
Empréstimos e depósitos compulsórios (nota 2.5.4)	3.788	9.057	9.057
Outros valores	0	283	283
Investimentos (nota 2.5.5)	54	54	54
Custo	4.026	4.026	4.026
(-) Provisão para perda	(3.972)	(3.972)	(3.972)
Imobilizado (nota. 2.5.6)	230.741	216.098	211.286
Custo	381.634	359.174	359.174
(-) Depreciação e exaustão acumulada	(112.017)	(104.200)	(109.012)
(-) Provisão para perda	(38.876)	(38.876)	(38.876)
Total	298.193	280.209	275.398

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Balanço Patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Passivo	2010	2009 Ajustado	2009 Original
Circulante	56.939	50.345	50.345
Fornecedores	6.691	3.862	3.862
Salários e encargos sociais	1.217	1.179	1.179
Impostos e contribuições sociais	1.859	3.077	3.077
Provisão para contingências (nota 2.5.9)	447	401	401
Demais contas a pagar (nota 2.5.7)	6.535	3.348	3.348
Juros sobre o capital próprio	40.190	38.478	38.478
Não Circulante	110.299	94.452	94.452
Empréstimos e financiamentos (nota 2.5.8)	86.780	70.841	70.841
Contribuição social	535	927	927
Provisão para contingências (nota 2.5.9)	4.056	4.450	4.450
Provisão p/impostos diferidos (nota 2.5.14)	6.388	6.549	6.549
Tributos federais a recolher (nota 2.5.10)	12.540	11.685	11.685
Patrimônio líquido	130.955	135.412	130.601
Capital social (nota 2.5.11.1)	235.430	235.430	235.430
Reserva de reavaliação (nota 2.5.11.3)	12.472	12.784	12.784
Prejuízos acumulados	(116.947)	(112.802)	(117.613)
Total	298.193	280.209	275.398

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

2.2. Demonstração do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2010	2009 Ajustado	2009 Original
Receita bruta das vendas	105.862	97.557	97.557
(-) Impostos sobre vendas	(6.120)	(6.174)	(6.174)
Receita líquida de vendas	99.742	91.383	91.383
(-) Custo dos produtos vendidos	(67.642)	(57.143)	(61.954)
Lucro bruto	32.100	34.240	29.429
Despesas / Receitas operacionais	(30.388)	(25.162)	(25.162)
Comerciais	(1.090)	(1.300)	(1.300)
Gerais e administrativas	(17.910)	(16.332)	(16.332)
Outras despesas	(1.336)	(1.981)	(1.981)
Outras receitas (nota 2.5.12 c)	3.117	7.060	7.060
Resultado financeiro líquido (nota 2.5.12 a/b)	(13.169)	(12.609)	(12.609)
Lucro do exercício antes da reversão da provisão	1.712	9.078	4.267
Resultado antes da contribuição social e do imposto de renda	1.712	9.078	4.267
Contribuição social (nota 2.5.13)	0	(143)	(143)
Imposto de renda (nota 2.5.13)	0	(349)	(349)
Lucro antes da reversão dos juros sobre o capital próprio	1.712	8.586	3.775
Reversão dos juros s/capital próprio (nota 2.5.11.2)	1.712	4.124	4.124
Lucro líquido do exercício	3.424	12.710	7.899
Lucro por lote de mil ações do capital social	0,73	1,68	1,68

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

2.3 Demonstração do Fluxo de Caixa pelo Método Indireto
Exercício findo em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2010	2009 Ajustado	2009 Original
Lucro líquido do exercício	3.424	12.710	7.899
Ajustes:			
Depreciações	3.612	2.056	6.868
Amortizações	0	53	52
Custo das baixas do ativo imobilizado	902	460	460
Juros e variações monetárias ativas	(121)	(273)	(273)
Juros e variações monetárias passivas	16.641	13.548	13.548
Reversão provisão para contingências fiscais	(905)	(3.993)	(3.993)
Reversão provisão para contingências trabalhistas	122	0	0
Provisões tributárias, trabalhistas e outras	511	566	566
Provisão para impostos e contribuições sociais	462	0	0
Lucro líquido ajustado	24.648	25.127	25.127
Variações no ativo:			
Aumento contas a receber de clientes	(2.925)	(257)	(257)
Aumento de estoques	(723)	(2.046)	(2.046)
Aumento/Redução outras contas a receber	(4.012)	(2.293)	(2.293)
Aumento/Redução créditos tributários	4.033	(2.475)	(2.475)
Variações no passivo:			

789047

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
CNPJ 92.724.145/0001-53

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
CARVÃO GAÚCHO GERANDO ENERGIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

2. Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (continuação)

Redução de fornecedores	2.829	(611)	(611)
Redução impostos e contrinuições	(1.180)	(114)	(114)
Redução provisão para contingência trab. e cíveis	45	(837)	(837)
Redução/Aumento contribuições sociais a recolher	0	(1.004)	(1.004)
Aumento outras contas a pagar	3.187	161	161
Transf. de financiam. de longo prazo para circulante	(447)	(1.048)	(1.048)
Outras adições ao exigível a longo prazo	(254)	480	480
Caixa Líquido proveniente das ativ. operacionais	**25.201**	**15.083**	**15.083**
Fluxo de Caixa das atividades de financiamento			
Amortização de Financiamentos	0	(419)	(419)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	0	(419)	(419)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Imobilizado	(23.969)	(13.412)	(13.412)
Caixa Líquido usado nas atividades de investimento	**(23.969)**	**(13.412)**	**(13.412)**
Aumento/Redução de caixa e equivalentes de caixa	1.232	1.252	1.252
Caixa e equivalentes de caixa no inicio do exercício	21.713	20.461	20.461
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	22.945	21.713	21.713

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

2.3.1. Informações Complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa

A variação no caixa e equivalentes de caixa foi a seguinte:

	2010	2009	Variação
Disponibilidades	22.945	21.713	1.232
Caixa	35	16	19
Disponibilidades em bancos	5.765	6.453	(688)
Aplicações financeiras	17.135	15.244	1.891
Numerário em transito	10	0	10

2.4. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2010
Em milhares de reais

Saldos	Capital Social Subscrito	Reserva de Reavaliação	Prejuízos Acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2008	**235.430**	**14.106**	**(123.391)**	**126.145**
Realização da reserva de reavaliação	-	(2.003)	2.003	-
Realização tributos diferidos s/res.reaval	-	681	-	681
Juros sobre o capital próprio	-	-	(4.124)	(4.124)
Lucro líquido do exercício	-	-	7.899	7.899
Em 31 de dezembro de 2009-Original	**235.430**	**12.784**	**(117.613)**	**130.601**
Ajuste de Exerc.anteriores (nota 2.5.15)	-	-	(1.518)	(1.518)
Em 31 de dezembro de 2009-Ajustado	**235.430**	**12.784**	**(119.131)**	**129.083**
Realização da reserva de reavaliação	-	(472)	472	-
Realização tributos diferidos s/res.reaval.	-	160	-	160
Juros sobre o capital próprio	-	-	(1.712)	(1.712)
Lucro líquido do exercício	-	-	3.424	3.424
Em 31 de dezembro de 2010	**235.430**	**12.472**	**(116.947)**	**130.955**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

2.5. Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2010.

2.5.1. Contexto Operacional

A Companhia tem como atividade preponderante a produção, pesquisa, beneficiamento e exploração industrial e comercial de carvão mineral.
As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, contemplando as disposições da legislação societária brasileira e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). As alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09 à Lei nº 6.404/76 estão sendo observadas integralmente e adotadas quando aplicável.
As Demonstrações Contábeis relativas a 31 de dezembro de 2009 foram reclassificadas para fins de comparabilidade nas seguintes rubricas: depreciação e exaustão acumulada no ativo imobilizado, lucros e prejuízos acumulados no passivo, custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado do exercício e lucro líquido do exercício e depreciações na demonstração do fluxo de caixa.

2.5.2. Principais Contas e Práticas Contábeis

2.5.2.1. Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência, com o reconhecimento dos rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e a longo prazo, bem como, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização.

2.5.2.2. Demais Contas a Receber: R$ 19.565 mil (R$ 15.543 mil em 2009), compondo-se basicamente de:

a) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS a Recuperar - R$ 1.818 mil (R$ 2.410 mil em 2009), correspondente a créditos do ICMS, proveniente das apurações mensais de ICMS a recolher, sempre credoras, por ser a venda de maior valor à CGTEE ocorrer com o imposto diferido;

b) Adiantamento a Fornecedores - R$ 25 mil (R$ 23 mil em 2009);
c) Créditos PIS/COFINS não Cumulativo Lei nº. 10.833/03 - R$ 2.308 mil (R$ 483 mil em 2009);

d) Aplicações Caixa Único - R$ 5.160 mil (R$ 4.023 mil em 2009);

e) IRPJ/CSLL a compensar exercício anterior - R$ 8.702 mil (R$ 4.137 mil em 2009).

2.5.3. Estoques

Os materiais em estoque são destinados ao consumo e à manutenção e conservação de equipamentos e máquinas. O custo é determinado usando-se o método da Média Ponderada, inferior aos custos de reposição ou valores de realização. O estoque de produtos, ou seja, o carvão mineral, esta avaliado pelo custo incorrido nas diversas fases de sua formação, apurado através de sistema do custo integrado com a contabilidade financeira.

	2010	2009
Carvão	4.956	4.206
Produtos Acabados	1.551	1.887
Produtos em Elaboração	3.405	2.319
Almoxarifado	3.869	3.896
Total	**8.825**	**8.102**

2.5.4. Empréstimos e Depósitos Compulsórios - R$ 3.788 mil (R$ 9.057 mil em 2009), tendo como valores mais relevantes:

a) Depósitos relativos aos processos nº. 2000.71.00.00.18583-1 - INSS, no valor de R$ 964 mil (R$ 917 mil em 2009) e nº. 98.00.324011 - 1ª. vara de execução fiscal, no valor de R$ 44 mil (R$ 41 mil em 2009);

b) Depósitos para Garantia de Juizo Trabalhista referentes a diversos processos, no valor de R$ 1.525 mil (R$ 2.519 mil em 2009);

c) Depósito nº. 2007.72.04.003267-0 – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, (auto de penhora) no valor de R$ 717 mil (R$ 564 mil em 2009).

2.5.5. Investimentos

O valor total de R$ 54 mil corresponde a: R$ 10 mil em ações da subsidiária integral Companhia Operadora de Mineração - COM, R$ 23 mil em ações e quotas noutras empresas e R$ 21 mil em participações vinculadas a incentivos fiscais, registrados pelo método do custo de aquisição.

2.5.6. Imobilizado

O Imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição. No exercício de 2010 a Administração da Companhia procedeu a revisão da vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado, identificando a adoção de novos prazos de vida útil para os respectivos ativos, conforme laudo emitido pela empresa Ferrari Avaliações Patrimoniais Ltda., datado de 15/12/10. Por se tratar de uma mudança de estimativa contábil, os efeitos dessa mudança foram registrados de forma prospectiva a partir de 1° de janeiro de 2010. Esse movimento representou um aumento, no prazo de vida útil em relação aos praticados até 2009, gerando uma redução na despesa de depreciação de R$ 4.401 mil, para o período encerrado em 31 de dezembro de 2010.

a) Provisão para Perda

Conforme demonstrado a seguir, permanece com uma "Provisão para Perda com Ajuste a Valor de Mercado", constituída no balanço de 31 de dezembro de 1997, correspondente a bens que, no contexto da Lei Estadual nº. 10.900/96 seriam transferidos para integralização de capital em subsidiária integral.

b) Demonstrativo do Imobilizado:

Itens	Saldo em 2009	Adições	Baixas	Transferências	Deprec./ Exaustão	Saldo em 2010	Taxas de depreciação anual em %
Terrenos	7.458	160	0	0	0	7.618	0
Prédios	8.473	15	(149)	4.782	0	13.121	0,03 a 6,81
Jazidas	9.894	0	0	220	0	10.114	0,19 a 2,50
Equip.de Produção	95.616	8.377	0	8.156	0	112.149	0,06 a 100,00
Equip.de Manutenção	2.285	91	(3)	10	0	2.383	0,11 a 13,31
Equip.de Beneficiamento	7.751	2	0	824	0	8.577	0,25 a 17,40
Equip.de Escritório	1.223	68	(4)	0	0	1.287	0,20 a 48,15
Outros Equipamentos	6.945	1.141	(503)	191	0	7.774	0,27 a 45,99
Instalações	14.057	10	0	3.374	0	17.441	0,10 a 6,67
Outras Imobilizações	233	0	0	248	0	481	3,71 a 100,00
Bens em Operação	**153.935**	**9.864**	**(659)**	**17.805**	**0**	**180.945**	
Deprec./Exaustão Acumul.	(109.012)	0	607	0	(3.612)	(112.017)	0
Subtotal	**44.923**	**9.864**	**(52)**	**17.805**	**(3.612)**	**68.928**	
Imobilização em Andam.	**205.239**	**14.105**	**(850)**	**(17.805)**	**0**	**200.689**	
Direitos em Formação	3.853	0	0	0	0	3.853	0
Bens em Formação	201.386	14.105	(850)	(17.805)	0	196.836	0
Subtotal	**250.162**	**23.969**	**(902)**	**0**	**(3.612)**	**269.617**	
Ajustes a Vl. de Mercado	(38.876)	0	0	0	0	(38.876)	0
Total	**211.286**	**23.969**	**(902)**	**0**	**(3.612)**	**230.741**	

O valor do imobilizado em formação refere-se, na sua maior parte, ao projeto em implantação da Mina do Leão II, que atualmente encontra-se arrendada pela CRM à Carbonífera Criciúma S/A.
A Lei n.º 11.638/07 eliminou a opção de realizar a reavaliação espontânea de bens. A Companhia optou em manter o saldo da reserva de reavaliação até a sua efetiva realização. Assim o valor do ativo imobilizado reavaliado existente no início do exercício social passa a ser considerado como novo valor de custo para fins de mensuração e determinação do valor recuperável. Os impostos incidentes sobre a referida reserva foram destacados em conta do Não Circulante. A reserva de reavaliação, no patrimônio líquido, continuará sendo realizada para a conta de prejuízos acumulados, na mesma base que vinha sendo efetuada antes da promulgação da Lei 11.638/07.
De acordo com a Lei n.º 6.404/76 e Pronunciamento Técnico CPC 01, a Companhia realizou análise da capacidade de recuperação (teste de impairment) dos bens registrados no imobilizado através da comparação dos valores contábeis aos valores de uso, utilizando para tanto o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados gerados por esses bens. O estudo demonstrou que o valor do ativo imobilizado é recuperável, não havendo perda a ser registrada.

2.5.7. Demais Contas a Pagar: R$ 6.535 mil (R$ 3.348 mil em 2009), compondo-se basicamente de:

a) Aluguéis e contas a pagar - R$ 86 mil (R$ 92 mil em 2009);

b) Provisões para encargos sociais - R$ 3.182 mil (R$ 2.640 mil em 2009);

c) Retenções de empregados a recolher - R$ 503 mil (R$ 437 mil em 2009);

d) Adiantamento de clientes - R$ 2.726 mil (R$ 53 mil em 2009).

2.5.8. Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos, na sua totalidade em moeda nacional, são atualizados monetariamente com base na variação da UFIR e TR, se captados no mercado interno, ou pela variação de moedas estrangeiras, se originários de captação externa.

	Taxa média anual de juros e comissões	2010	2009
Moeda estrangeira US$ 142 mil - 2009 US$ 145 mil - 2010	Libor 3 meses + 0,8125 % a.a.	241	249
Moeda nacional	ufir + jr 0,3226 Tr-Selic + jr 1%	86.539	70.592
Total		86.780	70.841
Exigível a longo prazo (50 parcelas)		86.780	70.841
Total		**86.780**	**70.841**

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2009	2008
2011	-	17.001
2012	20.829	17.001
2013	20.829	17.001
2014	20.829	17.001
2015	20.829	2.837
2016	3.464	-
Total	**86.780**	**70.841**

2.5.9. Provisão para Contingências

A Companhia responde a diversas ações trabalhistas, cíveis e fiscais, cuja defesa está sendo promovida por sua assessoria jurídica, e mantém o registro da provisão para contingências para cobrir eventuais perdas que possam advir de decisões desfavoráveis nessas ações. Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

	Depósitos Judiciais		Provisões	
Ações	**2010**	**2009**	**2010**	**2009**
Circulante				
Trabalhistas	0	0	447	401
Exigível a longo prazo				
Trabalhistas	537	569	635	462
Fiscais	1.009	959	2.506	2.251
Cíveis	0	0	915	1.737
	1.546	1.528	4.056	4.450
Total	**1.546**	**1.528**	**4.503**	**4.851**

De acordo com a expectativa de êxito, no entendimento da consultoria jurídica Sbaraini Direito Empresarial, a Companhia não está constituindo provisão para pagamento de diferenças devidas de PIS e COFINS, no montante aproximado de R$ 36.365 mil, conforme processos nº. 11080-014.351/2008-37 e 11080-721.627/2010-51, junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB.

2.5.10. Tributos Federais a Recolher: R$12.540 mil (R$ 11.685 mil em 2009)

Deste total, R$ 12.347 mil (R$ 11.685 mil em 2009) refere-se a parcelamento obtido junto a Procuradoria da Fazenda Nacional-PGFN, nos termos da lei n.º 11.941/09 relativo a IRPJ inscrito em dívida ativa.

2.5.11. Patrimônio Líquido

2.5.11.1. Capital Social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2010 é de R$ 235.430 mil (R$ 235.430 mil em 2009), representado por 4.693.999.235 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.
O capital autorizado é de R$ 268.593 mil (R$ 268.593 mil em 2009).

2.5.11.2. Remuneração do Capital Próprio

A Companhia efetuou no exercício o cálculo de juros sobre o capital próprio, dentro dos limites estabelecidos pela Lei nº. 9.249/95, no valor de R$ 1.712 mil. O montante de juros sobre o capital próprio foi creditado aos acionistas e contabilizado como despesa financeira para fins fiscais, gerando uma economia fiscal de R$ 582 mil. Para fins de divulgação e adequação aos princípios contábeis, foi realizada a reversão do juro sobre o capital próprio na Demonstração de Resultado, e apresentado como distribuição de juros nas Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.

2.5.11.3. Reserva de Reavaliação

A Lei n.º 11.638/07 eliminou a possibilidade de reavaliação espontânea de ativos, mas faculta que o saldo da reserva de reavaliação existente em 01/01/08 pode ser mantido até a sua efetiva realização. A Companhia optou por manter o saldo da referida reserva no montante de R$ 12.472 mil (R$ 12.784 mil em 2009) líquidos da Contribuição Social e Imposto de Renda.
A realização da reserva de reavaliação efetuada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados é transferida para prejuizos acumulados, no montante de R$ 472 mil (R$ 2.003 mil em 2009).

2.5.12. Demonstração do Resultado

a) Despesas Financeiras - R$ 15.097 mil (R$ 14.585 mil em 2009), tendo como valores mais significativos, R$ 1.712 mil (R$ 4.124 mil em 2009), correspondente a juros sobre capital próprio, de acordo com a Lei n.º 9.249/95 e R$ 11.878 mil (R$ 9.702 mil em 2009), correspondente a juros e variações monetárias sobre financiamentos do permanente em moeda estrangeira;
b) Receitas Financeiras - R$ 1.928 mil (R$ 1.976 mil em 2009), tendo como valor mais relevante, R$ 1.860 mil (R$ 1.876 mil em 2009), relativo a rendimento de aplicações caixa único e atualizações monetárias;
c) Outras Receitas - R$ 3.117 mil (R$ 7.060 mil em 2009), tendo como valores mais relevantes a reversão de provisão para indenizações - R$ 1.112 mil (R$ 4.829 mil em 2009) e multa contratual - R$ 1.921 mil (R$ 2.068 mil em 2009).

2.5.13. Contribuição Social e o Imposto de Renda

A Contribuição Social e o Imposto de Renda sobre o Lucro Líquido são calculados conforme as normas estabelecidas para as empresas que tem como base de apuração o Lucro Real. A Companhia apura os mesmos com base em balancetes de redução e/ou suspensão, conforme a Lei n.º 8.981/95.

	2010	2009
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	0	143
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	0	349

2.5.14. Provisão para Impostos Diferidos

Abaixo o Demonstrativo da Base de Cálculo da Provisão para Tributos Diferidos de Contribuição Social e o Imposto de Renda:

	Alíquota	2010	2009
Reserva de reavaliação		18.861	19.333
Contribuição social	9%	1.697	1.740
Imposto de renda	15%	2.829	2.900
Adicional imposto de renda	10%	1.862	1.909
Provisão impostos diferidos		**6.388**	**6.549**

2.5.15. Ajustes para fins de comparabilidade

O valor de R$ 1.518 mil corresponde aos processos trabalhistas, liquidados no exercício de 2009 e não reconhecido no respectivo exercício, contabilizados retrospectivamente em dezembro de 2009, para fins de comparabilidade estão sendo agora computados como ajustes das demonstrações contábeis do exercício encerrado em 31/12/2009.

2.5.16. Cobertura de Seguros

A Companhia efetua a contratação de seguro para os seus veículos utilizados para deslocamentos em estradas intermunicipais, e de bens imóveis de acordo com o nível de risco existente.

2.5.17. Plano de Previdência - Contribuição Definida

A Companhia é patrocinadora de um Plano de Previdência Complementar, o CRMPrev, operado pela Fundação CEEE de Seguridade Social. O mesmo é um plano de contribuição definida que prevê a participação paritária entre os funcionários e a Empresa.
O gasto total neste plano de contribuição definitiva foi de:

	2010	2009
Plano de previdência complementar	895	776

Telmo José Kirst
Diretor Presidente
CPF n.º 069.258.550-87

Mauro Ochman
Diretor Administrativo
CPF n.º 377.964.020-15

Eduardo Martins Medeiros
Diretor Técnico
CPF n.º 345.068.969-04

Sergio Luiz dos Santos
Contador CRC/RS 44.941
CPF n.º 294.950.160-53

789048

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
CNPJ 92.724.145/0001-53

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
CARVÃO GAÚCHO GERANDO ENERGIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

3. Parecer dos Auditores Independentes

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Eldorado do Sul, 04 de março de 2011

Ilmos. Srs.
DIRETORES E ACIONISTAS da
COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM
Porto Alegre – RS

Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM , que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia Riograndense de Mineração - CRM é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.
Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Em 1996, a companhia efetuou reavaliação de alguns itens do ativo imobilizado, tendo na ocasião uma perda de R$ 38.965 mil reconhecida em contrapartida de reserva de reavaliação anteriormente constituída. O laudo do avaliador independente não contém detalhes suficientes para identificar as contas e subcontas afetadas por esta reavaliação, por isto, não tendo sido possível concluir sobre a adequação da referida perda registrada e correspondente saldo da conta de reserva de reavaliação.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto quanto a efeitos que possam advir do assunto descrito no parágrafo **Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis**, as demonstrações contábeis, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Riograndense de Mineração - CRM , em 31 de dezembro de 2010, o resultado de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Nélson Câmara da Silva
Contador CRC/RS/23584/T/SP/S/RS
HLB AUDILINK & CIA. AUDITORES
CRC/RS-003688/T/SP/F/RS

4. Parecer do Conselho Fiscal

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Companhia Riograndense de Mineração - CRM, no exercício das atribuições que nos confere o artigo 163, incisos I, II e VII da Lei nº 6.404/76, examinamos os documentos a que se referem os incisos I e II do artigo 133 da referida Lei, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Com base nas análises realizadas, bem como no acompanhamento efetuado ao longo de 2010 e considerando o Relatório dos Auditores Independentes datado de 04 de março de 2011, somos de opinião que as referidas peças estão em condições de serem apreciadas pela Assembléia Geral Ordinária de Acionistas.

Porto Alegre, 14 de março de 2011

Adalberto Caino Silveira Netto — Lindemar Franzon
Hélio Levi da Silva — José Heitor de Souza Gularte
Raquel Longaray Souza Santos

5. Manifestação do Conselho de Administração

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Companhia Riograndense de Mineração – CRM, no uso das atribuições legais e estatutárias, tendo examinado, em reunião nesta data, o Relatório da Diretoria e as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31-12-2010, ante os esclarecimentos prestados pelo Contador da Companhia e considerando o parecer dos auditores independentes, HLB Audilink Auditores & Consultores e do Conselho Fiscal, todos se manifestando favoravelmente às Demonstrações Financeiras da CRM, entende que sejam as mesmas apreciadas e aprovadas pela Assembléia Geral Ordinária de Acionistas, com reserva, tendo em vista que a nova Administração foi eleita no presente exercício ao passo que as Demonstrações referem-se ao exercício findo. O Balanço, portanto, atende as formalidades legais e seu conteúdo se refere a atos praticados pela anterior gestão.

Porto Alegre, 14 de março de 2011

Claudemir Bragagnolo — Marcelo Tuerlinckx Danéris
Presidente do Conselho
Elifas Mariom Kerller Simas — Vinicius Gomes Wu
Baltazar Balbo Garagorri Teixeira — Flavio Koutzii

789049

ANÚNCIO INSTITUCIONAL

Torquato Pontes S/A - Comércio e Indústria
CNPJ 94.845.872/0001-02 – NIRE 43 3 0000214 4

Relatório da Diretoria

SENHORES ACIONISTAS: Em cumprimento as determinações legais e estatutárias, temos a satisfação de vos apresentar o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras correspondentes ao exercício de 2010. Julgamos desnecessário maiores esclarecimentos a respeito dos documentos apresentados, mas colocamo-nos a vossa disposição para quaisquer detalhes desejados.

Rio Grande (RS), 08 de fevereiro de 2011 — A DIRETORIA

Balanço Patrimonial Encerrado em 31/12/2010 – R$

ATIVO	31/12/2010	31/12/2009
CIRCULANTE	**231.554,37**	**202.999,44**
Disponível	**214.900,79**	**196.404,81**
Caixa e Bancos	1.710,79	847,51
Títulos Liquidez Imediata	213.190,00	195.557,30
Outros Vlrs. a Receber	**13.800,00**	**2.301,37**
Devedores Diversos	13.800,00	2.301,37
Outros Créditos	**2.853,58**	**4.293,26**
Impostos a Recuperar	2.853,58	4.293,26
NÃO CIRCULANTE	**927.138,90**	**846.152,86**
Investimentos	**911.442,26**	**830.456,22**
Partic. em Sociedades	911.442,26	830.456,22
Imobilizado	**15.696,64**	**15.696,64**
Imóveis	130.499,80	130.499,80
Laboratório	1.771,71	1.771,71
Maquinários	44.022,72	44.022,72
Móveis e Utensílios	10.333,13	10.333,13
(-) Depreciações	(170.930,72)	(170.930,72)
TOTAL DO ATIVO	**1.158.693,27**	**1.049.152,30**

PASSIVO	31/12/2010	31/12/2009
CIRCULANTE	**2.934,80**	**3.957,07**
Credores Diversos	914,90	3.777,07
INSS a Recolher	180,00	180,00
Impostos a Recolher	1.839,90	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**1.155.758,47**	**1.045.195,23**
Capital Social	938.000,00	938.000,00
Reserva Especial de Capital	5.329,48	5.329,48
Reserva Legal	34.666,57	29.138,41
Reserva de Lucros	177.762,42	-
Lucros (Prej.) Acumul.	-	72.727,34
TOTAL DO PASSIVO	**1.158.693,27**	**1.049.152,30**

Demonstrativo dos Lucros (Prejuízos) Acumulados – R$

	2010	2009
Saldo no Inicio do Exercício	72.727,34	23.488,53
Ajuste Exercícios Anteriores	-	-
Ajuste de Investimentos	-	(1.355,44)
Resultado Liq. do Exercício	110.563,24	53.257,11
Reserva Legal	(5.528,16)	(2.662,86)
Reserva de Lucros	(177.762,42)	-
Saldo Final do Exercício	**-**	**72.727,34**

Demonstrativo de Apuração do Resultado do Exercício – R$

	31/12/2010	31/12/2009
(-) DESP. OPERACIONAIS		
Despesas Gerais Administrativas	(40.536,49)	(40.870,27)
OUTRAS REC. OPERAC.		
Receitas/Desp. Financeiras	17.978,16	16.799,10
LUCRO OPERACIONAL	**(22.558,33)**	**(24.071,17)**
Reajuste de Investimento	80.986,04	45.978,19
Receitas n/Operacionais	61.475,70	34.039,97
Despesas n/Operacionais	-	-
RESULTADO ANTES IR/ CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**119.903,41**	**55.946,99**
Provisões p/IR e C. Social	(9.340,17)	(2.689,88)
RESULT. DO EXERCÍCIO	**110.563,24**	**53.257,11**
LUCRO/PREJ. P/AÇÃO	0,017	0,008

Demonstração Fluxo de Caixa - Exercício 2010

Atividades Operacionais	
Lucro Líquido	110.563,24
Lucro Líquido Ajustado	**110.563,24**
Aumento de Créditos a Receber	(11.498,63)
Redução de Impostos Recuperáveis	1.439,68
Caixa Líquido Consumido nas Atividades Operacionais	**100.504,29**
Atividades de Investimentos	
Aumento de Investimentos	(80.986,04)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimentos	**(80.986,04)**
Atividades de Financiamentos	
Redução de Obrigações a Pagar	(1.022,27)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento	**(1.022,27)**
Variação das Disp. no Exercício	**18.495,98**
Saldo Final das Disponibilidades	**214.900,79**
Saldo Inicial das Disponibilidades	**196.404,81**
Variação das Disponib. no Exercício	**18.495,98**

Notas Explicativas as Demonstrações Contábeis Levantadas em 31.12.2010

1 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: As demonstrações contábeis estão de acordo com as normas estabelecidas pela Lei 6.404/76, adotadas as alterações relativas à elaboração e apresentação das demonstrações financeiras previstas na Lei nº 11.638/07 e Lei 11.941/09.
2 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: As principais práticas contábeis adotadas pela empresa na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes: **CAPITAL:** O capital social é de R$ 938.000,00 constituído de 6.700.000 ações ordinárias no valor de R$ 0,14 cada uma. **IMOBILIZADO:** As imobilizações estão computadas pelo custo de aquisição acrescido de correção monetária, até 31.12.95 conforme Lei nº 9.249/95. **INVESTIMENTOS:** Os investimentos foram registrados ao custo de aquisição. O Investimento relevante está ainda ajustado pelo método de Equivalência Patrimonial. **INVESTIMENTO RELEVANTE:** Empresa: TORQUATO PONTES PESCADOS S/A, Capital: R$ 3.828.755,73, Patrimônio Líquido: R$ 3.709.293,81, Lucro R$ 330.151,00, Composição 8.959.794 Ações Ordinárias e 283.853 Ações Preferenciais. Investimento Corrigido e avaliado em R$ 909.889,78.

Rio Grande (RS), 08 de fevereiro de 2011
TORQUATO RIBEIRO PONTES NETTO
Presidente - CPF: 118.147.800-68
ALCIDINA SALIES FARINHA PONTES
Diretora - CPF: 000.707.120-50
ODRACIR TEIXEIRA DE MORAES
CRC-RS 47.066 - CPF: 497.988.200-53

789036

HOTEL CONTINENTAL S.A.
CNPJ: 94.749.207/0001-07
NIRE 43 3 0003242 6

RELATÓRIO DA DIRETORIA - Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010. Porto Alegre, 17 de Fevereiro de 2011. A Diretoria

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 - (Em R$)

ATIVO	2010	2009
Circulante		
Disponibilidades	399.395,37	48.468,32
Clientes	405.441,31	427.699,55
Adiant. a terceiros	28.413,87	28.413,87
Outras ctas. a receber	89.688,70	19.900,11
Ativo Circulante	**922.939,25**	**524.481,85**
Não Circulante		
Depósitos Judiciais	134.698,84	126.688,84
Partes Relacionadas	951.423,65	824.656,22
Investimentos	1.095,00	1.095,00
Terrenos	516.670,18	516.670,18
Edificações	5.704.226,18	5.704.226,18
Máq./equip. e móveis	520.724,18	463.198,11
(-) Deprec. acumul.	-2.313.992,34	-2.036.452,83
Ativo n/Circulante	**5.514.845,69**	**5.600.081,70**
ATIVO	**6.437.784,94**	**6.124.563,55**

PASSIVO	2010	2009
Circulante		
Emprés.e Financ.	147.437,61	232.176,21
Fornecedores	173.599,66	13.982,15
Imp. e Contrib. a pagar	86.435,28	353.741,25
Salários a pagar	31.289,89	29.601,83
Pró-labore a pagar	16.782,52	16.762,48
Outras obrigações	39.529,48	28.472,04
Passivo Circulante	**495.074,44**	**674.735,96**
Não Circulante		
Empréstimos e Financ.	462.176,14	422.813,20
Imp. Contrib. a pagar	3.529.142,41	3.083.134,21
Passivo n/Circulante	**3.991.318,55**	**3.505.947,41**
Patrimônio Líquido		
Capital Social	1.943.880,18	8.252.312,55
Reserva Legal	375,59	-
Lucros/Prej. acumul.	7.136,18	-6.308.432,37
Patrimônio Líquido	**1.951.391,95**	**1.943.880,18**
PASSIVO	**6.437.784,94**	**6.124.563,55**

Demonstrativo do Resultado do Exercício

	2010	2009
Rec. bruta das vendas	4.136.912,87	3.577.152,02
(-) Impostos s/Vendas	-459.165,95	-355.350,07
Rec. Líq. de Vendas	**3.677.746,92**	**3.221.801,95**
(-) Custos Prod. Vend.	-1.711.034,29	-1.526.448,29
Lucro Bruto do Exerc.	**1.966.712,63**	**1.695.353,66**
(-) Desp. Administrativas	-1.525.066,59	-1.328.918,89
(-) Desp. Tributárias	-13.406,44	-
(-) Desp.Finan. correntes	-376.425,76	-143.466,98
+ Rec. Financ. correntes	24.141,72	24.969,51
(-) Prejuízos eventuais	-55.750,55	-
Result. Operacional	**20.205,01**	**247.937,30**
Resultado antes do IR	**20.205,01**	**247.937,30**
(-) Prov. p/Contrib.Social	-4.080,52	-
(-) Prov. p/Imp. de Renda	-8.613,32	-
Result. Líq. Exercício	**7.511,17**	**247.937,30**

Demonstração dos Lucros/Prejuízos Acumulados

	2010	2009
Saldo Inicial Exerc.	(6.308.432,37)	(8.350.504,93)
Ajustes Exerc. Anter.	-	110.842,50
Result. do Exercício	7.511,77	247.937,30
Transf. de Reservas	-	1.683.292,76
Redução de Capital	6.308.432,37	-
Saldo Final Exerc.	7.511,77	(6.308.432,37)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras do Exercício Encerrado em 31/12/2010

Nota 1 - Contexto Operacional: A Empresa tem por objetivo a exploração de serviços de hotelaria bem como a participação no capital de outras empresas. **Nota 2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com a Lei 6404/76 e suas alterações, que regulamenta as sociedades por ações, e com as práticas contábeis usuais. **Nota 3 - Principais Praticas Contábeis:** A) As depreciações foram calculadas pelo método linear sobre o custo histórico corrigido dos bens, mediante a aplicação das taxas normais, que levam em conta os seus tempos de vida útil. B) Os empréstimos no passivo circulante e não circulante estão atualizados até a data de balanço obedecendo às respectivas taxas de contratação. C) O resultado é apurado com observância do regime contábil de competência. D) Os Empréstimos e Financiamentos no Passivo Não Circulante, têm seu vencimento final em 31/12/2011 com taxa de juros de 5,5% ao ano e TJLP E) Os impostos e contribuições à pagar, no passivo não circulante, referem-se a parcelamentos com vencimentos até 2016 para ISSQN e 2025 para PIS, COFINS e INSS, sujeitos a encargos financeiros na forma da lei. **Nota 4 - Capital Social:** O capital social é constituído por 22.143.772 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de acordo com a assembléia geral ordinária e extraordinária em 30 de Abril de 2010. Nesta assembléia foi reduzido o valor do Capital Social de R$ 8.252.312,55 para R$ 1.943.880,18, mediante a compensação de prejuízos acumulados.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	2010	2009
Demonstração fluxo caixa		
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro Líq. do exercício	7.511,77	247.937,30
Depreciação	277.539,51	266.098,80
Ajuste p/var. das contas de Ativo/Passivo Oper.		
Aum. de Dupl. a Receber	-60.312,34	-55.939,42
Aum./Red. de Partes Relac.	-126.767,43	-108.035,41
Aum. demais ctas do Ativo	4.771,99	-11.738,32
Aumento/Redução Obrig. Trib.e Fiscais a pagar	178.702,23	-31.382,12
Redução das demais contas do Passivo	127.007,39	-288.225,56
Caixa Líq. Proveniente das Ativ. Operacionais	**408.453,12**	**18.715,27**
Fluxo de Caixa das Ativ. de Investimentos		
Pagamento p/Compra de Bem p/Imobilizado	-57.526,07	-71.117,51
Caixa Líq. nas Atividades do Investimento	**-57.526,07**	**-71.117,51**
Aumento Líquido Caixa e Equivalente de Caixa	**350.927,05**	**-52.402,24**
Caixa Equiv. de Caixa no Início do Período	48.468,32	100.870,56
Caixa Equiv. de Caixa no Fim do Período	399.395,37	48.468,32
Variação das Contas Caixa/Bancos/Equiv.	**350.927,05**	**-52.402,24**

Luiz Adroaldo Costa Chaves Barcellos - Diretor – CPF 101.330.700-34
Maria Elisabeth Grazziotin Chaves Barcellos - Diretora - CPF 359.565.770-53
Antônio Luiz Dalla Valle - Téc. em Contabilidade - CRCRS 10.152 - CPF 009.564.650-72

788931

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES SINOSSERRA
CNPJ 89.625.032/0001-96 - NIRE 43300026949

AVISO

Comunicamos aos Senhores Acionistas que se encontram à disposição, em nossa sede social sita na rua Getúlio Vargas, nº 100, em Novo Hamburgo/RS, os documentos a que se refere o art.133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2010.
Novo Hamburgo, 25 de março de 2011.
Rafael da Silva Reis, Hugo Pinto Ribeiro, Luiz Alberto Jacobus, Suzana Maria Jacobus – Diretores.

788950

IRANI PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ Nº 86.861.515/0001-00 NIRE Nº 43300033392

AVISO AOS ACIONISTAS

AVISO - Comunicamos aos Senhores Acionistas que se encontram à disposição, na sede social, na Rua General João Manoel, 157-16º andar, em Porto Alegre, RS, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.
Porto Alegre, 21 de março de 2011.
A Diretoria

789069

EXCELSIOR S/A HOTEIS DE TURISMO
CNPJ N. 92.995.398/0001-61 NIRE 43.300.016.617

A V I S O

Comunicamos aos Senhores Acionistas, que se encontram à disposição, na sede social, no Largo Vespasiano Júlio Veppo, 55, nesta Capital, os documentos que se refere o artigo 133 da Lei 6.404 de 15.12.76, relativos ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2010.
Porto Alegre, 15 de março de 2011.
RENATO BARTH RITTER
Presidente do Conselho de Administração

788023

788970

SANTA FÉ HOTÉIS E TURISMO S.A.
CNPJ Nº 87.090.437/0001- 41 – NIRE 43.300.010.546

AVISO

Comunicamos aos senhores acionistas que se encontram à sua disposição, na sede social da Companhia, na Rua dos Andradas nº 1001 4º andar, em Porto Alegre - RS, os documentos de que trata o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.
Porto Alegre - RS, 25 de março de 2011. **A Diretoria**

Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul

SULGÁS

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS

RUA SETE DE SETEMBRO, 1069 - 5º ANDAR
PORTO ALEGRE - RS
CNPJ Nº 72.300.122/0001-04 NIRE: 43.300.033.104

SULGÁS
O Rio Grande Ligado na Energia do Futuro.

Relatório de Diretoria

Aos acionistas

A Diretoria Executiva da Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul - Sulgás, no cumprimento de disposições legais e estatutárias, apresenta à Assembleia Geral Ordinária, após parecer do Conselho Fiscal e ouvido o Conselho de Administração, as Demonstrações Financeiras previstas em Lei relativas ao exercício findo em 31/12/2010, destacando também os eventos operacionais, financeiros e administrativos mais significativos do ano de 2010.

O ano de 2010 apresentou melhora geral no desempenho da economia brasileira. Já um pouco distanciado da influência que a crise do segundo semestre de 2008 causou no período seguinte, o ano que passou demonstrou estar o mercado já caminhando firme adiante. Em consonância com a retomada em nível nacional, foi possível ao estado do RS reeditar sua trajetória anterior de crescimento, onde teve papel destacado o segmento da indústria. O crescimento geral de 15% da comercialização em relação a 2009 atesta essa retomada. Um cenário de tranquilidade do mercado possibilitou preços bastante estáveis de aquisição e comercialização de gás natural, esses últimos praticamente sem aumentos ao longo do ano. A manutenção da política de comercialização de gás via leilões também contribuiu para a obtenção de vantagens econômicas para os clientes industriais, através de preços inferiores aos contratos de longo prazo, melhorando a rentabilidade do negócio da empresa. Os números e informações listados a seguir pretendem detalhar cada um dos importantes aspectos empresariais da Companhia ao longo de 2010.

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2010 E 2009

Em Reais - A T I V O

	31/12/2010	31/12/2009 REAPRESENTADO	01/01/2009 REAPRESENTADO
ATIVO CIRCULANTE	**171.003.012,87**	**159.516.537,39**	**142.429.006,18**
DISPONÍVEL	**92.204.117,38**	**98.376.292,83**	**79.110.869,67**
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.292.222,15	12.497.742,88	4.208.819,70
Aplicação de Liquidez Imediata	84.911.895,23	85.878.549,95	74.902.049,97
DIREITOS REALIZÁVEIS ATÉ O EXERCÍCIO SEGUINTE	**78.565.888,00**	**60.954.858,99**	**63.161.603,40**
Clientes	51.577.760,62	49.411.030,52	46.694.829,20
Impostos a Recuperar	25.483.567,40	10.288.729,78	15.438.803,52
Adiantamento a Funcionários	269.932,06	87.533,92	140.335,34
Adiantamento a Fornecedores	25.579,71	14.435,51	241.005,66
Outros Créditos a Realizar	-	2.000,00	2.000,00
Estoque Material de Oper. e Manut.	1.209.048,21	1.151.129,26	644.629,68
DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE	**233.007,49**	**185.385,57**	**156.533,11**
Despesas Diferidas	233.007,49	185.385,57	156.533,11
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**94.770.323,53**	**17.898.372,76**	**91.713.341,32**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**15.595.120,45**	**15.200.893,84**	**11.545.075,03**
Clientes	4.344.443,78	6.790.533,36	3.753.961,08
Aplicações Financeiras Vinculadas	4.325.008,78	3.944.710,46	3.595.166,78
Depósitos Judiciais	575.286,64	409.238,80	380.285,76
Impostos a Recuperar	470.768,94	1.078.027,46	908.627,27
Outros Créditos a Realizar	53.779,55	53.779,55	53.779,55
Ship or Pay	3.016.043,33	1.270.042,34	1.270.042,34
Créditos Tributários Diferidos	2.809.789,43	1.654.561,87	1.583.212,25
INVESTIMENTOS	**48.772,40**	**48.772,40**	**48.772,40**
Participações Diversas	48.772,40	48.772,40	48.772,40
INTANGÍVEL	**77.666.480,59**	**77.447.111,58**	**76.242.475,08**
Imobilizado da Concessão - Terrenos	29.600,00	29.600,00	29.600,00
Imobilizado da Concessão - Equipamentos e Instalações Operacionais	151.506.039,78	125.104.852,69	123.303.623,51
Imobilizado da Concessão - Equipamentos e Instalações de Escritório	2.966.150,51	2.964.250,12	1.764.405,48
Imobilizado da Concessão - Equipamentos para Processamento de Dados	4.592.612,59	2.697.453,87	2.482.038,02
Imobilizado da Concessão - Veículos	1.066.763,93	1.014.313,93	1.012.833,93
Imobilizado da Concessão em Andamento	19.291.837,51	32.782.035,38	22.698.280,45
(-) Amortização Acumulada	(101.786.523,73)	(87.145.394,41)	(75.048.306,31)
DIFERIDO	**1.459.950,09**	**2.648.706,52**	**3.877.018,81**
Despesas Pré-Operacionais	1.473.379,42	1.473.379,42	1.473.379,42
Despesas do Projeto de Engenharia de Gás Natural	12.661.086,24	12.661.086,24	12.661.086,24
(-) Amotização Acumulada	(12.674.515,57)	(11.485.759,14)	(10.257.446,85)
TOTAL DO ATIVO	**265.773.336,40**	**254.862.021,73**	**234.142.347,50**

Em Reais - PASSIVO

	31/12/2010	31/12/2009 REAPRESENTADO	01/01/2009 REAPRESENTADO
PASSIVO CIRCULANTE	**123.694.692,67**	**122.957.116,42**	**111.932.652,87**
Fornecedores de Mercadorias	67.320.921,45	61.606.396,24	66.941.864,23
Fornecedores de Serviços	3.620.539,41	1.366.185,87	2.348.037,13
Dividendos Propostos e Juros s/ Capital	-	15.833.359,75	11.188.376,59
Provisão p/Imposto de Renda	31.903.095,46	23.982.378,06	15.206.489,21
Obrigações Sociais e Tributárias	13.072.454,74	11.119.783,05	6.816.253,63
Participação nos Lucros	1.127.371,44	1.149.246,55	393.778,52
Empréstimos e Financiamentos	2.976.274,87	5.937.730,05	6.059.222,64
Adiantamento de Clientes	1.459.674,66	529.355,22	1.534.408,70
Provisão de Férias a Pagar	866.951,85	440.542,42	536.315,98
Retenções Contratuais	270.003,50	475.914,68	671.160,57
Outras Obrigações	1.077.405,29	516.224,53	236.745,67
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**1.993.793,12**	**3.218.114,21**	**9.484.871,32**
Empréstimos e Financiamentos	-	2.938.029,87	9.146.410,52
Provisão para Contingências	1.993.793,12	280.084,34	338.460,80
PATRIMONIO LÍQUIDO	**140.084.850,61**	**128.686.791,10**	**112.724.823,31**
CAPITAL SOCIAL	**67.655.593,20**	**67.655.593,20**	**67.655.593,20**
Capital Subscrito e Integralizado	67.655.593,20	67.655.593,20	67.655.593,20
RESERVAS DE LUCROS	**13.531.118,64**	**13.531.118,64**	**11.504.100,34**
Reserva Legal	13.531.118,64	13.531.118,64	11.504.100,34
DIVIDENDOS ADICIONAIS PROPOSTOS	**58.898.138,77**	**47.500.079,26**	**33.565.129,77**
Dividendos Adicionais Propostos	58.898.138,77	47.500.079,26	33.565.129,77
TOTAL DO PASSIVO	**265.773.336,40**	**254.862.021,73**	**234.142.347,50**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS E 2010 E 2009

Em Reais

	NOTA EXPLICATIVA	31/12/2010 R$	31/12/2009 REAPRESENTADO R$
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**NOTA 17**	**397.944.442,51**	**338.805.618,83**
CUSTO PRODUTOS/MERCADORIAS VENDIDAS		**(242.517.975,36)**	**(217.474.565,64)**
Custo das Mercadorias		(223.754.738,55)	(200.049.609,73)
Custos de Operação		(18.763.236,81)	(17.424.955,91)
LUCRO BRUTO		**155.426.467,15**	**121.331.053,19**
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS		**-29.969.171,76**	**-22.928.083,48**
Despesas Gerais Administrativas		(5.871.774,16)	(2.229.173,92)
Despesa com benefícios a empregados		(15.778.928,63)	(11.677.587,00)
Amortizações		(15.940.404,31)	(14.517.389,07)
Despesas Tributárias		(300.820,99)	(210.122,95)
Outras Receitas Operacionais		7.922.756,33	5.706.189,46
Receita de Construção - ICPC01	**NOTA 19**	12.400.129,81	15.734.528,50
Custos de Construção - ICPC01		(12.400.129,81)	(15.734.528,50)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		**2.660.371,46**	**1.018.318,20**
Receitas Financeiras		8.279.993,33	7.451.073,82
Despesas Financeiras		(5.619.621,87)	(6.432.755,62)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		**128.117.666,85**	**99.421.287,91**
Contribuição Social		(11.565.260,10)	(8.932.120,55)
Imposto de Renda		(31.053.663,43)	(23.929.915,11)
RESULTADO APÓS IRPJ e CSLL		**85.498.743,32**	**66.559.252,25**
PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS		**(1.600.604,55)**	**(1.198.794,94)**
REVERSÃO JUROS s/CAPITAL PRÓPRIO		**4.871.202,70**	**4.848.372,90**
RESULTADO DO EXERCÍCIO		**88.769.341,47**	**70.208.830,21**
ATRIBUÍDO À			
Participação dos Acionistas da Controladora		**45.272.364,15**	**35.806.503,41**
Participação dos Acionistas não Controladores		43.496.977,32	34.402.326,80
Resultado por ação de capital social		4,12	3,26
RESULTADO DO EXERCÍCIO		**88.769.341,47**	**70.208.830,21**

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 2010 E 2009

Em Reais

	31/12/2010	31/12/2009 REAPRESENTADO
1 - RECEITAS		
1.1. Vendas de mercadoria, produtos e serviços	**499.016.832,27**	**428.363.342,56**
1.2. Provisão para devedores duvidosos	4.649.358,42	4.428.045,81
1.3. Outras receitas operacionais	3.273.397,91	1.278.468,66
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
2.1. Materiais consumidos	223.754.738,55	200.049.609,73
2.2. Outros custos de produtos e serviços vendidos	4.023.476,21	4.045.955,44
2.3. Energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais	14.220.051,40	12.058.557,05
2.4. Perda na realização de ativos	7.138.771,66	4.649.683,43
3 - RETENÇÕES		
3.1. Depreciação, amortização e exaustão	15.940.404,31	14.517.389,07
4 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	**241.862.146,47**	**198.748.662,31**
5 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
5.1. Receitas financeiras	8.279.993,33	7.451.073,82
6 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	**250.142.139,80**	**206.199.736,13**
7 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**250.142.139,80**	**206.199.736,13**
7.1. Empregados		
Salários e encargos	12.056.047,86	8.714.267,80
Honorários da diretoria	383.675,64	465.564,12
Participação dos empregados nos lucros	1.600.604,55	1.198.794,94
7.2. Tributos		
Federais	89.214.563,96	73.899.146,36
Estaduais	56.837.235,91	50.319.649,46
Municipais	28.720,95	18.005,40
7.3. Financiadores		
Juros	559.393,03	903.410,09
Aluguéis	692.556,43	472.067,75
7.4. Juros sobre capital próprio	4.871.202,70	4.848.372,90
7.5. Dividendos Mínimo Obrigatório	-	15.833.359,75
7.6. Dividendos Intermediários Distribuídos	25.000.000,00	-
7.7. Dividendos Adicionais Propostos	58.898.138,77	47.500.079,26
7.8. Lucros retidos/prejuízos do exercício	0,00	2.027.018,30

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

EVENTOS	NOTA EXPLICATIVA	CAPITAL SOCIAL	DIVIDENDO ADICIONAL PROPOSTO	LUCROS ACUMULADOS	T O T A L
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008		**67.655.593,20**		**0,00**	**79.159.693,54**
Capitalização da Res. de Retenção de Lucros		0,00			0,00
Resultado do Exercício 2009				70.208.830,21	70.208.830,21
Constituição da Reserva Legal				-2.027.018,30	0,00
Juros Sobre Capital Próprio				-4.848.372,90	-4.848.372,90
Dividendos Mínimo Obrigatório	NOTA 04			-15.833.359,75	-15.833.359,75
Dividendos Adicionais Propostos	NOTA 04		47.500.079,26	-47.500.079,26	0,00
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009		**67.655.593,20**	**47.500.079,26**	**0,00**	**128.686.791,10**
Pagamento de Dividendo Proposto			-47.500.079,26		-47.500.079,26
Resultado do Exercício 2010				88.769.341,47	88.769.341,47
Constituição da Reserva Legal				0,00	0,00
Juros Sobre Capital Próprio				-4.871.202,70	-4.871.202,70
Dividendos Intermediários Distribuídos			0,00	-25.000.000,00	-25.000.000,00
Dividendos Adicionais Propostos			58.898.138,77	-58.898.138,77	0,00
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010		**67.655.593,20**	**58.898.138,77**	**0,00**	**140.084.850,61**

789058

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS

RUA SETE DE SETEMBRO, 1069 - 5º ANDAR
PORTO ALEGRE - RS
CNPJ Nº 72.300.122/0001-04 NIRE: 43.300.033.104

SULGÁS
O RIO GRANDE LIGADO NA ENERGIA DO FUTURO.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - INDIRETO

Em Reais

	NOTA EXPLICATIVA	2010	2009
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social		**126.517.062,30**	**98.222.492,97**
Ajustes por:			
Depreciação e amortização		15.940.404,31	14.517.389,07
Despesas financeiras líquidas		(2.660.371,46)	(1.018.318,20)
		139.797.095,15	**111.721.563,84**
Redução (aumento) nos ativos:			
1 Contas a receber		1.521.318,47	(5.752.773,60)
2 Estoques		(57.918,95)	(506.499,58)
3 Tributos e contribuições compensáveis	NOTA 20	(15.742.806,66)	5.150.073,74
4 Adiantamento a fornecedores		(1.755.145,19)	478.815,61
5 Outros	NOTA 21	5.957.963,43	(595.297,57)
Aumento (redução) nos passivos:			
1 Fornecedores		7.405.693,01	(1.355.470,55)
2 Salários e encargos sociais		601.044,09	(319.628,82)
3 Tributos e contribuições		(32.369.183,71)	(20.119.625,22)
4 Outros		2.434.390,00	(456.292,14)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**107.792.449,64**	**88.244.865,71**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Compra de ativo intangível	NOTA 07	(14.860.498,33)	(14.307.567,84)
Dividendos recebidos		-	112,29
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		**(14.860.498,33)**	**(14.307.455,55)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Empréstimos baixas		(5.899.485,05)	(5.426.463,15)
Juros sobre o capital próprio pagos a acionistas e dividendos		(93.204.641,71)	(49.245.523,85)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		**(99.104.126,76)**	**(54.671.987,00)**
Redução líquida de caixa e equivalente de caixa		**(6.172.175,45)**	**19.265.423,16**
Caixa e equivalente de caixa no início do período		98.376.292,83	79.110.869,67
Caixa e equivalente de caixa no final do período		**92.204.117,38**	**98.376.292,83**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010, 2009 E 1º DE JANEIRO DE 2009

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia é uma sociedade de economia mista, autorizada pela Lei Estadual nº 9.128 de 7/8/1990, alterada pela Lei nº 9.705 de 24/7/1992, tendo concessão para exploração do gás natural no Estado do Rio Grande do Sul por prazo de 50 (cinquenta) anos conforme Contrato de Concessão firmado em 19/4/1994. A Companhia tem por objetivo executar serviços relativos à pesquisa tecnológica, produção, aquisição, armazenamento, distribuição e comercialização de gás e seus subprodutos e derivados, de acordo com a evolução tecnológica, o desenvolvimento econômico e as necessidades sociais. Poderá, subsidiariamente, efetuar a aquisição, montagem e eventual fabricação de equipamentos e componentes, otimizando o uso de gás e seus subprodutos e derivados, bem como executar os serviços. Atende consumidores dos setores industrial, cogeração, veicular, comercial, residencial e termoelétrico.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, homologados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e basearam-se nos fatos econômicos identificados na documentação, informações e declarações fornecidas pela administração da entidade.
A demonstração dos resultados abrangentes não está sendo apresentada, pois não há valores a serem apresentados sobre esse conceito, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total.

NOTA 3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ IMEDIATA
São aplicações de curto prazo junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul e ao Banco do Brasil, registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, sem perda relevante quando do seu resgate.
b) PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA
Constituída em valor estimado suficiente para cobrir as perdas esperadas na realização de contas a receber de clientes.
c) ESTOQUES
Os estoques de peças de reposição no valor de R$ 1.209.048,21 foram avaliados ao custo médio de aquisição, os quais não excedem ao valor de reposição. Os materiais consumidos no processo de imobilização em andamento estão registrados no ativo intangível.
d) INVESTIMENTOS
Os investimentos não relevantes são avaliados ao custo de aquisição deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.
e) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL – IMPAIRMENT
Os valores contábeis dos ativos não monetários referentes ao Intangível da Companhia foram revistos para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.
O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independente dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativo "unidade geradora de caixa" – UGC. A administração da Companhia não identificou qualquer evidencia que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2010.
f) DIFERIDO
É composto por despesas e custos relativos à fase pré-operacional e projetos de expansão, os quais estão sendo amortizados à taxa de 10% ao ano, de acordo com os critérios preceituados pela legislação vigente. A companhia opta pela manutenção dos valores até a sua total amortização. Não haverá novas incorporações, restando somente a amortização dos saldos já existentes.
g) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
Foram provisionados com base na legislação atual, sendo o Imposto de Renda com base nas alíquotas de 15% mais 10% sobre adicional e a Contribuição Social com base de 9% sobre o lucro real, conforme demonstramos na nota 7.
h) RESULTADO
Tendo em vista que a empresa estava em fase pré-operacional até janeiro de 1997, os custos e despesas realizados até aquele período foram diferidos em conformidade com o artigo 179, da lei nº 6.404/76. No presente exercício o resultado é apurado com observância ao regime contábil de competência, confrontando-se a despesa diretamente delineável com as receitas reconhecidas em determinado período. O consumo ou sacrifício do ativo que não tenha correspondência será descarregado como despesa no período de ocorrência do gasto.
i) ESTIMATIVAS CONTÁBEIS
As estimativas contábeis foram baseadas em fatores direta ou indiretamente observáveis, baseados no entendimento da administração sobre a mensuração do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Provisões para devedores duvidosos, imposto de renda e contingências. A liquidação/ocorrência das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas ao menos trimestralmente.
j) BENEFÍCIOS A EMPREGADOS
A Companhia fornece a seus empregados benefícios que englobam basicamente: Plano de Previdência Privada com contribuição definida administrado pela Fundação Petrobras de Seguridade Social – Petros, assistência médica, odontológica, cartão alimentação e participação nos lucros.
l) DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras, aplicável às companhias abertas, enquanto que para as companhias de capital fechado representam informação financeira adicional.

NOTA 4 – EFEITOS DOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

Os principais efeitos dos CPCs na companhia foram os seguintes:
a) Reclassificação do Imobilizado para o Intangível – ICPC 01 – Nota 7;
b) Reconhecimento das Receitas e Custos de Construção – ICPC 01 – Nota 19;
c) Reclassificação dos Dividendos a Pagar no Passivo Circulante para Dividendos Adicionais Propostos no Patrimônio Líquido – ICPC 08 – Nota 14;
d) Realização do Teste de Recuperabilidade dos Ativos – CPC 01.

NOTA 5 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A composição do saldo de equivalentes de caixa está demonstrada a seguir:

Cliente	31/12/2010	31/12/2009
Caixa e Bancos	7.292.222,15	12.497.742,88
Aplicações Financeiras	84.911.895,23	85.878.549,95
Total	**92.204.117,38**	**98.376.292,83**

Disponibilidades além daquelas necessárias para exigências operacionais são aplicadas em investimentos de curto prazo. Os investimentos com vencimentos de três meses ou menos são classificados como disponibilidades.

NOTA 6 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Cliente	31/12/2010	31/12/2009
Alberto Pasqualini REFAP S/A	5.920.352,34	3.916.784,09
Petrobras Distrib S/A	1.325.371,88	1.244.775,61
Ipiranga Produtos de Petroleo S.A.	1.462.474,54	1.205.025,04
Gerdau S/A	1.551.225,79	2.235.050,45
Braskem S/A	3.784.402,56	4.757.098,11
Outros	9.518.777,67	10.140.690,23
Subtotal	23.562.604,78	23.499.423,53
PDD	(7.094.632,13)	(4.649.358,42)
Total	**16.467.972,65**	**18.850.065,11**

Há um valor de R$ 28.360.671,88 registrado à conta de Clientes, no ativo circulante que se refere às operações de importação/faturamento do gás do segmento termoelétrico entre as empresas YPF S/A e AES Uruguaiana Empreendimentos S/A. Este valor encontra-se registrado também à conta de Fornecedores de Mercadorias, no passivo circulante, pois depende de acerto entre as duas empresas sobre os valores das transações que ora se encontra sob arbitragem internacional. As confissões de dívidas de clientes totalizam R$ 8.397.151,07, sendo R$ 4.052.707,29 no ativo circulante e R$ 4.344.443,78 no ativo não circulante.

NOTA 7 – INTANGÍVEL

A Sulgás é concessionária com direito a exploração do gás natural no Estado do Rio Grande do Sul, sendo que deverá reverter todos seus bens patrimoniais ao Estado ao término do contrato de concessão se não houver renovação. Com isso, a fim de atender ao ICPC 01, a Sulgás reclassificou todos os bens do imobilizado para o intangível, adotando como taxa de amortização as taxas pré-definidas no próprio contrato de concessão. Seguem abaixo os quadros explicativos:

Grupo Patrimonial	2010 Custo	2010 Amortização Acumulada	2010 Total 2010	2009 Total 2009	Taxa Amortização
Terrenos	29.600,00	-	29.600,00	29.600,00	-
Gasoduto em Serviço	149.088.985,23	98.118.197,52	50.970.787,71	40.642.274,00	10%
Ferramentas	29.607,09	22.394,57	7.212,52	7.158,55	20%
Máquinas e Equipamentos	2.820.542,55	402.020,50	2.418.522,05	889.662,10	10%
Móveis e Utensílios	871.353,46	277.512,20	593.841,26	414.194,48	10%
Instalações	1.262.860,74	144.242,46	1.118.618,28	834.067,13	10%
Equipamentos de Escritório	217.712,20	49.504,40	168.207,80	56.544,82	10%
Veículos	1.066.763,93	690.186,08	376.577,85	473.576,48	20%
Equipamentos de Comunicação	235.461,48	72.043,92	163.417,56	38.544,92	10%
Computadores e Periféricos	4.592.612,59	1.946.962,67	2.645.649,92	1.279.453,72	20%
Imobilizado em Andamento	19.174.045,64	-	19.174.045,64	32.782.035,38	-
Total	**179.389.544,91**	**101.723.064,32**	**77.666.480,59**	**77.447.111,58**	

	Saldo Inicial 2010	Adições 2010	Baixas Não Monetárias 2010	Transferências 2010	Saldo Final 2010
Terrenos	29.600,00	-			29.600,00
Gasoduto em Serviço	125.104.852,69	976.741,90	(1.838.493,75)	24.845.884,39	149.088.985,23
Ferramentas	25.777,06	3.830,03			29.607,09
Máquinas e Equipamentos	1.156.641,68	1.686.928,68	(23.027,81)		2.820.542,55
Móveis e Utensílios	684.462,95	321.659,02	(134.768,51)		871.353,46
Instalações	865.199,66	397.661,08			1.262.860,74
Equipamentos de Escritório	86.182,15	131.530,05			217.712,20
Veículos	1.014.313,93	52.450,00			1.066.763,93
Equipamentos de Comunicação	82.527,18	152.934,30			235.461,48
Computadores e Periféricos	2.697.453,87	1.900.642,96	(5.484,24)		4.592.612,59
Gasoduto em Formação	32.782.035,38	11.237.894,65		(24.845.884,39)	19.174.045,64
Total	**164.529.046,55**	**16.862.272,67**	**(2.001.774,31)**	**-**	**179.389.544,91**

Na DVA constou o valor de R$ 14.860.498,33 que é composto pelo total das adições R$ 16.862.272,31 deduzidas as baixas no valor R$ 2.001.774,31 (Baixas efetivas de Bens e baixas por créditos tributários).

NOTA 8 – PARTES RELACIONADAS

O saldo pela aquisição de gás natural junto à Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras totalizava, em 31 de dezembro de 2010, o montante de R$ 38.960.249,79, assim composto:

NF N.º	Parcela	Vencimento	Valor
3346	2	04/01/11	R$ 12.329.390,97
3349	1	04/01/11	R$ 4.579.652,39
3429	1	15/01/11	R$ 4.481.836,33
3429	2	04/02/11	R$ 14.468.178,48
3430	1	25/01/11	R$ 2.035.348,17
3431	1	25/01/11	R$ 181.829,07
3432	1	04/02/11	R$ 887.477,88
ND 700019311	1	25/01/11	R$ 13.576,54
	Total		**38.977.289,83**

NOTA 9 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil e estão compostos no ativo não circulante, como segue:
a) Impostos e contribuições sociais a compensar

Ativo Circulante	2010	2009
ICMS a compensar	371.490,07	63.111,41
Imposto de Renda a compensar	172.493,33	282.414,30
Imposto de Renda a Contribuição Social	22.030.782,77	8.625.075,23
PIS/COFINS a compensar	2.908.457,20	1.318.128,84
	25.483.223,37	**10.288.729,78**

Ativo Não Circulante	2010	2009
ICMS a compensar	470.768,94	1.078.027,46
IR/CSocial s/provisões	2.809.789,43	1.654.561,87
	3.280.558,37	**2.732.589,33**

b) Impostos e contribuições sociais a recolher

Passivo Circulante	2010	2009
ICMS	114.844,16	184.541,60
COFINS	398.646,55	887.960,74
PIS	86.548,26	192.780,95
Imposto de Renda e Contribuição Social	43.774.151,09	32.933.385,28
	44.374.190,06	**34.198.668,57**

NOTA 10 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Empréstimo junto ao BNDES, forma de atualização, variação da TJLP mais 4% ao ano. Amortização dos valores: juros trimestrais a partir de junho de 2001 e principal em 99 parcelas mensais e consecutivas a partir de abril de 2003.

	Saldo em 31/12/2010	Curto Prazo	Longo Prazo
BNDES	2.976.274,87	2.976.274,87	-
Total	**2.976.274,87**	**2.976.274,87**	**-**

NOTA 11 – SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	2010	2009
Salários a Pagar	235.505,78	135.696,50
Provisão para Férias e Encargos Sociais	866.951,85	593.850,11
Encargos Sociais	601.360,14	351.351,96
Provisão Participação nos Resultados	1.127.371,44	1.149.246,55

A provisão para férias, acrescida dos encargos sociais previstos na legislação vigente, foi calculada com base nos períodos aquisitivos dos respectivos funcionários, cujos valores foram apropriados até 31 de dezembro de 2010.

NOTA 12 – PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS/RESULTADOS

A participação dos empregados nos Lucros ou Resultados, conforme disposto na lei nº 10.101/2000 e na política de Participação nos Lucros e Resultados aprovada pelo Conselho de Administração. Ocorreu em acordo coletivo com os empregados e suas entidades sindicais, num montante de R$ 1.600.604,55 (Hum milhão, seiscentos mil, seiscentos e quatro reais com cinquenta e cinco centavos).

NOTA 13 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social
O Capital Social totalmente integralizado é de R$ 67.655.593,20, representado por 21.562.644 ações ordinárias, todas de classe única sem valor nominal.
b) Reserva legal
Constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício, em conformidade com o Artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, sendo que o limite já foi atingido.

NOTA 14 – DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

a) DIVIDENDOS MÍNIMOS OBRIGATÓRIOS
Aos acionistas, de acordo com os estatutos sociais, é assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária, conforme o cálculo a seguir demonstrado para 31 de dezembro de 2010.

	2010 VALORES (R$)	2009 VALORES (R$)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	88.769.341,47	70.208.830,21
RESERVA LEGAL	-	(2.027.018,30)
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	(4.871.202,70)	(4.848.372,90)
TOTAL DOS DIVIDENDOS A DISTRIBUIR	83.898.138,77	63.333.439,01
DIVIDENDO MÍNIMO OBRIGATÓRIO GOV. ESTADO RS	10.697.012,69	8.075.013,47
DIVIDENDO MÍNIMO OBRIGATÓRIO GASPETRO	10.277.522,00	7.758.346,28
DIVIDENDOS INTERMEDIÁRIOS DISTRIBUÍDOS EM 2010 – GOV. ESTADO RS	12.750.000,00	-
DIVIDENDOS INTERMEDIÁRIOS DISTRIBUÍDOS EM 2010 – GASPETRO	12.250.000,00	-
DIVIDENDOS ADICIONAIS PROPOSTOS GOV. ESTADO RS	30.038.050,77	32.300.053,90
DIVIDENDO ADICIONAIS PROPOSTOS GASPETRO	28.860.088,00	31.033.385,11
TOTAL	**83.898.138,77**	**63.333.439,01**

b) JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO
A Companhia, conforme prevê a legislação fiscal, optou por efetuar a título de remuneração de seus acionistas o crédito de juros sobre o capital próprio, apurado com base na TJLP sobre o patrimônio líquido, cujo montante no exercício totalizou o valor bruto de R$ 4.871.202,70 e distribuído conforme quadro abaixo:

JSCP por Acionista	Valor Bruto	IRRF	Valor Líquido
Estado Rio Grande do Sul	2.484.313,38	-	2.484.313,38
Petrobras Gás S/A	2.386.889,32	358.033,40	2.028.855,92
	4.871.202,70	358.033,40	4.513.169,30

NOTA 15 – PROVISÃO PARA CONTIGÊNCIAS

A provisão para contingências foi constituída com base no relatório da coordenadoria jurídica da empresa. A provisão é revisada com base na evolução dos processos e no histórico de perdas através da melhor estimativa corrente.

	Saldo Inicial 2010	Reversões 2010	Adições 2010	Saldo Final 2010
Provisões Trabalhistas	63.084,34	(63.084,34)	824.338,73	824.338,73
Provisões Cíveis	217.000,00	(217.000,00)	1.169.454,39	1.169.454,39
TOTAL	**280.084,34**	**(280.084,34)**	**1.993.793,12**	**1.993.793,12**

NOTA 16 – REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

	31/12/2010	31/12/2009
Honorários e Encargos	283.284,48	291.143,97
Participação nos Resultados	62.807,19	76.205,06
Assistência Médica	5.545,12	6.885,72
Total	**351.636,79**	**374.234,75**

NOTA 17 – RECEITA BRUTA E DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA

	2010	2009
RECEITA DE VENDAS DE GÁS	**499.016.832,27**	**428.363.342,56**
RECEITA DE GÁS RESIDENCIAL	764.427,26	388.254,49
RECEITA DE GÁS COMERCIAL	8.108.766,40	7.240.815,67
RECEITA DE GÁS INDUSTRIAL	358.812.339,44	301.761.557,80
RECEITA DE GÁS COGERAÇÃO	34.048.885,13	36.616.714,03
RECEITA DE GÁS VEICULAR	77.027.605,65	79.240.192,76
RECEITA DE GÁS TERMOELÉTRICA	20.254.808,39	3.115.807,81
(-) DEDUÇÕES SOBRE RECEITA	**101.072.389,76**	**89.557.723,73**
PIS SOBRE VENDA DE GÁS	7.894.417,55	7.011.666,19
COFINS SOBRE VENDA DE GÁS	36.362.186,46	32.296.159,57
ICMS SOBRE VENDA DE GÁS	56.815.805,75	50.249.897,97
RECEITA LÍQUIDA	**397.944.442,51**	**338.805.618,83**

NOTA 18 – SHIP OR PAY

O Ship or Pay é cláusula contratual que estabelece a regra de que o agente (Sulgas na condição de cliente) está obrigado a pagar, mesmo que não o utilize, quando contrata a capacidade de transporte de gás junto ao transportador (Petrobras na condição de fornecedor) para escoar gás natural, com o objetivo de garantir o retorno dos investimentos realizados em instalações de transporte dutoviário de gás. A Sulgás tem um prazo de até 10 anos para a recuperação do valor, sendo que por isso reclassificamos do Ativo Circulante para o Ativo Não Circulante o valor de R$ 1.270.042,34 em 2009 e R$ 3.016.043,33 em 2010.

NOTA 19 – RECEITAS E CUSTOS DE CONSTRUÇÃO

Conforme preceitua o ICPC01, a Sulgás realizou as seguintes Receitas e Custos de Construção:

	2010	2009
RECEITA DE CONSTRUÇÃO	12.400.129,81	15.734.528,50
CUSTOS DE CONSTRUÇÃO	12.400.129,81	15.734.528,50
MARGEM	**0,00**	**0,00**

NOTA 20 – DFC – Tributos e Contribuições Compensáveis

O Grupo "Tributos e Contribuições Compensáveis" da Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC é composto pela variação dos anos 2009 e 2010 das contas de PIS e COFINS a compensar, ICMS a Compensar, Antecipações de IRPJ/CSLL e IRRF sobre Aplicações Financeiras.

NOTA 21 – DFC – Outros

O Grupo "Outros" da Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC é composto pela variação dos anos 2009 e 2010 das contas SHIP OR PAY, Adiantamento a Empregados, Despesas Antecipadas e Depósitos Judiciais.

NOTA 22 – Seguros

A Companhia contratou seguro para cobertura de seus veículos perante a TOKIO MARINE SEGURADORA, sendo o valor do prêmio em R$ 23.119,64 com vigência de 13/5/2010 a 13/5/2011. Também contratou seguros de Responsabilidade Civil de Administradores perante a ACE SEGURADORA S/A, com valor do prêmio em R$ 44.694,19 com vigência de 5/8/2010 a 5/8/2011 com limite de cobertura de até R$ 5.000.000,00.

continua

799059

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS

RUA SETE DE SETEMBRO, 1069 - 5º ANDAR
PORTO ALEGRE - RS
CNPJ Nº 72.300.122/0001-04 NIRE: 43.300.033.104

SULGÁS
O Rio Grande Ligado na Energia do Futuro.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Acionistas da
COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – SULGÁS
PORTO ALEGRE / RS

Examinamos as demonstrações financeiras da COMPANHIA DE GÁS DO ESTADODO RIO GRANDE DO SUL – SULGÁS, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as Demonstrações Financeiras

A administração da empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante,independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.
Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – SULGÁS, em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 8 de março de 2010, sem ressalvas.

Porto Alegre, 10 de Março de 2011.

TGB - AUDITORES E CONSULTORES S/S
CRC/RS – 3.622
Ana Cláudia dos S. Sturza
Contadora CRC/RS – 66.310/O-1 - Responsável Técnica

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exercício de 2010

1. O Conselho Fiscal da Companhia de Gás do Rio Grande do Sul – SULGÁS, no exercício de suas funções legais, em reunião realizada em 23 de março de 2011 às 12 horas, na sede da Companhia SULGÁS, examinou o Relatório de Atividades de 2010, as Demonstrações Financeiras, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração dos Fluxos de Caixa, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e o Relatório dos Auditores Independentes, relativos ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2010.
2. Foram verificadas as seguintes propostas a serem submetidas à deliberação da Assembleia Geral Ordinária – AGO, a ser realizada até 13 de abril de 2011: I. Aprovar as Demonstrações Financeiras da SULGÁS do exercício encerrado em 31/12/2010; II. Aprovar a destinação do lucro líquido do exercício de 2010, no valor de R$ 88.769.341,47, da seguinte forma; 1º) Juros sobre o Capital Próprio referente a 2010, no montante de R$ 4.871.202,70; 2º) Dividendos Propostos no valor de R$ 83.898.138,77, descontada a Antecipação de dividendos no valor R$ 25.000.000,00, restando o montante de R$ 58.898.138,77, a ser distribuído; IV. Eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal. Constatou-se que as propostas retro mencionadas não causarão prejuízo aos acionistas da SULGÁS e estão em conformidade com os dispositivos legais. Com base nos exames efetuados e à vista do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras favorável da TGB – Auditores e Consultores S/S, datado de 10 de março de 2011, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação das referidas matérias a serem submetidas à discussão e votação na Assembléia Geral Ordinária dos acionistas da SULGÁS.

Porto Alegre, 23 de março de 2011

Francisco Antonio B. Seger – Membro do Conselho
Paulo Ricardo Lima Lomando – Membro do Conselho
Anna Paula G. dos Santos – Membro do Conselho

Diretoria Executiva: **ROBERTO DA SILVA TEJADAS** – DIRETOR PRESIDENTE
DARIU ETCHICHURY FILHO – DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
FLÁVIO RICARDO SOARES DE SOARES - DIRETOR TÉCNICO-COMERCIAL

Contador: **ALEX DORNELLES DA SILVA** - CRC/RS nº 64.077
Conselho de Administração: CLAUDEMIR BRAGAGNOLO - PRESIDENTE
Conselheiros: Alexandre Bahia Santiago, Nilson Jaques Cytryn, Roberto da Silva Tejadas e João Constantino Pavani Motta.

789060

PASSOPAR S.A.

CNPJ(MF) nº 02.771.893/0001-02
JC/RS - NIRE nº 43.3.00037088 em 13/08/98
Rua Independência nº 095 - Sala 01 - CEP 99.010-040
Passo Fundo - RS

Balanço Patrimonial Encerrado em 31 de Dezembro (Expresso em Real)

Ativo	2010	2009
Circulante	**3.762.857,69**	**7.313.571,25**
Disponibilidades	849.041,27	209.870,34
Caixa e bancos	849.041,27	209.870,34
Direitos Realizáveis	2.912.906,37	4.643.374,93
Clientes/CPR	2.359.880,98	4.174.386,00
Valores em custódia	93.532,50	79.258,02
Valores a recuperar	184.000,00	184.000,00
Adiant. fornecedores	179.911,22	119.740,35
Adiant. empregados	43.306,31	35.650,04
Impostos a recuperar	52.275,36	49.265,77
Despesas a apropriar	910,05	1.074,75
Estoques	(220.175,13)	2.460.325,98
Estoques de mercad.	2.002.463,22	2.460.325,98
Vendas Antecipadas	(2.222.638,35)	–
Realizável Longo Prazo	**42.133,09**	**50.000,00**
Loc. e aluguéis a apropriar	42.133,09	50.000,00
Permanente	**5.045.331,56**	**5.132.698,35**
Investimentos	5.698,96	5.172,40
Imobilizações	5.039.632,60	5.127.525,95
Total do Ativo	**8.630.147,21**	**12.496.269,60**

Passivo	2010	2009
Circulante	**2.278.362,62**	**5.620.409,14**
Financiamentos	–	2.263.211,39
Fornecedores	137.249,24	540.968,38
Cheques e compensar	–	10.886,50
Encargos sociais e fiscais	118.772,22	119.294,03
Encargos tributários	18.064,43	13.637,32
Estoques de terceiros	2.004.276,73	2.672.411,52
Exigível a Longo Prazo	**–**	**456.788,97**
Financiamentos	–	456.788,97
Patrimônio Líquido	**6.351.784,59**	**6.419.071,49**
Capital social	6.796.500,00	6.796.500,00
Capital a integralizar	–	–
Reserva de capital	7.481,02	7.481,02
Reserva legal	7.481,02	7.481,02
Reser. de luc./(prejuízos)	(452.196,43)	(384.909,53)
Luc./(prejuízos) acum.	(384.909,53)	(264.605,83)
Ajuste de exerc. anteriores	(5.816,71)	–
Luc./(prejuízo) do exerc.	(61.470,19)	(120.303,70)
Total do Passivo	**8.630.147,21**	**12.496.269,60**

Demonstrações das Mutações Patrimoniais

	C. social	Reserva Legal	Lucro/Prejuízo	P. Líquido
Saldo em 31/12/2009	**6.796.500,00**	**7.481,02**	**(384.909,53)**	**6.419.071,49**
Ajuste de Exercício Anterior	–	–	(5.816,71)	(5.816,71)
Lucro/(Prejuízo) exercício	–	–	(61.470,19)	(61.470,19)
Saldo em 31/12/2010	**6.796.500,00**	**7.481,02**	**(452.196,43)**	**6.351.784,59**

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis

Nota 1. Atividade - A Passopar S.A., constituída em 13/08/1998, cadastrada no CNPJ(MF) 02.771.893/0001-02, e na JUCERS NIRE nº 43.3.0003708-8 em 13/08/1998, tem por objetivos as atividades de Serviços Hospitalares e de Comércio Atacadista e Varejista de Cereais, Insumos e Implementos Agropecuários e Exportação de Cereais, a Prestação de Serviços de recebimento e estocagem de cereais em grãos a Representação Comercial e a Comercialização de sementes e mudas. **Nota 2. Apresentação das Demonstrações Contábeis**: **a)** As Demonstrações Contábeis, Balanço Patrimonial e Demonstrativo dos Resultados, foram elaboradas de conformidade com a Legislação Comercial e Fiscal em vigor, com a observância dos princípios fundamentais da contabilidade e disposições da legislação das Sociedades Anônimas. **b)** O estoque está lançado pelo preço médio de aquisição e não supera o valor de mercado. **c)** O Capital social da companhia está constituído por 1.970.000 ações ordinárias nominativas no valor de R$ 3,45 cada uma. **Nota 3. Principais práticas contábeis: a)** As receitas e despesas foram apropriadas pelo regime de competência. **b)** O saldo da Conta Clientes está composto pelos seguintes saldos:

Clientes (Expresso em Real):	**2.359.880,98**
CPR a Receber	448.965,69
Clientes diversos - Produtos e serviços	1.910.915,29

c) Os bens que compõem o Ativo Permanente (Investimento e imobilizado), foram registrados e contabilizados pelo valor de aquisição conforme legislação em vigor. **d)** As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas, pelo prazo de vida útil estimado: (a) Edificações e edificações em andamento - 4%; (b) Máquinas, equipamentos, móveis e utensílios - 10% e (c) Veículos - 20%.

Imobilizado	Vl. Nominal	Depreciação	Vl. Líquido
Imóveis	4.827.626,03	826.550,60	4.001.075,43
Máquinas	1.512.723,96	643.197,07	869.526,89
Equipamentos	60.654,06	13.746,28	46.907,78
Móv. e utensílios	43.603,01	14.309,98	29.293,03
Ferrag. e ferramentas	20.474,95	–	20.474,95
Equip. infor.	104.340,94	54.779,44	49.561,50
Veículos	76.988,50	54.195,48	22.793,02
Totais	6.646.411,45	1.606.778,85	5.039.632,60

e) O saldo da conta Fornecedor está composto pelos seguintes saldos:

Fornecedores (Expresso em R$):	**137.249,24**
Fornecedores diversos	128.827,92
Royalties a recolher	8.166,01
Fornecedores de insumos	255,31

Nota 4. Lei nº 11.638/2007 - Alteração da Lei nº 6.404/1976: A aplicação das disposições da Lei nº 11.638/2007 na elaboração das demonstrações contábeis de 2010, não produziu qualquer impacto no Patrimônio Líquido e no Resultado do Exercício da companhia.

Conselho de Administração

Conselheiro	**Milton Valdomiro Roos**	CPF 163.507.230-15
Conselheiro	**Adroaldo Baseggio Mallmann**	CPF 245.393.410-49
Conselheiro	**Mário Franciosi**	CPF 306.887.360-68
Conselheiro	**Luiz Roberto Rovaris**	CPF 377.921.489-04
Conselheiro	**Antero Camisa Júnior**	CPF 544.338.519-49

Passo Fundo, 31 de dezembro de 2010

Antero Camisa Junior	**Avelino M. Guarienti**	**Marcio José Vargas**
Diretor Presidente	Dir. Adm/Financeiro	TC/CRC 061503/0-5
CPF 544.338.519-49	CPF 279.474.320-15	CPF 568.538.740-72

Relatório da Diretoria

Prezados Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a Vossa Senhoria, para apreciação e exame, o presente Relatório e Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. Para quaisquer outros esclarecimentos, permanecemos ao dispor dos acionistas.

Demonstração dos Resultados dos Exercícios

	2010	2009
Rec. Operac. Bruta	**19.015.624,37**	**22.108.349,42**
Devoluções	(6.528,25)	–
Rec. Operac. Líquida	**19.009.096,12**	**22.108.349,42**
Custo Merc. e Serv.	(17.410.361,57)	(19.980.104,22)
Imp. s/faturamento	(20.292,71)	(13.646,40)
Lucro Operac. Bruto	**1.578.441,84**	**2.114.598,80**
Desp. administrativas	(1.499.568,28)	(1.750.105,38)
Despesas tributárias	(55.212,18)	(90.530,93)
Receitas financeiras	62.726,41	192.732,91
Despesas financeiras	(301.356,93)	(295.331,38)
Deprec./amortizações	(369.045,50)	(369.045,50)
Outras rec. (despesas)	340.644,94	47.660,42
Lucro/(Prej.) Oper. Liq.	**(67.321,45)**	**(150.021,06)**
Partic. s/sobras receb.	14.876,26	28.467,36
Receitas não operacionais	(9.025,00)	1.250,00
Lucro antes do IR e CS	**(61.470,19)**	**(120.303,70)**
Provisão I. Renda e CSLL	–	–
Prejuízo do Exercício	**(61.470,19)**	**(120.303,70)**
Lucro (prejuízo) por ação	0,0312	0,0610

Demonstração do Fluxo de Caixa
(Método indireto - Expresso em Real)

Natureza das operações:	2010	2009
Fluxos de cx. das ativ. operac.		
Lucro líquido	(61.470,19)	(120.303,70)
Ajuste de Exerc. Anteriores		
Ajuste por:	(5.816,71)	(56.657,32)
Deprec. e amortização	190.997,25	369.045,50
Sub-total	**123.710,35**	**192.084,48**
(Aumento) diminuição ativos operacionais:		
Operações de crédito	1.740.059,67	(1.200.177,16)
Outros créditos	(10.665,86)	54.651,96
Outros valores e bens	2.688.532,72	391.831,73
Aumento (diminuição) passivos operacionais		
Obrig. trabalhistas e sociais	(521,81)	(1.787,89)
Obrigações tributárias	4.427,11	(13.633,00)
Fornecedores	(403.719,14)	284.125,22
Empréstimos	(2.263.211,39)	1.368.004,16
Exigível a longo prazo	(456.788,97)	(305.339,78)
Outras obrigações	(679.021,29)	(675.336,78)
Cx. líquido da atividade operacional	**742.801,39**	**94.422,94**
Fluxos de caixa das ativ. de investimentos		
Aquis. de ativo imobiliz.	(103.103,90)	(73.512,51)
Investimentos societários	(526,56)	(1.537,17)
Receb. p/imobiliz. e diferidos	–	–
Cx. líquido da atividade investimento	**(103.630,46)**	**(75.049,68)**
Fluxos de caixa das ativ. de financiamento		
Integralização de capital	–	145,38
Cx. líq. ativ. financ.	**–**	**145,38**
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	**639.170,93**	**19.518,64**
(–) Caixa e equivalente de caixa no início do período	209.870,34	190.350,70
(+) Caixa e equivalente de caixa no final do período	849.041,27	209.870,34

Demonstração dos Lucros/(Prejuízos) Acumulados

	2010	2009
Saldo Início do Exercício	**(384.909,53)**	**(264.605,83)**
Ajuste de Exerc. Anteriores	–	–
Lucro/Prej. do exercício	(5.816,71)	(120.303,70)
	(61.470,19)	–
Saldo Final Exercício	**(452.196,43)**	**(384.909,53)**

Parecer do Conselho Fiscal

Em cumprimento ao art. 37 do Estatuto Social de Passopar S.A., declaramos que após procedermos a minucioso exame em todos os documentos e peças contábeis, que compreendem o Balanço Geral, relativo ao exercício de 2010, recomendamos à Assembléia Geral Ordinária a aprovação das contas da companhia.

Passo Fundo, 02 de março de 2011

Hugo Vargas Filho	**Norberto Toazza Duda**	**Cesar Augusto Queiroz**
Conselheiro Fiscal - CPF 180.228.980-15	Conselheiro Fiscal - CPF 206.385.900-00	Conselheiro Fiscal - CPF 360.701.100-00

Balanço Patrimonial, Demonstrativos e Notas Explicativas foram extraídos do Livro Diário nº 28, às fls. 369/379, Registrado na JC/RS sob nº 11/0160 em 02/03/11

788868

LUPATECH

LUPATECH S.A.

CNPJ/MF nº 89.463.822/0001-12 - NIRE 43.3.0002853-4

Ata da Reunião do Conselho de Administração 004/2011

1. Data, Hora e Local: Realizada aos 24 dias do mês de março de 2011, às 18 horas, na sede social da Companhia, em Caxias do Sul (RS), na Rua Dalton Lahn dos Reis, nº 201, bairro Distrito Industrial. **2. Convocação e Presenças:** Os membros do Conselho de Administração foram devidamente convocados, nos termos do artigo 22 do Estatuto Social. Presentes a maioria dos membros do Conselho de Administração foi instalada a reunião tendo em vista o atendimento do *quorum* para a instalação e deliberações, conforme disposto no artigo 22, parágrafo terceiro, do Estatuto Social da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Nestor Perini; Secretário: Gilberto Pasquale da Silva. **4. Ordem do Dia:** (a) A aprovação de contratação de linhas de financiamento junto ao Banco Bradesco S.A., no valor total de R$70.000.000,00 (setenta milhões de reais); e, (b) A autorização aos Administradores da Companhia para tomarem as providências e praticarem os atos necessários com relação à matéria do item (a) supra. **5. Deliberação:** Após discussão da ordem do dia, que era de prévio conhecimento de todos, os Conselheiros decidiram, por unanimidade: (a) Aprovar a contratação de linhas de financiamentos, através do Programa PROGREDIR, junto ao Banco Bradesco S.A., no valor total de R$70.000.000,00 (setenta milhões de reais), com prazo de 18 (dezoito) meses, carência de 06 (seis) meses, amortização do principal em 12 (doze) parcelas e taxa de juros de CDI acrescidos de 3,20% a.a. (base 252) pagos mensalmente, além de custo de operação (*flat fee*) de 1,50%; sendo R$7.200.000,00 (sete milhões e duzentos mil reais) disponibilizados para a própria Companhia - Cédula de Crédito Bancário nº 4.533.861 - mediante garantia do contrato nº 4600309297, firmado por sua unidade Lupatech - MNA e a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras; e, R$ 62.800.000,00 (sessenta e dois milhões e oitocentos mil reais) disponibilizados para a sua controlada Lupatech - Equipamentos e Serviços para Petróleo Ltda. - Cédula de Crédito Bancário nº 4.533.860 - mediante garantia do contrato nº 4600313077, firmado por esta e a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos assinada. Caxias do Sul (RS), 24 de Março de 2011. Nestor Perini, Presidente; Gilberto Pasquale da Silva, Secretário. Conselheiros presentes: Nestor Perini, Alcinei Cardoso Rodrigues, José Teófilo Abu Jamra, Clovis Benoni Meurer, José Coutinho Barbosa, José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha. Declaro que esta ata é cópia fiel da lavrada no livro próprio.
Gilberto Pasquale da Silva - Secretário.

789040

GERDAU AMÉRICA LATINA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ Nº 07.430.351/0001-81 - NIRE Nº 43300045293

AVISO AOS ACIONISTAS

Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas da sociedade, em sua sede social, no Município de Porto Alegre-RS, na Av. Farrapos Nº 1.811, Parte, Floresta, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei Nº 6.404/76 relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2010.

Porto Alegre, 25 de março de 2011.
André Bier Gerdau Johannpeter
Diretor Presidente

789086

789082

GERDAU AÇOS ESPECIAIS S.A.

CNPJ Nº 07.359.641/0001-86 - NIRE Nº 43300045226

AVISO AOS ACIONISTAS

Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas da sociedade, em sua sede social, no Município de Porto Alegre - RS, na Av. Farrapos Nº 1.811, Parte, Floresta, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei Nº 6.404/76 relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2010.

Porto Alegre, 25 de março de 2011.
André Bier Gerdau Johannpeter
Diretor Presidente

ANÚNCIO INSTITUCIONAL

Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul

SULGÁS

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS

RUA SETE DE SETEMBRO, 1069 - 5º ANDAR
PORTO ALEGRE - RS
CNPJ Nº 72.300.122/0001-04 NIRE: 43.300.033.104

SULGÁS
O Rio Grande Ligado na Energia do Futuro.

Relatório de Diretoria

Aos acionistas

A Diretoria Executiva da Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul - Sulgás, no cumprimento de disposições legais e estatutárias, apresenta à Assembleia Geral Ordinária, após parecer do Conselho Fiscal e ouvido o Conselho de Administração, as Demonstrações Financeiras previstas em Lei relativas ao exercício findo em 31/12/2010, destacando também os eventos operacionais, financeiros e administrativos mais significativos do ano de 2010. O ano de 2010 apresentou melhora geral no desempenho da economia brasileira. Já um pouco distanciado da influência que a crise do segundo semestre de 2008 causou no período seguinte, o ano que passou demonstrou estar o mercado já caminhando firme adiante. Em consonância com a retomada em nível nacional, foi possível ao estado do RS reeditar sua trajetória anterior de crescimento, onde teve papel destacado o segmento da indústria. O crescimento geral de 15% da comercialização em relação a 2009 atesta essa retomada. Um cenário de tranquilidade do mercado possibilitou preços bastante estáveis de aquisição e comercialização de gás natural, esses últimos praticamente sem aumentos ao longo do ano. A manutenção da política de comercialização de gás via leilões também contribuiu para a obtenção de vantagens econômicas para os clientes industriais, através de preços inferiores aos contratos de longo prazo, melhorando a rentabilidade do negócio da empresa. Os números e informações listados a seguir pretendem detalhar cada um dos importantes aspectos empresariais da Companhia ao longo de 2010.

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2010 E 2009

Em Reais - A T I V O

	31/12/2010	31/12/2009 REAPRESENTADO	01/01/2009 REAPRESENTADO
ATIVO CIRCULANTE	**171.003.012,87**	**159.516.537,39**	**142.429.006,18**
DISPONÍVEL	**92.204.117,38**	**98.376.292,83**	**79.110.869,67**
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.292.222,15	12.497.742,88	4.208.819,70
Aplicação de Liquidez Imediata	84.911.895,23	85.878.549,95	74.902.049,97
DIREITOS REALIZÁVEIS ATÉ O EXERCÍCIO SEGUINTE	**78.565.888,00**	**60.954.858,99**	**63.161.603,40**
Clientes	51.577.760,62	49.411.030,52	46.694.829,20
Impostos a Recuperar	25.483.567,40	10.288.729,78	15.438.803,52
Adiantamento a Funcionários	269.932,06	87.533,92	140.335,34
Adiantamento a Fornecedores	25.579,71	14.435,51	241.005,66
Outros Créditos a Realizar	-	2.000,00	2.000,00
Estoque Material de Oper. e Manut.	1.209.048,21	1.151.129,26	644.629,68
DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE	**233.007,49**	**185.385,57**	**156.533,11**
Despesas Diferidas	233.007,49	185.385,57	156.533,11
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**94.770.323,53**	**17.898.372,76**	**91.713.341,32**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**15.595.120,45**	**15.200.893,84**	**11.545.075,03**
Clientes	4.344.443,78	6.790.533,36	3.753.961,08
Aplicações Financeiras Vinculadas	4.325.008,78	3.944.710,46	3.595.166,78
Depósitos Judiciais	575.286,64	409.238,80	380.285,76
Impostos a Recuperar	470.768,94	1.078.027,46	908.627,27
Outros Créditos a Realizar	53.779,55	53.779,55	53.779,55
Ship or Pay	3.016.043,33	1.270.042,34	1.270.042,34
Créditos Tributários Diferidos	2.809.789,43	1.654.561,87	1.583.212,25
INVESTIMENTOS	**48.772,40**	**48.772,40**	**48.772,40**
Participações Diversas	48.772,40	48.772,40	48.772,40
INTANGÍVEL	**77.666.480,59**	**77.447.111,58**	**76.242.475,08**
Imobilizado da Concessão - Terrenos	29.600,00	29.600,00	29.600,00
Imobilizado da Concessão - Equipamentos e Instalações Operacionais	151.506.039,78	125.104.852,69	123.303.623,51
Imobilizado da Concessão - Equipamentos e Instalações de Escritório	2.966.150,51	2.964.250,12	1.764.405,48
Imobilizado da Concessão - Equipamentos para Processamento de Dados	4.592.612,59	2.697.453,87	2.482.038,02
Imobilizado da Concessão - Veículos	1.066.763,93	1.014.313,93	1.012.833,93
Imobilizado da Concessão em Andamento	19.291.837,51	32.782.035,38	22.698.280,45
(-) Amortização Acumulada	(101.786.523,73)	(87.145.394,41)	(75.048.306,31)
DIFERIDO	**1.459.950,09**	**2.648.706,52**	**3.877.018,81**
Despesas Pré-Operacionais	1.473.379,42	1.473.379,42	1.473.379,42
Despesas do Projeto de Engenharia de Gás Natural	12.661.086,24	12.661.086,24	12.661.086,24
(-) Amotização Acumulada	(12.674.515,57)	(11.485.759,14)	(10.257.446,85)
TOTAL DO ATIVO	**265.773.336,40**	**254.862.021,73**	**234.142.347,50**

Em Reais - PASSIVO

	31/12/2010	31/12/2009 REAPRESENTADO	01/01/2009 REAPRESENTADO
PASSIVO CIRCULANTE	**123.694.692,67**	**122.957.116,42**	**111.932.652,87**
Fornecedores de Mercadorias	67.320.921,45	61.606.396,24	66.941.864,23
Fornecedores de Serviços	3.620.539,41	1.366.185,87	2.348.037,13
Dividendos Propostos e Juros s/ Capital	-	15.833.359,75	11.188.376,59
Provisão p/Imposto de Renda	31.903.095,46	23.982.378,06	15.206.489,21
Obrigações Sociais e Tributárias	13.072.454,74	11.119.783,05	6.816.253,63
Participação nos Lucros	1.127.371,44	1.149.246,55	393.778,52
Empréstimos e Financiamentos	2.976.274,87	5.937.730,05	6.059.222,64
Adiantamento de Clientes	1.459.674,66	529.355,22	1.534.408,70
Provisão de Férias a Pagar	866.951,85	440.542,42	536.315,98
Retenções Contratuais	270.003,50	475.914,68	671.160,57
Outras Obrigações	1.077.405,29	516.224,53	236.745,67
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**1.993.793,12**	**3.218.114,21**	**9.484.871,32**
Empréstimos e Financiamentos	-	2.938.029,87	9.146.410,52
Provisão para Contingências	1.993.793,12	280.084,34	338.460,80
PATRIMONIO LÍQUIDO	**140.084.850,61**	**128.686.791,10**	**112.724.823,31**
CAPITAL SOCIAL	**67.655.593,20**	**67.655.593,20**	**67.655.593,20**
Capital Subscrito e Integralizado	67.655.593,20	67.655.593,20	67.655.593,20
RESERVAS DE LUCROS	**13.531.118,64**	**13.531.118,64**	**11.504.100,34**
Reserva Legal	13.531.118,64	13.531.118,64	11.504.100,34
DIVIDENDOS ADICIONAIS PROPOSTOS	**58.898.138,77**	**47.500.079,26**	**33.565.129,77**
Dividendos Adicionais Propostos	58.898.138,77	47.500.079,26	33.565.129,77
TOTAL DO PASSIVO	**265.773.336,40**	**254.862.021,73**	**234.142.347,50**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS E 2010 E 2009

Em Reais

	NOTA EXPLICATIVA	31/12/2010 R$	31/12/2009 REAPRESENTADO R$
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**NOTA 17**	**397.944.442,51**	**338.805.618,83**
CUSTO PRODUTOS/MERCADORIAS VENDIDAS		**(242.517.975,36)**	**(217.474.565,64)**
Custo das Mercadorias		(223.754.738,55)	(200.049.609,73)
Custos de Operação		(18.763.236,81)	(17.424.955,91)
LUCRO BRUTO		**155.426.467,15**	**121.331.053,19**
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS		**-29.969.171,76**	**-22.928.083,48**
Despesas Gerais Administrativas		(5.871.774,16)	(2.229.173,92)
Despesa com benefícios a empregados		(15.778.928,63)	(11.677.587,00)
Amortizações		(15.940.404,31)	(14.517.389,07)
Despesas Tributárias		(300.820,99)	(210.122,95)
Outras Receitas Operacionais		7.922.756,33	5.706.189,46
Receita de Construção - ICPC01	**NOTA 19**	12.400.129,81	15.734.528,50
Custos de Construção - ICPC01		(12.400.129,81)	(15.734.528,50)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		**2.660.371,46**	**1.018.318,20**
Receitas Financeiras		8.279.993,33	7.451.073,82
Despesas Financeiras		(5.619.621,87)	(6.432.755,62)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		**128.117.666,85**	**99.421.287,91**
Contribuição Social		(11.565.260,10)	(8.932.120,55)
Imposto de Renda		(31.053.663,43)	(23.929.915,11)
RESULTADO APÓS IRPJ e CSLL		**85.498.743,32**	**66.559.252,25**
PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS		**(1.600.604,55)**	**(1.198.794,94)**
REVERSÃO JUROS s/CAPITAL PRÓPRIO		**4.871.202,70**	**4.848.372,90**
RESULTADO DO EXERCÍCIO		**88.769.341,47**	**70.208.830,21**
ATRIBUÍDO À			
Participação dos Acionistas da Controladora		**45.272.364,15**	**35.806.503,41**
Participação dos Acionistas não Controladores		43.496.977,32	34.402.326,80
Resultado por ação de capital social		4,12	3,26
RESULTADO DO EXERCÍCIO		**88.769.341,47**	**70.208.830,21**

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 2010 E 2009

Em Reais

	31/12/2010	31/12/2009 REAPRESENTADO
1 - RECEITAS		
1.1. Vendas de mercadoria, produtos e serviços	**499.016.832,27**	**428.363.342,56**
1.2. Provisão para devedores duvidosos	4.649.358,42	4.428.045,81
1.3. Outras receitas operacionais	3.273.397,91	1.278.468,66
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
2.1. Materiais consumidos	223.754.738,55	200.049.609,73
2.2. Outros custos de produtos e serviços vendidos	4.023.476,21	4.045.955,44
2.3. Energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais	14.220.051,40	12.058.557,05
2.4. Perda na realização de ativos	7.138.771,66	4.649.683,43
3 - RETENÇÕES		
3.1. Depreciação, amortização e exaustão	15.940.404,31	14.517.389,07
4 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	**241.862.146,47**	**198.748.662,31**
5 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
5.1. Receitas financeiras	8.279.993,33	7.451.073,82
6 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	**250.142.139,80**	**206.199.736,13**
7 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**250.142.139,80**	**206.199.736,13**
7.1. Empregados		
Salários e encargos	12.056.047,86	8.714.267,80
Honorários da diretoria	383.675,64	465.564,12
Participação dos empregados nos lucros	1.600.604,55	1.198.794,94
7.2. Tributos		
Federais	89.214.563,96	73.899.146,36
Estaduais	56.837.235,91	50.319.649,46
Municipais	28.720,95	18.005,40
7.3. Financiadores		
Juros	559.393,03	903.410,09
Aluguéis	692.556,43	472.067,75
7.4. Juros sobre capital próprio	4.871.202,70	4.848.372,90
7.5. Dividendos Mínimo Obrigatório	-	15.833.359,75
7.6. Dividendos Intermediários Distribuídos	25.000.000,00	-
7.7. Dividendos Adicionais Propostos	58.898.138,77	47.500.079,26
7.8. Lucros retidos/prejuízos do exercício	0,00	2.027.018,30

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

EVENTOS	NOTA EXPLICATIVA	CAPITAL SOCIAL	DIVIDENDO ADICIONAL PROPOSTO	LUCROS ACUMULADOS	T O T A L
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008		**67.655.593,20**		**0,00**	**79.159.693,54**
Capitalização da Res. de Retenção de Lucros		0,00			0,00
Resultado do Exercício 2009				70.208.830,21	70.208.830,21
Constituição da Reserva Legal				-2.027.018,30	0,00
Juros Sobre Capital Próprio				-4.848.372,90	-4.848.372,90
Dividendos Mínimo Obrigatório	NOTA 04			-15.833.359,75	-15.833.359,75
Dividendos Adicionais Propostos	NOTA 04		47.500.079,26	-47.500.079,26	0,00
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009		**67.655.593,20**	**47.500.079,26**	**0,00**	**128.686.791,10**
Pagamento de Dividendo Proposto			-47.500.079,26		-47.500.079,26
Resultado do Exercício 2010				88.769.341,47	88.769.341,47
Constituição da Reserva Legal				0,00	0,00
Juros Sobre Capital Próprio				-4.871.202,70	-4.871.202,70
Dividendos Intermediários Distribuídos			0,00	-25.000.000,00	-25.000.000,00
Dividendos Adicionais Propostos			58.898.138,77	-58.898.138,77	0,00
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010		**67.655.593,20**	**58.898.138,77**	**0,00**	**140.084.850,61**

789058

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS

RUA SETE DE SETEMBRO, 1069 - 5º ANDAR
PORTO ALEGRE - RS
CNPJ Nº 72.300.122/0001-04 NIRE: 43.300.033.104

SULGÁS
O Rio Grande Ligado na Energia do Futuro.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - INDIRETO

Em Reais

	NOTA EXPLICATIVA	2010	2009
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social		**126.517.062,30**	**98.222.492,97**
Ajustes por:			
Depreciação e amortização		15.940.404,31	14.517.389,07
Despesas financeiras líquidas		(2.660.371,46)	(1.018.318,20)
		139.797.095,15	**111.721.563,84**
Redução (aumento) nos ativos:			
1 Contas a receber		1.521.318,47	(5.752.773,60)
2 Estoques		(57.918,95)	(506.499,58)
3 Tributos e contribuições compensáveis	NOTA 20	(15.742.806,66)	5.150.073,74
4 Adiantamento a fornecedores		(1.755.145,19)	478.815,61
5 Outros	NOTA 21	5.957.963,43	(595.297,57)
Aumento (redução) nos passivos:			
1 Fornecedores		7.405.693,01	(1.355.470,55)
2 Salários e encargos sociais		601.044,09	(319.628,82)
3 Tributos e contribuições		(32.369.183,71)	(20.119.625,22)
4 Outros		2.434.390,00	(456.292,14)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**107.792.449,64**	**88.244.865,71**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Compra de ativo intangível	NOTA 07	(14.860.498,33)	(14.307.567,84)
Dividendos recebidos		-	112,29
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		**(14.860.498,33)**	**(14.307.455,55)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Empréstimos baixas		(5.899.485,05)	(5.426.463,15)
Juros sobre o capital próprio pagos a acionistas e dividendos		(93.204.641,71)	(49.245.523,85)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		**(99.104.126,76)**	**(54.671.987,00)**
Redução líquida de caixa e equivalente de caixa		**(6.172.175,45)**	**19.265.423,16**
Caixa e equivalente de caixa no início do período		98.376.292,83	79.110.869,67
Caixa e equivalente de caixa no final do período		**92.204.117,38**	**98.376.292,83**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010, 2009 E 1º DE JANEIRO DE 2009

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia é uma sociedade de economia mista, autorizada pela Lei Estadual nº 9.128 de 7/8/1990, alterada pela Lei nº 9.705 de 24/7/1992, tendo concessão para exploração do gás natural no Estado do Rio Grande do Sul por prazo de 50 (cinquenta) anos conforme Contrato de Concessão firmado em 19/4/1994. A Companhia tem por objetivo executar serviços relativos à pesquisa tecnológica, produção, aquisição, armazenamento, distribuição e comercialização de gás e seus subprodutos e derivados, de acordo com a evolução tecnológica, o desenvolvimento econômico e as necessidades sociais. Poderá, subsidiariamente, efetuar a aquisição, montagem e eventual fabricação de equipamentos e componentes, otimizando o uso de gás e seus subprodutos e derivados, bem como executar os serviços. Atende consumidores dos setores industrial, cogeração, veicular, comercial, residencial e termoelétrico.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, homologados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e basearam-se nos fatos econômicos identificados na documentação, informações e declarações fornecidas pela administração da entidade.
A demonstração dos resultados abrangentes não está sendo apresentada, pois não há valores a serem apresentados sobre esse conceito, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total.

NOTA 3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ IMEDIATA
São aplicações de curto prazo junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul e ao Banco do Brasil, registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, sem perda relevante quando do seu resgate.
b) PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA
Constituída em valor estimado suficiente para cobrir as perdas esperadas na realização de contas a receber de clientes.
c) ESTOQUES
Os estoques de peças de reposição no valor de R$ 1.209.048,21 foram avaliados ao custo médio de aquisição, os quais não excedem ao valor de reposição. Os materiais consumidos no processo de imobilização em andamento estão registrados no ativo intangível.
d) INVESTIMENTOS
Os investimentos não relevantes são avaliados ao custo de aquisição deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.
e) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL – IMPAIRMENT
Os valores contábeis dos ativos não monetários referentes ao Intangível da Companhia foram revistos para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.
O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independente dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativo "unidade geradora de caixa" – UGC. A administração da Companhia não identificou qualquer evidencia que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2010.
f) DIFERIDO
É composto por despesas e custos relativos à fase pré-operacional e projetos de expansão, os quais estão sendo amortizados à taxa de 10% ao ano, de acordo com os critérios preceituados pela legislação vigente. A companhia opta pela manutenção dos valores até a sua total amortização. Não haverá novas incorporações, restando somente a amortização dos saldos já existentes.
g) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
Foram provisionados os custos relativos à fase pré-operacional e projetos de expansão, os quais estão sendo amortizados à taxa de 10% ao ano, de acordo com os critérios preceituados pela legislação vigente. A companhia opta pela manutenção dos valores até a sua total amortização. Não haverá novas incorporações, restando somente a amortização dos saldos já existentes.
h) RESULTADO
Tendo em vista que a empresa estava em fase pré-operacional até janeiro de 1997, os custos e despesas realizados até aquele período foram diferidos em conformidade com o artigo 179, da lei nº 6.404/76. No presente exercício o resultado é apurado com observância ao regime contábil de competência, confrontando-se a despesa diretamente delineável com as receitas reconhecidas em determinado período. O consumo ou sacrifício do ativo que não tenha correspondência será descarregado como despesa no período de ocorrência do gasto.
I) ESTIMATIVAS CONTÁBEIS
As estimativas contábeis foram baseadas em fatores direta ou indiretamente observáveis, baseados no entendimento da administração sobre a mensuração do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Provisões para devedores duvidosos, imposto de renda e contingências. A liquidação/ocorrência das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas ao menos trimestralmente.
j) BENEFÍCIOS A EMPREGADOS
A Companhia fornece a seus empregados benefícios que englobam basicamente: Plano de Previdência Privada com contribuição definida administrado pela Fundação Petrobras de Seguridade Social – Petros, assistência médica, odontológica, cartão alimentação e participação nos lucros.
l) DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras, aplicável às companhias abertas, enquanto que para as companhias de capital fechado representam informação financeira adicional.

NOTA 4 – EFEITOS DOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

Os principais efeitos dos CPCs na companhia foram os seguintes:
a) Reclassificação do Imobilizado para o Intangível – ICPC 01 – Nota 7;
b) Reconhecimento das Receitas e Custos de Construção – ICPC 01 – Nota 19;
c) Reclassificação dos Dividendos a Pagar no Passivo Circulante para Dividendos Adicionais Propostos no Patrimônio Líquido – ICPC 08 – Nota 14;
d) Realização do Teste de Recuperabilidade dos Ativos – CPC 01.

NOTA 5 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A composição do saldo de equivalentes de caixa está demonstrada a seguir:

Cliente	31/12/2010	31/12/2009
Caixa e Bancos	7.292.222,15	12.497.742,88
Aplicações Financeiras	84.911.895,23	85.878.549,95
Total	**92.204.117,38**	**98.376.292,83**

Disponibilidades além daquelas necessárias para exigências operacionais são aplicadas em investimentos de curto prazo. Os investimentos com vencimentos de três meses ou menos são classificados como disponibilidades.

NOTA 6 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Cliente	31/12/2010	31/12/2009
Alberto Pasqualini REFAP S/A	5.920.352,34	3.916.784,09
Petrobras Distrib S/A	1.325.371,88	1.244.775,61
Ipiranga Produtos de Petroleo S.A.	1.462.474,54	1.205.025,04
Gerdau S/A	1.551.225,79	2.235.050,45
Braskem S/A	3.784.402,56	4.757.098,11
Outros	9.518.777,67	10.140.690,23
Subtotal	23.562.604,78	23.499.423,53
PDD	(7.094.632,13)	(4.649.358,42)
Total	**16.467.972,65**	**18.850.065,11**

Há um valor de R$ 28.360.671,88 registrado à conta de Clientes, no ativo circulante que se refere às operações de importação/faturamento do gás do segmento termoelétrico, entre as empresas YPF S/A e AES Uruguaiana Empreendimentos S/A. Este valor encontra-se registrado também à conta de Fornecedores de Mercadorias, no passivo circulante, pois depende de acerto entre as duas empresas sobre os valores das transações que ora se encontra sob arbitragem internacional. As confissões de dívidas de clientes totalizam R$ 8.397.151,07, sendo R$ 4.052.707,29 no ativo circulante e R$ 4.344.443,78 no ativo não circulante.

NOTA 7 – INTANGÍVEL

A Sulgás é concessionária com direito a exploração do gás natural no Estado do Rio Grande do Sul, sendo que deverá reverter todos seus bens patrimoniais ao Estado ao término do contrato de concessão se não houver renovação. Com isso, a fim de atender ao ICPC 01, a Sulgás reclassificou todos os bens do imobilizado para o intangível, adotando como taxa de amortização as taxas predefinidas no próprio contrato de concessão. Seguem abaixo os quadros explicativos:

Grupo Patrimonial	2010 Custo	2010 Amortização Acumulada	2010 Total 2010	2009 Total 2009	Taxa Amortização
Terrenos	29.600,00	-	29.600,00	29.600,00	-
Gasoduto em Serviço	149.088.985,23	98.118.197,52	50.970.787,71	40.642.274,00	10%
Ferramentas	29.607,09	22.394,57	7.212,52	7.158,55	20%
Máquinas e Equipamentos	2.820.542,55	402.020,50	2.418.522,05	889.662,10	10%
Móveis e Utensílios	871.353,46	277.512,20	593.841,26	414.194,48	10%
Instalações	1.262.860,74	144.242,46	1.118.618,28	834.067,13	10%
Equipamentos de Escritório	217.712,20	49.504,40	168.207,80	56.544,82	10%
Veículos	1.066.763,93	690.186,08	376.577,85	473.576,48	20%
Equipamentos de Comunicação	235.461,48	72.043,92	163.417,56	38.544,92	10%
Computadores e Periféricos	4.592.612,59	1.946.962,67	2.645.649,92	1.279.453,72	20%
Imobilizado em Andamento	19.174.045,64	-	19.174.045,64	32.782.035,38	-
Total	**179.389.544,91**	**101.723.064,32**	**77.666.480,59**	**77.447.111,58**	

	Saldo Inicial 2010	Adições 2010	Baixas Não Monetárias 2010	Transferências 2010	Saldo Final 2010
Terrenos	29.600,00				29.600,00
Gasoduto em Serviço	125.104.852,69	976.741,90	(1.838.493,75)	24.845.884,39	149.088.985,23
Ferramentas	25.777,06	3.830,03			29.607,09
Máquinas e Equipamentos	1.156.641,68	1.686.926,68	(23.027,81)		2.820.542,55
Móveis e Utensílios	684.462,95	321.659,02	(134.768,51)		871.353,46
Instalações	865.199,66	397.661,08			1.262.860,74
Equipamentos de Escritório	86.182,15	131.530,05			217.712,20
Veículos	1.014.313,93	52.450,00			1.066.763,93
Equipamentos de Comunicação	82.527,18	152.934,30			235.461,48
Computadores e Periféricos	2.697.453,87	1.900.642,96	(5.484,24)		4.592.612,59
Gasoduto em Formação	32.782.035,38	11.237.894,65		(24.845.884,39)	19.174.045,64
Total	**164.529.046,55**	**16.862.272,67**	**(2.001.774,31)**	**-**	**179.389.544,91**

Na DVA constou o valor de R$ 14.860.498,33 que é composto pelo total das adições R$ 16.862.272,31 deduzidas as baixas no valor R$ 2.001.774,31 (Baixas efetivas de Bens e baixas por créditos tributários).

NOTA 8 – PARTES RELACIONADAS

O saldo pela aquisição de gás natural junto à Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras totalizava, em 31 de dezembro de 2010, o montante de R$ 38.960.249,79, assim composto:

NF N.º	Parcela	Vencimento	Valor
3346	2	04/01/11	R$ 12.329.390,97
3349	1	04/01/11	R$ 4.579.652,39
3429	1	15/01/11	R$ 4.481.836,33
3429	2	04/02/11	R$ 14.468.178,48
3430	1	25/01/11	R$ 2.035.348,17
3431	1	25/01/11	R$ 181.829,07
3432	1	04/02/11	R$ 887.477,88
ND 700019311	1	25/01/11	R$ 13.576,54
	Total	**Total**	**38.977.289,83**

NOTA 9 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil e estão compostos no ativo não circulante, como segue:
a) Impostos e contribuições sociais a compensar

Ativo Circulante	2010	2009
ICMS a compensar	371.490,07	63.111,41
Imposto de Renda a compensar	172.493,33	262.414,30
Imposto de Renda e Contribuição Social	22.030.782,77	8.625.075,23
PIS/COFINS a compensar	2.908.457,20	1.318.128,84
	25.483.223,37	**10.288.729,78**

Ativo Não Circulante	2010	2009
ICMS a compensar	470.768,94	1.078.027,46
IR/CSocial s/provisões	2.809.789,43	1.654.561,87
	3.280.558,37	**2.732.589,33**

b) Impostos e contribuições sociais a recolher

Passivo Circulante	2010	2009
ICMS	114.844,16	184.541,60
COFINS	398.646,55	887.960,74
PIS	86.548,26	192.780,95
Imposto de Renda e Contribuição Social	43.774.151,09	32.933.385,28
	44.374.190,06	**34.198.668,57**

NOTA 10 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Empréstimo junto ao BNDES, forma de atualização, variação da TJLP mais 4% ao ano. Amortização dos valores: juros trimestrais a partir de junho de 2001 e principal em 99 parcelas mensais e consecutivas a partir de abril de 2003.

	Saldo em 31/12/2010	Curto Prazo	Longo Prazo
BNDES	2.976.274,87	2.976.274,87	-
Total	**2.976.274,87**	**2.976.274,87**	**-**

NOTA 11 – SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	2010	2009
Salários a Pagar	235.505,78	135.696,50
Provisão para Férias e Encargos Sociais	866.951,85	593.850,11
Encargos Sociais	601.360,14	351.351,96
Provisão Participação nos Resultados	1.127.371,44	1.149.246,55

A provisão para férias, acrescida dos encargos sociais previstos na legislação vigente, foi calculada com base nos períodos aquisitivos dos respectivos funcionários, cujos valores foram apropriados até 31 de dezembro de 2010.

NOTA 12 – PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS/RESULTADOS

A participação dos empregados nos Lucros ou Resultados, conforme disposto na lei nº 10.101/2000 e na política de Participação nos Lucros e Resultados aprovada pelo Conselho de Administração. Ocorreu em acordo coletivo com os empregados e suas entidades sindicais, num montante de R$ 1.600.604,55 (Hum milhão, seiscentos mil, seiscentos e quatro reais com cinquenta e cinco centavos).

NOTA 13 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social
O Capital Social totalmente integralizado é de R$ 67.655.593,20, representado por 21.562.644 ações ordinárias, todas de classe única sem valor nominal.
b) Reserva legal
Constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício, em conformidade com o Artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, sendo que o limite já foi atingido.

NOTA 14 – DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

a) DIVIDENDOS MÍNIMOS OBRIGATÓRIOS
Aos acionistas, de acordo com os estatutos sociais, é assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária, conforme o cálculo a seguir demonstrado para 31 de dezembro de 2010.

	2010 VALORES (R$)	2009 VALORES (R$)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	88.769.341,47	70.208.830,21
RESERVA LEGAL	-	(2.027.018,30)
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	(4.871.202,70)	(4.848.372,90)
TOTAL DOS DIVIDENDOS A DISTRIBUIR	83.898.138,77	63.333.439,01
DIVIDENDO MÍNIMO OBRIGATÓRIO GOV. ESTADO RS	10.697.012,69	8.075.013,47
DIVIDENDO MÍNIMO OBRIGATÓRIO GASPETRO	10.277.522,00	7.758.346,28
DIVIDENDOS INTERMEDIÁRIOS DISTRIBUÍDOS EM 2010 – GOV. ESTADO RS	12.750.000,00	-
DIVIDENDOS INTERMEDIÁRIOS DISTRIBUÍDOS EM 2010 – GASPETRO	12.250.000,00	-
DIVIDENDOS ADICIONAIS PROPOSTOS GOV. ESTADO RS	30.038.050,77	32.300.053,90
DIVIDENDO ADICIONAIS PROPOSTOS GASPETRO	28.860.088,00	31.033.385,11
TOTAL	**83.898.138,77**	**63.333.439,01**

b) JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO
A Companhia, conforme prevê a legislação fiscal, optou por efetuar a título de remuneração de seus acionistas o crédito de juros sobre o capital próprio, apurado com base na TJLP sobre o patrimônio líquido, cujo montante no exercício totalizou o valor bruto de R$ 4.871.202,70 e distribuído conforme quadro abaixo:

JSCP por Acionista	Valor Bruto	IRRF	Valor Líquido
Estado Rio Grande do Sul	2.484.313,38	-	2.484.313,38
Petrobras Gás S/A	2.386.889,32	358.033,40	2.028.855,92
	4.871.202,70	358.033,40	4.513.169,30

NOTA 15 – PROVISÃO PARA CONTIGÊNCIAS

A provisão para contingências foi constituída com base no relatório da coordenadoria jurídica da empresa. A provisão é revisada com base na evolução dos processos e no histórico de perdas através da melhor estimativa corrente.

	Saldo Inicial 2010	Reversões 2010	Adições 2010	Saldo Final 2010
Provisões Trabalhistas	63.084,34	(63.084,34)	824.338,73	824.338,73
Provisões Cíveis	217.000,00	(217.000,00)	1.168.454,39	1.168.454,39
TOTAL	**280.084,34**	**(280.084,34)**	**1.993.793,12**	**1.993.793,12**

NOTA 16 – REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

	31/12/2010	31/12/2009
Honorários e Encargos	283.284,48	291.143,97
Participação nos Resultados	62.807,19	76.205,06
Assistência Médica	5.545,12	6.885,72
Total	**351.636,79**	**374.234,75**

NOTA 17 – RECEITA BRUTA E DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA

	2010	2009
RECEITA DE VENDAS DE GÁS	**499.016.832,27**	**428.363.342,56**
RECEITA DE GÁS RESIDENCIAL	764.427,26	388.254,49
RECEITA DE GÁS COMERCIAL	8.108.786,40	7.240.815,67
RECEITA DE GÁS INDUSTRIAL	358.812.339,44	301.761.557,80
RECEITA DE GÁS COGERAÇÃO	34.048.885,13	36.616.714,03
RECEITA DE GÁS VEICULAR	77.027.805,65	79.240.192,76
RECEITA DE GÁS TERMOELÉTRICA	20.254.808,39	3.115.807,81
(-) DEDUÇÕES SOBRE RECEITA	**101.072.389,76**	**89.557.723,73**
PIS SOBRE VENDA DE GÁS	7.894.417,55	7.011.666,19
COFINS SOBRE VENDA DE GÁS	36.362.166,46	32.296.159,57
ICMS SOBRE VENDA DE GÁS	56.815.805,75	50.249.897,97
RECEITA LÍQUIDA	**397.944.442,51**	**338.805.618,83**

NOTA 18 – SHIP OR PAY

O Ship or Pay é cláusula contratual que estabelece a regra de que o agente (Sulgás na condição de cliente) está obrigado a pagar, mesmo que não o utilize, quando contratá a capacidade de transporte de gás junto ao transportador (Petrobras na condição de fornecedor) para escoar gás natural, com o objetivo de garantir o retorno dos investimentos realizados em instalações de transporte dutoviário de gás. A Sulgás tem um prazo de até 10 anos para a recuperação do valor, sendo que por isso reclassificamos do Ativo Circulante para o Ativo Não Circulante o valor de R$ 1.270.042,34 em 2009 e R$ 3.016.043,33 em 2010.

NOTA 19 – RECEITAS E CUSTOS DE CONSTRUÇÃO

Conforme preceitua o ICPC01, a Sulgás realizou as seguintes Receitas e Custos de Construção:

	2010	2009
RECEITA DE CONSTRUÇÃO	12.400.129,81	15.734.528,50
CUSTOS DE CONSTRUÇÃO	12.400.129,81	15.734.528,50
MARGEM	**0,00**	**0,00**

NOTA 20 – DFC – Tributos e Contribuições Compensáveis

O Grupo "Tributos e Contribuições Compensáveis" da Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC é composto pela variação dos anos 2009 e 2010 das contas de PIS e COFINS a compensar, ICMS a Compensar, Antecipações de IRPJ/CSLL e IRRF sobre Aplicações Financeiras.

NOTA 21 – DFC – Outros

O Grupo "Outros" da Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC é composto pela variação dos anos 2009 e 2010 das contas SHIP OR PAY, Adiantamento a Empregados, Despesas Antecipadas e Depósitos Judiciais.

NOTA 22 – Seguros

A Companhia contratou seguro para cobertura de seus veículos perante a TOKIO MARINE SEGURADORA, sendo o valor do prêmio em R$ 23.119,64 com vigência de 13/5/2010 a 13/5/2011. Também contratou seguros de Responsabilidade Civil de Administradores perante a ACE SEGURADORA S/A, com valor do prêmio em R$ 44.694,19 com vigência de 5/8/2010 a 5/8/2011 com limite de cobertura de até R$ 5.000.000,00.

continua

709059

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS

RUA SETE DE SETEMBRO, 1069 - 5º ANDAR
PORTO ALEGRE - RS
CNPJ Nº 72.300.122/0001-04 NIRE: 43.300.033.104

SULGÁS
O Rio Grande Ligado na Energia do Futuro.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Acionistas da
COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – SULGÁS
PORTO ALEGRE / RS

Examinamos as demonstrações financeiras da COMPANHIA DE GÁS DO ESTADODO RIO GRANDE DO SUL – SULGÁS, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as Demonstrações Financeiras

A administração da empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante,independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – SULGÁS, em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para as companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 8 de março de 2010, sem ressalvas.

Porto Alegre, 10 de Março de 2011.

TGB - AUDITORES E CONSULTORES S/S
CRC/RS – 3.622
Ana Cláudia dos S. Sturza
Contadora CRC/RS – 66.310/O-1 - Responsável Técnica

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exercício de 2010

1. O Conselho Fiscal da Companhia de Gás do Rio Grande do Sul – SULGÁS, no exercício de suas funções legais, em reunião realizada em 23 de março de 2011 às 12 horas, na sede da Companhia SULGÁS, examinou o Relatório de Atividades de 2010, as Demonstrações Financeiras, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração dos Fluxos de Caixa, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e o Relatório dos Auditores Independentes, relativos ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2010.

2. Foram verificadas as seguintes propostas a serem submetidas à deliberação da Assembleia Geral Ordinária – AGO, a ser realizada até 13 de abril de 2011: I. Aprovar as Demonstrações Financeiras da SULGÁS do exercício encerrado em 31/12/2010; II. Aprovar a destinação do lucro líquido do exercício de 2010, no valor de R$ 88.769.341,47, da seguinte forma; 1º) Juros sobre o Capital Próprio referente a 2010, no montante de R$ 4.871.202,70; 2º) Dividendos Propostos no valor de R$ 83.898.138,77, descontada a Antecipação de dividendos no valor R$ 25.000.000,00, restando o montante de R$ 58.898.138,77, a ser distribuído; IV. Eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal. Constatou-se que as propostas retro mencionadas não causarão prejuízo aos acionistas da SULGÁS e estão em conformidade com os dispositivos legais. Com base nos exames efetuados e à vista do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras favorável da TGB – Auditores e Consultores S/S, datado de 10 de março de 2011, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação das referidas matérias a serem submetidas à discussão e votação na Assembléia Geral Ordinária dos acionistas da SULGÁS.

Porto Alegre, 23 de março de 2011

Francisco Antonio B. Seger	Paulo Ricardo Lima Lomando	Anna Paula G. dos Santos
Membro do Conselho	Membro do Conselho	Membro do Conselho

Diretoria Executiva: **ROBERTO DA SILVA TEJADAS** – DIRETOR PRESIDENTE
DARIU ETCHICHURY FILHO – DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
FLÁVIO RICARDO SOARES DE SOARES - DIRETOR TÉCNICO-COMERCIAL

Contador: **ALEX DORNELLES DA SILVA** - CRC/RS nº 64.077
Conselho de Administração: CLAUDEMIR BRAGAGNOLO - PRESIDENTE
Conselheiros: Alexandre Bahia Santiago, Nilson Jaques Cytryn, Roberto da Silva Tejadas e João Constantino Pavani Motta.

PASSOPAR S.A.

CNPJ(MF) nº 02.771.893/0001-02
JC/RS - NIRE nº 43.3.00037088 em 13/08/98
Rua Independência nº 095 - Sala 01 - CEP 99.010-040
Passo Fundo - RS

Balanço Patrimonial Encerrado em 31 de Dezembro (Expresso em Real)

Ativo	2010	2009	Passivo	2010	2009
Circulante	**3.762.857,69**	**7.313.571,25**	**Circulante**	**2.278.362,62**	**5.620.409,14**
Disponibilidades	849.041,27	209.870,34	Financiamentos	–	2.263.211,39
Caixa e bancos	849.041,27	209.870,34	Fornecedores	137.249,24	540.968,38
Direitos Realizáveis	2.912.906,37	4.643.374,93	Cheques a compensar	–	10.886,50
Clientes/CPR	2.359.880,98	4.174.386,00	Encargos sociais e fiscais	118.772,22	119.294,03
Valores em custódia	93.532,50	79.258,02	Encargos tributários	18.064,43	13.637,32
Valores a recuperar	184.000,00	184.000,00	Estoques de terceiros	2.004.276,73	2.672.411,52
Adiant. fornecedores	179.911,22	119.740,35	**Exigível a Longo Prazo**	–	**456.788,97**
Adiant. empregados	43.306,31	35.650,04	Financiamentos	–	456.788,97
Impostos a recuperar	52.275,36	49.265,77	**Patrimônio Líquido**	**6.351.784,59**	**6.419.071,49**
Despesas a apropriar	910,05	1.074,75	Capital social	6.796.500,00	6.796.500,00
Estoques	(220.175,12)	2.460.325,98	Capital a integralizar	–	–
Estoques de mercad.	2.002.463,22	2.460.325,98	Reserva de capital	7.481,02	7.481,02
Vendas Antecipadas	(2.222.638,35)	–	Reserva legal	7.481,02	7.481,02
Realizável Longo Prazo	**42.133,09**	**50.000,00**	Reser. de luc./(prejuízos)	(452.196,43)	(384.909,53)
Loc. e aluguéis a apropriar	42.133,09	50.000,00	Luc./(prejuízos) acum.	(384.909,53)	(264.605,83)
Permanente	**5.045.331,56**	**5.132.698,35**	Ajuste de exerc. anteriores	(5.816,71)	–
Investimentos	5.698,96	5.172,40	Luc./(prejuízo) do exerc.	(61.470,19)	(120.303,70)
Imobilizações	5.039.632,60	5.127.525,95			
Total do Ativo	**8.830.147,21**	**12.496.269,60**	**Total do Passivo**	**8.630.147,21**	**12.496.269,60**

Demonstrações das Mutações Patrimoniais

	C. social	Reserva Legal	Lucro/Prejuízo	P. Líquido
Saldo em 31/12/2009	**6.796.500,00**	**7.481,02**	**(384.909,53)**	**6.419.071,49**
Ajuste de Exercício Anterior	–	–	(5.816,71)	(5.816,71)
Lucro/(Prejuízo) exercício	–	–	(61.470,19)	(61.470,19)
Saldo em 31/12/2010	**6.796.500,00**	**7.481,02**	**(452.196,43)**	**6.351.784,59**

Notas Explicativas das Demonstraçoes Contábeis

Nota 1. Atividade - A Passopar S.A., constituída em 13/08/1998, cadastrada no CNPJ(MF) 02.771.893/0001-02, e na JUCERS NIRE nº 43.3.0003708-8 em 13/08/1998, tem por objetivos as atividades de Serviços Hospitalares e de Comércio Atacadista e Varejista de Cereais, Insumos e Implementos Agropecuários e Exportação de Cereais, a Prestação de Serviços de recebimento e estocagem de cereais em grãos a Representação Comercial e a Comercialização de sementes e mudas. **Nota 2. Apresentação das Demonstrações Contábeis**: **a)** As Demonstrações Contábeis, Balanço Patrimonial e Demonstrativo dos Resultados, foram elaboradas de conformidade com a Legislação Comercial e Fiscal em vigor, com a observância dos princípios fundamentais da contabilidade e disposições da legislação das Sociedades Anônimas. **b)** O estoque está lançado pelo preço médio de aquisição e não supera o valor de mercado. **c)** O Capital social da companhia está constituído por 1.970.000 ações ordinárias nominativas no valor de R$ 3,45 cada uma. **Nota 3. Principais práticas contábeis: a)** As receitas e despesas foram apropriadas pelo regime de competência. **b)** O saldo da Conta Clientes está composto pelos seguintes saldos:

Clientes (Expresso em Real):	**2.359.880,98**
CPR a Receber	448.965,69
Clientes diversos - Produtos e serviços	1.910.915,29

c) Os bens que compõem o Ativo Permanente (Investimento e imobilizado), foram registrados e contabilizados pelo valor de aquisição conforme legislação em vigor. **d)** As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas, pelo prazo de vida útil estimado: (a) Edificações e edificações em andamento - 4%; (b) Máquinas, equipamentos, móveis e utensílios - 10% e (c) Veículos - 20%.

Imobilizado	Vl. Nominal	Depreciação	Vl. Líquido
Imóveis	4.827.626,03	826.550,60	4.001.075,43
Máquinas	1.512.723,96	643.197,07	869.526,89
Equipamentos	60.654,06	13.746,28	46.907,78
Móv. e utensílios	43.603,01	14.309,98	29.293,03
Ferrag. e ferramentas	20.474,95	–	20.474,95
Equip. infor.	104.340,94	54.779,44	49.561,50
Veículos	76.988,50	54.195,48	22.793,02
Totais	6.646.411,45	1.606.778,85	5.039.632,60

e) O saldo da conta Fornecedor está composto pelos seguintes saldos:

Fornecedores (Expresso em R$):	**137.249,24**
Fornecedores diversos	128.827,92
Royalties a recolher	8.166,01
Fornecedores de insumos	255,31

Nota 4. Lei nº 11.638/2007 - Alteração da Lei nº 6.404/1976: A aplicação das disposições da Lei nº 11.638/2007 na elaboração das demonstrações contábeis de 2010, não produziu qualquer impacto no Patrimônio Líquido e no Resultado do Exercício da companhia.

Conselho de Administração

Conselheiro	**Milton Valdomiro Roos**	CPF 163.507.230-15
Conselheiro	**Adroaldo Baseggio Mallmann**	CPF 245.393.410-49
Conselheiro	**Mário Franciosi**	CPF 306.887.360-68
Conselheiro	**Luiz Roberto Rovaris**	CPF 377.921.489-04
Conselheiro	**Antero Camisa Júnior**	CPF 544.338.519-49

Passo Fundo, 31 de dezembro de 2010

Antero Camisa Junior	Avelino M. Guarienti	Marcio José Vargas
Diretor Presidente	Dir. Adm/Financeiro	TC/CRC 061503/0-5
CPF 544.338.519-49	CPF 279.474.320-15	CPF 568.538.740-72

Relatório da Diretoria

Prezados Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a Vossa Senhoria, para apreciação e exame, o presente Relatório e Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. Para quaisquer outros esclarecimentos, permanecemos ao dispor dos acionistas.

Demonstração dos Resultados dos Exercícios

	2010	2009
Rec. Operac. Bruta	**19.015.624,37**	**22.108.349,42**
Devoluções	(6.528,25)	–
Rec. Operac. Líquida	**19.009.096,12**	**22.108.349,42**
Custo Merc. e Serv.	(17.410.361,57)	(19.980.104,22)
Imp. s/faturamento	(20.292,71)	(13.646,40)
Lucro Operac. Bruto	**1.578.441,84**	**2.114.598,80**
Desp. administrativas	(1.499.568,28)	(1.750.105,38)
Despesas tributárias	(55.212,18)	(90.530,93)
Receitas financeiras	62.726,41	192.732,91
Despesas financeiras	(301.356,93)	(295.331,38)
Deprec./amortizações	(369.045,50)	(369.045,50)
Outras rec. (despesas)	340.644,94	47.660,42
Lucro/(Prej.) Oper. Liq.	**(67.321,45)**	**(150.021,06)**
Partic. s/sobras receb.	14.876,26	28.467,36
Receitas não operacionais	(9.025,00)	1.250,00
Lucro antes do IR e CS	**(61.470,19)**	**(120.303,70)**
Provisão I. Renda e CSLL	–	–
Prejuízo do Exercício	**(61.470,19)**	**(120.303,70)**
Lucro (prejuízo) por ação	0,0312	0,0610

Demonstração do Fluxo de Caixa
(Método indireto - Expresso em Real)

Natureza das operações:	2010	2009
Fluxos de cx. das ativ. operac.		
Lucro líquido	(61.470,19)	(120.303,70)
Ajuste de Exerc. Anteriores		
Ajuste por:	(5.816,71)	(56.657,32)
Deprec. e amortização	190.997,25	369.045,50
Sub-total	**123.710,35**	**192.084,48**
(Aumento) diminuição ativos operacionais:		
Operações de crédito	1.740.059,67	(1.200.177,16)
Outros créditos	(10.665,86)	54.651,96
Outros valores e bens	2.688.532,72	391.831,73
Aumento (diminuição) passivos operacionais		
Obrig. trabalhistas e sociais	(521,81)	(1.787,89)
Obrigações tributárias	4.427,11	(13.633,00)
Fornecedores	(403.719,14)	284.125,22
Empréstimos	(2.263.211,39)	1.368.004,16
Exigível a longo prazo	(456.788,97)	(305.339,78)
Outras obrigações	(679.021,29)	(675.336,78)
Cx. líquido da atividade operacional	**742.801,39**	**94.422,94**
Fluxos de caixa das ativ. de investimentos		
Aquis. de ativo imobiliz.	(103.103,90)	(73.512,51)
Investimentos societários	(526,56)	(1.537,17)
Receb. p/imobiliz. e diferidos	–	–
Cx. líquido da atividade investimento	**(103.630,46)**	**(75.049,68)**
Fluxos de caixa das ativ. de financiamento		
Integralização de capital	–	145,38
Cx. líq. ativ. financ.	**–**	**145,38**
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	**639.170,93**	**19.518,64**
(–) Caixa e equivalente de caixa no início do período	209.870,34	190.350,70
(+) Caixa e equivalente de caixa no final do período	849.041,27	209.870,34

Demonstração dos Lucros/(Prejuízos) Acumulados

	2010	2009
Saldo Início do Exercício	**(384.909,53)**	**(264.605,83)**
Ajuste de Exerc. Anteriores	–	–
Lucro/Prej. do exercício	(5.816,71)	(120.303,70)
	(61.470,19)	
Saldo Final Exercício	**(452.196,43)**	**(384.909,53)**

Parecer do Conselho Fiscal

Em cumprimento ao art. 37 do Estatuto Social de Passopar S.A., declaramos que após procedermos a minucioso exame em todos os documentos e peças contábeis, que compreendem o Balanço Geral, relativo ao exercício de 2010, recomendamos à Assembléia Geral Ordinária a aprovação das contas da companhia.

Passo Fundo, 02 de março de 2011

Hugo Vargas Filho	Norberto Toazza Duda	Cesar Augusto Queiroz
Conselheiro Fiscal - CPF 180.228.980-15	Conselheiro Fiscal - CPF 206.385.900-00	Conselheiro Fiscal - CPF 360.701.100-00

Balanço Patrimonial, Demonstrativos e Notas Explicativas foram extraídos do Livro Diário nº 28, às fls. 369/379, Registrado na JC/RS sob nº 11/0160 em 02/03/11

788868

789060

LUPATECH S.A.

CNPJ/MF nº 89.463.822/0001-12 - NIRE 43.3.0002853-4

Ata da Reunião do Conselho de Administração 004/2011

1. Data, Hora e Local: Realizada aos 24 dias do mês de março de 2011, às 18 horas, na sede social da Companhia, em Caxias do Sul (RS), na Rua Dalton Lahn dos Reis, nº 201, bairro Distrito Industrial. **2. Convocação e Presenças:** Os membros do Conselho de Administração foram devidamente convocados, nos termos do artigo 22 do Estatuto Social. Presentes a maioria dos membros do Conselho de Administração foi instalada a reunião tendo em vista o atendimento do *quorum* para a instalação e deliberações, conforme disposto no artigo 22, parágrafo terceiro, do Estatuto Social da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Nestor Perini; Secretário: Gilberto Pasquale da Silva. **4. Ordem do Dia:** (a) A aprovação de contratação de linhas de financiamento junto ao Banco Bradesco S.A., no valor total de R$70.000.000,00 (setenta milhões de reais); e, (b) A autorização aos Administradores da Companhia para tomarem as providências e praticarem os atos necessários com relação à matéria do item (a) supra. **5. Deliberação:** Após discussão da ordem do dia, que era de prévio conhecimento de todos, os Conselheiros decidiram, por unanimidade: (a) Aprovar a contratação de linhas de financiamentos, através do Programa PROGREDIR, junto ao Banco Bradesco S.A., no valor total de R$70.000.000,00 (setenta milhões de reais), com prazo de 18 (dezoito) meses, carência de 06 (seis) meses, amortização do principal em 12 (doze) parcelas e taxa de juros de CDI acrescidos de 3,20% a.a. (base 252) pagos mensalmente, além de custo de operação (*flat fee*) de 1,50%; sendo R$7.200.000,00 (sete milhões e duzentos mil reais) disponibilizados para a própria Companhia - Cédula de Crédito Bancário nº 4.533.861 - mediante garantia do contrato nº 4600309297, firmado por sua unidade Lupatech - MNA e a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras; e, R$ 62.800.000,00 (sessenta e dois milhões e oitocentos mil reais) disponibilizados para a sua controlada Lupatech - Equipamentos e Serviços para Petróleo Ltda. - Cédula de Crédito Bancário nº 4.533.860 - mediante garantia do contrato nº 4600313077, firmado por esta e a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos assinada. Caxias do Sul (RS), 24 de Março de 2011. Nestor Perini, Presidente; Gilberto Pasquale da Silva, Secretário. Conselheiros presentes: Nestor Perini, Alcinei Cardoso Rodrigues, José Teófilo Abu Jamra, Clovis Benoni Meurer, José Coutinho Barbosa, José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha. Declaro que esta ata é cópia fiel da lavrada no livro próprio.
Gilberto Pasquale da Silva - Secretário.

789040

GERDAU AMÉRICA LATINA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ Nº 07.435.351/0001-81 - NIRE Nº 43300045293

AVISO AOS ACIONISTAS

Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas da sociedade, em sua sede social, no Município de Porto Alegre-RS, na Av. Farrapos Nº 1.811, Parte, Floresta, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei Nº 6.404/76 relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2010.

Porto Alegre, 25 de março de 2011.
André Bier Gerdau Johannpeter
Diretor Presidente

789086

789082

GERDAU AÇOS ESPECIAIS S.A.

CNPJ Nº 07.359.641/0001-86 - NIRE Nº 43300045226

AVISO AOS ACIONISTAS

Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas da sociedade, em sua sede social, no Município de Porto Alegre - RS, na Av. Farrapos Nº 1.811, Parte, Floresta, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei Nº 6.404/76 relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2010.

Porto Alegre, 25 de março de 2011.
André Bier Gerdau Johannpeter
Diretor Presidente

ANÚNCIO INSTITUCIONAL

Cia. Riograndense de
Mineração
CRM

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
CNPJ 92.724.145/0001-53

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
CARVÃO GAÚCHO GERANDO ENERGIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

RELATÓRIO DA DIRETORIA - 2010

1. Relatório da Diretoria

A Diretoria da Companhia Riograndense de Mineração - CRM apresenta a seguir as demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2010, acompanhadas do parecer do Conselho Fiscal e manifestação do Conselho de Administração, bem como destaca os aspectos e eventos operacionais e administrativos mais significativos da gestão no mesmo período.

1.1. Apresentação da Empresa

A Companhia Riograndense de Mineração - CRM é uma sociedade de economia mista estadual, criada pela Lei nº. 5.835/69, inscrita no CNPJ sob o n° 92.724.145/0001-53, registrada no Departamento Nacional de Produção Mineral-DNPM - Processo nº. 802.767/70, localizada na Rua Botafogo, 610, em Porto Alegre - RS, com Unidades Mineiras em operação nos Municípios de Minas do Leão e Candiota, tendo como objeto, basicamente, a pesquisa, a lavra, o beneficiamento e a comercialização de carvão mineral e outros bens minerais.

1.2. Conjuntura Econômica

O ano de 2010 foi muito bom para a economia nacional. O país cresceu muito, houve queda grande do desemprego, segundo o IBGE, a taxa deve fechar em torno de 6%, um recorde desde que começou a série, em 2002.
No começo do ano, os economistas previam crescimento do PIB de 5,5%, a atual projeção é de 7,5%. Foi um ano bom para quase toda a América Latina, com exceção da Venezuela, que teve recessão. A região termina com crescimento médio de 6%. O Brasil não foi o que mais avançou por aqui, mas registrará o maior crescimento desde 1985. A inflação subiu com o IPCA ficando acima da meta, em torno de 5,9%. Para 2011 a expectativa dos economistas é mais modesta, com um crescimento do PIB previsto para 4,6%, o que ainda é um crescimento muito significativo.
No que se refere ao Setor Carvão, não se confirmou a realização de um leilão de energia termelétrica (A-5) no segundo semestre de 2010. Este leilão é uma das principais expectativas do Setor para 2011.

1.3. Desenvolvimento Operacional

1.3.1. Produção e Comercialização

Até outubro de 2010 a CRM continuou operando com a produção da Mina de Candiota limitada ao mínimo contratual de 133.333 t/mês de carvão CE 3.300 no abastecimento da Usina Termelétrica Presidente Médici – UPME, Fase A + B, da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE, na Mina de Candiota. A partir de novembro, com a entrada em operação da Fase C da UPME, este mínimo contratual passou a 275.000 t mensais o que propiciou um incremento significativo na produção mensal da Mina, o que deve ser mantido durante 2011. A Mina de Candiota encerrou o ano com um faturamento à CGTEE de 1.883.333,33 t.
Na Mina do Leão, o faturamento à Usina de São Jerônimo se manteve no mínimo contratual de 6.500 t/mês, durante todo o ano. Outros mercados abastecidos por esta unidade também sofreram impacto do elevado regime pluviométrico ocorrido no período, o que restringiu a demanda por carvão termoelétrico no Estado de Santa Catarina.

O quadro abaixo mostra a evolução da produção no último qüinqüênio:

PRODUÇÃO DO CARVÃO VENDÁVEL (t)

TIPO	2006	2007	2008	2009	2010	VARIAÇÃO % 2010/2009
CE 6300	3.143	1.843	0	0	0	0,00
CE 5500	4.057	17.156	0	0	0	0,00
CE 5200	0	2.421	44.704	50.053	53.277	6.44
CE 4700	116	0	0	13.155	0	(100,00)
CE 4500	0	20.319	30.168	15.433	8.002	(48,15)
CE 4200	44.380	50.648	44.406	53.136	39.092	(26,43)
CE 3300	1.996.762	1.816.958	1.636.709	1.661.920	1.699.102	2,24
CE 5200*	0	0	1.300	19.179	15.831	(17,46)
CE 4200*	0	0	0	1.615	643	(60,18)
CE 5500*	0	0	47.551	0	1.583	100,00
ROM	0	0	5.946	0	0	0
TOTAL	**2.048.458**	**1.909.345**	**1.810.784**	**1.814.491**	**1.817.530**	**0,17**

*Carvões Finos

1.3.2. Produtividade

A produtividade do exercício de 2010 foi determinada pela limitação nas encomendas efetuadas pela Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica-CGTEE, em função de problemas operacionais internos da Usina Termelétrica Presidente Médici-UPME no período, e pela queda na demanda de energia termelétrica em função do regime pluviométrico ocorrido durante o ano. O cálculo mantém os critérios adotados a partir do exercício de 2003, ou seja, considera também todos os serviços que são terceirizados em atividades meio.

DESCRIÇÃO	2006	2007	2008	2009	2010
Carvão Vendável (t/ano)	2.048.458	1.909.345	1.810.784	1.814.491	1.817.530
Total Homem/dia	88.853	88.403	87.461	83.504	83.483
PCV * (t/H/d)	23,05	21,60	20,70	21,73	21,77

* Índice de Produtividade do Carvão Vendável – PCV

1.4. Desempenho Operacional

Os dados comparativos da Companhia de maior relevância para avaliação de seu desempenho operacional, registrados nas demonstrações contábeis dos exercícios de 2006 a 2010, são os apresentados nos quadros abaixo:

DADOS COMPARATIVOS DA CRM					
DESCRIÇÃO	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**
Receita Bruta Anual	90.842.863	90.544.305	92.549.022	97.557.110	105.861.897
Receita Líquida Anual	86.901.451	86.247.346	86.711.894	91.382.960	99.741.480
Custos dos Prod. Vendidos	52.620.901	53.904.599	53.418.346	61.954.381	67.641.658
Resultado Bruto	34.280.550	32.342.747	33.293.548	29.428.579	32.099.822
Despesas Operacionais	14.322.861	15.761.669	17.591.729	12.553.010	17.218.415
Res.Oper.antes Res.Financ.	19.957.689	16.581.078	15.701.819	16.875.569	14.881.407
Resultado Financeiro	(13.823.566)	(10.719.645)	(11.160.605)	(12.608.717)	(13.168.955)
Resultado Operacional	6.134.123	5.861.433	4.541.214	4.266.852	1.712.452
Investimentos	11.733.177	8.960.917	20.086.567	13.412.074	23.969.737
Produção carvão ROM (t)	2.059.865	1.894.849	1.886.063	2.013.187	2.015.205
Pessoal Próprio	370	356	348	344	401

Valores históricos em reais

DADOS COMPARATIVOS DA CRM					
DESCRIÇÃO	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**
Receita Bruta Anual	117.309.421	108.370.891	101.534.533	108.581.066	105.861.897
Receita Líquida Anual	112.219.701	103.227.936	95.130.683	101.709.237	99.741.480
Custos dos Prod. Vendidos	67.951.705	64.517.469	58.604.691	68.955.227	67.641.658
Resultado Bruto	44.267.996	38.710.467	36.525.992	32.754.009	32.099.822
Despesas Operacionais	18.495.746	16.864.865	19.299.696	13.971.500	17.218.415
Res.Oper.antes Res.Financ.	25.772.250	19.845.602	17.226.296	18.782.509	14.881.407
Resultado Financeiro	(17.850.984)	(12.830.155)	(12.244.179)	(14.033.502)	(13.168.955)
Resultado Operacional	7.921.266	7.015.447	4.982.117	4.749.007	1.712.452
Investimentos	15.151.572	10.725.164	22.036.756	14.927.639	23.969.737
Produção carvão ROM (t)	2.059.865	1.894.849	1.886.063	2.013.187	2.015.205
Pessoal Próprio	370	356	348	344	401

Valores em reais de 31/12/2010, com base na variação do IGP-DI/FGV.

1.5. Investimentos

Ao longo do ano de 2010 os investimentos em novos equipamentos e em melhorias na infra-estrutura das Unidades Mineiras, principalmente na Mina de Candiota, totalizaram R$ 23,9 milhões. Estes recursos são oriundos da geração de caixa da CRM.

1.6. Meio Ambiente

Concluída a implantação do Sistema de Gestão Ambiental-SGA na sede da CRM; prossegue a implantação nas unidades mineiras.
No quadro a seguir, podemos acompanhar a evolução dos serviços ambientais, nos últimos anos, nas principais unidades mineiras da CRM: Obs.: valores acumulados em hectares

		2006	2007	2008	2009	2010
MALHAS IV e VII (Candiota)	Área Impactada	414	433	448	461	477
	Recomposição Topográfica	370	374	395	413	413
	Revegetação	350	364	386	398	398
MALHA II (Candiota)	Área Impactada	356	356	356	356	356
	Recomposição Topográfica	356	356	356	356	356
	Revegetação	356	356	356	356	356
MALHA I (Candiota)	Área Impactada	65	65	65	65	65
	Recomposição Topográfica	54	54	54	54	54
	Revegetação	13	13	28	41	47
BOA VISTA (Leão)	Área Impactada	41	41	41	41	41
	Recomposição Topográfica	19	20	26	26	26
	Revegetação	15	15	15	21	21
SÃO VICENTE NORTE (Leão)	Área Impactada	-	-	7	13	27
	Recomposição Topográfica	-	-	0	3	5
	Revegetação	-	-	0	1	3
TOTAIS CRM	**Área Impactada**	**876**	**895**	**917**	**936**	**966**
	Recomposição Topográfica	**799**	**804**	**831**	**852**	**854**
	Revegetação	**734**	**748**	**791**	**817**	**825**

1.7. Novos Empreendimentos

Durante 2010 foram mantidas tratativas e ações de apoio e colaboração ao desenvolvimento de novos projetos termelétricos em solo gaúcho, principalmente na jazida de Candiota. Estas tratativas terão seguimento em 2011 e deverão resultar na formalização, ainda este ano, de novos contratos de fornecimento de carvão mineral a usinas termelétricas. Além destas tratativas, é a seguinte a situação dos demais empreendimentos que a CRM participa:

1.7.1. Usina Presidente Médici / Fase C (Candiota III) - Mina de Candiota

A CGTEE - Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica é proprietária da Usina Termelétrica Presidente Médici – UPME, Fases A e B, com capacidade instalada de 446 MW, localizada no município de Candiota (RS). Esta unidade geradora é abastecida com carvão mineral que a CRM produz na Mina de Candiota. Nos últimos anos foram consumidas, em média, 2,0 milhões de toneladas/ano de carvão CE-3300. Com sua participação no leilão de compra e venda de energia nova promovido pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica em dezembro de 2005, a CGTEE viabilizou a implantação da Fase C da UPME, com capacidade de mais 350 MW de energia. Para prover todo o carvão que o complexo termelétrico passou a consumir (UPME Fases A + B + C), a partir de novembro passado a Mina de Candiota aumentou sua produção para 275.000 t/mês, o que representa um incremento em mais de 100% de sua produção.

1.7.2. Mina do Leão II

A Mina do Leão II permanece arrendada à Carbonífera Criciúma S.A., que vem efetuando o pagamento do valor de "royalties" mínimo estabelecido no contrato de arrendamento. Sua entrada em operação deverá propiciar à CRM o recebimento de "royalties" quando da venda do carvão produzido, bem como permitir a geração de renda e emprego na região. Sem abrir mão da propriedade dos títulos minerários e das instalações mineiras e, contando com garantias contratuais contra eventuais insucessos no projeto de retomada da Mina do Leão II, a CRM buscou uma solução racional para o aproveitamento dos recursos investidos em instalações e equipamentos naquela unidade mineira.

1.7.3. Mina do Irui

A CRM, durante 2010, continuou efetuando estudos e tratativas visando a implantação de uma nova unidade mineira para o abastecimento de empreendimentos de geração termelétrica na região do Município de Cachoeira do Sul.

1.8. Gestão Administrativa

Durante o ano de 2010 a CRM promoveu a realização de concurso público com a finalidade de atender as necessidades de pessoal resultantes de sua expansão vinculada a entrada em operação da Fase C da UPME e de reposições em diversas áreas da Empresa.
Com o concurso público a Diretoria visou também atender o Termo de Ajuste de Conduta firmado com o Ministério Público do Trabalho e os apontamentos de auditorias do Tribunal de Contas do Estado e da Contadoria e Auditoria Geral do Estado - CAGE que apontavam a necessidade de substituição de funcionários prestadores de serviços contratados através de empresas terceirizadas, por funcionários do quadro.
A empresa manteve sua política para desenvolvimento de seus recursos humanos, através da Programação de Treinamento e Desenvolvimento/2010 elaborada a partir de solicitações das gerências de cada unidade, sempre avalizadas pelos respectivos superintendentes. A partir destas solicitações, foram realizados 54 cursos, totalizando 2.625 horas de treinamento ministradas a 303 participantes. O número ficou aquém do planejado em função de que no planejamento foram programadas horas de treinamento para os novos admitidos no concurso público, mas neste, nem todas as vagas foram preenchidas. Além disto, como as principais contratações da área operacional, como operadores de máquinas, tiveram início ao final do ano, seu treinamento, bem como a admissão dos demais aprovados aconteceu, inevitavelmente, em 2011.
Por fim, os esforços da diretoria, juntamente com o corpo funcional, estão sempre de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Governo do Estado na busca de melhorias e no cumprimento das metas estabelecidas no Contrato de Gestão.

1.9. Perspectivas

Com a retomada da economia brasileira já verificada a partir de 2009 após a queda provocada pela crise financeira internacional e com o crescimento do PIB em 2010 em torno de 7,5% e de estimados 4,6% para 2011, segundo os dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), é esperado um aumento no consumo de energia elétrica da ordem de 5,7% para 2011 em relação a 2010. Ainda segundo a EPE, se o crescimento brasileiro mantiver uma média de 5% ao ano a partir de 2011, o consumo de energia deverá crescer em torno de 50% até 2019, ainda em relação a 2010.
Neste cenário e aproveitando as lições da crise energética vivida pelo País em 2001, que mostrou claramente a necessidade da complementação térmica em um sistema essencialmente hidrelétrico, como o nacional, de modo a regulá-lo, o planejamento energético nacional, com base nos estudos realizados pela EPE continuará expandindo a geração termelétrica, sendo que a fonte carvão, por ser disponível e nacional, portanto, sem o dispêndio de divisas e dependente de questões políticas externas, deverá ser incentivado. Isto confirma as excelentes perspectivas futuras da CRM em um horizonte não muito distante, já que é detentora dos direitos minerários das maiores e mais competitivas reservas de carvão do país.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2010

Telmo José Kirst – Diretor Presidente
Mauro Ochman – Diretor Administrativo
Eduardo Martins Medeiros – Diretor Técnico

2. Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas em 31 de dezembro de 2010 e 2009

2.1. Balanço Patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Ativo	2010	2009 Ajustado	2009 Original
Circulante	63.592	54.699	54.699
Disponibilidades	22.945	21.713	21.713
Contas a receber de clientes	11.858	8.933	8.933
Demais contas a receber (nota 2.5.2.2)	19.565	15.543	15.543
Estoques (nota 2.5.3)	8.825	8.102	8.102
Despesas do exercício seguinte	399	408	408
Não Circulante	234.601	225.510	220.699
Realizável a longo prazo	3.806	9.358	9.359
Devedores por aquisição de imóveis	18	18	19
Empréstimos e depósitos compulsórios (nota 2.5.4)	3.788	9.057	9.057
Outros valores	0	283	283
Investimentos (nota 2.5.5)	54	54	54
Custo	4.026	4.026	4.026
(-) Provisão para perda	(3.972)	(3.972)	(3.972)
Imobilizado (nota. 2.5.6)	230.741	216.098	211.286
Custo	381.634	359.174	359.174
(-) Depreciação e exaustão acumulada	(112.017)	(104.200)	(109.012)
(-) Provisão para perda	(38.876)	(38.876)	(38.876)
Total	298.193	280.209	275.398

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Balanço Patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Passivo	2010	2009 Ajustado	2009 Original
Circulante	56.939	50.345	50.345
Fornecedores	6.691	3.862	3.862
Salários e encargos sociais	1.217	1.179	1.179
Impostos e contribuições sociais	1.859	3.077	3.077
Provisão para contingências (nota 2.5.9)	447	401	401
Demais contas a pagar (nota 2.5.7)	6.535	3.348	3.348
Juros sobre o capital próprio	40.190	38.478	38.478
Não Circulante	110.299	94.452	94.452
Empréstimos e financiamentos (nota 2.5.8)	86.780	70.841	70.841
Contribuição social	535	927	927
Provisão para contingências (nota 2.5.9)	4.056	4.450	4.450
Provisão p/impostos diferidos (nota 2.5.14)	6.388	6.549	6.549
Tributos federais a recolher (nota 2.5.10)	12.540	11.685	11.685
Patrimônio líquido	130.955	135.412	130.601
Capital social (nota 2.5.11.1)	235.430	235.430	235.430
Reserva de reavaliação (nota 2.5.11.3)	12.472	12.784	12.784
Prejuízos acumulados	(116.947)	(112.802)	(117.613)
Total	298.193	280.209	275.398

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

2.2. Demonstração do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2010	2009 Ajustado	2009 Original
Receita bruta das vendas	105.862	97.557	97.557
(-) Impostos sobre vendas	(6.120)	(6.174)	(6.174)
Receita líquida de vendas	99.742	91.383	91.383
(-) Custo dos produtos vendidos	(67.642)	(57.143)	(61.954)
Lucro bruto	32.100	34.240	29.429
Despesas / Receitas operacionais	(30.388)	(25.162)	(25.162)
Comerciais	(1.090)	(1.300)	(1.300)
Gerais e administrativas	(17.910)	(16.332)	(16.332)
Outras despesas	(1.336)	(1.981)	(1.981)
Outras receitas (nota 2.5.12 c)	3.117	7.060	7.060
Resultado financeiro líquido (nota 2.5.12 a/b)	(13.169)	(12.609)	(12.609)
Lucro do exercício antes da reversão da provisão	1.712	9.078	4.267
Resultado antes da contribuição social e do imposto de renda	1.712	9.078	4.267
Contribuição social (nota 2.5.13)	0	(143)	(143)
Imposto de renda (nota 2.5.13)	0	(349)	(349)
Lucro antes da reversão dos juros sobre o capital próprio	1.712	8.586	3.775
Reversão dos juros s/capital próprio (nota 2.5.11.2)	1.712	4.124	4.124
Lucro líquido do exercício	3.424	12.710	7.899
Lucro por lote de mil ações do capital social	0,73	1,68	1,68

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

2.3 Demonstração do Fluxo de Caixa pelo Método Indireto
Exercício findo em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2010	2009 Ajustado	2009 Original
Lucro líquido do exercício	3.424	12.710	7.899
Ajustes:			
Depreciações	3.612	2.056	6.868
Amortizações	0	53	52
Custo das baixas do ativo imobilizado	902	460	460
Juros e variações monetárias ativas	(121)	(273)	(273)
Juros e variações monetárias passivas	16.641	13.548	13.548
Reversão provisão para contingências fiscais	(905)	(3.993)	(3.993)
Reversão provisão para contingências trabalhistas	122	0	0
Provisões tributárias, trabalhistas e outras	511	566	566
Provisão para impostos e contribuições sociais	462	0	0
Lucro líquido ajustado	24.648	25.127	25.127
Variações no ativo:			
Aumento contas a receber de clientes	(2.925)	(257)	(257)
Aumento de estoques	(723)	(2.046)	(2.046)
Aumento/Redução outras contas a receber	(4.012)	(2.293)	(2.293)
Aumento/Redução créditos tributários	4.033	(2.475)	(2.475)
Variações no passivo:			

789047

GOVERNO DO ESTADO RIO GRANDE DO SUL SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
CNPJ 92.724.145/0001-53

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
CARVÃO GAÚCHO GERANDO ENERGIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

2. Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (continuação)

Redução de fornecedores	2.829	(611)	(611)
Redução impostos e contribuições	(1.180)	(114)	(114)
Redução provisão para contingência trab. e cíveis	45	(837)	(837)
Redução/Aumento contribuições sociais a recolher	0	(1.004)	(1.004)
Aumento outras contas a pagar	3.187	161	161
Transf. de financiam. de longo prazo para circulante	(447)	(1.048)	(1.048)
Outras adições ao exigível a longo prazo	(254)	480	480
Caixa Líquido proveniente das ativ. operacionais	**25.201**	**15.083**	**15.083**
Fluxo de Caixa das atividades de financiamento			
Amortização de Financiamentos	0	(419)	(419)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	0	(419)	(419)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Imobilizado	(23.969)	(13.412)	(13.412)
Caixa Líquido usado nas atividades de investimento	**(23.969)**	**(13.412)**	**(13.412)**
Aumento/Redução de caixa e equivalentes de caixa	1.232	1.252	1.252
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	21.713	20.461	20.461
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	22.945	21.713	21.713

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

2.3.1. Informações Complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa

A variação no caixa e equivalentes de caixa foi a seguinte:

	2010	2009	Variação
Disponibilidades	22.945	21.713	1.232
Caixa	35	16	19
Disponibilidades em bancos	5.765	6.453	(688)
Aplicações financeiras	17.135	15.244	1.891
Numerário em transito	10	0	10

2.4. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2010
Em milhares de reais

Saldos	Capital Social Subscrito	Reserva de Reavaliação	Prejuízos Acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2008	**235.430**	**14.106**	**(123.391)**	**126.145**
Realização da reserva de reavaliação	-	(2.003)	2.003	-
Realização tributos diferidos s/res.reaval	-	681	-	681
Juros sobre o capital próprio	-	-	(4.124)	(4.124)
Lucro líquido do exercício	-	-	7.899	7.899
Em 31 de dezembro de 2009-Original	**235.430**	**12.784**	**(117.613)**	**130.601**
Ajuste de Exerc.anteriores (nota 2.5.15)	-	-	(1.518)	(1.518)
Em 31 de dezembro de 2009-Ajustado	**235.430**	**12.784**	**(119.131)**	**129.083**
Realização da reserva de reavaliação	-	(472)	472	-
Realização tributos diferidos s/res.reaval.	-	160	-	160
Juros sobre o capital próprio	-	-	(1.712)	(1.712)
Lucro líquido do exercício	-	-	3.424	3.424
Em 31 de dezembro de 2010	**235.430**	**12.472**	**(116.947)**	**130.955**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

2.5. Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2010.

2.5.1. Contexto Operacional

A Companhia tem como atividade preponderante a produção, pesquisa, beneficiamento e exploração industrial e comercial de carvão mineral.
As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, contemplando as disposições da legislação societária brasileira e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).
As alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09 à Lei nº 6.404/76 estão sendo observadas integralmente e adotadas quando aplicável.
As Demonstrações Contábeis relativas a 31 de dezembro de 2009 foram reclassificadas para fins de comparabilidade nas seguintes rubricas: depreciação e exaustão acumulada no ativo imobilizado, lucros e prejuízos acumulados no passivo, custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado do exercício e lucro líquido do exercício e depreciações na demonstração do fluxo de caixa.

2.5.2. Principais Contas e Práticas Contábeis

2.5.2.1. Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência, com o reconhecimento dos rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e a longo prazo, bem como, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização.

2.5.2.2. Demais Contas a Receber: R$ 19.565 mil (R$ 15.543 mil em 2009), compondo-se basicamente de:

a) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS a Recuperar - R$ 1.818 mil (R$ 2.410 mil em 2009), correspondente a créditos do ICMS, proveniente das apurações mensais de ICMS a recolher, sempre credoras, por ser a venda de maior valor à CGTEE ocorrer com o imposto diferido;
b) Adiantamento a Fornecedores - R$ 25 mil (R$ 23 mil em 2009);
c) Créditos PIS/COFINS não Cumulativo Lei nº. 10.833/03 - R$ 2.308 mil (R$ 483 mil em 2009);
d) Aplicações Caixa Único - R$ 5.160 mil (R$ 4.023 mil em 2009);
e) IRPJ/CSLL a compensar exercício anterior - R$ 8.702 mil (R$ 4.137 mil em 2009).

2.5.3. Estoques

Os materiais em estoque são destinados ao consumo e à manutenção e conservação de equipamentos e máquinas. O custo é determinado usando-se o método da Média Ponderada, inferior aos custos de reposição ou valores de realização. O estoque de produtos, ou seja, o carvão mineral, esta avaliado pelo custo incorrido nas diversas fases de sua formação, apurado através de sistema do custo integrado com a contabilidade financeira.

	2010	2009
Carvão	4.956	4.206
Produtos Acabados	1.551	1.887
Produtos em Elaboração	3.405	2.319
Almoxarifado	3.869	3.896
Total	**8.825**	**8.102**

2.5.4. Empréstimos e Depósitos Compulsórios - R$ 3.788 mil (R$ 9.057 mil em 2009), tendo como valores mais relevantes:

a) Depósitos relativos aos processos nº. 2000.71.00.00.18583-1 - INSS, no valor de R$ 964 mil (R$ 917 mil em 2009) e nº. 98.00.324011 - 1ª. vara de execução fiscal, no valor de R$ 44 mil (R$ 41 mil em 2009);
b) Depósitos para Garantia de Juizo Trabalhista referentes a diversos processos, no valor de R$ 1.525 mil (R$ 2.519 mil em 2009);
c) Depósito nº. 2007.72.04.003267-0 – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, (auto de penhora) no valor de R$ 717 mil (R$ 564 mil em 2009).

2.5.5. Investimentos

O valor total de R$ 54 mil corresponde a: R$ 10 mil em ações da subsidiária integral Companhia Operadora de Mineração - COM, R$ 23 mil em ações e quotas noutras empresas e R$ 21 mil em participações vinculadas a incentivos fiscais, registrados pelo método do custo de aquisição.

2.5.6. Imobilizado

O Imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição. No exercício de 2010 a Administração da Companhia procedeu a revisão da vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado, identificando a adoção de novos prazos de vida útil para os respectivos ativos, conforme laudo emitido pela empresa Ferrari Avaliações Patrimoniais Ltda., datado de 15/12/10. Por se tratar de uma mudança de estimativa contábil, os efeitos dessa mudança foram registrados de forma prospectiva a partir de 1° de janeiro de 2010. Esse movimento representou um aumento, no prazo de vida útil em relação aos praticados até 2009, gerando uma redução na despesa de depreciação de R$ 4.401 mil, para o período encerrado em 31 de dezembro de 2010.

a) Provisão para Perda

Conforme demonstrado a seguir, permanece com uma "Provisão para Perda com Ajuste a Valor de Mercado", constituída no balanço de 31 de dezembro de 1997, correspondente a bens que, no contexto da Lei Estadual nº. 10.900/96 seriam transferidos para integralização de capital em subsidiária integral.

b) Demonstrativo do Imobilizado:

Itens	Saldo em 2009	Adições	Baixas	Transferências	Deprec./ Exaustão	Saldo em 2010	Taxas de depreciação anual em %
Terrenos	7.458	160	0	0	0	7.618	0
Prédios	8.473	15	(149)	4.782	0	13.121	0,03 a 6,81
Jazidas	9.894	0	0	220	0	10.114	0,19 a 2,50
Equip.de Produção	95.616	8.377	0	8.156	0	112.149	0,06 a 100,00
Equip.de Manutenção	2.285	91	(3)	10	0	2.383	0,11 a 13,31
Equip.de Beneficiamento	7.751	2	0	824	0	8.577	0,25 a 17,40
Equip.de Escritório	1.223	68	(4)	0	0	1.287	0,20 a 48,15
Outros Equipamentos	6.945	1.141	(503)	191	0	7.774	0,27 a 45,99
Instalações	14.057	10	0	3.374	0	17.441	0,10 a 6,67
Outras Imobilizações	233	0	0	248	0	481	3,71 a 100,00
Bens em Operação	**153.935**	**9.864**	**(659)**	**17.805**	**0**	**180.945**	
Deprec./Exaustão Acumul.	(109.012)	0	607	0	(3.612)	(112.017)	0
Subtotal	**44.923**	**9.864**	**(52)**	**17.805**	**(3.612)**	**68.928**	
Imobilização em Andam.	**205.239**	**14.105**	**(850)**	**(17.805)**	**0**	**200.689**	
Direitos em Formação	3.853	0	0	0	0	3.853	0
Bens em Formação	201.386	14.105	(850)	(17.805)	0	196.836	0
Subtotal	**250.162**	**23.969**	**(902)**	**0**	**(3.612)**	**269.617**	
Ajustes a Vl. de Mercado	(38.876)	0	0	0	0	(38.876)	0
Total	**211.286**	**23.969**	**(902)**	**0**	**(3.612)**	**230.741**	

O valor do imobilizado em formação refere-se, na sua maior parte, ao projeto em implantação da Mina do Leão II, que atualmente encontra-se arrendada pela CRM à Carbonífera Criciúma S/A.
A Lei n.º 11.638/07 eliminou a opção de realizar a reavaliação espontânea de bens. A Companhia optou em manter o saldo da reserva de reavaliação até a sua efetiva realização. Assim o valor do ativo imobilizado reavaliado existente no inicio do exercício social passa a ser considerado como novo valor de custo para fins de mensuração e determinação do valor recuperável.
Os impostos incidentes sobre a referida reserva foram destacados em conta do Não Circulante. A reserva de reavaliação, no patrimônio líquido, continuará sendo realizada para a conta de prejuízos acumulados, na mesma base que vinha sendo efetuada antes da promulgação da Lei 11.638/07.
De acordo com a Lei n.º 6.404/76 e Pronunciamento Técnico CPC 01, a Companhia realizou análise da capacidade de recuperação (teste de impairment) dos bens registrados no imobilizado através da comparação dos valores contábeis aos valores de uso, utilizando para tanto o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados gerados por esses bens. O estudo demonstrou que o valor do ativo imobilizado é recuperável, não havendo perda a ser registrada.

2.5.7. Demais Contas a Pagar: R$ 6.535 mil (R$ 3.348 mil em 2009), compondo-se basicamente de:

a) Aluguéis e contas a pagar - R$ 86 mil (R$ 92 mil em 2009);
b) Provisões para encargos sociais - R$ 3.182 mil (R$ 2.640 mil em 2009);
c) Retenções de empregados a recolher - R$ 503 mil (R$ 437 mil em 2009);
d) Adiantamento de clientes - R$ 2.726 mil (R$ 53 mil em 2009).

2.5.8. Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos, na sua totalidade em moeda nacional, são atualizados monetariamente com base na variação da UFIR e TR, se captados no mercado interno, ou pela variação de moedas estrangeiras, se originários de captação externa.

	Taxa média anual de juros e comissões	2010	2009
Moeda estrangeira			
US$ 142 mil - 2009	Libor 3 meses	241	249
US$ 145 mil - 2010	+ 0,8125 % a.a.		
Moeda nacional	ufir + jr 0,3226 Tr-Selic + jr 1%	86.539	70.592
Total		86.780	70.841
Exigível a longo prazo (50 parcelas)		86.780	70.841
Total		**86.780**	**70.841**

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2009	2008
2011	-	17.001
2012	20.829	17.001
2013	20.829	17.001
2014	20.829	17.001
2015	20.829	2.837
2016	3.464	-
Total	**86.780**	**70.841**

2.5.9. Provisão para Contingências

A Companhia responde a diversas ações trabalhistas, cíveis e fiscais, cuja defesa está sendo promovida por sua assessoria jurídica, e mantém o registro da provisão para contingências para cobrir eventuais perdas que possam advir de decisões desfavoráveis nessas ações. Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

	Depósitos Judiciais		Provisões	
Ações	**2010**	**2009**	**2010**	**2009**
Circulante				
Trabalhistas	0	0	447	401
Exigível a longo prazo				
Trabalhistas	537	569	635	462
Fiscais	1.009	959	2.506	2.251
Cíveis	0	0	915	1.737
	1.546	1.528	4.056	4.450
Total	**1.546**	**1.528**	**4.503**	**4.851**

De acordo com a expectativa de êxito, no entendimento da consultoria jurídica Sbaraini Direito Empresarial, a Companhia não está constituindo provisão para pagamento de diferenças devidas de PIS e COFINS, no montante aproximado de R$ 36.365 mil, conforme processos nº. 11080-014.351/2008-37 e 11080-721.627/2010-51, junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB.

2.5.10. Tributos Federais a Recolher: R$12.540 mil (R$ 11.685 mil em 2009)

Deste total, R$ 12.347 mil (R$ 11.685 mil em 2009) refere-se a parcelamento obtido junto a Procuradoria da Fazenda Nacional-PGFN, nos termos da lei n.º 11.941/09 relativo a IRPJ inscrito em dívida ativa.

2.5.11. Patrimônio Líquido

2.5.11.1. Capital Social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2010 é de R$ 235.430 mil (R$ 235.430 mil em 2009), representado por 4.693.999.235 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.
O capital autorizado é de R$ 268.593 mil (R$ 268.593 mil em 2009).

2.5.11.2. Remuneração do Capital Próprio

A Companhia efetuou no exercício o cálculo de juros sobre o capital próprio, dentro dos limites estabelecidos pela Lei nº. 9.249/95, no valor de R$ 1.712 mil. O montante de juros sobre o capital próprio foi creditado aos acionistas e contabilizado como despesa financeira para fins fiscais, gerando uma economia fiscal de R$ 582 mil. Para fins de divulgação e adequação aos princípios contábeis, foi realizada a reversão do juro sobre o capital próprio na Demonstração de Resultado, e apresentado como distribuição de juros nas Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.

2.5.11.3. Reserva de Reavaliação

A Lei n.º 11.638/07 eliminou a possibilidade de reavaliação espontânea de ativos, mas faculta que o saldo da reserva de reavaliação existente em 01/01/08 pode ser mantido até a sua efetiva realização. A Companhia optou por manter o saldo da referida reserva no montante de R$ 12.472 mil (R$ 12.784 mil em 2009) líquidos da Contribuição Social e Imposto de Renda.
A realização da reserva de reavaliação efetuada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados é transferida para prejuízos acumulados, no montante de R$ 472 mil (R$ 2.003 mil em 2009).

2.5.12. Demonstração do Resultado

a) Despesas Financeiras - R$ 15.097 mil (R$ 14.585 mil em 2009), tendo como valores mais significativos, R$ 1.712 mil (R$ 4.124 mil em 2009), correspondente a juros sobre capital próprio, de acordo com a Lei n.º 9.249/95 e R$ 11.878 mil (R$ 9.702 mil em 2009), correspondente a juros e variações monetárias sobre financiamentos do permanente em moeda estrangeira;
b) Receitas Financeiras - R$ 1.928 mil (R$ 1.976 mil em 2009), tendo como valor mais relevante, R$ 1.860 mil (R$ 1.876 mil em 2009), relativo a rendimento de aplicações caixa único e atualizações monetárias;
c) Outras Receitas - R$ 3.117 mil (R$ 7.060 mil em 2009), tendo como valores mais relevantes a reversão de provisão para indenizações - R$ 1.112 mil (R$ 4.829 mil em 2009) e multa contratual - R$ 1.921 mil (R$ 2.068 mil em 2009).

2.5.13. Contribuição Social e o Imposto de Renda

A Contribuição Social e o Imposto de Renda sobre o Lucro Líquido são calculados conforme as normas estabelecidas para as empresas que tem como base de apuração o Lucro Real. A Companhia apura os mesmos com base em balancetes de redução e/ou suspensão, conforme a Lei n.º 8.981/95.

	2010	2009
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	0	143
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	0	349

2.5.14. Provisão para Impostos Diferidos

Abaixo o Demonstrativo da Base de Cálculo da Provisão para Tributos Diferidos de Contribuição Social e o Imposto de Renda:

	Alíquota	2010	2009
Reserva de reavaliação		18.861	19.333
Contribuição social	9%	1.697	1.740
Imposto de renda	15%	2.829	2.900
Adicional imposto de renda	10%	1.862	1.909
Provisão impostos diferidos		**6.388**	**6.549**

2.5.15. Ajustes para fins de comparabilidade

O valor de R$ 1.518 mil corresponde aos processos trabalhistas, liquidados no exercício de 2009 e não reconhecido no respectivo exercício, contabilizados retrospectivamente em dezembro de 2009, para fins de comparabilidade estão sendo agora computados como ajustes das demonstrações contábeis do exercício encerrado em 31/12/2009.

2.5.16. Cobertura de Seguros

A Companhia efetua a contratação de seguro para os seus veículos utilizados para deslocamentos em estradas intermunicipais, e de bens imóveis de acordo com o nível de risco existente.

2.5.17. Plano de Previdência - Contribuição Definida

A Companhia é patrocinadora de um Plano de Previdência Complementar, o CRMPrev, operado pela Fundação CEEE de Seguridade Social. O mesmo é um plano de contribuição definida que prevê a participação paritária entre os funcionários e a Empresa.
O gasto total neste plano de contribuição definitiva foi de:

	2010	2009
Plano de previdência complementar	895	776

Telmo José Kirst
Diretor Presidente
CPF n.º 069.258.550-87

Mauro Ochman
Diretor Administrativo
CPF n.º 377.964.020-15

Eduardo Martins Medeiros
Diretor Técnico
CPF n.º 345.068.969-04

Sergio Luiz dos Santos
Contador CRC/RS 44.941
CPF n.º 294.950.160-53

789048

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
CNPJ 92.724.145/0001-53

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
CARVÃO GAÚCHO GERANDO ENERGIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

3. Parecer dos Auditores Independentes

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Eldorado do Sul, 04 de março de 2011

Ilmos. Srs.
DIRETORES E ACIONISTAS da
COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM
Porto Alegre – RS

Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM , que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia Riograndense de Mineração - CRM é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.
Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Em 1996, a companhia efetuou reavaliação de alguns itens do ativo imobilizado, tendo na ocasião uma perda de R$ 38.965 mil reconhecida em contrapartida de reserva de reavaliação anteriormente constituída. O laudo do avaliador independente não contém detalhes suficientes para identificar as contas e subcontas afetadas por esta reavaliação, por isto, não tendo sido possível concluir sobre a adequação da referida perda registrada e correspondente saldo da conta de reserva de reavaliação.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto quanto a efeitos que possam advir do assunto descrito no parágrafo **Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis**, as demonstrações contábeis, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Riograndense de Mineração - CRM , em 31 de dezembro de 2010, o resultado de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Nélson Câmara da Silva
Contador CRC/RS/23584/T/SP/S/RS
HLB AUDILINK & CIA. AUDITORES
CRC/RS-003688/T/SP/F/RS

4. Parecer do Conselho Fiscal

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Companhia Riograndense de Mineração - CRM, no exercício das atribuições que nos confere o artigo 163, incisos I, II e VII da Lei nº 6.404/76, examinamos os documentos a que se referem os incisos I e II do artigo 133 da referida Lei, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Com base nas análises realizadas, bem como no acompanhamento efetuado ao longo de 2010 e considerando o Relatório dos Auditores Independentes datado de 04 de março de 2011, somos de opinião que as referidas peças estão em condições de serem apreciadas pela Assembléia Geral Ordinária de Acionistas.

Porto Alegre, 14 de março de 2011

Adalberto Caino Silveira Netto — Lindemar Franzon
Hélio Levi da Silva — José Heitor de Souza Gularte
Raquel Longaray Souza Santos

5. Manifestação do Conselho de Administração

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Companhia Riograndense de Mineração – CRM, no uso das atribuições legais e estatutárias, tendo examinado, em reunião nesta data, o Relatório da Diretoria e as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31-12-2010, ante os esclarecimentos prestados pelo Contador da Companhia e considerando o parecer dos auditores independentes, HLB Audilink Auditores & Consultores e do Conselho Fiscal, todos se manifestando favoravelmente às Demonstrações Financeiras da CRM, entende que sejam as mesmas apreciadas e aprovadas pela Assembléia Geral Ordinária de Acionistas, com reserva, tendo em vista que a nova Administração foi eleita no presente exercício ao passo que as Demonstrações referem-se ao exercício findo. O Balanço, portanto, atende as formalidades legais e seu conteúdo se refere a atos praticados pela anterior gestão.

Porto Alegre, 14 de março de 2011

Claudemir Bragagnolo — Marcelo Tuerlinckx Danéris
Presidente do Conselho
Elifas Mariom Kerller Simas — Vinicius Gomes Wu
Baltazar Balbo Garagorri Teixeira — Flavio Koutzii

789049

ANÚNCIO INSTITUCIONAL

Torquato Pontes S/A - Comércio e Indústria
CNPJ 94.845.872/0001-02 – NIRE 43 3 0000214 4

Relatório da Diretoria

SENHORES ACIONISTAS: Em cumprimento as determinações legais e estatutárias, temos a satisfação de vos apresentar o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras correspondentes ao exercício de 2010. Julgamos desnecessário maiores esclarecimentos a respeito dos documentos apresentados, mas colocamo-nos a vossa disposição para quaisquer detalhes desejados.
Rio Grande (RS), 08 de fevereiro de 2011 — A DIRETORIA

Balanço Patrimonial Encerrado em 31/12/2010 – R$

A T I V O	31/12/2010	31/12/2009
CIRCULANTE	**231.554,37**	**202.999,44**
Disponível	**214.900,79**	**196.404,81**
Caixa e Bancos	1.710,79	847,51
Títulos Liquidez Imediata	213.190,00	195.557,30
Outros Vlrs. a Receber	**13.800,00**	**2.301,37**
Devedores Diversos	13.800,00	2.301,37
Outros Créditos	**2.853,58**	**4.293,26**
Impostos a Recuperar	2.853,58	4.293,26
NÃO CIRCULANTE	**927.138,90**	**846.152,86**
Investimentos	**911.442,26**	**830.456,22**
Partic. em Sociedades	911.442,26	830.456,22
Imobilizado	**15.696,64**	**15.696,64**
Imóveis	130.499,80	130.499,80
Laboratório	1.771,71	1.771,71
Maquinários	44.022,72	44.022,72
Móveis e Utensílios	10.333,13	10.333,13
(-) Depreciações	(170.930,72)	(170.930,72)
TOTAL DO ATIVO	**1.158.693,27**	**1.049.152,30**

P A S S I V O	31/12/2010	31/12/2009
CIRCULANTE	**2.934,80**	**3.957,07**
Credores Diversos	914,90	3.777,07
INSS a Recolher	180,00	180,00
Impostos a Recolher	1.839,90	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**1.155.758,47**	**1.045.195,23**
Capital Social	938.000,00	938.000,00
Reserva Especial de Capital	5.329,48	5.329,48
Reserva Legal	34.666,57	29.138,41
Reserva de Lucros	177.762,42	-
Lucros (Prej.) Acumul.	-	72.727,34
TOTAL DO PASSIVO	**1.158.693,27**	**1.049.152,30**

Demonstrativo dos Lucros (Prejuízos) Acumulados – R$

	2010	2009
Saldo no Inicio do Exercício	72.727,34	23.488,53
Ajuste Exercícios Anteriores	-	-
Ajuste de Investimentos	-	(1.355,44)
Resultado Liq. do Exercício	110.563,24	53.257,11
Reserva Legal	(5.528,16)	(2.662,86)
Reserva de Lucros	(177.762,42)	-
Saldo Final do Exercício	**-**	**72.727,34**

Demonstração Fluxo de Caixa - Exercício 2010

Atividades Operacionais	
Lucro Líquido	110.563,24
Lucro Líquido Ajustado	**110.563,24**
Aumento de Créditos a Receber	(11.498,63)
Redução de Impostos Recuperáveis	1.439,68
Caixa Líquido Consumido nas Atividades Operacionais	**100.504,29**
Atividades de Investimentos	
Aumento de Investimentos	(80.986,04)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimentos	**(80.986,04)**
Atividades de Financiamentos	
Redução de Obrigações a Pagar	(1.022,27)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento	**(1.022,27)**
Variação das Disp. no Exercício	**18.495,98**
Saldo Final das Disponibilidades	**214.900,79**
Saldo Inicial das Disponibilidades	**196.404,81**
Variação das Disponib. no Exercício	**18.495,98**

Demonstrativo de Apuração do Resultado do Exercício – R$

	31/12/2010	31/12/2009
(-) DESP. OPERACIONAIS		
Despesas Gerais Administrativas	(40.536,49)	(40.870,27)
OUTRAS REC. OPERAC.		
Receitas/Desp. Financeiras	17.978,16	16.799,10
LUCRO OPERACIONAL	**(22.558,33)**	**(24.071,17)**
Reajuste de Investimento	80.986,04	45.978,19
Receitas n/Operacionais	61.475,70	34.039,97
Despesas n/Operacionais	-	-
RESULTADO ANTES IR/ CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**119.903,41**	**55.946,99**
Provisões p/IR e C. Social	(9.340,17)	(2.689,88)
RESULT. DO EXERCÍCIO	**110.563,24**	**53.257,11**
LUCRO/PREJ. P/AÇÃO	0,017	0,008

Notas Explicativas as Demonstrações Contábeis Levantadas em 31.12.2010

1 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: As demonstrações contábeis estão de acordo com as normas estabelecidas pela Lei 6.404/76, adotadas as alterações relativas à elaboração e apresentação das demonstrações financeiras previstas na Lei nº 11.638/07 e Lei 11.941/09.
2 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: As principais práticas contábeis adotadas pela empresa na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes: **CAPITAL:** O capital social é de R$ 938.000,00 constituído de 6.700.000 ações ordinárias no valor de R$ 0,14 cada uma. **IMOBILIZADO:** As imobilizações estão computadas pelo custo de aquisição acrescido de correção monetária, até 31.12.95 conforme Lei nº 9.249/95. **INVESTIMENTOS:** Os investimentos foram registrados ao custo de aquisição. O Investimento relevante está ainda ajustado pelo método de Equivalência Patrimonial. **INVESTIMENTO RELEVANTE:** Empresa: TORQUATO PONTES PESCADOS S/A, Capital: R$ 3.828.755,73, Patrimônio Líquido: R$ 3.709.293,81, Lucro R$ 330.151,00, Composição 8.959.794 Ações Ordinárias e 283.853 Ações Preferenciais. Investimento Corrigido e avaliado em R$ 909.889,78.

Rio Grande (RS), 08 de fevereiro de 2011
TORQUATO RIBEIRO PONTES NETTO
Presidente - CPF: 118.147.800-68
ALCIDINA SALIES FARINHA PONTES
Diretora - CPF: 000.707.120-50
ODRACIR TEIXEIRA DE MORAES
CRC-RS 47.066 - CPF: 497.988.200-53

789036

HOTEL CONTINENTAL S.A.
CNPJ: 94.749.207/0001-07
NIRE 43 3 0003242 6

RELATÓRIO DA DIRETORIA - Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010. Porto Alegre, 17 de Fevereiro de 2011. A Diretoria

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 - (Em R$)

A T I V O	2010	2009
Circulante		
Disponibilidades	399.395,37	48.468,32
Clientes	405.441,31	427.699,55
Adiant. a terceiros	28.413,87	28.413,87
Outras ctas. a receber	89.688,70	19.900,11
Ativo Circulante	**922.939,25**	**524.481,85**
Não Circulante		
Depósitos Judiciais	134.698,84	126.688,84
Partes Relacionadas	951.423,65	824.656,22
Investimentos	1.095,00	1.095,00
Terrenos	516.670,18	516.670,18
Edificações	5.704.226,18	5.704.226,18
Máq./equip. e móveis	520.724,18	463.198,11
(-) Deprec. acumul.	-2.313.992,34	-2.036.452,83
Ativo n/Circulante	**5.514.845,69**	**5.600.081,70**
A T I V O	**6.437.784,94**	**6.124.563,55**

P A S S I V O	2010	2009
Circulante		
Emprés.e Financ.	147.437,61	232.176,21
Fornecedores	173.599,66	13.982,15
Imp. e Contrib. a pagar	86.435,28	353.741,25
Salários a pagar	31.289,89	29.601,83
Pró-labore a pagar	16.782,52	16.762,48
Outras obrigações	39.529,48	28.472,04
Passivo Circulante	**495.074,44**	**674.735,96**
Não Circulante		
Empréstimos e Financ.	462.176,14	422.813,20
Imp. Contrib. a pagar	3.529.142,41	3.083.134,21
Passivo n/Circulante	**3.991.318,55**	**3.505.947,41**
Patrimônio Líquido		
Capital Social	1.943.880,18	8.252.312,55
Reserva Legal	375,59	-
Lucros/Prej. acumul.	7.136,18	-6.308.432,37
Patrimônio Líquido	**1.951.391,95**	**1.943.880,18**
P A S S I V O	**6.437.784,94**	**6.124.563,55**

Demonstrativo do Resultado do Exercício

	2010	2009
Rec. bruta das vendas	4.136.912,87	3.577.152,02
(-) Impostos s/Vendas	-459.165,95	-355.350,07
Rec. Líq. de Vendas	**3.677.746,92**	**3.221.801,95**
(-) Custos Prod. Vend.	-1.711.034,29	-1.526.448,29
Lucro Bruto do Exerc.	**1.966.712,63**	**1.695.353,66**
(-) Desp. Administrativas	-1.525.066,59	-1.328.918,89
(-) Desp. Tributárias	-13.406,44	-
(-) Desp.Finan. correntes	-376.425,76	-143.466,98
+ Rec. Financ. correntes	24.141,72	24.969,51
(-) Prejuízos eventuais	-55.750,55	-
Result. Operacional.	**20.205,01**	**247.937,30**
Resultado antes do IR	**20.205,01**	**247.937,30**
(-) Prov. p/Contrib.Social	-4.080,52	-
(-) Prov. p/Imp. de Renda	-8.613,32	-
Result. Líq. Exercício	**7.511,17**	**247.937,30**

Demonstração dos Lucros/Prejuízos Acumulados

	2010	2009
Saldo Inicial Exerc.	(6.308.432,37)	(8.350.504,93)
Ajustes Exerc. Anter.	-	110.842,50
Result. do Exercício	7.511,77	247.937,30
Transf. de Reservas	-	1.683.292,76
Redução de Capital	6.308.432,37	-
Saldo Final Exerc.	7.511,77	(6.308.432,37)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras do Exercício Encerrado em 31/12/2010

Nota 1 - Contexto Operacional: A Empresa tem por objetivo a exploração de serviços de hotelaria bem como a participação no capital de outras empresas. **Nota 2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com a Lei 6404/76 e suas alterações, que regulamenta as sociedades por ações, e com as práticas contábeis usuais. **Nota 3 - Principais Praticas Contábeis:** A) As depreciações foram calculadas pelo método linear sobre o custo histórico corrigido dos bens, mediante a aplicação das taxas normais, que levam em conta os seus tempos de vida útil. B) Os empréstimos no passivo circulante e não circulante estão atualizados até a data de balanço obedecendo as respectivas taxas de contratação. C) O resultado é apurado com observância do regime contábil de competência. D) Os Empréstimos e Financiamentos no Passivo Não Circulante, têm seu vencimento final em 31/12/2011 com taxa de juros de 5,5% ao ano e TJLP. E) Os impostos e contribuições à pagar, no passivo não circulante, referem-se a parcelamentos com vencimentos até 2016 para ISSQN e 2025 para PIS, COFINS e INSS, sujeitos a encargos financeiros na forma da lei. **Nota 4 - Capital Social:** O capital social é constituído por 22.143.772 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de acordo com a assembléia geral ordinária e extraordinária em 30 de Abril de 2010. Nesta assembléia foi reduzido o valor do Capital Social de R$ 8.252.312,55 para R$ 1.943.880,18, mediante a compensação de prejuízos acumulados.

Luiz Adroaldo Costa Chaves Barcellos - Diretor - CPF 101.330.700-34
Maria Elisabeth Grazziotin Chaves Barcellos - Diretora - CPF 359.565.770-53
Antônio Luiz Dalla Valle - Téc. em Contabilidade - CRCRS 10.152 - CPF 009.564.650-72

789931

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES SINOSSERRA
CNPJ 89.625.032/0001-96 - NIRE 43300026949

AVISO

Comunicamos aos Senhores Acionistas que se encontram à disposição, em nossa sede social sita na rua Getúlio Vargas, nº 100, em Novo Hamburgo/RS, os documentos a que se refere o art.133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2010.
Novo Hamburgo, 25 de março de 2011.
Rafael da Silva Reis, Hugo Pinto Ribeiro, Luiz Alberto Jacobus, Suzana Maria Jacobus – Diretores.

788950

IRANI PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ Nº 86.861.515/0001-00 NIRE Nº 43300033392
AVISO AOS ACIONISTAS

AVISO - Comunicamos aos Senhores Acionistas que se encontram à disposição, na sede social, na Rua General João Manoel, 157-16º andar, em Porto Alegre, RS, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.
Porto Alegre, 21 de março de 2011.
A Diretoria

789069

EXCELSIOR S/A HOTEIS DE TURISMO
CNPJ N. 92.995.398/0001-61 NIRE 43.300.016.617
A V I S O

Comunicamos aos Senhores Acionistas, que se encontram à disposição, na sede social, no Largo Vespasiano Júlio Veppo, 55, nesta Capital, os documentos que se refere o artigo 133 da Lei 6.404 de 15.12.76, relativos ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2010.
Porto Alegre, 15 de março de 2011.
RENATO BARTH RITTER
Presidente do Conselho de Administração

788023

788970

SANTA FÉ HOTÉIS E TURISMO S.A.
CNPJ Nº 87.090.437/0001- 41 – NIRE 43.300.010.546
AVISO

Comunicamos aos senhores acionistas que se encontram à sua disposição, na sede social da Companhia, na Rua dos Andradas nº 1001 4º andar, em Porto Alegre - RS, os documentos de que trata o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.
Porto Alegre - RS, 25 de março de 2011. **A Diretoria**

Cia. Operadora de
Mineração
COM

COM - COMPANHIA OPERADORA DE MINERAÇÃO

INDICE

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA E CONSELHO FISCAL 2

1. RELATÓRIO DA DIRETORIA – 2010 3

2. BALANÇO PATRIMONIAL 4

3. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO 5

4. DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS 6

5. NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS. 7

5.1 – CONTEXTO OPERACIONAL 7
5.2 – PRÁTICAS CONTÁBEIS 7

PARECER DO CONSELHO FISCAL 8

Composição da Diretoria e Conselho Fiscal

Diretoria

Telmo José Kirst	Diretor Presidente
Mauro Ochman	Diretor Administrativo
Eduardo Martins Medeiros	Diretor Técnico

Conselho Fiscal

- **Membros Titulares**

Lindemar Franzon
José Heitor de Souza Gularte
Raquel Longaray Souza Santos

- **Membros Suplentes**

Adalberto Caino Silveira Netto
Hélio Levi da Silva

1. RELATÓRIO DA DIRETORIA – 2010

A Diretoria da COMPANHIA OPERADORA DE MINERAÇÃO - COM, apresenta, a seguir, as Demonstrações Financeiras da Empresa, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, constando valores somente no Balanço Patrimonial – Ativo e Passivo -, face a sua constituição ocorrida em 27 de abril de 1998, sem nenhuma atividade operacional até esta data, bem como destaca o que segue:

1 - A Companhia Operadora de Mineração é uma Empresa Subsidiária Integral da Companhia Riograndense de Mineração, com a sua criação aprovada pela Assembléia Geral Extraordinária desta última, realizada no dia 17 de dezembro de 1997, nos termos da Lei Estadual n.º 10.900/96. A constituição da Subsidiária ocorreu em 27 de abril de 1998, com capital social inicial de R$ 10.000,00 (dez mil reais), dividido em dez mil (10.000) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de R$ 1,00 (um real) cada uma, conforme escritura pública n.º 124 – geral 260, do 8º Tabelionato Albuquerque de Porto Alegre, com registro na mesma data, na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, e inscrita no CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob n.º 02.720.677/0001-20.

2 - Tem como objeto social promover a pesquisa, beneficiamento, exploração industrial e comercial de carvão mineral e de outras substâncias minerais em geral, cabendo-lhe ainda desenvolver projetos e atividades relacionadas ou que interessem ao objeto social e a elaborar, implantar e operar projetos que visem à recuperação, prevenção e minimização dos impactos ambientais causados por suas atividades, bem como atividades pretéritas da CRM que mereçam reparos ambientais.

Telmo José Kirst	Mauro Ochman	Eduardo Martins Medeiros
Diretor Presidente	Diretor Administrativo	Diretor Técnico
CPF 069.258.550-87	CPF 377.964.020-15	CPF 345.068.969-04

2. BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
Em reais

Ativo	**2010**	**2009**
Circulante	35.376	33.692
Disponibilidade	33.221	31.537
Créditos Tributários	2.155	2.155
Não Circulante		
Diferido	(9.540)	(7.856)
Total	**25.836**	**25.836**
Passivo		
Circulante	15.836	15.836
Outros Débitos	15.836	15.836
Patrimônio Líquido	10.000	10.000
Capital Social	10.000	10.000
Total	**25.836**	**25.836**

3. Demonstração do Resultado em 31 de Dezembro
Em reais

	2010	2009
Receita bruta das vendas	**0**	**0**
Impostos sobre vendas	0	0
Receita líquida de vendas	0	0
Custo dos produtos vendidos	0	0
Lucro (prejuízo) bruto	**0**	**0**
(Despesas) e receitas operacionais	**0**	**0**
Gerais e administrativas	0	0
Tributárias	0	0
Outras receitas operacionais	0	0
Resultado financeiro líquido		
Resultado antes da contribuição social e imposto de renda	**0**	**0**
Contribuição social		
Imposto de renda		
Resultado líquido do exercício	**0**	**0**

4. Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados em 31 de Dezembro
Em reais

	2010	2009
Saldo Inicial	0	0
Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0
Parcela de Lucros Incorporados ao Capital	0	0
Reversão de Reservas	0	0
Lucro (Prejuízos) Líquido do Exercício	0	0
Proposta da Administração de Destinação do Lucro	0	0
Saldo Final de Lucros (Prejuízos) Acumulados	0	0

5. NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010.

5.1 – Contexto Operacional

A Companhia tem como objeto social promover a pesquisa, beneficiamento, exploração industrial e comercial de carvão mineral e de outras substâncias minerais em geral, cabendo-lhe ainda desenvolver projetos e atividades relacionadas ou que interessem ao objeto social, e a elaborar, implantar e operar projetos que visem à recuperação, prevenção e minimização dos impactos ambientais causados por suas atividades bem como atividades pretéritas da CRM que mereçam reparos ambientais.

5.2 – Práticas Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que contemplam as disposições da legislação societária do país e Pronunciamentos e Orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC homologados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Os registros de sua constituição e despesas de manutenção administrativa estão contabilizados no ativo diferido, face não ter a mesma entrado no ciclo operacional, até esta data. Também pelo mesmo motivo constam em conta retificadora do ativo diferido, os rendimentos das aplicações financeiras; e o respectivo imposto de renda na fonte, no ativo circulante - créditos tributários.

Telmo José Kirst
Diretor Presidente
CPF 069.258.550-87

Mauro Ochman
Diretor Administrativo e Financeiro
CPF 377.964.020-15

Eduardo Martins Medeiros
Diretor Técnico
CPF 345.068.969-04

Sergio Luiz dos Santos
Contador CRC/RS 44.941
CPF 294.950.160-53

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Companhia Operadora de Mineração – COM, no exercício das atribuições que nos confere o artigo 163, incisos I, II e VII, da Lei n.º 6.404/76, examinamos os documentos a que se referem os incisos I, II, do artigo 133 da referida Lei, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, considerando a sua constituição em 27 de abril de 1998, e sem ter iniciado o ciclo operacional até esta data. Com base nesses exames e informações prestadas pela empresa, somos de opinião favorável às referidas peças, por atenderem às disposições estatutárias e legais, merecendo assim a sua aprovação pela Assembléia Geral de Acionistas.

Porto Alegre, 14 de março de 2011

Adalberto Caino Silveira Netto

José Heitor de Souza Goularte

Hélio Levi da Silva

Companhia Rio-grandense
de Artes Gráficas -
CORAG

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

I - BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	31/12/2010	31/12/2009
CIRCULANTE	**34.700.279,79**	**45.925.888,04**
Disponibilidades	9.801.436,58	20.322.531,21
Caixa	5.257,42	13.126,26
Bancos Conta Movimento	820.211,77	823.437,56
Aplicações no SIAC	8.975.967,39	19.485.967,39
Créditos	21.996.238,18	22.991.426,61
Faturas a Receber	18.453.256,45	16.238.184,75
Cheques a Receber	18.464,81	18.464,81
Adiantamentos a Funcionários	137.486,55	173.948,41
Receitas Financeiras a Auferir	258,70	5.352.654,68
Impostos a Recuperar	3.072.706,93	581.449,84
Outros Créditos	314.064,74	626.724,12
Estoques	2.892.042,63	2.602.676,93
Matéria-Prima	2.192.482,69	2.074.007,10
Materiais Diversos	188.234,59	181.081,15
Produtos Prontos	511.325,35	347.588,68
Despesas de Exercícios Seguintes	10.562,40	9.253,29
Prêmios de Seguros a Vencer	3.741,66	7.880,57
Assinaturas e Anuidades a Vencer	6.820,74	1.372,72
NÃO CIRCULANTE	**32.744.706,47**	**11.110.491,46**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	6.757.163,37	310.843,70
Empréstimos Compulsórios	30.450,76	42.867,38
Depósitos Judiciais	171.423,53	221.288,81
Outros Créditos	46.687,51	46.687,51
Juros a Receber do SIAC	6.508.601,57	0,00
INVESTIMENTOS	110.043,24	110.043,24
Participações em Outras Empresas	110.043,24	110.043,24
IMOBILIZADO	25.877.499,86	10.689.604,52
Custo Corrigido	33.865.292,42	18.703.380,56
(-) Depreciações Acumuladas	7.987.792,56	8.013.776,04
TOTAL DO ATIVO	**R$ 67.444.986,26**	**R$ 57.036.379,50**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

I - BALANÇO PATRIMONIAL

PASSIVO	31/12/2010	31/12/2009
CIRCULANTE	**8.306.524,35**	**8.878.981,99**
Fornecedores	423.164,61	840.373,48
Outras Obrigações	2.044.842,35	1.938.334,08
Impostos a Recolher	1.714.353,10	1.323.164,52
Obrigações Sociais a Recolher	296.672,25	278.738,45
Provisões de Férias e Encargos	878.154,05	829.708,82
Receitas Diferidas	0,00	162.354,20
Dividendos, lucros e/ou Juros Remuneratórios a Pagar	2.878.458,48	2.967.604,80
Provisão Para Contingências Trabalhistas	60.350,42	538.703,64
Salários a Pagar	10.529,09	0,00
NÃO CIRCULANTE	**783.896,84**	**183.089,31**
Provisão Para Contingências Trabalhistas	672.029,41	183.089,31
Receitas Diferidas	111.867,43	0,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**58.354.565,07**	**47.974.308,20**
Capital Social	7.953.859,23	7.953.859,23
Capital Social Autorizado	7.953.859,23	7.953.859,23
Reservas de Capital	168.975,23	168.975,23
Reserva de Incentivos Fiscais	168.975,23	168.975,23
Reserva de Lucros	50.231.730,61	39.851.473,74
Reserval Legal	1.590.771,85	1.590.771,85
Reserva de Lucros a Realizar	48.640.958,76	38.260.701,89
TOTAL DO PASSIVO	**R$ 67.444.986,26**	**RS 57.036.379,50**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

II - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

	31/12/2010	31/12/2009
RECEITA BRUTA	**51.065.515,75**	**39.586.302,36**
Vendas de Produtos	469.641,21	428.358,78
Serviços Prestados	50.595.874,54	39.157.943,58
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	**8.714.636,32**	**3.412.814,67**
Vendas Canceladas	6.823.024,18	1.883.445,86
Impostos Sobre Vendas e Serviços	1.846.657,69	1.528.938,96
Descontos Concedidos	44.954,45	429,85
RECEITA LÍQUIDA	**42.350.879,43**	**36.173.487,69**
Custos dos Serviços Prestados e dos Produtos Vendidos	9.075.429,31	9.505.837,30
LUCRO BRUTO	**33.275.450,12**	**26.667.650,39**
Despesas Operacionais	15.799.195,55	13.670.562,83
Despesas com Vendas	1.188.796,00	2.723.732,21
Despesas Administrativas	15.750.866,90	12.292.615,72
Despesas Financeiras	72.098,78	188.321,61
Receitas Financeiras	1.212.566,13	1.534.106,71
LUCRO OPERACIONAL	**17.476.254,57**	**12.997.087,56**
Outras Despesas	15.607,94	12.709,28
Outras Receitas	115.196,78	88.771,66
LUCRO ANTES DA PROVISÃO DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E IMPOSTO DE RENDA	**17.575.843,41**	**13.073.149,94**
Provisão da Contribuição Social	1.187.714,74	959.412,05
Provisão do Imposto de Renda	3.270.814,89	2.636.383,85
LUCRO DO EXERCÍCIO	**R$ 13.117.313,78**	**R$ 9.477.354,04**
LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE 1000 AÇÕES	**1,39**	**1,01**

III - DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS ACUMULADOS

	31/12/2010	31/12/2009
SALDO NO INÍCIO DO PERÍODO	**0,00**	**0,00**
Lucro Liquido do Exercício	13.117.313,78	9.477.354,04
Ajustes de Exercícios Anteriores	141.401,57	(2.389.595,14)
Juros Remuneratórios s/Capital Próprio	(2.878.458,48)	(2.667.604,80)
SALDO ANTES DAS DESTINAÇÕES	**10.380.256,87**	**4.420.154,10**
Destinações propostas		
Reserva de Lucros a Realizar	10.380.256,87	4.420.154,10
SALDO NO FINAL DO EXERCÍCIO	**0,00**	**0,00**

IV - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	2010	2009
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	**13.117.313,78**	**9.477.354,04**
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício:		
Juros remuneratórios s/capital próprio	(2.878.458,48)	(2.667.604,80)
Ajustes de exercícios anteriores	141.401,57	(2.389.595,14)
	10.380.256,87	**4.420.154,10**
Variações do circulante		
Valores recebidos de clientes	(2.215.071,70)	(2.397.174,26)
Outros créditos a receber	(3.298.341,44)	(1.452.656,50)
Outros recebimentos líquidos	(290.674,81)	(77.328,22)
Valores pagos a fornecedores e empregados	(368.763,64)	(34.085,67)
Valores pagos de contas a pagar	106.508,27	(2.463.293,11)
Pagamento de tributos e obrigações sociais	419.651,47	(241.872,66)
Pagamentos de contingências	10.586,88	(518.098,64)
Outros pagamentos líquidos	(2.718.091,57)	(2.124.106,84)
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) pelas Operações	**2.026.060,33**	**(4.888.461,80)**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Pagamento pela compra de ativo imobilizado	(15.168.557,39)	(5.036.214,13)
Recebimentos por vendas de ativos permanentes	0,00	0,00
outros investimentos	42.943,95	484.500,41
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) nas Atividades de Investimento	**(15.125.613,44)**	**(4.551.713,72)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Crédito de juros s/capital próprio	2.878.458,48	2.667.604,80
Lucros a distribuir a funcionários	(300.000,00)	300.000,00
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) nas Atividades de Financiamento	**2.578.458,48**	**2.967.604,80**
Aumento/(Redução) Líquido(a) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(10.521.094,63)**	**(6.472.570,72)**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	**20.322.531,21**	**26.795.101,93**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	**9.801.436,58**	**20.322.531,21**

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Sociedade tem por objeto a edição, a publicação, a impressão e a distribuição do Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, do Diário da Justiça, do Diário da Indústria e Comércio, do Diário da Assembléia Legislativa e de outros veículos e produtos gráficos oficiais, tais como revistas, livros, cartazes, folhetos, coleção de leis e decretos e demais impressos de interesse dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, Estados e Municípios; a operacionalização, quando de interesse do Estado, de outros meios e veículos de Comunicação, tais como "home pages", "CD-Rons" e semelhantes, de acordo com as possibilidades tecnológicas contemporâneas; a prestação de serviços de Comunicação, diretamente ou por intermédio de terceiros, ao Estado, de modo a supri-lo adequadamente nesse campo de especialização; e, a capacitação e o aperfeiçoamento profissional de seus empregados;

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade expedidas pelos órgãos disciplinadores no Brasil, CFC – Conselho Federal de Contabilidade, CVM – Comissão de Valores Mobiliários e disposições emanadas da Lei nº 6404/76, alterações posteriores da Lei nº 11.638/07, Medida Provisória nº 449/08 e Lei nº 11.941/09.

NOTA 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a elaboração das demonstrações contábeis, destacamos:

a) Apuração do resultado - As despesas e receitas foram apropriadas pelo regime de competência.

b) Estoques. Os estoques de matéria-prima e materiais diversos foram avaliados pelo custo médio de aquisição e não superam os valores de mercado; os estoques de produtos prontos e em elaboração foram avaliados pelo custo de aquisição ou de produção

c) Provisão para contribuição social – Apurada de acordo com o regime de tributação pelo lucro presumido, a base de 9% ajustada de acordo com a legislação vigente.

d) Provisão para o imposto de renda – apurada de acordo com o regime de tributação pelo lucro presumido, a base de 15% acrescido do adicional de 10%, conforme a legislação do imposto de renda;

e) Provisão para férias – Está representada pelo efetivo período adquirido, mais os encargos sociais;

f) Regime de caixa – foi adotado o regime de caixa para apuração, recolhimento e registro dos impostos e contribuições sociais, tais como; contribuição social sobre o lucro líquido, imposto de renda, COFINS e PASEP, desde, 2000 até o exercício 2010, conforme previsto no artigo 407 a 409 do Decreto 3000, de 26/03/1999.

g) Aplicações financeiras – o saldo de aplicações financeiras no valor de R$ 8.975.967,39, é administrado pela caixa do Estado, denominado SIAC. O Decreto nº 33.959, 31/05/91, instituiu o sistema e determinou que as disponibilidades dos órgãos da Administração Direta e das Entidades da Administração Indireta do Estado e suas controladoras fossem centralizadas em conta bancária única do Governo do Estado.

NOTA 4. ATIVO IMOBILIZADO

O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição ajustado pelas depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear e não ultrapassam as taxas normais estabelecidas pela legislação. A depreciação do exercício não foi registrada em virtude de adequação do sistema patrimonial a sistemática estabelecida na lei nº 11.638/07. O permanente está assim constituído;

Contas	Saldo 31/12/2009	Saldo 31/12/2010	Taxa Deprec.
INVESTIMENTOS			
CRT	19.897,15	19.897,15	-
Ações Eletrobrás	6.325,82	6.325,82	-
COTEPE	0,49	0,49	-
TANAC	12,29	12,29	-
Florestadora PALM	13.377,24	13.377,24	-
FISET	991,42	991,42	-
Fundo inv. Set.	928,31	928,31	-
EMBRAER	147,02	147,02	-
FINOR	28.507,99	28.507,99	-
FINAM	28.510,33	28.510,33	-
Novadata Informática	11.345,18	11.345,18	-
Totais investimentos	**110.043,24**	**110.043,24**	
IMOBILIZADO			
TANGÍVEL			
Benfeitorias	74.470,00	74.470,00	10%
Edificações	976.939,26	4.918.731,91	4%
Terrenos	17.242,58	17.242,58	-
Máquinas e equipamentos	11.319.076,75	19.800.038,79	10%
Instalações	2.855.652,76	3.498.197,17	10%
Móveis e utensílios	685.242,46	747.285,91	10%
Veículos	394.022,16	737.713,13	20%
Computadores e periféricos	1.586.197,67	2.647.173,61	20%
INTANGÍVEL			
Sistemas aplicativos	794.536,92	1.424.439,32	20%
Totais bens em operação	**18.703.380,56**	**33.865.292,42**	
(-) DEPREC. ACUMULADA	8.013.776,04	7.987.792,56	
IMOBILIZADO LÍQUIDO	**10.689.604,52**	**25.877.499,86**	
TOTAL PERMANENTE	**10.799.647,76**	**25.987.543,10**	

NOTA 5. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS

Foi constituída a provisão para contingências trabalhistas, com base no valor provável de realização, considerada suficiente para cobrir os processos em andamento e está assim demonstrada:

Especificação	Valores em R$
Passivo circulante	60.350,42
Passivo não circulante	672.029,41
Total provisionado no exercício	732.379,83

O valor registrado no passivo circulante refere-se ás causas julgadas e em processo de cálculo de liquidação de sentença. O valor registrado no passivo não circulante refere-se as demais causas de julgamento previsto de longo prazo.

NOTA 6. CONSTITUIÇÃO DO FUNDO DE RESERVA LEGAL

A constituição da reserva legal prevista no inciso II do artigo 43 do Estatuto Social, não foi constituída em razão de já ter atingido o limite de 20% do capital social.

NOTA 7. JUROS REMUNERATÓRIOS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

O valor dos juros pagos ou creditados foram imputados ao valor dos dividendos obrigatórios a que têm direito os acionistas, na forma do art. 202 da Lei nº 6.404, de 1976 (Lei das S/A), sem prejuízo da incidência do imposto de renda na fonte (Lei nº 9.249, de 1995, art. 9º, §7º; RIR/1999, art. 347, §§ 2º e 3º; e IN SRF nº 1 de 1996, art. 30). No exercício de 2010 foram pagos juros sobre o capital no valor de R$ 2.667.604,80 e constituídos no mesmo exercício, à razão de 0,5000% (dentro dos limites percentuais da TJLP) sobre o Patrimonio Liquido, no valor de R$ 2.878.458,48.

NOTA 8. AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Durante o exercício foram feitos ajustes imputáveis a erros de exercício anteriores, correspondentes a diversos lançamentos de clientes e fornecedores registrados em 2009, cujas operações foram canceladas e não baixadas no tempo devido bem como outras situações consideradas que não pertencem ao exercício findo. Com os registros efetuados sobre as pendências apuradas, refletiu positivamente na conta de lucros ou prejuízos acumulados no valor de R$ 141.401,57, conforme demonstrativo.

Especificação	Débito	Crédito
Cancelamento de receita por refaturamento	458.855,53	
Ajustes de despesas com fornecedores		57.390,74
Ajuste clientes		62.320,10
Depósito judicial	18.361,96	
Ajustes Previdenciários	1.546,12	
Ajustes Trabalhistas	9.981,08	
Ajuste Tributário	401,68	
Despesas apropriadas a menor (Serviços)	6.990,12	
Ajuste empréstimo compulsório s/ combust/veic	12.416,62	

Ajuste reclamatória trabalhista		10.061,19
Ajuste provisão a menor (participação nos lucros)	12.508,57	
Ajuste atualização débito judicial	210,20	
Outros ajustes a débito	563,00	
Ajustes lançamento de receita		5.751,16
Reversão perdas estimadas p/créd de liquid.duvidosa		527.713,26
SOMA	521.834,88	663236,45
SALDO		141.401,57

NOTA 9. FATURAS A RECEBER

Os recursos a receber da Companhia representam valores de diversos períodos, sendo que os registros contemplam somente valores originais, conforme demonstrativo;

Especificação	Valores em R$
Faturas a receber 2000	168.961,85
Faturas a receber 2001	145.617,57
Faturas a receber 2002	162.854,26
Faturas a receber 2003	115.683,58
Faturas a receber 2004	306.991,74
Faturas a receber 2005	460.067,97
Faturas a receber 2006	1.239.269,39
Faturas a receber 2007	1.960.942,10
Faturas a receber 2008	1.998.488,07
Faturas a receber 2009	3.346.368,89
Faturas a receber 2010	9.221.021,50
Devedores diversos	367.692,06
Corag – Loja centro	3.437,00
TOTAL	**19.497.395,98**
(-) Perdas no recebimento de créditos	**(1.044.139,53)**
Clientes	**18.453.256,45**

NOTA 10. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Obrigações registradas no passivo circulante composta dos seguintes contas:

Especificação	Valores em R$
Diversos valores de terceiros	233.485,60
Adiantamentos de clientes	3.629,00
Contas a pagar	498.883,91
Impostos e contribuições sindicais a recolher	48,50
STIGPA	1.073,00
Sindicato dos jornais profissionais	30,52
UNIMED	27.375,78
Pensões alimentícias	9.884,02
Bancos avisos não identificados	1.176.592,39
Empréstimos descontados em folha	29.284,96
Provisão para contingências valores a pagar de curto prazo	36.664,00
IPÊ Saúde	27.890,67
TOTAL	**2.044.842,35**

NOTA 11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social – Em 31/12/2010 o capital social é de R$ 7.953.859,23 (sete milhões, novecentos e cinqüenta e três mil, oitocentos e cinqüenta e nove reais e vinte e três centavos), dividido em ações ordinárias nominativas sem valor nominal, pertencente a acionistas nacionais.

b) Reserva de capital - Está representada por acréscimos efetivos aos ativos da companhia que não foram originados dos lucros auferidos em suas operações, por não representarem efeitos de seus próprios esforços, nestes casos contribuições governamentais sob a forma de subvenções por incentivos fiscais.

c) Reservas de lucros – Reserva legal é constituída a base de 5% (cinco por cento) do lucro líquido do período, limitada a 20% (vinte por cento) do capital social e já atingiu o limite dos 20% , representado pelo saldo de R$ 1.590.771,85; Reserva de lucros a realizar – Referem-se a reserva para futuro aumento de capital ou para a distribuição de dividendos, cujo saldo em 31/12/2010 totaliza em R$ 48.640.958,76

Homero Alves Paim
Diretor Presidente
CPF 010.956.500-25

Andrew Carvalho Pinto
Diretor Administrativo Financeiro
CPF 612.027.110-49

Antonio Alexis Trescastro da Silva
Diretor Industrial
CPF 298.920.230-72

Maciel Auditores e Consultores S/S Ltda.
CRC/RS 004773/0-4
CNPJ 10.757.529/0001-08
Responsável Técnico Roní Schoenfeldt
CRC/RS 27866 – CPF 160.706.230-53

Cia. Administradora da ZPE do Rio Grande ZOPERG-RS

INDÚSTRIA E COMÉRCIO
DIÁRIO OFICIAL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ATAS – BALANÇOS – CONVOCAÇÕES – AVISOS – DIVERSOS

ANO XXXVIII | PORTO ALEGRE, QUARTA-FEIRA, 09 DE MARÇO DE 2011 | Nº 045

CERTIFICADO
RESPONSABILIDADE SOCIAL
2004/2005/2006/2007/2008/2009

www.corag.com.br
Edições completas desde setembro de 1973

Gráfica Diário Popular Ltda.

CNPJ nº 92.195.429/0001-08 - NIRE 4320038092-9
Assembléia Geral Ordinária - Convocação

Em atenção ao que dispõe o Artigo 16º do Contrato Social, convocamos os Senhores Sócios da Gráfica Diário Popular Ltda., para a Assembléia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 14 de março de 2011, às 17:00 horas em 1ª convocação, em nossa sede social sito à rua 15 de Novembro, 718, em Pelotas/RS., com a seguinte Ordem do dia:
A) Apreciar, discutir e deliberar sobre: 1) O Relatório da Diretoria; 2) As Demonstrações Contábeis do exercício social encerrado em 31/12/2010; 3) O Parecer do Conselho Fiscal; 4) O destino a ser dado ao resultado do exercício
B) Eleger: 1) A Diretoria Executiva; 2) O Conselho Fiscal e seus Suplentes.
C) Outros assuntos de interesse da sociedade

Pelotas/RS., 04 de março de 2011 A Diretoria

781937

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE - PROCEMPA

CNPJ : 89.398.473/0001-00 NIRE: 43300015645

Aviso aos Acionistas

Comunicamos aos senhores acionistas da Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre – PROCEMPA, que se encontram à disposição em nossa sede social na Avenida Ipiranga, 1200, nesta capital, os documentos a que se refere o Art. 133, da Lei 6.404, de 1976, com as alterações da Lei 10.303, de 2001, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

Porto Alegre, 04 de março de 2011.

Urbano Schmitt
Presidente do Conselho de Administração.

781967

LOJAS RENNER S.A.

CNPJ/MF nº 92.754.738/0001-62 - NIRE 43 3 0000484 8
Companhia Aberta de Capital Autorizado

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Senhores Acionistas para se reunirem, no dia 11 de abril de 2011, às 11h, em Assembléia Geral Ordinária, na sede social de Lojas Renner S/A ("Companhia"), situada na Av. Joaquim Porto Villanova, nº 401, Bairro Jardim Carvalho, na Cidade de Porto Alegre, RS, a fim de deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA: 1. examinar, discutir e votar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010; 2. examinar, discutir e votar a proposta de destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; 3. eleger os membros do Conselho de Administração e fixar o montante da remuneração dos administradores; e 4. eleger os membros do Conselho Fiscal e fixar o montante da remuneração. Informações Gerais: 1. Os acionistas deverão apresentar, com no mínimo 72 (setenta e duas) horas de antecedência à data designada para a realização da Assembléia, além do documento de identidade, conforme o caso: a. comprovante expedido pela instituição escrituradora nos últimos 5 (cinco) dias; b. o instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante; e/ou c. relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente. 2. Em atenção ao disposto na Instrução CVM nº 165 de 11 de dezembro de 1991, alterada pela Instrução CVM nº 282 de 26 de junho de 1998, informamos que o percentual mínimo de participação no capital votante necessário à requisição da adoção do voto múltiplo é de 5 % (cinco por cento). 3. Os acionistas encontrarão todas as informações necessárias para melhor entendimento das matérias acima, bem como modelo de procuração no "Manual para Participação de Acionistas - Assembléia Geral Ordinária" que está no site da Companhia www.lojasrenner.com.br/ri e no site da CVM www.cvm.gov.br. Porto Alegre, RS, 3 de março de 2011.

Claudio Thomaz Lobo Sonder - Presidente do Conselho de Administração

781729

782198

VENTOS DO SUL ENERGIA S/A

CNPJ 06.016.348/0001-53
NIRE 43 3 0004554 4

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE JUNHO DE 2009

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada aos 29 dias do mês de junho de 2009, às 11:00 horas, na sede social, na Capital do Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Carlos Gomes, nº 111, cj 501, Bairro Higienópolis, CEP 90.480-003. **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇAS:** Dispensada a publicação de editais de convocação conforme o disposto no artigo 124, §4º da Lei n. 6.404, de 15.12.1976, alterada pela Lei nº 10.303, de 31.11.2001, tendo-se em vista a presença da totalidade dos acionistas da Sociedade, conforme assinaturas constantes do "Livro de Presença de Acionistas". **3. MESA:** Presidente, Sr. Telmo Borba Magadan, e secretariada por Sr. Marco Antonio Morales Garrido. **4. ORDEM DO DIA:** Aprovar a cessão do Parque Eólico de Palmares, localizado no Município de Palmares do Sul, Estado do Rio Grande do Sul. **5. DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE DE VOTOS: 5.1** Os acionistas resolvem aprovar a cessão de todos os bens, direitos e obrigações relativos ao Parque Eólico de Palmares à sociedade denominada Parques Eólicos Palmares Ltda., pelo valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais). A cessão somente produzirá efeitos após ser devidamente autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás) e outras autorizações eventualmente necessárias. **5.2.** Para este fim, os acionistas resolvem autorizar a Diretoria a representar a sociedade em todos os atos necessários, podendo, para tanto, firmar todo e qualquer documento relacionado à mencionada cessão, representando a sociedade perante quaisquer órgãos federais, estaduais e municipais, inclusive perante a ANEEL, a ELETROBRÁS, o Banco Nacional de Dezenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler (FEPAM) e o Banco do Brasil S/A. **6. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente Assembléia, da qual se lavrou a presente Ata que, lida e achada conforme, foi por todos assinada, ficando aprovada a omissão das assinaturas para fins de publicação. Mesa: Sr. Telmo Borba Magadan - Presidente; Sr. Marco Antonio Morales Garrido - Secretário. Acionistas: Enerfin Enervento S.A., pp. Guillermo Planas Roca; Gabriel de Oraá Y Moyúa, pp. Guillermo Planas Roca; Javier Cruces Lopes, Guillermo Planas Roca, José Castellanos Ybarra; e Wobben Windpower Indústria e Comércio Ltda., pp. Pedro Ángelo Vial; Pedro Ángelo, Telmo Borba Magadan; Marco Antonio Morales Garrido. Confere com a original lavrada em livro próprio. ANEXO - LISTA DE PRESENÇA DE ACIONISTAS DA VENTOS DO SUL ENERGIA S.A. – ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE JUNHO DE 2009 - CNPJ/MF nº 06.016.348/0001-53 – NIRE 4330045544. ACIONISTA – NÚMERO DE AÇÕES: Enerfin Enervento S.A. – 132.076.483; Wobben Windpower Indústria e Comércio Ltda. – 13.062.510; Guillermo Planas – 1; Telmo Magadan – 1; Marco Morales – 1; Gabriel Moyua – 1; Javier Cruces – 1; José Castellanos – 1; Pedro Vial – 1. TOTAL: 145.139.000. Junta Comercial do Rio Grande do Sul. Certifico o registro em 23/03/2010 sob o nº 3279251. Protocolo: 10/070809-9, de 08/03/2010. Empresa: 43 3 0004554 4 – Ventos do Sul Energia S.A.. Sérgio Jose Dutra Kruel – Secretário-Geral.

CIA. ADMINISTRADORA DA ZPE RIO GRANDE - ZOPERG-RS

CNPJ 86.768.546/0001-02

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas: Em cumprimento as disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de Vossas Senhorias, o Balanço Patrimonial do Ativo e Passivo, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, acompanhado do Parecer do Conselho Fiscal de Administração. Outrossim, colocamo-nos ao inteiro dispor de Vossas Senhorias para quaisquer esclarecimentos que se tornarem necessários. Rio Grande, 31 de dezembro de 2010.

José Fernando Marchiori - Diretor Presidente **Jairo Fonseca de Azevedo** - Diretor Administrativo

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

ATIVO	2010	2009	PASSIVO	2010	2009
Circulante	**765.843,90**	**759.400,36**	**Circulante**	**9.882,86**	**25.984,53**
Caixa	52,61	139,82	Credores Diversos	1.629,94	1.984,16
Bancos Conta Movim.	21.202,34	36.927,79	Obrigações Tribut. e Previdenciárias	8.252,92	4.448,40
Valores a Receber	1.550,00	1.950,00	Prov. p/Contr. Social	0,00	7.332,00
Aplicações Financeiras	743.038,95	701.603,15	Prov. p/I.R.	0,00	12.219,97
Impostos a Compensar	0,00	27,09	**Patrimônio Líquido**	**5.884.566,66**	**5.855.733,08**
IRPJ a Compensar	0,00	11.720,31	Capital Social		
CSSL a Compensar	0,00	7.032,20	Subscrito	7.435.335,63	7.435.335,63
Não Circulante	**5.128.605,62**	**5.122.317,25**	Capital Social a Realizar	(435.557,30)	(435.557,30)
Aplicação CIAC	36.521,42	–	Prejuízos Acum.	(1.115.211,67)	(1.144.045,25)
Imobilizado	5.489.005,25	5.485.225,25			
(–) Deprec. Acum.	(396.921,05)	(362.908,00)			
Total do Ativo	**5.894.449,52**	**5.881.717,61**	**Total do Passivo**	**5.894.449,52**	**5.881.717,61**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital Social Subscrito (R$)	Capital a Realizar (R$)	Prejuízos Acumulados (R$)	Total R$
Em 31/12/2008	**7.435.335,63**	**(435.557,30)**	**(1.236.914,76)**	**5.762.863,55**
Lucro Líquido do Exercício			92.869,53	92.869,53
Em 31/12/2009	**7.435.335,63**	**(435.557,30)**	**(1.144.045,25)**	**5.855.733,08**
Lucro Líquido do Exercício			28.833,58	28.833,58
Em 31/12/2010	**7.435.335,63**	**(435.557,30)**	**(1.115.211,67)**	**5.884.566,66**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1) Das Operações: A Companhia tem por objetivo o desenvolvimento de todas as atividades determinadas pelos atos constitutivos (Estatuto), nesta cidade do Rio Grande. a) O presente balanço corresponde ao período de atividades iniciado em 01 de janeiro de 2010 e encerrado em 31 de dezembro de 2010. **2) Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com observância da Lei das Sociedades por Ações e das disposições da legislação tributária. **3) Principais Práticas Contábeis: a)** Imobilizado: Os bens do ativo imobilizado estão demonstrados pelo custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31/12/1995, deduzidas das depreciações calculadas sobre o custo pelo método linear, dentro dos limites permitidos pela legislação tributária. Foram depreciados os bens em uso pela companhia bem como aqueles que estão arrendados. **b)** Na elaboração das demonstrações foram observados os dispositivos da Lei 6.404/76, suas alterações conforme Lei 11.638/07 e os princípios de contabilidade geralmente aceitos. A partir de 1996 com o advento da Lei nº 9.249/95, as práticas contábeis emanadas pela Legislação Societária não mais contemplam o reconhecimento nas Demonstrações Financeiras dos efeitos inflacionários. A composição do Imobilizado é a seguinte:

Conta	Vlr. Corrigido	Deprec.	Vlr Líquido
Benfeitorias	718.284,35	28.731,37	689.552,98
Edificações	832.704,18	199.848,98	632.855,20
Instalaçoes	123.237,35	95.250,82	27.986,53
Instalações 1	524.582,12	52.582,12	472.000,00
Máq. e Equip.	15.682,97	11.122,45	4.560,52
Móveis e Utensílios	9.143,57	9.143,57	0,00
Terreno	3.264.517,71	0,00	3.264.517,71
Equip. de Comunicação	853,00	241,74	611,26
Totais	**5.489.005,25**	**362.908,00**	**5.092.084,20**

4) Despesas Gerais e Administrativas - A partir de junho de 2007 a Diretoria passou a receber verba de representação de acordo com aprovação do Conselho de Administração, registrado na **Ata** 004/2007. A partir de julho de 2009 à Diretoria, exceto o Diretor Administrativo, passou a receber honorários de acordo com aprovação do Conselho de Administração, registrado na **ata** 002/2009. **5) Aplicação CIAC - Finanças Públicas do Estado do RS:** O valor de R$ 36.521,42 contabilizado no grupo do Ativo Não Circulante é referente a renda acumulada da aplicação vinculada a Finanças Públicas do Estado do Rio Grande do Sul, esse valor para resgate futuro dependerá da autorização do Governo do Estado. **6) Imposto de Renda e Contribuição Social:** Os encargos são calculados com base nas alíquotas de 15% para o Imposto de Renda e 9% para a Contribuição Social. Foi feita a compensação de 30% na base de cálculo referente aos prejuízos acumulados. **7) Capital Social:** O capital autorizado é de R$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões). O capital social integralizado é de R$ 6.999.778,33 (seis milhões, novecentos e noventa e nove mil, setecentos e setenta e oito reais com trinta e três centavos).

Rio Grande, 31 de dezembro de 2010
José Fernando Marchiori - Diretor Presidente
Jairo Fonseca de Azevedo - Diretor Administrativo
Denise Freitas Mackmillan
Contadora CRC RS 65450 - CIC 555.885.900-82

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Na qualidade de membros do Conselho de Administração da Companhia Administradora da ZPE do Rio Grande - ZOPERG-RS e, conforme as atribuições que nos confere o Art. 142V, da Lei 6.404/76 e, de acordo com o Estatuto Social, examinamos os documentos, Relatório da Diretoria e as Demonstrações Contábeis e Financeiras, relativas ao exercício findado em 31 de dezembro de 2010. Somos do parecer que os documentos acima citados, demonstram em exatidão o desenvolvimento das atividades sociais, os fatos administrativos e as contas do exercício de 2010. Rio Grande, 31 de dezembro de 2010.

Gilberto Machado de Pinho - Presidente
Paulo Edison Mello Pinho - Conselheiro
Vidal Aureo Mendonça - Conselheiro

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM:

	2010	2009
Receita Bruta	**0,00**	**0,00**
Lucro Bruto	**0,00**	**0,00**
(–) Rec./Desp. Operac.		
Desp. Gerais e Adm.	(298.146,80)	(197.241,24)
Despesas Tributárias	(23.382,15)	(25.328,88)
Resultado Financeiro	103.404,72	60.366,44
Receitas Eventuais		
Lucro/Prej. Operac.	**(218.124,23)**	(162.203,68)
(+) Outras Receitas	252.779,98	273.825,72
Lucro/Prej. antes da CSLL e IRPJ	**34.655,75**	**111.622,04**
(–) Contrib. Social	(2.183,31)	(7.032,20)
(–) Imposto de Renda	(3.638,86)	(11.720,31)
Lucro/Prej. Líq. Exerc.	**28.833,58**	**92.869,53**

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

Discriminação	2010	2009
Fluxo das Ativ. Operac.		
(+) Outros Recebim.	275.221,22	778.585,77
(–) Pagam. a Fornec. e Terceiros	(186.368,35)	(433.385,39)
(–) Juros Pagos	(2,68)	(92,16)
(–) Imp., Taxas e Contrib.	(103.626,65)	(85.411,07)
(=) Disp. Líq. Prov. das Atividades Operac.	**(14.776,46)**	**259.697,15**
Fluxos de Caixa das Atividades Invest.		
Compra de Ativo Imobilizado	(3.780,00)	(2.224,87)
(=) Disp. Líq. Prov. das Atividades de Invest.	**(3.780,00)**	**(2.224,87)**
Fluxos de Caixa das Atividades de Financ.		
Aplicações Financeiras	0,00	(140.000,00)
Resgate de Aplic. Financ.	25.000,00	5.000,00
(=) Disp. Líq. Prov. das Atividades de Financ.	**25.000,00**	**(135.000,00)**
Variação das Disp.	**6.443,54**	**122.472,28**
Saldo Final das Disp.	765.843,90	759.400,36
Saldo Inicial das Disp.	759.400,36	636.928,08
Variação das Disp.	**6.443,54**	**122.472,28**

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Companhia Administradora da ZPE do Rio Grande - ZOPERG-, estabelecida nesta cidade, e no cumprimento de nossas atribuições declaramos que examinamos o Balanço Patrimonial do Ativo e Passivo, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa e demais documentos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, e por refletirem a real situação da Companhia, opinamos por sua aprovação pela Assembléia Geral dos Acionistas.

Rio Grande, 31 de dezembro de 2010
Bercilio Osvaldo Luis da Silva
Presidente do Conselho
João Nelson Touguinha - Conselheiro
Clóvis da Silva Klinger - Conselheiro

782201

781730

LOJAS RENNER S.A.

CNPJ/MF nº 92.754.738/0001-62 - NIRE 43 3 0000484 8
Companhia Aberta de Capital Autorizado

AVISO AOS ACIONISTAS

Lojas Renner S/A (LREN3), comunica aos Senhores Acionistas que os documentos mencionados no artigo 133 da Lei 6.404/76, bem como os previstos nos artigos 9º e 12 da instrução CVM nº 481/2009, foram disponibilizados da seguinte forma: O Relatório da Administração sobre os negócios da Companhia e Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram enviados à CVM/BOVESPA, mailing e disponibilizados no site da Companhia (www.lojasrenner.com.br/ri) em 16 de fevereiro de 2011, bem como publicados nos jornais Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, Jornal do Comércio - Porto Alegre e Valor Econômico em 17 de fevereiro de 2011. O Comunicado ao Mercado - Pedido Público de Procuração foi enviado à CVM/BOVESPA em 16 de fevereiro de 2011, enviado pelo mailing e disponibilizado no site da Companhia (www.lojasrenner.com.br/ri) em 17 de fevereiro de 2011. Os demais documentos pertinentes a Ordem do dia, como o Comentário dos Administradores sobre a Situação Financeira da Companhia nos termos do item 10 do Formulário de Referência, Instrução CVM nº 480/2009, a proposta de destinação do lucro líquido do exercício conforme Anexo 9 -1-II da instrução CVM nº 481/2009, as informações sobre os membros indicados pela Companhia ao Conselho de administração e ao Conselho Fiscal de acordo com os itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência, bem como a Remuneração dos Administradores nos termos do item 13 do Formulário de Referência, instrução CVM nº 480/2009, serão enviados à CVM/BOVESPA, mailing e disponibilizados no site da Companhia (www.lojasrenner.com.br/ri) nesta data. O Edital de Convocação para a Assembléia Geral Ordinária de 11 de abril de 2011 será publicado nos dias 03, 04 e 09 de março de 2011 nos jornais Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul e Valor Econômico e nos dias 03, 04 e 07 de março de 2011 no Jornal do Comércio - Porto Alegre e será enviado à CVM/BOVESPA, mailing e disponibilizado no site da Companhia (www.lojasrenner.com.br/ri) nesta data. O Manual para participação da Assembléia Geral será enviado a CVM/BOVESPA, mailing e disponibilizado no site da Companhia (www.lojasrenner.com.br/ri) nesta data. Porto Alegre, RS, 3 de março de 2011.

Claudio Thomaz Lobo Sonder - Presidente do Conselho de Administração

781769

GUIFASA S/A Indústria e Comércio

CNPJ 87.547.519/0001-72 - NIRE 43 3 0001677 3

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA CONVOCAÇÃO

Na forma do que dispõe o art. 124 Lei nº 6.404/76, comunicamos que será realizada no dia 18 de março de 2011, às 9:00 horas, em primeira chamada, contando com a presença de, pelo menos, 2/3 (dois terços) dos acionistas do capital com direito a voto, e às 10:00 horas, em segunda chamada, com qualquer número, na sede social, localizada na Rua Guilherme Fasolo, nº 610, em Bento Gonçalves, RS, Assembléia Geral Ordinária, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1) Aprovação Integral das Contas dos Administradores, bem como o Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010; 2) Aprovar o resultado do exercício, bem como sua destinação, na forma das demonstrações financeiras. 3) Afastamento de membro da Diretoria da Companhia e definição das atribuições dos demais Diretores; 4) Outros assuntos de interesse da Companhia.

Bento Gonçalves, 09 de março de 2011
Francisco Renan Oronoz Proença - Presidente

Banrisul - Armazéns Gerais S.A.

BAGERGS

BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009
(Em milhares de reais)

ATIVOS	Nota explicativa	31/12/10	31/12/09	01/01/09
ATIVOS CIRCULANTES				
Caixa e equivalentes de caixa	5	18.459	19.964	18.480
Contas a receber de clientes	6	919	876	1.091
Impostos correntes ativo		61	104	107
Outros ativos	7	289	215	309
Total dos ativos circulantes		19.728	21.159	19.987
ATIVOS NÃO CIRCULANTES				
Impostos diferidos ativos	13(b)	152	151	154
Outros ativos	7	392	373	457
Investimentos		81	81	69
Imobilizado	8	6.882	3.829	4.126
Intangível		33	71	149
Total dos ativos não circulantes		7.540	4.505	4.955
TOTAL DOS ATIVOS		27.268	25.664	24.942

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/10	31/12/09	01/01/09
PASSIVOS CIRCULANTES				
Contas a pagar a fornecedores e outras	9	566	477	468
Impostos correntes a pagar		261	123	243
Outros passivos	7	831	531	703
Total dos passivos circulantes		1.658	1.131	1.414
PASSIVOS NÃO CIRCULANTES				
Impostos diferidos passivos	13(b)	112	-	-
Provisões	11	447	447	452
Total dos passivos não circulantes		559	447	452
CAPITAL E RESERVAS	14			
Capital social		23.750	22.750	21.150
Reservas		1.301	1.336	1.926
Total do patrimônio líquido		25.051	24.086	23.076
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DOS PASSIVOS		27.268	25.664	24.942

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1295

BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

	Nota explicativa	2010	2009
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	15	5.748	5.593
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	16	(3.479)	(3.377)
LUCRO BRUTO		2.269	2.216
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	16	(1.008)	(1.207)
Despesas comerciais	16	(876)	(861)
Outras receitas (despesas) operacionais - líquidas		(201)	(32)
Total das despesas operacionais, líquidas		(2.085)	(2.100)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		184	116
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	17	1.740	1.848
Despesas financeiras		(33)	(8)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		1.891	1.956
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	13	(626)	(632)
Impostos correntes		(514)	(631)
Impostos diferidos		(112)	(1)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		1.265	1.324
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO		1,8071	1,8914

A Empresa não possui resultados abrangentes no exercício corrente e nos anteriores.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA
OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009
(Em milhares de reais, exceto dividendos por ação, apresentado em reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital Reserva de incentivos fiscais	Reserva de lucros Reserva legal	Reserva de lucros Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008		21.150	231	178	1.517	-	23.076
Aumento de capital	14 (a)	1.600	-	(83)	(1.517)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	1.324	1.324
Destinação do lucro líquido							
Reserva legal	14 (b)	-	-	66	-	(66)	-
Reserva de retenção de lucros	14 (c)	-	-	-	944	(944)	-
Dividendos - R$ 0,45 por ação	14 (b)	-	-	-	-	(314)	(314)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009		22.750	231	161	944	-	24.086
Aumento de capital	14 (a)	1.000	-	(56)	(944)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	1.265	1.265
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	14(b)	-	-	63	-	(63)	-
Reserva de retenção de lucros	14 (c)	-	-	-	902	(902)	-
Dividendos - R$ 0,36 por ação	14 (b)	-	-	-	-	(300)	(300)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010		23.750	231	168	902	-	25.051

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1297

BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2010	2009
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		1.265	1.324
Ajustado por:			
Depreciação e amortização		240	576
Provisão para contingências		61	127
Impostos diferidos		111	3
		1.677	2.030
(Aumento) diminuição das contas a receber		(44)	215
Diminuição de impostos a recuperar		44	29
(Aumento) diminuição de outros ativos		(93)	152
Aumento (diminuição) de fornecedores e outros passivos		89	(49)
Aumento (diminuição) de impostos correntes		138	(46)
Pagamento de provisões		(61)	(132)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		1.750	2.199
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Compra de imobilizado		(3.255)	(121)
Aumento de investimentos		-	(12)
Aplicações no intangível		-	(78)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(3.255)	(211)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos		-	(504)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-	(504)
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(1.505)	1.484
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	5		
Saldo no final do exercício		18.459	19.964
Saldo no início do exercício		19.964	18.480

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009
(Em milhares de reais)

	2010	2009
RECEITAS	7.028	6.807
Receita da prestação de serviços	85	30
Outras receitas	-	(2)
Provisões		
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(2.753)	(2.211)
Custos dos serviços prestados	(1.874)	(1.521)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(879)	(690)
VALOR ADICIONADO BRUTO	4.360	4.624
Depreciação e amortização	(240)	(575)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	4.120	4.049
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	1.740	1.848
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	5.860	5.897
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal	(2.689)	(2.753)
Remuneração direta	(1.959)	(2.079)
Benefícios	(625)	(577)
FGTS	(105)	(97)
Impostos, taxas e contribuições	(1.873)	(1.812)
Federais	(1.713)	(1.589)
Estaduais	(3)	(28)
Municipais	(157)	(195)
Remuneração de capitais de terceiros	(33)	(8)
Despesas financeiras	(33)	(8)
Remuneração de capitais próprios	(1.265)	(1.324)
Dividendos	(300)	(314)
Lucros retidos	(965)	(1.010)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Banrisul Armazéns Gerais S.A., Empresa situada em Canoas-RS atua como armazém geral, efetuando a movimentação, guarda e conservação de mercadorias e produtos e entreposto aduaneiro e depósito alfandegário através de permissão outorgada pela Secretaria da Receita Federal. Esta permissão, com validade a partir da publicação no Diário Oficial da União em 22/10/2004, possui prazo de vinte e cinco anos, renovável por mais dez anos. Seu controlador é o Banco do Estado do Rio Grande do Sul, controlado, por sua vez, pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, bem como para a data de 1 de janeiro de 2009 foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards* – IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

NOTA 03 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Empresa adotou as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos pronunciamentos técnicos CPC 15 a 40. Os efeitos da adoção dos novos pronunciamentos emitidos estão apresentados na nota explicativa nº. 4.

Utilização das estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Empresa incluem, portanto, estimativas sobre as vidas úteis dos bens registrados no ativo imobilizado, devedores por armazenagem, provisões necessárias para riscos trabalhistas, provisões para imposto de renda e outras similares. Os valores efetivos a serem realizados podem apresentar variações em relação às estimativas.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Empresa é como segue:

a) Reconhecimento das receitas

A receita de prestação de serviços é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de descontos comerciais e bonificações concedidos ao cliente e outras deduções similares, sendo que valores a receber ainda não faturados são calculados com base em estimativas do valor das receitas de prestações de serviço de armazenagem das mercadorias a serem desembaraçadas.

A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do arrendamento em questão. A Empresa não incorreu em custos diretos iniciais na negociação e preparação do leasing operacional que devam ser adicionados ao valor contábil dos ativos arrendados.

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Empresa e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto.

b) Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos, conforme demonstrado na Nota 13.

Tributos Correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Tributos Diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos ("tributos diferidos") é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando corresponderem a itens registrados em "Outros resultados abrangentes", ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os tributos correntes e diferidos também são reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

c) Imobilizado

Terrenos, edificações, imobilizações em andamento, móveis e utensílios e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo de aquisição corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, quando aplicável, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulada, quando aplicável.

Os terrenos não sofrem depreciação.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada ano quando da elaboração do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros, resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

d) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Empresa revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos tributos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

e) Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

f) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem, na composição de demonstração do fluxo de caixa, os saldos de caixa, depósitos bancários a vista e aplicações de liquidez imediata.

g) Demonstração do Valor Adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Empresa, representada pelas receitas, pelos insumos adquiridos de terceiros (custo dos serviços e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, tributos, taxas e contribuições e remuneração de capitais próprios.

h) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa.

NOTA 04 - ADOÇÃO DAS NOVAS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL

Na preparação das demonstrações financeiras, a Empresa adotou todos os pronunciamentos e respectivas interpretações técnicas e orientações técnicas emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM, que juntamente com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A Empresa aplicou as políticas contábeis definidas na nota explicativa nº. 3 em todos os períodos apresentados, o que inclui o balanço patrimonial de abertura em 1 de janeiro de 2009. Na mensuração dos ajustes e preparação desse balanço patrimonial de abertura, a Empresa aplicou os requerimentos constantes no CPC 43(R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40 e não identificou ajustes.

Reapresentação das Informações Trimestrais de 2010, comparativamente com as de 2009 também ajustadas pelos CPCs vigentes a partir de 31 de dezembro de 2010.

Conforme permitido pela Deliberação CVM nº. 656, de 25 de janeiro de 2011, a Empresa optou pela reapresentação das Informações Trimestrais referentes aos trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2010 até a apresentação das Informações Trimestrais referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011. Desta forma, conforme requerido por esta Deliberação CVM, a Empresa apresenta abaixo os efeitos no resultado e no patrimônio líquido dos trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2010, decorrentes da adoção dos CPCs vigentes a partir de 31 de dezembro de 2010.

Reconciliação do lucro líquido e patrimônio líquido do período:

	31/03/2010	30/06/2010		30/09/2010	
	3 meses	3 meses	6 meses	3 meses	9 meses
Lucro líquido antes do ajuste	240	201	441	233	674
Efeitos na depreciação	101	86	187	75	262
Efeitos no IRPJ e CSLL diferidos	(34)	(30)	(64)	(25)	(89)
Lucro líquido após o ajuste	307	257	564	283	847

	31/03/2010	30/06/2010	30/09/2010
	3 meses	6 meses	9 meses
Patrimônio líquido antes do ajuste	24.326	24.527	24.760
Efeitos na depreciação	101	187	262
Efeitos no IRPJ e CSLL diferidos	(34)	(64)	(89)
Lucro líquido após o ajuste	24.393	24.650	24.933

Os efeitos de depreciação referem-se a revisão da vida útil remanescente dos itens do imobilizado demonstrado na nota nº. 8.

Estas Informações Trimestrais foram sujeitas aos procedimentos de revisão aplicados pelos auditores independentes da Empresa de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo

IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, incluindo os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis, não tendo sido, portanto, sujeitas aos procedimentos de auditoria.

Interpretações e Alterações de Normas Existentes que ainda não estão em vigor e não são Relevantes para as Operações

As interpretações e alterações das normas existentes a seguir, aplicáveis para as operações da Empresa foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2011, ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Entretanto, não são relevantes para as operações da Empresa:

Tópico	Exigências-chave	Data da entrada em vigor
Alteração no IFRS 1 - "Primeira Adoção de IFRS - Isenção Limitada a Partir das Divulgações Comparativas do IFRS 7 para as Entidades que Fazem a Adoção pela Primeira Vez"	Oferece para aquelas entidades que a adotam pela primeira vez o IFRS as mesmas opções que foram dadas aos usuários atuais do IFRS na adoção das alterações ao IFRS 7. Também esclarece as regras de transição das alterações ao IFRS 7.	1º de julho de 2010
IAS 24 - "Divulgações de Partes Relacionadas" (revisado em 2009)	Altera a definição de uma parte relacionada e modifica determinadas exigências de divulgação da parte relacionada para entidades relacionadas com o governo.	1º de janeiro de 2011

As alterações geralmente são aplicáveis para períodos anuais iniciando após 1º de janeiro de 2011, a não ser que seja indicado de outra forma. A aplicação antecipada é permitida.

Norma	Principais exigências	Aplicações
IFRS 1 - "Primeira Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade"	**(a) Mudanças na política contábil no ano da adoção** Esclarece que, se uma entidade que faz a adoção pela primeira vez muda suas políticas contábeis ou seu uso de isenções no IFRS 1 após ter publicado um relatório financeiro intermediário de acordo com o IAS 34, "Relatório Financeiro Intermediário", essa empresa deve explicar as mudanças e atualizar as reconciliações entre GAAP anterior e IFRS.	Aplicado prospectivamente.
	(b) Base de reavaliação como custo atribuído (*deemed cost*) Permite que as entidades que adotam	As entidades que adotaram IFRS em períodos anteriores

Norma	Principais exigências	Aplicações
	pela primeira vez o IFRS utilizem o valor justo determinado por um evento específico como custo atribuído, mesmo se o evento ocorrer após a data de transição, mas antes de as primeiras demonstrações financeiras em IFRS serem emitidas. Quando essa remensuração ocorre após a data de transição para IFRS, mas durante o período abrangido por suas primeiras demonstrações financeiras em IFRS, qualquer ajuste subsequente àquele valor justo determinado pelo evento será reconhecido no patrimônio. Esse evento pode ser, por exemplo, uma privatização ou aquisição.	podem aplicar a alteração retroativamente no primeiro período anual após a alteração entrar em vigor, contanto que a data da mensuração esteja no período abrangido pelas primeiras demonstrações financeiras em IFRS.
IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras"	Esclarece que uma entidade apresentará uma análise de outros resultados abrangentes para cada componente do patrimônio, na demonstração das mutações do patrimônio ou nas notas explicativas às demonstrações financeiras.	1º de janeiro de 2011 Aplicado retroativamente.
IAS 34 - "Apresentação de Relatórios Financeiros Intermediários"	Oferecer orientação para ilustrar como aplicar os princípios de divulgação no IAS 34 e acrescentar exigências de divulgação acerca de: . circunstâncias que provavelmente afetarão os valores justos dos instrumentos financeiros e sua classificação; . transferências de instrumentos financeiros entre níveis diferentes da hierarquia do valor justo; . mudanças na classificação dos ativos financeiros; e . mudanças nos passivos e ativos contingentes.	1º de janeiro de 2011 Aplicado retroativamente.

NOTA 05 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Caixa	5	4	8
Bancos conta corrente	114	96	84
Aplicação financeira de liquidez	18.340	19.864	18.392
Total	18.459	19.964	18.480

Os recursos classificados como aplicação financeira de liquidez estão demonstrados ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios, sem prazos fixos para resgate e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Refere-se a valores aplicados no SIAC – Sistema Integrado de Administração de Caixa do Estado do Rio Grande do Sul instituído pelo Decreto Estadual nº. 33.159, de 31 de maio de 1991, remunerados com base na variação da taxa SELIC e que possuem liquidez imediata.

NOTA 06 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Composição do contas a receber de clientes:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Devedores por armazenagem	973	930	1.147
Provisão para risco de crédito	(54)	(54)	(56)
Total	919	876	1.091

NOTA 07 – OUTROS ATIVOS E PASSIVOS

Composição de outros ativos:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Despesas do exercício seguinte	158	84	121
Devedores diversos	81	87	148
Outros valores realizáveis	50	44	40
Total circulante	289	215	309
Depósitos judiciais	209	189	315
Cauções	55	55	54
Outros valores realizáveis	128	129	88
Total não circulante	392	373	457

Composição de outros passivos:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Obrigações estatutárias	623	323	512
Retenções contratuais	208	208	191

Total	831	531	703

NOTA 08 - IMOBILIZADO

A Empresa não avaliou o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuido na data da transição do balanço patrimonial de abertura, pois é parte do Grupo Banrisul, que definiu a adoção do custo corrigido pelo periodo inflacionário como melhor base de custo, pois este tem buscado uma renovação de sua rede através de contratos de locação e desmobilização.

Adicionalmente, a Empresa considera o valor de custo de seus ativos imobilizados compatível com o potencial de geração de benefícios econômicos de suas operações atuais.

Composição:

	31/12/2010			31/12 2009	01/01 2009	
	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Líquido	Taxas médias anuais de depreciação
Terrenos	3.479	-	3.479	261	261	
Edificações e Benfeitorias	6.278	4.405	1.872	1.924	2.196	2,3%
Móveis e Utensílios	681	531	150	146	173	14,5%
Máquinas e Equipamentos	1.128	712	417	463	529	11,5%
Veículos	960	904	56	67	11	16,9%
Equipamentos de Informática	409	381	28	41	56	31,5%
Instalações	1.198	332	866	911	82	5,1%
Outras Imobilizações	31	17	14	16	818	3,1%
	14.164	7.282	6.882	3.829	4.126	

Não houveram movimentações significativas no imobilizado da Empresa, exceto pela aquisição, por R$ 3.213, de terreno anexo a suas atuais instalações para ampliar sua capacidade operacional. O terreno foi totalmente quitado e ainda sofrerá melhorias para que comece a ser utilizado. Estudos a respeito do melhor aproveitamento do terreno estão sendo realizados, não sendo ainda possível quantificar os investimentos necessários e prazo total de execução.

A Administração da Empresa revisou a vida útil econômica dos principais grupos de ativos imobilizado, tendo como base laudos de avaliadores externos, o que resultou nas seguintes modificações de taxas:

	Taxa de depreciação anterior	Média ponderada da nova taxa de depreciação
Edificações e Benfeitorias	4%	2,3%
Móveis e Utensílios	10%	14,5%
Máquinas e Equipamentos	10%	11,5%
Veículos	20%	16,9%
Equipamentos de Informática	20%	35,1%
Instalações	10%	5,1%
Outras Imobilizações	4%	3,1%

Essas mudanças de estimativas de vida útil desses ativos tiveram seus efeitos na apuração da despesa com depreciação reconhecidos na demonstração do resultado a partir de 1º de janeiro de 2010. No período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2010, o efeito da revisão da vida útil dos ativos representou uma redução da despesa com depreciação no montante de R$ 328, substancialmente reconhecidos na linha de despesa de depreciação e amortização das demonstrações do resultado do exercício.

Não existem bens dados em garantia.

NOTA 09 - CONTAS A PAGAR A FORNECEDORES E OUTRAS

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, são reconhecidas pelo valor nominal que equivale ao valor justo.

Composição de contas a pagar a fornecedores e outras:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Fornecedores	270	192	257
Obrigações trabalhistas e sociais a recolher	296	285	211
Total	566	477	468

NOTA 10 - CONTINGÊNCIAS

Em 25 de junho de 2003, a Empresa foi autuada pela Secretaria da Receita Federal, relativamente ao ressarcimento de mercadorias roubadas na Estação Aduaneira de Fronteira de Jaguarão, no valor aproximado de R$ 5.980. A Empresa ajuizou ação ordinária de inexigibilidade de débito junto à Justiça Federal de Porto Alegre contestando a cobrança e obteve liminar suspendendo a exigência dessa autuação e impossibilitando a inclusão do nome da Banrisul Armazéns Gerais S.A. no cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal - CADIN. Com base em opinião dos assessores jurídicos, não são esperadas perdas significativas com esse processo e as chances de êxito foram avaliadas como provável, dessa forma não foi consignada provisão nas demonstrações financeiras. No entanto, até o momento, o processo aguarda julgamento de recurso especial no STJ e de agravo de instrumento no STF, interpostos pela Banrisul Armazéns Gerais. Adicionalmente, ajuizou no exercício de 2010, ação executiva fiscal no valor de R$ 13.156, sendo que o seu prosseguimento depende da decisão da ação de inexigibilidade acima descrita.

NOTA 11 - PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS

A Empresa possuía, em 31 de dezembro de 2009, provisão para riscos trabalhistas referente a ações trabalhistas e indenizatórias de R$ 447, tendo sido registrado no período um aumento de R$ 61 e pagamentos no mesmo montante, permanecendo o saldo de R$ 447 em 31 de dezembro de 2010.

NOTA 12 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas compreendem, basicamente, depósitos bancários à vista e aluguéis de instalações com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. e aplicações financeiras no Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC no Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., efetuadas a taxas e condições de mercado.

As principais transações e saldos com partes relacionadas são indicados a seguir:

	Ativo (Passivo)		Receita (Despesa)	
	2010	2009	2010	2009
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A.				
Depósitos Bancários à Vista	78	81		
Contas a receber (aluguéis)	131	121	1.472	1.446
Contas a pagar (pessoal)	(11)	(10)	(103)	(115)
Governo do Estado do Rio Grande do Sul				
Aplicações Financeiras	18.340	19.864	1.710	1.801
Banrisul Serviços Ltda.				
Compra de vale e cesta alimentação	(22)	(31)	(449)	(381)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores, do Conselho de Administração e Conselho Fiscal conforme determina o Estatuto Social.

Em 2010, foi determinado o valor máximo de R$ 259 para remuneração dos Administradores (proventos e gratificações), totalmente distribuído e R$ 0,66 por sessão para os Conselhos de Administração e Fiscal.

NOTA 13 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (CSLL)

a) Conciliação do resultado de IRPJ e CSLL do exercício:

	2010	2009
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.891	1.956
Tributos calculados pela alíquota nominal (34%)	(643)	(665)
Efeitos das adições e exclusões		
Outras adições/exclusões, líquidas	17	33
IR e CSLL registrados no resultado	(626)	(632)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:

A Empresa possui em 31 de dezembro de 2010, créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias, oriundos da provisão para passivos trabalhistas, no montante de R$ 152 (R$ 151 em 2009). A expectativa de realização destes

créditos é de até 10 anos. Os débitos fiscais diferidos oriundos da aplicação do CPC 27 sobre o imobilizado no montante de R$ 112.

NOTA 14 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social, em 31 de dezembro de 2010 é de R$ 23.750, (R$ 22.750 em 2009), representado por 700.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, sendo 696.486 ações pertencentes ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul, seu controlador.

Em 16 de abril de 2009, foi aprovado através da Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária o aumento de capital mediante o aproveitamento das reservas de lucros, sendo R$ 1.517 com a reserva de retenção de lucros e R$ 83 com a reserva legal, totalizando R$ 1.600, passando assim o capital social para R$ 22.750, sem emissão de novas ações.

Conforme Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2010, foi aprovado o aumento de capital mediante o aproveitamento das reservas de lucros, sendo R$ 944 com a reserva de retenção de lucros e R$ 56 com a reserva legal, totalizando R$ 1.000, passando assim o capital social para R$ 23.750, sem emissão de novas ações.

b) Distribuição de Resultados

O lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações: (i) 5% para constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital Social, (ii) 25% para distribuição como dividendo obrigatório e (iii) o restante terá a destinação determinada pela Assembléia Geral.

O dividendo obrigatório, calculado consoante a legislação societária e o estatuto social foi o seguinte:

	2010	2009
Lucro líquido do exercício	1.265	1.324
Reserva Legal (5%)	(63)	(66)
Base de cálculo dos dividendos	1.202	1.258
Dividendos (25%)	300	314

c) Reserva de retenção de lucros

A Administração irá propor aos acionistas a capitalização da reserva de retenção de lucros no valor de R$ 902.

NOTA 15 – RECEITAS

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado é a seguinte:

	2010	2009
Receita bruta:		
Serviços de armazenagem	5.396	5.141
Arrendamentos operacionais	1.631	1.665
Menos:		
Impostos sobre serviços	(1.279)	(1.213)
Receita operacional líquida	5.748	5.593

NOTA 16 – INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DOS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Custos		Despesas gerais e administrativas e comerciais	
	2010	2009	2010	2009
Pessoal	1.520	1.535	743	769
Terceirizados	1.037	749	235	193
Honorários da administração	-	-	326	346
Depreciação e amortização	84	199	156	375
Comunicação	-	-	130	85
Outras	838	894	294	300
Total	3.479	3.377	1.884	2.068

NOTA 17 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O principal risco identificado relacionado às operações da Empresa é o risco de crédito, devido à possibilidade de ocorrência de perdas para a Empresa associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, sobre o contas a receber de clientes, caixa e equivalente de caixa.

A Empresa considerou como aceitável a sua exposição ao risco mencionado acima e não contratou operações envolvendo Instrumentos Financeiros Derivativos. Por não possuir instrumentos financeiros significativos, a Empresa não elaborou e não está apresentando a análise de sensibilidade, conforme requerido pela Instrução CVM 475/08.

A Empresa não possui quaisquer outros instrumentos financeiros não registrados contabilmente.

NOTA 18 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Empresa está localizada e mantém seus negócios no município de Canoas/RS, e atua somente no segmento de locação de espaços, movimentação e armazenagem de mercadorias em Porto Seco e como armazém geral, conforme descrito na Nota Explicativa 01, motivo pelo qual não apresenta informações por segmento.

NOTA 19 – ARRENDAMENTOS OPERACIONAIS

Os arrendamentos operacionais referem-se a contratos de aluguéis de partes de seu imobilizado, explorados em conjunto com os serviços prestados.

Os contratos são canceláveis pelas partes desde que comunicados previamente com 30 dias de antecedência.

NOTA 20 – PLANO DE BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA

A Empresa não possui planos de benefícios de aposentadorias para seus empregados.

NOTA 21 – GERENCIAMENTO DE CAPITAL

O capital de giro mantido pelo acionista controlador na Empresa visa viabilizar a sua participação em oportunidades de prestação de serviços a entidades do setor público.

NOTA 22 - AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretoria da Empresa autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras em 24 de março de 2011, as quais consideram os eventos subseqüentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeito sobre estas demonstrações financeiras.

Vicente Joaquim Bogo
Diretor Presidente

Magda Alethea Wendland
Contadora – CRC/RS 083147/0-4

Banrisul
ARMAZÉNS GERAIS

BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A.

COMPANHIA ABERTA

CNPJ N.º 92.721.232/0001-57 - NIRE N.º 43300003183.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas e Clientes:

Temos a satisfação de apresentar o relatório do exercício de 2010 da BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S. A. – BAGERGS.

Fundada em 12.11.1953, atualmente está constituída sob a forma de Sociedade Anônima, tendo seu capital aberto no exercício de 1996. Seu controle acionário é exercido pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A, que detém 99,50 % das ações.

Além dos serviços de armazéns gerais, locações e movimentação de mercadorias, em 2010 foram atendidos 26.140 despachos aduaneiros, sendo 8.822 relativos à importação e 17.318 à exportação, representando um aumento de 5,26% em comparação ao ano anterior.

Contou-se com a participação de 113 colaboradores, incluindo o quadro permanente, contratos emergenciais e terceirizados.

Durante este exercício foi adquirida uma área de 3,5 ha contíguos as atuais instalações da empresa com o objetivo de acolher a expansão das atividades, no valor de R$ 3.119.515,93.

O resultado do exercício foi positivo, mesmo diante da crise internacional, alcançando R$1.265.335,77, contra R$ 1.324.268,01 do exercício anterior, apresentando uma variação de 4,46 %, a menor.

Expressamos nossos agradecimentos ao Governo do Estado, ao Controlador Banco do Estado do Rio Grande do Sul, bem como às partes envolvidas pelo apoio, colaboração e confiança recebida.

Canoas, 31 de dezembro de 2010.

Vicente Joaquim Bogo
Diretor Presidente

Carlos Eduardo Lopes da Silva
Diretor Superintendente

Banrisul
ARMAZÉNS GERAIS

BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ N.º 92.721.232/0001-57
NIRE N.º 43300003183.

PARECER DO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Na qualidade de membros do Conselho de Administração da Banrisul Armazéns Gerais S. A., e no exercício das atribuições que nos confere o artigo 142, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Balanço Patrimonial, o Demonstrativo do Resultado, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração dos Valores Adicionados e demais demonstrativos e notas explicativas à luz do parecer dos Auditores Independentes, documentos esses relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Com base nesse exame, somos de opinião que as mencionadas peças merecem a aprovação deste Conselho.

Canoas, 28 de março de 2011.

Rubens Salvador Bordini
Presidente do Conselho de Administração

Vicente Joaquim Bogo
Conselheiro

Urbano Schmitt
Conselheiro

Banrisul
ARMAZÉNS GERAIS

BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A.

COMPANHIA ABERTA

CNPJ N.º 92.721.232/0001-57

NIRE N.º 43300003183

PARECER

DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros efetivos do Conselho Fiscal da Banrisul Armazéns Gerais S. A., no cumprimento das disposições legais e estatutárias, examinamos o Balanço Patrimonial, o Demonstrativo do Resultado, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração dos Valores Adicionados, relativos ao exercício de 2010.

Baseado no exame procedido, e no parecer da auditoria externa, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, entendemos que as contas refletem com exatidão a posição econômica, financeira e patrimonial da Banrisul Armazéns Gerais S. A., por isso somos de parecer favorável a sua aprovação.

Canoas, 28 de março de 2011.

Ari Rui Morais Mattos
Conselheiro Presidente

José Francisco Tavares Staudt
Conselheiro

Leonita Zilda Mahlke
Conselheiro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da
Banrisul Armazéns Gerais S.A.
Canoas – RS

Examinamos as demonstrações financeiras da Banrisul Armazéns Gerais S.A. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banrisul Armazéns Gerais S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também, as demonstrações do valor adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 25 de março de 2011.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº. 2SP 011.609/O-8/F/RS

Fernando Carrasco
Contador
CRC nº. 1SP 157.760/T/RS

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME	MAGDA ALETHEA WENDLAND
REGISTRO	RS-083147/O-4
CATEGORIA	CONTADOR
CPF	650.845.000-04

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 16.03.2011 as 13:35:13.
Válido até: 12.09.2011.
Código de Controle: 94515.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

Companhia Riograndense
de Saneamento

CORSAN

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

AOS ACIONISTAS

Atendendo às disposições da legislação societária, normas aplicáveis e estatutárias, submete-se este Relatório da Administração, que demonstra as atividades desenvolvidas pela Companhia no exercício social de 2010, acompanhado dos Pareceres dos Auditores Externos, Conselho Fiscal e da Manifestação do Conselho de Administração para a apreciação dos Senhores Acionistas.

1. PERFIL DA EMPRESA

A Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN foi criada em 21 de dezembro de 1965 e instalada oficialmente em 28 de março de 1966 com o objetivo básico de fornecer melhor qualidade de vida e saúde à população com a preservação dos recursos hídricos.

Passados 44 anos, a Companhia se mantém fiel ao objetivo traçado, como braço estratégico do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, ao lado da Secretaria de Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Urbano – SEHADUR, executando políticas públicas de saneamento básico.

O marco regulatório do saneamento básico, no Brasil, foi institucionalizado pela Lei nº 11.445/07. A partir desta data o Governo do Estado do Rio Grande do Sul através da Secretaria de Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Urbano – SEHADUR e da CORSAN vem fortalecendo as implantações técnicas de planejamento e gestão corporativa, proporcionando uma série de melhorias e expandindo os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Segundo dados da ONU, mais de 800 milhões de pessoas não têm acesso à água potável. Quanto àqueles que não recebem serviços de saneamento, este número é praticamente o triplo.

A CORSAN, preocupada com estes dados, fornece água tratada para 349 localidades, sendo 34 distritos e 315 municípios. Em relação ao serviço de esgotamento sanitário, em 2010, a Companhia possui a concessão em 233 municípios.

Esta prestação de serviços beneficia com água tratada e esgotamento sanitário 7 milhões de pessoas, dois terços da população gaúcha, que é de 10 milhões, contabilizando 2.344.690 economias supridas com água e 260.923 economias com coleta de esgoto.

2. ESTRATÉGIAS DA GESTÃO EM SANEAMENTO

Em 2010, em continuidade à implementação do Programa Estruturante Saneamento em Ação, foram instalados 143.180 novos hidrômetros, resultando um total de 1.686.490 ligações com hidrômetro nos municípios onde a CORSAN opera sistemas de abastecimento de água, possibilitando a redução de perdas físicas e de faturamento.

Outra estratégia de gestão foi o início da operação no dia 29 de março de 2010 da Central de Atendimento “Corsan 24 horas”, como opção de solução rápida às questões relativas às contas de água, alteração de endereço de entrega da fatura, novas ligações de água, segunda via de conta, emissão da conta em braile e recebimento de reclamações relativas ao abastecimento de água. Este serviço trouxe uma opção de comodidade que teve como objetivo promover um melhor relacionamento com os clientes. O próximo passo a ser dado em relação ao atendimento ao cliente será o de acompanhar mais proximamente o atendimento presencial dos 314 escritórios distribuídos pelo interior, Porto Alegre e região metropolitana de Porto Alegre, ações proporcionadas através do site (auto-atendimento e e-mail) e totens (que totalizam 50 espalhados em diversos municípios), bem como o monitoramento do Call Center.

Ainda, em 28 de outubro de 2010, aconteceu a incorporação da Companhia de Indústrias Eletroquímicas – CIEL fornecedora de sulfato de alumínio à Companhia Riograndense de Saneamento, que a partir desta data passou a ser um departamento da CORSAN. Esta ação de gestão possibilitou a redução dos custos operacionais, ampliando a atuação da Companhia no mercado.

3. ANÁLISE CONJUNTURAL

3.1 CONTEXTO LEGAL

A Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988, atribuiu, através do Inciso IV do artigo 200, ao Sistema Único de Saúde a competência para participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico. Através dessas políticas é possível garantir o acesso universal e igualitário às ações e serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde dos brasileiros, posto que direito de todos e dever do Estado conforme previsto no artigo 196 da Carta Magna.

As condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e funcionamento do sistema, estão previstas na Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, mais especificamente em seu artigo 15, onde consta que a União, os Estados e os Municípios exercerão, em seu âmbito administrativo, as atribuições de participar de formulação da política e de execução das ações de saneamento básico, colaborar na proteção e recuperação do meio ambiente, bem como propor a celebração de convênios, acordos e protocolos internacionais relativos à saúde, saneamento e meio ambiente.

3.2 AMBIENTE REGULATÓRIO

A Lei nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007, estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, sendo assim, é ela que regula os serviços públicos prestados pela Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN através do Governo do Estado do Rio Grande do Sul e da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano – SEHADUR.

A regulação dos novos contratos assinados entre a CORSAN e os municípios gaúchos referentes à prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário é de competência da Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do RS - AGERGS, através de convênio firmado diretamente com os municípios.

Ao município é dada a atribuição de fiscalização e à AGERGS cabe a homologação de tarifas, definição de padrões de qualidade dos serviços e mediação de conflitos. Através dos contratos é assegurada a qualidade dos serviços e as garantias para o aporte de recursos financeiros para novos investimentos.

3.3 ANÁLISE DE MERCADO

O artigo 175 da Constituição Federal estabelece que é atribuição do Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.

A Companhia está inserida num ambiente de mercado que é operado através de regime de concessão pública, que entre outros atributos, analisa a capacidade de operação e a qualidade da prestação dos serviços às comunidades.

O Poder Concedente, que são os municípios juntamente com as Agências Reguladoras, em conformidade com o artigo 241 da Constituição, estipulam o caráter especial do contrato e da prorrogação, as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão, os direitos dos usuários, política tarifária e a obrigação de manter serviços adequados.

A prestação dos serviços de saneamento básico, no Brasil, está concentrada principalmente em operadores públicos. No Rio Grande do Sul, a CORSAN mantém contratos de delegação de prestação de serviços com 349 localidades na área de jurisdição de 315 municípios, onde atua nos serviços de abastecimento de água. Em relação ao serviço de esgotamento sanitário, em 2010 a Companhia possui a concessão em 233 municípios.

A política econômica de subsídio cruzado é que viabiliza o equilíbrio e a manutenção do mercado. Este equilíbrio é necessário para o atendimento universalizado às diferentes comunidades, principalmente àquelas menos desenvolvidas economicamente.

3.4 CONCORRÊNCIA

Na área de saneamento do Rio Grande do Sul, os organismos (autarquias e companhias) municipais são responsáveis pela prestação dos serviços nos municípios de Bagé (Departamento de Água e Esgotos de Bagé – DAEB), Caxias do Sul (Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE), Novo Hamburgo (Serviços de Água e Esgoto de Novo Hamburgo – COMUSA), Pelotas (Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas – SANEP), Porto Alegre (Departamento Municipal de Água e Esgotos – DMAE), Santana do Livramento (Departamento de Água e Esgotos - DAE) e São Leopoldo (Serviço Municipal de Água e Esgotos – SEMAE).

As prefeituras e outros operadores independentes atuam em sistemas de abastecimento de água de 182 municípios, sendo esses serviços prestados por associações, cooperativas e outras iniciativas, criadas a partir de programas de saneamento rural.

Neste sentido, algumas prefeituras tem promovido processos licitatórios onde está sendo permitido que outras companhias e empresas privadas participem. Ainda, algumas Companhias de outras unidades da Federação, estão fazendo alteração em seus Estatutos, para que possam participar de licitações em outros Estados da Federação. Sendo assim, nestes municípios há um aumento da concorrência.

Apesar, desta mudança que vem gradativamente ocorrendo, mesmo assim, a CORSAN, pela logística dos serviços implementados no Estado é a operadora que apresenta maior relevância no contexto estadual, abrangendo a maioria dos sistemas e possuindo relevante capacidade de geração de economia em escala, com variáveis níveis de complexidade de operação pelos diferentes aspectos geográficos das regiões.

Diferentemente das demais companhias estaduais de saneamento do Brasil, não mantém contrato de concessão com a Capital do Estado, fato que impõe padrão de operação e comercialização singular pela inexistência dessa economia metropolitana.

3.5 FOCOS DA GESTÃO

Visando definir os projetos de investimentos e dando continuidade ao processo de melhoria de gestão da organização para os próximos anos, a CORSAN estabeleceu como metodologia a ser adotada, a necessidade do alinhamento estratégico através do planejamento e orçamento.

O alinhamento eficaz necessitou do entendimento das estratégias e metas, a utilização de indicadores e informações complementares possibilitando o planejamento, controle e monitoramento, análise e melhoria nos principais processos da organização demandando participação pró-ativa das diversas áreas e sinergia entre suas ações.

Neste cenário temos como ações estruturadoras o atendimento aos Contratos de Programa, as obras de esgotamento sanitário e de abastecimento de água, melhoria do desempenho operacional, comercial e empresarial.

Com este contexto, adotou-se o seguinte método:

Dessa forma, foram definidas as declarações estratégicas a seguir:

Visão – Ser referência na qualidade da prestação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no Rio Grande do Sul e no Brasil.

Missão – Promover o saneamento ambiental com preço justo e excelência nos serviços cumprindo o papel social da Companhia.

Os objetivos estratégicos foram estabelecidos por perspectiva:

Perspectiva Financeira: aprimorar os conceitos de Governança Corporativa, garantir a sustentabilidade financeira e ampliar a capacidade de investimentos.

Perspectiva Clientes: ser reconhecida como empresa pública estadual de excelência com responsabilidade socioambiental, comunicar-se eficientemente com as partes interessadas, conquistar e fidelizar clientes através da prestação de serviços e do fornecimento de produtos com qualidade e ampliar a cobertura do abastecimento de água e do esgotamento sanitário.

Perspectiva Processos Internos: contribuir para a preservação do meio ambiente e dos recursos hídricos, otimizar os processos visando o aumento da arrecadação e a redução de custos operacionais e adequar o modelo de gestão empresarial ao novo contexto do saneamento.

Perspectiva Aprendizado Organizacional: fomentar a implantação de sistemas de gestão baseados nos modelos PNQ/PGQP, e ISO, perseguindo a excelência nos processos e buscar o permanente desenvolvimento organizacional, tecnológico e de recursos humanos fortalecendo a cultura do trabalho orientado a resultados.

Adotando-se a mesma sistemática utilizada para o levantamento de demandas quando da elaboração do orçamento anual de investimento e da formulação do PPA – Plano Plurianual do Governo do Estado, foram estabelecidos os programas de Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário, Desenvolvimento Empresarial, Desenvolvimento Operacional e o Desenvolvimento Comercial, para a CORSAN.

4. SINOPSE DO DESEMPENHO

No ano de 2009, de acordo com a Revista Exame (Edição Especial – Melhores e Maiores – pg. 248) a CORSAN está entre as 500 maiores companhias do país em vendas, na classificação 322. No ano de 2008 a Companhia havia ficado na posição 350.

A CORSAN ocupa a posição 32 na classificação das 50 maiores estatais por vendas, conforme a Revista Exame (Edição Especial – Melhores e Maiores – pg. 280).

Situada entre as dez maiores empresas de saneamento do Brasil, a CORSAN presta serviços com excelência no abastecimento de água às comunidades gaúchas, tendo como suporte novos padrões de Gestão voltados ao cliente.

Neste exercício os serviços prestados pela CORSAN de abastecimento de água foram estendidos a 76.114 novas economias beneficiando aproximadamente 198.907 pessoas. O esgotamento sanitário teve um incremento de 14.652 novas economias, beneficiando 37.793 novos indivíduos.

Variáveis Físicas e Financeiras	Unidade	2010	2009	%
Total Economias Água	ECO	2.344.690	2.268.576	3,3
Total Economias Esgoto	ECO	260.923	246.271	5,9
Empregados em Atividade	Pessoas	5.348	4.703	13,7
Volume Disponibilizado	1.000 m³	509.555	506.581	0,5
Receita Operacional Líquida	R$ milhões	1.576.992	1.477.897	8,5
Custos dos Serviços	R$ milhões	1.003.414	977.142	12,8

5. PREMIAÇÕES E RECONHECIMENTOS

Em continuidade ao processo de desenvolvimento da gestão, em 2010 a Companhia realizou uma série de ações alinhadas às estratégias. No primeiro semestre, com o objetivo de identificar oportunidades para melhoria da gestão, 25 Unidades de Saneamento, a SITEL e a CIEL se submeteram a avaliação externa participando do Prêmio Qualidade RS do Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade – PGQP. Desta participação foram obtidos cinco reconhecimentos. Com o mesmo objetivo, no segundo semestre, 12 Unidades de Saneamento e a SITEL participaram do Prêmio Nacional da Qualidade em Saneamento – PNQS, obtendo outros onze reconhecimentos.

As ações para a melhoria dos processos corporativos tiveram continuidade, garantindo a manutenção das certificações ISO para os processos de superintendências corporativas já certificadas, além da obtenção de mais uma recomendação para certificação ISO 9001:2008 para a CIEL, antes da incorporação à CORSAN.

Pela sua atuação, a Companhia foi reconhecida por meio de diversos destaques e premiações recebidos ao longo do ano. Como pode ser observado a seguir:

- 17 reconhecimentos e manutenções de certificações conquistadas no ano de 2010, entre elas, Prêmio José Lutzemberger, Prêmio Revista Amanhã e Pricewaterhouse Coopers;

- CORSAN, marca mais lembrada e também a preferida na pesquisa Marcas de Quem Decide – Mais Lembrada e Preferida 2010, entre Empresas Públicas;

- Certificação da CIEL pela ISO 9001:2008;

- Prêmio Lennart Levi – categoria empresarial, ISMA-BRASIL (*International Stress Management Association*) pelo PROGRAMA SAÚDE DO TRABALHADOR segundo a ANÁLISE INSTITUCIONAL;

- Selo RA1000 – conferido pelo site RECLAME AQUI – melhor qualificação (100% das reclamações respondidas).

A participação da Companhia em processos de avaliação externa da gestão em 2010 teve como resultado, muitas conquistas pelas Unidades Organizacionais, como pode ser observado a seguir:

PQRS 2010

- Medalha Bronze Nível I – Unidade de Saneamento de Venâncio Aires;

- Troféu Bronze Nível II – Unidades de Saneamento de Cachoeirinha, Cidreira e Não Me Toque, Colorado e Victor Graeff;

- Troféu Prata Nível II – Unidade de Saneamento de Canoas.

PNQS 2010

- Distinção PNQS Nível I – Unidades de Saneamento de Carazinho, Garibaldi, Lajeado e Taquara;

- Distinção PNQS Nível II – Unidades de Saneamento de Cachoeirinha e Vacaria;

- Distinção PNQS Nível III – Unidade de Saneamento de Canoas e SITEL;

- Troféu Bronze Nível I – Unidades de Saneamento de Não Me Toque e Palmitinho;

- Troféu Prata Nível II – Unidade de Saneamento de Viamão;

- Diploma de Participação Especial – “Avanços para a Excelência” – Unidades de Saneamento de Canoas e SITEL;

- Diploma de Participação Especial – “Rumo a Excelência” – Unidades de Saneamento de Cachoeirinha e Vacaria;

- Diploma de Participação Especial – “Compromisso com a Excelência” – Unidades de Saneamento de Garibaldi, Lajeado, Taquara e Carazinho.

A prática de avaliação da satisfação de clientes por meio da aplicação de pesquisas bienais teve continuidade no ano de 2010. Foram realizadas pesquisas em 55 municípios do estado atendidos pela CORSAN, de forma individualizada. Conforme o tamanho da população do município foi definido estatisticamente o número de entrevistas a serem realizadas. Desta forma, foram realizadas aproximadamente 21 mil entrevistas nestes 55 municípios.

Os resultados foram tabulados gerando relatórios por município, por região e um relatório consolidado com todos os resultados gerados. Do relatório consolidado dos 55 municípios destacam-se alguns resultados, como:

- 81,6% dos pesquisados tem uma imagem positiva da CORSAN;

- 83,8% atribuíram nota igual ou superior a 7, numa escala de 1 a 10, para a qualidade da água fornecida pela CORSAN;
- 82,2% dos usuários da rede coletora de esgotos avaliaram este serviço como bom ou excelente;
- 84% dos clientes entrevistados que entraram em contato com a CORSAN, consideraram o serviço recebido como bom ou excelente;
- 92% dos respondentes da pesquisa avaliaram a satisfação geral com os serviços prestados pela CORSAN com uma nota igual ou superior a 7, em uma escala de 1 a 10, resultando uma nota média de 8,35 de satisfação.

6. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Companhia Riograndense de Saneamento no conjunto de suas práticas de gestão tem por finalidade otimizar o desempenho e proteger partes interessadas, tais como investidores, empregados e credores, empenha-se na transparência, equidade de tratamento dos acionistas e prestação de contas.

6.1 TRANSPARÊNCIA – ASSEMBLÉIAS, ESTRUTURA ACIONÁRIA E GRUPO DE CONTROLE

6.1.1 Assembléias

As assembléias gerais são realizadas em data e hora que não dificultem o acesso aos acionistas. O edital de convocação de assembléias gerais contém descrição precisa da pauta a ser abordada incluíndo temas relevantes e oportunos, exigidos pelos acionistas para convocação de assembléia geral. Quando os assuntos objeto da pauta são complexos, a companhia convoca a assembléia com antecedência mínima de 30 dias.

6.1.2 Estrutura Acionária e Grupo de Controle

Abaixo a estrutura acionária que compõe o capital social da Companhia. Verifica-se como grupo de controle, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Acionistas	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total ações	Capital total (%)	Capital votante (%)
Estado do Rio Grande do Sul	203.659.006	169.321.006	372.980.012	91,56972301341	99,99999017966
Caixa de Administração da Dívida Pública	-	34.338.000	34.338.000	8,43026716626	-
Prefeitura Municipal de Estrela	5	5	10	0,00000245508	0,00000245508
Prefeitura Municipal de Carazinho	3	3	6	0,00000147305	0,00000147305
Prefeitura Municipal de São Marcos	2	2	4	0,00000098203	0,00000098203
Prefeitura Municipal de Muçum	2	2	4	0,00000098203	0,00000098203
Prefeitura Municipal de Rosário do Sul	2	2	4	0,00000098203	0,00000098203
Prefeitura Municipal de Lajeado	2	2	4	0,00000098203	0,00000098203
Prefeitura Municipal de Quaraí	2	2	4	0,00000098203	0,00000098203
Prefeitura Municipal de Cerro Largo	2	2	4	0,00000098203	0,00000098203
Total	**203.659.026**	**203.659.026**	**407.318.052**	**100,00000000000**	**100,00000000000**

6.2 CONTROLES INTERNOS

A empresa pauta pelas melhores práticas de controles internos incluindo o gerenciamento integrado dos atos de gestão e dos fatos administrativos e contábeis. Há análise e a revisão contínua, bem como, o mapeamento das possíveis fragilidades da estrutura e quando da detecção de insuficiências, estas são notificadas à Assessoria de Gestão de Risco da Empresa.

Alguns Órgãos da Companhia vem revisando seus processos, mapeando-os e os submetendo aos Organismos Certificadores. Neste sentido, foram mantidas as certificações ISO para os processos de superintendências corporativas já certificadas, além de obtenção de mais uma recomendação para certificação ISO 9001:2008 para a CIEL.

6.3 ESTRUTURA DA GOVERNANÇA

A estrutura da Gestão da Companhia, Conforme preceitos da Governança Corporativa, tem a seguinte composição:

6.3.1 Conselho de Administração

Órgão de deliberação colegiada e com autonomia dentro de suas prerrogativas e responsabilidades, estabelecidas por lei e pelo Estatuto Social, atua de forma a proteger o patrimônio da Companhia, perseguir a consecução do objeto social e orientar os atos de gestão da diretoria executiva. O Conselho tem cinco membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos para o mandato de dois anos pela Assembléia Geral de Acionistas, permitida a reeleição. Quatro são eleitos pelo acionista controlador e um pelo acionista minoritário.

6.3.2 Diretoria Executiva

Exerce a gestão dos negócios, em sintonia com a visão, missão, foco e mapas estratégicos, valores e princípios fixados pelos integrantes da Gestão. É composta pelo diretor presidente e mais cinco diretores eleitos pelo Conselho, para mandatos de dois anos, permitida reeleição. O presidente é membro do Conselho de Administração, sem, no entanto, presidir o órgão.

6.3.3 Conselho Fiscal

Cabe ao Conselho Fiscal representar os acionistas em sua função fiscalizadora, acompanhando os atos dos administradores e verificando o cumprimento de seus deveres legais e estatutários, bem como, defender os interesses da CORSAN e dos Acionistas. Como prevê a Lei das Sociedades Anônimas, o Conselho Fiscal da Companhia atua de modo permanente e independente da Administração. É composto por no mínimo três e no máximo cinco membros efetivos e de igual número de suplentes. São eleitos pela Assembléia Geral Ordinária, com mandatos de um ano, facultada a reeleição.

6.3.4 Auditoria Externa

No que tange a prestação de serviços não relacionados à auditoria externa, a política da Companhia junto aos auditores independentes, se pauta nos princípios que preservam a independência do auditor. Segundo as práticas da governança, a restrição à prestação de outros serviços visa evitar a perda dessa independência. Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, a Administração informa que a auditoria contratada até 28 de novembro de 2010 foi HLB AUDILINK & CIA AUDITORES. A partir de 29 de novembro de 2010 os serviços de auditoria externa passaram a ser prestados pela empresa ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S.

6.3.5 Acesso a Informações

A Companhia disponibiliza informações ao mercado, acionistas e a pedido dos membros do Conselho Fiscal, sem limitações relativas a exercícios anteriores, desde que tais informações tenham relação com

questões atuais em análise, ou refiram-se a partes relacionadas, observando-se que não viole o sigilo imposto por lei.

6.3.6 Informações Contábeis

A empresa adota os princípios de contabilidade em vigor no Brasil, convergindo para as Normas Internacionais de Contabilidade pela Comissão de Valores Mobiliários, as quais aprovam os Pronunciamentos emanados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e submetidas à avaliação dos auditores independentes.

6.3.7 Proteção a Acionistas Minoritários

No sentido de se resguardar os direitos dos acionistas minoritários, proprietários de ações preferenciais e ordinárias, a gestão, através do Estatuto Social, assegura assento e representatividade por membros nos Conselhos Fiscais e de Administração. A empresa zela pela distribuição legal do pagamento dos juros sobre o capital próprio e dividendos proporcionando tratamento igualitário a todos os Acionistas.

7. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

As ações que pautaram a Gestão Corporativa, no exercício de 2010, podem ser resumidas nos programas desenvolvidos.

7.1 PROGRAMA DE MELHORIA DE GESTÃO DA CORSAN – PMG

O Programa de Melhoria de Gestão – PMG da CORSAN foi desenvolvido com foco em quatro frentes de atuação: corporativo; Unidades de Saneamento; Tecnologia da Informação e Comunicação e Tecnologias aplicadas aos processos administrativos, operacionais e comerciais.

A Companhia continuou utilizando a metodologia do *Balanced Scorecard – BSC* para o desdobramento das estratégias da CORSAN às Diretorias e Superintendências Funcionais. A partir dos objetivos do Mapa Estratégico, foram definidas as ações e projetos que foram executados em 2010. Entre elas, destacam-se:

- A criação da Superintendência de Relacionamento com o Cliente – SURC e a implantação da Central de Relacionamento CORSAN 24 horas que ampliou as opções de acesso dos clientes para obterem atendimento 24 horas por dia, durante os 7 dias da semana. Esta nova atividade foi implantada sem redução dos postos de atendimento presencial:

- Capacitação e utilização da metodologia do MASP-P (Método de Análise e Solução de Problemas de Perdas de Água) em oito Unidades de Saneamento para identificar causas, ajustar a medição dos volumes e melhorar o gerenciamento dos sistemas, visando à obtenção de resultados planejados de redução das perdas de água;

- Uso do Sistema de Análise de Negócios – SAN, especialmente pelas Unidades de Saneamento, para orientar a tomada de decisão e o planejamento das ações com base em resultados de indicadores e cumprimento de metas de desempenho;

- Desenvolvimento do conjunto de Indicadores Estratégicos para as Unidades de Saneamento com o objetivo de avaliação do desempenho, em alinhamento às estratégias corporativas e às perspectivas de resultados preconizados pelo MEG;

- Continuidade no desdobramento do planejamento estratégico corporativo para as Unidades participantes do Programa de Melhoria da Gestão;

- Capacitação de duas Superintendências funcionais para a Auto-Avaliação da Gestão, segundo a metodologia do GESPÚBLICA.

Ainda, em relação ao foco do programa nas Unidades de Saneamento, foi mantido o processo de qualificação com base no Modelo de Excelência da Gestão – MEG da Fundação Nacional da Qualidade – FNQ e do GESPÚBLICA, do Governo Federal. Para tanto, foram utilizadas as diretrizes do Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade – PGQP e do Prêmio Nacional da Qualidade em Saneamento – PNQS e promovidas capacitações das pessoas. Ao longo do ano, foram realizadas oficinas de redação de relatórios da gestão, de desdobramento do planejamento estratégico corporativo para as Unidades de Saneamento, de interpretação dos critérios de avaliação do PQRS, Avaliador e Examinador do PQRS e Gestão Classe Mundial PNQS.

7.2 RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

A intervenção técnica social e ambiental no âmbito das contratações do plano de Aceleração do Crescimento (PAC) ocorre em consonância com os documentos normativos: PEAMSS e seu caderno metodológico, PRONEA e o COTS atualizado. Para cada tipo de financiamento há uma instrução normativa respectiva. Na busca do alcance dos objetivos traçados no Projeto, a estrutura das macroações é desenvolvida após a adaptação à realidade local e às diretrizes do programa/modalidade em desenvolvimento.

As diretrizes orientadoras para o desenvolvimento do Projeto Técnico são: incentivo e valorização do desenvolvimento e da utilização de tecnologias sustentáveis em saneamento básico, ênfase na escola local e gestão comunitária, orientações pelas dimensões da sustentabilidade, respeito ao regionalismo e às culturas locais, incentivo à participação comunitária, mobilização social e educomunicação, controle social e articulação com organizações públicas e da sociedade civil.

Em 2010, foi dado continuidade aos Projetos contratados em 2009 e foram contratados novos Projetos, via procedimento licitatório, para composição de equipe técnica que integrada a equipe multidisciplinar da CORSAN foi responsável pela execução do trabalho socioambiental e de mobilização social junto às obras do PAC relacionadas à temática.

O trabalho socioambiental é parte integrante do valor do investimento e é estabelecido contratualmente percentual mínimo entre 1,0% e 3,0% dos recursos destinados. O percentual é definido de acordo com o porte do investimento, considerando o impacto ambiental e social que o empreendimento provocará na região de abrangência do projeto. A ação deve fazer parte do plano de trabalho, do Quadro de Composição do Investimento – QCI e do cronograma físico financeiro do Termo de Compromisso ou do Contrato.

Em 2010, os investimentos contratados e em execução dos Projetos Técnicos foram com o Orçamento Geral da União/OGU-CEF, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Saneamento para Todos – FGTS – 2008, Saneamento para Todos – Banrisul/CEF – 2008.

Valor investido por Sistema:

Agente Financeiro	Município	Sistema	Valor Investido (R$)
OGU/CEF	Canoas	Esgoto Sanitário	124.591,99
OGU/CEF	Alvorada/Viamão	Esgoto Sanitário	389.169,29
OGU/CEF	Esteio/Sapucaia do Sul	Esgoto Sanitário	327.056,75
OGU/CEF	Carazinho	Esgoto Sanitário	10.603,17
OGU/CEF	Venâncio Aires	Esgoto Sanitário	13.129,30
OGU/CEF	Santa Rosa	Esgoto Sanitário	20.522,25
Saneamento para Todos – FGTS - 2008	Cachoeira do Sul	Esgoto Sanitário	39.121,83
Saneamento para Todos – Banrisul/CEF – 2008	Torres	Esgoto Sanitário	7.153,48
BNDES	Guaíba	Esgoto Sanitário	441.974,26
BNDES	Passo Fundo	Esgoto Sanitário	110.651,98
BNDES	Canoas, Gravataí, Portão, Santo Antonio da Patrulha, Sistema Integrado Canoas/Esteio/Sapucaia do Sul - SICES	Abastecimento Água	272.989,78

As atividades realizadas em 2010 estão registradas nos relatórios de acompanhamento que são entregues aos agentes financiadores para fiscalização e comprovação e disponíveis para consulta na Companhia.

A CORSAN tem por objetivo promover e estimular ações que a identifique como empresa cidadã, social e ambientalmente responsável. Nas diretrizes traçadas pelo Planejamento Estratégico 2008-2011 temos como objetivo principal o reconhecimento da CORSAN pelos clientes, como empresa pública estadual de excelência com responsabilidade socioambiental. Neste sentido, no ano de 2010, foram desenvolvidos projetos institucionais, abrangendo comunidades gaúchas, destacando-se:

- Programa Verão Legal RS/2010 – Projeto Estação das Águas – Destinado ao público infantil. No projeto são desenvolvidas atividades que fazem com que as crianças aprendam a respeitar o meio ambiente brincando.

- Em comemoração ao Dia Mundial da Água, diversas Unidades de Saneamento promoveram visitas orientadas às Estações de Tratamento de Água, para crianças e adolescentes na faixa etária acima de nove anos, além de palestras nas dependências da CORSAN e em escolas, indústrias e associações com o tema “Água Limpa Para Um Mundo Saudável”.

- Participação em eventos municipais como Feiras e Exposições, Aniversário ou Semana do Município, Rua da Cidadania, Semana do Meio Ambiente, Mutirões de Limpeza, Caminhadas Ecológicas;

- Projeto “Parada Ecológica CORSAN”, realizado durante a Semana Interamericana e Estadual da Água 2010, com a participação de 95 Unidades de Saneamento (Pólos e Vinculadas). Foram realizadas Visitas Orientadas às instalações da CORSAN, em especial às Estações de Tratamento de Água e Esgoto, Palestras, Pedágio da Água, Celebração “Água – Fonte de Vida” e Pedalando pela vida com a CORSAN;

- Contribuição para o Fundo Estadual para os Direitos da Criança e do Adolescente – FECA, através do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDICA;

- Firmado convênio entre CORSAN e Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – Seção RS, com a participação em Seminários, Congressos, Cursos, Palestras e Debates com o objetivo de levar conhecimento aos empregados da Companhia;

- Participação na Rede Parceria Social, Programa da Secretaria da Justiça e do Desenvolvimento Social do Estado do Rio Grande do Sul, patrocinando projetos de atendimento de crianças e jovens, tendo como foco ação educativa de conscientização/sensibilização no tema recursos hídricos, saneamento básico, meio ambiente e sustentabilidade ambiental. Neste sentido em 2009-2010 foi proposto o Projeto “Educação Socioambiental – Preservação, Conservação e Recuperação dos Recursos Hídricos e Saneamento Básico”. Neste sentido, foram desenvolvidos os seis projetos abaixo, em 09 cidades, com investimento de R$ 205.449,00:

- Projeto Conhecendo as Águas de Meu Município desenvolvido em conjunto com a rede escolar de ensino médio e entidades parceiras do município com o objetivo de atingir um grau maior de conhecimento a respeito das águas que deságuam no manancial principal, através dos arroios que banham os municípios. A seguir dados deste projeto:

- Programa de Incentivo à Ligação de Esgoto – Desenvolvido a partir de 2009, este projeto tem como Slogan “Você é Responsável por Tudo que Joga no Ambiente”, é desenvolvido nos municípios atendidos pelo sistema de coleta e tratamento de esgoto. Este programa envolve essencialmente visitas domiciliares em parceria com as Prefeituras Municipais à imóveis não ligados à rede coletora de esgotamento sanitário, estimulando a informação, sensibilização e conscientização sobre a preservação do ambiente, em especial, os recursos hídricos, e a importância da ligação predial à rede pública de esgoto. Fase atual destes projetos:

O Trabalho Socioambiental (TSA) desenvolvido pela CORSAN divide-se em dois grandes momentos: a) antes e durante a execução das obras; b) pós obra. Tem como enfoque a co-responsabilidade do cidadão, ou seja, o morador como sujeito responsável pela melhoria da qualidade ambiental. Este trabalho tem atuação em: Esteio, Sapucaia do Sul, Alvorada, Viamão, Canoas, Carazinho, Santa Rosa, Venâncio Aires, Guaíba, Passo Fundo, Cachoeira do Sul e Torres. Nos municípios de Esteio, Sapucaia do Sul, Alvorada, Viamão e Canoas foram realizadas 21.011 visitas domiciliares para a divulgação sobre o SES (Serviço de Esgotamento Sanitário).

7.3 OUTRAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

O resultado do trabalho desenvolvido em conjunto com a Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul – FAMURS, a Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul – AGERGS e o Ministério Público Estadual, vem de forma exitosa renovando os contratos de prestação de serviços com os municípios gaúchos , denominados Contratos de Programa, implementando, com o apoio do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, à gestão associada dos serviços de saneamento básico.

Esta nova denominação jurídica, Contrato de Programa, vem atender às exigências legais e garantir a consolidação da relação entre o Município e a Companhia, além de padronizar procedimentos, incorporar indicadores de desempenho e incluir a designação de entidade de regulação e fiscalização, conforme exige a Lei do Saneamento aprovada em janeiro de 2007.

Até dezembro de 2010, foram assinados 201 contratos envolvendo a prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Outro importante resultado dessa parceria foi a revisão do Regulamento de Serviços de Água e Esgoto – RSAE, documento que disciplina a prestação de serviços, pela CORSAN aos usuários, nos municípios onde a AGERGS exerce atividade regulatória.

Os municípios que já aderiram ao novo modelo contratual para prestação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário são:

Aceguá, Água Santa, Agudo, Alegrete, Alvorada, Antônio Prado, Aratiba, Arroio do Meio, Arroio do Sal, Arroio dos Ratos, Arroio Grande, Arvorezinha, Áurea, Balneário Pinhal, Barão, Barra do Guarita, Barracão, Barro Cassal, Bento Gonçalves, Boa Vista do Buricá, Bom Jesus, Bossoroca, Caçapava do Sul, Cacequi, Cacique Doble, Caibaté, Campinas do Sul, Campo Bom, Campo Novo, Campos Borges, Canoas, Capão da Canoa (Curumim), Capela de Santana, Carazinho, Carlos Barbosa, Caseiros, Cerrito, Cerro Largo, Charqueadas, Chuí, Cidreira, Ciríaco, Colorado, Condor, Constantina, Coronel Bicaco, Cotiporã, Cirssiumal, Cruz Alta, Cruzeiro do Sul, David Canabarro, Dilermando de Aguiar, Dois Irmãos, Dona Francisca, Doutor Maurício Cardoso, Encantado, Encruzilhada do Sul, Entre-Ijuís, Entre Rios do Sul, Erebango, Erval Grande, Erval Seco, Esmeralda, Espumoso, Estação, Estância Velha, Esteio, Fagundes Varela, Farroupilha, Faxinalzinho, Fortaleza dos Valos, Frederico Westphalen, Gaurama, Getúlio Vargas, Glorinha, Gravataí, Guaíba, Guaporé, Guarani das Missões, Horizontina, Ibirubá, Ilópolis, Imbé (Albatroz, Mariluz, Nordeste, Presidente, Santa Terezinha), Independência, Ipê, Iraí, Itaqui, Ivorá, Jaboticaba, Jaguarão, Jaquirana, Júlio de Castilhos (Três Mártires), Lagoa Vermelha, Lagoão, Lajeado, Lavras do Sul, Maçambará, Machadinho, Manoel Viana, Marcelino Ramos, Mariano Moro, Maximiliano de Almeida, Miraguaí, Morro Reuter, Não-me-Toque, Nonoai, Nova Bassano, Nova Palma, Nova Petrópolis, Nova Prata, Nova Roma do Sul, Nova Santa Rita, Osório, Palmares do Sul (Granja Vargas, Quintão), Palmeira das Missões, Palmitinho, Pantano Grande, Paraí, Passo Fundo, Paverama, Pedras Altas, Pedro Osório, Pejuçara, Pinheirinho do Vale, Piratini, Portão, Porto Lucena, Porto Xavier, Putinga, Quaraí, Restinga Seca, Riozinho, Roca Sales, Rodeio Bonito, Rolante, Ronda Alta, Rosário do Sul, Salto do Jacuí, Sananduva, Santa Bárbara do Sul, Santa Margarida do Sul, Santa Maria do Herval, Santa Rosa, Santiago, Santo Ângelo, Santo Antônio da Patrulha, Santo Antônio das Missões, Santo Augusto, Santo Cristo, São Francisco de Assis, São Jerônimo, São João da Urtiga, São Jorge, São José do Herval, São José do Inhacorá, São José do Norte, São José dos Ausentes, São José do Ouro, São Marcos, São Martinho, São Miguel das Missões, São Nicolau, São Pedro do Sul, São Sebastião do Caí (Conceição), São Sepé (Vila Block), São Valentim, Sapiranga, Sapucaia do Sul, Sarandi, Seberi, Sede Nova, Sertão, Severiano de Almeida, Silveira Martins, Sobradinho, Soledade, Tapera, Taquara, Taquaruçu do Sul, Tavares, Tiradentes do Sul, Torres, Tramandaí, Três Cachoeiras, Três Coroas, Três Passos, Trindade do Sul, Triunfo, Tupanciretã, Vacaria, Venâncio Aires, Veranópolis, Viadutos, Viamão (Itapoã, Vila Santa Isabel), Vicente Dutra, Victor Graeff, Vila Flores, Vista Alegre, Vista Gaúcha, Xangri-lá (Atlântida, Rainha do Mar).

A CORSAN atua, também, em ações de caráter social impulsionadas pelo Governo do Estado nas instâncias do Processo de Consulta Popular, envolvendo a destinação dos recursos do orçamento público. Como parte da política de responsabilidade social corporativa, a Empresa apoiou campanhas e eventos de

interesse público e incentivou a participação de seu quadro funcional em programas e projetos voltados às demandas comunitárias.

8. FINANCIAMENTOS CORPORATIVOS E INVESTIMENTOS REALIZADOS

Pontua-se a seguir, as fontes e usos, que caracterizaram as principais ações da gestão, com o objetivo de cumprir as políticas estabelecidas pelo Acionista Majoritário, de forma solidária com as políticas do Governo Federal.

8.1 FINANCIAMENTOS CORPORATIVOS

O Governo do Estado, por meio da SEHADUR (Secretaria de Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Urbano), orientou a CORSAN através da Gestão Corporativa, a obtenção de projetos de financiamento junto ao Governo Federal, via Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A Companhia juntamente com o BNDES firmou contrato datado em 03 de abril de 2008 num crédito de R$ 184 milhões à conta dos seus recursos ordinários, que são compostos, dentre outras fontes, pelos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), pelos recursos originários do FAT – Depósitos Especiais e do Fundo de Participação PIS/PASEP, destinado à expansão e melhoria do sistema de abastecimento de água e de esgotamento sanitário em diversos municípios do Estado do Rio Grande do Sul, beneficiando as seguintes localidades: Alvorada, Sapiranga, Campo Bom, Canoas, Esteio, Sapucaia do Sul, Charqueadas, Gravataí, Guaíba, Passo Fundo, Portão, Rio Grande, Santa Maria, Santo Antônio da Patrulha, Três Coroas e Estância Velha. Os valores das contrapartidas de 13,47% estão sendo garantidos pela CORSAN, de acordo com os cronogramas físico-financeiros.

No âmbito do Programa de Saneamento para Todos a CORSAN e a CEF firmaram contratos de financiamentos e repasse, em 17 de agosto de 2007, para execução de obras e serviços de abastecimento de água, beneficiando Arroio do Meio, Cachoeirinha, Carlos Barbosa, Encantado, Gravataí, São Sepé, Sapiranga, Tramandaí e Viamão, totalizando um empréstimo de R$ 18,9 milhões, com uma contrapartida inicial de R$ 2,1 milhões do total do investimento. Da mesma forma, as obras de esgotamento sanitário foram contempladas, favorecendo Capão da Canoa, Encantado, Osório, Passo Fundo, Rio Grande e Santa Cruz do Sul, somando um empréstimo de R$ 72,7 milhões e uma contrapartida inicial de R$ 10,1 milhões.

Em 2008 e 2009, a Companhia obteve financiamento concedido pela CAIXA, lastreado em recursos do FGTS, equivalente a R$ 49,5 milhões e R$ 119 milhões, tendo contrapartida inicial de R$ 4,9 milhões e R$ 13,2 milhões, respectivamente, beneficiando Alegrete, Canguçu, Santa Rosa, Cachoeira do Sul, Bento Gonçalves, Carazinho, Glorinha, Gramado, Canela, Ijuí, Rio Grande, Santa Rosa e Santiago.

A União Federal, por intermédio do Ministério das Cidades, com recursos do Orçamento Geral da União – OGU, juntamente com o Governo do Estado firmou contrato de repasse para ampliação dos sistemas de esgotamento sanitário e prestação de serviços no montante de R$ 368,4 milhões, tendo como repasse R$ 271,5 milhões.

Em dezembro de 2010, referente ao PAC II – grupo 1, a CORSAN firmou contrato de financiamento com o Ministério das Cidades, no valor total de investimentos de R$ 389,9 milhões destinados a obras de esgotamento sanitário e abastecimento de água, bem como para projetos de engenharia. Sendo R$ 249,8 milhões com recursos do Orçamento Geral da União e R$ 132,3 milhões com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, tendo o valor de R$ 7,7 milhões de contrapartida a cargo da CORSAN.

No mesmo período foi firmado o contrato de financiamento referente ao PAC II – grupo 2, no total de R$ 207,8 milhões, com contrapartida de R$ 1,3 milhões, contemplando obras e projetos de esgotamento sanitário e abastecimento de água.

8.2 INVESTIMENTOS REALIZADOS

No quadro a seguir é apresentado o demonstrativo de investimentos realizados em 2010, visualizado pelos cinco programas: abastecimento de água, esgotamento sanitário, desenvolvimento operacional, desenvolvimento comercial e desenvolvimento empresarial.

Programa	Origem do Recurso		Total
	Próprio	Terceiro	
Abastecimento de Água	38.813.218,26	24.338.869,31	63.152.087,57
Esgotamento Sanitário	45.457.737,43	142.987.203,41	**188.444.940,84**
Desenvolvimento Comercial	20.311.296,94	0,00	**20.311.296,94**
Desenvolvimento Empresarial	4.849.269,44	0,00	**4.849.269,44**
Desenvolvimento Operacional	13.626.599,69	6.656.224,48	**20.282.824,17**
Totais	123.058.121,76	173.982.297,20	297.040.418,96

9. AMPLIAÇÕES NOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

A Companhia ampliou o atendimento à 76.114 novas economias, totalizando o final do período com abastecimento de água potável a 2.344.690 economias. A coleta e tratamento de esgotos foram ampliados em 14.652 economias, verificando-se ao final do período o atendimento a 260.923 economias no Estado Gaúcho. Para adequar-se às demandas de saneamento, foram realizados investimentos com recursos próprios tendo como objetivo a saúde pública e a manutenção do meio-ambiente.

A Companhia aperfeiçoou os Sistemas de Esgotamento Sanitário com um acréscimo de 21.656 metros na extensão das redes coletoras. A capacidade de tratamento das Estações de Tratamento de Esgoto foi ampliada em 118 litros por segundo, minimizando os impactos sobre o meio ambiente.

Nos Sistemas de Abastecimento de Água, a distribuição foi ampliada em 148.836 metros e houve a troca de 82.244 metros de rede. O volume de reservação foi expandido em 2.140.000 litros.

O Programa de Açudes e Poços – PAP, da CORSAN, vinculado à Secretaria de Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Urbano – SEHADUR, perfurou 183 poços tubulares profundos beneficiando diversas coletividades do Estado.

A CORSAN, em 2010, desenvolveu um sistema de bioengenharia para recuperação de mata ciliar do sistema de captação na Barragem de Santa Cruz do Sul. Realizou o plantio de 33.600 mudas nas áreas da Estação de Tratamento de Esgoto de Rio Grande (ETE Navegantes) e no Sistema de Captação de Águas de Santa Cruz do Sul. Nas áreas das Estações de Tratamento de Esgotos – ETE's Espumoso, Araucárias (Passo Fundo), Araçá (Capão da Canoa), Dom Pedrito, Quaraí, Rosário do Sul e Alegrete foi desenvolvido o programa de manutenção preventiva e reposição de mudas. Foi efetuada doação de 30.000 mudas para o Município de Passo Fundo, em decorrência de reposição obrigatória pela construção da Barragem da Fazenda. O valor total investido com estes programas foi de R$ 678.789,18.

10. POLÍTICAS OPERACIONAIS

Em busca de maior eficiência na operação dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário e industrial foram desenvolvidas durante o ano de 2010 as seguintes ações:

10.1 MELHORIAS NO TRATAMENTO DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

A CORSAN emite mensalmente e semestralmente relatórios sobre a qualidade da água tratada e disponibiliza para todos os municípios onde atua, de acordo com a orientação do Ministério da Saúde, por meio do Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano – SISÁGUA.

A água distribuída teve o monitoramento permanente, em atendimento à Portaria nº 518/04 do ministério da Saúde e gerou 1.000 relatórios mensais para o Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano – SISÁGUA. Estes relatórios foram enviados para 314 Prefeituras Municipais atendidas pela CORSAN. O controle analítico é supervisionado pelo Laboratório Central da CORSAN que é acreditado pelo INMETRO, segundo os critérios da norma de competência técnica NBRISO/IEC 17.025 e dispõe de equipamentos modernos e funcionários qualificados para realização dos ensaios solicitados pela legislação de potabilidade do Ministério da Saúde.

O prédio desse laboratório, situado em Porto Alegre, foi reformado no ano de 2010 visando comportar as novas instalações do setor de ensaios de metais em águas e novos equipamentos, tais como: um espectrômetro de plasma indutivamente acoplado e um analisador de mercúrio por fluorescência atômica.

10.2 SISTEMA DE TRATAMENTO DOS RESÍDUOS E ESGOTAMENTO INDUSTRIAL, RESÍDUOS SÓLIDOS E ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO COMPLEXO DO PÓLO PETROQUÍMICO DO SUL E COMPLEXO AUTOMOTIVO DA GM

No ano de 2010, foram implementadas algumas ações de melhorias nos serviços de gestão da SITEL – Sistema de Tratamento de Efluentes Líquidos, entre elas destaca-se: realização do I Fórum de Fornecedores, com a participação da Superintendência de Suprimentos e fornecedores de produtos químicos, implementação do processo de avaliação de desempenho e desenvolvimento de lideranças pela metodologia 360 graus, realização do Diagnóstico para a Implementação das Normas ISO 9001; ISO-IEC 17025 e OHSAS 18001, com contrato de consultoria para a implementação das normas e previsão de certificação em 2011,i mplementado Programa de Benchmarking na Superintendência envolvendo diversas unidades da CORSAN, Programa Interfaces CORSAN-SITEL, participação nos Prêmios Gaúcho de Qualidade e Produtividade e Nacional de Qualidade em Saneamento, obtendo resultados positivos e de melhorias nos processos da Superintendência. Na participação no PNQS 2010, a SITEL foi reconhecida com o certificado “Avanços para a Excelência – Nível III” e recertificação na Norma ISO 14001:2004 – Meio-ambiente.

Em relação ao sistema Centralizado de Controle de Resíduos Sólidos, foram implementadas algumas ações. Entre elas, destaca-se a destinação de borra oleosa para co-processamento em fornos de cimento, envio de pilhas, baterias alcalinas, bateria chumbo-ácido, pneus e mangueiras de borracha para reciclagem, tratamento de resíduos de saúde, destinação de óleos lubrificantes usados para regeneração, envio de lama de catalisador para processamento em siderúrgicas, envio de embalagens metálicas e plásticas para higienização, envio de resíduos recicláveis e reciclagem de óleos lubrificantes.

Ainda neste sentido, o Departamento de Controle Técnico e Ensaios desenvolveu diversas ações em 2010, entre elas: adequação a norma ISO/IEC 17025 com acreditação prevista para agosto de 2011, testes de ecotoxicidade, análises ambientais (obteve 95% de aceitação dos resultados de ensaios), análises microbiológicas (desempenho de 92% de resultados satisfatórios) e análises BTEX (desempenho de 100% de resultados satisfatórios).

No SITEL a gestão tem propiciado a implementação de tecnologias e melhorias operacionais, entre elas, se destacam, no ano de 2010, a conclusão da troca das camadas filtrantes das unidades e instalação de medidor de vazão na Bacia de Emergência Orgânica.

No tocante a Estação de Tratamento de Água do Pólo Petroquímico as melhorias implantadas no ano de 2010, foram a implantação do modulo 2 – vazão de 30 litros/segundo, aumento do número de horas de

funcionamento da ETA/PÓLO, abastecimento de Porto Batista, assentamento de 14 km de rede de distribuição de água (previsão de atendimento de 2.000 economias) e captação de novo cliente (HEXION).

Para o CETEL – Central de Tratamento de Efluentes Líquidos do Complexo Automotivo da GM as mudanças mais significativas no ano de 2010 foram: a redução de 47% da geração de iodo em relação ao ano de 2009, substituição de sulfato de alumínio por cloreto férrico visando à remoção do fósforo no tratamento físico-químico e elaboração de projeto para lançamento de efluentes diretamente no Rio Gravataí.

10.3. DESENVOLVIMENTO OPERACIONAL

Em 2010, houve a implantação da 1ª Etapa do Centro de Controle Operacional – CCO em Porto Alegre, que tem como atribuição alimentar o banco de dados operacional que subsidia o CALLCENTER nas informações aos clientes. Neste Centro trabalham cinco funcionários, 24 horas diárias em turno de revezamento.

Neste exercício foi iniciada a implantação da NR 10 na Companhia, visando o atendimento à Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho, agregando a empresa maior segurança na realização das atividades em instalações elétricas bem como aquelas realizadas em suas proximidades.

Através da realização de encontros técnicos com as concessionárias e cooperativas de energia elétrica, obteve-se uma melhoria no relacionamento com abertura de diversos canais de comunicação que estão auxiliando e agilizando as demandas de falta de energia, conserto, obras e demais processos que envolvem fornecimento de energia elétrica às estações de tratamento e recalque.

Na gestão de serviços operacionais, houve a consolidação dos contratos regionais para atendimento a todas as Unidades de Saneamento, contemplando serviços necessários a manutenção de redes de água e esgoto sanitário, tais como: escavação de valas, reaterro, repavimentação, fornecimento de materiais granulares, transporte.

Foram implementados os serviços de ampliação e substituição de redes de água através de contratos regionais, com a liberação de 333.000 metros de tubulação nos diâmetros 50 mm a 300 mm.

Encontra-se em andamento o Projeto de Diagnóstico Operacional e Plano de Contingência dos sistemas de abastecimento de água integrados Canoas, Esteio e Sapucaia do Sul – SICES, Alvorada e Viamão – SIAV e Gravataí e Cachoeirinha – SIGRAC. Com base em um banco de dados geográfico e no cadastro operacional dos sistemas, o projeto compreende a aquisição de software de modelagem e calibração do modelo hidráulico, obtendo-se como resultado o diagnóstico operacional dos sistemas. Ainda, como produto do estudo será elaborado plano de contingência e manual de operação dos sistemas.

No projeto corporativo operacional de redução de perdas de água, elegeram-se 19 sistemas da CORSAN, que representam 43% das ligações de água e 60% das perdas reais. Para os oito maiores, com recursos financiados pelo BNDES, foram elaborados contratos de pesquisa e correção de vazamentos não visíveis com critério de avaliação e de pagamento dos serviços por desempenho. Estes contratos incluem diferentes serviços técnicos como a macromedição e setorização de redes, entre outros. Foram adquiridos equipamento de pitometria, registradores de vazão e pressão, hastes de escuta digital e geofones eletrônicos, investimentos que complementam as ações focadas na otimização de custos e, por consequência, na produtividade dos sistemas de produção e de distribuição de água.

Manteve-se o controle de consumo de energia elétrica e a adequação dos contratos de fornecimento com as concessionárias, além da aquisição de modernos instrumentos de medição e registro de variáveis elétricas. Outra ação desenvolvida foi a substituição de motores elétricos antigos e de baixo rendimento por motores com tecnologia agregada e alto rendimento, o que se traduz em economia de insumo, além da redução de gastos com manutenção.

Com o objetivo de manter a regularidade e continuidade dos nossos sistemas de água e esgoto sanitário, foi encaminhada para processo licitatório a contratação de serviços especializados de engenharia de

manutenção preventiva e preditiva de subestações transformadoras de energia elétrica CL 25 KV e 15 KV. Ainda foram adquiridos, cinco caminhões jato/sucção para manutenção de redes de esgoto sanitário para as regionais da Serra, Planalto, Sul, Missões e Metropolitana.

10.4 DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Em 2010, foi dado continuidade à melhoria da gestão das informações da Companhia com a realização das seguintes ações: aquisição de novos equipamentos para infra-estrutura de TI, permitindo maior segurança e modernização, além de alinhar a área de TI às tecnologias de mercado, normatização das atividades da SUTEC – Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação, definição de metodologias para gerenciamento dos projetos e atividades de TI e admissão de Analistas e Técnicos na área de TI, qualificando o atendimento à Companhia.

10.5 DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIA E GESTÃO OPERACIONAL

Na contínua busca de atividades baseadas nos projetos estratégicos da Companhia e na melhoria da gestão operacional, diversas ações foram desenvolvidas, destaca-se a seguir as de maior impacto na gestão operacional.

Implantação do Programa Mais CORSAN que tem como objetivo a estruturação de um banco de competências, a motivação ao compartilhamento de conhecimento, o reconhecimento público pelos serviços prestados e gestão do “Capital Intangível” da organização, a partir da Gestão do Conhecimento e da Inteligência Competitiva. Neste sentido houveram seis trabalhos desenvolvidos por funcionários lotados em Farroupilha, Horizontina, Santo Ângelo, Erechim, Esteio e DEOM/CEN-FRON, inscritos no Prêmio Inovação nas Práticas do Saneamento. Ainda, houve o registro de 27 trabalhos técnicos de funcionários lotados na SURHMA, SITEL, DEPTRA, Canoas, Não Me Toque, Passo Fundo, Esteio, PAP/POA, Erechim, DPRE, DTEC, Rolante e Santo Ângelo.

Em setembro de 2010 foi realizada no SITEL a I Olimpíada do Saneamento com o objetivo de proporcionar troca de conhecimentos e de experiências obtidas na prática da atividade diária dos colaboradores.

Foram implantados nove escritórios de Cadastro Técnico junto as Coordenadorias Operacionais de Canoas, Esteio, Sapucaia do Sul, Cachoeirinha, Gravataí, Alvorada, Viamão, Passo Fundo e Santa Maria. Para esta finalidade houve a distribuição de computadores HP com software Auto CAD Map instalado, GPS e treinamento para os envolvidos.

Disponibilizados em 2010, 58 computadores para as ETAs, desses 35 já foram instalados e conectados à rede lógica da CORSAN em 2010, proporcionando desta forma, a descentralização da digitação que tem como objetivo alterar o processo de informação dos dados do Sistema de Tratamento da CORSAN.

Implantação do LIMS que é um projeto que visa levar a informatização e sistematização aos maiores laboratórios da CORSAN. A expectativa é de que através deste projeto seja possível aperfeiçoar os processos nos laboratórios, desde o planejamento das coletas à geração de relatórios, atendendo desta forma, as necessidades corporativas da Companhia.

Em continuação a implantação do SGI – Sistema de Gestão Integrada de Saúde, Segurança no Trabalho e Meio Ambiente foi iniciada em novembro de 2010 a revisão 01 da identificação de Aspectos Ambientais e Perigos Ocupacionais e a definição de Política Integrada: Saúde, Segurança e Meio Ambiente. Em dezembro de 2010 foi iniciada a definição do Manual do SGI.

Ainda, merece destaque a instalação de equipamentos para monitoramento de pressão, poços, recalques e macromedição nas cidades de Alegrete, Guaíba, Bento Gonçalves, Frederico Westphalen, Tramandaí e Torres, com investimento total de R$ 1.380.207,00, bem como a instalação de rádios de voz e repetidora para melhorar a comunicação operacional nas localidades de Bento Gonçalves, Gramado e Canela com investimento de R$ 139.550,00.

11. POLÍTICAS ADMINISTRATIVAS

Muitas foram as ações desenvolvidas em 2010 que orientaram a gestão do capital humano e a logística de suprimentos. A seguir cita-se as principais e mais relevantes:

11.1 GESTÃO DO CAPITAL HUMANO

A consolidação de uma política de recursos humanos que contemplou todos os aspectos, englobando admissão, desenvolvimento, crescimento na carreira e desligamento voluntário, foi enfatizada no exercício.

Houve a reformulação do Plano de Classificação de Empregos e Salários, possibilitando a todos a migração para o novo regramento com incentivo de uma promoção que antes era limitada aos que haviam aderido às novas regras até junho de 2002. Com este procedimento foram consolidados os processos de promoção e ascensão.

11.1.1 PROCESSO DE PROMOÇÃO E ASCENSÃO FUNCIONAL

Com o objetivo de estimular os fatores que desencadeiam o processo de motivação e minimizar o passivo trabalhista, houve a negociação da Empresa com os sindicatos que mantém acordo coletivo de uma promoção por antiguidade, quitando desta forma, os processos de promoção que não haviam ocorrido no período de 2001 até setembro de 2007.

No ano de 2010, através do processo de promoções por mérito e antiguidade, foram promovidos 852 empregados. Neste ano também foi realizado o processo de Ascensão de Nível conforme previsto no Plano de Classificação de Empregos e Salários – PCES.

A ascensão é a progressão profissional do empregado decorrente da evolução de escolaridade e prestação de atividades de capacitação e aperfeiçoamento de acordo com o conteúdo ocupacional do emprego. O processo de Ascensão de Nível deu-se para todos os empregos constantes nos níveis salariais de cada emprego do PCES 2001. A ascensão foi efetuada pelo processo de concorrência, sendo promovidos os empregados que obtiveram maior pontuação até o preenchimento total das vagas. Foram contemplados 376 empregados.

11.1.2 PROGRAMA DE DIMENSIONAMENTO DE PESSOAL

Foi aprovada pela Diretoria Colegiada a implantação do estudo que redefiniu a quantidade de profissionais e suas qualificações necessárias para que a empresa preste seus serviços à comunidade gaúcha. Houve a aprovação de novos critérios de dimensionamento para o quadro de lotação de todas as unidades organizacionais da Empresa, inclusive na SEDE da Companhia

Esta política foi aprovada pelo Governo do Estado que autorizou o sistema de reposição automática de empregados em todas as unidades organizacionais da Companhia, visando dotar a empresa de profissionais qualificados e em quantidade suficiente para fazer frente às demandas dos usuários da CORSAN.

Neste sentido, o quadro foi dimensionado e limitado a 5.496 empregados. No exercício de 2010, pela política delineada, com a reposição de desligados e acréscimo de novos empregados, a Companhia passou de 4.703 empregados no exercício anterior para 5.348 em 31 de dezembro de 2010. Em 28 de outubro de 2010 houve a incorporação da Subsidiária – Companhia de Indústrias Eletroquímicas – CIEL com a encampação de 26 empregados.

11.1.3 CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO

O programa de capacitação e aperfeiçoamento de pessoal nas áreas de desenvolvimento gerencial, desenvolvimento de recursos humanos e melhoria dos processos de trabalho proporcionaram 15.302

oportunidades, em aproximadamente 17.500 horas de treinamento com um investimento de R$ 2.885.000,00.

Merecem destaque: a) o Programa Integrar destinado a acompanhar o desempenho dos 649 novos empregados admitidos no período, que contempla o treinamento antes do início das atividades na CORSAN; b) o Programa de Melhoria de Gestão da CORSAN que tem por objetivo dar suporte à capacitação dos colaboradores das unidades organizacionais integrantes do PMG.

Além destes, foram mantidos e incentivados os treinamentos operacionais para a atualização profissional e adequação à implantação de novas tecnologias.

11.1.4 ESCOLA DE GESTÃO

Com o objetivo de capacitar e desenvolver as competências gerenciais e técnicas necessárias e imprescindíveis à Organização para cumprir os compromissos firmados com a população gaúcha, a CORSAN fortaleceu a Escola de Gestão, cujos valores são a ética, a educação permanente, a mudança de paradigma, o desenvolvimento dos seres humanos e a criatividade e inovação constante, como necessários e vitais ao desenvolvimento dos negócios da Companhia. A escola tem por finalidade a formação, capacitação e desenvolvimento do corpo de empregados, contribuindo ao aprimoramento das relações negociais da rede de relacionamento da Empresa, bem como fortalecer a cultura do desenvolvimento humano e profissional continuado; capacitar e desenvolver um quadro de pessoal em gestão dos negócios; aprimorar o conhecimento dos talentos da Companhia; preparar o quadro de pessoal à sucessão gerencial e profissional; promover o intercâmbio com organismos nacionais e internacionais; disseminar conhecimento e desenvolver estudos e pesquisas na área de tecnologia educacional, voltada ao saneamento ambiental.

Em 2010, a Escola proporcionou 26 oportunidades de Pós Graduação, nas modalidades de especialização e MBA.

11.1.5 BENEFÍCIOS EDUCACIONAIS – PROGRAMA JOVEM APRENDIZ

A CORSAN preservou e ampliou a política de fomentar a inclusão de jovens aprendizes no mercado de trabalho. Através de parceria com o SENAI e a Superintendência Regional do Trabalho, foi implantando o Curso de Instalador Hidráulico na localidade de Canoas e houve a manutenção das turmas já iniciadas em 2008, nas localidades de Santa Maria, Passo Fundo e Santo Ângelo.

O Programa contemplou 80 jovens em zona de risco e com renda familiar de até três salários. O objetivo do programa é proporcionar, a uma faixa da população brasileira, a formação de profissionais, qualificando-os e tornando-os aptos para ocupar os empregos gerados pelo setor de saneamento no Estado.

No ano de 2010 foram implementadas três novas turmas de aprendizes, através do Convênio SENAI/CORSAN, totalizando mais 60 oportunidades aos jovens.

11.1.6 ACORDO COLETIVO

O Acordo coletivo tem escopo intersindical, propiciando o diálogo com os diversos sindicatos que representam as categorias profissionais do quadro da Empresa, agregando as cláusulas econômicas e as de natureza assistencial e social. As especificidades de cada profissão são acordadas por categoria.

O gerenciamento de pessoas, em consonância com as políticas intersindicais, implementou por intermédio de Acordo Coletivo, o desligamento incentivado, propiciando aos Colaboradores manutenção do padrão remuneratório, enquanto afastados e no gozo deste benefício. Adicionalmente, foi implantado plano de aposentadoria incentivada para quem tem todas as carências implementadas junto a Fundação CORSAN.

A política de benefícios deu continuidade à concessão do vale alimentação e rancho, plano de assistência médica extensivo aos dependentes, auxilio creche-babá e auxílio financeiro para educação.

11.1.7 PREVIDÊNCIA PRIVADA

A CORSAN é patrocinadora de uma Fundação de Previdência Complementar – FUNCORSAN, proporcionando um plano de benefícios para seus empregados. Este plano foi readequado, com o ajuste das premissas de acordo com as características da população, alterando a idade mínima para aposentadoria de 57 para 59 anos de idade. A CORSAN contribui com 50% do valor aplicado pelos empregados. Em 2010 o investimento foi de aproximadamente R$ 30 milhões.

11.1.8 PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS – PPR

A Direção da CORSAN estimulou o sistema de remuneração variável, promovendo a integração entre capital e trabalho, incentivando a produtividade, através de mecanismos de reconhecimento pela contribuição dos seus colaboradores no cumprimento ou superação de metas empresariais.

O Programa de Participação nos Resultados – PPR tem como objetivo criar um ambiente cooperativo entre a Empresa e os Empregados através da fixação de metas claras e objetivas, levando em consideração as condições técnicas dos equipamentos, dados históricos, meios e formas de alcançar as metas, visando, desta forma, comunicar os valores da organização aos colaboradores, sustentar a cultura participativa, reforçar os processos do Programa de Melhoria de Gestão e contribuir para a melhoria do clima motivacional da empresa.

Na política de remuneração, o Programa de Participação nos Resultados – PPR teve grande destaque, estimulando a produtividade e incentivando os empregados. No exercício de 2010, foram distribuídos aproximadamente R$ 18 milhões aos colaboradores.

11.1.9 PROGRAMA DE SEGURANÇA E ASSISTÊNCIA A SAÚDE DO TRABALHADOR

Em continuidade as atividades de Segurança e Medicina do Trabalho, a Administração da Companhia direcionou esforços para a política de Recursos Humanos, tendo sido implementadas ações que contribuíram para o desempenho dos trabalhadores da CORSAN. Neste sentido, foram mantidos os planos para atendimento ao planejamento da empresa, onde destacam-se:

- Planejamento, elaboração e revisão do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA, que busca uma nova diretriz para a empresa, de forma que esta seja orientadora do processo de saúde e segurança do trabalho, integrada ao processo produtivo e às metas gerenciais;

- Análises de Risco – estudo que visa avaliar os prejuízos que um desastre ambiental pode provocar no meio ambiente e no caso da empresa, os reflexos envolvendo as comunidades próximas das Estações de Tratamento de Água – ETAs e das Estações de Tratamento de Esgotos – ETEs;

- Desenvolvimento e implantação do módulo Segurança e Medicina do Trabalho – SMT, cujo objetivo é atender a necessidade de informações automatizadas das áreas de segurança e medicina do trabalho;

- Sistema de Gestão integrado – SGI que tem o objetivo de estabelecer um conjunto de elementos, interagindo com a força de trabalho, por meio de diretrizes e padrões, para promover a melhoria da qualidade dos serviços e aumentar a postura preventiva com relação às questões de segurança, meio ambiente e saúde. O programa buscou em 2010 a consolidação a fim de obter a certificação das normas OHSAS 18001 e ISO 14001, iniciando pelas cidades do litoral norte e na Sede. Para tanto, conta com a consultoria do Centro Nacional de Tecnologias Limpas – CNTL para a implementação do Sistema de Gestão Integrado.

11.1.10 PROGRAMA SAÚDE DO TRABALHADOR

Este programa é desenvolvido a partir da Análise Institucional, fazendo intervenções na saúde do trabalhador gerando novas estratégias de saúde, através de assessoria gerencial e atendimentos nos locais de trabalho, intermediando os processos de grupo e promovendo a autonomia e autogerenciamento destes.

11.2 GESTÃO DE SUPRIMENTOS

Seguindo a política de gestão da Companhia e adequação à Reestruturação Organizacional, em 2010, foram implementados procedimentos, entre os quais, destaca-se o desenvolvimento, implantação e aperfeiçoamento do procedimento de disponibilização dos Editais nos processos licitatórios na internet, catalogação padronizada de materiais e serviços com a otimização das solicitações de compras e atendimento através do carrinho de compras e a digitalização dos Termos de Contratos, Termos Aditivos e Ordens de Compra.

Em consonância com as orientações estratégicas da CORSAN, a Superintendência de Suprimentos implantou a Política da Qualidade, estabelecendo como diretrizes: atendimento das necessidades dos clientes, cumprimento dos prazos e da qualidade dos processos de aquisição de materiais, serviços e obras, visando a racionalização de custos e elevando o padrão técnico dos serviços prestados, aperfeiçoamento dos colaboradores através do treinamento e da disponibilização de ferramentas necessárias para o comprometimento com a excelência da qualidade, desempenho e satisfação.

12. RESUMO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O resumo econômico-financeiro a seguir, demonstra os valores relevantes referentes às operações da Companhia, inclusive quanto a expressão do Imobilizado e do Patrimônio Líquido, especificando-se o índice de relação entre capital de terceiros e próprios.

12.1 DESTAQUES FINANCEIROS

Os valores estão expressos em milhões de reais, e foram apurados em conformidade às práticas contábeis emanadas pela legislação societária e as normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

	2010	2009
Receita Operacional Líquida	1.576.992	1.357.310
Lucro Operacional	283.067	334.959
Lucro Líquido	197.693	251.149
Endividamento Líquido (1)	367.374	351.496
LAJIDA (EBITDA) (2)	341.635	367.651
Margem Líquida EBITDA	21,66%	27,09%
Ativo Total	2.645.373	2.396.888
Ativo Imobilizado	91.051	64.901
Ativo Intangível	1.423.497	1.010.197
Ativo Financeiro	368.890	491.495
Patrimônio Líquido	749.638	603.698
Participação Capital de Terceiros/Capital Próprio (Índice)	2,52	2,97

12.2 ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO

O endividamento geral da Companhia referente a empréstimos e financiamentos atingiu R$ 423 milhões em 2010 e R$ 409 milhões em 2009. Demonstra-se também, os valores do endividamento líquido nos períodos de 2009/2010, no sentido de esclarecer dados do item anterior:

	2010	2009
Endividamento de curto prazo	85.848	68.702
Endividamento de longo prazo	338.058	339.628
Total	423.906	408.330
Disponibilidades	56.532	56.834
Endividamento Líquido	**367.374**	**351.496**
Endividamento Líquido [1] (Endividamento líquido + patrimônio líquido)	33%	37%

Analisando os dados constata-se que houve um decréscimo no nível de endividamento líquido da Companhia, considerando o aumento do Patrimônio Líquido em relação ao exercício anterior.

12.3 COMPOSIÇÃO DO LAJIDA (EBITDA)

	2010	2009
Lucro antes da CSLL e do IRPJ	**283.067**	**334.959**
(+) Despesas Financeiras	66.120	55.240
(-) Receitas Financeiras	(57.236)	(91.992)
(+) Depreciações e Amortizações	50.591	70.771
(+/-) Equivalência Patrimonial	**(907)**	**(1.327)**
LAJIDA	341.635	367.651
Margem LAJIDA (%)	21,66%	27,09%

O LAJIDA (EBITDA) [2] não é um indicador calculado de acordo com os princípios contábeis brasileiros e possivelmente, pode não servir de base de comparação com indicadores de outras empresas. Muito embora a ênfase possa vir a ser menor, o EBITDA é muito utilizado por ser um bom indicador para a avaliação da tendência dos lucros da atividade principal de uma empresa.

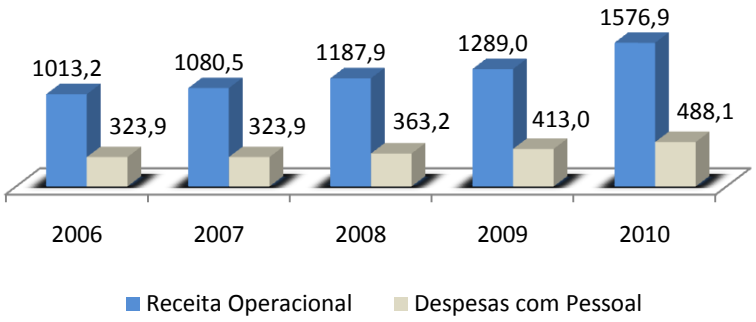
Analisando-se a Margem LAJIDA dos períodos, verifica-se que houve uma queda de desempenho de 23,80% em 2009 para 20,88% em 2010. Este indicador foi afetado, primeiramente, pela exclusão do resultado financeiro líquido, e num segundo momento, pelo esforço para obtenção de receita e consequentemente um aumento de gastos operacionais para a manutenção do nível dos serviços.

12.4 GESTÃO EM RESULTADOS

Com o objetivo de parametrizar o desempenho corporativo da gestão, apresenta-se a seguir a série histórica dos resultados da Companhia que atingiu no período um resultado líquido de R$ 197,6 milhões, cuja maior parcela foi reinvestida nos serviços prestados à comunidade gaúcha, conforme preconiza a política do acionista majoritário, Estado do Rio Grande do Sul, através da Secretaria de Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Urbano – SEHADUR.

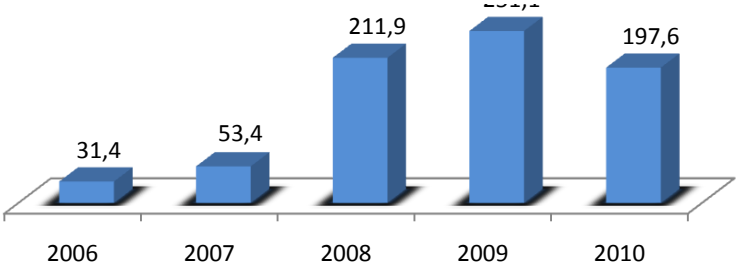
As Despesas com Pessoal, no período de 2010, foram de R$ 488 milhões, correspondendo a 31% da Receita Operacional. Os valores destinados aos empregados, referente ao Programa de Participação nos Resultados – PPR monta em 2010 R$ 20 milhões, e em 2009 R$ 18 milhões. A evolução histórica deste parâmetro nos últimos períodos indicados sinaliza uma média de 31,10% de comprometimento com a Receita Operacional, conforme demonstrado a seguir:

Receita Operacional x Despesas com Pessoal (R$ milhões)



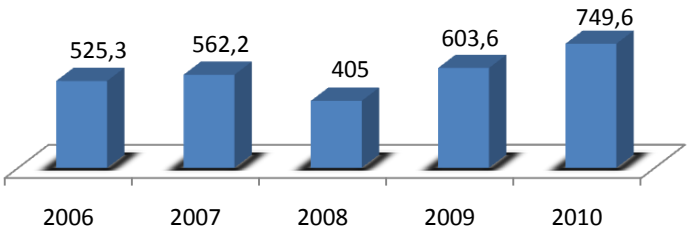
O desempenho econômico-financeiro da Companhia, nos últimos cinco exercícios, pode ser avaliado no gráfico a seguir. Embora o Lucro Líquido do Exercício tenha reduzido de 2009 para 2010, o Lucro Bruto Operacional aumentou em 14,54%.

Lucro Líquido do Exercício (R$ milhões)



O Patrimônio Líquido apresentou evolução de 24,18% em 2010 e 49,03% em 2009 em decorrência dos lucros gerados nos dois últimos exercícios, cujos recursos, após destinação legal, serão aplicados nos projetos de construção dos sistemas de abastecimento de água, de esgotamento sanitário e de desenvolvimento institucional, de forma a atender os projetos previstos no Plano de Investimentos da Companhia.

Patrimônio Líquido (R$ milhões)



13. POLÍTICAS COMERCIAIS

Com foco no cliente a Diretoria Comercial soma esforços à gestão, visando a consolidação da estrutura organizacional da Companhia voltada ao estreitamento das ações junto à carteira de clientes. O crescimento do mercado, no período de 2010, foi de 3,36%, totalizando atualmente 2.344.690 economias segmentadas pela estrutura tarifária. No esgotamento sanitário o crescimento foi na ordem de 5,95% para o período.

A política empresarial e as ações se consolidam nas relações institucionais, as quais contemplam o avanço contínuo na tecnologia e excelência dos serviços, bem como, na estrutura logística colocada a disposição da comunidade gaúcha. Neste sentido se implementa ações visando à redução de gastos comerciais, tendo como meta a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da CORSAN, sujeito a legislação vigente e ao controle dos órgãos reguladores.

Com o objetivo de melhorar a eficiência da medição e proporcionar uma maior transparência na relação comercial, continua disponível para os 2.264 maiores usuários da CORSAN a Solução Completa de Telemetria, que possibilita a consulta via internet do consumo diário.

Para atingimento das metas estabelecidas pela Gestão, a política comercial está voltada para o controle e gerenciamento da inadimplência, redução da evasão de clientes para fontes alternativas de abastecimento, continuidade do Projeto de Computação Móvel CORSAN, através da implementação do Sistema Móvel de Cadastro, continuidade do Programa de Readequação do Subsídio Residencial Social para Famílias de Baixa Renda, continuidade do Programa de Otimização da Medição e atualização dos Indicadores de Eficiência Comercial.

13.1. PROGRAMA DE OTIMIZAÇÃO DA MEDIÇÃO

No exercício de 2010 foram investidos R$ 16,5 milhões em hidrômetros, no programa de otimização de medição – área de micromedição, nos seguintes subprogramas:

13.1.1 SUBSTITUIÇÃO DE HIDRÔMETROS PARADOS E QUEBRADOS

No período foram detectados, através de controles internos mantidos pela Empresa, e substituídos 38.000 hidrômetros, que apresentavam insuficiência de medição.

13.1.2 RENOVAÇÃO DO PARQUE DE HIDRÔMETROS

O subprograma de Renovação do Parque de Hidrômetros tem por objetivo principal a redução da idade média, que até 2006 apresentava-se na faixa de 9 anos. Dentro dos critérios adotados foram implementadas ações de cunho operacional reduzindo a idade média do parque atual para 5 anos, num contexto de planejamento estratégico de redução desta idade média até 2010. Desta forma, foram substituídos em torno de 89.000 medidores antigos, neste período.

13.1.3 INCREMENTO DA MICROMEDIAÇÃO

No ano de 2010 praticamente atingiu-se a meta pretendida de 100% de micromedição. Foi atingido o índice médio na Companhia de 99,52%, através da instalação de 143.000 medidores em ligações ainda não medidas, refletindo um incremento de 4,06% em relação ao período anterior.

13.2 REDUÇÃO DA EVASÃO DE CLIENTES ESPECIAIS

Continuaram a ser desenvolvidas pela Companhia, ações de diminuição da proliferação de fontes alternativas indevidas, através de ações conjuntas com o Ministério Público e Vigilância Sanitária Municipal, em cumprimento à legislação federal e estadual vigentes. As ações foram concentradas na revisão do cadastro das fontes alternativas em diversas cidades para evitar a utilização de poços domésticos.

13.3 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA MOVEL DE CADASTRO – SMC

O Sistema Móvel de Cadastro é um módulo do Projeto de computação Móvel CORSAN – CMC, que tem como funcionalidade principal a atualização cadastral de todos os imóveis atendidos e com potencial para atendimento, com processamento em tempo real entre a sua execução e o processamento das informações do sistema corporativo da Companhia. É importante ressaltar que para a implementação do novo sistema foi substituído o parque de coletores de dados antigos, por modernos *Enterprise Digital Assistant – EDA's.*

Para a operacionalização dos serviços aos clientes, foram treinados 600 empregados para a função de agente Comercial Externo, qualificando a prestação de serviços de atualização cadastral, agilizando a atividade o que gerou um crescimento na ordem de 50% sobre o valor histórico vegetativo da CORSAN.

13.4 CONTROLE DE INADIMPLÊNCIA

O controle da inadimplência ocorre através de ações preventivas, tais como: revisão de critérios que visam agilizar as cobranças das contas a receber, com atenção especial aos débitos públicos e recuperação de créditos particulares por via extra-judicial e judicial. Em 2010 foram contratados os serviços de inscrição de clientes em órgãos de proteção ao crédito via SPC – Serviço de Proteção ao Crédito, o que apresentou um retorno de 49% sobre as faturas encaminhadas.

13.5 PROGRAMA DE READEQUAÇÃO DO SUBSÍDIO RESIDENCIAL SOCIAL PARA FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA

Em conformidade com a política governamental, manteve-se o Programa de Readequação do subsídio Residencial Social para Famílias de Baixa Renda, iniciado em 2003.

A CORSAN, dentro de sua política tarifária, possui as categorias residenciais denominadas: RS – Residenciais Subsidiadas. Ambas categorias possuem subsídio tarifário na forma de um desconto de 60% aplicado sobre os valores faturados na categoria residencial B.

O artigo 45 do Regulamento dos Serviços de Água e Esgotos – RSAE, item I.B, letra "c", estabelece que serão subsidiadas as "Economias integrantes de imóveis ocupados exclusivamente para fins de moradia, por pessoas de baixa renda e ter imóvel com no máximo 06 pontos de água e não mais de que 60 m² de área construída". São critérios para a comprovação da condição de baixa renda, estar incluso em Programas de Transferência de Renda Federal, Estadual ou Municipal. Atualmente, a CORSAN, beneficia usuários com baixa renda num total de 207.055 economias de água e/ou esgoto.

O objetivo principal desta iniciativa é corrigir distorções sociais e levar o subsídio àquelas famílias que efetivamente fazem jus, que, passaram a ser notificadas quanto à necessidade de comprovação dos critérios, para manutenção do benefício.

13.6 INDICADORES DE EFICIÊNCIA COMERCIAL

Com a finalidade de medir as ações comerciais realizadas em cada uma das Unidades de Saneamento, são utilizados indicadores de eficiência comercial, como ferramenta de gestão que embasa e facilita o processo de tomada de decisão. Tratam-se dos indicadores que medem os índices: Volume Médio Unitário, Volume Disponibilizado Unitário, Rendimento Comercial, Eficiência de Leitura, Eficiência de Suspensão de Abastecimento, Eficiência de Cobrança, Eficiência da Comercialização, Alterações de Faturamento, Histograma de Consumo Faixa Baixa, Histograma de Consumo Faixa Alta e Arrecadação unitária Geral.

14. RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003, informa-se que os serviços de auditoria independente foram contratados pela CORSAN junto à empresa ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S, mediante processo licitatório, conforme preceitua a legislação atinente e firmado contrato na data de 22 de novembro de 2010, pelo período de doze meses. A política de atuação da Companhia, quanto à contratação de serviços não relacionados à auditoria externa, fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor.

Salienta-se que os auditores externos não realizaram outros serviços que não os relacionados à auditoria das demonstrações contábeis.

15. AGRADECIMENTOS

O corpo de Gestores da Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN agradece aos Acionistas, ao Governo do Estado, à Secretaria de Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Urbano – SEHADUR, aos Clientes dos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, aos Empregados, aos Órgãos Reguladores e Fiscalizadores, aos Fornecedores e Instituições Financeiras, pela Excelência nos relacionamentos e nos êxitos obtidos no exercício findo.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2010.

A Administração da CORSAN

BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 E EM 01 DE JANEIRO DE 2009
(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota Explicativa	CONTROLADORA			CONSOLIDADO	
		31/12/2010	31/12/2009 (Reapresentado)	1/1/2009	31/12/2009 (Reapresentado)	1/1/2009
CIRCULANTE		**298.151**	302.842	374.858	305.230	376.257
Caixa e equivalentes de caixa	6	**56.532**	56.834	147.858	58.695	148.133
Contas a receber de clientes	7	**187.240**	201.545	189.138	201.693	189.253
Estoques	8	**37.805**	34.320	28.848	34.881	29.831
Outros créditos	10	**16.574**	10.143	9.014	9.961	9.040
NÃO CIRCULANTE		**2.347.222**	2.094.046	1.781.804	2.094.425	1.783.143
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		**831.863**	1.009.844	927.622	1.009.872	927.678
Depósitos judiciais	21	**126.902**	148.617	91.063	148.629	91.101
Aplicações no caixa único do estado		**8.019**	28.278	13.516	28.278	13.516
Ativos financeiros - contratos de concessão	11	**368.890**	491.495	507.117	491.495	507.117
Créditos fiscais diferidos	9	**320.888**	335.404	308.431	335.404	308.431
Outros créditos	10	**7.164**	6.050	7.495	6.066	7.513
INVESTIMENTOS	12	**811**	9.104	8.286	818	814
IMOBILIZADO	13	**91.051**	64.901	58.833	73.538	67.588
INTANGÍVEL	14	**1.423.497**	1.010.197	787.063	1.010.197	787.063
TOTAL		**2.645.373**	2.396.888	2.156.662	2.399.655	2.159.400

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 E EM 01 DE JANEIRO DE 2009
(Valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO	Nota Explicativa	CONTROLADORA			CONSOLIDADO	
		31/12/2010	31/12/2009 (Reapresentado)	1/1/2009	31/12/2009 (Reapresentado)	1/1/2009
CIRCULANTE		**368.236**	336.080	354.865	336.015	354.606
Empréstimos e financiamentos	16	**85.848**	68.702	68.196	68.702	68.196
Fornecedores	17	**113.836**	111.716	79.556	111.196	78.877
Impostos e contribuições		**25.899**	24.143	24.472	24.369	24.752
Impostos e contribuições - parcelamentos	18	**1.132**	15.473	28.810	15.473	28.810
Dívidas com Fundação CORSAN	24.b	**21.253**	34.632	34.233	34.632	34.233
Ordenados, férias e encargos a pagar		**35.281**	32.199	28.551	32.298	28.638
Participação nos resultados		**20.087**	17.726	18.527	17.726	18.527
Dividendos e juros sobre o capital próprio	23	**54.136**	20.607	66.691	20.607	66.691
Outros débitos	19	**10.764**	10.882	5.829	11.012	5.882
NÃO CIRCULANTE		**1.527.499**	1.457.110	1.396.769	1.459.942	1.399.646
Empréstimos e financiamentos	16	**338.058**	339.628	363.431	339.628	363.431
Fornecedores	17	**19.727**	11.412	16.619	11.412	16.619
Impostos e contribuições - parcelamentos	18	**1.509**	2.552	16.941	2.552	16.941
Dívidas com Fundação CORSAN	24.b	**139.131**	137.701	158.877	137.701	158.877
Contratos de repasse do OGU	20	**121.801**	55.759	-	55.759	-
Provisão para tributos diferidos	9	**194.103**	176.549	129.956	179.147	132.677
Provisão para contingências	21	**220.896**	207.433	186.710	207.499	186.820
Provisão para benefício pós-emprego	22	**492.274**	526.076	524.235	526.076	524.235
Outros débitos		**-**	-	-	168	46
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**749.638**	603.698	405.028	603.698	405.148
Capital social	23.a	**503.842**	503.842	503.842	503.842	503.842
Reservas de capital	23.b	**17.148**	17.148	17.148	17.148	17.148
Reservas de lucros	23.e	**153.399**	125.141	114.188	125.141	114.188
Outros resultados abrangentes		**75.249**	85.740	97.440	85.740	97.440
Prejuízos acumulados		**-**	(128.173)	(327.590)	(128.173)	(327.590)
Participação de não controladores		**-**	-	-	-	120
TOTAL		**2.645.373**	2.396.888	2.156.662	2.399.655	2.159.400

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2010	30/12/2009 Reapresentado	31/12/2010	31/12/2009 Reapresentado
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	25	**1.576.992**	1.357.310	**1.577.187**	1.354.311
Custos das vendas e serviços	26	**(1.003.414)**	(835.183)	**(1.001.735)**	(832.597)
LUCRO BRUTO		**573.578**	522.127	**575.452**	521.714
Despesas comerciais		**(66.333)**	(40.828)	**(66.391)**	(40.868)
Despesas administrativas		**(213.881)**	(178.106)	**(214.748)**	(176.278)
Outras receitas / despesas operacionais		**(2.320)**	(6.074)	**(2.178)**	(6.188)
Resultado de equivalência patrimonial	12.c	**907**	1.088	**-**	-
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	27	**(8.884)**	36.752	**(8.759)**	36.840
Receitas financeiras		**57.236**	91.992	**57.363**	92.085
Despesas financeiras		**(66.120)**	(55.240)	**(66.122)**	(55.245)
LUCRO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA	9	**283.067**	334.959	**283.376**	335.220
Contribuição social		**(19.049)**	(17.647)	**(19.136)**	(17.756)
Imposto de renda		**(40.136)**	(45.871)	**(40.358)**	(46.146)
Provisão para contribuição social diferida		**(3.838)**	(7.004)	**(3.838)**	(7.004)
Provisão para imposto de renda diferido		**(22.351)**	(13.288)	**(22.351)**	(13.165)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**197.693**	251.149	**197.693**	251.149
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO (em reais)		**0,48535**	0,61659		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Receitas	**1.682.981**	1.477.036	1.685.843	1.477.759
Vendas de mercadorias e serviços	**1.392.837**	1.289.038	1.395.527	1.289.562
Receitas de construção	**316.127**	188.886	316.127	188.886
Provisão para devedores duvidosos - reversão/constituição	**(26.828)**	(587)	(26.828)	(587)
Outras receitas	**845**	(301)	1.017	(102)
Insumos adquiridos de terceiros	**(714.051)**	(580.488)	(712.011)	(575.086)
Custos dos serviços	**(604.199)**	(476.058)	(601.723)	(469.810)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**(109.415)**	(71.862)	(109.851)	(68.287)
Outros	**(437)**	(32.568)	(437)	(36.989)
Valor adicionado bruto	**968.930**	896.548	973.832	902.673
Depreciação, amortização e exaustão	**50.591**	70.771	50.822	70.887
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**918.339**	825.777	923.010	831.786
Valor adicionado recebido em transferência	**59.698**	94.611	58.917	93.616
Receitas financeiras	**57.236**	91.992	57.362	92.085
Equivalência patrimonial	**907**	1.088	-	-
Doações e subvenções	**1.555**	1.531	1.555	1.531
Valor adicionado total a distribuir	**978.037**	920.388	981.927	925.402
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos	**415.512**	339.894	416.432	340.890
Remuneração	**274.575**	237.971	275.274	238.692
FGTS	**16.918**	15.403	16.961	15.453
Benefícios	**82.610**	60.632	82.788	60.857
Fundo de previdência	**41.409**	25.888	41.409	25.888
Impostos, taxas e contribuições	**279.835**	260.645	282.803	264.658
Federal	**276.785**	255.260	278.137	256.991
Estadual	**2.333**	4.608	3.949	6.890
Municipal	**717**	777	717	777
Remuneração de capitais de terceiros	**84.997**	68.700	84.999	68.705
Despesas financeiras	**66.120**	55.240	66.122	55.245
Aluguéis	**18.877**	13.460	18.877	13.460
Remuneração de capitais próprios	**197.693**	251.149	197.693	251.149
Juros sobre o capital próprio	**48.702**	38.903	48.702	38.903
Dividendos propostos	**3.051**	17.609	3.051	17.609
Lucros retidos	**17.767**	-	17.767	-
Compensação de prejuízos	**128.173**	194.637	128.173	194.637
Total do valor adicionado distribuído	**978.037**	920.388	981.927	925.402

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Valores expressos em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2010	**2009**	**2010**	**2009**
Fluxo de caixa das atividades operacionais:				
Lucro líquido do exercício	**197.693**	251.149	**197.693**	251.149
Ajustes para reconciliação:				
Depreciação e amortização	**50.591**	70.771	**50.591**	71.253
Equivalência patrimonial	**(907)**	(1.088)	**-**	-
Baixa de investimento e imobilizado	**116**	1.855	**116**	2.099
Créditos fiscais diferidos	**29.473**	23.653	**29.472**	23.530
Provisão para devedores duvidosos	**26.828**	587	**26.828**	587
Provisão para contingências	**13.456**	12.303	**13.390**	12.259
Provisão para benefício pós-emprego	**(33.802)**	1.841	**(33.802)**	1.841
Juros e variações monetárias	**24.192**	26.611	**24.192**	26.610
Ajuste a valor presente sobre ativos financeiros	**(17.151)**	(31.598)	**(17.151)**	(31.598)
Margem na construção de obras - contratos de concessão	**(10.904)**	(7.257)	**(10.904)**	(7.257)
Provisão para perdas de depósitos judiciais	**23.434**	-	**23.434**	-
Lucro líquido ajustado	**303.019**	348.827	**303.859**	350.473
Variações no ativo:				
Aumento de contas a receber de usuários	**(11.481)**	(12.994)	**(12.523)**	(12.994)
Aumento de estoques	**(2.013)**	(5.472)	**(2.924)**	(5.050)
Aumento de depósitos judiciais	**(1.719)**	(57.554)	**(1.707)**	(57.528)
Redução (aumento) de rendimentos SIAC	**20.259**	(14.762)	**20.259**	(14.762)
Redução (aumento) de outros créditos	**(7.094)**	4.750	**(7.556)**	5.272
Variações no passivo:				
Aumento de fornecedores	**9.922**	27.339	**10.955**	27.150
Aumento (redução) de impostos e contribuições	**947**	(2.612)	**914**	(2.631)
Redução de impostos e contribuições - parcelamentos	**(15.384)**	(29.822)	**(15.384)**	(29.822)
Redução de dívidas com Fundação CORSAN	**(11.949)**	(34.643)	**(11.949)**	(34.643)
Aumento de férias e encargos a pagar	**3.073**	3.648	**2.983**	3.660
Aumento de participação nos resultados	**2.361**	801	**2.361**	801
Aumento (redução) de outros débitos	**(596)**	3.450	**(416)**	3.497
Caixa líquido das atividades operacionais	**289.345**	230.956	**288.872**	233.423
Fluxo de caixa das atividades de investimento:				
Aquisição de bens do ativo imobilizado	**(25.339)**	(65.722)	**(25.637)**	(66.333)
Custos de construção - contratos de concessão	**(305.223)**	(181.629)	**(305.223)**	(181.629)
Baixa de investimento avaliado pelo custo	**-**	-	**7**	-
Dividendos propostos a receber da controlada	**-**	298	**-**	-
Reinvestimento de dividendos propostos pela controlada	**(298)**	(28)	**-**	-
Caixa líquido das atividades de investimento	**(330.860)**	(247.081)	**(330.853)**	(247.962)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:				
Empréstimos e financiamentos - captação	**76.045**	60.882	**76.045**	60.882
Empréstimos e financiamentos - pagamento	**(84.661)**	(91.226)	**(84.661)**	(91.226)
Contratos de repasse do OGU	**66.042**	55.759	**66.042**	55.759
Dividendos/Juros sobre o capital próprio - pagamento	**(17.608)**	(100.314)	**(17.608)**	(100.314)
Caixa líquido das atividades de financiamento	**39.818**	(74.899)	**39.818**	(74.899)
Saldo de caixa e equivalentes de caixa incorporados	**1.395**	-	**-**	-
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(302)**	(91.024)	**(2.163)**	(89.438)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**56.532**	56.834	**56.532**	58.695
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**56.834**	147.858	**58.695**	148.133
Variação de caixa e equivalentes de caixa	**(302)**	(91.024)	**(2.163)**	(89.438)

	CONTROLADORA	
	2010	**2009**
Itens que não afetam caixa (Nota 2.1)		
Incorporação de contas a receber	**1.042**	-
Incorporação de estoques	**1.472**	-
Incorporação de outros créditos	**444**	-
Incorporação de imobilizado	**8.935**	-
Incorporação de passivos	**(1.193)**	-
Incorporação de impostos diferidos	**(2.597)**	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CORSAN

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Valores expressos em milhares de reais)

		RESERVAS DE CAPITAL			RESERVAS DE LUCROS					
	CAPITAL SOCIAL	AUXÍLIOS PARA OBRAS	DOAÇÕES E SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTOS	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA LEGAL	RESERVA DE INCENTIVOS FISCAIS	RESERVA DE RETENÇÃO DE LUCROS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
Saldos em 1o de janeiro de 2009	503.842	9.262	7.886	102.995	7.715	2	106.471	-	-	738.173
Mudanças em políticas contábeis	-	-	-	(10.837)	-	-	-	5.282	(327.590)	(333.145)
Transferência da reserva de reavaliação para outros resultados abrangentes	-	-	-	(92.158)	-	-	-	92.158	-	-
Saldos em 1o de janeiro de 2009 (ajustado)	503.842	9.262	7.886	-	7.715	2	106.471	97.440	(327.590)	405.028
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	(11.462)	11.462	-
Realização do custo atribuído ao imobilizado	-	-	-	-	-	-	-	(238)	238	-
Créditos fiscais diferidos	-	-	-	-	-	-	-	-	4.033	4.033
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	251.149	251.149
Destinações propostas à Assembléia Geral Ordinária:										
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(38.903)	(38.903)
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(17.609)	(17.609)
Constituição de reservas	-	-	-	-	10.877	76	-	-	(10.953)	-
Saldos em 31/12/2009 (reapresentado)	503.842	9.262	7.886	-	18.592	78	106.471	85.740	(128.173)	**603.698**
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	(10.357)	10.357	**-**
Realização do custo atribuído ao imobilizado	-	-	-	-	-	-	-	(134)	134	**-**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	197.693	**197.693**
Destinações propostas à Assembléia Geral Ordinária:										**-**
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(48.702)	**(48.702)**
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.051)	**(3.051)**
Constituição de reservas	-	-	-	-	9.885	-	18.373	-	(28.258)	**-**
Saldos em 31/12/2010	**503.842**	**9.262**	**7.886**	**-**	**28.477**	**78**	**124.844**	**75.249**	**-**	**749.638**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

1355

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

1. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

A Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN é uma sociedade de economia mista e de capital aberto, regida pela Lei das Sociedades Anônimas, constituída com base na Lei nº 5.167, de 21 de dezembro de 1965, regulamentada pelo Decreto nº 17.788, de 04 de fevereiro de 1966, e alterada pela Lei nº 13.435, de 05 de abril de 2010. A Companhia passou a operar de forma efetiva, a partir de 28 de março de 1966.

O Acionista Controlador da CORSAN é o Estado do Rio Grande do Sul, que detém 99,99% do capital votante e 91,56% do capital total e está vinculada à Secretaria Estadual de Habitação e Saneamento.

O objeto da Companhia é o de realizar a construção, a operação, a exploração mercantil e a ampliação de instalações concernentes aos serviços públicos de fornecimento de água potável e coleta de esgotos sanitários; a realização de estudos, pesquisas e projetos no intuito do constante desenvolvimento de suas atividades operacionais; bem como o exercício de outras atividades afins e correlatas permitidas por lei, concernentes à atividade de prestação de serviços de saneamento básico e participação em outras sociedades.

Atua complementarmente às atividades dos Municípios sob regime de concessão pública, oferecendo neste contexto um serviço público essencial e de interesse local. É neste ambiente operacional, através de processos licitatórios que a Companhia conquista e atua em seus diferentes mercados das regiões do Rio Grande do Sul.

A Lei nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007 estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e desta forma os serviços públicos são prestados com base nos princípios fundamentais da universalização do acesso, integralidade, e maximização da eficácia das ações e dos resultados. Assim, a CORSAN realiza suas atividades de forma adequada à saúde pública e à proteção do meio ambiente, respeitando a vida e os patrimônios público e privado. Por prestar serviço público essencial, está articulada com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante.

1. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA-- continuação

Visa a sustentabilidade econômica e a integração das infraestruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos.

Atua em 315 municípios gaúchos com sistemas de abastecimento de água e concomitantemente, em 45 municípios com sistemas de coleta e tratamento de esgoto. Na maioria dos municípios as operações decorrem de Contratos de Concessões, destes há 36 cujos prazos expiraram em 31 de dezembro de 2010, sendo que todos estão em fase de negociação para renovação dos serviços concedidos, mediante Contratos de Programa previstos na legislação específica.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As demonstrações financeiras consolidadas também foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, originalmente preparadas de acordo com as práticas contábeis brasileiras vigentes naquela data (BRGAAP antigo), estão sendo apresentadas para fins de comparação e contemplam os ajustes necessários para estarem de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro.

A reconciliação do patrimônio líquido e do resultado, bem como a descrição dos efeitos de transição das práticas contábeis brasileiras anteriormente adotadas no Brasil para o CPC/IFRS estão demonstradas na Nota 4.

Para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a data de transição foi considerada como sendo 1º de janeiro de 2009, sendo esta a data para a mensuração inicial e apresentação das demonstrações financeiras da Companhia.

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião de diretoria realizada em 24 de março de 2011.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS-- continuação

2.1) Demonstrações financeiras consolidadas

As Demonstrações Financeiras Consolidadas abrangem as da Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN e sua controlada Companhia de Indústrias Eletroquímicas - CIEL, da qual a Corsan detinha 100% do capital social.

Em 29 de outubro de 2010 a CIEL foi incorporada pela CORSAN, sendo que as demonstrações financeiras foram consolidadas até a data da incorporação.

Na elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas foram adotadas as seguintes práticas contábeis:

- A Controladora e a Controlada adotam práticas contábeis uniformes para o registro de suas operações e avaliação dos elementos patrimoniais;

- Os saldos das contas patrimoniais e as receitas e despesas decorrentes de operações entre as empresas consolidadas foram eliminados;

2.2) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelo caixa, depósitos bancários e investimentos de curtíssimo prazo de alta liquidez, utilizados para cumprimento das obrigações de curto prazo da Companhia, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.3) Contas a receber de clientes

Inclui os serviços medidos e faturados, ainda não recebidos, e as receitas decorrentes do abastecimento de água e da coleta de esgoto, ainda não faturadas, contabilizadas por estimativa pelo regime de competência, conforme o consumo estimado entre a data da última leitura e o final de cada mês, tendo por base o consumo médio de cada rota de clientes.

2.4) Ativos financeiros – contratos de concessão

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente (municípios) quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título

de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia.

Estas contas a receber são classificadas entre curto e longo prazo considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

2.5) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Considerando a experiência que a Companhia tem sobre o nível de perdas no passado, é calculada com base em critério técnico, segundo avaliação das contas a receber de usuários do serviço de água e esgoto. O valor provisionado é considerado suficiente para expectativa de perdas na realização dos créditos.

2.6) Estoques

Os materiais em almoxarifado destinados ao consumo e à manutenção de sistemas de água e esgoto encontram-se classificados no ativo circulante. A avaliação está pelo custo médio de aquisição que não excede o custo de realização.

2.7) Investimentos

A participação na empresa controlada foi avaliada pelo método de equivalência patrimonial conforme CPC18 (IAS28), para fins de demonstrações financeiras da controladora.

Os demais estão demonstrados pelo custo de aquisição deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

2.8) Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado estão registrados pelo custo de aquisição ou construção.

A Companhia optou por avaliar os ativos de sua controlada CIEL (incorporada em 28 de outubro de 2010) a valor justo, denominado custo atribuído. No entanto não foi procedida a avaliação do ativo imobilizado da controladora pelo valor justo, considerando que: **(i)** o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da controladora; **(ii)** o seu ativo imobilizado é segregado em classes bem definidas e relacionadas às suas

atividades operacionais; **(iii)**; as estimativas de vida útil dos bens do ativo imobilizado vem sendo revisada ao longo dos anos; e **(iv)** a controladora possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

- Edifícios 25 anos
- Máquinas 10 anos
- Veículos 5 anos
- Demais bens móveis 10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Os juros e demais encargos financeiros, relacionados a financiamentos de bens do imobilizado em andamento, são apropriados ao custo de aquisição ou construção.

2.9) Instrumentos financeiros

Os principais ativos financeiros em 31 de dezembro de 2010 e 2009, e em janeiro de 2009 reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio de resultado e/ou empréstimos e recebíveis.

Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos. São classificados como empréstimos e financiamentos.

A Companhia não realizou, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, operações com características de derivativos, conforme definido na Instrução CVM nº 475/08. Não havia, em 1º de janeiro de 2009 operações desta natureza em aberto.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS -- continuação

2.9) Instrumentos financeiros-- continuação

Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis, empréstimos e financiamentos, ativos financeiros e disponíveis para venda.

Os ativos e passivos financeiros da Companhia foram classificados nas seguintes categorias:

Ativos e Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem instrumentos financeiros mantidos para negociação e ativos e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas, reconhecidos na demonstração do resultado. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS -- continuação

2.9) Instrumentos financeiros-- continuação

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Empréstimos e financiamentos

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.10) Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em conseqüência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS -- continuação

2.11) Benefícios pós-emprego concedidos aos empregados

A Companhia é patrocinadora da Fundação CORSAN, cuja principal finalidade é a de manter planos de suplementação de aposentadorias, pensões e demais prestações asseguradas pela previdência oficial aos participantes. O plano de benefícios da Fundação é do tipo “benefício definido” e a avaliação é procedida por atuário independente. De acordo com os critérios estabelecidos pela Deliberação CVM nº 600 de 2009, a Companhia reconheceu no passivo não circulante os efeitos das obrigações com o plano de benefícios, pelo regime de competência.

2.12) Impostos

Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda da pessoa jurídica e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados conforme normas estabelecidas para as empresas que tem como base de apuração o lucro real.

Os tributos são contabilizados pelo regime de competência e as alíquotas utilizadas são de 15%, mais adicional de 10% para o imposto de renda e 9% para contribuição social.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pela taxa de imposto que se espera ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS -- continuação

2.12) Impostos -- continuação

Impostos sobre vendas

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
COFINS – Contribuição para Seguridade Social	7,60%
PIS – Programa de Integração Social	1,65%

As vendas são apresentadas na demonstração de resultados pelos seus valores líquidos dos respectivos impostos (receita líquida de vendas).

2.13) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber principalmente pela comercialização de produtos e prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(i) Prestação de serviços

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. As receitas de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário e de serviços de irrigação não faturadas são contabilizadas na data da prestação do serviço, como contas a receber de clientes a faturar, com base em estimativas mensais, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

(ii) Contratos de construção

Um grupo de contratos de construção é tratado como um contrato de construção único quando: i) o grupo de contratos foi negociado como um pacote único; ii) os contratos estiverem tão diretamente interrelacionados que sejam, com efeito, parte do projeto único com margem de lucro global, e; os contratos são executados simultaneamente ou em seqüência contínua.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS -- continuação

2.13) Reconhecimento da receita-- continuação

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 17 Contratos de Construção, segundo o método de porcentagem de conclusão (POC). O percentual concluído é definido conforme estágio de execução com base no cronograma físico – financeiro de cada contrato.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método de custo mais margem. A receita é reconhecida tomando-se como base as margens anuais contratadas, ou estimadas, conforme abaixo:

	2010	2009
Juros	3,14%	3,14%
Custos capitalizáveis (engenharia, supervisão de obras)	6,44%	6,44%
Materiais aplicados em obras	14,42%	14,42%
Serviços de engenharia contratados	2,22%	2,22%

Quando o encerramento de um contrato de construção não puder ser estimado de forma confiável, a receita é reconhecida de forma limitada aos custos incorridos que serão recuperados.

(iii) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Quando uma perda do valor recuperável é identificada em relação a uma aplicação financeira ou uma conta a receber, a Companhia reduz o valor contábil ao seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados ao ativo, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa de juros efetiva utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original da aplicação financeira ou das contas a receber.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS -- continuação

2.14) Dividendos e Juros sobre o capital próprio

O valor dos juros sobre o capital próprio é registrado como despesa financeira e para fins de divulgação e adequação às práticas contábeis, a despesa referente aos respectivos juros é revertida da Demonstração do Resultado na linha de

despesas financeiras para a conta de lucros ou prejuízos acumulados na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. A Companhia imputou o valor líquido dos juros creditados a título de remuneração do capital próprio aos dividendos obrigatórios propostos calculados na forma da lei.

2.15) Demonstrações dos fluxos de caixa e valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC. A demonstração de valor adicionado é apresentada de forma suplementar, em atendimento à legislação societária brasileira, elaborada de acordo com o CPC 09.

2.16) Ajustes a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita. Em 31 de dezembro de 2010, 2009 e para o exercício não há ativos e passivos que requereram o ajuste a valor presente, exceto o ajuste a valor presente dos ativos financeiros relacionados à concessão de serviços públicos.

2.17) Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

2.18) Lucro líquido por ação

O calculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

2.19) Programa de participação nos resultados - PPR

No exercício são registradas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos resultados. Estes valores são calculados com base em indicadores e metas definidas pela Administração e apropriadas em contas específicas nos grupos de custos dos serviços, despesas comerciais e despesas administrativas.

2.20) Ativos intangíveis

Concessões

A Companhia possui contratos de concessão pública de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Os contratos de concessão são firmados com os municípios, sendo os contratos similares em termos de direitos e obrigações do concessionário e do poder concedente. A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário em linha com a interpretação ICPC 01 Contratos de Concessão.

Os contratos de concessão representam um direito de cobrar os usuários dos serviços públicos, via tarifação controlada pela Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do RS – AGERGS, pelo período de tempo estabelecido nos contratos de concessão. A Companhia reconhece como um ativo intangível este direito de cobrar dos usuários durante o período de concessão, sendo o valor amortizado conforme divulgado na nota 2.14.

O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia, reconhecidos conforme nota 2.13, e o valor do ativo financeiro – trazido a valor presente - referente ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização, acrescido de correção monetária, quando aplicável nos termos do IAS 29.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS -- continuação

2.20) Ativos intangíveis-- continuação

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2010, R$ 368.890 como contas a receber do poder concedente (municípios), referentes ao montante esperado de recebimento ao final das concessões (R$ 491.495 e R$ 507.117 em 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2009). Estes valores foram ajustados aos respectivos valores presentes no reconhecimento inicial, tendo sido descontados pelo custo médio ponderado de capital. Os valores dos ativos intangíveis foram reconhecidos pela diferença entre o valor justo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação dos serviços de concessão e o valor contábil dos ativos financeiros reconhecidos.

2.21) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS -- continuação

2.21) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros-- continuação

Nas datas dos balanços não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos.

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo relacionado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir.

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos dez anos e não incluem investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS -- continuação

Estimativas e premissas -- continuação

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Benefícios de Aposentadoria

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de

aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, vide Nota 22.

4. ADOÇÃO INICIAL DOS CPCs

Em todos os períodos anteriores, incluindo o ano fiscal findo em 31 de dezembro de 2009, a Companhia preparou suas demonstrações financeiras de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas pela primeira vez, atendendo a totalidade dos Pronunciamentos Técnicos (“CPC”) emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários, em convergência com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS, emitidas pelo IASB.

A Companhia estabeleceu a data de transição para a adoção das novas práticas contábeis como 1º de janeiro de 2009. A data de transição é definida como sendo o ponto de partida para a adoção das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil, e representa a data-base em que a Companhia preparou seu balanço patrimonial inicial ajustado por esses novos dispositivos contábeis.

Com isso, na preparação e apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e saldo de abertura em 01 de janeiro de 2009, foi necessário proceder a certos ajustes ou alterações na interpretação, avaliação, contabilização, apresentação e divulgação das demonstrações financeiras. Dessa forma, e tendo por objetivo preservar a comparabilidade entre os exercícios, as referidas demonstrações financeiras são apresentadas com os ajustes decorrentes das novas práticas contábeis, vigentes a partir da data de transição de 01 de janeiro de 2009.

4. ADOÇÃO INICIAL DOS CPCs -- continuação

Reconciliação do patrimônio líquido em 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2009, e resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2009:

Saldo em 1º de janeiro de 2009 segundo as práticas contábeis brasileiras anteriores	738.173
Passivo atuarial calculado conforme o disposto no CPC 33 - Benefícios a Empregados e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	(480.592)
Revisão do valor justo do imobilizado da controlada na data da transição ao denominado "custo atribuído", conforme o disposto no CPC 27 - Imobilizado e no ICPC 10.	8.003
Revisão das estimativas de perdas conforme disposto no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	(15.756)
Reconhecimento de passivo fiscal diferido sobre a reserva de reavaliação de terrenos, mantida no balanço patrimonial conforme permitido pela lei 11.638/07, em atendimento ao disposto no CPC 27 – Imobilizado.	(10.837)
Imposto de renda e contribuição social diferidos apurados sobre os efeitos da revisão do passivo atuarial, custo atribuído e estimativas de perdas mencionados acima, calculado em 34% sobre as diferenças temporárias geradas.	166.037
Efeito líquido decorrente da aplicação de novos critérios contábeis em 1º de janeiro de 2009	(333.145)
Saldo em 1º de janeiro de 2009 ajustado às novas práticas contábeis	405.028
Saldo em 31 de dezembro de 2009 segundo as práticas contábeis brasileiras anteriores	903.235
Passivo atuarial calculado conforme o disposto no CPC 33 - Benefícios a Empregados e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	(484.775)
Revisão do valor justo do imobilizado da controlada na data da transição ao denominado "custo atribuído", conforme o disposto no CPC 27 - Imobilizado e no ICPC 10.	7.642
Revisão das estimativas de perdas conforme disposto no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	(20.054)
Revisão da contabilização dos contratos de concessão conforme o disposto no ICPC 01 - Contratos de Concessão e OCPC 05 - Contratos de Concessão	62.267
Reconhecimento de passivo fiscal diferido sobre a reserva de reavaliação de terrenos, mantida no balanço patrimonial conforme permitido pela lei 11.638/07, em atendimento ao disposto no CPC 27 – Imobilizado	(10.837)
PASEP e Cofins diferidos apurados sobre os efeitos da revisão da contabilização dos contratos de concessão mencionada acima, calculada em 9,25%	(2.505)
Imposto de renda e contribuição social diferidos apurados sobre os efeitos da revisão do passivo atuarial, estimativas de perdas e adoção do ICPC 01 - Contratos de Concessão, mencionados acima, calculado em 34% sobre as diferenças temporárias geradas	148.725
Efeito líquido decorrente da aplicação de novos critérios contábeis em 31 de dezembro de 2009	(299.537)
Saldo em 31 de dezembro de 2009 reapresentado	603.698

4. ADOÇÃO INICIAL DOS CPCs -- continuação

Reconciliação do patrimônio líquido em 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2009, e resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2009: -- continuação

Lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 segundo as práticas contábeis brasileiras anteriores	217.541
Passivo atuarial calculado conforme o disposto no CPC 33 - Benefícios a Empregados e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	(4.183)
Revisão do valor justo do imobilizado na data da transição ao denominado "custo atribuído", conforme o disposto no CPC 27 - Imobilizado e no ICPC 10	(361)
Revisão das estimativas de perdas conforme disposto no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	(4.298)
Contratos de concessão	62.267
Receita de construção	188.886
Custo de construção	(181.629)
Ajuste a valor presente referente aos ativos financeiros	31.598
Amortização do intangível	(61.826)
Estorno da depreciação apurada sobre ativos relacionados aos contratos de concessão	85.238
PASEP e Cofins diferidos apurados sobre os efeitos da revisão da contabilização dos contratos de concessão mencionada acima, calculada em 9,25%	(2.505)
Imposto de renda e contribuição social diferidos apurados sobre os efeitos da revisão do passivo atuarial, estimativas de perdas e adoção do ICPC 01 - Contratos de Concessão, mencionados acima, calculado em 34% sobre as diferenças temporárias geradas	(17.312)
Efeito líquido decorrente da aplicação de novos critérios contábeis em 31 de dezembro de 2009	33.608
Lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 reapresentado	251.149

Isenções

O CPC 37, Adoção inicial das normas internacionais de relatório financeiro, permite algumas isenções na aplicação retrospectiva dos requerimentos dos CPCs para o exercício findo em dezembro de 2010. A Companhia adotou as seguintes isenções na aplicação retrospectiva dos requerimentos dos CPCs:

- ICPC01: A Companhia, mediante aprovação de seu Conselho de Administração, considerou impraticável a aplicação retroativa do ICPC01, em função de mudanças ocorridas na Companhia, alterações ocorridas ao longo dos anos nos seus programas de investimentos. Adicionalmente, as

concessões são de longa data, sendo os processos de obtenção de

- documentações para suportar as transações no início de cada concessão, de execução impraticável em função de alteração no quadro funcional, sistemas de dados entre outros.

- Benefícios a empregados: A Companhia decidiu por reconhecer os ganhos e perdas atuariais acumulados não reconhecidos anteriormente, na data de transição. Estes valores foram ajustados contra a conta de reserva de retenção de lucros e os respectivos impactos no resultado de 2009 também foram ajustados.

Na aplicação das normas, não foi necessário a aplicação de nenhuma outra isenção permitida.

5. MUDANÇAS NAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2011. A Administração da Companhia não prevê que a adoção destes novos pronunciamentos e interpretações terá um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia no período de aplicação inicial. Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos destes novos procedimentos e interpretações:

- *IAS 24 Exigências de Divulgação para Entidades Estatais e Definição de Parte relacionada (Revisada)* - A versão revisada da IAS 24 simplifica as exigências de divulgação para entidades estatais e esclarece a definição de parte relacionada. A norma revisada aborda aspectos que, segundo as exigências de divulgação e a definição de parte relacionada anteriores, eram demasiadamente complexos e de difícil aplicação prática, principalmente em ambientes com amplo controle estatal, oferecendo isenção parcial a entidades estatais e uma definição revista do conceito de parte relacionada. Esta alteração foi emitida em novembro de 2009, passando a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

- *IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração* - A IFRS 9 Instrumentos Financeiros encerra a primeira parte do projeto de substituição da “IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo. A nova abordagem baseia-se na maneira pela qual uma entidade administra seus

5. MUDANÇAS NAS POLÍTICAS CONTÁBEIS– continuação

instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas demonstrações financeiras.

- *IFRIC 14 Pagamentos Antecipados de um Requisito de Financiamento Mínimo* - Esta alteração visa a corrigir uma consequência involuntária da IFRIC 14. A alteração aplica-se apenas àquelas situações em que uma entidade está sujeita a requisitos mínimos de financiamento e antecipa contribuições a fim de cobrir esses requisitos. A alteração permite que essa entidade contabilize o beneficio de tal pagamento antecipado como ativo. Esta alteração passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

As seguintes normas e interpretações, novas e revisadas, entraram em vigor nos exercícios de 2010 e/ou 2009. A adoção não produziram impacto significativo nestas demonstrações financeiras, mas podem impactar a contabilização de transações ou contratos futuros:

- IAS 16 (ementa) - Ativo Imobilizado;
- IAS 19 (ementa) - Benefícios a Empregados;
- IAS 23 (ementa) - Custos de Empréstimos;
- IAS 32 (ementa) - Instrumentos Financeiros: Apresentação;
- IAS 38 (ementa) - Ativos Intangíveis;
- IAS 39 (ementa) - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração;
- IFRS 2 Pagamento Baseado em Ações;
- IFRS 3 Combinações de Negócios (revisada);
- IFRS 5 - Ativos Não Correntes Destinados à Venda e Operações Descontinuadas;
- IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgação;
- IFRIC 12 – Contratos de Concessão;
- IFRIC 13 – Programa de Fidelização de Clientes;
- IFRIC 17 – Distribuições de Ativos Não Monetários a Acionistas;
- IFRIC 18 – Transferência de Ativos de Clientes; e
- IFRIC 19 – Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora			Consolidado	
	31/12/2010	**31/12/2009**	**01/01/2009**	**31/12/2009**	**01/01/2009**
Caixa	**3**	6	1	6	1
Depósitos bancários	**24.307**	28.478	139.529	28.488	139.531
Aplicação de liquidez imediata	**32.222**	28.350	8.328	30.201	8.601
	56.532	56.834	147.858	58.695	148.133

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora			Consolidado	
	31/12/2010	**31/12/2009**	**01/01/2009**	**31/12/2009**	**01/01/2009**
Contas a receber vincendas					
Particular	**101.380**	92.433	81.816	92.581	81.931
Pública	**4.190**	3.910	3.861	3.910	3.861
Contas a receber vencidas					
Particular	**37.153**	36.022	32.818	36.022	32.818
Pública	**37.631**	34.589	39.651	34.589	39.651
Receitas a faturar	**41.127**	42.004	37.818	42.004	37.818
Total de contas a receber	**221.481**	208.958	195.964	209.106	196.079
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	**(34.241)**	(7.413)	(6.826)	(7.413)	(6.826)
	187.240	201.545	189.138	201.693	189.253

Os valores de contas a receber vencidos estão compostos da seguinte forma:

Contas a receber vencidas	31/12/2010		31/12/2009		01/01/2009	
	Particular	**Pública**	**Particular**	**Pública**	**Particular**	**Pública**
Créditos vencidos - 01 a 30 dias	**24.174**	**2.607**	23.163	2.769	20.818	1.762
Créditos vencidos - 31 a 90 dias	**5.404**	**2.291**	4.311	4.432	4.378	2.713
Créditos vencidos - 91 a 180 dias	**3.133**	**2.933**	3.796	2.577	3.457	3.353
Créditos vencidos - 181 a 360 dias	**855**	**4.554**	1.240	1.776	963	7.303
Créditos vencidos - mais de 360 dias	**3.587**	**25.246**	3.512	23.035	3.202	24.520
	37.153	**37.631**	36.022	34.589	32.818	39.651

O saldo com o poder público corresponde ao faturamento pela prestação de serviços de água e esgoto para órgãos e autarquias dos poderes federal, estadual e municipal. As faturas do Governo do Estado do Rio Grande do Sul têm sido liquidadas através de encontro de contas.

A conta receitas a faturar se refere aos serviços prestados e não faturados, com base no consumo médio de cada rota de faturamento, aplicado ao período entre a data da última leitura e o final do mês.Nota 2.13(i)

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES - Continuação

A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída considerando as contas a receber de usuários particulares vencidas há mais de 180 dias e faturas referentes aos serviços de água e esgoto de órgãos públicos que apresentam risco de perda.

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	**31/12/2009**	**31/12/2010**	**31/12/2009**
Saldo no início do exercício	**(7.413)**	(6.826)	**(7.413)**	(6.826)
Adições	**(27.219)**	(587)	**(27.219)**	(587)
Reversões	**391**	-	**391**	-
Saldo no final do exercício	**(34.241)**	(7.413)	**(34.241)**	(7.413)

8. ESTOQUES

	Controladora			Consolidado	
	31/12/2010	**31/12/2009**	**1/1/2009**	**31/12/2009**	**1/1/2009**
Tubulações de água e esgoto	**31.054**	29.295	25.040	29.295	25.040
Materiais de tratamento/laboratório	**1.528**	1.521	871	2.074	1.817
Materiais diversos	**5.223**	3.504	2.937	3.512	2.974
	37.805	34.320	28.848	34.881	29.831

Na CORSAN, os materiais em almoxarifado são destinados ao consumo, à manutenção de sistemas de água e esgoto e aplicação em investimentos. Os materiais destinados a aplicação em obras são classificados no intangível.

9. TRIBUTOS DIFERIDOS

	Controladora			Consolidado	
	31/12/2010	**31/12/2009**	**1/1/2009**	**31/12/2009**	**1/1/2009**
Ativo					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**320.888**	335.404	308.431	335.404	308.431
Passivo					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**186.270**	172.000	128.768	174.598	131.489
Pasep e cofins diferidos	**7.833**	4.549	1.188	4.549	1.188
Total	**194.103**	176.549	129.956	179.147	132.677

a) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

De acordo com a Instrução CVM nº 371/02 vêm sendo apropriados os créditos fiscais diferidos sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda pessoa jurídica, bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido e diferenças temporárias. As bases destes créditos são as seguintes:

9. TRIBUTOS DIFERIDOS – Continuação

a) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos – Continuação

Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos	Controladora			Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009	31/12/2009	1/1/2009
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa	**20.446**	41.003	68.841	41.003	68.841
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias:					
Passivo atuarial	**492.274**	526.076	524.235	526.076	524.235
Provisão para contingências	**200.896**	207.433	186.710	207.499	186.820
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**34.241**	7.413	6.826	7.413	6.826
Provisões para perdas - diversas	**48.720**	-	-	-	-
Contribuições previdenciárias tributadas por regime de caixa	**95.103**	96.126	102.301	96.126	102.301
Reserva de reavaliação	**(106.574)**	(122.267)	(139.633)	(122.267)	(139.633)
Efeitos da adoção do ICPC01 - contratos de concessão	**(129.842)**	(62.267)	-	(62.267)	-
Encargos financeiros capitalizados	**(218.399)**	(231.175)	(243.958)	(231.175)	(243.958)
Variação cambial tributada por regime de caixa	**(66.874)**	(70.551)	(50.878)	(70.551)	(50.878)
Outras provisões e diferenças temporárias	**(13.745)**	9.215	(1.588)	1.508	(9.701)
Total das diferenças temporárias	**335.800**	360.003	384.015	352.362	376.012
Alíquota vigente	**34%**	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias	**114.172**	122.401	130.565	119.803	127.844
Imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecidos	**-**	-	(19.743)	-	(19.743)
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos - líquido	**134.618**	163.404	179.663	160.806	176.942
Classificados no ativo	**320.888**	335.404	308.431	335.404	308.431
Classificados no passivo	**(186.270)**	(172.000)	(128.768)	(174.598)	(131.489)

A CORSAN optou por adotar o regime tributário de transição - RTT, instituído pela Medida Provisória 449/08 convertida na Lei nº 11.941/09, anulando, assim, os efeitos tributários provenientes das alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09. Desta forma, manteve-se a não tributação dos valores de doações governamentais para investimentos.

9. TRIBUTOS DIFERIDOS - Continuação

Conciliação alíquota efetiva	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	**283.067**	334.959	**283.376**	335.220
Alíquota vigente	**34%**	34%	**34%**	34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	**(96.243)**	(113.886)	**(96.348)**	(113.975)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:				
Equivalência patrimonial	**308**	451	-	-
Diferenças permanentes referente a provisões indedutíveis	**(6.800)**	-	**(6.800)**	-
Juros sobre capital próprio	**16.559**	13.227	**16.559**	13.227
Incentivos fiscais	**1.149**	1.304	**1.149**	1.304
Revisão da estimativa de realização dos créditos tributários diferidos	**-**	15.710	-	15.710
Outras diferenças permanentes	**(347)**	(616)	**(243)**	(337)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	**(85.374)**	(83.810)	**(85.683)**	(84.071)
Corrente	**(59.185)**	(63.518)	**(59.494)**	(63.902)
Diferido	**(26.189)**	(20.292)	**(26.189)**	(20.169)

b) COFINS e PASEP Diferidos

A Provisão para tributos diferidos de COFINS e PASEP é calculada com base no faturamento de órgãos públicos. Com base na legislação fiscal, tributos sobre faturamento a órgãos públicos são tributados quando do recebimento.

	Controladora e Consolidada			
	31/12/2010		31/12/2009	
COFINS e PASEP Diferidos	**COFINS**	**PASEP**	**COFINS**	**PASEP**
Diferimento receita de órgãos públicos	1.882	408	1.679	365
Ajustes do RTT	4.554	989	2.058	447
Valor registrado no passivo	**6.436**	**1.397**	**3.737**	**812**
	7.833		4.549	

10. OUTROS CRÉDITOS

	Controladora			Consolidado	
	31/12/2010	**31/12/2009**	**1/1/2009**	**31/12/2009**	**1/1/2009**
Depósitos bloqueados	**2.115**	3.802	2.049	3.802	2.049
Créditos com prefeituras municipais	**1.177**	917	914	917	914
Créditos de empregados	**3.962**	3.972	3.195	3.972	3.195
Dividendos propostos pela controlada	**-**	298	28	-	-
Parcelamentos de créditos de clientes	**3.556**	3.620	3.612	3.620	3.612
Créditos com prefeituras municipais	**3.192**	2.177	3.020	2.177	3.020
Por serviços ou obras prestados a terceiros	**1.357**	610	274	610	274
Valores a compensar	**1.907**	80	2.180	162	2.228
Créditos diversos	**6.472**	717	1.237	767	1.261
	23.738	16.193	16.509	16.027	16.553
Circulante	**16.574**	10.143	9.014	9.961	9.040
Não circulante	**7.164**	6.050	7.495	6.066	7.513

11. ATIVOS FINANCEIROS – CONTRATOS DE CONCESSÃO

	Controladora			Consolidado	
	31/12/2010	**31/12/2009**	**01/01/2009**	**31/12/2009**	**01/01/2009**
		Reapresentado			**Reapresentado**
Ativos financeiros	**718.788**	777.907	843.097	777.907	843.097
(-) Ajuste a valor presente	**(349.898)**	(286.412)	(335.980)	(286.412)	(335.980)
	368.890	491.495	507.117	491.495	507.117

Por força de decisão judicial da 3ª Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre, sob o Processo nº 01197704164, a CORSAN fez a entrega para a Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo, conforme termo de entrega de serviços públicos concedidos, assinado entre as partes em 03/12/98, do sistema de abastecimento de água, equipamentos, instalações e o acervo vinculado e necessário aos referidos serviços. Em 14/12/98 por decisão do Superior Tribunal de Justiça foi sustado o cumprimento do mandado de intimação para entrega compulsória daqueles serviços, embora, já tivessem sido entregues. O saldo deste imobilizado em 31 de dezembro de 2010 totaliza R$ 21.102 e foi reclassificado para o ativo financeiro quando da aplicação do ICPC 01.

12. PARTICIPAÇÃO EM EMPRESA CONTROLADA

O movimento da conta de investimentos em empresas subsidiárias está assim representado:

a) Informações da controlada

	Companhia de Indústrias Eletroquímicas - CIEL	
	31/12/2010	31/12/2009
Capital social	-	2.264
Patrimônio líquido	-	8.346
% de participação	-	100%
Quotas possuídas	-	2.149
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	907	1.088

b) Composição de investimentos

	Controladora			Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009	31/12/2009	1/1/2009
Participação em empresas controladas	-	8.346	7.528	-	-
Outros investimentos	811	758	758	818	814
	811	9.104	8.286	818	814

c) Movimentação do investimento em controlada

	Controladora	
	31/12/2010	31/12/2009
Saldos no início do período	8.346	7.528
Dividendos recebidos	-	(298)
Reinvestimento de dividendos	298	28
Equivalência patrimonial	907	1.088
Incorporação	(9.551)	-
Saldos no final do período	-	8.346

A Companhia possuía participação acionária de 100% das ações da Companhia de Indústrias Eletroquímicas - CIEL

No dia 28 de outubro de 2010 foi realizada a Incorporação, pela CORSAN, de sua subsidiária integral, nos termos aprovados pela Lei Estadual nº 13.435 de 05 de abril de 2010 e pelas Assembléias Gerais de 26 de agosto de 2010.

O Balanço Patrimonial levantado em 30 de setembro de 2010 foi utilizado na Incorporação.

13. IMOBILIZADO

CUSTO	Sistemas de Abastecimento de Água	Sistemas de Esgoto	Bens de Uso Geral	Obras em Andamento	Total do Imobilizado
Custo em 01/01/2009	**-**	**22.190**	**209.240**	**129**	**231.559**
Adições	-	-	15.098	-	15.098
Custo em 31/12/2009	**-**	**22.190**	**224.338**	**129**	**246.657**
Adições	-	-	36.501	657	37.158
Transferências	-	-	-	(639)	(639)
Custo em 31/12/2010	**-**	**22.190**	**260.839**	**147**	**283.176**
DEPRECIAÇÃO					
Saldo em 01/01/2009	**-**	**(11.749)**	**(160.977)**	**-**	**(172.726)**
Adições	-	(887)	(8.143)	-	(9.030)
Saldo em 31/12/2009	**-**	**(12.636)**	**(169.120)**	**-**	**(181.756)**
Adições	-	(886)	(9.483)	-	(10.369)
Saldo em 31/12/2010	**-**	**(13.522)**	**(178.603)**	**-**	**(192.125)**
Saldo Líquido em 01/01/2009	**-**	**10.441**	**48.263**	**129**	**58.833**
Saldo Líquido em 31/12/2009	**-**	**9.554**	**55.218**	**129**	**64.901**
Saldo Líquido em 31/12/2010	**-**	**8.668**	**82.236**	**147**	**91.051**

14. ATIVO INTANGÍVEL

CUSTO	Sistemas de Abastecimento de Água	Sistemas de Esgoto	Bens de Uso Geral	Obras em Andamento	Total do Intangível
Custo 01/01/2009	**313.927**	**258.365**	**37.407**	**177.364**	**787.063**
Adições	60.793	(17.768)	30.487	222.332	**295.844**
Baixas	(170)	-	(133)	(1.552)	**(1.855)**
Transferências	34.110	9.206	-	(43.316)	-
Reclassificações	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2009	**408.660**	**249.803**	**67.761**	**354.828**	**1.081.052**
Adições	17.501	250	6.656	292.403	316.810
Baixas	(100)	-	(16)	(543)	(659)
Transferências	24.123	15.857	396	(40.376)	-
Reclassificações	75.666	84.767	(7.804)	-	152.629
Saldo em 31/12/2010	**525.850**	**350.677**	**66.993**	**606.312**	**1.549.832**
AMORTIZAÇÃO					
Saldo em 01/01/2009	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Adições	(39.016)	(14.977)	(16.862)	-	**(70.855)**
Saldo em 31/12/2009	**(39.016)**	**(14.977)**	**(16.862)**	**-**	**(70.855)**
Adições	(26.735)	(16.772)	(11.973)	-	(55.480)
Saldo em 31/12/2010	**(65.751)**	**(31.749)**	**(28.835)**	**-**	**(126.335)**
Saldo Líquido em 01/01/2009	**313.927**	**258.365**	**37.407**	**177.364**	**787.063**
Saldo Líquido em 31/12/2009	**369.644**	**234.826**	**50.899**	**354.828**	**1.010.197**
Saldo Líquido em 31/12/2010	**460.099**	**318.928**	**38.158**	**606.312**	**1.423.497**

15. SEGUROS

A Companhia não adota política de contratação de seguros para os seus ativos.

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Instituição	Indexador	Taxa de juros anual	Último vencimento	Controladora e Consolidado					
				Circulante			Não circulante		
				31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
Banco do Brasil	TR	7,44%	31/03/14	**38.952**	37.322	35.808	87.642	121.297	152.184
Banco Nacional de Desenvolvimento	TJLP	2,61%	15/04/23	**964**	-	-	71.846	35.945	-
BID - Projeto "Pró-Guaíba"	US DÓLAR	4,16%	26/07/20	**6.860**	7.641	10.427	54.715	63.530	93.796
Caixa Econômica Federal				**37.801**	21.688	19.922	96.563	103.155	107.186
Caixa Econômica Federal	UPR*	6,08%**	17/02/30	**21.048**	3.053	1.221	55.464	41.380	25.469
Secretaria do Tesouro Nacional	UPR*	8,27%**	28/12/15	**16.753**	18.635	18.701	41.099	61.775	81.717
PIMES - Progr. Integr. Melhoria Social	TR	11,00%	20/02/16	**997**	2.048	2.039	1.345	2.309	4.324
Prefeitura Municipal de Encantado	UPR*	6,00%	06/05/30	**146**	3	-	1.080	184	11
Prefeitura Municipal de Osório	UPR*	6,00%	04/08/30	**-**	-	-	22.697	13.208	5.930
Prefeitura Municipal de Torres	UPR*	6,00%	05/04/28	**128**	-	-	2.170	-	-
				85.848	68.702	68.196	338.058	339.628	363.431

* UPR – Unidade Padrão de Referência: mesmo índice utilizado pela Caixa Econômica Federal para atualização do FGTS (TR).
**Ponderada.

O financiamento com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID foi contratado com a finalidade de recuperação e gerenciamento ambiental da Bacia Hidrográfica do Guaíba.

Os financiamentos com a Prefeitura Municipal de Encantado, com a Prefeitura Municipal de Osório e com a Prefeitura Municipal de Torres foram contratados junto à Caixa Econômica Federal visando à construção e ampliação do esgotamento sanitário dos respectivos municípios.

Os demais empréstimos e financiamentos foram destinados à ampliação e modernização dos sistemas de esgoto e abastecimento de água em diversos municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos pela arrecadação da receita da CORSAN, até o limite das obrigações.

O montante do passivo não circulante tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Valor
2012	76.640
2013	68.041
2014	29.685
2015	15.835
2016	14.488
Após 2016	133.369
	338.058

17. FORNECEDORES

	Controladora			Consolidado	
	31/12/2010	**31/12/2009**	**1/1/2009**	**31/12/2009**	**1/1/2009**
Fornecedores de materiais e serviços	**105.478**	98.610	62.348	98.091	61.669
Parcelamento - CEEE	**-**	-	265	-	265
Parcelamento - DMAE	**13.110**	15.467	19.600	15.467	19.600
Parcelamento - PROCERGS (Nota 24.d)	**-**	9.050	13.962	9.050	13.962
Parcelamento - Fundação (Nota 24.c)	**14.975**	-	-	-	-
	133.563	123.127	96.175	122.608	95.496
Circulante	**113.836**	111.716	79.556	111.196	78.877
Não circulante	**19.727**	11.412	16.619	11.412	16.619

O parcelamento com o DMAE refere-se à compra de água bruta para os Municípios de Eldorado do Sul e Viamão.

Em 31 de dezembro de 2010, o montante dos compromissos com fornecedores, no não circulante, tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Valor
2012	7.268
2013	6.020
2014	2.273
2015	2.273
2016	1.893
	19.727

18. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES - PARCELAMENTOS

Imposto ou contribuição	Indexador	Taxa de juros	Último vencimento	Controladora e Consolidado					
				Circulante			Não circulante		
				31/12/2010	**31/12/2009**	**1/1/2009**	**31/12/2010**	**31/12/2009**	**1/1/2009**
COFINS		SELIC	31/08/09	**-**	-	11.649	-	-	-
PASEP		SELIC	31/10/10	**1,00**	14.379	16.105	-	-	13.421
INSS	UFIR	SELIC	31/10/10	**1.131**	1.094	1.056	1.509	2.552	3.520
		1% a.m	20/04/13						
				1.132	15.473	28.810	1.509	2.552	16.941

18. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES – PARCELAMENTOS - Continuação

Em 31 de dezembro de 2010, os compromissos com impostos e contribuições evidenciados no não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Valor
2012	1.132
2013	377
	1.509

19. OUTROS DÉBITOS

	Controladora			Consolidado	
	31/12/2010	**31/12/2009**	**1/1/2009**	**31/12/2009**	**1/1/2009**
Consignações a recolher	**3.330**	3.082	2.269	3.082	2.269
Depósitos e retenções contratuais	**2.093**	4.569	3.188	4.569	3.188
Outras contas a pagar	**5.341**	3.231	372	3.361	425
	10.764	10.882	5.829	11.012	5.882

20. CONTRATOS DE REPASSE DO ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO – OGU

Foram assinados contratos de repasse entre a União Federal, por intermédio do Ministério das Cidades, representada pela Caixa Econômica Federal, o Estado do Rio Grande do Sul, cuja operacionalização se deu por intermédio da Secretaria de Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Urbano, e a CORSAN, que têm por finalidade a ampliação do sistema de esgotamento sanitário de diversas localidades do Estado do Rio Grande do Sul. A CORSAN, na qualidade de interveniente executora, receberá os recursos financeiros para execução das obras e garantirá a contrapartida de cada contrato. Os valores serão transferidos à Companhia de acordo com o cronograma de execução financeira e com o plano de aplicação e montam R$ 243.484. Será alocado pela Companhia o valor de R$ 42.089 a título de contrapartida. Em 2010 e 2009, os valores repassados à CORSAN para investimento montam R$ 66.042 e R$ 55.759, respectivamente, conforme se demonstra a seguir:

20. CONTRATOS DE REPASSE DO ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO – OGU - Continuação

Município	Valor contratado		Valor repassado em 2010	Valor repassado em 2009
	Repasse	Contrapartida		
Alvorada/Viamão	91.035	16.065	**20.701**	22.351
Cachoeirinha	491	130	**54**	-
Campo Bom	570	151	**70**	-
Canela	388	103	**24**	-
Canoas	34.170	6.030	**16.216**	12.230
Canoas - Projetos	910	241	**363**	-
Carazinho	4.449	500	**59**	977
Estância Velha	332	89	**21**	-
Esteio/Sapucaia do Sul	89.930	15.870	**27.005**	19.109
Gramado	206	55	**13**	-
Gravataí	760	201	**186**	-
Igrejinha	301	80	**19**	-
Nova Santa Rita	285	76	**119**	-
Parobé	293	78	**36**	-
Portão	190	51	**120**	-
Riozinho	166	45	**36**	-
São Francisco de Paula	253	68	**28**	-
São Gabriel	4.449	500	**-**	1.092
Sapiranga	253	68	**43**	-
Taquara	443	118	**28**	-
Três Coroas	261	70	**33**	-
Uruguaiana	8.900	1.000	**-**	-
Venâncio Aires	4.449	500	**868**	-
	243.484	42.089	**66.042**	**55.759**

21. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

As provisões para contingências foram atualizadas e consideram o estágio atual dos processos judiciais em andamento, sendo classificadas no passivo não circulante, líquidas dos valores depositados judicialmente, conforme a expectativa de desembolso, na hipótese de sentença ou decisão desfavorável. Esses valores foram contabilizados conforme a expectativa de perda “provável”, com base na opinião dos Administradores e da Superintendência Jurídica da Companhia.

A provisão para contingências é composta como segue:

21. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS - Continuação

	Controladora				
	Saldo em 31/12/09	**Adições**	**Pagamentos/ Reversões**	**Despesas financeiras**	**Saldo em 31/12/10**
Trabalhistas	135.390	103.715	(121.303)	3.702	**121.504**
Cíveis e fiscais	72.043	42.771	(18.016)	2.594	**99.392**
	207.433	146.486	(139.319)	6.296	**220.896**
(-) Depósitos judiciais	(148.617)	(57.329)	79.044	-	**(126.902)**
	80.849	89.157	(60.275)	6.296	**93.994**

	Controladora				
	Saldo em 01/01/09	**Adições**	**Pagamentos/ Reversões**	**Despesas financeiras**	**Saldo em 31/12/09**
Trabalhistas	147.830	46.444	(65.097)	6.213	135.390
Cíveis e fiscais	38.880	53.471	(22.515)	2.207	72.043
	186.710	99.915	(87.612)	8.420	207.433
(-) Depósitos judiciais	(91.063)	(113.160)	55.606	-	(148.617)
	95.647	(13.245)	(32.006)	8.412	58.816

As principais contingências provisionadas são:

Ações trabalhistas

a) Processo 01292.001/86-0 SINDIÁGUA - A origem do processo decorreu da implantação do Plano Cruzado em 1986, quando houve uma redução nominal dos salários pagos pela Companhia, na ordem de aproximadamente 11%, em virtude do imperativo legal que implantou o plano. O Sindicato entrou com uma ação, como substituto processual e ganhou a ação. Foi realizado um acordo parcial em 1989, onde os valores foram recompostos na folha de pagamento e os atrasados tiveram um acordo parcial, onde foram pagos os valores incontroversos. Para os valores controversos a ação continuou, estando atualmente em fase de liquidação. Essa provisão totaliza, em 31 de dezembro de 2010, R$ 25.292 (R$ 23.680 em 31/12/2009).

b) Outras reclamatórias trabalhistas - Estas se referem a reclamatórias movidas por empregados, ex-empregados e prestadores de serviços terceirizados da Companhia e totalizam 3.900 ações. Em 31 de dezembro de 2010 a provisão referente a outras reclamatórias trabalhistas totaliza R$ 96.212 (R$ 111.710 em 31/12/2009).

Dentre as ações trabalhistas, existem aquelas com prognósticos de perdas possíveis para as quais a Companhia não constituiu provisão, no valor de R$ 58.031 em 31 de dezembro de 2010 (R$ 38.135 em 31/12/2009).

21. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS - Continuação

Ações cíveis e fiscais

a) Ação ENC Empreiteira/Andrade Gutierrez - Em setembro de 2009, foi contabilizada provisão no valor de R$ 18.589, referente a processo de execução de sentença promovida em face da sentença proferida no feito 026/1.03.0001236-1 - ENC Empreiteira de Obras Ltda. versus CORSAN e Construtora Andrade Gutierrez S/A, na qual a demandada buscou a condenação da Construtora Andrade Gutierrez S/A ao pagamento de quantia atinente ao desequilíbrio econômico financeiro do contrato de subempreitada firmado pelas mesmas para a execução da obra de construção do projeto denominado Lago Dourado. Todas as decisões proferidas foram desfavoráveis à Construtora Andrade Gutierrez S/A, que foi condenada a ressarcir a referida demandante, sendo que a CORSAN deverá efetuar esse ressarcimento, em face da denunciação da lide proposta pela Construtora Andrade Gutierrez S/A. Foi depositado judicialmente em 01/10/09 para viabilizar a impugnação dos cálculos da exeqüente pela CORSAN, o montante de R$ 31.041, salientando que apenas por cautelar efetuou o depósito em valor muito superior ao que a Companhia entende como devido, objetivando estancar a fluência dos juros moratórios e correção monetária. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia mantém provisão de R$ 31.041.

b) Outras reclamatórias - As ações cíveis referem-se, em sua maioria, a reclamações de preços e/ou qualidade dos serviços, e transitam tanto no Juizado Especial Cível - JEC quanto na Justiça Comum Estadual. Num segundo patamar estão ações indenizatórias por danos ao patrimônio, ações de desapropriação, ações civis públicas, ações cominatórias, ações populares, entre outras. As ações fiscais referem-se, principalmente, à cobrança do uso do solo e de ISSQN por parte dos municípios. Ao todo a Companhia é parte em 492 ações para as quais está provisionado em 31 de dezembro de 2010 o montante de R$ 67.249 (R$ 39.907 em 31 de dezembro de 2009).

A Companhia, também, é demandada judicialmente em ações cíveis e fiscais para as quais não foram constituídas provisões, por terem prognósticos de perdas possíveis, no valor de R$ 164.284 em 31 de dezembro de 2010 (R$ 95.611 em 31/12/2009). Dessas ações, existem 880 ações ajuizadas pelo Ministério Público Estadual, Promotoria de Rio Grande, que montam R$ 18.172.

22. PROVISÃO PARA BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
Plano de benefício definido	**320.669**	359.816	366.628
Sistema de assistência IPÊ-SAÚDE	**57.988**	54.732	51.504
Suplementação provisória de proventos "PAI/SPP"	**113.617**	111.528	106.103
	492.274	526.076	524.235

22. PROVISÃO PARA BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO - Continuação

a) Plano de aposentadoria

O plano de benefícios "BD n° 001", é um plano de previdência complementar da modalidade de benefício definido administrado pela FUNCORSAN, destinado aos empregados e ex-empregados da patrocinadora CORSAN, tendo como objetivo complementar o salário real médio, sobre os quais incidirão contribuição para o plano, dos últimos anos de atividade em relação ao valor base do benefício atribuído pelo regulamento à previdência social (teto FUNCORSAN).

De acordo com o regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos participantes são os seguintes: aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de contribuição, aposentadoria especial, pecúlio por morte, auxílio-doença, pensão, auxílio-reclusão e abono anual.

Os benefícios, calculados com base na média das últimas remunerações dos participantes e no valor de referência do teto FUNCORSAN, são reajustados no mês de maio de cada ano, pelo indexador atuarial do plano (INPC).

Seguem os resultados da avaliação atuarial referentes à apuração do passivo (ativo):

	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
(1) Obrigações atuariais	**944.859**	876.242	1.001.988
(2) Valor justo dos ativos do plano	**(612.289)**	(526.675)	(442.250)
(3) Valor presente das obrigações a descoberto (1+	**332.570**	349.567	559.738
(6) Perdas ou (ganhos) atuariais não reconhecidos	**(148.483)**	(182.581)	-
(5) Passivo/(ativo) atuarial líquido total reconhecido	**481.053**	532.148	559.738
(6) Contratos de débitos do empregador com o plan	**160.384**	172.333	193.109
(7) Passivo atuarial provisionado (5+6)	**320.669**	359.815	366.629

A movimentação do passivo atuarial ocorrida durante os anos de 2009 e 2010 foi a seguinte:

	2010	2009
(1) Passivo/(ativo) atuarial líquido no inicio do ano	**532.149**	559.738
(2) Despesa reconhecida na demonstração do resultado durante o	**10.273**	31.885
(3) Contribuições do empregador vertidas no ano	**(61.369)**	(59.474)
(4) Passivo/(ativo) atuarial líquido no final do ano (1+2+3)	**481.053**	532.149

A origem da despesa reconhecida durante o ano de 2009 e 2010 da despesa a é explicada no quadro a seguir:

22. PROVISÃO PARA BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO - Continuação

	2009	2010
(1) Custo do serviço corrente, com juros, da reavaliação atuarial	17.136	14.687
(2) Contribuições esperadas de participantes	(21.632)	(29.177)
(3) Custo de juros sobre as obrigações atuariais	81.644	86.655
(4) Rendimento esperado dos ativos financeiros do plano	(45.263)	(55.562)
(5) Custo de amortizações de (ganhos)/perdas atuariais	-	(6.330)
(6) Despesa (receita) a ser reconhecida pelo empregador	31.885	10.273

Política contábil para reconhecimento dos ganhos/perdas atuariais: os estudos atuariais apontam a movimentação de diversas variáveis (premissas) para os exercícios futuros. Essas projeções podem se concretizar ou não, fazendo com que, a cada reavaliação atuarial anual, sejam calculadas as diferenças entre os valores projetados e os que efetivamente ocorreram. A essas diferenças dá-se o nome de ganho ou perda atuarial.

b) Sistema de assistência à saúde IPE-SAÚDE

A cobertura relativa ao sistema de assistência é realizada através de contrapartida financeira estabelecida no “Termo de Contrato de Prestação de Serviços” celebrado entre a patrocinadora CORSAN e o IPE - Instituto de Previdência do Estado do RS.

A contrapartida financeira mensal da Companhia para o IPE-SAÚDE corresponde a 8,9% incidente sobre o salário de contribuição dos servidores vinculados à CORSAN. Pelo acordo coletivo da Companhia, fica garantido que 50% desse mesmo percentual serão extensivos aos servidores que estão em gozo de benefício de aposentadoria pela FUNCORSAN.

Seguem os resultados da avaliação atuarial referentes à apuração do passivo (ativo) a ser contabilizado:

	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
(1) Obrigações atuariais	**58.849**	55.113	51.504
(2) Valor justo dos ativos do plano	**-**	-	-
(3) Valor presente das obrigações a descoberto (1+2)	**58.849**	55.113	51.504
(6) Perdas ou (ganhos) atuariais não reconhecidos	**861**	381	**
(5) Passivo/(ativo) atuarial líquido total reconhecido (3+4)	**57.988**	54.732	51.504
(6) Contratos de débitos do empregador com o plano	**-**	-	-
(7) Passivo atuarial provisionado	**57.988**	54.732	51.504

A movimentação do passivo atuarial ocorrida durante os anos de 2009 e 2010 foi a seguinte:

22. PROVISÃO PARA BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO - Continuação

	2010	2009
(1) Passivo/(ativo) atuarial líquido no inicio do ano	**54.732**	51.504
(2) Despesa reconhecida na demonstração do resultado durante o ano	**5.635**	5.275
(3) Contribuições do empregador vertidas no ano	**(2.380)**	(2.047)
(4) Passivo/(ativo) atuarial líquido no final do ano (1+2+3)	**57.987**	54.732

A origem da despesa reconhecida durante o ano de 2009 assim como a projeção da despesa a reconhecer nos anos de 2010 e 2011 são explicadas no quadro a seguir:

	2009	2010
(1) Custo do serviço corrente, com juros, da reavaliação atuarial	103	111
(2) Contribuições esperadas de participantes	-	-
(3) Custo de juros sobre as obrigações atuariais	5.172	5.525
(4) Rendimento esperado dos ativos financeiros do plano	-	-
(5) Custo de amortizações de (ganhos)/perdas atuariais	-	-
(6) Despesa (receita) a ser reconhecida pelo empregador	5.275	5.636

c) Suplementação provisória de proventos "PAI/SPP"

A CORSAN assegura um benefício de suplementação provisória de proventos aos participantes da FUNCORSAN, conforme estabelecido no Acordo Coletivo Intersindical 2009 - 2010.

Para o recebimento do benefício, o participante deve cumprir os seguintes requisitos, cumulativamente:
- Contar na data base de 01 de maio de 2005 com pelo menos 53 anos de idade. Os empregados que não possuírem esta idade na data mencionada, deverão cumprir um período de trabalho adicional equivalente a 25% do tempo que faltaria para que completassem 53 anos de idade;
- Obter aposentadoria junto à previdência social e contar com pelo menos 10 anos de trabalho na Companhia na data de concessão do benefício;
- Ser participante da FUNCORSAN há pelo menos 06 anos;
- Estar desligado da Empregadora.

O valor da suplementação provisória paga pela Companhia consiste na diferença entre o salário-real-de-benefício, calculado conforme regulamento da Fundação caso o empregado já tivesse implementado todas as carências, e o valor do "teto base", respeitado o benefício mínimo, o abono de aposentadoria e o teto máximo (cinco vezes o teto base FUNCORSAN), previstos no regulamento.

Este benefício de caráter provisório é concedido apenas e enquanto o empregado não preencher todos os requisitos de concessão do benefício na FUNCORSAN.

22. PROVISÃO PARA BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO - Continuação

Seguem os resultados da avaliação atuarial referentes à apuração do passivo (ativo) a ser contabilizado:

	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
(1) Obrigações atuariais	**112.200**	111.399	106.103
(2) Valor justo dos ativos do plano	**-**	-	-
(3) Valor presente das obrigações a descoberto (1+2)	**112.200**	111.399	106.103
(6) Perdas ou (ganhos) atuariais não reconhecidos	**(1.417)**	(129)	**
(5) Passivo/(ativo) atuarial líquido total reconhecido (3+4)	**113.617**	111.528	106.103
(6) Contratos de débitos do empregador com o plano	**-**	-	-
(7) Passivo/(ativo) atuarial a provisionado	**113.617**	111.528	106.103

Para fins de registro contábil da CORSAN, a movimentação do passivo atuarial ocorrida durante os anos de 2009 e 2010 foi a seguinte:

	2010	2009
(1) Passivo/(ativo) atuarial líquido no inicio do ano	**111.528**	106.103
(2) Despesa reconhecida na demonstração do resultado durante o ano	**11.257**	10.894
(3) Contribuições do empregador vertidas no ano	**(9.169)**	(5.469)
(4) Passivo/(ativo) atuarial líquido no final do ano (1+2+3)	**113.616**	111.528

A origem da despesa reconhecida durante o ano de 2009 assim como a projeção da despesa a reconhecer nos anos de 2010 e 2011 são explicadas no quadro a seguir:

	2009	2010
(1) Custo do serviço corrente, com juros, da reavaliação atua	302	308
(2) Contribuições esperadas de participantes	-	-
(3) Custo de juros sobre as obrigações atuariais	10.592	10.949
(4) Rendimento esperado dos ativos financeiros do plano	-	-
(5) Custo de amortizações de (ganhos)/perdas atuariais	-	-
(6) Despesa (receita) a ser reconhecida pelo empregador	10.894	11.257

22. PROVISÃO PARA BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO - Continuação

d) Premissas utilizadas para cálculo do passivo e das projeções

Foi adotado o método da unidade de crédito projetada para calcular as obrigações atuariais, de acordo com premissas abaixo indicadas:

Econômicas e financeiras	**2010**	**2009**	**2008**
Taxa de desconto atuarial - real	6% a.a.	6% a.a.	6% a.a.
Taxa de desconto atuarial - nominal	10,24% a.a.	10,24% a.a.	10,24% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos - real	6% a.a.	6% a.a.	6% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos - nominal	10,24% a.a.	10,24% a.a.	10,24% a.a.
Taxa de crescimento salarial - nominal *	6,08% a.a.	6,08% a.a.	6,08% a.a.
Taxa de crescimento dos benefícios - nominal	4% a.a.	4% a.a.	4% a.a.
Inflação projetada	4% a.a.	4% a.a.	4% a.a.
Fator de capacidade	100,00%	100,00%	97,77%

*O crescimento salarial é projetado de forma linear até a idade de 54 anos, conforme identificado nos estudos sobre a adequação de premissas realizado durante o ano de 2009.

Demográficas	**2010**	**2009**	**2008**
Tábua de mortalidade geral	AT 83 male	AT 83 male	AT 83 male
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49 male	AT 49 male	AT 49 male
Tábua de entrada em invalidez	Light Média	Light Média	Light Média
Tábua de rotatividade	Não aplicado	Não aplicado	Não aplicado
Entrada em aposentadoria	100% na exigibilidade	100% na exigibilidade	100% na exigibilidade
Composição familiar	Experiência FUNCORSAN	Experiência FUNCORSAN	Experiência FUNCORSAN

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Continuação

a) Capital social

O Capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R$ 503.842, conforme composição acionária a seguir:

Acionistas	Ações ordinárias	Ações preferenciai	Total ações	Capital total (%)	Capital votante (%)	Ações preferenciais (%)
Estado do Rio Grande do Sul	203.659.006	169.321.006	372.980.012	91,56972301341	99,99999017966	83,13945584715
Caixa de Administração da Dívida	-	34.338.000	34.338.000	8,43026716626	-	16,86053433252
Prefeitura Municipal de Estrela	5	5	10	0,00000245508	0,00000245508	0,00000245508
Prefeitura Municipal de Carazinho	3	3	6	0,00000147305	0,00000147305	0,00000147305
Prefeitura Municipal de São Marcos	2	2	4	0,00000098203	0,00000098203	0,00000098203
Prefeitura Municipal de Muçum	2	2	4	0,00000098203	0,00000098203	0,00000098203
Prefeitura Municipal de Rosário do Sul	2	2	4	0,00000098203	0,00000098203	0,00000098203
Prefeitura Municipal de Lajeado	2	2	4	0,00000098203	0,00000098203	0,00000098203
Prefeitura Municipal de Quaraí	2	2	4	0,00000098203	0,00000098203	0,00000098203
Prefeitura Municipal de Cerro Largo	2	2	4	0,00000098203	0,00000098203	0,00000098203
Total	**203.659.026**	**203.659.026**	**407.318.052**	**100,00000000000**	**100,00000000000**	**100,00000000000**

Em dezembro de 2009, foram transferidas 125.662.000 ações preferenciais nominativas de emissão da CORSAN, da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S/A – CADIP para o Estado do Rio Grande do Sul.

A Companhia está autorizada a, independentemente de reforma estatutária e mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar seu capital social até o limite de R$ 657.351, mediante a emissão de ações ordinárias e/ou preferenciais. Dentro do limite do capital autorizado, e de acordo com plano aprovado pela Assembléia Geral, poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle, na forma prevista em lei.

Os aumentos de capital poderão ser deliberados com a exclusão do direito de preferência dos acionistas à subscrição de novos valores mobiliários emitidos pela Companhia, nas hipóteses previstas no art. 172 da Lei nº 6.404/76.

b) Reservas de capital

As reservas de capital compreendem doações de instalações e equipamentos de particulares e órgãos públicos. De acordo com a Lei nº 11.638/07, a partir de 2008, as referidas doações passaram a ser registradas no resultado do exercício, e após transitarem no resultado, as doações de órgãos públicos são destinadas para reserva de incentivos fiscais.

c) Outros Resultados Abrangentes

A Companhia procedeu à reavaliação dos bens do ativo imobilizado nos exercícios de 1989, 1990, 1993 e 1994, cujo saldo líquido das respectivas baixas e depreciações monta R$ 98.277 (R$ 91.533 em 31/12/09 e R$ 102.994 em 01/01/09). Em contrapartida foi constituída reserva de reavaliação no patrimônio líquido, sendo que a realização se dá através de depreciação e baixas dos respectivos bens. Em cumprimento à Deliberação

CVM nº 183/95, os impostos incidentes sobre a referida reserva foram destacados em conta do passivo não circulante.

Foi realizada no exercício, transferindo-se para lucros acumulados, o montante de R$ 10.357 (R$ 11.462 em 2009), líquidos do imposto de renda e contribuição social, sendo que a realização se deu através de depreciação e baixas dos respectivos bens.

Com a aplicação do ICPC01 o saldo residual de imobilizado, incluindo os valores de reavaliação, foram considerados como o valor justo do ativo intangível relacionados à concessão na data de transição, 1º de janeiro de 2009 e, a reserva de reavaliação, transferida para a conta de “outros resultados abrangentes”.

d) Remuneração aos acionistas

O Estatuto da Companhia prevê que do lucro líquido apurado, 25% (vinte e cinco por cento) será destinado aos acionistas como dividendos, na proporção das ações que os

mesmos possuírem. A ação preferencial possui prioridade na distribuição de dividendos no mínimo 10% (dez por cento) superiores aos atribuídos a cada ação ordinária.

O valor dos dividendos obrigatórios é determinado com base no lucro líquido ajustado, conforme se demonstra a seguir:

Lucro Líquido do exercício de 2010	197.693
(-) Reserva Legal 5%	(9.885)
Base de cálculo para Dividendos	187.808

Os dividendos calculados por ação ordinária e preferencial são:

Dividendos Obrigatórios	Número de ações	Dividendo proposto	Dividendo por ação
Ações Ordinárias	203.659.026	23.476	0,11527
Ações Preferenciais	203.659.026	26.786	0,13109
Total	407.318.052	50.262	

De acordo com a Lei nº 9.249/95, a Companhia efetuou em 2010 o registro de juros sobre capital próprio no valor de R$ 48.702 (R$ 38.903 em 2009 e R$ 27.835 em 2008), utilizando como base a taxa de juros de longo prazo – TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido observado o limite de 50% do lucro antes do imposto de renda. Conforme previsto pela legislação fiscal, o valor registrado foi integralmente deduzido na apuração do imposto de renda e contribuição social.

Para fins de divulgação e adequação às práticas contábeis, a despesa referente aos respectivos juros foi revertida na Demonstração de Resultado na linha de despesas financeiras para a conta de lucros ou prejuízos acumulados na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

A Companhia imputou o valor líquido dos juros creditados a título de remuneração do capital próprio aos dividendos obrigatórios, cujo demonstrativo dos dividendos propostos evidencia-se no quadro a seguir:

Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio	Total Dividendos	JSCP - valor líquido	Dividendo complementar
Ações Ordinárias	23.476	24.351	-
Ações Preferenciais	26.786	23.735	3.051
Total	50.262	48.086	3.051

e) Reservas de lucros

Reserva legal

Conforme a Lei das Sociedades por Ações, à base de 5% (cinco por cento) do lucro líquido, estando limitada a 20% do capital social.

Reserva de incentivos fiscais

A reserva de incentivos fiscais compreende as doações de instalações e equipamentos de órgãos públicos.

Reserva de retenção de lucros

A Administração propõe, sujeito a posterior aprovação da Assembléia Geral, a destinação do montante de R$ 18.373 para constituição da reserva de retenção de lucros. Esse valor corresponde ao lucro remanescente apurado após as destinações para reserva legal, de incentivos fiscais e dividendos acrescido das contabilizações efetuadas diretamente na conta de lucros acumulados

Os recursos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos sistemas de abastecimento de água, de sistemas de esgoto e desenvolvimento institucional de forma a atender aos projetos previstos no orçamento da Companhia, com base em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembléia Geral Ordinária.

24. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

a) Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Os valores a seguir demonstrados evidenciam as transações havidas entre a CORSAN e o Estado do Rio Grande do Sul, os saldos existentes são:

	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
Contas de água e esgoto - Saldo a receber	15.745	21.200	21.389
Rendimentos SIAC - Saldo a receber	8.019	28.278	13.516
Juros sobre o capital próprio a pagar para o Governo do Estado	(46.588)	(1.991)	(45.112)
Juros sobre o capital próprio a pagar para a CADIP	(4.496)	(1.007)	(9.294)
Dividendos propostos a pagar para o Governo do Estado	(2.025)	(17.609)	(5.744)
Dividendos propostos a pagar para a CADIP	(1.026)	-	(6.541)

Criado pelo Decreto nº 33.959 de 31 de maio de 1991, o Sistema Integrado de Administração de Caixa no Estado – SIAC determina que os órgãos da Administração direta e indireta centralizem no Tesouro Estadual as disponibilidades de recursos em suas contas bancárias. Os recursos depositados são remunerados com base nos rendimentos dos títulos que compõe a Dívida Pública Estadual. O montante dos rendimentos em 31 de dezembro de 2010 é de R$ 8.019 (R$ 28.278 em 31/12/2009), tendo sido apropriados o valor de R$ 4.132 em 2010 (R$ 14.762 em 2009).

Em 2010, foram realizados dois encontros de contas entre a CORSAN e o Estado do Rio Grande do Sul, sendo o primeiro no mês de maio, no valor de R$ 4.837 e o segundo no mês de dezembro, no valor de R$ 4.596, envolvendo os seguintes itens:
- quitação, por parte do Estado junto à CORSAN, de faturas de fornecimento de água e/ou coleta/tratamento de esgoto;
- quitação, por parte da CORSAN junto ao Estado, das parcelas vencidas em janeiro e julho de 2010, de empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Em 04/01/10, a Companhia recebeu do Estado do Rio Grande do Sul o valor de R$ 15.047, referente a rendimentos do SIAC, do período de 29/09/06 a 27/01/09 e em 30/12/10, foi recebido o valor de R$ 9.344 referente rendimentos do período de 28/01/09 a 10/08/09.

b) Fundação CORSAN – FUNCORSAN

b.1) Contratos de dívidas

Contratos	Indexador	Taxa de juros	Último vencimento	Controladora e Consolidado					
				Circulante			Não circulante		
				31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
Contrato 1298	INPC	6% a.a	31/03/18	**2.689**	2.520	2.414	**12.076**	12.837	13.664
Contrato 042001ᴾ-M e IGP-DI		12% a.a	31/01/11	**1.468**	16.271	16.031	**-**	393	13.858
Contrato 122001ᴾ-M e IGP-DI		6% a.a	21/12/20	**13.151**	12.147	11.969	**86.763**	86.739	91.608
Contrato 122005	(*)		01/12/18	**3.945**	3.694	3.819	**40.292**	37.732	39.747
				21.253	34.632	34.233	**139.131**	137.701	158.877

(*) O contrato 122005 é revisado anualmente através de cálculos atuariais.

Os contratos referem-se a parcelamentos da reserva a amortizar e estão garantidos pela arrecadação da receita tarifária de água e esgoto até o limite das obrigações (principal e encargos).

Em 31 de dezembro de 2010, o montante dos compromissos com a FUNCORSAN, no não circulante, tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Valor
2012	17.419
2013	17.419
2014	17.419
2015	17.419
2016	17.419
Acima de 2016	52.036
	139.131

c.1) Contas a pagar – Fundação CORSAN

O valor referente à compra do imóvel objeto do Instrumento Particular FC 070/2010, está registrado na rubrica fornecedores (vide nota 17), no montante de R$ 14.975, o qual está sendo pago em 60 parcelas mensais, até julho de 2015, acrescidas de juros

compensatórios de 7,5%, calculados pela Tabela Price, atualizados monetariamente de acordo com a variação acumulada do INPC/IBGE.

d) Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul – PROCERGS

Os valores devidos à PROCERGS referem-se ao contrato de prestação de serviços na área de tecnologia da informação. Não existe mais saldo a pagar referente a parcelamentos (em 31/12/09, era de R$ 9.050 no curto prazo, vide nota 17.

25. RECEITA OPERACIONAL

A CORSAN opera os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A receita líquida de serviços, apresenta a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
		Reapresentado		Reapresentado
Serviços de abastecimento de água	**1.317.078**	1.220.223	**1.317.078**	1.220.223
Serviços de esgoto	**73.556**	68.651	**73.556**	68.651
Receita de vendas	**51**	-	**2.781**	551
Outras receitas de serviços prestados	**2.152**	164	**2.152**	164
Receitas de construção	**316.127**	188.886	**316.127**	188.886
Impostos e devoluções s/ receita serviço	**(131.972)**	(120.614)	**(134.507)**	(124.164)
	1.576.992	1.357.310	**1.577.187**	1.354.311

26. CUSTOS, DESPESAS E OUTRAS RECEITAS

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado consolidado por função. Conforme requerido pelo IFRS, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado consolidado por natureza:

Despesas por natureza	Controladora			Consolidado	
	2010	2009	2008	2010	2009
		Reapresentado			Reapresentado
Pessoal	**511.356**	412.817	(255.630)	**512.356**	413.960
Materiais	**80.788**	75.148	(59.213)	**77.962**	68.370
Energia elétrica	**121.498**	118.498	(112.450)	**121.537**	118.544
Serviços de terceiros	**132.328**	113.007	(43.028)	**132.674**	113.395
Gerais	**76.612**	66.172	(9.368)	**77.013**	50.391
Depreciações e provisões	**55.542**	86.847	(94.320)	**55.828**	103.454
Custos de construção	**305.504**	181.628	-	**305.504**	181.628
	1.413	4.986		**2.178**	6.188
	1.285.041	1.059.103	**(574.009)**	**1.285.052**	1.055.930
Classificados como:					
Custos dos serviços	**1.003.414**	835.183	-	**1.001.735**	832.597
Despesas comerciais	**66.333**	40.828	-	**66.391**	40.868
Despesas administrativas	**213.881**	178.106	-	**214.748**	176.277
Outras receitas/despesas operacionais	**1.413**	4.986	-	**2.178**	6.188
	1.285.041	1.059.103	-	**1.285.052**	1.055.930

27. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Identificam-se a seguir as receitas e despesas financeiras referentes aos exercícios de 2010 e 2009:

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
		Reapresentado		Reapresentado
Receitas financeiras	**57.236**	91.992	**57.363**	92.085
Acréscimos por inadimplementos	**18.097**	15.974	**18.097**	15.974
Variações monetárias ativas	**5.490**	19.891	**5.493**	19.900
Receitas financeiras pela realização de AVP	**17.151**	31.598	**17.151**	31.598
Variações cambiais ativas	**13.340**	27.764	**13.340**	27.764
Outras receitas financeiras	**3.158**	(3.235)	**3.282**	(3.151)
Despesas financeiras	**(66.120)**	(55.240)	**(66.122)**	(55.245)
Juros e taxas sobre financiamentos internos	**(24.192)**	(27.152)	**(24.192)**	(27.152)
Juros e taxas sobre outras obrigações	**(11.621)**	(10.515)	**(11.620)**	(10.515)
Variações monetárias passivas	**(21.531)**	(14.490)	**(21.531)**	(14.490)
Variações cambiais passivas	**(8.776)**	(3.083)	**(8.776)**	(3.083)
Outras despesas financeiras	**-**	-	**(3)**	(5)
Resultado financeiro líquido	**(8.884)**	36.752	**(8.759)**	36.840

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de limite de exposição dos mesmos. Todas as operações são integralmente reconhecidas na contabilidade. As avaliações de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, bem como, gerenciamento de riscos estão relatados a seguir:

a) Instrumentos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2010, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa – está apresentado ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil na data do balanço. As aplicações mantidas pela companhia são equivalentes de caixa, com risco insignificante de mudança de seus valores.
- Contas a receber – decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registrados pelos seus valores originais, ajustadas por perdas estimadas para credores de liquidação duvidosa.
- Contas a pagar - decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a atualizações cambiais e monetárias, quando aplicável.
- Empréstimos e financiamentos – são classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado pelo método de taxa efetiva de juros, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Os valores de mercado destes empréstimos e financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis na data do balanço.

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, o valor dos principais instrumentos financeiros a Companhia são assim demonstradas:

	Valor contábil		Valor justo	
	2010	2009	2010	2009
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	**56.532**	56.834	**56.532**	56.834
Contas a receber de clientes	**187.240**	201.545	**187.240**	201.545
Passivos financeiros				
Instituições financeiras	**423.906**	408.330	**423.906**	408.330
Fornecedores	**133.563**	123.128	**133.563**	123.128

O valor justo dos instrumentos financeiros é apurado conforme descrito na Nota 2.9.

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

A Companhia não celebrou e não tem como política celebrar instrumentos financeiros derivativos, tais como os contratos a termo, swaps, opções, futuros, swaps com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS - Continuação

outros produtos, operações estruturadas com derivativos, derivativos exóticos e todas as demais operações com derivativos, independente da forma como sejam contratados.

c) Gerenciamento de Riscos

Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

As atividades de gerenciamento de riscos seguem a política de gestão de risco da Companhia, sob a administração dos seus diretores. A administração destes riscos é efetuada com base na política de controle, que estabelece as técnicas de acompanhamento, mensuração e monitoramento contínuo da exposição.

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

a) Risco de crédito:

A Companhia está potencialmente sujeitas ao risco de crédito da contra parte em suas operações financeiras e contas a receber. Dentre os procedimentos adotados para minimizar os potenciais riscos financeiros e comerciais, destacamos: a seletividade das instituições financeiras e monitoramento constante dos valores a receber de clientes. Não há clientes que individualmente representem mais que 5% do total do contas a receber da Companhia em 31 de dezembro de 2010 e 2009 ou em 1º de janeiro de 2010.

b) Risco liquidez:

Risco de liquidez representa o encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas (substancialmente empréstimos e financiamentos). A Companhia tem políticas de monitoramento de caixa para evitar o descasamento de contas a receber e a pagar. A tabela abaixo demonstra os pagamentos contratuais requeridos pelos passivos financeiros da Companhia:

	Projeção incluindo juros futuros			
	Até um ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	**91.192**	**183.832**	**170.480**	**445.505**

c) Risco de mercado:

Risco da taxa de juros: Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de juros do mercado.

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS - Continuação

Risco de taxas de câmbio: Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira e o saldo passivo de contratos de financiamentos com indexador em moeda estrangeira. Não há outros ativos ou passivos indexados a moedas estrangeiras. A Companhia avaliam sua exposição cambial de forma continuada, visando manter os valores contratados em patamares mínimos em relação aos passivos totais.

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos empréstimos que a Companhia possuía exposição na data base de 31 de dezembro de 2010, foram definidos 03 cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Com base na projeção do indexador de cada contrato para o ano de 2011 (cenário provável), sendo que a partir deste foram calculadas variações crescentes de 25% e 50%, respectivamente, para tais empréstimos. Os cenários são elaborados desconsiderando o provável fluxo de caixa de pagamentos de empréstimos.

			(perdas) / ganhos financeiros				
Operação	**Risco**	**31/12/2010**	Queda 25%	Queda 50%	Cenário Provável	Aumento 25%	Aumento 50%
Empréstimos	TR	**(289.521)**	(15.982)	(13.318)	(19.977)	(24.971)	(29.965)
Empréstimos	TJLP	**(72.810)**	(3.495)	(2.912)	(4.369)	(5.461)	(6.553)
Empréstimos	US Dólar	**(61.575)**	11.128	19.536	(1.484)	(17.248)	(33.013)
		(423.906)	(8.348)	3.305	(25.829)	(47.680)	(69.531)
Indexador	TR / UPR		*5,52*	*4,60*	6,90	*8,63*	*10,35*
	TJLP		*4,80*	*4,00*	6,00	*7,50*	*9,00*
	US Dólar	1,66	*1,36*	*1,13*	1,70	*2,13*	*2,55*

29. RECONCILIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS A SEREM AJUSTADAS COM OS EFEITOS DA ADOÇÃO DOS NOVOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

Em janeiro de 2011 a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) deliberou que as companhias abertas que, até a data da apresentação das demonstrações financeiras do exercício social iniciado a partir de primeiro de janeiro de 2010, não tiverem reapresentado os seus ITR de 2010, deveriam incluir nessas demonstrações anuais nota explicativa evidenciando, para cada trimestre de 2010 e 2009, os efeitos no resultado e no patrimônio líquido decorrentes da plena adoção das normas de 2010.

Os efeitos oriundos da adoção dos CPCs estão demonstrados a seguir:

	31/3/2010	30/6/2010	30/9/2010	31/3/2009	30/6/2009	30/9/2009
Lucro líquido do trimestre (anteriormente divulgado)	60.108	41.082	47.054	74.021	64.025	22.709
Passivo atuarial calculado conforme o disposto no CPC 33 - Benefícios a Empregados e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas	10.112	10.112	10.112	(1.046)	(1.046)	(1.046)
Revisão do valor justo do imobilizado na data da transição ao denominado "custo atribuído", conforme o disposto no CPC 27 -	-	-	-	(90)	(90)	(90)
Revisão das estimativas de perdas conforme disposto no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	(1.308)	(1.308)	(1.308)	(1.075)	(1.075)	(1.074)
Efeitos da adoção do ICPC 01 - Contratos de Concessão	17.035	16.668	16.863	13.801	15.151	16.282
Receita Construção	77.362	77.946	73.819	21.797	31.255	56.122
Custo construção	(74.828)	(75.413)	(71.001)	(20.836)	(30.158)	(53.786)
Estorno depreciação	21.123	21.129	21.228	21.386	21.264	21.362
Amortização	(10.953)	(11.653)	(11.390)	(17.201)	(15.183)	(14.763)
Receita financeira realização do ajuste a valor presente	4.331	4.659	4.207	8.655	7.973	7.347
PASEP e Cofins diferidos apurados sobre os efeitos da revisão da contabilização dos contratos de concessão mencionada acima,	-	-	-	(626)	(626)	(626)
Imposto de renda e contribuição social diferidos apurados sobre os efeitos da revisão do passivo atuarial, estimativas de perdas e adoção do ICPC 01 - Contratos de Concessão, mencionados acima, calculado	(8.785)	(8.660)	(8.727)	(3.728)	(4.187)	(4.572)
Lucro líquido ajustado	77.162	57.894	63.994	81.257	72.152	31.583

29. RECONCILIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS A SEREM AJUSTADAS COM OS EFEITOS DA ADOÇÃO DOS NOVOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – Continuação

	31/3/2010	30/6/2010	30/9/2010	31/3/2009	30/6/2009	30/9/2009
Patrimônio líquido (anteriormente dilvulgado)	951.167	980.074	1.019.996	802.322	856.418	869.599
Passivo atuarial calculado conforme o disposto no CPC 33 - Benefícios a Empregados e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas	(474.664)	(464.553)	(454.442)	(481.638)	(482.684)	(483.730)
Revisão do valor justo do imobilizado da controlada na data da transição ao denominado "custo atribuído", conforme o disposto no CPC	7.642	7.642	7.642	7.913	7.823	7.733
Revisão das estimativas de perdas conforme disposto no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	(18.746)	(17.438)	(16.130)	(16.831)	(17.906)	(18.980)
Reconhecimento de passivo fiscal diferido sobre a reserva de reavaliação de terrenos, mantida no balanço patrimonial conforme permitido pela lei 11.638/07, em atendimento ao disposto no CPC 27 –	(10.837)	(10.837)	(10.837)	(10.837)	(10.837)	(10.837)
Efeitos da adoção do ICPC 01 - Contratos de Concessão	17.035	16.668	16.863	13.801	15.151	16.282
PASEP e Cofins diferidos apurados sobre os efeitos da revisão da contabilização dos contratos de concessão mencionada acima,				(626)	(626)	(626)
Imposto de renda e contribuição social diferidos apurados sobre os efeitos da revisão do passivo atuarial, estimativas de perdas e adoção do ICPC 01 - Contratos de Concessão, mencionados acima, calculado	159.369	155.612	151.663	162.310	162.602	162.969
Patrimônio líquido ajustado	630.966	667.168	714.755	476.414	529.941	542.410

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2010.

Luiz Ariano Zaffalon
Diretor Presidente
CPF nº 168.000.440-91

Nilo Moraes
Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores
CPF nº 115.225.930-04

Eduardo Barbosa Carvalho
Diretor Técnico
CPF nº 414.119.780-72

Paulo Ricardo Rodrigues de Medeiros
Diretor de Operações
CPF nº 269.440.060-49

Sérgio Luiz Klein
Diretor de Expansão
CPF nº 269.098.390-72

Luiz Ricardo Salgado Bragança
Diretor Comercial
CPF nº 207.507.570-00

Sávio Fernando Scherer
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/RS nº 054241/O-0
CPF nº 268.227.250-91

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores, Conselheiros e Acionistas da
Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN
Porto Alegre - RS

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB,* e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil - somente nos casos em que não houver diferenças entre as duas práticas contábeis.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa nº 2.7, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN, essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 24 de fevereiro de 2010, que não conteve qualquer modificação.

Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras de 2010, examinamos também os ajustes descritos na Nota Explicativa nº 4, que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 2009. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2009 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações financeiras de 2009 tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 24 de março de 2011.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP15199/0-6/F-RS

Luis Carlos de Souza
Contador CRC-1SC021585/O-4/S/RS

PARECER DO CONSELHO FISCAL

"Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN, abaixo firmados, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis comparativas, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Resultado, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes relativos ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2010, e Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício. O Conselho Fiscal delibera favoravelmente à aprovação dos referidos documentos pela Assembléia Geral Ordinária da CORSAN. Porto Alegre, 25 de Março de 2011. Lério José Machado, Vanderlei Kuhn, Sedinei Zen.". Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão lavrando-se esta ata que, depois de lida, será assinada pelos senhores Conselheiros.

LÉRIO JOSE MACHADO

VANDERLEI KUHN

SEDINEI ZEN

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os abaixo-assinados, membros do Conselho de Administração da COmpanhia Riograndense de Saneamento – CORSAN, no uso das atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Contábeis e a Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício referente ao exercício findo em trinta e um de dezembro de dois mil e dez, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e considerando os Pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, deliberam favoravelmente sobre os referidos documentos e propõem sua aprovação por parte dos Acionistas da Companhia.

Porto Alegre, 28 de março de 2011

Marcel Martins Frison
Presidente do Conselho

Arnaldo Luiz Dutra
Conselheiro

Joel de Mello e Araújo
Conselheiro

Osvaldir Ribeiro de Souza
Conselheiro

Tarso Antonio Bastiani
Conselheiro

RUA CALDAS JUNIOR, 120 - 18º ANDAR - EDIFÍCIO BANRISUL - PORTO ALEGRE - RIO GRANDE DO SUL - WWW.CORSAN.COM.BR

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DO PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o conteúdo e opinião expressos no parecer dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício de 2010.

Porto Alegre, 24 de março de 2011

Luiz Ariano Zaffalon
Diretor Presidente

Nilo Moraes
Diretor Administrativo, Financeiro
e de Relações com Investidores

Eduardo Barbosa Carvalho
Diretor Técnico

Sergio Luiz Klein
Diretor de Expansão

Paulo Ricardo Rodrigues Medeiros
Diretor de Operações

Luiz Ricardo Salgado Bragança
Diretor Comercial e de Relacionamento com o Cliente

RUA CALDAS JUNIOR, 120 - 18° ANDAR - EDIFÍCIO BANRISUL - PORTO ALEGRE - RIO GRANDE DO SUL - WWW.CORSAN.COM.BR

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2010.

Porto Alegre, 24 de março de 2011

Luiz Ariano Zaffalon
Diretor Presidente

Nilo Moraes
Diretor Administrativo, Financeiro
e de Relações com Investidores

Eduardo Barbosa Carvalho
Diretor Técnico

Sergio Luiz Klein
Diretor de Expansão

Paulo Ricardo Rodrigues Medeiros
Diretor de Operações

Luiz Ricardo Salgado Bragança
Diretor Comercial e de Relacionamento com o Cliente

RUA CALDAS JUNIOR, 120 - 18º ANDAR - EDIFÍCIO BANRISUL - PORTO ALEGRE - RIO GRANDE DO SUL - WWW.CORSAN.COM.BR

ORÇAMENTO DE CAPITAL

Investimentos

O programa de investimentos da CORSAN destina-se a melhorar e expandir seus sistemas e aumentar e proteger os recursos hídricos a fim de atender à crescente demanda por serviços de água e esgoto.

O programa de investimentos da CORSAN compreende quatro metas específicas com relação aos municípios atendidos:

a) Continuar a atender à demanda máxima por água tratada,

b) Implantar novos sistemas de coleta e tratamento de esgotamento sanitário

c) Expandir a quantidade de residências conectadas ao sistema de coleta de esgotos da CORSAN,

d) Aumentar o tratamento do esgoto coletado, e

e) Aumentar a eficiência operacional e reduzir a perda de água

Demonstra-se a seguir os valores destinados a obras em andamento e as obras previstas bem como outros investimentos, distribuídos por fonte de financiamento:

Orçamento de Capital				
	2011	**2012**	**2013**	**Total**
Projetos deÁgua	76.955	76.955	102.606	**256.516**
Projetos de Esgoto	260.589	260.589	347.452	**868.630**
Outros	23.024	23.024	30.699	**76.747**
Total	**360.568**	**360.568**	**480.757**	**1.201.893**

Equacionamento dos Recursos				
	2011	**2012**	**2013**	
	Água	**Esgoto**	**Outros**	**Total**
CEF	52.670	52.670	70.226	**175.565**
BNDES	80.771	80.771	107.695	**269.238**
OGU	148.578	148.578	198.104	**495.260**
Próprios	78.549	78.549	104.732	**261.830**
Total	**360.568**	**360.568**	**480.757**	**1.201.893**

Caixa de Administração da Dívida Pública S.A.

CADIP

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Porto Alegre, 28 de março de 2011.

Aos Administradores e Acionistas da
Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP

Examinamos as demonstrações financeiras da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na Nota 2.1, as demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP, essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação do investimento pelo método da equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria com data de 24 de fevereiro de 2010, sem ressalvas. Este relatório contém parágrafo de ênfase para informar que o parecer dos auditores independentes da Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN, referente às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2009, contém parágrafo de ênfase sobre o seguinte assunto: conforme descrito na Nota explicativa 7, tendo em vista disposições da Deliberação CVM nº 273/98 e Instrução CVM nº 371/02, a Companhia efetuou, com base em estudo técnico de viabilidade, o registro contábil do ativo fiscal diferido, decorrente de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, o montante de R$ 53.652 mil, cuja realização está condicionada à geração futura de lucros tributáveis.

Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP
28 de março de 2011

Como parte de nosso exame das demonstrações financeiras de 2010, examinamos também os ajustes descritos na Nota 4 que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 2009. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2009 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações financeiras de 2009, tomadas em conjunto.

SAWERYN & Associados S/S
Auditores Independentes
CRC RS03349/O-0

Marcelo de Deus Saweryn
Sócio
Contador CRC RS 54712/0-5

Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP

Balanços patrimoniais em
Em milhares de reais

Ativo	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	5.885	5.964	33.268
Créditos a receber (Nota 6)	5.201	2.333	13.303
	11.086	8.297	46.571
Não circulante			
Investimento (Nota 7)	63.196	50.893	159.100
Total do ativo	74.282	59.190	205.671

Passivo e patrimônio líquido	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Circulante			
Debêntures			41.598
Impostos e taxas a pagar	104	178	1.012
	104	178	42.610
Não circulante			
Provisão para riscos fiscais (Nota 11)	107		
Patrimônio líquido (Nota 9)			
Capital social	10.200	10.200	291.118
Reservas de lucros	63.457	74.064	2.807
Ajuste de avaliação patrimonial	414	425	2.075
Prejuízos acumulados		(25.677)	(132.939)
	74.071	59.012	163.061
Total do passivo e do patrimônio líquido	74.282	59.190	205.671

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1419

Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado

	2010	2009
Resultado da equivalência patrimonial (Nota 7)	16.409	21.172
Despesas administrativas	(79)	(95)
Despesas tributárias	(380)	(1.408)
Provisão para riscos fiscais (Nota 11)	(107)	
Lucro operacional	15.843	19.669
Despesas financeiras		(1.374)
Receitas financeiras	78	248
Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda	15.921	18.543
Contribuição social	(234)	(793)
Imposto de renda	(628)	(2.179)
Lucro líquido do exercício	15.059	15.571
Lucro líquido por ação ordinária - básico e diluído - R$	0,22146	0,22899

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2010	2009
Lucro líquido do exercício	15.059	15.571
Outros componentes do resultado abrangente:		
Participação no resultado abrangente em investimento	11	1.650
Resultado abrangente do período	15.070	17.221

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

COD. CELIC: 045350015

Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Em milhares de reais

		Reservas de lucros					
	Capital social	Legal	Lucros a realizar	Retenção de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros e prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2008	291.118	140	667	2.000			293.925
Ajustes da adoção inicial dos novos CPC's					2.075	(132.939)	(130.864)
Em 1° de janeiro de 2009	291.118	140	667	2.000	2.075	(132.939)	163.061
Participação no resultado abrangente de investimento					(1.650)	1.650	
Redução do capital social (Nota 9 (a))	(280.918)					161.298	(119.620)
Lucro líquido do exercício						15.571	15.571
Reversão de reservas			(667)	667			
Apropriação em reserva de lucros		3.563	16.924	50.770		(71.257)	
Em 31 de dezembro de 2009	10.200	3.703	16.924	53.437	425	(25.677)	59.012
Participação no resultado abrangente de investimento					(11)	11	
Lucro líquido do exercício						15.059	15.059
Reversão de reservas			(16.924)	16.924			
Apropriação em reservas de lucros		(1.663)		(8.944)		10.607	
Em 31 de dezembro de 2010	10.200	2.040		61.417	414		74.071

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1422

Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2010	2009
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	15.059	15.571
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa e equivalentes de caixa aplicados nas atividades operacionais:		
Resultado da equivalência patrimonial	(16.409)	(21.172)
Provisão para riscos fiscais	107	
	(1.243)	(5.601)
Variações de ativos e passivos operacionais		
Redução (aumento) em créditos a receber	(2.868)	10.970
Redução em debêntures		(41.598)
Redução em impostos e taxas a pagar	(74)	(834)
	(2.942)	(31.462)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(4.185)	(37.063)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Juros sobre o capital próprio recebidos	4.106	21.760
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos	4.106	21.760
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Redução do capital social		(12.001)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(12.001)
Redução no caixa e equivalentes de caixa	(79)	(27.304)
Demonstração da redução no caixa e equivalentes de caixa		
No fim do exercício	5.885	5.964
No início do exercício	5.964	33.268
Redução no caixa e equivalentes de caixa	(79)	(27.304)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2010	2009
Valor adicionado recebido em transferência		
Resultado da equivalência patrimonial	16.409	21.172
Receitas financeiras	78	248
Valor adicionado a distribuir	16.487	21.420
Distribuição do valor adicionado		
Serviços de terceiros, taxas e emolumentos	79	95
Provisão para riscos fiscais	107	
Impostos federais	1.242	4.380
Juros sobre debêntures		1.374
Lucros retidos	15.059	15.571
Valor adicionado distribuído	16.487	21.420

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais

1 Informações gerais

A Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP é uma sociedade de economia mista, supervisionada pela Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, com sede em Porto Alegre - RS. A Companhia tem como objetivo implementar ações que visem contribuir na administração da dívida pública do Estado, podendo, para tanto, emitir e colocar, no mercado, obrigações e adquirir, alienar e dar em garantia: ativos, créditos, precatórios, títulos e valores mobiliários.

As demonstrações financeiras foram liberadas pela Diretoria para exame da auditoria em 28 de março de 2011.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB, e as Normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2 Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em R$, que é a moeda funcional da Companhia.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

A Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008, dispõe que as companhias abertas devem divulgar informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros derivativos, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial. Neste sentido, a Administração informa que a Companhia não possui nenhuma operação que possa ser caracterizada como instrumento financeiro derivativo.

Os instrumentos financeiros destinados a alcançar o objeto social da Companhia estão representados, substancialmente, por caixa e equivalentes de caixa e por créditos a receber. Em função das suas características, a Administração da Companhia entende que os valores contábeis líquidos situam-se em níveis de mercado aproximam-se dos seus valores contábeis.

2.5 Investimento

O investimento é contabilizado pelo método da equivalência patrimonial e é, inicialmente, reconhecido pelo seu valor de custo, conforme demonstrado na Nota 7, em decorrência de estar sob controle comum do seu Acionista Controlador - Estado do Rio Grande do Sul.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participação societária, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.6 *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

2.7 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.8 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto corrente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações diversas. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

2.9 Capital social

O valor das ações ordinárias é classificado no patrimônio líquido.

2.10 Reconhecimento da receita

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das suas atividades. A receita de juros é incluída na rubrica "Receitas financeiras" no resultado do exercício.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Imposto de renda e contribuição social

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2010, base negativa de contribuição social, no montante de R$ 18.949 (2009 - R$ 19.973), e prejuízos fiscais, no montante de R$ 18.949 (2009 - R$ 19.973), sem prazo de prescrição, cujos créditos tributários, conservadoramente, não foram contabilizados, no montante de R$ 6.442 (2009 - R$ 6.791), uma vez que serão utilizados na proporção da geração futura de lucros tributáveis.

4 Adoção dos CPCs

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações anuais em conformidade com os CPCs. A Companhia aplicou os CPCs 37 e 43 na preparação destas demonstrações financeiras. A data de transição é 1° de janeiro de 2009. A Administração preparou os balanços patrimoniais de abertura segundo os CPCs e o IFRS nessa data.

Os novos pronunciamentos técnicos adotados pela Companhia que tiveram impacto nas demonstrações financeiras, em decorrência de divergências de prática com as normas vigentes anteriormente até 31 de dezembro de 2008, são demonstrados a seguir:

(a) Para fins de comparabilidade, a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 foi reapresentada, conforme CPC 03 - R2.

(b) A Companhia reconheceu os efeitos contábeis da aplicação das novas práticas contábeis pela investida Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN, através do método da equivalência patrimonial.

A Companhia demonstra nos quadros abaixo a reconciliação dos efeitos da adoção dos novos pronunciamentos sobre os saldos de patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008 (1° de janeiro de 2009), comparando os montantes que seriam apurados antes dos novos pronunciamentos com seus efeitos registrados:

Patrimônio líquido em	31 de dezembro de 2009	1° de janeiro de 2009
Divulgado pelos critérios contábeis anteriores	84.264	293.925
Adoção das novas práticas pela investida:		
Passivo atuarial, conforme CPC 33 e CPC 37(R1)	(40.868)	(188.783)
Revisão do valor justo do imobilizado, custo atribuído	644	3.144
Revisão das estimativas de perdas, conforme CPC 25	(1.691)	(6.189)
Revisão da contabilização dos contratos de concessão	5.039	
Reconhecimento de passivo fiscal diferido sobre a reserva de reavaliação de terrenos	(914)	(4.257)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.538	65.221
De acordo com CPC's/IFRS	59.012	163.061

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1° de janeiro de 2009
Bancos - conta movimento	194	162	53
Aplicações financeiras de liquidez imediata	5.691	5.802	33.215
	5.885	5.964	33.268

As aplicações financeiras de liquidez imediata referem-se, preponderantemente, a recursos disponibilizados ao Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC, cuja remuneração tem, a partir de 1° de janeiro de 2005, o tratamento previsto no art. 1° do Decreto Estadual n° 38.113, de 22 de janeiro de 1998.

6 Créditos a receber

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Juros sobre o capital próprio a receber	4.497	1.007	9.294
Imposto de renda a compensar	704	1.326	4.009
	5.201	2.333	13.303

7 Investimento

A Companhia possui investimento na Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN, cujas informações encontram-se a seguir:

(a) Informações sobre o investimento

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Ações preferenciais possuídas	34.338.000	34.338.000	160.000.000
Participação no capital social - %:	8,43%	8,43%	39,28%
Ativo total	2.645.373	2.396.888	2.156.662
Passivos circulante e não circulante	1.895.735	1.793.190	1.751.634
Patrimônio líquido	749.638	603.698	405.028
Lucro líquido do exercício	197.693	251.149	

(b) Movimentação do investimento

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Saldo inicial	50.893	159.100	220.845
Ajuste da adoção do CPC pela investida			(130.864)
Baixa de investimento pela redução do capital social (Nota 9 (a))		(268.917)	
Efeito da perda de participação no Patrimônio líquido		161.298	
Juros sobre o capital próprio	(4.106)	(21.760)	
Resultado da equivalência patrimonial	16.409	21.172	69.119
Saldo final	63.196	50.893	159.100

A Companhia não reconheceu a sua participação na destinação dos dividendos da investida CORSAN, no montante de R$ 257, no resultado do exercício de 31 de dezembro de 2010, por entender que a sua destinação ainda não foi aprovada pela Assembleia Geral Ordinária da investida.

8 Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas estão representadas pelas aplicações financeiras de liquidez imediata, descritas na Nota 5, e pelo investimento na Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN, descrito na Nota 7.

9 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, o capital social subscrito e integralizado é representado por 68.000.000 de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, pertencentes a acionistas domiciliados no Brasil.

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de dezembro de 2009 deliberou pela redução do capital social da Companhia, de R$ 291.118 para R$ 10.200, mediante dação em pagamento de 125.662.000 ações preferenciais nominativas de emissão da Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN, no montante de R$ 268.917, e ao pagamento em moeda corrente nacional, o valor de R$ 12.001, aos Acionistas.

(b) Reservas de lucros

(i) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76 e art. 20 do Estatuto Social.

(ii) Reserva de lucros a realizar e retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros está representada pelo saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após as destinações legais e estatutárias.

(c) Apropriação do lucro líquido do exercício

De acordo com o estatuto da Companhia, o lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, terá as seguintes destinações:

(i) 5% para constituição da Reserva legal, limitado a 20% do capital social; e

(ii) 25% será distribuído como dividendo mínimo obrigatório.

Em 24 de março de 2010, na Assembleia Geral Ordinária, por unanimidade de votos, foi aprovada a destinação do lucro líquido do exercício de 2009, no montante de R$ 71.257, da seguinte forma: R$ 3.563 para constituição da reserva legal; R$ 16.924 para reserva de lucros a realizar; e R$ 50.770 para reserva de retenção de lucros, uma vez que o lucro decorre, preponderantemente, do resultado da equivalência patrimonial gerado por investimento, portanto ainda não integralmente realizado.

10 Remuneração dos administradores

Na forma do artigo 6° da Lei Estadual n° 10.600/95, de 26 de dezembro de 1995, e atendendo ao estabelecido pela Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, os Conselheiros e Diretores da Companhia são remunerados, simbolicamente, com a importância de R$ 1,00 (um real), por reunião e por mês, respectivamente, uma vez que os trabalhos por eles desenvolvidos são considerados, por Lei, como de serviço público relevante.

11 Provisão para riscos fiscais

Mediante Despacho Decisório, a Delegacia da Receita Federal de Porto Alegre - RS homologou parcialmente o pedido de compensação de débito fiscal. A Companhia entende ser credora do valor questionado, razão pela qual protocolou naquela repartição Manifestação de Inconformidade, ao mesmo tempo em que, conservadoramente, provisionou a totalidade do referido valor.

Leonildo Migon
Presidente

Carlos Eduardo Provenzano
Diretor de Relações com Investidores

Olavo Cesar Dias Medeiros
Diretor Técnico

Paulo Cesar Santana Nunes
Contador
CRCRS 034346/0-4
CPF 139198490-00